



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2798

Quinta-feira - 11 de Abril de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Dionísio Cerqueira	370	Massaranduba	640
Agronômica	5	Doutor Pedrinho	373	Meleiro	641
Água Doce	26	Forquilha	397	Mondaí	642
Águas de Chapecó	34	Fraiburgo	398	Monte Carlo	643
Alfredo Wagner	36	Frei Rogério	405	Morro da Fumaça	644
Alto Bela Vista	37	Galvão	406	Navegantes	647
Anchieta	38	Garopaba	413	Nova Erechim	651
Angelina	43	Gaspar	414	Nova Trento	656
Anita Garibaldi	45	Governador Celso Ramos	417	Nova Veneza	661
Antônio Carlos	46	Grão Pará	418	Novo Horizonte	662
Apiuna	47	Gravatal	421	Orleans	668
Arabutã	51	Guaraciaba	422	Otacílio Costa	669
Arroio Trinta	53	Guaramirim	423	Ouro	673
Aurora	54	Guarujá do Sul	428	Ouro Verde	676
Balneário Arroio do Silva	55	Guatambú	429	Palhoça	678
Balneário Piçarras	56	Herval d'Oeste	430	Palma Sola	715
Balneário Rincão	58	Ibiam	434	Palmeira	745
Bandeirante	121	Ibicaí	440	Papanduva	746
Barra Bonita	122	Ibirama	441	Passos Maia	747
Bela Vista do Toldo	132	Ilhota	442	Paulo Lopes	754
Belmonte	133	Imbituba	444	Penha	760
Benedito Novo	140	Imbuia	453	Peritiba	790
Biguaçu	142	Ipira	454	Pescaria Brava	800
Blumenau	144	Ipumirim	455	Piratuba	801
Bom Jardim da Serra	175	Iraceminha	460	Planalto Alegre	803
Bom Jesus do Oeste	176	Itá	461	Pomerode	804
Botuvera	177	Itaiópolis	462	Ponte Alta do Norte	810
Braço do Trombudo	178	Itapiranga	463	Porto Belo	811
Brusque	199	Itapoá	466	Porto União	824
Caçador	219	Ituporanga	501	Pouso Redondo	826
Caibí	272	Jaborá	502	Presidente Castello Branco	827
Campo Alegre	273	Jaraguá do Sul	504	Presidente Getúlio	832
Campo Erê	283	Jardinópolis	529	Presidente Nereu	833
Campos Novos	295	Joaçaba	544	Princesa	858
Canoinhas	297	Lacerdópolis	560	Quilombo	868
Capinzal	310	Lages	571	Rio das Antas	870
Catanduvas	319	Laguna	573	Rio do Campo	871
Caxambu do Sul	324	Lauro Muller	574	Rio do Oeste	875
Celso Ramos	325	Lebon Régis	575	Rio dos Cedros	906
Chapadão do Lageado	337	Leoberto Leal	576	Rio do Sul	877
Chapecó	345	Lindóia do Sul	577	Rio Negrinho	908
Cocal do Sul	347	Lontras	578	Romelândia	909
Concórdia	352	Luiz Alves	579	Santa Cecília	924
Cordilheira Alta	354	Luzerna	580	Santa Terezinha do Progresso	928
Coronel Martins	355	Macieira	617	Santo Amaro da Imperatriz	976
Correia Pinto	356	Mafra	634	São Bento do Sul	982
Corupá	362	Maracajá	636	São Bernardino	987
Cunhataí	365	Maravilha	637	São Bonifácio	995
Descanso	366	Marema	638	São Carlos	1001

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2798

Quinta-feira - 11 de Abril de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

São Domingos.....	1003	Seara	1151	Urubici	1315
São Francisco do Sul.....	1013	Serra Alta	1154	Urupema	1316
São João Batista.....	1040	Sombrio.....	1193	Urussanga	1317
São João do Oeste	1051	Tangará.....	1195	Vargeão.....	1319
São Joaquim	1055	Tijucas	1196	Vargem Bonita	1320
São José.....	1056	Timbó	1246	Vidal Ramos.....	1323
São José do Cedro.....	1062	Três Barras	1250	Videira.....	1324
São Lourenço do Oeste.....	1065	Treze Tílias	1308	Vitor Meireles.....	1337
São Miguel do Oeste.....	1078	Trombudo Central.....	1309	Xanxerê.....	1339
São Pedro de Alcântara.....	1102	Tunápolis.....	1311	Xavantina	1341
Saudades.....	1106	Turvo	1312	Xaxim	1342
Schroeder	1107	União do Oeste	1313	Zortéa	1343

Associações

AMERIOS.....	1344	AMMVI	1357
--------------	------	-------------	------

Consórcios

AGIR	1367
ARIS	1369
CIDEMA.....	1443
CIMVI.....	1463
CIS/AMURC	1463
CISAM	1466
CIAPS.....	1477
CIGAMERIOS	1478
CIS/AMERIOS	1483



Abdon Batista**PREFEITURA****CONTRATO N. 06/2019 CAMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 1981215

Contrato n. 06/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SOFTWARE

Contratada:

HIGH STAR INFORMATICA - ZAIRA BORGES BITENCORT MUENCHEN

Contratante:

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ABDON BATISTA

Pelo presente instrumento, de um lado nome fantasia HIGH STAR INFORMATICA, ZAIRA BORGES BITENCORT MUENCHEN, pessoa jurídica de direito privado, sob o CNPJ nº 19.741.531/0001-63, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, 660, Centro, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, por seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA e de outro a CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ABDON BATISTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no MF, sob o CNPJ nº 05.632.918/0001-77 estabelecida na Rua João Santin, nº 30, centro, na cidade de Abdon Batista SC, CEP 89636-000, aqui neste ato legalmente representado por Gilson Antonio Bortoli, CPF 981.168.609-25, doravante denominada CONTRATANTE, tem entre si o presente contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

1- DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição 05 (cinco) licenças de software de antivírus (eScan), pelo prazo de um ano, pelo valor total de R\$ 429,50 (quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos).

02 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações definidas em outras cláusulas deste contrato, a CONTRATANTE terá as seguintes obrigações de caráter geral:

a) Efetuar o pagamento da remuneração dos serviços à CONTRATADA nos valores, condições e prazos estipulados neste contrato.

03 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações definidas em outras cláusulas deste contrato, a CONTRATADA terá as seguintes obrigações de caráter geral:

a) Fornecer licença de software de antivírus, pelo prazo de um ano, na forma estabelecida no objeto.

04 – DO PREÇO

Pela aquisição das referidas licenças, a CONTRATANTE pagará, à CONTRATADA, o valor total de R\$ 429,50 (quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos).

05 – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado através de envio de Nota Fiscal emitida após a entrega instalação das licenças, com vencimento de até 10 dias de prazo.

As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

PROJ/ATIVIDADE: 2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ELEMENTO: 3 - 3.3.90.40.99.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas

6 - DA RESCISÃO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO.

O presente contrato poderá ser rescindido, antes da data prevista na cláusula 5, nas hipóteses:

a) Descumprimento de qualquer de suas cláusulas;

b) Qualquer uma das partes entrar em processo de concordata, falência ou dissolução;

c) Por qualquer das partes, mediante notificação escrita com 30 (trinta) dias de antecedência.

7 – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Anita Garibaldi, Estado do Santa Catarina, para dirimir qualquer dúvida derivada do contrato, renunciando expressamente a qualquer outro Foro, que mais privilegiado seja, contrato e, estando de pleno e comum acordo quanto ao que foi nele estipulado, firmam-no, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Abdon Batista - SC, 01 de abril de 2019

Câmara Municipal de Vereadores de Abdon Batista

JADIR LUIZ DE SOUZA - PRESIDENTE

CONTRATANTE

HIGH STAR INFORMATICA - ZAIRA BORGES BITENCORT MUENCHEN

CNPJ nº 19.741.531/0001-63

CONTRATADA



Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____ Ass: _____

Nome: _____ CPF: _____ Ass: _____

PREGAO PRESENCIAL 43/2019

Publicação N° 1981217

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 55/2019

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL 43/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETOS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS.

TIPO : Menor preço por item

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 25 de abril de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 10 de abril de 2019

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 41/2019

Publicação N° 1981221

PREFEITURA MUNICIPAL ABDON BATISTA

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 41/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE.

Prorroga-se do dia 18/04/2019 as 10:00 horas, para o dia 25/04/2019 as 14:00 horas.

Abdon Batista, 10 de abril de 2019.

PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2019

Publicação N° 1981219

PREFEITURA MUNICIPAL ABDON BATISTA

PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2019

OBJETO: Tomada de preços para Restauração da Casa da Memória - Etapa 01, conforme convenio da caixa Contrato de Repasse OGU MTUR 869770/2018 - Operação 1056110-69

Prorroga-se do dia 15/04/2019 as 14:00 horas, para o dia 30/04/2019 as 14:00 horas.

Abdon Batista, 10 de abril de 2019.

Agrônômica

PREFEITURA

CRENCIAMENTO 03/2019 FMS

Publicação Nº 1981604

Fundo Municipal de Saúde de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019

CRENCIAMENTO Nº CR03/2019

Objeto: CRENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR ATRAVÉS DE CONSULTAS MÉDICAS, NA ÁREA ESPECÍFICA DE SAÚDE MENTAL DIRIGIDOS AOS PACIENTES ADOLESCENTES E ADULTOS PORTADORES DE TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS QUE NECESSITEM DE TRATAMENTO E/OU INTERNAÇÃO

Início do credenciamento: a partir de 12/04/2019 no horário do expediente.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0326, (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 11 de abril de 2019.

OSMAR FREDERICO KORB

Diretor do Departamento de Saúde

RELATÓRIO DE BENS PRÉ QUALIFICADOS CP01/2019

Publicação Nº 1981629

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRÔNOMICA**Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 - Centro - 89188-000 - Agronômica/ SC

RELATÓRIO ANÁLISE DE AMOSTRAS

Após finalização do Chamamento – nº 01/2019, segue conclusão.

1. BORG COMÉRCIO DE CARNES EIRELI: Itens que a empresa apresentou:

Nº item	Nome	Descrição	MARCA
17	CARNE BOVINA MOÍDA SEM GORDURA - TIPO PATINHO	CARNE BOVINA MOÍDA SEM GORDURA – TIPO PATINHO CARACTERÍSTICAS GERAIS: Apresentar consistência firme e cor vermelho-vivo. Deverá ser proveniente de animais abatidos em abatedouros registrados e fiscalizados pelas autoridades competentes. Carne inspecionada. A carne deverá ser entregue congelada em temperatura entre -12 a -18°C (graus Celsius). Transportada em veículos fechados com sistema de refrigeração. Devendo ser entregue diretamente nas unidades escolares. EMBALAGEM: Deve estar acondicionada em embalagem a vácuo, resistente, Acondicionada em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, e lacrada, empacotada em no máximo 1kg.	FRIGORÍFICO SCOZ
18	CARNE BOVINA SEM OSSO - TIPO MÚSCULO	CARNE BOVINA SEM OSSO – TIPO MÚSCULO CARACTERÍSTICAS GERAIS: Apresentar consistência firme e cor vermelho-vivo. Deverá ser proveniente de animais abatidos em abatedouros registrados e fiscalizados pelas autoridades competentes. Carne inspecionada. A carne deverá ser entregue congelada em temperatura entre -12 a -18°C (graus Celsius). Transportada em veículos fechados com sistema de refrigeração. Devendo ser entregue diretamente nas unidades escolares. EMBALAGEM: Deve estar acondicionada em embalagem a vácuo, resistente, Acondicionada em embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, e lacrada, empacotada em no máximo 1kg.	FRIGORÍFICO SCOZ
20	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO SEM TEMPERO	CARCATERÍSTICAS GERAIS: Apresentar consistência e cor característicos do produto e carne tenra. Fornecer em embalagem original (do frigorífico de procedência do produto) com até 1kg, contendo todos os dados exigidos, como fabricante, data de fabricação e de validade, quadro de valores nutricionais, etc. O produto deverá ter registro no SIF ou SIE e ser entregue congelado em temperatura entre -12 a -18°C (graus Celsius), em veículo que permite a manutenção da temperatura recomendada da carne.	GRANJEIRO

Todas as amostras foram aprovadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

2. PANIFICADORA GARCIA LTDA: Itens que a empresa apresentou:

Nº item	Nome	Descrição	MARCA
56	MASSINHA DE FAROFA	Massinha de farofa com embalem íntegra, acondicionados em pacotes transparentes. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. O produto não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior. Peso unitário: 40g	GARCIA
63	PÃO FRANCÊS	Características Técnicas: Pão com massa de farinha de trigo especial, fermento e água. Peso líquido 50gr. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O pão não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior do pão (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em pacotes de polietileno fino e transparente. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 5 dias. Entregas na data de fabricação.	GARCIA
64	PÃO INTEGRAL FATIADO	Pão com massa de farinha de trigo especial e farinha integral, fermento e água. produto separado com no mínimo 50% de farinha de trigo integral, sendo proibido o emprego de corante caramelo. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa e amassamento do produto. O pão não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior do pão (evidência de formas sujas) Embalagem: embalado em saco de polietileno atóxico, rotulagem mínima exigida contendo peso e data de fabricação. Embalagem contendo 600g do produto.	GARCIA
65	PÃO PULLMAN FATIADO	Pão com massa de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, fermento e água. O pão não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior do pão (evidência de formas sujas) Embalagem: embalado em saco de polietileno atóxico, rotulagem mínima exigida contendo peso e data de fabricação. Embalagem contendo 600g do produto.	GARCIA

Todas as amostras foram aprovadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

3. CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME: Itens que a empresa apresentou:

Nº item	Nome	Descrição	MARCA
1	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO	Composto por açúcar, cacau em pó, minerais, maltodextrina, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizantes. Com aspecto, cor, odor e sabor próprios. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Acondicionado em pacotes íntegros, bem vedados, contendo 1 Kg cada.	APTI
4	ARROZ BRANCO TIPO I POLIDO CLASSE LONGO FINO	De procedência nacional e de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalado em pacotes com 5 kg, em plástico atóxico. Prazo mínimo de validade 6 meses.	TIO ROMÃO
5	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I	De procedência nacional e de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalado em pacotes com 5 kg, em plástico atóxico. Prazo mínimo de validade 6 meses.	TIO ROMÃO
6	AVEIA EM FLOCOS FINOS	O produto não deve apresentar sujidades, umidade, ou bolor. Odor característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada. Embalagem plástica contendo 200 g do produto. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data da entrega.	NEILAR
8	BISCOITOS tipo ÁGUA E SAL	EMBALAGEM de 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	PRODASA
10	BISCOITO TIPO MAISENA	Ingredientes, Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, sal, fermentos químicos (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio), estabilizante lecitina de soja, melhorador de farinha protease (INS 1101) e aromatizante. EMBALAGEM DE 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	PRODASA
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL	Características gerais: Com selo de pureza ABIC. Com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas. Rendimento mínimo esperado de 6,25 litros de café pronto para cada pacote de 500 g. Sem glúten. Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó homogêneo fino, cor castanho; sabor e odor próprios. Embalagem primária: Embalagem contendo 500g, sendo esta à vácuo. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data da entrega.	OURO



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

15	CANELA EM PÓ	Produto deve conter em sua composição apenas canela. Prazo de validade mínima de 12 meses. Embalagem de 30g.	NEILAR*
16	CANELA EM RAMO	Prazo de validade mínima de 12 meses. Embalagem de 10g.	APTI
21	CHÁ (sabor natural)	Chá, produto para preparo de chá, embalado em caixas de 10gr, com 10 saquinhos. sabores: capim-limão, camomila, erva-doce, maracujá, hortelã, com registro no órgão competente. Validade mínima de 6 meses da entrega.	NEILAR
22	CONDIMENTO EM PÓ COLORÍFICO DE PRIMEIRA	(PCT 500 G) em pó fino homogêneo obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moído, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos. Embalagem plástica, sem aditivos químicos, com data de validade de no mínimo 6 meses da data da entrega. Legislação: Resolução - RDC nº 276, de 22 de setembro de 2005.	SINHÁ
23	CRAVO DA ÍNDIA	Prazo de validade mínima de 12 meses. Embalagem de 10g.	NEILAR
26	DOCE DE MORANGO CREMOSO	EMBALAGEM: Fornecer em potes de polietileno resistente de até 900 g, com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, intacta, contendo o número do registro em órgão competente e a composição nutricional. Apresentar validade superior a 6 (SEIS) meses a partir da data de entrega.	JULIMAR
28	FARINHA DE MILHO - TIPO FUBÁ GROSSA	A farinha deve ser fabricada a partir das matérias primas e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podem estar úmidas, fermentadas ou rançosas. O produto deverá estar em conformidade com as leis específicas vigentes. Validade mínima de 6 meses após entrega.	SINHÁ
29	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL BRANCA enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9)	ESPECIFICIDADE DE USO: Preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Rendimento satisfatório. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos(umidade) e resíduos ou impurezas. Apresentar 6% de fibra alimentar. Apresentar validade superior a 6 (SEIS) meses a partir da data de entrega. EMBALAGEM: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes, contendo 5kg. Embalada em sacos plásticos, não violados e resistentes.	GARDENIA
31	FERMENTO DE BOLO EM PÓ QUÍMICO	Embalagem: pote plástico de 250gr. Características organolepticas: aspecto – próprio; cor - própria; cheiro – próprio; sabor - próprio. o produto deverá estar em conformidade com as leis específicas vigentes. Validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote. Com registro no Ministério da Agricultura – SIF.	APTI
38	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	NEILAR
39	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	NEILAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

41	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	NEILAR
48	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Leite integral processado em usina de beneficiamento através do sistema Ultra High Temperature (UHT), com fiscalização permanente. O produto deve conter até 3,5% de gordura, cor branca interior e sabor característico. EMBALAGEM: Acondicionada em embalagem Tetra Pack ou Tetra Brick Asseptic. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. As bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas, sem orifícios ou defeitos que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem. Apresentar validade superior a 2 (dois) meses a partir da data de entrega.	LANGUIRU
49	LEITE EM PÓ INTEGRAL	Instantâneo rico em ferro e vitaminas A,D,E e, C. embalagem de 1 kg – por conteúdo de matéria gorda em: integral (maior ou igual a 26,0%). Características sensoriais. aspecto: pó uniforme sem grumos. Não conter substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis. Cor: branco amarelado. sabor e odor: agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluido. O leite não deve formar grumos quando diluído em água, ficando totalmente homogêneo, sendo de rápida mistura o produto. validade mínima de 3 meses após a entrega.	LANGUIRU
50	LEITE SEM LACTOSE	(EMBALAGEM 1000 ML) Leite UHT Semidesnatado para dietas com restrição de lactose. Ingredientes: Leite semidesnatado, estabilizantes (Citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e tripolifosfato de sódio) e enzima lactase. Embalagem Tetra pak, contendo 1000 ml do produto. Deverá constar o registro do Ministério da Agricultura. Prazo de validade: mínimo 4 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias.	LANGUIRU
51	MACARRÃO COM OVOS (TIPO PARAFUSO)	A embalagem deve ser atóxica, estar intacta e deve constar informação nutricional e ingredientes. Embalagem padronizada contendo 500g do produto. Prazo de validade: 12 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias.	ROSANE
52	MACARRÃO COM OVOS (TIPO ALETRIA, CABELO DE ANJO)	A embalagem deve ser atóxica, estar intacta e deve constar informação nutricional e ingredientes. Embalagem padronizada contendo 500g do produto. Prazo de validade: 12 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias.	GALO
54	MARGARINA CREMOSA COM	Características técnicas: produto refrigerado obtido de óleos vegetais líquidos e interesterificado, água, soro de leite, leite em pó desnatado, vitamina A,	DELICIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

	SAL	estabilizantes, conservantes, acidulantes, antioxidantes e corantes naturais: urucum e cúrcuma. Não deve apresentar massa não cremosa, cheiro desagradável, cor não característica do produto, divergência de ingredientes que prejudiquem a qualidade do produto. Aroma idêntico ao natural de manteiga, contendo de 70% de lipídeos. Embalagem: pote de polietileno resistente, contendo 500 gramas. Prazo de validade: mínimo 6 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias.	
59	NOZ MOSCADA EM PÓ	Ingredientes: Noz moscada. Embalagem íntegra. Prazo de validade mínima de 12 meses. Embalagem de 30g.	NEILAR
60	ÓLEO DE SOJA TIPO 1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Óleo de soja refinado tipo 1, 100% natural. Não deve apresentar lata ou embalagem plástica frágil, ferrugem, mistura de outros óleos, cheiro forte e intenso, volume insatisfatório. EMBALAGEM: A condicionada em latas de flandres ou embalagem plástica contendo 900ml, não apresentando ferrugem, amassamento, vazamento e abaulamento. Apresentar validade superior a 3 (três) meses a partir da data de entrega.	COAMO
61	ORÉGANO	Ingredientes: Orégano em folhas. Embalagem íntegra. Prazo de validade mínima de 12 meses. Embalagem de 50g.	APTI
67	POLVILHO AZEDO	<i>Produto amiláceo extraído da mandioca. Deve ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpa, isenta de matéria terrosa e de parasitos. Não pode estar úmido, fermentado ou rançoso. Fornecer em embalagem de polietileno, de até 500gr. Apresentar validade superior a 3 (três) meses a partir da data de entrega.</i>	ROCHA*
68	PUDIM SABOR BAUNILHA	Pó para pudim sabor baunilha contendo aromatizante sintético idêntico ao natural. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, informações nutricionais. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Data de fabricação máximo 60 dias.	APTI
69	PUDIM SABOR CHOCOLATE	Pó para pudim sabor chocolate contendo aromatizante sintético idêntico ao natural. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, informações nutricionais. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Data de fabricação máximo 60 dias.	APTI
70	PUDIM SABOR COCO	Pó para pudim sabor coco contendo aromatizante sintético idêntico ao natural. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, informações nutricionais. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Data de fabricação máximo 60 dias.	APTI
71	PUDIM SABOR MORANGO	Pó para pudim sabor morango contendo aromatizante sintético idêntico ao natural. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, informações nutricionais. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Data de fabricação máximo 60 dias.	APTI
77	SAGÚ	Sagú de mandioca tipo 1. Embalagem de 500g, deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade mínima de 6 meses.	CALDÃO
78	SAL REFINADO	Não devem apresentar sujidade, umidade, misturas inadequadas ao produto.	MIRAMAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRÔNOMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 - Centro - 89188-000 - Agronômica/ SC

	IODADO	Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente e ter embalagem secundária de rafia ou sacos de polietileno. Prazo de validade: Mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	
80	VINAGRE BRANCO	Fermentado acético de álcool, acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 900 ml. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	HEINIG

*MARCAS REPROVADAS:

- **ITEM 15 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: CANELA EM PÓ:** Produto deve conter em sua composição apenas canela.

Embalagem de 30g.

Prazo de validade: mínimo de 12 meses.

REPROVADO: O PRODUTO MARCA NEILAR, POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO ALÉM DA CANELA, O AÇÚCAR, NÃO ATENDENDO ASSIM, AS ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS NO CHAMAMENTO.

- **ITEM 67 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: POLVILHO AZEDO:** Produto amiláceo extraído da mandioca. Deve ser fabricada a partir de matéria prima sã e limpa, isenta de matéria terrosa e de parasitos. Não pode estar úmido, fermentado ou rançoso. Fornecer em embalagem de polietileno, de até 500gr.

Prazo de validade: mínimo de 3 meses.

REPROVADO: O PRODUTO MARCA ROCHA, DEPOIS DE ASSADO, UTILIZANDO O MESMO TEMPO E TEMPERATURA QUE AS DEMAIS MARCAS, APRESENTOU-SE COM ASPECTO "EMPAÇOCADO".

Os demais itens apresentados foram aprovados.

4. **ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME:** Itens que a empresa apresentou:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	MARCA
1	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO	Composto por açúcar, cacau em pó, minerais, maltodextrina, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizantes. Com aspecto, cor, odor e sabor próprios. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Acondicionado em pacotes íntegros, bem vedados, contendo 1 Kg cada.	NEILAR
2	AÇÚCAR REFINADO	<i>Deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Características: não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso ou transparente. para aplicação em bebidas frias, quentes e panificação. Prazo de validade: mínimo 10 meses.</i>	GUARANI*



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

3	AMIDO DE MILHO	Produto amiláceo extraído de milho. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e de parasitos. Não poderá apresentar umidade, fermentação ou ranço. Deve produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem: Deve estar intacta, vedada, acondicionada em sacos plásticos reforçados ou caixas, com peso líquido de até 1 kg. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	NEILAR
4	ARROZ BRANCO TIPO I POLIDO CLASSE LONGO FINO	De procedência nacional e de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalado em pacotes com 5 kg, em plástico atóxico. Prazo mínimo de validade 6 meses.	TIO ROMÃO
5	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I	De procedência nacional e de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalado em pacotes com 5 kg, em plástico atóxico. Prazo mínimo de validade 6 meses.	TIO ROMÃO
6	AVEIA EM FLOCOS FINOS	O produto não deve apresentar sujidades, umidade, ou bolor. Odor característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada. Embalagem plástica contendo 200 g do produto. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data da entrega.	APTI
8	BISCOITOS tipo ÁGUA E SAL	EMBALAGEM de 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	DIANA
9	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	400gr, Deve conter em embalagem plástica, atóxica, com prazo de validade de no mínimo 06 meses. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	ORQUIDEA
10	BISCOITO TIPO MAISENA	Ingredientes, Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, sal, fermentos químicos (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio), estabilizante lecitina de soja, melhorador de farinha protease (INS 1101) e aromatizante. EMBALAGEM DE 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	ORQUIDEA
11	BISCOITO DE LEITE SEM LACTOSE	Ingredientes, Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal hidrogenada zero trans, açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de amônio), sal, metabissulfito de sódio, aroma artificial de leite, proteinase, vitaminas (b1, b2, b6 e pp). Sem colesterol, sem	GIRASSOL



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

		lactose e sem proteína do leite. Isento de produtos de origem animal. EMBALAGEM DE 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL	Características gerais: Com selo de pureza ABIC. Com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas. Rendimento mínimo esperado de 6,25 litros de café pronto para cada pacote de 500 g. Sem glúten. Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó homogêneo fino, cor castanho; sabor e odor próprios. Embalagem primária: Embalagem contendo 500g, sendo esta à vácuo. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data da entrega.	OURO
15	CANELA EM PÓ	<i>Produto deve conter em sua composição apenas canela. Prazo de validade mínima de 12 meses. Embalagem de 30g.</i>	NEILAR*
21	CHÁ (sabor natural)	Chá, produto para preparo de chá, embalado em caixas de 10gr, com 10 saquinhos. sabores: capim-limão, camomila, erva-doce, maracujá, hortela, com registro no órgão competente. Validade mínima de 6 meses da entrega.	NEILAR
22	CONDIMENTO EM PÓ COLORÍFICO DE PRIMEIRA	(PCT 500 G) em pó fino homogêneo obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moído, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos. Embalagem plástica, sem aditivos químicos, com data de validade de no mínimo 6 meses da data da entrega. Legislação: Resolução - RDC nº 276, de 22 de setembro de 2005.	APTI
25	DOCE DE LEITE	<i>Em pasta. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e outras substâncias anormais, e em perfeito estado de conservação. Não será permitida a adição de amido. Não deve conter glúten. Deve apresentar selo do SIF. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Não pode conter corantes artificiais. Deve apresentar consistência cremosa ou pastosa, homogênea, sem cristalização. Cor castanho caramelado, sabor e odor doce característico, sem sabores e odores estranhos. Embalagem em potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, contendo 400 g do produto.</i>	AUREA*
26	DOCE DE MORANGO CREMOSO	EMBALAGEM: Fornecer em potes de polietileno resistente de até 900 g , com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, intacta, contendo o número do registro em órgão competente e a composição nutricional. Apresentar validade superior a 6 (SEIS) meses a partir da data de entrega.	JULIMAR
27	FARINHA DE MANDIOCA ESPECIAL TIPO 1 GRUPO SECA EXTRA FINA CLASSE BRANCA	<i>Farinha de mandioca, tipo 1, grupo seca, subgrupo fina, classe branca, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionadas em saco plástico atóxicos de 1kg. O produto deverá estar bem solto e seco no pacote, deve ter cor e odor característico, não deverá apresentar problemas com misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem</i>	SUPER10*



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

		deve estar intacta, em pacotes de 1 kg e COM REGISTRO NO MINISTERIOS DA AGRICULTURA - SIF.DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 6 MESES	
28	FARINHA DE MILHO - TIPO FUBÁ GROSSA	A farinha deve ser fabricada a partir das matérias primas e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podem estar úmidas, fermentadas ou rançosas. O produto deverá estar em conformidade com as leis específicas vigentes. Validade mínima de 6 meses após entrega.	ROCHA*
29	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL BRANCA enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9)	ESPECIFICIDADE DE USO: Preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Rendimento satisfatório. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos(umidade) e resíduos ou impurezas. Apresentar 6% de fibra alimentar. Apresentar validade superior a 6 (SEIS) meses a partir da data de entrega. EMBALAGEM: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes, contendo 5kg. Embalada em sacos plásticos, não violados e resistentes.	ROSA BRANCA
30	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	De primeira qualidade, enriquecida com ferro e ácido fólico, 100% pura de excelente qualidade, pó fino e de fácil escoamento, não devendo estar empedrado e deve ser isento de sujidades. Embalagem intacta de 1kg, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e numero de lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega	ORQUIDEA
31	FERMENTO DE BOLO EM PÓ QUÍMICO	Embalagem: pote plástico de 250gr. Características organolepticas: aspecto – próprio; cor - própria; cheiro – próprio; sabor - próprio. o produto devera estar em conformidade com as leis específicas vigentes. Validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote. Com registro no Ministério da Agricultura – SIF.	APTI
32	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO PARA PÃO	O fermento biológico destina-se a ser empregado no preparo de pães e certos tipos de biscoitos e produtos afins de confeitaria. O produto deverá ser fabricado com matérias-primas em perfeito estado sanitário, isentos de matérias terrosas e detritos vegetais e animais. O produto não deverá conter substâncias estranhas à sua composição. Características sensoriais(organolépticas): Aspecto de cilindros de tamanhos variáveis; cor variando do branco ao castanho claro; cheiro próprio; sabor próprio. Não deverá possuir cheiro de mofo e sabor amargo. Embalagem contendo 125g do produto.	APTI
38	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	NEILAR
39	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem	NEILAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

		deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	
48	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	<p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Leite integral processado em usina de beneficiamento através do sistema Ultra High Temperature (UHT), com fiscalização permanente.</p> <p>O produto deve conter até 3,5% de gordura, cor branca interior e sabor característico.</p> <p>EMBALAGEM: Acondicionada em embalagem Tetra Pack ou Tetra Brick Asseptic . Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras.</p> <p>As bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas, sem orifícios ou defeitos que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem.</p> <p>Apresentar validade superior a 2 (dois) meses a partir da data de entrega.</p>	PIRACANJUBA
50	LEITE SEM LACTOSE	<p>(EMBALAGEM 1000 ML)</p> <p>Leite UHT Semidesnatado para dietas com restrição de lactose.</p> <p>Ingredientes: Leite semidesnatado, estabilizantes (Citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e tripolifosfato de sódio) e enzima lactase.</p> <p>Embalagem Tetra pak, contendo 1000 ml do produto. Deverá constar o registro do Ministério da Agricultura.</p> <p>Prazo de validade: mínimo 4 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo 30 dias.</p>	PIRACANJUBA
52	MACARRÃO COM OVOS (TIPO ALETRIA, CABELO DE ANJO)	<p>A embalagem deve ser atóxica, estar intacta e deve constar informação nutricional e ingredientes.</p> <p>Embalagem padronizada contendo 500g do produto.</p> <p>Prazo de validade: 12 meses.</p> <p>Data de fabricação: máximo 30 dias.</p>	ORQUIDEA
67	POLVILHO AZEDO	<p>Produto amiláceo extraído da mandioca. Deve ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpa, isenta de matéria terrosa e de parasitos. Não pode estar úmido, fermentado ou rançoso.</p> <p>Fornecer em embalagem de polietileno, de até 500gr. Apresentar validade superior a 3 (três) meses a partir da data de entrega.</p>	VÓ TILA
68	PUDIM SABOR BAUNILHA	<p>Pó para pudim sabor baunilha contendo aromatizante sintético idêntico ao natural. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, informações nutricionais. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Data de fabricação máximo 60 dias.</p>	APTI
71	PUDIM SABOR MORANGO	<p>Pó para pudim sabor morango contendo aromatizante sintético idêntico ao natural. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, informações nutricionais. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Data</p>	APTI



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

		de fabricação máximo 60 dias.	
78	SAL REFINADO IODADO	Não devem apresentar sujidade, umidade, misturas inadequadas ao produto. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente e ter embalagem secundária de rafia ou sacos de polietileno. Prazo de validade: Mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	MIRAMAR
80	VINAGRE BRANCO	Fermentado acético de álcool, acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 900 ml. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	HENNING

***MARCAS REPROVADAS:**

Item 2 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: AÇÚCAR REFINADO: Deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Características: não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso ou transparente. Para aplicação em bebidas frias, quentes e panificação.

Prazo de validade: mínimo 10 meses.

REPROVADO: O PRODUTO, MARCA GUARANI, POSSUI COLORAÇÃO ESCURA E RENDIMENTO INSATISFATÓRIA, NÃO ATENDENDO ASSIM, AS ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS NO CHAMAMENTO.

Item 15- ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: CANELA EM PÓ: Produto deve conter em sua composição apenas canela. Embalagem de 30g.

Prazo de validade: mínimo de 12 meses.

REPROVADO: O PRODUTO MARCA NEILAR, POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO ALÉM DA CANELA, O AÇÚCAR, NÃO ATENDENDO ASSIM, AS ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS NO CHAMAMENTO.

Item 25 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: DOCE DE LEITE: Em pasta. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e outras substâncias anormais, e em perfeito estado de conservação. Não será permitida a adição de amido. Não deve conter glúten. Deve apresentar selo do SIF. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Não pode conter corantes artificiais. Deve apresentar consistência cremosa ou pastosa, homogênea, sem cristalização. Cor castanho caramelado, sabor e odor doce característico, sem sabores e odores estranhos. Embalagem em potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, contendo 400g do produto.

REPROVADO: O PRODUTO MARCA ÁUREA, POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO O AMIDO, NÃO ATENDENDO ASSIM, AS ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS NO CHAMAMENTO.

Item 27 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: FARINHA DE MANDIOCA ESPECIAL - TIPO 1, GRUPO SECA EXTRA FINA, CLASSE BRANCA: Farinha de mandioca, tipo 1, grupo seca, subgrupofina, classe branca, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionadas em saco plástico atóxicos de 1kg. O produto deverá estar bem solto e seco no pacote, deve ter cor e odor característico, não deverá apresentar problemas com misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, não deve ter



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta e com registro no ministerios da agricultura - sif. E deve constar data de fabricação.

Prazo de validade: mínimo 6 meses.

REPROVADO: O PRODUTO, MARCA SUPER 10, APRESENTOU-SE COM COR AMARELADA E ODOR QUE NÃO CONDIZ COM O ODOR CARACTERÍSTICO DE FARINHA DE MANDIOCA.

Item 28 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: FARINHA DE MILHO - TIPO FUBÁ GROSSO: A farinha deve ser fabricada a partir das matérias primas limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podem estar úmidas, fermentadas ou rançosas. O produto deverá estar em conformidade com as leis especificas vigentes.

Prazo de validade: mínimo 6 meses.

REPROVADO: O PRODUTO, MARCA ROCHA, NÃO COZINHOU BEM E APRESENTOU - SE COM ASPECTO "EMAPAÇOCADO".

Os demais itens apresentados foram aprovados.

5. AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO: Itens que a empresa apresentou:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	MARCA
1	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO	Composto por açúcar, cacau em pó, minerais, maltodextrina, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizantes. Com aspecto, cor, odor e sabor próprios. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Acondicionado em pacotes íntegros, bem vedados, contendo 1 Kg cada.	APTI
2	AÇÚCAR REFINADO	Deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais ou vegetais. Características: não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso ou transparente. para aplicação em bebidas frias, quentes e panificação. Prazo de validade: mínimo 10 meses.	ALTO ALEGRE
4	ARROZ BRANCO TIPO I POLIDO CLASSE LONGO FINO	De procedência nacional e de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalado em pacotes com 5 kg, em plástico atóxico. Prazo mínimo de validade 6 meses.	MINUTINHO
5	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I	De procedência nacional e de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. O produto não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). Embalado em pacotes com 5 kg, em plástico atóxico. Prazo mínimo de validade 6 meses.	MINUTINHO
6	AVEIA EM FLOCOS FINOS	<i>O produto não deve apresentar sujidades, umidade, ou bolor. Odor característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada. Embalagem plástica contendo 200 g do produto. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data da entrega.</i>	BELA*



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

7	AVEIA EM FLOCOS MEDIO	O produto não deve apresentar sujidades, umidade, ou bolor. Odor característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada. Embalagem plástica contendo 200 g do produto. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data da entrega.	BELA
8	BISCOITOS tipo ÁGUA E SAL	EMBALAGEM de 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	DIANA
9	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	400gr, Deve conter em embalagem plástica, atóxica, com prazo de validade de no mínimo 06 meses. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	GERMANI
10	BISCOITO TIPO MAISENA	<i>Ingredientes, Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, sal, fermentos químicos (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio e pirofosfato ácido de sódio), estabilizante lecitina de soja, melhorador de farinha protease (INS 1101) e aromatizante.</i> EMBALAGEM DE 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	COROA*
12	BISCOITO tipo ÁGUA E SAL SEM LACTOSE	Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, gordura vegetal hidrogenada zero trans, açúcar invertido, açúcar, sal, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e pirofosfato ácido de sódio), fermento biológico, estabilizante lecitina de soja, proteinase, metabissulfito de sódio. SEM COLESTEROL, SEM LACTOSE E SEM PROTEÍNA DO LEITE. ISENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. EMBALAGEM DE 400g. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	LIANE
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL	Características gerais: Com selo de pureza ABIC. Com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas. Rendimento mínimo esperado de 6,25 litros de café pronto para cada pacote de 500 g. Sem glúten. Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó homogêneo fino, cor castanho; sabor e odor próprios. Embalagem primária: Embalagem contendo 500g, sendo esta à vácuo. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a partir da data da entrega.	OURO/IGUAÇU
14	CACAU EM PÓ 100%	Cacau em pó sem açúcar. Ingredientes: Cacau em pó. Embalagem contendo 200g. Prazo de validade mínimo de: 10 meses a partir da data de fabricação. Data de entrega não deverá ser superior a 45 dias da data de fabricação.	APTI



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

21	CHÁ (sabor natural)	Chá, produto para preparo de chá, embalado em caixas de 10gr, com 10 saquinhos. sabores: capim-limao, camomila, erva-doce, maracuja, hortela, com registro no órgão competente. Validade mínima de 6 meses da entrega.	CHILENO
22	CONDIMENTO EM PÓ COLORÍFICO DE PRIMEIRA	(PCT 500 G) em pó fino homogêneo obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moído, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos. Embalagem plástica, sem aditivos químicos, com data de validade de no mínimo 6 meses da data da entrega. Legislação: Resolução - RDC nº 276, de 22 de setembro de 2005.	BELA
23	CRAVO DA ÍNDIA	Prazo de validade mínima de 12 meses. Embalagem de 10g.	BELA
24	CREME VEGETAL SEM LACTOSE E SEM SAL	Fornecer em embalagem tipo pote plástico de 500 gramas; contendo o número de registro no Ministério da Saúde. Ingredientes: água, óleos vegetais líquidos e interesterificados, sal, cloreto de potássio, vitaminas (E, A e D), emulsificante mono e diglicerídeos de ácidos graxos, estabilizante ésteres de poliglicerol de ácido ricinoleico, conservadores benzoato de sódio e sorbato de potássio, acidulante ácido cítrico, aromatizante (aroma idêntico ao natural de manteiga), antioxidantes EDTA cálcio dissódico, TBHQ e BHT e corantes urucum e cúrcuma. Apresentar validade superior a 3 (três) meses a partir da data de entrega.	BECAL
25	DOCE DE LEITE	<i>Em pasta. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas são e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e outras substâncias anormais, e em perfeito estado de conservação. Não será permitida a adição de amido. Não deve conter glúten. Deve apresentar selo do SIF. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Não pode conter corantes artificiais. Deve apresentar consistência cremosa ou pastosa, homogênea, sem cristalização. Cor castanho caramelado, sabor e odor doce característico, sem sabores e odores estranhos. Embalagem em potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, contendo 400 g do produto.</i>	DOCITO*
26	DOCE DE MORANGO CREMOSO	EMBALAGEM: Fornecer em potes de polietileno resistente de até 900 g , com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, intacta, contendo o número do registro em órgão competente e a composição nutricional. Apresentar validade superior a 6 (SEIS) meses a partir da data de entrega.	DIFRUTTI
28	FARINHA DE MILHO - TIPO FUBÁ GROSSA	A farinha deve ser fabricada a partir das matérias primas e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podem estar úmidas, fermentadas ou rançosas. O produto deverá estar em conformidade com as leis específicas vigentes. Validade mínima de 6 meses após entrega.	DALLA
29	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL BRANCA enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9)	ESPECIFICIDADE DE USO: Preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Rendimento satisfatório. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos(umidade) e resíduos ou impurezas. Apresentar 6% de fibra alimentar. Apresentar validade superior a 6 (SEIS) meses a partir da data de entrega. EMBALAGEM: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes, contendo 5kg. Embalada em sacos plásticos, não violados e resistentes.	PAN FACIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

30	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	De primeira qualidade, enriquecida com ferro e ácido fólico, 100% pura de excelente qualidade, pó fino e de fácil escoamento, não devendo estar empedrado e deve ser isento de sujidades. Embalagem intacta de 1kg, na embalagem deverá constar data da fabricação data de validade e número de lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega	PAN FACIL
31	FERMENTO DE BOLO EM PÓ QUÍMICO	Embalagem: pote plástico de 250gr. Características organolépticas: aspecto – próprio; cor - própria; cheiro – próprio; sabor - próprio. O produto deverá estar em conformidade com as leis específicas vigentes. Validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote. Com registro no Ministério da Agricultura – SIF.	TRISANTI* /ROYAL
32	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO PARA PÃO	O fermento biológico destina-se a ser empregado no preparo de pães e certos tipos de biscoitos e produtos afins de confeitaria. O produto deverá ser fabricado com matérias-primas em perfeito estado sanitário, isentos de matérias terrosas e detritos vegetais e animais. O produto não deverá conter substâncias estranhas à sua composição. Características sensoriais(organolépticas): Aspecto de cilindros de tamanhos variáveis; cor variando do branco ao castanho claro; cheiro próprio; sabor próprio. Não deverá possuir cheiro de mofo e sabor amargo. Embalagem contendo 125g do produto.	PAKMAYA
33	FÓRMULA INFANTIL 1 PARA LACTENTES	Fórmula infantil 1 para lactentes de 0 a 6 meses contendo prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA, nucleotídeos. Embalagem deve ser íntegra, não deve estar amassada ou enferrujada. Embalagem de 800g contendo informações gerais, data de fabricação e validade.	APTAMIL PREMIUM 1
34	FÓRMULA INFANTIL 2 PARA LACTENTES	Fórmula infantil 2 para lactentes de 6 meses a 1 ano, contendo prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA, nucleotídeos. Embalagem deve ser íntegra, não deve estar amassada ou enferrujada. Embalagem de 800g contendo informações gerais, data de fabricação e validade.	APTAMIL PREMIUM 2
35	FÓRMULA INFANTIL PARA CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA	Fórmula infantil para crianças de primeira infância a partir de 10 meses. Embalagem deve estar íntegra, não deve estar amassada ou enferrujada. Embalagem de 800g contendo as informações gerais, data de fabricação e validade.	APTAMIL PREMIUM 3
38	GELATINA EM PÓ SABOR MORANGO	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	LEO
39	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca,	LEO



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

		ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	
40	GELATINA EM PÓ SABOR UVA	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	LEO
41	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO	Com açúcar. Fabricada com tecnologia adequada, aspecto, cor e cheiro característico. Isentos de sujidades. A embalagem deverá conter dados de informação nutricional, quantidade do produto. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	LEO
48	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Leite integral processado em usina de beneficiamento através do sistema Ultra High Temperature (UHT), com fiscalização permanente. O produto deve conter até 3,5% de gordura, cor branca interior e sabor característico. EMBALAGEM: Acondicionada em embalagem Tetra Pack ou Tetra Brick Asseptic. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. As bordas do fecho de vedação da embalagem devem estar perfeitas, sem orifícios ou defeitos que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem. Apresentar validade superior a 2 (dois) meses a partir da data de entrega.	LANGUIRU/LATVIDA
49	LEITE EM PÓ INTEGRAL	<i>Instantâneo rico em ferro e vitaminas A,D,E e, C. embalagem de 1 kg – por conteúdo de matéria gorda em: integral (maior ou igual a 26,0%).</i> <i>Características sensoriais. aspecto: pó uniforme sem grumos. Não conter substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis. Cor: branco amarelado. sabor e odor: agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluido.</i> <i>O leite não deve formar grumos quando diluído em água, ficando totalmente homogêneo, sendo de rápida mistura o produto. validade mínima de 3 meses após a entrega.</i>	BELAC*
50	LEITE SEM LACTOSE	(EMBALAGEM 1000 ML) Leite UHT Semidesnatado para dietas com restrição de lactose. Ingredientes: Leite semidesnatado, estabilizantes (Citrato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e tripolifosfato de sódio) e enzima lactase. Embalagem Tetra pak, contendo 1000 ml do produto. Deverá constar o registro do Ministério da Agricultura. Prazo de validade: mínimo 4 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias.	LATVIDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

51	MACARRÃO COM OVOS (TIPO PARAFUSO)	A embalagem deve ser atóxica, estar intacta e deve constar informação nutricional e ingredientes. Embalagem padronizada contendo 500g do produto. Prazo de validade: 12 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias.	DIANA
52	MACARRÃO COM OVOS (TIPO ALETRIA, CABELO DE ANJO)	A embalagem deve ser atóxica, estar intacta e deve constar informação nutricional e ingredientes. Embalagem padronizada contendo 500g do produto. Prazo de validade: 12 meses. Data de fabricação: máximo 30 dias.	ROSANE
60	ÓLEO DE SOJA TIPO 1	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Óleo de soja refinado tipo 1, 100% natural. Não deve apresentar lata ou embalagem plástica frágil, ferrugem, mistura de outros óleos, cheiro forte e intenso, volume insatisfatório. EMBALAGEM: A condicionada em latas de flandres ou embalagem plástica contendo 900ml, não apresentando ferrugem, amassamento, vazamento e abaulamento. Apresentar validade superior a 3 (três) meses a partir da data de entrega.	COCAMAR
61	ORÉGANO	Ingredientes: Orégano em folhas. Embalagem íntegra. Prazo de validade mínima de 12 meses. Embalagem de 50g.	BELA
67	POLVILHO AZEDO	Produto amiláceo extraído da mandioca. Deve ser fabricado a partir de matéria prima sã e limpa, isenta de matéria terrosa e de parasitos. Não pode estar úmido, fermentado ou rançoso. Fornecer em embalagem de polietileno, de até 500gr. Apresentar validade superior a 3 (três) meses a partir da data de entrega.	BELA
68	PUDIM SABOR BAUNILHA	Pó para pudim sabor baunilha contendo aromatizante sintético idêntico ao natural. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, informações nutricionais. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Data de fabricação máximo 60 dias.	APTI
71	PUDIM SABOR MORANGO	Pó para pudim sabor morango contendo aromatizante sintético idêntico ao natural. A embalagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote, informações nutricionais. Embalagem de 1kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses. Data de fabricação máximo 60 dias.	APTI
77	SAGÚ	<i>Sagú de mandioca tipo 1. Embalagem de 500g, deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade mínima de 6 meses.</i>	BELA*
78	SAL REFINADO IODADO	Não devem apresentar sujidade, umidade, misturas inadequadas ao produto. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente e ter embalagem secundária de rafia ou sacos de polietileno. Prazo de validade: Mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	GARÇA



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

80	VINAGRE BRANCO	Fermentado acético de álcool, acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 900 ml. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais	CHEMIM
----	----------------	--	--------

*MARCAS REPROVADAS:

Item 06 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: AVEIA EM FLOCOS FINOS: O produto não deve apresentar sujidades, umidade, ou bolor. Odor característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada. Embalagem plástica contendo 200g do produto. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega.

Prazo de validade: mínimo 06 meses a partir da data da entrega.

REPROVADO: A EMBALAGEM DO PRODUTO MARCA BELA, NÃO CONDIZ COM O CONTEÚDO, SENDO QUE ESTAVA DESCRITO NA EMBALAGEM “FLOCOS FINOS”, PORÉM O PRODUTO CONTINHA FLOCOS MÉDIOS.

Item 10 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: BISCOITO TIPO MAISENA: Ingredientes, Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido, sal, fermentos químicos (bicarbonato de amônio, bicarbonato de

sódio e pirofosfato ácido de sódio), estabilizante lecitina de soja, melhorador de farinha protease (INS 1101) e aromatizante. EMBALAGEM DE 400g. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações:

nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.

Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega.

REPROVADO: NO QUESITO “ESPECIFICAÇÃO” O PRODUTO, MARCA COROA, ESTAVA EM ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES, PORÉM APÓS VERIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS, O SABOR NÃO FOI APROVADO.

Item 25 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: DOCE DE LEITE: Em pasta. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas são e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas e outras substâncias anormais, e em perfeito estado de conservação. Não será permitida a adição de amido. Não deve conter glúten. Deve apresentar selo do SIF. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Não pode conter corantes artificiais. Deve apresentar consistência cremosa ou pastosa, homogênea, sem cristalização. Cor castanho caramelado, sabor e odor doce característico, sem sabores e odores estranhos. Embalagem em potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção, contendo 400g do produto.

REPROVADO: O PRODUTO MARCA DOCITO, POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO O AMIDO, NÃO ATENDENDO ASSIM, AS ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS NO CHAMAMENTO.

Item 30 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: FERMENTO DE BOLO EM PÓ QUÍMICO: Embalagem: pote plástico de 250gr. Características organolepticas: aspecto – próprio; cor - própria; cheiro – próprio; sabor - próprio. o produto devera estar em conformidade com as leis especificas vigentes. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote. Com registro no Ministério da Agricultura – SIF.

Prazo de Validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.

REPROVADO: O PRODUTO MARCA TRISANTI, NÃO POSSUI EMBALAGEM PLÁSTICA, É POUCO RESISTENTE, O QUE DIFICULTA O FECHAMENTO DA TAMPA.

Item 49 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: LEITE EM PÓ INTEGRAL: Embalagem: Instantâneo rico em ferro e vitaminas A,D,E e, C. Embalagem de 1 kg – por conteúdo de matéria gorda em: integral (maior ou igual a 26,0%). Características sensoriais: pó uniforme sem grumos, não pode conter substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis, cor branco amarelado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

Site: www.agronomica.sc.gov.br Email: prefeitura@agronomica.sc.gov.br

CNPJ: 83.102.590/0001-90 - Fone: (47)3542-0166

Rua 7 de Setembro, nº 215 – Centro - 89188-000 – Agronômica/ SC

sabor e odor agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluido. O leite não deve formar grumos quando diluído em água, permanecendo totalmente homogêneo.

Prazo de validade: mínimo de 3 meses a partir da data de entrega.

REPROVADO: O PRODUTO MARCA BELAC, NÃO DILUI CORRETAMENTE, E POSSUI POUCO RENDIMENTO.

Item 77 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: SAGÚ: Sagú de mandioca tipo 1. Embalagem de 500g, deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.

Prazo de validade: mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.

REPROVADO: O PRODUTO MARCA BELA, APRESENTOU-SE COM ASPECTO “EMPAÇOCADO”.

Os demais itens apresentados foram aprovados.

Agronômica, 01 de Abril de 2019.

Assinaturas

COMISSÃO DE PRÉ QUALIFICAÇÃO

Heidi Keske Antunes – Nutricionista

Marta Maurer Krieger – Representante dos Pais e Alunos
no CAE

Eliane Souza – Merendeira

Maria Regina Medeiros – Assessora Especial – DASE

Vilma Aparecida Generoso Fernandes Dellajustina –
Merendeira

Marize Zulmira Stuhler Alberton – Diretora da EI Beatriz
Lopes da Silva

Água Doce

PREFEITURA

125/2019

Publicação Nº 1980220

PORTARIA Nº 125/2019 – DE 10 DE ABRIL DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias à servidora ROSE MARCANTE, inscrita no CPF nº039.299.349-06, ocupante do cargo de Agente Comunitária e Endemia, no período de 10/04/2019 até 09/05/2019, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

DECRETO Nº 043/2019

Publicação Nº 1981233

DECRETO Nº 043/2019 - DE 09 DE ABRIL DE 2019

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.646, de 09 de abril de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para despesas com manutenção de outras entidades de direito privado.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.50.00.00.0679//214 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.008 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES

3.3.50.00.00.0679/214 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento de despesa

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.008 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES

3.3.90.00.00.0679/18 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de abril de 2019.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 044/2019

Publicação Nº 1981234

DECRETO Nº 044/2019 - DE 09 DE ABRIL DE 2019

“ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.647, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção Departamento do Transporte Escolar.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0086/71 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
01 DEPTO. DE ENSINO
12.364.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
4.4.90.00.00.0086/71 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
01 DEPTO. DE ENSINO
12.364.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
4.4.90.00.00.0679/73 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de abril de 2019.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.646/2019

Publicação Nº 1981228

LEI Nº 2.646/2019 - DE 09 DE ABRIL DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para despesas com manutenção de outras entidades de direito privado.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.50.00.00.0679//214 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.008 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES

3.3.50.00.00.0679/214 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

..... R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular o seguinte elemento de despesa

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.008 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES

3.3.90.00.00.0679/18 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de abril de 2019.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.647/2019

Publicação Nº 1981229

LEI Nº 2.647/2019 - DE 09 DE ABRIL DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção Departamento do Transporte Escolar.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0086/71 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.364.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0086/71 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.364.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0679/73 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de abril de 2019.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.648/2019

Publicação Nº 1981231

LEI Nº 2.648/2019 – DE 09 DE ABRIL DE 2019

“Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções consubstanciado no Contrato de Consórcio Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências”.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal nº 2.010/2011, alterada pela Lei Municipal nº 2.531/2017.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771assinada.pdf).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina,
em 09 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº4/2018

Publicação Nº 1980250

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2018 DE 09/04/2018

Termo Aditivo ao Contrato de locação de imóvel, que entre si fazem de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 11.430.533/0001/20, com endereço na Praça João Macagnan, 322 na cidade de Água Doce – SC, neste ato representado pela sua Gestora Sra. MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO, brasileira, casada, portador do CPF nº. 400.991.999-04, doravante denominado LOCATÁRIO, e de outro lado ALCIR FIOREZE, inscrito no CPF sob nº. 908.063.879-04, proprietário do imóvel de matrícula 3779, com endereço na Rua Marechal Floriano Peixoto, 379 na cidade de Água Doce – SC, de agora em diante denominado LOCADOR, que na melhor forma de Direito e pelas cláusulas abaixo celebram o presente contrato da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: O valor do aluguel mensal fica corrigido pelo IGP-M acumulado dos últimos 12 meses em 8.2786%, passando de R\$ 954,20 para R\$ 1.033,19 totalizando no período de 12 meses 12.398,28.

Cláusula Aditiva Segunda: Fica prorrogado a vigência do contrato acima até 09/04/2020.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce (SC), 09 de abril de 2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
Gestora do FMS
Contratante

ALCIR FIOREZE
Proprietário do Imóvel
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC 28339

PROCESSO LICITATÓRIO N° 38/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 31/2019

Publicação N° 1981054

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 38/2019
PREGÃO PRESENCIAL 31/2019

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO n° 38/2019, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL n° 31/2019", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de empresa especializada para fins de execução de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública – coleta seletiva de lixo, o qual será processado e julgado no dia 24 de abril de 2019 às 08h15, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega de envelopes até 24/04/2019 às 08h00.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 10 de abril de 2019

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 005/2019 DE 01 DE ABRIL 2019**

Publicação N° 1981167

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 005/2019
01 de abril de 2019

A Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.405.472/0001-85, com sede à Praça João Macagnan, nº 322, CEP 89.654-000, Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Evandro Carlos Zanatto, brasileiro, vereador, inscrito no CPF sob o n.º 016.628.389-48, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa WILLIAN & ARTHUR INFORMÁTICA LTDA -ME, com sede na Rua Duque de Caxias, nº612, Centro da Cidade de Guaraciaba - SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.520.032/0001-34, neste ato representada pelo seu Procurador o Sr. Willian Perondi, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.384.798 e inscrito (a) no CPF sob o nº 083.489.779-29, doravante denominada de CONTRATADA, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, decorrente de dispensa de licitação n. 003/2019, mediante às cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - Consiste objeto deste Contrato na locação de sistema de transmissão de vídeo hd, contendo câmera hd speed dome, servidor de transmissão, encoder de vídeo e controlador ptz digital, além do licenciamento do software necessário para sincronização com as principais redes sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

I - Este Contrato é celebrado com fundamento no item X, do Art. 38 e Capítulo III, da Lei Nacional nº 8.666/93 e Processo Licitatório n. 003/2019, modalidade Dispensa de Licitação n. 003/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS**I - Do Preço:**

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo:

- R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais; e
- R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) pelos serviços de instalação e treinamento uma única vez.

II - Da Forma de Pagamento:

O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente à entrega dos serviços (instalação e locação mensal), mediante a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente ao período da prestação dos serviços que será certificada pelo Presidente da Câmara e encaminhada à Contabilidade para liquidação da despesa e pagamento da mesma.

IV - Da Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, na classificação: 3.3.90.36.59.00.00.00 (Serviços de Áudio, Vídeo e Foto)

V - Reajuste:

Havendo prorrogação, o contrato será reajustado pelo IPC-A, tomando-se como período os últimos 12 meses, decorridos um ano da celebração do presente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) a contratada será responsável pela assistência técnica dos equipamentos, bem como pela manutenção e fornecimento das atualizações necessárias durante toda a vigência do contrato. Entregar o objeto da presente licitação, respeitando os prazos, as quantidades, características e especificações dos serviços e demais condições ajustadas, devendo substituí-los caso forem entregues fora das especificações previstas na licitação e proposta de preço, sem ônus para a Câmara de Vereadores de Água Doce - SC.
- b) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pela contratante quando da entrega dos serviços, a fim de verificar se estes conferem com o solicitado.
- c) responsabilizar-se por toda e qualquer despesa, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes a execução do objeto do presente edital.
- d) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos e materiais que possam vir a ser causados a contratante ou a terceiros, quando da execução do contrato.
- e) solucionar possíveis defeitos e/ou problemas em até 04 (quatro) horas desde que sejam resolvidos remotamente, se for necessário deslocamento este prazo aumentará para no máximo 48 horas após abertura do chamado técnico realizado por parte da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce.
- f) manter serviço de suporte para atendimento via telefone, internet ou até mesmo in loco, sempre que necessário, sem custos para a Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce - SC.
- g) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- i) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme dispositivos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- c) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- d) rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;
- e) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de seus representantes;
- f) notificar, por escrito, a contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- g) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- h) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

I - A vigência deste Contrato será de 01/04/2019 a 31/12/2019, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce;
II - Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente, em especial à Lei Nacional nº 8.666/93, atualizada pela Lei n. 8.883/94.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

- I - Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo a Contratada somente o valor do objeto já entregue, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento;
- II - Em caso de inexecução contratual prevista no Art. 78, da Lei Nacional nº 8.666/93, por culpa da Contratada, fica estabelecido à multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais;
- III - Presume-se culpa da Contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos inciso I a XI do artigo supra mencionado;
- IV - A subcontratação total ou parcial deste Contrato constitui-se motivo justo para rescisão (item VI, art. 78 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII, do Art. 29 da Constituição Federal.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Água Doce, (SC), 01 de abril de 2019.

Evandro Carlos Zanatto Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce Contratante
--

Willian Perondi Willian & Arthur Informática Ltda - ME Contratada

TESTEMUNHAS:

Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha CPF nº 015.101.309 85

Raquel Tatiana Corso CPF nº 028.840.299-58

Fernanda Bissani Signorin
Advogada OAB/SC 48.200

BALANCETE MENSAL MARÇO 2019

Publicação N° 1980516

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Março
Página: 1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	69.634,47
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	68.935,91
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.438,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.497,91
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	698,56
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	698,56
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	129.875,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	129.875,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150.687,08	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	153.047,08
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.418,14	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.418,14
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	69.634,47	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	69.634,47
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	69.634,47	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	71.994,47
SALDOS ANTERIORES	142.911,21	SALDOS ATUAIS	200.791,74
BANCO C/ MOVIMENTO	142.911,21	BANCO C/ MOVIMENTO	200.791,74
TOTAL	423.473,29	TOTAL	423.473,29

AGUA DOCE, 10/04/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO PRESIDENTE CPF N° 01662838948	NILZA APARECIDA MENDES CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7
---	--

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº08/2019- PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2019-AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA, TIPO FURGÃO OU PICK-UP, COM AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA ORIGINAL DE FÁBRICA, SIMPLES REMOÇÃO, ZERO KM, ANO/MODELO 2018/2019, CONFORME CLASSIFICAÇÃO ESTABELECIDADA PELA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Publicação Nº 1981275

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº08 /2019
Pregão Presencial nº05/2019.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA, TIPO FURGÃO OU PICK-UP, COM AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA ORIGINAL DE FÁBRICA, SIMPLES REMOÇÃO, ZERO KM, ANO/MODELO 2018/2019, CONFORME CLASSIFICAÇÃO ESTABELECIDADA PELA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 2.048/GM/MS, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002, E CONFORME PROPOSTA DE CONVÊNIO Nº4200501712181742318-PROCESSO Nº25000.082750/2018-50;

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 08h30min do dia 24 de abril de 2019.

Abertura dos Envelopes: a partir das 24h45min – dia 24 de abril de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. www.aguasdechapeco.sc.gov.br, e-mail compras@aguasdechapeco.sc.gov.br ou INFORMAÇÕES pelo fone (0**49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 10 de abril de 2019.
LEONIR ANTONIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº25/2019 -PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2019-REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE SEMENTES DE PASTAGEM E SEMENTE DE MELANCIA P/ MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Publicação Nº 1980469

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº25/2019
Pregão Presencial P/ Registro de Preços nº15/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE SEMENTES DE PASTAGEM E SEMENTE DE MELANCIA;

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 08h30min do dia 23 de abril de 2019.

Abertura dos Envelopes: a partir das 08h45min – dia 23 de abril de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. www.aguasdechapeco.sc.gov.br, e-mail compras@aguasdechapeco.sc.gov.br ou INFORMAÇÕES pelo fone (0**49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 09 de abril de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 036 - 2019 - DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE VEÍCULO MHF - 1495

Publicação Nº 1980403

DECRETO Nº 036/2019 De 10 de abril de 2019	DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII e XXVI da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada à transferência de lotação do veículo oficial VW/Gol 1.0 GIV 2009/2010 Placas MHF – 1495 RENAVAL 159849039, da Secretária de Assistência, Habitação e Promoção Social / Setor de Assistência e Promoção Social, para a Secretária de Saúde / Setor de Vigilância Epidemiológica.

Art. 2º Fica o Setor de Patrimônio e Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, responsável em promover os registros necessários para a troca de lotação no sistema do patrimônio público.

Art. 3º As despesas decorrentes da manutenção, reparos, licenciamento e uso do veículo, serão por conta do orçamento vigente, de acordo com a dotação orçamentária específica da Secretaria de Saúde.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
Águas de Chapecó/SC, em 10 de abril de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre, publique e cumpra-se.

Alfredo Wagner

PREFEITURA

CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº05-2019

Publicação Nº 1981438

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE CANCELAMENTO

A Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner S.C, através da Comissão Permanente de Licitações e Comissão Especial, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO por acolhida ao pedido de Impugnação da licitação divulgada através do edital do Pregão Presencial nº05/2019, tendo como objeto aquisição estimada de combustível para abastecimento dos veículos pertencentes ao Município de Alfredo Wagner e ao Fundo Municipal de Saúde, Conforme especificações constantes do Anexo I. Assim sendo, será publicado uma nova data através do Diário Oficial do Estado e Diário Oficial dos Municípios. Informações pelo site www.alfredowagner.sc.gov.br.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.782, DE 09 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980912

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Fica designado a Senhor Ademar Amant Gerente Municipal de Saúde, nomeado pelo Decreto nº 2.446 de 05 de julho de 2017, para responder interinamente pelas ações da Gerência Municipal de Assistência Social e Habitação, exercendo cumulativamente as atribuições de ambas as Gerências.

Art. 2º - Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado o direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando o mesmo a receber como Gerente Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 09 de abril de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 102, DE 09 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980913

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionado.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
113	Josi Vitória Lermen Finger	½ dia	05/04/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 09 de abril de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 064/2019

Publicação Nº 1981270

DECRETO Nº. 064/2019, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal 2.267 de 05 de agosto de 2016 que dispõe sobre a implantação e organização do conselho escolar nas escolas públicas municipais de Anchieta/SC;

Considerando a Comunicação Interna 027/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Centro Municipal de Educação Infantil e Infantil, a saber:

I – Diretora da escola: Ivete Snigura Fabonato;

II - trabalhadores em educação docentes: Andreia Fernandes (titular) e Ivone Kraemer (suplente);

III – trabalhadores em educação não docentes: Neilimara Brustolin (titular) e Erni Contini (suplente);

IV – pais ou responsáveis legais pelos alunos:

a) Celio Moreira dos Santos França (titular) e Selma Antonia Giongo (suplente);

b) Nair Melo Pauletti (titular) e Luciana do Amaral Crestani (suplente)

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato, conforme art. 7º da Lei 2.267/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01 de março de 2018.

Anchieta – SC, 08 de abril de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 065/2019

Publicação Nº 1981272

DECRETO Nº. 065/2019, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL CRECHE PRÓ INFÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal 2.267 de 05 de agosto de 2016 que dispõe sobre a implantação e organização do conselho escolar nas escolas públicas municipais de Anchieta/SC;

Considerando a Comunicação Interna 027/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Creche Pró Infância, a saber:

I – Diretora da escola: Neli da Costa Thuns;

II - trabalhadores em educação docentes: Arieli Pulga (titular) e Andrea Assolini (suplente);

III – trabalhadores em educação não docentes: Silvana de Gois Snigura (titular) e Katiana Wanzing de Lima (suplente);

IV – pais ou responsáveis legais pelos alunos:

a) Analine Meotti (titular) e Lucimara da Costa (suplente);

b) Marcos Scariot (titular) e Marta Dalmoro (suplente)

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato, conforme art. 7º da Lei 2.267/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01 de março de 2019.

Anchieta – SC, 08 de abril de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 066/2019

Publicação Nº 1981273

DECRETO Nº. 066/2019, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL XAVANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal 2.267 de 05 de agosto de 2016 que dispõe sobre a implantação e organização do conselho escolar nas escolas públicas municipais de Anchieta/SC;

Considerando a Comunicação Interna 027/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes, a saber:

I – Diretora da escola: Sheila Fernanda Dornelles;

II - trabalhadores em educação docentes: Rosane Grabin (titular) e Adriana Vieira (suplente);

III – trabalhadores em educação não docentes: Rosa Camargo (titular) e Margarete Wilbrantz (suplente);

IV – pais ou responsáveis legais pelos alunos:

a) Catarina Oliveira (titular) e Maristela Debortolli (suplente);

b) Solange de Oliveira (titular) e Fabiana Cargnin (suplente)

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato, conforme art. 7º da Lei 2.267/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01 de março de 2018.

Anchieta – SC, 08 de abril de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 067/2019

Publicação Nº 1981277

DECRETO Nº. 067 /2019, de 10 de Abril de 2019

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.403, de 26 de novembro de 2018 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.403, de 26 de novembro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0023.2.101-Administração Geral dos Bens e Serviços da Atenção Básica

(96) 4.4.90.00.00.00.00.2295 -Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**02 – ENSINO FUNDAMENTAL**

12.361.0008.2.015-Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(54) 4.4.90.00.00.00.00.0115 -Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Total R\$ 8.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, na fonte de recursos sob nº. 2295 (00.03.0295) Transferência do Sistema único de Saúde-SUS-PMAQ - Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento parcial da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2018, relativamente à Fonte de Recursos na fonte de recursos sob nº2295 (00.03.0295) Transferência do Sistema único de Saúde-SUS-PMAQ - Superavit Financeiro, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 13.522-4 – código reduzido 61349, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 3º Para atendimento do restante do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**02 – ENSINO FUNDAMENTAL**

12.361.0008.2.015-Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(51) 3.3.90.00.00.00.00.0115 -Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Total R\$ 8.000,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2402, de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.401, de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

10 de abril de 2019

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

PREGÃO PRESENCIAL N 005/2019 - FMS

Publicação Nº 1981165

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 005/2019

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Aquisição de concentrador de oxigênio, para serem utilizados pelos pacientes atendidos nas Unidades Básicas de Saúde do Centro e João Café Filho, no município de

Anchieta/SC. Pagos com recursos do PMAQ. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 26/04/2019. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 10 de Abril de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

PREGÃO PRESENCIAL N 006/2019 - FMS

Publicação N° 1981170

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 006/2019

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Lote, para: Aquisição de materiais elétricos e mão de obra, para substituição do padrão elétrico já existente na Unidade de Pronto Atendimento do Município, e toldos com estrutura galvanizada para a nova Unidade Básica de Saúde do Centro, localizada na Rua Guilherme Wildner, Centro do Município de Anchieta/SC. Pagos com recursos do PMAQ. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:30 horas do dia 26/04/2019. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 10 de Abril de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO 002/2019**

Publicação N° 1981117

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA CNPJ: 06.054.817/0001-29 Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01 C.E.P.: 89970-000 - Anchieta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2019 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 2/2019 Data do Processo: 15/03/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente, MARIA HELENA TRENTIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/04/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: Objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Desccto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
- 000103 - BETHA SISTEMAS LTDA	8	0,0000	22.395,81
	8		22.395,81

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 189.113,93

MARIA HELENA TRENTIN
PRESIDENTE

Angelina

PREFEITURA

DECRETO N° 022/2019

Publicação N° 1980562

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO N° 022/19
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018
DECRETA

Art. 1º -		Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:
09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10302142.035 – Atenção Media e Alta Complexidade Ambulatorial		
(49) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.38 - Aplicação Direta		
6.478,83		
	Total Suplementação	6.478,83
Art. 2º -		Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.
Art. 3º -		Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Angelina, 08 de abril de 2019.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 042/2019

Publicação N° 1980652

Portaria N° 042/2019

“CONTRATA PROFESSOR TEMPORARIAMENTE.”

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina no uso das suas atribuições, de acordo com o art. 311 da Lei Complementar Municipal N° 021/2013, de 23/12/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar Nicole de Souza Sens, para exercer o cargo de Professor nível/referência (1020-2-A), com carga horária semanal de 20 (vinte) horas e vencimento mensal de R\$ 1.754,49 (um mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), para desenvolver suas atividades no C.M.E.I Chapeuzinho Vermelho em substituição à professora titular que está em licença com início em 25/03/2019 e término em 08/08/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25/03/2019.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 26 de Março de 2019.
Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2019

Publicação Nº 1980653

Portaria Nº 043 /2019

"CONTRATA TEMPORARIAMENTE."

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina no uso das suas atribuições, de acordo com o art. 311 da Lei Complementar Municipal Nº 021/2013, de 23/12/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar Gilson Rodrigues Gonçalves para exercer o cargo de Médico II ESF, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e vencimento mensal de R\$ 5.316,63 (cinco mil trezentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), com início em 01/04/2019 e término em 30/10/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 01 de abril de 2019.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044/2019

Publicação Nº 1980654

PORTARIA Nº 044/2019

Concede Gratificação para atuar no Programa de Estratégia de Saúde da Família - ESF.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 54 § 1º da lei complementar nº 020/2013 de 23/12/2013,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Gratificação para atuar no Programa de Estratégia de Saúde da Família – ESF ao funcionário Gilson Rodrigues Gonçalves matrícula funcional nº 2009 ocupante do cargo de provimento em caráter temporário de Médico do quadro de pessoal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se

Angelina, 01 de Abril de 2019.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 023/2019

Publicação Nº 1980591

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 023/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 007/2019

CONTRATADA: Auto Posto Patrício Ltda.

CNPJ: 75.534.818/0001-93

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustíveis

OBJETO DO ADITIVO: Os valores do objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato, serão aplicados uma readequação de valores, sendo que o valor do item 1 do lote 1 (gasolina comum) passará de R\$ 4,08 (quatro reais e oito centavos) para R\$ 4,14 (quatro reais e quatorze centavos).

FUNDAMENTO: o presente aditivo encontra embasamento legal no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

LOCAL E DATA: Angelina/SC em 10 de abril de 2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019

Publicação Nº 1980444

MUNICÍPIO DE ANGELINA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – O Município de Angelina torna público que as 09:00 horas do dia 24 de abril de 2019, estará recebendo propostas para contratação de empresa para operacionalização, fiscalização, supervisão e gerenciamento da Central de Triagem de Resíduos Sólidos deste Município. A íntegra do Edital encontra-se à disposição na Prefeitura Municipal e no endereço: www.angelina.sc.gov.br. Angelina/SC, 11 de abril de 2019.

Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2019

Publicação Nº 1981150

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO destinados as unidades administrativas, Secretaria de Obras e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 09h20 do dia 24/04/2019.

Abertura: às 09h30 do dia 24/04/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 10 de Abril de 2019.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2019

Publicação Nº 1980625

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto na forma Registro de Preço a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS destinados à preparação de refeições aos servidores públicos municipais em atividades no interior do Município, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Recebimento das propostas: até 09h20min do dia 23/04/2019.

Abertura: às 09h30 do dia 23/04/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 10 de Abril de 2019.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****78ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Publicação Nº 1981619

78ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no dia 11/04/2019 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS		
Class.	Candidato	Inscrição
10º	JAQUELINE SOUZA DE CASTRO	290

Antônio Carlos, 11 de abril de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 42/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 27/2019

Publicação Nº 1981216

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n. 42/2019. Modalidade: Pregão Presencial n. 27/2019. Tipo: Menor preço por lote. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de reparador de pavimento asfáltico e para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recuperação de pavimentação asfáltica para manutenção das vias do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 24 de abril de 2019, as 09h00min, na sede desta Prefeitura. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações do Município de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 10 de abril de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

AVISO PP 48/2019

Publicação Nº 1979191

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 48/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA 24ª TANGEFEST, A SER REALIZADA NOS DIAS 14, 15 E 16 DE JUNHO DE 2019, NO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, PRODUÇÃO DOS SHOWS E DEMAIS SERVIÇOS, DESCRITOS NO ANEXO I DESTA EDITAL

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 25/04/2019 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 25/04/2019 – Após as 09 horas e 20 minutos

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

EDITAL DE CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 004/2019

Publicação Nº 1980167

EDITAL DE CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 004/2019

O Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estão abertas inscrições para o Cadastro Simplificado nº 004/2019, objetivando a seleção de candidato ao preenchimento de vaga de Professor de Inglês, para admissão em caráter temporário, haja vista a ausência de interessados e aprovados em seleção anterior, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 169/2017 de 20 de setembro de 2017, e na lei Complementar nº 122/2012 de 23/03/2012 e suas alterações.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Para a vaga de Professor de Inglês - o Cadastro Simplificado consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção, para contratação de profissionais, conforme quadro abaixo:

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MINIMA	VENCIMENTO INICIAL
Professor de INGLÊS	Até 40 horas	Habilitado: Ensino Superior – Habilitação em Língua Estrangeira – Inglês Não Habilitado: cursando a partir da 2ª fase de Letras Língua Estrangeira – Inglês ou cursando a partir da 2ª fase de disciplinas relacionadas a linguagens (língua portuguesa, língua estrangeira, educação física) (conforme Proposta Curricular de Santa Catarina).	Habilitado: 2.570,78 Não Habilitado: 1.858,94

- Além do vencimento terão os benefícios de auxílio alimentação em conformidade com a previsão legal.

2. DO CADASTRO:

O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função, antes de efetuar seu cadastro.

2.1. São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

2.1.1 nacionalidade brasileira

2.1.2 idade mínima de dezoito anos

2.1.3 quitação com as obrigações eleitorais e militares

2.1.4 nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo

2.1.5 aptidão física mental

2.2. O período para cadastramento será de 15 a 18 de abril de 2019 no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

2.3. O local dos Cadastramentos: Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Quintino Bocaiúva, 770 - Centro, Apiuna/SC.

2.4. Os documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato do cadastro do presente edital, conforme abaixo relacionados:

- Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF;
- Comprovante de votação da última eleição;
- Comprovante de Escolaridade para comprovação da habilitação mínima exigida
- Cursos de Formação para o cargo de Professor de História

2.5. Os cadastros poderão ser feitos pessoalmente ou por procuração individual, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do Documento de Identidade do candidato e RG do procurador.

3. DA PUBLICAÇÃO DOS CADASTROS E SUA CLASSIFICAÇÃO FINAL

3.1. A lista com os cadastros realizados e a classificação final dos candidatos será publicada no site do município no dia 22 de abril de 2019.

4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO.

4.1. ANÁLISE DE TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL

4.1.1. Os candidatos deverão entregar, no momento do cadastro, cópia e original da documentação que comprove a formação para conferência, ou, apresentar cópia reprográfica autenticada.

4.1.2. As comprovações consistem em apresentar os documentos que atestem a formação diplomas de graduação, especialização, certificados de cursos na área.

4.1.3. A valoração da análise de Títulos para o cargo de Professor terá a seguinte definição:

PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES DE INGLÊS HABILITADOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO	
Certificado de conclusão de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado.	Pós - Lato sensu	3,00 pontos
	Mestrado	5,00 pontos
	Doutorado	8,00 pontos
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Educação realizados a partir de Janeiro de 2017.	0,01 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2,00 pontos.	d

PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES DE INGLÊS NÃO HABILITADOS SERÁ COMPUTADA NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO máxima 8,00 pontos
Histórico emitido pela instituição de ensino, contendo as fases ou períodos já cursados.	3ª fase 3,00 pontos
	4ª fase 4,00 pontos
	5ª fase 5,00 pontos
	6ª fase 6,00 pontos
	7ª fase 7,00 pontos
A não apresentação deste documento não desclassifica o candidato, porém não será atribuída nota de títulos ao candidato.	8ª fase 8,00 pontos
	0,01 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2,00 pontos.

4.1.4. A classificação final será a somatória dos pontos da valoração da Análise de Títulos, na escala de 0 (zero) pontos à 10 (DEZ) pontos.

4.1.5. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- a) maior idade;
- b) maior número de filhos menores de 18 anos ou incapazes;
- c) sorteio;

4.1.6. O candidato terá prazo pra recurso contra a classificação final até às 17 horas do dia 24 de ABRIL de 2019.

4.1.7. A homologação do Resultado final e publicação dos recursos, ocorrerá até o dia 30 de abril de 2019.

5. DO REGIME JURÍDICO

5.1. O candidato aprovado será admitido em caráter temporário com base nas Leis Complementares nº 169/2017, de 20 de setembro de 2017 e 122/2012 de 23/03/2012 com suas alterações e sob as demais normas pertinentes. O contrato terá duração máxima de 01 (um) ano, podendo ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Apiuna, por conveniência administrativa.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. No ato o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;

- Fotocópia de CPF;
- Carteira de Trabalho;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Fotocópia da carteira de vacinação do(s) filho(s) menores de 14 anos;
- Fotocópia do título de eleitor;
- Atestado Médico (físico e mental);
- Comprovante de residência;
- Certificado de Reservista (MAS);
- PIS/PASEP;
- Registro no Conselho de classe pertinente
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Declaração de não Acumulação de Cargo Público;
- Cópia autenticada do comprovante de habilitação exigida para o cargo.

6.2. A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Cadastro Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes de seu cadastramento, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

6.3. Os professores serão convocados conforme a listagem em que estiverem classificados, ou seja, serão convocados inicialmente conforme necessidade do município os Classificados na Lista de HABILITADOS e somente após terem sido chamados todos desta lista é que poderá ser iniciada a convocação dos Classificados da Lista de NÃO HABILITADOS.

6.4. Os candidatos convocados para as vagas terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para entregar a documentação no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Apiúna, sob pena de perda da respectiva vaga.

6.5. A convocação dos candidatos será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, via e-mail, telefone e/ou correio.

7. DOS RECURSOS

7.1. Caberá recurso, através de requerimento escrito devidamente fundamentado, em qualquer ato do Cadastro Simplificado publicado, diretamente ao Setor da Prefeitura Municipal de Apiúna, em até 02 (dois dias) úteis contados da divulgação do ato a ser impugnado.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 O prazo de vigência deste Cadastro Simplificado será de um ano, a contar da data da homologação do resultado final.

8.2 A avaliação dos candidatos deste Cadastro Simplificado ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Apiúna que os conservará por um período de 6 (seis) meses, após a homologação do resultado.

Apiúna – SC, 09 de abril de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

Anexo I

ESTADO DE SANTA CATARINA			
MUNICÍPIO DE APIÚNA			
INSCRIÇÃO PARA CADASTRO SIMPLIFICADO – Professor de Inglês			
EDITAL Nº 004/2019			
NOME DO (A) CANDIDATO (A)			Nº DA INSCRIÇÃO
IDENTIDADE	CPF	TÍTULO DE ELEITOR	DATA DE NASCIMENTO
ENDEREÇO			TELEFONE
APIÚNA (SC), ____ DE _____ DE 2019.		Declaro que aceito todas as normas especificadas no Edital de abertura deste Cadastro Simplificado, sou responsável pelo preenchimento da Ficha de Inscrição, pelas informações aqui prestadas e pela conferência da documentação anexa, perante a presença do Responsável pelo recebimento.	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA INSCRIÇÃO		ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)	
Títulos		PONTUAÇÃO	
a)Escolaridade/Graduação Superior / HABILITADO			

b) Escolaridade/FASE CURSADA NÃO-HABILITADO	
C) Cursos de Pós Graduação/Especialização	
d) Mestrado ou Doutorado	
e) Cursos de capacitação e /ou aperfeiçoamento (0,01 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso) máximo 200 horas	
TOTAL DE PONTOS	

Arabutã

PREFEITURA

CONTRATO ACT 44/2019

Publicação Nº 1980252

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 044/2019

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e ADRIELI CISOTTO LODI inscrita no CPF/MF sob o nº. 080.169.169-96, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Professora na vaga ocupada pela professora Taise Wentz que está de licença maternidade para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2018, em conformidade com a LC nº. 210, de 28 de junho de 2018;

1) VIGÊNCIA: de 10 de abril a 13 de dezembro de 2019;

2) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;

3) VENCIMENTO: R\$1.592,37 (um mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos), conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;

4) CARGO/FUNÇÃO: Professora;

5) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação –P.E.C; E.E.I.C.M

6) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino;

7) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;

8) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 10 de abril de 2019.

Adrieli Cisotto Lodi Olguin
Contratada
Testemunhas:

Ricardo Metz
Prefeito em Exercício

Dulci Driemeier Losch
CPF/MF nº. 009.112.609-60

Glauca Potrattz
CPF/MF nº. 053.825.249-98

PORTARIA 135/2019

Publicação Nº 1980450

PORTARIA Nº 135/2019

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, à servidora TAISE DAIANE FUCHS WENTZ, inscrita no CPF sob nº. 082.512.199-06, ocupante do cargo de Provimento temporário de Professora, licença maternidade conforme art.104 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 08 de abril de 2019.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 08 de abril de 2019.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de abril de 2019.

OLGUIN RICARDO METZ
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Paulo Vinicius Hassemer
Responsável pela publicação.

PORTARIA 136/2019

Publicação Nº 1980360

PORTARIA Nº. 136/2019

PRORROGA LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a licença maternidade da servidora ROSELI DRESSEL ZUHL inscrita no CPF sob nº. 046.471.469-95, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, por mais 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia 15 de abril 2019, conforme art.105 da Lei Complementar nº159/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de abril de 2019.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Paulo Vinicius Hassemer

Responsável pela publicação.

PORTARIA 137/2019

Publicação Nº 1980908

PORTARIA Nº 137/2019

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º SUSPENDER, a partir do dia 12 de abril 2019, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 127/2019, de 27 de março de 2019, da servidora REGELENE ISABEL SCHNEIDER BOHLKE, inscrita no CPF sob nº. 867.430.079-00, ocupante do cargo de Gerente, sendo que os 20 dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de abril de 2019.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Paulo Vinicius Hassemer

Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2019

Publicação Nº 1980890

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0007/2019 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA MISTA NECESSÁRIA À MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 25/04/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 25/04/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 10 de abril de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 019/2019

Publicação Nº 1980919

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 26 de Abril de 2019, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 019/2019, na modalidade de Tomada de Preço.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade:

“Pavimentação em lajotas hexagonais, drenagem pluvial, pavimentação dos passeios em paver e sinalização viária do trecho II da Rua Orlando Klaumann, no município de Aurora SC”.

Aurora, 10 de Abril de 2019.

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1981388

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA
SECRETARIA DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2019
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2019
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: registro de preços para a futura e eventual "Aquisição parcelada, de acordo com a necessidade, de material odontológico para o Fundo Municipal de Saúde de Balneário Arroio do Silva, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital".

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 10.520/02, Le nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13h00min do dia 25 de abril de 2019, no Setor de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situado na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (48)3526-1445. Email: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br,

Balneário Arroio do Silva, 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA
Secretário de Saúde

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PP 002/2019 PMBP

Publicação Nº 1980504

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
 PROCESSO ADMINISTRATIVO 006/2019 PMBP
 PREGÃO PRESENCIAL 002/2019 PMBP
 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
 HOMOLOGADO 05/04/2019

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS ATENDENDO AS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

RAFFAELLI MOCELIN ANDRADE 95305009987 – R\$ 5.849,28

ELTON LUIZ MADEIRA ME – R\$ 8.208,00

MARTA RAVAZIO DE MORAES MAZURECK – R\$ 1.798,76

KAFER COMERCIO LTDA – R\$ 4.404,72

AGUAVOLT COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – R\$ 183.861,89

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BARRA SUL – R\$ 249.742,75

Balneário Piçarras, 05 de abril de 2019

LEONEL JOSÉ MARTINS – Prefeito Municipal

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2019 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1981125

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2019 - PMBP
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 – PMBP
 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ERRATA TERMO DE REFERÊNCIA

ONDE SE LÊ:

5	5	3980	PCT	
Produto: Café Tradicional torrado e moído - sabor tradicional, com selo de pureza ABIC, embalagem primária a vácuo de 500 gramas. Nota de no mínimo 4,50 de acordo com avaliação de qualidade global. A embalagem secundária do produto deverá ser de caixa, com as abas superiores e inferiores totalmente vedadas. A embalagem terciária do produto deverá ser de caixa de papelão reforçado, com as abas superiores e inferiores totalmente vedadas com fita adesiva plastificada, com capacidade para no máximo 10 kg. O produto deverá possuir ficha técnica e laudo de avaliação de qualidade global.				

LEIA-SE:

5	5	3980	PCT	
Produto: Café Tradicional torrado e moído - sabor tradicional, embalagem primária a vácuo de 500 gramas. Nota de no mínimo 4,50 de acordo com avaliação de qualidade global. A embalagem secundária do produto deverá ser de caixa, com as abas superiores e inferiores totalmente vedadas. A embalagem terciária do produto deverá ser de caixa de papelão reforçado, com as abas superiores e inferiores totalmente vedadas com fita adesiva plastificada, com capacidade para no máximo 10 kg. O produto deverá possuir ficha técnica e laudo de avaliação de qualidade global.				

ERRATA EDITAL

ONDE SE LÊ

2. AMOSTRAS

2.1 ...

2.1.1 ...

2.1.2 ...

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelos distribuidores da sede da comarca da pessoa jurídica.

LEIA-SE

2. AMOSTRAS

2.1 ...

2.1.1 ...

2.1.2 ...

2.1.3 Para o item 05 (Café) juntamente com a amostra deverá ser apresentado Certificado de Qualidade emitido pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) ou Laudo de Controle da qualidade do café cotado, emitido por laboratório habilitado pelo Ministério da Saúde, ou creditado pelo Ministério da Agricultura (ou órgãos vinculados a esses Ministérios) ou pelo INMETRO, comprovando o atendimento das características constantes na Resolução RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001, ANVISA; Resolução RDC nº 277, de 22 de setembro de 2005, ANVISA; Resolução RDC nº 07, de 18 de fevereiro de 2011, ANVISA, sob pena de desclassificação.

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I. Certidão Negativa de Falência ou Concordata SAJ expedida pelos distribuidores da sede da comarca da pessoa jurídica.

II. Certidão Negativa de Falência ou Concordata EPROC expedida pelos distribuidores da sede da comarca da pessoa jurídica.

Balneário Piçarras, 10 de abril de 2019.

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2019 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1981050

PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2019 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MULTIENTIDADE

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR LOTE para Registro de preços visando à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimentos de peças e óleos, atendendo as secretarias municipal, Polícia Civil e Polícia Militar do município de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 26/04/2019 às 09h. Data da Sessão Pública: 26/04/2019 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 05 de abril de 2019. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2019

Publicação Nº 1980569

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
CÂMARA MUNICIPAL DE PIÇARRAS	
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata de SRP nº:	01/2019
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Manoel Santos Pereira & Cia Ltda
Objeto:	A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral para a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Balneário Piçarras.
Valor:	R\$ 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta reais)
Vigência:	Início: 10/04/2019 Término: 09/04/2020
Licitação:	Pregão Presencial 01/2019
Balneário Piçarras/SC, 10/04/2019	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/PMBR/2019

Publicação Nº 1981164

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/PMBR/2019.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 25/04/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras contratações de serviço de brigadista e segurança desarmada e capacitada, para eventos promovidos pelo Município de Balneário Rincão/SC, durante 12 (doze) meses, de acordo com as especificações deste edital e seus anexos.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 10 de Abril de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/PMBR/2019

Publicação Nº 1980881

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/PMBR/2019.

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 038/PMBR/2019, que tem como objeto: Registro de Preços para futuras contratações de serviços de instalações com fornecimentos de materiais de sinalização, nas ruas, avenidas e demais logradouros públicos do Município de Balneário Rincão - SC., conforme especificações (Anexo I – Termo de Referencia do edital), ficam inclusos os itens 06 e 07 na Planilha de Orçamento do Anexo I - Termo de Referencia do referido Edital:

ITEM	OBJETO	UN	QTDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	Fornecimento e implantação de tachão refletiva bidirecional, dimensão aprox.; 25x15x5cm, na cor amarela.	UN	1750	R\$ 22,50	R\$ 39.375,00
07	Fornecimento e implantação de tacha refletiva bidirecional, tipo I dimensão aprox.; 10x9,5x2cm, bco/verm.	UN	4660	R\$ 10,90	R\$ 50.794,00
	Valor total				R\$ 90.169,00

Feita as retificações do Edital, fica prorrogado para o dia: 24/04/2019 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 09 de Abril de 2019.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

ATA 003/2019 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/SAMAE/2019

Publicação Nº 1981051

Página: 1/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020

Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ADAPTADOR JE PVC X FERRO FUNDIDO 100X110	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFER SANE	0	30,0000	1
2			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	45,0000	2
3			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	CEB	0	48,9600	3
2	ADAPTADOR P/ LIG. RAMAL PREDIAL C/REGISTRO BORBOLETA ¾	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFER SANE	0	4,1500	1
2			BRASIDAS EIRELI (535)	doalplastic	0	4,2000	2
3			FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	DOAL PLASTI	0	6,1300	3
3	ADAPTADOR PARA LIGACAO RAMAL PREDIAL 20MMX 3/4	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFER SANE	0	0,9900	1
2			SANEFOR ALMEIDA HIDRAULICA LTDA (537)		0	1,0000	2
3			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPAL	0	1,4000	3
4	ADAPTADOR PEAD DE 20MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFER SANE	0	0,9900	1
2			SANEFOR ALMEIDA HIDRAULICA LTDA (537)		0	1,0000	2
3			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPAL	0	1,4000	3
5	ADAPTADOR SOLD. PVC CURTO C/ROSCA 25X3/4	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,2400	1

Página: 2/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

6	ADESIVO PVC FRASCO 1000ML	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,2500	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,3500	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,4000	4
			BRASIDAS EIRELI (535)	pisafix	0	25,9200	1
7	ADESIVO PVC FRASCO 175ML COM PINCEL	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PULVITEC	0	33,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	35,7000	3
			BRASIDAS EIRELI (535)	pisafix	0	6,5900	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PULVITEC	0	9,0000	2
8	ALICATE ALUMINIO PICORTE DE TUBO PEAD 20MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PULVITEC	0	10,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	METALVAX	0	50,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	0,6000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	gibabor	0	0,6300	2
9	ANEL DE BORRACHA JE PBA DE 60	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	GIBABOR	0	0,6900	3

Página: 3/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	ANEL DE BORRACHA, JE PBA DE 75	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	GIBABOR	0	0,8900	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	gibabor	0	0,9000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	JCM	0	0,9700	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	GIBABOR	0	1,6000	4
11	ANEL DE BORRACHA, JGS PARA FOFO DN 300	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	JCM	0	14,9600	1
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	GIGA	0	28,9400	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	gibabor	0	29,1200	3
12	ANEL DE BORRACHA, JGS PARA FOFO DN 400	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	JCM	0	36,5000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	GIBABOR	0	36,9000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	gibabor	0	46,6900	3
13	ANEL DE BORRACHA, JGS PARA FOFO DN 75 M	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	JCM	0	3,4300	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	GIBABOR	0	4,7500	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	gibabor	0	4,7500	3

Página: 4/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	GIBABOR	0	4,7500	4
14	ARRUELA DE VEDAÇÃO 3/4	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	0,1200	1
			METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP (536)	SAF	0	0,1800	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PERPLAST	0	0,2200	3
15	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA SOLDÁVEL 60X50	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,8500	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	1,8700	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	2,8500	3
16	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1 X 1/2	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	0,8000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	1,0200	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	1,2500	3
17	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1 X 3/4	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,9900	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	1,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	1,1600	3

Página: 5/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	BUCHA DE REDUCAO ROSCAVEL 3 X 2.1/2	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (439)	TIGRE	0	27,8100	1
19	BUCHA DE REDUCAO ROSCAVEL 3/4 X 1/2	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	32,0000	2
		UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,3200	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,3300	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,6000	3
20	BUCHA DE REDUCAO SOLDADAVEL CURTA 110X85	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	16,2900	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	29,7000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	30,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	30,0000	4
21	BUCHA DE REDUCAO SOLDADAVEL CURTA 25X20	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,2100	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,2200	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	0,3080	3
22	BUCHA DE REDUCAO SOLDADAVEL CURTA 32X25	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,3700	1

Página: 6/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	BUCHA DE REDUCAO SOLDABEL CURTA 40X32	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,3800	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,4100	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,7800	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,7900	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	PLASTILIT	0	0,8000	3
24	BUCHA DE REDUCAO SOLDABEL CURTA 75X60MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	5,1000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	5,1500	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	6,5000	3
25	BUCHA DE REDUCAO SOLDABEL LONGA DE 60X50	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	4,4200	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	5,6400	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	6,0000	3
26	BUCHA DE REDUCAO SOLDABEL LONGA 110X60MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	18,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	24,7100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 7/56

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020		Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
27	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL LONGA 110X75MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	25,0000	3	
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	12,5000	1	
			BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	12,6000	2	
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	25,0000	3	
28	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL LONGA 50X32	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,3000	1	
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	2,0000	2	
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	2,0100	3	
29	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL LONGA 60X25MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	3,1000	1	
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	3,1500	2	
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	3,3900	3	
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	4,0000	4	
30	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL LONGA 60X32	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	3,5500	1	
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	3,7000	2	

Página: 8/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	3,8500	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	4,5000	4
31	BUCHA DE REDUCAO SOLDADAVEL LONGA 75X50MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	3,8000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	7,0000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	7,7000	3
32	BUCHA DE REDUCAO SOLDADAVEL LONGA 85X60MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	6,9000	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	8,8000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	10,0000	3
33	BUCHA REDUCAO SOLDADAVEL CURTA PVC 50X40	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	1,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	1,5100	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,7400	3
34	BUCHA REDUCAO SOLDADAVEL CURTA PVC 60X50	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,8000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	2,2100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 9/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020		Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
35	BUCHA REDUCAO SOLDAVEL LONGA PVC 50x25	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	3,0000	3	
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,5000	1	
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	1,5500	2	
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	2,0000	3	
36	CAP JGS FOFO DN 100 MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	2,2000	4	
			BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	66,9300	1	
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	INAPI	0	100,0000	2	
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	INAPI	0	105,0000	3	
37	CAP PVC JE PBA DN 50 MM/ DE 60 MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	105,0000	4	
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	4,9000	1	
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	5,0000	2	
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	6,0000	3	
38	CAP PVC JE PBA DN 75 MM/ DE 85 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	ASPERBRAS	0	9,5000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 10/56

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020		Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
39	CAP PVC JE PBA DN 100 MM/DE 110 MM		G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	9,6000	2			
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	11,5500	3			
		UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	ASPERBRAS	0	16,0000	1			
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	16,2000	2			
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	18,0000	3			
40	CAP PVC SOLDAVEL DN 60		C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	4,0000	1			
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	5,1000	2			
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	5,5000	3			
41	CAP ROSCAVEL 1/2		HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	CARDINALI	0	0,4500	1			
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,4700	2			
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,5300	3			
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,6000	4			
42	CAP ROSCAVEL 3/4		HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	0,5900	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 11/56

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020							
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	CAP SOLDAVEL 20 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,6000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,7000	3
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,2900	1
			G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,3000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,3300	3
44	CAP SOLDAVEL 25 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,4400	1
			G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,4500	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,4700	3
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,7700	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,7800	2
45	CAP SOLDAVEL 32 MM	UN	VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	0,9900	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)		0	1,0000	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	1,1000	2
46	CAP SOLDAVEL 40 MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)		0	1,0000	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	1,1000	2

Página: 12/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020							
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	CAP SOLDAVEL 50 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	1,2500	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,2500	4
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	2,2400	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	2,2500	2
48	CAP SOLDAVEL 60MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	2,4900	3
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	3,3000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	3,3600	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	5,0000	3
49	CAP SOLDAVEL 85MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	10,8800	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRAULICA E S (279)	VDA	0	14,3000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	17,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	110,0000	1
50	CHAVE PARA OBTURADOR DE SUPRESSÃO	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	110,0000	1
51	COLAR DE TOMADA DN 200 MM X 3/4	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	40,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 13/56

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020							
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	COLAR DE TOMADA DN 250 MM X 3/4	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	42,0000	2
			C.E. IMACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	50,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	55,0000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	55,0000	2
53	COLAR DE TOMADA DN 300 MM X 3/4	UN	C.E. IMACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	60,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	70,1000	1
			C.E. IMACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	90,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	90,1000	3
54	COLAR DE TOMADA DN 350 MM X 3/4	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	124,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	125,0000	2
			VITER TUBOS E CONEXOES EIRELI (534)	HDS	0	128,0000	3
			C.E. IMACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	135,0000	4
55	COLAR DE TOMADA DN 150 MM X 3/4	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	32,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 14/56

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	COLAR DE TOMADA PVC C/ TRAVAS DE 32MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	34,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	40,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	3,7000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amarco	0	3,8000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	IPAL	0	4,0000	3
57	COLAR DE TOMADA PVC C/ TRAVAS DE 40MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	4,0000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	DOAL	0	4,2000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	AMANCO	0	4,5000	3
58	COLAR DE TOMADA PVC C/ TRAVAS DE 50MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	4,9000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	DOAL	0	4,9500	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	IPAL	0	5,5000	3
59	COLAR DE TOMADA PVC C/ TRAVAS DE 75MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPAL	0	6,8900	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	IPAL	0	6,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 15/56

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020		Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINÇÃO/SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
60	COLAR DE TOMADA PVC C/ TRAVAS DE 85MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	DOAL	0	8,1600	3	
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	6,7000	1	
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	DOAL	0	6,8000	2	
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPAL	0	8,0000	3	
61	COLAR DE TOMADA PVC C/ TRAVAS/REFORÇO BLINDADO DE 60MM	UN	FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	DOALPLASTIC	0	9,0000	1	
			BRASIDAS EIRELI (535)	doalplastic	0	9,4000	2	
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	DOAL	0	9,7000	3	
62	COLAR DE TOMADA PVC COM TRAVAS 110MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPAL	0	9,5000	1	
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	DOAL	0	9,9000	2	
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	11,4950	3	
63	CRUZETA PVC BBBB JE DN 100 MM/DE 110	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	61,0000	1	
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	61,5000	2	
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	80,0000	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 16/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	SANETIL	0	80,0000	4
64	CRUZETA PVC BBBB JE DN 50 MM /DE 60 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	17,1800	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	TIGRE	0	17,3000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	TIGRE	0	25,0000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	SANETIL	0	25,0000	4
65	CRUZETA PVC BBBB JE DN 75 MM /DE 85 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	38,2500	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	38,2800	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	56,0000	3
66	CURVA 45 PVC JE PB PBA DN 50 MM/DE 60	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	10,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	HIFERSANE	0	14,0000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	16,7200	3
67	CURVA 45 SOLDAVEL DN 25 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	1,3000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	1,3200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 17/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	CURVA 45 SOLDÁVEL DN 50 MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	1,5000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	5,4300	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	5,4500	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	7,8000	3
			BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	205,0000	1
69	CURVA 90 COM BOLSA JGS FOFO DN 150 MM	UN	LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	209,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	INAPI	0	213,0000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PHS	0	225,0000	4
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	INAPI	0	256,0000	5
			BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	320,0000	1
70	CURVA 90 COM BOLSA JGS FOFO DN 200 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	INAPI	0	322,5000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PHS	0	355,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	INAPI	0	378,0000	4

Página: 18/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	378,0000	5
71	CURVA 90 COM BOLSA JGS FOFO DN 250 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	495,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	INAPI	0	499,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PHS	0	530,0000	3
			LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	575,0000	4
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	INAPI	0	575,0000	5
72	CURVA 90 COM BOLSA JGS FOFO DN 300 MM	UN	LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	930,0000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PHS	0	940,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	INAPI	0	943,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	INAPI	0	955,0000	4
73	CURVA 90 PVC JE PB PBA DN 100 MM/DE 1	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	50,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	60,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	84,1300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 19/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	CURVA 90 PVC JE PB PBA DN 50 MM/DE 60	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	10,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	15,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	SANETIL	0	20,4000	3
75	CURVA 90 PVC JE PB PBA DN 75 MM/DE 85	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	25,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	30,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	amarco	0	41,1900	3
76	CURVA 90 SOLDAVEL DN 32 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	2,9900	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	3,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	3,3000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	3,5000	4
77	CURVA 90 SOLDAVEL DN 40 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	4,1000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	4,2000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	5,5000	3

Página: 20/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	CURVA 90 SOLDABEL DN 50 MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (439)	PLASTILIT	0	6,1000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	6,1500	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	6,5000	3
79	CURVA 90 SOLDABEL DN 60 MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	7,5000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	12,9700	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (439)	PLASTILIT	0	17,0000	3
80	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 50 M	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTIFITA	0	3,0900	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	signal	0	3,1000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	POLYFITA	0	4,5000	3
81	FURADEIRA LIGAÇÃO PREDIAL C/ REGISTRO BORBOLETA ¾	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	TIGRE	0	350,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	370,0000	2
82	GRAXA LUBRIFICANTE NAUTICA 3L	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	GARIN	0	180,0000	1
83	HIDROMETRO VAZAO 3,0 M3/H MODELO MULT	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	SAGA	0	74,9000	1

Página: 21/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	<p>HIDROMETRO UNIATO PARA ÁGUA FRIA COM TRANSMISSÃO MAGNÉTICA, VAZÃO NOMINAL DE 0,75M³/H, VAZÃO MÁXIMA DE 1,5M³/H, DIÂMETRO NOMINAL DE 3/4", RELOJOARIA SECA, ORIENTÁVEL COM GIRO ATÉ 360° E INCLINADA A 45°, LEITURA DIRETA, CARCAÇA EM LIGA METÁLICA COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE, SEM CONEXÕES, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DA CLASSE METROLÓGICA b, CÚPULA EM POLICARBONATO, COMPRIMENTO DE 115MM PARA INSTALAÇÃO COM EXTREMIDADE LONGA E CURTA, CONFORME AS NORMAS NBR 212/99 E NBR 81944 DA ABNT, E PORTARIA 246 DE 17/10/00 DO INMETRO, IDH DE NO MÍNIMO 93% NA VAZÃO MÍNIMA APÓS 100H DE TESTE EM BANCA DA O SAMAE PODERÁ A SEU CRITÉRIO DEFINIR LOTE OU PARTE DO MESMO PARA EXAMES E TESTES EM AUTARQUIA OU ÓRGÃO PÚBLICO A SUA ESCOLHA PARA VERIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES ACIMA ELENCADAS. CASO OS TESTES SEJAM REPROVADOS, TODAS AS CUSTAS DE INSPEÇÃO, DESLOCAIMENTO E DE MAIS SERÃO ARCADAS PELO FORNECEDOR VENCEDOR. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, ACURILIDADE NA LEITURA MÍNIMA DE 3 ANOS E VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 3 ANOS.</p>	UN	METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP (536)	Hidrometer	0	75.0000	2
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	FAE	0	93.0800	3
			NB FALCE & CIA LTDA (15)	ITRON	0	60.3000	1
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	FAE	0	68.9000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIDROMETER	0	70.0000	3
4			BRASIDAS EIRELI (535)	saga	0	70.0000	4
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	SAGA	0	70.0000	5

Página: 22/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	HIDROMETRO UNIATO PARA AGUA FRIA COM TRANSMISSÃO MAGNÉTICA, VAZÃO NOMINAL DE 0,75M³/H, VAZÃO MÁXIMA DE 1,5M³/H, DIÂMETRO NOMINAL DE 3/4", RELOJOARIA SECA, ORIENTÁVEL COM GIRO ATÉ 360° E INCLINADA A 45°, LEITURA DIRETA, CARÇAÇA EM LIGA METÁLICA COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE, SEM CONEXÕES, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DA CLASSE METROLÓGICA b, CÚPULA EM POLICARBONATO, COMPRIMENTO DE 115MM PARA INSTALAÇÃO COM EXTREMIDADE LONGA E CURTA, CONFORME AS NORMAS NBR NM 212/99 E NBR 8194/ DA ABNT, E PORTARIA 246 DE 17/10/00 DO INMETRO, IDH DE NO MÍNIMO 93% NA VAZÃO MÍNIMA APOS 100H DE TESTE EM BANCA DA O SAMAE PODERÁ A SEU CRITÉRIO DEFINIR LOTE OU PARTE DO MESMO PARA EXAMES E TESTES EM AUTARQUIA OU ORGAO PUBLICO A SUA ESCOLHA PARA VERIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES ACIMA ELENCADAS. CASO OS TESTES SEJAM REPROVADOS, TODAS AS CUSTAS DE INSPEÇÃO, DESLOCAIMENTO E DE MAIS SERÃO ARCADAS PELO FORNECEDOR VENCEDOR. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, ACURILIDADE NA LEITURA MÍNIMA DE 3 ANOS E VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 3 ANOS.	UN	FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	FAE	0	68,0000	1
86	HOSTIA PARA CORTE	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	SAGA	0	68,1000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	saga	0	70,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	HIDROMETER	0	70,0000	4
86	HOSTIA PARA CORTE	UN	METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP (535)	SAF	0	0,2200	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	HIFERSANE	0	0,5000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	VEDASYST	0	0,5000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PERPLAST	0	0,5000	4
87	JOELHO 90 ROSCAVEL GALVANIZADO 1.1/2	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	ka	0	11,7000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	HMECH	0	11,8000	2

Página: 23/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPC	0	15,0000	3
88	JOELHO 90 ROSCAVEL GALVANIZADO 2	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	ka	0	17,7300	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPC	0	23,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	HMECH	0	25,5000	3
89	JOELHO 90 ROSCAVEL GALVANIZADO 2.1/2	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	ka	0	31,0100	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	HMECH	0	42,5000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPC	0	48,0000	3
90	JOELHO 90 ROSCAVEL PVC ¾ COM REFORÇO BLIDADO	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	1,9500	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	1,9900	2
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	POUERG	0	3,1100	3
91	JOELHO 90 ROSCAVEL PVC 1	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	2,3900	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	2,4000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	2,5400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 24/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

92	JOELHO 90 SOLDABEL DN 20 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,1600	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,1700	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,3000	3
93	JOELHO 90 SOLDABEL DN 25 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,2400	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,3000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,3500	3
94	JOELHO 90 SOLDABEL DN 32 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,9500	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,9900	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	1,0000	3
95	JOELHO 90 SOLDABEL DN 40 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	2,0500	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	2,0900	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (436)	PLASTILIT	0	2,5500	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	3,0000	4

Página: 25/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	JOELHO 90 SOLDAREL DN 50 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	1,7200	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	2,2100	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	PLASTILIT	0	3,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	3,0000	4
97	JOELHO 90 SOLDAREL DN 60 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	8,4500	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	8,4900	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	PLASTILIT	0	12,5000	3
98	JOELHO 90 SOLDAREL DN 85 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	21,2300	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	40,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	41,3500	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	TIGRE	0	41,3500	4
99	JOELHO 90 SOLDAREL E COM ROSCA DN 25	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,3000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	1,5300	2

Página: 26/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	1,5500	3
100	JOELHO 90 SOLDÁVEL E COM ROSCA DN 32	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	4,9400	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	4,9500	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)		0	6,2000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	6,2000	4
101	JOELHO 90 SOLDÁVEL E COM ROSCA 20 X 1/2	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,6700	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,6800	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	0,7200	3
102	JOELHO COMPRESSÃO 90° PARA TUBO PEAD ¾	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	2,9500	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	dealplastic	0	3,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	4,7600	3
103	JUNCAO EM Y 400MM	UN	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	INAPI	0	5,517,2500	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PHS	0	7,650,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 27/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	JUNTA MECANICA DE FERRO FUNDIDO 150	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	INAPI	0	7.750,0000	3
			VITER TUBOS E CONEXOES EIRELI (534)	VITER	0	420,0000	1
			LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	440,0000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	GOOD STEEL	0	594,0000	3
105	JUNTA MECANICA DE FERRO FUNDIDO 200	UN	LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	730,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	739,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (436)	FUNCY	0	935,0000	3
106	JUNTA MECANICA DE FERRO FUNDIDO 250	UN	LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	900,0000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (436)	FUNCY	0	940,0000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	GOOD STEEL	0	1.188,0000	3
107	KIT CAVALETE PP/PVC 3/4	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	29,9000	1
			FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	POLIERG	0	30,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	HIFERSANE	0	35,0000	3

Página: 28/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	LACRE AZUL ANTI FRAUDE PARA HIDROMETRO	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	0,4000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PERPLAST	0	0,5000	2
			METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP (536)	SAF	0	0,6000	3
109	LACRE VERMELHO ANTI FRAUDE PARA HIDROMETRO	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	0,4000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PERPLAST	0	0,5000	2
			METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP (536)	SAF	0	0,6000	3
110	LUVA CORRER PVC P/TUBO SOLDAVEL DN 32MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	4,8000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	7,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	7,0800	3
111	LUVA CORRER PVC P/TUBO SOLDAVEL DN 40MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	5,8000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	10,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	10,7400	3
112	LUVA DE CORRER JE DEFOFO DN 100MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	24,8000	1

Página: 29/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	LUIVA DE CORRER JE DEFOFO DN 150MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	24,9000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	amarco	0	40,0600	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	39,9000	1
114	LUIVA DE CORRER JE DEFOFO DN 200MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	40,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	amarco	0	53,6500	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	75,0000	1
115	LUIVA DE CORRER JE DEFOFO DN 250MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	115,0000	2
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	INFRAFORT	0	117,3200	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	160,0000	1
116	LUIVA DE CORRER PVC JE PBA DN 100 MM/ DE 110	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	180,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	amarco	0	252,3300	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	23,5000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amarco	0	23,8000	2

Página: 30/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	25,0000	3
117	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN 40/ DE 50MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	8,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	10,8000	2
			G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	12,0000	3
118	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN 50 MM/ DE 60MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	6,6000	1
			G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	6,6500	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	ASPERBRAS	0	8,0000	3
119	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN 65/ DE 75MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	12,9000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	13,0000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	PVC	0	13,2000	3
			G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	17,5100	4
120	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN 75 MM/ DE 85MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	18,0000	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	PVC	0	19,8000	2

Página: 31/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	ASPERBRAS	0	20,0000	3
121	LUVA DUPLA DE COMPRESSAO PEAD PP 20 MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	1,2900	1
			SANEFOUR ALMEIDA HIDRAULICA LTDA (537)		0	1,3000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	IPAL	0	1,8000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	HIFER	0	1,8000	4
122	LUVA JM 85MM DE FERRO FUNDIDO P/ PVC	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	279,0000	1
			FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	FANUEL	0	280,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PHS	0	285,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	INAPI	0	305,0000	4
123	LUVA PVC DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL 25MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	3,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	4,2300	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	5,0000	3
124	LUVA ROSCAVEL DN 1/2" C/REFORÇO BLINDADO	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	1,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 32/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

125	LUVAS ROSCAVEL PVC DN 2	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	1,8900	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	DOAL	0	3,3000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	3,3000	4
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	6,1000	1
126	LUVAS ROSCAVEL PVC DN 2.1/2	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	6,2000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	8,5000	3
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	PVC	0	12,1000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	20,4000	2
127	LUVAS SOLDÁVEL DN 20 MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	21,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	TIGRE	0	21,0000	4
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,1900	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,2000	2
128	LUVAS ROSCAVEL PVC DN 2.1/2	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,2200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 33/56

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

128	LUVA SOLDÁVEL DN 25 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,2800	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,2900	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,3500	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,5000	4
129	LUVA SOLDÁVEL DN 32 MM	UN	VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	PVC	0	0,4950	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,7600	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,8000	3
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,8000	4
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,8000	5
130	LUVA SOLDÁVEL DN 40 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	1,6000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	1,6500	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,6900	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	1,8000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 34/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

131	LUVA SOLDÁVEL DN 50 MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	1,6000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	1,6300	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	2,2000	3
132	LUVA SOLDÁVEL DN 60 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	5,4500	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	6,5000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	PVC	0	6,7100	3
133	LUVA SOLDÁVEL DN 85 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	11,9700	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	20,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	22,1000	3
134	LUVA SOLDÁVEL E COM ROSCA DN 25 MM X 1	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,5800	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,5900	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	1,8000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	1,8000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 35/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	LUVA SOLDAVEL E COM ROSCA DN 20 M X 1/2	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,4900	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,5000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	0,7000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,7000	4
136	LUVA SOLDAVEL E COM ROSCA DN 25X 3/4	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,6300	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,6700	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	1,1900	3
137	LUVA TRIPARTIDA C/ABRAC 150MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	197,0000	1
138	LUVA TRIPARTIDA C/ABRAC 200MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	780,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	784,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	943,5000	3
139	LUVA TRIPARTIDA C/ABRAC 250MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	1,000,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	1,040,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 36/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020							
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
140	LUVA TRIPARTIDA C/ABRAC 300MM		G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	1,190,0000	3
		UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	1,740,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	1,750,0000	2
141	NIPEL ROSCAVEL PVC DN 1/2		G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	1,790,0000	3
		UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,3200	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,3300	2
142	NIPEL ROSCAVEL PVC DN 3/4		HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,4000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	0,4000	4
		UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,3800	1
143	OBTURADOR P/SUPRESSAO DE AGUA 3/4		C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,3900	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRAULICA E S (279)	PVC	0	0,9900	3
		UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	5,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PANTHER	0	6,0000	2

Página: 37/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	PLUG ROSCAVEL ¼	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	0,2900	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,3000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,6000	3
145	REDUCAO PB 200X100 MM EM FERRO FUNDIDO	UN	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	INAPI	0	210,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	215,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PHS	0	230,0000	3
146	REDUCAO PVC JE PB PBA DE 85 MM X DE 60	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	9,5000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	TIGRE	0	10,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	14,6200	3
147	REDUCAO PVC JE PB PBA DE 110 MM X DE 60MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	17,9900	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	TIGRE	0	22,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	22,9800	3
148	REDUCAO PVC JE PB PBA DE 110 MM X DE 85MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	17,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 38/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

149	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL 100X110MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	18,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	19,0000	3
			BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	211,8600	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	283,6000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	0	298,0000	3
150	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN 20MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	UNIFORT	0	298,0000	4
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	VIQUA	0	298,0000	5
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastitit	0	3,9700	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	3,9900	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	5,0000	3
151	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN 25MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	0	6,0800	4
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastitit	0	4,5900	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	4,6000	2

Página: 39/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020		Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	0	5,4400	3			
152	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN 32MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	6,6000	1			
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	6,7000	2			
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	0	10,3700	3			
153	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN 40MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	11,5800	1			
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	0	12,0000	2			
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	12,5000	3			
154	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN 50MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	12,4000	1			
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	12,5000	2			
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	0	16,8300	3			
155	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN 60MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	19,1000	1			
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	19,5000	2			
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	PLASTILIT	0	30,0000	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 40/56

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

156	REGISTRO BOTBOLETA SOLDÁVEL 85MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	3
157	REGISTRO C/ FLANGE SOLD 50MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	2
158	REGISTRO COM BORBOLETA ROSCA MACHO/MACHO 3/4	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	1
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	DOAL PLASTIC	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	3
159	REGISTRO COM ESFERA SOLDÁVEL 75MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	3
160	REGISTRO COM FLANGE SOLDÁVEL 80MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	1

Página: 41/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	TIGRE	0	118,0000	2
161	REGISTRO DE ESFERA 75MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	VIQUA	0	85,0000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	COVAL	0	87,0000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	UNIFORT	0	124,0000	3
162	SERRA MANUAL BIMETAL	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	NICHOLSON	0	6,6400	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	VONDER	0	6,6500	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	NICHOLSON	0	9,0000	3
163	TAMPA T9FOFO	UN	FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	HDL	0	65,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	FANUEL	0	69,0000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	70,0000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	FANUEL	0	75,0000	4
164	TE COM BOLSAS JGSFOFO DN 150 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	257,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	INAPI	0	260,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

Página: 42/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	345,0000	3
165	TE DE CORRER DEFOFO DN 150MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	C&M	0	160,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	shiva	0	164,0000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	280,5000	3
166	TE DE RED FOFO DN 250X150	UN	VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	280,5000	1
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	INAPI	0	492,2600	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	513,9000	3
167	TE DE REDUCAO PVC JE PBA 85X60	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	27,2000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	34,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	35,0000	3
168	TE DE REDUCAO SOLDABEL PVC DN 40 MM X25MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	2,4000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTITIT	0	2,4900	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastitit	0	3,3500	3

Página: 43/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	TE FERRO FUNDIDO C/ BOLSAS JGS COM ANEL DE BORRACHA DN 150	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	277,5500	1
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	280,5000	2
			LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	345,0000	3
170	TE FERRO FUNDIDO C/ BOLSAS JGS COM ANEL DE BORRACHA DN 200	UN	VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	341,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	415,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	INAPI	0	450,0000	3
171	TE FERRO FUNDIDO C/ BOLSAS JGS COM ANEL DE BORRACHA DN 250	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	inapi	0	540,0000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PHS	0	550,0000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	660,0000	3
172	TE PEAD COMPRESSÃO 90° 20MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	doalplastic	0	5,8400	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	HIFER	0	6,8000	2
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	POLIERG	0	7,3200	3
173	TE PVC-JE BBB PBA DN 100 MM/DE 110MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	43,9400	1

Página: 44/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	53,5000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	55,0000	3
174	TE PVC JE BBB PBA DN 50 MM/DE 60 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	17,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	TIGRE	0	17,4000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	22,5610	3
175	TE PVC JE BBB PBA DN 75 MM/DE 85 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	TIGRE	0	31,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	31,5000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	38,5000	3
176	TE ROSCAVEL PVC DN 3/4 COM REFORÇO BLIDADO	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	3,5000	1
			FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	POLIERG	0	4,8700	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	4,9500	3
177	TE SOLDAVEL E COM ROSCA 25X3/4	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	1,4000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	1,4100	2

Página: 45/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	TE SOLDAVEL PVC DN 20 MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	2,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	2,0000	4
		UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,3600	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,3700	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,4000	3
179	TE SOLDAVEL PVC DN 25 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	0,4000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	0,4800	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	0,5000	3
180	TE SOLDAVEL PVC DN 32 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	1,6500	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	1,6800	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	2,0000	3
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	2,2000	4
181	TE SOLDAVEL PVC DN 40 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	3,4900	1

Página: 46/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
182	TE SOLDAVEL PVC DN 50 MM	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	3,5000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	4,0000	3
		UN	BRASIDAS EIRELI (535)	plastilit	0	3,2200	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	3,2400	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	3,8000	3
183	TE SOLDAVEL PVC DN 75 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	krona	0	20,9000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	KRONA	0	21,0000	2
			VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S (279)	VDA	0	29,7000	3
184	TUBETE CEGO PARA CORTE DO FORNECIMENTO D	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PERPLAST	0	1,0000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	1,4000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (439)	HIFER	0	1,5000	3
185	TUBETE CURTO DE PVC 3/4 COM ROSCA DE LATÃO(EXTREMIDADE)	UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	3,8000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	DOAL	0	5,0000	2

Página: 47/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

186	TUBETE LONGO DE PVC ¾ COM ROSCA DE LATÃO(EXTREMIDADE)	UN	FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	DOAL PLASTIC	0	5,6300	3
188		UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	HIFERSANE	0	4,0000	1
189		UN	FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	DOAL PLASTIC	0	6,4800	2
190		UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	DOAL	0	7,0000	3
191		UN	CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA (470)	CORR PLASTI	0	210,0000	1
192		UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	POLITEJO	0	280,0000	2
193		UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	290,0000	3
194		UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AMANCO	0	280,0000	1
195		UN	HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	POLITEJO	0	285,0000	2
196		UN	FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	TIGRE	0	270,0000	3
197		UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	TIGRE	0	277,0000	4
198		UN	CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA (470)	CORR PLASTI	0	102,3600	1
199		UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILT	0	145,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 48/56

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

198	TUBO PVC 12 JEI PBA DN 100 MM/DE 110 M	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	180,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	145,0000	1
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	CORR	0	177,3600	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	180,0000	3
199	TUBO PVC 12 JEI PBA DN 50 MM/DE 60 MM	UN	CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA (470)	CORR PLASTI	0	30,5000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	48,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	53,0000	3
200	TUBO PVC 12 JEI PBA DN 50 MM/DE 60 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	46,9000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	47,0000	2
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	CORR	0	53,2100	3
201	TUBO PVC 12 JEI PBA DN 75 MM/DE 85 MM	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	99,9500	1
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	CORR	0	99,9900	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	ELLOS	0	104,0000	3

Página: 49/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	107,0000	4
202	TUBO PVC RIGIDO DEFOFO 150MM	UN	CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA (470)	CORR PLASTI	0	232,6900	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	305,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	350,0000	3
203	TUBO PVC RIGIDO DEFOFO 150MM.	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	290,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	293,0000	2
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	CORR	0	385,3500	3
204	TUBO PVC RIGIDO DEFOFO 200MM	UN	CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA (470)	CORR PLASTI	0	394,2200	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	505,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	570,0000	3
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	ELLOS	0	570,0000	4
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	POLITEJO	0	570,0000	5
205	TUBO PVC RIGIDO DEFOFO 200MM.	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	490,0000	1

Página: 50/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	ELLOS	0	500,0000	2
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	POLITEJO	0	570,0000	3
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	570,0000	4
206	TUBO PVC RIGIDO DEFOFO 250MM	UN	CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA (470)	CORR PLASTI	0	602,9900	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	790,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	879,0000	3
207	TUBO PVC RIGIDO DEFOFO 250MM.	UN	BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	785,0000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	ELLOS	0	789,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	879,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (380)	POLITEJO	0	880,0000	4
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	CORR	0	880,0000	5
208	TUBO PVC RIGIDO DEFOFO 300MM	UN	CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA (470)	CORR PLASTI	0	850,3500	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	1.112,0000	2

Página: 51/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 **Data do Registro: 09/04/2019** **Válido até: 09/04/2020**
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	TUBO PVC RIGIDO DEFOFO 300MM.	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	1.239,0000	3
			BRASIDAS EIRELI (535)	amanco	0	1.100,0000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	ELLOS	0	1.108,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	MULTILIT	0	1.239,0000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	POLITEJO	0	1.240,0000	4
210	TUBO SOLDABEL PVC DE 20 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	8,5000	1
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	9,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastitit	0	9,5000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	10,0000	4
211	TUBO SOLDABEL PVC DE 25 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	11,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastitit	0	11,6500	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	11,9000	3
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)	PLASTILIT	0	13,0000	4

Página: 52/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

212	TUBO SOLDÁVEL PVC DE 32 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	21,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	21,5000	2
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	CORR	0	22,9000	3
213	TUBO SOLDÁVEL PVC DE 40 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	29,4000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	29,5000	2
			FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME (437)	CORR	0	33,3600	3
214	TUBO SOLDÁVEL PVC DE 50 MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	PLASTILIT	0	42,9000	1
			G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI (438)	PLASTILIT	0	43,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	plastit	0	44,0000	3
215	UNIÃO DE REDUÇÃO DE COMPRESSÃO PP PARA PEAD de 25mm x 20mm	UN	G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI (438)	AGRU	0	10,5000	1
			HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU (360)		0	10,8000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AGRU	0	11,0000	3
216	VALVULA GAVETA C/BOLSAS 150MM	UN	LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	839,0000	1

Página: 53/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 09/04/2019 Válido até: 09/04/2020
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	VALVULA GAVETA C/BOLSAS 200MM	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AVK	0	1.100,0000	2
			G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	S.GOBAIN	0	1.139,0000	3
			LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	1.426,0000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AVK	0	1.800,0000	2
218	VALVULA GAVETA C/BOLSAS 250MM	UN	G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI (438)	S.GOBAIN	0	1.883,6000	3
			LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	1.780,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	lot metais	0	2.380,0000	2
			VITER TUBOS E CONEXOES EIRELI (534)		0	2.469,0000	3
219	VALVULA GAVETA C/BOLSAS 300MM	UN	LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	2.270,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	lot metais	0	3.245,0000	2
			VITER TUBOS E CONEXOES EIRELI (534)		0	3.390,0000	3
			LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	430,0000	1
220	VALVULA GAVETA EURO DN 110	UN	C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AVK	0	550,0000	2
			BRASIDAS EIRELI (535)	lot metais	0	585,0000	3

Página: 54/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
221	VALVULA GAVETA EURO DN 60	UN	LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	249,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	lot metais	0	347,0000	2
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AVK	0	350,0000	3
222	VALVULA GAVETA EURO DN 85	UN	LOT METAIS - EIRELI - ME (436)	LOT METAIS	0	319,0000	1
			BRASIDAS EIRELI (535)	lot metais	0	444,5400	2

Página: 55/56

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			C.E. MACEDO E CIA LTDA ME (225)	AVK	0	450,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2019

Página: 56/56

Número do Registro de Preços: 3/2019						Data do Registro: 09/04/2019		Válido até: 09/04/2020			
Objeto da Compra: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA USO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEARIO RINCAO/SC.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2019
PROCESSO Nº 6/2019

- (15) - NB FALOE & CIA LTDA
- (225) - C.E. MACEDO E CIA LTDA ME
- (279) - VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E S
- (360) - HIFERSANI COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS HIDRAU
- (436) - LOT METAIS - EIRELI - ME
- (437) - FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
- (438) - G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI
- (470) - CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA
- (534) - VITER TUBOS E CONEXOES EIRELI
- (535) - BRASIDAS EIRELI
- (536) - METALSAF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
- (537) - SANEFLOUR ALMEIDA HIDRAULICA LTDA

Balneário Rincão, 9 de Abril de 2019.

ATA 018/2019 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/PMBR/2019

Publicação Nº 1981045

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 18/2019 Data do Registro: 10/04/2019 Válido até: 10/04/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS E LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15m³, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAM

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA TIPO S-90, COM CONCHA FURADA (TIPO CESTA), COM POTÊNCIA NOMINAL DE MOTOR MÍNIMA DE 120 HP, COM OPERADOR - COM/ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7779)	HS	TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EIRELI ME (1726)		0	120,0000	1
2			RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME (156)		0	124,0000	2
3			DE BEM EQUIPAMENTOS LTDA ME (1727)		0	143,5000	3
4			WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M (703)		0	149,9000	4
5			DJALMA ZANETTE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP (365)		0	156,0000	5
6			GUILERME LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME (2114)		0	160,8800	6
7			NCM CONTRUÇÕES LTDA ME (1618)		0	163,0000	7
8			CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME (291)		0	169,0000	8
1		HS	RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME (156)		0	147,0000	1
2			DE BEM EQUIPAMENTOS LTDA ME (1727)		0	147,9000	2
3			WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M (703)		0	151,9000	3
4			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EIRELI ME (1726)		0	155,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2019

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 18/2019		Data do Registro: 10/04/2019		Válido até: 10/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS E LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DJALMA ZANETTE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP (385)		0	158,0000	5
			GUILERME LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA ME (2114)		0	160,8800	6
			NCM CONTRUÇÕES LTDA ME (1618)		0	163,0000	7
			CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME (291)		0	169,0000	8
3	CAMINHÃO CACAMBA, BASCULANTE, TRAÇADO, TRUCADO, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M³, INCLUINDO OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7780)	HS	RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME (156)		0	57,0000	1
			ADILTON RICARDO TRAMONTIN - ME (1151)		0	70,0000	2
			GUILERME LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA ME (2114)		0	70,0000	3
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EIRELI ME (1726)		0	71,3000	4
4	CAMINHÃO CACAMBA, BASCULANTE, TRAÇADO, TRUCADO, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 12,00 M³, INCLUINDO OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7780)	HS	ADILTON RICARDO TRAMONTIN - ME (1151)		0	59,0000	1
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EIRELI ME (1726)		0	60,0000	2
			RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME (156)		0	65,0000	3
			GUILERME LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA ME (2114)		0	70,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2019

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 18/2019			Data do Registro: 10/04/2019		Válido até: 10/04/2020		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS E LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	PÁ CARREGADEIRA COM POTENCIA IGUAL OU SUPERIOR Á 195CV, COM CAPACIDADE DA CAÇAMBA IGUAL OU SUPERIOR A 2,8M³, INCLUINDO OPERADOR - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7782)	HS	WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M (703)		0	89,5000	1
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA EIRELI ME (1726)		0	90,0000	2
			DE BEM EQUIPAMENTOS LTDA ME (1727)		0	149,0000	3
6	PÁ CARREGADEIRA COM POTENCIA IGUAL OU SUPERIOR Á 195CV, COM CAPACIDADE DA CAÇAMBA IGUAL OU SUPERIOR A 2,8M³, INCLUINDO OPERADOR - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7782)	HS	DE BEM EQUIPAMENTOS LTDA ME (1727)		0	108,9000	1
			WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M (703)		0	109,0000	2
			TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA EIRELI ME (1726)		0	120,0000	3
7	RETROESCAVADEIRA COM TRACÇÃO NAS 4 RODAS, COM OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7784)	HS	TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA EIRELI ME (1726)		0	64,0000	1
			GUILERME LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA ME (2114)		0	65,0000	2
			NCM CONTRUÇÕES LTDA ME (1618)		0	67,0000	3
8	RETROESCAVADEIRA COM TRACÇÃO NAS 4 RODAS, COM OPERADOR - COM ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (7784)	HS	TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA EIRELI ME (1726)		0	64,0000	1
			NCM CONTRUÇÕES LTDA ME (1618)		0	67,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2019

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 18/2019			Data do Registro: 10/04/2019		Válido até: 10/04/2020		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS E LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	CAMINHÃO MUNK, CARROÇERIA IGUAL OU SUPERIOR A 6 METROS DE COMPRIMENTO, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 10 TONELADAS, COM OPERADOR - COM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. (7786)	HS	RTM RINÇÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELLI (702)		0	110,0000	1
			TEC- ENGE CONTRUÇÕES LTDA (292)		0	120,0000	2
			DE BEM EQUIPAMENTOS LTDA ME (1727)		0	120,0000	3
10	ROLO COMPACTADOR TRACADO MÍNIMO DE 11 TONELADAS -ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS (10027)	HS	DE BEM EQUIPAMENTOS LTDA ME (1727)		0	155,0000	1
			VISANI TERRAPLANAGEM E COSNTRUÇÕES EIRELI ME (2112)		0	160,6600	2
11	ROLO COMPACTADOR TRACADO MÍNIMO DE 11 TONELADAS -ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS (10027)	HS	DE BEM EQUIPAMENTOS LTDA ME (1727)		0	155,0000	1
			VISANI TERRAPLANAGEM E COSNTRUÇÕES EIRELI ME (2112)		0	160,6600	2
12	TRATOR DE ESTEIRA MÍNIMO DE 14 TONELADAS -ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (10028)	HS	TEC- ENGE CONTRUÇÕES LTDA (292)		0	220,9000	1
13	TRATOR DE ESTEIRA MÍNIMO DE 14 TONELADAS -ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 10 ANOS. (10028)	HS	TEC- ENGE CONTRUÇÕES LTDA (292)		0	220,9000	1
14	LOCAÇÃO POR MÊS DE 02) CAMINHÕES COMPACTADORES DE LIXO, HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³, COM O ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIR A 2013, INCLUINDO MÃO DE OBRA MECÂNICA E DESPESA DE MANUTENÇÃO, PARA O TRANSPORTE DE LIXO URBANO ORGÂNICO E INORGÂNICO (UNIDADE DE MEDIDA MÊS) (10029)	UN	NOM CONTRUÇÕES LTDA ME (1618)		0	18.000,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2019

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 18/2019		Data do Registro: 10/04/2019		Válido até: 10/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS E LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15M³, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TEC- ENGE CONTRUCOES LTDA (292)		0	18.900,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2019

Número do Registro de Preços: 18/2019		Data do Registro: 10/04/2019		Válido até: 10/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, INCLUINDO OPERADORES/MOTORISTAS E LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO, HIDRÁULICO, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE 15m³, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SAM							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2019
PROCESSO Nº 32/2019

- (156) - RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME
- (291) - CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA- ME
- (292) - TEC- ENGE CONSTRUÇÕES LTDA
- (365) - DJALMA ZANETTE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
- (702) - RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI
- (703) - WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI M
- (1151) - ADILTON RICARDO TRAMONTIN - ME
- (1618) - NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME
- (1726) - TERRAPLANAGEM NOSSA SENHORA DE FATIMA EIRELI ME
- (1727) - DE BEM EQUIPAMENTOS LTDA ME
- (2112) - VISANI TERRAPLANAGEM E COSNTRUÇÕES EIRELI ME
- (2114) - GUILERME LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA ME

Balneário Rincão, 10 de Abril de 2019.

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2019 PMB

Publicação N° 1980872

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 9/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE LINHAS TELEFÔNICAS MÓVEIS PARA UTILIZAÇÃO PELOS SECRETARIOS, PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE.

Fundamento legal: inciso II do Art. 24 da Lei 8.666/1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE (CNPJ: 01.612.528/0001-84)

CONTRATADA: DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA (22.366.517/0001-31)

Valor: R\$ 11.878,68 (onze mil oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Bandeirante, 22 de março de 2019.

CELSO BIEGELMEIER – Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2019 PMB

Publicação N° 1980874

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 10/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO ONLINE PARA GESTÃO DE COMPRAS DE PEÇAS AUTOMOTIVAS UTILIZADAS PARA REPAROS E MANUTENÇÕES DOS VEÍCULOS DA LINHA LEVE DA FROTA MUNICIPAL.

Fundamento legal: inciso II do Art. 24 da Lei 8.666/1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE (CNPJ: 01.612.528/0001-84)

CONTRATADA: CILIA TECNOLOGIA LTDA (CNPJ: 15.533.772/0001-66)

Valor: R\$ 2.628,00 (dois mil seiscentos e vinte e oito reais).

Bandeirante, 04 de abril de 2019.

CELSO BIEGELMEIER – Prefeito Municipal

EDITAL N° 11_2019 DE CHAMADA PÚBLICA N° 08 2019

Publicação N° 1980572

EDITAL N° 11/2019
DE CHAMADA PÚBLICA N° 08/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO torna Público o Presente Edital de Chamada Pública para contratação de Professor ACT que irá atuar junto a Secretaria Municipal de Educação no ano de 2019. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação, sito na Avenida Santo Antônio, 1069, centro, às 09h00min do dia 12 de abril de 2019.

QUADRO DE VAGAS

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	ESCOLA	DURAÇÃO DO CONTRATO
PROFESSOR DE ESPANHOL	20h	ESCOLA MUNICIPAL BANDEIRANTE e ESCOLA MUNICIPAL ANITA GARIBALDI	30/04/2019

Critérios para escolha:

1º Habilitação na área;

2º Estar cursando Licenciatura na Área da Educação;

3º Maior tempo de serviço no magistério;

Bandeirante - SC, 11 de Abril de 2019.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº1102/2019

Publicação Nº 1980367

DECRETO Nº1102/2019

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS Nº37/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o Poder de Império Administrativo de unilateralmente impor sua vontade para almejar o interesse público.

CONSIDERANDO o poder de a Administração revogar seus próprios atos de acordo com a oportunidade e conveniência administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o Procedimento Licitatório Dispensa de Licitação nº37/2019 por conveniência administrativa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 10 de abril de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito de Barra Bonita/SC

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº40/2019

Publicação Nº 1980291

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 40/2019

Republicação

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital Tomada de Preço, objetivando a Contratação de Empresa para construção de passarela em perfis metálicos galvanizados com pintura epóxi, conforme projeto e memorial descritivo. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h30min do dia 29 de abril de 2019, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 29 de abril de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 10 de abril de 2019.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 084, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1981021

PORTARIA Nº 084, de 28 de fevereiro de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,00 (uma) diária ao servidor Tafarel Boss, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº028/2019 e Roteiro de Viagem nº017/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 28 de fevereiro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 085, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1981022

PORTARIA Nº 085, de 28 de fevereiro de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 1,00 (uma) diária ao servidor Davi Zacaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº029/2019 e Roteiro de Viagem nº018/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 28 de fevereiro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 129, DE 29 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1981019

PORTARIA Nº 129, de 29 de março de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 1,00 (uma) diária ao servidor Tafarel Boss, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº45/2019 e Roteiro de Viagem nº031/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando nº046/2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de março de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 130, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1981012

PORTARIA Nº 130, de 29 de março de 2019.

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,5 (três e meia) diárias no valor de R\$728,00 (setecentos e vinte e oito reais), para viagem a cidade de Joinville – SC, as servidoras abaixo relacionadas.

· Maria Ines Gritti Cecchin, matrícula nº425601, ocupante do cargo de Secretária Municipal, conforme memorando nº07/2019 e roteiro de viagem nº03/2019 da Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

· Fabiana Michelle Schauble Maciel, ocupante do cargo de Diretor Geral de Departamento, em acompanhamento a Secretaria Municipal,

conforme memorando nº8/2019 e roteiro de viagem nº4/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de março de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 149, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981043

PORTARIA Nº 149, de 09 de abril de 2019.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária ao servidor Alexandre Seger, Matrícula nº 421901, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº050/2019 e Roteiro de Viagem nº036/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de abril de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 150, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981085

PORTARIA Nº 150, de 09 de abril de 2019.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Volnei Demari, Matrícula nº 155201, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Xanxere/SC e Piratuba/SC, conforme Memorando Nº052/2019 e Roteiro de Viagem nº38/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cento reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Xanxere/SC e Piratuba/SC, conforme Memorando nº4/2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de abril de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 151, DE 09 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1981106

PORTARIA Nº 151, de 09 de abril de 2019.

“Concede diária e das outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,0 (três) diárias no valor de R\$624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais), para viagem a cidade de Piratuba – SC, as servidoras abaixo relacionadas.

· Cristiane Alves de Oliveira, matrícula nº426802, ocupante do cargo de Secretaria Municipal, conforme memorando nº51/2019 e roteiro de viagem nº037/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

· Mara Rubia Casanova, ocupante do cargo de Enfermeira matrícula nº212002, em acompanhamento a Secretaria Municipal, conforme memorando nº52/2019 e roteiro de viagem nº38/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de abril de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

RESOLUÇÃO 02/2019 CMDCA

Publicação Nº 1980746

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Resolução nº 002/2019/CMDCA

Dispõe sobre o Edital do processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de Barra Bonita.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Barra Bonita- CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nº 152/2012 e Resolução nº 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e a Lei Municipal nº. 839/2019, TORNA PÚBLICO o Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2023, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é regido por este Edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Bonita.

1.1.1. A Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta paritariamente dentre os membros do aludido Conselho, conforme Resolução CMDCA nº 001/2019 de 15 de Março de 2019, é a responsável por toda a condução do processo de escolha.

1.2. O processo destina-se à escolha de 05 (cinco) membros titulares e suplentes, para composição do Conselho Tutelar do município de Barra Bonita, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

1.3. Das atribuições do Conselho Tutelar:

1.3.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas nos arts. 18-B, par. único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; bem como as atribuições definidas na Lei Municipal nº 839/2019.

1.4. Da Remuneração:

1.4.1. O membro do Conselho Tutelar, no regular exercício de suas atribuições, faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor de R\$ 999,88 (Novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), mais o valor de R\$ 186,41 (cento e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos) referente aos dias de sobre aviso, independente do número de atendimentos.

1.5. Do Horário de funcionamento do Conselho Tutelar e exercício da função:

1.5.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades durante o horário previsto no art. 8º da Lei Municipal nº 839/2019, horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto o para atendimento da população das 07h45 às 11h45min e das 13hs às 17hs, sem prejuízo do atendimento em regime de sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão.

1.5.2. O exercício da função de membro do Conselho Tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

2. DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA:

12.1. O cidadão que desejar candidatar-se à função de membro do Conselho Tutelar deverá atender as seguintes condições conforme Art. 16 e 17 da lei municipal 839/2019 e Resolução do CONANDA 170/2014 :

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 18 (dezoito) anos;

III - residência no Município;

IV - conclusão do ensino médio;

V - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso Preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

X - O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

3. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

3.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar observará o calendário Anexo I ao presente Edital.

3.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, bem como nos demais locais indicados neste Edital, para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

a) Inscrições e entrega de documentos;

b) Relação de candidatos inscritos;

c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;

d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;

e) Dia e locais de votação;

f) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;

g) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e

h) Termo de Posse.

4. DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS:

4.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo de escolha, tais como se acham definidas neste Edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento;

4.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de membro do Conselho Tutelar.

4.3. As inscrições ficarão abertas no período 22/04/2019 ao dia 24/05/2019 em horário de expediente da Prefeitura Municipal.

4.4. As inscrições serão feitas no endereço Avenida Buenos Aires, 600, Centro de Barra Bonita na Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.5. No ato de inscrição o candidato, pessoalmente ou por meio de procuração, deverá:

a) preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste Edital;

b) apresentar original ou fotocópia de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;

c) apresentar os documentos exigidos no item 2.1 deste Edital;

d) em relação ao item 2.1, número I, a critério da Comissão Especial Eleitoral, a comprovação da idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local;

4.6. A ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição;

4.7. A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados;

4.8. É inelegível e está impedido de se inscrever no processo de escolha unificado o candidato que:

a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2016;

b) que tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

4.9. A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, com cópia para o Ministério Público.

5. DA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO:

5.1. A prova de conhecimentos versará sobre a Lei Federal nº 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) atualizada pela Lei Federal nº 12.696/2012, a Lei Municipal nº 839/2019 que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e o Regimento Interno do Conselho Tutelar.

5.2. A prova de aferição de conhecimento avaliará a capacidade de interpretação do texto legal.

5.3. A prova constará de 20 (vinte questões) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas para cada questão, sendo cada questão no valor de 01(um) ponto, no total de 20 (Vinte) pontos.

5.4. O candidato terá 03 horas para realizar a prova.

5.5. A prova será realizada no dia 20/07/2019 com início às 13h30min no endereço Rua Itamarati, S/n, centro, Barra Bonita, Centro de

Múltiplo Uso anexo CRAS.

5.6 A Formação específica prevista no inciso V deste edital será realizada no dia 20/07/2019 a partir das 07h45min as 12h00min horas.

5.7 Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas e da Formação Específica, a Comissão Especial Eleitoral publicará as alterações, em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

5.8 É de responsabilidade do candidato acompanhar nos locais onde o Edital for publicado eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.

5.9 Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para o seu início, munidos de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

5.10. No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria.

5.11. Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as provas.

5.12. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.

5.13. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

5.14. O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.

5.15. A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Especial Eleitoral. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

5.15.1. Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante.

5.16. O gabarito será divulgado pela Comissão Especial Eleitoral em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, sendo afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal.

5.17. Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 50% da pontuação total atribuída à prova (10 questões).

5.18. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, com cópia para o Ministério Público.

6. DA ELEIÇÃO:

6.1 Da reunião que autoriza a campanha eleitoral

6.1.1. Em reunião própria no dia 31/07/2019, no endereço Avenida Buenos Aires, 600, Centro de Barra Bonita na Secretaria Municipal de Assistência Social, a Comissão Especial Eleitoral deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito notadamente:

- a) aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);
- b) às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);
- c) à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
- d) à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
- e) à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, codinome ou apelido etc.);
- f) à definição do número de cada candidato;
- g) aos critérios de desempate;
- h) aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140, da Lei nº 8.069/90;
- i) à data da posse.

6.1.2. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

6.1.3. O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelos demais candidatos presentes.

6.1.4. A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.

6.1.5. No primeiro dia útil após a reunião, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação, sendo publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal.

6.2. Da Candidatura:

6.2.1. A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

6.2.2. É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

6.3. Dos Votantes:

- a) Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos como eleitores no município;
- b) Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade;
- c) Cada eleitor deverá votar em apenas 01(um) candidato;
- d) Não será permitido o voto por procuração.

6.4. Da Campanha Eleitoral:

- a) A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicada a lista referida no item 6.1.5 deste Edital.
- b) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos;
- c) É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular;
- d) As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CREAS/CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar.
- e) Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- f) Os debates só ocorrerão com a presença de todos os candidatos e serão supervisionados pelo CMDCA;
- g) Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;
- h) Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste Edital aos organizadores;
- i) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este Edital.

6.4.1. Das Proibições:

- a) É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisetas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;
- b) É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:
 - b.1) entidade ou governo estrangeiro;
 - b.2) órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
 - b.3) concessionário ou permissionário de serviço público;
 - b.4) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
 - b.5) entidade de utilidade pública;
 - b.6) entidade de classe ou sindical;
 - b.7) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
 - b.8) entidades beneficentes e religiosas;
 - b.9) entidades esportivas;
 - b.10) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;
 - b.11) organizações da sociedade civil de interesse público.
- c) É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc) ao candidato;
- d) É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;
- e) É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 7.1.5;
- f) É vedado ao membro do Conselho Tutelar em atividade promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;
- g) É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;
- h) É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, salvo se promovido pelo Poder Público e garantido o livre acesso aos eleitores em geral;
- i) Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- j) É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas.

6.4.2. Das Penalidades:

- a) O candidato que não observar os termos deste Edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Especial Eleitoral;
- b) As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Especial Eleitoral e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 02 (dois) dias do fato.
 - b.1) O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.
 - b.2) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.
- c) Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda;
- d) A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Especial Eleitoral que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.

6.5. Da votação:

6.5.1. A votação ocorrerá no dia 06/10/2019, em local e horário definidos por edital da Comissão Especial Eleitoral, a ser amplamente divulgado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal.

6.5.2. A votação deverá ocorrer com urnas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

6.5.3. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar.

- a) Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem o título de eleitor, acompanhado de documento oficial de identidade;
- b) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;
- c) O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;
- d) Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar 01 (um) fiscal e 01 (um) suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;

e) O nome do fiscal e do suplente deverá ser indicado à Comissão Especial Eleitoral com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;

f) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.

6.5.4. Será utilizado no processo o voto com cédula.

6.5.5. Será considerado inválido o voto:

- a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- d) em branco;
- e) que tiver o sigilo violado.

6.6. Da mesa de votação

6.6.1. As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.

6.6.2. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

6.6.3. Compete à cada mesa de votação:

- a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;
- b) Lavar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;
- c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;
- d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Especial Eleitoral.

6.7. Da apuração e da proclamação dos eleitos:

a) Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavar a Ata de Votação e Apuração, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, a Comissão Especial Eleitoral.

b) A Comissão Especial Eleitoral, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.

c) O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA.

d) O resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no Diário Oficial do Município, e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, abrindo prazo para interposição de recursos, conforme item 8.2 deste Edital.

e) Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como membros do Conselho Tutelar titulares, ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

f) Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

I. apresentar melhor desempenho na prova de conhecimento;

II. tiver maior idade.

III. residir a mais tempo no município;

7. DOS IMPEDIMENTOS:

7.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

7.2. Estende-se o impedimento do membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

7.3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

8. DOS RECURSOS:

8.1. Será admitido recurso quanto:

- a) ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato;
- b) à aplicação e às questões da prova de conhecimento;
- c) ao resultado da prova de conhecimento;
- d) à eleição dos candidatos;
- e) ao resultado final.

8.2. O prazo para interposição de recurso será de 02 (dois) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, aplicação da prova, questões da prova, publicação do resultado da prova, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

8.2.1. O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

8.2.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

8.3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 8.1. deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

8.4. Os recursos deverão ser entregues na sede do CMDCA no endereço Avenida Buenos Aires, centro, Barra Bonita – SC Sala da Secretaria de Assistência Social.

8.5. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

8.6. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

8.7. Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia). Os recursos deverão ser digitados.

8.8. Quanto ao recurso referente ao item 8.1, letra "c" deve-se observar: Cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo a seguir.

Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Barra Bonita

Candidato: _____
Nº. do Documento de Identidade: _____
Nº. de Inscrição: _____
Nº. da Questão da prova: _____ (apenas para recursos sobre o item 8.1 "c")
Fundamentação: _____

Data: ____/____/____

As Assinatura: _____ 8.9. Cabe à Comissão Especial Eleitoral decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 02 (dois) dias.

8.9.1. O prazo será computado excluindo o dia do recebimento do recurso e incluindo o dia do vencimento.

8.9.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

8.10. Da decisão da Comissão, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo.

8.11. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

8.12. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

8.13. Na ocorrência do disposto nos itens 8.9 e 8.10, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

8.14. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na sede da Prefeitura Municipal e nas sedes do Conselho Tutelar e do CMDCA no endereço Avenida Buenos Aires, centro, Barra Bonita – SC Sala da Secretaria de Assistência Social. e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

9. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO:

9.1. Decididos os eventuais recursos, a Comissão Especial Eleitoral deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias.

9.2. Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar os candidatos eleitos e suplentes, no prazo de 05 (cinco) dias.

9.3. Após a diplomação, o CMDCA terá 48 (quarenta e oito) horas para comunicar o Prefeito Municipal da referida diplomação.

9.4. O Prefeito Municipal, após a comunicação da diplomação, deverá nomear os 05 (cinco) candidatos mais bem votados, ficando todos os demais, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

9.5. Caberá ao Prefeito Municipal dar posse aos membros do Conselho Tutelar eleitos em 10 de janeiro de 2020, data em que se encerra o mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício.

9.5.1. A convocação dos membros do Conselho Tutelar eleitos para a posse será realizada por meio de edital, a ser publicado nos locais indicados no item 8.14 deste Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

9.5.2. Os candidatos também serão pessoalmente convocados por ofício, a ser entregue no endereço informado, quando do preenchimento da inscrição.

9.5.3. A remessa do ofício tem caráter meramente supletivo.

9.5.4. O dia, a hora e o local da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

9.6. O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.

9.7. O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.

9.8. O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA automaticamente será reclassificado como último suplente.

9.9. Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

9.10. No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de membro do Conselho Tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. O processo de escolha para os membros do Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

10.2. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos membros do Conselho Tutelar ao término do mandato em curso.

10.3. Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

10.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal.

10.5. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

10.6. A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, no endereço Avenida Buenos Aires, centro, Barra Bonita – SC Sala da Secretaria de Assistência Social.

- 10.7. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Especial Eleitoral, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.
- 10.8. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Especial Eleitoral.
- 10.9. Todas as decisões da Comissão Especial Eleitoral ou do Plenário do CMDCA serão devidamente fundamentadas.
- 10.10. Todo o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Especial Eleitoral, para garantir a fiel execução da Lei e deste Edital.
- 10.11. Os membros do Conselho Tutelar eleitos como titulares e os seus suplentes, no primeiro mês de exercício funcional, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado.
- 10.12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Barra Bonita, 08 de abril de 2019.

LELIANDRA LUCIANA VILANOVA

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

11. Anexo I

Data	Etapas
08/04/2019	Publicação do Edital
22/04 a 24/05/2019	Prazo para registro das candidaturas
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 e 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
25 a 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
28/06/2019 a 04/07	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
08/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova.
20/07/2019	Capacitação dos candidatos e aplicação da prova.
12/08/2019	Divulgação dos resultados
13 e 14/08/2019	Recurso dos candidatos não aprovados
19/08/2019	Publicação do resultado final da prova pelo CMDCA
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
05/09/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

Bela Vista do Toldo

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA N.01/2019

Publicação Nº 1980317

EMENDA À LEI ORGÂNICA nº 1, de 09 de abril de 2019.

MODIFICA O ART. 171, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no art. 47, inciso I, § 5º da Lei Orgânica do Município de Bela Vista do Toldo, promulga e publica a Emenda à Lei Orgânica Municipal n.01/2019:

EMENDA À LEI ORGÂNICA:

Art. 1º. O artigo 171, da Lei Orgânica do Município de Bela Vista do Toldo, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 171. Fica estabelecido em no mínimo 7% (sete por cento) da receita efetivamente arrecada pelo Município, o valor a ser repassado à Câmara Municipal a título de duodécimo, devido ao Poder Legislativo, conforme art. 29-A, inciso I, da CF/88.

Art. 2º. Esta emenda entra em vigor na data da sua promulgação.

Bela Vista do Toldo/SC, 09 de abril de 2019.

Sandro Mielke Osni
Presidente Vice -

Carlos Stelzner
Presidente

Valdecir Krauss
1º Secretário

Cirineu Iarrocheski
2º Secretário

Belmonte**PREFEITURA****RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA PREFEITURA MARÇO/2019**

Publicação Nº 1980916

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 1/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VALDEMAR MARAN**C.P.F.:** 132.740.319-68**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 14/2019**Número do Processo:** 33/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 37/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR, CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL 417/99 E SEDE PARA O ESCRITÓRIO DA EMPRESA COLETORA VINI EIRELI E CELESC, CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL Nº 1412/2011, COM RECURSOS PRÓPRIOS

Data da Assinatura: 01/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.600,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** ASSOC. BENEF. SOCIAL EDUC. E CULTURAL APRISCO.**CNPJ:** 11.712.456/0001-09**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 15/2019**Número do Processo:** 36/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS QUE SERÃO ACOLHIDAS NO LAR APRISCO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC., SITUADO NA RUA ODILO ANTÔNIO LINCK, 1.621, FUNDOS, NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC.

Data da Assinatura: 06/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 06/03/2019 a 06/05/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.960,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE AO SERV. PRESTADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 2/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANS MAESTRI LTDA - ME**CNPJ:** 09.367.994/0001-53**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 11/2019**Número do Processo:** 25/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 39/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RETRO ESCAVADEIRA HIDRAULICA 18 TONELADAS, DESTINADOS AOS SERVIÇOS DAS SECREATRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E URBANISMO, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I A ESTE EDITAL..

Data da Assinatura: 13/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/03/2019**Vigência:** 13/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 49.000,00**Forma de Pagamento:** NA SEMANA SUBSEQUENTE AO SERVIÇO PRESTADO**Contratado:** TRANS MAESTRI LTDA - ME**CNPJ:** 09.367.994/0001-53**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2018**Número do Processo:** 52/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 40/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, COM PESO BRUTO OPERACIONAL DE NO MINIMO 18 TONELADAS, EQUIPADA COM EQUIPAMENTO ROMPEDOR DE ROCHAS, DESTINADO AO USO NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO DE BELMONTE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS..

Data da Assinatura: 13/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/03/2019**Vigência:** 13/03/2019 a 31/05/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.036,20**Forma de Pagamento:** NA SEMANA AO SERVIÇO PRESTADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 3/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** KLAGENBERG & KLAGENBERG LTDA ME**CNPJ:** 10.413.042/0001-08**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 17/2019**Número do Processo:** 43/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 41/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO 1.400 CM COLUNA SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NA IMPRENSA ESCRITA, EM JORNAL COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL, A SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,.**Data da Assinatura:** 15/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/03/2019**Vigência:** 15/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.470,00**Forma de Pagamento:** ATE DIAS 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA - EPP**CNPJ:** 01.244.119/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 18/2019**Número do Processo:** 35/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 42/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, DESTINADO NA MANUTENÇÃO DA MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA JCB 3C PLUS, A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 15/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/03/2019**Vigência:** 15/03/2019 a 15/06/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.200,00**Forma de Pagamento:** ATE 10 DE ABRIL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 4/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CARLOS REINOLDO KESKE HAPPKE EIRELI - ME

CNPJ: 79.286.191/0001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 19/2019

Número do Processo: 37/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 43/2019

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, DESTINADO NA MANUTENÇÃO DO VEICULO NISSAN FRONTIER 2012/13 PLACA AVD 6047 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 26/03/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/03/2019

Vigência: 26/03/2019 a 26/06/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 19.750,88

Forma de Pagamento: 10 DE ABRIL 2019

Contratado: L. W. EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME

CNPJ: 17.708.886/0001-25

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 1/2017

Número do Processo: 5/2017

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 03/2019-18/2017

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DE TREINAMENTOS ESPECÍFICOS NA MODALIDADE DE FUTSAL DE ACORDO COM O PROJETO ESCOLINHA DE FUTSAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2017

Data da Assinatura: 28/03/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 28/03/2019

Vigência: 28/03/2019 a 30/12/2019

Programa de Trabalho: 06.02.27.812.0016.2.022.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora / Número: MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.693,70

Forma de Pagamento: ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 5/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: TRANSPORTE RODOVIARIO NOVA MICHELIN LTDA - ME

CNPJ: 12.664.445/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 31/2015

Número do Processo: 69/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 07/2019-21/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA CONSTANTE NO ANEXO I.

Data da Assinatura: 28/03/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 28/03/2019

Vigência: 28/03/2019 a 31/03/2019

Programa de Trabalho: 05.02 12.361.0005 2.010.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora / Número: MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 13.360,20

Forma de Pagamento: ATE DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE

Contratado: LIGA DESCANSENSE DE DESPORTO

CNPJ: 28.736.906/0001-98

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 22/2018

Número do Processo: 48/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 44/2019

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO, PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES., CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 29/03/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 29/03/2019

Vigência: 29/03/2019 a 15/06/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 8.400,00

Forma de Pagamento: CONF. CARNE DE JOGOS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 6/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CASSIUS ADRIANO FERREIRA DA SILVA**C.P.F.:** 016.267.070-22**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 45/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: VLR. EMPENHADO REF. 07 UND SERVIÇOS DE BRIGADISTAS SOCORRISTAS ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR - APH PARA ATUAR NO CAMPEONATO DE FUTESAL EDIÇÃO 2019, CFE CARNE DE JOGOS ORGANIZADO PELA SEC MUN DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE BELMONTE E DOCUMENTOS.

Data da Assinatura: 29/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/03/2019**Vigência:** 29/03/2019 a 15/06/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.330,00**Forma de Pagamento:** CONF. CARNE DE JOGOS**Contratado:** CONSORCIO INTERM.SEG.ALIM.ATEN.SAN.AGROP...-CONSAD**CNPJ:** 07.242.972/0001-31**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 19/2019**Número do Processo:** 48/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 46/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATO DE RATEIO COM O OBJETIVO DO REPASSE FINANCEIRO REFERENTE AO RATEIO DO PAGAMENTO DO PRECATÓRIO TRABALHISTA PRECATÓRIO Nº 0010708-61.2017.5.12.0000 (RECLAMATÓRIA TRABALHISTA N. 0000651-70.2016.5.12.0015). CONF. DOCUMENTOS.

Data da Assinatura: 29/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/03/2019**Vigência:** 29/03/2019 a 30/04/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.915,51**Forma de Pagamento:** ATE 30 DE ABRIL

RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA SAÚDE MARÇO/2019

Publicação Nº 1980917

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE**

Folha: 1/1

CNPJ: 11.423.342/0001-30
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** KLAGENBERG & KLAGENBERG LTDA ME**CNPJ:** 10.413.042/0001-08**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 6/2019**Número do Processo:** 10/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO 1.400 CM COLUNA SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NA IMPRENSA ESCRITA, EM JORNAL COM NO MÍNIMO UMA EDIÇÃO SEMANAL, A SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,

Data da Assinatura: 15/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/03/2019**Vigência:** 15/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.470,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

Benedito Novo**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 60/2019**

Publicação Nº 1980222

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 21/2019

EXTRATO DE CONTRATO 60/2019

Contratada: DELBA VICENTINI CREMASCO

Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (ENSILADEIRA E COLHEDORA DE FORRAGEM)

Valor do Contrato: R\$ 31.000,00

Vigência: 08/04/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 08/04/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 61/2019

Publicação Nº 1980333

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 44/2019

EXTRATO DE CONTRATO 61/2019

Contratada: TERRAPLENAGEM POFFO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NBR 9050/2015 DAS UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Valor do Contrato: R\$ 51.887,34

Vigência: 08/04/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 08/04/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA ELEIÇÃO MESA DIRETORA 2019-2020**

Publicação Nº 1980519

Ata da quadragésima primeira reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benedito Novo/SC, na Segunda Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura. Aos dez de dezembro de dois mil e dezoito, às dezenove horas, reuniu-se a Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, tendo na Presidência vereador Almir Butzke, Vice Presidente vereadora Daiani Dinici Wolter, 1º Secretária vereadora Marlei Adriana Beyer Floriani, 2º Secretario vereador Wilmar Meyer, o Presidente deu por aberto os trabalhos, registra a presença do público presente. Procedeu-se a leitura da Ata da reunião anterior a qual foi aprovada por unanimidade. Expediente: Convite da Escola de Educação Básica Tercilio Longo. Dado entrada nas seguintes matérias. Matérias do Executivo Municipal: Projeto de Lei nº. 59/2018 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por anulação no orçamento e Projeto de Lei nº. 60/2018 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por anulação no orçamento, ambos com aprovação do Regime de Urgência. Matérias do Legislativo Municipal: Não há nada. Matéria da Ordem do Dia: Em segunda votação foi aprovado por unanimidade o Projeto de Lei nº. 56/2018 que autoriza firmar convênio com o Hospital São Benedito e rejeitado o Projeto de Lei nº. 57/2018 que autoriza a indenização conforme menciona. Com parecer favorável das Comissões e atendendo Regime de Urgência, em primeira e segunda votação, foi aprovado por unanimidade o Projeto de Lei Complementar nº. 58/2018 que dispõe sobre a remoção, estadia, guarda, depósito e a alienação de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação nas vias públicas deste município no desempenho de atribuições dos órgãos públicos, com fundamentação na Lei nº. 9503, de 23/09/1997 e na Lei nº. 8987, de 13/02/1995. Palavra Livre. Presidente paralisa os trabalhos por quinze minutos, retornando as vinte horas para proceder a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2019/2020. Retornado aos trabalhos, Presidente esclarece conforme determina o Regimento Interno da Casa, a votação dos cargos seguirá a seguinte ordem, Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários. Esclarece ainda, que irá realizar sorteio entre os Nobres Colegas para definir a sequência da votação, visto que não há previsão pra esta questão. Iniciando a votação, após a manifestação individual dos vereadores para cada cargo, a Mesa Diretora para o Biênio 2019/2020 ficou assim constituída: Presidente – Marlei Adriana Beyer Floriani; Vice Presidente – Walter Doege; 1ª Secretária – Daiani Dinici Wolter e 2º Secretario – Wilmar Meyer. Prosseguindo com a palavra livre, vereadora Marlei parabeniza a Ceasam pela obra do portal de Santa Maria inaugurado na última sexta feira, destacando a beleza da obra e que foi muito elogiada pela comunidade. Acredita que está obra pode servir

de estímulo para outras empresas. Agradece os votos recebidos na eleição da Mesa Diretora, ressalta que por ser uma Mesa heterogênea, mostrando que é possível trabalhar em união independente de coligação partidária, demonstrando a maturidade do Poder Legislativo perante suas ações e que presa o voto recebido. Também parabeniza o Presidente pelo trabalho que realizou nestes dois primeiros anos, elogiando a forma que nos representou. Vereador Tercilio parabeniza a Ceesam que em parceria com a Prefeitura entregaram a obra do portal de Santa Maria, elogiando a beleza da obra e a qualidade do trabalho realizado. Informa que no próximo ano irá propor as lideranças políticas do município, Prefeitura e Ceesam juntamente com seus associados se unirem visando conseguir o asfaltamento da via pública de Santa Maria até o portal. Vereador Walter agradece o convite recebido para inauguração do portal de Santa Maria, destaca o excelente trabalho que vem sendo realizado, dizendo que onde há ordem há progresso. Parabeniza a Ceesam e toda Comunidade de Santa Maria pela obra, bem como, a Prefeitura pela parceria. Agradece o Presidente pela condução dos trabalhos nestes dois anos, atuando de forma responsável e comprometido, buscando sempre trabalhar de forma transparente e democrática, elogiando a humildade que tem. Ressalta que está Casa buscou sempre respeitar a opinião de cada vereador e acima de tudo trabalhar para o bem da Comunidade que representa. Presidente apresenta aos Nobres Colegas a Cartilha referente ao Programa Conhecendo o Poder Legislativo, que será distribuída para a Comunidade. Também apresenta relatório resumido da quantidade de matérias que tramitaram na Casa nestes dois anos, bem como, o relatório financeiro, destacando ser uma das mais econômicas do estado. Informa que os tramites legais e orçamentários para aquisição do imóvel do antigo Besc já foram tomados, estando toda documentação guardada na Casa. Agradece aos Nobres Colegas pela oportunidade de estar a frente dos trabalhos desta Casa, pede desculpas caso tenha errado em algum momento, comenta que sempre procurou ser imparcial nas decisões tomadas, buscando não se envolver e influenciar no voto. Diz que a presidência foi um aprendizado. Destaca que uma das grandes iniciativas desta Casa foi a rodada de conversas com Secretários, situação está que nunca existiu em outras legislaturas, oportunizando a todos tirar dúvidas, conhecer a rotina e os trabalhos que realizam e assim evitar problemas futuros. Outra questão que destaca, é o bom relacionamento e diálogo que há entre os vereadores, com os Secretários e Prefeito. Reconhece que em certos momentos nos decepcionamos, porém devemos seguir em frente e honrar o voto recebido, fazendo cada um a sua parte, buscando sempre o bem da nossa Comunidade. Diz que esta Legislatura está mostrando que as coisas podem ser diferentes e que a briga política não precisa existir, lembrando de como o município sofreu e pagou caro devido a alguns anos de rivalidade política, que só beneficiou os interessados. Lamenta profundamente que isso ocorreu e espera que não se repita. Se referindo a votação da Mesa Diretora, diz que devemos respeitar a posição de cada vereador, espera que a nova Mesa como os demais vereadores também continue trabalhando em pró da comunidade. Nada mais a tratar o Presidente convoca os Nobres Colegas para reunião extraordinária dia 12/12/2018 no mesmo local e horário de costume, para apreciação dos Projetos de Lei nº. 59/2018 e 60/2018, e dá por encerrado os trabalhos, e eu Darlei Doege, Assessor Legislativo da Casa, lavrei a presente Ata que vai assinada pela Mesa Diretora e demais Vereadores.

Almir Butzke Presidente	Daiani D. Wolter Vice Presidente	Marlei A. B. Floriani 1º Secretária
Wilmar Meyer 2º Secretario	Arnildo Kossmann Vereador	Walter Doege Vereador
Tercilio L. Longo Vereador	Egon Bonning Vereador	Jair R. Persuhn Vereador

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO SUSPENSÃO PP49/2019 PMB

Publicação Nº 1981512

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE SUSPENSÃO DO PP 49/2019- PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem comunicar às empresas interessadas no Processo de Licitação PP 49/2019-PMB, cujo objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS (VIAS, PRAÇAS E PARQUES) POR TODA A ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU", que a mesma fica SUSPENSA, para análise do edital e termo de referência e possível correção das especificações do edital.

Deste modo, novo comunicado será publicado no DOM (Diário Oficial dos Municípios), como também no site da Prefeitura de Biguaçu (bigua.atende.net) informando nova data da sessão de licitação e alterações realizadas no edital.

Biguaçu, 10 de abril de 2019.

Gerson da Silva
Pregoeiro

EXTRATO - EDITAL Nº 01/2019

Publicação Nº 1981058

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público o EDITAL Nº 001/2019 – EDUCAÇÃO que abre inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO de Provas e Títulos destinado a selecionar candidatos para compor Cadastro Reserva, para a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público com a finalidade de suprir servidores afastados ou em licenças regulares, de acordo com o inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 1.528/20017 da Secretaria Municipal de Educação, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 9 de abril de 2019. nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Biguaçu – SC:(<http://www.bigua.sc.gov.br>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

Biguaçu – SC, 9 de abril de 2019.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

EXTRATO - EDITAL Nº 02/2019

Publicação Nº 1981062

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2019 – EDUCAÇÃO que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal nos termos do Art. 37, II da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 51/2012 bem como de suas alterações posteriores e legislações correlatas, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 9 de abril de 2019 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Biguaçu – SC:(<http://www.bigua.sc.gov.br>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

Biguaçu – SC, 9 de abril de 2019.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

EXTRATO - EDITAL N° 03/2019

Publicação N° 1981063

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 003/2019 – ADMINISTRAÇÃO / SAÚDE que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal nos termos do Art. 37, II da Constituição Federal e da Lei Complementar n° 155/2018, da Lei Complementar Municipal n° 47/2011 bem como de suas alterações posteriores, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 9 de abril de 2019 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Biguaçu – SC: (<http://www.bigua.sc.gov.br>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

Biguaçu – SC, 9 de abril de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 011/2019

Publicação Nº 1981135

EXTRATO – CONTRATO Nº. 011/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão magnético, através de sistemas, com funções de créditos e débitos, com fornecimento dos cartões personalizados com logotipo exclusivo BLUSUAS/ALIMENTAÇÃO, para aquisição de gêneros alimentícios, pelo período de 12 meses - Resolução CMAS 001/2018 - FMAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 143/2018.

PRAZO: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada pelo mesmo período, limitada a 60 (sessenta) meses.

PREÇO: O valor total para o serviço ora contratado é R\$ 1.152.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil reais).

DATA: 06 de fevereiro de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 026/2019

Publicação Nº 1981136

EXTRATO – CONTRATO Nº. 026/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SWL TECNOLOGIA EM LIMPEZA E SANEAMENTO LTDA.

OBJETO: Serviços de limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem pluvial, através do sistema de sucção e / ou jateamento, fazendo uso de equipamentos de hidrojateamento, conforme pedido descrito no processo de dispensa e descrição do item abaixo – SEURB:

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-03/2019.

PRAZO: O prazo deste contrato é de 120 (cento e vinte) dias a contar 08/02/2019, podendo ser prorrogado, desde que contabilize no máximo 180 (cento e oitenta) dias nos termos do artigo 24, IV, da Lei 8.666/1993 e alterações.

PREÇO: O valor total estimado a ser pago à CONTRATADA pela execução dos serviços contratados é de R\$ 199.768,80 (cento e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

DATA: 02 de abril de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 027/2019

Publicação Nº 1981139

EXTRATO – CONTRATO Nº 027/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PAULO ROBERTO VOLLES ME.

OBJETO: Desmontagem, restauro e remontagem de construção em arquitetura enxaimel, denominado "Salão Kunze", incluindo as etapas de

Desmontagem (do local atual - Rua Gustavo Ruediger, Distrito da Vila Itoupava), Restauro da Estrutura(madeiras, Fundação, Montagem, Cobertura, Preenchimento com Tijolos, Portas, Janelas, Assoalho, Escadas) e Realocação(novo local- Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 16230 - ao lado do Centro Turístico e Cultural da Vila Itoupava) - SECTUR.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 09-07/2019.

PRAZO: 11 (onze) meses, a contar de 26/04/2019 (até 25/03/2020).

PREÇO: Pelos serviços prestados será pago a CONTRATADA o valor total de R\$ 236.000,00(duzentos e trinta e seis mil reais).

DATA: 03 de abril de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2017

Publicação Nº 1981141

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 042/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

BLUMOB CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA.

OBJETO: CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, EXCLUSIVAMENTE NA MODALIDADE CONVENCIONAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-038/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o §2º da cláusula décima do contrato primitivo.

DATA: 28 fevereiro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2017

Publicação Nº 1981143

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA QUANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

OBJETO: IMPLANTAÇÃO, GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SOLUÇÃO COMPLETA RESPONSÁVEL PELO CONTROLE ELETRÔNICO DE MARGEM CONSIGNÁVEL E CARTÕES CORPORATIVOS DE CRÉDITO FORNECENDO MÓDULO INFORMATIZADO PARA GERAÇÃO AUTOMÁTICA DAS RESERVAS, AVERBAÇÕES E MANUTENÇÃO DE LANÇAMENTOS PARA O SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO DO INSTITUTO, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, SUPORTE, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 018/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02 de maio de 2019 até 1º de maio de 2020.

DATA: 27 de março de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2017

Publicação Nº 1981144

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 060/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE ROUPAS DE USO MÉDICO-HOSPITALAR (PROCESSAMENTO DAS ROUPAS).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 039/2017.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 24 de maio de 2019 até 23 de maio de 2020.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 41,44 (quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos) por quilo de roupa, totalizando o valor do contrato em R\$ 99.052,80 (noventa e nove mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

DATA: 27 de março de 2019

DECRETO Nº 12.161/2019

Publicação Nº 1981146

DECRETO Nº 12.161, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei nº 8.692, de 05 de abril de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, no valor de R\$ 805.500,00 (oitocentos e cinco mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0020.2018 – Man. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.3.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria de Serviços de Atendimento ao Público

Atividade 05.05.04.122.0020.2269 – Man. Ativ. Serviço Atend. Público

Modalidade 3.3.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.365.0047.1007 – Desapropriações – Educação Infantil - Creche

Modalidade 4.4.90 (191) Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.365.0047.1195 – Desapropriações – Educação Infantil – Pré- Escola

Modalidade 4.4.90 (199) Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0027.2317 – Man. Ativ. Pol. Militar/Convenio Estado

Modalidade 3.3.90 (294) Aplicações Diretas R\$ 18.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1002 – Diretoria de Defesa Civil

Atividade 10.02.06.182.0090.2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 3.1.90 (302) Aplicações Diretas R\$ 233.000,00

Modalidade 3.3.90 (303) Aplicações Diretas R\$ 64.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administ. e Legislativa

Projeto 04.02.15.451.0052.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 297.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2020 – Man. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (59) Aplicações Diretas R\$ 340.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0049.2413 – Manut. Ativ. Educação Infantil - Creche

Modalidade 4.4.90 (233) Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2414 – Manut. Ativ. Educação Infantil Pré-Escola

Modalidade 4.4.90 (243) Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.06.182.0090.1120 – Prev. Errad. Riscos Amb. e Sociais

Modalidade 4.4.90 (348) Aplicações Diretas R\$ 18.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – FUNDAÇÃO PROMOT. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 – Fundação Promot. de Exposições de Blumenau - Proeb

Atividade 26.01.23.122.0033.2324 – Man. Cons. Benef. Servidor Público

Modalidade 3.3.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 26.01.23.122.0033.2325 – Manut. Pagamento Estagiários

Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º - Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º deste Decreto correrão por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

26 – FUNDAÇÃO PROMOT. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 – Fundação Promot. de Exposições de Blumenau - Proeb

Atividade 26.01.23.122.0033.2138 – Man. Ativ. Proeb

Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.163/2019

Publicação Nº 1981147

DECRETO Nº 12.163, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2502 – Fundo Munic. Meio Ambiente e Recon. Bens Lesados

Atividade 25.02.18.541.0003.2221 – Manut. Ativ. Fundo Meio Amb. Rec. Bens Lesados

Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA SEDEAD Nº 33.797/2019

Publicação Nº 1981151

PORTARIA SEDEAD Nº 33.797/2019

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores indicados:

CADASTRO	NOME	PROCESSO	PERÍODO	
			INÍCIO	FIM
21372-1	ELAINE GRAZIELA BRUHMUL- LER	2019/23	01/02/2019	02/03/2019
21040-4	SHIRLEY JORGE DA SILVA	2019/26	05/02/2019	05/04/2019
22896-2	THAIS FARIA DE OLIVEIRA	2019/60	20/02/2019	01/03/2019
18789-5	CELENE VIEIRA VENTURA KUCHER	2019/62	22/02/2019	23/03/2019
23025-5	SIMONE SOARES	2019/67	26/02/2019	12/03/2019
22832-9	CAROLINE REGINA FERREI- RA SOBRAL	2019/71	27/02/2019	06/03/2019
22996-2	MARINA DOS SANTOS DALFOVO	2019/72	06/03/2019	15/03/2019
21414-0	TERESINHA KURECK	2019/78	16/02/2019	13/03/2019
23098-5	MARIA MARLENI ORSI	2019/79	08/03/2019	06/05/2019
22857-7	MARLISE SEVERINO WILHEL- MS	2019/81	07/03/2019	15/03/2019
20207-0	SIMONE RAIMUNDI FRIEDEL	2019/83	08/03/2019	06/05/2019
21263-6	CACILDA RAIMUNDO DA SILVA	2019/84	09/03/2019	15/03/2019
22566-5	MARISE DA SILVA	2019/85	12/03/2019	15/04/2019
23026-8	LAURA ALVES DO AMARAL	2019/86	11/03/2019	25/03/2019
13967-0	MARLI ADAM LOPES	2019/88	15/03/2019	29/03/2019
22831-2	JULIANA BATISTA DO AMA- RANTE	2019/1352	28/02/2019	09/03/2019
23041-6	NARA ELISABETH GRAH	2019/1366	25/02/2019	08/03/2019
1952-6	ANDREIA DOS SANTOS	2019/1407	28/02/2019	08/03/2019
14-4	ROSEMERI LUZIA PIRES DE ANDRADE	2019/1410	26/02/2019	08/03/2019
22914-3	JOAO CARLOS ALVES DE CASTRO	2019/1592	11/03/2019	09/04/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.838/2019

Publicação Nº 1981152

PORTARIA SEDEAD Nº 33.838/2019

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores indicados:

CADASTRO	NOME	PROCESSO	PERÍODO	
			INÍCIO	FIM
45-5	LUIS CARLOS ALBERTO	2019/80	07/03/2019	05/04/2019
23092-7	JOELMA FATIMA DE OLIVEIRA PACHECO	2019/89	08/03/2019	15/03/2019
19198-1	SCHEILLA CRISTINA DOS SANTOS	2019/90	12/03/2019	25/03/2019
22977-8	ANELISE HAMMANN VOLANSKI	2019/91	17/03/2019	23/03/2019
21445-0	DARCIANE ASCENCAO NUNES SCHROEDER	2019/92	14/03/2019	23/03/2019
21414-0	TERESINHA KURECK	2019/93	14/03/2019	16/04/2019
14386-3	ALCIONE LAZARINI	2019/95	16/03/2019	14/05/2019
13958-0	RUTE TERESINHA BERNARDES	2019/98	21/03/2019	29/03/2019
7-8	ELOISA HELENA GONÇALVES GOULART	2019/100	15/03/2019	22/03/2019
21930-4	LENICE FERREIRA GOMES	2019/101	16/03/2019	22/03/2019
13988-2	JURELI CORREA	2019/104	14/03/2019	28/03/2019
71315-2	LUCIANE MORAES FELISBINO KONRAD	2019/107	24/03/2019	30/03/2019
22826-5	FLAVIA JENNRICH	2019/109	25/03/2019	29/03/2019
18959-6	ELIANE MICHELMANN MONDINI	2019/110	18/03/2019	31/03/2019
22867-8	BRUNA BROERING SAVI	2019/112	18/03/2019	29/03/2019
23113-6	ANDREA GOMES DE LIMA MACHADO	2019/1818	11/02/2019	15/03/2019
23026-8	LAURA ALVES DO AMARAL	2019/2186	26/03/2019	09/04/2019
22992-3	FLAVIA QUISINSKI HILLE	2019/2251	26/03/2019	04/04/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.796/2019

Publicação Nº 1981155

PORTARIA SEDEAD Nº 33796/2019

TORNA SEM EFEITO A PORTARIA SEDEAD Nº 33.750/2019, QUE DISPENSOU O BENEFÍCIO DA EXTENSÃO DE JORNADA A SERVIDORA GEYSA GEORG SOMMERFELD.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.464, de 29 de abril de 2013, CONSIDERANDO a justificativa oriunda da Coordenação Municipal de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, por meio do Memorando nº 24/2019, datado de 13 de março de 2019, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

A Portaria SEDEAD nº 33.750/2019, que dispensou a Extensão de Jornada Semanal de Trabalho em caráter temporário, concedida à servidora GEYSA GEORG SUMMERFELD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 19 de março de 2019.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.837/2019

Publicação Nº 1981157

AUTORIZA A REDUÇÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO, EM CARÁTER PERMANENTE, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSEMARY DE FATIMA CORDEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e o Decreto nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR A REDUÇÃO DE JORNADA SEMANAL DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS PARA 30 HORAS SEMANAIS,

de acordo com o art. 40 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, da servidora pública municipal ROSEMARY DE FATIMA CORDEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 02 de abril de 2019, em conformidade com o processo administrativo n. 2019/033/002078.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 01 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 670

Publicação Nº 1981159

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 670

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
33.757/2019	12.03.2019	ANA MIRTA ISABEL GIMENEZ	De 20 horas para 40 horas	06.03.2019
33.758/2019	12.03.2019	WELLINGTON MUCARBEL DOS SANTOS FILHO	De 30 horas para 40 horas	06.03.2019
33.760/2019	12.03.2019	RAQUEL ALCANTARA DOS SANTOS FOSSILE	De 30 horas para 40 horas	11.03.2019
33.777/2019	14.03.2019	BIANCA DALRI MENESTRINA	De 30 horas para 40 horas	18.03.2019
33.777/2019	14.03.2019	FERNANDA FIUZA LIMA	De 30 horas para 40 horas	18.03.2019
33.782/2019	15.03.2019	ANDERSON ALMIR ROZANSKI	De 30 horas para 40 horas	15.03.2019
33.791/2019	18.03.2019	RAFAEL FERREIRA PIMENTA	De 20 horas para 40 horas	06.03.2019
33.802/2019	22.03.2019	ANA MARIA BRAGA	De 20 horas para 30 horas	22.03.2019
33.811/2019	27.03.2019	RAUL MIRANDA	De 20 horas para 40 horas	01.04.2019
33.811/2019	27.03.2019	ROBERTA CAROLINA VIEIRA	De 20 horas para 40 horas	06.03.2019
33.851/2019	04.04.2019	FERNANDA DALSASSO	De 30 horas para 40 horas	15.04.2019
33.851/2019	04.04.2019	KELLIN DANIELSKI	De 30 horas para 40 horas	01.04.2019
33.854/2019	05.04.2019	ISABELA RODRIGUES ARANTES	De 20 horas para 30 horas	11.04.2019
33.855/2019	05.04.2019	MARCELA CAROLINA DE ALMEIDA RESENDE	De 30 horas para 40 horas	11.04.2019

Blumenau, 05 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 679

Publicação Nº 1981161

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 679

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO	
33833	2019	28.03.2019	2019/03/002214	GLAUCO GE-VAERD	55	26.08.2013	01.11.2013
33801	2019	22.03.2019	2019/03/002073	ANDRE LUIZ FELDENS	756	01.03.2010	27.03.2012
33798	2019	20.03.2019	2019/03/001747	ALINE LURDES LANSER	95	30.01.2015	04.05.2015

Blumenau, 08 de abril de 2019.

Anderson Rosa
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 673

Publicação Nº 1981163

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 673

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
33.770/2019	14.03.2019	DEISE JANAINA BORBA	De 40 horas para 20 horas	01.04.2019
33.771/2019	14.03.2019	PATRICIA REGINA DE SOUZA	De 40 horas para 30 horas	11.03.2019
33.790/2019	18.03.2019	DAIANE HEMANN PRESTES	De 40 horas para 30 horas	25.02.2019
33.835/2019	29.03.2019	ANA CELIA TEIXEIRA DE CARVALHO SCHNEIDER	De 40 horas para 30 horas	01.04.2019

Blumenau, 05 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 674

Publicação Nº 1981166

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 674

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
33.379/2019	ADRIANA MARIA LEITE BAADER	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	17/01/2019
33.379/2019	ANDRÉIA REITER	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	02/01/2019
33.379/2019	BIANCA TOMAZ PEREIRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	02/01/2019
33.379/2019	CHARLES OACKLEY ADRIANO	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/01/2019
33.379/2019	CLAUDIO JURE NANDI	MOTORISTA	23/02/2019
33.379/2019	CRISTIANE MACHADO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	11/11/2018
33.379/2019	DANIELLA CURTIPASSI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	18/01/2019
33.379/2019	DARLENE MARIA DA SILVA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	30/01/2019
33.379/2019	EDILENE DE SOUZA PINHEIRO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	28/10/2018
33.379/2019	ELAINE CHAQUETE ROSENBROCK	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	13/10/2018
33.379/2019	ELAINE SERPA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	18/01/2019
33.379/2019	ELENICE BONETE PUTZEL ZEREDI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	09/12/2018
33.379/2019	ESTELA MOISSA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	08/01/2019
33.379/2019	FABIANA MAIQUELI DRAEGER	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	24/01/2019
33.379/2019	FERNANDA GIRÃO DA COSTA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	08/01/2019
33.379/2019	GEYSA GEORG SOMMERFELD	ENFERMEIRO	18/11/2018
33.379/2019	GIZELI CARVALHO DE OLIVEIRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	13/01/2019
33.379/2019	HELENA BAHIR DE ANDRADE	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	02/01/2019
33.379/2019	IOLANDA BIEL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	26/01/2019
33.379/2019	IRENE SCHRODER PROBST	EDUCADOR SOCIAL	19/01/2019
33.379/2019	ISABEL APARECIDA PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	22/02/2019
33.379/2019	ISABEL REINERT JUNG	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	27/01/2019
33.379/2019	ISADORA RIBEIRO KANDER	MÉDICO VETERINÁRIO	23/01/2019
33.379/2019	JANAÍNA CHRISTINA MARINHO IGNÁCIO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	20/10/2018
33.379/2019	JANAÍNA PATRÍCIA ROPELATTO	AGENTE ADMINISTRATIVO	15/02/2019
33.379/2019	JANARA CAROLINE RIBEIRO	ENFERMEIRO	16/11/2018
33.379/2019	JANETE APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	25/02/2019
33.379/2019	JOANA DO NASCIMENTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	24/12/2018
33.379/2019	JOÃO GUILHERME GIRARDI	AGENTE ADMINISTRATIVO	09/05/2018
33.379/2019	JOSE BISOGNIN NETO	MÉDICO - 20 HORAS	18/01/2019
33.379/2019	JULIANA MACCARI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	03/01/2019
33.379/2019	KAMILLA DOS SANTOS MAFRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	19/12/2018
33.379/2019	LEILAINE HASS CESTARI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	04/01/2019
33.379/2019	LISÂNGELA BITENCOURT	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	05/01/2019
33.379/2019	LUCIANE HILLESHEIM	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	19/12/2018
33.379/2019	MARIA ALICE MENGARDA COELHO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	27/02/2019
33.379/2019	MARIA DAS DORES DOS SANTOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2019
33.379/2019	MARIA ISABEL FELIPE DOS SANTOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	10/01/2019
Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
33.379/2019	MARIA TEIXEIRA DA SILVA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	02/01/2019
33.379/2019	MARILENE LETTY MONTEIRO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	16/01/2019
33.379/2019	MARINA SCHIOCHET	PSICÓLOGO	21/06/2018
33.379/2019	MICHELE SCHWAEMMLE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/06/2018
33.379/2019	NADIR APARECIDA CAMARGO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	25/09/2018
33.379/2019	NARA ELISABETH GRAH	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	22/12/2018
33.379/2019	NILMA KRAJESKI KOPSCH	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2019
33.379/2019	PAMELA JUNCKES	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	12/01/2019

33.379/2019	PAULA CECÍLIA BISS DELAGNELO	FISIOTERAPEUTA	08/01/2019
33.379/2019	PEDRO STANISCE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	07/11/2018
33.379/2019	RAQUEL FREYGANG MENDES KERTSCHER	MÉDICO VETERINÁRIO	23/02/2019
33.379/2019	RAQUEL SCHNEIDER SCHWAMBACH	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	02/01/2019
33.379/2019	ROSELI HAFEMANN	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	04/01/2019
33.379/2019	SIDNEI HEINZEN	MOTORISTA	23/02/2019
33.379/2019	TANIA REGINA DUWE MANNERICH	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	31/01/2019
33.379/2019	TATIANA FEUSER RONCHI	PROFESSOR – 40 HORAS (QP)	16/03/2019
33.379/2019	THAYSE RAQUEL DE AGUIAR RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO	24/10/2018
33.379/2019	THIAGO ROBERTO PASSOLD	MÉDICO - 40 HORAS	29/05/2018

Blumenau, 05 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.741/2019

Publicação Nº 1981169

PORTARIA SEDEAD Nº 33.741/2019

RENOVA CEDENCIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GRAZIELA NASATO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

a cedência com ônus para o Município, mediante ressarcimento, do(a) servidor(a) público(a) municipal GRAZIELA NASATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, lotada na Procuradoria Geral do Município, ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, a contar de 13 de fevereiro de 2019, de acordo com o Processo Administrativo nº 2019/02/001153.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de maio de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.764/2019

Publicação Nº 1981171

PORTARIA SEDEAD Nº 33.764/2019

CEDE O SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL KATIA REZENDE FLORA TOMEDI A FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRO-FAMÍLIA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o (a) servidor(a) público(a) municipal KATIA REZENDE FLORA TOMEDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arte Educador, lotado(a) na Secretaria Municipal de Turismo e Lazer, a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRO-FAMÍLIA, a contar de 20 de fevereiro de 2019, de acordo com o Processo Administrativo nº 2019/02/001143.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 675

Publicação Nº 1981182

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 675

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
33761	2019	12.03.2019	2019/03/001579	ANA BEDUSCHI NEMETZ PASSOLD	19/06/2019	17/08/2019
33794	2019	18.03.2019	2019/03/001852	ANDRESSA JANSEN GOMES	26/06/2019	24/08/2019
33755	2019	11.03.2019	2019/03/001540	CARLA BERNARDO	28/05/2019	26/07/2019
33793	2019	18.03.2019	2019/03/001847	GIANNE GISELLE REITER WILLECKE PASSOLD	29/06/2019	27/08/2019
33848	2019	03.04.2019	2019/04/002475	JANAINA PLAUTZ WENDORF	01/08/2019	29/09/2019
33836	2019	01.04.2019	2019/03/002342	JEANINE ALINE GESSER	23/07/2019	20/09/2019
33849	2019	03.04.2019	2019/04/002498	PATRICIA CRISTINA LINDNER	11/07/2019	08/09/2019
33762	2019	12.03.2019	2019/03/001582	RAFAELA ZANONI ANDRIONI BUCHINSKI	04/07/2019	01/09/2019
33847	2019	03.04.2019	2019/04/002433	SHAIANNE DANIELE DE OLIVEIRA	28/07/2019	25/09/2019

Blumenau, 05 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.733/2019

Publicação Nº 1981245

PORTARIA SEDEAD Nº 33.733/2019

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL LUCIANA DE FATIMA DALPASQUALI AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL, LOTADO(A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO - CEDECI.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal LUCIANA DE FATIMA DALPASQUALI, ao exercício do cargo efetivo de Assistente Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, a contar de 07 de março de 2019, conforme Processo Administrativo nº 2019/03/001363.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD N° 33.759/2019

Publicação N° 1981251

PORTARIA SEDEAD N° 33.759/2019

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL OSNI BARBOSA DA SILVA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, LOTADO(A) NA GERENCIA ADMINISTRATIVA DA INTENDÊNCIA DO GRANDE GARCIA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal OSNI BARBOSA DA SILVA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotado(a) na Gerencia Administrativa da Intendência do Grande Garcia, a contar de 11 de março de 2019, conforme Processo Administrativo nº 2019/03/001572.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO N° 676

Publicação N° 1981255

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 676

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

N° PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
33.846	2019	03.04.2019	2019/04/002434	CLEIDE REGINA FURLANI POMPER-MAIER	27.01.2009	27.01.2019

Blumenau, 08 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO N° 677

Publicação N° 1981260

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 677

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

N° PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
33731	2019	20.03.2019	2019/03/001361	ANDREA MARA TEODORO	20.03.2006	20.03.2016
33763	2019	12.03.2019	2019/03/001615	CHARLENE ROSIRIS CIPRIANI	28.07.2008	28.07.2018
33767	2019	13.03.2019	2019/03/001651	ESMERALDA DA SILVA	06.09.2008	06.09.2018

33768	2019	13.03.2019	2019/03/001643	CLAUDIA VILELA DE SOUZA LANGE	04.03.2009	04.03.2019
33769	2019	13.03.2019	2019/03/001676	ELIAS ANTONIO DE OLIVEIRA	20.08.2008	20.08.2018
33784	2019	15.03.2019	2019/03/001770	IVONE DURDA	25.12.2008	25.12.2018
33804	2019	25.03.2019	2019/03/002112	ADRIANA TEIXEIRA DE FREITAS COTA SOARES	19.02.2009	19.02.2019
33806	2019	25.03.2019	2019/03/002121	MELANIA REGINA BERTELI	22.03.2009	22.03.2019
33812	2019	27.03.2019	2019/03/002218	MARILEIA DALPRA DOS SANTOS	29.06.2008	29.06.2018
33834	2019	29.03.2019	2019/03/002261	CLEIDE REGINA FURLANI POMPER-MAIER	27.01.2009	27.01.2019
33839	2019	02.04.2019	2019/04/002406	SANDRA REGINA ZILS KUHN	31.03.2009	31.03.2019
33850	2019	03.04.2019	2019/04/002501	ALCIONE LIDIA ABREU OLIVIERI	16.02.2009	16.02.2019
33857	2019	08.04.2019	2019/04/002611	CATIA CELENE NASCIMENTO MONTIBELER	16.02.2009	16.02.2019
33858	2019	08.04.2019	2019/04/002612	SINCLAIR EMILIA REINERT	05.04.2009	05.04.2019

Blumenau, 08 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 678

Publicação Nº 1981264

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 678

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
33756/2019	11.03.2019	2019/03/001554	SIMONE CARLA DE SOUZA	17.01.2009 a 17.01.2019
33783/2019	15.03.2019	2019/03/001767	CRISTIANE INES ANTUNES SILVEIRA	16.02.2009 a 16.02.2019
33792/2019	18.03.2019	2019/03/001799	RAFAEL PUFF SOARES	02.03.2009 a 02.03.2019
33795/2019	19.03.2019	2019/03/001875	DALVA MARIA ARAUJO	24.07.2008 a 24.07.2018
33799/2019	21.03.2019	2019/03/001943	MARCELO CARNASCIALI CAVICHIOLO	01.11.2005 a 01.11.2015
33800/2019	21.03.2019	2019/03/001991	MARIA MATILDE AURELIO	14.08.2006 a 14.08.2016
33803/2019	25.03.2019	2019/03/002079	FABIANA MARTENDAL OLIVEIRA CORDEIRO	14.03.2009 a 14.03.2019
33805/2019	25.03.2019	2019/03/002116	VIVIEN BECKER	28.08.2006 a 28.08.2016
33809/2019	26.03.2019	2019/03/002138	SANDRA REGINA DE ZUTTER	26.03.2009 a 26.03.2019
33810/2019	26.03.2019	2019/03/002139	VERONICA NASCIMENTO COTA	16.06.2008 a 16.06.2018
33843/2019	02.04.2019	2019/04/002420	LUCIANO BERTO	22.03.2009 a 22.03.2019
33856/2019	05.04.2019	2019/04/002596	GERSON MATTOS	01.09.2008 a 01.09.2018

Blumenau, 08 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 672

Publicação Nº 1981266

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 672

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.654/2019	ADRIANA DANIELEVIG PEREIRA DIAS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ADRIANA LUIZA BAHR	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ADRIANA MARIA LEITE BAADER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	AGNES ANDREIA KREPSKY FLORIANI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	ANA CELIA T. DE CARVALHO SCHNEIDER	Assistente Social	GE	G	01/02/2019
33.654/2019	ANA CLAUDIA DE LIMA THEILACKER	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ANA LEA PAROLLI MAURE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	ANA LUZIA ZABEL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ANA MARIA MACHADO BARCELOS GOLLE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ANA SILMARA CAMPIGOTTO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ANDREA MARIA TINTI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	ANDREA SEZARIO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ANDREIA REITER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	ANDREIA RUSSI AVANCINI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	ANDRESSA KAER PINHEIRO	Nutricionista	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	ANELIZE TERMANN SCHLOSSER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ANGELA RADLOFF DA ROCHA NICOLETTI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	ANISIO LUIZ ROCHA	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	ANTONIO JOAO UMBELINO	Técnico em Enfermagem	GT	E	01/02/2019
33.654/2019	ANTONIO MARCOS GERMANO	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ANTONIO TRAMONTIN	Professor - 40 Horas (QP)	GE	H	01/02/2019
33.654/2019	BERNARDETTE ZIMMERMANN BARDINI	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	BIANCA TOMAZ PEREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	CAMILA LUIZE SCHLOGL	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	CARLA APARECIDA RODRIGUES CORREA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	CARLOS EDUARDO KRAUS	Contador	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	CAROLINE ADRIANE PASTORE	Educador Social	GF	C	01/02/2019
33.654/2019	CAROLINE SUELEN NICOSELLI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	CASSIA CRISTINA THEISS	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	CHARLES OACKLEY ADRIANO	Agente Administrativo	GF	B	01/02/2019
33.654/2019	CINTIA LIVIA GIRARDI HUBER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	CLARICE BRUGNAGO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.654/2019	CLARICE SOUZA HERMANN	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	CLAUDIA DE CASSIA C. DIDONET BEDUSC	Enfermeiro	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	CLEUSA CONCEICAO DOS SANTOS	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	CRISTIANE ANDRADE	Arquiteto	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	CRISTIANE CARLA LARGURA FERREIRA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	I	01/02/2019
33.654/2019	DAIANE CRISTINE FELISBERTO SOARES	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	DALVA MARIA ARAUJO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	DENISE MARIA NETO ROSA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	DENISE TERESINHA COTA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	DIANA FLAVIA HARMEL	Farmacêutico	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	DILSO ROECKER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	DIRCEU VOLPATO PHILIPPI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019

33.654/2019	DOROTY KRUGER PERON	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	DOUGLAS FERNANDO PIMENTEL	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	DULCE MARIA LEHNEN	Coordenador Pedagógico (20H)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	EDEMAR ROSA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	EDENILSON GOETEN	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/02/2019
33.654/2019	EDISON MARQUES	Economista	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	EDNA DA ROSA CARDOSO RODRIGUES	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	EDNA MARTINS	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ELAINE SERPA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	ELI JONES MATIAS CABRAL	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ELIANE APARECIDA HERAT KRAUZER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ELIANE CASAS SABEL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ELIANE EMI NAKASHIMA MORSCH	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	ELIS ROSANA FUMAGALLI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	ELISA MARQUETI	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ELIZABETE SILVA GARCEZ DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ELZA HITOMI SAKAI	Médico - 20 Horas	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	EMERSON FIGUEIREDO SOUZA	Agente Administrativo	GF	E	01/02/2019
33.654/2019	ENIO RICARDO PRIM DE ALMEIDA	Motorista	GO	E	01/02/2019
33.654/2019	ESTELA MOISSA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	EVA APARECIDA NUNES PEREIRA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	EVANILDE LEAL	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	EVERTON DE OLIVEIRA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	FABIANA DE LIMA RIBEIRO	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	FABIANA MAFRA MORITZ	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	FABIANE DOS SANTOS PUREZA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	FABIANE LEANDRO GREGOL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	FABIOLA KANAREK	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	FERNANDA ERBESDOBLER	Enfermeiro	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	FERNANDA GAITOLINI HOEPERS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	FERNANDA VICENTI TOMIO	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	GABRIELE DE FREITAS ADAM	Agente Administrativo	GF	B	01/02/2019
33.654/2019	GILSON ROGALSKI	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	GIZELI CARVALHO DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	GREICE SENEM DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	IDELMA ALMANSA CONCARI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ILSIMERY MUELLER CHIODINI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	IOLANDA BIEL	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/02/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.654/2019	IRENE SCHRODER PROBST	Educador Social	GF	B	01/02/2019
33.654/2019	ISABEL BECKER	Professor - 20 Horas (QP)	GE	H	01/02/2019
33.654/2019	ISABEL CESCON	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ISABEL REINERT JUNG	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	ISOLETE DE SOUZA THOM	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ITALA MARA EGER COELHO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	IVANIA ROSA WEBBER	Enfermeiro	GE	H	01/02/2019
33.654/2019	IVONE BORNHAUSEN DA COSTA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	IVONETE DAS GRACAS DOS ANJOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	IZABEL CRISTINA DOS SANTOS RIBEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	JACY SOARES BORGES	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	JAMILE JAROUJ RAHAL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	JANAINA PERINI COSER	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	JANDIRA COELHO RAUSCH	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	JANETE MACANEIRO WULF	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	JERRY LUIZ BOOS	Engenheiro Civil	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	JOHN CARLOS ZOSCHKE JUNIOR	Médico - 20 Horas	GE	B	01/02/2019

33.654/2019	JOICE EMITERIO GERMANO	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	JOSE HAMILTON ALVES DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	JOSIANE DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	JOSIANE HELLMANN PINHEIRO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	JUCENIR JORGE TAVARES MENEZES	Cirurgião Dentista - 20 Horas	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	JULIANA FREIBERG	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	JULIANA MACCARI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	JULIE PAUL	Agente Administrativo	GF	C	01/02/2019
33.654/2019	KATIA HOLTRUP WEIERS	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	KATIA PICKLER BAESSO DE ALCANTARA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	KATIA REGINA BRESSANINI MORAIS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	KATIA REGINA STORRER PACHECO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	I	01/02/2019
33.654/2019	KELLY ALEXANDRA SCHARF	Professor - 20 Horas (QP)	GE	H	01/02/2019
33.654/2019	KRISLEN GIANA PAGELKOPF	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	LEANDRO ROBERTO CANESI FERREIRA	Médico Veterinário	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	LEILAINE HASS CESTARI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	LEONICE MARIA MAIA KRAISCH	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	LIANE ELISABETH HAHNEMANN	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	LINDACIR TAVARES	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	LISANGELA BITENCOURT	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/02/2019
33.654/2019	LISELI CRISTINA FRANZ TOMELIN	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	LUANA PAULA BRAGAGNOLO	Educador Social	GF	D	01/12/2018
33.654/2019	LUCIA BRONDANI DE ANDRADE	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	LUCIA ISABEL BARNI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	LUCIANE ELESBAO CARPES MATTEUSSI	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	LUCIANE LUBOW	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	LUCILENE IZIDORIO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	LUCINEIA LARGURA VENDRAMINI	Farmacêutico Bioquímico	GE	G	01/02/2019
33.654/2019	MAGALI KRAMER DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARA REGINA NEVES	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	MARA RUBIA BIRKNER PETERS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	MARA RUBIA WESSLING	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.654/2019	MARCELA BERTO SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARCELO BARCELAR BASTOS	Agente de Vigilância	GO	D	01/02/2019
33.654/2019	MARCIA DOS PASSOS CARVALHO	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	MARCIA DOS PASSOS CARVALHO	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/02/2019
33.654/2019	MARCIA GAZANIGA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	MARCIA LEITZKE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	MARCIA MARISTELA MILANSKI SOARES	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	MARCIA ROSELI GUETTER GEISLER	Assistente Social	GE	G	01/02/2019
33.654/2019	MARCO AURELIO SIEGEL	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARGARETE VIEIRA BUGMANN	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARIA APARECIDA TEODORO	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	MARIA CRISTINA MARQUEZ BENVENUTTI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARIA DE FATIMA MARTINS	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARIA DO CARMO DE ALCANTARA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARIA DO CARMO DE SOUZA	Técnico em Higiene Dental	GT	J	01/02/2019
33.654/2019	MARIA ELIS NUNC NFOONRO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARIA ISABEL DA COSTA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	MARIA ISABEL FELIPE DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	MARIA JOSE KUSTER CARDOSO	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	MARIA REGINA CORDINI GOLLE	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	MARIA TEIXEIRA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	MARIA TERESINHA LOURENCO PINEIRO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	MARIA VERONICA DE ALMEIDA CAMELO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019

33.654/2019	MARILENE LETTY MONTEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	MARINES PAZINATTO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	MARINETE AP. DO NASCIMENTO SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARIO HENRIQUE KATO	Médico - 10 Horas	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARIO RAUSCH	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARISE BEATRIS VILELA NOGUEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	MARISTELA C. DA ROSA MANCHINI RODRIGUES	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	MARISTELA RAITZ BOOZ	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MARIZETTE MORAIS LOCHS	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/02/2019
33.654/2019	MARTA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	MERI ELISIONETE CAGLIONI DA LUZ	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	MERY TERESINHA SOARES FRITZKE	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	MICHELE CORREA ALBRECHT	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MICHELE FEY MENEGILDO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	MICHELE TROMBELLI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MICHELLE INACIO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	MICHELLI MARCHI OSS EMER	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MIRIAN WULF MICHELMANN	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	MONICA PURIN RAMOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	MONICA ROMIG DE LIMA SOUZA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	MORGANI HELLMANN GEORG	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	NADIA SOARES KRAUSS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	NELI MARIA MABA FARIAS	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	NERILDA TEREZINHA MAFRA GIACOMELLI	Educador - Magist./Pedagogia	GF	G	01/02/2019
33.654/2019	NEUSA BOLL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	NILCEIA APARECIDA PEREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	NILMA KRAJESKI KOPSCH	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.654/2019	NOELI APARECIDA RIBEIRO VIEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	OLIVIO JOSE VOLPI	Agente Administrativo	GF	D	01/02/2019
33.654/2019	PAMELA JUNCKES	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	B	01/02/2019
33.654/2019	PATRICIA CIAVAGLIA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	PATRICIA DICKMANN COSTA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	PATRICIA MARIA PORTELA CHAGAS	Educador Social	GF	B	01/02/2019
33.654/2019	PAULA CECILIA BISS DELAGNELO	Fisioterapeuta	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	RAFAELA SCHAEFER	Aux. De Consultório Dentário	GF	C	01/09/2018
33.654/2019	RAQUEL SCHNEIDER SCHWAMBACH	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	RAQUEL SUELI MANERICH SCHUCH	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/02/2019
33.654/2019	REJANE WILWERT	Assistente Social	GE	H	01/02/2019
33.654/2019	RENOIR JESUS CASAGRANDE	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	RITA ZILLI DE FREITAS	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/02/2019
33.654/2019	ROBERTA VILELA PEREIRA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	RODRIGO CARDOSO DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ROSA HELENA LOPES DE OLIVEIRA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ROSALETE ANDRIOLI RAYMUNDI	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ROSANA CLARICE COELHO WENDERLICH	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	ROSANGELA DE SOUZA GERENT	Educador Social	GF	C	01/06/2018
33.654/2019	ROSELI HAFEMANN	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	ROSELI REGINA FERNANDES BRESCIANI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ROSELI VIEIRA DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ROSEMARI FACCHINI KESTRING	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	ROSEMERI MATIAS BORGES DE JESUS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	ROSEMERI WIPPEL	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	ROSILEA MARIA TREVISOL	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	RUBIA KUPAS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	SALETE NUSS	Agente Administrativo	GF	M	01/02/2019
33.654/2019	SAMANTHA SOAR	Agente Administrativo	GF	C	01/02/2019
33.654/2019	SANDRA APARECIDA AZZOLINI POOL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019

33.654/2019	SANDRA REGINA NAU	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	SANDRA TAIS AMORIM DA CUNHA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	SANDRA VARNIER	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	SARA APARECIDA MATCHIL FERNANDES	Educador - Magist./Pedagogia	GF	H	01/02/2019
33.654/2019	SHEILA PORTO	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	SHIRLEY DE FREITAS STRINGARI	Enfermeiro	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	SILVANA MARIA CUSTODIO DA LUZ BARTH	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	SILVANA SEVERINO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	SILVANIA HESS	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/02/2019
33.654/2019	SILVIA CRISTINA SULZBACH RAMALHO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	SILVIA DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	SILVIA KARINA PEREGUDA LUCIANI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	SIMONE FONTANELLA ZANELLA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	I	01/02/2019
33.654/2019	SIMONE PASSOLD FREITAS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	SIMONE STOQUEIRO	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/02/2019
33.654/2019	SIRLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	SIRLENE GUIMARAES	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	SIRLENE ORTIZ DOS SANTOS	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	SIRLENE SCHWERTZ	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	SOLANGE APARECIDA DA CUNHA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.654/2019	SOLANGE APARECIDA SIMOES	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	SOLANGE CAMPESTRINI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.654/2019	SOLANGE SACANI KOHL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/02/2019
33.654/2019	SUELI TERESINHA MATHIONI	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	TANIA REGINA DUWE MANNERICH	Técnico em Enfermagem	GT	B	01/02/2019
33.654/2019	TANIA REGINA MORAES	Assistente Social	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	TATIANA FEUSER RONCHI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/02/2019
33.654/2019	TERESA CRISTINA BECKER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	TULIO MORITZ JUNIOR	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	VALERIA DA SILVA E SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	VANEIDE FORTUNATO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	VANESSA FERNANDES	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	VANESSA KRAUSE KOSER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.654/2019	VANILDO CROZETA	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/02/2019
33.654/2019	VANUSA LUCKMANN DE LIZ E SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	E	01/02/2019
33.654/2019	VILMA CESCON	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/02/2019
33.654/2019	ZULEIDE KNOT	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.807/2019	ADRIANA DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	ADRIANA MIRANDA DA SILVA ZIMMERMANN	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/03/2019
33.807/2019	ALBERTO CIM	Agente de Vigilância	GO	E	01/03/2019
33.807/2019	ALCENIR HORT	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	ALEXANDRE B. LOPES DE OLIVEIRA	Enfermeiro	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	ALINE SILVA DOS SANTOS	Agente Administrativo	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	AMANDA DE OLIVEIRA GOMES	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	ANA MARIA STEUCK	Assistente Social	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	ANA PATRICIA MELLO	Técnico em Enfermagem	GT	B	01/03/2019
33.807/2019	ANA PAULA BASTOS SOARES	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	ANDRE MARCELO COLVARA MATTANA	Médico - 20 Horas	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	ANDREIA CINIRA WEITGENANT GRAMKOW	Agente Administrativo	GF	C	01/03/2019
33.807/2019	ANDREIA HANAUER	Agente Administrativo	GF	C	01/03/2019
33.807/2019	ANDREIA MARIA ALBANO MAFRA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/03/2019
33.807/2019	ANDREIA WAGNER	Agente Comunitário de Saúde	GF	D	01/03/2019
33.807/2019	ANGELA REZENDE	Professor - 20 Horas (QP)	GE	I	01/03/2019
33.807/2019	ANGELITA CASTELANI DA SILVA	Professor - 40 Horas - (QP)	GE	H	01/02/2019
33.807/2019	ANNELIESE DE MEDEIROS WILHELM	Assistente Social	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	ATAIR CORREIA	Servente de Serviços Gerais	GO	C	01/03/2019
33.807/2019	BARBARA RENATA MACHADO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	BRIGITTE MARIA KESTERING	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019

33.807/2019	BRUNO SCHMITT	Agente Administrativo	GF	C	01/03/2019
33.807/2019	CAIQUE FERNANDO DA SILVA FISTAROL	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	CARIM SUELY BIZ	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	CARLA KATHERINE DA SILVA	Agente Administrativo	GF	C	01/03/2019
33.807/2019	CATIANE MACHADO BORGERT	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	CHEILA RICHTER	Professor - 20 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	CINARA HELENA NASCIMENTO	Agente Administrativo	GF	D	01/03/2019
33.807/2019	CINTHYA CRISTIELE BATISTA	Agente Administrativo	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	CLAIR BERNARDETE BORTOLOTO	Terapeuta Ocupacional	GE	F	01/03/2019
33.807/2019	CLAUDIANE ROGERIA ZARDO MACHADO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	CLAUDIO JURE NANDI	Motorista	GO	B	01/03/2019
33.807/2019	CLEIDE INES SIMON POPPER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.807/2019	CRISTIANO REICHERT	Motorista	GO	E	01/03/2019
33.807/2019	DAIANE APARECIDA LAURINDO ROSA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	DAIANE BATISTI	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/03/2019
33.807/2019	DANIELA SACKL	Farmacêutico	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	DANIELE BENE LAHORGUE	Assistente Social	GE	K	01/03/2019
33.807/2019	DARLENE MARIA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	DEBORA DANIELA DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	DEBORAH CATHARINE DO NASCIMENTO	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	DJALMA JOSE DOS SANTOS	Administrador	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	EDNO HONORATO DE BRITO	Engenheiro Civil	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	ELAINE FUHR DE BORBA	Professor 40 Horas (QP)	GE	H	01/02/2019
33.807/2019	ELAINE POPENGA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	ELAINE VALMORBIDA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	ELDRITA HAUSMANN DE PAULA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	ELENISE TELES FERREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	ELIANE SILVA FREDERICO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	ELISABETE GUSE	Enfermeiro	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	ELISANGELA CARLINI KORTE	Professor 40Horas - (QP)	GE	H	01/02/2019
33.807/2019	EMERSON LOPES CAMARGO	Agente Administrativo	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	ENEZITA TEREZINHA DOS SANTOS	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/03/2019
33.807/2019	ERICA DA SILVA	Psicólogo	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	ERLAINE CRISTINA BARCELOS FECCI	Agente Administrativo	GF	E	01/03/2019
33.807/2019	FABIANA HAVERROTH DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	FABIANA MAIQUELI DRAEGER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	FABIANA MARIA PEIXOTO PEREZ	Coordenador Pedagógico (40 H)	GE	J	01/02/2019
33.807/2019	FABIANE PRIESTER DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	FLAVIA REGINA DA SILVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	FLAVIO JUNIOR ARAUJO	Agente Administrativo	GF	E	01/03/2019
33.807/2019	GESIANE CARDOSO	Agente Administrativo	GF	J	01/03/2019
33.807/2019	GIOVANA MARA REITER	Auditor Fiscal Tributário	GE	I	01/03/2019
33.807/2019	GIOVANNI NERCOLINI	Médico	GE	M	01/12/2018
33.807/2019	GISELE DE SOUZA ANACLETO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	GLAUCIA SERPA	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	J	01/03/2019
33.807/2019	GRESIANE GISCELA BATISTI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	HELDEMI CESAR CORREIA DE SALES	Educador Social	GF	J	01/03/2019
33.807/2019	HELEN ROSE LEITE R. DE SOUZA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	HELENA BAHIR DE ANDRADE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	HELENA CARMEN FLORIANI	Educador - Magist./Pedagogia	GF	D	01/03/2019
33.807/2019	IARA ALVES MARINHO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	IARA DENISE NEUHAUS TAMBOSI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	ILMO IZOLABELA MENDES	Professor - 20 Horas (QP)	GE	H	01/02/2019
33.807/2019	ISADORA RIBEIRO KANDER	Médico Veterinário	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	ISMAEL DE OLIVEIRA	Fiscal de Obras e Posturas	GF	H	01/03/2019
33.807/2019	ISMERIA DESCHAMPS DE BORBA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019

33.807/2019	IVETI ELEY ALBINO LEITE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	JANAINA PATRICIA ROPELATTO	Agente Administrativo	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	JEANDERSON DOS SANTOS	Fiscal de Obras e Posturas	GF	E	01/02/2019
33.807/2019	JEANE ANDREA SCHUHART	Professor - 20 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	JEANE PITZ PUNKALL	Professor - 20 Horas (QP)	GF	H	01/02/2019
33.807/2019	JOELMA VARGAS M. T. DE ALMEIDA	Médico - 40 Horas	GE	C	01/03/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.807/2019	JONATAS ARNOLD ALVES	Agente Administrativo	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	JONI PEREIRA	Arquiteto	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	JORGE OLIVEIRA DA ROCHA FILHO	Médico - 20 Horas	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	JORGE OLIVEIRA DA ROCHA FILHO	Médico - 20 Horas	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	JOSÉ CARLOS LEAL	Balseiro	GO	J	01/02/2019
33.807/2019	JOSE LUIZ DE SOUZA	Mecânico	GF	L	01/03/2019
33.807/2019	JOSE RENI VARELA	Pedreiro de Const. Meio Oficial	GO	J	01/02/2019
33.807/2019	JOSE RICARDO SEARA DA COSTA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.807/2019	JOSIANE DE FATIMA VOSS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	JUCELE DE OLIVEIRA REIS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	JULIANA ANGELA ARNOLD	Agente Administrativo	GF	E	01/03/2019
33.807/2019	JULIANA APARECIDA DE MELLO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	JULIANA CARDOZO	Agente Administrativo	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	JULIANA DA COSTA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	KATIA CINARA ONEDA LIZANDRO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	KATIA CRISTINA SCHMITZ M. POSTAI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	KENIA REGINA SCHMITZ	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	LAIS BERNARDES GAULKE	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	LAURA BERTOLDI	Auxiliar de Enfermagem	GF	M	01/11/2018
33.807/2019	LEANDRO GUARIENTI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/03/2019
33.807/2019	LEILIANE VAVASSORI SOARES	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	LUCI DE MELLO	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/03/2019
33.807/2019	LUCIA CRESTANI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	LUCILENE RITTER	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/03/2019
33.807/2019	LUCIMAR RODRIGUES BUENO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	LUCIMARA HELENA ROSENBROCK ANACLETO	Agente Administrativo	GF	E	01/03/2019
33.807/2019	LUIZ CESAR TAVARES	Motorista	GO	H	01/02/2018
33.807/2019	LUIZ FERNANDO PROCOPIO GOMES	Engenheiro Civil	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	LUIZ FERNANDO SUPIS	Engenheiro Civil	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	LUSCIMAR RECH BERKENBROCK	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	LUSTERIMAR RITZEL NUNES	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	LUZIA CAMPESTRINI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/03/2019
33.807/2019	MAIKE DOPKE	Agente Administrativo	GF	J	01/02/2019
33.807/2019	MARA LUCIA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	MARCIA DA COSTA SEIBT	Professor - 20 Horas (QP)	GE	F	01/03/2019
33.807/2019	MARCIA KLITZKE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	MARCIANE KATIA FISCHER MAIA	Professor - 40 Horas (QP)	GF	D	01/02/2019
33.807/2019	MARGARET MULLER PEREIRA	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	MARGARETE THEISS CARDOSO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	MARI LUCIA RODRIGUES	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	MARIA DAS DORES DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	MARIA DO CARMO DE ALMEIDA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	H	01/02/2019
33.807/2019	MARIA GORETI VANDRESEN	Enfermeiro	GE	I	01/03/2019
33.807/2019	MARIA NORMA VIEIRA	Agente Administrativo	GF	E	01/03/2019
33.807/2019	MARIA RITA FELIPE EVANGELISTA	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	MARIA ROSANGELA PRADO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	MARIA SALETE DA COSTA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.807/2019	MARIA TEREZINHA N. MACHADO CANDIDO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	G	01/03/2019
33.807/2019	MARIANGELA TRIBESS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	MARILDA TERESINHA GONCALVES PAGOTO	Cozinheiro	GO	C	01/03/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR

33.807/2019	MARILENE BRUNE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	MARILENE DIAS GASPAR	Servente de Serviços Gerais	GO	E	01/03/2019
33.807/2019	MARILI MARCIA WELINSKI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	MARILIA FERNANDA BRASIL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	MARLENE VEZARO DE LIMA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	MARLI APARECIDA CORDOVA CORDEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	MARLI RUPP	Engenheiro Civil	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	MARLI TEREZINHA KADES PADARATZ	Auxiliar de Enfermagem	GF	J	01/03/2019
33.807/2019	MARLISE RAVIZZA SILVA	Servente de Serviços Gerais	GO	C	01/03/2019
33.807/2019	MAYSA AMANDA PUTZEL DE JESUS	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	MONICA ANDRADE DE MORAES VIEIRA	Engenheiro Civil	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	NELSON ROSA FILHO	Agente Administrativo	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	PAMELA DOS SANTOS	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	PATRICIA ANDREIA MAIA	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	PATRICIA CABRAL DE O. SCHWIRSKY	Agente Comunitário de Saúde	GF	C	01/03/2019
33.807/2019	PATRICIA FEIJO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	PATRICIA FORMENTO	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/03/2019
33.807/2019	PATRICIA LUEDERS	Coordenador Pedagógico	GE	D	01/02/2019
33.807/2019	PATRICIA ZUNINO W. DOS SANTOS	Agente Administrativo	GF	C	01/03/2019
33.807/2019	PRISCILA PIRES GONCALVES LAGUNA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	PRISCILLA DE SOUZA PEREIRA DOS SANTOS	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/02/2019
33.807/2019	RAQUEL F. MENDES KERTSCHER	Médico Veterinário	GE	B	01/03/2019
33.807/2019	RAQUEL HELENA KRIEGER DE BORBA	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	REGIA CRISTINA JOHANN ARGENTON	Agente Administrativo	GF	C	01/03/2019
33.807/2019	REGINA CECILIA BONETTI SUTTER	Educador - Magist./Pedagogia	GF	I	01/03/2019
33.807/2019	REGINALDO DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/03/2019
33.807/2019	RITA DE CACIA PIMPAO AMARAL	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	RITA DE CASSIA BARCELLOS	Professor - 20 Horas (QP)	GE	M	01/02/2019
33.807/2019	RODRIGO JOSE SILVEIRA	Procurador do Município	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	RONDINELI VARELA DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem	GT	E	01/03/2019
33.807/2019	ROSA MARIA DEOLA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	ROSALI RONSBERGER FOSTER	Aux. De Consult.Dentário	GF	k	01/03/2019
33.807/2019	ROSANE CRISTINA TORRES KATH	Professor - 20 Horas (QP)	GE	H	01/03/2019
33.807/2019	ROSEMERI TEREZINHA CAMILO PASETO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	ROZIMERI DE SOUZA VIEIRA DA COSTA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	SANDRA MICHELE TRAPP FISCHER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	SERGIO ROBERTO SIEGEL	Agente Administrativo	GF	E	01/03/2019
33.807/2019	SHEILA DE SOUZA AMORIM	Agente Administrativo	GF	E	01/03/2019
33.807/2019	SHIRLEY FARIA	Psicólogo	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	SHIRLEY VATANABE	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/03/2019
33.807/2019	SIDNEI HEINZEN	Motorista	GO	B	01/03/2019
33.807/2019	SILVIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO GAMBA	Agente Administrativo	GF	E	01/03/2019
33.807/2019	SIMONE DE ANDRADE	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	SIMONI DA SILVA	Educador - Magist./Pedagogia	GF	H	01/03/2019
33.807/2019	SIOMAR ANDRE ISIDORO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	SOELI DAS NEVES FLORIANI	Técnico em Higiene Bucal	GT	I	01/11/2018
33.807/2019	SOLANGE MARIA PETTINE BREIT	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	SOLANGE SCHMITT COELHO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/03/2019
33.807/2019	SULEIMA MENDES ALMEIDA	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/03/2019
33.807/2019	TABATA CRISTINE CARDOSO	Agente Administrativo	GF	B	01/03/2019
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
33.807/2019	TAIS FRENZEL DA ROSA NOGUEZ	Cirurgião Dentista - 20 Horas	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	TAISA CAROLINE PRUNER	Fiscal de obras e posturas	GF	E	01/02/2019
33.807/2019	TANIA BERNADETE DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	TERESINHA ROSSI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	J	01/02/2019
33.807/2019	TIAGO VIRGILIO KRUEGER	Assistente Social	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	VALDECI ABREU	Agente de Vigilância	GO	D	01/03/2019

33.807/2019	VERA LUCIA COSTA HANK	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/03/2019
33.807/2019	VERA LUCIA LAGOS MORAIS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/03/2019
33.807/2019	VICENTE AUGUSTO DE SOUZA	Agente Administrativo	GF	J	01/02/2019
33.807/2019	WALCKER TELES WALTER	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/03/2019

Blumenau, 05 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 671

Publicação Nº 1981268

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 671

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
			FAIXA	PADRÃO	DE
33.808/2019	ALLAN CRISTIAN BUET- TGEN	Psicólogo	K2III	K	01/03/2019
33.808/2019	BARBARA RENATA MACHADO	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	CLAUDIA WEISS	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	A	01/03/2019
33.808/2019	CLENIRA CAMARGO MACHADO	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	DEISY AZEREDO LACH COLLIONI	Professor - 20 Horas (QP)	B2II	B	01/03/2019
33.808/2019	EDELMARA LUZIA PANATA	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	FABIANA MAIQUELI DRAEGER	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	GIZELI CARVALHO DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	HELENA BAHIR DE ANDRADE	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	KAMILLA DOS SANTOS MAFRA	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	MARA LUCIA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	MARIA SALETE LEHMANN	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	C	01/03/2019
33.808/2019	MARILENE BRUNE	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	MARILENE LETTY MONTEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	PATRICIA SENEM	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	SILVIA CRISTINA SULZ- BACH RAMALHO	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019
33.808/2019	SÔNIA REGINA FREI- TAS	Professor - 20 Horas (QP)	B2II	B	01/02/2019
33.808/2019	WANDERLEIA DE FATI- MA DA ROSA SCHMIDT	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/03/2019

Blumenau, 05 de abril de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.780/2019

Publicação Nº 1981274

PORTARIA SEDEAD Nº 33.780/2019

RENOVA CEDÊNCIA DO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL VALDEVINO ALVES A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

com ônus para o Município, a cedência do servidor público municipal VALDIVINO ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a Fundação Municipal de Desportos - FMD, a contar de 28 de fevereiro de 2019, de acordo com o Processo Administrativo nº 2019/03/001735.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.778/2019

Publicação Nº 1981279

PORTARIA SEDEAD Nº 33.778/2019

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL VINICIUS DA CUNHA WOLFF AO CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, LOTADO(A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal VINICIUS DA CUNHA WOLFF, ao exercício do cargo efetivo de Agente de Saúde Pública, lotado(a) na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 28 de fevereiro de 2019, conforme Processo Administrativo nº 2019/03/001722.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

INTIMAÇÃO - 1ª CSPAD - PAD Nº 039/2018

Publicação Nº 1981286

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 1ª CSPAD

PAD Nº 039/2018

INDICIADO: D.A.T.J.

DEFENSOR DATIVO: BRUNO HENRIQUE MATTE - OAB/SC nº. 42.854

DESPACHO: Intime-se o Defensor Dativo nomeado, para acompanhar a audiência de oitiva das testemunhas arroladas às fls. 49 dos autos, designada para o dia 24 de abril de 2019, às 14 horas, na sede das Comissões.

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019 - SEMED

Publicação Nº 1981290

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2019

OBJETO: O Chamamento Público tem por objeto a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) interessada em celebrar Termo de Colaboração, com o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Educação, para o atendimento gratuito de até 188 (centro e oitenta e oito) crianças, de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, na primeira etapa da Educação Básica, por meio da gestão do Centro de Educação Infantil João Gervaz Neto, localizado na Rua Nelson Busarello, s/n, Bairro Água Verde, 89.042-310 – Blumenau - SC.

DATA DE ABERTURA: 10/05/2019

HORÁRIO: 14 horas

LOCAL: Auditório da SEMED

ENDEREÇO: Secretaria Municipal de Educação, à Rua Paraíba, 171, CEP 89.012-130, Blumenau (SC).

O edital, seus anexos e outras informações estão disponíveis para download no endereço eletrônico www.blumenau.sc.gov.br

Informações: Fone (47) 3381-7024 – e-mail: gabinetesemed@blumenau.sc.gov.br

Comissão de Seleção do Edital

PORTARIA SEMED N° 004, de 22 de fevereiro de 2019

RESOLUÇÃO N° 02/2019 - COPLAN

Publicação N° 1981303

RESOLUÇÃO N°. 02, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

APROVA DESMEMBRAMENTO EM ZRU, ACESSO POR VIA PÚBLICA, EIV, ÍNDICES CONSTRUTIVOS.

O Conselho Municipal de Planejamento Urbano do Município de Blumenau, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista as deliberações adotadas pela plenária em reunião no dia 06 de março de 2019 e, considerando a:

- Lei Complementar 836, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Planejamento Urbano;
- Lei Complementar 749, de 23 de março de 2010, que dispõe sobre o Código de Parcelamento do Solo;
- Lei Complementar 751, de 23 de março de 2010, que dispõe sobre o Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo,
- Lei Complementar 834, de 13 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar:

I – o desmembramento em Zona Recreacional Urbana, situado na Rua Guilherme Scharf, nº. 297, de propriedade da Associação Atlética e Cultural Altona, conforme consta no Processo Administrativo nº. 6727/2018;

II – o acesso pela Rua Gertrud Sierich ao imóvel localizado no nº940 da referida rua, de propriedade do Município de Blumenau, conforme consta no Processo Administrativo nº. 1671/2019;

III – o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, referente ao empreendimento residencial, localizado na Rua Prof. Jacob Ineichen, Bairro Itoupava Central, de propriedade da MRV Engenharia e Participações S.A., conforme Processo Administrativo nº. 15527/2018;

IV – o índices urbanísticos no imóvel localizado em ZLE1 – Zona de Localização Especial 1, situado na Rua Namy Deeke s/n, esquina com a Rua Getúlio Vargas, Bairro Centro, de propriedade de CETOR Empreendimentos Imobiliários, conforme consta no Processo Administrativo nº. 7165/2018, sendo:

- a. altura total da edificação de 107,10m (cento e sete metros e dez centímetros) e;
- b. recuo entre as edificações de 9,20m (nove metros e vinte centímetros).

V – os índices urbanísticos no imóvel localizado em ZLE1 – Zona de Localização Especial 1, situado na Rua Namy Deeke nº. 148, Bairro Centro, de propriedade de Ralf Egon Willecke, conforme consta no Processo Administrativo nº. 6537/2019, sendo:

- a. Coeficiente de Aproveitamento 8 (oito) para o uso residencial;
- b. Taxa de Ocupação de 100% (cem por cento) para o estacionamento residencial e;
- c. altura total da edificação de 60,00m (sessenta metros).

VI – no imóvel localizado em ZLE1 – Zona de Localização Especial 1, situado na Rua 7 de Setembro nº. 1300, Bairro Centro, de propriedade do Hospital de Olhos, conforme consta no Processo Administrativo nº6373/2019, a altura total da edificação de 16,23m (dezesseis metros e vinte e três centímetros).

VII – no imóvel localizado em ZLE1 – Zona de Localização Especial 1, situado na Rua Presidente John Kennedy s/nº, Bairro Centro, de propriedade do Hospital de Olhos, conforme consta no Processo Administrativo nº. 6371/2019, a altura total da edificação de 35,50m (trinta e cinco metros e cinquenta centímetros).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 09 de abril de 2019.

IVO BACHMANN JR.

Presidente do Conselho Municipal de
Planejamento Urbano - COPLAN

EXTRATO Nº 145/2019 - FURB

Publicação Nº 1981312

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 145/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Eliane Wamser

OBJETO: Contratação de profissionais para ministrar aulas no curso sequencial de Gastronomia – período Matutino, Vespertino e Noturno, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 049/2019 e Contrato nº 036/2019 firmado em 01 de abril de 2019.

PREÇO: Pelo objeto CONTRATADA, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.562,72 (dois mil quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 049/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 80 que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
04	38037	01	Valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Gastronomia Disciplina: Etiqueta Carga Horária: 24hs Modalidade: Presencial	R\$ 2.562,72
Preço Total (em R\$)				R\$ 2.562,72	
Preço Total (em reais, por extenso)				(dois mil quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 03/04/2019.

EXTRATO Nº 168/2019 - FURB

Publicação Nº 1981315

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 168/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Pedro Miranda de Oliveira

OBJETO: contratação de professores para atuar no Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Processual Civil, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 114/2019 e Contrato nº 084/2019 firmado em 05 de abril de 2019.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 114/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 24 que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Pós-Graduação em Esp. Direito Processual Civil Nível: Especialização Disciplina: Impugnação das Decisões Judiciais Modalidade: Presencial	9.120,00
2	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Pós-Graduação em Esp. Direito Processual Civil Nível: Especialização Disciplina: Precedentes Judiciais: Teoria Geral Modalidade: Presencial	6.080,00
Preço Total (em R\$)				R\$ 15.200,00	
Preço Total (em reais, por extenso)				(quinze mil e duzentos reais)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos

trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
DATA: 05/04/2019.

EXTRATO Nº 169/2019 - FURB

Publicação Nº 1981316

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 169/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Eduardo de Mello e Souza

OBJETO: contratação de professores para atuar no Curso de Especialização Lato Sensu em Direito Processual Civil, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 114/2019 e Contrato nº 085/2019 firmado em 05 de abril de 2019.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 4.240,60 (quatro mil duzentos e quarenta reais e sessenta reais), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 114/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 47 que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Pós-Graduação em Esp. Direito Processual Civil Nível: Especialização Disciplina: Impugnação das Decisões Judiciais Modalidade: Presencial	9.120,00
2	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Pós-Graduação em Esp. Direito Processual Civil Nível: Especialização Disciplina: Precedentes Judiciais: Teoria Geral Modalidade: Presencial	6.080,00
Preço Total (em R\$)				R\$ 15.200,00	
Preço Total (em reais, por extenso)				(quinze mil e duzentos reais)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
DATA: 05/04/2019.

EXTRATO Nº 041/2019 - FURB

Publicação Nº 1981321

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 041/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

ILSE MARIA BEUREN

OBJETO: Contratação de Profissionais para atuar no Curso de Especialização Lato Sensu em Finanças e Controladoria promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 023/2019 e Contrato nº 016/2019 firmado em 01 de março de 2019.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.585,74 (três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), de conformidade com os autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 023/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 41, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
------	-------------	-------	------	-------------------	-------------------------

02	38037	01	Valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Controladoria Carga Horária: 24h	3.585,74
Preço Total (em R\$)				3.585,74	
Preço Total (em reais, por extenso)				(três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
DATA: 10/04/2019.

EXTRATO Nº 042/2019 - FURB

Publicação Nº 1981324

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 042/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E
MARILDE SIEVERT

OBJETO: Contratação de Profissionais para atuar no Curso de Especialização Lato Sensu em Finanças e Controladoria promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 023/2019 e Contrato nº 017/2019 firmado em 01 de março de 2019.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.047,88 (três mil quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), de conformidade com os autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 023/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 161, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
03	38037	01	Valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Disciplina: Marketing de Relacionamento Carga Horária: 24h	3.047,88
Preço Total (em R\$)				3.047,88	
Preço Total (em reais, por extenso)				(três mil quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
DATA: 10/04/2019.

EXTRATO Nº 046/2019 - FURB

Publicação Nº 1981325

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 046/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E
Prof. Manfredo Kriek

OBJETO: contratação direta de professores especializados para ministrar aulas no Curso de Especialização Contabilidade e Gestão Tributária, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 030/2019 e Contrato nº 20/2019 firmado em 19 de fevereiro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.126,83 (Três mil cento e vinte e seis reais e oitenta e três centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 030/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas

26, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Contabilidade e Gestão Tributária Nível: Especialização Disciplina: Audotira Fiscal/Tributária Carga Horária: 24hs Modalidade: Presencial	R\$ 3.126,83
Preço Total (em R\$)				R\$ 3.126,83	
Preço Total (em reais, por extenso)				(Três mil cento e vinte e seis reais e oitenta e três centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93. DATA: 10/04/2019.

EXTRATO Nº 049/2019 - FURB

Publicação Nº 1981330

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 049/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Profª. Márcia Zilá Longen

OBJETO: contratação direta de professores especializados para ministrar aulas no Curso de Especialização Contabilidade e Gestão Tributária, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 030/2019 e Contrato nº 21/2019 firmado em 19 de fevereiro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.575,04 (dois mil quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 030/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 45, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Contabilidade e Gestão Tributária Nível: Especialização Carga Horária: 24hs Disciplina: Tributos Municipais Modalidade: Presencial	R\$ 2.575,04
Preço Total (em R\$)				R\$ 2.575,04	
Preço Total (em reais, por extenso)				(dois mil quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93. DATA: 10/04/2019.

EXTRATO Nº 050/2019 - FURB

Publicação Nº 1981335

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 050/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Profª. Juliana Maurilia Martins

OBJETO: contratação direta de professores especializados para ministrar aulas no Curso de Especialização Contabilidade e Gestão Tributária, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 030/2019 e Contrato nº 23/2019 firmado em 19 de fevereiro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 6.253,66 (seis mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 030/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 98, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Contabilidade e Gestão Tributária Nível: Especialização Carga Horária: 48hs Disciplina: Contribuições Sociais PIS/COFINS Obrigações Acessórias e Tetenções de Tributos Modalidade: Presencial	R\$ 6.253,66
Preço Total (em R\$)				R\$ 6.253,66	
Preço Total (em reais, por extenso)				(seis mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 10/04/2019.

EXTRATO Nº 051/2019 - FURB

Publicação Nº 1981338

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 051/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Profª. Sueli Viviani

OBJETO: contratação direta de professores especializados para ministrar aulas no Curso de Especialização Contabilidade e Gestão Tributária, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 030/2019 e Contrato nº 24/2019 firmado em 19 de fevereiro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.126,83 (três mil cento e vinte e seis reais e oitenta e três centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 030/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 108, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Contabilidade e Gestão Tributária Nível: Especialização Carga Horária: 24hs Disciplina: Contabilidade Tributária Modalidade: Presencial	R\$ 3.126,83
Preço Total (em R\$)				R\$ 3.126,83	
Preço Total (em reais, por extenso)				(três mil cento e vinte e seis reais e oitenta e três centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e),

através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
DATA: 10/04/2019.

EXTRATO Nº 052/2019 - FURB

Publicação Nº 1981339

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 052/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Alberto Testoni

OBJETO: contratação direta de professores especializados para ministrar aulas no Curso de Especialização Contabilidade e Gestão Tributária, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 030/2019 e Contrato nº 25/2019 firmado em 19 de fevereiro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.575,04 (dois mil quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 030/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 164, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Contabilidade e Gestão Tributária Nível: Especialização Carga Horária: 24hs Disciplina: Legislação Trabalhista e Previdenciária Modalidade: Presencial	R\$ 2.575,04
Preço Total (em R\$)				R\$ 2.575,04	
Preço Total (em reais, por extenso)				(dois mil quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.
DATA: 10/04/2019.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019**

Publicação Nº 1980547

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU

CONTRATADA:

VIRTUALIZA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 03.476.831/0001-22, com sede na Av. Hercílio Amante, 360, pavimento superior, bairro Próspera, Criciúma/SC, CEP 88.815-010, telefone: (48) 3461-2500/(48) 3437-0449, e-mail: silvio@virtualiza.com.br, contato@virtualiza.com.br, tendo como representante legal o Sr. Silvio Caetano, portador do RG nº 3360634/SSP/SC e do CPF/MF nº 020.905.779-32.

OBJETO

Aquisição de licença de uso de software de sistema legislativo, incluindo serviços de manutenção (corretiva, evolutiva e adaptativa), denominada adequação (customização), de funcionalidades do software para atender as necessidades do controle das funções das áreas legislativas na Câmara Municipal de Blumenau, suporte técnico, migração dos dados de softwares utilizados pela Câmara Municipal de Blumenau para o sistema legislativo, treinamento, incluindo o acordo de nível de serviço (SLA), observados o edital da licitação, o termo de referência e a proposta da CONTRATADA.

VALOR:

O valor total anual estimado para fornecimento do objeto é de

R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), conforme valores unitários abaixo especificados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Licença de uso de software legislativo e suporte técnico	Mês	12	R\$ 1.550,00	R\$ 18.600,00
2	Instalação, treinamento inicial, migração de dados, cadastro de dados	Un.	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
3	Serviços de adequação (customização) do software	Horas	80	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 24.500,00					

VIGÊNCIA:

12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

Blumenau, 10 de abril de 2019.

Bom Jardim da Serra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 05/2019

Publicação Nº 1980931

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CNPJ: 73.590.937/0001-38
Rua Prudente Luiz Vieira, 104 Fone: (49)3232-0288
CEP: 88.640-000 - camaravereadoresbjs@gmail.com

PORTARIA 05/2019

Altera horário de início das sessões ordinárias por prazo determinado

O Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra, vereador Ademir Nunes de Jesus, nos uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o artigo 27, inciso II do Regimento Interno da Câmara de Vereadores e em atendimento ao Requerimento n. 01/2019 de autoria do Presidente, aprovado por unanimidade, em Sessão Ordinária de 08 de abril de 2019, RESOLVE:

Art. 1º Alterar temporariamente o horário de início das Sessões Ordinárias da Câmara de Vereadores de Bom Jardim da Serra.

Art. 2º As Sessões Ordinárias terão início às 18 horas pelo período compreendido entre 15 de abril de 2019 até 23 de setembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Bom Jardim da Serra, 10 de abril de 2019.
Ademir Nunes de Jesus
Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5303/2019

Publicação Nº 1980688

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto Municipal nº. 5303/2019 de 29 de março de 2019

Considerando o valor apresentado pela empresa Leandro Dembinski ME, na sessão pública do dia 27 de fevereiro de 2019;

Considerando o dever do município em rever seus atos quando praticado de forma errônea;

Considerando erro formal praticado na redação do Decreto Municipal nº. 5288/2019;

O prefeito vem a público retificar o Decreto Municipal nº. 5288/2019, passando a nova redação:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2.019, sob o Processo de Licitação nº. 0284/2019, que tem por objeto Contratação de profissionais habilitados para exercer a função de instrutores de aulas de patinação, musica, vocal, teatro, Gaita (acordeon), ginastica laboral e judô para atividades e projetos do departamento da cultura e assistência Social para o Exercício de 2019.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto		Valor (R\$)
3	Rodrigo Dall Agnol MEI	Contratação de Prestador de serviços para ministrar aulas de Gaita (Acordeon), exercendo uma carga horária semanal de 12 horas	9	13.500,00
2	Zilda Aparecida de Fraga Kopper MEI	Contratação de Prestador de serviços para ministrar aulas de Violão, Teatro e Técnica Vocal, exercendo uma carga horária semanal de 12 horas	9	14.400,00
4	Leandro Dembinski ME	Contratação de Prestador de serviços para ministrar aulas de ginastica laboral, incluindo planejamento de atividades, para os idosos, servidores ativos do município de bom jesus do oeste e ginastica ao ar livre para o público em geral com fornecimento de material necessário para a pratica da ginastica laboral, exercendo uma carga horária semanal de 3 horas.	9	13.180,50
5	Leonardo Soares MEI	Contratação de Prestador de serviços para ministrar aulas de judô, exercendo uma carga horária semanal de 10 horas	9	11.700,00
1	Cristiano Bettanin MEI	Contratação de Profissional Habilitado para aulas de patinação sobre rodas, exercendo uma carga horária semanal de 16 horas	9	27.000,00

Treze mil e quinhentos reais	13.500,00
Quatorze mil e quatrocentos reais	14.400,00
Treze mil cento e oitenta reais e cinquenta centavos	13.180,50
Onze mil e setecentos reais	11.700,00
Vinte e sete mil reais	27.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 29/03/19.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

_DECRETO_N_2313_2019

Publicação Nº 1980517

DECRETO Nº 2313/2019.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso VII, do art. 73 da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a transferência de lotação do veículo GM ASTRA, ano 2010, modelo 2011, cor preta, placa MIU 4831, Renavam nº 294582460, Chassis nº 9BGTR48COBB244374, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para a Secretaria de Educação.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Administração responsável em promover a troca de lotação do veículo acima descrito nos Registros Constantes do Patrimônio Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Botuverá (SC), 10 de abril de 2019.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal de Botuverá

DECRETO_2312 2019 COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1980789

DECRETO Nº 2.312 / 2019.

“Nomeia Comissão Organizadora que Organizará, Executará e Julgará o Processo Seletivo, do Edital 04/2019.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a COMISSÃO ORGANIZADORA para coordenar as atividades de preparar, executar e julgar o Processo Seletivo do Edital nº 04/2019.

Art. 2º - A Comissão Organizadora será composta da seguinte forma:

- 1- Coordenador - Rosane Aguiar Tachini
- 2- Membro - Marilene Maurizio Assini
- 3- Membro - Márcia Adriana Cansian

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Botuverá, em 10 de Abril de 2019..

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

LEI Nº 916/2019

Publicação Nº 1981032

LEI Nº 916/2019

Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Braço do Trombudo - SC e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Braço do Trombudo - SC criado pela Lei Municipal nº 0795/2014 de 23.05.2014, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Braço do Trombudo - SC, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Braço do Trombudo - SC constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Braço do Trombudo - SC, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

- I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;
- II - custeio com remuneração e formação continuada;
- III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;
- IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;
- II - Sala reservada para a recepção do público;
- III - Sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV - Sala reservada para os serviços administrativos;
- V - Sala reservada para reuniões; e,
- VI - Banheiros.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º O Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de um auxiliar administrativo e um motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 8h às 12h e das 13h às 17h.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Braço do Trombudo – SC.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, poderá o Município, ouvido o Colegiado do Conselho Tutelar, prever indenização ou gratificação conforme dispuser a legislação pertinente ao servido público municipal.

§ 4º Caso o Município não opte pela remuneração extraordinária, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 5º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 6º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10. O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - conclusão do ensino médio;

V - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII – não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII – não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX – Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 17. O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21. Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22. Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII**Da Campanha Eleitoral**

Art. 23. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

- I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
- IV - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- V - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
- VI - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
- VII - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
- VIII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
- IX - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
 - a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
 - b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
- X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) utilização de espaço na mídia;
- b) transporte aos eleitores;
- c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
- f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o

andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo à vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31. A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

- I - a coordenação administrativa;
- II - o colegiado;
- III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32. O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33. A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34. Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

- I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;
- II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;
- III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;
- IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;
- X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;
- XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;
- XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35. O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta

Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36. O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 37. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

- XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.
- XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;
- XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 38. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 42. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de

Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 44. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45. O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46. Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47. Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

- I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;
- II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;
- III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;
- IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;
- VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;
- VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;
- IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48. É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49. As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas às formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50. No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa

e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51. A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52. O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53. É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55. É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56. Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57. No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58. Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

- I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;
- II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;
- III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59. Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVI - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder à análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 61. Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62. O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63. A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - falecimento;
- VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64. Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65. Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66. O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67. Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68. Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente ao (indicar o nível da categoria) dos servidores públicos municipais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69. Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - auxílios pecuniários;
- III - gratificações e adicionais.

Art. 70. Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos anteriores.

Art. 71. Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

Art. 73. As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Braço do Trombudo, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 74. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 75. O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Braço do Trombudo – SC.

§ 3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76. É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77. Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78. Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80. A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82. O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 83. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

- I - para participação em cursos e congressos;
- II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;
- III - para paternidade;
- IV - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;
- V - em virtude de casamento;
- VI - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Braço do Trombudo - SC, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 84. Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 85. O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§ 2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87. Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Braço do Trombudo, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 88. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da

Lei 0597/2008 de 09/07/2008, revogando-se as disposições municipais em contrário.

Braço do Trombudo, 09 de abril de 2019.

NILDO MELMESTET

PREFEITO MUNICIPAL

ATA REGISTRO DE PREÇOS 4 2018 FMS

Publicação Nº 1955496

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2018

Número do Registro de Preços: 4/2018		Data do Registro: 11/07/2018		Válido até: 11/07/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, DE A à Z CONSTANTES DA TABELA ABC FARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TABELA ABC FARMA - ÉTICOS - Aquisição de Medicamentos com maior desconto na tabela ABC Farma 2018. (Medicamentos de Referência/Éticos) (22463)	UND	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)		0	10,0000	1
2	TABELA ABC FARMA - GENÉRICOS - Aquisição de Medicamentos com maior desconto na tabela ABC Farma 2018. (Medicamentos Genéricos) (22464)	UND	Farmácia Vida Nova - Farmácia Saúde Vital Ltda (6328)		0	9,0000	2
		UND	Farmácia Vida Nova - Farmácia Saúde Vital Ltda (6328)		0	13,0000	1

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2018

Número do Registro de Preços: 4/2018		Data do Registro: 11/07/2018		Válido até: 11/07/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, DE A à Z CONSTANTES DA TABELA ABC FARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	TABELA ABC FARMA - SIMILARES - Aquisição de Medicamentos com maior desconto na tabela ABC Farma 2017. (Medicamentos Similares)u (22465)	UND	Farmácia Vda Nova - Farmácia Saúde Vital Itda (6328)		0	16,0000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2018

Número do Registro de Preços: 4/2018		Data do Registro: 11/07/2018		Válido até: 11/07/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GÊNERICOS E SIMILARES, DE A à Z CONSTANTES DA TABELA ABC FARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2018
PROCESSO Nº 12/2018

- (6014) - FARMACIA VALE AZUL LTDA
- (6328) - Farmácia Vida Nova - Farmácia Saúde Vital Ltda

Braço do Trombudo, 11 de Julho de 2018.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.341 2019

Publicação Nº 1981383

DECRETO nº 8.341, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre aprovação de Projeto do LOTEAMENTO INDUSTRIAL ADERBAL STAACK, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 38 da Lei Complementar nº 138/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO INDUSTRIAL ADERBAL STAACK, de propriedade de Hugo Staack Administradora de Bens Ltda. a ser executado na Rua Alberto Muller, bairro Limeira, neste município, o qual encontra-se registrado no livro 02, sob matrícula de nº 86.373, no Ofício de Registro de Imóveis.

Art. 2º O referido loteamento é constituído 02 quadras e 23 lotes, sendo 20.507,75 m² de área total de lotes; 3.314,14 m² área pública de Equipamentos Comunitários; 1.615,69 m² de área verde/faixa sanitária; 6.555,91 m² área de arruamento.

Art. 3º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

I – abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

II – demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

III – implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

IV – plantio de grama nos espaços destinados a passeio público e execução das calçadas em bloco de concreto ou concreto moldado in loco nos passeios confrontantes as áreas públicas;

V – pavimentação das pistas de rolamento das vias;

VI – rede de energia elétrica e iluminação pública, conforme projeto aprovado pela CELESC;

VII – rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;

VIII – rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

IX – rede de esgotamento sanitário, conforme projeto aprovado de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;

X – recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;

XI – visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais.

Art. 4º Como garantia das obras mencionadas no art. 3º, o Município caucionará os lotes nºs 03, 05 da Quadra A e 21, 22 e 23 da Quadra B.

Art. 5º As obras mencionadas no art. 3º deste Decreto serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 6º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 3º deste Decreto.

Art. 7º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará as áreas caucionadas, dadas em garantia.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ROGÉRIO DOS SANTOS

Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.349-2019

Publicação Nº 1981385

DECRETO nº 8.349, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Revoga o Decreto nº 8.296, de 15 de janeiro de 2019, que declarou "Situação de Alerta" contra os efeitos da estiagem no Município de Brusque, caracterizada pelos baixos índices pluviométricos, afetando o abastecimento de água.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, com fundamento no inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Brusque - SAMAE, por meio do Ofício nº 038/2019, informou "...a normalidade da situação hídrica, indicado pelos índices pluviométricos da região nas últimas semanas, do rio Itajaí-Mirim; a normalidade nos níveis dos mananciais das Estações de Tratamento de Água isoladas, localizadas nos bairros do município; o reparo no equipamento de bombeamento de água bruta para a ETA Central; e que os reservatórios distribuídos pela cidade se encontram com os níveis normais para o abastecimento da comunidade...";

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 8.296, de 15 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2730, página 193, datado de 16/01/2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DEJAIR MACHADO

Diretor-Presidente do SAMAE

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 007-2019- PROCESSO SELETIVO 001-2019

Publicação Nº 1981392

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2019

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2019

A Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2019 para preenchimentos de vagas temporárias da Secretaria Municipal de Educação do Município de Brusque, CONVOCA os candidatos aprovados relacionados no Anexo I, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia 09 de abril de 2019, até o dia 10/04/2019, no horário 12:00 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para agendamento do Exame médico Admissional.

1.1 O não comparecimento para a entrega de documentos, ou para o Exame Médico Admissional, ou ainda a falta de qualquer documento constante no anexo II, até o dia 10/04/2019 as 17:00 horas, acarretará o não cumprimento da exigência do item 1, e por consequência a perda da vaga.

1.2 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta-corrente para recebimento de seus vencimentos. Preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à escolha de vagas, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos para a referida avaliação;

2.2 A não realização da avaliação médica impedirá a escolha de vagas.

DA ESCOLHA DE VAGAS E APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

3. A escolha de vagas será realizada no dia 10/04/2019, as 16:00 horas na Secretaria de educação – 3º andar da Prefeitura de Brusque.

3.1 Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, conforme determinação da Secretaria de Educação.

Brusque – SC, 09 de abril de 2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2019
EDITAL DE Processo Seletivo 001/2019

CANDIDATOS CONVOCADOS

Professor de EJA - Professor de Geografia, História, Filosofia, Arte e Cultura e História das Religiões
010 Joelcio Mikaliski

Professor de EJA - Professor de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna / Inglês

007 Raquel Maria Cardoso Pedroso
008 Joicely Oliveira da Silva
NÃO HABILITADOS
001 Thiago Cerqueira Silva

EDITAL N° 001-2019-PROCESSO SELETIVO-SAMAE

Publicação N° 1981394

EDITAL 001/2019
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

AGENTE DE ETA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO*	SITUAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO
1º	NAYARA FRANCIELLE RIBEIRO CASSIANO	8,80	CLASSIFICADO	1099
2º	MONIQUE BRANDES	8,00	CLASSIFICADO	896
3º	THAIS MACIEL MOURA	8,00	CLASSIFICADO	1103
4º	FRANCINE FONSECA DINIZ ALGÃ	7,60	CLASSIFICADO	733
5º	THAINÁ LAÍS ISENSEE	7,20	CLASSIFICADO	1190
6º	NATALIE REALI	6,40	CLASSIFICADO	702
7º	PAULO MOTTA	6,40	CLASSIFICADO	737
8º	RAFAELA CRISTINA FAGUNDES	6,00	CLASSIFICADO	1236
9º	MARIO LAZZAROTTI JUNIOR	5,20	DECLASSIFICADO	1055
10º	ANA LUIZA SANTOS CARDOSO	5,20	DECLASSIFICADO	731
11º	JOSE LEONARDO ALBANAS MARCIS	4,80	DECLASSIFICADO	703
12º	DIEGO DRANKA	4,80	DECLASSIFICADO	808
13º	CLEBIO DOS SANTOS AMORIM	4,80	DECLASSIFICADO	726
14º	JULIANO VILMAR RECH	2,80	DECLASSIFICADO	747
15º	IGOR WILLIAMS DE SOUZA GAMA	0,00	DECLASSIFICADO **	744
16º	NICOLE ALBERNAZ ARAÚJO	0,00	AUSENTE	742

*A classificação dos candidatos se deu de acordo com o item 6 do edital, estando desclassificado quem não atingiu 6,00 (seis) pontos conforme item 6.3 do edital. Para desempate foi utilizado apenas o critério constante no item 8.2, a).

** Candidato desclassificado por portar objeto não permitido especificado no item 9.6 do edital durante a prova.

AGENTE DE OBRAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO*	SITUAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO
1º	ALEXANDRE MARQUES CAMPELLO	7,60	CLASSIFICADO	762
2º	FABRICIO RAMOS	7,60	CLASSIFICADO	735
3º	JONATHAN MACIEL FERNANDES	6,80	CLASSIFICADO	1249
4º	JULIO CESAR VICENTE	6,80	CLASSIFICADO	1230
5º	PEDRO PAULO DA SILVA	6,80	CLASSIFICADO	993

6º	JAIME DE OLIVEIRA JÚNIOR	6,40	CLASSIFICADO	849
7º	SANDRO ALVES DE BRITO	6,00	CLASSIFICADO	1266
8º	ELISEU CARDOSO	5,60	DESCLASSIFICADO	916
9º	ALDECIR DA SILVA BEZERRA	4,80	DESCLASSIFICADO	929
10º	VANDRO JOÃO DE OLIVEIRA	4,00	DESCLASSIFICADO	978
11º	DORGIVAL RICARDO DA SILVA FILHO	4,00	DESCLASSIFICADO	1191
12º	JOSIAS LIBRALÃO	3,60	DESCLASSIFICADO	1264
13º	GILBERTO CHAVES	2,80	DESCLASSIFICADO	1057
14º	ERCÍDIO SIMÕES DE OLIVEIRA	0,00	AUSENTE	1054
15º	PEDRO GOMES DA SILVA FILHO	0,00	AUSENTE	1171
16º	JOÃO DA SILVA	0,00	AUSENTE	728
17º	CLEIDSON DECHERING	0,00	AUSENTE	979
18º	EMÍLIO DULZ JUNIOR	0,00	AUSENTE **	704

*A classificação dos candidatos se deu de acordo com o item 6 do edital, estando desclassificado quem não atingiu 6,00 (seis) pontos conforme item 6.3 do edital. Para desempate foi utilizado apenas o critério constante no item 8.2, a).

** Candidato compareceu a local da prova sem o protocolo de inscrição, item obrigatório conforme 9.7 do edital.

AGENTE HIDRÁULICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO*	SITUAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO
1º	WALDYR PINHEIRO DE ARAÚJO JUNIOR	9,60	CLASSIFICADO	708
2º	CARLOS ALEXANDRE LOPES DA ROSA	8,40	CLASSIFICADO	715
3º	JOSUÉ NUNES	8,40	CLASSIFICADO	739
4º	CLAUDINEI FRANCISCO DA SILVA	8,00	CLASSIFICADO	894
5º	GEOVANI BRITO BISPO	8,00	CLASSIFICADO	1062
6º	EVERTON DA CONCEIÇÃO MACHADO	7,60	CLASSIFICADO	900
7º	RODRIGO MORAES BARATA	7,20	CLASSIFICADO	1073
8º	SILVIO TATHIANY MARINHO GOMES	7,20	CLASSIFICADO	711
9º	RICARDO MAFRA	7,20	CLASSIFICADO	1107
10º	EDER WILLIAN CARDOSO MIRANDA	6,00	CLASSIFICADO	709
11º	ADRIANO ESPINOZE DA COSTA	6,00	CLASSIFICADO	700
12º	JOÃO HENRIQUE MARTINS	6,00	CLASSIFICADO	1251
13º	SIMEÃO BRAGA DE SOUZA	6,00	CLASSIFICADO	815
14º	ANDERSON MERLO	5,20	DESCLASSIFICADO	1202
15º	ARLEI DE ANDRADE	2,80	DESCLASSIFICADO	1220
16º	JOÃO SA TELES SANTANA	0,00	AUSENTE**	976
17º	AUGUSTO SERGIO COLARES MIRANDA	0,00	AUSENTE	810
18º	SILVIO LUIZ ALMEIDA FERREIRA	0,00	AUSENTE	729
19º	BALBINO SAMPAIO DOS SANTOS	0,00	AUSENTE	1116
20º	MAURO JOSÉ NUNES RIBEIRO	0,00	AUSENTE	785
21º	ALCIDES JOSE GOVEIA	0,00	AUSENTE	736
22º	SAMUEL KALBUSCH SANTANA	0,00	AUSENTE	1258
23º	DEILON RAFAEL JUNGES DEVES	0,00	AUSENTE	1326
24º	MATEUS MARCOS DOS SANTOS	0,00	AUSENTE	1303

*A classificação dos candidatos se deu de acordo com o item 6 do edital, estando desclassificado quem não atingiu 6,00 (seis) pontos conforme item 6.3 do edital. Para desempate foi utilizado apenas o critério constante no item 8.2, a).

** Candidato compareceu a local da prova sem o protocolo de inscrição, item obrigatório conforme 9.7 do edital.

MECÂNICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO*	SITUAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO
1º	ALBENIR JACIR WESCHEN-FELDER	8,00	CLASSIFICADO	738
2º	WILLIAM MATHEUS COSTA	7,20	CLASSIFICADO	902
3º	SADI DE SOUZA	7,20	CLASSIFICADO	706
4º	FERNANDO LUIZ GHISLANDI	7,20	CLASSIFICADO	793
5º	VANESSA MEREL DOS SANTOS	6,80	CLASSIFICADO	1009
6º	JONATHAN FRONZA	6,40	CLASSIFICADO	1197
7º	MARCOS ANTONIO FOPPA	6,40	CLASSIFICADO	746
8º	ELIAS PRANGER	5,60	DESCLASSIFICADO	721
9º	NIVALDO BURG	4,80	DESCLASSIFICADO	904
10º	LEOMAR LUIS BARBOZA	4,80	DESCLASSIFICADO	1127
11º	OSCAR FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR	4,40	DESCLASSIFICADO	1189
12º	ZENILTON MOREIRA DA FONSECA	3,60	DESCLASSIFICADO	1289
13º	JACKSON WILIAN DIAS	0,00	AUSENTE	1186

*A classificação dos candidatos se deu de acordo com o item 6 do edital, estando desclassificado quem não atingiu 6,00 (seis) pontos conforme item 6.3 do edital. Para desempate foi utilizado apenas o critério constante no item 8.2, a).

OPERADOR DE MÁQUINAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO*	SITUAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO
1º	JOSÉ OLAIR MEDINA	6,80	CLASSIFICADO	832
2º	MARCOS TADEU ALMEIDA PEREIRA	6,40	CLASSIFICADO	701
3º	YGOR SOUZA FERREIRA	6,00	CLASSIFICADO	713
4º	VALDOIR ROSSI	6,00	CLASSIFICADO	784
5º	LANTIEL DE OLIVEIRA SANTOS	6,00	CLASSIFICADO	748
6º	LEANDRO CARLOS DE SOUZA	5,60	DESCLASSIFICADO	913
7º	SERGIO BERTOLDI	4,80	DESCLASSIFICADO	897
8º	NEUZINIO ALVES DA LUZ	0,00	AUSENTE	740
9º	WILLIAM PERON	0,00	AUSENTE	712

*A classificação dos candidatos se deu de acordo com o item 6 do edital, estando desclassificado quem não atingiu 6,00 (seis) pontos conforme item 6.3 do edital. Para desempate foi utilizado apenas o critério constante no item 8.2, a).

Comissão de Processo Seletivo Simplificado designada pela Portaria SAMAE nº 082/2019:

Brusque/SC, 09 de abril de 2019.

Gilberto dos Anjos Ian Pavani Verderesi Larissa B. S. Bononomi

Ricardo Bortolotto Sílvia E. R. da Silva

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001-2018

Publicação Nº 1981344

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001-2018-ESPORTE

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 001/2018 entre o Município de Brusque e LIGA BLUMENAUENSE DE FUTEBOL Objeto: prorrogação 16/06/2019 a 15/06/2020R\$ 36.199,20.Origem Inexigibilidade nº 002/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eduardo Henrique Gohr e Luis Carlos Koch

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002-2018

Publicação Nº 1981345

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002-2018-ESPORTE

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2018 entre o Município de Brusque e VALMIR ORTHMANN Objeto: prorrogação 16/06/2019 a 15/06/2020 R\$ 5.940,00. Origem Inexigibilidade nº 001/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eduardo Henrique Gohr e Valmir Orthmann

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003-2018

Publicação Nº 1981346

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003-2018-ESPORTE

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 003/2018 entre o Município de Brusque e INGO BRUNS Objeto: prorrogação 16/06/2019 a 15/06/2020 R\$ 2.310,00. Origem Inexigibilidade nº 001/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eduardo Henrique Gohr e : Ingo Bruns

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007-2018

Publicação Nº 1981348

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007-2018-ESPORTE

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 007/2018 entre o Município de Brusque e LUIZ CARLOS KUHN HUNIOR Objeto: prorrogação 16/06/2019 a 15/06/2020 R\$ 18.800,00. Origem Inexigibilidade nº 001/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eduardo Henrique Gohr e Luiz Carlos Kuhn

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009-2018

Publicação Nº 1981349

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009-2018

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 009/2018 entre o Município de Brusque e V J COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI-EPP Objeto: prorrogação 24/04/2019 a 23/10/2019 R\$ 149.591,07. Origem Tomada de Preço nº 002/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Renan Santana

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010-2018

Publicação Nº 1981351

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010-2018

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 010/2018 entre o Município de Brusque e DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME Objeto: prorrogação 24/04/2019 a 23/10/2019 R\$ 22.736,94. Origem Tomada de Preço nº 003/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Sergio Zancanaro

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011-2018

Publicação Nº 1981356

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011-2018-ESPORTE

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 011/2018 entre o Município de Brusque e ADEVI-ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO VALE DO ITAJAÍ Objeto: prorrogação 20/06/2019 a 19/06/2020 R\$ 53.303,44. Origem Inexigibilidade nº 002/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eduardo Henrique Gohr e Arlindo Vieira

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011-2018 (1)

Publicação Nº 1981353

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011-2018

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 011/2018 entre o Município de Brusque e DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME Objeto: prorrogação 24/04/2019 a 23/10/2019 R\$ 7.506,37. Origem Tomada de Preço nº 001/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Sergio Zancanaro

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012-2018

Publicação Nº 1981360

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012-2018-ESPORTE

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 012/2018 entre o Município de Brusque e ARMANDO GONÇALVES ESPORTES ME Objeto: prorrogação 20/06/2019 a 19/06/2020 R\$ 14.799,06. Origem Inexigibilidade nº 002/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eduardo Henrique Gohr e Armando Gonçalves Esportes Me

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019-2018-FMAS

Publicação Nº 1981363

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019-2018-FMAS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 019/2018 entre o Município de Brusque e CASA ASSISTENCIAL LTDA EPP Objeto: quantitativo R\$ 163.800,00. Origem Inexigibilidade nº 005/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Deivis da Silva e Nivaldo Alexandre

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039-2018

Publicação Nº 1981364

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039-2018

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 039/2018 entre o Município de Brusque e RMS ENGENHARIA LTDA ME Objeto: supressão R\$ 5.660,05. Origem Tomada de Preço nº 004/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Andrea Patricia Volkann e Gilmar Francisco Kemmers

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008-2018

Publicação Nº 1981365

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008-2018-SAÚDE

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 008/2018 entre o Município de Brusque e NEFROCLINICA SOCIEDADE SIMPLES SIMPLES EPP Objeto: prorrogação 24/04/2019 a 23/04/2020 R\$ 2.400.000,00. Origem Inexigibilidade nº 002/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Ana Bela De Barros Palazzo

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 053-2016-FMAS

Publicação Nº 1981367

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 053-2016-FMAS

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 053-2016 entre o Município de Brusque e GENTE SEGURADORA S/A Objeto: qualitativo. Origem Pregão nº 096/2016 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Deivis da Silva e Douglas Tillmann.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006-2016

Publicação Nº 1981370

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006-2016-SAÚDE

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 006/2016 entre o Município de Brusque e DJ AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME Objeto: prorrogação e resjuste R\$ 171.355,20. Origem Pregão nº 006/2016 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Orivam Sebastião De Souza

EXTRATO CONTRATO Nº 02-2019 - LEGISLATIVO

Publicação Nº 1981372

Extrato do Contrato nº 02/2019

Contratante: Câmara Municipal de Brusque/SC. Contratada: TELEFONICA BRASIL S.A.; Processo Licitatório Dispensa nº 01/2019; objeto: serviços de telefonia móvel; dotação orçamentária: 33904005; valor: R\$ 10.970,04; data da assinatura: 1º/04/2019; vigência: doze meses.

EXTRATO CONTRATO Nº 035-2019 -SAMAE

Publicação Nº 1981374

EXTRATO DO CONTRATO 035/2019

ESPÉCIE: Serviço de perfuração de poço tubular profundo – Dom Joaquim. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 021/2019 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.1192.0017.0512.0301.344905199000000.02000000; VIGÊNCIA: 90 Dias. DATA DA ASSINATURA: 11/04/2019; VALOR: R\$ 72.209,00. FISCAL DO CONTRATO: Armando Alberto Walendowsky. CONTRATADA: HP Hidropel Bombas Submersas Ltda.. Diretor do SAMAE.

Brusque, 11 de abril de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 036-2019 - SAMAE

Publicação Nº 1981377

EXTRATO DO CONTRATO 036/2019

ESPÉCIE: Prestação de serviço de engenharia consultiva para elaboração de projeto da rede de distribuição do sistema de abastecimento de água de Brusque/SC, pitometria e treinamento em moelagem hidráulica. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 022/2019 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.1191.344905180000000.02000000; VIGÊNCIA: 180 Dias. DATA DA ASSINATURA: 11/04/2019; VALOR: R\$ 115.251,00. FISCAL DO CONTRATO: Eduardo Pauly Fernandes. CONTRATADA: Sanova Soluções para Gestão de Água Ltda. EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 11 de abril de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 12.902-2019

Publicação Nº 1981397

PORTARIA N. 12.902, DE 04 DE ABRIL DE 2019.

Substitui membros representantes de entidades não governamentais no Conselho Municipal da Juventude – COMJUV.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, a Lei n. 3.492/12, alterada pela Lei n. 3.832/14,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes de entidades não governamentais no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, a partir de 08 de abril de 2019, conforme segue:

(...) omissis

b) dois representantes do Movimento Estudantil Universitário:

Titular: Juliana Peixer (UNIFEBE)

(...) omissis

Titular: Adriano Hordina (ASSEVIM)

Suplente: Vanessa Merisio da Silva (ASSEVIM)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de abril de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 498-2019

Publicação Nº 1981399

PORTARIA Nº 498/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora CARINA RAQUEL PODIATSKY, matrícula nº 761397-01, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 14/03/2019.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/03/2019 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 14 de março de 2019

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 628-2019

Publicação Nº 1981401

PORTARIA Nº 628/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ALINE VICENTAINER IMHOF, matrícula nº 677825-04, nomeado(a) pela Portaria nº 10488/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/02/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 632-2019

Publicação Nº 1981403

PORTARIA Nº 632/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) EDIMARA MARCOS, matrícula nº 681890-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 25/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 634-2019

Publicação Nº 1981405

PORTARIA Nº 634/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) FABIANE NOEMIA LEMOS, matrícula nº 480037-07, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 636-2019

Publicação Nº 1981406

PORTARIA Nº 636/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) MILENE SILVA DE ARAUJO, matrícula nº 915009-03, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11/02/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 641-2019

Publicação Nº 1981409

PORTARIA Nº 641/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) DILMARIZE DE OLIVEIRA BRUNS, matrícula nº 677477-11, nomeado(a) pela Portaria nº 10649/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 642-2019

Publicação Nº 1981411

PORTARIA Nº 642/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) EMMY VENTURELLI NASCIMENTO, matrícula nº 682268-02, nomeado(a) pela Portaria nº 10656/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 643-2019

Publicação Nº 1981413

PORTARIA Nº 643/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ENIR SALETE GASPARETTO, matrícula nº 522236-10, nomeado(a) pela Portaria nº 10656/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA N° 645-2019

Publicação N° 1981414

PORTARIA N° 645/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1° da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto n° 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1° - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) JESSICA ALINE JESUS DA SILVA TEIXEIRA, matrícula n° 4157923-02, nomeado(a) pela Portaria n° 10656/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2° e 27 § 2° da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto n° 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/04/2019.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA N° 646-2019

Publicação N° 1981417

PORTARIA N° 646/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1° da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto n° 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1° - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) TATIANE DE LIMA KNIHS, matrícula n° 917273-04, nomeado(a) pela Portaria n° 10656/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2° e 27 § 2° da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto n° 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/04/2019.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 651-2019

Publicação Nº 1981418

PORTARIA Nº 651/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora GISELE CERVI, matrícula nº 761346-03, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 01/04/2019.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de abril de 2019

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 652-2019

Publicação Nº 1981419

PORTARIA Nº 652/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor ROBERTO DE BRITO, matrícula nº 707031-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE OBRAS, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 30/03/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/03/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de de 2019

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 653-2019

Publicação Nº 1981420

PORTARIA Nº 653/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora LIDIANE FONSECA DA SILVA, matrícula nº 719617-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR AUXILIAR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 04/04/2019 sendo seu afastamento no dia 19/04/2019.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/04/19 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 654-2019

Publicação Nº 1981422

PORTARIA Nº 654/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora ALMA KELLER, matrícula nº 374172-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 30/03/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/03/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 655-2019

Publicação Nº 1981423

PORTARIA Nº 655/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora MARIONE VERLEI EBERTS, matrícula nº 1000046017-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR, lotada na Controladoria Geral do Município por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 03/04/2019 à 29/09/2019.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, 03/04/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 657-2019

Publicação Nº 1981424

PORTARIA Nº 657/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora MICHELE COSTA VISCONTI, matrícula nº 4288211-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 25/03/2019 sendo seu afastamento no dia 09/04/2019.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/03/19 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2019.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 659-2019

Publicação Nº 1981425

PORTARIA Nº 659/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora IRACILDA DE OLIVEIRA SILVA, matrícula nº 942413-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 05/04/2019.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/04/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2019.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 122-2019-SAMAE

Publicação Nº 1981428

PORTARIA Nº 122/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar no 143/09, de 31 de agosto de 2009 — Anexo V-E;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar 516457-00 ADRIELLI DAY do cargo de Provimento em Comissão, Padrão CC-VI, de Chefe.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 08 de abril de 2019.
Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 123-2019-SAMAE

Publicação Nº 1981429

PORTARIA Nº 123/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 87, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 01 de abril de 2019, a Portaria N.º 200/2018, que concedeu Gratificação de Representação ao servidor Roni Hort, matrícula 48704-0, ocupante de cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, pertencente ao quadro de servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 09 de abril de 2019.
DEJAIR MACHADO
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 124-2019 -SAMAE

Publicação Nº 1981431

PORTARIA SAMAE Nº 124/2019

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO os termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, Institui Novos Padrões de Vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências, especificamente o disposto nos artigos 48 a 53 da referida lei.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nesta data, a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, no âmbito da autarquia SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – BRUSQUE – SANTA CATARINA, estabelecida na Rua Dr. Penido, 297, Centro, na cidade de Brusque, CNPJ nº 82.985.003/001-96, designando os seguintes servidores: 18074-02 Murilo Soares da Silva, 13943-00, Anderson Manrich, 3344-00 Lenomir de Faria, 8362-00, Juliano Pereira, 7714-00, Pedro Miranda, 8109-00, Flori Ramos de Moraes, 18961-01 Augusto Cesar Colares Miranda, 28320-00 Elzira Maria Azzolini, 26808-02 Osvaldo dos Santos Moraes Junior, 25038-00 Fabrício Gonçalves e 48704-00 Roni Hort.

Art. 2º Atribuir à Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente processo de criação e instalação da Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, tudo nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 31 DE AGOSTO DE 2009.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Interna para Formação Continuada de Servidores – CIFCS, como atividade permanente desta Autarquia para o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

I - Criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

II - Capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV - Integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

V – Trabalhar em acordo e sintonia com a ESAP – Escola de Administração Pública de Brusque, padronizando as atividades conforme os padrões do município.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/04/2019.

Brusque, 09 de abril de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 125-2019-SAMAE

Publicação Nº 1981432

PORTARIA Nº 125/2019

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art. 1º Fica ALTERADA a Comissão Permanente para de Controle de Perdas, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: 28746-00 Davi Fries, 7994-00 Enio de Almeida Marques, 2895-01 Giovanni de Almeida Marques; 8362-0 Robson do Prado da Silva, 24732-02, Francisco Gilmar da Silva, 7528-02, Arcioni Soares, 6246-00 Osmar Pacheco e 26832-03 José Mário Beuting.

Parágrafo Único. Atribuir à Comissão permanente a gestão de ações para localização de perdas físicas e não físicas em redes de sistemas abastecedores, e localização de águas clandestinas na rede de água e desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/04/2019.

Brusque, 09 de abril de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 126-2019 -SAMAE

Publicação Nº 1981433

PORTARIA SAMAE Nº 126/2019

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público 514934-00 Eduardo Pauly Fernandes, engenheiro sanitaria, para exercer a função de fiscal do contrato nº 036/2019 assinado com a empresa Sanova Soluções para Gestão de Água LTDA EPP, CNPJ 10.823.531/0001-38, visando a prestação de serviço de engenharia consultiva para elaboração de projeto da rede de distribuição do sistema de abastecimento de água de Brusque/SC, pitometria e treinamento em modelagem hidráulica.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 10 de abril de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 20- 2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 1981426

Portaria Nº 20, de 10 de abril de 2019.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Legislativo de Apoio Tecnológico do Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Valdir Primmaz, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.400.124-7 e CPF nº 951.797.559-72, a contar de 11 de abril de 2019, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 10 de abril de 2019.

José Zancanaro
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Jefferson Silveira
Diretor Geral

PORTARIA Nº 21- 2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 1981427

Portaria Nº 21, de 10 de abril de 2019.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete da Presidência do Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Ademir Luiz de Souza, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 758.649-3 e CPF nº 309.651.019-91, a contar de 11 de abril de 2019, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 10 de abril de 2019.

José Zancanaro
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Jefferson Silveira
Diretor Geral

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026-2019- ATA DE ABERTURA-SAMAE

Publicação Nº 1981396

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÕES PL 026/2019 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Aos nove dias de abril de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Permanente e Licitações, sob a presidência do Sr. Deivison Araldi, estando presentes os membros, o Sr. Almir Roberto Pavesi e a Sra. Denise Bruns, para o ato de abertura dos envelopes referentes à Tomada de Preços, processo licitatório no. 026/2019, para o qual retiraram o edital às empresas que constam em anexo no processo licitatório. Entregaram tempestivamente os envelopes Documentos e Propostas as empresas: Isoil Lamon Industria de Equip. e Serv. De Inst. Ltda, sem representante credenciado; Sanesoluti Comércio de Instrumentação e Controle Ltda, representada pelo Sr. Carlos Augusto Dezan e Conaut Controles Automáticos Ltda, representada pela Sra. Luciana Spengler Siqueira. Em prosseguimento, o senhor Presidente solicitou aos presentes para que conferissem a inviolabilidade dos envelopes. Aberta a palavra, não houve manifestação. Em prosseguimento, passou à abertura do envelope Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica. Da análise dos documentos, a Comissão deliberou por habilitar todas as empresas participantes, uma vez que atenderam plenamente as condições estabelecidas no edital. Aberta a palavra, não houve manifestação. Em prosseguimento aos trabalhos, foi procedida a abertura dos envelopes propostas, colocando à disposição dos presentes as propostas propriamente ditas neles contidas para exame e rubrica, após haver lido os preços e partes essenciais dos mesmos. Aberta a palavra, a representante da empresa Conaut Controles Automáticos Ltda, Sra Luciana Spengler Siqueira, solicitou a desclassificação das empresas: a) Isoil Lamon Industria de Equip. e Serv. De Inst. Ltda, por haver deixado de atender a alínea "f" do item 5.1.2 e o inciso VII do item 5.1.3 do edital, conforme termo em anexo; b) Sanesoluti Comércio de Instrumentação e Controle Ltda, por haver deixado de atender o inciso VII do item 5.1.3 do edital e questionou a validade do documento apresentado em relação ao mesmo inciso, conforme termo em anexo. O representante da empresa Sanesoluti Comércio de Instrumentação e Controle Ltda, Sr. Carlos Augusto Dezan, pediu a desclassificação da empresa Conaut Controles Automáticos Ltda, alegando que os equipamentos ofertados não atendem ao disposto no termo de referência no item 2.2, pois os mesmos não são intercambiáveis com a marca siemens, conforme termo em anexo. O Senhor Presidente comunicou aos presentes que as propostas serão analisadas e, posteriormente o resultado do julgamento será publicado no mural do SAMAE e no Diário Oficial dos Municípios. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e demais pessoas presentes.

Deivison Araldi	- Presidente	
Almir Roberto Pavesi	- Membro	
Denise Bruns	- Membro	
Carlos Augusto Dezan		
Luciana Spengler Siqueira		

Caçador

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE PROPOSTA DE PREÇO - TP03/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2019

Publicação Nº 1980983

ATA DE ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO

Reuniram-se no dia 09/04/2019 às 14h15min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador-SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 8.064 de 28 de março de 2019, para deliberar e julgar a proposta das empresas participantes da sessão de abertura da Tomada de Preço, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE EXECUTE OBRAS E SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA JOSE OLEINIK DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC. Protocolou a documentação apenas a empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA. Procedeu-se a análise do envelope de proposta da empresa habilitada VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA. A empresa foi declarada vencedora do certame, com a proposta no valor de R\$ 244.971,38, sendo que toda a documentação está de acordo com o solicitado no edital. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim e demais membros da Comissão.

EMERSON SCHMIDT
Presidente

CAROLINA FRUET DE LIMA
Membro

VALDIR MEDEIROS
Membro

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019

Publicação Nº 1981530

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 53/2019 – CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2019

EDITAL: CHAMAMENTO PUBLICO Nº 02/2019

0.1. OBJETO: Chamamento público de interessados na venda imóvel comercial para abrigar o Procon Municipal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 18hrs e 30 min. do dia 25/04/2019.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 30/04/2019

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 10 de abril de 2019.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.080

Publicação Nº 1981469

DECRETO Nº 8.080, de 4 de abril de 2019.

Homologa o resultado final do Edital nº 02/2018 – Processo Seletivo Simplificado Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Edital nº 02/2018, de 1º de novembro de 2018 - Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, conforme Anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 4 de abril de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.081

Publicação Nº 1981516

DECRETO Nº 8.081, de 4 de abril de 2019.

Homologa o resultado final do Edital nº 04/2018 – Processo Seletivo Simplificado Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Edital nº 04/2018, de 10 de dezembro de 2018 - Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal para os cargos de Professores de Educação Física e Artes, Instrutor para Defesa Civil na Escola, Instrutor para oficina de Teatro, Instrutor de Música para oficina de instrumentos musicais, fanfarra e canto, Fonoaudiólogo, Psicólogos, Professores da área de Filosofia/ Ensino Religioso e Psicopedagogos para atuarem nos Projetos Educacionais Extracurriculares, durante o ano letivo de 2019, da Secretaria Municipal de Educação, conforme Anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 4 de abril de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

CLASSIFICAÇÃO FINAL – EDITAL 04/2018

PROFESSOR DE DANÇA	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
ELIANE APARECIDA ALVES	55	195	250	1º
ALVANI MELANIA DA SILVA	20	185	205	2º

VOLEIBOL	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
AMUR OTAVIO SOARES	255	185	440	1º
RODOLFO MACHADO DE SOUZA SEGUNDO	130	240	370	2º
ANA PAULA PEREIRA	86	230	316	3º
DIEGO JUNGES DE LARA MROZ	55	260	315	4º
LUANA ANDREIA BRIDI	0	195	195	5º

XADREZ	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
NILSON ZART JR	115	235	345	1º
CRISTIANE BATISTA DA SILVA	90	235	325	2º
JAQUELINE APARECIDA TELIS DE SOUZA	110	190	300	3º
ELIZANE PEDROSO	60	225	285	4º
REGINALDO KLABUNDE	25	220	245	5º
ANTONIO KLEBER DE OLIVEIRA SCHULTZ	30	215	245	6º
JOSIANE MAIBERG	5	215	220	7º
KATIA APARECIDA ZANOTTO	0	210	210	8º

FILOSOFIA/ENSINO RELIGIOSO	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
PEDRO PAULO BARUFFI	100	220	320	1º
MANOEL DE PADUA PAIVA MORAIS	30	220	250	2º
FABIO JUNIOR DE SOUZA	46	200	246	3º

JOSÉ MOACIR DOMINGUES DOS SANTOS	55	185	240	4º
MURILO RAIMUNDO DE MORAIS JUNIOR	5	175	180	5º
ADRIANO GAMBIRAGE	5	155	160	6º

FUTSAL	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
GERSON LUIZ FRIGERI	260	200	460	1º
SIDNEI ALVES PEREIRA	225	235	455	2º
NARCISO LUIZ ANDRADE	170	230	400	3º
CICERO ANTONIO CARDOSO	100	235	335	4º
CARINE MARLA BOSETTI	35	280	315	5º
TIAGO BRESSAN COSTA	60	245	305	6º
TARCISO FELIPE HEINZ	80	215	295	7º
MAYARA PELEGRINI DE SOUZA	40	240	280	8º
JOÃO CARLOS RIBEIRO	30	205	235	9º
DOUGLAS DOS SANTOS ZANATTA	0	220	220	10º
EMERSON MAICO CAVALHEIRO DO AMARAL	0	210	210	11º

BASQUETEBOL	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
HELBER PABLO BASEGGIO	190	230	420	1º
RODRIGO CAVALETT	130	190	320	2º
LARA RAMOS RODRIGUES	50	230	280	3º
NEREU SUTIL	50	230	280	4º
CAMILA DE CASSIA GONÇALVES CORDEIRO	60	220	280	5º
LARA PEREIRA NEVES	10	230	240	6º

HANDEBOL	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
EVERTON LUIZ CORREA	135	200	335	1º
FABIANO BELAVER	55	210	265	2º
CLEITON RENATO TOMAZINI	5	240	245	3º

ATLETISMO	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
ANTONIO DONIZETE HORBACH	235	235	470	1º
DANIELE CARLOS DA SILVA	65	245	310	2º

JUDÔ	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
GUILHERME LUCAS MALDONADO	20	205	225	1º

BADMINTON	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
ANZERO GIOVANE DE OLIVEIRA	160	230	390	1º
WILSON ROBERTO OLIVEIRA DOMINGOS	140	235	375	2º
JULIANA RODRIGUES DA SILVA	60	215	275	3º
PEDRO EURIPEDES DA SILVA	0	215	215	4º
THAIS MACIEL RAIZER	0	190	190	5º
AUDRIN ZENI BORBA	0	155	155	6º

CAPOEIRA	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
JOEL CAETANO	200	230	430	1º
ROSANA SANTOS ASSIS	30	220	250	2º

TAEKWONDO	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
GERSON JOSÉ TELES DE SOUZA JUNIOR	140	245	385	1º
EDERTON SANTIN	30	250	280	2º
ARGEU THIAGO RIBEIRO	20	245	265	3º
DANIEL GONÇALVES DA ROCHA	10	210	220	4º

TENIS DE MESA	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
---------------	---------	-------	-------	---------

RENI DE JESUS DA CRIZ RIBAS	195	165	360	1º
EDEVANDRO PEREGO	80	170	250	2º
ADENIO DE ALMEIDA DOS SANTOS	0	210	210	3º
GABRIELLA TESSARI	0	195	195	4º
FELIPE DIAS NAZARIO	15	175	190	5º
DANIELA FRAGA	35	140	175	6º

ARTE	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
MARIA ELIANE GOMES FARIAS	215	190	305	1º
SULAMITA REIS DOS SANTOS GALLOIS	110	170	280	2º
CLARI BETIATTO	60	170	230	3º
SILMARA APARECIDA MOREIRA DE OLIVEIRA	0	155	155	4º

INSTRUTOR DE DANÇA	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
GABRIELI ARIANE FERNANDES	0	210	210	1º
DANIELLI HILGERT DE ALMEIDA	0	190	190	2º
VANESSA APARECIDA PADILHA	0	180	180	3º
MARCOS CARLOS BAUERLE	0	165	165	4º

INSTRUTOR DE TEATRO	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
ANDRIELI DAS GRAÇAS BUENO FREITAS	65	225	290	1º
HELIO PIRES	85	195	280	2º
CAMILA DA SILVA DUTRA	25	185	210	3º
DEIVIANE FERREIRA VELHO	0	170	170	4º
IGOR CESAR MANFROI ESPINDOLA	0	160	160	5º
DANIELE FOGAÇA MESKOW	5	140	145	6º

INSTRUTOR DE MÚSICA	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
OTOMAR PEDRO WAGNER JUNIOR	65	195	260	1º
PATRICIA ALVES WEBER	10	210	220	2º
JEFFERSON JOSE HENKE	0	190	190	3º
ALISSON ANDRE WEBER DE LIZ	0	175	175	4º
VALDECIR GAINETE DE RAMOS DOS SANTOS	0	170	170	5º

PSICOPEDAGOGO	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
ODETE MARIA ROSSETTO XAVIER CORREA	200	185	385	1º
CLEIDE ALVES	110	200	310	2º
CRISLAINE BOESE KIRCHBAUER	110	180	290	3º
ELIANE SCOTTI S ALVARENGA	110	155	265	4º
REGINA LUCIA TELEGEN	85	165	250	5º

INSTRUTOR DE DEFESA CIVIL MIRIM	TITULOS	PROVA	TOTAL	CLASSIF
THAIS VELKE WALTER	50	180	230	1º
RODRIGO DE MIRANDA	0	225	225	2º
ESTHER DE MATHIAS VELASQUEZ	0	175	175	3º
SEBASTIÃO VIDAL JR	0	155	155	4º

DECRETO Nº 8.085

Publicação Nº 1981514

DECRETO Nº 8.085, de 8 de abril de 2019.

Aprova desmembramento de área e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações, mais o previsto na Lei Complementar nº 103/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área com superfície de 762,80m² (setecentos e sessenta e dois metros e oitenta décimos quadrados) pertencente a uma área maior de 5.950,00m² (cinco mil, novecentos e cinquenta metros quadrados) do arruamento do Loteamento Nova Era, objeto da matrícula nº 8310, do Registro de Imóveis desta Comarca, com as seguintes medidas e confrontações, conforme mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área de 762,80m² (setecentos e sessenta e dois metros e oitenta décimos quadrados), que inicia no vértice 1, de coordenadas N 7.037.602,49m e E 503.734,14m; deste, segue confrontando com imóvel constante da matrícula 26.357, com os seguintes azimutes e distâncias: 106º04'58" e 63,62m até o vértice 2, de coordenadas N 7.037.584,86m e E 503.795,27m; Rua; deste, segue confrontando com Rua Irmã Maria Machiavelli Denardi, com os seguintes azimutes e distâncias: 198º40'03" e 12,00m até o vértice 3, de coordenadas N 7.037.573,48m e E 503.791,43m; Rua; deste, segue confrontando com imóvel constante da matrícula 14528, com os seguintes azimutes e distâncias: 286º04'58" e 63,50m até o vértice 4, de coordenadas N 7.037.591,07m e E 503.730,41m; Rua; deste, segue confrontando com Rua Clóvis Luiz Denardi, com os seguintes azimutes e distâncias: 18º07'03" e 12,00m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51º00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 8 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 100, DE 08 DE ABRIL DE 2019 - CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1981494

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 100, DE 08 DE ABRIL DE 2019.
Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação do Concurso Público nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Caçador homologada pelo Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.175, de 06 de julho de 2017, que prorroga a validade do concurso por mais 02 (dois) anos, a contar de 11 de setembro de 2017,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 097, de 15 de março de 2019,

CONSIDERANDO o protocolo de desistência da vaga de um dos candidatos,

CONVOCA:

Art. 1º. A candidata aprovada no Concurso Público nº 002/2015 para que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital, manifeste-se acerca do interesse em ser nomeada na vaga:

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nome
35	Luciana Aparecida Dalponte

Art. 2º. A candidata convocada deverá manifestar interesse mediante o preenchimento e entrega de Declaração (conforme modelo – Anexo I) no Departamento de Pessoal na Prefeitura de Caçador no prazo estipulado, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público.

Art. 3º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que não tenho/tenho interesse em ser nomeado(a) no cargo de _____ da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, para o qual fui convocado(a) mediante o Edital nº ____/2018, publicado no DOM de ____ / ____ / _____, edição nº ____.

Caçador, ____ de _____ de ____.

Assinatura por extenso: _____

Assinatura igual RG: _____

RG:

CPF:

OBS: anexar cópia do RG e CPF.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 101, DE 08 DE ABRIL DE 2019 - CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1981508

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 101, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação do Concurso Público nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Caçador homologada pelo Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.175, de 06 de julho de 2017, que prorroga a validade do concurso por mais 02 (dois) anos, a contar de 11 de setembro de 2017,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 095, de 21 de fevereiro de 2019,

CONSIDERANDO o protocolo de desistência da vaga,

CONVOCA:

Art. 1º. O candidato aprovado no Concurso Público nº 002/2015 para que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital, manifeste-se acerca do interesse em ser nomeado na vaga:

CARGO: FISCAL DO PROCON

Classificação	Nome
05	Antonio Emilio Marques de Oliveira

Art. 2º. O candidato convocado deverá manifestar interesse mediante o preenchimento e entrega de Declaração (conforme modelo – Anexo I) no Departamento de Pessoal na Prefeitura de Caçador no prazo estipulado, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público.

Art. 3º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que não tenho/tenho interesse em ser nomeado(a) no cargo de _____ da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, para o qual fui convocado(a) mediante o Edital nº ____/2018, publicado no DOM de ____ / ____ / _____, edição nº ____.

Caçador, ____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso: _____

Assinatura igual RG: _____

RG:

CPF:

OBS: anexar cópia do RG e CPF.

ERRATA 05 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

Publicação Nº 1981001

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 05 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019 – PREGÃO Nº 21/2019

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PLACAS E TACHÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.

Onde consta:

09	1,600	Kg	Fornecimento de cola bi componente para implantação de tachões. Incluso catalizador
----	-------	----	---

Passa a ser:

09	1.600,00*	Kg	Fornecimento de cola bi componente para implantação de tachões. Incluso catalizador
----	-----------	----	---

Onde consta:

09	0,40	Kg	Fornecimento de cola bi componente para implantação de tachões. Incluso catalizador
----	------	----	---

Passa a ser:

09	400*	Kg	Fornecimento de cola bi componente para implantação de tachões. Incluso catalizador
----	------	----	---

Onde consta:

18	1,20	Kg	Fornecimento de cola bi componente para implantação de tachões. Incluso catalizador
----	------	----	---

Passa a ser:

18	1.200,00*	Kg	Fornecimento de cola bi componente para implantação de tachões. Incluso catalizador
----	-----------	----	---

* Justificamos a quantidade correta de cola bi componente, pois houve questionamentos. Houve um erro formal que a comissão entende que não altera a formulação da proposta. Onde era 1,600 Kg o correto é 1.600 Kg.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2433 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00

horas.

Caçador, 10 de abril de 2019.

Saulo Sperotto
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.997

Publicação Nº 1981511

PORTARIA Nº 29.997, de 03 de dezembro de 2018.

NÃO UTILIZADA.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de dezembro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 30.543

Publicação Nº 1981517

PORTARIA Nº 30.543, de 26 de março de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, a ser pago a contar do mês de MARÇO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
704	Alvadi de Oliveira	Agente de Serviços e Obras Públicas	Nível 13
10026	Angeli Salete Marques	Servente Educação	Nível 4
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	Servente Educação	Nível 10
1165	Nilce Basegio Frizon	Servente Educação	Nível 10

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 26 de março de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.568

Publicação Nº 1981519

PORTARIA Nº 30.568, de 27 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
14097	Gilmar Martins	11/01/2017 a 10/01/2018	18/03/2019 a 01/04/2019
14097	Gilmar Martins	11/01/2018 a 10/01/2019	02/04/2019 a 16/04/2019
5912	Vera Luzia Thomazzi	01/01/2017 a 31/12/2017	26/03/2019 a 14/04/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 30.571

Publicação Nº 1981521

PORTARIA Nº 30.571, de 27 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
504	Antonio Carlos Castilho	01/01/2015 a 31/12/2015	01/03/2019 a 15/03/2019
11060	Lucas Filipini Chaves	01/06/2015 a 31/05/2016	15/04/2019 a 29/04/2019
14947	Janaina Pirola	14/02/2018 a 13/02/2019	13/03/2019 a 27/03/2019
368	Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira	01/01/2018 a 31/12/2018	01/04/2019 a 10/04/2019
14061	Willian Cardoso	23/11/2016 a 22/11/2017	11/03/2019 a 20/03/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.591

Publicação Nº 1981523

PORTARIA Nº 30.591, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 99 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 29.886, de 19 de novembro de 2018, que nomeia Junta Médica para avaliar as condições de saúde de Servidores da Prefeitura de Caçador e apresentar Laudo Médico,

CONSIDERANDO a avaliação da Servidora MARILUCY WIERZBICKI, realizada em 26 de novembro, com emissão do laudo médico e publicidade do resultado da perícia com a descrição "Inapta ao trabalho, temporariamente por 30 dias, para estudo complementar", conforme Portaria nº 30.016, de 06 de dezembro de 2018,

CONSIDERANDO a realização do estudo complementar pela Junta Médica,

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICO o resultado da perícia realizada pela junta médica nomeada através da Portaria nº 29.886, de 19 de novembro de 2018, especificando matrícula, nome da Servidora, cargo, data e resultado da perícia médica, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo	Data da perícia	Resultado da perícia
2465	Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	13/12/2018	Inapta para o trabalho definitivamente

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
29 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.640

Publicação Nº 1981524

PORTARIA Nº 30.640, de 02 de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os servidores do magistério público municipal e dá outras providências, e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR a profissional aprovada em Processo Seletivo Público para o preenchimento de funções em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 002/2018, especificando nome, função, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Função	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Sandra Carla Ribeiro	Professora de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Marinei Lopes	Vaga vinculada Eliane Salete Peretti, em licença para tratamento de saúde	18/03/2019 a 24/04/2019

Art. 2º. CONTRATAR a profissional a seguir relacionada para o preenchimento de função em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, função, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Função	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Ana Maria dos Santos Teixeira	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	30	EMEB Ulysses Guimarães – 14h EMEB Alto Bonito – 09h EMEB Nossa Sra. Salete – 05h	Vaga vinculada Cristiane Trindade, em licença para tratamento de saúde	19/03/2019 a 27/03/2019

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 02 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.647

Publicação Nº 1981525

PORTARIA Nº 30.647, de 03 de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor ADALBERTO GOMES RIBEIRO, matrícula 468, ocupante do cargo efetivo de Professor do Ensino Fundamental II, na EMEB Henrique Julio Berger, para exercer o cargo em comissão de Secretário Adjunto da Educação, pertencente ao Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais,

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de abril de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.649

Publicação Nº 1981526

PORTARIA Nº 30.649, de 05 de abril de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 17.675, de 28 de setembro de 2007, somente no que se refere ao nome e ao período de gozo da licença prêmio concedida à Servidora abaixo relacionada, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo	Período Gozo
Mariluci wierzbick	Secretária Escolar	05	01/02/01 a 01/02/06	01/09/07 a 01/12/09

Leia-se:

Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo	Período Gozo
Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	05	01/02/01 a 01/02/06	01/09/2007 a 01/12/2007

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 05 de abril de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.650

Publicação Nº 1981527

PORTARIA Nº 30.650, de 05 de abril de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

CONSIDERANDO a Portaria nº 30.494, de 15 de março de 2019, que nomeou Servidores em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 001/2015 e Decreto nº 6.464, de 09 de julho de 2015 que homologou o resultado final do concurso,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 30.494, de 15 de março de 2019, somente no que se refere à carga horária semanal do Servidor abaixo relacionado, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Nome	Cargo	Carga Horária Semanal	Referência	Local de Lotação	Data de Posse
Rodrigo Cavalett	Professor de Ensino Fundamental II – Educação Física	40 h	1/A	EMEB Marcos Olsen - 08h EMEB Nossa Sra. Salete - 04h EMEB Tabajara - 03h EMEB Henrique Júlio Berger - 03h	25/02/2019

Leia-se:

Nome	Cargo	Carga Horária Semanal	Referência	Local de Lotação	Data de Posse
Rodrigo Cavalett	Professor de Ensino Fundamental II – Educação Física	20 h	1/A	EMEB Marcos Olsen - 08h EMEB Nossa Sra. Salete - 04h EMEB Tabajara - 03h EMEB Henrique Júlio Berger - 03h	25/02/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 05 de abril de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.651

Publicação Nº 1981528

PORTARIA Nº 30.651, de 05 de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 30.211, de 31 de janeiro de 2019, que efetuou desconto em folha de pagamento de Servidores lotados no Gabinete do Prefeito,

CONSIDERANDO o reembolso efetuado pelo Departamento Pessoal, conforme informado no Memorando 7.183/2019,

RE S O L V E:

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 30.211, de 31 de janeiro de 2019, somente no que se refere à Servidora IRACILDA MARIA NORA COSTA, matrícula 1966, ocupante do cargo de Secretária Escolar e lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 30.654

Publicação Nº 1981529

PORTARIA Nº 30.654, de 08 de abril de 2019.

Dispõe sobre posse e início do exercício de Servidora nomeada por Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com os arts. 21 e 23 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Portaria nº 30.450, de 07 de março de 2019, que nomeia Micheli Leal Ferreira em virtude de aprovação em concurso público, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 08 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. DAR POSSE E ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora MICHELI LEAL FERREIRA para ocupar o cargo de Enfermeira, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 37, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05 de abril de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 30.665

Publicação Nº 1981536

PORTARIA Nº 30.665, de 10 de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER, matrícula 10432, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Creche e Berçário, para exercer a função de confiança de Chefe de Equipe e Serviços da Administração Direita, referência FCC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a percepção de sua remuneração e mais 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.080 - ANEXO

Publicação Nº 1981471

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1

30/01/2019 - 07:23

Superior incompleto
 101 - AUXILIAR DE BIBLIOTECA NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	GABRIELA DOS SANTOS LUCAS	3524-6	0	21/10/1996	230.00	5.000	235.000
2	KASSIA CRISTINA SOARES DE SOUZA	3945-4	1	19/03/1993	220.00	1.000	221.000
3	LUCIANE ZENI	3888-1	2	01/09/1980	210.00	2.000	212.000
4	RAFAELA DE CAMARGO	3059-7	0	25/09/1997	210.00	0.000	210.000
5	DEBORA DAS GRACAS BOENO CONTE	3510-6	2	25/02/1974	200.00	0.000	200.000
6	ELOANE PAOLA AMENIT	4563-2	0	29/09/2000	190.00	0.000	190.000
7	JANAINA POLAWSKI LOPES TOFOLLI	4746-5	2	25/07/1992	180.00	3.000	183.000
8	JESSICA KALINKA FRANCO MARTINS	4530-6	1	08/10/1992	180.00	1.000	181.000
9	CAROLINE CONCEICAO	4498-9	1	19/06/1987	180.00	0.000	180.000
10	WILLIAN FERREIRA DOS SANTOS	3879-2	0	15/05/1997	170.00	9.000	179.000
11	ELIANE APARECIDA ROSA	3424-0	0	25/09/1980	170.00	0.000	170.000
12	CARLA RENATA GOES	4014-2	0	23/05/1982	170.00	0.000	170.000
13	JUCEMARA DE SOUZA LUZ	3887-3	2	23/02/1984	170.00	0.000	170.000
14	ELIZANDRA APARECIDA BECHERT	4655-8	0	18/06/1991	160.00	8.000	168.000
15	FERNANDA JAQUES RIBEIRO	4255-2	0	25/04/1996	160.00	0.000	160.000
16	DIEGO CLEMENTE CAVALETT	3765-6	0	18/08/1985	150.00	7.000	157.000
17	NICOLI TIBES PEDROSO	4733-3	0	24/01/2001	150.00	0.000	150.000
18	BRUNA APARECIDA OLIVEIRA DOS 08966167977	4459-8	0	24/12/1996	150.00	0.000	150.000
19	BRUNO CARNEIRO RUPPEL	3330-8	1	04/04/1997	150.00	0.000	150.000
20	DANIELE FOGACA MESKOW	3697-8	1	18/01/1990	140.00	8.000	148.000
21	TEREZINHA DOS SANTOS	3935-7	4	04/01/1976	140.00	0.000	140.000
22	SOLANGE DO CARMO MOREIRA BRANCO FREITAS	3960-8	2	26/09/1980	140.00	0.000	140.000
23	BERNADETTE APARECIDA KOSKODAI	3455-0	2	20/07/1964	140.00	0.000	140.000
24	ADRIELLE FATIMA DE LIMA	3476-2	0	07/07/2000	140.00	0.000	140.000
25	ROSANA MARINHO BERNARDI CANONICA	3281-6	1	10/08/1989	140.00	0.000	140.000
26	ELIZIANE ALVES POSTELNIK	4368-0	1	20/09/1987	140.00	0.000	140.000
27	TUANY APARECIDA TIBES	4708-2	0	21/02/1998	130.00	0.000	130.000
28	KEMELY DE OLIVEIRA	4788-0	0	06/10/1996	130.00	0.000	130.000
29	LUANA MACHADO LUSSI	3120-8	0	08/06/1998	130.00	0.000	130.000
30	EDIANE BRITO DOS SANTOS	4009-6	0	18/12/2000	130.00	0.000	130.000
31	TALITA ALVES DOS SANTOS	3212-3	1	05/03/1999	130.00	0.000	130.000
32	PRISCILA DE ANDRADE ANTUNES	3298-0	2	17/08/1992	130.00	0.000	130.000
33	EDUARDA PEREIRA DA SILVA	4660-4	0	21/08/1998	120.00	0.000	120.000
34	TATIANE FERREIRA DE LIMA	3318-9	1	02/03/1989	90.00	0.000	90.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:15

Superior completo
 001 - AUXILIAR DE BIBLIOTECA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	TAIANA KETLY INSBERGER	3110-0	1	19/04/1985	190.00	5.000	195.000
2	INDIAMARA VIEIRA	4522-5	1	23/05/1992	180.00	5.000	185.000
3	MARIELE ZANELLA	4773-2	2	17/09/1988	170.00	1.000	171.000
4	LANA RIBEIRO DA SILVA	4717-1	0	15/12/1991	170.00	0.000	170.000
5	LEIDE DAIANA KAMIENSKI JUNG	4192-0	2	04/11/1981	160.00	1.000	161.000
6	MAYARA MILESKI FERRASSO	3470-3	1	27/05/1993	160.00	0.000	160.000
7	LUIZ EDUARDO CHAVES	4432-6	0	08/10/1991	150.00	4.000	154.000
8	EDINEIA DE FATIMA DOS SANTOS	3477-0	2	16/05/1985	140.00	0.000	140.000
9	LEIDE APARECIDA VENTURIM RODIO	4744-9	2	10/06/1973	130.00	0.000	130.000
10	KELIN MICALICHEN	4798-8	0	20/01/1989	120.00	0.000	120.000
11	SAIONARA MARQUEVISKI GONCALVES	4172-6	1	16/06/1987	90.00	3.000	93.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:19

Superior completo
 002 - ESP ASSUNTOS EDUCACIONAIS
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	LIZ BARBARA BORGHETTI	4713-9	2	06/10/1973	240.00	25.000	265.000
2	ALANA MENEGAZZO	3448-7	0	26/04/1995	230.00	7.000	237.000
3	HELIO PIRES	4663-9	0	25/07/1980	220.00	14.000	234.000
4	SCHEILA ADRIANE DA SILVA PEREGO	3141-0	0	05/08/1988	210.00	0.000	210.000
5	JADIEL ISSACAR DE OLIVEIRA SANTOS	3848-2	0	04/10/1996	180.00	0.000	180.000
6	MILLADY DIANY DE AVILA PEREIRA	4802-0	0	11/03/1997	170.00	0.000	170.000
7	ALINE DUTRA	3162-3	1	16/07/1981	170.00	0.000	170.000
8	TEREZINHA APARECIDA DIAS FERRASSO	4441-5	5	11/11/1965	150.00	13.000	163.000
9	SELETE DE MATOS PEREIRA	3143-7	2	25/07/1951	110.00	0.000	110.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO

30/01/2019 - 07:23

IBAM Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior incompleto
102 - PROF IANOS INICIAIS 1AO5 NH
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CLAUDINEIA APARECIDA DEOOLIVEIRA	4265-0	1	09/01/1983	240.00	0.000	240.000
2	MAURICI DELLANI	3740-0	0	10/06/1991	240.00	0.000	240.000
3	SOLENI KELI VIERA	4438-5	1	29/08/1981	240.00	0.000	240.000
4	TATIANE DIAS MABA VERUCH	4393-1	2	19/10/1990	230.00	0.000	230.000
5	DAIANE CRISTINA PERETTI MAIA DELLAI	3309-0	2	17/05/1984	220.00	6.000	226.000
6	BRUNA RIBEIRO MORAES FERREIRA	3916-0	1	29/08/1997	220.00	0.000	220.000
7	VIVIANE PRISCILA PASA	3337-5	0	20/05/1991	210.00	0.000	210.000
8	RONALDO PUFF JUNIOR	4392-3	0	08/09/1998	200.00	0.000	208.000
9	MONALISA DOS SANTOS	3466-5	0	30/05/1991	190.00	11.000	201.000
10	LETICIA DE OLIVEIRA DE ASSIS	3870-9	0	30/11/1997	200.00	0.000	200.000
11	SCHEILA MARIA CORDEIRO CHAVES	3739-7	0	15/01/1993	190.00	0.000	190.000
12	IRIA PETRYKOWSKI DALKE	3503-3	3	27/07/1971	180.00	0.000	180.000
13	RONIELE MAYARA DA SILVA MORAES	4508-0	0	28/06/1997	180.00	0.000	180.000
14	DAIANE DE OLIVEIRA MOTA	4670-1	0	06/06/1991	170.00	0.000	170.000
15	ANA SILVIA ARIATTI	4740-6	1	09/10/1994	170.00	0.000	170.000
16	MARCELE RODRIGUES DOS SANTOS	4146-7	1	17/04/1976	160.00	2.000	162.000
17	NATALIA MARIA HILLESHEIM	3126-7	1	23/12/1994	160.00	0.000	160.000
18	ELENICE GRANEMANN FERREIRA DOS SANTOS	4731-7	1	12/11/1994	160.00	0.000	160.000
19	MATEUS WILLIAN DA SILVEIRA	3748-6	0	20/05/1993	150.00	7.000	157.000
20	MARISTELA PIRES DE CAMARGO	3718-4	0	06/07/1976	150.00	0.000	150.000
21	CARLA PIRES DOS SANTOS	4789-9	1	19/02/1998	150.00	0.000	150.000
22	MICHEL DE ALMEIDA GOMES	3102-0	2	05/05/1985	150.00	0.000	150.000
23	MARI CRISTINA GRANEMANN MOREIRA SINKERE	4389-3	2	09/07/1974	140.00	1.000	141.000
24	FRANCIEL AP DOS SANTOS	4549-7	1	25/03/1983	140.00	0.000	140.000
25	PATRICIA REGINA BARBOSA LEAO	3348-0	1	28/11/1989	140.00	0.000	140.000
26	JUSSARA DE SOUZA LUZ RAMOS	3273-5	2	02/04/1982	130.00	0.000	130.000
27	KEMILY NATALY BAJUK BATISTA DE LIMA	4019-3	0	25/12/1997	130.00	0.000	130.000
28	TAILANA FIRAPOVSKI	3913-6	0	14/04/1999	130.00	0.000	130.000
29	CLAUDIA COSTA	3080-5	3	08/02/1979	120.00	0.000	120.000
30	DAYANE CRISTINA CHAPIESKI	4703-1	1	23/04/1986	120.00	0.000	120.000
31	VANESSA DOS SANTOS SOUZA	3127-5	1	14/02/1992	120.00	0.000	120.000
32	ALESSANDRA KALYNCA BECHERT MEDEIROS	3191-7	1	12/10/1994	110.00	0.000	110.000
33	KAMILA VIEIRA GAMBIRAGE	4581-0	2	06/02/1994	110.00	0.000	110.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
30/01/2019 - 07:19Superior completo
003 - PROF I ANOS INICIAIS 1 AO 5
No. de vagas: 0

RELAÇÃO DEFICIENTES

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JANICE MUNIZ DE MOURA RIBEIRO	4081-9	1	01/09/1978	190.00	17.000	207.000
2	ANGELITA ZIR	3744-3	0	04/12/1971	180.00	23.000	203.000
3	ROSANA PATRICIA CAVALHERI ROCHA	4245-5	2	29/04/1977	180.00	13.000	193.000
4	MARIZETE ZAGO	4085-1	1	04/09/1967	130.00	31.000	161.000

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JUCILEI APARECIDA SCAPINELLI	4123-8	1	25/06/1978	290.00	28.000	318.000
2	ELAINE DE BRITO	4109-2	3	08/01/1977	270.00	22.000	292.000
3	NEIDE TERESINHA PAACHEN DA ROSA	4031-2	2	27/11/1962	280.00	11.000	291.000
4	ROSELI SALETE FERENC	4528-4	2	17/03/1965	240.00	45.000	285.000
5	TICIANE SCHAEFER	4647-7	0	13/11/1985	270.00	14.000	284.000
6	JUSSARA FONSECA	4642-6	0	03/12/1965	250.00	34.000	284.000
7	ANDRESSA ANGELITA NUNES 03389884912	4603-5	2	30/10/1980	260.00	22.000	282.000
8	LUCIANE DO CARMO PADILHA	3537-8	1	04/09/1973	250.00	32.000	282.000
9	JULIANA VOGUES RIBEIRO	4215-3	1	25/08/1978	250.00	31.000	281.000
10	FABIANA DE FATIMA ROSSA	3673-0	0	04/09/1986	260.00	20.000	280.000
11	RODINEIA CLARA CARLIM PRIGOL	4177-7	2	12/08/1977	250.00	28.000	278.000
12	ELIANE RIBEIRO DOS SANTOS	4140-8	1	25/04/1977	260.00	18.000	278.000
13	SOLANGE HUDE	4585-3	0	21/11/1994	260.00	18.000	278.000
14	IOLANDA MAGUEROSKI RIBEIRO	4701-5	2	07/08/1973	260.00	18.000	278.000
15	SONIA ANDREA RAMBO	4069-0	2	19/02/1980	260.00	17.000	277.000
16	SOLANGE CRISTINA GODOY PONTES	3642-0	2	05/11/1972	250.00	27.000	277.000
17	MARIVETE APARECIDA BOFF	3764-8	1	24/01/1988	250.00	26.000	276.000
18	ELIS MICHELI GONCALVES PADILHA WEGNER	3443-6	2	24/08/1985	260.00	15.000	275.000
19	SOLANGE APARECIDA PIVOTTO	4336-2	0	06/06/1983	250.00	25.000	275.000
20	VANESSA ZOTTO COSTA	3540-8	1	16/03/1984	250.00	24.000	274.000
21	VERA MARCIA WESTERLON OLIVEIRA	4186-6	2	29/08/1968	240.00	34.000	274.000
22	BRUNA SCHWARTZ	4657-4	0	19/01/1994	260.00	14.000	274.000
23	CLAUDIA GISLAINE CAPPELLETTI	4437-7	0	26/11/1971	240.00	33.000	273.000
24	ELAINE NEVES LOPES	3326-0	1	05/01/1981	250.00	22.000	272.000
25	JANICE APARECIDA PERBONI SCHUPPEL	3354-5	2	08/01/1973	240.00	32.000	272.000
26	ANA CLAUDIA DOS SANTOS LINZ LEITE	4362-1	0	23/10/1990	270.00	0.000	270.000
27	SOLANGE MARGARETH CAMPOS	4729-5	1	29/03/1971	240.00	27.000	267.000
28	JACQUELINE DE OLIVEIRA	4222-6	0	12/07/1995	250.00	15.000	265.000
29	SILVIA ALVES CARDOSO TRAMONTINA	3918-7	1	21/03/1989	250.00	15.000	265.000
30	IVANICE NIENDICHER	4650-7	0	15/05/1981	240.00	22.000	262.000
31	ANDREA CARLA COMEL	4431-8	2	28/08/1971	230.00	31.000	261.000
32	GISLAINE APARECIDA BATISTA VENDRAMINI	3201-8	1	24/04/1981	230.00	30.000	260.000

33	JANE REGINA DALLAGNOL	4534-9	1	12/03/1973	230.00	27.000	257.000
34	JESSICA GOMES	4491-1	1	04/03/1989	250.00	7.000	257.000
35	ANDREA PARANA DE OLIVEIRA	4013-4	1	22/05/1981	250.00	6.000	256.000
36	ODETE MARIA ROSSETO XAVIER CORREA	4518-7	0	17/10/1958	230.00	23.000	253.000
37	SILVANA GRANEMANN	3768-0	1	29/05/1987	240.00	12.000	252.000
38	RITA DE CASSIA AMARAL DA SILVA PONZONI	3547-5	2	22/08/1974	240.00	10.000	250.000
39	SANDRIANE FOGACA FERNANDES	3078-3	0	16/12/1994	250.00	0.000	250.000
40	IRENE DE SOUZA PALHANO	4193-9	1	04/10/1978	230.00	19.000	249.000
41	IRENE MEIRELES PRESTES PASA	3343-0	1	14/12/1975	220.00	27.000	247.000
42	VIVIANE DA ROCHA	3207-7	2	14/10/1976	240.00	6.000	246.000
43	MAIRA TATIANA DOS ANJOS	4750-3	1	23/08/1979	220.00	26.000	246.000
44	ROSICLEIA ALVES	3594-7	2	18/12/1984	220.00	26.000	246.000
45	MARCIO ROCHA	4247-1	2	01/11/1973	230.00	13.000	243.000
46	MARISA MARTINS	3919-5	0	18/10/1982	220.00	23.000	243.000
47	SARA RAFAEL MOREIRA ALBIEIRO	3661-7	0	04/02/1991	240.00	0.000	240.000
48	JUCELIA APARECIDA PEREIRA VALTER	3060-0	0	22/04/1987	240.00	0.000	240.000
49	CLAUDIA FINSTERBUSCH DOS SANTOS	3671-4	2	25/06/1973	220.00	19.000	239.000
50	VANIA DAS DORES MORESCO	4276-5	2	10/08/1978	220.00	19.000	239.000
51	JUSSARA FONSECA	3873-3	0	21/12/1967	200.00	38.000	238.000
52	AGNESE APARECIDA FILIPINI CHAVES	3196-8	1	09/10/1963	210.00	27.000	237.000
53	FILOMENA MAIBERG DA ROSA BELLI	3553-0	3	30/08/1969	220.00	17.000	237.000
54	SAMARA TODESCHINI ZANATTA	4256-0	1	08/12/1991	220.00	15.000	235.000
55	ODETE JANICE JAENSCH	3785-0	0	05/02/1983	220.00	12.000	232.000
56	SANDRA MARA MACENO	4724-4	0	09/08/1971	200.00	31.000	231.000
57	GIOVANA FIGUEIROA STOCO	3891-1	1	05/01/1972	200.00	30.000	230.000
58	ANA PAULA ANTUNES DA COSTA FEIX	4110-6	2	01/04/1979	210.00	19.000	229.000
59	NATALINA DOS SANTOS	3405-3	1	25/12/1980	210.00	19.000	229.000
60	CAMILA ELISANGELA MORAES	4792-9	1	14/07/1991	220.00	8.000	228.000
61	DANIELA KOVALSKI	4754-6	2	23/08/1988	220.00	8.000	228.000
62	ANA PAULA DA SILVA BATISTA	4281-1	0	02/05/1979	220.00	6.000	226.000
63	CICI JOSIANE BUENO NUNES	3829-6	3	18/03/1979	200.00	25.000	225.000
64	EUNICE ALVES DE OLIVEIRA	3383-9	2	06/05/1953	210.00	14.000	224.000
65	MARICI MENEGAT FRANCO	4545-4	2	27/05/1968	190.00	34.000	224.000
66	PRISCILA SCHIKORSKI AZEREDO	3809-1	1	29/07/1991	220.00	3.000	223.000
67	BRUNA DE SOUZA GOES	4601-9	0	09/12/1994	220.00	3.000	223.000
68	SHIRLEI BIGARELLA SABINI	3898-9	2	05/01/1964	210.00	12.000	222.000
69	CLAUDIA APARECIDA MAURILIO	3394-4	2	14/09/1967	180.00	41.000	221.000
70	EGISLANE ISABEL PEREIRA	3699-4	1	04/03/1977	190.00	31.000	221.000
71	LIGIANE SCOLARO RIBEIRO DOS SANTOS	3706-0	2	13/09/1983	200.00	21.000	221.000
72	LIRA CRISTINA SZANCOSKI DE SOUZA	3112-7	2	23/08/1966	220.00	0.000	220.000
73	JOICE DA SILVA CORDOVA	4429-6	1	07/04/1983	200.00	20.000	220.000
74	SILVANA SOLLE ANTUNES	3197-6	0	12/10/1990	220.00	0.000	220.000
75	THABITA FERNANDES LINHARES	4735-0	1	08/10/1987	220.00	0.000	220.000
76	NELCI APARECIDA DOS SANTOS CRESPO	3248-4	2	24/01/1960	200.00	19.000	219.000
77	PATRICIA CRISTINA LEMOS	3117-8	2	17/08/1982	200.00	19.000	219.000
78	SILVANE LASCOSKI	3904-7	1	04/10/1979	200.00	18.000	218.000
79	NIVEA APARECIDA DA ROSA	3750-8	2	10/06/1977	210.00	7.000	217.000
80	ADRIANA BATISTA GOMES DE OLIVEIRA	3653-6	1	07/03/1981	210.00	7.000	217.000
81	LAYDE SEBASTIANA DE SOUZA	4171-8	1	19/01/1986	200.00	17.000	217.000
82	GLACIELE MARIA CHAVES	3517-3	0	12/04/1982	210.00	6.000	216.000
83	ANELISE TERESINHA WEBER	3340-5	1	14/01/1991	210.00	6.000	216.000
84	OLIVIA DOS SANTOS MOREIRA	3657-9	2	25/09/1966	180.00	36.000	216.000

85	SILVIA DE OLIVEIRA	4226-9	0	02/08/1989	210.00	5.000	215.000
86	GISELE DE OLIVEIRA MORAES VEIGA	4250-1	1	16/01/1989	200.00	12.000	212.000
87	ELIZIA RAPOSO SILVA	4668-0	3	02/10/1984	210.00	1.000	211.000
88	ANA PAULA DE LIMA PIRES	4371-0	2	16/11/1981	190.00	19.000	209.000
89	JOSIANE APARECIDA GRANEMANN LEMOS DOS SANTOS	3923-3	0	14/06/1994	200.00	8.000	208.000
90	SULIANE IARA CANDIDO GARCIA	3208-5	1	10/09/1993	200.00	8.000	208.000
91	JANICE MUNIZ DE MOURA RIBEIRO	4081-9	1	01/09/1978	190.00	17.000	207.000
92	DIOLANDA TERESINHA LENARDT	3701-0	1	20/03/1962	180.00	27.000	207.000
93	RAFAELA ANDREA LOPES	3801-6	0	04/08/1989	200.00	6.000	206.000
94	FRANCIELE SUELENE ROSA	3202-6	3	18/02/1980	200.00	6.000	206.000
95	MIRIANE SALAMONI TESSER	3258-1	1	18/08/1976	190.00	16.000	206.000
96	GISLAINE VANESSA PEREIRA DA CUNHA PANACCIONE	3160-7	1	29/05/1987	200.00	5.000	205.000
97	SILVIA DAIANE CALIXTO	4679-5	3	25/08/1981	200.00	3.000	203.000
98	MARCIA URUPUCKUA RUMPEL	4799-6	1	21/05/1973	190.00	13.000	203.000
99	CRISTINA APARECIDA BECKERT	4282-0	0	18/04/1966	190.00	13.000	203.000
100	MARISA SALETE RIBEIRO BORGES ZOTTO	3791-5	1	29/11/1965	180.00	23.000	203.000
101	ANGELITA ZIR	3744-3	0	04/12/1971	180.00	23.000	203.000
102	ELISIANE ALBUQUERQUE DOS SANTOS	3549-1	1	09/08/1980	200.00	3.000	203.000
103	PRISCILA ALVES DA SILVA	4206-4	0	27/04/1987	180.00	22.000	202.000
104	MATILDE FLAVIA SGARBI AGUIAR	3835-0	2	27/11/1966	180.00	20.000	200.000
105	ARACI LUCIA PEREIRA DIAS	3367-7	2	18/11/1982	190.00	9.000	199.000
106	RAQUEL APARECIDA PADILHA	3794-0	1	16/08/1978	180.00	19.000	199.000
107	JOSE CRISTIANO PERETTI	4064-9	0	09/12/1977	190.00	9.000	199.000
108	JUSSARA BROL	3986-1	3	17/05/1972	170.00	29.000	199.000
109	CATIA MARIA DOS SANTOS	4415-6	2	04/02/1973	170.00	29.000	199.000
110	ANDRIELLY MORAES DE OLIVEIRA PEREIRA	4570-5	1	15/09/1995	190.00	8.000	198.000
111	JESSICA DE OLIVEIRA MORAES	3907-1	0	09/07/1996	190.00	8.000	198.000
112	ANA PAULA SPEGGIORIN	3387-1	1	21/03/1981	180.00	17.000	197.000
113	CLAUDIA APARECIDA 98817825972	4114-9	3	15/03/1971	170.00	27.000	197.000
114	MARCIA ALVES RIBEIRO	3988-8	3	08/03/1976	170.00	25.000	195.000
115	JULIANA COMERLATTO	4008-8	0	28/11/1995	190.00	3.000	193.000
116	ROSANA PATRICIA CAVALHERI ROCHA	4245-5	2	29/04/1977	180.00	13.000	193.000
117	EDINEIA DIAS DE SOUZA	4370-2	2	12/07/1984	180.00	12.000	192.000
118	ANALU SANTIN	3429-0	1	07/08/1983	180.00	12.000	192.000
119	MARIA IZABEL FERREIRA	3219-0	1	19/10/1970	190.00	0.000	190.000
120	POLYANA NAKALSKI VIDAL	3289-1	1	17/10/1991	190.00	0.000	190.000
121	LEILA LUCIMAR GONCALVES	3929-2	2	09/03/1975	160.00	30.000	190.000
122	NILVA MARIA FERNANDES	3332-4	0	16/03/1977	180.00	10.000	190.000
123	DAYANE APARECIDA SOARES	4331-1	2	14/09/1991	190.00	0.000	190.000
124	ELIANE DE ALMEIDA	4572-1	2	07/06/1987	170.00	19.000	189.000
125	MARIA HELENA STEFAN	4026-6	2	15/02/1980	180.00	8.000	188.000
126	REGINA LUCIA TELEGEN	4496-2	2	21/11/1968	160.00	27.000	187.000
127	MELINA PEREIRA SCALABRIN CONZER	3206-9	1	13/02/1981	180.00	6.000	186.000
128	MARCIA APARECIDA 89318366949	4537-3	0	30/06/1976	160.00	26.000	186.000
129	SEBASTIANA ALVES	3401-0	2	11/11/1963	160.00	25.000	185.000
130	VALERIA GONCALVES PEREIRA	3599-8	1	30/11/1993	180.00	4.000	184.000
131	LAURICI TEREZINHA DE PAULO	3939-0	2	21/08/1957	170.00	13.000	183.000
132	SILVANA APARECIDA BALDISSARELLI WALKER	3468-1	2	17/12/1968	170.00	13.000	183.000
133	CIMARA BELEGATO	4128-9	3	14/11/1980	160.00	23.000	183.000
134	ELIANA APARECIDA RAMOS BATISTA PADILHA	4405-9	2	20/11/1976	170.00	12.000	182.000
135	JULIANA APARECIDA GUEDES DOS SANTOS CARDOSO	3773-7	1	03/04/1981	170.00	12.000	182.000
136	SOLANGE DE FATIMA BITTENCOURT MARQUES	3277-8	0	04/04/1988	170.00	11.000	181.000

137	CRISLAINE DE ALMEIDA	3849-0	0	30/07/1992	180.00	0.000	180.000
138	GIOVANA ARAUJO NEVES	4235-8	2	12/01/1980	170.00	9.000	179.000
139	LEONILDA FATIMA CARNEIRO	3675-7	0	19/07/1993	170.00	9.000	179.000
140	ELI DO NASCIMENTO BELLAVER	4390-7	2	24/12/1970	160.00	18.000	178.000
141	MARDIORI BOSCARI	4168-8	0	24/12/1976	150.00	28.000	178.000
142	SUELEN CARVALHO DE BRITO	4271-4	1	14/02/1986	170.00	8.000	178.000
143	SUZANA APARECIDA MACIEL DOS SANTOS	3612-9	1	26/06/1985	160.00	18.000	178.000
144	MARISA PIRES DE CAMARGO	4588-8	2	23/04/1974	170.00	6.000	176.000
145	FRANCIELI FERRASSO	4038-0	1	23/07/1983	170.00	6.000	176.000
146	SILMARA AP ALVES DO PRADO PORFIRIO	4625-6	1	23/10/1969	160.00	15.000	175.000
147	MARISTELA CORDEIRO DA SILVA	4462-8	1	14/12/1973	140.00	33.000	173.000
148	CLEONIR BECHER DA COSTA	3566-1	0	26/07/1989	160.00	12.000	172.000
149	GISELE LUDVIG FERNANDES	3423-1	2	16/05/1982	160.00	11.000	171.000
150	ROSELAINE DE OLIVEIRA VARELA	3180-1	2	04/09/1988	170.00	0.000	170.000
151	FRANCISLAINE KAROE ALVES	4385-0	0	24/12/1996	170.00	0.000	170.000
152	MICHELE MORAES DE ALVARENGA	3909-8	2	04/02/1985	170.00	0.000	170.000
153	MARIA INES DA SILVA	3530-0	1	31/07/1968	140.00	27.000	167.000
154	LOURDES DE FATIMA ROSA VIEIRA	3339-1	3	02/02/1975	160.00	7.000	167.000
155	SABRINE COELHO	3875-0	1	28/11/1991	160.00	7.000	167.000
156	DANIELA DOS SANTOS PIRES	3144-5	1	27/02/1984	160.00	7.000	167.000
157	PATRICIA AZEREDO LOPES	3200-0	0	31/05/1993	160.00	7.000	167.000
158	ANDREZA MACHADO MEDEIROS CORDEIRO	3163-1	1	27/12/1981	160.00	6.000	166.000
159	KEILA VERGINIA MALESKE DOS SANTOS	4444-0	0	09/01/1977	140.00	25.000	165.000
160	BEATRIZ TEREZINHA ZMIJEVSKI	3933-0	2	18/12/1964	150.00	13.000	163.000
161	ANDREIA MARIA DE MORAIS	4211-0	1	07/01/1981	150.00	13.000	163.000
162	MARIZETE ZAGO	4085-1	1	04/09/1967	130.00	31.000	161.000
163	JOAO PAULO DE MELO BORGES	3101-1	0	15/06/1994	160.00	0.000	160.000
164	SANDRA MARA MOSCHETTA DA SILVA	3908-0	2	18/04/1963	160.00	0.000	160.000
165	BEATRIZ MACHADO	3832-6	0	25/07/1971	120.00	40.000	160.000
166	CRISTIANE FACHIM	4489-0	0	24/05/1990	160.00	0.000	160.000
167	ELICTHI PIACENTINI	3694-3	0	08/12/1993	150.00	8.000	158.000
168	JANILSE PEREIRA MARTINS DA SILVA	4185-8	3	19/05/1978	150.00	8.000	158.000
169	SANDY OLIVEIRA DE CORDUVA	3769-9	2	17/12/1988	140.00	18.000	158.000
170	CHEILA ISABEL KOTESKI	3231-0	0	08/04/1987	150.00	5.000	155.000
171	MARIANA SUSIN FRIGOTTO	4147-5	0	10/03/1989	140.00	15.000	155.000
172	ZELIA DA APARECIDA DE QUADROS	3892-0	2	13/12/1974	140.00	11.000	151.000
173	DAIANA CAMARGO	3218-2	0	27/07/1994	150.00	0.000	150.000
174	IVONE APARECIDA DA SILVA	3436-3	2	27/02/1979	150.00	0.000	150.000
175	PATRICIA VILLWOCK FERREIRA DE ANDRADE	4237-4	1	13/02/1978	130.00	16.000	146.000
176	VANILDA ROSA ROCHA DE SOUZA	3950-0	1	11/07/1978	130.00	15.000	145.000
177	JOSIANE CEOLATO VIEIRA	3749-4	1	03/01/1980	130.00	15.000	145.000
178	LUCIANA PAES DE MELLO	4573-0	1	17/02/1989	140.00	4.000	144.000
179	ARLETE	4028-2	2	28/11/1972	140.00	0.000	140.000
180	SIMONE FOGACA VIERA BALZAN	3703-6	2	07/03/1976	120.00	20.000	140.000
181	ANDREA PATRICIA SCHWARTZ	3581-5	0	24/11/1974	110.00	27.000	137.000
182	ANA PAULA NOLL	4376-1	1	11/07/1986	120.00	15.000	135.000
183	ELISETTE PELLIZZARO	3826-1	1	09/06/1970	110.00	22.000	132.000
184	ROSELI BORA	4566-7	2	04/01/1980	130.00	0.000	130.000
185	DHENIFFER PAGOTTO ALVES	3375-8	2	05/05/1994	130.00	0.000	130.000
186	ANA MIRIAM DE RAMOS	4010-0	0	05/04/1993	110.00	4.000	114.000
187	PRISCILA PACHECO	4584-5	1	10/07/1987	110.00	0.000	110.000
188	MARGARET SOUZA BETINELLI	3245-0	2	09/07/1960	100.00	6.000	106.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:23

Superior incompleto
 103 - PROF II ARTE NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ARLAN CARLOS DOS SANTOS MELO	4787-2	0	18/02/1988	230.00	8.000	238.000
2	LIZANDRA MABONI	3685-4	1	11/02/1987	210.00	0.000	210.000
3	JESSICA DO AMARAL BEHRENS	4079-7	0	25/07/1998	210.00	0.000	210.000
4	MONIKE OHANA CAPELIN KRUTZMANN	4094-0	0	28/05/1998	210.00	0.000	210.000
5	VANDERLEIA SOARES GONZAGA	4318-4	2	03/12/1984	180.00	11.000	191.000
6	LEONARDO GUERREIRO DE ANDRADE	4359-1	0	06/12/1994	190.00	0.000	190.000
7	EVELYN APARECIDA DA CRUZ BUENO"	4356-7	1	21/08/1999	160.00	0.000	160.000
8	SOLANGE DOS SANTOS	3094-5	0	05/05/1990	160.00	0.000	160.000
9	CAMILA MARIA DA SILVEIRA	3600-5	0	23/10/1997	140.00	0.000	140.000
10	ANA CRISTINA CORREIA	3079-1	1	07/02/1994	120.00	1.000	121.000
11	JUSSARA DA TRINDADE	3698-6	3	11/12/1985	110.00	0.000	110.000
12	IEDA MARIA CRIST FELIPUS	3439-8	2	03/04/1979	100.00	7.000	107.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:19

Superior completo
 004 - PROF II ARTE
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ANA PAULA SPULDARO PERETTO	4122-0	2	19/02/1974	230.00	39.000	269.000
2	GLECIA APARECIDA MOURA	4611-6	0	08/02/1968	210.00	33.000	243.000
3	VALERIA CRISTINE RISSON	4183-1	2	09/07/1971	190.00	32.000	222.000
4	SONIA MARA FARIAS	3841-5	4	07/07/1972	210.00	7.000	217.000
5	KARIN MARY DA LUZ WENG	3628-5	0	11/07/1977	190.00	23.000	213.000
6	VANICLEIA CASA	4693-0	1	28/09/1978	210.00	0.000	210.000
7	SULAMITA REIS DOS SANTOS GALLOIS	4779-1	1	17/03/1980	180.00	17.000	197.000
8	EMANUELA FERREIRA ANTUNES	3833-4	2	21/05/1984	190.00	0.000	190.000
9	MARTA APARECIDA GOES	4753-8	2	19/01/1962	180.00	10.000	190.000
10	ROSANE RIBAS MELO	4214-5	3	08/05/1972	190.00	0.000	190.000
11	JURANDIR PADILHA	3119-4	3	22/09/1969	180.00	4.000	184.000
12	JANETE MULLER KUCZER	4066-5	2	28/05/1961	160.00	11.000	171.000
13	CLAIMARI ARTUZZO COSTA	3974-8	2	20/01/1976	170.00	0.000	170.000
14	SHEILA AMANCIO DA SILVA	3421-5	2	04/02/1984	150.00	15.000	165.000
15	CLARI BETTIATO	4161-0	1	29/05/1972	150.00	8.000	158.000
16	GLACIANE BAGGENSTOSS KOZOSKI	3655-2	2	19/10/1973	140.00	14.000	154.000
17	MARINEI APARECIDA CARDOSO SALDANHA	3896-2	1	12/04/1979	110.00	13.000	123.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO PAG: 1
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 30/01/2019 - 07:23

Superior incompleto
104 - PROF II CIENCIAS NH
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DEBORA CORDEIRO	3187-9	0	08/01/1998	180.00	0.000	180.000
2	ANIELLY DE SOUSA	3114-3	2	05/12/1994	150.00	0.000	150.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:20

Superior completo
 005 - PROF II CIENCIAS
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	GABRIELA NAVA RAMOS	3214-0	0	19/11/1989	220.00	21.000	241.000
2	MARIA FABIOLA RIBEIRO DOS SANTOS DA SILVA	3400-2	0	15/03/1992	230.00	10.000	240.000
3	CAROLLYNE NIZER CUNHA	3606-4	1	04/11/1992	230.00	0.000	230.000
4	MARIELE KATHERINE JUNGLES	3269-7	0	24/04/1981	220.00	10.000	230.000
5	MARIA SELMA KONFLANZ	4003-7	1	03/12/1981	210.00	19.000	229.000
6	KATLIN APARECIDA HARTMANN	4631-0	0	12/10/1991	220.00	8.000	228.000
7	JACQUELINE ZANELATO	3911-0	0	11/06/1990	200.00	16.000	216.000
8	JONATHAN THIBES DOS SANTOS	3105-4	0	26/05/1990	180.00	12.000	192.000
9	JACQUELINE LUCIA BELLETTI	4618-3	0	16/01/1977	190.00	0.000	190.000
10	DAIANE XUMADELO DE SOUZA LEAL	3238-7	1	13/08/1989	160.00	24.000	184.000
11	MARGARETE ONEDA	3771-0	3	27/03/1961	170.00	7.000	177.000
12	EVELYN CRISTINA LENZ	3073-2	0	18/12/1993	170.00	5.000	175.000
13	ALINE TOMACHEUSKI DA SILVA	3471-1	1	21/03/1994	170.00	4.000	174.000
14	MAELLI PIRES GOES CATELLAN	4327-3	1	05/01/1987	170.00	3.000	173.000
15	KADINY APARECIDA DE ALMEIDA	3155-0	1	19/09/1983	170.00	0.000	170.000
16	LEOMIR LUIZ TESSER	3227-1	0	20/12/1980	130.00	0.000	130.000
17	FRANSOIZE FREITAS PEREIRA	3408-8	1	11/05/1986	110.00	11.000	121.000
18	CIBELE ROSSI PRADO	3550-5	0	22/11/1980	110.00	6.000	116.000
19	LUCIMARA STASIAK	4526-8	2	17/09/1976	90.00	4.000	94.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO

PAG: 1
30/01/2019 - 07:24

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior incompleto
105 - PROF II EDUCACAO FISICA NH
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MARIANE APARECIDA ZANCANARO MOLDENHAUER	3625-0	1	05/04/1990	210.00	0.000	210.000
2	AUGUSTO CESAR DOS SANTOS	3135-6	0	08/09/1998	190.00	0.000	190.000
3	VIVIANNE SCHWEDER DOS SANTOS REGENSBURGER	4515-2	0	14/08/1997	190.00	0.000	190.000
4	GABRIEL LUIZ PEREIRA	3213-1	0	24/02/1996	180.00	0.000	180.000
5	FELIPE MATEUS BRANCO FREITAS	4303-6	0	23/10/1998	180.00	0.000	180.000
6	SAMUEL DE CAMARGO	4285-4	0	15/07/1999	170.00	0.000	170.000
7	AGUINALDO MAURICIO DOS SANTOS	4720-1	2	21/10/1975	160.00	0.000	160.000
8	THAMIRIS VITORIA D	3441-0	0	15/05/1996	160.00	0.000	160.000
9	BIANCA BERNARDES BLANGER	3327-8	0	26/06/1997	160.00	0.000	160.000
10	THAISE SAIDEL DE SOUZA	3100-3	2	17/10/1990	150.00	8.000	158.000
11	PATRICIA AP. PORTELA DOS SANTOS	4455-5	1	21/07/1983	150.00	0.000	150.000
12	VANESSA APARECIDA PADILHA	3352-9	2	03/08/1987	150.00	0.000	150.000
13	ANA CARLA RODRIGUES DA SILVA	3149-6	0	26/11/1993	150.00	0.000	150.000
14	PIETRO ANDRE BECHERT MEDEIROS	3193-3	0	17/05/1997	150.00	0.000	150.000
15	JACKSON VILLWOCK FERREIRA DE ANDRADE	3129-1	0	30/09/1996	150.00	0.000	150.000
16	WILLIAN DIOGENES STACIAKI	4675-2	0	08/11/1993	140.00	0.000	140.000
17	JOAO VICTOR HIRSCH	3967-5	0	12/06/1999	140.00	0.000	140.000
18	SUELEN REGINA VEZOLLI	4564-0	0	08/10/1991	140.00	0.000	140.000
19	RAFAEL MIRANDA KURACZ	3146-1	1	17/02/1988	130.00	0.000	130.000
20	JUCILEI LURUPUKUA	4092-4	4	19/02/1987	130.00	0.000	130.000
21	JEAN ROMEU FOGUES	3824-5	0	10/12/1998	120.00	0.000	120.000
22	FERNANDA MIRELA DE LIMA HASSE	3081-3	0	06/04/1996	120.00	0.000	120.000
23	VALDECI KLETTKE	4617-5	0	17/07/1979	110.00	0.000	110.000
24	RODRIGO MARTINI	4502-0	0	17/08/1998	100.00	0.000	100.000
25	CHEILA CHRISTIAN ALVES	3074-0	0	24/10/1985	90.00	0.000	90.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
30/01/2019 - 07:20Superior completo
006 - PROF II EDUCACAO FISICA
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SUZANA CRISTINA VOLTOLINI	4338-9	0	10/04/1970	230.00	30.000	260.000
2	EDERTON SANTIN	4367-2	0	22/09/1983	250.00	3.000	253.000
3	ANA PAULA PEREIRA	4001-0	1	10/08/1988	230.00	14.000	244.000
4	DANIELE CARLOS DA SILVA	3293-0	0	06/02/1987	230.00	11.000	241.000
5	ELIZANE PEDROSO	3554-8	0	03/08/1988	230.00	10.000	240.000
6	BRUNA KUNTZ	3977-2	0	23/12/1992	230.00	8.000	238.000
7	RODOLFO MACHADO DE SOUZA SEGUNDO	3250-6	1	17/06/1987	220.00	16.000	236.000
8	SIDNEI ALVES PEREIRA	4099-1	0	29/07/1978	200.00	34.000	234.000
9	ANTONIO KLEBER DE OLIVEIRA SCHULTZ	3246-8	0	12/06/1991	230.00	2.000	232.000
10	CRISTIANE BATISTA DA SILVA	4188-2	0	03/06/1993	210.00	16.000	226.000
11	MAYARA PELEGRINI DE SOUZA	4027-4	0	15/10/1992	210.00	14.000	224.000
12	LUANA ANDREIA BRIDI	4579-9	0	09/05/1995	220.00	1.000	221.000
13	RODRIGO COSTA	4727-9	1	22/04/1980	210.00	0.000	210.000
14	DIEGO JUNGES DE LARA MIROZ	4795-3	0	25/11/1985	200.00	8.000	208.000
15	TIAGO CARELLI	3715-0	1	07/06/1985	200.00	8.000	208.000
16	RAFAEL SAVIAN FERNANDES	4004-5	0	05/01/1987	200.00	5.000	205.000
17	DEBORA MACIEL	3860-1	1	16/03/1988	190.00	14.000	204.000
18	ANA PAULA BERTAZI	3407-0	0	19/09/1994	200.00	3.000	203.000
19	ROSILDA DE FATIMA MAXINSK WITTE	3507-6	1	18/08/1976	180.00	23.000	203.000
20	DANIELA ALINE PETRY FERRARI	3435-5	0	17/10/1994	200.00	1.000	201.000
21	CLAIRON AURELIO NASCIMENTO DOS SANTOS	4463-6	0	29/09/1989	200.00	0.000	200.000
22	AMUR OTAVIO SOARES	3272-7	2	26/08/1958	170.00	29.000	199.000
23	FELIPE ALOISIO CRUZ	4436-9	0	25/07/1985	180.00	19.000	199.000
24	CAMILA DAROS DALMOLIN	4718-0	0	13/09/1993	190.00	5.000	195.000
25	DIEGO ANDRE BRIDI	4525-0	1	06/03/1988	180.00	14.000	194.000
26	INGRID ANITA BECKERT	3955-1	0	01/08/1990	190.00	2.000	192.000
27	CICERO ANTONIO CARDOSO	4248-0	0	16/05/1992	170.00	21.000	191.000
28	RHONI MATTEUS VALMORBIDA	4767-8	0	21/02/1990	190.00	0.000	190.000
29	JULIANA RODRIGUES DA SILVA	3852-0	0	26/07/1984	170.00	13.000	183.000
30	LARA PEREIRA NEVES	4352-4	0	23/05/1990	180.00	3.000	183.000
31	TATIANA FERREIRA LOPES	3684-6	1	06/03/1987	160.00	23.000	183.000
32	GABRIELLA TESSARI	4561-6	0	13/08/1996	180.00	2.000	182.000
33	GERSON JOSE TELES SOUZA JUNIOR	4210-2	1	21/01/1986	160.00	22.000	182.000
34	EVERTON LUIZ CORREA	3166-6	1	15/06/1986	160.00	20.000	180.000
35	LEANDRO DE LIMA	4602-7	0	25/12/1996	180.00	0.000	180.000
36	NILSON ADELINO ZART JUNIOR	4428-8	1	20/09/1983	160.00	20.000	180.000
37	DANIELA FRAGA	3992-6	0	20/01/1993	180.00	0.000	180.000
38	ANA CAROLINE SERFINI MIRANDA	3282-4	1	31/03/1986	170.00	8.000	178.000
39	TIAGO BRESSAN COSTA	3662-5	0	03/02/1988	170.00	7.000	177.000
40	GERSON LUIZ FRIGIERI	4073-8	1	25/11/1966	150.00	24.000	174.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO

30/01/2019 - 07:20

IBAM
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo
006 - PROF II EDUCACAO FISICA
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	RODRIGO CAVALETT	3776-1	0	07/04/1989	150.00	21.000	171.000
42	DOUGLAS DOS SANTOS ZANATTA	4227-7	0	02/09/1993	170.00	0.000	170.000
43	THAIS MACIEL RAISER	4348-6	0	29/11/1989	170.00	0.000	170.000
44	EDEVANDRO PEREGO	4562-4	0	15/08/1993	160.00	10.000	170.000
45	KARINA RODRIGUES DE FRANCA	4689-2	1	12/06/1990	160.00	4.000	164.000
46	EDINA APARECIDA NOGUEIRA	3525-4	0	28/04/1993	160.00	0.000	160.000
47	LEILA CRISTINA FINK MARQUES	4529-2	1	24/08/1986	140.00	18.000	158.000
48	ELIANE APARECIDA ALVES	4553-5	0	08/10/1971	140.00	16.000	156.000
49	RENI DE JESUS DA CRUZ RIBAS	3980-2	4	11/03/1972	130.00	25.000	155.000
50	FABIANO BELAVER	4347-8	2	11/05/1983	150.00	0.000	150.000
51	SILVIA CORREA DE LIMA	3063-5	2	06/01/1990	150.00	0.000	150.000
52	AUDRIN ZENI BORBA	3285-9	0	14/10/1996	150.00	0.000	150.000
53	VANESSA GONCALVES SEMANN	3192-5	2	27/07/1988	150.00	0.000	150.000
54	EDINEIA	4465-2	3	29/01/1978	150.00	0.000	150.000
55	KELVIN GONCALVES CORDEIRO	4775-9	0	26/04/1991	140.00	2.000	142.000
56	ALVANI MELANI DA SILVA	4204-8	3	18/06/1952	140.00	1.000	141.000
57	LEANDRO DOS SANTOS NORA	3953-5	0	11/04/1989	140.00	1.000	141.000
58	KATIA APARECIDA ZANOTTO	4153-0	2	11/10/1991	140.00	0.000	140.000
59	GUSTAVO HUCULAK	3324-3	1	05/09/1989	140.00	0.000	140.000
60	EVANILDO AMOS SUTIL	4457-1	4	22/04/1980	130.00	0.000	130.000
61	EMERSON MAICO CAVALHEIRO DO AMARAL	3145-3	1	25/01/1987	130.00	0.000	130.000
62	LUHELBA APARECIDA FURLAN	4417-2	2	24/08/1992	130.00	0.000	130.000
63	CAROLAINÉ ALVES BATISTA	3620-0	0	03/02/1995	130.00	0.000	130.000
64	VANESSA BITTENCOURT CHAVES	3979-9	0	19/03/1991	120.00	0.000	120.000
65	PEDRO EURIPÉDES DA SILVA	3184-4	2	25/02/1966	120.00	0.000	120.000
66	JOSE MARCOS GODOI	3648-0	2	06/05/1966	110.00	9.000	119.000
67	ANZÉRO GIOVANI DE OLIVEIRA	3890-3	2	12/04/1970	90.00	22.000	112.000
68	JOAO CARLOS RIBEIRO	3710-9	1	24/01/1978	100.00	11.000	111.000
69	NARCISO LUIZ ANDRADE	4574-8	2	24/11/1975	90.00	20.000	110.000
70	FELIPE DIAS NAZARIO	3108-9	0	25/02/1996	110.00	0.000	110.000
71	ROSANA SANTOS ASSIS	3154-2	0	13/03/1994	110.00	0.000	110.000
72	SEBASTIAO CARLOS DA SILVA	3150-0	4	19/01/1977	100.00	0.000	100.000
73	RONAN ANDRE BORGES FAGANELLO	3948-9	0	20/08/1987	80.00	6.000	86.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1

30/01/2019 - 07:24

Superior Incompleto
 106 - PROF I EDUCACAO INFANTIL NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	LUIZ DAVI CARNEIRO DA MAIA	4244-7	0	26/05/2000	250.00	0.000	250.000
2	MARIANA SELLA CLAUDINO CASTILHO	3342-1	1	10/11/1993	240.00	0.000	240.000
3	LUCIMARA PEREIRA MOREIRA	3134-8	0	04/05/1995	230.00	0.000	230.000
4	VALERIA BUENO MARTIOL FURTADO	3151-8	0	22/06/1997	210.00	8.000	218.000
5	GISELINE DE SOUZA MACHADO	3788-5	0	12/01/1985	210.00	1.000	211.000
6	CAROLINE GATTI	4784-8	0	16/10/1999	210.00	0.000	210.000
7	JULIANA DE FATIMA 08830538965	4260-9	1	04/10/1988	200.00	0.000	200.000
8	AZELIA ALVES DO PRADO	3089-9	3	18/08/1981	200.00	0.000	200.000
9	THAIS ROCHA	4589-6	0	24/06/1999	190.00	2.000	192.000
10	LUCIMAR BITINE BELLO	3291-3	3	17/12/1973	190.00	0.000	190.000
11	ANA CELIA DE QUEIROZ	4349-4	1	02/10/1985	190.00	0.000	190.000
12	MARIA GRANEMANN MASSANEIRO	3714-1	0	22/12/1992	190.00	0.000	190.000
13	MARCIA ALVES DA LUZ PADILHA	4342-7	3	25/01/1982	180.00	2.000	182.000
14	JORDANA DE FATIMA MULLER	4395-8	1	14/02/1986	180.00	0.000	180.000
15	CINTIA APARECIDA GUEDES	3082-1	1	14/02/1989	180.00	0.000	180.000
16	THAINA PARIS	3341-3	0	16/06/1999	180.00	0.000	180.000
17	PATRICIA REGINA BUSCH	3290-5	0	24/06/1995	180.00	0.000	180.000
18	JOSIANE ROSARIO	3147-0	2	21/07/1988	170.00	7.000	177.000
19	FRANCIANE DE ALMEIDA	4343-5	2	01/08/1987	160.00	5.000	165.000
20	CLAUDIA GIRARDI	3504-1	1	04/11/1985	160.00	0.000	160.000
21	ROSANE RIBAS CACIANO	3381-2	1	14/07/1990	160.00	0.000	160.000
22	LUAN JOSE DOS SANTOS FERREIRA	3787-7	0	18/11/2000	160.00	0.000	160.000
23	KELLY MARIA FERREIRA LOPES	4739-2	0	30/10/1998	160.00	0.000	160.000
24	MARGARETE GRANEMANN	4373-7	2	05/02/1972	150.00	8.000	158.000
25	SIMARA ZENI	3076-7	3	06/10/1977	150.00	0.000	150.000
26	FERNANDA DA SILVA	4661-2	2	26/10/1982	150.00	0.000	150.000
27	TAINARA MOREIRA MARCAL	3131-3	0	06/02/1999	140.00	0.000	140.000
28	KETLY GUEDES DOMINICO	3755-9	0	09/08/1996	130.00	0.000	130.000
29	ALINE CORREIA DE SOUZA	3460-6	1	23/03/1993	130.00	0.000	130.000
30	STEFANE PRISCILA FOLETTO GOMES	3225-5	0	09/06/1997	130.00	0.000	130.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1

30/01/2019 - 07:20

Superior completo
 007 - PROF I EDUCACAO INFANTIL
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ROMY CRISTINE SCHNEIDER FRANCESCHETTO	3737-0	2	14/06/1966	240.00	44.000	284.000
2	LUANA RODAKIEVIS	3853-9	0	16/11/1990	250.00	16.000	266.000
3	SARILANE ZANOTTO BARPP	4504-7	2	11/04/1971	240.00	26.000	266.000
4	SILVIA CRISTINA EICHELE	4442-3	3	11/08/1972	240.00	25.000	265.000
5	KARINA PADILHA RODRIGUES	3915-2	2	06/08/1986	250.00	14.000	264.000
6	DAIANA MAZZOTTI	3571-8	0	21/12/1994	250.00	14.000	264.000
7	IVETE APARECIDA GALON	3664-1	0	09/07/1978	230.00	30.000	260.000
8	MARLUCI DALPIAS	4077-0	0	14/04/1989	230.00	26.000	256.000
9	TELMA NUNES NERI KOEHLER	3173-9	0	13/09/1974	240.00	15.000	255.000
10	PRICILA JUSTINO DE SOUZA	4035-5	5	25/06/1987	240.00	15.000	255.000
11	ELIANE SCOTTI ALVARENGA	3118-6	1	03/10/1981	220.00	35.000	255.000
12	RITA DE CÁSSIA GROBE	4747-3	0	29/07/1967	220.00	34.000	254.000
13	CLAUDETE APARECIDA MARTINS DO NASCIMENTO	3649-8	1	21/12/1977	240.00	14.000	254.000
14	ELAINE CRISTINA ABATTI	3123-2	2	17/07/1986	240.00	13.000	253.000
15	ELINEIA DIAS	4623-0	0	27/10/1985	230.00	21.000	251.000
16	MARIA SALETE RECH MENEZES	3172-0	2	13/11/1963	240.00	11.000	251.000
17	ROSANA TIBES PERETTI	3072-4	2	23/10/1979	250.00	0.000	250.000
18	JUCILAINE TERESINHA PEREIRA	4610-8	3	25/12/1970	220.00	30.000	250.000
19	ALESSANDRA DE OLIVEIRA MATOS	3836-9	1	07/10/1986	230.00	19.000	249.000
20	MARIANA RIBEIRO DA CRUZ BRANCO	3645-5	3	01/11/1959	210.00	34.000	244.000
21	SAMIRA LUANA DA SILVA	3142-9	2	27/07/1992	240.00	2.000	242.000
22	MARLEI TOMASI	3195-0	1	10/02/1972	220.00	22.000	242.000
23	ELIANA MARIA TELES DE SOUZA	3910-1	1	21/10/1976	210.00	32.000	242.000
24	KATIA CARLA MOREIRA	3691-9	1	18/08/1988	220.00	21.000	241.000
25	IVONETE RIBEIRO ALVES CARNEIRO	3458-4	2	11/01/1973	220.00	21.000	241.000
26	ELITEIA DIAS	4007-0	1	29/10/1983	220.00	20.000	240.000
27	SAMANTA MAYER MARTINS GRANEMANN	4242-0	0	23/09/1991	220.00	19.000	239.000
28	DANIANE DA SILVA LOURENA	3156-9	0	20/08/1989	230.00	8.000	238.000
29	LUCI LUCIO	4217-0	1	01/06/1974	210.00	28.000	238.000
30	ADELINE APARECIDA FERRASSO	3249-2	1	11/02/1986	210.00	26.000	236.000
31	ROSANGELA MARIA MILEK LASKOSKI	3732-0	3	05/03/1978	230.00	4.000	234.000
32	PATRICIA RIBEIRO ALVES	3288-3	1	16/02/1986	220.00	14.000	234.000
33	VANESSA BRUSCO	4203-0	0	26/04/1985	220.00	13.000	233.000
34	JANAÍNA GIRARDI INACIO SANTOS	3092-9	2	13/01/1985	220.00	13.000	233.000
35	ELIANE DOS SANTOS ALVES	3404-5	2	15/07/1974	200.00	33.000	233.000
36	VANIA APARECIDA BERTOTTO	4275-7	2	15/02/1981	230.00	0.000	230.000
37	CARMEN DAIANA SEPULVEDA	3954-3	2	23/05/1982	220.00	9.000	229.000
38	SANDRA REGINA DOS SANTOS	4251-0	2	09/10/1967	200.00	29.000	229.000
39	DEISE TEREZINHA PACEVICZ SPAZZINI	3864-4	0	04/02/1986	200.00	28.000	228.000
40	EMANOELI ZOTTO	3454-1	1	30/03/1989	220.00	7.000	227.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 2

30/01/2019 - 07:20

Superior completo
 007 - PROF I EDUCACAO INFANTIL
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	IANDRA MARIA DAVID PRETO	4180-7	2	25/12/1979	210.00	17.000	227.000
42	FABIANA CLECI SCHNEIDER	3727-3	2	07/10/1981	210.00	15.000	225.000
43	GISELE CARLIN DOS SANTOS	3239-5	1	27/07/1982	220.00	5.000	225.000
44	VIVIANE MOHR	3839-3	0	24/11/1984	210.00	15.000	225.000
45	JESSICA NAYARA WITIUK	3932-2	0	21/01/1992	220.00	5.000	225.000
46	BERTHANE GRUTZMANN TOMAZINI	4469-5	3	07/03/1978	220.00	5.000	225.000
47	JOICE PORTH	4377-0	1	08/06/1978	200.00	24.000	224.000
48	GRACIELE MORAES LOPES	3345-6	2	12/07/1985	210.00	12.000	222.000
49	ADRIANA LUCIA KLAUS	3177-1	0	27/03/1985	210.00	12.000	222.000
50	IRENE LETICIA DALKE	3506-8	0	11/02/1998	220.00	0.000	220.000
51	CLAUDIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS BOHRER	3109-7	1	23/04/1981	220.00	0.000	220.000
52	ADRIANA APARECIDA DA COSTA	3188-7	3	27/11/1975	220.00	0.000	220.000
53	REGINA APARECIDA DANELUZ	3456-8	1	17/02/1982	200.00	19.000	219.000
54	JOSELY TEREZINHA DOS SANTOS	4233-1	3	31/03/1963	190.00	28.000	218.000
55	CRISLAINE BOESE KIRCHBAUER	3268-9	1	15/11/1987	210.00	4.000	214.000
56	CATIA APARECIDA CARDOSO	4316-8	0	07/10/1990	210.00	2.000	212.000
57	SILVIA DOS SANTOS CASTANHEIRO	3216-6	1	21/07/1992	210.00	2.000	212.000
58	TAYSE PIRES DE CAMARGO	4221-8	1	01/08/1988	210.00	0.000	210.000
59	ALEXSANDRA PSCHIEDT UHLIG	3512-2	2	26/08/1984	210.00	0.000	210.000
60	DIANA MEES	3949-7	0	24/03/1992	190.00	16.000	206.000
61	CLEUZENI FARIAS LOPES	3572-6	3	15/02/1977	180.00	25.000	205.000
62	MARIA TEREZINHA ANTUNES	4257-9	2	19/05/1958	180.00	22.000	202.000
63	TATIANE APARECIDA GOES	3171-2	3	26/03/1986	200.00	2.000	202.000
64	ELIANE ZAIAS DA LUZ	3616-1	2	30/10/1983	190.00	11.000	201.000
65	MARCIA MARTELLO	3300-6	1	18/05/1972	200.00	0.000	200.000
66	SIBELE BALDICERA	4351-6	0	11/12/1989	190.00	10.000	200.000
67	JULIA MARIA SOUZA CZERNIAK DE LIMA	3928-4	1	21/05/1994	200.00	0.000	200.000
68	SHIRLEY APARECIDA WURGES MASSAROLLI	3569-6	1	11/04/1967	170.00	28.000	198.000
69	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA	3846-6	2	14/09/1982	190.00	5.000	195.000
70	DANIELA PAES DE FARIAS	4468-7	0	15/05/1992	190.00	4.000	194.000
71	VERA LUCIA ZAIAS DE MORAES	3621-8	2	10/09/1977	180.00	14.000	194.000
72	CERENITA REMPEL PRESTES DE OLIVEIRA	4507-1	2	24/02/1973	180.00	13.000	193.000
73	ELISABETE DE FATIMA TABORDA SOMENSI	3189-5	1	24/06/1964	180.00	11.000	191.000
74	ELISANDRA SCAPINELLI	4040-1	1	20/06/1978	160.00	25.000	185.000
75	KARLA VALERIA PIACENTINI	4378-8	0	01/06/1984	180.00	5.000	185.000
76	CAROLINE KURACZ	3364-2	0	20/12/1994	180.00	3.000	183.000
77	FABIULA COSTA MOREIRA FERREIRA	3659-5	2	15/09/1981	170.00	11.000	181.000
78	KEILA APARECIDA BRONNER	3152-6	3	30/12/1976	170.00	11.000	181.000
79	LETICIA RENATA VERONA	3168-2	0	21/06/1997	180.00	0.000	180.000
80	JEANE IGNE'S TESSARI	3194-1	0	20/08/1994	180.00	0.000	180.000
81	JAQUELINE DA SILVA	3113-5	2	09/08/1977	180.00	0.000	180.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 3

30/01/2019 - 07:20

Superior completo
 007 - PROF I EDUCACAO INFANTIL
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
82	DIRENE RIBEIRO	4401-6	1	26/08/1982	170.00	8.000	178.000
83	ORANDELI DE FATIMA MARTINS	3169-0	1	18/03/1976	170.00	5.000	175.000
84	BEATRIZ MACEDO OLSEN	4548-9	3	03/05/1959	150.00	23.000	173.000
85	CAMILA CASSIA DRUN	4363-0	1	24/06/1994	160.00	8.000	168.000
86	ALECSANDRA BACKSCHAT ANDREOLLA	4262-5	1	28/08/1978	140.00	24.000	164.000
87	SANDRA CARLA RIBEIRO	3115-1	2	28/02/1980	160.00	0.000	160.000
88	ELIZIANE DE FATIMA VIDAL	4503-9	1	04/04/1986	150.00	8.000	158.000
89	ELAINE HELLER	3617-0	0	15/12/1981	150.00	0.000	150.000
90	LEIDIMARA RECALCATTI	3181-0	2	14/04/1983	140.00	8.000	148.000
91	MARISA RODRIGUES	4063-0	1	05/11/1966	130.00	0.000	130.000
92	ROSELI LINO	3328-6	2	20/05/1980	130.00	0.000	130.000
93	JANE APARECIDA GRANEMANN	3651-0	1	22/08/1974	100.00	18.000	118.000
94	MARIZETE DE FATIMA ROSA	4017-7	2	31/08/1964	80.00	24.000	104.000

IBAM	CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO					PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação						30/01/2019 - 07:24	
Superior incompleto							
107 - PROF II ENSINO RELIGIOSO NH							
No. de vagas: 0							
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ADRIANO GAMBIRAGE	4051-7	0	24/01/1978	170.00	1.000	171.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 30/01/2019 - 07:24

Superior incompleto
 108 - PROF I FILOSOFIA NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	REGIANE TERESINHA RIBEIRO LIPKA	3064-3	0	14/07/1990	210.00	0.000	210.000
2	MARIO CESAR SOUZA DOS SANTOS	3292-1	2	19/05/1975	170.00	0.000	170.000
3	LEONARDO ALONSO BASQUEIRA	4742-2	0	09/05/1997	130.00	9.000	139.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1

30/01/2019 - 07:20

Superior completo
 009 - PROF II FILOSOFIA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	PEDRO PAULO BARUFFI	3446-0	0	29/06/1993	260.00	13.000	273.000
2	MANOEL DE PADUA PAIVA MORAIS	4290-0	0	22/10/1983	240.00	4.000	244.000
3	JOSE MOACIR DOMINGUES DOS SANTOS	4638-8	0	30/10/1985	230.00	9.000	239.000
4	TIAGO WILLIAN DA ROSA	3721-4	2	02/09/1989	230.00	0.000	230.000
5	FABIO JUNIOR DE SOUZA	4769-4	0	14/04/1989	210.00	0.000	210.000
6	GESLAINE GUEDES DOS SANTOS DO VALE	4158-0	2	24/07/1991	190.00	12.000	202.000
7	MURILO R. MORAIS JUNIOR	4159-9	0	09/07/1992	190.00	1.000	191.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 30/01/2019 - 07:24

Superior incompleto
 109 - PROF II GEOGRAFIA NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	HELDER BUCK	3519-0	0	16/11/1998	180.00	0.000	180.000
2	JULYA MEIRELES DA SILVA	4605-1	0	23/01/1998	160.00	0.000	160.000
3	GILVANA GAHIO	3917-9	0	05/07/1995	150.00	0.000	150.000
4	ACACIO CESAR DE OLIVEIRA	3609-9	0	19/09/1997	130.00	0.000	130.000
5	ANDREY VINICIUS MACIEL	3920-9	0	24/04/1990	110.00	0.000	110.000
6	SOLINEIA CRISTINA GUZZI	3204-2	3	24/04/1987	80.00	3.000	83.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1

30/01/2019 - 07:25

Superior incompleto

110 - PROF II HISTORIA NH

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	LUCIANO FROGUEL	4212-9	0	09/03/1998	220.00	0.000	220.000
2	BRUNO DANZBERG PEREIRA	3140-2	0	31/10/1991	200.00	0.000	200.000
3	TISIANE KILIAN DE PAULA	3786-9	0	14/11/1999	170.00	0.000	170.000
4	ANGE REGINA EBELING	4748-1	1	07/11/1969	150.00	0.000	150.000
5	PAULO AFONSO VAZ	3538-6	0	22/12/1991	120.00	0.000	120.000
6	VITORIO CLEITON DE LIMA	4152-1	0	25/04/1993	100.00	0.000	100.000
7	EVANDRO CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS	3303-0	3	25/11/1977	70.00	0.000	70.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:21

Superior completo
 011 - PROF II HISTORIA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MICHELE MUSSKOPP SANTOS	4141-6	3	20/06/1978	250.00	16.000	266.000
2	MAIKE AMANCIO ZEIGLER	4134-3	2	25/01/1988	220.00	19.000	239.000
3	ARTHUR LUIZ PEIXER	4380-0	0	09/11/1992	220.00	8.000	228.000
4	THYAGO WEINGANTNER DE OLIVEIRA RAMOS	4721-0	0	30/12/1991	220.00	7.000	227.000
5	AUREA ADRIANA DE MELLO CORDEIRO	4596-9	1	23/09/1975	200.00	27.000	227.000
6	EDSON LUIS PAGNUSSATT	3091-0	0	18/05/1975	200.00	18.000	218.000
7	FERNANDA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS	3211-5	0	12/10/1989	210.00	7.000	217.000
8	ANDREIA BALTAR	3467-3	1	17/04/1979	190.00	19.000	209.000
9	INES GRANEMANN SPAUTZ	3382-0	1	03/10/1986	200.00	1.000	201.000
10	EVANDRO DOS SANTOS TABORDA	4315-0	0	20/09/1992	180.00	17.000	197.000
11	CARLOS RENATO SANTANA PEREIRA	3731-1	3	18/10/1960	190.00	0.000	190.000
12	GEANE FERNANDES SOUZA	4269-2	0	13/11/1970	180.00	4.000	184.000
13	NOELI ANGELICA ANDRADE NEIS	4145-9	2	19/12/1974	160.00	18.000	178.000
14	CIBELI ROSA SPAUTZ	3106-2	2	24/11/1987	170.00	2.000	172.000
15	VALMIR BERTULINO RIBEIRO	3635-8	2	21/04/1978	160.00	3.000	163.000
16	NEI PEREIRA DE CARVALHO	3516-5	1	10/03/1980	150.00	0.000	150.000
17	DAYANE APARECIDA GEREMIAS CARLIN DO PRADO	4567-5	0	01/11/1982	130.00	11.000	141.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 30/01/2019 - 07:25

Superior Incompleto
 113 - PROF II LINGUA PORTUGUESA NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ANDREZA KURACZ FERNANDES	4402-4	0	22/10/1994	230.00	0.000	230.000
2	MATHEUS BALDEZ REIS	4707-4	0	07/06/1989	200.00	0.000	200.000
3	DEISIANI OZORIO	4755-4	1	14/05/1991	190.00	0.000	190.000
4	THAIS PETROVICH MATACHON	3921-7	0	24/05/1992	170.00	0.000	170.000
5	FLAVIA LUIZA FRANCO ROTTA	4358-3	1	22/10/1992	150.00	0.000	150.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 30/01/2019 - 07:21

Superior completo
 012 - PROF II INGLÊS
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	MARILEUSA CECILIA CARVALHO	3813-0	1	15/08/1981	260.00	15.000	275.000
2	VERA APARECIDA DE BIASI LENHANI	3899-7	0	09/10/1953	240.00	14.000	254.000
3	PATRICIA APARECIDA DUREK	3445-2	0	11/04/1987	190.00	17.000	207.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:25

Superior Incompleto
 112 - PROF LAB INF. TELECENTRO NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	LISIANE MORIGGI DOS SANTOS	3966-7	2	01/07/1985	260.00	11.000	271.000
2	MARGARETE TIZUKA WAKISONO	3489-4	0	12/04/1981	250.00	16.000	266.000
3	MICHEL MENEGAT FRANCO	4599-3	0	13/09/1995	240.00	10.000	250.000
4	MARCOS SAMOEL DOS SANTOS	4793-7	1	03/03/1995	250.00	0.000	250.000
5	LUIZ ANDRE ZEREDO	3686-2	0	28/09/1999	240.00	8.000	248.000
6	KALLYTA OLIVEIRA HAHN	4796-1	0	25/04/1998	230.00	9.000	239.000
7	FELIPE AUGUSTO DA SILVA	3607-2	0	21/07/1993	230.00	0.000	230.000
8	ALONSO PAES CARNEIRO	4086-0	0	30/06/1987	220.00	1.000	221.000
9	BRUNO TAKAMITSU UNO	4728-7	0	06/05/1994	210.00	0.000	210.000
10	GABRIEL JOSE DALCORTIVO	4695-7	1	04/08/1981	210.00	0.000	210.000
11	MARIA GABRIELA BERTULINO	4131-9	0	08/08/1999	210.00	0.000	210.000
12	MATHEUS CLEYTON DE SOUZA	3753-2	0	18/07/1996	160.00	9.000	169.000
13	SAMARA DA SILVA CORREIA	3647-1	1	20/07/1989	160.00	0.000	160.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO 30/01/2019 - 07:21 PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo
 014 - PROF LAB INFORMATICA TELEC
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ANDERSON KOERICH	3564-5	0	23/03/1990	280.00	10.000	290.000
2	MARCOS ANTONIO TENCONI	4201-3	1	11/03/1975	260.00	21.000	281.000
3	ADRIANO CAPPELLARI	3138-0	1	11/06/1973	230.00	7.000	237.000
4	MARISTELA PEREGO	3831-8	0	22/09/1980	220.00	16.000	236.000
5	ODAIR GUEDES DA SILVA	4267-6	3	20/11/1971	220.00	13.000	233.000
6	TATIANI SOLANHO CANEDO CALISTO	4704-0	1	21/03/1984	210.00	23.000	233.000
7	IOLANDA ANASTACIA BIELER	4202-1	0	06/09/1983	220.00	10.000	230.000
8	TAYANA DALLAGNOL DE SOUZA	4484-9	0	03/05/1985	210.00	10.000	220.000
9	JAQUELINE REGINA DE OLIVEIRA	4452-0	0	29/09/1984	180.00	4.000	184.000
10	LUCELIA MARILI FRANCA ZAPF	4194-7	3	28/06/1961	160.00	13.000	173.000
11	CRISTIANE DA SILVA ANDRIQUE	4558-6	2	03/02/1982	160.00	13.000	173.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO 30/01/2019 - 07:25 PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior incompleto
 111 - PROF II INGLÊS NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	ANDERSON NATHAN GONCALVES FERREIRA	3203-4	0	23/09/1998	260.00	0.000	260.000
2	MARIA LUISA DA SILVA	3220-4	0	03/12/1999	250.00	0.000	250.000
3	WAGNER KONFLANZ	3308-1	0	07/01/1994	240.00	0.000	240.000
4	PAMELA CRISTINA SCHEMES SPULDARO	3745-1	0	15/03/1997	220.00	0.000	220.000
5	RAFAELA CARNEIRO SCOPEL	3103-8	0	04/08/1998	220.00	0.000	220.000
6	EVELYN DINY DREHMER	3487-8	3	18/10/1987	210.00	0.000	210.000
7	TALITA DA SILVA VEIS	3380-4	0	08/03/1993	190.00	0.000	190.000
8	TALIA TORESAN RIBEIRO	4230-7	0	10/11/1997	190.00	0.000	190.000

IBAM | CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO | 30/01/2019 - 07:22 | PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

Superior completo
 015 - PROF II LINGUA PORTUGUESA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	CAMILA LENARDT PEREIRA	3702-8	1	09/01/1993	210.00	17.000	227.000
2	BARBARA ELISA PINHEIRO	3267-0	0	01/01/1992	210.00	6.000	216.000
3	DAYANE DA SILVA QUEIROZ	3099-6	0	06/05/1984	200.00	13.000	213.000
4	NELCI DE FATIMAPEREIRA METZ	4344-3	2	03/07/1973	180.00	27.000	207.000
5	ANA PAULA DA SILVA PEREIRA	3725-7	1	27/02/1988	200.00	5.000	205.000
6	FLAVIA REGINA MACHADO	3840-7	0	06/04/1992	200.00	4.000	204.000
7	CLAUDENI BEZERRA DE OLIVEIRA	3396-0	1	15/08/1986	200.00	0.000	200.000
8	MARIELI ZAGO	4394-0	1	04/11/1985	190.00	0.000	190.000
9	RAQUEL BENJAMINI	3252-2	1	03/06/1984	170.00	16.000	186.000
10	ROSETE VEBBER DA SILVA FERLIN	3215-8	2	14/10/1968	180.00	0.000	180.000
11	SUELY MIOZZO ESCHER	4297-8	3	09/04/1952	130.00	44.000	174.000
12	JANAINA DEMIN SCHMITZ	3676-5	2	25/02/1976	150.00	23.000	173.000
13	NILTON JOAO PREVEDA	4293-5	2	24/06/1968	160.00	7.000	167.000
14	JULIANA KESSIN	4449-0	0	03/07/1989	160.00	7.000	167.000
15	IOLANDA MOREIRA	3999-3	3	08/03/1981	160.00	0.000	160.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 30/01/2019 - 07:25

Superior Incompleto
 114 - PROF II MATEMATICA NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	AGNALDO MELLO GUIMARAES	4189-0	2	25/07/1971	190.00	0.000	190.000
2	THAISA BUENO DA SILVA	4058-4	2	14/09/1994	190.00	0.000	190.000
3	JOAO PAULO PELEPE	4493-8	1	09/11/1989	150.00	7.000	157.000
4	JEFERSON SILVA PONTES	3534-3	2	04/07/1972	110.00	0.000	110.000
5	ERNADES MALLMANN	4197-1	1	19/10/1982	110.00	0.000	110.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:22

Superior completo
 016 - PROF II MATEMATICA
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	REJANE CRISTINA CORDEIRO	3536-0	1	24/08/1979	240.00	8.000	248.000
2	MARIA BEATRIZ KONFLANZ	4304-4	3	22/04/1973	210.00	32.000	242.000
3	ANA KAROLINY NEIS SANTOS	3756-7	0	07/10/1996	240.00	0.000	240.000
4	JANI LAIS DOS SANTOS ALVES	3959-4	2	07/11/1991	220.00	9.000	229.000
5	KARIANE ROCHA DE LARA	3283-2	0	22/07/1986	210.00	19.000	229.000
6	LISANDRO LUIS BORA ZANDAVALLI	3871-7	1	17/07/1971	210.00	0.000	210.000
7	DANIEL PEREIRA RAFAELI FILHO	3355-3	0	24/09/1963	170.00	19.000	189.000
8	CLAUDIO FERNANDO COSTA	4533-0	0	10/07/1969	160.00	28.000	188.000
9	NEIVA APARECIDA BENTO DA SILVA ROSSETTO	3495-9	1	21/06/1979	160.00	19.000	179.000
10	PRISCILA TERESINHA FERREIRA	4403-2	2	17/08/1983	170.00	9.000	179.000
11	PRISCILA CORREA	4637-0	0	27/02/1994	170.00	7.000	177.000
12	ELISETTE TERESINHA DIEL	3565-3	1	26/03/1976	150.00	23.000	173.000
13	ANGELITA APARECIDA MEZZAROBBA DE SOUZA	3759-1	2	16/01/1972	150.00	22.000	172.000
14	SAMANTHA APARECIDA PADILHA	4243-9	2	25/03/1989	150.00	13.000	163.000
15	AMAURI JOEL SCAPIN	3884-9	3	27/03/1979	150.00	0.000	150.000
16	EDILAINE FRIZANCO DOPFER SCHMITZ	4541-1	2	23/08/1990	130.00	3.000	133.000
17	HIOLENE VARELA	3754-0	0	06/10/1994	130.00	0.000	130.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:22

Superior completo
 018 - PROF SALA REC MULTIFUNCIONAIS
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	TACIELE MARIA MACIEL MENDES	3883-0	0	03/02/1987	250.00	20.000	270.000
2	DEZIRE ROTA TOMAZINI	4672-8	0	11/09/1993	230.00	10.000	240.000
3	CLACIR MARIA SANTIN FONSECA	4710-4	2	17/08/1965	220.00	19.000	239.000
4	JUCIANA MARIA GAVAZZO	3602-1	3	17/07/1974	210.00	22.000	232.000
5	CLAUCIA COMERLATO	4130-0	1	21/05/1976	210.00	20.000	230.000
6	ALAIDE TERESINHA DE OLIVEIRA	3567-0	2	20/03/1955	200.00	22.000	222.000
7	RAQUEL TAVARES DA SILVA	3938-1	4	26/03/1974	210.00	10.000	220.000
8	ROZANGELA PRETTO VIVAN	4480-6	1	04/08/1966	190.00	25.000	215.000
9	ERONILDES OLEINK PINTO	4088-6	1	04/01/1964	170.00	39.000	209.000
10	GISELE CRISTIANE GALVAO PEREIRA	4279-0	1	01/08/1981	180.00	22.000	202.000
11	MARILUCI CARNEIRO DO NASCIMENTO	4684-1	2	01/02/1968	200.00	0.000	200.000
12	ELIS ANGELA WAGNER	4070-3	0	09/07/1987	190.00	8.000	198.000
13	LUCIMARI APARECIDA TONETT	4155-6	1	24/09/1982	180.00	13.000	193.000
14	JUCARA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA	4374-5	2	04/02/1966	180.00	12.000	192.000
15	MARISETE APARECIDA LOPES	3766-4	1	05/04/1969	170.00	19.000	189.000
16	JAYANN BATISTA DE ARAUJO TITTONI	4461-0	0	24/04/1989	170.00	18.000	188.000
17	MARIA VIVIANE DE QUADRA	3867-9	1	04/05/1981	170.00	16.000	186.000
18	CLEIDE ALVES	4692-2	2	30/03/1979	160.00	23.000	183.000
19	ADRIANA RAQUEL DIAS	4565-9	1	11/09/1986	160.00	18.000	178.000
20	CLEUNICE GRANEMANN DE MELO ALVES DE ALMEIDA	4117-3	1	13/04/1989	160.00	16.000	176.000
21	ALZIRA SALETE PADILHA	4120-3	3	13/01/1956	150.00	24.000	174.000
22	RITA SALETE DANELUZ	3560-2	2	10/12/1988	160.00	0.000	160.000
23	RITA APARECIDA MESHOW	3399-5	2	02/11/1981	150.00	8.000	158.000
24	EUNICE LAZZAROTTO CAVALETT	3767-2	2	02/09/1962	140.00	18.000	158.000
25	FABIANA AP BATISTA DIAS DA ROSA	3384-7	3	17/12/1977	140.00	18.000	158.000
26	ELISIANE APARECIDA FIGUEIROA DUARTE	3346-4	1	01/10/1977	140.00	17.000	157.000
27	ADRIANA KABEL MEZOMO	3897-0	1	02/10/1986	140.00	15.000	155.000
28	ELISETE LIPKA	4143-2	0	09/09/1982	120.00	20.000	140.000
29	NILSE PONTES FERNANDES	4207-2	0	10/10/1958	100.00	36.000	136.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO PAG: 1
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 30/01/2019 - 07:21

Superior completo
 013 - PROF INTERPRETE DE LIBRAS
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	DAYANE APARECIDA EBERT DA SILVA	4317-6	2	09/08/1982	200.00	9.000	209.000
2	KELWEN BARBOSA FIALHO	4680-9	0	15/11/1991	180.00	13.000	193.000
3	EDNA CARVALHO DO VALE	4044-4	2	07/12/1985	160.00	9.000	169.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO PAG: 1
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação 30/01/2019 - 07:25

Superior Incompleto
115 - P PROJ NOVAS OPORT APREND NH
No. de vagas: 0

RELAÇÃO DEFICIENTES

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	NAYANA GABRIELA BRANCO	4451-2	0	05/08/2000	240.00	0.000	240.000
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	NAYANA GABRIELA BRANCO	4451-2	0	05/08/2000	240.00	0.000	240.000
2	GABRIELI DE SOUZA	3178-0	0	02/08/1999	210.00	3.000	213.000
3	AMANDA KURACZ	4722-8	0	22/10/1994	210.00	0.000	210.000
4	GABRIELI DEBOVI	4494-6	1	21/12/1997	210.00	0.000	210.000
5	FELIPE CORDEIRO MOTA	4542-0	0	05/05/1999	210.00	0.000	210.000
6	TATIANA ALLAGE	3210-7	0	28/04/1978	200.00	8.000	208.000
7	NICOLI CONTE	4355-9	0	07/01/1996	200.00	0.000	200.000
8	FRANCIELE GOMES	3075-9	1	07/12/1992	190.00	0.000	190.000
9	ANDRESSA APARECIDA MATHIAS DOS SANTOS	4590-0	1	26/01/1998	180.00	1.000	181.000
10	SOLANGE DE FATIMA BARBOSA DA SILVA	3183-6	2	25/09/1965	180.00	0.000	180.000
11	GISLAINE THAINA MARTINS	4067-3	1	10/08/1995	180.00	0.000	180.000
12	ADRIANA APARECIDA COSTA	4097-5	1	23/10/1986	170.00	0.000	170.000
13	PABLO LUIZ SIQUEIRA	3779-6	0	01/11/1984	160.00	0.000	160.000
14	SALETE SCHISSEL FERREIRA	3190-9	2	30/05/1966	160.00	0.000	160.000
15	GISLAINE APARECIDA DOMINGUES DOS SANTOS	3475-4	2	29/09/1987	160.00	0.000	160.000
16	MARILIA DE QUADROS	3885-7	0	11/10/1984	140.00	12.000	152.000
17	RENATA MIRIAM COSTANTINI	4782-1	2	17/06/1992	130.00	8.000	138.000
18	ALICE DE PAULA	3585-8	1	15/03/1999	130.00	1.000	131.000
19	MARILENE DOMINGUES WILLER	3821-0	2	05/02/1978	130.00	0.000	130.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO

Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
30/01/2019 - 07:22Superior completo
017 - PROJ NOVAS OPORT APREND
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	BEATRIZ TERESINHA COSCODAI	3096-1	0	06/03/1964	270.00	57.000	327.000
2	ELIANE TERESINHA PELLIZZARO	3107-0	2	04/11/1968	260.00	33.000	293.000
3	ANA LUCIA MACENO	3678-1	0	02/08/1969	260.00	19.000	279.000
4	TEREZINHA ROSICLEIA SKIBINSKI KAMIENSKI	4790-2	2	24/09/1961	240.00	37.000	277.000
5	JACQUELINE DOS SANTOS GONCALVES SOARES	3199-2	1	14/02/1983	260.00	10.000	270.000
6	TATIANE DA SILVA PESSOLE FREDERICK	4649-3	1	28/08/1990	250.00	15.000	265.000
7	ELISAMARA GASPARD DA SILVA	4310-9	0	23/05/1989	250.00	15.000	265.000
8	EDILAINE AMARAL REIS	3457-6	0	26/04/1991	250.00	15.000	265.000
9	PALOMA MACEDO	3426-6	2	28/08/1993	250.00	11.000	261.000
10	MICHELE BRANCO STONA GUILARDI	3957-8	0	27/12/1988	240.00	20.000	260.000
11	VANESSA CASTRO GOUVEIA	3161-5	1	11/06/1976	240.00	18.000	258.000
12	SILVANE DICK MEIRELES DA SILVA	3665-0	2	06/12/1968	250.00	8.000	258.000
13	JULIANA PADILHA MAZZOTTI	3608-0	1	02/09/1974	220.00	33.000	253.000
14	DEISIANE APARECIDA DE PAULO	3941-1	0	12/03/1982	230.00	22.000	252.000
15	GAMALIEL RIBEIRO	3379-0	1	07/12/1983	250.00	0.000	250.000
16	IODETE APARECIDA ANTUNES NUNES QUERINO DE ALMEIDA	3095-3	1	29/08/1967	200.00	45.000	245.000
17	TELMAR NUNES DA ROSA MALLMANN	3711-7	1	04/05/1984	240.00	3.000	243.000
18	LINDAMIR SICKA CEOLLA	4556-0	2	26/06/1966	230.00	0.000	230.000
19	GISLAINE CRISTINE MEDEIROS	4306-0	1	03/02/1995	230.00	0.000	230.000
20	CECILIA BERTOTTO PALOSCHI	3925-0	2	06/02/1962	210.00	17.000	227.000
21	CLEMARE APARECIDA COELHO	3175-5	3	14/10/1964	210.00	13.000	223.000
22	LAUDO ORLANDO BELLAVER	3679-0	0	15/03/1971	210.00	0.000	210.000
23	CRISTIANE DOS SANTOS MARCHESAN	4258-7	2	15/05/1984	200.00	10.000	210.000
24	ROSELI MARIA BASEGGIO	3869-5	2	30/05/1961	180.00	26.000	206.000
25	GISELE DE ALMEIDA	3481-9	2	18/07/1981	170.00	32.000	202.000
26	PATRICIA GONCALVES RIBEIRO	4419-9	2	14/06/1983	180.00	19.000	199.000
27	CLAUDETE CORREIA	4644-2	2	23/06/1976	180.00	14.000	194.000
28	DAYANE DOS SANTOS	4106-8	0	08/06/1985	180.00	6.000	186.000
29	SIMONE BECEGATTO	4516-0	0	20/06/1988	160.00	24.000	184.000
30	MICHELLI PIRES GOES	4613-2	0	07/06/1991	170.00	13.000	183.000
31	MARILIA NEIS GODINHO	4752-0	2	21/03/1965	140.00	42.000	182.000
32	PATRICIA SWIRKOWSKI	3729-0	1	05/08/1981	160.00	11.000	171.000
33	JORDANA PAIM DA SILVA MORAES	3674-9	2	01/03/1986	170.00	0.000	170.000
34	FATIMA APARECIDA DE CASTILHO	3970-5	3	31/12/1957	150.00	19.000	169.000
35	ERMELINDA TERESINHA GARCIA CARNEIRO	4127-0	2	14/05/1959	140.00	16.000	156.000
36	DAIANE MARIA BENTO DE ANDRADE	4776-7	0	22/04/1980	140.00	16.000	156.000
37	CARMELINDA RUSCZYK	4433-4	2	11/12/1955	150.00	5.000	155.000
38	NAIARA CAVALETT DO NASCIMENTO	4353-2	1	09/10/1990	150.00	4.000	154.000
39	AMARILDA APARECIDA LIPKA	3641-2	2	22/06/1964	130.00	23.000	153.000
40	GENIFER APARECIDA BETINELLI NERIS	3605-6	1	15/12/1980	150.00	0.000	150.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 2

30/01/2019 - 07:22

Superior completo
 017 - PROF I PROJ NOVAS OPORT APREND
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
41	CRISTIANE MOREIRA CAMARGO DOBNER	3232-8	1	01/12/1983	130.00	16.000	146.000
42	DANIELA DELAVECHIA	4103-3	0	23/05/1978	110.00	34.000	144.000
43	DENISE REGINA LOPES MOREIRA	4043-6	2	11/04/1973	120.00	22.000	142.000
44	TAIS TERESINHA CALDATO	3403-7	1	20/08/1987	140.00	1.000	141.000
45	DERLI FERREIRA DOS SANTOS	3209-3	5	20/12/1977	120.00	0.000	120.000
46	JOICE BARUFFI	3444-4	1	18/02/1986	110.00	9.000	119.000
47	CRISTIANE RIBEIRO PEREIRA	3241-7	2	30/10/1979	90.00	16.000	106.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1
 30/01/2019 - 07:26

Superior incompleto
 116 - SECRETARIO ESCOLAR NH
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	GISELE APARECIDA DOS SANTOS	3497-5	2	19/11/1980	220.00	0.000	220.000
2	INGRA CASTILHO DA SILVA	4182-3	0	03/03/1991	220.00	0.000	220.000
3	DENISE VILLWOCK	4289-7	1	16/08/1980	210.00	0.000	210.000
4	FRANCELE PONTES SANTA CLARA	4569-1	3	27/02/1983	200.00	0.000	200.000
5	BRUNA LAIS VOGEL FERREIRA	4761-9	0	17/03/2000	190.00	1.000	191.000
6	DERLI DE FATIMA LOURENA	3179-8	1	01/09/1981	190.00	0.000	190.000
7	PRISCILA DIEICI MILEK ALANO DE SOUZA	4025-8	0	25/07/1993	190.00	0.000	190.000
8	PATRICIA VEZOLI DALCORTIVO	4694-9	1	08/08/1981	180.00	2.000	182.000
9	JULIANA SOLLE ANTUNES	3090-2	1	31/08/1985	170.00	0.000	170.000
10	NORMELIA SCHUMANN	3097-0	2	22/12/1968	160.00	7.000	167.000
11	CRISTIANE BELLE GOMES	4578-0	0	20/11/1990	160.00	1.000	161.000
12	ANDRESSA CASTANHEIRO	3167-4	1	26/12/1987	160.00	0.000	160.000
13	FABIANI ABRAO RIBAS	4580-2	2	25/12/1978	160.00	0.000	160.000
14	JOCELIA POLAWSKI PIRES	3420-7	0	04/05/1986	160.00	0.000	160.000
15	IDINEIA ALVES DE FREITAS	3253-0	0	11/07/1997	160.00	0.000	160.000
16	BARBARA DOS SANTOS BRASIL	3159-3	1	30/03/1992	150.00	0.000	150.000
17	ANA PAULA PRIGOL	3068-6	2	22/04/1978	150.00	0.000	150.000
18	WANDERLEIA AZEREDO DE MORAIS	3098-8	2	29/09/1993	130.00	0.000	130.000
19	BRUNA CITADIN DA SILVA	3663-3	0	29/04/1989	130.00	0.000	130.000

IBAM CACADOR 2018 - PREFEITURA - PROCESSO SELETIVO
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação

PAG: 1

30/01/2019 - 07:23

Superior completo
 019 - SECRETARIO ESCOLAR
 No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	JANICE MAGUEROSKI STEFAN	4797-0	0	10/05/1991	260.00	10.000	270.000
2	SIRLEI TEREZINHA TOFOLLI	4763-5	1	08/04/1978	250.00	19.000	269.000
3	ANA CAROLINE COELHO DA SILVA	3176-3	2	22/10/1987	240.00	18.000	258.000
4	AMANDA PADILHA MACHADO	3137-2	0	20/07/1987	250.00	5.000	255.000
5	JULIANE SILVA DOS SANTOS	3463-0	2	01/03/1987	250.00	5.000	255.000
6	TANEIA MARIA HOFFMANN	4427-0	1	10/11/1979	240.00	13.000	253.000
7	FABIOLA MORONA	4471-7	1	16/02/1983	240.00	10.000	250.000
8	FABIANA APARECIDA VOLSKI	4068-1	0	28/06/1987	240.00	4.000	244.000
9	DIESE LARISSA DA SILVA KURTZ	4794-5	1	02/05/1990	240.00	3.000	243.000
10	JOSIANE MAIBERG	4726-0	2	06/10/1988	230.00	8.000	238.000
11	ANDRIELI DAS GRACAS BUENO DE FREITAS	3265-4	0	21/02/1988	230.00	4.000	234.000
12	DALVANA VOLPATTO	4706-6	1	04/08/1986	230.00	2.000	232.000
13	ALINE FURLAN	4164-5	0	11/12/1992	210.00	21.000	231.000
14	PAMELA PAOLA AGOSTINI WRUBLAK	4089-4	0	21/06/1993	230.00	0.000	230.000
15	THABITA ALANA CACHINSKI	4778-3	0	09/07/1986	210.00	13.000	223.000
16	REGINALDO KLABUNDE	3971-3	0	29/08/1987	210.00	12.000	222.000
17	ULIANA ILONA LISZKIEVICH	4764-3	1	14/09/1983	190.00	15.000	205.000
18	THAIS VELKE WALTER	3084-8	0	25/04/1992	200.00	1.000	201.000
19	ODILA DA SILVA PEREIRA	4157-2	1	16/05/1982	190.00	8.000	198.000
20	ALINE BATISTELLA ISOTTON	4629-9	0	25/06/1993	180.00	0.000	180.000
21	NEOLIA APARECIDA RIBEIRO DE ANDRADE	4768-6	2	10/11/1972	150.00	19.000	169.000
22	CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS	4543-8	1	12/10/1984	160.00	6.000	166.000
23	ROSILENE PEREIRA TOMAZINI	3522-0	2	26/03/1975	160.00	4.000	164.000
24	ALINE DE OLIVEIRA XAVIER	3646-3	1	08/08/1992	160.00	4.000	164.000
25	PATRICIA PALHANO VOLINKEVICZ KOCAN	4576-4	2	10/07/1985	160.00	0.000	160.000
26	KEILA SOARES	4280-3	0	10/10/1994	130.00	0.000	130.000
27	JOGELI FERRASSO NAVA	4621-3	1	29/06/1986	110.00	0.000	110.000
28	FABIO ALVES DE OLIVEIRA	4719-8	0	17/03/1980	100.00	2.000	102.000

Caibi**PREFEITURA****AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO N° 017/2019**

Publicação N° 1980495

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Caibi pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua dos Imigrantes, 499, Centro, em Caibi - SC, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.940.776/0001-56, através da Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural, Aquicultura e Meio Ambiente, vem por meio deste COMUNICAR o adiamento do Processo Licitatório nº 031/2019 Pregão Presencial RP nº 017/2019, que tem como objeto registro de preços para eventual aquisição de nitrogênio líquido, doses de sêmen e materiais para manutenção do programa de inseminação artificial nas propriedades dos agricultores cadastrados no município de Caibi- SC, conforme Lei Municipal nº 2.505/2017, com abertura prevista para o dia 11 de Abril de 2019 as 08:30 horas, adiado para o dia 24 de Abril de 2019 as 08:30 horas, devido a questionamentos sobre o Processo licitatório e o Prefeito Municipal estar em viagem.

Caibi – SC, 10 de Abril de 2019

CASSIANE PIGNAT BEILKE
Pregoeira

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 107/2019

Publicação Nº 1980496

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017
CONVOCAÇÃO Nº 107/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. FABIANO MONTEIRO BICALHO inscrito no CPF/MF sob nº 072.855.707-02 aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 01/2017, para o Cargo Público na Função de ARQUITETO para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 15 de abril de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

BRUNO SEEFELD
Chefe de Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação

DECRETO Nº 11.899 DE 10 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980644

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.899 DE 11 DE ABRIL DE 2019
CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA "b", INCISO III, §1º, DO ART. 40 DA CF/88, COM REDAÇÃO DADA PELA EC-41/03 E INCISOS I, II, E III DO ART. 22 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SELMA ROSELINDA PEREIRA .

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei; DECRETA:

Art. 1º Aposentar, Por Tempo de Contribuição e Idade, a Servidora Pública Municipal SELMA ROLSEINDA PEREIRA, detentora da matrícula funcional nº 000224, registro no sistema sob nº 682300, portadora do RG nº 1.094.378 expedido pela SSP/SC, CPF/MF nº 518.275.819-72 e, Pis/Pasep nº 1.094.339.983-9, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 03/2019 nos termos da Alínea "b", Inciso III, §1º do Art. 40 da CF/88, com redação dada pela EC-41/03, combinado com os Incisos I, II e III do Art. 22, da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014 e Art. 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, em caráter proporcional ao tempo de contribuição, a Servidora Pública Municipal, no valor de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Parágrafo único. O valor dos proventos de que trata o caput deste artigo, serão reajustados pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo público acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 11 de abril de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Prefeito Municipal Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 032/2019

Publicação Nº 1981446

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 032/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 032/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – AEE – Assistência Ensino Especial, em data de 15 de março de 2019, no valor de R\$ 84,80 (oitenta e quatro reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de março de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 033/2019

Publicação Nº 1981447

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 033/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 033/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – FUNDAMENTAL, em data de 15 de março de 2019, no valor de R\$ 9.993,60 (nove mil, novecentos e noventa e três reais, sessenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 034/2019

Publicação Nº 1981474

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 034/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 034/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – CRECHE, em data de 15 de março de 2019, no valor de R\$ 5.778,00 (cinco mil, setecentos e setenta e oito reais).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 035/2019

Publicação Nº 1981483

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 035/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 035/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Pré, em data de 15 de março de 2019, no valor de R\$ 3.586,80 (três mil, quinhentos e oitenta e seis reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 036/2019

Publicação Nº 1981491

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 036/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 036/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – AEE – Assistência Ensino Especial, em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 84,80 (oitenta e quatro reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 037/2019

Publicação Nº 1981500

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 037/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 037/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Pré, em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 3.586,80 (três mil, quinhentos e oitenta e seis reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 038/2019

Publicação Nº 1981506

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 038/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 038/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – FUNDAMENTAL, em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 9.993,60 (nove mil, novecentos e noventa e três reais, sessenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 039/2019

Publicação Nº 1981513

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 039/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 039/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – CRECHE, em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 5.778,00 (cinco mil, setecentos e setenta e oito reais).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 040/2019

Publicação Nº 1981531

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 040/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 040/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 15 de março de 2019, no valor de R\$ 76.163,79 (setenta e seis mil, cento sessenta e três reais e setenta e nove centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 041/2019

Publicação Nº 1981534

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 041/2019**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 041/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 29 de março de 2019, no valor de R\$ 1.542,50 (um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 042/2019

Publicação Nº 1981547

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 042/2019**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 042/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 29 de março de 2019, no valor de R\$ 7.820,48 (sete mil, oitocentos e vinte reais e quarenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 043/2019

Publicação Nº 1981548

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 043/2019**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 043/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 29 de março de 2019, no valor de R\$ 2.730,20 (dois mil, setecentos e trinta reais e vinte centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 044/2019

Publicação Nº 1981550

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 044/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 044/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, em data de 04 de abril de 2019, no valor de R\$ 36.076,82 (trinta e seis mil, setenta e seis reais e oitenta e dois centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 045/2019

Publicação Nº 1981552

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 045/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 045/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE em data de 04 de abril de 2019, no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 046/2019

Publicação Nº 1981553

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 046/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 046/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 1.875,56 (um mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 047/2019

Publicação Nº 1981554

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 047/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 047/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE em data de 02 de abril de 2019, no valor de R\$ 14.437,28 (quatorze mil quatrocentos e trinta e sete reais, vinte e oito centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 048/2019

Publicação Nº 1981556

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 048/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 048/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA "Assistência Farmacêutica" data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 5.580,93 (cinco mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e três centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 049/2019

Publicação Nº 1981557

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 049/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 049/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 050/2019

Publicação Nº 1981558

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 050/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 050/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 051/2019

Publicação Nº 1981560

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 051/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 051/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 052/2019

Publicação Nº 1981562

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 052/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 052/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 053/2019

Publicação Nº 1981563

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 053/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 053/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 1.187,50 (um mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 054/2019

Publicação Nº 1981564

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 054/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 054/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE em data de 03 de abril de 2019, no valor de R\$ 26.004,33 (vinte e seis mil, quatro reais e trinta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

PORTARIA Nº 16.730 DE 10 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1981130

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 16.730 DE 10 DE ABRIL DE 2019
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de Férias, ao Servidor Público Municipal JONAS MÁRIO MILCZEWSKI, matrícula funcional nº 000694, registro no sistema sob nº 955135, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, férias referente aos períodos aquisitivos: de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 06 (zero seis) dias; 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 04 (zero quatro) dias.

Art. 2º O Servidor Público Municipal, gozará as férias no período de 11 de abril de 2019 á 20 de abril de 2019, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 10 de abril de 2019 sob nº 002089.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/04/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 16.731 DE 10 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1981132

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 16.731 DE 10 DE ABRIL DE 2019
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ANGELA MARIA MILCHEVSKY, matrícula funcional nº 000823, registro no sistema sob nº 955495, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 16 de julho de 2015 á 16 de julho de 2018.

Art. 2º A Servidora gozará a Licença Prêmio no período de 11 de abril de 2019 á 13 de maio de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 10 de abril de 2019 sob nº 002090.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de abril de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 10 de abril de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/04/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RETIFICAÇÃO CONTRATO 18/2019 FMS

Publicação Nº 1980477

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC

RETIFICAÇÃO CONTRATO 18/2019 FMS

No contrato 18/2019; publicado no dia 13/02/2019, no (DOM-SC) edição nº 2754, página nº 622, ONDE SE LÊ: Execução de serviços especializados nos seguintes procedimentos: CONSULTA EM GINECOLOGIA, EXAME DE COLPOSCOPIA e BIOPSIA DE COLO DE UTERO/VULVA; LEIA-SE: Execução de serviços especializados nos seguintes procedimentos: CONSULTA EM GINECOLOGIA, EXAME DE COLPOSCOPIA; e ONDE SE LÊ R\$ 25.200,00 (Vinte e cinco mil e duzentos reais) LEIA-SE R\$ 22.200,00 (Vinte e dois mil e duzentos reais). Demais informações permanecem inalteradas. CAROLINA DA COSTA TELMA. Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 11/2019

Publicação Nº 1981648

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 11/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2019/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê e a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n.º 00.802.002/0001-02, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qtd	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
3	FRS	300,00	Acetato de retinol (vit. A) + colesticalferol + vit D3 solução oral	2,6500	795,0000	Sanval
11	FRS	500,00	Albendazol Suspensão oral 40mg/ml	1,1800	590,0000	Teuto
20	CAP	20.000,00	Amoxicilina Cápsula 500mg	0,1490	2.980,0000	Teuto
24	Cp	30.000,00	Anlodipino, besilato de Comprimido 5mg	0,0220	660,0000	Teuto
30	FRS	100,00	Beclometasona, dipropionato de HFA Aerossol 50mcg/dose solução inalatório / oral com espaçador	22,5000	2.250,0000	GSK
32	Amp	200,00	Benzilpenicilina benzatina Pó para suspensão injetável 1.200.000 UI	8,7300	1.746,0000	Teuto
37	FRS	500,00	Brometo de ipratrópio 0,25 mg/ml solução para inalação	0,6500	325,0000	Teuto
38	FRS	500,00	Bromidrato de fenoterol 5 mg/ml solução para inalação	3,6000	1.800,0000	Hipolabor
39	FRS	150,00	Budesonida 50 mcg spray nasal,	24,0000	3.600,0000	Biosintetica
44	Cp	15.000,00	Carvedilol Comprimido 3,125mg	0,0670	1.005,0000	Torrent
45	Cp	18.000,00	Carvedilol Comprimido 6,25mg	0,0770	1.386,0000	Torrent
49	Cp	20.000,00	Cefalexina monoidratada Comprimido 500mg	0,2390	4.780,0000	Teuto
50	FRS	500,00	Cefalexina Suspensão oral 250mg/5ml	6,4500	3.225,0000	Teuto
61	FRS	100,00	Complexo B Suspensão oral	2,6300	263,0000	Medquimica
64	CAP	2.000,00	Clindamicina 300 mg cápsulas	1,1900	2.380,0000	União Química
107	Cp	85.000,00	Hidroclortiazida Comprimido 25mg	0,0150	1.275,0000	
113	FRS	1.000,00	Ibuprofeno Suspensão oral 50mg/ml	1,0900	1.090,0000	Teuto
119	Cp	3.000,00	Levodopa + carbidopa Comprimido 25 + 250mg	0,7450	2.235,0000	Teuto
120	Cp	500,00	Levodopa + benzerazida Comprimido 200mg/50mg	1,8400	920,0000	Ache
136	Cp	40.000,00	Metformina, cloridrato de Comprimido 500mg	0,0700	2.800,0000	Teuto
143	Bis	300,00	Metronidazol Gel vaginal 10%	4,1500	1.245,0000	Sanval
149	Cp	1.000,00	Nebivolol, cloridrato de Comprimido 5mg	0,8000	800,0000	Torrent
153	FRS	300,00	Nistatina Suspensão oral 100.000UI/ml	3,2900	987,0000	Prati Donaduzzi
183	FRS	500,00	Salbutamol, sulfato de Aerossol 100mg/dose	6,5000	3.250,0000	Teuto
188	FRS	500,00	Sulfametoxazol + trimetoprima Suspensão oral 40mg + 8mg/ml	1,1900	595,0000	Teuto
191	FRS	300,00	Sulfato ferroso Solução oral 125mg/ml	0,8200	246,0000	Hipolabor
193	FRS	10,00	Timolol Colírio 0,5	1,3500	13,5000	Teuto
195	Cp	15.000,00	Valeriana officinalis Comprimido 50 mg	0,2340	3.510,0000	Cimed
196	Bis	200,00	Valerato de betametasona Creme dermatológico 1 mg/g	5,7300	1.146,0000	NeoQuímica-Brain-farma

215	Amp	500,00	Dipirona sódica 500 mg/ml solução injetável 2 ml	0,4500	225,0000	Teuto
219	Amp	200,00	Fosfato dissódico de dexametasona IM /EV 4 mg/ml solução injetável com 2,5 ml	0,5800	116,0000	Teuto
224	Amp	200,00	Succinato de Hidrocortisona 100 mg pó para solução injetável IV/IM	2,3400	468,0000	Teuto
225	Amp	200,00	Succinato de Hidrocortisona 500 MG pó para solução injetável IV/IM	4,9000	980,0000	Teuto
233	Cp	40.000,00	Amitriptilina 25 mg comprimido	0,0270	1.080,0000	Teuto
240	Cp	30.000,00	Citalopram 20 mg comprimido	0,1500	4.500,0000	Torrent
250	Cp	3.000,00	Cloridrato de quetiapina 100 mg comprimido	0,5950	1.785,0000	Geolab
255	Cp	30.000,00	Fluoxetina 20 mg comprimido	0,0500	1.500,0000	Teuto
270	Cp	5.000,00	Paracetamol +codeína 500+ 30 mg comprimido	0,2990	1.495,0000	Geolab
273	Cp	8.000,00	Risperidona 1 mg comprimido	0,1460	1.168,0000	Accord
274	Cp	16.000,00	Risperidona 2 mg comprimido	0,1350	2.160,0000	Accord
285	FRS	400,00	Clonazepam 2,5 mg/ml solução oral com 20 ml	1,8500	740,0000	Geolab
292	Cp	15.000,00	Carvedilol 12,5 mg comprimido	0,0960	1.440,0000	Torrent

VALOR TOTAL R\$ 65.554,50

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 04 de abril de 2019.

ELIZANDRA DA SILVA GESTORA DO FMS	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ Nº 00.802.002/0001-02
--------------------------------------	--

EXTRATO ATA RP 12/2019

Publicação Nº 1981652

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2019/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê e a empresa ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 02.607.956/0001-81, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qtd	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
1	FRS	800,00	Acebrofilina xarope adulto 50mg/5ml	3,8900	3.112,0000	CIMED
10	Cp	500,00	Albendazol Comprimido mastigável 400mg	0,4000	200,0000	GEOLAB
16	FRS	200,00	Ambroxol, cloridrato de Xarope pediátrico 3mg/ml	1,5700	314,0000	FARMACE
18	Cp	8.000,00	Aminofilina comprimido 100 MG	0,0750	600,0000	HIPOLABOR
23	FRS	500,00	Amoxicilina + clavulonato de potássio Suspensão oral 250mg + 62,5mg/ml	13,9500	6.975,0000	EMS
46	Cp	5.000,00	Carvedilol comprimido 25 mg	0,1250	625,0000	EMS
70	Cp	200,00	Dexametasona comprimido 4mg	0,1870	37,4000	TEUTO
72	FRS	300,00	Dexametasona Elixir 0,1mg/ml	1,3650	409,5000	FARMACE
83	Cp	300,00	Dinitrato de isossorbida 5 mg comprimido sublingual	0,2500	75,0000	EMS
84	FRS	500,00	Dipirona sódica Solução oral 500mg/ml	0,7150	357,5000	FARMACE
86	Cp	30.000,00	Diosmina + hesperidina Comprimido 450mg + 50mg	0,3500	10.500,0000	CIFARMA
90	FRS	200,00	Dropropizina 3,0 mg/ml xarope adulto	3,3800	676,0000	ELOFAR
93	Cp	10.000,00	Escopolamina, butilbrometo de + dipirona sódica Comprimido 10mg+250mg	0,2730	2.730,0000	PHARLAB
101	Cp	1.000,00	Fluconazol comprimido 150mg	0,3600	360,0000	MEDQUIMICA
105	Cp	3.000,00	Glimepirida Comprimido 2 mg	0,0650	195,0000	CIMED

106	Cp	2.000,00	Glimepirida Comprimido 4 mg	0,1430	286,0000	EMS
127	Cp	1.500,00	Lisinopril Comprimido 20 mg	0,2970	445,5000	EMS
128	Cp	15.000,00	Loratadina comprimido 10mg	0,0540	810,0000	GEOLAB
132	FRS	100,00	Phosfoenema (fosfato de sódio monobásico+ fosfato de sódio dibásico) frasco com 130 ml	4,8750	487,5000	NATULAB
134	FRS	100,00	Mebendazol Suspensão oral 20mg/ml	1,1100	111,0000	NATULAB
140	Cp	6.000,00	Metoclopramida, cloridrato de Comprimido 10mg	0,1000	600,0000	HIPOLABOR
141	FRS	300,00	Metoclopramida, cloridrato de Solução oral 4mg/ml	0,6100	183,0000	MARIOL
150	Cp	20.000,00	Nimesulida comprimido 100mg	0,0500	1.000,0000	CIMED
158	Cp	60.000,00	Omeprazol comprimido 20mg	0,0500	3.000,0000	CIFARMA
164	Cp	30.000,00	Paracetamol comprimido 500mg	0,0380	1.140,0000	HIPOLABOR
166	FRS	1.000,00	Paracetamol Solução oral 200mg/ml	0,6220	622,0000	FARMACE
168	FRS	100,00	Permetrina Loção capilar 1%	1,4170	141,7000	NATIVITA
169	FRS	80,00	Permetrina loção corporal 5 %	2,4570	196,5600	NATIVITA
177	Cp	15.000,00	Propranolol, cloridrato de Comprimido 40mg	0,0200	300,0000	OSORIO
181	FRS	30,00	Ranitidina, cloridrato de Xarope 15 mg/ml com 120 ml	3,7700	113,1000	NATIVITA
184	Cp	60.000,00	Sinvastatina comprimido 20mg	0,0500	3.000,0000	CIMED
185	Cp	40.000,00	Sinvastatina comprimido 40mg	0,0920	3.680,0000	SANVAL
187	Cp	6.000,00	Sulfametoxazol + trimetoprima Comprimido 400mg + 80mg	0,0800	480,0000	TEUTO
203	Amp	200,00	Butilbrometo de Escopolamina + dipirona sódica 4 mg/ml + 500 mg/ml com 5 ml solução injetável	1,3000	260,0000	FARMACE
204	Amp	100,00	Butilbrometo de escopolamina 20 mg /ml solução injetável 1 ml	0,9100	91,0000	FARMACE
210	Amp	300,00	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg/2 ml com 2 ml solução injetável	0,3190	95,7000	ISOFARMA
212	Amp	200,00	Cloridrato de ranitidina 25 mg/ml solução injetável	0,4480	89,6000	FARMACE
217	Amp	100,00	Epinefrina 1 g /1000 ml com 1 ml solução injetavel	1,8900	189,0000	HIPOLABOR
220	Amp	200,00	Fosfato dissódico de dexametasona IM /EV 2 mg/ml com 1 ml	0,5000	100,0000	FARMACE
221	Amp	100,00	Furosemida 10 mg/ml com 2 ml IV/IM	0,4230	42,3000	FARMACE
226	Amp	20,00	Atropina 25 mg/ml com 1 ml	0,4500	9,0000	FARMACE
227	Amp	20,00	Cloreto de potássio 10 % solução injetável com 10 ml	0,2400	4,8000	SAMTEC
228	Amp	20,00	Cloreto de sódio 0,9% solução injetável com 10 ml	0,1760	3,5200	SAMTEC
242	Cp	8.000,00	Clorpromazina 100 mg comprimido	0,1920	1.536,0000	CRISTALIA
243	Cp	5.000,00	Clomipramina 25 mg comprimido	0,7430	3.715,0000	GERMED
248	Cp	3.000,00	Cloridrato de olanzapina 5 mg comprimido	0,2470	741,0000	EMS
249	Cp	3.500,00	Cloridrato de olanzapina 10 mg comprimido	0,3250	1.137,5000	EMS
259	Amp	10,00	Haloperidol 5mg/ml injetável ampola com 1 ml	1,1700	11,7000	HYPOFARMA
262	Cp	15.000,00	Haloperidol 5 mg comprimido	0,1300	1.950,0000	CRISTALIA
264	Cp	2.000,00	Lamotrigina 100 mg comprimido	0,3230	646,0000	UNICHEM
266	Cp	8.000,00	Levomepromazina 100 mg comprimido	0,5850	4.680,0000	HIPOLABOR
271	Cp	30.000,00	Paroxetina 20 mg comprimido	0,2060	6.180,0000	AUROBINDO
278	Cp	3.000,00	Topiramato 50 mg comprimido	0,1700	510,0000	EMS
279	Cp	600,00	Topiramato 100 mg comprimido	0,2840	170,4000	EMS
280	Cp	6.000,00	Tramadol 50 mg comprimido	0,1300	780,0000	HIPOLABOR
281	Amp	30,00	Tramadol 50 mg/ml solução injetável	1,3000	39,0000	HIPOLABOR

283	Cp	4.000,00	Bromazepam 3 mg comprimido	0,0870	348,0000	TEUTO
284	Cp	1.000,00	Bromazepam 6 mg comprimido	0,1190	119,0000	TEUTO
286	Cp	15.000,00	Clonazepam 2 mg comprimido	0,0500	750,0000	GEOLAB
289	Amp	100,00	Diazepam 5 mg/ml ampola IV/IM com 2 ml	0,6200	62,0000	SANTISA

VALOR TOTAL R\$ 68.023,28

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 04 de abril de 2019.

ELIZANDRA DA SILVA GESTORA DO FMS	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EIRELI CNPJ Nº 02.607.956/0001-81
--------------------------------------	---

EXTRATO ATA RP 13/2019

Publicação Nº 1981654

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 13/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2019/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê e a empresa A.G. KIENEN E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 82.225.947/0001-65, conforme relação abaixo:

Item	Und	Qtd	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
4	Cp	5.000,00	Aciclovir Comprimido 400mg	0,8800	4.400,0000	MERCK
7	Cp	18.000,00	Ácido acetilsalicílico tamponado Comprimido 100mg	0,4800	8.640,0000	EMS
36	FRS	400,00	Bromoprida Solução oral	1,0400	416,0000	MARIOL
71	FRS	50,00	Dexametasona Solução oftálmica 0,1%	6,4300	321,5000	NOVARTIS
81	FRS	300,00	Dimeticona Suspensão oral 75mg/ml	0,7400	222,0000	HIPOLABOR
89	Cp	2.000,00	Doxiciclina 100 mg comprimidos	0,1270	254,0000	PHARLAB
110	FRS	200,00	Hidroxiquinolina +trolamina Solução otológica 4mg/ml+140mg/ml	10,4000	2.080,0000	NOVARTIS
125	Cp	5.000,00	Levotiroxina sódica Comprimido 125mcg	0,1960	980,0000	MERCK
126	Cp	500,00	Levofloxacino 500 mg comprimido	0,6800	340,0000	EMS
129	FRS	500,00	Loratadina xarope 1 mg/ml	2,4200	1.210,0000	MARIOL
197	Cp	5.000,00	Varfarina sódica Comprimido 5 mg	0,1520	760,0000	U. QUIMICA
208	Amp	100,00	Cimetidina 150 mg/ml com 2 ml solução injetável	0,7000	70,0000	HYPOFARMA
214	Amp	200,00	dimenidrato + cloridrato de piridoxina 50 mg/ml + 50 mg/ml com 1 ml	1,3500	270,0000	U. QUIMICA
235	Cp	8.000,00	Bupropiona 150 mg comprimido	0,2570	2.056,0000	EMS
244	Cp	3.000,00	Cloridrato de Duloxetina 30 mg comprimido	0,8700	2.610,0000	NOVA QUIMICA
254	Cp	18.000,00	Fenobarbital 100 mg comprimido	0,1090	1.962,0000	U. QUIMICA
269	FRS	50,00	Oxcarbamazepina 60 mg/ml suspensão oral	21,0000	1.050,0000	U. QUIMICA
272	Cp	3.000,00	Pregabalina 75 mg comprimido	0,7800	2.340,0000	MERCK
288	Cp	6.000,00	Diazepam 10 mg comprimido	0,0680	408,0000	SANTISA

VALOR TOTAL R\$ 30.389,50

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 04 de abril de 2019.

ELIZANDRA DA SILVA GESTORA DO FMS	A.G. KIENEN E CIA LTDA CNPJ Nº 82.225.947/0001-65
--------------------------------------	--

HOMOLOGAÇÃO PL 58/2019

Publicação Nº 1981640

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 58/2019, na modalidade Pregão de nº 6/2019 tendo como objeto a aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	3	300,00	2,6500	795,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	11	500,00	1,1800	590,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	20	20.000,00	0,1490	2.980,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	24	30.000,00	0,0220	660,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	30	100,00	22,5000	2.250,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	32	200,00	8,7300	1.746,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	37	500,00	0,6500	325,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	38	500,00	3,6000	1.800,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	39	150,00	24,0000	3.600,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	44	15.000,00	0,0670	1.005,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	45	18.000,00	0,0770	1.386,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	49	20.000,00	0,2390	4.780,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	50	500,00	6,4500	3.225,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	61	100,00	2,6300	263,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	64	2.000,00	1,1900	2.380,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	107	85.000,00	0,0150	1.275,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	113	1.000,00	1,0900	1.090,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	119	3.000,00	0,7450	2.235,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	120	500,00	1,8400	920,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	136	40.000,00	0,0700	2.800,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	143	300,00	4,1500	1.245,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	149	1.000,00	0,8000	800,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	153	300,00	3,2900	987,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	183	500,00	6,5000	3.250,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	188	500,00	1,1900	595,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	191	300,00	0,8200	246,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	193	10,00	1,3500	13,5000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	195	15.000,00	0,2340	3.510,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	196	200,00	5,7300	1.146,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	215	500,00	0,4500	225,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	219	200,00	0,5800	116,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	224	200,00	2,3400	468,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	225	200,00	4,9000	980,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	233	40.000,00	0,0270	1.080,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	240	30.000,00	0,1500	4.500,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	250	3.000,00	0,5950	1.785,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	255	30.000,00	0,0500	1.500,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	270	5.000,00	0,2990	1.495,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	273	8.000,00	0,1460	1.168,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	274	16.000,00	0,1350	2.160,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	285	400,00	1,8500	740,0000
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	1	292	15.000,00	0,0960	1.440,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	1	800,00	3,8900	3.112,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	10	500,00	0,4000	200,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	16	200,00	1,5700	314,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	18	8.000,00	0,0750	600,0000

ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	23	500,00	13,9500	6.975,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	46	5.000,00	0,1250	625,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	70	200,00	0,1870	37,4000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	72	300,00	1,3650	409,5000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	83	300,00	0,2500	75,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	84	500,00	0,7150	357,5000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	86	30.000,00	0,3500	10.500,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	90	200,00	3,3800	676,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	93	10.000,00	0,2730	2.730,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	101	1.000,00	0,3600	360,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	105	3.000,00	0,0650	195,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	106	2.000,00	0,1430	286,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	127	1.500,00	0,2970	445,5000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	128	15.000,00	0,0540	810,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	132	100,00	4,8750	487,5000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	134	100,00	1,1100	111,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	140	6.000,00	0,1000	600,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	141	300,00	0,6100	183,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	150	20.000,00	0,0500	1.000,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	158	60.000,00	0,0500	3.000,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	164	30.000,00	0,0380	1.140,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	166	1.000,00	0,6220	622,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	168	100,00	1,4170	141,7000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	169	80,00	2,4570	196,5600
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	177	15.000,00	0,0200	300,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	181	30,00	3,7700	113,1000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	184	60.000,00	0,0500	3.000,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	185	40.000,00	0,0920	3.680,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	187	6.000,00	0,0800	480,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	203	200,00	1,3000	260,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	204	100,00	0,9100	91,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	210	300,00	0,3190	95,7000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	212	200,00	0,4480	89,6000

ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	217	100,00	1,8900	189,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	220	200,00	0,5000	100,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	221	100,00	0,4230	42,3000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	226	20,00	0,4500	9,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	227	20,00	0,2400	4,8000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	228	20,00	0,1760	3,5200
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	242	8.000,00	0,1920	1.536,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	243	5.000,00	0,7430	3.715,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	248	3.000,00	0,2470	741,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	249	3.500,00	0,3250	1.137,5000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	259	10,00	1,1700	11,7000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	262	15.000,00	0,1300	1.950,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	264	2.000,00	0,3230	646,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	266	8.000,00	0,5850	4.680,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	271	30.000,00	0,2060	6.180,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	278	3.000,00	0,1700	510,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	279	600,00	0,2840	170,4000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	280	6.000,00	0,1300	780,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	281	30,00	1,3000	39,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	283	4.000,00	0,0870	348,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	284	1.000,00	0,1190	119,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	286	15.000,00	0,0500	750,0000
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP. LTDA	1	289	100,00	0,6200	62,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	4	5.000,00	0,8800	4.400,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	7	18.000,00	0,4800	8.640,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	36	400,00	1,0400	416,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	71	50,00	6,4300	321,5000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	81	300,00	0,7400	222,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	89	2.000,00	0,1270	254,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	110	200,00	10,4000	2.080,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	125	5.000,00	0,1960	980,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	126	500,00	0,6800	340,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	129	500,00	2,4200	1.210,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	197	5.000,00	0,1520	760,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	208	100,00	0,7000	70,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	214	200,00	1,3500	270,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	235	8.000,00	0,2570	2.056,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	244	3.000,00	0,8700	2.610,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	254	18.000,00	0,1090	1.962,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	269	50,00	21,0000	1.050,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	272	3.000,00	0,7800	2.340,0000
AG KIENEN E CIA LTDA	1	288	6.000,00	0,0680	408,0000

DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	2	800,00	3,1500	2.520,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	6	60.000,00	0,0220	1.320,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	13	6.000,00	0,2050	1.230,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	14	3.000,00	0,0700	210,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	15	500,00	1,6200	810,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	17	8.000,00	0,5030	4.024,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	21	1.000,00	3,4400	3.440,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	27	30.000,00	0,0400	1.200,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	28	500,00	6,6500	3.325,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	43	20.000,00	0,1170	2.340,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	54	200,00	4,2000	840,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	59	5.000,00	0,2050	1.025,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	76	800,00	1,1200	896,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	79	8.000,00	0,0580	464,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	91	60.000,00	0,0310	1.860,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	92	60.000,00	0,0410	2.460,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	95	3.000,00	0,4700	1.410,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	102	30.000,00	0,0360	1.080,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	104	35.000,00	0,0220	770,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	109	300,00	2,0900	627,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	111	25.000,00	0,1990	4.975,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	115	300,00	2,0100	603,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	121	20.000,00	0,0940	1.880,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	122	25.000,00	0,0940	2.350,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	124	10.000,00	0,0940	940,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	130	80.000,00	0,0480	3.840,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	137	40.000,00	0,0590	2.360,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	145	2.000,00	0,6300	1.260,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	148	500,00	1,4400	720,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	173	500,00	3,5900	1.795,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	199	50,00	13,9000	695,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	206	1.000,00	1,3600	1.360,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	230	300,00	3,6900	1.107,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	231	8.000,00	0,4400	3.520,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	232	5.000,00	0,1900	950,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	234	18.000,00	0,1700	3.060,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	241	5.000,00	0,2000	1.000,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	257	15.000,00	0,4390	6.585,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	263	5.000,00	0,2800	1.400,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	276	30.000,00	0,1000	3.000,0000
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	1	298	500,00	2,8000	1.400,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	12	5.000,00	0,1950	975,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	33	300,00	9,4000	2.820,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	52	3.000,00	0,8830	2.649,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	63	3.000,00	0,3900	1.170,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	87	20.000,00	0,1120	2.240,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	88	18.000,00	0,2450	4.410,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	123	15.000,00	0,1250	1.875,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	159	1.000,00	0,6650	665,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	189	3.000,00	3,8000	11.400,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	194	50,00	2,4500	122,5000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	201	3.000,00	0,3500	1.050,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	236	100,00	12,0000	1.200,0000

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	245	3.500,00	1,7200	6.020,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	246	3.000,00	0,2700	810,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	247	600,00	3,1200	1.872,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	256	60,00	40,0000	2.400,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	290	2.000,00	0,7300	1.460,0000
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	1	296	100,00	18,0000	1.800,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	25	15.000,00	0,0690	1.035,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	29	6.000,00	0,4740	2.844,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	40	20.000,00	0,0180	360,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	41	4.000,00	0,0500	200,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	42	15.000,00	0,0530	795,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	55	300,00	1,8100	543,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	60	20.000,00	0,0360	720,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	68	200,00	3,1100	622,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	73	800,00	1,0400	832,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	75	6.000,00	0,0670	402,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	80	12.000,00	0,0560	672,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	85	12.000,00	0,0730	876,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	96	25.000,00	0,1450	3.625,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	117	200,00	0,1980	39,6000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	133	300,00	0,0600	18,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	135	3.000,00	0,0950	285,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	139	1.000,00	0,8070	807,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	146	100,00	5,8000	580,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	147	1.000,00	0,0900	90,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	151	150,00	1,6000	240,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	154	300,00	3,0900	927,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	155	6.000,00	0,2350	1.410,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	156	3.000,00	0,2740	822,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	157	300,00	2,1500	645,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	161	300,00	2,9000	870,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	165	20.000,00	0,0690	1.380,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	175	8.000,00	0,1660	1.328,0000

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	180	10.000,00	0,0990	990,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	182	1.000,00	0,4290	429,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	186	200,00	3,5000	700,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	202	3.000,00	0,0600	180,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	209	200,00	2,6500	530,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	238	3.000,00	0,4000	1.200,0000
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	239	18.000,00	0,2660	4.788,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	5	100,00	2,3000	230,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	8	20.000,00	0,0380	760,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	9	300,00	6,3300	1.899,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	26	30.000,00	0,0260	780,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	34	200,00	0,0700	14,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	35	5.000,00	0,1750	875,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	47	100,00	17,5000	1.750,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	56	15.000,00	0,0800	1.200,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	57	15.000,00	0,0950	1.425,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	58	50,00	15,9500	797,5000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	66	15.000,00	0,1400	2.100,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	69	300,00	5,1500	1.545,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	74	300,00	6,4500	1.935,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	82	1.500,00	0,0900	135,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	94	200,00	4,3500	870,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	99	100,00	45,0000	4.500,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	100	12.000,00	0,3760	4.512,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	112	3.000,00	0,1300	390,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	118	30,00	124,0000	3.720,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	131	200,00	4,0900	818,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	144	50,00	7,5000	375,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	152	10.000,00	0,1790	1.790,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	160	12.000,00	0,1360	1.632,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	163	30.000,00	0,1400	4.200,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	171	200,00	2,5100	502,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	172	12.000,00	0,1060	1.272,0000

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	174	6.000,00	0,0730	438,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	190	20.000,00	0,0360	720,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	192	1.000,00	0,2150	215,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	198	1.750,00	0,1590	278,2500
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	258	300,00	6,4000	1.920,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	260	100,00	2,3000	230,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	267	5.000,00	0,3180	1.590,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	268	3.000,00	0,2500	750,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	282	6.000,00	0,4390	2.634,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	287	3.000,00	0,0630	189,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	291	300,00	6,0000	1.800,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	294	300,00	5,3700	1.611,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	295	300,00	4,0000	1.200,0000
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	1	297	100,00	10,4000	1.040,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	22	12.000,00	0,8780	10.536,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	48	500,00	1,5750	787,5000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	51	500,00	9,0000	4.500,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	62	150,00	10,6000	1.590,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	65	15.000,00	0,2190	3.285,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	77	1.000,00	3,3900	3.390,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	97	1.500,00	0,3460	519,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	98	500,00	3,6500	1.825,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	114	300,00	1,9100	573,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	138	5.000,00	0,4360	2.180,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	142	8.000,00	0,3190	2.552,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	176	1.000,00	0,1210	121,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	213	300,00	0,7200	216,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	218	800,00	3,9800	3.184,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	222	20,00	265,0000	5.300,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	229	30,00	6,7000	201,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	251	1.500,00	0,3590	538,5000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	252	5.000,00	0,1500	750,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	261	6.000,00	0,1250	750,0000

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	265	100,00	8,9000	890,0000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	275	30,00	11,8700	356,1000
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	293	200,00	5,8500	1.170,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
AG KIENEN E CIA LTDA	30.389,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	65.554,50
ANGEOMED COM.DE PRO.MED.HOSP.LTDA	68.023,28
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	31.784,60
DIMASTER - COM.PROD.HOSPIT. LTDA	76.651,00
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	44.938,50
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	45.214,10
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	54.641,75

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 04 de abril de 2019

ELIZANDRA DA SILVA Gestora Fundo Mun. Saúde	ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito Municipal
--	---

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 02/2019

Publicação Nº 1980719

DECRETO Nº 2/2019

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS/SC.

O cidadão Darcy Rodrigo Pedroso, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO:

Art. 1º Ficam APROVADAS as Contas do Prefeito referente ao Exercício de 2017 da Prefeitura Municipal de Campos Novos - SC, conforme parecer exarado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, favorável ao parecer prévio do Tribunal de Contas, relativo ao processo nº. PCP - 18/00329170.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 10 de abril de 2019.

Darcy Rodrigo Pedroso

Presidente da Mesa

DECRETO Nº 03/2019

Publicação Nº 1980730

DECRETO Nº 3/2019

Concede o "Título de Cidadão Benemérito Camponovense" ao Senhor "Dr. CARLOS ALBERTO HARO ANTUNES".

O cidadão Darcy Rodrigo Pedroso, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA O SEGUINTE DECRETO:

Art. 1º Concede o "Título de Cidadão Benemérito Camponovense" ao Senhor "Dr. CARLOS ALBERTO HARO ANTUNES", natural de Campos Novos, formado em Medicina UFSC - Florianópolis - SC, cuja homenagem está sendo proposta em face dos seus 50 anos de médico, buscando sempre aperfeiçoamento na área de diabetes e seus relevantes serviços prestados á comunidade Camponovense.

Parágrafo único – Carlos Alberto Haro Antunes natural de Campos Novos, nascido em 01 de dezembro de 1943, filho de Raulino Antunes Stefanos e Maria de Lurdes Haro Antunes. Carlos realizou o primário no Grupo Escolar Gustavo Richard em Campos Novos, no período de 1950 a 1954; fez o ginásio no Colégio Paranaense no período de 1955 a 1958 e o científico no mesmo colégio, no período de 1959 a 1961 e o curso superior na Faculdade de Medicina da UFSC no período de 1963 a 1968 em Florianópolis - SC. Casou-se com Vera Vieira Antunes em 08 de dezembro de 1969, na Igreja do Espírito Santo em Florianópolis; conheceu sua esposa em um baile de carnaval no Clube 12 de Agosto, quando ainda era acadêmico de medicina. Desta união nasceram duas filhas e um filho: Adriana Vieira Antunes Whietorn e Ana Lucia Vieira Antunes, as duas formaram-se em Medicina; Ricardo Vieira Antunes, Engenheiro mecânico. Possui seis netos: Bruno, Arthur, Beatriz, Lucas, Francisco e Letícia. Exerceu como atividades médicas: clínica geral, sempre procurando atualização continuada com frequentes e seguidos cursos de atualizações. ficando registrado sua responsabilidade nas organizações de 4 jornadas médicas de Campos Novos, onde convidou os Professores da UFSC e colegas Professores da sua turma médica, para transmitir seus conhecimentos aos participantes das mesma. A primeira jornada médica de Campos Novos foi realizada em 29 de setembro de 1979, ministrada pelos Doutores Carlos Alberto da Silva Junior e Aurélio Rótulo da Costa Araújo, Professores da UFSC. A segunda jornada médica de Campos Novos foi realizada em 03 de maio de 1980, ministrada pelos doutores Murilo R. Capella e Raul Chatagnier Filho, Professor da UFSC. A terceira jornada médica de Campos Novos foi realizada em 20 de junho de 1981, ministrada pelos doutores Ernesto Damerou e Waldomiro Dantas, professores da UFSC. A quarta jornada médica foi realizada em 20 de novembro de 1982, ministrada pelos doutores José Caldeiras Bastos e Jore Abesaad Neto, Professor da UFSC. Após 30 anos de clínico geral, o Dr. Carlos Alberto Antunes funcionário publico estadual que era, foi convocado a fazer um curso de atualização em diabetes na cidade de Florianópolis com o Dr. Luiz Carlos Espindola, endocrinologista, para atender pacientes em Campos Novos, já que não havia endocrinologista naquela cidade; relata Dr. Antunes que gostou muito do curso e se dedicou com muita vontade ao estudo da diabete MELLITUS. Há 20 anos que ele participa de um curso anual de tratamento avançado da doença com o Dr. Antônio Chacra em São Paulo associado-se inclusive na Sociedade Brasileira de Diabetes e participando do regularmente de vários congressos brasileiros de diabetes. Assim também realizou cursos em Porto Alegre, Florianópolis Diabete Sul e congresso gaúcho de diabete mellitus, reunindo mensalmente ainda em Campos Novos com um grupo de diabéticos. Desenvolveu as seguintes Atividades acadêmicas: Secretário da diretoria do Centro Acadêmico Djalma Moellmann em 1965 e Presidente do Diretório do CADM em 1996. Teve como participação não médica as seguintes: Lions Clube, Loja Maçônica Acácia Dos Campos Novos onde foi venerável, instalando na Loja Maçônica Fraternidade

Catarinense numero 09 em Florianópolis - SC. Foi Vice - Prefeito de Campos Novos em 1982 a 1988 e foi Diretor administrativo hospitalar da Fundação Hospitalar Dr. José Atanásio de 1982 a 1988. Tem como Hobbies os seguintes: Sempre foi um apaixonado por esportes; durante os cursos ginásio e científico, participou intensamente de atividades esportivas, praticando basquete e principalmente no Colégio Paranaense. Organizou excursões dos times de futebol de salão e basquete da faculdade de Medicina -SC para disputas com atletas da faculdade de Medicina da Universidade federal do Rio Grande Do Sul em Porto Alegre, jogos estes realizados no ginásio da Brigada Militar em Porto Alegre em 1964. Outra demonstração que sempre realizou com prazer de curtir o futebol, foi aquele que juntamente com sua esposa Vera foram para Alemanha em 2006 para assistir lá a primeira fase da Copa do Mundo. Hoje nos afirma que continua sendo um torcedor fanático pelo Figueirense em Santa Catarina; além disto, organizou muitos jogos de futebol de salão entre médicos das regiões de Campos Novos, Joaçaba, Caçador, Videira e Curitiba nas épocas das Jornadas médicas de Campos Novos onde era o organizador das mesmas. Assim oferecemos aos nossos colegas amigos de formação médica a mini-biografia do Dr, Carlos Alberto Haro Antunes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 10 de abril de 2019.

Darcy Rodrigo Pedroso

Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 14/2019

Publicação Nº 1980733

MOÇÃO Nº 14/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo Municipal de Campos Novos, vem por meio dos seus representantes legais, a pedido do vereador Gilson César Lopes, manifestar integral e irrestrita Parabenização a...

“RADIO CULTURA 93.9 FM”

É com enorme satisfação que viemos através desta, parabenizar a RADIO CULTURA 93.9 FM, pela passagem do seu aniversário de 61 anos. Radio esta que está a mais de seis décadas no ar transmitindo a identidade da nossa população camponovense, desde o seu nascimento, e então sua evolução e reconhecimento em nosso município.

Foi a primeira Radio de nossa cidade, que se fortalece a cada dia por sua essência, dedicação, profissionalismo e sua proximidade com os ouvintes camponovenses e de toda a região.

A RADIO CULTURA conquistou o público com sua programação que tem espaço para todos os estilos musicais, informação, interação com a comunidade e empreendeu com sucesso a área do entretenimento.

Destacamos o importante trabalho que a rádio vem promovendo perante todos os segmentos da coletividade, levando o verdadeiro papel da comunicação via rádio a todos os setores que alcança, vocês fazem parte de nosso dia-a-dia, de nossa história.

Desejamos que esta radio continue levando informações, alegrando os ouvintes e fazendo seu trabalho social brilhantemente, como vem fazendo durante todos esses anos. Nossa gratidão a todos que fazem ou já fizeram parte da Radio Cultura e de sua história.

Manifestamos aqui protestos de elevada estima e consideração, desejando-lhes pleno sucesso do decorrer desta caminhada, nos colocando a sua inteira disposição.

E QUE VENHAM MUITOS OUTROS ANOS!”

Sala das Sessões, em 03/04/2019.

Gilson Cesar Lopes	Darcy Rodrigo Pedroso
Vice-Presidente	Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2018

Publicação Nº 1980726

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2018
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 58/2018

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.384/0001-80, com sede e foro nesta cidade, representado neste ato pelo Diretor do DETRACAN, Luiz Alceu Witt Júnior, resolve impor:
DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2018

Em face da empresa ROSALEN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 08.377.462/0001-34, com sede na Estrada Linha Luiz de França, nº 598, Nova Bassano/RS, CEP 95.340-000, na pessoa de seu representante legal.

Cuida-se de Processo Administrativo instaurado em desfavor da empresa ROSALEN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA em razão dos produtos fornecidos não atenderem às condições mínimas de qualidade exigidas pelo edital do Pregão Presencial nº 119/2018.

Assim, em 18 de fevereiro de 2019, a empresa foi notificada para promover "a substituição dos produtos entregues por outros de qualidade superior, nos termos das exigências do edital de licitação, sob pena de configuração da inexecução parcial do contrato e aplicação das sanções previstas em lei e no instrumento convocatório".

Por meio da contranotificação juntada aos autos do presente processo administrativo, a empresa notificada argumentou que os produtos foram substituídos, solucionando o problema apresentado.

Confirmando os argumentos da empresa contratada, a Comunicação Interna nº 121/2019/DETRACAN dá conta de que os produtos foram substituídos e que a empresa melhorou a composição e a qualidade dos produtos licitados, sanando, por ora, os problemas então apresentados.

Logo, tendo em vista que a empresa atendeu aos termos da notificação, não se justifica a continuidade do presente processo administrativo.

DIANTE DO EXPOSTO, serve o presente para CIENTIFICAR Vossa Senhoria acerca do arquivamento do processo administrativo nº. 42/2018. Canoinhas/SC, 03 de abril de 2019.

LUIZ ALCEU WITT JÚNIOR
Departamento de Trânsito de Canoinhas

DECRETO Nº 083/2019

Publicação Nº 1981102

DECRETO Nº. 083/2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.328 de 19/12/2018 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 125.856,30 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 16: Fundo Mun. da Infância e Adolesc. de Canoinhas
Unidade 16.01: Fundo Mun. da Infância e Adolesc. de Canoinhas
Função 08: Assistência Social
Subfunção 243: Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa 9: Assistência à Criança e ao Adolescente
Proj./Ativ. 2.029 – Manutenção do FIA
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 125.856,30
Recursos 30610 – Rec. FIA Outras Cont. - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 125.856,30 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2018, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10610	Rec. FIA Outras Contr.	89.774,47
30610	Rec. FIA Outras Contr. - Superávit	36.081,83
TOTAL		125.856,30

Fonte: SMAFO/2019

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 001/2019/CAPBAM - CONVOCAR INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL 2019 – MODALIDADE ATLETISMO MASCULINO

Publicação Nº 1980877

EDITAL Nº 001/2019/CAPBAM

Considerando a Lei Municipal nº 6.099 de 02 de outubro de 2017, que institui o Programa Bolsa Atleta Municipal e dá outras providências;

Considerando o Decreto Municipal nº 266 de 09 de outubro de 2017, que regulamenta o Programa Bolsa Atleta Municipal e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 1.091 de 08 de novembro de 2017, que realiza a nomeação dos integrantes da Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta Municipal; resolve:

CONVOCAR INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL 2019 – MODALIDADE ATLETISMO MASCULINO

Art. 1º – A Comissão de Análise do Programa Bolsa Atleta Municipal, considerando que a modalidade esportiva de “Atletismo Masculino” vem crescendo em nosso Município e consta nas modalidades apoiadas pela Fundação Municipal de Esportes no exercício corrente, e ainda, considerando que a citada modalidade esportiva possui condições plenas de representar o Município de Canoinhas na 58ª Edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina, vem por meio deste declarar que pretende apoiar atletas através do Programa Bolsa Atleta Municipal, conforme segue:

Número de Atletas	Modalidade	Apoio
Até 02 (dois)	Atletismo Masculino	Até 250 UFM por Atleta

§ 1º – As inscrições projetando a participação no Programa Bolsa Atleta Municipal deverão ser realizadas junto à Fundação Municipal de Esportes, em seu horário de expediente regular, até a data limite de 30/04/2019.

§ 2º – A análise dos documentos arrolados no artigo 2º deste edital serão objeto de aferição para a constatação que os interessados atendem os requisitos necessários e a respectiva seleção dar-se-á considerando o histórico do atleta, modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação da Fundação Municipal de Esportes - FME.

§ 3º – O beneficiado pela Bolsa Atleta deverá representar com exclusividade o Município de Canoinhas em todas as competições oficiais.

Art. 2º – Para pleitear a participação junto ao programa, os atletas deverão comprovar, cumulativamente, que preenchem os seguintes requisitos:

- I – estarem vinculados a alguma entidade de prática desportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;
- II – terem participado de competições esportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no exercício corrente ou imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa Atleta Municipal;
- III – apresentarem plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria, e de preparação ou treinamento para competições de âmbito estadual, nacional e internacional; e
- IV – apresentarem autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privada, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 3º – Os atletas, selecionados, deverão apresentar os seguintes documentos visando o devido cadastramento e empenhamento dos valores a serem repassados a título de bolsa atleta:

- I – cópia de documento de identificação com foto – RG;
- II – número no cadastro de pessoas físicas – CPF;
- III – cópia de comprovante de residência;
- IV – número de conta corrente em instituição financeira localizada no território nacional, cujo titular seja o próprio atleta ou seu responsável, devidamente identificado e autorizado.

Art. 4º – Os valores a serem objeto de repasse aos beneficiários ficam assim definidos:

- I – Atletas – 250 UFM (duzentas e cinquenta unidades fiscais do município);

§ 1º – A concessão de Bolsa Atleta Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal, nem com a Fundação Municipal de Esportes - FME, sendo que o valor pago possui caráter indenizatório.

§ 2º – O valor acima definido será objeto de pagamento em até 02 (duas) parcelas.

Art. 5º – Os atletas beneficiados prestarão contas relativas ao plano de trabalho no período máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela, apresentando os seguintes documentos:

- I – relatório anual de atividades;
- II – declaração própria, ou do responsável se menor de dezoito anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa Atleta foram utilizados para custear as despesas do beneficiado com a sua manutenção pessoal e esportiva; e
- III – comprovante da efetiva participação do atleta nos Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC.

Art. 6º – Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas (SC), 09 de abril de 2019.
Jocimar Jubanski
Presidente

Sanderson Roberto de Souza
Membro

Diogo Carlos Seidel
Membro

EDITAL N° 34/2019

Publicação N° 1980492

EDITAL N°. 34/2019

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL N° 001/2018/PMC.

A Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital n° 001/2018/PMC.

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos previsto no Edital n° 001/2018/PMC.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2018/PMC a comparecerem no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento dos candidatos ora convocados no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam, os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público os candidatos que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. Os candidatos, convocados por este Edital, caso não apresentem ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderão automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 34/2019
Anexo I
CANDIDATO CONVOCADO

CARGO: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Nome: Ana Paula Alves dos Santos

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20 HORAS
Nome: Anakarina Perdum Bueno

NOTIFICAÇÃO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 1980480

A/C
Andressa Morales Rodrigues
Sindicada
Prefeitura Municipal de Canoinhas/SC

NOTIFICAÇÃO

A Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 337/2019, notifica Vossa Senhoria que no dia 15/04/2019 (segunda-feira), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, esta comissão estará reunida às 11 horas para oitiva de testemunha. Por fim, a fim de lhe assegurar ampla defesa e contraditório, às 13h30min da mesma data na Sala de Reuniões da Prefeitura (2º piso), faremos a oitiva de seu depoimento.

Canoinhas, 09 de abril de 2019.
Mozara Carvalho Schadeck
Presidente

Danielle Ludka
Secretária

Fernanda Coser Macedo
Membro

NOTIFICAÇÃO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 1980476

A/C
Andressa Morales Rodrigues
Sindicada
Prefeitura Municipal de Canoinhas/SC

NOTIFICAÇÃO

A Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 337/2019, notifica Vossa Senhoria que no dia 16/04/2019 (terça-feira), na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, esta comissão estará reunida a partir das 8h30min para oitiva de testemunha, e após, será colhido o seu depoimento.

Canoinhas, 08 de abril de 2019.
Mozara Carvalho Schadeck
Presidente

Danielle Ludka
Secretária

Fernanda Coser Macedo
Membro

PORTARIA Nº 417/2019

Publicação Nº 1981088

PORTARIA Nº. 417/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR

Art.1º - Fica nomeado JESSÉ CARLOS BATISTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Tributação, junto a Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento, no período de 11/04/2019 a 30/04/2019, interinamente, até o retorno do titular, conforme Comunicação Interna nº 032/SMAFO/2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de Abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 418/2019

Publicação Nº 1981095

PORTARIA Nº. 418/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor CLAUDIO ROGERIO WERKA, efetivo no cargo de Médico Clínico Geral, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 16/04/2019 a 05/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 130/DP/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora MARCIA CRISTINA SOARES DOS SANTOS NEUMANN, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 15/04/2019 a 24/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 130/DP/2019.

Art. 3º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora SABRINA PEREIRA ISHIDA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 22/04/2019 a 01/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 130/DP/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 419/2019

Publicação Nº 1981097

PORTARIA Nº. 419/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o cargo da servidora SUELLEN PATRÍCIA PANGRATZ, para atuar como Supervisor I, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 10/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 090/SMAFO/2019.

Art. 2º - Fica alterado o cargo do servidor EDGAR MOISES GONÇALVES, para atuar como Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 10/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 090/SMAFO/2019.

Art. 3º - Fica alterado o cargo do servidor ROBSON WERKA, para atuar como Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Habitação, a partir de 10/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 090/SMAFO/2019.

Art. 4º - Fica alterado o cargo da servidora LUANA SCHIMASKI DE FARIAS, para atuar como Coordenador de Gabinete, junto ao Gabinete, a disposição na secretaria de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 10/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 090/SMAFO/2019.

Art. 5º - Fica alterado o cargo do servidor VALDIR RIBEIRO DE OLIVEIRA, para atuar como Supervisor III, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 10/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 090/SMAFO/2019.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 421/2019

Publicação Nº 1981098

PORTARIA Nº. 422/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora SALETE PALHANO DE ANDRADE, que exerce o cargo efetivo de Professor de Língua Portuguesa e Professor de Inglês, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir 05/04/2019 a 04/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 354/SME/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 422/2019

Publicação Nº 1981100

PORTARIA Nº. 422/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, o profissional NILTON MAXIMINO DOS SANTOS, aprovado em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2017, e convocado conforme Edital nº 32/2019, para atuar junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, iniciando suas atividades a partir de 10/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 065/SMODU/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 04/2019

Publicação Nº 1980386

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 28/2019, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 04/2019, QUE TEM POR OBJETO a EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO E REFORMA DO C.E.I SANTA BÁRBARA, SITUADO NA ESTRADA GERAL DE PINHEIROS, S/Nº, LOCALIDADE DE PINHEIROS, MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Aos 10 (dez) dias do mês de abril do ano de 2019, às 09h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Mauricio Afonso Sobczak, Sra. Andreia Fontana Kauva e Sr. José Carlos Herbst, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame (conforme previsto no comunicado resposta publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC do dia 05/04/2019 e site do município <http://www.pmc.sc.gov.br>, no dia 08/04/2019), quais sejam: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, representada pela Sra. Ione Aparecida Machado Rocha, JRD – A. CONSTRUTORA LTDA ME, SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA – ME, IMPLANTEST CONSTRUTORA, J LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e GABRIEL ARON LUIZ EIRELI, sem representantes presentes. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, JRD – A. CONSTRUTORA LTDA ME, SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA – ME, IMPLANTEST CONSTRUTORA, J LOPES CONSTRUÇÕES LTDA e GABRIEL ARON LUIZ EIRELI, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados. Passou-se então a abertura das propostas das licitantes HABILITADAS. Abertas as propostas, os valores globais para execução dos serviços ficou: em 1º lugar a empresa J LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor global de R\$ 220.000,00, em 2º lugar a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA, com o valor global de R\$ 248.895,54, em 3º lugar a empresa ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, com o valor global de R\$ 269.252,03, em 4º lugar a empresa GABRIEL ARON LUIZ EIRELI, com o valor global de R\$ 270.351,28, em 5º lugar a empresa SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA – ME, com o valor global de R\$ 271.494,75 e em 6º lugar a empresa JRD – A. CONSTRUTORA LTDA ME, com o valor global de R\$ 274.633,40. A Comissão de licitação declarou vencedora do certame a empresa J LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, com o valor global de R\$ 220.000,00. A Comissão de Licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP

PUBLICAÇÃO DE 2ª ALTERAÇÃO DE PREGÃO Nº. PMC 27/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1980697

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 47/2019
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 27/2019 (PRESENCIAL)
2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 30/04/2019, ficando estipulado os seguintes horários: às 15h25min (entrega) e 15h30min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 48/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1980691

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 78/2019
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 48/2019 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/05/2019, às 13h20min, licitação para AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) ROÇADEIRAS LATERAIS, COM ACESSÓRIOS, PARA USO NA REALIZAÇÃO DE ROÇADAS EM VÁRIOS LOCAIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 13h15min do dia 08/05/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 11/2019

Publicação Nº 1980722

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 67/2019
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 11/2019

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/05/2019, às 08h45min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE PORTAL DE WEB JORNALISMO, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Recebimento de propostas até às 08h30min do dia 08/05/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações. Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 12/2019

Publicação Nº 1980694

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 70/2019
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 12/2019

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/04/2019, às 09h45min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA PAVIMENTAÇÃO, DESTINADOS A DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL. Recebimento de propostas até às 09h30min do dia 26/04/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações. Gilberto dos Passos
Prefeito

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL - COMPHAC

Publicação Nº 1980467

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL - COMPHAC

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA NATUREZA

Art. 1º - O Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Canoinhas, doravante dominado COMPHAC, é um órgão normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento à Fundação Municipal de Cultura HelmyWendt Mayer, de Canoinhas – SC.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º - O COMPHAC tem como finalidade elaborar propostas, deliberar e assessorar a Fundação Cultural de Canoinhas sobre matéria relacionada à política municipal de cultura.

TÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO, ELEIÇÕES, ORGANIZAÇÃO, PRESIDÊNCIA E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Art. 3º - Nos termos da Lei de Criação do COMPHAC, nº 3.953, de 04 de janeiro de 2006, alterada pelas leis nº 4.085, de 06 de outubro de 2006 e 4.388, de 29 de dezembro de 2008, são competências do COMPHAC:

I - contribuir e assessorar a Fundação Cultural no desenvolvimento da política cultural no município;

II - instituir e administrar junto à Fundação Cultural matérias relativas ao patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Canoinhas;

III - analisar e aprovar convênios, editais, contratos, e outros acordos e documentos encaminhados pela Fundação Cultural;

IV - aprovar e/ou alterar o seu Regimento Interno, pela decisão favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos seus membros;

V - aprovar, anualmente, o plano de ação da Fundação Cultural para o exercício seguinte;

VI - analisar, nos prazos da legislação vigente, a proposta orçamentária anual, o balanço anual e os balancetes mensais da Fundação Cultural;

VII - analisar e aprovar as propostas de identificação, o inventário, a documentação, o registro, a vigilância, a conservação, a restauração, a devolução, o uso, o tombamento e/ou a desapropriação de bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais, de valor cultural, histórico, artístico ou natural, no âmbito do Município de Canoinhas;

VIII - contribuir para a organização, realização e divulgação das ações culturais do Município;

IX - emitir pareceres e desempenhar outras funções atribuídas por Lei ou Regulamento;

X - estabelecer critérios e valores para o enquadramento de bens como patrimônio municipal;

XI - propor critérios para a programação e as execuções financeiras do Fundo Municipal de Cultura;

XII - aprovar a aplicação dos recursos do Fundo;

XIII - fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo;

XIV - propor ao Poder Executivo Municipal elaboração de normas e diretrizes de financiamento de projetos e convênios culturais.

Art. 4º - O Conselho é constituído por 12 (doze) conselheiros titulares e 12 (doze) suplentes, sendo:

I - 05 (cinco) conselheiros titulares e 05 (cinco) conselheiros suplentes representantes da Administração Pública Municipal e/ou Estadual, sendo eles indicados pelo Prefeito Municipal, (Redação dada pela Lei nº 4.388/2008);

II - 07 (sete) conselheiros titulares e 07 (sete) conselheiros suplentes escolhidos por segmentos culturais e artísticos atuantes no município, eleitos em fórum especificamente convocado pelo Prefeito Municipal, a partir da publicação de edital para escolha de entidades representativas;

Parágrafo Único: Os conselheiros e seus respectivos suplentes são escolhidos por seus pares ou sua respectiva classe, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

CAPÍTULO II DAS ELEIÇÕES

Art.5º - Os membros descritos nos inciso II artigo anterior serão escolhidos, através de eleição convocada pelo Prefeito Municipal, através de edital, publicado no Órgão Oficial do Município, com a antecedência mínima de 15 dias da respectiva realização.

Art. 6º - A eleição prescinde de cadastramento, regulamentada no edital convocatório, de integrantes de cada segmento para que os mesmos tenham direito a voto.

Art. 7º Os representantes escolhidos serão nomeados por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º O mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida uma única recondução.

Parágrafo Único- Em caso de impedimento de algum conselheiro, caberá ao respectivo órgão, instituição ou segmento representado escolher, no prazo de trinta dias, o substituto a ser nomeado para completar o mandato.

Art. 9º A renovação do COMPHAC far-se-á a cada 02 (dois) anos.

Art. 10. Em situação de desinteresse, previstas regimentalmente, de segmentos descritos no inciso II do artigo 4º da presente Lei, seja no preenchimento de sua representatividade quando da escolha e ou indicação dos membros titulares e ou suplentes do respectivo segmento ou no comparecimento às assembleias convocadas pelo Conselho, poderá o COMPHAC, através da Fundação Cultural, publicar um edital de vagas remanescentes para preenchimento das mesmas.

Art. 11. O presidente e o vice-presidente do COMPHAC serão eleitos entre seus pares, através de chapa, com o voto favorável da maioria simples do total de conselheiros.

Art.12. No caso de ausência ou impedimento do presidente o vice assume automaticamente, e no caso de ausência ou impedimento do vice também, uma nova eleição deverá ser realizada entre os conselheiros.

Parágrafo Único – A Fundação Cultural disponibilizará de servidor do quadro próprio para secretariar e auxiliar administrativamente o COMPHAC.

Art. 13. As datas de inscrição das chapas e de votação devem ser estabelecidas pelo Plenário, e a votação no plenário deve ser aberta.

Art. 14. Em caso de o presidente e o vice-presidente do COMPHAC estarem impedidos, devido a não representatividade da área será estabelecida nova eleição

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 15. São atribuições dos membros do Conselho:

I. Participar das reuniões;

II. Relatar e discutir os processos que forem atribuídos e sobre eles proferir voto;

III. Participar das discussões e deliberações do Conselho;

IV. Determinar, quando relator, as providências necessárias à boa instrução de cada processo, inclusive solicitar diligência;

V. Solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença, em sessão, do postulante ou titular de qualquer órgão informante para as entrevistas que se fizerem indispensáveis;

VI. Solicitar, em plenário, esclarecimentos que julgar necessário;

VII. Pedir vista de processo e requerer adiamento de votação;

VIII. Fazer indicação, requerimentos e propostas relativas a assuntos de exclusiva competência do COMPHAC;

IX. Propor convocações de sessões extraordinárias com aprovação mínima de 1/3 das titularidades;

X. Propor emendas ou reformas deste regimento;

XI. Declarar-se impedido;

XII. Sugerir a instalação de comissões especiais para assuntos específicos;

XIII. Exercer outras atribuições que forem determinadas pela Presidência.

Parágrafo primeiro: Poderá ser concedida licença temporária ao Conselheiro, em caso de problema de saúde, licença maternidade, missão relevante, realização de estudos ou de assuntos particulares, por aprovação da Plenária.

Art. 16. As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão suspensas, 15 (quinze) minutos após o horário previsto para o início da sessão, em caso de insuficiência de "quórum".

Art.17. Os casos omissos serão resolvidos em Plenário, por maioria simples dos Conselheiros.

Art. 18º. São órgãos integrantes do COMPHAC:

I – Plenário;

II – Presidência;

III – Secretaria.

Art. 19. Ao plenário compete:

I- Deliberar sobre assuntos de sua competência legal e regimental, constantes da ordem do dia da reunião, convocada com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias;

II- Julgar e decidir sobre os assuntos encaminhados pela presidência;

III-Dispor sobre normas e baixar atos relativos ao seu funcionamento, na forma de sua competência;

IV-Aprovar cronograma anual de trabalho, na primeira sessão de cada ano;

V- Aprovar alterações deste regimento.

Art.20. As decisões do COMPHAC serão expressas por resoluções, assinadas pelo presidente.

Parágrafo único: As resoluções do COMPHAC devem ser assinadas pelo Presidente, no prazo máximo de 10 (dez) dias após as deliberações do Plenário, e têm eficácia normativa e executiva no âmbito da Fundação Cultural de Canoinhas, devendo ser publicadas no órgão oficial do município.

Art.21. O quórum mínimo para as reuniões do COMPHAC será a presença de maioria simples do total dos conselheiros com direito a voto, em primeira chamada. Não havendo quórum em segunda chamada, a reunião poderá ocorrer com os presentes, porém, não poderão ocorrer deliberações.

Art. 22. As deliberações do COMPHAC serão aprovadas com o voto favorável de maioria simples mais um dos conselheiros.

Art. 23. O COMPHAC reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, em sessão plena, mediante convocação do Presidente ou de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho.

Parágrafo primeiro: As decisões do COMPHAC são passíveis de recurso à Fundação Cultural de Canoinhas que nomeará comissão para realização de parecer sobre o recurso, que voltará ao Conselho para nova deliberação irrecorrível.

Parágrafo segundo: Os recursos devem ser protocolados na Fundação Cultural de Canoinhas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação da decisão, em petição fundamentada.

Art.24. As sessões da Plenária serão públicas, podendo ser assistidas por terceiros interessados, com direito a voz, a critério da plenária, e no tempo estabelecido por esta, sem direito a voto.

Parágrafo único: A solicitação de manifestação, por terceiros, deverá ser feita ao Presidente do COMPHAC, a qualquer momento, e a solicitação de inclusão de pauta deverá ser feita impreterivelmente antes da sessão.

Art.25. Em cada sessão haverá:

I – Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior;

II – Expediente;

III – Ordem do dia;

IV – Outras manifestações.

Art.26. O tempo de exposição e discussão de cada assunto a cada reunião será determinado de acordo com a pauta pré-estabelecida, e a ordem do dia será estabelecida pela Presidência, salvo quando se tratar de convocação extraordinária por iniciativa dos conselheiros.

Art.27. O Conselheiro e/ou suplente que faltar deixando destituída a representatividade da área ou instituição, durante o ano, sem motivos justificados, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 03(três) intercaladas, seja na Câmara, seja no Plenário, será compulsoriamente destituído.

Parágrafo primeiro: No caso de destituição de Conselheiro, o Presidente tomará, no mesmo ato, providências para a convocação do substituto, sendo nomeado o suplente através de nova indicação do segmento.

Art.28. As justificativas de ausência deverão ser encaminhadas por meio eletrônico oficial ou impresso para a secretaria do conselho com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Parágrafo único: Em caso de força maior, a justificativa de ausência deverá ser feita em, no máximo, 05 (cinco) dias após a reunião.

Art. 29. Independentemente das reuniões ordinárias, o COMPHAC reunir-se-á uma vez ao ano para avaliação das atividades e dos serviços prestados pela Fundação Cultural de Canoinhas.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA

Art. 30. O presidente e o vice-presidente do COMPHAC serão eleitos entre seus pares, através da chapa, com o voto favorável da maioria simples do total de conselheiros.

Art.31. O presidente do COMPHAC tem como atribuições:

I. Convocar e presidir o Conselho;

II. Instituir comissões especiais para assuntos específicos;

III. Acompanhar o desenvolvimento das políticas e atividades da Fundação Cultural de Canoinhas;

IV. Baixar resoluções das decisões do COMPHAC;

V. Adotar providências urgentes, ad referendum do COMPHAC, submetendo-as a apreciação deste na primeira reunião subsequente, limitadas a 03 decisões por ano.

VI. Exercer o poder disciplinar na forma da lei e deste regimento.

CAPÍTULO V

DAS OUTRAS DELIBERAÇÕES

Art. 32. As sessões da Plenária do COMPHAC terão duração de 01 (uma) hora, podendo se estender até 03 (três) horas.

Art.33. Quando da convocação da reunião plenária do COMPHAC, os Conselheiros deverão receber, anexa ao expediente de convocação, síntese das matérias, para decisão em plenária.

Parágrafo único: Os processos e pareceres ficarão à disposição dos conselheiros, para consulta e análise, na Secretaria do Conselho.

Art. 34. Este Regimento foi aprovado pelo COMPHAC em reunião realizada no dia 04 de abril de 2019.

Polyanna Orlonski Fuck

Presidente COMPHAC

RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2019

Publicação Nº 1980482

RESOLUÇÃO 03/2019

Prorrogar o período de Inscrições de Organizações da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA –COMDE, por meio de seu presidente, Sr. Elcio Munhoz, no uso de suas atribuições legais, torna público que:

CONSIDERANDO que não houve inscrições correspondentes ao número de Organizações da Sociedade Civil necessárias para a realização do Fórum de Eleição;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

RESOLVE

Art.1º - Prorrogar o período de inscrições para o Fórum de Eleição das Organizações da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de 10 de abril de 2019 a 12 de abril de 2019.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 09 de abril de 2019.

Elcio Munhoz

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2019

Publicação Nº 1980438

RESOLUÇÃO N.º 04/2019

DISPÕE SOBRE a aprovação dos planos de aplicação referente a REPROGRAMAÇÃO DE SALDOS de 2018 (Superávit 2019) do recurso federal destinados à proteção social básica e Proteção social especial, BPC NA ESCOLA, IGD-SUAS, IGD-PBF, ACESSUAS TRABALHO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PETI.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o Decreto Municipal nº. 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação dos Planos de Aplicação referente à reprogramação de Saldos do ano de 2018 e anos anteriores do Recurso Federal;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social reunido ordinariamente em 04 de abril de 2019;

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2018 (Superávit 2019) do Recurso Federal destinado à Proteção Social Básica no valor de R\$ 47.653,84 do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e R\$ 116.857,08 do Piso Básico Fixo /PAIF, totalizando o valor de R\$ 164.510,92.

Artigo 2º - Aprovar o Plano de Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2018 (Superávit 2019) do Recurso Federal destinado à Proteção Social Especial de Média Complexidade (exceto piso de transição) no valor total de R\$ 9.896,96.

Artigo 3º - Aprovar o Plano de Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2018 (Superávit 2019) do Recurso Federal destinado à Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Casa Santa Clara) no valor total de R\$ 92.059,53.

Artigo 4º - Aprovar o Plano de Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2018 (Superávit 2019) do Recurso Federal destinado ao Programa BPC na Escola no valor total de R\$ 7.201,09.

Artigo 5º - Aprovar o Plano de Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2018 (Superávit 2019) do Recurso Federal destinado à Gestão IGD-SUAS no valor total de R\$ 20.592,41.

Artigo 6º - Aprovar o Plano de Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2018 (Superávit 2019) do Recurso Federal destinado ao Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD/PBF no valor de R\$ R\$ 33.139,48 e conta alienação no valor de R\$ 10.383,34.

Artigo 7º - Aprovar o Plano de Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2018 (Superávit 2019) do Recurso Federal destinado ao cofinanciamento do Programa ACESSUAS Trabalho no valor de R\$ 2.070,94 e Superávit de exercícios anteriores no valor de R\$ 18.612,40, totalizando o valor de R\$ 20.683,34.

Artigo 8º - Aprovar o Plano de Aplicação referente à Reprogramação dos Saldos do ano de 2018 (Superávit 2019) do Recurso Federal destinado ao cofinanciamento das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no valor de R\$ 15.344,91 e Superávit de exercícios anteriores no valor de R\$ 11.991,26, totalizando o valor de R\$ 27.336,17.

Artigo 9º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 04 de abril de 2019.

Vilcéia Regina Tavares Magalhães

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2019

Publicação Nº 1980442

RESOLUÇÃO N.º 05/2018

DISPÕE SOBRE a aprovação dOs planos de aplicação referente aos recursos federais 2019

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o Decreto Municipal nº. 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação dos Planos de Aplicação referente aos Recursos Federais de 2019 destinado à Proteção Social Básica, BPC na Escola e IGD-PBF;

Considerando a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social reunido ordinariamente em 04 de abril de 2019;

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Aplicação referente ao Recurso Federal para o ano de 2019 destinado à Proteção Social Básica no valor total de R\$ 51.650,00.

Artigo 2º - Aprovar o Plano de Aplicação referente ao Recurso Federal do Programa BPC na Escola para o ano de 2019 no valor total de R\$ 40,00.

Artigo 3º - Aprovar o Plano de Aplicação referente ao Recurso Federal do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF para o ano de 2019 no valor de R\$ 50.000,00.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 04 de abril de 2019.

Vilcéia Regina Tavares Magalhães

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Capinzal

PREFEITURA

Lei nº 3.316/2019

Publicação Nº 1980717

LEI No 3.316, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Proíbe a inauguração e a entrega de obras públicas municipais incompletas, sem condições de atender aos fins a que se destinam ou impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam proibidas a inauguração e a entrega de obras públicas municipais:

I - incompletas;

II - sem condições de atender aos fins a que se destinam; ou

III - impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato.

Parágrafo único. Serão passíveis de entrega as obras públicas cujas etapas parciais tenham sido executadas e estejam em condições de utilização pela população, sendo vedadas solenidades para esse fim.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se obras públicas municipais:

I – incompletas: aquelas cujas etapas de construção e especificações técnicas previstas em seu projeto não estejam completamente concluídas;

II - sem condições de atender aos fins a que se destinam: aquelas que não possuam quantidade mínima de profissionais e materiais necessários para prestar o serviço; e

III - impossibilitadas de entrar em funcionamento imediato: aquelas para as quais haja impedimento legal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de abril de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0003/2019

Publicação Nº 1980362

PORTARIA Nº 0003, DE 02 DE JANEIRO DE 2019

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79 da Lei Complementar n. 006/1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 02 de janeiro a 01 de maio de 2019, conforme atestado médico, à servidora Ana Paula Franceschi Savariz, matrícula nº 326461/01, ocupante do cargo de Professor de Informática, nível 231, referencia G, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

PORTARIA 0060/2019

Publicação Nº 1980924

PORTARIA Nº 0060, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Exonera servidor na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal n. 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal n. 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, o servidor Valdir Tenutti, matrícula nº 320188/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência H, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Infraestrutura, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Fica indenizada na rescisão do servidor a Licença Prêmio adquirida, na forma da Lei Complementar Municipal n. 006/91, e não gozada durante o exercício da função, referente ao seguinte quinquênio:

I. 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI
Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0061/2019

Publicação Nº 1980926

PORTARIA Nº 0061, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Exonera servidor na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal n. 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal n. 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, o servidor Valmir Antonio Soares, matrícula nº 320250/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência J, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Infraestrutura, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Ficam indenizadas na rescisão do servidor as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal n. 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referentes aos seguintes quinquênios:

- I. 01 de outubro de 1986 a 30 de setembro de 1991;
- II. 01 de outubro de 1991 a 30 de setembro de 1996;
- III. 01 de outubro de 1996 a 30 de setembro de 2001;
- IV. 01 de outubro de 2001 a 30 de setembro de 2006;
- V. 01 de outubro de 2006 a 30 de setembro de 2011;
- VI. 01 de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI

Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0062/2019

Publicação Nº 1980927

PORTARIA Nº 0062, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Exonera servidor na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal n. 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal n. 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, o servidor Sidenei Bressan, matrícula nº 319023/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Ônibus do Transporte Coletivo, nível 185, referência D, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Infraestrutura, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Ficam indenizadas na rescisão do servidor as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal n. 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referentes aos seguintes quinquênios:

I. 18 de novembro de 2008 a 17 de novembro de 2013;

II. 18 de novembro de 2013 a 17 de novembro de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI

Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 0069/2019

Publicação Nº 1980932

PORTARIA Nº 0069, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Exonera servidor na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal n. 006/91, demais legislação pertinente, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 31, inciso V, da Lei Complementar Municipal n. 006/91, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, que assim dispõe: Artigo 31 - A vacância de cargo público decorre de: [...] V – aposentadoria;

CONSIDERANDO a expressa disposição legal, de que a concessão de aposentadoria, independente de qual seja o regime de previdência, gera a vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que a vacância é ato administrativo pelo qual o servidor é desligado do cargo, emprego ou função, rompendo o vínculo jurídico existente entre o Servidor e a Administração Pública, ensejando a exoneração e a impossibilidade de permanência na atividade laboral;

CONSIDERANDO que o Servidor encontra-se na situação de aposentado, conforme informações oficiais disponibilizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

CONSIDERANDO que foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à Servidora em sede administrativa, concedido conforme Notificação Extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, acerca da desnecessidade de instauração de processo administrativo específico, mesmo que se trate de servidor público efetivo.

CONSIDERANDO as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC a respeito da vacância do cargo efetivo em razão da aposentadoria do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada, por motivo de vacância do cargo decorrente de aposentadoria, o servidor Assis Girioli, matrícula nº 306690/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência J, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria da Infraestrutura, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Ficam indenizadas na rescisão do servidor as Licenças Prêmio adquiridas, na forma da Lei Complementar Municipal n. 006/91, e não gozadas durante o exercício da função, referentes aos seguintes quinquênios:

- I. 08 de fevereiro de 1991 a 07 de fevereiro de 1996;
- II. 08 de fevereiro de 1996 a 07 de fevereiro de 2001;
- III. 08 de fevereiro de 2001 a 07 de fevereiro de 2006;
- IV. 08 de fevereiro de 2006 a 07 de fevereiro de 2011;
- V. 08 de fevereiro de 2011 a 07 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI

Secretário da Infraestrutura

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA DE 09/04/2019

Publicação Nº 1980544

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
9 DE ABRIL DE 2019

- Aprovada a Ata nº 2.996, de 2019, referente à Sessão Plenária do dia 26/3/2019.
- Leitura dos ofícios recebidos e expedidos.
- Leitura do ofício recebido dos Vereadores Bruno Michel Fávero e Gilmar Junior da Silveira, solicitando a retirada dos Projetos de Lei Legislativos números 4 e 5, de 2019, de suas autoria.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:
Ø Projeto de Lei Legislativo nº 12, de 2019, de autoria dos Vereadores Bruno Michel Fávero e Gilmar Junior da Silveira, que determina a aquisição de 10% (dez por cento) de livros em formatos acessíveis pelas bibliotecas públicas e das escolas municipais de Capinzal, para benefício de pessoas com deficiência e auditiva visual.
à O projeto foi encaminhado as Comissões competentes para análise e Pareceres.
- Aprovado:
Ø Parecer Arquivando o Processo de Cassação do Mandato do Prefeito Municipal nº 1, de 2019.
Ø Requerimento nº 6, de 2019, de autoria do Vereador Bruno Michel Fávero, solicitando que o Secretário de Administração e Finanças e o responsável pelo Setor de Tributação compareçam a essa Casa Legislativa e façam uso da tribuna na sessão plenária do dia 16 de abril de 2019, às 19 horas, para prestar maiores esclarecimentos a respeito da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e da taxa de coleta de resíduos sólidos.
- Expediente dos Vereadores: Indicações: o Vereador Bruno Michel Fávero solicitou reparos e troca de alguns brinquedos que estão deteriorados no parquinho infantil junto a área de lazer Doutor Arnaldo Favorito no centro de Capinzal e para rever o trevo de entrada para o Alto São Roque junto ao contorno viário de Capinzal. O Vereador Valmor de Vargas solicitou redutor de velocidade, e iluminação no poste na rua que dá acesso a empresa Rosset, logo após entrada para Lauro Miller, em frente a residência do casal Albino e Maria Rosseti e a instalação de uma lixeira comunitária na Rua Leonardo Spadini no entroncamento com Rua Rosa Ferro Viecelli e também a limpeza da Rua Rosa Ferro Viecelli, no centro de Capinzal. O Vereador Kelvis Borges solicitou para que seja feita pavimentação asfáltica na Rua Elvira Hackmann, que hoje é e calçamento, próximo ao Centro de Capinzal. Os Vereadores Gilmar Junior da Silveira e Bruno Michel Fávero solicitaram a contratação de um médico GERIATRA, para atender os idosos do nosso município. Pedidos de Informações: o Vereador Lucas Antonio Dorini solicitou informações sobre parceria entre a Fundação Municipal de Esporte – FME, e a AGN, nas categorias de base. O Vereador Valmor de Vargas solicitou informações referentes às indicações: 181 de 2018, 348 de 2017 e a 65 de 2018 todas com relação à comunidade de Vidal Ramos. O Vereador Gilmar Junior da Silveira solicitou informações sobre a situação atual da Equipe Feminina de Bocha. O Vereador Kelvis Borges solicitou informações respeito à contratação de mão de obra na preparação e pintura de paredes, conforme empenhos: nº 2018110005598 de 16/11/2018, empenho nº 2019010000141 de 23/01/2019 e, empenho nº 2019020000568 de 15/02/2019.
- Palavra Livre.
- Convocação dos Vereadores para Sessão Plenária, no dia 16 de abril de 2019, às 19 horas.
- O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas" e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.
Câmara de Vereadores, 10 de abril de 2019.
Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/08/2019**

Publicação Nº 1981647

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/08/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/144/2019

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de combustíveis (ÓLEO DIESEL S-10 E ÓLEO DIESEL S-500).

TIPO: menor preço por item.

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 25 de abril de 2019.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 11 de abril de 2019.

Francieli A. da Rosa
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/09/2019

Publicação Nº 1980957

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/09/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: RIQUETI VITALE ENGENHARIA EIRELI EPP.

CNPJ DO CONTRATADO: 15.576.566/0001-33

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/67/2018, PARA ACRÉSCIMO DO VALOR ORIGINALMENTE CONTRATADO, COM FUNDAMENTO NO § 1º, DO ART. 65, DA LEI N.º 8.666/93.

OBRA: CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE DESÁGUE DE LODO.

VALOR: R\$ 2.078,06 (DOIS MIL, SETENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 20/06/2019.

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO – DIRETOR GERAL

PELA CONTRATADA: HERMANO DE BARBA RIQUETI – SÓCIO ADMINISTRADOR

PORTARIA N º 19/2019/SIMAE-CAO

Publicação Nº 1980725

PORTARIA N º 19/2019/SIMAE-CAO, de 09 de abril de 2019.

“Reajusta os valores das tarifas de água e esgoto, serviços e infrações previstas no regulamento de prestação dos serviços de água e esgoto”.

O Diretor do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei e com fulcro no artigo 2º, das Leis Municipais nº 2.022/97 (Capinzal) e nº 1.378/96 (Ouro), bem como ao disposto no artigo 113, dos Decretos Municipais nº 059/2014 e 189/2014 de Capinzal e Ouro, respectivamente,

RESOLVE:

Art. 1º Reajustar em 3,94% (três virgula noventa e quatro por cento) os valores das tarifas, serviços e infrações constantes nos Anexos I, II e III dos Decretos nº 059/2014 e 189/2014, dos municípios de Capinzal e Ouro, respectivamente.

Art. 2º A aplicação do reajuste incidirá sobre os valores vigentes no mês de abril/2019 e serão aplicados às faturas vencíveis a partir de 12 de junho de 2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

ANEXO I - TABELA DE TARIFAS

Tarifa Básica Operacional (TBO)

Categoria	Valor (R\$)
SOCIAL	11,85
RESIDENCIAL	23,71
COMERCIAL	44,09
INDUSTRIAL	44,09
PÚBLICA	44,09

NOTA:

Aos imóveis que possuem ligação a rede coletora de esgoto, serão acrescidos aos valores 80% (oitenta por cento), a título de TBO (Tarifa Básica Operacional) dos respectivos serviços de esgotamento sanitário.

Tarifa de Água

CATEGORIA SOCIAL	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 – 10	R\$ 1,06
11 – 15	R\$ 4,54
16 – 25	R\$ 6,61
26 – 50	R\$ 7,92
Acima de 50	R\$ 9,23

CATEGORIA RESIDENCIAL	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 – 10	R\$ 2,13
11 – 15	R\$ 4,54
16 – 25	R\$ 6,61
26 – 50	R\$ 7,92
Acima de 50	R\$ 9,23

CATEGORIA COMERCIAL / INDUSTRIAL / PÚBLICA	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 – 10	R\$ 3,99
11 – 30	R\$ 7,99
31 – 100	R\$ 9,38
Acima de 100	R\$ 10,82

NOTA:

Aos imóveis que possuem ligação a rede coletora de esgoto, serão acrescidos aos valores 80% (oitenta por cento), a título de tarifas dos respectivos serviços de esgotamento sanitário.

ANEXO II - TABELA DE SERVIÇOS

SERVIÇOS:	VALOR (R\$)
1. Ligação de água	386,49
2. Ligação de esgoto	309,19
3. Mudança de ligação de água	69,00
4. Hora de máquina retroescavadeira / caminhão	55,19
5. Restabelecimento do fornecimento de água	34,50
6. Desligamento de água solicitado pelo usuário	34,50
7. Ligação temporária de água	138,02
8. Ligação temporária de esgoto	110,41
9. Mão de obra de servidor/hora	22,07
10. Verificação de hidrômetro	34,50

NOTA:

A execução das ligações de água e/ou de esgoto para USUÁRIOS enquadrados na categoria social será realizada pelo custo de 50% do valor.

ANEXO III - TABELA DE INFRAÇÕES

INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ÁGUA:	VALOR (R\$)
1. Efetuar ligações clandestinamente dos serviços de abastecimento de água.	690,14
2. Executar derivações de tubulações para receber água antes da sua passagem pelo medidor (hidrômetro) instalado na ligação ou na fonte alternativa de água, permanentemente ou transitoriamente.	386,49
3. Injetar água, ar ou outra substância, nas instalações internas do imóvel, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que possam modificar a qualidade da água e as condições da rede de abastecimento.	276,06
4. Injetar água, ar ou outra substância, nas instalações internas do imóvel, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que modifiquem e/ou afetem a qualidade da água e as condições da rede de abastecimento.	2.070,44
5. Violar dispositivo de interrupção do fornecimento de água (violação de corte)	138,02
6. Valer-se de outra fonte de abastecimento diversa da rede de abastecimento de água, sem autorização da AUTARQUIA, ou misturar água de outra fonte à água fornecida pela AUTARQUIA.	82,82
7. Realizar ou permitir a derivação na instalação interna de seu imóvel para fornecer água a outro imóvel.	82,82
8. Manter as instalações internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas.	82,82
9. Impedir a verificação, manutenção, reparo, ou leitura do hidrômetro da respectiva ligação e da fonte alternativa de água, pela AUTARQUIA.	82,82
10. Negar-se a modificar ou adequar o PADRAO DA LIGAÇÃO, dificultando o acesso aos equipamentos e a medição do consumo.	82,82
11. Utilizar de forma inadequada as Instalações Internas, criando risco à potabilidade da água, ou causar contaminação da Rede de Abastecimento de Água.	165,64
12. Interligar as redes internas do imóvel abastecidas pelo sistema de água da AUTARQUIA com redes de outras fontes alternativas de abastecimento.	82,82
13. Permitir a sucção de águas e outros líquidos contaminantes provenientes de fontes distintas do sistema de abastecimento de água da AUTARQUIA e/ou de atividades ou empreendimentos realizados pelo USUÁRIO.	759,15
14. Adulterar ou manipular a ligação, o hidrômetro e os lacres internos da caixa de proteção do hidrômetro.	96,57
15. Danificar ou retirar o hidrômetro instalado na ligação ou na fonte alternativa de água.	345,07
16. Não permitir a instalação de hidrômetro na fonte alternativa de água, para fins de verificação de que a fonte não está sendo utilizada.	414,09
17. Instalar bombas ou outros dispositivos que modifiquem ou possam afetar a qualidade da água e condições operacionais da rede de abastecimento.	345,07
18. Inobservar as normas e/ou orientações técnicas da AUTARQUIA na execução de obras e serviços de água.	414,09
19. Alterar projeto de instalação de água em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização da AUTARQUIA.	2.070,44
20. Iniciar obras de instalação de sistemas de abastecimento de água em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da AUTARQUIA.	2.760,60
21. Desrespeitar o plano de racionamento e as regras excepcionais, nas situações de emergência, calamidade pública, instituídas em caráter emergencial pelo município.	138,02
22. Não possuir reservatório instalado e em funcionamento para abastecer o imóvel segundo sua finalidade e ocupação.	82,82

INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ESGOTO:	VALOR (R\$)
1. Lançar esgoto, clandestinamente ou fazer ligação clandestina no Sistema de Coleta de Esgoto.	483,08
2. Efetuar lançamentos diversos dos previstos no Regulamento, inclusive de água servida proveniente de fontes alternativas ao sistema público de abastecimento, ainda que hidrometradas, sem prévia autorização da AUTARQUIA.	276,05
3. Efetuar lançamentos de efluentes e ou resíduos industriais, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que modifiquem ou possam afetar a característica do esgoto doméstico e as condições da rede coletora de esgoto.	552,12
4. Lançar águas pluviais e de piscinas na rede de esgotos.	82,82
5. Efetuar despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio.	203,12
6. Efetuar ou permitir a derivação de tubulações para coleta de esgoto de outro ou para outro imóvel, sem a autorização da AUTARQUIA.	82,82
7. Manter as Instalações Internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas.	82,82
8. Não possuir caixa de gordura de esgotos instalada no imóvel.	82,82
9. Impedir a fiscalização, manutenção ou reparo da respectiva ligação pela AUTARQUIA.	82,82
10. Negligenciar a manutenção das instalações sanitárias internas ou deixar de reparar rompimentos e vazamentos havidos em instalações internas.	82,82
11. Alterar projeto de instalação de esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização da AUTARQUIA.	2.070,44
12. Iniciar obras de instalação do sistema de esgotamento sanitário em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da AUTARQUIA.	2.760,60

PORTARIA N º 20/2019/SIMAE-CAO

Publicação Nº 1980218

PORTARIA N º 020/2019/SIMAE-CAO, de 10 de abril de 2019.

Concede férias ao Servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor José Ricardo Batistelli, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, padrão 03.06 nível 01 ref. D, referente, período aquisitivo de 08.11.2017 a 07.11.2018, com período de fruição de 02 a 31 de maio de 2019.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

Catanduvas

PREFEITURA

ADENDO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2019 - PREGÃO Nº 0040/2019

Publicação Nº 1981551

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0060/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2019

Objeto: Registro de preço para futura contratação de empresa para obra de abrigos de passageiros em Catanduvas - SC, incluindo mão de obra e aquisição de materiais, conforme projeto.

ADENDO Nº 001 ÀO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2019

O Município de Catanduvas, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas, SC, representado pelo Sr. Paulo Constante Fuga, digníssimo Prefeito Municipal em exercício, TORNA PÚBLICO a ocorrência de ALTERAÇÃO no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 0040/2019, na seguinte conformidade:

1. Considerando a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, a Comissão de Licitações resolve alterar o descritivo das alíneas "i e j" do item 6 do edital, passando a vigorar com a seguinte redação:

i) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pela Entidade profissional Competente CREA/CAU;

j) Certidão de Registro de Pessoa Física, expedida pela Entidade Profissional competente CREA/CAU;

2. A abertura dos envelopes da proposta comercial será às 13h45min do dia 17 de abril de 2019.

3. Ficam mantidos todos os itens do presente edital;

4. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica INALTERADO, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 13h45min do dia 17 de abril de 2019.

Catanduvas, 10 de abril de 2019.
PAULO CONSTATE FUGA
Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2019 - PREGÃO Nº 0043/2019

Publicação Nº 1981533

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2019

Objeto: Aquisição de persianas e cortinas e reforma de cadeiras para a Secretaria de Educação, Escola Alfredo Gomes e Augustinho Marcon, visando à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do município de Catanduvas - SC.
Abertura das Propostas: 08h30min, do dia 23 de abril de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 09 de abril de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 09 de abril de 2019.

Elenir Fátima Chinato
Secretária Municipal Educação, Cultura e Desporto

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2019 - PREGÃO Nº 0044/2019

Publicação Nº 1981549

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044/2019

Objeto: Aquisição de material didático (sistema de ensino) para utilização no processo educacional dos alunos da Rede municipal de Ensino Fundamental do Município de Catanduvas - SC.
Abertura das Propostas: 14h00min, do dia 23 de abril de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 09 de abril de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 09 de abril de 2019.

Elenir Fátima Chinato
Secretária Municipal Educação, Cultura e Desporto

DECRETO 2.493/2019

Publicação Nº 1981515

DECRETO Nº 2.493/2019, DE 04 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA OS NOVOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS) DE CATANDUVAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PAULO CONSTANTE FUGA, Prefeito em exercício de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Lei nº 2.589/2017, de 16 de agosto de 2017 e na Lei nº 2.623/2018, de 05 de abril de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS) DE CATANDUVAS/SC, conforme previsto no artigo 2º da Lei nº 2.589/2017, de 16 de agosto de 2017, alterado pela Lei nº 2.623/2018, de 05 de abril de 2019:

I. REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

1) Secretaria Municipal de Planejamento, com vinculação ao meio ambiente:

Titular: SUELLEN KARINE SERVELIN

Suplente: DÉBORA DE ANDRADE

2) Diretoria Municipal de Agricultura:

Titular: LUCIMAR MIGUEL CORREIA

Suplente: VALDIR VALTER PISSOLI

3) Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Titular: MÁRCIA PASQUALI

Suplente: CRISTIANO DE BRITO

4) Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: CRISTIANO BEGNINI

Suplente: ANDRÉ ALVÍCIO ATZ

5) Escritório local da EPAGRI:

Titular: FÁBIO ARENHART

Suplente: ELINÉIA FERNANDA COSTA

6) Escritório local da CIDASC e ICASA:

Titular: MARTIN DE MARCO

Suplente: ELISANGELA REGINA MOLOSSI

II. REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

1) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas/SC

Titular: ARLINDO KATSCHOR

Suplente: VITOR ALBRECHT

2) Sindicato dos Empregadores Rurais de Catanduvas/SC:

Titular: DIOMAR BEGNINI
Suplente: TATIANI PICHININI

3) Moradores das localidades de Pedra Lisa e Assentamento Santa Rita:
Titular: ALTAMIR RIGO
Suplente: CELSO PELENTIR

4) Moradores das localidades de São José e do entorno da sede do Município:
Titular: ALTAIR DALCIERO
Suplente: ARI JUNIOR DE LIMA

5) Moradores das localidades de Vera Cruz e de Jacutinga:
Titular: NORBERTO MORESCO
Suplente: GUSTAVO FELIPE MORAES CHIUCHI

6) Associação de Incentivo e Desenvolvimento Rural de Catanduvas - AIDEC:
Titular: VALMIR ZUCHI
Suplente: CEZAR ANTONIO SOUZA

Art. 2º. Os membros ora nomeados terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, nos termos do artigo 3º da Lei nº 2.589/2017, de 16 de agosto de 2017.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) do Município de Catanduvas/SC elaborará, num prazo de 60 (sessenta dias) a contar da data de publicação deste Decreto, o seu Regimento Interno, o qual será referendado por maioria simples de seus membros e homologado pelo Prefeito deste Município, conforme dispõe o artigo 10 da aludida Lei.

Art. 4º. Pela participação, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.589/2017, de 16 de agosto de 2017.

Catanduvas/SC, 04 de abril de 2019.
PAULO CONSTANTE FUGA
Prefeito em exercício de Catanduvas

DECRETO 2.494/2019

Publicação Nº 1981538

DECRETO Nº 2.494 /2019, DE 04 DE ABRIL DE 2019.

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE MENCIONA.

PAULO CONSTANTE FUGA, Prefeito de Catanduvas em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pelo Presidente da Comissão Processante,
DECRETA:

Art. 1º. Prorroga-se pelo prazo de 60 (sessenta) dias a conclusão da sindicância administrativa e dos processos administrativos abaixo relacionados:

- (a) sindicância administrativa nº 017/2019, instaurada pelo Decreto nº 2.450/2018;
- (b) processo administrativo nº 025/2017, instaurado pelo Decreto nº 2.306/2017;
- (c) processo administrativo nº 028/2017, instaurado pelo Decreto nº 2.316/2017;
- (d) processo administrativo nº 030/2017, instaurado pelo Decreto nº 2.319/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 04 de abril de 2019.
PAULO CONSTANTE FUGA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO 2.495/2019

Publicação Nº 1981541

DECRETO Nº 2.495/2019, DE 04 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CONSTANTE FUGA, Prefeito Municipal de Catanduvas em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de se avaliar os imóveis beneficiados com as obras de calçamento em paralelepípedos regulares, a serem custeadas por Contribuição de Melhoria a ser instituída.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Avaliação de Imóveis, os seguintes componentes:

I. Daniel Poier

II. Ademar João Nichetti

III. Débora Andrade

Art. 2º. A comissão deverá, considerando a localização, o mercado imobiliário, e outros eventuais componentes apropriados para avaliação de imóveis, avaliar e atribuir valor genérico, quadra a quadra, aos terrenos localizados na Rua Júlio de Castilhos, no trecho entre a Rua da Liberdade e a Rua Santa Catarina.

Art. 3º. Deverão ser feitas duas avaliações, uma antes do início das obras e outra, após a conclusão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas (SC), 04 de abril de 2019.

PAULO CONSTANTE FUGA

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO 2.496/2019

Publicação Nº 1981543

DECRETO Nº 2.496/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO PRÉDIO DA SEDE DA PREFEITURA.

PAULO CONSTANTE FUGA, Prefeito Municipal de Catanduvas em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o horário de expediente no prédio da sede da Prefeitura Municipal de Catanduvas, que a partir de 15 de abril de 2019 passa a ser das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 09 de abril de 2019.

PAULO CONSTANTE FUGA

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO 2.497/2019

Publicação Nº 1981545

DECRETO Nº 2.497/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019

NOMEIA COMISSÃO PARA INSTRUIR A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTAURADA PELO DECRETO Nº 2.295/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas- SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e art. 151 da Lei Complementar 19/2002, e

CONSIDERANDO o acúmulo de trabalho da Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar e a necessidade de dar bom andamento aos trabalhos;

DECRETA:

Art. 1º. Nomeio para compor a Comissão Processante da Sindicância Administrativa instaurada pelo Decreto nº 2.295/2017, de 18 de agosto de 2017, os servidores MICHELE CRISTINE CAMARGO, FRANCIELE DOS SANTOS e DIEGO GREZELE, que sob a presidência da primeira, deverão instruir o processo administrativo em questão.

Art. 2º. A comissão terá um prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação do presente Decreto, para concluir os trabalhos e apresentar relatório final.

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 09 de abril de 2019.

PAULO CONSTANTE FUGA

Prefeito Municipal em exercício

CÂMARA MUNICIPAL**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2018**

Publicação Nº 1980440

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2018

A Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na RUA SEVERIANO GUERREIRO, s/n, nesta, cidade de CATANDUVAS, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 73.240.236/0001-79, neste ato representado pela Senhor IVACIR CARDOSO MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 025.084.849-03, e,

CONTRATADA:

A EMPRESA JORNALISTICA O FATO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 19.752.001/0001-54, com sede à Rua Santa Catarina, nº 215, sala A, Bairro Regina, nesta cidade de Catanduvas - SC, representada neste ato pela sua administradora senhora Neusa D'Ávila, inscrita no CPF nº 837.190.839-34, doravante simplesmente designada contratada.

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 13 de março de 2018.

CONSIDERANDO, que a contratada fornece serviços de imprensa escrita, visando a publicação dos atos oficiais e informativos do Poder Legislativo, tudo conforme edital de Processo Licitatório nº 01/2018, com número indeterminado de folhas, incluindo pré divulgação de eventos entre outros;

CONSIDERANDO que conforme cláusula quinta, item 5.5, a revisão contratual poderá ser intentada a qualquer tempo pela contratada objetivando o restabelecimento da relação e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsão legal art. 65, inciso II, da Lei nº 8666/93, necessário se faz o referido aditivo equilíbrio econômico do presente contrato.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O referente ADITIVO DE EQUILIBRIO ECÔNOMICO, terá sua vigência do dia 01/04/2019 à 31/12/2019, sendo atualizado pelo índice do IGPM FEV/2019 7,6157%, conforme item do contrato 5.4, ficando portanto o valor mensal de R\$ 860,93(oitocentos e sessenta reais e noventa e três centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, inc. II, alínea d, da Lei Federal nº 8.666 /1993 para objetivar o equilíbrio econômico-financeiro.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente termo Aditivo de prazo, em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas (SC), 15 de março de 2019.

IVACIR CARDOSO MOREIRA NEUSA D'ÁVILA
CÂMARA MUN. DE VEREADORES EMPRESA JORNALISTICA O FATO LTDA

Visto Jurídico:

MÔNIA KITIANE TONIAL - OAB/SC 38.589
Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Vereadores

TESTEMUNHAS

Testemunha: Testemunha:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 034/2019 PCS

Publicação Nº 1980498

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: LGTECH TECNOLOGIA E SERVIÇOS TÉCNICOS EM INFORMÁTICA LTDA.

Contrato nº: 034/2019 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES SERVIDORES REDE DE DADOS E AFINS, DE TODOS OS SETORES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 10/04/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do aditivo: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO 45 AO 55/2019

Publicação Nº 1980954

PREGÃO PRESENCIAL 10/2019
MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Contrato administrativo: 45 AO 55/2019

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

CONSTRUCER MAT. DE CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ: 051268930001-30, SITO À RUA DOM DANIEL HOSTIN – CENTRO – CELSO RAMOS/SC;

JOSE THIAGO DE SOUZA ME, inscrita no CNPJ: 12532054/0001-87, SITO À RUA NEREU RAMOS – CENTRO – CAMPOS NOVOS/SC;
AGROSURDI LTDA ME, inscrita no CNPJ: 15.099.797/0001-01, SITO À RUA DOM DANIEL HOSTIN, CENTRO – CELSO RAMOS/SC, neste ato representada por seu representante legal Sr. MARCO ANTONIO SURDI, CPF: 067.892.659-02;

ATILIO INDUSTRIA MADEIREIRA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 19.854.044/0001-07, SITO À RUA DOM DANIEL HOSTIN – CELSO RAMOS/SC;

ANTONIO MARCOS RAMOS, inscrita no CNPJ: 12.143.934/0001-61, SITO À RUA DOM DANIEL HOSTIN, CENTRO – CELSO RAMOS/SC;

BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 07.156.840/0001-97, SITO À BR 470 KM 315 – CAMPOS NOVOS/SC;

SARA COMERCIO EIRELI - ME inscrita no CNPJ: 26230554/0001-79, SITO À RUA SANTOS DUMONT – FRAIBURGO/SC;

SÓ LUZ COM. DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELLI EPP, inscrita no CNPJ: 07038642/0001-29, SITO À RUA MAL. DEODORO 530 – SALA 01 - CENTRO – CAMPOS NOVOS/SC;

ELTON LUIZ MADEIRA ME, inscrito no CNPJ: 27.666.061/0001-49, Avenida Rio Branco 404 – Torre I, centro – Florianópolis;

JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 01.276.199/001-54, RUA CORONEL FARRAPO, 1311 - CENTRO – CAMPOS NOVOS/SC;

VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ: 05.197.303/0001-60, SITO À RUA AUGUSTO GNEIDING, 810 - bloco B, Rio Negrinho/SC;

CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 07.955.338/0001-46, SITO À RUA CORONEL FARRAPOS – BAIRRO: SÃO SEBASTIAO – CAMPOS NOVOS/SC, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.1 O DETENTOR obriga-se a entregar:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SIMILARES, MADEIRA E SIMILARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2.2 - DOS ITENS (EM ANEXO)

Pela entrega dos itens o FORNECEDOR receberá a importância GLOBAL, conforme resumo abaixo e anexos:

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata.

3.1.1 – O prazo é de dois dias úteis para a entrega do mesmo. Em caso de descumprimento na entrega a empresa estará sujeita a aplicações de sanções e notificações, e posteriormente abertura de processo administrativo para Rescisão contratual.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata ou em até 48 horas se for via frete, a partir do recebimento da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

- 5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;
- 5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomendo seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;
- 5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;
- 5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;
- 5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.
- 5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

- 6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.
- 6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:
- a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

- 7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.
- 7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.
- 7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

- 8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:
- 8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.
- 8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;
- 8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;
- 8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.
- 8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.
- 8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.
- 8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:
- 8.6.1 advertência;
- 8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

- 9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 10 DE ABRIL 2019 a 10 de abril de 2020.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93
- 10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

- 11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias próprias a seguir:
- 05,08 Gabinete do Prefeito
- 12 Secretaria de Administração

18, 19 Secretaria de Agricultura
33 - Secretaria da Cidade e meio Ambiente
41, 43 - Secretaria de Transporte e Obras
53,67,61,63 - Secretaria de Educação
77, 87 - Fundo de Assistência Social
107 - Fundo Municipal do Idoso
5 - Secretaria Municipal de Saúde
19 - Secretaria Municipal de Saúde

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 10 de abril de 2019.

ONDINO RIBEIRO MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DETENTORES:

CONSTRUCER MAT. DE CONSTRUÇÃO

JOSE THIAGO DE SOUZA ME

AGROSURDI LTDA ME

ATILIO INDUSTRIA MADEIREIRA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

ANTONIO MARCOS RAMOS

BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA ME

SARA COMERCIO EIRELI - ME

SÓ LUZ COM. DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELLI EPP,

ELTON LUIZ MADEIRA ME

JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÃO LTDA

VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI

CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI

Visto e aprovado por:

JOÃO GUILHERME BISCARO

ASSESSOR JURÍDICO

28375

VALORES CONTRATO 45 AO 55/2019

Publicação Nº 1980955

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desc(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019									
Fornecedor: 6989 - JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LT									
Licitação: 10/2019 - PR									
Data da Homologação: 10/04/2019									
20	2569	BETORNEIRA 220 LT	MAQTRON	UN	2,000	0,0000	2.170,7266	4.341,45	Venceu
37	651	CABO MULTIPLEXADO 2 X 10MM	NEO CABLE	M	5,000,000	0,0000	1.8854	9.426,99	Venceu
81	5941	DISCO DE CORTE FERRO 4 1/2 POLEGADA	TITANIUM	UN	20,000	0,0000	3.2171	64,34	Venceu
82	681	DISCO DIAMANTADO P/ SERRA MARMORE 4 1/2"	MTX	UN	25,000	0,0000	11,1794	279,49	Venceu
105	696	FIO 10 MM SOLIDO MT	ECOFIO	M	1,250,000	0,0000	3,0092	3.761,50	Venceu
106	697	FIO 6 MM SOLIDO MT	ECOFIO	M	500,000	0,0000	2,1871	1.093,55	Venceu
107	5921	FIO 1,5 MM FLEXIVEL	ECOFIO	UN	200,000	0,0000	0,5656	113,12	Venceu
108	698	FIO 2 X 1,5 MM PARALELO MT	UNIFLEX	M	2,500,000	0,0000	0,7542	1.885,50	Venceu
109	699	FIO 2 X 2,5 MM PARALELO MT	UNIFLEX	M	3,750,000	0,0000	1,1313	4.242,38	Venceu
110	5922	FIO 2,5 MM FLEXIVEL	TEK FIO	UN	200,000	0,0000	0,5807	116,14	Venceu
111	700	FIO 2,5MM SOLIDO MT	ECOFIO	M	1,000,000	0,0000	0,6411	641,10	Venceu
112	701	FIO 4 MM SOLIDO MT	ECOFIO	M	1,000,000	0,0000	1,1313	1.131,30	Venceu
113	5923	FIO 4,0 MM FLEXIVEL	TEK FIO	UN	200,000	0,0000	1,3198	263,96	Venceu
114	5936	FIO 6MM FLEXIVEL	TEK FIO	UN	100,000	0,0000	1,5084	150,84	Venceu
115	5949	FIO DE TELEFONE	TEK FIO	M	200,000	0,0000	0,3771	75,42	Venceu
129	713	FURADEIRA IMPACTO 1/2 550W	MTX	UN	3,000	0,0000	208,7002	626,10	Venceu
162	738	LAVADOURA DE PRESSÃO 1600W	MTX	UN	3,000	0,0000	352,2706	1.056,81	Venceu
189	756	MOTO ESMIL 1/2 HP C/ 2 REBOLOS	MTX	UN	4,000	0,0000	152,0072	608,03	Venceu
220	778	PULVERIZADOR 20 LTS PISTÃO DE COBRE	INTECH	UN	4,000	0,0000	132,7047	530,82	Venceu
231	788	RODEL DE WIDEA P/CORTADOR DE PISO	MTX	UN	15,000	0,0000	26,1308	391,96	Venceu
265	810	TORNEIRA PLÁSTICA JARDIM 1/2POL	HERC	UN	250,000	0,0000	2,1475	536,88	Venceu
266	6954	TORNEIRA ELÉTRICA MICA MÓVEL 5500W - ALTA	HYDRA	UN	30,000	0,0000	85,8936	2.576,81	Venceu
267	811	TORNEIRA INOX 18 CM P/PIA	INX	UN	35,000	0,0000	25,3325	886,64	Venceu
288	812	TORNEIRA INOX LAVATAVATÓRIO	INX	UN	35,000	0,0000	25,6762	898,67	Venceu
304	7034	FIO/CABO 35 MM	TEK FIO	M	1,000,000	0,0000	13,1982	13.198,20	Venceu
Total do Fornecedor ----->					17.326,000			48.898,00	
Nr. do Processo: 16/2019									
Fornecedor: 7617 - CLAITON ELETRICIDADE COM MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA									
Licitação: 10/2019 - PR									
Data da Homologação: 10/04/2019									
65	2622	COMPOSIÇÃO DE POSTE PADRAO	JOIARTE	UN	30,000	0,0000	1.136,1740	34.085,22	Venceu
71	5962	CORDA POLIESTER 10 MM	WORKER	M	100,000	0,0000	0,8687	86,87	Venceu
72	5963	CORDA POLIESTER 6 MM	WORKER	M	100,000	0,0000	0,5313	53,13	Venceu
305	7037	POSTE DE FIBRA VIDRO - 7 METROS 100DAN 1 CX TRIF	INDAFIBRAS	UN	5,000	0,0000	1.407,3897	7.036,95	Venceu
306	7038	COMPOSIÇÃO DE POSTE TRIFÁSICO 7 METROS - PADRAO CELESC	JOIARTE	UN	6,000	0,0000	1.319,4279	7.916,57	Venceu
329	8238	COMPOSIÇÃO POSTE PADRAO	CIMECOM	UN	10,000	0,0000	1.246,1263	12.461,26	Venceu
Total do Fornecedor ----->					251,000			61.640,00	
Nr. do Processo: 16/2019									
Fornecedor: 7636 - SÓ LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETR HIDRA LTDA									
Licitação: 10/2019 - PR									
Data da Homologação: 10/04/2019									
1	5943	ABRACADEIRA TIPO U 20MM 1/2 POLEGADA	VONDER	UN	500,000	0,0000	0,1700	85,00	Venceu
2	5942	ABRACADEIRA TIPO U 25MM 3/4 POLEGADA	VONDER	UN	500,000	0,0000	0,1900	95,00	Venceu
4	1450	ADAPTADOR PARA TOMADA	ILUMI	UN	100,000	0,0000	2,5192	251,92	Venceu
7	627	ALICATE UNIVERSAL 12POL	954	UN	12,000	0,0000	11,3025	135,63	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019 Licitação: 10/2019 - PR Data da Homologação: 10/04/2019 Fornecedor: 7636 - SÓ LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETR HIDRA LTDA									
8	628	ANEL DE CERA C/ GUIA P/ VASO	PRIME	UN	50,000	0,0000	4,4587	222,94	Venceu
9	991	APARELHO TELEFONICO COM FIO - 12 DIGITOS	INTELBRAS	UN	10,000	0,0000	38,0000	380,00	Venceu
13	631	ARCO DE SERRA 12 POL C/LAMINA CABO DE METAL	FOX LUX	UN	25,000	0,0000	13,3585	333,96	Venceu
18	635	ASSENTO SANITARIO BRANCO	ALUMASA	UN	40,000	0,0000	14,2090	568,36	Venceu
19	1461	BANDEJA PARA PINTURA	ROMA	UN	30,000	0,0000	3,7213	111,64	Venceu
21	636	BOCAL FIXO PLASTICO	MANPLEX	UN	180,000	0,0000	2,2102	397,84	Venceu
22	637	BOIA P/ CAIXA D'AGUA GRANDE 3/4 E 1/2"	VIQUA	UN	50,000	0,0000	5,0956	254,78	Venceu
23	638	BRACO P/ CHUVEIRO PLASTICO	DURIN	UN	40,000	0,0000	3,7035	148,14	Venceu
24	639	BROCA 10MM WIDEA	VONDER	UN	25,000	0,0000	7,6334	190,84	Venceu
25	640	BROCA 3 MM AÇO RAPIDO	VONDER	UN	25,000	0,0000	1,0496	26,24	Venceu
26	641	BROCA 4,5MM AÇO RAPIDO	VONDER	UN	25,000	0,0000	1,3931	34,83	Venceu
27	642	BROCA 6 MM AÇO RAPIDO	VONDER	UN	25,000	0,0000	2,4809	62,02	Venceu
28	643	BROCA 8MM WIDEA	VONDER	UN	25,000	0,0000	2,4809	62,02	Venceu
29	644	BROCA 8MM WIDEA	VONDER	UN	25,000	0,0000	3,8072	95,18	Venceu
30	645	BROXA P/ PINTURA GRANDE	VONDER	UN	25,000	0,0000	2,8625	286,25	Venceu
31	5866	BUCHA PLASTICA DIVERSOS TAMANHOS	VONDER	UN	100,000	0,0000	0,0477	4,77	Venceu
32	646	CABO DE MADEIRA P/ ENXADA	PANDOLFO	UN	50,000	0,0000	5,4468	272,34	Venceu
33	647	CABO DE MADEIRA P/ FOICE	PANDOLFO	UN	50,000	0,0000	5,4468	272,34	Venceu
34	648	CABO DE MADEIRA P/ PA	PANDOLFO	UN	50,000	0,0000	5,4468	272,34	Venceu
35	649	CABO DE MADEIRA P/ PICARETA	PANDOLFO	UN	50,000	0,0000	5,7104	285,52	Venceu
36	650	CABO DE ROLO 23CM P/PINTURA	ROMA	UN	50,000	0,0000	5,2480	262,40	Venceu
38	1459	CABO PARA CAVADEIRA	PANDOLFO	UN	30,000	0,0000	5,7104	171,31	Venceu
39	2566	CADEADO 30MM	PILLER	UN	20,000	0,0000	10,1143	202,29	Venceu
40	2567	CADEADO 40MM	PILER	UN	20,000	0,0000	12,4043	248,09	Venceu
41	652	CADEADO E- 20MM	PILLER	UN	20,000	0,0000	6,7746	135,49	Venceu
42	655	CAIXA D'AGUA POLITILENO 250 LTS	BAKOFTEK	UN	30,000	0,0000	145,0299	4,350,90	Venceu
43	1451	CAIXA DE DESCARGA	ALUMASA	UN	100,000	0,0000	15,2869	1,528,69	Venceu
44	7016	CAIXA DE DISJUNTOR PAR A3 DISJ. MONOFASICO	ILUMI	UN	30,000	0,0000	8,0453	241,36	Venceu
45	656	CAIXA DE LUZ 4X2 PLASTICA	MAESI	UN	125,000	0,0000	0,2299	28,74	Venceu
46	657	CAIXA MONOFASICA ALUMINIO	TAFF	UN	10,000	0,0000	62,7708	627,71	Venceu
47	658	CAIXA SINFONADA 100X100X50	KRONA	UN	100,000	0,0000	6,3696	636,96	Venceu
53	662	CANAILETA DE SISTEMA x 5x20x200MM COM DUPLA FACE	ILUMI	BR	150,000	0,0000	3,8889	583,34	Venceu
54	663	CANO DE DESCARGA PLASTICO	ALUMASA	CONJ	60,000	0,0000	6,6635	399,81	Venceu
58	1458	CAVADEIRA	PANDOLFO	UN	30,000	0,0000	12,2993	368,98	Venceu
59	667	CHAVE DE FENDA 1/4 X 5 POL	964	UN	15,000	0,0000	3,8167	57,25	Venceu
60	668	CHUVEIRO 5400W	SINTEX	UN	40,000	0,0000	26,4345	1,057,38	Venceu
61	669	CILINDRO P/ FECHADURA	PILLER	UN	100,000	0,0000	13,8355	1,383,55	Venceu
64	672	COLUNA P/ LAVATORIO SANITARIO BRANCO	LOGASA	UN	30,000	0,0000	42,0391	1,261,17	Venceu
66	673	CONE SINIALIZADOR	VONDER	UN	40,000	0,0000	8,1105	324,42	Venceu
67	5952	CONECTOR PARA CABO DE REDE RJ 45	PLUGCOM	UN	50,000	0,0000	0,3704	18,52	Venceu
68	5929	CONECTOR PARA CABO MULTIPLEXADO 10-16MM	INTELLI	UN	100,000	0,0000	3,8889	388,89	Venceu
69	5928	CONECTOR PARA HASTE TERRA PADRAO 5/8 POLEGADA	INTELLI	UN	100,000	0,0000	3,6111	361,11	Venceu
70	6955	CORANTE LIQUIDO UNIVERSAL 50ML	XADREZ	UN	400,000	0,0000	2,5000	1,000,00	Venceu
77	678	CORTADOR DE PISO 75CM	VONDER	UN	5,000	0,0000	150,0000	750,00	Venceu
80	5940	DESINGRIPANTE SPRAY 300ML	MUNDIAL	UN	100,000	0,0000	4,8377	483,77	Venceu
83	7015	DISJUNTOR 32 A MONOFASICO	TRAMONTINA	UN	50,000	0,0000	4,8625	243,13	Venceu
84	682	DISJUNTOR MONOFASICO NEMA 30 AMP	SOPRANO	UN	35,000	0,0000	5,7466	201,13	Venceu
85	683	DISJUNTOR MONOFASICO NEMA 40 AMP	SOPRANO	UN	35,000	0,0000	8,0453	281,59	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019 Licitação: 10/2019 - PR Data da Homologação: 10/04/2019 Fornecedor: 7636 - SÓ LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETR HIDRA LTDA									
86	7013	DISJUNTOR TRIFASICO 50 AMP	TRAMONTINA	UN	30,000	0,0000	29,1752	875,26	Venceu
87	5880	DOBRIÇA COMPLETA COM PARAFUSO MEDIA	VONDER	UN	50,000	0,0000	1,4313	71,57	Venceu
88	684	ELETRODO P/ SOLDA	VONDER	KG	10,000	0,0000	15,0000	150,00	Venceu
89	6960	ENGATE RAPIDO FEMEA	ALUMASA	UN	50,000	0,0000	2,5478	127,39	Venceu
90	6959	ENGATE RAPIDO MACHO	964	UN	50,000	0,0000	2,5478	127,39	Venceu
91	685	ENXADA OLHO OVAL S/CABO	PANDOLFO	UN	25,000	0,0000	9,6637	241,59	Venceu
92	6958	ESGUICHO ROSCÁVEL MANGUEIRA	TRAPP	UN	50,000	0,0000	5,0956	254,78	Venceu
95	688	ESPATULA DE METAL DENTADA P/ ARGAMASSA	ROMA	UN	25,000	0,0000	11,4501	286,25	Venceu
96	1453	ESPUDE PARA VASO	MANPLEX	UN	50,000	0,0000	1,5679	78,40	Venceu
97	2573	ESPUMA EXPANSIVA 340 G	MUNDIAL	UN	125,000	0,0000	13,3585	1.669,81	Venceu
98	690	FECHADURA EXTERNA INOX	SOPRANO	UN	125,000	0,0000	30,5336	3.816,70	Venceu
104	2578	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS - REGUA	MEGATRON	UN	50,000	0,0000	16,0905	804,53	Venceu
117	703	FITA ISOLANTE 20 MTS	964	UN	125,000	0,0000	2,5197	314,96	Venceu
120	5951	FITA DUPLA FACE 12MM X2M X3	ADERE	UN	200,000	0,0000	4,0580	811,60	Venceu
126	710	FLEXIVEL PLASTICO 60 CM	ALUMASA	UN	125,000	0,0000	2,5478	318,48	Venceu
127	711	FOICE S/CABO GRANDE	PANDOLFO	UN	30,000	0,0000	17,4826	524,48	Venceu
133	716	INTERRUPTOR 4X2 1TECLA + 1TOMADA 10A	MECTRONIC	UN	100,000	0,0000	6,0914	609,14	Venceu
134	1463	INTERRUPTOR SPBEPOR	MECTRONI	UN	100,000	0,0000	2,6434	264,34	Venceu
147	6956	JOGO DE CHAVE COMBINADO 6-32MM COM 16 PEÇAS	VONDER	UN	30,000	0,0000	123,0886	3.692,66	Venceu
148	5879	KIT PINTURA 23CM	ROMA	UN	50,000	0,0000	11,4501	572,51	Venceu
151	730	LAMPADA ELETRONICA 20W 3U	MANPLEX	UN	250,000	0,0000	7,5700	1.892,50	Venceu
152	731	LAMPADA ELETRONICA 25W 3U	MANPLEX	UN	250,000	0,0000	7,5701	1.892,53	Venceu
153	732	LAMPADA ELETRONICA 30W 3U	MANPLEX	UN	250,000	0,0000	7,5701	1.892,53	Venceu
154	5931	LAMPADA ELETRONICA ESPIRAL 30W	MANPLEX	UN	50,000	0,0000	7,5701	378,51	Venceu
155	5930	LAMPADA ELETRONICA ESPIRAL 53W	MANPLEX	UN	50,000	0,0000	24,3925	1.219,63	Venceu
156	5932	LAMPADA ELETRONICA ESPIRAL 85W	MANPLEX	UN	50,000	0,0000	41,2150	2.060,75	Venceu
157	733	LAMPADA FLUORESCENTE 20W	MANPLEX	UN	100,000	0,0000	4,2056	420,56	Venceu
158	734	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	MANPLEX	UN	100,000	0,0000	4,2056	420,56	Venceu
159	735	LAMPADA MISTA 160W E-27	MANPLEX	UN	40,000	0,0000	12,6168	504,67	Venceu
160	736	LAMPADA MISTA 250W E-27	MANPLEX	UN	40,000	0,0000	21,0280	841,12	Venceu
161	737	LAPIS P/ CARPITEIRO	FABER CASTELL	UN	50,000	0,0000	1,4313	71,57	Venceu
163	739	LAVATORIO SANITARIO BRANCO	LOGASA	UN	30,000	0,0000	59,7758	1.793,27	Venceu
164	740	LIMA CHATA P/FERRAMENTAS 8 POL	VONDER	UN	50,000	0,0000	5,7251	286,26	Venceu
165	741	LIMA P/ MOTOR SERRA 7/32	NICHOLSOM	UN	50,000	0,0000	4,2938	214,69	Venceu
166	742	LIXA AMARELA MT	ROMA	M	175,000	0,0000	2,8530	499,28	Venceu
168	2572	LUMINARIA 2X20 COMPLETA	BLUMENAU	UN	30,000	0,0000	23,5514	706,54	Venceu
169	1464	LUMINARIA 2X40	BLUMENAU	UN	30,000	0,0000	31,1215	933,65	Venceu
170	6950	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS - BATERIA DE LITIO	LUMINUS	UN	40,000	0,0000	8,4112	336,45	Venceu
180	752	MANGUEIRA 1/2 POL. PLASTICA	MAESI	M	2.500,000	0,0000	0,5684	1.421,00	Venceu
181	753	MANGUEIRA 3/4 POL. PLASTICA	MAESI	M	2.500,000	0,0000	0,8721	2.180,25	Venceu
182	6957	MANGUEIRA DE JARDIM SILICONADA E TRANÇADA	MAESI	M	500,000	0,0000	1,2739	636,95	Venceu
183	754	MARRETA 2 KG C/CABO	TENACE	UN	7,000	0,0000	23,7201	166,04	Venceu
184	1466	MARTELO COM CABO DE MADEIRA 27 MM	FOX LUX	UN	30,000	0,0000	13,1778	395,33	Venceu
185	755	MARTELO DE BORRACHA 60 CM	VONDER	UN	15,000	0,0000	7,5553	113,33	Venceu
187	7017	MASSA DUREPOX 100G	DUREPOSI	UN	50,000	0,0000	3,3122	165,61	Venceu
188	1452	MICRITORIO	INCEPA	UN	10,000	0,0000	210,6853	2.106,85	Venceu
190	757	OCULOS DE PROTEÇÃO PLASTICO TRANSPARENTE	GARRA	UN	60,000	0,0000	2,7671	166,03	Venceu
191	758	PA CURVO S/CABO	PANDOLFO	UN	35,000	0,0000	12,4750	436,63	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtd Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019 Licitação: 10/2019 - PR Data da Homologação: 10/04/2019									
Fornecedor: 7636 - SÓ LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETR HIDRA LTDA									
132	759	PARAFUSO P/ VASO BUCHA 10MM	CENSI	UN	125,000	0,0000	1,4894	186,18	Venceu
133	760	PARAFUSO PHILIPS 4,0 X 4	VONDER	UN	1,250,000	0,0000	0,1290	161,25	Venceu
134	5935	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X50	VONDER	UN	500,000	0,0000	0,2978	148,90	Venceu
135	5938	PARAFUSO SOBERBO 3,2X20	VONDER	UN	100,000	0,0000	0,1985	19,85	Venceu
136	5937	PARAFUSO SOBERBO 4,8X75	VONDER	UN	100,000	0,0000	0,2482	24,82	Venceu
137	761	PARAFUSO TELHEIRO C/ARRUELA+ANEL	VONDER	UN	2,500,000	0,0000	0,5966	1,489,00	Venceu
139	763	PICARETA S/ CABO	PANDOLFO	UN	10,000	0,0000	28,5520	285,52	Venceu
140	2577	PINO ADAPTADOR 3 SAIDAS	ILUMI	UN	50,000	0,0000	2,2986	114,93	Venceu
141	764	PINO MACHO P/ EXTENÇÃO	TRAMONTINA	UN	50,000	0,0000	1,8566	92,83	Venceu
142	766	PLUG FEMEA P/ EXTENÇÃO	TRAMONTINA	UN	50,000	0,0000	2,0334	101,67	Venceu
143	1457	PORTA PAPEL HIGIENICO	VONDER	UN	20,000	0,0000	6,5072	130,14	Venceu
144	1454	PORTA PAPEL TOALHA	VONDER	UN	30,000	0,0000	23,5885	707,66	Venceu
145	1456	PORTA SABONETE	VONDER	UN	20,000	0,0000	6,5072	130,14	Venceu
146	779	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PVC 3/4 DISJ	ILUMI	UN	10,000	0,0000	13,2614	132,61	Venceu
147	5867	RASTEL PLASTICO DE JARDIM 12 DENTES	VONDER	UN	50,000	0,0000	9,6637	483,19	Venceu
148	789	ROLO DE LA 23 CM	ROMA	UN	80,000	0,0000	4,4655	357,24	Venceu
149	790	ROLO DE LA C/CABO 15 CM	ROMA	UN	80,000	0,0000	4,6087	368,70	Venceu
150	1467	SABONETEIRA LIQUIDA	VONDER	UN	30,000	0,0000	24,4019	732,06	Venceu
151	5939	SERRA CIRCULAR 4,3/8 24D	VONDER	UN	5,000	0,0000	12,4043	62,022	Venceu
152	791	SERRA MARMORE 4 1/2 1400W	VONDER	UN	3,000	0,0000	266,2149	798,64	Venceu
153	792	SERRINHA AÇO RAPIDO RIGIDA	NICHOLSOM	UN	125,000	0,0000	3,8167	477,09	Venceu
154	793	SERROTE PROFISSIONAL 22 POL	VONDER	UN	15,000	0,0000	24,5986	368,98	Venceu
155	6953	SIFAO DE 1,5 MT	CENSI	UN	100,000	0,0000	5,8796	587,96	Venceu
156	794	SIFAO SANF. 72CM UNIVERSAL	CENSI	UN	80,000	0,0000	3,4298	274,38	Venceu
157	795	SILICONE 50 GR	TEKBOND	UN	125,000	0,0000	3,7213	465,16	Venceu
158	1455	TESOURA PARA PODA	TRAMONTINA	UN	20,000	0,0000	20,2080	404,12	Venceu
159	809	TOMADA 10A SOBREPOR	MECTRONIC	UN	250,000	0,0000	3,1827	795,68	Venceu
160	5950	TOMADA 4X2 PARA TELEFONE	ILUMI	UN	35,000	0,0000	5,0305	176,07	Venceu
161	5933	TOMADA BRANCA 4X2 SIMPLS 20A	ILUMI	UN	100,000	0,0000	4,6769	467,69	Venceu
162	5934	TOMADA SOBREPOR 20A	ILUMI	UN	100,000	0,0000	3,9696	396,96	Venceu
163	1473	TRENA 30 MTS	THOMPSON	UN	30,000	0,0000	15,2668	458,00	Venceu
164	813	TRENA 5 MTS	FOX LUX	UN	25,000	0,0000	6,6792	166,98	Venceu
165	814	TRINCHA 1 POL	ROMA	UN	30,000	0,0000	1,7778	53,33	Venceu
166	815	TRINCHA 2 1/2 POL	ROMA	UN	50,000	0,0000	4,0000	200,00	Venceu
167	816	TRINCHA 3 POL	ROMA	UN	30,000	0,0000	6,2222	186,67	Venceu
168	5926	TUBO ELETRODUTO 3MT 1 +1/2 POLEGADA	INPOL	UN	100,000	0,0000	8,0453	804,53	Venceu
169	5925	TUBO ELETRODUTO 3MT 1 POLEGADA	INPOL	UN	100,000	0,0000	5,1720	517,20	Venceu
170	5924	TUBO ELETRODUTO 3MT 3/4 POLEGADA	INPOL	UN	100,000	0,0000	3,3330	333,30	Venceu
171	822	VALVULA P/ LAVAT PLAST V7 V8 S/LADRAO	DURIM	UN	25,000	0,0000	1,6000	40,00	Venceu
172	823	VARROURA TIPO GARI 40CM	954	UN	12,2993	0,0000	737,96	9,166	Venceu
173	824	VASO SANITARIO BRANCO	LOGASA	UN	50,000	0,0000	94,0735	4,703,68	Venceu
174	8211	ALÇA PRE FORMADA PARA CABO 10 MM	OLIVO	UN	100,000	0,0000	1,3261	132,61	Venceu
175	7229	ARMAÇÃO GALVANIZADA 1X1	OLIVO	UN	100,000	0,0000	6,2064	620,64	Venceu
176	7230	ARRUELA PARA PARAFUSO DE POSTE 1/2 POL	OLIVO	UN	300,000	0,0000	0,3448	103,44	Venceu
177	8213	CAIXA DE ATERRAMENTO PLASTICA 30X25	SCHUMACHER	UN	100,000	0,0000	5,7466	574,66	Venceu
178	480	CABO ALUMINIO QUADRUPLX 3X10 MM	STE	UN	200,000	0,0000	2,7407	548,14	Venceu
179	2171	CABO MULTIPLEXADO 2X10MM² - NEUTRO ISOLADO	STE	M	500,000	0,0000	1,7594	879,70	Venceu
180	8214	CAIXA DE PADRAO PROVISORIO	TAFF	UN	100,000	0,0000	30,9434	3,094,34	Venceu
181	8215	CINTA PARA POSTE ALUM COM PRESILIA 1MT	OLIVO	UN	200,000	0,0000	1,1493	229,86	Venceu
182	8216	CONECTOR PARA HASTE TERRA PADRAO	INCESA	UN	100,000	0,0000	5,7466	574,66	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019									
Forneceador: 7636 - SÔ LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETR HIDRA LTDA									
Licitação: 10/2019 - PR			Data da Homologação: 10/04/2019						
316	8217	CURVA ELETRODUTO 3/4 180G	INPOL	UN	200,000	0,0000	0,4597	91,94	Venceu
317	8218	CURVA ELETRODUTO 3/4 900G	INPOL	UN	200,000	0,0000	0,4597	91,94	Venceu
318	8219	DISJUNTOR MONF DIN 20A	TRAMONTINA	UN	80,000	0,0000	5,1278	410,22	Venceu
319	8220	DISJUNTOR MONF DIN 25A	TRAMONTINA	UN	80,000	0,0000	5,1278	410,22	Venceu
320	8221	DISJUNTOR MONF DIN 32A	TRAMONTINA	UN	80,000	0,0000	5,1278	410,22	Venceu
321	8222	DISJUNTOR MONF DIN 50A	TRAMONTINA	UN	80,000	0,0000	6,8959	551,67	Venceu
322	8223	DPS SLIM BIVOLT 40-45 KA	EMBRASSTEC	UN	200,000	0,0000	26,4345	5.286,90	Venceu
323	8224	HASTE TERRA COBRE 5/8 X 2,4 MT	OLIVO	UN	200,000	0,0000	20,1132	4.022,64	Venceu
324	8225	ISOLADOR PIMENTAO OLHAL 57X80	MANPLEX	UN	200,000	0,0000	3,9077	781,54	Venceu
325	7234	ISOLADOR ROLDANA 72X72 LOCA	MANPLEX	UN	200,000	0,0000	3,6602	732,04	Venceu
326	8226	LUVA ELETRODUTO 3/4 POL	INPOL	UN	200,000	0,0000	0,2210	44,20	Venceu
327	8227	PARAFUSO PARA POSTE 1/2X200MM	OLIVO	UN	500,000	0,0000	4,1376	2.068,80	Venceu
328	8228	QUADRO DE DISTR 3/4 DISJ	ILUMI	UN	100,000	0,0000	13,7919	1.379,19	Venceu
330	8229	BOIA ELETRICA	MARGIRIUS	UN	20,000	0,0000	20,3342	406,68	Venceu
331	8230	DISJUNTOR 100 AMP	BRASILTEC	UN	30,000	0,0000	63,6549	1.909,65	Venceu
Total do Fornecedor ----->					23.432,000			107.270,00	
Nr. do Processo: 16/2019									
Forneceador: 7861 - BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA.									
Licitação: 10/2019 - PR			Data da Homologação: 10/04/2019						
198	762	PEDRA BRITA NR.01 MT3		m3	750,000	0,0000	82,0000	61.500,00	Venceu
205	5868	PO DE BRITA		m3	500,000	0,0000	85,0000	42.500,00	Venceu
339	8239	PEDRISCO		m3	300,000	0,0000	80,0000	24.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					1.550,000			128.000,00	
Nr. do Processo: 16/2019									
Forneceador: 8158 - ANTONIO MARCOS RAMOS. ME									
Licitação: 10/2019 - PR			Data da Homologação: 10/04/2019						
290	825	VIDRO LISO 3MM		m2	50,000	0,0000	90,0000	4.500,00	Venceu
291	827	ESPELHO DE PINUS EM METRO CORRIDO		M	500,000	0,0000	6,8887	3.444,37	Venceu
292	828	MADEIRA DE PINUS BENEFICIADA		m2	700,000	0,0000	24,7594	17.331,58	Venceu
293	829	MADEIRA BENEFICIADA DE PINUS PARA FORRO		m2	700,000	0,0000	13,9271	9.748,97	Venceu
298	7018	MEIA CANA PINUS - METRO CORRIDO		M	400,000	0,0000	1,6473	658,92	Venceu
299	7019	VISTA DE PORTA DE PINUS		M	400,000	0,0000	2,2962	918,48	Venceu
300	7020	RODA PÉ DE PINUS COM ENCAIXE		M	400,000	0,0000	2,2962	918,48	Venceu
301	7021	MATA JUNTA PINUS		M	400,000	0,0000	1,1980	479,20	Venceu
341	8240	PORTA SEMI OCA - PINUS - INTERNA - TAM 2,10X0,80		UN	20,000	0,0000	180,0000	3.600,00	Venceu
342	8241	BENEFICIAMENTO DE MADEIRA		m2	600,000	0,0000	6,8997	4.139,80	Venceu
343	8242	BENEFICIAMENTO DE MADEIRA - PAU QUADRADO		M	600,000	0,0000	2,2670	1.360,20	Venceu
Total do Fornecedor ----->					4.770,000			47.100,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019									
Fornecedor: 8298 - AGROSURDI LTDA ME									
			Licitação: 10/2019 - PR		Data da Homologação: 10/04/2019				
10	2570	ARAME FARPADO 500 MTS	NELORE	UN	20.000	0,0000	240,4525	4.809,05	Venceu
11	629	ARAME GALVANIZADO NR.18 1KG	MORLAN	KG	50.000	0,0000	15,3889	769,45	Venceu
12	630	ARAME RECUZIDO 1KG	VONDER	UN	200.000	0,0000	10,5799	2.115,98	Venceu
52	5873	CAMARA DE PNEU PARA CARRINHO DE MAO 3,25X8	STARK	UN	5,000	0,0000	12,5070	62,54	Venceu
57	666	CARRINHO DE MÃO PNEU C/CAMARA CAÇAMBA METAL	PARABONI	UN	20,000	0,0000	70,8732	1.417,46	Venceu
73	674	CORRENTE ANELAR 10MM	SAN RAFAEL	KG	12,000	0,0000	16,9008	202,81	Venceu
74	675	CORRENTE ANELAR 4MM	VONDER	KG	12,000	0,0000	16,9014	202,82	Venceu
75	676	CORRENTE ANELAR 6MM	VONDER	KG	12,000	0,0000	16,9014	202,82	Venceu
76	677	CORRENTE ANELAR 8MM	VONDER	KG	12,000	0,0000	15,9624	191,55	Venceu
116	702	FIO NYLON P/ ROCADEIRA 10 MTS 300MM	STARK	UN	60,000	0,0000	6,0805	364,83	Venceu
118	705	FITA ASFALTICA 10 CM	PRIMER	M	375,000	0,0000	3,0404	1.140,15	Venceu
119	706	FITA CREPE 19MM X 50 MTS	ADELBRAS	UN	125,000	0,0000	1,7026	212,83	Venceu
121	707	FITA VEDA ROSCA 18MM X 10MTS	BRASFORT	UN	50,000	0,0000	0,9121	45,61	Venceu
122	704	FITA ZEBRADA P/ DEMARCAÇÃO C/ 200MTS	PLASTICAR	UN	25,000	0,0000	6,3848	159,62	Venceu
130	714	GRAMPO DE CERGA 1 X 9 1KG	BELGO	UN	100,000	0,0000	7,7042	770,42	Venceu
131	715	GRAMPO P/FORRO 106/8 255G	FOLCUMA	UN	20,000	0,0000	11,4792	229,58	Venceu
149	728	LAMINA P/ ROCADEIRA 2 PONTAS	CONEX	UN	30,000	0,0000	17,0261	510,78	Venceu
150	729	LAMINA P/ ROCADEIRA 3 PONTAS	CONEX	UN	30,000	0,0000	25,5392	766,18	Venceu
167	743	LONA PLASTICA DUPLA FACE	NEOPLASTIC	m2	5,000,000	0,0000	1,3400	6.700,00	Venceu
178	750	LUBA LATEX P/M/G/GG	DANNY	UN	250,000	0,0000	1,9231	480,77	Venceu
179	1470	LUBA MALHA EMBORRACHADA	DANNY	UN	62,000	0,0000	1,9231	119,23	Venceu
211	769	PREGO 12 X 12 1KG	GERDAU	UN	125,000	0,0000	9,4893	1.186,16	Venceu
212	770	PREGO 16 X 24 1KG	GERDAU	UN	125,000	0,0000	8,1957	1.024,46	Venceu
213	771	PREGO 17 X 27 1KG	GERDAU	UN	375,000	0,0000	8,1957	3.073,39	Venceu
214	772	PREGO 18 X 30 1KG	GERDAU	UN	375,000	0,0000	8,1957	3.073,39	Venceu
215	773	PREGO 19 X 39 1KG	GERDAU	UN	375,000	0,0000	8,1957	3.073,39	Venceu
216	774	PREGO 23 X 54 1KG	GERDAU	UN	125,000	0,0000	8,6270	1.078,38	Venceu
217	775	PREGO 25 X 72 1KG	GERDAU	UN	125,000	0,0000	11,2151	1.401,89	Venceu
218	776	PREGO 26 X 84 1KG	GERDAU	UN	125,000	0,0000	12,5092	1.563,65	Venceu
219	777	PREGO TELHEIRO 1 KG	GERDAU	UN	350,000	0,0000	11,2151	3.925,29	Venceu
242	796	SUBSTRATO 20 KG SACO	MECPLANTI	UN	100,000	0,0000	22,0000	2.200,00	Venceu
249	802	TELA GALVANIZADA FIO 16 MALHA 6CM	LIDER TELAS	m2	800,000	0,0000	7,6944	6.155,52	Venceu
Total do Fornecedor ----->					9.470,000			49.230,00	
Nr. do Processo: 16/2019									
Fornecedor: 8386 - ATILIO INDUSTRIA MADEIREIRA, COMERCIO E SERVICOS E									
			Licitação: 10/2019 - PR		Data da Homologação: 10/04/2019				
294	830	MADEIRA DE EUCALIPTO BRUTO PARA CEPO		m3	10,000	0,0000	591,7364	5.917,36	Venceu
295	831	MADEIRA DE PINUS BRUTO		m3	75,000	0,0000	520,0000	39.000,00	Venceu
296	832	MADEIRA DE EUCALIPTO		m3	60,000	0,0000	649,7106	38.982,64	Venceu
297	5998	TESOURA DE MADEIRA DE PINUS 5 METROS		m3	50,000	0,0000	210,0000	10.500,00	Venceu
340	8243	MADEIRA EUCALIPTO VERMELHO		m3	10,000	0,0000	800,0000	8.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					205,000			102.400,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019 Licitação: 10/2019 - PR Data da Homologação: 10/04/2019									
Fornecedor: 8532 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME									
48	659	CAL FINO 20KG	SAO JOAO	UN	100,000	0,0000	14,7815	1.478,15	Venceu
49	660	CAL HIDRATADO 18KG	SAO JOAO	UN	125,000	0,0000	12,7843	1.598,04	Venceu
50	661	CAL LIQUIDO 1 LT	SAO JOAO	UN	600,000	0,0000	7,3909	4.434,54	Venceu
51	1471	CAL PARA PINTURA - SACO DE 8 KG	SAO JOAO	UN	500,000	0,0000	8,9889	4.494,45	Venceu
63	671	COLA DE CAL P/ PINTURA 150 ML	INKOR	UN	500,000	0,0000	1,8977	948,85	Venceu
123	5872	FIXADOR DE CAL 150 ML	INKOR	UN	100,000	0,0000	1,8977	189,77	Venceu
132	2574	HIDROASFALTO 3,6 LTS	VONDER	UN	100,000	0,0000	19,8755	1.987,55	Venceu
186	6951	MASSA CORRIDA 18 LT	TINSUL	UN	500,000	0,0000	50,9373	25.468,65	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			40.600,00	
Nr. do Processo: 16/2019 Licitação: 10/2019 - PR Data da Homologação: 10/04/2019									
Fornecedor: 9354 - CONSTRUCER MAT. DE CONST. E AGROPEC. LTDA									
3	624	ACABAMENTO P/ FORRO PVC BRANCO	M		800,000	0,0000	2,9607	2.368,55	Venceu
5	625	ADESIVO PLASTICO 75G	UN		80,000	0,0000	3,6621	292,97	Venceu
14	632	AREIA MEDIA MT3	m3		750,000	0,0000	129,7333	97.300,00	Venceu
15	6952	ARGAMASSA AC III 20 KG	UN		200,000	0,0000	29,9000	5.980,00	Venceu
16	633	ARGAMASSA AC-I 20KG	UN		400,000	0,0000	9,9500	3.980,00	Venceu
17	634	ARGAMASSA AC-II 20KG	UN		250,000	0,0000	21,8000	5.450,00	Venceu
55	664	CAP 40 MM ESGOTO	UN		40,000	0,0000	1,4054	56,22	Venceu
56	665	CAP 50 MM ESGOTO	UN		40,000	0,0000	1,6643	66,57	Venceu
62	670	CIMENTO CP-II Z-32 50KG	UN		800,000	0,0000	31,3750	25.100,00	Venceu
78	680	CUMEIRA FIBROCIMENTO 4 MM - PAR	UN		300,000	0,0000	10,4000	3.120,00	Venceu
79	679	CUMEIRA FIBROCIMENTO 6MM	UN		300,000	0,0000	31,2500	9.375,00	Venceu
93	686	ESPASSADOR P/PISO 3MM PLASTICO C/100 PÇS	UN		25,000	0,0000	4,6524	116,31	Venceu
94	687	ESPASSADOR P/PISO 5MM PLASTICO C/100 PÇS	UN		25,000	0,0000	4,6524	116,31	Venceu
99	691	FERRO 1/2 POL CA-50 12MT 12,5 MM	BR		100,000	0,0000	67,4878	6.748,78	Venceu
100	692	FERRO 1/4 POL CA-50 12MT 6,3MM	BR		100,000	0,0000	17,3968	1.739,68	Venceu
101	693	FERRO 3/8 POL CA-50 12MT 10 MM	BR		200,000	0,0000	42,9922	8.598,44	Venceu
102	694	FERRO 5/16 POL CA-50 12MT 8 MM	BR		400,000	0,0000	28,4948	11.397,92	Venceu
103	695	FERRO ESTRIVO CA-60 12MT 4,2 MM	BR		250,000	0,0000	8,1985	2.049,63	Venceu
124	708	FLANGE SOLD. 20mm X 1/2 PVCun	UN		50,000	0,0000	7,3230	366,15	Venceu
125	709	FLANGE SOLD. 25mm X 3/4 PVC	UN		50,000	0,0000	9,0242	451,21	Venceu
128	712	FORRO PVC FRISADO 7MM BRANCO	m2		1,500,000	0,0000	14,7543	22.131,45	Venceu
135	717	JANELA BASCULANTE 40X60	UN		40,000	0,0000	51,8804	2.075,22	Venceu
136	718	JANELA BASCULANTE 60X80	UN		40,000	0,0000	65,6773	2.627,09	Venceu
137	719	JANELA VITRO 100X120	UN		100,000	0,0000	197,9769	19.797,69	Venceu
138	720	JOELHO 100MM ESG. 90G	UN		250,000	0,0000	3,6985	924,63	Venceu
139	5870	JOELHO 150MM ESGOTO 90GR	UN		100,000	0,0000	22,1168	2.211,68	Venceu
140	721	JOELHO 20 X 1/2 LR. SOLDAREL	UN		125,000	0,0000	1,4794	184,93	Venceu
141	722	JOELHO 20MM SOLDAREL 90G	UN		375,000	0,0000	0,5178	194,18	Venceu
142	723	JOELHO 25 X 1/2 LR. SOLDAREL	UN		62,500	0,0000	1,5534	97,09	Venceu
143	724	JOELHO 25MM SOLDAREL 90 Gr	UN		375,000	0,0000	0,6657	249,64	Venceu
144	725	JOELHO 40MM ESGOTO 90 Gr	UN		125,000	0,0000	1,2575	157,19	Venceu
145	726	JOELHO 50MM ESGOTO 90G	UN		125,000	0,0000	2,5889	323,61	Venceu
146	727	JOELHO 75MM ESGOTO 90G	UN		125,000	0,0000	2,9588	369,85	Venceu
171	5871	LUVA 150MM PVC ESGOTO	UN		100,000	0,0000	14,6089	1.460,89	Venceu
172	744	LUVA 20MM PVC SOLDAREL	UN		100,000	0,0000	0,6657	66,57	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019 - Licitação: 10/2019 - PR									
Fornecedor: 9354 - CONSTRUCER MAT. DE CONST. E AGROPEC. LTDA									
173	745	LUIVA 25 X 3/4POL. SOLD.	UN	50,000	0,0000	1,4794	73,97	Venceu	
174	746	LUIVA 25MM PVC SOLDAREL	UN	125,000	0,0000	1,4054	175,68	Venceu	
175	5876	LUIVA 32MM PVC SOLDAREL	UN	200,000	0,0000	1,8492	369,84	Venceu	
176	747	LUIVA 40MM PVC ESGOTO	UN	60,000	0,0000	2,0711	124,27	Venceu	
177	748	LUIVA 50MM PVC ESGOTO	UN	60,000	0,0000	2,2191	133,15	Venceu	
202	765	PISO CERAMICO 45CM X 45 CM	m2	2,000,000	0,0000	17,8763	35,752,60	Venceu	
203	2568	PISO CERAMICO 50CMX50CM	UN	2,000,000	0,0000	19,8737	39,747,40	Venceu	
223	780	REDUCAO 25 - 20 MM CURTA PVC SOLDAREL	UN	100,000	0,0000	0,5178	51,78	Venceu	
224	781	REDUCAO 50 X 40MM PVC ESGOTO	UN	100,000	0,0000	1,5534	155,34	Venceu	
225	782	REGISTRO DE PRESSÃO PVC 20MM	UN	100,000	0,0000	8,5065	850,65	Venceu	
226	783	REGISTRO DE PRESSÃO PVC 25MM	UN	100,000	0,0000	9,2462	924,62	Venceu	
227	784	REGISTRO ESFERA 20MM PVC	UN	100,000	0,0000	7,3599	735,99	Venceu	
228	785	REGISTRO ESFERA 25MM PVC	UN	100,000	0,0000	8,2476	824,76	Venceu	
229	5877	REGISTRO ESFERA 32MM	UN	100,000	0,0000	14,7199	1,471,99	Venceu	
230	786	REJUNTE 1KG	UN	375,000	0,0000	3,5130	1,317,38	Venceu	
243	797	TEE 100 X 50MM PVC ESG.	UN	30,000	0,0000	9,2462	277,39	Venceu	
244	798	TEE 20 MM PVC SOLDAREL	M	150,000	0,0000	0,9616	144,24	Venceu	
245	799	TEE 25 MM PVC SOLDAREL	M	150,000	0,0000	1,0726	160,89	Venceu	
246	6962	TEE 32MM PVC SOLDAREL	UN	150,000	0,0000	3,1437	471,56	Venceu	
247	800	TEE 40MM PVC ESGOTO	UN	50,000	0,0000	2,0342	101,71	Venceu	
248	801	TEE 50MM PVC ESGOTO	UN	50,000	0,0000	3,5875	179,38	Venceu	
250	803	TELHA FIBROCEMNT0 244 X 110 X 4MM	UN	1,000,000	0,0000	13,8000	13,800,00	Venceu	
251	804	TELHA FIBROCEMNT0 244 X 110 X 5MM	UN	1,000,000	0,0000	43,8000	43,800,00	Venceu	
252	805	TELHA FIBROCEMNT0 244 X 110 X 6MM	UN	700,000	0,0000	51,9000	36,330,00	Venceu	
254	806	TUJOS 6 FUROS 24X14X9	UN	40,000,000	0,0000	0,7875	31,500,00	Venceu	
269	7011	TRELISSA - BARRA 12 MTS	UN	40,000	0,0000	61,8888	2,475,55	Venceu	
275	817	TUBO 100MM ESG. PVC MT	M	1,000,000	0,0000	6,2874	6,287,40	Venceu	
276	1472	TUBO 150MM PVC	M	240,000	0,0000	21,8209	5,237,02	Venceu	
277	818	TUBO 20MM PVC SOLDAREL MT	M	5,000,000	0,0000	1,7013	8,506,50	Venceu	
278	819	TUBO 25MM PVC SOLDAREL MT	M	5,000,000	0,0000	1,8492	9,246,00	Venceu	
279	5878	TUBO 32MM PVC SOLDAREL	UN	200,000	0,0000	5,6217	1,124,34	Venceu	
280	820	TUBO 40 MM ESG. PVC MT	M	60,000	0,0000	2,9218	175,31	Venceu	
281	821	TUBO 50MM ESG. PVC MT	M	600,000	0,0000	4,3642	2,618,52	Venceu	
282	1474	TUBO 75MM PVC	M	300,000	0,0000	6,2504	1,875,12	Venceu	
283	5869	TUBO DE PVC DE ESGOTO 150MM	UN	100,000	0,0000	21,8209	2,182,09	Venceu	
332	8231	ADESIVO PLASTICO 175G	UN	200,000	0,0000	8,8023	1,760,46	Venceu	
333	8232	LUIVA 60 MM SOLDAREL	UN	200,000	0,0000	5,8436	1,168,72	Venceu	
334	8233	LUIVA 40 MM SOLDAREL	UN	200,000	0,0000	1,5903	318,06	Venceu	
335	8234	LUIVA 50 MM SOLDAREL	UN	200,000	0,0000	2,3300	466,00	Venceu	
336	8235	TUBO 40 MM PVC SOLDAREL	UN	900,000	0,0000	4,7340	4,260,60	Venceu	
337	8236	TUBO 50 MM PVC SOLDAREL	UN	900,000	0,0000	7,9517	7,156,53	Venceu	
338	8237	TUBO 60 MM PVC SOLDAREL	UN	900,000	0,0000	13,0186	11,716,74	Venceu	
Total do Fornecedor ----->					73.592.500			513.595,00	

Nr. do Processo: 16/2019 - Licitação: 10/2019 - PR

Fornecedor: 10255 - SARA COMERCIO EIRELI

Data da Homologação: 10/04/2019

206 767 PORTA INTERNA SEMI OCA C/MARCO E FECHADURA

OESTE PORTAS UN

50,000 0,0000

210,0000

10,500,00 Venceu

Página: 9/9

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 16/2019									
Fornecedor: 10255 - SARA COMERCIO EIRELI									
			Data da Homologação: 10/04/2019						
207	768	PORTA METAL 85 X 210 MISTA	METALNORTE	UN	25,000	0,0000	230,0000	5,750,00	Venceu
302	7022	PORTA MACIÇA EXTERNA COM MARCO E FECHADURA	OESTE	UN	20,000	0,0000	435,0000	8,700,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					95,000			24,950,00	
Nr. do Processo: 16/2019									
Fornecedor: 10484 - ELTON LUIZ MADEIRA									
			Data da Homologação: 10/04/2019						
255	5874	TINTA ACRILICA 18 LT	FUTURA	UN	100,000	0,0000	115,6768	11,567,68	Venceu
256	807	TINTA ACRILICO 3,6 LTS PREMIUM FOSCA	FUTURA	UN	100,000	0,0000	41,3132	4,131,32	Venceu
Total do Fornecedor ----->					200,000			15,699,00	
Nr. do Processo: 16/2019									
Fornecedor: 10485 - VIA RN TINTAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI									
			Data da Homologação: 10/04/2019						
6	626	AGUARRAS 900 ML	MADEQUIMICA	UN	100,000	0,0000	10,0000	1,000,00	Venceu
257	808	TINTA ESMALTE SINTETICO 3,6LTS	MADEQUIMICA	UN	100,000	0,0000	49,0000	4,900,00	Venceu
258	6961	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA 18 LT	MADEVIA	UN	50,000	0,0000	170,0000	8,500,00	Venceu
259	2576	TINTA PISO 18 LTS	SHOW	UN	50,000	0,0000	140,0000	7,000,00	Venceu
260	2575	TINTA PISO 3,6 LTS	SHOW	UN	50,000	0,0000	40,0000	2,000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					350,000			23,400,00	

Celso Ramos, 10 de Abril de 2019.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 141/2019

Publicação Nº 1980720

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº. 141/2019

"CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ORGANIZAR O PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº. 0568, de 01.03.2013, art. 11 da Resolução 170/2014 do CONANDA e ata nº 121 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para organizar o Processo de Seleção e Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado – SC, para o quadriênio 2020/2024.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o "caput" do art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

- I – Simone Iara da Silveira;
- II –Dirce de Souza;
- III - Geni Knabem Rodrigues; e
- IV –Joici Demétrio Caovilla.

Art. 3º Fica nomeada como Presidente da Comissão Especial, a Sra. Simone Iara da Silveira.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de abril de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EDITAL CMDCA Nº 01/2019

Publicação Nº 1980624

EDITAL CMDCA Nº 01/2019

PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do CMDCA realizada no dia 10 de abril de 2019 e, considerando, o disposto nos artigos 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, nas Resoluções do CONANDA nº 152/2012 e 170/2014 e de acordo com as Leis Municipais nº 0629, de 18.03.2015 e nº 0568, de 01.03.13, torna público o Processo de Seleção e Escolha Unificado dos Membros que irão atuar no Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado – Santa Catarina, e dá outras providências.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 – O processo de seleção e escolha unificado dos membros para atuarem no Conselho Tutelar será realizado pela Comissão de Escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapadão do Lageado – Santa Catarina e fiscalizado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
- 1.2 – O processo de seleção e escolha unificado destina-se à inclusão de novos membros para atuarem junto ao Conselho Tutelar do Município;
- 1.3 – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

2 - DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA UNIFICADO

- 2.1 – O processo de seleção e escolha constará de duas etapas, a saber:
 - 2.1.1 – 1ª Etapa – Inscrição e Prova Escrita (classificatória e eliminatória);

2.1.2 – 2ª Etapa – Processo Eleitoral (Escolha), Eleição e Votação (classificatória);

3 - MISSÃO ELEITORAL

3.1 – Compete a Comissão de Escolha e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- Conduzir o processo de escolha;
- Decidir sobre os recursos interpostos;
- Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito;
- Receber, processar e julgar impugnações e recursos contra: mesários; registro de candidaturas; propaganda eleitoral; validade de votos e violação de urnas; resultado final da eleição e demais atos correlatos.
- Analisar, homologar e publicar o registro das candidaturas;
- Receber denúncias contra candidatos;
- Publicar o resultado do pleito, abrindo prazo para recurso.
- Homologar o resultado geral do pleito, bem como, dar posse aos eleitos.

3.2 – Não podem atuar como mesário:

- Os candidatos e parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau;
- Cônjuge ou companheiro (a) de candidato;
- As pessoas que, notoriamente, estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.3 – Cada candidato poderá credenciar 1 (um) fiscal para atuar junto à mesa receptora de votos e na apuração.

3.4 – O fiscal indicado representará o candidato em toda a apuração, sendo vedada a presença de pessoa não credenciada, inclusive candidatos, no recinto destinado à apuração.

3.5 – O credenciamento do fiscal deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis anterior à data da votação, mediante requerimento dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

4 – DOS IMPEDIMENTOS

4.1 – De acordo com o art. 140 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) c/c o art. 19 da Lei Municipal n. 0568/2013, são impedidos de servir no mesmo Conselho: marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro e nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado e todo aquele que for penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar.

4.2 – Ainda, de acordo com o preceituado no art. 15 da Resolução n. 170, de 10/12/2014 – CONANDA – são impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.3 – Estendem-se os impedimentos ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou do Distrito Federal.

5 – DAS ATRIBUIÇÕES

5.1 – Nos termos do art. 136 da Lei n. 8.069/1990. São atribuições dos membros do Conselho Tutelar:

- I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos art. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:
- IV – Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- V – Representar, junto à autoridade nos casos de descumprimento injustificado de suas atribuições;
- VI – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente;
- VII – encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VIII – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- IX – fiscalizar as entidades de atendimento, conforme prevê o art. 95 da Lei nº 8.069/90;
- X – expedir notificações;
- XI – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- XII – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- XIII – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, inc. 3, II, da Constituição Federal;
- XIV – representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotados as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- XV – promover, através de seminários e demais meios que o Conselho Tutelar entender viável, a divulgação de suas atribuições, a fim de que a população lhe encaminhe os casos que lhes são afeitos;
- XVI – promover intercâmbio com os Conselheiros Tutelares de outros municípios.

6 – DAS VAGAS E DO MANDATO

6.1 – São oferecidas 05 (cinco) vagas para membros efetivos, que serão escolhidos mediante Processo de Escolha.

6.2 – Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

6.3 – O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um

mandato e meio não poderá participar do presente processo.

6.4 – O mandato dos Conselheiros Tutelares será do dia 10 de janeiro de 2020 ao dia 09 de janeiro de 2024.

7 – DA CARGA HORÁRIA

7.1 – De acordo com o §1º do art. 25 da Lei Municipal n. 0568/2013 o Conselheiro Tutelar ficará sujeito a jornada de 40h (quarenta horas) semanais de trabalho e a realização de sobreaviso, em escala de revezamento.

7.2 – O horário de expediente do Conselho Tutelar será nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

7.2.1 – Sobreaviso das 17h00min às 08h00min do dia seguinte.

7.2.2 – Sobreaviso nos finais de semana (sábado e domingo) e feriados.

7.2.3 – Para os sobreavisos noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo Regimento Interno.

8 – DA REMUNERAÇÃO E DOS DIREITOS

8.1 – O exercício da função de conselheiro tutelar constitui serviço público relevante de dedicação exclusiva, sendo lhe assegurado, de conformidade com o disposto na Lei Municipal n. 0568/2013, os seguintes direitos:

I – remuneração mensal de R\$ 991,68 (novecentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos), acrescida de complementação salarial até alcançar o valor de um salário mínimo nacional, assegurada a revisão geral anual na mesma data e percentual concedido aos servidores públicos municipais;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme estabelecido na Lei n. 8. 213/1991;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina;

VII – licença para concorrer a mandato eletivo;

VIII – licença para tratamento de saúde, doença profissional e acidente de trabalho;

IX – ajuda de custo, para assegurar a indenização de suas despesas pessoais fora do Município, quando participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando de representação do Conselho;

X – vale alimentação, em conformidade com a Lei nº 0166 de 24.04.2002.

8.2 – A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

8.3 – O exercício da função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

9 - DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE SELEÇÃO

9.1 – Preenchimento da Ficha de Inscrição;

9.2 – Cópia da Cédula de Identidade e do CPF;

9.3 – Cópia dos últimos 3 (três) comprovantes de Residência e/ ou Declaração de Residência, com firma reconhecida em Cartório, que ateste que o (a) Candidato (a) reside no Município a pelo menos 3 (três) meses antes da publicação do presente Edital;

9.4 – Cópia do Certificado de Quitação/Dispensa do Serviço Militar para os candidatos do sexo masculino;

9.5 – Cópia do Certificado de Conclusão do Curso de Ensino Médio;

9.6 – Cópia do Título Eleitoral, com comprovante da última eleição ou justificativa do último pleito eleitoral, comprovando estar em gozo dos direitos políticos;

9.7 – Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal, para comprovar a reconhecida idoneidade moral;

9.8 – Declaração de que não ocupa Cargo Comissionado na Administração Pública Municipal;

9.9 – Declaração de que não ocupa cargo eletivo, de natureza político-partidária;

9.10 – Certidão expedida pelo Conselho Tutelar de que o Candidato não foi atendido e/ou acompanhado pelo órgão nos 5 (cinco) anos anteriores da data da inscrição, exceto na condição de vítima; e

9.11 – Atestado Médico, que comprove pleno gozo de aptidão física e mental para o exercício da função.

9.12 – Na hipótese de inscrição por procuração, deverá ser apresentado, além dos documentos relacionados do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

9.13 – O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como, anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos, conforme dispõe a legislação vigente.

9.14 – O candidato deverá ter, conforme disposição constante no inciso II, do art.7º da Lei Municipal n. 0568/2013, idade superior a 21 (vinte e um) anos até o encerramento das inscrições (14/06/2019).

10 - DAS INSCRIÇÕES E DA SELEÇÃO

10.1 – As inscrições serão realizadas na Secretaria de Assistência Social, situado na Rua Bernardo Henrique Hillesheim, s/n, Centro, Município de Chapadão do Lageado – SC (Ponto de Referência - Próximo a Prefeitura) no período de 22/04/2019 a 14/06/2019, em dias úteis, das 07h30min às 13h30min.

10.2 – É vedada a entrega dos documentos necessários à inscrição após o encerramento da mesma.

10.3 – O candidato, que necessitar de qualquer condição especial para realização da prova escrita, no ato da inscrição deverá indicar os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.), que serão atendidos dentro de critérios de viabilidade e razoabilidade.

10.4 – Após o encerramento das inscrições, a relação dos candidatos será publicada no dia 19/06/2019 no Diário Oficial dos Municípios – DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública, que poderá ser impugnada no prazo de 2 (dois) dias, mediante protocolo na Secretaria de Assistência Social.

10.5 – Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

10.6 – Das decisões da Comissão de Escolha caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

10.7 – Esgotada a fase recursal, a Comissão de Escolha encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

10.8 – Os candidatos habilitados serão submetidos à Prova Escrita que contará com 20 (vinte) questões objetivas, realizadas com base nos conteúdos ligados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), de caráter eliminatório, a ser formulada por comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.9 – A Prova Escrita será realizada no dia 09 de agosto de 2019 das 08h00min às 12h00min. O local será divulgado quando da publicação final da lista de inscritos.

10.10 – O candidato deverá comparecer ao local da prova com 15 (quinze) minutos de antecedência, munido de documento de identificação com foto e caneta esferográfica de cor azul ou preta.

10.11 – Somente serão classificados para o Processo de Escolha os candidatos que obtiverem no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos pontos totais da Prova Escrita.

10.12 – A relação com os candidatos classificados será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, assegurado prazo de 2 (dois) dias para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, que se manifestará num prazo máximo de 2 (dois) dias, prevalecendo à decisão da maioria simples.

10.13 – Da decisão relativa à impugnação proferida pela comissão de escolha, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 2 (dois) dias contados da ciência do resultado da Impugnação, que se manifestará em 2 (dois) dias.

10.14 – Vencida as Fases de Impugnação e Recursos será publicado no dia 23/08/2019, no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, lista com nome dos candidatos habilitados para o pleito, com cópia ao Ministério Público.

11 - DO PROCESSO DE ESCOLHA (2ª ETAPA – ELEIÇÃO/ VOTAÇÃO):

11.1 – A eleição será realizada nas dependências do Centro Multiuso Sebastião Rode, estabelecido na Rua Bernardo Henrique Hillesheim, s/n, Centro, Município de Chapadão do Lageado – SC, no dia 06 de outubro de 2019, das 08h00min às 13h00min.

11.2 – Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3 – Todo o processo de candidatura e escolha dos membros do Conselho Tutelar será desenvolvido sob a fiscalização do Ministério Público.

11.4 – Poderão votar os eleitores inscritos no Município e aptos, mediante apresentação do título de eleitor e de documento de identificação com foto.

11.5 – Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

11.6 – A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

11.7 – As cédulas serão confeccionadas pela Comissão de Escolha, conforme modelo a ser aprovado.

- 11.8 – Na cabine de votação será afixado Edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito, com seus respectivos números.
- 11.9 – O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabine indevassável.
- 11.10 – O eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato;
- 11.11 – O eleitor deverá indicar na cédula de votação o número do candidato escolhido.
- 11.12 – O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.
- 11.13 – Cada candidato poderá credenciar no máximo 01 (um) fiscal para a eleição e apuração, e este será identificado por crachá, fornecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 11.14 – Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão de Escolha.
- 11.15 – O local de recebimento dos votos contará com quatro mesas de recepção e apuração, composta por 03 (três) membros cada, a saber: 01 (um) presidente, 01 (um) mesário e 1 (um) Secretário.
- 11.16 – O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.
- 11.17 – O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.
- 11.18 – Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão de Escolha.
- 11.19 – Não será permitida a presença dos candidatos junto à Mesa de Apuração;
- 11.20 – A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à Comissão Eleitoral.
- 11.21 – Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
- I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;
- II – Registrar na ata as impugnações dos votos.
- 11.22 – Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.
- 11.23 – Não podem ser nomeados para Presidente e Mesários:
- I – Os Candidatos e seus parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau;
- II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;
- III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.
- 11.24 – A apuração dos votos dar-se-á após o horário de encerramento das eleições, no próprio Multiuso Sebastião Rode, com a presença do representante do Ministério Público, da Comissão Especial e de um fiscal nomeado por cada candidato.
- 11.25 – Quanto aos votos em branco e nulo, não serão computados para fins de votos válidos.
- 11.26 – Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão de Escolha, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.27 – Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a ata da votação.
- 11.28 – Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.
- 11.29 – Os cinco candidatos mais votados assumirão a função de Conselheiro Tutelar.
- 11.30 – Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
- 11.31 – No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso, e persistindo o empate, será aquele que obtiver maior nota na prova escrita.

12 - DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

12.1 – Não será tolerado, por parte dos candidatos, dentre outras ações, previstas na Lei n. 0568, de 01.03.2013:

- Promoção de atos que prejudiquem a higiene e a estética urbana ou contravenha a postura municipal ou a qualquer outra restrição de

direito;

- Promoção de transporte de eleitores, utilizando de veículos públicos ou particulares;
- Promoção de "boca de urna", dificultando a decisão do eleitor.

12.2 – Aplicam-se, no que couber, as disposições da legislação eleitoral no tocante ao exercício do sufrágio direto e apuração dos votos.

12.3 – Será permitido:

12.4 – O convencimento do eleitor para que este compareça aos locais de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

12.5 – A presença do candidato em qualquer entidade da sociedade civil organizada, com a finalidade de fazer a divulgação da sua candidatura, desde que para tal seja convidado ou autorizado pela Entidade.

12.6 – Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

12.7 – No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral.

12.8 – A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

12.9 – Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

12.10 – Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

12.11 – Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

12.12 – Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

12.13 – Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

12.14 – É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos, entre outros. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

12.15 – É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

12.16 – Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

12.17 – Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

12.18 – O candidato envolvido e os denunciantes serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.19 – É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

12.20 – É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizar-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

12.21 – É proibida a propaganda por meios de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular.

12.22 – É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

12.23 – A fiscalização de todo o Processo de Candidatura e Escolha dos Membros do Conselho Tutelar (inscrição, votação e apuração) estará a cargo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

13 - DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO, NOMEAÇÃO E POSSE

13.1 – Concluída a apuração dos votos o Presidente da Comissão de Escolha proclamará o resultado da votação, mandando publicar os

nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

13.2 – O resultado da eleição será publicado no dia 08/10/2019, no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

13.3 – Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.4 – A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2020.

13.5 – Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

13.6 – Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

14.2 – A não exatidão das afirmativas ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

14.3 – Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

14.4 – A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

14.5 – As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

14.6 – O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

14.7 – É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral. O conselheiro eleito perderá o mandato caso passe a residir em outro Município.

14.8 – Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão de Escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

14.9 – O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

14.10 – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.11 – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 10 de abril de 2019.

Joici Demétrio Caovilla

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

ANEXO ÚNICO

Calendário Eleitoral para Escolha dos Conselheiros Tutelares

11/04/2019	Publicação do Edital
16 e 17/04/2019	Prazo para Interposição de Recurso contra o Edital
18/04/2019	Análise e confecção de novo Edital, se for o caso.
22/04/2019	Publicação do Edital (depois do recurso, se houver)
22/04/2019 a 07/06/2019	Inscrições para o Processo de Seleção
10 e 11/06/2019	Análise das Inscrições
13/06/2019	Publicação da relação dos Candidatos Inscritos
14 a 17/06/2019	Prazo para Impugnação à Comissão de Escolha – Relação dos Candidatos Inscritos.
18 e 19/06/2019	Notificação dos Candidatos impugnados para Defesa

26 e 27/06/2019	Prazo para apresentação de defesa do Candidato
28/06/2019	Análise e Decisão do Recurso
01/07/2019 a 03/07/2019	Prazo para Recurso ao CMDCA – Relação dos Candidatos Inscritos.
04 e 05/07/2019	Análise e Decisão do Recurso
09/07/2019	Publicação Final do Edital com a Lista dos Candidatos Inscritos
09/08/2019	Aplicação da Prova Escrita
14/08/2019	Publicação da relação dos Candidatos Aprovados no Processo de Seleção
15 e 16/08/2019	Prazo para interposição de Recursos referente à Prova
19/08/2019	Análise e Decisão do Recurso
20 e 21/08/2019	Prazo para Recurso ao CMDCA – Relação dos Candidatos Inscritos.
22/08/2019	Análise e Decisão do Recurso
23/08/2019	Publicação Final do Edital com a Lista dos Candidatos Aptos a Eleição
06/10/2019	Votação/Eleição
08/10/2019	Divulgação do resultado da Eleição
10/01/2020	Posse dos Eleitos

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL SEDUC Nº 007/2019

Publicação Nº 1981390

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público - Edital 001/2018 e/ou Processo Seletivo Simplificado – Edital 002/2018 (Educação Indígena), TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2019, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauhen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 20 de dezembro de 2018, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 001/2019 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
12.04.2019	13:30 h	ENSINDO RELIGIOSO

Página 1 de 2

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNOS	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
ENSINDO RELIGIOSO	40	MAT/VESP	EBM FEDELINO MACHADO DOS SANTOS/ EBM SEVERIANO ROLIN DE MOURA/ EBM NOVA AURORA	15.04 A 20.12.2019

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 10 de abril de 2019.

SANDRA MARIA GALERA
Secretária de Educação

Página 2 de 2

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Publicação Nº 1981387

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 007/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Junior Chamber International – JCI Chapecó

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do "FESTIVAL RANGO BEER – 5ª EDIÇÃO".

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o período de 10 a 11 de Maio de 2019, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Eduardo Chiamolera, Presidente da Entidade.

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 014/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Sindicato dos Produtores Rurais de Chapecó.

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização da “FEIRA AGROPECUARIA COM LEILÃO”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o período de 26 a 28 de Abril de 2019, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Ricardo Lunardi, Presidente da Entidade.

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 015/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Sindicato da Indústria Madeireira e Moveleira do Vale do Uruguai

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização da “MERCOMÓVEIS 2019”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o período de 01 a 28 de Agosto de 2019, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Ilseo Rafaeli, Presidente da Entidade.

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE TRANSMISSÃO 2019

Publicação Nº 1981309

Termo de Transmissão do Cargo de Presidente
da Câmara Municipal de Chapecó.

Tendo em vista o pedido de licença para tratar de assuntos particulares apresentado pelo Vereador Arestide Fidelis, Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, pelo prazo de dois dias, conforme Resolução nº- 1, de 09 de abril de 2019, o Vereador Ildo Antonini assume o cargo de Presidente no período de onze de abril de dois mil e dezenove a doze de abril de dois mil e dezenove. O Vereador Arestide Fidelis reassume o cargo automaticamente no dia treze de abril de dois mil e dezenove. Para constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes. Gabinete da Presidência, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

Cocal do Sul

PREFEITURA

ERRATA 01/2019 - EDITAL N°. 001/2019 CMDCA

Publicação N° 1980424

EDITAL N°. 001/2019/CMDCA
ERRATA N°01

ERRATA N° 01 do Edital de inscrições para processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Cocal do Sul.

Onde lê-se:

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10(dez) de janeiro de 2019.

Leia-se:

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10(dez) de janeiro de 2020.

Cocal do Sul, 10 de abril de 2019.

JORDANA DE SOUZA BORTOLOTO DE FÁVERI

Presidente do CMDCA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/FMAS/2019

Publicação N° 1980783

ADITIVO N°: 01/2019.

CONTRATO N°: 06/FMAS/2016.

TIPO DE ADITIVO: TERCEIRO T.A. – ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: INFOWAY COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA - EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 68/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL: 44/PMCS/2016.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação de internet via fibra óptica em 28 pontos distribuídos nas repartições públicas do Município de Cocal do Sul, com velocidade de 5 MBPS de Download e 3 MBPS de Upload em cada ponto, incluídos equipamentos em comodato, instalação e configuração.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo referente à instalação de mais um ponto de internet no Centro dia do Idoso.

Assinatura: 25/03/2019.

Vigência: Início: 25/03/2019 Término: 22/11/2019.

Valor: R\$: 899,10 (oitocentos e noventa e nove reais e dez centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/FMS/2019

Publicação N° 1980384

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 01/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: ALG RIO COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06/FMS/2019.

PREGÃO PRESENCIAL N° 03/FMS/2019.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos, para atendimento ao Município de Cocal do Sul – SC.

Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/FMS/2019

Publicação Nº 1980296

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/FMS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2019.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos, para atendimento ao Município de Cocal do Sul – SC.
Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 179,94 (cento e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/FMS/2019

Publicação Nº 1980375

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 03/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: DENTARIA E CIRÚRGICA MERCOSUL LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/FMS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2019.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos, para atendimento ao Município de Cocal do Sul – SC.
Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 1.503,50 (um mil e quinhentos e três reais e cinquenta centos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/FMS/2019

Publicação Nº 1980391

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/FMS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2019.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos, para atendimento ao Município de Cocal do Sul – SC.
Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 20.813,20 (vinte mil e oitocentos e treze reais e vinte centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/FMS/2019

Publicação Nº 1980364

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/FMS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2019.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos, para atendimento ao Município de Cocal do Sul – SC.
Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 30.212,10 (trinta mil e duzentos e doze reais e dez centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/FMS/2019

Publicação Nº 1980363

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: ODONTO SUL LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/FMS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2019.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos, para atendimento ao Município de Cocal do Sul – SC.
Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 46.332,78 (quarenta e seis mil e trezentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/FMS/2019

Publicação Nº 1980244

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 08/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/FMS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2019.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos, para atendimento ao Município de Cocal do Sul – SC.
Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 11.538,67 (onze mil e quinhentos e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/FMS/2019

Publicação Nº 1980400

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/FMS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMS/2019.

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos, para atendimento ao Município de Cocal do Sul – SC.
Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 34.445,65 (trinta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/PMCS/2019

Publicação Nº 1980421

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 291/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de mobiliários, eletrodomésticos e eletrônicos, para aquisições futuras. No atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 11/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 842,13 (oitocentos e quarenta e dois reais e treze centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 49/PMCS/2019

Publicação Nº 1980278

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: SE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTES DE MADEIRAS LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/PMCS/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/PMCS/2019.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para serviço de transporte de calcário de forma parcelada conforme o Programa da Secretaria de Agricultura de Cocal do Sul (Lei Municipal nº 1.135/2013), no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 50/PMCS/2019

Publicação Nº 1980224

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2019.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MENEGON ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209/PMCS/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de artefatos de cimento e materiais para pavimentação, para uso no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 29/03/2019.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO 26/PMCS/2019

Publicação Nº 1980520

CONTRATO Nº: 26/2019.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 41/PMCS/2019.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 25/2019

Objeto: Aquisição de veículo de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Assinatura: 06/03/2019.

Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 06/03/2020.

Valor: R\$ 228.912,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos e doze reais).

Dotação Orçamentária:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número do Empenho	Data de Empenho	Valor (R\$)
1008	0.3.19.0019	4.4.90.52.52	1076/2019	13/02/2019	207.350,00
1008	0.1.87.0087	4.4.90.52.52	1077/2019	13/02/2019	19.200,00
1008	0.1.36.0058	4.4.90.52.52	1081/2019	13/02/2019	2.362,00

EXTRATO DO CONTRATO 31/PMCS/2019

Publicação Nº 1980461

CONTRATO Nº: 31/2019.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 39/PMCS/2019.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 12/PMCS/2019.

Objeto: Contratação de instituição especializada em desenvolvimento institucional para gestão tributária, com o assessoramento, implantação, operacionalização e manutenção de uma metodologia de processos com sistema de gestão integrada do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, automatizado, na modalidade ASP (Application Service Provider), com aquisição do direito de uso dos sistemas

auxiliares disponibilizados pela metodologia.

Assinatura: 06/03/2019.

Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 06/03/2020.

Valor: R\$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais).

Dotação Orçamentária: 05.001.04.123.1100.2007.3.3.90.00.00 – Manutenção dos Serviços Contábeis, Financeiros e Arrecadação.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01/FMS/2019

Publicação N° 1980715

ADITIVO N°: 01/2019.

CONTRATO N°: 14/FMS/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. – ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: INFOWAY COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA - EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 68/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL: 44/PMCS/2016.

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação de internet via fibra óptica em 28 pontos distribuídos nas repartições públicas do Município de Cocal do Sul, com velocidade de 5 MBPS de Download e 3 MBPS de Upload em cada ponto, incluídos equipamentos em comodato, instalação e configuração.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo referente à instalação de mais um ponto de internet na Farmácia Central.

Assinatura: 25/03/2019.

Vigência: Início: 25/03/2019 Término: 22/11/2019.

Valor: R\$: 1.077,84 (um mil e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Concórdia

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019 – FMEC

Publicação Nº 1981186

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019 – FMEC

Objeto: Contratação de empresa(s) do ramo de transportes para prestação de serviços de transporte de passageiros e transporte de materiais esportivos, artigos de cozinha, colchões e alimentação das delegações esportivas da Fundação Municipal de Esportes, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO

Em razão da desclassificação da empresa FLAVIO ALBERTO ZAGO ME, devido ao não encaminhamento da documentação exigida no item 16.4. do Edital, ficam convocadas as demais empresas classificadas para o ITEM 02, para nova sessão, a ocorrer na data de 12 de abril de 2019 as 14h00min, na Sala de Licitações.

Concórdia, SC, 10 de abril de 2019.

CRISTIANE SILVEIRA CASADO
Pregoeira

ERRATA AO EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO TÉCNICA E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2018 - PMC

Publicação Nº 1981381

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA AO EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO TÉCNICA E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2018 - PMC

A Comissão Permanente de Licitação torna público a correção da publicação veiculada na data 10 de abril de 2019, edição 2797, página 350, do DOM/SC, nos seguintes termos:

ONDE LÊ-SE:

“as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 08h30min do próximo dia 19 de abril de 2019, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 3).”

LEIA-SE:

“as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 14h30min do próximo dia 22 de abril de 2019, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 3).”

Concórdia, SC, 10 de abril de 2019.

JACIELE TOCHETTO
Vice-Presidente da CPL

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO TÉCNICA TP 01/2019 PMC

Publicação Nº 1981222

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019 – PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e arquitetura para realizar a revisão, ampliação e atualização do projeto de Revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, no trecho que compreende a interseção de entrada do Parque de Exposições Senador Atílio Xavier Fontana até a interseção com a Rodovia BR 153/SC, neste Município, de acordo com as especificações do Anexo “A” do Edital..

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO TÉCNICA E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, foram verificados os Pareceres Técnicos emitidos pela Equipe técnica da Diretoria de Obras, verificando-se a seguinte pontuação: a licitante ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A obteve 88 (oitenta e oito) pontos, obtendo a Nota técnica de 90,72 (noventa vírgula setenta e dois); a licitante IGUATEMI - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA obteve 86 (oitenta e seis) pontos, obtendo a Nota técnica de 88,66 (oitenta e oito vírgula sessenta e seis); a licitante ENCOP ENGENHARIA LTDA obteve 81 (oitenta e um) pontos, obtendo a Nota técnica de 83,51 (oitenta e três vírgula cinquenta e um); a licitante GEOVIAS ENGENHARIA LTDA obteve 81 (oitenta e um) pontos, obtendo a Nota técnica de 83,51 (oitenta e três vírgula cinquenta e um); a licitante ECHOA ENGENHARIA S/S EPP, foi DESCLASSIFICADA pela Comissão Especial, por não atender ao requisito mínimo de apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando a elaboração de levantamento topográfico georreferenciado. A Presidente solicitou que fosse registrado

que o resumo da divulgação da fase de avaliação técnica, deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 08h30min do próximo dia 22 de abril de 2019, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 3).

Concórdia, SC, 10 de abril de 2019.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente CPL

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019 – PMC

Publicação Nº 1980969

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2019
Pregão Presencial Nº 25/2019 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de troféus para a premiação de equipes e atletas, em diversos eventos no exercício de 2019, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referencia foi REVOGADO.

Concórdia, SC, 10 de abril de 2019.

MAURO MARTINI
Secretário Munic. de Agricultura, Desenv. Rural e Meio Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE 01/2019

Publicação Nº 1980977

CONVITE Nº 1/2019
PROCESSO Nº 1/2019

OBJETO: Aquisição de material de equipamentos de processamento de dados, para as atividades da Câmara.

TIPO: Menor Preço Por Item

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 10 horas do dia 29.04.2019

INICIO DA SESSÃO: dia 29.04.2019, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 05 de ABRIL de 2019.
MAURO ACIR FRETTE
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO PROC. 54/2019 PREGÃO PRESENCIAL RP 22/2019

Publicação Nº 1980478

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, representado por seu Prefeito Municipal, e o Fundo Municipal de Saúde, representado por seu gestor, tornam público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 54/2019
Pregão Presencial RP n. 22/2019
Tipo: Menor preço global

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA, EM "OPERAÇÃO TAPA-BURACOS", COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 25/04/2019.
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 25/04/2019.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 10 de abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 174/2019

Publicação Nº 1980582

PORTARIA Nº 174/2019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal ANA PAULA KOLLETT, matrícula nº 1354803, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, para efeitos a partir de 09/04/2019.

Cordilheira Alta/SC, 10 de Abril de 2019.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA N° 037/2019

Publicação N° 1980909

PORTARIA N°. 037 DE 10 DE ABRIL DE 2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 16 de Abril de 2019 à 15 de Maio de 2019.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Vinicius Smaniotto	Auxiliar Administrativo	09/07/2017 à 08/07/2018

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 10 de Abril de 2019
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA N° 038/2019

Publicação N° 1980911

PORTARIA N° 038, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público e da economicidade;

DESIGNA:

Art. 1º. O Sr. Laudinei Bandeira, Servidor público municipal, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo na Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Funanças, do Município de Coronel Martins/SC, para fazer parte e prestar serviços junto a Secretaria Municipal de Assistência Social a Partir do dia 15/02/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/02/2019

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 10 de Abril de 2019
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SHUSTER
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

Correia Pinto

PREFEITURA

ATA Nº 002/2019 -CMDCA

Publicação Nº 1981189

ATA Nº 02/2019

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA – 08.04.2019

Aos oito dias do mês de abril de 2019, tendo por local as dependências do Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Correia Pinto / SC, às quatorze horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devidamente convocados afim de tratar assuntos rotineiros do Conselho. Destaca-se que a reunião ocorre em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social. O Presidente justificou a ausência da secretária Rita Júlio, e deu as boas vindas a todos. Na Sequência passou-se a deliberação da pauta da reunião. **FAMÍLIA ACOLHEDORA** – O programa foi apresentado pelas integrantes da equipe. O programa já está implantado. Famílias capacitadas e inscritas. O abrigo municipal está aberto. Novo convênio com o Município de Lages está em fase de assinaturas. **REGISTROS DE ORGANIZAÇÕES E SERVIÇOS**. Foram apresentados dois pedidos para registros de serviços e uma organização no CMDCA, trata-se do programa família acolhedora, apresento pela secretaria municipal de assistência social, e o registro de organização e seu serviço foi apresentado pela Associação Comunitária Dona Ema Sevei. Destaca-se que a associação dona ema sevei fez uma ampla revisão em seu estatuto social possibilitando o atendimento como prioridade às crianças e adolescentes. Os processos foram avaliados por comissão específica nomeados por meio de resolução. A comissão especial encaminhou a este conselho parecer favorável ao registro de ambas as organizações. A documentação e os pareceres foram apresentados aos conselheiros que deliberaram por unanimidade pela aprovação. Recebendo a Associação Comunitária Dona Ema Sevei o nº 01/2019 e o Serviço de Família Acolhedora o nº 02/2019. Dito isso, providenciará a emissão de certificado às entidades. **RENÚNCIAS AO CARGO NO CONSELHO** – Foi recebido em 07 de março de 2019, a carta de renúncia ao cargo exercido como conselheiro de defesa dos direitos da criança e do adolescente da Sra. ROSIMERI DA SILVA MARTINS MADRUGA, que representava a Associação de Moradores do Bairro Pró-flor e São Cristóvão. Registra-se que sua saída do conselho se deu na data do protocolo do documento, ou seja, 07/03/2019. Igualmente, apresentou renúncia a partir de 09.04.2019, portanto, participando das decisões aqui tomadas o Sr. DECEDEZ BIAZEBETTI que representa a Associação Comunitária Dona Ema Sevei. Dito isso, determinou-se a expedição de ofício à Associação para que proceda nova indicação. Igualmente, ofício deverá ser encaminhado a Igreja do Evangelho Quadrangular para que proceda a indicação de novos representantes haja vista a ausência injustificada de seus representantes. **OFÍCIOS EXPEDIDOS** – o coordenador informou que foram enviados ofícios à secretaria de assistência social e a FMEC solicitando informações sobre o projeto rua do lazer, não houve respostas, novamente as informações serão solicitadas. De igual forma foi enviado ofício ao Conselho Tutelar solicitando informações sobre os atendimentos realizados em 2018 e 2019. O documento foi entregue em 12/03/2019. A resposta foi protocolada em 03.04.2019, porém, não foi possível por parte dos conselheiros a compreensão das informações apresentadas. Definiu-se pela convocação dos conselheiros tutelares para que compareçam na próxima reunião deste conselho para que apresentem os números, informações e planilhas. **LEI DO CONSELHO TUTELAR** – Foi publica a Lei 2225/2019 de 28 de março de 2019 que “estabelece a estrutura e o funcionamento do conselho tutelar do município de Correia Pinto, bem como o processo de seleção e eleição dos novos conselheiros”. A Lei foi apresentada aos conselheiros e está disponibilizada no site da prefeitura municipal. Informação sobre a nova lei será encaminhada aos Conselheiros para que tomem ciência e a cumpram. **ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR** – Atendendo o disposto na Lei Municipal acima citada foi publicado no dia 03/04/2019 o Edital nº 002/2019 que trata do processo de eleição dos novos conselheiros. A eleição acontece no dia 06/10/2019 e é responsabilidade do CMDCA a coordenação do processo eleitoral. Diante do exposto, decidiu-se pelo agendamento de uma reunião antes do início das inscrições para apresentação aos interessados do edital, da lei e suas exigências, sugeriu-se o dia 17 ou 18 deste mês, a ser amplamente divulgado, dependendo da agenda do CMDCA. Outro ponto que ficou deliberado e aprovado é a contratação de uma empresa especializada na etapa II do edital, que consiste na “capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter classificatório e eliminatório”. Definiu-se pelo encaminhamento de solicitação ao Departamento de Licitação para que proceda o processo de contratação da empresa, ficando a secretaria de assistência com base nos orçamentos prévios, responsável por decidir sobre o plano de aula e a aplicação das provas, bem como o julgamento dos recursos, apresentando à comissão eleitoral a relação dos aprovados para homologação. No que diz respeito a comissão eleitoral, ficou ajustado que as organizações sociais deverão manifestar-se pela regularização da representação no conselho e tão logo isso ocorra, reunião extraordinária será convocada para designar comissão, antes do início das inscrições. **AVALIAÇÃO DE PROJETO EDITAL FIA 01/2019** – na sequência iniciou-se a deliberação do projeto apresentado na forma do Edital nº 01/2019 que tinha como objeto: “a concessão e apoio a projeto de cunho social, complementar e inovador, voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº. 8.069/1990 e alterações, a Resolução nº. 137/2010 do CONANDA e a Resoluções do CMDCA de Correia Pinto, através da formalização de parceria por meio de Termo de Colaboração, firmado entre o Município de Correia Pinto e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETO VOLTADO PARA A ÁREA ESPORTIVA E RECREATIVA, QUE ATENDA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE TODOS OS BAIRROS DA CIDADE DE CORREIA PINTO, COM ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PREFERENCIALMENTE NO BAIRRO ONDE RESIDEM, COM PROGRAMAÇÃO SEMANAL, NO PERÍODO DE 12 MESES SEM INTERRUPÇÃO PARA OS PERÍODOS DE RECESSO E FÉRIAS ESCOLARES, DEVENDO SER TRABALHADO AO MENOS 2 (DUAS) MODALIDADES ESPORTIVAS. Foi apresentado um único projeto, este pela Associação Comunitária Dona Ema Sevei com o título: esporte para todos, preservando vidas, no valor de R\$ 74.940,00. A comissão especial de seleção emitiu parecer favorável ao projeto nos seguintes termos: PARECER - Os conselheiros que ao final subscrevem o presente documento, foram designados pelo Coordenador do CMDCA através da Resolução 27 de 15 de março de 2019, afim de comporem a Comissão Especial de Seleção, que entre outras atribuições, para emitir parecer sobre projetos apresentados por organizações que buscam a captação de recursos junto ao FIA na forma do disposto no Edital 01/2019, publicado em 26 de fevereiro de 2019; Considerando que desde a publicação do Edital não houve impugnação aos termos do edital; Considerando que o prazo final para apresentação de projetos encerrou-se no dia 01/04/2019; Considerando que foi protocolado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social Habitação e encaminhado ao CMDCA projeto e documentos da seguinte organização: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI – CNPJ 78.474.293/0001-36 - Projeto com o título – ESPORTE PARA TODOS, PRESERVANDO VIDAS no valor de R\$ 74.940,0 (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais); Considerando o disposto no Edital cabe a esta comissão fazer a análise dos projetos e apresentar parecer atribuindo nota, classificando-os

para posterior aprovação junto ao CMDCA. Considerando o disposto no edital que estabelece as regras para a Seleção e critérios técnicos de análise dos projetos. Considerando que o Edital apresenta planilha contendo os itens a serem avaliados bem como a pontuação máxima por item chegando ao máximo de 10 pontos. Considerando que para aprovação do projeto, este não deve ter nota inferior a 6 (seis) pontos; Considerando que o parecer avaliará os projetos apresentados, bem como a documentação de habilitação dos que foram aprovados e classificados; Considerando que foi utilizado para a avaliação do projeto os dispositivos elencados no Edital de Chamamento Público 001/2019 do FIA – Fundo da Infância e Adolescência, passamos a partir de agora emitir o seguinte parecer, avaliando a única proposta apresentada: Art. 1º - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI – CNPJ 78.474.293/0001-36 - Projeto com o título – ESPORTE PARA TODOS, PRESERVANDO VIDAS no valor de R\$ 74.940,0 (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais), esta comissão para atribuição de nota levou em consideração os seguintes pontos: A entidade apresentou projeto dentro do prazo estabelecido; O valor solicitado junto ao CMDCA através do FIA foi R\$ 74.940,0 (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais); O projeto tem como objeto a “pagamento de profissionais e aquisição de material esportivo; O objetivo da proposta é “oferecer às crianças e adolescentes com idade entre 8 e 18 anos, atividades de esporte, lazer e recreação em todos os bairros, oportunizando atividades no contra turno escolar, possibilitando a ocupação da mente em atividades diferentes do mundo tecnológico e preservando vidas do contato com as drogas; O projeto prevê implantação e desenvolvimento em 12 meses; A organização comprovou a demanda e a necessidade do projeto; A organização demonstrou a capacidade técnica, bem como a forma de seleção do pessoal; Os orçamentos apresentados são compatíveis com os valores solicitados; A atribuição de pontos ao projeto se dá conforme abaixo:

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação no Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	Grau pleno de atendimento (0,7 pontos) Grau satisfatório de atendimento (0,3 pontos) O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	0,7
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.	Grau pleno de adequação (1,75). Grau satisfatório de adequação (1,25). O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta.	1,25
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	Grau pleno da descrição (0,8). Grau satisfatório da descrição (0,2). O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	0,8
(D) Qualidade do projeto quanto ao seu caráter inovador, humanitário e contribuidor para a garantia dos direitos da criança e do adolescente do município.	Grau pleno da descrição (3,5). Grau satisfatório da descrição (0,5). O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	3,5
(E) Capacidade técnico- operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	Grau pleno de capacidade técnico- operacional (0,8). Grau satisfatório de capacidade técnico- operacional (0,2). O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC.	0,8
Pontuação do projeto		7,05

Considerando que o projeto obteve nota acima do mínimo estabelecido (6 pontos) a comissão passou para a avaliação da documentação de habilitação, que após avaliação minuciosa, constatou-se que atendeu todo os requisitos editalícios. No que diz respeito ao projeto avaliado, emitimos parecer pela APROVAÇÃO e consequentemente seu financiamento através da celebração de termo de parceria entre o Município de Correia Pinto através do FIA com a OSC Proponente. Art. 2º. Dito isso temos que o projeto apresentado, foi devidamente avaliado resultando na seguinte tabela de classificação:

	Proponente	Projeto	Valor	Pontos
1º	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI	ESPORTE PARA TODOS, PRESERVANDO VIDAS	R\$ 74.940,00	7,05

art. 3º Este é o parecer que encaminhamos ao plenário do CMDCA para apreciação em data oportuna. Correia Pinto, 08 de abril de 2019. Dito isso, apresentado o projeto aos conselheiros presentes, foi colocado em votação e APROVADO POR UNANIMIDADE o projeto Esporte para todos, preservando vidas da Associação Comunitária Dona EMA Sevei. Determinou-se a que o presidente do conselho providencie resolução divulgando o resultado preliminar, e em não havendo recurso, que seja emitido resolução divulgando o resultado definitivo de

seleção do projeto. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião, determinando-se a lavratura da ata que vai assinada por todos.

Correia Pinto, 08 de abril de 2019.

Eder Mesquita

Coordenador do CMDCA

ATA Nº 002/2019 -CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1981200

ATA Nº 02/2019

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos oito dias do mês de abril de 2019, tendo por local as dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Correia Pinto / SC, as quatorze horas, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social devidamente convocados afim de tratar assuntos rotineiros do Conselho. Destaca-se que a reunião ocorre em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Presidente justificou a ausência da secretária Rita Júlio, e deu as boas vindas a todos. Na Sequência passou-se a deliberação da pauta da reunião. Procede-se a leitura das atas das duas reuniões passadas, sendo RETIFICADA A ATA afim incluir na ata da reunião do dia 17.12.2018, que por lapso, não foi incluído no texto embora deliberado o seguinte: "FICA APROVADO PELO CONSELHO A ABERTURA DE EDITAL COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROJETOS JUNTO AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PARA "PROJETOS DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA ASSEGURANDO, ACESSO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS, LÚDICAS, DE LAZER NA COMUNIDADE E DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL, ATRAVÉS DO ACESSO A ATIVIDADES CULTURAIS, DE CONVIVÊNCIA CUJA FINALIDADE É A PREVENÇÃO DOS AGRAVOS DECORRENTES DO ENVELHECIMENTO". O valor destinado é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). Que a solicitação para a elaboração do Edital seria feito a Procuradoria do Município, ficando autorizado o Presidente a nomeação de comissão de seleção dos projetos, bem como autorizado a formalização dos eventuais convênio aprovados pela comissão." APRECIÇÃO DE CONTAS DE TERMOS DE PARCERIA 2018: Foi colocado em discussão e deliberação as contas apresentadas pelas organizações ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI e CENTRO SOCIAL SCHALON vinculados ao Edital de Chamamento Público nº 01/2017 destinado ao atendimento de idosos. As contas foram apresentadas, receberam parecer favorável da Comissão de Monitoramento e Avaliação, parecer favorável Pela Coordenação de Controle Interno e da Secretaria de Fianças. Os documentos foram apresentados e as contas referentes a execução financeira assim como do cumprimento de metas e objetivos foram aprovadas por unanimidade sendo: Centro Social Schalon Termo de Colaboração nº 02/2018 no valor de R\$ 33319,60, Associação Comunitária Dona Ema Sevei Termo de Colaboração nº 03/2019 no valor R\$ 26.333,90. Igualmente foi apresentado as contas do termo de colaboração 001/2018 firmado no valor de R\$ 72.000,00 com a APAE de Correia Pinto. As contas receberam parecer favorável da Comissão de Monitoramento e Avaliação, parecer favorável pela Coordenação de Controle Interno e da Secretaria de Fianças. Os documentos foram apresentados e as contas referentes a execução financeira assim como do cumprimento de metas e objetivos foram aprovadas por unanimidade do termo de parceria nº 01/2018. TERMOS DE PARCERIA IDOSOS 2019. Foi apresentado aos Conselheiros o resultado do Edital de Chamamento Público nº 01/2019, deliberado pela comissão de seleção. 1º) Projeto da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 78.474.293/0001-36 – Projeto MELHOR IDADE - R\$ 35.967,33; 2º) CENTRO SOCIAL CULTURAL SCHALON, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 78.492.287/0001-01 – PROJETO FELIZ IDADE - R\$ 17.804,00; 3º) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 78.474.293/0001-36 – Projeto VIDA E MOVIMENTO - R\$ 18.000,00. Os termos de parceria e toda documentação foram apresentados aos conselheiros, que por unanimidade Ratificaram todo processo. Dito isso, os termos de parceria que já foram assinados, ficando autorizado o pagamento das parcelas para início das atividades. Ato contínuo passou-se a deliberar sobre a TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO OBJETO DE CONVÊNIO ENTRE O MDS E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO. Tendo em vista o ofício LC n. 001/2019 que solicita autorização do Conselho Municipal de Assistência Social para que proceda a transferência de propriedade do veículo MICRO-ONIBUS, placa QJP 8820, RENAVAL 1179315380. Conforme relata o ofício, equívoco no processo de aquisição fez com que o veículo fosse registrado em nome do Fundo Municipal de Assistência Social, quando deveria estar registrado junto ao DETRAN em nome do MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO - CNPJ 75.438.655/0001-45. Toda documentação inclusive convênio e processo de licitação foi apresentado. Colocado em deliberação, o Conselho por unanimidade decidiu pela APROVAÇÃO da transferência de propriedade, autorizando a Gestora do Fundo de Assistência Social assinar documento de transferência do Fundo Municipal de Assistência Social para o Município de Correia Pinto autorizando o pagamento à empresa vencedora do processo licitatório, bem como a prestação de contas, destacando que este conselho firmou documento na reunião de 22.02.2019, que trata da DECLARAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DO OBJETO do contrato de repasse nº 841861/2016. FAMÍLIA ACOLHEDORA – O programa foi apresentado pelas integrantes da equipe. O programa já está implantado. Famílias capacitadas e inscritas. O abrigo municipal está aberto. Novo convênio com o Município de Lages está em fase de assinaturas. CURSOS PARA FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – muito embora tenha sido solicitado a reavaliação dos cursos na reunião passada, entendeu a administração pela manutenção dos cursos aprovados no ano de 2018, tendo em vista que o processo de contratação não foi possível devido aos entraves no processo de autorização legislativa. A administração fez a opção pela dispensa de licitação, dispensando a necessidade de autorização legislativa para tal. Os cursos são destinados aos inscritos no programa bolsa família. Os cursos são: Cozinheiro 2 turmas, Empreendedorismo 4 turmas, Noções básicas de Manutenção Industrial 1 turma; NR13 Operador de caldeiras 1 turma, total orçado em R\$ 53.796,50, todos com o SENAI. RECLAMAÇÃO PELA APAE SOBRE ATENDIMENTO de solicitações aos órgãos como CRAS e CREAS, sugeriu-se que a escola envie ao Conselho cópia dos ofícios solicitando os atendimentos. O presidente o conselho sugeriu que encaminhe cópia das solicitações ao Conselho para verificar providências. Na mesma linha sugeriu-se que as casas CRAS e CREAS deem retorno das solicitações. Na oportunidade foi apresentado inclusive por alguns conselheiros situações de famílias em situação de extrema vulnerabilidade. ACESSIBILIDADE NAS INSTALAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – a secretária Rita que integrou-se a reunião nesse momentos explicou que o município de Correia Pinto recebeu notificação do Ministério Público Estadual com exigências sobre as questões de acessibilidade nos prédios públicos vinculados a secretaria de assistência social. Dito isso, informou que projeto está sendo realizado e posteriormente será encaminhado ao processo licitatório. Sendo assim, o conselho emitiu manifestação favorável a realização das obras, consignando que a gestora do fundo de assistência social encontro no orçamento municipal as cifras financeiras e orçamentárias mais adequadas. PARTICIPAÇÃO DE CONSELHEIROS NAS REUNIÕES – constatou-se que enorme ausência dos conselheiros nas reuniões. Ficou determinado o envio de correspondências às organizações sociais com acento nesse conselho para que manifestem sua intenção de continuar com os mesmos membros, ou que indiquem

novos integrantes de modo que as decisões tenham efetividade. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Determinou-se a lavratura da ata que vai assinada por todos.
Correia Pinto 08 de abril de 2019.

RESOLUÇÃO 026/2019

Publicação Nº 1981183

RESOLUÇÃO 26 DE 15 DE MARÇO DE 2019

Nomeia comissão destinada a emitir parecer sobre registro de organização não-governamental e seus serviços (Associação Comunitária Dona ema Sevei), bem como de programas e serviços de organizações governamentais (Programa Família Acolhedora – Secretaria de Assistência Social e Habitação).

O Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 9 da resolução 01/2017 que trata do registro de organizações não-governamentais e seus serviços bem como das organizações governamentais;

Considerando que deu entrada neste Conselho o pedido de registro de organizações e seus serviços do ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI – CNPJ 78.474.293/0001-36, bem como o SERVIÇO – PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA proposto pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para emitir parecer sobre os pedidos apresentados pelas organizações acima citadas na forma do estabelecido na resolução 01/2017 os conselheiros:

- Joelma Neto de Liz;
- Nayane Ribeiro Coelho;
- Luzia Duarte.

Art. 2º. O parecer deverá ser emitido no prazo de até 15 (quinze) dias e deverá ser endereçado ao plenário do Conselho que irá deliberar sobre a aprovação ou não do registro da entidade.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação e revogam-se as disposições em contrário especialmente, eventuais normativas e resoluções expedidas por este CMDCA que tratem sobre o tema.

Correia Pinto, 15 de março de 2019.

Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA

RESOLUÇÃO 027/2019

Publicação Nº 1981184

RESOLUÇÃO 27 DE 15 DE MARÇO DE 2019

Nomeia comissão destinada a emitir parecer sobre projetos a serem apresentados na forma do Edital nº 001/2019, que regulamenta o chamamento público destinado a selecionar projetos de Organizações Governamentais e Não-Governamentais a serem financiados com recursos do FIA.

O Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições legais, em especial os dispositivos do Edital nº 01/2019 de 26.02.2019,

Considerando a necessidade de designar membros para integrar a comissão de seleção e classificação de projetos para avaliar propostas que sejam eventualmente apresentadas no atendimento as previsões do Edital 001/2019 devidamente publicado:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para emitir parecer sobre projetos a serem apresentados por organizações buscando a captação de recursos através da formalização de parcerias atendendo ao Edital 001/2019 os conselheiros:

- Dercedes Biazibetti;
- Nayane Ribeiro Coelho;
- Devir de Jesus Oliveira;
- José Valdeci Miranda;
- Elizangela Diniz Grechoniak.

Art. 2º. Os pareceres e decisões da comissão deverão ser emitido e endereçados ao plenário do CMDCA que irá deliberar sobre a aprovação ou não do projeto e ratificar suas deliberações.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Correia Pinto, 15 de março de 2019.

Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA

RESOLUÇÃO 028/2019

Publicação Nº 1981185

RESOLUÇÃO 28 DE 08 DE ABRIL DE 2019

Divulga o resultado PRELIMINAR do processo de seleção de projetos através do Edital 01/2019 do Fia que tem o objetivo SELECIONAR PROJETOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência à serem patrocinados pelo FIA.

Considerando as atribuições que lhe são atribuídas pelo Edital 01/2019 o Coordenador do CMDCA faz publicar através da presente resolução o resultado preliminar da seleção de projetos voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência à serem patrocinados pelo FIA;

Considerando a emissão de parecer emanado pela comissão especial de seleção de projetos designada pela Resolução 27 DE 15 DE MARÇO DE 2019;

Considerando a aprovação do projeto em reunião ordinária do CMDCA realizada no dia 08/04/2019 devidamente registrada em Ata e publicada na forma do que estabelece a legislação.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO o resultado preliminar dos projetos escolhidos na forma do disposto no Edital, destacando-se que após a publicação desta resolução, abre-se o prazo de 3 dias para interposição de recurso administrativo aos interessados na forma do Edital.

	Proponente	Projeto	Valor	Pontos
1º	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DONA EMA SEVEI	ESPORTE PARA TODOS, PRESERVANDO VIDAS	R\$ 74.940,00	7,05

Correia Pinto, 08 de abril de 2019.

Eder Mesquita
Coordenador do CMDCA

APOSTILAMENTO DE CONTRATO - REAJUSTE - PROCESSO N° 04/2018 FMS/FHMCP

Publicação N° 1981121

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO
Relação de Apostilamento de Itens

Página: 1/1
Data: 10/04/2019

TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato n°: 0540/2018
Processo n°: 4/2018
Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 00.802.002/0001-02
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

OBJETO DO APOSTILAMENTO:
ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONFORME ER JURÍDICO N° 050/2019/PROGEM.

Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
45	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5mg - 20ml (BEROTEC)	UN	2,5500	3,7950

Correia Pinto, 20 de Março de 2019

Corupá

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019.

Publicação Nº 1981651

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019.

AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO (TIPO PASSEIO), ZERO KM, PARA AUXILIAR O DESLOCAMENTO DOS AGENTES DA ATER (ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL) DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 871483/2018, FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS (TIPO PASSEIO), ZERO KM, PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, EM AÇÕES PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, COM RECURSOS DO CONVÊNIO Nº 827168/2016, FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, por meio do prefeito, João Carlos Gottardi, no uso de suas atribuições legais, e tendo como prerrogativas os regimentos instituídos pela Lei Federal nº 8.666/93, faz saber a todos os licitantes que torna nulo o referido processo licitatório em epígrafe. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no Setor de Licitações, no endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 11 de abril de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 5158/19

Publicação Nº 1980475

PORTARIA Nº 5158/19

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 5, DA SERVIDORA ELAINE AMARAL DA LUZ SEVIGNANI.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009. RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 5, da servidora ELAINE AMARAL DA LUZ SEVIGNANI, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 01 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
11 de abril de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 5159/19

Publicação Nº 1980550

PORTARIA Nº 5159/19

PROMOVE A SERVIDORA ANA LUCIA DA SILVA SIQUEIRA, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009. RESOLVE:

Art. 1º- Promove à servidora ANA LUCIA DA SILVA SIQUEIRA, através do Progresso Funcional e das outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA I.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
11 de abril de 2019.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 5160/19

Publicação Nº 1980557

PORTARIA Nº 5160/19
PROMOVE A SERVIDORA MARAIZA MARIA THILLES PEREIRA, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Promove à servidora MARAIZA MARIA THILLES PEREIRA, através do Progresso Funcional e das outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA E.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
11 de abril de 2019.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PORTARIA Nº 5161/19

Publicação Nº 1980757

PORTARIA Nº 5161/19

LICENCIA O SR. THIAGO CORDEIRO DE LIMA DO CARGO DE MOTORISTA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95-D da Lei Complementar nº 039/2013, de 13 de março de 2013.

Considerando o pedido de Licença não remunerada formulado pelo Servidor Sr. Thiago Cordeiro de Lima;

Considerando que o Servidor fora aprovada na avaliação de servidor em estágio probatório;

Considerando que a Lei Complementar nº 014/2009 ampara o pedido formulado pelo servidor, em seu artigo 95 – D.

Considerando que o artigo 95-D da Lei Complementar 014/2009, com redação da Lei Complementar 039/13, dita: "A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença, sem vencimento, para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, não prorrogável".

Considerando que a Secretaria de Saúde, onde o servidor se encontra lotado e presta suas funções, consignou que eventual concessão de licença ao servidor não acarretará em despesa para contratação de outro em seu lugar.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciada na forma do Art. 95–D, da Lei Complementar Municipal 014/09, para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos, o SR. THIAGO CORDEIRO DE LIMA, do cargo de Motorista.

Art. 2º- A licença não será remunerada, e enquanto perdurar a licença não será considerado para qualquer efeito de vantagem pessoal, para contagem de triênio ou tempo para aposentadoria.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
11 de abril de 2019.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

Publicação Nº 1981049

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ON LINE (WEB SEM UTILIZAÇÃO DE EMULADORES) PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ E CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, conforme especificações contidas no Termo de Referência do edital e no Anexo I – Quantitativos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 11/04/2019 às 09h00min do dia 24/04/2019.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 24/04/2019.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 11 de abril de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Cunhataí

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2019

Publicação Nº 1981066

Estado de Santa Catarina
Município de Cunhataí
Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei nº10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 25/2019.

Pregão Presencial para Registro de preços nº 18/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA DE PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 26/04/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 26/04/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.cunhatai.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, nº 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone nº (49) 3338-0010.

Cunhataí/SC, em 12 de abril de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 2029/2019, LOTA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO NOS ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1981645

DECRETO Nº 2029/2019, de 05 de ABRIL de 2019.

LOTA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO NOS ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 86, inciso IX c/c XXIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam lotados os veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Descanso, nas respectivas Secretarias, Departamentos e Fundo, objetivando os lançamentos de despesas com a manutenção dos mesmos nas unidades orçamentárias e projeto atividade, conforme segue:

Órgão:		02.00	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade:		02.02	GABINETE DO PREFEITO		
Proj./Ativ.:		2.002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
95	Pas/automóvel Ford Focus SE AT. 2.0 175 CV		QIT-5270	2017/2018	7742

Órgão:		03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade:		03.03	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS		
Proj./Ativ.:		2.005	Manutenção do Departamento de Administração, Recursos Humanos		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
97	Pas/automóvel Honda/Civic LXS flex		ENO-2193	2009-2010	7684

Órgão:		06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:		06.09	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
Proj./Ativ.:		2.017	Manutenção, Modernização e Funcionamento do Departamento de Educação		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
54	Automóvel Doblo ELX 1.8 flex, marca FIAT		MGU-5814	2009/2009	4580
100	Automóvel Doblo Essence flex, marca FIAT		QJG- 5012	2018/2018	7779
Proj./Ativ.:		2.019	Manutenção e Funcionamento Serviço de Transporte Escolar		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
63	Micro Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C16 29P/155CV		MJT-0379	2010/2011	4899
64	Ônibus VW/15190 EOD E.S.ORE 60P/185CV		MJT-0829	2010/2011	5169
81	Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C17 29P/170CV		MKW-6026	2012/2013	Sec. Educ TCU .../13
92	Ônibus VW/NEOBUS MINIESC/8160 ORE 22P/160CV		QHS-4459	2016/2017	7613

Órgão:		07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO		
Unidade:		07.11	DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
Proj./Ativ.:		2.025	Manutenção Dpto. de Esportes e Atividades Esportivas, Recreativas e Lazer		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
99	Pas/automóvel FIAT/Pálio Fire Economy		MHL-0794	2010/2010	7682

Órgão:		08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES		
Unidade:		08.12	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES		
Proj./Ativ.:		2.027	Manutenção Dpto.Transportes, Frota Equip. e Rodovias Municipais		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
11	Car/Caminhão/Basculante M.Benz/LK 1318 22T/170CV		LZS-5214	1989/1989	1499
13	Caminhão M.Benz L 1620, c/caçamba Basc.12m³/211CV		MHQ-3877	2010/2010	4760
15	Car/Caminhão/Basculante VW/14.220 27T/215CV		LZV-8095	1991/1991	1497

30	Rolo Compactador Muller Vap-55	Não Exigível	1982/1982	1500
42	Motoniveladora G720, série 502090, marca Volvo, 160HPs	Não Exigível	2006/2006	4495
52	Trator de Esteiras New Holland 7D	Não Exigível	2008/2008	3954
59	Rolo compactador vibratório 30 mil kg, CS-533E, Caterpillar	Não Exigível	2010/2010	4822
60	Caminhão Volkswagen, 24250CNC, caç. basc. 12m³/250CV	MIB-2928	2010/2011	4823
61	Caminhão Volkswagen, 24250CNC, caç. basc. 12m³/250CV	MIB-2868	2010/2011	4824
62	Trator de Pneu, JOHN DEERE 5303, 57CV, tração 4x4	Não Exigível	2010/2010	4851
78	Motoniveladora CATERPILLAR CAT0120KPJAP04722	Não Exigível	2013/2013	T.D.E. PAC2/MDA NP. 5639
79	Retroescavadeira CATERPILLAR CAT0416EHMFG06894	Não Exigível	2013/2013	T.D.E. PAC2/MDA NP. 5640
82	Britador Móvel 5030 c/ Motor 6 cilindros 99HP	Não Exigível	2013/2013	5662
83	Caminhão M.Benz ATRON 2729/36, c/caç. Basc. 12m³/286CV	MMM-5925	2014/2014	5704
101	Car/Caminhone/C. Aberta Fiat/Strada CC E	QIR - 2774	2018/2018	7801
44	Pas/Microônibus Fiat/Ducato Minibus 16P/103CV	MDN-5272	2003/2003	3243
98	Automóvel de Passeio FIAT/Uno Mille Fire Flex	MDD 1046	2005/2006	7683
103	Motoniveladora, GR1803 br, xcmg Brasil, potência 194hp	Não Exigível	2018/2018	7923
104	Rolo compactador, XS123br, Xcmg Brasil, potência 130hp.	Não Exigível	2018/2018	7924
65	Escavadeira hidráulica KOMATSU, 13600kg, giro total	Não Exigível	2011/2011	4900
105	Retroescavadeira NEW HOLAND, MOD; B95B, 4X4	Não Exigível	2018/2018	7925

Órgão:	09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Unidade:	09.13	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Proj./Ativ.:	2.030	Manutenção, Limpeza, Sinalização e Melhoria de Vias, Praças e Log. Púb.		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
04	Retroescavadeira Case 580 L	Não Exigível	2005/2005	3671
53	Camioneta Strada Fire 1.4CS flex, marca FIAT	MGU-5854	2009/2009	4579
57	Veículo Kombi Escolar, flex, 15 lug. marca VW-APAE	MIH-0565	2010/2011	4710
66	Caminhão Agrale, 13000 TCA, c/caçamba basc. 6m³/173 CV	MIN-9362	2011/2011	5170

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Unidade:	10.15	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
Proj./Ativ.:	2.034	Manutenção e Funcionamento do Departamento de Agricultura e Pecuária		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
90	Automóvel GM/CORSA HATCH MAXX (Conv. CIDASC)	MHH 9334	2009/2009	CIDASC
Proj./Ativ.:	2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
56	Retroescavadeira Mod.LB 110, 4x4, marca NEW HOLAND	Não Exigível	2009/2009	M.Pesca
74	Retroescavadeira B110B, 4x4, marca New Holland	Não Exigível	2012/2012	5379
76	Trator Agrícola Massey Ferguson Mod.MF4275/4	Não Exigível	2013/2013	S.Ag. M.Pesca TCU 295/13
77	Trator Agrícola Massey Ferguson Mod.MF4275/4	Não Exigível	2013/2013	S.Ag. M.Pesca TCU 295/13
88	Car/Caminhão Ford/Cargo-1723 / 230CV	QHC-8236	2014/2015	6320
94	Escavadeira Hidráulica Hyunday Robex R160LC-9SB	Não Exigível	2016/2016	7642

102	Car/Caminhão Ford/Cargo-1419 S	QJE 4817	2018/2019	7790
108	Retroescavadeira B110B, 4x4, marca New Holland, 96 H, Cor: Amarela	Não Exigível	2018/2018	7973

Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Proj./Ativ.:	2.040	Manutenção e Funcionamento da Assistência Social		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
28	Pas/ Automóvel Fiat/Uno Mille Fire Flex 5P/66CV	MFF-1971	2006/2006	3691
49	Ônibus Scania / F112 S (SRFB I.706)	AFB-1431	1986/1986	3766
80	Corsa Classic LS/Chevrolet 5P/78CV Flex	MLU-9946	2013/2014	SASTH TCU08/13
106	Micro-ônibus acessível VW/NEOBUS +HO potencia 160 CV	PBN8401	2018/2019	7927

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
Proj./Ativ.:	2.058	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
38	Pas/Microônibus Marcopolo/Volare V6 MO 19P/140CV	MGG-3302	2006/2006	3697
72	Pas/Microônibus Fiat Ducato Multi Jaedi T,13 Pas.127CV	MKI-2949	2011/2012	5403
75	Automóvel FIAT Mille Way Economy 4P 66CV	MJJ-0176	2012/2013	5467
84	Automóvel FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX 5P.107CV	MDB-8016	2014/2014	5727
85	Automóvel FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX 5P.107CV	MLR-9247	2014/2014	5781
86	Pas/Microônibus Fiat Ducato Multi Jaedi T, 16 P.127CV	OKE-3006	2014/2014	5785
87	Automóvel FORD KA SE 1.0 HA FLEX 5P. 85CV	OKF-3938	2014/2015	5991
89	Pas/Aut. Doblo ESSENCE 1.8 FLEX, FIAT 7P/132CV	QHL-9486	2015/2016	6423
93	Caminhonete/Ambulância Renault/Master Euro 8P/130CV	QHU-8089	2016/2017	Sec. Saúde TCU235/16
107	FIAT/FIORINO- UNITRANSAMB/ 88CV, 1.4	QJT -5552	2018/2019	7934
Proj./Ativ.:	2.063	Manutenção das Atividades de Epidemiologia e Controle de Doenças		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
58	Pas/Automóvel Doblo HLX 1.8 flex, FIAT 7P/132CV	MGL-6338	2010/2011	4788
96	Pas/automóvel Ford Ka SE 1.5 HA 105 CV	QIT-6250	2017/2018	7743

Órgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Proj./Ativ.:	2.057	Manutenção Instalações e Atividades Relacionadas ao Conselho Tutelar		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
91	Citroën C3 / Aircross1.6, M FEEL 5P/122 CV Flex	QID-0683	2016/2017	7069

Art. 2º Ficam igualmente autorizadas a Divisão de Material e Patrimônio e o Departamento de Contabilidade e Controle Interno a proceder aos tramites legais para efetuar a devida lotação dos veículos, máquinas e equipamentos, inclusive os registros de despesas de manutenção com os lançamentos contábeis exigidos na legislação atinente.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2025/2019.

Descanso - SC, 05 de Abril 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2019 - PMD

Publicação N° 1981644

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da assistência social, hospedagem do sistema em servidor virtual "datacenter", implantação, conversão de dados, treinamento dos usuários, suporte técnico e correlatos, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 09:00 horas do dia 25/04/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 09:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 11 de Abril de 2019.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira**PREFEITURA****1º T.A. CONTRATO 40,78,21-2018 - PREGAO PRESENCIAL 40-2018 - PMDC**

Publicação Nº 1980280

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 1º TA 040-2018 - Contrato Nº: 040-2018 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: RADAR INTELIGENICA - EIRELI - EPP
Valor : 19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 19/04/2019 Término: 18/04/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2018
Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 32.348,49
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR
PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA, VISANDO AVALIAR O
DESEMPENHO DAS SECRETARIAS E AÇÕES DE POLITICAS
PUBLICAS E PROGRAMAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,
ABRANGENDO A AREA URBANA E RURAL DO MUNICIPIO DE
DIONISIO CERQUEIRA - SC.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 10 de Abril de 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 1º TA 021-2018 - Contrato Nº: 021-2018 FMAS
Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
Contratada...: RADAR INTELIGENICA - EIRELI - EPP
Valor : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 19/04/2019 Término: 18/04/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (28) Saldo: 35.557,62
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR
PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA, VISANDO AVALIAR O
DESEMPENHO DAS SECRETARIAS E AÇÕES DE POLITICAS
PUBLICAS E PROGRAMAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,
ABRANGENDO A AREA URBANA E RURAL DO MUNICIPIO DE
DIONISIO CERQUEIRA - SC.
Prefeito(a) Municipal
Dionísio Cerqueira, 10 de Abril de 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Aditivo Nº : 1º TA 078-2018 - Contrato Nº: 078-2018 FMS
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
CERQUEIRA
Contratada...: RADAR INTELIGENICA - EIRELI - EPP
Valor : 13.000,00 (treze mil reais)
Vigência : Início: 19/04/2019 Término: 18/04/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 49.818,53
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR
PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA, VISANDO AVALIAR O
DESEMPENHO DAS SECRETARIAS E AÇÕES DE POLITICAS
PUBLICAS E PROGRAMAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,
ABRANGENDO A AREA URBANA E RURAL DO MUNICIPIO DE
DIONISIO CERQUEIRA - SC.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 10 de Abril de 2019

CONTRATO 10 E 11-2019 - PREGÃO PRESENCIAL 41-2019 - PMDC

Publicação Nº 1980800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 10/2019 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada....: FRINOX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Valor : 103.267,00 (cento e três mil duzentos e sessenta e sete reais)
Vigência : Início: 10/04/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RELATIVOS A REPROGRAMAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO Nº 823.753/2015, SEGUNDA ETAPA, RELATIVO AO PROGRAMA PRONAT DO MDA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADAPTAÇÕES DAS INSTALAÇÕES DO FRIGORIFICO DE AVES DO PA TRACUTINGA EM DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 10 de Abril de 2019
Contrato Nº.: 11/2019 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada....: ECAANPI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Valor : 205.090,00 (duzentos e cinco mil noventa reais)
Vigência : Início: 10/04/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RELATIVOS A REPROGRAMAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO Nº 823.753/2015, SEGUNDA ETAPA, RELATIVO AO PROGRAMA PRONAT DO MDA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADAPTAÇÕES DAS INSTALAÇÕES DO FRIGORIFICO DE AVES DO PA TRACUTINGA EM DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 10 de Abril de 2019

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 41-2019 - PMDC

Publicação Nº 1980601

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/19
HOMOLOGAÇÃO: 10/04/19
CONTRATADO: FRINOX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RELATIVOS A REPROGRAMAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 1.026.985-49/2015, CONVENIO Nº 823.753/2015, SEGUNDA ETAPA, RELATIVO AO PROGRAMA PRONAT DO MDA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADAPTAÇÕES DAS INSTALAÇÕES DO FRIGORIFICO DE AVES DO PA TRACUTINGA EM DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 103.267,00 (cento e três mil duzentos e sessenta e sete reais)
DATA: 10/04/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/19
HOMOLOGAÇÃO: 10/04/19
CONTRATADO: ECAANPI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RELATIVOS A
REPROGRAMAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE Nº
1.026.985-49/2015, CONVENIO Nº 823.753/2015, SEGUNDA ETAPA,
RELATIVO AO PROGRAMA PRONAT DO MDA, VISANDO A
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADAPTAÇÕES DAS
INSTALAÇÕES DO FRIGORIFICO DE AVES DO PA TRACUTINGA
EM DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME ORÇAMENTO E
MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 205.090,00 (duzentos e cinco mil noventa
reais)
DATA: 10/04/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 1980633

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DOUTOR PEDRINHO – EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2019

Edital CMDCA nº 01/2019

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Doutor Pedrinho.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DOUTOR PEDRINHO, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 03 de abril de 2019 e considerando o disposto nos artigos 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. 13, da Lei Municipal nº 906, de 03 de abril de 2019, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024.

1.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 906, de 03 de abril de 2019, é assegurado o direito a:

I – vencimento de R\$ 1.002,02 (mil e dois reais e dois centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 08h às 12h e das 13h às 17h.

2.5.1 Plantão noturno das 17h às 8h do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 24/06/2019 à 27/06/2019, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h às 12h e 14h às 17h), junto ao Gabinete da Prefeita, na sede da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, localizada na Rua Brasília, nº 02, Centro.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I – reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – idade superior a vinte e um anos, comprovada por documento oficial com foto no qual conste a data de nascimento do candidato;

III – residência no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV – Ser portador de Carteira Nacional de Habilitação categoria "B" válida;

V – conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

VI – aprovação em prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica;

VII – declaração informando:

a) não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

- b) não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
- c) não ser membro, no momento da publicação do Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.
- 3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.
- 3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.
- 3.2 Da Publicação das Candidaturas
- 3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 02/07/2019, no Mural da Prefeitura Municipal, bem como no sítio oficial da Prefeitura na rede mundial de computadores para ciência pública.
- 3.2.2 Após a publicação da relação de que trata o item 3.2.1, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.
- 3.2.3 Passado o prazo previsto item 3.2.2, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados na data de 08/07/2019.
- 3.2.4 Publicado o edital, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 09/07/2019 a 11/07/2019, no horário de atendimento ao público (08h às 12h e das 14h às 17h), devendo protocolar a impugnação junto ao Gabinete da Prefeita.
- 3.2.4.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 12/07/2019 a 15/07/2019, no horário de atendimento ao público (08h às 12h e das 14h às 17h), protocolando sua defesa junto ao Gabinete da Prefeita.
- 3.2.5 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 18/07/2019, no Mural da Prefeitura Municipal, bem como no sítio oficial da Prefeitura na rede mundial de computadores para ciência pública.
- 3.2.6 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis
- 3.2.7 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.
- 3.2.8 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado.
- 3.3 Da Prova de Avaliação dos Candidatos
- 3.3.1 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e Informática Básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório, na qual a aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).
- 3.3.2 A prova ocorrerá na data provável de 04/08/2019, no período matutino.
- 3.3.3 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá publicar por edital os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova até a data de 28/06/2019.
- 3.3.4 O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o item 3.3.1 deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.
- 3.3.5 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.
- 3.3.6 Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.
- 3.4 Da Propaganda Eleitoral
- 3.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.
- 3.4.2 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:
- I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
- IV - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- V - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
- VI - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
- VII - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
- VIII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
- IX - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
- a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
- b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

XI - No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) utilização de espaço na mídia;
- b) transporte aos eleitores;
- c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
- f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

3.4.3 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

3.4.4 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

3.4.5 A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

3.4.6 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

3.4.7 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

3.4.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.4.9 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4.10 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

3.4.11 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.5 Da Eleição

3.5.1 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência

3.5.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.5.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.5.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, documento oficial com foto.

3.5.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes no documento apresentado, confrontando a assinatura do documento com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.5.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.5.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.5.6 Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

3.5.7 O eleitor votará uma única vez em um único candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.6 Do Voto

3.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.6.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.6.2 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

3.6.2.1 Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

3.6.2.2 A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

3.6.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.7 Da Cédula Oficial

3.7.1 Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral, em caso de necessidade, a confecção e distribuição de cédulas para votação, com indicação do número e nome do candidato.

3.7.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.7.3 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.7.4 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.7.5 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.7.6 Na cabine de votação constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.8 Das Mesas Receptoras

3.8.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.3 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.8.3.1 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.8.3.2 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.8.4 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.8.5 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.8.6 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.8.7 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.9 Da Apuração

3.9.1 A apuração dar-se-á no local da votação, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.9.2 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

3.9.3 Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

3.9.4 No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

3.9.5 Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes entre seus membros para essa finalidade

3.9.6 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.9.7 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.9.7.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.9.8 Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade, considerando anos, meses e dias.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07/09/2019, em de edital afixado no Mural da Prefeitura Municipal, bem como no sítio oficial da Prefeitura na rede mundial de computadores para ciência pública, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2020.

4.3.1 Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

4.3.2 No caso da inexistência de suplentes, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

4.3.3 Ocorrendo a vacância no último ano do mandato do membro do Conselho Tutelar, poderá o suplente ser escolhido por meio de processo de escolha indireto organizado pelo CMDCA, conforme dispuser seu Regimento Interno.

4.3.4 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e esposa, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação a Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. Disposições Finais

6.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 906, de 03 de abril de 2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

6.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

6.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

6.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de

urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

6.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério

6.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

6.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

6.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

6.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Timbó para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Doutor Pedrinho, 05 de abril de 2019.

GELEADE GADIEL WOLLERT

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente de Doutor Pedrinho

LEI Nº 906/2019

Publicação Nº 1980629

ERRATA Nº. 001, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

A PREFEITA DE DOUTOR PEDRINHO, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica, informa que a presente serve para RETIFICAR a publicação da Lei Ordinária Municipal nº. 906/2019, em virtude de a mesma ter sido sancionada com desconformidades em relação ao Projeto de Lei aprovada pela Câmara de Vereadores Municipal. Ante o exposto, RETIFICA-SE: A redação da Lei Ordinária Municipal nº. 906/2019, de 03 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

LEI Nº 906, de 03 de abril de 2019.

Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º - Fica mantido o Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho, criado pela Lei Municipal nº 545, de 12 de dezembro de 2003, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º - O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º - Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Doutor Pedrinho.

SEÇÃO I

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 3º - A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - Custeio com remuneração e formação continuada;

III - Custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - Manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º - Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º - O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º - Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º - Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º - O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal deverá, se necessário, dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º - A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala reservada para a recepção do público;

III - Duas salas reservadas para o atendimento dos casos;

IV - Banheiros.

§ 2º - O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º - Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º - O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º - É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º - O Poder Executivo Municipal deverá atender as exigências previstas neste artigo em até 180 dias da publicação desta Lei.

Art. 5º - As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único - As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 6º - Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º - Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º - O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º - Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 7º - O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs.

§ 1º - Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 20 (vinte) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º - Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 8º - O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Doutor Pedrinho.

§ 1º - O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º - Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º - Para a compensação do sobreaviso, poderá o Município, ouvido o Colegiado do Conselho Tutelar, prever indenização ou gratificação conforme dispuser a legislação pertinente ao servidor público municipal.

§ 4º - Caso o Município não opte pela remuneração extraordinária, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 5º - O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 6º - Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 9º - O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º - Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º - Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 10 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei nº 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 11 - Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º - A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º - Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º - O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º - As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º - O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º - Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º - A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal nº 9.504/1997.

§ 5º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º - Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º - A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º - O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 13 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º - O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º - A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º - O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º - O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 14 - O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º - Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º - Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 15 - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Residência no Município;
- IV - Conclusão do ensino médio;
- V - Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;
- VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
- VIII - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IX - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- X - Carteira Nacional de Habilitação categoria "B" válida.

Parágrafo único - O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso V deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 16 - O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 17 - Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º - Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º - Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º - Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º - Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º - Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 19 desta Lei.

Art. 18 - Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 17 desta Lei.

Art. 19 - Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 20 - Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º - A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 21 - Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único - Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 22 - Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

- I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
- IV - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- V - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
- VI - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
- VII - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
- VIII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
- IX - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
 - a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
 - b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
- X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º - É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, federais, estaduais ou municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º - É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º - No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) utilização de espaço na mídia;
- b) transporte aos eleitores;
- c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
- f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º - É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º - O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 9.504/1997.

Art. 23 - A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º - A inobservância do disposto no art. 22 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º - Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 24 - A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º - A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º - É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII**Da Votação e Apuração dos Votos**

Art. 25 - Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 26 - A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º - Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º - A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º - Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 27 - À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º - Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º - No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º - Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX**Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato**

Art. 28 - São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e esposa, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X**Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse**

Art. 29 - Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado do processo de escolha

§ 1º - Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de votos recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º - Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º - O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º - Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º - Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º - Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º - Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º - Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º - No caso da inexistência de suplentes, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10 - Ocorrendo a vacância no último ano do mandato do membro do Conselho Tutelar, poderá o suplente ser escolhido por meio de processo de escolha indireto organizado pelo CMDCA, conforme dispuser seu Regimento Interno.

§ 11 - Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 30 - A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

- I - a coordenação administrativa;
- II - o colegiado;
- III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 31 - O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 32 - A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único - Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 33 - Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

- I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;
- II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;
- III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;
- IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;
- X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;
- XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;
- XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 34 - O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
- II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
- III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
- V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
- VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;
- IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;
- X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º - As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º - A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 35 - O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

- I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;
- II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;
- IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;
- V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º - O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 36 - Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter ilibada conduta pública e particular;
- II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;
- III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;
- V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;
- VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;
- VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;
- VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;
- IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;
- XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;
- XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;
- XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
- XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.
- XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;
- XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único - No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 37 - O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 38 - A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 39 - A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 40 - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 41 - A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º - Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º - Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º - Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º - Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 42 - Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º - A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º - A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, § 1º, 5º e 7º da Lei Federal nº 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º - Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º - Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal nº 13.431/2017;

Art. 43 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

- II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;
- III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;
- VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;
- VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;
- IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;
- X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;
- XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inc. II, da Constituição Federal;
- XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;
- XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;
- XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, § 2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º - Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 44 - O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º - Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º - O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 45 - Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único - Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 46 - Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

- I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;
- II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;
- III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;
- IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII – propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º - É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º - As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º - As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º - A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 47 - É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º - A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º - A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 48 - As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º - Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º - Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 49 - No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º - O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º - Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 50 - A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 51 - O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único - O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 52 - É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único - A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 53 - Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único - O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 54 - É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 55 - Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único - Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 56 - No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único - Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 57 - Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único - Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 58 - Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;
IX - proceder de forma desidiosa;
X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;
XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;
XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;
XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;
XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;
XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;
XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;
XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;
XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;
XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;
XXV - cometer crime contra a Administração Pública;
XXVI - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;
XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;
XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;
XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 35 desta Lei.

Parágrafo único - Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX Das Penalidades

Art. 59 - Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 60 - Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 61 - O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º - O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º - Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X Da Vacância

Art. 62 - A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - falecimento;
- VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único - A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação

e posse do suplente na condição de titular.

Art. 63 - Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 64 - Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 1º - Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º - Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º - Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º - O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 65 - O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 66 - Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 67 - Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º - No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor de R\$ 1.002,02 (mil e dois reais), valor que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º - A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º - A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º - É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º - Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 68 - Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - auxílios pecuniários;
- III - gratificações e adicionais.

Art. 69 - Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 70 - Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º - Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 71 - Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - cobertura previdenciária;

- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina.

Art. 72 - As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Doutor Pedrinho, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 73 - A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único - A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 74 - O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias remuneradas.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º - Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Doutor Pedrinho.

§ 3º - Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 75 - É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 76 - Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

- I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;
- II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 77 - Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 78 - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único - Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 79 - A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 80 - O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 81 - O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único - Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 82 - Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

- I - para participação em cursos e congressos;
- II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;
- III - para paternidade;
- IV - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;
- V - em virtude de casamento;
- VI - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º - É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena

de cassação da licença e da função.

§ 2º - As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 83 - Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 84 - O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º - Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º - O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º - A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 85 - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§ 2º - A capacitação a que se refere o § 1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 86 - Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Doutor Pedrinho, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 87 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 88 - Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 89 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados o artigo 20-A, caput e §§ 1º e 2º, o artigo 22-A, caput e §§ 1º e 5º, o artigo 25, caput e §§ 1º e 5º, o artigo 26, caput e parágrafo único, o parágrafo único do artigo 28, o artigo 29, caput e parágrafo único, o artigo 30, o artigo 31, caput e parágrafo único, e o artigo 32, caput e parágrafo único, da Lei Ordinária Municipal 545, de 12 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de abril de 2019; 31º ano de Fundação; 29º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de abril de 2019.

TARCÍSIO LENZI

Chefe de Gabinete.

PORTARIA Nº 048/2019

Publicação Nº 1980923

PORTARIA Nº 048, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a declaração de vacância de emprego público, em virtude de aposentadoria do servidor.

ARTINO DALPIAZ, Prefeito Municipal em exercício de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no art. 49, inciso VII, da Lei Complementar nº 50, de 16 de outubro de 2006, e no art. 37, § 10, da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO que a aposentadoria é causa legal de vacância do emprego público, a teor do disposto no art. 49, inciso VII, da Lei Complementar nº 50, de 16 de outubro de 2006,

CONSIDERANDO a vedação constitucional de cumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função, consoante dispõe o art. 37, § 10, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal de estender ao regime de emprego público a proibição contida no art. 37, § 10, da Constituição Federal (ADI 1770-DF),

CONSIDERANDO que a aposentadoria produz a imediata cessação do vínculo do servidor com a Administração Pública,

CONSIDERANDO que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos,

CONSIDERANDO que o Instituto Nacional do Seguro Social é o órgão previdenciário do Município de Doutor Pedrinho,

CONSIDERANDO que a aposentadoria de servidor Público pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) não obsta à declaração de vacância do cargo ou emprego público, quando o tempo de serviço prestado ao Município e as respectivas contribuições foram computados para obtenção do benefício, conforme sedimentada jurisprudência dos tribunais (TJSC, Reexame Necessário em Mandado de Segurança n. 2008.078545-6, de São José do Cedro, rel. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 20.10.2009; AC n. 0300482-52.2014.8.24.0061, de São Francisco do Sul, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, Terceira Câmara de Direito Público, j. 11-4-2017; TJSC, Apelação Cível n. 0004176-29.2008.8.24.0024, de Fraiburgo, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 15-08-201. STF, ARE 737303, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 22/08/2014, publicado em DJe-167 em 29/08/2014; ARE 678.891/PR, Rel. Min. Dias Toffoli),

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do emprego de Auxiliar de Serviços Gerais provido pela servidora NELSINA BONATTI, matrícula 15776, em virtude de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Doutor Pedrinho, 10 de abril de 2019.

ARTINO DALPIAZ

Prefeito Municipal em exercício.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 44/2017

Publicação Nº 1980961

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 044/2017

Considerando-se o resultado do Pregão Presencial nº 27/2017, mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 044/2017;

Considerando-se que o reajuste independe de previsão contratual, pois trata-se de direito subjetivo do contratado estabelecido pela Constituição Federal em seu Art. 37, inciso XXI:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Considerando-se também a previsão legal no Artigo 40, inciso XI da Lei 8.666/93, determinando que o Edital deverá obrigatoriamente conter os critérios de reajuste:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

...

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

Considerando-se que o INPC/IBGE é o índice oficial geralmente utilizado pela Administração Pública Municipal nos contratos administrativos para reajuste;

Considerando-se que não houve reajuste desde a assinatura do contrato, em junho de 2017;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal Sra. Simoni Mércia Mesch Nones, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro CHARLES WILSON TESKE, CPF sob nº 040.652.349-56, domiciliado à Rua Pedro Bonifácio Sabel, 275 - cidade de Gaspar – SC, CEP: 89.116-658 aqui denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 044/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O valor da hora/aula previsto no Contrato Administrativo nº 44/2017, firmado em 13/06/2017 em R\$ 50,00 (cinquenta reais), em razão de requerimento da Contratado e previsão legal, será objeto de reajuste na forma que segue:

I – Pelo índice INPC – IBGE acumulado entre junho de 2017 e fevereiro de 2019, correspondendo ao percentual de 5,02%, passando para R\$ 52,51 (cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 044/2017, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 18 de março de 2019.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES	CHARLES WILSON TESKE
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO	CONTRATADO

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
ASSESSOR JURÍDICO OAB/SC 52.912

Testemunhas:

GELEADE GADIEL WOLLERT JANAINA LENZI DE CASTILHO

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 1980962

Ata da Nonagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em oito de abril de dois mil e dezenove (08/04/2019), com início às 19:00 hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a ausência do Parlamentar Amelio Alves Fernandes, tendo na Presidência o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho; Vice-presidência o Vereador Luizinho Pereira da Silva; 1º Secretário o Vereador Luiz Henrique Stollmeier e 2º Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, sem inscritos para a Tribuna Livre, abriu-se o pequeno expediente, onde registrou-se a prévia entrega de cópia das atas das Sessões Ordinária e Extraordinária realizadas no dia 01/04/2019 aos Senhores Vereadores, disponibilizada na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo as mesmas aprovadas pelos Vereadores presentes, passando-se para assinatura. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luiz Henrique Stollmeier, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Ofício recebido do Poder Executivo encaminhando ata de transferência de cargo de prefeito para o vice-prefeito pelo período de 08 a 12 de abril; b) Requerimento nº 012/2019 de autoria do Parlamentar Luiz Henrique Stollmeier, onde requer que o Poder Executivo informe a atual situação das tratativas para municipalização do cemitério da comunidade católica do núcleo urbano Nova Rodeio, detalhando os custos envolvidos nos levantamentos topográficos, licenciamento ambiental, regularização imobiliária, etc., bem como o número de túmulos ocupados e o número de vagas ainda existentes no local; c) Requerimento nº 013/2019 de autoria do Parlamentar Joel Mazzi onde requer que o Poder Executivo informe se foi declarado aos órgãos de trânsito a venda do caminhão Mercedes Benz, Placas LYT 1031, inservível para o serviço público e alienado nesta gestão no mesmo leilão que fora vendido o veículo Ipanema, Placas MAZ 5397, o qual mesmo em uso de terceiros está recebendo multas de infrações em nome do Município, com prejuízo ao Erário; d) Requerimento nº 014/2019 de autoria do Parlamentar Tony Tadeu Nones onde requer que o Poder Executivo informe o atual estágio de execução das obras de acessibilidade na Unidade de Saúde do centro, juntando comprovante das medições já realizadas e identificando os responsáveis técnicos da municipalidade que fazem o recebimento e controle dos trabalhos e que informe as providências adotadas pela municipalidade para corrigir os defeitos apresentados na pavimentação da área de estacionamento; Ainda no expediente, o senhor Presidente informa aos Senhores Vereadores e faz registro nesta sessão que o Poder Executivo não está sancionando os projetos em conformidade com a redação final aprovada nesta Casa, donde deve-se fazer um acompanhamento mais efetivo para evitar este tipo de ilegalidade; Como exemplo, citou que na última sessão foi aprovado o Projeto de Lei Ordinária nº 02/2019 que estabelecia a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho e dava outras providências, encaminhando-se ofício ao Executivo, devidamente acompanhado da redação final, porém a Lei nº 906 publicada no Diário Oficial dos Municípios não é fiel ao texto aprovado, pois em verificação superficial se nota que o artigo 82 foi sancionado sem nenhum parágrafo, enquanto o projeto aprovado apresentava dois; Assim, solicita ao Líder do Governo que apure os motivos para supressão dos parágrafos citados, visto que também não houve oposição de veto, solicitando providências ao Executivo para que republiquem a Lei com a redação efetivamente aprovada nesta Casa Legislativa; Aproveita ainda para solicitar ao Líder do Governo os motivos para não publicação do Edital para Eleição dos Conselheiros Tutelares, já que a Câmara fez a sua parte, inclusive com sessão extraordinária para agilizar a aprovação do projeto, e o Executivo não está lançando o edital com a antecedência prometida. Terminadas as manifestações, concluiu-se o expediente, e abriu-se o grande expediente em Tema Livre, onde não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Sem proposições pautadas para a Ordem do Dia, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Merquides Martins, aproveitando da presença do Secretário de Obras, solicita que o Poder Executivo tome providências nos problemas no bairro Piave, na Rua Timbó, pois já houveram cobranças dos moradores da localidade; b) o Vereador Luizinho Pereira da Silva registra solicitação ao senhor Secretário de Obras para implantação de lombada na entrada da Rua Belo Horizonte, em virtude dessa possuir residência de família com dois deficientes mentais, que transitam pelo local com frequência, e também pelo alto número de veículos que passam ali e da velocidade que trafegam, sendo necessário esta intervenção para melhorar a segurança e prevenir acidentes. Antes de encerrar, o senhor Presidente registra que ele juntamente com o Vereador Joel estiveram visitando a Assembleia Legislativa do Estado, e encaminharam solicitação ao senhor Deputado Estadual Laércio Schuster de implantações de lombadas na Rodovia SC/477, trecho de Salto Donner a Capivari, sendo recebido Ofício do Gabinete do Deputado, informando do encaminhamento dessa solicitação ao Governo do Estado e DEINFRA. Terminadas as manifestações da Palavra Livre, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 15 de abril do ano corrente, às 19:00 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N°. 72/PMF/2019;

Publicação N° 1980786

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 72/PMF/2019;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais para fabricação e assentamento de lajotas (areia lavada grossa) para uso da secretaria de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de maio de 2019 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 12:00; 13:00 as 16:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 10 de abril de 2019.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO N°. 062, DE 04 DE ABRIL DE 2019

Publicação N° 1980121

DECRETO N°. 062, DE 04 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA O SERVIDOR ADILSON VENSON PARA COMPOR A EQUIPE DE APOIO À PREGOEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto nas Leis Federais nos 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/2002, com suas respectivas alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor Adilson Venson, matrícula nº 2915, para compor a equipe de apoio à Pregoeira, destituindo-se desta função a servidora Elisandra Colombo Donato.

Art. 2º Em razão das alterações dispostas no art. 1º deste Decreto, fica alterada a redação do caput do art. 10 do Decreto nº 001, de 02 de janeiro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A equipe de apoio à pregoeira será composta pelos seguintes servidores: Fabiana Rosa e Adilson Venson." (NR)

Art. 3º Fica concedida, nos termos do inciso IV do art. 6º da Lei nº 2.341, de 13 de novembro de 2018, a gratificação de Membro Titular da Equipe de Apoio ao Pregoeiro ao servidor Adilson Venson, matrícula nº 2915.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da sua assinatura.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de abril de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

08 - PA 1804-2019 - CRISTIANI DE SOUZA - DECISÃO

Publicação Nº 1980902

EDITAL DE DECISÃO

Referente ao

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0020/2019 – PMF
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2019

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS de uma unidade do item multiplicada pela quantidade expressa na estimativa de consumo descrita na Cláusula Terceira, para o fornecimento futuro de refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmitex, para alimentação dos servidores que trabalham no interior do município, constantes do ITEM 1 do Edital e de sua proposta comercial.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2019 (AT19PMF13)

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa, CRISTIANI DE SOUZA 04584468907, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Anita Garibaldi nº 115, bairro São José, na cidade de Fraiburgo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 28.306.676/0001-27, neste ato representada pela microempreendedora individual, Sra. Cristiani de Souza, a tomar ciência acerca da Decisão constante dos autos do Processo em epígrafe. O inteiro teor da Decisão foi encaminhado via correspondência eletrônica para o e-mail cadastrado nos autos. Será franqueada vista dos autos caso entenda necessário

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da lei nº 8.666/93, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br, desde que recebido no prazo estipulado.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 09 de Abril de 2019.

Dagmar Weber
Fiscal de Contratos

Decreto nº 098 - 2019

Publicação Nº 1980905

DECRETO Nº 098, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei nº 2355 de 28 de março de 2017, e Decreto nº 335 de 22 de Dezembro de 2017 que aprova Regimento Interno;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD:

I – Representantes da Secretaria de Assistência Social:

Suplente: Anete Antônia Macagnan Gonçalves Lins

[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC., 10 DE ABRIL DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Portaria 08532019

Publicação Nº 1981198

PORTARIA Nº 0853, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01091/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei Municipal nº 2294, de 17 de junho de 2015, que viabiliza transporte escolar para os alunos, e a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que incumbe os municípios de assumirem o transporte escolar dos alunos da rede municipal;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIEISON DE LIMA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 065.980.129-96, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08542019

Publicação Nº 1981201

PORTARIA Nº 0854, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01092/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei Municipal nº 2294, de 17 de junho de 2015, que viabiliza transporte escolar para os alunos, e a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que incumbe os municípios de assumirem o transporte escolar dos alunos da rede municipal;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVERALDO ALVES FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 000.181.959-38, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08552019

Publicação Nº 1981202

PORTARIA Nº 0855, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01089/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei Municipal nº 2294, de 17 de junho de 2015, que viabiliza transporte escolar para os alunos, e a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que incumbe os municípios de assumirem o transporte escolar dos alunos da rede municipal;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUIZ CARLOS FOSCARINI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 606.871.779-87, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08562019

Publicação Nº 1981205

PORTARIA Nº 0856, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01090/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei Municipal nº 2294, de 17 de junho de 2015, que viabiliza transporte escolar para os alunos, e a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que incumbe os municípios de assumirem o transporte escolar dos alunos da rede municipal;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIRSO ANTONIO OLIVEIRA ANIS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 051.172.699-69, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08572019

Publicação Nº 1981206

PORTARIA Nº 0857, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0963/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei 2294/2015, que estabelece o Plano Municipal de Educação, o qual tem como meta 13, estratégia 13.8: Garantir que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão, coordenação e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área da educação;

Considerando a necessidade dos serviços de Coordenador Pedagógico para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 974.220.299-00, contratada em caráter temporário na função de COORDENADOR PEDAGÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08582019

Publicação Nº 1981207

PORTARIA Nº 0858, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0964/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei 2294/2015, que estabelece o Plano Municipal de Educação, o qual tem como meta 13, estratégia 13.8: Garantir que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão, coordenação e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área da educação;

Considerando a necessidade dos serviços de Coordenador Pedagógico para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA HELENA HERMES RIBEIRO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 022.680.229-94, contratada em caráter temporário na função de COORDENADOR PEDAGÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08592019

Publicação Nº 1981208

PORTARIA Nº 0859, DE 10 DE ABRIL DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0965/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei 2294/2015, que estabelece o Plano Municipal de Educação, o qual tem como meta 13, estratégia 13.8: Garantir que as escolas de educação básica ofereçam serviços de orientação educacional, supervisão, coordenação e administração escolar, realizado por profissionais habilitados na área da educação;

Considerando a necessidade dos serviços de Coordenador Pedagógico para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TATIANE APARECIDA FRAGOSO CALDAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 922.400.039-87, contratada em caráter temporário na função de COORDENADOR PEDAGÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08602019

Publicação Nº 1981210

PORTARIA Nº 0860, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANIELI MECABÔ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.611.799-45, no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 15 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08612019

Publicação Nº 1981212

PORTARIA Nº 0861, DE 10 DE ABRIL DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0004 de 26 de março de 2018, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna

nº 059/2019, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

Considerando a necessidade dos serviços de Médico Veterinário para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIANDRA ZANON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.494.689-23, na função de MÉDICO VETERINÁRIO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 17 de abril de 2019 até 31 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08622019

Publicação Nº 1981213

PORTARIA Nº 0862, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01099/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários no CEI Liberata e CEM Macieira visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora SILVANA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 081.727.539-85, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 11 de abril de 2019 até 30 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08632019

Publicação Nº 1981214

PORTARIA Nº 0863, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01098/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários no CEM Juviliano, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELLE THAYNARA STÜPP, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.246.349-31, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 11 de abril de 2019

até 20 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

EXTRATO - PROC. 06-2019 - DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03-2019 - APAE CURITIBANOS

Publicação Nº 1980358

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2019
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2019

O Município de Frei Rogério-SC, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, 750 - Centro, Frei Rogério-SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.616.039/0001-09, em conformidade com a Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem nortear a administração pública, faz saber que se encontra aberto o processo administrativo nº 06/2019 dispensa de chamamento público 03/2019, de acordo com a lei acima citada tendo como objetivo de firmar um termo de colaboração com a APAE - Curitibanos.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000. e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Jair da Silva Ribeiro
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

EDITAL CMDCA 001_2019

Publicação Nº 1981133

Edital CMDCA nº 001/2019

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Galvão - SC

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na data de 09/04/2019, ata nº 03/2019 e considerando o disposto nos art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 072/1993 e demais alterações, abre as inscrições para a escolha de Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Galvão – SC, com validação/duração até 09 de janeiro 2024 e dá outras providências.

O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990, e suas alterações.

1. Do Cargo e das Vagas:

1 - A função é de Conselheiro Tutelar (atribuições contidas neste edital no anexo II), estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para os demais, vaga de suplente;

1.2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024;

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação;

1.4. O Conselheiro Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato:

2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral e, conforme Lei Municipal nº 072/1993, e suas alterações é assegurado o direito a:

I - Os Conselheiros Tutelares serão remunerados, sob a forma de subsídio mensal, no valor de R\$ 998,00 já inclusos os plantões, a serem reajustados na mesma data e na mesma proporção em que for reajustada a remuneração dos servidores públicos municipais de Galvão (SC), por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo vedado qualquer outro tipo de remuneração adicional.

II - gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o subsídio mensal, conforme escala elaborada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

III – décima terceira remuneração, no valor equivalente ao subsídio do mês de dezembro de cada ano, proporcional aos meses de exercício;

IV – benefícios previdenciários, de acordo com o previsto no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - licença-maternidade;

VI - licença-paternidade.

Parágrafo único. O saldo de remuneração, de férias e de décima terceira remuneração proporcional será pago em pecúnia, nos casos de término do mandato e renúncia da função.

2.2. O pagamento da remuneração aos Conselheiros Tutelares não gera vínculo empregatício em relação ao Município de Galvão (SC), tendo em vista a natureza do Conselho Tutelar (CT).

2.3. O Conselho Tutelar (CT) funcionará, com sua composição integral, de segunda a sexta-feira, salvo nos feriados legalmente instituídos, das 07:45h às 11:45 h e das 13:00 às 17:00, e manterá escala de plantão nos sábados, domingos e feriados e nos horários intra e entre jornadas.

2.3.1. Plantão noturno das 17:00 às 07:45h do dia seguinte.

2.3.2. Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados 24 horas.

3. Do Processo de Escolha:

3.1. Das Inscrições

3.1.1. O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 29/04/2019 a 27/06/2019, em dias úteis, no horário das 08:00h às 11:30h no Departamento Municipal de Assistência Social, Rua Sete de Abril nº 140 – Centro.

3.1.2. A inscrição será formulada pelo candidato em requerimento assinado e protocolado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente instruído com os documentos necessários a comprovação dos requisitos estabelecidos no item 3.1.2.1 deste edital, os quais serão autuados e encaminhados a Comissão Especial Eleitoral.

3.1.2.1. São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membros do Conselho Tutelar:

I – reconhecida idoneidade moral, apresentando folha corrida da vara criminal da comarca;

II – idade igual ou superior a 21 anos, comprovada com certidão de nascimento ou casamento;

III – residir no Município de Galvão (SC) por um período mínimo de 1 (um) ano, apresentando comprovante de residência em nome próprio (conta de luz, água ou telefone fixo), ou em caso de não possuir, declaração de moradia no município de Galvão – SC, assinada pelo candidato;

IV – ter escolaridade de, 1º grau completo, apresentando certificado de conclusão ou outro documento oficial;

V – ter dedicação exclusiva, vedada o exercício de qualquer outra atividade, apresentando declaração assinada pelo candidato, que não possui outro cargo ou vínculo empregatício;

VI – não ser agente político ou membro de executiva partidária, apresentando declaração.

VII – Possuir carteira nacional de habilitação categoria “B”

3.1.2. Na hipótese de inscrição por procuração, deverá ser apresentado, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4. Dos Impedimentos:

4.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.2. A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimento de que trata o item 4.1 deste edital.

4.3. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à Autoridade Judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

4.4. O candidato, que for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pretende pleitear cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir seu afastamento no ato da sua inscrição.

4.5. No caso de haver inscrições a que alude o item 4.1. será deferida a inscrição que for feita primeiro.

5. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

5.1. Da Reunião com os Candidatos:

5.1.1. A reunião própria, promovida pela Comissão Especial Eleitoral para dar conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação, será realizada no dia 29.07.2018, das 14:00 às 16:30 tendo como local sala de reunião do Departamento de Assistência Social, Rua Sete de Setembro nº 140 – Centro.

5.2. Da Publicação das Candidaturas:

5.2.1. A relação de candidatos com as inscrições pré-deferidas será publicada no dia 01.07.2019, no mural da Prefeitura Municipal, no mural do Departamento de Assistência Social, no site www.galvao.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

5.2.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, até o dia 02.07.2019 à 08.07.2019, no horário das 8h às 11:30h, no Departamento Municipal de Assistência Social.

5.2.3. O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 09 a 15.07.2019, no horário de 8h às 11:30h no Departamento Municipal de Assistência Social.

5.2.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o período de 16.07.2019 a 18.07.2019 para apresentar resposta quanto às impugnações.

5.3.5. Julgados os eventuais recursos, a Comissão Especial Eleitoral publicará um edital com os candidatos habilitados, no dia 22.07.2019, no mural da Prefeitura Municipal, no mural do Departamento de Assistência Social, no site da Prefeitura www.galvao.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios.

5.5.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

5.5.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha fará publicação da relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

5.3. Da Divulgação das Candidaturas:

5.3.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio da Comissão Especial Eleitoral, promoverá a divulgação do processo de escolha e dos nomes dos candidatos considerados habilitados, através da imprensa oficial, mural público e site oficial.

5.3.1.1. Os candidatos poderão divulgar suas candidaturas entre os eleitores, a partir da data da publicação da relação das candidaturas definitivas, observando-se o seguinte:

I. Somente será permitida a veiculação de propaganda por intermédio de panfletos impressos, que contenham os dados pessoais do candidato e respectivo número para votação, sendo vedada qualquer veiculação de propagandas em rádios, televisões, outdoors, sob pena de exclusão do certame;

II. Toda propaganda individual será fiscalizada pela Comissão Especial Eleitoral, que determinará a imediata suspensão ou cessação da propaganda que violar o disposto nos dispositivos anteriores ou atentar contra os princípios éticos ou morais, ou contra a honra subjetiva de qualquer candidato;

III. Não será permitida propaganda de qualquer espécie dentro dos locais de votação, bem como não será tolerada qualquer forma de aliciamento de eleitores durante o horário de votação;

IV. Não será permitida a confecção, utilização, distribuição pelo candidato, ou por terceiros, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

5.3.1.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

5.3.1.3. É expressamente vedado aos candidatos ou a pessoas a estes vinculadas, patrocinar ou intermediar o transporte de eleitores aos locais de votação.

5.3.2. - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá estimular e facilitar ao máximo o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou a sua ordem, que deverão ser imediatamente apuradas pela Comissão Especial Eleitoral, com ciência ao Ministério Público e notificação do acusado para que apresente sua defesa.

5.3.2.1. - Em caso de propaganda abusiva ou irregular, bem como em havendo o transporte irregular de eleitores, no dia da votação, a Comissão Especial Eleitoral, de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou outro interessado, providenciará a imediata instauração de procedimento administrativo investigatório específico, onde será formulada a acusação e cientificado o acusado para apresentar defesa, no prazo de 02 (dois) dias.

5.3.2.2. - Vencido o prazo acima referido, com ou sem a apresentação de defesa, a Comissão Especial Eleitoral designará a realização de sessão específica para o julgamento do caso, que deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dando-se ciência ao denunciante, ao candidato acusado e ao representante do Ministério Público.

5.3.2.3. - Em sendo constatada a irregularidade apontada, a Comissão Especial Eleitoral determinará a cassação da candidatura do infrator.

5.3.2.4. - Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da sessão de julgamento.

5.3.2.5. - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente designará sessão extraordinária para julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), dando-se ciência ao denunciante, ao candidato acusado e ao representante do Ministério Público.

5.4. Da Eleição:

5.4.1. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

5.4.2. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município, a partir dos 16 anos.

5.4.3. A eleição será realizada no dia 06.10.2019 no horário de 8h30 às 16:30h, sem intervalo para o almoço, facultando o voto, após este horário, a eleitores que estiverem na fila de votação, aos quais serão distribuídas senhas, tendo como local o Centro dos Idosos Frei Barnabé.

5.4.4. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

5.4.5. Nos locais e cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, cognomes e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

5.4.6. A Comissão Especial Eleitoral, com a antecedência devida, fará contato com a Justiça Eleitoral para a obtenção das urnas comuns para realizar a votação que será feita manualmente, e obtenção das listas de eleitores.

5.4.7. Sendo a votação realizada por meio de cédulas impressas, as mesmas conterão o nome de todos os candidatos e serão rubricadas por pelo menos (02) dois dos membros da mesa coletora.

5.4.8. Cada eleitor poderá votar em 01 (um) candidato.

5.4.9. Serão consideradas nulas as cédulas que:

a) não estiverem rubricadas;

b) contiverem votos em mais de 01 (um) candidato e/ou que apresentem escritos ou rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor.

5.4.10. No dia da votação, todos os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão permanecer em regime de plantão, acompanhando o desenrolar do pleito, podendo receber notícias de violação das regras estabelecidas e realizar diligências para sua constatação.

5.4.11. Os candidatos poderão fiscalizar pessoalmente ou por intermédio de representantes previamente cadastrados e credenciados, a recepção e apuração dos votos.

5.4.12. Em cada local de votação será permitida a presença de 01 (um) único representante por candidato.

5.4.13. No local da apuração dos votos será permitida a presença do representante do candidato, apenas quando este tiver que se ausentar.

5.4.14. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

5.4.14.1. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.

5.4.14.2. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

5.5. Das Mesas Receptoras:

5.5.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

5.5.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

5.5.3. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

5.5.4. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

5.5.5. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

5.5.6. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à Comissão Especial Eleitoral.

5.5.7. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Especial Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos.

5.5.8. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

5.5.9. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

5.6. Da Apuração:

5.6.1. A apuração dar-se-á no Centro dos Idosos Frei Barnabé na presença dos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comissão Especial Eleitoral, sob fiscalização do representante do Ministério Público, imediatamente após o encerramento da votação.

5.6.1.1. Os candidatos ou seus representantes credenciados poderão apresentar impugnação, à medida que os votos forem sendo apurados, cabendo à decisão a própria Comissão Especial Eleitoral, que decidirá de plano, facultado a manifestação do representante do Ministério Público.

5.6.2. Concluída a apuração dos votos e decididas às eventuais impugnações, a Comissão Especial Eleitoral providenciará a lavratura de ata circunstanciada sobre a votação e apuração, mencionando os nomes dos candidatos votados, com número de sufrágios recebidos e todos os incidentes eventualmente ocorridos, colhendo as assinaturas dos membros da Comissão, candidatos, fiscais, representante do Ministério

Público e quaisquer cidadãos que estejam presentes e queiram assinar, afixando cópia no local de votação, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no quadro de editais da Prefeitura.

5.6.2.1. Os 5 (cinco) candidatos mais votados estarão habilitados á cargo de Conselheiros Tutelares.

5.6.2.2. Será considerada, para efeito de desempate, a idade, prevalecendo aquela que for maior.

5.6.2.3. Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 02 (dois) dias da apuração, poderão ser interpostos recursos das decisões da Comissão Especial Eleitoral nos trabalhos de apuração, desde que a impugnação tenha constado expressamente em ata.

5.6.2.4. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá os eventuais recursos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, determinando ou não as correções necessárias, e baixará resolução homologando o resultado definitivo do processo de escolha, enviando cópias para Prefeita Municipal, ao representante do Ministério Público e ao Juiz da Infância e Juventude.

5.6.2.4.1. O resultado definitivo da eleição será publicado no dia 08.10.2019, em edital afixado no mural da Prefeitura Municipal, no mural do Departamento Municipal de Assistência Social, no site www.galvao.sc.gov.br no Diário Oficial dos Municípios – DOM e na imprensa oficial, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

5.8.2.5. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará posse aos escolhidos em sessão extraordinária solene, no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores, sendo no dia 10 de janeiro de 2020, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua competência, os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

5.8.2.6. Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos, para o que será imediatamente convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.1. Os membros escolhidos como titulares e suplentes, submeter-se-ão a capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser definida posteriormente.

6.2. O Poder Público estimulará a participação dos membros do Conselho Tutelar em outros cursos e programas de capacitação, custeando-lhes as despesas necessárias.

7. Disposições Finais

7.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e suas alterações, na Lei Municipal nº 072/1993 e suas alterações, e o no anexo II deste edital.

7.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

7.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

7.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive.

7.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

7.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.7. É de responsabilidade do candidato, acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

7.8. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

7.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

7.10. Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Galvão - SC, 10 de abril de 2019.

Adrielle Jaíne Bernardo

Presidente CMDCA

COMISSÃO ELEITORAL:

ADRIELLE JAINE BERNARDO

EVANDRO FERNANDES ANDRÉ

JULIANE BALDISSERA

LEONIDIO LEVINSKI

ROSA MARIA RAMALHO

ADRIANA SAVIO

ANEXO I

Do calendário:

Fica estabelecido o calendário oficial com os prazos para a realização do processo de escolha, sendo:

CRONOGRAMA ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR

10/04/2019

Publicação do Edital

11/04/2019 a 26/04/2019	Impugnação do Edital
29/04/2019 a 27/06/2019	Período para Inscrições
01/07/2019	Publicação das Inscrições
02/07/2019 a 08/07/2019	Impugnação da Candidatura
09/07/2019 a 15/07/2019	Recurso Impugnação
16/07/2019 a 18/07/2019	Análise da Comissão Eleitoral das inscrições
22/07/2019	Divulgação do Resultado Definitivo
29/07/2019	Reunião com os Candidatos
06/10/2019	Eleições
08/10/2019	Divulgação Resultado Eleição
10/01/2020	Posse

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Lei 8.069/90, art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII – Fiscalizar serviços, programas ou entidades de atendimento a criança e ao adolescente.

PROCESSO LICITATÓRIO 033/2019

Publicação Nº 1980373

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 033/2019, Edital de Dispensa 010/2019, até às 15:00 horas do dia 16 de abril de 2019, e fará abertura das mesmas às 15:15hs do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A INSTALAÇÃO ELÉTRICA NA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DA MELHOR IDADE, Conforme especificações constantes no Edital. O fundamento legal é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Art. 24 inciso II e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e por este Edital. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br. Galvão, 10 de abril de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

RELATORIO SICONFI

Publicação Nº 1981650



Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Ministério da Fazenda - MF

Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Galvão - SC (SC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Galvão - SC (SC)
Declaração:	Balanço Anual (DCA)
Periodicidade:	Anual
Período:	Período único (anual)
Exercício:	2018
Assinatura(s):	• Nome: ADMIR EDI DALLA CORT <i>Titular do Poder Executivo</i>
	CPF: 585.389.929-53
	Data: 10/04/2019 17:16:36
	• Nome: LEONIDIO LEVINSKI <i>Contador Responsável</i>
	CPF: 023.509.819-16
	Data: 10/04/2019 17:13:08

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **10/04/2019, às 17:16:42**, é:

02.YJ.0C-Y

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio <https://siconfi.tesouro.gov.br>, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2019

Publicação Nº 1981486

DECRETO N.º 073, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

ANULA SALDO DE EMPENHO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo de restos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
3776/2018	RLP de Angeli Comercial - ME	R\$ 1.360,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981108

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela promulga a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de março de 2019 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba em, 10 de abril de 2019.

Micheline Aranha de Araujo Luiz

Presidente

Publicada a presente Resolução nº 08/2019, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 10 dias do mês de abril de 2019.

Publicada a presente Resolução nº 08/2019 no DOM/SC em ____/____/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Márcio Pereira Severino

Diretor de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Câmara Municipal de Garopaba

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019

Publicação Nº 1981038

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Gás de Cozinha (GLP) e Vasilhames, com entrega. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 29/04/2019, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br. Gaspar (SC), 10/04/2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.706, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980428

DECRETO Nº 8.706, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

ANULA O DECRETO Nº 8.699, DE 02 DE ABRIL DE 2019, QUE DESIGNOU SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e com fundamento no artigo 144 da Lei Municipal nº 1.305/91, e na Súmula 473 do STF, que dispõe que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Decreto nº 8.699, de 02 de abril de 2019, que designou o servidor GIOVANE FRANCESCO DESCHAMPS para o exercício de função gratificada de Supervisor de Fiscalização, nível I, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de abril de 2019.

Gaspar, 05 de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF 21/2015

Publicação Nº 1981191

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF 21/2015

Início da vigência: 09/04/2019 Vencimento: 08/04/2020. Inexigibilidade nº.: 44/2015. Objeto: Contratação de serviços de suporte técnico e atualização/updates de versões do software de Banco de Dados Oracle sob o licenciamento nº 3845751, junto à Oracle do Brasil Sistemas Ltda., prestadora exclusiva do serviço. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. (59.456.277/0001-76). Valor total: R\$ 3.891,70 (três mil oitocentos e noventa e um reais e setenta centavos).

Gaspar/SC, 11 de março de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1980788

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2019

Autoriza a Câmara de Vereadores de Gaspar a conceder títulos de Cidadão Emérito e Cidadão Honorário.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, perante as atribuições contidas no artigo 41, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e art. 37, inciso VII, alínea "f" do Regimento Interno,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de decreto legislativo e ele decreta:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de título de Cidadão Emérito a:

I – Julierte Amadeu Pereira;

II – Pedro Celso Zuchi;

III – Terezinha dos Santos Oliveira.

Art. 2º Fica autorizada a concessão de título de Cidadão Honorário a:

I – Claudette Bohn;

II – Edegar da Silva Borges;

III – Edevaldo da Rocha;

IV – Leone Pereira dos Santos;

V – Marlise da Cunha de Souza;

VI – Natalino José da Silva;

VII – Nilso Chiesa;

VIII – Noemia Bohn;

IX – Ronaldo Gaertner;

X – Vítor Manuel Marques de Oliveira.

Art. 3º A sessão solene para a entrega das honrarias será realizada no Plenário da Câmara Municipal de Gaspar, localizada na Avenida das Comunidades, nº 133, bairro Centro, no Município de Gaspar, no dia 30 de maio de 2019, às 19 horas.

Art. 4º As demais providências e autorização de despesas ficarão por conta de ato da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar (SC), em 10 de abril de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 1980712

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019

Autoriza a Câmara de Vereadores de Gaspar a conceder título de Cidadão Emérito.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, perante as atribuições contidas no artigo 41, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e artigo 37, inciso VII, alínea "f" do Regimento Interno,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de decreto legislativo e ele decreta:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de título de Cidadão Emérito a Senhora Lidia Zancanella e ao Senhor Osmar Assini.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 10 de abril de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 32/2019

Publicação Nº 1981532

RESOLUÇÃO Nº 32/2019.

RECONHECE E FORMALIZA ATO DE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, com fundamento do art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber, Considerando a edição da Lei Municipal nº 3.274, de 03/12/2010, que criou e instituiu adicional de qualificação e progressão por merecimento para os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo da Câmara de Vereadores de Gaspar; Considerando a edição da Resolução nº 08, de 16/02/2011, que regulamentou a Lei Municipal nº 3.274/2010; Considerando o resultado da avaliação do servidor Rui Donisete de Góis Vieira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista; Considerando a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, documentos anexos à presente Resolução;

Resolve:

Art. 1º Reconhecer e aplicar a progressão por merecimento ao servidor Rui Donisete de Góis Vieira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista.

Art. 2º Progredir o servidor identificado no artigo 1º desta Resolução para a Letra "B" do seu respectivo cargo de provimento efetivo do quadro desta Casa de Leis.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta do orçamento da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 10 de abril de 2019.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Dionísio Luís Bertoldi
Presidente	Vice-Presidente
Silvio Cleffi	Wilson Luís Lenfers
1º Secretário	2º Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 034 2019 - REMANEJAMENTO

Publicação N° 1980885

DECRETO N° 034/2019

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1298/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, no valor de R\$49.000,00 (Quarenta e Quatro Mil Reais) a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2019, Lei Municipal nº 1300/2018:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1501	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	5.000,00
27.812.0005.2.037	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte Lazer	5.000,00
3.3.00.00	Transferências a Instituições Priv. Sem Fins Lucrativos	5.000,00
(205) 3.3.50.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
0701	Secretaria Municipal de Saúde	44.000,00
10.304.0004.2.032	Ações de Vigilância Sanitária	44.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	44.000,00
(31) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	44.000,00
0.2.27.000000	Recursos ASPS – Ações de Vigilância Sanitária	44.000,00
TOTAL		49.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1501	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	5.000,00
27.812.0005.2.037	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte Lazer	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
(206) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
0701	Secretaria Municipal de Saúde	44.000,00
10.304.0004.2.032	Ações de Vigilância Sanitária	44.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	44.000,00
(54) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	44.000,00
0.2.27.000000	Recursos ASPS – Ações de Vigilância Sanitária	44.000,00
TOTAL:		49.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 02 de Abril de 2019.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

Grão Pará

PREFEITURA

CONTRATO N 63-2019-CONCRETOS MONTEIRO

Publicação Nº 1980655

CONTRATO N. 63/2019
(de 29 de março de 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e MONTEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE CIMENTO LTDA EPP, situada na ROD SC 370, N. 3459 KM 191,0 Bairro Rio Bonito, Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 80.416.647/0001-38, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representado por seu Sócio Administrador, Sr. MOACIR MONTEIRO, brasileiro, portador do CPF n 344.504.839-87, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços descritos na Cláusula Primeira deste Contrato, cujo valor global é R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Parágrafo Único. Os preços acima referidos e homologados pelo Prefeito Municipal em Exercício serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega do objeto deverá ser feita em 24 horas, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de serviço expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 30(trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 29 de março de 2019 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes à mercadoria adquirida;
- II. Emitir ordem de serviço à CONTRATADA para entrega dos tubos de concreto;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não entregar os tubos de concreto sem a devida ordem de serviço;
- II. Manter em dia estoque, para recarga imediata quando da necessidade da CONTRATANTE;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.: 10.01.2.003.3.3.90.36.20.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido:139).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 43/2019 - Edital de Dispensa de Licitação n. 20/2019-DL, de 29 de março de 2019.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os cartuchos recarregados em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 29 de março de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

MOACIR MONTEIRO
Sócio Administrador da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 64-2019 CLEITON MERENDA

Publicação Nº 1981437

CONTRATO N. 64/2019
(03 de abril de 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, empresa estabelecida na Rua José de Anchieta, n. 229, Centro Alfredo Wagner/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 18.531.205/0001-69, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu administrador, Senhor CLEITON DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CNPF n. 072.051.509-22, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 07/2019 - Edital de Pregão Presencial n. 01/2019-PR, de 10 de janeiro de 2019, no valor total de R\$6.336,00 (seis mil, trezentos e trinta e seis reais).
Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2019, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 03 de abril de 2019 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- V. Emitir a nota fiscal, de acordo com a entidade que solicitou a mercadoria

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.º:

03.01.2.003.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido:8);
06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 101);
06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 102);
06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 104);
06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 105);
06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 106);
06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 107);
06.01.2.047.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 109);
15.01.2.032.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 162);
15.01.2.032.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 167);

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 07/2019 - Edital de Pregão Presencial n. 01/2019-PR, de 10 de janeiro de 2019.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará, 03 de abril de 2019.

MARCIO BORBA BLASIVUS CLEITON DE SOUZA

Prefeito Municipal

Administrador da Vendedora

TESTEMUNHAS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.21-2019 (RESUMO JORNAL) MADEIRA

Publicação Nº 1981007

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 45/2019

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 21/2019-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DESTINADA À MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019.

Data e Horário de Abertura: 26/04/2019, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prédio da Prefeitura Municipal.

Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 10 de abril de 2019.

MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

LEI Nº 1.949

Publicação Nº 1980610

LEI ORDINÁRIA Nº 1.949 DE 11 DE ABRIL DE 2019.

"TORNA A RUA FRANCISCO GOMES, NO BAIRRO POUSO ALTO, MUNICÍPIO DE GRAVATAL EM PERÍMETRO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Torna a Rua FRANCISCO GOMES no bairro Pouso Alto, no Município de Gravatal Perímetro Urbano com a extensão de 630 metros lineares. O perímetro urbano iniciará na Rod. SC 370, KM 165,4 com início do trecho com as seguintes coordenadas x= 693591,36, Y= 685979,35 no bairro Pouso Alto, até a ponte e o Fim do trecho com as seguintes coordenadas x= 693015,70, y= 6859571,06 com uma extensão de 630 metros.

Art. 2º Do eixo da Rua FRANCISCO GOMES serão 40,00m para o lado direito e 40,00m para o lado esquerdo, totalizando 50.400,00m².

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatal (SC), 11 de Abril de 2019

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial do Município em 11 de abril de 2019.

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA Nº21 PROCESSO 08.2019 SEQUENCIA 7 FMS.DOCX

Publicação Nº 1981104

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E ULTRASSONOGRAFIA e CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM OFTALMOLOGIA DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2019.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 21/2019 (Sequência: 7)

Ao(s) 10 de Abril de 2019, às 16:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 439/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 8/2019, Licitação nº 1/2019 - OU, na modalidade de Outras Modalidades.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 439/2018, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, no dia 10/04/2018 a partir das 16h00min para fazer a avaliação da documentação e proposta referente ao credenciamento de empresas para CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E ULTRASSONOGRAFIA e CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM OFTALMOLOGIA DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2019, destinadas ao atendimento dos munícipes de Guaraciaba, SC, conforme prescrição médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, para o ano de 2019. Até a presente data a Comissão protocolou os envelopes as proponentes a seguir nominadas: 1) ☐ ECOCLINICA DR. ANTONIO ÁIM DE OLIVEIRA EIRELI - CNPJ 21.618.602/0001-87 estabelecida na Rua Rui Barbosa nº638, centro da cidade de Guaraciaba/SC. Após avaliada a documentação de habilitação e proposta pela Comissão, foi declarada credenciada a prestar os serviços, a proponente abaixo nominada na especialidade conforme segue: ECOCLINICA DR. ANTONIO ÁIM DE OLIVEIRA EIRELI - CNPJ 21.618.602/0001-87 nos itens conforme segue. Para tanto, abre-se o prazo recursal de três dias a contar da presente data, e não havendo recursos interpostos, ou após sua denegação, o processo será encaminhado para a autoridade competente para homologação. Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada

pela comissão, que determinará			o atendimento das		exigências	do presente		edital até	30/11/2019.
Participante: 17330 - ECOCLINICA DR. ANTONIO PAIM DE			OLIVEIRA EIRELI - M						
Item	Especificação	U	n. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Pre	ço Unitário	Preço Total
5	ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA		UN	200,00		0,0000		90,00	18.000,00
6	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL		UN	100,00		0,0000		110,00	11.000,00
8	ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS / ECODOPLER UNILATERAL		UN	80,00		0,0000		160,00	12.800,00
9	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VESÍCULA E VIAS BILIARES)		UN	60,00		0,0000		90,00	5.400,00

Total do Participante -----> 47.200,00

Total Geral -----> 47.200,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Guaraciaba, 10 de Abril de 2019

COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI

Elizete Sandra Benachio Ludwig Fatima Hoffmann

- .. - Presidente da Comissão de Licitação
- .. - Membro
- .. - Membro/Suplente

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019 - PMG

Publicação Nº 1981072

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 71/2019 – PMG
Processo Licitatório: 71/2019 – PMG
Tipo: Menor preço por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REFORMA DE APARELHOS DE ACADEMIA AO AR LIVRE E DE PLAYGROUND, INSTALADOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: até 25/04/2019 às 14h
Abertura dos Envelopes: 25/04/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 11 de abril de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

DECRETO Nº. 1065/2019

Publicação Nº 1980857

DECRETO Nº. 1065/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
1009 - Construção, Ampliação, Equip. e Reforma para Unidades de Saúde
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01330000 - Transf.convênios-união/saúde R\$ 2.000,00

20 - Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim
001 - Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim
2160 - Manutenção das Atividades de Controle de Zoonoses e Bem Estar Animal
33390000000000000000 - Aplicações diretas

03000000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, na fonte 03000000 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e, da anulação do item abaixo relacionado:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
1009 - Construção, Ampliação, Equip. e Reforma para Unidades de Saúde
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01330000 - Transf.convênios-união/saúde R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de abril de 2019.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO 19/2019 - PMG

Publicação Nº 1980499

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATO EXTRATO DE CONTRATO 19/2019
Processo de Licitação: 004/2019 – PMG

Modalidade: Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA ARMIDE DENAI WEBER COM EXTENSÃO DE 316,00 M, CONFORME CONTRATO DE RESPASSE OGU Nº 844532/2017 POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: SÓLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.957.836/0001-65, estabelecida na rua Carlos Oechsler, nº 1364, Ilha da Figueira, Jaraguá do Sul - SC.

Valor do Contrato: R\$ 250.557,08 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e oito centavos).

SIGNATÁRIOS: Luis Antonio Chiodini – Prefeito Municipal. Leocir Vanderlei Safanelli – Representante Legal da Contratada.

Data da Assinatura: 04/04/2019 Vigência: 31/12/2019.

GUARAMIRIM (SC), 09/04/2019
LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 30/2019 FMS

Publicação Nº 1980817

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO N.º 30/2019 FMS

Processo Licitatório nº: 05/2019 FMS

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CERCAS E PORTÕES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.04, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, sob o CNPJ no 11.293.409/0001-60.

Contratado: LINDOLAR COMERCIO DE ESQUADRIAS, FORROS E DIVISORIAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 73.294.548/0001-65, estabelecida na Rua Dois de Setembro, nº 4418, sala 02, bairro Itoupava Norte, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Valor: R\$12.995,00 (doze mil novecentos e noventa e cinco reais)

Fornecedor: 449890 - LINDOLAR COMERCIO DE ESQUADRIAS, FORROS E DIVISORIAS EIRELI

1 - CERCAS E PORTÕES

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Aquisição e instalação de portão de correr completo, medindo 1,54 x 2,00 metros, com calhas inferiores, rodas, roletos, rodízios, sistema de guiamento superior do portão, batentes, fechaduras, entre outros componentes necessários. Confeccionado em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro.	DIVIAÇO	750,0000	750,00
2	1	UN	Aquisição e instalação de portão de correr completo, medindo 3,30 x 1,70 metros, com calhas inferiores, rodas, roletos, rodízios, sistema de guiamento superior do portão, batentes, fechaduras, entre outros componentes necessários. Confeccionado em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro.	DIVIAÇO	1.200,0000	1.200,00
3	2	UN	Aquisição e instalação de portão de pedestre completo, medindo 0,90 x 1,70 metros, com calhas inferiores, rodas, roletos, rodízios, sistema de guiamento superior do portão, batentes, fechaduras, entre outros componentes necessários. Confeccionado em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro.	DIVIAÇO	380,0000	760,00
4	1	UN	Aquisição e instalação de cerca completa, medindo 0,90 x 1,70 metros, com todos os componentes necessários. Confeccionada em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm, com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro e pés de sustentação com tubo de ferro galvanizado de 60 x 60 mm.	DIVIAÇO	535,0000	535,00
5	1	UN	Aquisição e instalação de cerca completa, medindo 3,35 x 1,70 metros, com todos os componentes necessários. Confeccionada em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm, com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro e pés de sustentação com tubo de ferro galvanizado de 60 x 60 mm.	DIVIAÇO	1.270,0000	1.270,00
6	1	UN	Aquisição e instalação de cerca completa, medindo 2,10 x 1,70 metros, com todos os componentes necessários. Confeccionada em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm, com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro e pés de sustentação com tubo de ferro galvanizado de 60 x 60 mm.	DIVIAÇO	1.230,0000	1.230,00
7	1	UN	Aquisição e instalação de cerca completa, medindo 4,80 x 1,70 metros, com todos os componentes necessários. Confeccionada em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm, com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro e pés de sustentação com tubo de ferro galvanizado de 60 x 60 mm.	DIVIAÇO	1.300,0000	1.300,00
8	1	UN	Aquisição e instalação de cerca completa, medindo 2,50 x 1,70 metros, com todos os componentes necessários. Confeccionada em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm, com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro e pés de sustentação com tubo de ferro galvanizado de 60 x 60 mm.	DIVIAÇO	1.200,0000	1.200,00

9	1	UN	Aquisição e instalação de cerca completa, medindo 7,60 x 1,70 metros, com todos os componentes necessários. Confeccionada em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm, com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro e pés de sustentação com tubo de ferro galvanizado de 60 x 60 mm.	DIVIAÇO	2.900,0000	2.900,00
10	1	UN	Aquisição e instalação de portão de correr completo, medindo 3,20 x 1,70 metros, com calhas inferiores, rodas, roletos, rodízios, sistema de guiamento superior do portão, batentes, fechaduras, entre outros componentes necessários. Confeccionado em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro.	DIVIAÇO	1.250,0000	1.250,00
11	1	UN	Aquisição e instalação de cerca completa, medindo 1,50 x 1,70 metros, com todos os componentes necessários. Confeccionada em tubo de ferro galvanizado quadrado 20 x 20 mm, com pintura a pó, cor a definir, colocados de 10 em 10 cm de distância um do outro e pés de sustentação com tubo de ferro galvanizado de 60 x 60 mm.	DIVIAÇO	600,0000	600,00
Total					R\$12.995,00	

Data da Assinatura: 29/03/2019 Vigência: 31/12/2019

GUARAMIRIM (SC), 10/04/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2019 – FMAS.

Publicação Nº 1980240

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2019 – FMAS.

Processo nº: 04/2019 – FMAS

Modalidade: Dispensa de Chamamento Público.

Objeto: TERMO DE PARCERIA PARA EXECUTAR O PROJETO DESENVOLVIMENTO PLENO, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, VISANDO O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, POR MEIO DA "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE".

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim.

OSC: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.784.983/0001-21, situada na Rua Pedro Graf, nº 271, bairro Avaí, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Valor Total do Repasse: R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Data da Assinatura: 10/04/2019. Vigência: 09/04/2020.

Guaramirim (SC), 10 de abril de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 183/2019

Publicação Nº 1981089

PORTARIA Nº. 183/2019

Contrata Claison Rodolfo Tureck por meio do Concurso Público nº. 001/2018.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Claison Rodolfo Tureck, por meio do Concurso Público nº. 001/2018, no cargo de Coordenador Pedagógico, vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de abril de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 193/2019

Publicação Nº 1980735

PORTARIA Nº. 193/2019

Exonera Thainá Daiane Malacarne Rodrigues.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Thainá Daiane Malacarne Rodrigues, da função de Gerente de Programas e Ações, vinculada à Fundação Cultural de Guaramirim, a partir de 05 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 194/2019

Publicação Nº 1980737

PORTARIA Nº. 194/2019

Exonera Amanda Cristina Oeschler Satler.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Amanda Cristina Oeschler Satler, da função de Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 09 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 195/2019

Publicação Nº 1980739

PORTARIA Nº. 195/2019

Exonera Juliana Pereira Jordan.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Juliana Pereira Jordan, do cargo de Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 08 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 196/2019

Publicação Nº 1980740

PORTARIA Nº. 196/2019

Exonera Roseli Krawulski.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Roseli Krawulski, do cargo de Recepcionista, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 04 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 197/2019

Publicação Nº 1980747

PORTARIA Nº. 197/2019

Exonera Marcio Schroeder da Costa.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Marcio Schroeder da Costa, do cargo de Professor de Língua Inglesa (40 horas semanais), vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 08 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

47/2019

Publicação Nº 1980370

DECRETO Nº 47/2019
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

06- Departamento Municipal de Trânsito:

Atividade: 0406.06.181.0005.2.034

3.3.90.00-00.00.267 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Soma R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2018, referente aos recursos da Rádio Patrulha no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

10 de abril de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

ATA RP 08/2019 - PREGÃO 09/2019

Publicação Nº 1980396

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019

Guatambu SC, em 19 de março de 2019.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Empresas detentoras da Ata:

ARTES K ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

PINHAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

PLANATERRA - TERRAPLANAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

TUBOFORTE DERIVADOS DE CIMENTO LTDA - EPP

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 15/2019

Publicação Nº 1981197

Estado de Santa Catarina

Município de Guatambu

Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 145/2019.

Pregão Presencial RP n. 15/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DIETAS E FÓRMULAS INFANTIS PARA MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU SC.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 24/04/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24/04/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 11 de abril de 2019.

SILVESTRE FAVARO

Prefeito Municipal em Exercício

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.020/2019

Publicação Nº 1980445

DECRETO Nº 4.020/2019.

REVOGA OS DECRETOS 3.920/2018 E 4.013/2019, E DISPOE REGRAS SOBRE O SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE – SVA, NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Américo Lorini, Prefeito de Herval d'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta, e sua revisão, relativos ao SIG nº 06.2017.00000334-1,

DECRETA:

Art. 1º. Regulamenta o Serviço de Verificação de Acessibilidade – SVA, prestado no Município de Herval d'Oeste – SC, pela Secretaria de Planejamento e Coordenação e Secretaria de Administração e Finanças, mediante cobrança de Taxas, nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 2º. O SVA é responsável:

- I – pela análise dos pedidos para obtenção dos certificados;
- II – pela verificação, mediante vistoria, das condições de acessibilidade dos estabelecimentos; e
- III – pela emissão do Certificado de Acessibilidade – C.A., com validade para 05 (cinco) anos ou do Certificado de Adaptação Razoável – C.A.R., Com validade para 03 (tres) anos.

Art. 3º O C.A. e o C.A.R. são documentos expedidos pelo SVA, que atestam respectivamente as condições de Acessibilidade e as Condições Razoáveis de Adaptação de um estabelecimento.

Parágrafo único: Os certificados citados no Caput deste artigo, são documentos necessários para a obtenção e renovação de Alvarás de localização e funcionamento, e serão fornecidos com base na declaração do profissional habilitado, devidamente acompanhado de ART ou RRT, onde o mesmo declara que o imóvel está acessível ou em Condições Razoáveis de Adaptação, estabelecendo-se prazo para a realização das obras se for o caso, e no prazo máximo de 01 (um) ano após o vencimento dos prazos previstos no art. 9º, fiscalizar as unidades imobiliárias que obtiveram o C.A. por simples declaração.

Parágrafo único: O responsável Técnico terá até seis meses antes de vencer o prazo concedido para adaptação do seu estabelecimento, para encaminhar a documentação ao SVA para o C.A.

Art 4º Serão legitimados para solicitar a análise, verificação e emissão do C.A ou C.A.R, pessoalmente ou por seus procuradores:

- I. O Proprietário do imóvel;
- II. O Locatário do estabelecimento

Art. 5º. A Análise documental dos pedidos para obtenção dos certificados será feita por profissional efetivo do quadro de servidores do Município de Herval d'Oeste, com habilitação técnica, designado pelo Poder Público a partir do protocolo dos seguintes documentos:

I. Para C.A (obra acessível).

- a) Requerimento assinado pelo legitimado, conforme anexo I;
- b) Comprovante de pagamento da taxa de acessibilidade;
- c) Atestado Técnico de conformidade com as condições de acessibilidade, emitido por profissional legalmente habilitado, conforme anexo II;

d) ART ou RRT do profissional legalmente habilitado;

e) Autorização do proprietário, no caso da obra ser executada em imóvel de terceiros;

f) Declaração de ciência de que qualquer inverdade, para fins de obtenção do Alvará de funcionamento ou obtenção do C.A ou C.A.R configura crime de falsidade ideológica devendo o declarante sofrer as penalidades da lei, conforme anexo VII.

II. Para C.A.R (analisado por pelo menos 02 técnicos do SVA).

a) Requerimento assinado pelo legitimado, conforme anexo IV, para solicitação de C.A.R.;

b) Alvará de Construção expedido pelo Município e/ou seu respectivo projeto, com data anterior a 20/12/2000;

c) Termo de compromisso de realização de adaptações razoáveis conforme a especificidade de cada obra, conforme anexo V;

d) Declaração de ciência, de que inverdades, para fins de obtenção de alvará de funcionamento ou obtenção do CA ou do CAR configura crime de falsidade ideológica conforme anexo VII;

e) Laudo emitido por profissional habilitado, acompanhado de ART o RRT, que ateste que as obras de adaptação causarão risco estrutural insuperável;

f) Projeto para adequação razoável (planta baixas), memorial, orçamento e cronograma;

Parágrafo Único. Tanto o C.A quanto o C.A.R quando obtidos, deverão estar dispostos de forma visível, no interior do estabelecimento.

Art. 6º Serão Analisadas e vistoriadas as seguintes condições de acessibilidade:

I – Calçadas;

II – Acessos;

III – Circulação Horizontal;

IV – Circulação Vertical;

V – Portas e Janelas;

VI – Banheiros, Sanitários e Vestiários;

VII – Dispositivos de comando;

VIII – Mobiliário;

IX – Elementos de sinalização e informação; e,

X – rota acessível.

§1º o que tange aos incisos VIII ao X, somente serão verificados caso a edificação já esteja ocupada;

§ 2º Para a vistoria das calçadas, enquanto não houver regulamentação específico, serão analisados:

a) Interferências na faixa livre, como rampas, escadas, tampas, mobiliário, etc;

b) Piso tátil e revestimento quando houver;

c) Inclinação transversal.

Art. 7º A vistoria será feita em 02 (duas) etapas:

I. Vistoria da obra nova com emissão do C.A em nome do dono do imóvel para emissão do Alvará para empresa nova;

II. Vistoria do estabelecimento, com emissão do C.A em nome do estabelecimento para renovação do Alvará;

§1º Realizada a vistoria de que trata o caput deste artigo, e constatado que o estabelecimento se encontra acessível, o SVA emitirá o C.A da obra;

§2º Uma vez instalada a empresa no local, a mesma deverá solicitar nova vistoria de que trata o inciso II do §1º deste artigo, sob pena de não renovação do Alvará;

§3º Poderá ser realizada uma única vistoria, caso a empresa já se encontre estabelecida no local.

§4º Verificado que o estabelecimento não se encontra acessível, porém possui declaração do profissional atestado a acessibilidade, o SVA notificará o legitimado para, em 15 (quinze) dias úteis

promova as adequações necessárias na forma das normas e legislações pertinentes;

§5º Não atendido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, ou identificado qualquer controversia nas declarações emitidas, o SVA elaborará procedimento administrativo e encaminhará ao departamento jurídico da prefeitura para tomada das providências legais cabíveis.

Art. 8º As edificações em que se instalem as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão, na relação com pessoas com deficiência, e sem prejuízo às demais normas e legislações vigentes, assegurar as condições de acessibilidade ao estabelecimento e suas dependências abertos ao público.

Parágrafo Único. Os imóveis de microempreendedores individuais ficam dispensados do cumprimento do disposto neste decreto quando tiverem o estabelecimento comercial em sua residência ou não atenderem ao público de forma presencial no seu estabelecimento.

Art.9º Os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, já instaladas no Município até dezembro de 2018, deverão realizar adaptações razoáveis, para obtenção do Certificado de Adaptação Razoável, desde que não acarretem ônus desproporcional e indevido, considerando-se os seguintes percentuais da receita bruta do exercício contábil anterior: I – dois e meio por cento, no caso de microempreendedor individual, II – três e meio por cento, no caso da microempresa; ou III – quatro e meio por cento, no caso da empresa de pequeno porte.

Art. 10 As edificações públicas, afora as municipais, e as privadas de uso coletivo deverão adaptar-se às condições de acessibilidade. §1º o prazo previsto no caput será acrescido:

- a) De 36 (trinta e seis) meses, quando o contribuinte se enquadrar como Empresa de Pequeno Porte ou órgãos públicos;
- b) De 48 (quarenta e oito) meses, quando o contribuinte se enquadrar como Microempresa;
- c) De 48 (quarenta e oito) meses, quando o contribuinte se enquadrar como Microempreendedor Individual, autônomo e entidade sem fins lucrativos;
- d) De 06 (seis) meses, quando o contribuinte for localizado fora da zona central, na forma definida pela Lei Complementar nº 219/2006;
- e) De 06 (seis) meses, quando o imóvel em que estiver localizado o contribuinte necessitar de modificações arquitetônicas para garantir acessibilidade vertical;
- f) De 06 (seis) meses, quando o imóvel tenha recebido alvará de construção anteriormente a 20 de dezembro de 2000.

§2º considera-se para fins de enquadramento neste artigo, qualquer imóvel de empresas instaladas ou que venham a se instalar no Município de Herval d'Oeste;

§3º Os prazos previstos no parágrafo anterior não são cumulativos.

§4º Terminados os prazos de que trata este artigo, nenhum Alvará será emitido, ou renovado, sem a observância das condições de acessibilidade previstas neste decreto e demais legislações e normas pertinentes.

Art. 11 O Município de Herval d'Oeste deverá concluir os projetos de adaptação dos imóveis de sua propriedade até 31 de dezembro de 2019.

Art.12 O Município de Herval d'Oeste, de acordo com os projetos, deverá concluir as obras de acessibilidade dos imóveis de sua propriedade de acordo com o seguinte cronograma:

- a) 30% (trinta por cento) até 31 de dezembro de 2020;
- b) 60% (sessenta por cento) até 31 de dezembro de 2021;
- c) 100% (cem por cento) até 31 de dezembro de 2022.

Art. 13 A partir de 1º de janeiro de 2019, os alvarás serão emitidos para contribuintes em imóveis acessíveis, assim reconhecidos por serem portadores do Certificado de Acessibilidade ou do Certificado de Adaptação Razoável, ressalvada a extensão de prazo para regularização prevista no artigo 9º deste Decreto.

I. Em caso de constatação de não conformidade, o Município de Herval d'Oeste deverá:

- a) Informar o Ministério Público de Santa Catarina;
- b) Aplicar as sanções administrativas correspondentes;
- c) Cancelar o Alvará da atividade desenvolvida na respectiva unidade imobiliária, mediante o devido processo administrativo, caso em que, não havendo identidade entre o proprietário da unidade imobiliária e seu possuidor, será dado a este prazo para mudança de endereço, sob pena a de revogação do Alvará.

Art. 14 Até 31 de dezembro de 2019, o Município deve desocupar todos os imóveis locados que não sejam acessíveis.

Art. 15 Nenhum imóvel poderá ser locado ou adquirido pelo Município sem autorização do Serviço de Verificação de Acessibilidade.

Art. 16 Revogam-se os Decretos nº 3920/2018 e 4.013/2019.

Art. 17 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC) 09 de abril de 2019.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE - CA

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Herval do Oeste,

_____, CPF/CNPJ _____, abaixo assinado, solicita Certificado de Acessibilidade - CA de um/uma _____ em _____, com _____ pavimentos, medindo _____ m², no lote nº. _____ quadra _____, situado na _____, Bairro _____, Telefone _____, sob cadastro imobiliário nº. _____, razão pela qual se sujeita a todos os dispositivos legais. Termos em que, Pede deferimento.

Herval do Oeste, _____ de _____ de _____

Requerente

ESCLARECIMENTOS:

1. Área total a ser Certificada : _____ m²

2. Autor do Projeto : _____

3. Número do Registro no CREA/CAU: _____

4. Responsável Pela Execução : _____

5. Número do Registro no CREA/CAU: _____

ANEXO II

ATESTADO TÉCNICO DE CONFORMIDADE DAS
CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Eu, _____
portador da cédula de identidade nº _____, CPF nº _____, profissional habilitado, registrado no ☐ CAU/SC ☐ CREA/SC nº _____, com ☐ Registro de Responsabilidade Técnica – RRT nº _____, ☐ Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº _____, estando domiciliado à _____, nº _____, bairro _____, Cidade _____, CEP _____, venho por meio deste, na qualidade de Responsável Técnico, visando à obtenção de Alvará de Licença de Funcionamento ATESTAR, sob penas da lei, em especial o Art. 3º do Decreto Federal nº 5.296/04, que a edificação sito a _____ nº _____, bairro _____, sob inscrição imobiliária nº _____, no município de Herval do Oeste, encontra-se em plena conformidade com a legislação pertinente e a norma técnica ABNT NBR 9050.

Herval do Oeste, _____ de _____ de _____.

Engenheiro/Arquiteto (ou outro profissional habilitado)

ATENÇÃO

Todos os campos deste atestado são de preenchimento obrigatório. A assinatura deverá ter firma reconhecida.

ANEXO III

SELO DE ACESSIBILIDADE

Objetivo: Sinalizar os locais acessíveis.

Dimensões: 15cm x 15 cm

Ref. Cor azul: Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C

Observação: Nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita.

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL - AR

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Herval do Oeste,

_____, CPF/ CNPJ _____, abaixo assinado, solicita Atestado de Autorização de Adaptação Razoável – AR de um/uma _____ em _____, com _____ pavimentos, medindo _____ m², no lote nº. _____ quadra _____, situado na _____, Bairro _____, Telefone _____, com Inscrição Imobiliária – IPTU nº. _____, razão pela qual se sujeita a todos os dispositivos legais.

Termos em que,
Pede deferimento.

Herval do Oeste, _____ de _____ de _____

Requerente

ESCLARECIMENTOS:

1. Área total a ser Certificada : _____ m²
2. Autor do Projeto : _____
3. Número do Registro no CREA/CAU: _____
4. Responsável Pela Execução : _____
5. Número do Registro no CREA/CAU: _____
6. Data do alvará expedido pelo Município: _____

ANEXO V

Termo de Compromisso de realização de adaptações razoáveis

Pelo presente Termo de Compromisso de Realização de Adaptações Razoáveis, eu, _____ portador da cédula de identidade nº _____, CPF nº _____, comprometo-se a executar as obras de Adaptações Razoáveis aprovadas pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade Municipal, conforme previstos no projeto e cronograma aprovado.

Herval do Oeste, _____ de _____ de _____

Requerente

ATENÇÃO

Todos os campos deste atestado são de preenchimento obrigatório. A assinatura deverá ter firma reconhecida.

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA EMISSÃO / RENOVAÇÃO DE ALVARÁ DE
FUNCIONAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Herval do Oeste

_____, CPF/CNPJ _____, instalado no endereço _____, Bairro _____, com inscrição imobiliária n.º _____, solicita a emissão/renovação do Alvará de Funcionamento para 2019, em função de que, de acordo com o Cláusula 7.1 do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, possui prazo maior para adequação para promoção de acessibilidade devido:
Microempreendedor, autônomo ou entidade sem fins lucrativos (até 48 meses)
Microempresa (até 48 meses)
Empresa de Pequeno Porte ou órgão público (até 36 meses)

Termos em que,
Pede deferimento.

Herval do Oeste, _____ de _____ de _____

Requerente

Responsável técnico pelas informações (Contador)

ANEXO VII

Declaração de veracidade das informações prestadas

Eu, _____ (nacionalidade),
_____ (estado civil), _____ (profissão), portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, em ____/____/____, inscrito no CPF/MF, sob o nº _____, residente e domiciliado na Cidade de _____ e Estado do _____, à Rua _____ (endereço completo), declaro, para fins de direito, sob as penas da lei, e em atendimento ao DECRETO MUNICIPAL nº 4.020/2018, que as informações constantes nos documentos são VERDADEIRAS. Fico CIENTE através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, e passível de apuração na forma da Lei. Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

Herval do Oeste, _____ de _____ de _____.

Engenheiro/Arquiteto (ou outro profissional habilitado)

ATENÇÃO

Todos os campos deste atestado são de preenchimento obrigatório. A assinatura deverá ter firma reconhecida.

PORTARIA Nº 682/2019

Publicação Nº 1981602

PORTARIA Nº 682/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA MATERNIDADE, nos termos do art. 107 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora PATRÍCIA DE SORDI (MATRÍCULA 4715), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível -6, Referência - A, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para serem gozadas a contar de 09 de abril de 2019 a 05 de outubro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao início do gozo da licença.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 09 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 683/2019

Publicação Nº 1981603

PORTARIA Nº 683/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato Temporário, a contar de 08 de abril de 2019, a Servidora REGINA ALVES PADILHA BERNARDINI (MATRÍCULA 5008), a qual exercia a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de abril de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 09 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 684/2019

Publicação Nº 1981605

PORTARIA Nº 684/2019

O Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o Ofício nº 0127/2018 da Procuradoria Municipal e Relatórios anexos,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo de Sindicância para apurar os fatos relatados no Ofício supra citado, envolvendo beneficiária do programa habitacional do Município de Herval d'Oeste.

Art. 2º Designar a Comissão Permanente de Processos Administrativos, nomeada pela Portaria nº 611/2015, para conduzir o referido processo, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 10 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito

Ibiam

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PP 014 - PMI - SEMENTES

Publicação Nº 1980897

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 039/2019
PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2019
SRP N. 012/2019

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 25 de abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, VISANDO A AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PASTAGENS DE INVERNO, PARA INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL, DE ACORDO COM AS FAIXAS DE BÔNUS E ENQUADRAMENTOS EXIGIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 543/2014. DATA LIMITE DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: até 25/04/2019, as 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 11 DE ABRIL DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 001/2019 - CMDCA

Publicação Nº 1981622

Edital n. 001/2019/CMDCA
ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE IBIAM/SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de IBIAM/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 Lei Municipal nº 622 de 28/03/2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Ibiam/SC, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Ibiam/SC, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Ibiam, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	40 h	R\$ 1.200,00

1.6 O horário de expediente dos membros do Conselho Tutelar é das 7:30h às 11:30h e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n. 622/2019, ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 622 de 28/03/2019, ou a que a suceder.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

2.2 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n.

9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 622/2019, a saber:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - Declaração pessoal de aptidão na defesa dos direitos da criança e do adolescente;

V - conclusão do ensino médio;

VI - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser elaborada e aplicada por empresa terceirizada e acompanhada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VIII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital; (conta de água, luz ou contrato de aluguel registrado em cartório a 3 meses anteriores);

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VI. Certidão negativa da Justiça Federal;

VII. Diploma ou Certificado de escolaridade;

VIII. A experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) Declaração pessoal de aptidão na defesa dos direitos da criança e do adolescente; ou

b) Declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

c) Declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

d) Registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

e) Diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 22 (vinte e dois) de abril a 24 (vinte e quatro) de maio de 2019, em horário de atendimento ao público, das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h no setor de RH da Prefeitura Municipal de Ibiam, SC.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar os documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n. 622 de 28/03/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação

aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 622 de 28/03/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 31 (trinta e um) de maio de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 3 (três) a 4 (quatro) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no setor de RH do Município, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 7 (sete) de junho de 2019.

7.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 (dez) a 14 (quatorze) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no setor de RH da Prefeitura Municipal, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 18 (dezoito) de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 (dezenove) a 21 (vinte e um) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no Setor de RH a ser analisada pela Comissão Especial Eleitoral, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, vedado o anonimato.

7.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2019.

7.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 26 (vinte e seis) de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

7.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 (vinte e oito) de junho a 4 (quatro) de julho de 2019.

7.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular, no dia 8 (oito) de julho de 2019.

7.15 Capacitação: dia 24 (vinte e quatro) de julho de 2019 das 07:30h às 11:30h e das 13h às 17h, será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos, no Centro de Múltiplo Uso do Município de Ibiam.

7.16 No dia 28 (vinte e oito) de julho de 2019, das 09h às 12h, local: CENTRO EDUCACIONAL ELIZIANE TITON, será realizada a prova de conhecimentos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 6.0.

7.17 A divulgação das notas ocorrerá até o dia 12 (doze) de agosto de 2019, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 13 (treze) e 14 (quatorze) de agosto de 2019.

7.18 Os recursos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 19 (dezenove) de agosto de 2019.

7.19 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

8.2 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

8.3 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

9. DA ELEIÇÃO

9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2 A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 17hs.

9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

9.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.

9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

9.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.

9.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.

9.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo

eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

9.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

9.20 Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019.

10. DA APURAÇÃO

10.1 A apuração dar-se-á, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral, no mesmo local de votação.

10.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

§1º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 2º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 3º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 4º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§5º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§6º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 7º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 8º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 9 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

12. DO CALENDÁRIO

12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapa
11/04/2019	Publicação do Edital
22/04 a 24/05/2019	Prazo para registro das candidaturas
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 a 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE

25 e 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
28/06/2019 a 04/07	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
08/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova.
24/07/2019	Capacitação dos candidatos
28/07/2019	Realização da prova
12/08/2019	Divulgação dos resultados
13 e 14/08/2019	Recurso dos candidatos não aprovados
19/08/2019	Publicação do resultado final da prova pelo CMDCA
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

12.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 622 de 28/03/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará-SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ibiam, 08 de Abril de 2019
Giseli Seffer Alves de Anhaia
PRESIDENTE DO CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 022/2019 - CMDCA

Publicação Nº 1981609

RESOLUÇÃO Nº 22/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA em Reunião Ordinária, realizada no dia 08 de abril de 2019, conforme Ata de nº 114/2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 622 de 28 de março de 2019 e,

CONSIDERANDO, sua responsabilidade na construção de políticas públicas adequados às reais necessidades de atendimento às crianças e adolescentes do Município;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as normas e procedimentos para eleição do membros do Conselho Tutelar na forma de Anexo ao presente Decreto (Edital 001/2019);

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 08 de abril de 2019.
Giseli Seffer Alves de Anhaia
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Homologada em: ____/ ____/ ____

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 16 - 2019 AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS

Publicação Nº 1980891

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2019 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GINFRANCO VOLPATO, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 008/2006 e alterações, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto a Secretaria de Administração do Município de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 26 de abril de 2019, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Aquisição, eventual e futura, de tubos de concreto, destinados à execução e reparos da drenagem pluvial das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do Município de Ibicaré.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 10 de abril de 2019

Gianfranco Volpato

Prefeito

EDITAL PREGÃO 17 - 2019 SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM

Publicação Nº 1981230

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2019 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019 PMI

O Município de Ibicaré, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.448/0001-30, com sede na rua D. Pedro II, 133, centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Gianfranco Volpato, através da Secretaria Municipal de Transportes e Urbanismo, Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo, Secretaria Municipal de Fomento Agropecuário, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, como órgãos participantes, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006,

aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS de serviços, de recapagem de pneus, destinados à manutenção da frota Municipal.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão. Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 14 horas, do dia 26 de abril de 2019, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de serviços de recapagem de pneus utilizados nos caminhões, ônibus e máquinas da frota municipal.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 10 de abril de 2019

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO 1 T.A. T. CRED. Nº 002/2018

Publicação Nº 1980294

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato Primeiro Termo Aditivo Termo de Credenciamento nº 002/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DE ALTERAÇÃO

"DO PRAZO

O prazo de vigência passará a vigorar até o dia 10 de abril de 2020".

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

CONTRATADA: MARIN & RECH ÓTICA LTDA

Ibicaré, SC, aos 10 de abril de 2019.

Marlene Alberguini

Gestor

Ibirama

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 46/2019

Publicação Nº 1981003

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 46/2019

Objeto: Aquisição de equipamentos e eletrodomésticos destinados para aparelhamento de escolas, CEIs e demais secretarias desta municipalidade, na forma da Lei 10.520/02. Abertura: 24 de abril de 2019, as 09:15 h. Sala de licitações da Prefeitura Municipal. Entrega dos envelopes até as 09:00h do mesmo dia 24/04/2019 no protocolo. Informações: (47) 3357 8523 - www.ibirama.sc.gov.br, email compras@ibirama.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 10 de abril de 2019. Adriano Poffo - Prefeito Municipal de Ibirama.

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 008 PRG 006- 2019 FMS - MATERIAL ODONTOLÓGICO - DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR ALEGRENSE LTDA

Publicação N° 1980687

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 008/2019
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 030/2019 - FMS
Pregão Presencial: 006/2019 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR ALEGRENSE LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
26	ANTISSÉPTICO BUCAL COM FLUOR 2L	39,3900	120,00	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA	SOUZA
112	KIT DE DISCOS COM CENTRO METÁLICO PARA ACABAMENTO EM RESINA; 4 GRANULAÇÕES E MANDRIL	75,7800	50,00	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA	TDV

Valor: R\$8.515,80 (Oito mil quinhentos e quinze reais e oitenta centavos)

Assinatura: 22/03/2019

Vigência: 12 MESES.

Érico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 012 PRG 006- 2019 FMS - MATERIAL ODONTOLÓGICO - DENTAL SHOW

Publicação N° 1980689

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 012/2019
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 030/2019 - FMS
Pregão Presencial: 006/2019 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: DENTAL SHOW COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
4	ÁCIDO FOSFÓRICO SR GEL 37% COM CLOREXIDINA, COM 3 UNID	2,9400	120,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	BIODINAMICA
18	ANESTÉSICO LOCAL COM VASO (CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA A 20 MG/ML E EPINEFRINA A 0,01MG/ML, TUBETE COM 1,8 ML CX C/ 50 UNID	89,0900	120,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	DLA MEPIV-LEM AD
19	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL A BASE DE MEPIVACAÍNA 3% SEM VASOCONSTRUTOR 1:100,00 TUBETES COM 1,8ML, EMBALADO EM CAIXA COM 50 UNID.	89,0900	120,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	DLA MEPIV-LEM SV
22	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL LIDOCAÍNA 2% 1:100.000 COM EPINEFRINA; 50 TUBETES DE 1,8 ML EM CADA CAIXA	56,6200	120,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	DLA LIDOS-TESIN 2%
25	ANTISSÉPTICO BUCAL 500ML	9,9700	360,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI	REYMER

52	CAIXA COLETORA PARA PERFURO CORTANTES 3L	1,7100	100,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	ASTROBOX
56	CIMENTO DE IONOMETRO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO PÓ E LÍQUIDO	13,8500	240,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	FGM
81	ESPONJA DE FIBRINA HEMOSTÁTICA FEITA DE GELATINA PORCINA ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA - EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	22,0000	100,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	MAQUIRA
96	FLUOR GEL NEUTRO SABOR MENTA (2% DE FLUORETO DE SÓDIO) C/200.ML	3,7900	100,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	IODONTOSUL
105	FORMOCRESOL 10 ML	3,5000	300,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	BIODINAMICA
113	KIT MINI CIRÚRGICO ESTÉRIL 5 PEÇAS TNT GRAMATURA 30G	11,8300	100,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	PROTDESC
115	LÂMINA DE BISTURI 12C EMBALAGEM COM 100	24,6000	15,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	SOLIDOR
144	RESINA A3	9,4400	100,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	FGM LLIS
161	SELANTE COM FLÚOR - APLICÁVEL EM FORMA DE SEGINGAS FOTOPOLIMERIZAVE	14,4700	50,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	FGM
167	SORO FISIOLÓGICO (SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%). ACONDICIONADO EM FRASCOS DE PROLIPROPILENO TRANSPARENTE SISTEMA FECHADO 250 ML	2,5100	1.500,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	EUROFARMA
168	SORO FISIOLÓGICO (SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%). ACONDICIONADO EM FRASCOS DE PROLIPROPILENO TRANSPARENTE SISTEMA FECHADO 500 ML	3,0100	1.500,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	EUROFARMA
179	TRICRESOL	4,0000	250,00	DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI	BIODINAMICA

Valor: R\$51.741,50 (Cinquenta e um mil setecentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)

Assinatura: 22/03/2019

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 027 PRG 011- 2019 MUL - COPA E COZINHA - KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA

Publicação Nº 1980683

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 027/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 075/2019 - MUL

Pregão Presencial: 011/2019 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COPA, COZINHA, UTENSÍLIOS E DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS FUNDOS MUNICIPAIS E DA PREFEITURA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
10	COLHER DE SOBREMESA- EM AÇO INOXIDÁVEL, INTEIRIÇA, ALTAMENTE DURÁVEL, RESISTENTE	1,0200	550,00	KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA LTDA - ME	DISOLE
11	COLHER DE SOPA - EM AÇO INOXIDÁVEL, INTEIRIÇA, ALTAMENTE DURÁVEL, RESISTENTE	1,1500	970,00	KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA LTDA - ME	DISOLE
32	GARFO DE MESA - EM AÇO INOXIDÁVEL, INTEIRIÇA,ALTAMENTE DURÁVEL, RESISTENTE	1,1600	970,00	KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA LTDA - ME	DISOLE
53	SACO TARJA PARA COLETA DE ALIMENTOS -PACOTE COM MIL UNIDADES	31,5800	150,00	KLEBER DE MOURA DALABONA E CIA LTDA - ME	TILENO

Valor: R\$7.538,70 (Sete mil quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos)

Assinatura: 26/03/2019

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

ATA Nº 93/2019 PP Nº 02/2019

Publicação Nº 1980790

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 93/2019

DO PP Nº 02/2019

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR TIPO FURGÃO, ZERO KM, TRAN

SFORMADO EM VEÍCULO AMBULÂNCIA PADRÃO AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA – ASU, PARA O CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE IMBITUBA.

EMPRESA: PGL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 442.000,00

VIGÊNCIA: será de 12 meses

Imbituba, 27 de março de 2019.

GUILHERME VIRÍSSIMO DA SERRA COSTA

COMANDANTE DO DA 2º/8º BBM

ERRATA AO ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEINFRA Nº 01, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1980325

ERRATA AO ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEINFRA Nº 01, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publica-se a presente errata para ratificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 2.756, Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC, em 15 de fevereiro de 2018.

ONDE SE LÊ: "do ponto nº 20 (Av. Itamar Luiz da Costa, Nova Brasília) para o ponto 15 (Av. Brasil - Hospital)"; LEIA-SE: "do ponto nº 15 (Av. Itamar Luiz da Costa, Nova Brasília) para o ponto 14 (Av. Brasil - Hospital)".

Imbituba, 08 de março de 2019.

Gilberto Pereira

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Anselmo José Ramos Neto

Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 42/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019 (PMI-POLÍCIA MILITAR)

Publicação Nº 1981476

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI – POLÍCIA MILITAR

PROCESSO Nº 42/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 42/2019, na modalidade de Pregão Presencial de nº 33/2019, pelo Sistema de Registro de Preços, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 11 de abril de 2019.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 100/2019

Publicação Nº 1981252

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 100/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 294, de 11 de abril de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Amanda Luiza Vizoto de Oliveira	Prof II Inglês – 30h	070.476.679-54

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 12/04/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de abril de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 98/2019

Publicação Nº 1980840

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 98/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 292, de 10 de abril de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da

função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Larissa Miranda Floriano	Prof I Inglês – 10h	067.593.289-06

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 11/04/2019.
Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de abril de 2019.
Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 99/2019

Publicação Nº 1980888

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 99/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 293, de 11 de abril de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Larissa Miranda Floriano	Prof I Inglês – 10h	067.593.289-06

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, a servidora entra em exercício em 12/04/2019.
Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de abril de 2019.
Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 292/2019

Publicação Nº 1980833

PORTARIA PMI/SEAD Nº 292, de 10 de abril de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Larissa Miranda Floriano	Prof I Inglês – 10h	067.593.289-06	11/04/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de abril de 2019.

Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 293/2019

Publicação Nº 1980876

PORTARIA PMI/SEAD Nº 293, de 11 de abril de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Larissa Miranda Floriano	Prof I Inglês – 10h	067.593.289-06	12/04/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de abril de 2019.

Camila Pires Fermino

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 294/2019

Publicação Nº 1981238

PORTARIA PMI/SEAD Nº 294, de 11 de abril de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Amanda Luiza Vizoto de Oliveira	Prof II Inglês – 30h	070.476.679-54	12/04/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de abril de 2019.

Camila Pires Fermino

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 295/2019

Publicação Nº 1981294

PORTARIA PMI/SEAD Nº 295, de 11 de abril de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. JANDARA OLIVEIRA BATISTA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 053.693.319-79, admitida em 25 de fevereiro de 2010, contrato nº 5215, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	11.04.2019 a 09.07.2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de abril de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 002, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980381

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 002, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “l”,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 1713, de 06 de fevereiro de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 15

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) à ANGIGU – Empresa de Transportes de Passageiros e Locação de Veículos LTDA, tendo como motorista dos veículos os Senhores: EMANOEL JOSÉ MATOS, inscrito no CPF sob o nº 725.628.709-72 e RG nº 2.383.514; ANTONIO MENDES ALEXANDRE, inscrito no CPF sob o nº 379.134.929-53 e RG nº 513.220; CARLOS RANGEL DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 039.468.639-06 e RG nº 4.680.428, nos termos do Processo Administrativo nº 1713/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 003, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980338

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 003, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, "e" e "I",

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 1592, de 05 de fevereiro de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 008;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor EMANUEL NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 704.897.509-15 e RG nº 2.383.530, nos termos do Processo Administrativo nº 1592/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 004, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980335

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 004, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, "e" e "I",

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 1898, de 11 de fevereiro de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 006;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor GILSON DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 567.104.109-00 e RG nº 4.999.498, nos termos do Processo Administrativo nº 1898/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 005, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980344

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 005, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, "e" e "I",

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 1771, de 07 de fevereiro de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 014;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor HUMBERTO LUIZ DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 417.607.199-00 e RG nº 1.341.852, nos termos do Processo Administrativo nº 1771/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se
Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 006, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980352

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 006, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).
O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “I”,
Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;
Considerando o Processo Administrativo nº 1591, de 05 de fevereiro de 2019;
Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 003;
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor ITAMAR MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 114.718.108-01 e RG nº 2.002.511, nos termos do Processo Administrativo nº 1591/2019.
§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se
Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 007, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980353

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 007, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).
O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “I”,
Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;
Considerando o Processo Administrativo nº 1796, de 08 de fevereiro de 2019;
Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 017;
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor ODAIR SABINO FERMINO, inscrito no CPF sob o nº 003.684.919-78 e RG nº 3.752.091, nos termos do Processo Administrativo nº 1796/2019.
§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se
Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 008, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980354

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 008, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).
O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “I”,
Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;
Considerando o Processo Administrativo nº 2030, de 13 de fevereiro de 2019;
Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 012;
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor RICHARD RAMOS PACHECO, inscrito no CPF sob o nº 030.000.039-16 e RG nº 996661006, nos termos do Processo Administrativo nº

2030/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 009, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980357

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 009, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “l”,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 1656, de 06 de fevereiro de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 013;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor SERGIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 289.110.679-20 e RG nº 511.670, nos termos do Processo Administrativo nº 1656/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 010, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980359

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 010, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “l”,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 1602, de 05 de fevereiro de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 010;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor VÁLTER MARCOS CARDOSO, inscrito no CPF sob o nº 828.186.499-00 e RG nº 2.713.549, tendo como motorista auxiliar a Senhora: JOSIA-NE MARQUES, inscrita no CPF sob o nº 040.326.609-21 e RG nº 4.770.373, nos termos do Processo Administrativo nº 1602/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 011, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980361

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 011, DE 05 DE ABRIL DE 2019
Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar). O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, "e" e "I",
Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;
Considerando o Processo Administrativo nº 1976, de 12 de fevereiro de 2019;
Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 001;
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor WAGNER PACHECO LUIZ, inscrito no CPF sob o nº 016.847.189-29 e RG nº 2.714.612, tendo como motorista o Senhor: JOÃO SILVA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 550.685.107-34 e RG nº 330.288, nos termos do Processo Administrativo nº 1976/2019.
§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 012, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980366

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 012, DE 05 DE ABRIL DE 2019
Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar). O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, "e" e "I",
Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;
Considerando o Processo Administrativo nº 1722, de 06 de fevereiro de 2019;
Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 63;
Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 64;
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) à APAE DE IMBITUBA SC, tendo como motoristas dos veículos os Senhores: RENATO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº 398.354.309-00 e RG nº 930.079; DORLI DE ESPÍNDOLA, inscrito no CPF sob o nº 794.444.159-53 e RG nº 2.710.259, nos termos do Processo Administrativo nº 1722/2019.
§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 013, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980369

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 013, DE 05 DE ABRIL DE 2019
Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar). O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, "e" e "I",
Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;
Considerando o Processo Administrativo nº 4554, de 27 de março de 2019;
Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 016;
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor EDENIR SABINO DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 416.414.509-91 e RG nº 1.057.676, nos termos do Processo Administrativo nº 4554/2019.
§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 014, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980371

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 014, DE 05 DE ABRIL DE 2019
Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar). O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, "e" e "I",
Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;
Considerando o Processo Administrativo nº 4634, de 28 de março de 2019;
Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 005;
RESOLVE:
Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor DOMINGOS JOÃO DA SILVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 952.413.889-15 e RG nº 2.713.384, nos termos do Processo Administrativo nº 4634/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 015, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980374

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 015, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “I”,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4958, de 02 de abril de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 011;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor ÉDIO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 342.715.709-15 e RG nº 771.385, nos termos do Processo Administrativo nº 4958/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 016, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980377

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 016, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “I”,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 5006, de 03 de abril de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 002;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 009;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor FRANCISCO PACHECO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº 222.829.719-49 e RG nº 596.903, tendo como motorista a Senhora: JOZEANE ROGÉRIO, inscrita no CPF sob o nº 072.000.789-56 e RG nº 4.110.415, nos termos do Processo Administrativo nº 5006/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 017, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980379

RESOLUÇÃO SEINFRA/PMI 017, DE 05 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre Autorização a título precário, de Prestação de Serviços de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar).

O SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.800, de 28/03/2017, Art. 27, II, “e” e “I”,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4822, de 01 de abril de 2019;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar – SEINFRA Nº 007;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) ao senhor JEFERSON LUIZ SANTOS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 443.510.897-68 e RG nº 3.179.635, nos termos do Processo Administrativo nº 0000/2019.

§ Único – A Autorização da prestação de Serviço de Transporte (Categoria Especial / Porta a Porta / Escolar) constante no caput do Art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2019

Gilberto Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se

Registrado e Publicano no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Imbuia

PREFEITURA

EDITAL 16/2019

Publicação Nº 1980920

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Divisão de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2019.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA

Tipo "Menor Preço" (POR ITEM), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de matérias de EPI - Equipamento de Proteção Individual para as Repartições Públicas do Município de Imbuia, conforme o Edital de Licitação n.º 16/2019. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Av Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 80:15hs, do dia 26/04/2019, juntamente a sala de Licitações. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. No www.imbuia.sc.gov.br; ou e-mail adriana@imbuia.sc.gov.br; Informações no fone (47) 3557 – 2419. Em 11/04/2019. JOÃO SCHWAMBACH – Prefeito Municipal.

EDITAL 18/2019

Publicação Nº 1980921

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Divisão de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2019.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA

Tipo "Menor Preço" (POR ITEM), visando a contratação de empresa especializada em locação/ instalação e a manutenção preventiva e corretiva de 02 equipamentos central privativa de comutação telefônica CPCT do tipo PABX e demais acessórios necessários para prestação de serviços, para atender as necessidades do Município de Imbuia conforme o Edital de Licitação n.º 09/2019. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Av Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 14:15 hs, de 26/04/2019 juntamente a sala de Licitações. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. No www.imbuia.sc.gov.br; ou e-mail adriana@imbuia.sc.gov.br; Informações no fone (47) 3557 – 2419. Em 11/04/2019. JOÃO SCHWAMBACH – Prefeito Municipal.

Ipira

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 026/2019-PMI

Publicação Nº 1980900

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2019 - PMI

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 002/2019 - PMI

O Município de Ipira torna público que ratificou o ato do Senhor Neocir Rogério de Cesaro, presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou Dispensável a licitação, nos termos do caput do Artigo 24 inciso XIII da Lei 8.666 e posteriores alterações, para as despesas com contratação de entidade especializada para ministrar o curso de iniciação profissional em mecânica para os jovens do município de Ipira, em favor da empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DE SANTA CATARINA - CNPJ sob o nº 03.774.688/0007-40, Valor do Contrato: R\$ 25.900,00 (Vinte e cinco mil e novecentos reais).

Ipira (SC), 10 de abril de 2019.

Isabel Cristina Hilgert Koch

Prefeita Municipal em Exercício

15TAC21/2016-PMI

Publicação Nº 1980952

10/04/2019 10/07/2019 10/04/2019 2016 6 2461 15TAC21/2016 21/2016 3 O presente contrato tem por objeto a contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em construção civil, para efetuar o remanescente da obra objeto do contrato nº 050/2015, que consiste na construção 06 (seis) salas de aula - com área de 854,00 m2 (oitocentos e cinquenta e quatro metros quadrados) e observância dos demais itens constantes da planilha orçamentária, no terreno registrado sob a matrícula nº 20.018, no Município de Ipira - SC. 0 6467 LIDER MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - EPP J 1 0 0 0 33 C 0 0 11 DL 1 2016 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 068/2019-PMI

Publicação Nº 1980943

10/04/2019 31/12/2019 10/04/2019 2019 26 2458 68/2019 0 1 Contratação de entidade especializada para ministrar o curso de iniciação profissional em mecânica para os jovens do município de Ipira com idade a partir dos 13 anos. 25900,00 7943 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI J 1 91 2019 0 39 C 0 0 8 DL 2 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 069/2019-PMI

Publicação Nº 1980946

10/04/2019 10/08/2019 10/04/2019 2459 69/2019 0 1 "REF: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS, EM CARÁTER EFETIVO DO CONCURSO PÚBLICO.

CONFORME CONTRATO Nº 069/2019-PMI" 6400,00 102246 GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME J 1 9 2019 422 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 070/2019-PMI

Publicação Nº 1980948

10/04/2019 31/12/2019 10/04/2019 2460 70/2019 0 1 "REF: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE MATÉRIAS EM SITE DE ABRANGÊNCIA REGIONAL PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS NO GRUPO DE MÍDIA INTEGRADA "MAGRONADA", COM PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS, DIVULGAÇÃO DE EVENTOS, INFORMAÇÕES, VARIEDADES E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DE FORMA INTEGRADA, NO SITE (WWW.MAGRONADA.COM.BR), PÁGINA NO FACEBOOK (WWW.FACEBOOK.COM/MAGRONADA) E 18 GRUPOS DE WHATSAPP.

CONFORME CONTRATO 070/2019-PMI" 4500,00 102805 BERNARDO DE SOUZA 09574797945 J 1 9 2019 423 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2019/PM

Publicação Nº 1980570

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2019

HILDO CARLOS SABADIN - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 25/04/2019, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 25/04/2019. Objeto da licitação: registro de preços, para possível aquisição de Lixeiras a serem instaladas na área urbana e rural do Município, em conformidade com as especificações constantes do Anexo III deste Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 10/04/2019

HILDO CARLOS SABADIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 214/2019 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980420

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO EM CARATER TEMPORARIO DE PROFESSORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE

A TAISE DAIANE FUCHS WENTZ, matrícula 2917, com domicílio na Cidade de Ipumirim - SC, CPF sob o nº.082.512.199-06, contratada no cargo em Caráter temporário de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 08/04/2019 a 04/10/2019, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 08 de Abril de 2019.

Ipumirim - SC, 08 de Abril de 2019.

HILDO CARLOS SABADIN

Prefeito em Exercício.

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 5, PP Nº 4-2019-FMS

Publicação Nº 1980906

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2019 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 21/03/2019

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de veículo novo 0km modelo 2019, destinado a Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição anexo III do edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2019 (Sequência: 2)

Ao(s) 8 de Abril de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 5/2019, Licitação nº 4/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, as nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliar, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA e DE MARCO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. JOHNATHAN HEXSEL procurador da empresa DE MARCO LTDA e o Sr. JEFERSON ELAUTERIO DA LUZ SCHVERZ representante credenciado da empresa MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, nem uma das empresas acima citadas se credencia como Microempresa ou empresa de Pequeno Porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Porém a empresa MAGAVEL MAGARINOS VEÍCULOS LTDA foi inabilitada por não atender os descritivos do anexo III do edital, onde pede cilindrada mínima de 1.6 litros, a empresa cotou cilindrada mínima de 1.5 litros, dessa forma, abre-se prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recursos. Por conseguinte o Pregoeiro deu início as fases de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas rubricadas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigência do presente Edital. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 4/2019 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 5/2019
Data do Processo: 21/03/2019

Folha: 2/2

Participante: 7393 - DE MARCO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Veículo 0 km, ano 2019, 4 portas, do tipo sedan, pintura na cor branca ou prata, com as seguintes características mínimas e itens:</p> <p>1.1 - Motor bicom bustível, de aspiração natural, cilindrada mínima de 1.6 litros, com potência líquida máxima não inferior a 100 cv com ambos os tipos de combustível e torque líquido máximo não inferior a 15 kgfm com qualquer combustível.</p> <p>1.2 - Dimensões: Comprimento mínimo de 4200mm e distância entre eixos de no mínimo 2.450mm;</p> <p>1.3 - FREIOS ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD ou similar).</p> <p>1.4 - Direção Hidráulica ou elétrica com assistência variável.</p> <p>1.5 - Câmbio manual.</p> <p>1.6 - Rodas de liga leve, aro no mínimo de 15 polegadas.</p> <p>1.7 - Sistema de Som com Rádio com CD-MP3.</p> <p>1.8 - Air bags frontais</p> <p>1.9 - Bancos em tecido;</p> <p>1.10 - Ar condicionado.</p> <p>1.11 - Cintos de segurança de três pontos na frente com pré-tensionador e ajuste de altura e laterais traseiros retráteis</p> <p>1.12 - Travas elétricas nas 4 portas;</p> <p>1.13 - Vidros dianteiros e traseiros elétricos;</p> <p>1.14 - Espelhos retrovisores externos eletricamente reguláveis;</p> <p>1.15 - Faróis de neblina;</p> <p>1.16 - Computador de bordo multi-funções;</p> <p>1.17 - Demais itens obrigatórios exigidos pelos Código de Trânsito Brasileiro;</p> <p>1.18 - Garantia de 36 meses e assistência técnica 24 horas por 12 meses.</p>	UN	1,00	RENAULT/LOG 1.6	0,0000	59.500,00	59.500,00

Total do Participante -----> 59.500,00

Total Geral -----> 59.500,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 8 de Abril de 2019

COMISSÃO:

LAUDECI R FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

SUZANA GIOMBELLI - - CADASTRISTA

MOIRA COMBOSKI - - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

JULIE REGINATO - - ARQUITETA

PAULO ROBERTO DE BORTOLI - - RECURSOS HUMANO

RELATÓRIO DE LANCES DO PL Nº 5, PP Nº 4-2019-FMS

Publicação Nº 1980914

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Página: 1/1
Data: 10/04/2019

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 5/2019		Data de Abertura: 08/04/2019	
Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO			
ITEM: 1 - Veículo 0 km, ano 2019, 4 portas, do tipo sedan,			
Código	Classificados	CNPJ: 84.584.556/0007-58	
7393	DE MARCO LTDA		
Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	DE MARCO LTDA	59.900,0000	08/04/2019 09:38:37
2	DE MARCO LTDA	59.500,0000	08/04/2019 09:38:59
Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor DE MARCO LTDA pelo valor de R\$ 59.500,0000 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais).			

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: LAUDECIR FRANCIO
-
DE MARCO LTDA
-

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 5, PP Nº 4-2019-FMS

Publicação Nº 1980910

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 21/03/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do F. M. De Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2019
b) Licitação Nr.: 4/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/04/2019
e) Objeto da Licitação aquisição de veículo novo 0km modelo 2019, destinado a Secretaria Municipal de Saúde, conforme descrição anexo III do edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

DE MARCO LTDA (7393)

1 Veículo 0 km, ano 2019, 4 portas, do tipo sedan, pintura na cor branca ou prata, com as seguintes características mínimas e itens: 1.1 - Motor bicombustível, de aspiração natural, cilindrada mínima de 1.6 litros, com potência líquida máxima não inferior a 100 cv com ambos os tipos de combustível e torque líquido máximo não inferior a 15 kgfm com qualquer combustível. 1.2 - Dimensões: Comprimento mínimo de 4200mm e distância entre eixos de no mínimo 2.450mm; 1.3 - FREIOS ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD ou similar). 1.4 - Direção Hidráulica ou elétrica com assistência variável. 1.5 - Câmbio manual. 1.6 - Rodas de liga leve, aro no mínimo de 15 polegadas. 1.7 - Sistema de Som com Rádio com CD-MP3. 1.8 - Air bags frontais 1.9 - Bancos em tecido; 1.10 - Ar condicionado. 1.11 - Cintos de segurança de três pontos na frente com pr-tensores e ajuste de altura e laterais traseiros retráteis. 1.12 - Travas elétricas nas 4 portas; 1.13 - Vidros dianteiros e traseiros elétricos; 1.14 - Espelhos retrovisores externos eletricamente reguláveis; 1.15 - Faróis de neblina; 1.16 - Computador de bordo multi-funções; 1.17 - Demais itens obrigatórios exigidos pelos Código de Trânsito Brasileiro; 1.18 - Garantia de 36 meses e assistência técnica 24 horas por 12 meses. - Marca: RENAULT/LOGAN 1.6	UN	1,00	0,0000	59.500,00	59.500,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 59.500,00

Total Geral: 59.500,00

Ipumirim, 9 de Abril de 2019.

.....
VALDIR ZANELLA
STOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO F. M. DE SAUÍ

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PL 008/2019 PP 07/2019 - FMS

Publicação Nº 1980650

MUNICIPIO DE IRACEMINHA – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO FURGÃO, NOVO, ZERO KM, TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA PARA USO NO TRANSPORTE DE PACIENTES ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, QUE NECESSITAM DE TRANSLADO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, conforme as especificações constantes neste Edital Convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 24/05/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 11 de Abril de 2019.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PL 023/2019 PP 14/2019

Publicação Nº 1981107

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 23/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019

Objeto: Constitui o objeto do presente processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, a locação de impressora e scanner para digitalização de documentos, a ser utilizado nas atividades de expediente da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Recebimento das Propostas: até as 14:00 do dia 24/04/2019.

Abertura do certame: às 14:00 do dia 24/04/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 11 de Abril de 2019.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

Publicação Nº 1980481

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2019 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezenove às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 07 de janeiro de 2019, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviane Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 025/2019, Pregão Presencial nº. 018/2019, objetivando a aquisição de sementes selecionadas e certificadas de forrageiras para distribuição aos agricultores do município. Apresentaram envelopes de Proposta de Preço e Documentação as empresas: AGROPECUÁRIA SALVI LTDA ME, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA, neste ato, representada pelos Senhores (as): Rento Salvi e Ivan Perondi; As empresas cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. A empresa AGROPECUÁRIA SALVI LTDA ME comprovou a condição de micro empresa. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as empresas atenderam à disposição da Lei. Aberto os envelopes de proposta de preço, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: AGROPECUÁRIA SALVI LTDA ME, se sagrou vencedora no item 3 do edital com o valor total de R\$ 35.920,00 (trinta e cinco mil novecentos e vinte reais); a empresa: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA, se sagrou vencedora nos itens 01, 02 e 04 do edital com o valor total de R\$ 40.658,00 (quarenta mil seiscentos e cinquenta e oito reais); O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura dos envelopes documentação das licitantes vencedoras do certame; Os envelopes foram abertos, os documentos nele contido foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; Da análise da documentação restou em HABILITAR as empresas vencedoras do certame por cumprirem os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima os Participantes do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número da Ata de Registro de Preços e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Delso Minski
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de apoio

AGROPECUÁRIA SALVI LTDA ME
Licitante

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA
Licitante

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Publicação Nº 1980826

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O MUNICIPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, demais interessados o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 10/04/2019, no valor de R\$ 100.035,00 (cem mil e trinta e cinco reais), na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 832347/2016-operação 1030700-70, firmado com o Município de Itá, assinado em 14/06/2016, no âmbito do Programa Turismo, sob a gestão do Ministério do Turismo, que tem por objeto "Revitalização da Praça Central (1ª Etapa)".

Itá-SC, 10 de Abril de 2019
DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DO PR 07/2019

Publicação Nº 1981149

Resultado de Licitação PR nº 07/2019. Objeto: Aquisição de móveis Hospitalares para uso no Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde, anexo à Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio com Recursos da Emenda Parlamentar. Empresas vencedoras: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. Valor R\$ 2.294,26; KSS Comércio e Indústria de Equipamentos Médico Ltda. Valor R\$ 13.800,00; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda. Valor R\$ 11.825,80 e MF de Almeida e Cia Ltda. Valor R\$ 14.320,00. Vigência: 31/12/2019. Itaiópolis, 10/04/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

QUADRO DE VENCEDORES Nº 7/2019 - FMS

Publicação Nº 1980915

Pág 1 / 1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 7 / 2019
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIAGNOSTICO PARA PACIENTES DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Fornecedor: 101176 - SOCIEDADE HOSPITALAR ITAPIRANGA LTDA EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	RAIO X DE CRANIO		UND	30	29,30	879,00
2	RAIO X DE SEIOS DA FACE		UND	60	29,30	1.758,00
3	RAIO X CAVUM		UND	60	29,30	1.758,00
4	RAIO X COLUNA CERVICAL		UND	60	30,00	1.800,00
5	RAIO X COLUNA DORSALL		UND	60	30,00	1.800,00
6	RAIO X COLUNA LOMBO SACRA		UND	140	30,00	4.200,00
7	RAIO X CLAVICULA		UND	30	27,30	819,00
8	RAIO X OMOPLATA		UND	60	27,30	1.638,00
9	RAIO X ANTEBRACO		UND	100	25,75	2.575,00
10	RAIO X COTOVELO		UND	60	25,75	1.545,00
11	RAIO X PUNHO		UND	100	25,75	2.575,00
12	RAIO X MAO		UND	100	25,75	2.575,00
13	RAIO X DEDO		UND	60	27,75	1.665,00
14	RAIO X COXA		UND	30	30,00	900,00
15	RAIO X PERNA		UND	60	29,60	1.776,00
16	RAIO X CALCANEIO		UND	140	27,75	3.885,00
17	RAIO X JOELHO		UND	140	29,60	4.144,00
18	RAIO X PE		UND	140	27,75	3.885,00
19	RAIO X TORAX(1)		UND	450	30,00	13.500,00
20	RAIO X SIMPLES DE ABDOMEN		UND	40	30,00	1.200,00
21	RAIO X ARTICULACAO		UND	100	30,00	3.000,00
22	RAIO X COSTELA		UND	60	30,00	1.800,00
23	RAIO X BACIA		UND	60	30,00	1.800,00
Total por Fornecedor:					61.477,00	
Total Geral:					61.477,00	

Resumo dos Fornecedoros

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
101176 - SOCIEDADE HOSPITALAR ITAPIRANGA LTDA EPP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23	61.477,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2893-TRWUF-292606359 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

10/04/2019 14:32

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 09/2019**

Publicação Nº 1980292

PORTARIA N.º 09, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

Concede férias ao Contador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC.

AFONSO NIEHUES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

Art.1.º CONCEDER férias ao Contador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Senhor Otaviano José Amaro Guerra, no período de 01/03/2019 a 20/03/2019, referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019, retornando aos trabalhos normais no dia 21/03/2019.

Parágrafo Único – Fica autorizado o Poder Legislativo a pagar abono pecuniário referente a 10 dias, em conformidade com o art. 89 da Lei Complementar no 39 de 12 de julho de 2011.

Art.2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário

Itapiranga SC, 28 de fevereiro de 2019.

Afonso Niehues

Presidente da Câmara

PORTARIA 10/2019

Publicação Nº 1980293

PORTARIA N.º 10, DE 02 DE ABRIL DE 2019

Concede férias a Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC.

AFONSO NIEHUES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

Art.1.º CONCEDER férias a Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Simone Inês Hennicka Loeblein, no período de 04/04/2019 a 18/04/2019, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, retornando aos trabalhos normais no dia 19/04/2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário

Itapiranga SC, 02 de abril de 2019.

Afonso Niehues

Presidente da Câmara

PORTARIA 11/2019

Publicação Nº 1980706

PORTARIA N.º 11, DE 10 DE ABRIL DE 2019

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º Designa com a presente portaria a Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno, conforme Resolução nº03/2018, sendo composta pelos seguintes membros:

Função	Nome	Cargo	Matrícula
Presidente	Arlei Eidt	Servidor	140
Relator	Jair A.Imich	Vereador	89
Secretário	Alexandre Siqueira	Vereador	125
Membro	Aloísio Kessler	Vereador	124
Membro	Daniela Vogel	Vereadora	126
Membro	Miguel Aloísio Schneider	Servidor	139
Membro	Daniel Melz	Servidor	91
Membro	Gelson Petry	Vereador	103

Art. 2º A designação mencionada no art. 1º da presente Portaria não conta ônus para os cofres públicos municipais por se tratar de serviço

relevante prestado ao Município.

Art. 3º Art. 2º. O prazo para a conclusão dos estudos é 30 de novembro de 2019.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria 27/2018.

Itapiranga SC, 10 de abril de 2019.

Afonso Niehues

Presidente da Câmara

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA II - DISPENSA Nº 04/2019

Publicação Nº 1980854

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	03/04/2019	Horário início: 13h00min
Licitação /Modalidade	CHAMADA PÚBLICA DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO	Nº 02/2019 Nº 04/2019 Nº 18/2019

OBJETO:

CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar - PNAE. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3755/2018. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site Municipal e Mural Público Municipal, em jornal diário de grande circulação no estado e Diário Oficial da União no dia 05/03/2018 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes produtores rurais:

Data	Prot.	Credenciante	CNPJ/MF	DAP
02/04/2019	51	DEJANIR DOS SANTOS PINHEIRO	039.002.419-88	SDW0039002419880204190827
02/04/2019	52	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO	047.028.579-67	SDW0047028579670204190838

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação do produtor rural acima relacionado, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que os mesmos cumpriram as exigências estipuladas no edital de Chamada Pública e, portanto foram considerados HABILITADOS. Passando à fase seguinte, foram abertos os envelopes de Proposta de Preço dos produtores rurais habilitados, chegando ao seguinte resultado:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
26	Sanduíche natural. Composto por 2 fatias de pão de centeio, patê de frango, cenoura ralada e alface.	UN	3500	R\$ 5,71	R\$ 19.985,00	DEJANIR DOS SANTOS PINHEIRO
Total					R\$ 19.985,00	
Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
19	Pão caseiro de aipim. Produto fresco em embalagem própria para consumo. Deverá conter data de fabricação e de validade na embalagem. Unidade de 400g.	UN	3700	R\$ 5,40	R\$ 19.980,00	VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO
Total					R\$ 19.980,00	

Verificado o produtor credenciado, resta ainda como objeto de credenciamento apenas os seguintes produtos e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1	Abóbora tipo "menina" ou "pescoço". Fruto de características limpa lustroso, sem machucaduras e pontos moles, com partes do caule.	KG	500	R\$ 2,90	R\$ 1.450,00
2	Aipim descascado congelado. Embalado em plástico atóxico em pacotes de no máximo 20kg cada.	KG	1000	R\$ 8,03	R\$ 8.030,00
3	Alface tipo "Crespa". Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas. Cada unidade deve ter cerca de 150g	KG	250	R\$ 8,43	R\$ 2.107,50
4	Banana Caturra. Casca amarela, não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	KG	35000	R\$ 2,15	R\$ 75.250,00
5	Batata doce in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Já deve vir separada das folhas.	KG	1500	R\$ 3,10	R\$ 4.650,00
6	Beterraba in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Já deve vir separada das folhas.	KG	2000	R\$ 2,92	R\$ 5.840,00

7	Biomassa de banana verde. Produto de textura pastosa obtido do cozimento da banana verde. Deve estar acondicionado em embalagens próprias para alimentos, contendo 1kg de produto.	KG	450	R\$ 24,97	R\$ 11.236,50
8	Cenoura. Firmes, limpas, frescas, sem rachaduras ou manchas esverdeadas ou brotos ou partes mofadas. Comprimento médio de 15 a 20 cm, diâmetro médio de 4 a 6 cm.	KG	1000	R\$ 2,80	R\$ 2.800,00
9	Cheiro verde. Maço contendo cebolinha e salsinha, folhas íntegras, frescas, coloração uniforme, bem desenvolvidas, salsinha com talos. Maços com aproximadamente 300 g, sem as raízes.	MÇ	800	R\$ 5,15	R\$ 4.120,00
10	Chuchu Verde, tenro, firme, casca intacta e sem pontos amarelos ou apodrecidos.	KG	1000	R\$ 3,20	R\$ 3.200,00
11	Couve tipo "manteiga". Deve conter folhas íntegras, frescas, de coloração uniforme e bem desenvolvidas.	KG	1200	R\$ 5,97	R\$ 7.164,00
13	Farinha de mandioca torrada. Deverá ser 100% originária da raiz da mandioca, isenta de quaisquer aditivos não aprovados pelo Ministério da Saúde, de insetos vivos ou outras matérias estranhas.	KG	1000	R\$ 8,50	R\$ 8.500,00
14	Geléia de morango. Embalagem própria para alimentos contendo 500g de produto. Ingredientes permitidos: morango, açúcar. Rotulagem conforme legislação, contendo procedência, quantidade, data de fabricação e validade do produto.	PT	600	R\$ 10,67	R\$ 6.402,00
15	Macarrão Funcional. Composto de biomassa de banana verde (60%), cenoura, farinha de trigo e ovo caipira. Sabores: Espinafre, beterraba e cenoura.	KG	1650	R\$ 12,33	R\$ 20.344,50
16	Milho verde espiga. Espigas frescas, íntegras, sem partes deterioradas ou velhas, Embaladas em plástico atóxico em pacotes de no máximo 5kg cada.	KG	1.000	R\$ 7,53	R\$ 7.530,00
17	Morango in natura. Frutos íntegros, frescos, coloração uniforme, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo.	KG	900	R\$ 22,27	R\$ 20.043,00
18	Ovo caipira vermelho. Acondicionados em embalagem contendo uma dúzia, com data de fabricação e validade.	DZ	1500	R\$ 6,57	R\$ 9.855,00
20	Pão francês. Produto fresco em embalagem própria para consumo. Deverá conter data de fabricação e de validade na embalagem.	KG	1600	R\$ 12,58	R\$ 20.128,00
21	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor abacaxi com hortelã. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	269	R\$ 18,23	R\$ 4.903,87
22	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor acerola. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	270	R\$ 18,23	R\$ 4.922,10
23	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor maracujá. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	269	R\$ 18,23	R\$ 4.903,87
24	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor uva. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	270	R\$ 18,23	R\$ 4.922,10
25	Repolho. Folhas frescas sem descoloração ou deterioração. Tamanho mínimo de 20 cm após retirada das folhas externas.	KG	700	R\$ 3,77	R\$ 2.639,00
27	Taiá. Produto in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	500	R\$ 4,08	R\$ 2.040,00
28	Tomate. Maduro, mas não amolecido, sem amassamento, mancha amarelas ou brancas, deterioração ou marcas de doenças. Tamanho médio entre 6 e 9 cm de diâmetro.	KG	1500	R\$ 5,18	R\$ 7.770,00
VALOR MÁXIMO TOTAL				R\$ 250.751,44	

Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta ata assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KARINA JUSSARA DOS SANTOS
MEMBRO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
MEMBRO

PORTARIA Nº 4317/2019

Publicação Nº 1981192

PORTARIA Nº 4.317/2019.

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) ANA PAULA GALVÃO SCATAMBURLO, investido(a) no cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM II, no nível salarial VI - F.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4318/2019

Publicação Nº 1981195

PORTARIA Nº 4.318/2019.

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 01 de março de 2019 à 30 de março de 2019, ao(a) servidor(a) JAIR APARECIDO CUNHA, investido(a) no cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL, no nível salarial II – F.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4319/2019

Publicação Nº 1981196

PORTARIA Nº 4.319/2019.

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 01 de março de 2019 à 29 de abril de 2019, sendo 60 dias de Gozo e 30 dias de Pecúnia, ao(a) servidor(a) MARIA SATOMI YAMASHITA, investido(a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – H.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4320/2019

Publicação Nº 1981199

PORTARIA Nº 4.320/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ANGELA NERES DO ROSÁRIO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, passando do nível I - G para o nível I - H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4321/2019

Publicação Nº 1981218

PORTARIA Nº 4.321/2019.

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 01 de março de 2019 à 30 de março de 2019, ao(a) servidor(a) FRANCISCO DOS SANTOS MACHADO, investido(a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III – G.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4322/2019**

Publicação Nº 1981220

PORTARIA Nº 4.322/2019

De: 01 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 01 de março de 2019 a 20 de março de 2019, ao (a) servidor (a) BERNADETE FAGUNDES DE CHAVES, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no nível salarial I - G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4323/2019**

Publicação Nº 1981224

PORTARIA Nº 4.323/2019

De: 01 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 01 de março de 2019 a 20 de março de 2019, ao (a) servidor (a) APARECIDA DONIZETE DA SILVA, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV - L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4324/2019**

Publicação Nº 1981225

PORTARIA Nº 4.324/2019

De: 01 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 01 de março de 2019 a 20 de março de 2019, ao (a) servidor (a) ELOI ROBERTO MENDES, investido (a) no cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, no nível salarial III - P.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4325/2019

Publicação Nº 1981248

PORTARIA Nº 4.325/2019

De: 01 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 01 de março de 2019 a 20 de março de 2019, ao (a) servidor (a) MARIANI BURATTI ZIEMBROS, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV - P.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4326/2019**

Publicação Nº 1981253

PORTARIA Nº 4.326/2019

De: 01 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 01 de março de 2019 a 30 de março de 2019, ao (a) servidor (a) PAULO JOSÉ HENING, investido (a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII – D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4327/2019**

Publicação Nº 1981262

PORTARIA Nº 4.327/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 18 de fevereiro de 2019 à 18 de abril de 2019 (60 dias), ao (a) servidor (a) EVELYNE KALLINKE, investido (a) no cargo efetivo de RECEPCIONISTA, no nível salarial II - C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.02.2019.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4328/2019**

Publicação Nº 1981284

PORTARIA Nº 4.328/2019.

De: 01 de março de 2019.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) MARILETE CAYE, contratado(a) na função temporária de EDUCADOR SOCIAL 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4329/2019

Publicação Nº 1981287

PORTARIA Nº 4.329/2019.
De: 01 de março de 2019.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) MARIA JOSE RIBEIRO, contratado(a) na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4330/2019

Publicação Nº 1981288

PORTARIA Nº 4.330/2019

De: 01 de março de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 040/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) JOSÉ ROBERTO AYRES RIBAS, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 20H, vinculado ao Professor André Vinícius Araújo (Afastamento Cargo Eletivo).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4331/2019

Publicação Nº 1981289

PORTARIA Nº 4.331/2019

De: 01 de março de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 040/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ROBERTA SEREDNITZKEI LIMA, na função temporária de ORIENTADOR ESCOLAR ACT 40H, vinculada à Orientadora Fabiani Roberta Pereira (Orientador de Estudo conforme Lei nº 699/2017).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4332/2019

Publicação Nº 1981291

PORTARIA Nº 4.332/2019

De: 01 de março de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 003/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ROSELY MANICALDI, na função temporária de ADMINISTRADOR ESCOLAR ACT 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4333/2019

Publicação Nº 1981292

PORTARIA Nº 4.333/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) PATRÍCIA MACHADO PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II - G para o nível II - H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4334/2019**

Publicação Nº 1981304

PORTARIA Nº 4.334/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II - H para o nível II - I.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4335/2019**

Publicação Nº 1981308

PORTARIA Nº 4.345/2019

De: 01 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014

Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de março de 2019 a 25 de março de 2019, ao (a) servidor (a) JOÃO GARCIA DE SOUZA, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, no nível salarial VI - P.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor no dia 06.03.19.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4336/2019**

Publicação Nº 1981311

PORTARIA Nº 4.336/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) MARGARIDA APARECIDA DA SILVA ESTEVÃO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, passando do nível VI - O para o nível VI - P.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4337/2019**

Publicação Nº 1981314

PORTARIA Nº 4.347/2019.

De: 07 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) GIOVANE TE-REZINHA DA SILVA, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV - L.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4338/2019

Publicação Nº 1981322

PORTARIA Nº 4.338/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) SANDRA TERESINHA SPECK PACHECO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, passando do nível IV - J para o nível IV - L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4339/2019

Publicação Nº 1981328

PORTARIA Nº 4.339/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ELASIO FRISANCO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II - F para o nível II - G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4340/2019

Publicação Nº 1981332

PORTARIA Nº 4.340/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) KIARA COSTA VELHO, ocupante do cargo efetivo de SUPERVISOR ESCOLAR II, passando do nível II - C para o nível II - D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4341/2019

Publicação Nº 1981341

PORTARIA Nº 4.341/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) PRISCILLA TELLES DE ARAÚJO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4342/2019

Publicação Nº 1981342

PORTARIA Nº 4.342/2019.

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) ROSICLEI NUNES BARBOSA, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II - G.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos a partir de 04.03.19.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4343/2019**

Publicação Nº 1981347

PORTARIA Nº 4.343/2019

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 02 de março de 2019 à 29 de março de 2019 (28 dias), ao (a) servidor (a) ADRIANA MARILZE MARTINS DA SILVA REZENDE, investido (a) no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I - A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos a partir de 02.03.19.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4344/2019**

Publicação Nº 1981350

PORTARIA Nº 4.344/2019

De: 01 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de março de 2019 a 04 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) PAULO JOSÉ HENING, investido (a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII – D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor no dia 06.03.19.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4345/2019**

Publicação Nº 1981352

PORTARIA Nº 4.345/2019

De: 01 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 06 de março de 2019 a 25 de março de 2019, ao (a) servidor (a) JOÃO GARCIA DE SOUZA, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, no nível salarial VI – P.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor no dia 06.03.19.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4346/2019

Publicação Nº 1981355

PORTARIA Nº 4.346/2019.

De: 01 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) ANDRÉ LUIZ SCHIAVON, investido(a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI - H.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos a partir de 04.03.19.

Itapoá - SC, 01 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4347/2019**

Publicação Nº 1981358

PORTARIA Nº 4.347/2019.

De: 07 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) GIOVANE TEREZINHA DA SILVA, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV - L.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4348/2019**

Publicação Nº 1981361

PORTARIA Nº 4.348/2019

De: 07 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 07 de março de 2019 a 05 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) SCHEILA APARECIDA KZIOZEK PASTUCHAKI, investido (a) no cargo efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO I, no nível salarial VII – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4349/2019**

Publicação Nº 1981366

PORTARIA Nº 4.349/2019

De: 07 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 07 de março de 2019 a 05 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) GIOVANE TEREZINHA DA SILVA, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4350/2019

Publicação Nº 1981369

PORTARIA Nº 4.350/2019

De: 07 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 07 de março de 2019 a 05 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) DANIEL HENRIQUE PASTUCHAKI, investido (a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA I, no nível salarial VII – F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4351/2019**

Publicação Nº 1981373

PORTARIA Nº 4.351/2019

De: 07 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 07 de março de 2019 a 26 de março de 2019, ao (a) servidor (a) ELIANE DE SOUZA, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4352/2019**

Publicação Nº 1981376

PORTARIA Nº 4.352/2019.

De: 07 de março de 2019.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), À PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração à Pedido, do(a) servidor(a) SILVANA DA SILVA COSTA OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4353/2019**

Publicação Nº 1981380

PORTARIA Nº 4.353/2019.

De: 07 de março de 2019.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), À PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração à Pedido, do(a) servidor(a) CRISTIANE SCHWOCHOW FISSMER, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO PSF, no nível salarial XI – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4354/2019**

Publicação Nº 1981382

PORTARIA Nº 4.354/2019

De: 07 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) MADALENA DA SILVA COSTA, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, passando do nível I - J para o nível I - L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4355/2019

Publicação Nº 1981386

PORTARIA Nº 4.355/2019

De: 07 de março de 2019.

ALTERA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando o Edital nº 40/2018 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a alteração do Contrato Temporário do(a) Sr.(a). REGINA SARAMENTO, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40H, vinculando-a 20 horas à Professora Elaine Nunes Neves Burbello (Atestado Médico) e 20 horas em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4356/2019

Publicação Nº 1981389

PORTARIA Nº 4.356/2019

De: 07 de março de 2019.

ALTERA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando o Edital nº 40/2018 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a alteração do Contrato Temporário do(a) Sr.(a). THAINA ZANETTI DA SILVA, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 30H, vinculando-a 20 horas ao Projeto Horas de Treinamento e 10 horas ao Professor André Vinícius Araújo (Afastamento Cargo Eletivo).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 07 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4357/2019

Publicação Nº 1981391

PORTARIA Nº 4.357/2019

De: 08 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ROSILDA APARECIDA BOLDORI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, passando do nível VI - G para o nível VI - H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 08 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4358/2019

Publicação Nº 1981395

PORTARIA Nº 4.358/2019

De: 08 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ANDREA BATISTA DIAS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II - F para o nível II - G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 08 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4359/2019

Publicação Nº 1981393

PORTARIA Nº 4.359/2019

De: 08 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 08 de março de 2019 à 14 de março de 2019 (7 dias), ao (a) servidor (a) MILTON DIAS, investido (a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII - D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 08 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4360/2019

Publicação Nº 1981398

PORTARIA Nº 4.360/2019.

De: 08 de março de 2019.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme a Seção VIII e IX, Artigos nº 23, 24, 25, 26 e 27 da Lei Municipal nº 44/2014,

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- O artigo nº 27 de Lotação por Transferência de Ofício;
- Comunicação Interna nº.251/2019 da Secretaria de Educação;
- Comunicação Interna nº.093/2019 da Secretaria de Administração;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Lotação do(a) Servidor(a) ROSELI GONÇALVES PINHEIRO, investido(a) no cargo efetivo de COZINHEIRA 40HS (Readaptada), na Unidade Administrativa Secretaria de Educação, no nível salarial II-H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor no dia 11.03.19,

revogando a Portaria nº 2.638/2018.

Itapoá, 08 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4361/2019

Publicação Nº 1981400

PORTARIA Nº 4.361/2019

De: 08 de março de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 040/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ELAINE CRISTINA FAGUNDES, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40H, vinculada à Professora Carmelita do Carmo Garcia Barcelos (Gestora Escolar).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 08 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4362/2019

Publicação Nº 1981402

PORTARIA Nº 4.362/2019

De: 11 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ROSANA MARIA DE LIMA BRAUER, ocupante do cargo efetivo de ORIENTADOR EDUCACIONAL II, passando do nível II - D para o nível II - E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4363/2019

Publicação Nº 1981404

PORTARIA Nº 4.363/2019.
De: 11 de março de 2019.
RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) MARCIO ELIAS LUDWIG, contratado(a) na função temporária de MOTORISTA 40H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4364/2019

Publicação Nº 1981407

PORTARIA Nº 4.364/2019.
De: 11 de março de 2019.
EXONERA O(A) SERVIDOR(A), À PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração à Pedido, do(a) servidor(a) DANIELE SANTOS KUROBA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII – D.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4365/2019

Publicação Nº 1981408

PORTARIA Nº 4.365/2019
De: 11 de março de 2019.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2019 a 30 de março de 2019, ao (a) servidor (a) WALTER NIEDERHEITMANN, investido (a) no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III – E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4366/2019

Publicação Nº 1981410

PORTARIA Nº 4.366/2019
De: 11 de março de 2019.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2019 a 30 de março de 2019, ao (a) servidor (a) AMARILDO JOSÉ ZAGONEL, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – N.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4367/2019

Publicação Nº 1981412

PORTARIA Nº 4.367/2019

De: 11 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2019 a 09 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) FLÁVIA JORDANA SANCHES, investido (a) no cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL II, no nível salarial VIII – C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4368/2019**

Publicação Nº 1981415

PORTARIA Nº 4.368/2019

De: 11 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2019 a 30 de março de 2019, ao (a) servidor (a) JOÃO TETAR, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, no nível salarial V – C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4369/2019**

Publicação Nº 1981421

PORTARIA Nº 4.369/2019

De: 11 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014

Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2019 a 30 de março de 2019, ao (a) servidor (a) MARLON RICARDO LOPES, investido (a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA I, no nível salarial VII – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4370/2019**

Publicação Nº 1981439

PORTARIA Nº 4.370/2019

De: 11 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2019 a 30 de março de 2019, ao (a) servidor (a) DALVANIR CATARINA DE ALMEIDA, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4371/2019**

Publicação Nº 1981440

PORTARIA Nº 4.371/2019

De: 11 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de março de 2019 a 30 de março de 2019, ao (a) servidor (a) FERNANDA CRISTINA ROSA, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4372/2019

Publicação Nº 1981441

PORTARIA Nº 4.372/2019

De: 11 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) LOURDES TREVIZAN, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, passando do nível I - J para o nível I - L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4373/2019

Publicação Nº 1981442

PORTARIA Nº 4.373/2019.

De: 11 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 11 de março de 2019 à 09 de abril de 2019,

ao(a) servidor(a) ARITANA KLUCK DA SILVA, investido(a) no cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM II, no nível salarial VI – F.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4374/2019

Publicação Nº 1981443

PORTARIA Nº 4.374/2019.

De: 11 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 11 de março de 2019 à 09 de abril de 2019, ao(a) servidor(a) MARIA EDUVIRGEM MIRANDA, investido(a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, no nível salarial I – H.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4375/2019

Publicação Nº 1981444

PORTARIA Nº 4.375/2019.

De: 11 de março de 2019.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ARTHUR BORDIN SBRISIA, no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV – A, os seguintes Membros:

1º membro: Marcele de Almeida Rodrigues
2º membro: Leandro Machado da Silva
3º membro: Jairo Severino de Freitas
4º membro: Monica Siqueira Frizzo

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 0985/2017 de 20.03.17, por motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 11 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4376/2019

Publicação Nº 1981445

PORTARIA Nº 4.376/2019
De: 11 de março de 2019.
Dispõe sobre concessão de gratificação a servidores que trabalham no Pronto Atendimento conforme Lei Municipal nº 215/2003.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Gratificação de 60% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCIANA PIANA DA CRUZ, investido(a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO 40H, no nível salarial VII – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá, 11 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4377/2019

Publicação Nº 1981454

PORTARIA Nº 4.377/2019
De: 11 de março de 2019.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 040/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) MARCELO DA SILVA, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT

40H, vinculado à Professora Manuela Fischer Peres (Licença Maternidade).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 11 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4378/2019

Publicação Nº 1981455

PORTARIA Nº 4.378/2019
De: 12 de março de 2019.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 12 de março de 2019 a 31 de março de 2019, ao (a) servidor (a) ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4379/2019

Publicação Nº 1981456

PORTARIA Nº 4.379/2019
De: 12 de março de 2019.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 040/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ROSIMERI SEVERIN, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40H, vinculada à Professora Marcia Sutil de Oliveira Arins (Gestora Escolar).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 12 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4380/2019

Publicação Nº 1981457

PORTARIA Nº 4.380/2019.
De: 12 de março de 2019.
Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI, no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I – A, os seguintes Membros:

- 1º membro: Janine Cristina Rodrigues
- 2º membro: Solange Maria Cavalheiro
- 3º membro: Cristiane da Silva
- 4º membro: Nancy da Silva Araújo Vargas

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 2.961/2018 de 28.03.18, por motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 12 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4381/2019

Publicação Nº 1981458

PORTARIA Nº 4.381/2019.
De: 12 de março de 2019.
Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) NATÁ JEZIEL MACHADO PIVA, no cargo efetivo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, no nível salarial IV – A, os seguintes Membros:

- 1º membro: Janine Cristina Rodrigues
- 2º membro: Cristiane da Silva
- 3º membro: Margot Helena de Sá Ribas
- 4º membro: Solange Maria Cavalheiro

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 2.583/2018 de 15.03.18, por motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 12 de março de 2019.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4382/2019

Publicação Nº 1981459

PORTARIA Nº 4.382/2019.
De: 12 de março de 2019.
DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE PORTARIA DE RESCISÃO.

Em vista de erro constatado na Portaria nº 3.884/2018 de 03.12.18, do servidor Marcos Antonio Calvacante da Fontoura,

RETIFICA-SE:

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Onde lê-se:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato por término do mesmo, do do servidor Marcos Antonio Calvacante da Fontoura, contratado na função temporária de MÉDICO PSF 40HS.

Leia-se:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato A PEDIDO do servidor Marcos Antonio Calvacante da Fontoura, contratado na função temporária de MÉDICO PSF 40HS.

As demais informações contidas na mesma, permanecem por este ato ratificadas.

Itapoá - SC, 12 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4383/2019

Publicação Nº 1981460

PORTARIA Nº 4.383/2019
De: 12 de março de 2019.
ALTERA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as

disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 004/2019 e a C.I. nº 275/2019 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Tornar público a alteração do Contrato Temporário do(a) Sr.(a). MARCIA CERDEIRA, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT, ampliando a carga horária do(a) contratado(a) de 20 horas para 40 horas semanais, a partir de 11.03.19.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 11.03.19.

Itapoá – SC, 12 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4384/2019

Publicação Nº 1981461

PORTARIA Nº 4.384/2019.

De: 12 de março de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3ª e 4ª.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Férias, do (a) servidor (a) JOÃO GARCIA DE SOUZA, Chefe da Divisão de Contabilidade, pelo(a) servidor(a) EZEQUIEL EMERSON VIEIRA, Técnico de Contabilidade I, para exercer as funções do referido Chefe da Divisão no período de 06.03.19 à 25.03.19 (20 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 06.03.19.

Itapoá, 12 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4385/2019

Publicação Nº 1981462

PORTARIA Nº 4.385/2019.

De: 12 de março de 2019.

Dispõe sobre a substituição de servidor (a) em caso de afastamento temporário, conforme Lei Municipal 044/2014, art. 41, § 1º, 2º, 3ª e 4ª.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Substituição por motivo de Férias, do (a) servidor (a) AMARILDO JOSÉ ZAGONEL, Chefe da Divisão de Cadastro Mobiliário e Imobiliário, pelo(a) servidor(a) EUCLIDES GOULART SANCHES, Agente Administrativo II, para exercer as funções do referido Chefe da Divisão no período de 11.03.19 à 30.03.19 (20 dias).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 11.03.19.

Itapoá, 12 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4386/2019

Publicação Nº 1981463

PORTARIA Nº 4.386/2019.

De: 12 de março de 2019.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido, do(a) servidor(a) NATALIA KRUGER, contratado(a) na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 20H, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4387/2019

Publicação Nº 1981464

PORTARIA Nº 4.387/2019.

De: 13 de março de 2019.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato por término do mesmo, do(a) servidor(a) DENIZE SOUZA STOEVEER, contratado(a) na função temporária de PSICÓLOGO 40H, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4388/2019

Publicação Nº 1981465

PORTARIA Nº 4.388/2019

De: 13 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) LUCIANA HUBL NARDO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, passando do nível IV - B para o nível VI - C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4389/2019

Publicação Nº 1981466

PORTARIA Nº 4.389/2019

De: 13 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 13 de março de 2019 a 01 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) ROCHELE ANTONI PAESE, investido (a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA II, no nível salarial VIII - H.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4390/2019

Publicação Nº 1981467

PORTARIA Nº 4.390/2019.

De: 13 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) ANA CRISTINA CORDEIRO MARCONDES, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II - B.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 13 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4391/2019

Publicação Nº 1981468

PORTARIA Nº 4.391/2019

De: 14 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) DANIEL HENRIQUE PASTUCHAKI, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA I, passando do nível VII - E para o nível VII - F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 14 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4392/2019

Publicação Nº 1981470

PORTARIA Nº 4.392/2019

De: 14 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 14 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4393/2019**

Publicação Nº 1981472

PORTARIA Nº 4.393/2019

De: 14 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) DANIELA SOARES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 14 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4394/2019**

Publicação Nº 1981473

PORTARIA Nº 4.394/2019

De: 14 de março de 2019.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a),

conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; conforme:

· C.I. nº 287/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar Público a concessão de Progressão Vertical por Nova Titulação, ao(a) servidor(a) DANIELA SOARES, passando do cargo efetivo de PROFESSOR I - Nível I – B, para o cargo efetivo de PROFESSOR II - Nível II – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 14 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4395/2019**

Publicação Nº 1981477

PORTARIA Nº 4.395/2019

De: 15 de março de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 040/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) MARI ESTELLA JARECKI, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40H, vinculada à Professora Cátia Huebner Kerkhoven (Licença Saúde).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4396/2019**

Publicação Nº 1981478

PORTARIA Nº 4.396/2019

De: 15 de março de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 040/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) SIRLENE TERESINHA AVILA ANTUNES, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 20H, vinculada ao Professor Elásio Frisanco (Cargo Comissionado).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4397/2019

Publicação Nº 1981479

PORTARIA Nº 4.397/2019.

De: 15 de março de 2019.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), À PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração à Pedido, do(a) servidor(a) PABLO ANGELO ANTUNES, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4398/2019

Publicação Nº 1981480

PORTARIA Nº 4.398/2019

De: 15 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) ARTHUR BORDIN SBRISIA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4399/2019

Publicação Nº 1981482

PORTARIA Nº 4.399/2019

De: 15 de março de 2019.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; conforme:

· C.I. nº 298/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar Público a concessão de Progressão Vertical por Nova Titulação, ao(a) servidor(a) LEONARDO BERTONI CORREA PONTALTI, passando do cargo efetivo de PROFESSOR I - Nível I – B, para o cargo efetivo de PROFESSOR II - Nível II – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4400/2019

Publicação Nº 1981485

PORTARIA Nº 4.400/2019

De: 15 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ANA CRISTINA CORDEIRO MARCONDES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II - A para o nível II - B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4401/2019

Publicação Nº 1981487

PORTARIA Nº 4.401/2019

De: 15 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) ANA PAULA SOUZA DE OLIVEIRA MATTOSO, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, passando do nível II - A para o nível II - B.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 15 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4402/2019

Publicação Nº 1981489

PORTARIA Nº 4.402/2019

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) JULIANE LAVORATTI KARAM, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO I, passando do nível VII - B para o nível VII - C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4403/2019

Publicação Nº 1981490

PORTARIA Nº 4.403/2019

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) LIDIANE MENDONÇA BERTHOLO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4404/2019

Publicação Nº 1981492

PORTARIA Nº 4.404/2019

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) CAMILA DE SOUZA VICENTE, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4405/2019

Publicação Nº 1981493

PORTARIA Nº 4.405/2019

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) RENATA MICHELE DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4406/2019**

Publicação Nº 1981495

PORTARIA Nº 4.406/2019

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) DAIANNE FERREIRA DE SOUSA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4407/2019**

Publicação Nº 1981496

PORTARIA Nº 4.407/2019

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) JOSÉ ELITON DUTRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4408/2019**

Publicação Nº 1981497

PORTARIA Nº 4.408/2019

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) MARIA ZENAIDE PRUSSAKI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4409/2019

Publicação Nº 1981498

PORTARIA Nº 4.409/2019.

De: 18 de março de 2019.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), POR APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Exoneração por Aposentadoria Voluntária Tempo de Contribuição, do(a) servidor(a) JANICE MARIA GUIMARÃES MORARA, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGO III, no nível salarial IX – N.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4410/2019**

Publicação Nº 1981499

PORTARIA Nº 4.410/2019.

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) ROSEMERI DE FÁTIMA FAVERO, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II - B.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4411/2019**

Publicação Nº 1981501

PORTARIA Nº 4.411/2019.

De: 18 de março de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) ANDREIA BALTAZAR RODRIGUES, investido(a) no cargo efetivo de ORIENTADOR EDUCACIONAL II, no nível salarial II - A.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4412/2019**

Publicação Nº 1981502

PORTARIA Nº 4.412/2019

De: 18 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 18 de março de 2019 a 06 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) ROSETTE ALVES RODRIGUES KORNETOFF, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, no nível salarial VI – E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4413/2019

Publicação Nº 1981503

PORTARIA Nº 4.413/2019

De: 18 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 18 de março de 2019 a 06 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) ANTONIO PAULO TERCZIANY, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, no nível salarial V – E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4414/2019**

Publicação Nº 1981504

PORTARIA Nº 4.414/2019

De: 18 de março de 2019.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 18 de março de 2019 a 16 de abril de 2019, ao (a) servidor (a) ZILMA GOMES DA SILVA, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4415/2019**

Publicação Nº 1981505

PORTARIA Nº 4.415/2019

De: 18 de março de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 040/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) NILVA APARECIDA GONÇALVES HAAS, na função temporária de SUPERVISOR ESCOLAR ACT 40H, vinculada ao Supervisor Luiz Pereira (Atestado Médico).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 4416/2019**

Publicação Nº 1981507

PORTARIA Nº 4.416/2019

De: 18 de março de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 015/2019 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) BRUNO HUMBERTO MIRANDA PAULINO DE AGUIAR, na função temporária de MÉDICO P.S.F. 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4417/2019

Publicação Nº 1981509

PORTARIA Nº 4.417/2019
De: 18 de março de 2019.

**ALTERA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 040/2018 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Tornar público a alteração do Contrato Temporário do(a) Sr(a). SIRLENE TERESINHA AVILA ANTUNES, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT, ampliando a carga horária do(a) contratado(a) de 20 horas para 40 horas semanais, vinculada ao Projeto Correção de Fluxo.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 18 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4418/2019

Publicação Nº 1981510

PORTARIA Nº 4.418/2019
De: 19 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) GISELE CRISTIANE BONIN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 19 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4419/2019

Publicação Nº 1981518

PORTARIA Nº 4.419/2019
De: 19 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) MAICON FRANÇA FERNANDES VIEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 19 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4420/2019

Publicação Nº 1981520

PORTARIA Nº 4.420/2019
De: 19 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) MARIA LAIDIA DE LAVOR, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 19 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4421/2019

Publicação Nº 1981522

PORTARIA Nº 4.421/2019

De: 19 de março de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de progressão automática do (a) servidor (a) KEVERLINN MARIA ANTUNES DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de FONOAUDIÓLOGO I, para a referência Nível VII – B, por término de estágio probatório.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 19 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4422/2019

Publicação Nº 1981535

PORTARIA Nº 4.422/2019

De: 19 de março de 2019.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; conforme:

· C.I. nº 298/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar Público a concessão de Progressão Vertical por Nova Titulação, ao(a) servidor(a) RENATA MICHELE DOS SANTOS, passando do cargo efetivo de PROFESSOR I - Nível I – B, para o cargo efetivo de PROFESSOR II - Nível II – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 19 de março de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

RESOLUÇÃO CMS 71/2019.

Publicação Nº 1980693

RESOLUÇÃO CMS 71/2019

DATA 05/04/2019

Dispõe sobre a aprovação do relatório de análise da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde do exercício financeiro de 2018 e da outras providências.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS) do Município de Itapoá/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 685 de 22 de Dezembro de 2016; Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde e consoante a deliberação plenária em sua ducentésima primeira reunião ordinária (201º) realizada em 05/04/2019 e,

CONSIDERANDO que o controle social é indispensável para a democratização na formulação de políticas públicas para a prestação de ações e serviços em saúde, direito fundamental do ser humano.

CONSIDERANDO que é competência do conselho de saúde fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da saúde, incluindo o fundo de saúde e os recursos transferidos e próprios do município, Estado, Distrito Federal e da União, como base no que a lei disciplina.

CONSIDERANDO que é competência do conselho de saúde avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos planos de saúde nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

RESOLVE:

Art.1º Comunicar que o Plenário APROVOU COM RESSALVAS o relatório de prestação de contas do exercício financeiro de 2018, nos seguintes termos:

INTERESSADO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ASSUNTO	Prestação de Contas Exercício 2018
MEMBROS	Lana Bevilaqua, Marciane Rech, Maria Teresinha Silva e Simoni Dias Fernandes de Souza.
PARECER Nº	001 – 2019

A Comissão de Prestação de Contas designada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante, procedeu ao exame das contas apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao exercício de 2018.

A referida análise se deu basicamente no exame da execução orçamentária da saúde, não envolvendo legalidade e legitimidade dos atos da gestão, que serão revistas a qualquer tempo em eventuais auditorias oriundas de denúncias ou representações, entre outras, que serão assunto de processo específico, por este Conselho Municipal ou outro órgão fiscalizador.

Da análise das ordens de compra, empenhos e documentos que acompanham o processo de pagamento e todos os relatórios solicitados, verificamos:

DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

O ordenamento vigente estabelece limite mínimo para aplicação de recursos na Saúde, sendo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em ações e serviços públicos de saúde. Pelos relatórios fiscais (Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Demonstrativo das despesas e receitas com ações e serviços públicos de saúde de 2018), constatou-se que o Município aplicou o montante de R\$ 18.123.116,77 em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a 28,63% da receita proveniente de impostos, CUMPRINDO o limite constitucional.

DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS E RELATÓRIOS

Foram analisados os movimentos fiscais mensais, verificando o cumprimento dos atos quanto ao seu conteúdo, conforme legislação vigente.

a) Valor do empenho, liquidação e pagamento.	CUMPRIU
b) Número do empenho	CUMPRIU
c) Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e fonte dos recursos que financiaram o gasto.	CUMPRIU
d) A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento e de benefícios previdenciários.	CUMPRIU
e) Bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.	CUMPRIU

DAS RESTRIÇÕES E ILEGALIDADES APURADAS**a) COMPRAS**

Restou comprovado pelos documentos analisados que a maior parte das compras ocorreu através de processo licitatório, conforme o disposto no art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e

alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em relação as despesas sem processo licitatório, restou comprovado pelos documentos analisados, algumas despesas sem a comprovação dos três orçamentos, conforme quadro a seguir:

Emp.	Fornecedor	Valor	Tipificação/Item	Irregularidade
1254/2018	Juarez dos Santos & Cia Ltda ME	310,00	Conserto de cadeiras da Secretaria de Saúde e PA 24horas	Sem apresentação dos 03 orçamentos
667/2018	Almir José Petermann	760,00	Valor referente a instalação de pias e tomadas na UBS Paese.	Apresentou os 03 orçamentos, porém faltou o carimbo e assinatura ou cópia do e-mail dos 03 orçamentos.

Emp.	Fornecedor	Valor	Tipificação/Item	Irregularidade
935/2018	Herio Carlo Lanave & Cia Ltda ME	43,90	Valor referente a material para uso no grupo da recicloterapia da UBS do Paese	Faltou 01 orçamento
914/2018	Voltolini & Soares da Silva Ltda ME	51,00	Valor referente a material para uso no grupo da recicloterapia da UBS do Itapema	Sem apresentação dos 03 orçamentos
964/2018	Almir José Petermann	80,00	Valor referente a instalação de suporte de TV para o Pronto Atendimento 24horas	Apresentou os 03 orçamentos, porém faltou o carimbo e assinatura, ou cópia do e-mail dos 03 orçamentos.
1825/2018	Serv Informática Ltda	5.526,00	Aquisição de 03 Tablet para uso na Vigilância Sanitária	Sem apresentação dos 03 orçamentos
2083/2018	Maris Adriane Neuhaus ME	760,00	Valor referente a aquisição de antena de TV para UBS da Jaca	Apresentou os 03 orçamentos, porém com inconsistências nos itens.
206/2018 970/2018 1582/2018	Maria de Jesus Petermann	800,00	Serviço de roçadas e limpeza do Pátio do Pronto Atendimento, Centro de Bem Estar Animal e Samu.	Sem apresentação dos 03 orçamentos

b) DIÁRIAS E MULTAS

DIÁRIAS – Foram verificadas as regularidades na concessão, liquidação e prestação de contas das diárias concedidas aos servidores da saúde, quando em deslocamento fora do Município de Itapoá, durante o exercício de 2018, que importaram no montante de R\$ 85.700,00 (oitenta e cinco mil e setecentos reais), sendo que no ano de 2017 o gasto foi R\$ 69.410,00 (sessenta e nove mil quatrocentos e dez reais).

A Instrução normativa 06/2014 dispõe que o servidor, agente político e conselheiros terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis após o término das diárias para fazer a prestação de contas, devendo comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação de um dos documentos comprobatórios determinados na norma.

Os valores efetivamente pagos a título de diárias foram realizados em forma de adiantamento, porém, os responsáveis não adotaram os procedimentos legais para comprovação do recebimento de referidas verbas, havendo irregularidades e omissões quanto a comprovação de sua realização. Os servidores que não prestarem contas de diárias, em conformidade com a Instrução Normativa, deverão ressarcir os valores aos cofres públicos, através de desconto em folha de pagamento.

Para tanto, a perda do prazo legal para comprovação das despesas gera o dever de ressarcimentos aos cofres públicos através de desconto em folha de pagamento do servidor, conforme planilha abaixo:

CINTIA JULIANA DA SILVA COLOTONI		
Empenho	Valor	Irregularidade
848/2018	40,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Joinville-SC para participar de uma reunião na ADR, sobre a Vigilância Epidemiológica. 1/2 Diária.04/04/2018. Sem comprovante da viagem.
1669/2018	75,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Balneário Camboriú SC, para participar de Capacitação em Vigilância em Óbit. 1/2 Diária. Data 24/07/18. Sem comprovante da viagem.
TOTAL	115,00	DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

JEFERSON PEREIRA		
Empenho	Valor	Irregularidade
1463/2018	75,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Curitiba-PR para levar pacientes para consulta na clínica Cardiocare. 1/2 Diária.21/06/2018. Sem comprovante da viagem.
2362/2018	125,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a São José-SC para levar pacientes para consulta no Hospital Regional. 1/2 Diária.09/10/2018. Sem comprovante da viagem.
2891/2018	40,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Joinville-SC para levar pacientes para consultas na clínica de Urologia. 1/2 Diária.05/12/2018. Sem comprovante da viagem.
TOTAL	240,00	DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

MAURÍCIO GUIDOLIN		
Empenho	Valor	Irregularidade
1815/2018	40,00	Valor pagamento referente a (1/2) meia diária para custear gasto com viagem a Joinville -SC no dia 28/07/2018, para levar paciente para consulta no Hospital Bethesda. Sem comprovante da viagem.
1645/2018	40,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Joinville SC, para Levar paciente para consulta no Hospital Regional e pacientes de Hemodiálise. 1/2 Diária. Datas: 16/07 e 19/07/18. Somente um comprovante.
1851/2018	40,00	Valor pagamento referente a (1/2) meia diária para custear gasto com viagem a Joinville-SC, no dia 09/08/2018, para levar servidores para curso jornada de aleitamento na MDV. Sem comprovante da viagem.
1729/2018	75,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Blumenau SC, para levar paciente para exame na clínica centro terapêutico vida. 1/2 Diária. Data 25/07/18. Sem comprovante da viagem.
TOTAL	195,00	DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

ROCHELE ANTONI PAESE		
Empenho	Valor	Irregularidade
2574/2018	75,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Jaraguá do Sul-SC para participar do curso "Roda de Conversa sobre o Financiamento de Políticas de Saúde. Sem comprovante da viagem.
TOTAL	75,00	DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

ANDERSON DE PAULA DA SILVA		
Empenho	Valor	Irregularidade
3002/2018	40,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Joinville-SC para buscar vacinas para a Vigilância Epidemiológica na 22ª Regional de Saúde. 1/2 Diária. 18/12/2018. Sem comprovante da viagem.
2989/2018	40,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Joinville-SC para levar pacientes para consultas e exames em hospitais e clínicas da região, inclusive na oncologia do Hospital São José. 1/2 Diária. 19/12 de 2018. Sem comprovante da viagem.
TOTAL	80,00	DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

ROGES PACHECO DE CASTRO		
Empenho	Valor	Irregularidade
2618/2018	75,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a São José dos Pinhais-PR para levar Secretária de Saúde e Coordenadora da Atenção Básica ao aeroporto Afonso Pena. 1/2 Diária. 05/11/2018. Sem comprovante da viagem.
TOTAL	75,00	DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

MARCIO ELIAS LUDWIG		
Empenho	Valor	Irregularidade
2656/2018	40,00	Valor que se empenha para servidor(a) ir a Joinville-SC para buscar materiais para a Vigilância Epidemiológica. 1/2 Diária. 09/11/2018. Sem comprovante da viagem.
TOTAL	40,00	DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

Assim, frente às irregularidades havidas, devem ser os responsáveis sancionados com o ressarcimento dos valores recebidos e dos quais não comprovaram regularmente a liquidação, conforme tabela, no valor total de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais).

MULTAS – Foram verificados os pagamentos de multas de trânsito, porém, não foi constatado nos empenhos, documentos que comprovem os descontos nas folhas dos servidores infratores.

Segue abaixo relação das multas, com seus devidos valores e infratores:

Empenho	Valor	Histórico	Infrator
338/2018	104,13	Valor referente a multa de trânsito a ser deduzida de vencimento do servidor infrator, na rodovia PR 412km 18+200m, sentido Guaratuba PR, por transitar em velocidade superior máxima permitida em até 20%.	MAURICIO GUIDOLIN
1232/2018	130,16	Pagamento multa de trânsito, veículo Master MLK 0353, conforme altos em anexo, valor que será deduzido do servidor infrator, por transitar em velocidade superior à permitida em até 20%, na rua Pref. Helmuth fallgater, 2400 em Joinville-SC.	JEFERSON PEREIRA
1265/2018	104,13	Pagamento referente a multa de trânsito, veículo MGE 1956, conforme relatório e autos em anexo. Valor será deduzido do servidor infrator por transitar em velocidade superior à permitida em até 20%. Local: Rod-PR 412 km 18+200m Guaratuba/PR. Data :07/02/2017 as 10:09h	LUCAS GABRIEL TERCZIANY
1263/2018	234,78	Pagamento referente a multa de trânsito, veículo Astra MEG 7888, conforme altos e relatório em anexo. Valor será deduzido do servidor infrator por dirigir manuseando telefone celular. Local: Rua Princesa Isabel, 447, Joinville-SC. Data: 08/02/2018 as 08:22h	ROGES PACHECO DE CASTRO
TOTAL	573,20	DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO	

Assim, frente às irregularidades havidas, devem ser os responsáveis sancionados com o ressarcimento dos valores pagos a título de multa, conforme tabela, no valor total de R\$ 573,20 (quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos).

c) DESPESAS IRREGULARES

Pela análise dos documentos não foi constatado pagamentos de despesas de forma irregular.

d) CONTRATAÇÃO SERVIDORES TEMPORÁRIOS

Foram realizadas despesas com contratações para prestação de serviços durante o exercício de 2018, sem o regular teste seletivo ou mesmo concurso público, referente ao período de janeiro a junho de 2018, no valor total de R\$ 17.720,40 (dezessete mil setecentos e vinte reais e quarenta centavos), em nome de ELZA SIZUE SHIMATU DE OLIVEIRA e LEONILDO DE OLIVEIRA, para prestação de serviços no Centro de Bem Estar Animal.

Foi constatado juntamente com o empenho, a justificativa da Secretária de Saúde, em virtude do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta. A referida situação foi regularizada, considerando a contratação de empresa terceirizada, através de Processo Licitatório, a partir do mês de julho de 2018.

e) ATOS DE PESSOAL

Não foram analisados os atos de pessoal do exercício de 2018, devido a indícios de irregularidades devendo ser apreciado individualmente as jornadas de trabalho para verificação dos pagamento de horas extras de 100% e 50% que superaram o valor de R\$700 mil reais no exercício, analisando pormenorizadamente a concessão destas extras, sua necessidade e benefício ao serviço público, como também os valores pagos a título de gratificação e demais benefícios.

f) CONVÊNIO VIDAS INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Foram analisadas as prestações de contas mensais referentes ao convênio firmado com o Instituto de Assistência à Saúde Vidas, não sendo constatado nenhuma irregularidade na gestão dos recursos.

Verificou-se nos relatórios mensais, emitidos pela Coordenação Médica do Instituto, apontamentos referentes ao funcionamento do Pronto Atendimento sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme relatos em anexo.

Deverão ser os relatos formalizados pela organização social ser planilhados e analisados para que se verifique se os apontamentos foram solucionados ou não, se persistem ou se foram sanados, vislumbrando adequar a prestação de serviços entre médicos e equipe técnica, para melhor atender o usuário SUS.

DAS RECOMENDAÇÕES E PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA GESTÃO

Diante das RESTRIÇÕES de Ordem Legal e Regulamentar apuradas neste relatório, entende esta Comissão, que possa o Plenário do Conselho Municipal de Saúde, além da emissão de parecer sobre as contas decidir por:

DETERMINAR ao Gestor de Saúde a restituição dos valores pagos irregularmente com diárias no valor total de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais), descontando os valores em folha de pagamento dos servidores apontados, comprovando a regularização junto ao Conselho no prazo de 60 (sessenta) dias.

DETERMINAR ao Gestor de Saúde a restituição dos valores pagos com multas de trânsito, no valor total de R\$ 573,20 (quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos), descontando os valores em folha de pagamento dos servidores infratores, comprovando a regularização junto ao Conselho no prazo de 60 (sessenta) dias.

SOLICITAR explicações do Gestor de Saúde, no prazo de 30 (trinta) dias, em relação as seguintes despesas:

- Empenho 781/2018, Credor: Celesc, valor: R\$ 6.297,85, item 08 apresenta divergências no histórico, o qual não confere com o credor;
- Empenho 1490/2018 – Valor que se empenha para servidor(a) ir a Irani-SC para buscar paciente de alta no Hospital São Jorge. 1/2 Diária, no dia 23/06/2018, porém, foi pago diária inteira no valor de R\$ 250,00, sendo que não consta na prestação de contas e pedido de diária que o servidor iria pernoitar.
- Empenho 2532/2018 – Valor que se empenha para servidor(a) ir a Joinville-SC para participar da Câmara da Rede de Atenção Psicossocial da Região Nordeste de SC " Atualização em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde", no valor de R\$ 40,00, contudo, o pedido da diária está em nome da servidora Andrea Sayuri Yamaguchi e o pagamento foi efetuado para a servidora Andrea Cristine Hansch de Oliveira, sendo que no empenho, não consta o comprovante da diária;
- Empenho 1644/2018 – Credor: Gmaes Telecom Ltda – ME, valor gastos de R\$ 7.587,10, ref serviços de internet para uso da secretaria de saúde (prédio adm. da secretaria), referência mês 7 e proporcional mês 8 até o dia 17/08/2018.

SOLICITAR explicações do Gestor de Saúde, no prazo de 30 (trinta) dias, em relação as medidas tomadas, caso a caso, frente aos apontamentos especificados nos relatórios mensais pelo Instituto de Assistência à Saúde Vidas.

RECOMENDAR ao Gestor da Saúde providências no sentido de contemplar os três orçamentos nas compras diretas, com o devido CNPJ e assinatura da empresa. Caso não seja possível, anexar justificativa. No caso de orçamentos enviados via e-mail, que não seja possível a assinatura da empresa, anexar juntamente com os orçamentos o corpo da mensagem.

Art.2º Deve a Secretária de Saúde comprovar o cumprimento das determinações no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta resolução, apresentando relatório formal ao pleno do Conselho de Saúde para aprovação.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Itapoá, 08 de abril de 2019

Resolução 71/2018 – 201º Reunião Ordinária

Elaine Cristina Alves
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
	Nos termos do artigo 10, V, 685/2016	

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 021/2019 PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT)

Publicação Nº 1980893

RESULTADO FINAL do Edital 021/2019 de 26/03/2019				
Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Professor ACT (vaga temporária) na disciplina de LÍNGUA PORTUGUESA, anos finais do Ensino Fundamental, para atendimento das VAGAS VINCULADAS e/ou EXCEDENTES em 2109.				
CLASSIFICAÇÃO	NOME	Habilitado	Tempo de serviço	Desempate
1º	CINTIA DA SILVA COLAÇO	LÍNGUA PORTUGUESA	114 PONTOS	XXXXXXXXXX
2º	MARCIA CERDEIRA	LÍNGUA PORTUGUESA	091 PONTOS	XXXXXXXXXX
3º	ATHALUANA AMALIA CARRARO MAIA	LÍNGUA PORTUGUESA	082 PONTOS	XXXXXXXXXX
4º	EVILIN DANIELI DE SOUZA HUFFNER	LÍNGUA PORTUGUESA	068 PONTOS	MAIOR Nº DE FILHOS
5º	SHIRLEY DE OLIVEIRA SOUZA	LÍNGUA PORTUGUESA	068 PONTOS	XXXXXXXXXX
6º	LUÍS AMIM FERNANDES FILHO	LÍNGUA PORTUGUESA	003 PONTOS	XXXXXXXXXX
7º	DEISE REGINA DOS SANTOS GUIMARÃES	LÍNGUA PORTUGUESA	000 PONTOS	MAIOR Nº FILHOS
8º	CÁSSIA DE OLIVEIRA VIEIRA	LÍNGUA PORTUGUESA	000 PONTOS	XXXXXXXXXX

Inscrições INDEFERIDAS		
Nº INSCRIÇÃO	NOME	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
007	JUCÉLIA COELHO BUENO PAIM	NÃO CUMPRIU A LETRA "B" DO EDITAL 021/2019 – FALTA HISTÓRICO ESCOLAR

Itapoá, 10 de abril de 2019.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO

Secretária de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 1980866

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2019
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos relacionados abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente ou poupança no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

CANDIDATO	NÍVEL
Heitor Câmara Migliácio	Administração

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ DAS 07:30H ÀS 12:00H E DAS 13:30H ÀS 15:00H, CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

Itapoá, 10 de abril de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 114/2019 - NOMEIA SERVIDORES EFETIVOS PARA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**

Publicação Nº 1980166

PORTARIA Nº 114/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019
NOMEIA SERVIDORES EFETIVOS PARA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC;

CONSIDERANDO a necessidade do preenchimento de vagas para Cargos Públicos vagos no âmbito da Câmara Municipal de Itapoá, conforme disposições definidas pela Resolução Legislativa nº 12/2019, que altera a Resolução Legislativa nº 07/2014, em que dispõe sobre a estrutura administrativa e o plano de carreira do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o princípio constitucional do concurso público, definido no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal de 1988, e os princípios da legalidade, da publicidade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência na Administração Pública;

CONSIDERANDO o objetivo em dar ênfase à autonomia do Poder Legislativo de Itapoá, para que possa exercer suas tarefas constitucionais, especialmente no processo legislativo, fiscalização do Poder Executivo e administração de pessoal, patrimônio e recursos públicos; dotar o Poder Legislativo de infraestrutura e recursos humanos capazes de proporcionar os meios adequados, seguros e legais para a plena execução de suas atividades; oferecer aos Vereadores os meios materiais, legais e apoio técnico especializado de que necessitam para o exercício pleno de suas atividades parlamentares; atender às recomendações do TCE-SC, para a alteração da estrutura administrativa, com a criação de cargos de provimento efetivo e para adequar os cargos de provimento comissionado.

CONSIDERANDO a necessidade de andamento do processo de avaliação das propostas para contratação da instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, para dispensa de licitação, nos termos do inciso XIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, através de análise técnica de servidores efetivos da Casa.

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Temporária para Acompanhamento do Concurso Público da Câmara Municipal de Itapoá.

Art. 2º Ficam designados, para integrar a Comissão Temporária de Acompanhamento do Concurso Público da Câmara Municipal de Itapoá, até os termos dos trabalhos com a homologação final do concurso da Casa, os seguintes servidores efetivos:

Titulares:

- I - ANA PAULA KOGG STEPHAN, matrícula nº 50857-01;
- II - FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE FIGUEREDO, matrícula nº 50911-01;
- III - LEONICE MARLI RISKOWSKI, matrícula nº 50849-01;

Suplentes:

IV - PATRÍCIA CARNEIRO BRAZ GUERRA DE SOUZA, matrícula nº 50865-01;

V - MICHELE MAYER, matrícula nº 50822-02.

Art. 3º Compete aos servidores da presente comissão:

I – Eleger entre os servidores membros da Comissão, um servidor para o cargo de Presidente da Comissão e outro servidor no cargo de Secretário, bem como realizar o planejamento e cronograma do concurso público;

II – Avaliar as Propostas de instituições em que os Setores de Compras e de Licitações realizarem pesquisa de mercado, para determinar por deliberação entre os servidores membros da Comissão, e de forma impessoal e eficiente, a escolha da contratação de instituição de ensino, pesquisa ou de desenvolvimento institucional, que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, com a justificativa da escolha da instituição contratada, a análise de custos e pesquisa de preços com vistas à justificativa dos valores contratados.

III – Elaborar o processo de dispensa de licitação, bem como o Contrato Administrativo para efetivar a relação contratual entre a Câmara Municipal de Itapoá e a instituição escolhida pela presente Comissão, por execução indireta do concurso público, e com o auxílio do Assessor Jurídico para resguardar o princípio da legalidade, com especial atenção na definição das cláusulas contratuais, para garantir a lisura do certame e a qualidade do serviço a ser prestado.

IV – Realizar Atas em todas as discussões e deliberações da Comissão do Concurso Público, inclusive com o registro de áudio, e com a assinatura digital no documento eletrônico da Ata, pelo uso do certificado digital dos respectivos servidores;

V – Prestar assessoria e informações que forem solicitada pela empresa contratada do concurso público à Comissão Temporária de Concurso Público;

VI – Garantir ampla publicidade de todos os documentos referentes ao Concurso Público, em um banner de destaque e disponível na página inicial no site oficial da Câmara Municipal de Itapoá (www.camaraitapoa.sc.gov.br), em página única para facilitar a compreensão e acompanhamento, e também compete à Comissão encaminhar os documentos do Concurso Público para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, independente da divulgação pela página oficial da instituição contratada para realizar o concurso público;

VII – Fiscalizar e acompanhar o processo administrativo do concurso público, e comunicar imediatamente à Presidência, qualquer irregularidade ou inconformidade eventualmente constatada pela Comissão.

Art. 4º - Compete a Comissão Temporária de Acompanhamento do Concurso Público, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do Concurso Público, e com total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos não previstos no Edital de Concurso Público.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e o término da presente Comissão Temporária fica condicionada com a homologação do concurso público pela Presidência, na data em que ocorrer a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de abril de 2019.
Geraldo Rene Behlau Weber
Presidente da Mesa Diretora
[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIANº 115/2019 - NOMEIA SERVIDORES PARA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Publicação Nº 1980168

PORTARIA Nº 115/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019
NOMEIA SERVIDORES PARA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Incisos XIII e XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC;

CONSIDERANDO a decisão administrativa da atual Mesa Diretora, de promover o processo de construção da ampliação da atual sede da Câmara Municipal de Itapoá, conforme planejamento estratégico definido em reunião conjunta com os servidores da Casa no dia 24 de janeiro de 2019.

CONSIDERANDO os princípios constitucionais definidos no Art. 37, da Constituição Federal de 1988, notadamente da legalidade, da publicidade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência na Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Temporária da Construção para a Ampliação da Sede da Câmara, dos seguintes servidores:

- I - GERALDO RENE BEHLAU WEBER, matrícula nº 51052-03;
 - II - CARLOS ALEXANDRE SILVA DE JESUS, matrícula nº 51104-00;
 - III - CELSO VINICIUS MERLIN ORZENN, matrícula nº 51097-00;
 - IV - FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, matrícula nº 50881-01; e
 - V - RAFAEL EDUARDO DE OLIVEIRA, matrícula nº 51064-01;
- Art. 3º Compete aos servidores da presente comissão:

I – Acompanhar o processo de planejamento, contratação pelo devido processo licitatório e execução da obra de construção da ampliação da sede da Câmara Municipal de Itapoá;

II – Auxiliar o gestor do contrato nas mensurações e análise das etapas da construção, para resguardar a proteção ao erário e garantir a eficiência da obra em conformidade com o projeto;

III – Solicitar apoio técnico quando necessário;

IV – Realizar Atas em todas as discussões e deliberações da Comissão, inclusive com o registro de áudio, e com a assinatura digital no documento eletrônico da Ata, pelo uso do certificado digital dos respectivos servidores;

V – Prestar assessoria e informações que forem solicitada pela empresa contratada da obra de ampliação, de maneira a agilizar a comunicação entre os responsáveis pelo projeto com a execução

do contrato administrativo;

VI – Realizar o registro fotográfico de todas as etapas de execução da obra, para arquivo na Casa;

VII – Fiscalizar e acompanhar a execução da construção, e tomar as medidas necessárias, se a Comissão identificar eventuais irregularidades ou inconformidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e o término da presente Comissão Temporária fica condicionada ao término da construção até a data limite do dia 31 de dezembro de 2019.

Câmara Municipal de Itapoá, em 09 de abril de 2019.

Geraldo Rene Behlau Weber
Presidente da Mesa Diretora
[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 522, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980993

PORTARIA Nº 522, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do art. 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de acordo com o art. 234 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008:

- Considerando que a PORTARIA Nº 131, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019, instaurou Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis irregularidades cometidas em tese pelo servidor LUIS AUGUSTO WEAGNER SCHEEREN;
- Considerando que o prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias;
- Considerando o impedimento da Comissão Permanente Disciplinar e a necessidade de nomeação de nova comissão para apuração do referido processo;
- Considerando ainda a necessidade de elaboração de relatório final e o requerimento nº 1149/2019 protocolado pela Comissão do Processo Administrativo nº 001/2019.

RESOLVE:

Art.1º. PRORROGAR o prazo de conclusão dos trabalhos com a elaboração do relatório final do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019 por até 60 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de abril de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 10 de abril de 2019.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

PORTARIA Nº 523, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980995

PORTARIA Nº 523, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de acordo com o art. 221 da Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008, e

Considerando a Portaria nº 131/2019 que instaurou processo administrativo disciplinar para possíveis irregularidades em tese cometidas pelo servidor LUIS AUGUSTO WAGNER SCHEEREN e a Portaria nº 132/2019 que determina o afastamento do referido servidor;

Considerando o requerimento nº 1149/2019 e a Portaria nº 522/2019 que prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o AFASTAMENTO PREVENTIVO do servidor LUIS AUGUSTO WAGNER SCHEEREN, ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR, na Secretaria da Fazenda, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de abril de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 10 de abril de 2019.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 41/2019

Publicação Nº 1980212

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 1/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 1/2019

Contrato Administrativo nº: 41/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA - (Lote 01), E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA, REPARAÇÃO EM GERAL E OUTROS – (Lote 02), NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL DO MUNICÍPIO DE JABORÁ.

Valor: Acréscimo no valor inicial atualizado do contrato, de R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais) para R\$ 28.522,29 (vinte e oito mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos).

Vigência: 10/04 à 01/05/2019.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: HIDRAOURO SOLUCOES EM INSTALACOES HIDRAULICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.185.407/0001-82.

Jaborá, SC, 10 de Abril de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 42/2019

Publicação Nº 1980571

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO ADITIVO DE SUPRESSÃO, ACRÉSCIMO E PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 3/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 3/2019

Contrato Administrativo nº: 42/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

PINTURA, REPARAÇÃO EM GERAL E OUTROS, NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALBERTO BORDIN II E MUSEU.

Valor: Supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e maior prazo para execução do serviço, passando a vigorar até 30/04/2019.

Vigência: 31/05/2019.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: ESTRUTURAL COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ nº. 05.078.414/0001-57.

Jaborá, SC, 10 de Abril de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2019

Publicação Nº 1980297

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 2/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2019

Contrato Administrativo nº: 43/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE FABRICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO COMPLETA, DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALBERTO BORDIN, MUNICÍPIO DE JABORÁ.

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de R\$ 58.757,44 (cinquenta e oito mil setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) para R\$ 63.329,64 (sessenta e três mil trezentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Vigência: 10/04 à 01/05/2019.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: FERROEST INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS E FUNILARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 73.265.829/0001-90.

Jaborá, SC, 10 de Abril de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 01-2019

Publicação Nº 1980265

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

“Aprova as Contas relativas ao exercício de 2017, da Prefeitura Municipal de Jaborá, SC”.

Ronaldo Cadore, Presidente da Câmara de Vereadores de Jaborá/SC, amparado pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Jaborá, bem como nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, torna público o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Jaborá SC, relativo ao exercício de 2017, acatando desta forma o Parecer Prévio nº 228/2018, do Processo nº PCP-18/00183108 do TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. As recomendações apontadas pela Diretoria de Controle dos Municípios DMU, descritas no Parecer Prévio do TCE/SC, deverão ser consideradas, e, conforme exigência legal será o feito o encaminhado por meio eletrônico ao Poder Executivo Municipal, com cópias de todo o processo de aprovação das referidas contas, para que possam ser tomadas as devidas providências quanto à observação das mesmas.

Art. 3º. Encaminhe-se cópia da ata da sessão de julgamento das contas anuais ao TCE/SC, conforme art. 59 da LC nº 202/2000.

Art. 4º. O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá (SC), 09 de abril de 2019.

Ronaldo Cadore
Presidente

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 003/2019/SECEL INSCRIÇÃO BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL

Publicação Nº 1980967

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 003/2019/SECEL
INSCRIÇÃO BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Jaraguá do Sul e a Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais e com amparo legal na Lei Municipal nº 7.349/2017 de 10 de março de 2017, alterada pela Lei Municipal nº 7.897/2019, de 5 de abril de 2019 e Decreto Municipal nº 11.322/2017 de 26 de abril de 2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 12.746/2019, de 5 de abril de 2019, tornam público que estão abertas às inscrições para o Bolsa Desportiva Municipal para Atletas e Paratletas de acordo com o que estabelece o presente Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 7.349/2017 de 10 de março de 2017, alterada pela Lei Municipal nº 7.897/2019, de 5 de abril de 2019 e Decreto Municipal nº 11.322/2017 de 26 de abril de 2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 12.746/2019, de 5 de abril de 2019.

PERÍODO E LOCAL DE INSCRIÇÃO: As inscrições estarão abertas no período de 11 de abril a 13 de maio de 2019 e serão efetuadas exclusivamente na sede da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, situada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, bairro Nova Brasília, Jaraguá do Sul – SC, de segunda a sexta feira, no seguinte horário: das 8h às 11h e das 13h às 16h30min.

VALOR ESTIMADO PARA ESTE EDITAL: R\$ 500.000,00

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este edital poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer pelo fone (047) 3270-4300 ou ainda, pelos e-mails id2992@jaraguadosul.sc.gov.br (Cleide Mosca) ou id8496@jaraguadosul.sc.gov.br (Karine Festugatto).'

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do presente Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente na sede da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, situada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, Jaraguá do Sul – SC, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 28 de fevereiro de 2019.

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.749/2019

Publicação Nº 1981565

D E C R E T O Nº 12.749/2019

Designa Conselheiros no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o desligamento da cadeira representativa da Associação Desportiva XOXO10 no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

CONSIDERANDO a realização, em 05 de abril de 2019, de Fórum próprio para eleição da sociedade civil correspondente à complementação de vagas do segmento não governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca)

- Gestão 2018-2020, em que restou como eleita a Associação Catarinense de Taekwondo;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 031/2019/CMDCA/JS, de 05/04/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

DECRETA :

Art.1º Ficam designados ALLAN FABIO SIQUEIRA, como conselheiro titular, e EDER ROMANOWSKI, como conselheiro suplente, para representarem a Associação Catarinense de Taekwondo, na qualidade de Representantes Não Governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o Decreto Municipal Nº 12.082/2018, de 24/05/2018, no que se refere a representação da Associação Desportiva XOXO10 e a respectiva designação de Marcio Bandeira Rodrigues; e revogado o Decreto Municipal Nº 12.414/2018, de 05/11/2018, no que se refere à representação da Associação Desportiva XOXO10 e a respectiva designação de Cerlí Ocléa Garcia das Neves.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 28 de maio de 2020.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.750/2019

Publicação Nº 1981566

D E C R E T O Nº 12.750/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27 de maio de 2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 7.079/2015, de 17 de julho de 2015, e 7.384/2017, de 24 de maio de 2017, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14 de outubro de 2016, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 135/2019/Semcel/DE, de 29/03/2019, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA :

Art.1º FICAM DESIGNADOS, no período de 02/04/2019 a 20/12/2019, os servidores públicos municipais VERA DE TOFOL, matrícula 7261; MARZENI BORGES ANTUNES GADOTTI, matrícula 7654; CLAUDIA REJANE GORIS DE OLIVEIRA, matrícula 10765; ISMAEL NIELS, matrícula 8915; e ANDRÉA MÁXIMO FERREIRA MALSCHITZKY, matrícula 7063, para comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES que, sob a presidência da primeira, procederá a condução dos processos de licitação, dos processos de dispensa de licitação e de inexigibilidade de licitação, referentes ao evento público denominado 31ª Schützenfest - Festa dos Atiradores - Edição 2019.

Art.2º FICA CONCEDIDO, no período de 02/04/2019 a 20/12/2019, a cada membro da Comissão de que trata o artigo 1º, deste Decreto,

um adicional de trabalho técnico correspondente a 07 (sete) UPM's (Unidades Padrão do Município) para o Presidente, e de 3,5 (três vírgula cinco) UPM's (Unidades Padrão do Município) para cada um dos demais membros, vedada a percepção de forma cumulada.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/04/2019.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.751/2019

Publicação Nº 1981567

D E C R E T O Nº 12.751/2019

Considera Como Permitidas Microcervejarias Artesanais, Brewpubs e Nanocervejarias nas Zonas Que Especifica.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o inciso III, do artigo 56, e o artigo 59, da Lei Complementar Municipal Nº 219/2018, de 23/10/2018; e o artigo 7º, da Lei Municipal Nº 1.766/1993, de 09/12/1993;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a fabricação e o engarrafamento de cervejas e chopes, inclusive maltes (sub-código 27.40.10), por microcervejarias artesanais, brewpubs e nanocervejarias, assim definidos na Lei Municipal Nº 7.793/2018, de 08/11/2018, que "Institui o Programa de Incentivo às Microcervejarias Artesanais, Brewpubs e Nanocervejarias, no Âmbito do Município de Jaraguá do Sul, e dá outras providências", na ZCP - Zona Comercial e de Prestação de Serviços Principal, na ZCS - Zona Comercial e de Prestação de Serviços Secundária, nas ZRs - Zonas Residenciais e nas ZETs - Zonas de Interesse Ecoturístico;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 030/2019/Semdeicst, de 03/04/2019, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo;

DECRETA :

Art.1º A atividade "indústria de bebidas e álcool etílico (código 27): fabricação e engarrafamento de cervejas e chopes, inclusive maltes (sub-código 27.40.10)", nas modalidades de "microcervejarias artesanais, brewpubs e nanocervejarias", assim definidas na Lei Municipal Nº 7.793/2018, de 08/11/2018, fica também permitida na ZCP, na ZCS, e nas ZRs e ZETs, observado o seguinte:

I - na ZCS, nas ZRs e ZETs, as microcervejarias artesanais ficam vetadas nas vias locais, sendo permitidas nas vias estruturais, coletoras e arteriais;

II - o disposto no inciso VII, do artigo 54, da Lei Complementar Municipal Nº 219/2018, de 23/10/2018;

III - nestas regiões o porte fica limitado a 0,2 ha (dois décimos de hectares) de área útil geral.

Art.2º Havendo concomitantemente a exploração de bares, restaurantes e similares e comércio varejista, estes deverão atender a legislação que lhes é aplicável para o local.

Art.3º As modalidades mencionadas não poderão causar incomodidade, nocividade e periculosidade à vizinhança, a terceiros, à circulação viária e ao meio ambiente, devendo:

I - atender a legislação urbanística, ambiental, sanitária, de mobilidade urbana, de preservação do patrimônio histórico e de segurança pública;

II - enquadrarem-se nas definições e limitações estabelecidas na Lei Municipal Nº 7.793/2018, de 08/11/2018.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.752/2019

Publicação Nº 1981568

D E C R E T O Nº 12.752/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.122.03004.000 - Manutenção das Atividades Administrativas

- Desporto e Lazer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.004.532 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária, da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.122.03004.000 - Manutenção das Atividades Administrativas

- Desporto e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.004.531 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.753/2019

Publicação Nº 1981569

D E C R E T O Nº 12.753/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que

lhes são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 4.950,00 (Quatro mil, novecentos e cinquenta reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
33.002.15.122.03022.251 - Pagamento de Despesas Fixas - Trânsito
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.002.459 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.950,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Convênio Multas Trânsito-RENAINF, no valor de R\$ 4.950,00 (Quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 12.754/2019

Publicação Nº 1981570

D E C R E T O Nº 12.754/2019

Regulamenta a Aplicação da Lei Municipal Nº 7.815/2018, de 06 de Dezembro de 2018, que Institui, no Município de Jaraguá do Sul, o PROGRAMA ADOTE O VERDE, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.815/2018, de 06/12/2018, que institui, no Município de Jaraguá do Sul, o "Programa Adote o Verde", e dá outras providências;

DECRETA :

CAPÍTULO I
DO EDITAL

Art.1º Anualmente, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir, publicará edital constando as áreas públicas passíveis de adoção por pessoas físicas e jurídicas, conforme disposição da Lei Municipal Nº 7.815/2018, de 06/12/2018.

Art.2º O edital conterá as áreas numeradas, juntamente com metragem, localização e imagens das mesmas em anexo.

Art.3º O edital irá prever data, horário e local da entrega de documentação dos interessados na adoção, promovendo-se abertura de processo interno, devidamente numerado e tramitado para a comissão responsável pela avaliação e julgamento.

§1º Tratando-se de pessoa física, o requerimento deverá ser instruído com:

I - cópia do documento de identidade;

II - cópia da inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III - cópia do comprovante de residência.

§2º Tratando-se de pessoa jurídica, o requerimento deverá ser instruído com:

I - cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão CNPJ/MF);

II - certidão simplificada de atividade na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc);

III - cópia do Contrato Social e alterações.

§3º Não se aplicam os incisos II e III, do §2º, aos Microempreendedores Individuais (MEIs).

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DE ANÁLISE

Art.4º A Comissão de Análise da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir, será composta por:

I - servidor responsável pela manutenção e ajardinamento municipal, preferencialmente ocupante de cargo de livre nomeação;

II - profissional com formação nas áreas de Engenharia, preferencialmente Engenharia Florestal;

III - profissional com formação em Arquitetura e Urbanismo.

§1º Recebido o requerimento, caberá à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir, avaliar a conveniência da proposta e verificar o cumprimento dos requisitos previstos nesta legislação e nos atos que sucederem. §2º O edital deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) e divulgado no Portal da Prefeitura do Município de Jaraguá do Sul, na Internet.

Art.5º Após a celebração, o Termo de Cooperação será publicado, na íntegra, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da sua assinatura.

CAPÍTULO III DO TERMO DE COOPERAÇÃO

Art.6º No Termo de Cooperação "Adote o Verde", deverão constar:

I - a completa identificação do participante (RG, CPF, estado civil, endereço) e, em se tratando de pessoa jurídica, o CNPJ/MF, contrato social ou estatuto, endereço, ramo de atividade e a qualificação completa dos seus dirigentes;

II - denominação do local escolhido, sua localização e, detalhadamente, as obras e serviços que o interessado pretende nele executar;

III - o prazo de vigência da adoção.

Art.7º O Termo de Cooperação para a execução de serviços de ajardinamento, conservação e manutenção de praças, rotatórias, trevos, canteiros terá vigência máxima de 48 (quarenta e oito) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo as partes denunciá-lo justificadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia, com antecedência de 30 (trinta) dias.

§1º Findo seu prazo de validade, os Termos de Cooperação não serão renovados automaticamente, devendo eventual novo pedido atender integralmente o disposto nesta legislação.

§2º Os Termos de Cooperação conterão cláusula expressa sobre a responsabilidade do interessado quanto as infrações ambientais, definições e obrigações trabalhistas, tributárias e criminais.

CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE

Art.8º As atividades do participante do Programa ADOTE O VERDE serão compensadas com o seu direito de colocar publicidade na área do local a que se refere o Termo de Cooperação.

§1º A publicidade a ser implantada no local, objeto da parceria, deverá obedecer ao modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir, com referência às suas dimensões, cores e demais requisitos: a) para os canteiros centrais e laterais de vias públicas com largura menor de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) será permitida a colocação de, no máximo, 01 (uma) placa indicativa para cada 100m (cem metros) lineares de extensão, com dimensões máximas de 0,60m (sessenta centímetros) de largura por 0,40m (quarenta centímetros) de altura, afixada à altura máxima de 0,50m (cinquenta centímetros) do solo;

b) para praças e áreas verdes, com ou sem denominação oficial, e canteiros centrais e laterais de vias públicas com largura igual ou maior que 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), será permitida a colocação de 01 (uma) placa com dimensões máximas de 0,60m (sessenta centímetros) de largura por 0,40m (quarenta centímetros) de altura, afixada à altura máxima de 0,50m (cinquenta centímetros) do solo, a cada 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrados) ou fração.

§2º O Poder Executivo Municipal poderá autorizar a empresa, entidade ou pessoa física a instalar, com fins publicitários, relógios digitais ou eletrônicos, lixeiras, bancos, dentre outros equipamentos urbanos, desde que apresentado projeto assinado por profissional de engenharia e tramitado projeto junto ao setor urbanístico municipal e órgão de trânsito para verificação da compatibilidade com o ordenamento municipal vigente.

§3º É proibida a divulgação de textos publicitários que estimulem o consumo de bebidas alcoólicas, de cigarros ou da violência em todas as suas formas.

§4º É facultado às empresas, entidades ou pessoa física, durante a execução dos trabalhos, utilizarem uniformes padrão com a denominação Programa ADOTE O VERDE.

§5º Nas placas de publicidade a serem implantadas por pessoas físicas nas áreas públicas passíveis de adoção, de que trata o presente Decreto, devem constar, tão somente, o sobrenome da pessoa física adotante, tornando-se expressamente proibido constar seu nome.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art.9º A Chefia de Jardinagem, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outros órgãos ou unidades que as substituírem, fará auditoria nas áreas adotadas, preenchendo relatórios completos do estado de manutenção das áreas, juntamente de imagens do estado de conservação das mesmas.

Art.10. Demonstrando-se utilização em desconformidade com o estabelecido nas legislações e termos, o responsável apresentará procedimento à Comissão de Análise, que promoverá notificação ao adotante, pactuando prazo de 10 (dez) dias úteis para a devida manutenção, sob pena de rescisão do termo, nos moldes do Capítulo VI, desta regulamentação, e do artigo 12, da Lei Municipal Nº 7.815/2018, de 06/12/2018.

CAPÍTULO VI DA RESCISÃO

Art.11. O Termo de Cooperação poderá ser rescindido:

I - pelo interesse das partes;

II - no interesse da Administração Municipal;

III - no descumprimento, pela empresa, entidade ou pessoa física, das condições do Termo de Cooperação.

Parágrafo único. O Termo de Cooperação não poderá ser transferido a terceiros sem anuência da Administração Pública Municipal.

Art.12. Encerrada a cooperação, as melhorias dela decorrentes passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem qualquer direito de retenção ou indenização, devendo as placas serem retiradas pelo conveniente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§1º Findo o prazo previsto no caput, deste artigo, ou havendo rescisão do Termo de Cooperação, as placas não retiradas serão consideradas anúncios irregularmente instalados, ficando sujeitas às penalidades previstas em lei específica.

§2º O abandono, a desistência ou o descumprimento do Termo de Cooperação não dispensa a obrigação de remover as respectivas placas indicativas.

Art.13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 12.755/2019

Publicação Nº 1981571

D E C R E T O Nº 12.755/2019

Declara de Utilidade Pública Imóvel de JOSÉ MODESTINO JUNKES.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0128/2019/Semplu, de 08 de abril de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de acesso à ponte ligando os bairros Chico de Paulo e Amizade;

CONSIDERANDO que o imóvel, ora declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, está caracterizado com área de mais ou menos 1.645,00m², conforme disposto na Certidão de Transcrição Nº 8.942, do CRI desta Comarca; CONSIDERANDO que, em levantamento topográfico realizado no local, verificou-se as reais dimensões do terreno "intra muros", dimensões estas adotadas como as reais no Laudo Pericial de Avaliação de Imóvel para Fins de Desapropriação Total, elaborado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis, constituída pelo Decreto Municipal Nº 12.601/2019, de 19/02/2019, visto que a Transcrição Imobiliária não define com exatidão a área do imóvel;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, conforme levantamento topográfico realizado no local, a área de 1.913,85m², edificada com uma edificação comercial em alvenaria, com área de 163,20m², construída no ano de 1951; uma edificação residencial em alvenaria, com área de 163,20m², construída no ano de 1978; uma edificação residencial em alvenaria, com área de 180,20m², construída no ano de 1980; e uma edificação residencial em alvenaria, com área de

159,78m2, construída no ano de 1980; proveniente da Transcrição Imobiliária Nº 8.942, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 12.360, situada à Rua 590 - Erwino Menegotti, bairro Chico de Paulo, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de JOSÉ MODESTINO JUNKES.

Art.2º O imóvel a que se refere o artigo precedente, representado na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de acesso à ponte ligando os bairros Chico de Paulo e Amizade.

Art.3º Fica isento da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o imóvel objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.001/2019

Publicação Nº 1980958

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE HABITAÇÃO

Edital de Notificação N.001/2019
Regularização Fundiária Urbana – Reurb - Lei nº 13.465/17

Loteamento Irregular denominado “BIER”

O Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, por intermédio da Diretoria da Habitação, situada junto a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Rua Walter Marquardt, nº 1111 – Barra do Rio Molha,

Considerando a não localização por via postal,

NOTIFICA o senhor PAULO CORRÊA, CPF número 418.242.619-34, confrontante do núcleo urbano informal consolidado denominado “LOTEAMENTO BIER”, inscrito no registro de imóveis sob o número 11.717, localizado no lado direito da Rua 560 – Oscar Schneider – Bairro Jaraguá 99, nesta cidade.

Ficam Vossas Senhorias cientificadas que poderão apresentar impugnação no prazo de trinta (30) dias, contados a partir da data da publicação deste edital, nos termos dos §§, 5º I, II e 6º do art. 31 da Lei Federal nº 11.365/2017.

Não sendo apresentada impugnação ou contestação por parte dos interessados, o processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb, do denominado Loteamento Irregular denominado “BIER”, prosseguirá normalmente.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial deste Município.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2019 .

LUÍS FERNANDO ALMEIDA
Diretor de Habitação

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 134/2019 AO CONTRATO Nº 210/2018

Publicação Nº 1981127

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 134/2019 AO CONTRATO Nº 210/2018

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 069/2018.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos II e III da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME.

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para implantação da Praça com Área de Lazer, destinado para modernização da infraestrutura da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn nº 636, no Bairro Nova Brasília, Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: O prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 315/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 490/2018, bem como a suspensão do prazo em 19/12/2018 através da Ordem de Paralisação da Obra; bem como considerando o reinício das atividades em 04/02/2019, vide a Ordem de Reinício, e, ainda, que o prazo de execução não havia encerrado, sendo o prazo remanescente de mais 03 (três) dias para a execução dos serviços, a contar do dia 04/02/2019, fica prorrogado, com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos II e III da Lei Federal 8.666/93, por mais 70 (setenta) dias, a contar de 07/02/2019 com término em 17/04/2019. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 16 de junho de 2019, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 12.034/2018, servidor público Engenheiro Humberto José Travi, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Gilmar Ricardo Bernardino.

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

ORDEM DE REINICIO

Publicação Nº 1980385

ORDEM DE REINICIO

Determino por meio desta, a empresa INFRASUL – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda., para reiniciar a execução dos serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Estrada Geral Rio Molha (JGS 030) no bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Concorrência Pública nº 34/2018, e formalizada pelo Contrato nº 229/2018, a partir do dia seguinte do recebimento desta Ordem, pois o Termo Aditivo foi devidamente aprovado junto ao Agente Financeiro faltando somente a aprovação e tramitação final do Termo Aditivo junto a municipalidade.

Jaraguá do Sul, 01 de abril de 2019.
Ivan Andreias Wolter
Engenheiro Civil – CREA 058719-9

Recebi em, ____/____/____

INFRASUL – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda.
CNPJ/MF 03.094.945/0001-29

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

PORTARIA Nº 057/2019/SEMSA

Publicação Nº 1980823

PORTARIANº 057/2019/Semsa

Designa os profissionais que irão compor a Comissão Permanente de Contratualização Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul.

ALCEU GILMAR MORETTI, Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a Cláusula Sexta do Contrato nº 545/2018 de 19 de dezembro de 2018, celebrado entre o Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, e a Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul – SC Hospital e Maternidade Jaraguá;

CONSIDERANDO a Cláusula Sexta do Contrato nº 546/2018 de 19 de dezembro de 2018, celebrado entre o Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, e a Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO teor do OFÍCIO HMJ 183/2018, de 25 de setembro de 2018, do Hospital e Maternidade Jaraguá;

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº. 206/ADM/2018, de 10 de outubro de 2018, do Hospital São José;

CONSIDERANDO teor do Of. 002/2019/CMS/JS, de 11 de março de 2019, do Conselho Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO teor do Ofício Técnico nº 017/2019/AMALI, de 14 de março de 2019, da AMVALI – Associação dos Municípios do Vale do Itapocu;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os profissionais relacionados a seguir para compor a Comissão Permanente de Contratualização Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- Elisabeth Rolim Espanhol Bachmann (Titular)
- Fabiana Conrado (Titular)
- Gizelia Kuester (Suplente)

II – HOSPITAL E MATERNIDADE JARAGUÁ:

- Camila Flores Pereira
- Carem Solanho Rumpf

III – HOSPITAL SÃO JOSÉ:

- Carlos Cesar Feliponi (Titular)
- Lisandra R. S. Albrecht (Titular)
- Susan Daiane Drews Splitter (Suplente)
- Jordan Scholz de Lima (Suplente)

IV – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:

- Elizabete do Rocio de Medeiros (Titular)
- Agostinho Fernando Zimmermann (Suplente)

V – AMVALI:

- Daniela Cristina Bogo Boger
- Antonio Azevedo

Art.2º A Comissão Permanente de Contratualização Hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul será composta por Presidente e membros.

Parágrafo Único. Será Designada como Presidente Elisabeth Rolim Espanhol Bachmann.

Art.3º O mandato da Comissão Permanente de Contratualização Hospitalar será compatível com a vigência dos Contratos nº 545/2018 e 546/2018.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 22 de janeiro de 2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de abril de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 142/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980841

PORTARIANº 142/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/04/2019 ao servidor(a) público(a) municipal ANDRE CLEBER DE MELO matrícula nº 7950 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 143/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980842

PORTARIANº 143/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal ANDREIA APARECIDA OLARI ZIMMERMANN matrícula nº 8706 referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 144/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980843

PORTARIANº 144/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal JOICILENE MARTINS DE CANTUARIA matrícula nº 9148 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.
ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 145/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980844

PORTARIANº 145/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 60 (sessenta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal BERNADETE DA SILVA matrícula nº 8757 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 146/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980845

PORTARIANº 146/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal ISABEL APARECIDA DE CARVALHO matrícula nº 8519 referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 147/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980850

PORTARIANº 147/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LEILA DE SOUZA SANTIAGO matrícula nº 7064 referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 148/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980851

PORTARIANº 148/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LIAMAR DEMARCHI FORMIGARI matrícula nº 8667 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 149/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980852

PORTARIANº 149/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 03/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LUIZ CARLOS DE SOUZA ORTIZ PRIMO matrícula nº 7104 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 150/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980853

PORTARIANº 150/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 60 (sessenta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 03/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LIARA ROSELI KROBOT matrícula nº 9110 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 151/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980855

PORTARIANº 151/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 03/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LUIS CARLOS STEPHANI matrícula nº 7662 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 152/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980856

PORTARIANº 152/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 03/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal CARLOS ALBERTO SCHULTZ matrícula nº 9126 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 153/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980859

PORTARIANº 153/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 03/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal CIBELI FRANCO DA SILVA ROSA matrícula nº 8721 referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 154/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980860

PORTARIANº 154/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 04/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LYZ ELAINE DE OLIVEIRA matrícula nº 9232 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 155/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980861

PORTARIANº 155/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 04/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal MARIZE VESOLOVSKI MORGENSTERN matrícula nº 10511 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 156/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980863

PORTARIANº 156/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 04/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal KATIANE MARIA DE BITTENCOURT matrícula nº 8003 referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 157/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980865

PORTARIANº 157/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 08/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal RIVAIR BACHMANN matrícula nº 4319 referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 158/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980867

PORTARIANº 158/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal EVANDRO DORING matrícula nº 7085 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 159/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980869

PORTARIANº 159/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal KATIA ROSEMERI HOLLER matrícula nº 7709 referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 160/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980870

PORTARIANº 160/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal CARLOS LEONARDO ROHRBACHER matrícula nº 9058 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 161/2019/SEMAD

Publicação Nº 1980871

PORTARIANº 161/2019/SEMAD

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 60 (sessenta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/04/2019 ao servidor(a) público (a) municipal LEANDRA ALVES MACHADO matrícula nº 9199 referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Abril de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 284/2019

Publicação Nº 1981574

PORTARIANº 284/2019

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 015/2019/CMAS/JS, de 05/04/2019, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR FRANCIONE MARTARELLO SCOPEL, como conselheira titular, em substituição a Moisés Vitorino da Silva Junior, e ISABELLY JANAINA RIBAS, como conselheira suplente, em substituição a Kelin Reckzeigel, para representarem a OAB/SC - Ordem dos Advogados do Brasil - 23ª Subseção de Jaraguá do Sul, na qualidade de Representantes da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 058/2019, de 08/02/2019, no que se refere a designação de Moisés Vitorino da Silva Junior e de Kelin Reckzeigel.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 12/02/2021.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 285/2019

Publicação Nº 1981575

PORTARIANº 285/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 101/2019/Semcel/DE, de 15/03/2019, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 18/03/2019, o servidor público municipal EVERTON SALES, matrícula 9397-1, ocupante do cargo efetivo de Educador Social de Nível Superior, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/03/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 286/2019

Publicação Nº 1981576

PORTARIANº 286/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 129/2019/Semed, de 04/04/2019, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/04/2019, a Portaria Nº 667/2017, de 03/07/2017, que designou a servidora pública municipal GABRIELA BECKER, matrícula 9463, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 287/2019

Publicação Nº 1981577

PORTARIANº 287/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 119/2019/Semad/DGP/GAS, de 05/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 03/04/2019 a 05/04/2019, à servidora pública municipal SILVANE DEORASKI PONTALTI LIMA, matrícula 10072, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 288/2019

Publicação Nº 1981578

PORTARIANº 288/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 118/2019/Semad/DGP/GAS, de 05/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 1º/04/2019 a 03/04/2019, à servidora pública municipal ELENISI PAWLAK COELHO, matrícula 10617, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 289/2019

Publicação Nº 1981579

PORTARIANº 289/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 117/2019/Semad/DGP/GAS, de 05/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 25/03/2019 a 27/03/2019, e no dia 29/03/2019, à servidora pública municipal VIVIANE DOMINGOS, matrícula 10215, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/03/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 290/2019

Publicação Nº 1981580

PORTARIANº 290/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 116/2019/Semad/DGP/GAS, de 05/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 1º/04/2019 a 05/04/2019, à servidora pública municipal ANDRELIZE DE SOUZA BLUM, matrícula 10103, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 291/2019

Publicação Nº 1981581

PORTARIANº 291/2019

Substitui Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 001/2019/GAC, de 08/04/2019, da Gerência de Atendimento ao Cidadão;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR MARISTELA HERTEL, como conselheira titular, em substituição à Luciane Regina Mortari Zequini; e SILVANA DE OLIVEIRA, como conselheira suplente, em substituição à Angélica Kobielski Bonfim, para representarem as Associação de Profissionais Liberais, na qualidade de Representantes da Sociedade Civil, no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Comdim).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 908/2017, de 11/09/2017, no que se refere a designação de Luciane Regina Mortari Zequini e de Angélica Kobielski Bonfim.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/08/2019.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 292/2019

Publicação Nº 1981582

PORTARIANº 292/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, e 217/2018, de 20/09/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 121/2019/Semad/DGP/GAS, de 09/04/2019, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 05/04/2019 a 12/04/2019, à servidora pública municipal THAISE JUNCES MATHEDI, matrícula 10873, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/04/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019

Publicação Nº 1981573

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 25/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de serviços de caminhão ¾ de pequeno porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) e caminhão de grande porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (truck), em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, para prestação de serviços ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do serviço	Valor unitário item (R\$)
01	PRESTADORA DE SERVIÇOS EM ALVENARIA H&G LTDA EPP	1.500	Horas	01 (um) caminhão ¾ de pequeno porte (para trabalhos em locais isolados e de difícil acesso) equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) capacidade mínima 05 (cinco) toneladas, alcance vertical 20 metros com cesto duplo, alcance horizontal 17 metros com carroceria aberta comprimento máximo 4,5 metros. Caminhão e equipamento deverão estar em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com combustível, motorista/operador, sendo de responsabilidade da empresa contratada a limpeza dos galhos, troncos, folhas e remoção de entulhos gerados pelo corte e poda das árvores, para um total de 1.500 (mil e quinhentas) horas trabalhadas.	158,00
02	PRESTADORA DE SERVIÇOS EM ALVENARIA H&G LTDA EPP	1.500	Horas	01 (um) caminhão trucado de grande porte (para trabalhos em locais isolados e de difícil acesso) equipado com guindaste hidráulico articulado (truck) com cesto duplo, capacidade mínima 10 (dez) toneladas, alcance vertical 20 metros e 23 metros com lança JIB, controle de rádio frequência, carroceria aberta com comprimento máximo de 6,8 metros. Caminhão e equipamento deverão estar em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com combustível, motorista/operador, sendo de responsabilidade da empresa contratada a limpeza dos galhos, troncos, folhas e remoção de entulhos gerados pelo corte e poda das árvores, para um total de 1.500 (mil e quinhentas) horas trabalhadas.	183,00

Jaraguá do Sul, SC, 10 de abril de 2019.
Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RETIFICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019

Publicação Nº 1981572

RETIFICAÇÃO**DA ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019**

O Município de Jaraguá do Sul, através da Comissão Especial de Licitações designados pelo Decreto nº 12.606/2019, comunicam aos participantes da licitação acima, que em função de equívoco na análise da Planilha Orçamentária e Quantitativa, parte integrante da Proposta Comercial da empresa OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA EPP (anexo), a Comissão torna nulo o Ato que resultou no julgamento que desclassificou a proposta da empresa citada e que declarou vencedor a empresa IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. A Comissão encaminha em anexo a esta, a Proposta Comercial da empresa OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA EPP para conhecimento de todos e comprovação do equívoco.

Desta feita, a Comissão reconsidera seu julgamento e classifica a Proposta da Empresa OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA EPP, por atender as exigências dos Edital e a declara vencedora do certame com o valor Global de R\$ 175.407,86 (cento e setenta e cinco mil quatrocentos e sete reais e oitenta e seis centavos).

Jaraguá do Sul, 09 de abril de 2019.

Marcelo Gumboski	
Ivan Andreias Wolter	
Otoniel da Silva	

SEMED - PORTARIA Nº 160/2019

Publicação Nº 1980178

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 160/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MICHELE APARECIDA MACENO MARCOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Guilherme Hanemann	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 161/2019

Publicação Nº 1980179

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 161/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, DEBORA PANSTEIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Guilherme Hanemann	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 162/2019

Publicação Nº 1980180

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 162/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, RAQUEL SALGUEIRO RIBEIRO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Helmuth Guilherme Duwe	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 163/2019

Publicação Nº 1980181

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 163/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, VERA MARLIZE SCHROER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Helmuth Guilherme Duwe	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 164/2019

Publicação Nº 1980182

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 164/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, EDIANE DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Helmuth Guilherme Duwe	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 165/2019

Publicação Nº 1980183

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 165/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARIA ORZECOVICZ XAVIER MATIAS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Max Schubert	20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 166/2019

Publicação Nº 1980184

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 166/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, VERA LUCIA SILVEIRA BARBOSA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Max Schubert	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 167/2019

Publicação Nº 1980185

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 167/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JULIANE PATRICIA MEIRA KOHLRAUSCH, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Max Schubert	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 168/2019

Publicação Nº 1980186

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 168/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, KELLI APARECIDA PEREIRA KARGER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Cristina Marcatto	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 169/2019

Publicação Nº 1980187

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 169/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, CLAUDIONOR SALERNO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 05/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Cristina Marcatto	20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 170/2019

Publicação Nº 1980188

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 170/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, PRISCILA DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 08/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB PE Alberto Jacobs	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 171/2019

Publicação Nº 1980189

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 171/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de

02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ADRIANA TABORDA RIBAS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB PE Alberto Jacobs	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 172/2019

Publicação Nº 1980190

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 172/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ALEX ALEXANDRE COSTA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 12/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB PE Alberto Jacobs	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 173/2019

Publicação Nº 1980191

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 173/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JANAINA GAEDKE LINDNER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB PE Alberto Jacobs	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 174/2019

Publicação Nº 1980192

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 174/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JULIANE CARINA DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Machado de Assis	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 175/2019

Publicação Nº 1980193

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 175/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ELAINE DE SOUZA TOMELIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Adelino Francener	20
EMEB Loteamento Amizade	20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 176/2019

Publicação Nº 1980194

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 176/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ELISANGELA MARIS PIRES DALLAGNOLO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
-----------------	-----

EMEB Adelino Francener

20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA N° 177/2019

Publicação N° 1980195

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N° 177/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, CAROLINA KRISCHANSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 06/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Renato Pradi	20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA N° 178/2019

Publicação N° 1980196

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N° 178/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JUCIMARA HECK GIACOMOZZI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Renato Pradi	20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA N° 179/2019

Publicação N° 1980197

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N° 179/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ROZANGELA MESQUITA CORREA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Renato Pradi	20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA N° 180/2019

Publicação N° 1980198

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA N° 180/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, RITA DE CASSIA RODRIGUES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Santo Estêvão	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA N° 181/2019

Publicação N° 1980199

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA N° 181/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JANE CORREIA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Erich Blofeld	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 182/2019

Publicação Nº 1980201

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 182/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, CRISTHIANE ELIZABETH RADUNZ VOELZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Ribeirão Molha	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 183/2019

Publicação Nº 1980202

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 183/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ERACI DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Ribeirão Molha	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 184/2019

Publicação Nº 1980203

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 184/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ROVENALDO DE ARAUJO SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Ribeirão Molha	20

EMEB Antônio Estanislau Ayroso

20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 185/2019

Publicação Nº 1980204

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 185/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, CAROLINE BEHNKE DA SILVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Ribeirão Cavallo	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 186/2019

Publicação Nº 1980205

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 186/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ANA PAULA SARTORI DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Ribeirão Cavallo	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 187/2019

Publicação Nº 1980206

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 187/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JOSIANE LONGEN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Antônio Estanislau Ayroso	40

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 188/2019

Publicação Nº 1980207

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 188/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, FRANCISLEINE ZANELLA BIGATON, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Francisco de Paula	20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 189/2019

Publicação Nº 1980208

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 189/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, CRISTIANE LUIZA CANDIOTTO VIANA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Francisco de Paula	20

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

Jardinópolis

PREFEITURA

EDITAL 01/2019

Publicação Nº 1981589

EDITAL Nº 01, DE 05 DE ABRIL DE 2019
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS

Abre inscrições e estabelece normas para realização de Concurso Público de Provas para provimento de cargos efetivos do quadro permanente de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JARDINÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal no 09/2001 e suas alterações, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal nº 53/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo e Lei Complementar Municipal nº 73/2017, que redefine o Quadro de Cargos Efetivos do Poder Legislativo e demais legislações aplicáveis, autorizado por meio do Processo Licitatório nº 05/2018, Pregão Presencial nº 01/2018 e Contrato Administrativo nº 05/2018, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de Concurso Público de Provas para provimento de cargos efetivos do quadro permanente de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis/SC, que reger-se-á pelas normas estabelecidas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público originado por este Edital será realizado sob a execução técnico-administrativa da SIGMA Assessoria e Consultoria, com site: <http://sigma.concursos.srv.br> e e-mail: contato@sigmaconsultoriasc.com.br.

1.2. O presente certame terá a supervisão, em todas as suas fases, da Comissão Especial do Concurso Público, designada pelo Decreto nº 01/2019, de 02/04/2019.

1.3. O Concurso Público se destina ao provimento das vagas legais existentes de cargos públicos em caráter efetivo do quadro permanente de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis/SC, na forma do Anexo I, parte integrante deste instrumento.

1.4. É de total responsabilidade do candidato conhecer o presente conteúdo, bem como consultar o site da SIGMA Assessoria e Consultoria no endereço <http://sigma.concursos.srv.br> para acompanhar a publicação de todos os atos e eventuais alterações pertinentes ao Concurso Público originado pelo presente Edital.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição no presente certame implica no conhecimento e na aceitação tácita, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo condições mínimas para inscrição e ingresso no serviço público:

2.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou ter nacionalidade portuguesa e, neste caso, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal.

2.1.2. Possuir formação/habilitação para o cargo pretendido, consoante disposto nos Anexos I e V deste Edital.

2.1.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, sendo do sexo masculino, estar quite, também, com as obrigações do serviço militar.

2.1.4. Ser titular de CPF (Cadastro de Pessoa Física) regularizado.

2.1.5. Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado no ato da contratação, ante assinatura de regular termo de declaração.

2.1.6. Encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

2.1.7. Conhecer e estar de acordo com as exigências deste Edital, das atribuições do cargo que postula e das instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente certame.

2.1.8. Manter comprovante de inscrição e de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.9. Ter, no mínimo, dezoito (18) anos completos na data da investidura.

2.1.10. Preencher com exatidão e de forma completa todos os campos do requerimento de inscrição disponível na página do certame.

2.2. As inscrições serão realizadas por meio eletrônico (internet) a partir das 10 horas do dia 08 de abril de 2019 até às 12 horas do dia 07 de maio de 2019, mediante o preenchimento do requerimento disponível no site <http://sigma.concursos.srv.br> na opção correspondente ao Concurso Público de Provas da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis/SC e o cumprimento dos procedimentos constantes nesse Edital.

2.2.1. O candidato deverá preencher todos os campos do requerimento não deixando nenhum em branco ou incompleto, sob pena de indeferimento de plano da inscrição.

2.2.2. O candidato deverá indicar um endereço eletrônico (e-mail) válido, o qual deverá permanecer ativo a fim de receber eventuais comunicações da SIGMA, o que não o isenta de acompanhar as publicações oficiais pelo site, sendo que um mesmo endereço eletrônico não poderá ser utilizado por mais de um candidato.

2.2.3. O candidato que não tiver acesso à rede mundial de computadores poderá buscar auxílio junto ao "Centro de Apoio ao Candidato" disponível na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis, sito à Av. Santo Antônio, 840 - centro, telefone (49) 3337-0187, nesta cidade, no horário de expediente, das 13h às 19h.

2.2.4. A SIGMA não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, sendo obrigação do candidato acompanhar a publicação das inscrições deferidas e homologadas no endereço listado no item 1.4.

2.3. Não serão admitidas inscrições, sob qualquer condição ou pretexto, após os prazos e horários fixados no item 2.2.

2.4. Não serão admitidas e não serão validadas inscrições recebidas pela via postal, correio eletrônico, fac-símile ou qualquer outra modalidade em desacordo com o estabelecido no item 2.2.

2.5. Será indeferida a inscrição do candidato que indicar cargo, cuja vaga não esteja prevista, ou que deixar de indicá-lo ou que indicar mais de um cargo na inscrição.

2.6. O candidato poderá inscrever-se uma única vez, sendo que uma vez efetuada a inscrição não serão aceitos pedidos de alterações, como mudança de cargo e outras. Por isso, recomenda-se a leitura completa do Edital antes de formalizar a inscrição.

2.7. Ao inscrever-se o candidato está declarando formalmente que preenche os requisitos exigidos para o cargo pretendido constantes no Edital, sendo que os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação profissional, habilitação e demais requisitos exigidos para investidura nos cargos de que tratam os Anexos I e V, e demais legislações específicas, deverão ser apresentados e comprovados por ocasião da convocação para investidura.

2.8. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste Edital terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão considerados nulos de pleno direito todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato ensejador seja constatado posteriormente, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

2.9. A adulteração de qualquer elemento constante dos documentos pessoais ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento informado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do certame, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

2.10. A veracidade das informações contidas no requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

2.11. A taxa de inscrição corresponderá aos seguintes valores por candidato:

HABILITAÇÃO	VALOR (R\$)
Nível de Ensino Superior	120,00
Nível de Ensino Médio	100,00

2.12. O boleto para pagamento da taxa de inscrição está disponível para impressão no site: <http://sigma.concursos.srv.br>, na opção correspondente ao Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis.

2.12.1. O pagamento da inscrição deverá ser realizado, exclusivamente, com o boleto bancário impresso no site da SIGMA, até a data constante no documento (07/05/2019) em qualquer agência, correspondente bancário ou terminal de auto atendimento, observados seus horários de funcionamento, ou via internet, até às 23h59min do dia 07/05/2019, esta somente para os candidatos que dispõem de tal modalidade de pagamento.

2.12.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias e congêneres na localidade em que se encontra o candidato, o pagamento deverá ser feito antecipadamente.

2.12.3. O pagamento extemporâneo não será reembolsado ao candidato.

2.12.4. Serão homologadas somente as inscrições, cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto de pagamento gerado pelo sistema de inscrições da SIGMA contendo o respectivo código de barras e logomarca do Banco do Brasil, sendo a representação numérica do código de barras (linha digitável) iniciando com o nº 001.

2.12.5. Antes de efetuar o pagamento, a fim de evitar pagamento de boleto fraudado, verifique os primeiros números constantes no código de barras e o banco, sendo de inteira responsabilidade do candidato averiguar as informações do boleto bancário.

2.12.6. O candidato que efetuar o pagamento de boleto que contenha elementos (banco e código de barras) em desacordo com o estabelecido no subitem 2.12.4, não terá sua inscrição efetivada e também não lhe será devido qualquer ressarcimento da importância paga.

2.13. Não será admitido pagamento da taxa de inscrição por meio de agendamento, banco postal, cheque, ordem de pagamento, depósito bancário ou transferências entre contas, procedimentos que não constituem prova de quitação da taxa de inscrição.

2.14. Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição, cujos pagamentos forem efetuados em discordância com o previsto nesse Capítulo, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.

2.15. Não será processada a inscrição com pagamento efetuado por valor menor do que o previsto neste Edital, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.

2.16. Será processada a inscrição com pagamento efetuado por valor maior do que o estabelecido neste Edital; no entanto, não será devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga em maior ou em duplicidade.

2.17. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou processos seletivos ou para outro cargo.

2.18. A Câmara Municipal de Vereadores e a SIGMA Assessoria e Consultoria, em nenhuma hipótese, processarão qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia 07/05/2019, sendo que as solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data serão indeferidas.

2.19. O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela SIGMA, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição, através de arquivo de retorno do banco, nos valores estabelecidos neste Edital.

2.20. O boleto bancário e o comprovante de inscrição poderão ser reimpressos somente durante o período (data e horário) das inscrições, ficando indisponíveis a posteriori.

2.21. Todo procedimento é realizado por via eletrônica; o candidato NÃO deve remeter à Câmara ou a SIGMA cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.22. O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com o pagamento do valor relativo à taxa de inscrição correspondente ao cargo pretendido e não será efetuada, em qualquer hipótese, inclusive quanto às inscrições indeferidas, a restituição de valores referente ao pagamento da taxa de inscrição.

2.23. Serão considerados desistentes os candidatos que, mesmo tendo pago a taxa de inscrição, não tenham preenchido o respectivo requerimento de inscrição nos termos disciplinados nesse Edital.

2.24. Caso a inscrição não conste no relatório das inscrições deferidas a ser divulgado conforme cronograma do Anexo II, o candidato deverá interpor recurso consoante disposições do Capítulo IX, nos prazos recursais estabelecidos neste Edital, anexando cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) comprovante de inscrição impresso no site da SIGMA;
- b) comprovante de pagamento da taxa de inscrição; e
- c) boleto bancário impresso no site da SIGMA.

2.25. Os comprovantes de inscrição e de pagamento da taxa de inscrição deverão ser apresentados para acesso aos locais de realização das provas.

2.25.1. A critério da Comissão Executiva da SIGMA, os documentos de que trata o item 2.25 poderão ser dispensados, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato ou do Edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.

2.26. A inscrição somente será homologada se cumpridos todos os procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

II.1 – DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

2.1.1. Os candidatos doadores de sangue fidelizado e de medula, que preencherem os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/1997 alterada pela Lei Estadual nº 17.457/2018, poderão requerer isenção de pagamento da taxa de inscrição, na forma disciplinada nesse Capítulo.

2.1.2. A isenção deverá ser solicitada através de Requerimento Específico de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue Fidelizado e de Medula, conforme modelo do Anexo VII, devendo ser requerida, impreterivelmente, até 30/04/2019, via postal, obrigatoriamente por SEDEX/AR, cuja data de postagem deverá ser anterior ou igual a 30/04/2019, para a Comissão Especial do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis/SC, sito à Av. Santo Antônio, 840 - centro, CEP 89848-000, Jardinópolis/SC, ou diretamente no protocolo da Secretaria da Câmara Municipal, em horário de expediente.

2.1.3. Não será aceita solicitação de isenção via fax ou correio eletrônico.

2.1.4. O requerimento deverá estar acompanhado, obrigatoriamente:

- a) Do comprovante de inscrição (impresso no site da SIGMA);
- b) De comprovante (original ou cópia autenticada) expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue voluntário de repetição ou de medula, relacionando o número e a data das doações, não podendo ser inferior a três (03) doações de sangue no período de um ano imediatamente anterior ao Edital de abertura do certame;
- c) A comprovação da qualidade de doador de medula deve ser efetuada mediante a apresentação e juntada de documento expedido pela

entidade coletora quando da inscrição no concurso público.

d) Cópia do Documento de Identidade (RG) do candidato; e

e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

2.1.5. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue e medula promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, Estado ou Município.

2.1.6. Não será concedida isenção ao candidato que:

a) Omitir informações;

b) Fraudar e/ou falsificar documentação;

c) Pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou

d) Requerer pedido de isenção fora dos prazos previstos nesse Capítulo.

2.1.7. Não serão aceitos, após a entrega do requerimento, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

2.1.8. O simples preenchimento do requerimento de isenção não garante ao candidato o benefício postulado, o qual estará sujeito à análise e deferimento.

2.1.9. É de total responsabilidade do candidato acompanhar a apreciação do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento, nos prazos desse Edital.

2.1.10. A Comissão Especial do Concurso Público analisará os requerimentos de isenção e publicará o relatório de julgamento no mural do Poder Legislativo Municipal e no endereço eletrônico listado no item 1.4 até o dia 03/05/2019.

2.1.11. O candidato com requerimento de isenção indeferido poderá participar do Concurso Público desde que efetue o pagamento da taxa de inscrição até a data constante no boleto bancário (07/05/2019).

2.1.12. O candidato que tiver a isenção deferida, mas que tenha realizado outra inscrição paga terá sua isenção cancelada.

2.1.13. As informações prestadas no requerimento de isenção, bem como toda a documentação apresentada, são de inteira responsabilidade do candidato.

2.1.14. Se comprovadamente falsas as declarações para obtenção da isenção, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas em lei.

III – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

3.1. Às pessoas portadoras de deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente certame, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, VIII, da Constituição Federal.

3.2. As pessoas com deficiência devem indicar sua condição especial no campo específico do requerimento de inscrição.

3.3. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, quando aplicável, estas serão preenchidas pelos demais candidatos classificados.

3.4. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização das provas deverão indicar, no campo específico do requerimento de inscrição, previsto no Anexo VI, as condições especiais que necessitam para realizar as provas, sendo que a decisão desses requerimentos caberá à Comissão Especial do Concurso Público que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

3.5. Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões internacionalmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas na Lei Federal nº 7.853/1989 e nos Decretos Federais nº 3.298/1999 e suas alterações e nº 5.296/2004 e suas alterações.

3.5.1. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.6. O candidato com deficiência, após formalizar a inscrição e consignar sua condição especial, deverá encaminhar à SIGMA Assessoria e Consultoria (Rua Alvice Caldart, 16, centro, CEP 89665-000, Capinzal/SC), obrigatoriamente, via SEDEX/AR, o requerimento constante do Anexo VI, devidamente preenchido, anexando cópia simples do CPF e do documento de identidade e o laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impedirá o candidato ao exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital.

3.6.1. O candidato que necessitar realizar a prova de conhecimentos em braile ou em qualquer outra condição especial deverá requerer no ato da inscrição, conforme item 3.4.

3.6.2. O candidato que necessitar realizar a prova com fonte de impressão ampliada deverá requerer no ato da inscrição, consoante item 3.4.

3.6.3. Para usufruir das condições especiais elencadas nos subitens 3.6.1 e 3.6.2 o candidato deverá requerer na forma do Anexo VI e apresentar laudo médico que comprove a condição especial.

3.6.4. A remessa dos documentos referidos no item 3.6 e seus subitens à organizadora é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.6.5. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção no requerimento de inscrição.

3.7. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente do candidato que, no ato da inscrição, não declarar e/ou requerer e comprovar a condição especial.

3.8. A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.9. O candidato inscrito para vaga reservada a candidato com deficiência, quando aplicável, que deixar de atender prazos e exigências editalícias, terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer como candidato não portador de deficiência.

3.10. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para investidura e exercício das atribuições dos cargos.

3.11. Os candidatos portadores de deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos à junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições dos cargos.

3.12. Os candidatos portadores de deficiências participarão deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, critérios de aprovação, nota mínima exigida, data, horário e local de aplicação das provas.

3.13. A publicação do resultado final deste certame será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes.

3.14. Não há vaga reservada para provimento para candidatos com deficiência em razão do quantitativo de vagas oferecidas neste certame.

3.15. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas, poderá fazê-lo em sala especialmente reservada, desde que o requeira no ato da inscrição, observando os seguintes procedimentos:

3.16. Requerer atendimento especial durante o ato de inscrição em requerimento específico constante no Anexo VI.

3.17. A criança deverá estar acompanhada, em ambiente reservado para essa finalidade, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

3.18. Em intervalos regulares, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas para amamentar, devidamente acompanhada por fiscal, o qual assegurará a manutenção das condições de sigilo e isonomia com os demais candidatos na realização da prova e a reposição do tempo despendido na amamentação, limitado ao máximo de trinta minutos.

3.19. Na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

3.20. A relação das candidatas que obtiverem o deferimento de pedido de condição especial de realização da prova como lactante será previamente divulgada, em lista separada, para conhecimento de todos os candidatos do Concurso Público.

3.21. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (gravidez, períodos menstruais, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se às provas, ou nelas prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou aplicação de nova prova.

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todos os requisitos estabelecidos neste Edital serão homologadas no prazo previsto no Anexo II e estarão disponíveis no Mural de Publicações do Poder Legislativo Municipal e no endereço <http://sigma.concursos.srv.br>.

4.2. Será publicado relatório contendo, apenas, as inscrições deferidas.

4.3. Caberá recurso à inscrição indeferida à SIGMA Assessoria e Consultoria, nos prazos do Anexo II, cujo recurso deverá ser interposto consoante disposições do Capítulo IX deste Edital, anexando o comprovante de inscrição (impresso no site da SIGMA) e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

V – DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os candidatos empossados em decorrência de aprovação neste Concurso Público submeter-se-ão ao regime jurídico estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jardinópolis, tendo como regime de previdência, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assegurado ao investido a sua filiação na forma da legislação vigente.

VI – DAS PROVAS

6.1. O Concurso Público reger-se-á de prova escrita objetiva de conhecimentos para todos os cargos.

6.2. O candidato que necessitar alguma condição especial para realização das provas objetivas de conhecimentos deverá requerer no ato da inscrição, consoante disposições do Capítulo III, bem como comprovar tal condição, para fins de análise quanto à concessão do pleito.

6.3. As provas serão aplicadas nas datas prováveis de 18 e/ou 19 de maio de 2019, na Escola Nucleada Municipal Castro Alves, sito à Rua das Palmeiras, 704 - centro, nesta cidade, em data, local e horário a confirmar na publicação do Edital de homologação das inscrições.

6.3.1. Os portões de acesso aos locais de provas serão fechados dez (10) minutos antes do horário de início destas, vedado o ingresso de candidatos após esse horário.

6.4. De acordo com o número de inscrições, a Comissão Executora da SIGMA poderá dividir a aplicação das provas em mais de um local, turno e/ou data, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as publicações pertinentes na página do certame na internet (<http://sigma.concursos.srv.br>).

6.5. As provas escritas de conhecimentos serão realizadas em etapa única de até três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-respostas e o tempo necessário às instruções transmitidas pelos fiscais de sala.

6.6. Para entrar nos locais de prova e assinar a lista de presença, os candidatos deverão apresentar documento original de identificação válido com foto (vide item 6.7) e portar os comprovantes de inscrição e de pagamento da taxa de inscrição.

6.6.1. A critério da Comissão Executora, os comprovantes de inscrição e de pagamento previstos no item 6.6 poderão ser dispensados, desde que constatada a efetiva homologação da inscrição do candidato ou do Edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.

6.7. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Estado de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos...); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.8. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, Carteira Nacional de Habilitação (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. O candidato que não apresentar o documento de identificação original válido na forma definida no item 6.7 estará impedido de assinar a lista de presença e, automaticamente, de adentrar a sala e de realizar a prova, estando, sumariamente, eliminado do certame.

6.11. Não será aceito nenhum outro documento em substituição aos exigidos no item 6.7 deste Edital.

6.12. Para início das provas, após as instruções dos fiscais, serão convidados três (03) candidatos para comprovarem a inviolabilidade do lacre e abertura do invólucro que contém os cadernos de provas, os quais assinarão, juntamente com os fiscais de sala e os membros da Comissão Especial do Concurso Público, a Ata de Abertura do processo de aplicação das provas do certame.

6.13. O caderno de questões de provas ficará em poder definitivo do candidato.

6.13.1. O candidato deverá transcrever as respostas das questões para o cartão-respostas, que será o único documento válido para correção das provas, em sistema eletrônico por meio de leitura óptica, cujo preenchimento será de sua inteira responsabilidade, devendo proceder estritamente em conformidade com as instruções contidas neste Edital e na capa do caderno de questões de provas.

6.13.2. O candidato que preencher o cartão-respostas em desacordo com as instruções contidas neste Edital e na capa do caderno de provas estará sumariamente desclassificado do certame.

6.14. O candidato será devidamente identificado no cartão-respostas com nome e números de inscrição, CPF e RG, onde deverá apor a assinatura e conferir a sua identificação e do cargo para o qual se inscreveu, devendo entregá-lo, obrigatoriamente, aos fiscais, devidamente assinado e preenchido com suas respostas, ao sair da sala de provas, sob pena de desclassificação sumária do certame.

6.15. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a desobediência implicará na eliminação do certame e na remoção do candidato do local.

6.15.1. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, câmeras fotográficas, relógios digitais, tablets, notebooks e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento eletroeletrônico. Ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer dos dispositivos aqui citados, sob pena de eliminação do candidato do certame, caracterizando-se como tentativa de fraude.

6.15.2. O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva deverá apresentar laudo médico, bem como informar previamente ao fiscal de sala, sob pena de não poder utilizar a prótese durante a realização das provas.

6.15.3. Os objetos pessoais como bolsas e similares, os aparelhos de telefones celulares, relógios digitais e outros equipamentos eletrônicos deverão ser desligados e depositados na parte frontal da sala ou sob a classe do candidato, antes do início das provas, ficando à vista do candidato e sob sua inteira responsabilidade, sendo retirados apenas na saída, sob pena de eliminação do candidato do certame. A SIGMA não se responsabiliza por quaisquer objetos dos candidatos, de valor ou não.

6.15.4. Durante a realização das provas, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis, borracha, documento de identidade e uma garrafa transparente de água, sem rótulo.

6.15.5. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição, a Comissão Executiva poderá, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, podendo ser não personalizado, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas, devendo ser registradas em ata as providências adotadas.

6.16. Se por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitarem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova previsto neste Edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de isonomia de tratamento.

6.16.1. Ocorrendo atraso ou interrupção, os candidatos atingidos deverão permanecer no local e atender às orientações da coordenação e dos fiscais, auxiliando no bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

6.17. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se da sala para dirigir-se aos sanitários se acompanhado por um fiscal, sob pena de eliminação do certame.

6.17.1. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de provas após decorrido, no mínimo, uma hora de seu início.

6.18. Ao retirar-se da sala, o candidato deverá entregar ao fiscal o cartão-respostas devidamente preenchido e assinado. Caso não o faça, estará sumariamente eliminado do certame, mesmo que preenchido, mas sem a correspondente assinatura.

6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar o cartão-respostas e retirar-se definitivamente do local de forma simultânea, após cumpridos os procedimentos previstos nos itens 6.20 e 6.21.

6.20. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independentemente do cargo postulado, inclusive os cartões dos candidatos ausentes.

6.21. Encerradas as provas, na presença dos três últimos candidatos remanescentes em cada sala e dos fiscais, será lavrada a Ata de Encerramento, o Relatório de Ocorrências e a conferência dos cartões-respostas, cujas irregularidades serão registradas no referido instrumento, ante a assinatura destes e dos respectivos fiscais.

6.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital ou em seus termos aditivos.

6.23. Os candidatos deverão comparecer ao local das provas escritas com antecedência mínima de trinta (30) minutos.

VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova escrita objetiva de conhecimentos, de caráter classificatório e eliminatório, constituir-se-á de questões de conhecimentos específicos da área de atuação, língua portuguesa e matemática, na forma da grade do item 7.3 e dos conteúdos programáticos constantes nos Anexos III e IV do Edital.

7.2. A prova escrita para todos os cargos de níveis Médio e Superior será objetiva teórica e conterá trinta (30) questões de múltipla escolha, contendo cada uma delas quatro (04) alternativas de respostas, com apenas uma correta.

7.3. A composição da prova de conhecimentos, o peso individual de cada questão e a pontuação de cada disciplina de que trata o item 7.2 constará da seguinte especificação:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos específicos	10	0,60	6,00
Língua portuguesa	10	0,20	2,00
Matemática	10	0,20	2,00
Total	30		10,00

7.4. À prova escrita objetiva de conhecimentos será atribuída nota de 0,00 (zero vírgula zero) pontos a 10,00 (dez vírgula zero) pontos para todos os cargos.

7.5. As notas serão expressas com duas casas decimais, sem arredondamento, tomando-se por base a pontuação estabelecida pela grade do item 7.3.

7.6. Para preenchimento da grade de respostas no cartão-respostas resultante da resolução da prova escrita de conhecimentos o candidato deverá utilizar, obrigatoriamente, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, cujo cartão não será substituído em caso de erro ou marcação incorreta.

7.7. A adequada marcação para preenchimento do cartão-respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá observar as instruções constantes nesse Edital e na capa do caderno de questões de provas.

7.8. Será atribuída nota zero às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) Emendas, borrões e/ou rasuras na área da grade de respostas destinada à leitura óptica pelo sistema eletrônico de correção;
- b) Mais de uma alternativa de resposta assinalada por questão;
- c) Questão(ões) não assinalada(s), isto é, alternativas de respostas em branco;
- d) Cartão-respostas preenchido fora das especificações estabelecidas neste Edital, isto é, preenchido a lápis ou caneta esferográfica de tinta, cuja cor seja diversa do especificado no item 7.6, ou ainda, com marcação em desacordo da indicada nas instruções do caderno de questões;
- e) Cartão-respostas entregue sem a devida assinatura do candidato, condição em que este estará preliminarmente desclassificado do certame.

7.9. O gabarito preliminar da prova de conhecimentos será publicado até às 12 horas da data subsequente à realização da referida prova no site: <http://sigma.concursos.srv.br>.

7.10. Havendo impugnação de questão(ões) e/ou gabarito da prova objetiva de conhecimentos o candidato poderá interpor recurso, na forma do Capítulo IX.

7.11. O relatório contendo os pareceres com as respostas às impugnações de questões será publicado juntamente com a classificação final do Concurso Público.

7.12. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos do cargo.

VIII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. Serão considerados aprovados neste Concurso Público os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco vírgula zero) pontos na prova escrita.

8.2. A nota da prova escrita de conhecimento será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, de conformidade com a grade do item 7.3.

8.3. A classificação final dos candidatos será realizada depois de esgotadas todas as fases de recursos, cujo relatório obedecerá a ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

8.4. Na hipótese de igualdade de pontos, ocorrendo empate na classificação final, o desempate será obtido através da aplicação dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Para todos os cargos em que houver candidatos com idade igual ou superior a sessenta (60) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso será utilizado o critério da maior idade;
- b) Maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- c) Maior nota na prova de língua portuguesa;
- d) Maior idade, considerando-se ano, mês e dia de nascimento; e
- e) Sorteio público.

8.5. Os critérios de desempate serão aplicados sucessivamente na ordem acima, prevalecendo o critério da alínea “a” sobre o da alínea “b” e o deste sobre aquele da alínea “c”, sucessivamente.

8.6. Para efeito da aplicação das normas deste Edital, será considerada a idade do candidato aquela correspondente ao último dia das inscrições.

IX – DOS RECURSOS

9.1. Nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo II caberá recurso em desfavor dos seguintes atos do presente Concurso Público:

- a) Não homologação ou incorreção dos dados da inscrição;
- b) Conteúdo das questões e gabarito preliminar da prova escrita;
- c) Resultado da prova escrita de conhecimentos;
- d) Classificação preliminar.

9.2. Os recursos somente serão admitidos se:

- a) Interpostos pela internet, na opção correspondente ao Concurso Público da Câmara de Vereadores de Jardinópolis, de modo digitado em campo próprio, na página onde serão publicados todos os atos pertinentes ao certame;
- b) Interpostos até às dezoito (18) horas do segundo dia subsequente ao da publicação, no endereço eletrônico do certame, do ato do qual o candidato deseja recorrer, conforme cronograma do Anexo II;
- c) Individuais e devidamente fundamentados;
- d) Devidamente fundamentados com argumentação lógica, referencial teórico e consistentes, inclusive os pedidos de simples revisão de

nota;

e) Tempestivos; os intempestivos ou fora das especificações estabelecidas neste Capítulo serão preliminarmente indeferidos e os inconsistentes não providos.

9.3. Não serão recebidos recursos interpostos na forma de arquivo anexo ou por qualquer outro meio ou de forma diversa ao estabelecido no item 10.2.

9.4. Caso não possua acesso à internet, o candidato deverá buscar auxílio junto ao Centro de Apoio ao Candidato, no endereço descrito no subitem 2.2.3.

9.5. No caso de anulação de questão(ões) por decisão da Comissão Executiva do Concurso Público, estas serão consideradas respostas corretas para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, quando forem computados os pontos respectivos, exceto para aqueles que já tiverem recebido a pontuação correspondente.

9.6. Se houver alteração de gabarito, a correção dos cartões-respostas será de acordo com esta.

9.7. Não serão acolhidas solicitações de revisão de nota de outros candidatos, isto é, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo, assim como aqueles, cujo teor despreze a banca, serão preliminarmente indeferidos.

9.9. Após a análise dos recursos interpostos ou por constatação e correção de erro material ex officio, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda, desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções, a nota mínima exigida para aprovação.

9.10. Os pareceres exarados pela banca examinadora são soberanos e irrecorríveis na esfera administrativa e ficarão disponíveis para consulta dos candidatos no site da SIGMA, na página do certame, a partir da publicação do relatório de homologação do resultado final. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

9.11. A SIGMA não se responsabiliza por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

X – DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

10.1. O resultado final do Concurso Público será homologado por ato da autoridade competente e publicado no órgão de publicação oficial, no portal do Poder Legislativo e no site da SIGMA Assessoria e Consultoria.

XI – DO PROVIMENTO DOS CARGOS

11.1. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público serão convocados de acordo com a necessidade do Poder Legislativo, observada estritamente a ordem de classificação nos cargos, para a realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos, realização de exames médicos e apresentação de documentos legais necessários à investidura.

11.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone, endereço e e-mail fornecido pelo candidato junto à Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores.

11.3. A contratação dos aprovados será feita consoante previsto na legislação municipal, cujo ato convocatório será publicado no órgão de publicação oficial (Diário Oficial dos Municípios/DOM) e será feita comunicação ao candidato no endereço informado no requerimento de inscrição ou posteriormente atualizado junto ao Poder Legislativo.

11.4. Os candidatos nomeados terão o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de nomeação, para tomar posse e de 05 (cinco) dias para entrar em efetivo exercício, contados da data da posse, ressalvadas as situações de força maior e/ou casos fortuitos devidamente comprovados. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se não ocorrer a posse e/ou exercício nos prazos legais aqui estabelecidos, sendo que o candidato perderá automaticamente a vaga, facultando ao Poder Legislativo o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

11.5. Os candidatos convocados para assumir e que não queiram, deverão manifestar formalmente a desistência da vaga ou a postergação (reclassificação), optando pela última colocação na classificação final do Concurso Público do respectivo cargo e para concorrer, observada sempre a ordem de classificação, a novo chamamento uma única vez.

11.5.1. O candidato empossado e em efetivo exercício que requerer exoneração, renunciará automaticamente a vaga facultando ao Poder Legislativo convocar o próximo candidato por ordem de classificação em cada cargo.

11.6. São requisitos para ingresso no Serviço Público a serem apresentados ou comprovados quando da convocação para nomeação:

a) Estar devidamente aprovado no Concurso Público e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e

portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos nos termos do § 1º do art. 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 70.436/72;

c) Ter, na data da investidura, a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

d) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares, esta para candidatos do sexo masculino;

e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo (apresentar atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido por médico ou junta médica do Município ou ainda, por esta designada mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência);

f) Possuir habilitação para o cargo pretendido, conforme disposto no Anexo I;

g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e suas emendas, mediante apresentação de declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública;

h) Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, ante assinatura de regular termo de declaração;

i) Os candidatos portadores de deficiências deverão observar as disposições constantes do Capítulo III deste Edital;

j) Declaração de bens e rendas, conforme Lei Federal nº 8.429/1992;

k) Documentos pessoais definidos no termo convocatório.

11.7. O candidato, por ocasião da convocação, deverá comprovar todos os requisitos elencados neste Capítulo. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição neste Concurso Público.

11.8. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

XII – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Fica delegada competência à SIGMA Assessoria e Consultoria, responsável pelo planejamento, organização e realização do Concurso Público, para:

- a) Divulgar o certame;
- b) Deferir e indeferir inscrições;
- c) Elaborar, aplicar, corrigir, julgar e avaliar as provas previstas no Edital;
- d) Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- f) Providenciar a impressão dos cadernos de provas, bem como designar bancas para aplicação das mesmas;
- g) Prestar informações sobre o certame no período de sua realização.

XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da fase correspondente, conforme cronograma do Anexo II.

13.2. Será desclassificado do Concurso Público por ato da SIGMA o candidato que:

- a) Tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) For flagrado utilizando-se de qualquer meio de consulta ou tentando burlar a prova ou, ainda, que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) Ausentar-se da sala de provas durante a sua realização sem autorização ou sem estar acompanhado por um fiscal;
- e) Ausentar-se definitivamente da sala de provas sem entregar o cartão-respostas ao fiscal ou entregá-lo sem apor sua assinatura no campo indicado, mesmo que preenchido.

13.3. O presente Concurso Público terá validade por dois anos, a contar da data de publicação da homologação dos resultados, prorrogável por igual período a juízo da autoridade competente, de acordo com o art. 37, III, da Constituição Federal.

13.4. A aprovação não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer na vigência do certame, conforme a necessidade do serviço público e de acordo com o número de vagas estabelecido no Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade para a Câmara Municipal de Jardinópolis.

13.5. As vagas criadas na vigência do certame serão providas de acordo com a classificação em cada cargo, facultado ao Poder Legislativo convocar os aprovados além das vagas previstas no Edital.

13.6. A nomeação dos candidatos dar-se-á na estrita ordem de classificação destes, de acordo com a necessidade de preenchimento das vagas.

13.7. Os horários estabelecidos nesse Edital têm como referência o horário oficial de Brasília/DF.

13.8. O prazo de impugnação deste Edital é de cinco (05) dias contados da sua publicação.

13.9. Os casos não previstos neste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão Especial do Concurso Público e pela SIGMA Assessoria e Consultoria.

13.10. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Coronel Freitas/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.11. O presente Edital será publicado no Mural de Publicações do Poder Legislativo Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), bem como em caráter meramente informativo na internet, no endereço eletrônico <http://sigma.concursos.srv.br>.

Jardinópolis/SC, em 05 de abril de 2019.

IVAN TONINI

Presidente

ANEXO I
DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, PADRÃO INICIAL DE VENCIMENTO, HABILITAÇÃO, TIPOS DE PROVAS E TAXA DE INSCRIÇÃO

Item	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL (R\$)	HABILITAÇÃO MÍNIMA	TIPOS DE PROVAS	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
1	ASSESSOR JURÍDICO	01	20h	5.995,51	Ensino superior em Direito e registro na OAB	Escrita objetiva	120,00
2	CONTROLADOR INTERNO	01	16h	2.445,32	Ensino superior em Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Tecnólogo em Processos Gerenciais	Escrita objetiva	120,00
3	TESOUREIRO	01	16h	1.433,88	Ensino médio completo	Escrita objetiva	100,00

ANEXO II

DO CRONOGRAMA*

ITEM	FASES / ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO	DATAS / PRAZOS
1	Publicação do Edital	05/04/2019
2	Período das inscrições (pela internet)	08/04/2019 a 07/05/2019
3	Prazo para requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue e medula	08/04/2019 a 30/04/2019
4	Publicação do relatório de julgamento dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição	03/05/2019
5	Publicação do relatório geral de deferimento das inscrições	10/05/2019
6	Prazo para recursos relativos às inscrições indeferidas (prazo limite para recebimento – 18 horas)	11 a 14/05/2019
7	Publicação do relatório geral de homologação das inscrições	16/05/2019
8	Data provável das provas	18 e/ou 19/05/2019
9	Publicação do gabarito preliminar	18 ou 19/05/2019
10	Prazo para recursos relativos ao gabarito preliminar (prazo limite para recebimento – 18 horas)	20 a 21/05/2019
11	Publicação do gabarito oficial definitivo	29/05/2019
12	Publicação do relatório da classificação preliminar	29/05/2019
13	Prazo para recursos relativos à classificação preliminar – provas escritas e de títulos (prazo limite para recebimento – 18 horas)	30 a 31/05/2019
14	Publicação da homologação do resultado final	04/06/2019

* O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações por decisão da Comissão Executiva, conforme o número de inscrições e de recursos interpostos e/ou intempéries, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as publicações pertinentes no endereço eletrônico <http://sigma.concursos.srv.br>.

ANEXO III**DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO COMUM A TODOS OS CARGOS****1. Para todos os cargos de níveis Médio e Superior:**

1.1. Língua Portuguesa: Interpretação de textos. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo da crase. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: classes de palavras: classificação, flexões, emprego (artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, substantivo, preposição e conjunção). Estrutura e formação das palavras (radicais, prefixos, sufixos, desinências). Pontuação. Sinônimos e Antônimos. Homônimos e Topônimos. Sintaxe de concordância (nominal e verbal), de regência (nominal e verbal) e de colocação (pronominal). Linguagem figurada. Conotação e denotação. Figuras de linguagem. Vícios de linguagem. Frase, oração e período. Termos da oração: essenciais, integrantes, acessórios. Período simples e composto: a coordenação e a subordinação. Orações coordenadas e subordinadas: assindéticas, sindéticas, substantivas, adjetivas, adverbiais e reduzidas.

1.2. Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos. Razão e Proporção. Teoria dos Conjuntos. Regra de Três Simples e Composta. Potenciação e radiciação. Exponenciação. Porcentagem. Juros Simples e Composto. Descontos Simples e Composto. Operações com frações. Expressões algébricas e aritméticas. Equações, Inequações, Sistemas e Problemas envolvendo variáveis do 1º e 2º Grau. Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas. Relações e funções. Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas. Progressões (aritméticas e geométricas). Probabilidade. Análise Combinatória. Matrizes e Determinantes. Sistema de Equações Lineares. Binômios de Newton. Polinômios. Produtos notáveis. Relação entre grandezas. Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura. Geometria analítica. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano. Relação entre ponto, reta e circunferência. Polígonos. Sólidos geométricos. Cálculo de áreas e volumes. Trigonometria. Funções trigonométricas. Resolução de triângulos. Poliedros. Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Raciocínio Lógico. Matemática financeira.

ANEXO IV**DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO POR CARGO**

1. ASSESSOR JURÍDICO: Leis Complementares Federais nos 95/1998, 101/2000 (LRF), 116/2003 e 123/2006. Leis Federais nos 4.320/64, 8.429/92, 8.666/93, 8.987/95, 9.784/99, 10.257/2001 e 10.520/2002 e Decreto regulamentador nº 5.450/2005. DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: Conceito. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro. Poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Efeito Vinculante. Súmula Vinculante. Reclamação Constitucional. Remédios Constitucionais. DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito e fontes do Direito Administrativo – regime jurídico administrativo. A Administração Pública: Conceito. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira: princípios, espécies, formas e características. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Concentração e Desconcentração. Administração Pública Direta e Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista. Entidades paraestatais. Organizações Sociais. Contratos de Gestão. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos administrativos: conceitos e requisitos, atributos, classificação, motivação, invalidação. Licitação: conceito, finalidade, princípios, modalidades, objeto, obrigatoriedade, procedimentos, anulação e revogação; sanções penais; normas gerais de licitação. Contratos administrativos: conceito, peculiaridade e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. Serviços públicos: conceitos, classificação, regulamentação, controle, permissão, concessão e responsabilidade. Responsabilidade Civil do Controle da Administração Pública: Conceito. Tipo e formas de controle. Controle Interno e Externo. Controle Prévio, Concomitante e Posterior. Controle Parlamentar. Controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado. Controle Jurisdicional. Meios de Controle Jurisdicional. DIREITO CIVIL: Conceito. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos jurídicos: Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova. Parte Especial: Direito das Obrigações. Contratos em geral. Contratos em espécie. Responsabilidade civil. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Processo de Conhecimento: Jurisdição e Ação. Partes e Procuradores. Ministério Público. Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça. Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo e Procedimento. Procedimento Ordinário. Processo nos Tribunais. Recursos. Processo de Execução. Processo Cautelar. Procedimentos Especiais: Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. Ação Rescisória. Mandado de Segurança. Ação de Execução Fiscal. DIREITO DO TRABALHO: Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais de tutela do trabalho: Identificação profissional. Duração do trabalho. Salário Mínimo. Férias anuais. Segurança e medicina do trabalho. Normas especiais de tutela do trabalho: Proteção do trabalho da mulher. Proteção do trabalho do menor. Contrato individual de trabalho. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Justiça do Trabalho: organização e competência. Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Processo judiciário do trabalho: Processo em Geral. Dissídios Individuais. Dissídios Coletivos. Execução. Recursos. DIREITO TRIBUTÁRIO: Código Tributário Nacional (CTN). Conceito. Princípios. Normas gerais tributárias. Legislação Tributária: Vigência, interpretação, integração e aplicação. Conceito de tributo e espécies incluídas na competência tributária municipal. Incidência. Não Incidência. Imunidade. Isenção. Obrigação tributária: Principal e acessória. Hipótese de Incidência. Fato gerador. Sujeitos ativos e passivos. Contribuinte e Responsável. Responsabilidade Solidária e supletiva. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Crédito tributário: natureza, conceito, constituição, suspensão, extinção e exclusão. Lançamento: conceito, espécies, requisitos, efeitos, impugnação e revisão. Administração Tributária. Fiscalização: termos e procedimentos. Sigilo Fiscal. Fiscalização das empresas optantes pelo Simples Nacional. Dívida ativa: Requisitos e efeitos da Inscrição. Certidão negativa. Prescrição e decadência. Renúncia de receitas. Infração, Fraude e Crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90). LC 116/2003: o ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: Incidência. Não incidência. Fato gerador. Serviços tributáveis. Lista de serviços. Estabelecimento prestador. Sujeito passivo. Contribuinte. Responsável. Base de cálculo. Alíquota. Preço do serviço. O ITBI – Imposto sobre a Transmissão inter vivos

de Bens Imóveis: Fato gerador. Base de cálculo. Sujeito passivo. O IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: Fato gerador. Base de Cálculo. Sujeito Passivo. Legislações correlatas e pertinentes à profissão e à área de atuação.

2. **CONTROLADOR INTERNO:** Legislação: Constituição Federal. Leis Complementares Federais nos 95/1998, 101/2000 (LRF), 116/2003 e 123/2006. Leis Federais nos 4.320/64, 8.429/92, 8.666/93 e suas alterações, 8.987/95, 9.784/99, 10.257/01 e 10.520/2002 e Decreto regulamentador nº 5.450/05. **DIREITO CONSTITUCIONAL:** Constituição: Conceito. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro. Poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Efeito Vinculante. Súmula Vinculante. Reclamação Constitucional. Remédios Constitucionais. **DIREITO FINANCEIRO:** Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as inovações na Contabilidade Aplicada ao Setor Público: conceito, campo de atuação. Bens públicos, entidades públicas, conceito e classificação. Orçamento: conceito, elaboração e regime orçamentário. Créditos adicionais: conceito e classificação. Receitas e despesas orçamentárias: estágios e classificação. Sistema de contas: conceito e classificação; demonstrativos contábeis: balanço orçamentário, financeiro e patrimonial e demonstrativo das variações patrimoniais. Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial: despesas e receitas segundo as categorias econômicas. Classificação funcional programática: código e estrutura. Programa de trabalho de governo (demonstrativo de funções). Instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA. Lei orçamentária, orçamento-programa, programas e subprogramas por projetos e atividades. Comparativo da receita orçada com a arrecadada. Comparativo da despesa autorizada com a realizada. Demonstrativo da dívida flutuante (restos a pagar). Controladoria no setor público: conceito, classificação, forma de atuação, objetivos. O controle no setor público. Controle interno e controle externo: o exercício do controle na gestão pública: regulamentação legal. Demonstração do Resultado do Exercício, Despesas e Outros Resultados Operacionais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Consolidação das Demonstrações Contábeis, Estrutura das Demonstrações Contábeis, Análise dos Balanços, Análise da Liquidez e do Endividamento, Análise da Rotatividade, Análise da Rentabilidade, Alavancagem Financeira, Grupos de Contas do Balanço Patrimonial, Depreciação e Exaustão. Ética profissional. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Conceito e fontes do Direito Administrativo – regime jurídico administrativo. A Administração Pública: Conceito. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira: princípios, espécies, formas e características. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Concentração e Desconcentração. Administração Pública Direta e Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista. Entidades paraestatais. Organizações Sociais. Contratos de Gestão. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos administrativos: conceitos e requisitos, atributos, classificação, motivação, invalidação. Licitação: conceito, finalidade, princípios, modalidades, objeto, obrigatoriedade, procedimentos, anulação e revogação; sanções penais; normas gerais de licitação. Contratos administrativos: conceito, peculiaridade e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. Serviços públicos: conceitos, classificação, regulamentação, controle, permissão, concessão e responsabilidade. Responsabilidade Civil do Controle da Administração Pública: Conceito. Tipo e formas de controle. Controle Interno e Externo. Controle Prévio, Concomitante e Posterior. Controle Parlamentar. Controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado. Controle Jurisdicional. Meios de Controle Jurisdicional. **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Código Tributário Nacional (CTN). Conceito. Princípios. Normas gerais tributárias. Legislação Tributária: Vigência, interpretação, integração e aplicação. Conceito de tributo e espécies incluídas na competência tributária municipal. Incidência. Não Incidência. Imunidade. Isenção. Obrigação tributária: Principal e acessória. Hipótese de Incidência. Fato gerador. Sujeitos ativos e passivos. Contribuinte e Responsável. Responsabilidade Solidária e supletiva. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Crédito tributário: natureza, conceito, constituição, suspensão, extinção e exclusão. Lançamento: conceito, espécies, requisitos, efeitos, impugnação e revisão. Administração Tributária. Fiscalização: termos e procedimentos. Sigilo Fiscal. Fiscalização das empresas optantes pelo Simples Nacional. Dívida ativa: Requisitos e efeitos da Inscrição. Certidão negativa. Prescrição e decadência. Renúncia de receitas. Infração, Fraude e Crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90). LC 116/2003: o ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: Incidência. Não incidência. Fato gerador. Serviços tributáveis. Lista de serviços. Estabelecimento prestador. Sujeito passivo. Contribuinte. Responsável. Base de cálculo. Alíquota. Preço do serviço. O ITBI – Imposto sobre a Transmissão inter vivos de Bens Imóveis: Fato gerador. Base de cálculo. Sujeito passivo. O IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: Fato gerador. Base de Cálculo. Sujeito Passivo. Informática básica: sistema operacional Windows; conhecimentos sobre o pacote Microsoft Office 2007 e 2010; Internet, correio eletrônico, antivírus. Atualidades relativas ao cargo.

3. **TESOUREIRO:** Lei Federal nº 4.320/1964 e suas alterações. Lei Federal nº 10.028/2000. Lei Complementar nº 101/2000. Lei Federal nº 8.429/1992. Conhecimento sobre a legislação tributária referente às retenções incidentes sobre a prestação de serviços de terceiros (ISS), do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Conhecimento em matemática financeira, programação financeira na elaboração do fluxo de caixa e livro caixa: entradas e saídas de numerários. Conhecimento em ordens bancárias, aplicações financeiras, capitalização, previdência, investimentos e seguros. Noções do mercado financeiro de capitais, de câmbio e títulos de crédito. Elaboração da conciliação bancária na verificação das contas como ferramenta de controle. Noções básicas sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público: escrituração de fatos contábeis, natureza da informação contábil: patrimonial, orçamentária e de controle. A classificação da receita orçamentária e Classificações da Despesa Orçamentária. Noções básicas sobre tecnologia da informação. Atualidades relativas ao cargo.

ANEXO V DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS MÍNIMOS DOS CARGOS

1. ASSESSOR JURÍDICO:

A Assessoria Jurídica compete assistir a Câmara Municipal em assuntos jurídicos no âmbito da Legislação Federal, Estadual e Municipal, tendo como principais atribuições:

- representar e assistir a Câmara em Juízo;
 - Prestar serviços de consultoria jurídica à Presidência, à Mesa Diretora e ao Plenário e Comissões, sobre matéria legislativa em tramitação;
 - assistir todos os órgãos da Câmara orientando sobre a forma mais regular e legal de prática de atos e procedimentos jurídico-administrativos;
 - manter o Presidente e a Mesa Diretora informados com detalhes do andamento dos trabalhos de Assessoria Jurídica;
 - emitir pareceres técnicos e jurídicos;
 - elaborar, com redação apropriada, minutas de atos oficiais, inclusive pronunciamentos, projetos, decretos, resoluções, portarias, ajustes, convênios e contrato que for parte a Câmara Municipal de Vereadores;
 - emitir parecer sobre todos os processos submetidos a sua análise;
 - promover a uniformização dos critérios técnicos e formais aplicáveis à elaboração de atos oficiais, pareceres e outros instrumentos jurídicos;
 - acompanhar as publicações de natureza jurídica e manter atualizado o repertório jurídico;
 - atender consulta dos edis sobre matéria jurídica;
 - elaborar e orientar todos os atos de movimentação de pessoal;
 - analisar todos os documentos e instrumentos elaborados na Câmara de Vereadores que tenham implicância jurídica;
 - praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da Assessoria Jurídica.
- 1.6.1 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: estatutário/ 20 horas semanais.
- 1.6.2 CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.
- 1.6.3 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Diploma em Direito e possuir Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

2. CONTROLADOR INTERNO:

- Executar com autonomia as funções de controle interno, nos termos da legislação municipal, estadual e federal aplicável; elaborar e manter manuais de procedimentos, bem como elaborar programa permanente de auditoria e correição interna.
 - Fazer com que se efetive o controle interno das atividades da Câmara Municipal, cumprindo e fazendo cumprir a respectiva legislação municipal, estadual e federal aplicável, para o que receberá a cooperação e a colaboração devida de todas as divisões funcionais, seus titulares e servidores, tendo atendidas suas solicitações e determinação em caráter de precedência sobre as demais.
 - Assinar, juntamente com o Presidente da Mesa Diretora, o relatório das contas do Poder Legislativo Municipal a ser enviado ao Tribunal de Contas, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - De conformidade com o disposto na Lei Orgânica e no Regimento Interno, promover a integração dos serviços de controle interno do Poder Legislativo com os serviços de controle interno do Poder Executivo Municipal.
 - Desenvolver as funções de controle interno na integralidade dos atos da Câmara Municipal seja de responsabilidade da Presidência, de todas as divisões funcionais, sejam de responsabilidade dos integrantes e de seu funcionalismo efetivo, na forma da lei.
 - Firmar documentos precedentemente ao Presidente, quando for o caso.
 - Fixar a programação permanente de auditoria e correição interna.
 - Pronunciar-se sobre os relatórios das atividades de controle interno.
 - Prestar informações do desenvolvimento dos trabalhos do controle interno ao Presidente, à Mesa Diretora e aos Vereadores, quando solicitado.
 - Desempenhar outras funções correlatas previstas em regulamento.
- 1.4.1 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: Estatutário/ 16 horas semanais.
- 1.4.2 CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.
- 1.4.3 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador do Diploma de Contador, Administrador, Economista ou Tecnólogo em Processos Gerenciais.

3. TESOUREIRO:

- Assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente.
- Participar em reuniões periódicas de coordenação da Área de Administração Geral e Finanças;
- Elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da Tesouraria e submetê-las a apreciação superior;
- Efetuar os recebimentos e dar deles o respectivo documento de quitação;
- Exigir a Certidões Negativas de Débitos, em especial, as previdenciárias, antes de realizar qualquer pagamento para empresas contratadas;
- Efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
- Elaborar Folha de Caixa;
- Elaborar o Resumo de Tesouraria;
- Proceder à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de Caixa e Bancos;
- Controlar o movimento das contas bancárias, com o objetivo de poder elaborar o Resumo e Diário de Caixa;
- Assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas;
- Efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores;
- Assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registo no Diário de Caixa e no Resumo de Tesouraria;
- Enviar, para a Contabilidade os originais e duplicados da Folha de Caixa (Diário de Tesouraria) e do Resumo Diário de Tesouraria, acompanhados dos duplicados das Guias de Recebimento (Guias de Receita) e de todos os restantes documentos;
- Recepcionar os duplicados dos Diários de Caixa e dos Resumos de Tesouraria e arquivá-los;
- Requisitar da Prefeitura, por intermédio do Presidente da Câmara, o valor necessário para as despesas do Poder Legislativo;
- Efetuar o pagamento da folha bem como o recolhimento dos encargos sociais e judiciais;
- Organizar e realizar o trabalho de tesouraria, bem como a conciliação bancária;
- Manter em dia o documentário sob sua responsabilidade;
- Atestar a identidade entre a fatura e a nota fiscal de fornecedores, referentes a aquisições feitas pela Câmara Municipal.
- Efetuar conta corrente atualizada dos devedores temporários da Câmara Municipal, por adiantamentos concedidos para pequenas despesas, de modo a assegurar com exatidão os adiantamentos de cada servidor ou Vereador, acompanhando a correspondente prestação de contas, efetuando entrega, mediante recibo, de numerário, quando devidamente autorizado.
- Executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

- 1.5.1 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA: Estatutário/ 16 horas semanais.
1.5.2 CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.
1.5.3 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Certificado de nível médio

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JARDINÓPOLIS/SC

Concurso Público de Provas nº 01/2019

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, do CPF nº _____ residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, inscrito para o Concurso Público originado pelo Edital nº 01/2019 da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis/SC sob o número _____ para o cargo de _____ requer:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico Realizar a Prova:

Deficiência: _____ CID nº: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

02) () Condição Especial para Realização da Prova de Conhecimentos:

a) Prova com tamanho da fonte ampliada: () 14 / () 16 / () 20

b) () Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Nº de Identidade do acompanhante: _____

c) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi.

Termos em que pede Deferimento.

Jardinópolis/SC, ____ de _____ de 2019.

Assinatura Candidato

ANEXO VII

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
PARA CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE FIDELIZADOS E DE MEDULA

À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JARDINÓPOLIS/SC

À Comissão Especial do Concurso Público

Edital de Concurso Público de Provas nº 01/2019

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ e do CPF nº _____ residente e domiciliado à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, inscrito para o Concurso Público originado pelo Edital nº 01/2019 da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis/SC sob o nº _____, REQUER isenção de pagamento da taxa de inscrição correspondente ao cargo de _____, na condição de doador de _____, pois DECLARO, sob as penas da lei, que preencho todos os requisitos de concessão de que trata o Edital supra e a Lei Estadual nº 10.567/1997 alterada pela Lei Estadual nº 17.457/2018.

Jardinópolis/SC, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato

Joaçaba

PREFEITURA

LEI Nº 5.255 DE 05 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980773

LEI Nº 5.255 DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio de Cooperação Técnica com a UNIÃO através do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, que tem por objetivo a conjugação de esforços para o desenvolvimento e execução de ações diretamente ligadas aos trabalhos na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no Município de Joaçaba-SC.

Art. 2º O prazo de duração do Termo de Convênio de Cooperação Técnica é de 05(cinco) anos a contar de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 3º As despesas provenientes da execução deste convênio correrão por conta de Dotações próprias, do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 05 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

DECRETO Nº 5.653 DE 10 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1981448

DECRETO Nº 5.653 DE 10 DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.234 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 46.066,50 (quarenta e seis mil, sessenta e seis reais e cinquenta centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos ordinários do município:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 – GABINETE DO PREFEITO

Proj./Atividade: 2.020 Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000

Valor: R\$ 46.066,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 10 de abril de 2019.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

DECRETO Nº 5.651 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980755

DECRETO Nº 5.651 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

"INCLUI MEMBROS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) , QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídos os membros representantes das instituições de ensino superior no CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS do Município de Joaçaba (SC), para o biênio 2018/2020, de que trata a Lei Nº 3.960 de 15 de março de 2010:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Representantes das Instituições de Ensino Superior;
Titular: Patrícia Aparecida Pedroso (UNOESC)
Suplente: Ana Maria de Almeida (UNICESUMAR)

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 08 de abril de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 384 DE 05 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980775

LEI COMPLEMENTAR Nº 384 DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DAS ZONAS ADMINISTRATIVAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Ficam criadas as seguintes Zonas Administrativas no perímetro urbano do Município de Joaçaba, conforme anexo de memorial descritivo:

- I- Anzolin;
- II- Caetano Branco;
- III- Centro;
- IV- Contestado/Clara Adélia;
- V- Cruzeiro do Sul;
- VI- Distrito Industrial;
- VII- Flor da Serra;
- VIII- Frei Bruno;
- IX- Jardim Cidade Alta;
- X- Menino Deus;
- XI- Nossa Senhora de Lourdes;
- XII- Santa Tereza;
- XIII- São Bráz;
- XIV- Tobias;
- XV- Vila Pedrini;
- XVI- Vila Remor.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 05 de abril de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 385 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980777

LEI COMPLEMENTAR Nº 385 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA A REDAÇÃO DE ARTIGOS DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 099/2005 E 342/2007, QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte
LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Ficam alteradas a redações do caput do art. 60 e de todo o art. 95 da Lei Complementar nº 99/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 60. A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições ou de outras importâncias devidas ao regime de previdência do Município

pelos segurados, pelo ente público ou pelo órgão que promover a sua retenção, deverão ser efetuados ao IMPRES até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da ocorrência do respectivo fato gerador.

Art. 95. A taxa de administração para custeio do regime próprio de previdência, será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício financeiro anterior.

Parágrafo único. Em 20 de dezembro de cada ano, quando o valor acumulado de taxa de administração for superior a R\$ 500.000,00, valor este corrigido anualmente pelo INPC – IBGE, ocorrerá a inversão contábil, destinando-o ao pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 2o. Fica revogado o §2º do art. 3º da Lei Complementar nº 342/2017.

Art. 3º. As demais disposições constantes nas Leis Complementares nº 99/2005 e 342/2017 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 386 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980780

LEI COMPLEMENTAR Nº 386 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os servidores públicos do Quadro Permanente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, na forma desta Lei Complementar e seus Anexos.

§ 1º O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do IMPRES obedece ao regime do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba - Lei Complementar n. 76/2003, e estrutura-se em Quadro Permanente de Pessoal, com o respectivo grupo ocupacional e classe de cargos.

§ 2º Os dispositivos desta Lei Complementar estarão fundados nos princípios constitucionais da legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade e eficiência, na valorização do servidor público e na eficácia das ações institucionais e das políticas públicas.

Art. 2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

Parágrafo Único - As normas e dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais serão aplicadas em consonância com a presente Lei Complementar.

Art. 3º A remuneração dos servidores em carreira poderá ser fixada na forma de vencimentos, conforme dispuser a Lei Complementar.

Art. 4º A estrutura administrativa do IMPRES será composta somente do Setor Administrativo, vinculado à Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II

DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Art. 5º O IMPRES deverá possibilitar a participação dos servidores públicos em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, qualificação, requalificação, congressos, seminários, palestras ou encontros que visem à modernização, reaparelhamento e racionalização dos serviços públicos, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores.

Art. 6º A participação nos cursos poderá ser estipulada como requisito para a progressão na carreira, nos termos desta Lei Complementar, especialmente para aqueles que não tiveram acesso em época oportuna.

Art. 7º As condições de acesso dos servidores à capacitação e demais procedimentos pertinentes serão fixados em Regulamento, no sentido

de aperfeiçoar seu quadro funcional, promoverá a sua capacitação através de convênios nas áreas específicas de Direito, Ciências Contábeis, Economia, Ciências Atuariais, Previdência, Administração, e em outras áreas correlatas.

TÍTULO II
NORMAS ESPECÍFICAS
CAPÍTULO I
DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
IMPRES

Seção I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 8º Fica instituído o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores públicos do IMPRES, destinado a organizar a carreira, os cargos e os vencimentos, bem como os demais componentes da remuneração de seus ocupantes, conforme previsto nos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 9º Os cargos de provimento efetivo estão no grupo profissional Serviços Administrativos – SAD, vinculado à Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - A descrição das atribuições dos cargos de que trata este artigo, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional constam nos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 10 Para os efeitos desta Lei Complementar entende-se por:

I – Conselho de Administração: órgão de deliberação e orientação superior do IMPRES, ao qual incumbe fixar a política e diretrizes de investimentos a serem observadas, conforme disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 99/2005.

II – Diretoria Executiva: órgão superior de administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, conforme disposto no art. 75 da Lei Complementar nº 99/2005.

III – Setor Administrativo: corresponde aos cargos a ele vinculados responsáveis pelos trabalhos de consultoria, assessoria e a execução das atividades de suporte, administrativo e atendimento à população.

IV – Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor.

Seção II
DO INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 11 Os cargos de provimento efetivo são acessíveis aos que preencham os requisitos básicos para investidura previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 12 O concurso público, de caráter eliminatório e classificatório, será composto das seguintes etapas:

I - de caráter obrigatório:

- a) prova escrita de conhecimentos;
- b) exame médico ocupacional, que poderá abranger todos os exames pertinentes à aferição das condições de saúde física e mental dos candidatos.

II - de caráter facultativo:

- a) prova de títulos;
- b) avaliação psicológica, com análise de perfil para o cargo.

Parágrafo Único – A definição dos exames previstos na alínea b do inciso I deste artigo será definido por regulamento.

Art. 13 O edital do concurso público definirá as regras para a participação e aprovação, contendo, obrigatoriamente:

- I - a fixação das etapas previstas no artigo anterior, bem como, as respectivas fases distintas;
- II - o limite de candidatos classificados em cada etapa que poderão participar das etapas posteriores;
- III - o cronograma com as datas de execução de cada etapa do concurso público;
- IV - o direito das pessoas com deficiência em se inscreverem em concurso público para provimento de cargo de carreira cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras:
 - a) consideram-se deficiências aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que constituam limitação que implique grau acentuado de dificuldade para o desempenho de atividades;
 - b) os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas com deficiência pelo menos cinco por cento das vagas por cargo nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso;
 - c) na definição do número de vagas decorrente da aplicação do percentual a que se refere o caput, utilizar-se-á arredondamento para o número inteiro imediatamente superior à fração decimal obtida;
 - d) os editais de abertura de concursos deverão explicitar as condições para a inscrição das pessoas com deficiência e indicar onde poderão obter a lista de atribuições do cargo para o qual pretendam se inscrever;
 - e) por ocasião da inscrição o candidato deficiente deverá declarar que conhece os termos do edital e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga;
 - f) a necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo pelo portador de deficiência é impeditiva à inscrição no concurso;
 - g) não impede a inscrição ou o exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico;

h) a pessoa com deficiência deverá submeter-se à avaliação realizada por equipe multidisciplinar com o objetivo de ser verificada a compatibilidade ou não da deficiência de que é portadora com o exercício do cargo que pretende ocupar;
i) na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas com deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

Art. 14 Além da aprovação em concurso público são requisitos indispensáveis para a investidura em cargo público aqueles previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba e em outras normas pertinentes.

Art. 15 O cargo efetivo público classifica-se em cargo de carreira de provimento efetivo e contratos temporários.

Seção III

DOS CARGOS DE CARREIRA

Art. 16 Os cargos de carreira de provimento efetivo, constantes do Quadro Permanente de Pessoal do IMPRES serão preenchidos por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal;

Art. 17. O valor do padrão de vencimento inicial do cargo de carreira é o constante no Anexo I desta Lei Complementar.

Seção IV

DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS

Art. 18. A denominação da função objeto de contrato temporário, que corresponda ao cargo existente no quadro de pessoal é a definida nos Anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo Único – Não se aplicam aos contratos temporários as regras de progressão na carreira, mas sim as normas constantes na Lei Complementar 97/2005.

Seção V

DA CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO

Art. 19. O ingresso do servidor público na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento "A I" do cargo para o qual o mesmo prestou concurso e foi nomeado.

Art. 20. O desenvolvimento na carreira do servidor ocorrerá por meio da progressão horizontal.

Seção VI

DA PROGRESSÃO DO SERVIDOR NA CARREIRA

Subseção I

Da progressão horizontal

Art. 21. Progressão horizontal é a passagem do servidor efetivo e estável, de sua referência de vencimento para outro imediatamente superior, dentro da mesma classe, observados os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - o período de 12 meses de efetivo exercício e percentuais previstos no Anexo IV desta Lei Complementar;

II - a obtenção de no mínimo 21 pontos na média das avaliações de desempenho ocorridas no período de 12 meses;

III - a participação em cursos de formação continuada afim ao cargo que ocupa.

§ 1º Não alcançada à pontuação mínima prevista no inciso II, o servidor não terá direito a progressão horizontal.

§ 2º Para efeito da progressão de que trata o caput, será considerada a participação do servidor em cursos de formação continuada com carga horária mínima total de vinte horas anuais.

§ 3º O servidor deverá encaminhar cópia dos títulos imediatamente à conclusão dos respectivos certificados, juntamente com os originais, à Comissão de Avaliação Funcional para autenticação e instrução do processo de progressão.

§ 4º Os títulos originais serão devolvidos ao servidor e os respectivos cursos registrados em sua ficha funcional.

§ 5º Do indeferimento dos certificados, caberá pedido de reconsideração para a Comissão de Avaliação Funcional, no prazo de três dias úteis, contados da ciência do servidor.

§ 6º No caso do IMPRES não possibilitar a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional, conforme disposto no parágrafo segundo deste artigo, fica dispensada a referida contagem para a obtenção da progressão horizontal.

Art. 22. O acréscimo pecuniário decorrente da progressão horizontal, que será de 1% (um por cento), será pago a partir do mês de janeiro do ano subsequente ao período aquisitivo.

§ 1º A Comissão de Avaliação Funcional se reunirá no último trimestre de cada ano para avaliar o desempenho dos servidores estáveis para fins de progressão horizontal.

§ 2º Terá direito a ser avaliado, para fins de progressão horizontal, o servidor aprovado no estágio probatório.

§ 3º Para a primeira avaliação do servidor para fins de concessão de progressão horizontal será necessário que o mesmo tenha sido aprovado no estágio probatório até o dia trinta de novembro do ano correspondente, sendo que os servidores aprovados no estágio probatório após esta data somente terão direito à avaliação no exercício subsequente.

Art. 23. Serão consideradas para fins da progressão horizontal as capacitações apresentadas e obtidas após o estágio probatório.

Art. 24. Será considerado como de exercício para efeito da progressão horizontal, durante o interstício, as licenças previstas no artigo 76

incisos IV, VI, VII, VIII e IX do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba.

Parágrafo Único: Não serão considerados como tempo de efetivo exercício para efeito da progressão horizontal os afastamentos previstos no capítulo V, sessões II e III do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba.

Art. 25. Suspendem o período aquisitivo exigido para fins da progressão horizontal:

I - as licenças e afastamentos, sem remuneração, ressalvados o disposto no artigo 24; II - os afastamentos ininterruptos do exercício do cargo previsto no inciso VIII de que trata o artigo 24 que excederem a 180 dias, corridos ou intercalados.

Subseção II

Da progressão por titulação

Art. 26. O servidor do IMPRES que apresentar comprovação de nova habilitação além daquela exigida para o seu cargo de provimento efetivo, após o cumprimento do estágio probatório, terá direito a progressão por titulação na forma do Anexo III desta Lei Complementar, com aumento de 10 (dez) referências por nova habilitação, até o limite de 30 (trinta) referências.

§ 1º A concessão da progressão ocorrerá por Resolução exarada pelo Diretor Presidente do IMPRES, atendidos os requisitos desta Lei Complementar.

§ 2º A progressão por titulação dar-se-á a qualquer tempo, de forma simplificada, a contar da data do protocolo de requerimento, pelo servidor, ao Secretário da Diretoria Executiva, do respectivo Certificado e/ou Diploma da nova habilitação.

§ 3º A progressão por titulação é uma vantagem pecuniária permanente, calculada na forma do Anexo III, incorporando-se ao salário base do servidor.

§ 4º É vedada a acumulação de progressões por titulação.

Art. 27. A progressão horizontal por titulação a ser concedida aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo é limitada a trinta progressões, a contar da data da vigência desta Lei Complementar, observados os requisitos previstos no artigo 25.

Subseção III

Do adicional por triênio

Art. 28. Serão concedidos aos servidores efetivos, a cada três anos, adicional a razão de 6% (seis por cento) sobre o salário-base.

Parágrafo Único - Para efeitos do adicional, será contado o tempo de serviço prestado em cargo de provimento efetivo junto ao IMPRES.

Seção VII

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 29. A avaliação de desempenho para fins da progressão horizontal será realizada anualmente por Comissão de Avaliação de Desempenho instituída em conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, observados os seguintes fatores, contidos no Anexo V desta Lei Complementar:

I – Dimensão Institucional: características que agregam valor e contribuem para o desenvolvimento da Instituição;

II – Dimensão Funcional: características que geram impacto nos processos e formas de trabalho;

III – Dimensão Individual: características que aparecem nas atitudes, comportamentos e são um diferencial do servidor.

Parágrafo Único - A avaliação não será realizada se no ano o servidor permanecer afastado do exercício do cargo por período igual ou superior a sete meses, ressalvados os casos previstos no artigo 24 desta lei.

Art. 30. Serão adotados os seguintes conceitos finais na avaliação de desempenho:

I - Ótimo: pontuação final igual ou superior a trinta e um pontos;

II - Bom: pontuação final entre vinte e um e trinta pontos;

III - Regular: pontuação final entre onze e vinte pontos;

IV - Insuficiente: pontuação final inferior ou igual a dez pontos.

Parágrafo Único - A avaliação de desempenho será considerada positiva e ensejará a progressão horizontal se o servidor obtiver os conceitos "Bom" ou "Ótimo".

Art. 31. Da avaliação cabe recurso à Comissão de Avaliação de Desempenho, dentro de cinco dias úteis a partir da comunicação escrita feita ao servidor pelo Presidente da Comissão de Avaliação, acompanhada de cópia da ficha de avaliação.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput poderá ser substituída pela ciência do servidor lançada na própria ficha individual de avaliação.

§ 2º A Comissão apreciará o recurso e o decidirá em até dez dias úteis.

CAPÍTULO II

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 32. A remuneração dos servidores públicos do IMPRES somente poderá ser fixada ou alterada por lei, observada a iniciativa privativa do Conselho de Administração, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 33. A fixação do padrão de vencimento e demais componentes do sistema de remuneração dos servidores do Poder Legislativo observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos que compõem o respectivo Quadro Permanente de Pessoal;

- II - os requisitos para a investidura no cargo;
- III - as peculiaridades do cargo.

Art. 34. Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais e aqueles autorizados pelo servidor ou realizados mediante convênio, na forma do art. 25 do Decreto nº 2.715/2005.

CAPITULO III DO VALE ALIMENTAÇÃO

Art. 35. Fica o IMPRES autorizado a conceder auxílio-alimentação no valor atual de R\$ 14,00 (quatorze reais) por dia efetivamente trabalhado, reajustados anualmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, na data-base do funcionalismo público municipal e de acordo com o INPC apurado nos 12 meses anteriores.

CAPÍTULO IV DA LOTAÇÃO

Art. 36. Os servidores ficarão lotados no Setor Administrativo vinculados diretamente ao Diretor Presidente.

CAPÍTULO V DA MANUTENÇÃO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL

Art. 37. Novos cargos poderão ser criados no Quadro Permanente de Pessoal do IMPRES.

§ 1º Da proposta de criação deverão constar:

- a) denominação, quantitativo, padrão de vencimento, jornada semanal de trabalho, atribuições e requisitos de instrução para provimento do cargo;
- b) justificativa de sua criação;
- c) estudo de impacto financeiro na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º O padrão de vencimento dos cargos será definido observadas as disposições do artigo 33 desta Lei Complementar.

Art. 38. O IMPRES analisará as respectivas propostas e verificará a existência de dotação orçamentária para a criação dos cargos, bem como, o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e outros dispositivos legais vigentes.

CAPITULO VI DA JORNADA DE TRABALHO E DO CONTROLE DE FREQUENCIA

Art. 39. A jornada de trabalho dos servidores efetivos do IMPRES será de trinta e cinco horas semanais, em turno único de seis horas diárias ininterruptas ou de sete horas interruptas.

Art. 40. O registro eletrônico de frequência é medida obrigatória para todos os servidores como meio de aferir o comparecimento ao trabalho.

§ 1º Os registros eletrônicos de frequência serão efetuados no momento de chegada e saída dos servidores, diariamente, sendo respeitada sua carga horária semanal.

§ 2º Serão tolerados para fins de cômputo de horas o equivalente a dez minutos na entrada e dez minutos na saída para todos os servidores, sendo os mesmos desconsiderados.

§ 3º No caso de descumprimento da carga horária semanal, a quantidade de horas faltantes deverá ser compensada até o final do mês, e, não sendo cumprida a compensação, a quantidade de horas faltantes será descontada em folha de pagamento.

§ 4º O servidor somente poderá se ausentar das dependências do IMPRES durante o horário de expediente para exercer atividades expressamente relacionadas às suas atribuições, além das exceções previstas na Lei Complementar nº 76/2003, devendo apresentar relatório escrito ao Diretor Presidente no prazo de vinte e quatro horas.

§ 5º As horas excedentes à jornada de trabalho deverão ser compensadas em sessenta dias, não se caracterizando como serviço extraordinário. Caso não compensadas, deverão ser pagas neste mesmo prazo.

Art. 41. A frequência será apurada entre o dia primeiro e último dia de cada mês.

Parágrafo Único - Apurada a frequência dos servidores efetivos, a Secretária da Diretoria Executiva processará a remuneração do mês, sendo realizado o pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente.

CAPÍTULO VII DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 42. Fica instituído como atividade permanente no IMPRES o estímulo à formação continuada de seus servidores, tendo como objetivos:

- I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;
- II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;
- III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;
- IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

Art. 43. Serão três os tipos de formação:

- I - de integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, por meio de informações sobre a organização e o funcionamento do IMPRES;
- II - de capacitação, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente capacitado;
- III - de atualização, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas àquelas que vinham exercendo até o momento.

Art. 44. A formação continuada terá caráter objetivo e prático e poderá ser oferecida, direta ou indiretamente, pelo IMPRES, mediante o encaminhamento de servidores para cursos e estágios realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município.

CAPÍTULO VIII DAS FÉRIAS COLETIVAS

Art. 45. Poderão ser concedidas férias coletivas aos servidores do IMPRES, conforme decisão da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – O servidor convocado a retornar antecipadamente às suas atividades compensará posteriormente os dias trabalhados, protocolando junto à Secretaria da Diretoria Executiva documento informando os dias a serem compensados.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46. Os vencimentos constantes dos anexos da presente Lei serão revistos, anualmente a partir de 2019, na mesma data base dos servidores do Município de Joaçaba, nos termos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, em negociação coletiva com a participação do sindicato da categoria.

Parágrafo Único - Os vencimentos, a remuneração e quaisquer vantagens previstas nesta Lei Complementar serão sempre proporcionais à carga horária semanal do servidor.

Art. 47. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 48. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações próprias do IMPRES, constantes do Orçamento Fiscal do Município de Joaçaba.

Art. 49. Os casos omissos desta Lei Complementar serão recepcionados pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba, Lei Complementar nº 76/2003 e suas alterações, bem como o disposto em decretos regulamentares adicionais.

Art. 50. São partes integrantes desta Lei Complementar:

- I - Anexo I: Quadro Permanente de Pessoal Efetivo do IMPRES;
- II - Anexo II: Manual de Ocupações dos Servidores Efetivos;
- III- Anexo III: Tabela relativa à Progressão por Titulação;
- IV Anexo IV: Tabela de progressão horizontal;
- V – Anexo V: Ficha de Avaliação Estágio Probatório e de Progressão Horizontal.

Art. 51. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 08 de abril de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

ANEXO I QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL EFETIVO DO IMPRES LOTAÇÃO: SETOR ADMINISTRATIVO

CARGO:	N.º vagas	Carga horária semanal	Vencimento Inicial	Requisitos para o Cargo
I - GRUPO FUNCIONAL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (SAD)				
Técnico Previdenciário	01	35	R\$ 2.000,00	Ensino Médio Certificação Profissional ANBIMA Série 10 (CPA-10)
Analista Previdenciário	01	35	R\$ 3.000,00	Ensino Superior em Direito, Administração ou Contabilidade e Certificação Profissional ANBIMA Série 20 (CPA-20)

ANEXO II MANUAL DE OCUPAÇÕES DOS SERVIDORES EFETIVOS

TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO

- Padrão 1 Nível 1 - Grupo: Administrativo
- Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas
- Jornada normal de trabalho: 35 horas semanais

Requisitos:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade Mínima: Ensino Médio completo
- Aptidão física e mental

- * Executar serviços burocráticos, visando atender à legislação e cumprir com os procedimentos de cunho administrativo;
- * Elaborar e encaminhar expedientes com conhecimento de legislação atinente ao serviço público; Digitar trabalhos atinentes à administração; Elaborar, protocolizar e arquivar correspondências, requerimentos, notas fiscais, ofícios, contratos e demais documentos;
- * Preencher guias previdenciárias; Repassar as informações necessárias relacionadas a guias previdenciárias aos institutos de previdência e aos entes;
- * Efetuar o cadastro geral dos servidores;
- * Agilizar e assegurar os processos administrativos do IMPRES, digitando e fazendo cópias de documentos com segurança, emitindo relatórios, efetuando o controle do almoxarifado, recepcionando e expedindo listagem de trabalhos processados, efetuando controle de material de expediente;
- * Elaboração de minutas de contrato, correspondências, relatórios, circulares, formulários, informações processuais, requerimentos, memorando e outros dados/documentos, com a correspondente coleta de assinaturas;
- * Realização de planilhas, de bloquetes de débitos e créditos bancários;
- * Prestar auxílio na execução dos trabalhos inerentes à contabilidade, mediante orientações e acompanhamento do profissional adequado e habilitado;
- * Efetuar serviços de encadernação e de controle de materiais.
- * Elaborar atos, projetos de lei e autuar processos diversos.
- * Estabelecer contatos com o público, a fim de atender a todos com rapidez e eficiência:
- * Recepcionar os cidadãos; prestando atendimento, anunciando e encaminhando aos setores procurados, orientando sobre horários de atendimento e demais informações solicitadas.
- * Realizar procedimentos relacionados às atividades funcionais do servidor, tais como cadastro de servidores, escalas de férias, atualizações de versões e impressão de folha ponto.
- * Contribuir com a efetivação do pagamento mensal aos servidores, auxiliando no processamento da folha de pagamento, realizando os cálculos necessários, lançando dados no sistema, conferindo cálculos e outros documentos, repassando as informações ao responsável pela conferência final do processamento da folha; transmitindo os dados necessários para o banco.
- * Providenciar o acondicionamento e conservação de documentos, correspondências, relatórios, fichas e demais materiais, arquivando-os e classificando-os, visando garantir o controle dos mesmos e a fácil localização.
- * Executar atividades de registros, controles, digitações, arquivamento de todo e qualquer serviço de caráter administrativo, financeiro, pessoal e material.
- * Executar as atividades relativas ao processo de aposentadoria, desde a pré-contagem até a informação final, com os cálculos e seus detalhes, sob a supervisão da Diretoria de Previdência e Atuária.
- * Alimentar e processar o SIPREV;
- * Tomar as medidas necessárias para a ocorrência da compensação previdenciária;
- * Atuar nos softwares contratados pelo IMPRES para processamento de folha de pagamento, ponto eletrônico, contratos, senos, aposentadorias, execução orçamentárias, etc.
- * Preparar quadros demonstrativos, tabelas, gráficos, mapas, formulários, fluxogramas e outros instrumentos, com o intuito de criar relatórios, disponibilizar informações pertinentes e padronizar e otimizar o rendimento, consultando documentos, efetuando cálculos, registrando informações com base em dados levantados.
- * Elaborar cronogramas e acompanhar a realização dos eventos, bem como administrar a agenda da Diretoria Executiva, facilitando o cumprimento das obrigações assumidas, contribuindo com o cumprimento de prazos.
- * Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.
- * Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável.
- * Atender aos servidores, objetivando esclarecer dúvidas, receber solicitações, e buscar soluções para eventuais transtornos.
- * Zelar pela limpeza, organização, segurança e disciplina de seu local de trabalho.
- * Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, de acordo com o alinhamento e planejamento estratégico do IMPRES.
- * Utilizar EPIs para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir a sua segurança e integridade física.
- * Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e conforme demanda.
- * Outras tarefas administrativas do IMPRES e de suporte à Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê de Investimentos.

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO

- Padrão 2 Nível 1 - Grupo: Administrativo
- Processo de Seleção e Ingresso: Concurso Público de Provas e títulos
- Jornada normal de trabalho: 35 horas semanais

Requisitos:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Ter idade mínima de 18 anos completos
- Escolaridade Mínima: Superior em Administração, Direito ou Ciências Contábeis com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão
- Aptidão física e mental

* Planejar, coordenar e controlar as atividades do Instituto, em busca da constante melhoria da eficiência e eficácia das políticas públicas e demais processos realizados.

* Definir estratégias para o planejamento organizacional, visando estabelecer metas gerais e específicas, bem como avaliar, propondo alterações de práticas administrativas analisando a instituição, os recursos disponíveis e a rotina dos serviços, identificando oportunidades e problemas.

* Estudar e propor métodos e rotinas de simplificação e racionalização de serviços e planos de aplicação, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, visando operacionalizar e padronizar os referidos serviços.

* Executar e supervisionar trabalhos burocráticos inerentes a administração pública, tais como processos licitatórios, gestão financeira, arquivos de documentos e montagem de processos de aposentadoria e pensão.

* Garantir os recebimentos dos recursos da União, por meio da execução e acompanhamento dos procedimentos necessários.

* Autorizar licitações, contratações e gerenciar os recursos humanos sob sua responsabilidade.

* Participar das reuniões com os conselho e comitê de investimentos, trabalhos de formação com servidores ativos e inativos e prestar informações aos órgãos de fiscalização.

* Estruturar técnicas de desenvolvimento gerencial, formulando e acompanhando o planejamento estratégico, tático e operacional.

* Auxiliar na elaboração de anteprojetos de lei, minutas de decretos e de outros atos normativos.

* Pesquisar e interpretar o ordenamento jurídico municipal, estadual e federal para observância da legalidade na área da Administração Pública Municipal que estiver atuando.

* Ordenar, imprimir, colher assinaturas e redigir ofícios de encaminhamento.

* Auditar, conferir, orientar e supervisionar ações de departamento pessoal do Instituto, relacionadas a folhas de pagamento, concessões de benefícios, férias, gratificações natalinas, afastamentos, remoções, cessões, reabilitações, recolhimentos de obrigações fiscais e trabalhistas, entre outras.

* Supervisionar, coordenar e executar a elaboração de instruções normativas, de observância obrigatória no Município, visando estabelecer a padronização de procedimentos administrativos e operacionais.

* Elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios, atendendo às exigências ou normas do Poder Executivo Municipal.

* Formatar e analisar projetos de captação de recursos e financiamentos externos.

* Analisar, pesquisar e periciar os atos e fatos da administração orçamentária, financeira, de pessoal e trabalhista do Município.

* Supervisionar, coordenar e executar os trabalhos referentes à programação financeira anual e plurianual, movimentando as contas, elaborando a política de investimentos, realizando e supervisionando as aplicações financeiras, visando atingir a meta atuarial estabelecida.

* Preparar, acompanhar, analisar e inserir as informações referentes ao orçamento, contabilidade, licitações, contratos, convênios, recursos humanos, obras e serviços municipais no sistema de fiscalização integrada de gestão dos Tribunais de Contas do Estado e da União.

* Contribuir com a abertura de processos administrativos, realizando procedimentos e encaminhando-os aos devidos setores, bem como acompanhar seu andamento.

* Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

* Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável.

* Atender aos servidores, objetivando esclarecer dúvidas, receber solicitações, e buscar soluções para eventuais transtornos.

* Zelar pela limpeza, organização, segurança e disciplina de seu local de trabalho.

* Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, de acordo com o alinhamento e planejamento estratégico do IMPRES.

* Utilizar EPIs para exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir a sua segurança e integridade física.

* Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e conforme demanda.

ANEXO III**TABELA RELATIVA À PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO**

GRUPO DE CARGOS	NOVA TITULAÇÃO	PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO
(SAD) Técnico Previdenciário	Ensino médio, mais curso superior completo na área específica ou afim*, e/ou pós graduação, dispensada a apresentação de monografia ou artigo.	Progressão 10 referências a cada nova habilitação até o limite de 30 referências
(SAD) Analista Previdenciário	Ensino superior, mais pós graduação na área específica ou afim*, dispensada a apresentação de monografia ou artigo	Progressão 10 referências a cada nova habilitação até o limite de 30 referências

*Áreas afins são aquelas apresentadas no artigo 7º desta Lei Complementar.

ANEXO IV**TABELA DE PROGRESSÃO HORIZONTAL**

	GRUPO		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Técnico Previdenciário	SAD	A	2.000,00	2.020,00	2.040,20	2.060,60	2.081,20	2.102,02	2.123,04	2.144,27	2.165,71	2.187,37
		B	2.209,24	2.231,33	2.253,65	2.276,18	2.298,94	2.321,93	2.345,15	2.368,60	2.392,29	2.416,21
		C	2.440,38	2.464,78	2.489,43	2.514,32	2.539,46	2.564,86	2.590,51	2.616,41	2.642,58	2.669,00
		D	2.695,69	2.722,65	2.749,88	2.777,38	2.805,15	2.833,20	2.861,53	2.890,15	2.919,05	2.948,24
		E	2.977,72	3.007,50	3.037,57	3.067,95	3.098,63	3.129,62	3.160,91	3.192,52	3.224,45	3.256,69
		F	3.289,26	3.322,15	3.355,37	3.388,93	3.422,82	3.457,04	3.491,61	3.526,53	3.561,80	3.597,41
		G	3.633,39	3.669,72	3.706,42	3.743,48	3.780,92	3.818,73	3.856,92	3.895,48	3.934,44	3.973,78
		H	4.013,52	4.053,66	4.094,19	4.135,14	4.176,49	4.218,25	4.260,43	4.303,04	4.346,07	4.389,53
Analista Previdenciário	SAD	A	3.000,00	3.030,00	3.060,30	3.090,90	3.121,81	3.153,03	3.184,56	3.216,40	3.248,57	3.281,05
		B	3.313,86	3.347,00	3.380,47	3.414,27	3.448,41	3.482,89	3.517,72	3.552,90	3.588,43	3.624,31
		C	3.660,55	3.697,16	3.734,13	3.771,47	3.809,19	3.847,28	3.885,75	3.924,61	3.963,86	4.003,50
		D	4.043,43	4.083,97	4.124,81	4.166,05	4.207,71	4.249,79	4.292,29	4.335,21	4.378,56	4.422,35
		E	4.466,57	4.511,24	4.556,35	4.601,92	4.647,93	4.694,41	4.741,36	4.788,77	4.836,66	4.885,03
		F	4.933,88	4.983,22	5.033,05	5.083,38	5.134,21	5.185,55	5.237,41	5.289,78	5.342,68	5.396,11
		G	5.450,07	5.504,57	5.559,62	5.615,21	5.671,36	5.728,08	5.785,36	5.843,21	5.901,64	5.960,66
		H	6.020,27	6.080,47	6.141,28	6.202,69	6.264,71	6.327,36	6.390,64	6.454,54	6.519,09	6.584,28

ANEXO V

FICHA DE AVALIAÇÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DE PROGRESSÃO HORIZONTAL

CONCEITOS	
1 - INSUFICIENTE	3 - BOM
2 - REGULAR	4 - OTIMO

CONCEITO	1	2	3	4
DIMENSÃO INSTITUCIONAL - Características que agregam valor e contribuem para o desenvolvimento da Instituição	X	X	X	X
ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL Responsabilidade e cuidado no tratamento do patrimônio do órgão.				
DIMENSÃO FUNCIONAL – Características que geram impacto nos processos e formas de trabalho.	X	X	X	X
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE Realiza suas atividades de forma completa, precisa e criteriosa, atendendo aos padrões de qualidade esperados.				
HABILIDADE TÉCNICA Nível de conhecimento sobre os procedimentos, normas e padrões internos necessários para exercer a função.				
ENERGIA E DISPOSIÇÃO PARA O TRABALHO Demonstra interesse, entusiasmo e determinação na execução de suas atividades. É proativo.				
PONTUALIDADE / ASSIDUIDADE Cumprir a jornada de trabalho pré-estabelecida tanto no aspecto horário como em frequência.				
TRABALHO EM EQUIPE Habilidade de interagir com os demais membros da equipe e saber ouvir posições contrárias. Busca alternativas e contribui para a atuação positiva dos demais. Está sempre pronto a cooperar.				
DIMENSÃO INDIVIDUAL – Características que aparecem nas atitudes, comportamentos e são um diferencial do servidor.	X	X	X	X
ATUALIZAÇÃO É preocupado com seu desenvolvimento profissional. Toma para si a responsabilidade de manter-se atualizado. Procura prover os meios de preencher as lacunas de competências técnico-funcionais, solicitando, quando necessário, apoio institucional.				
ORIENTAÇÃO PARA O USUÁRIO Estabelece contatos pessoais, independentes de nível hierárquico, de forma assertiva, buscando atender às expectativas e necessidades dos usuários internos e/ou externos.				
FLEXIBILIDADE / ADAPTABILIDADE Reage bem a mudanças. Tem facilidade para utilizar novos métodos, procedimentos e ferramentas, adaptando-se rapidamente às necessidades e mudanças na rotina de seu trabalho.				
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL Habilidade no relacionamento com seus pares, superiores, subordinados (se houver) e usuários.				
Total de Pontos				
Pontos totalizados:				

GRAU OBTIDO		
Até 10 pontos	Insuficiente	Menor Contribuidor Na maioria das vezes, contribui pouco para os resultados de sua Área.

De 11 à 20 pontos	Regular	Contribuidor Parcial Em geral, contribui de forma parcial para os resultados de sua Área.
De 21 à 30 pontos	Bom	Bom Contribuidor Em geral, alcança os objetivos de forma adequada contribuindo para os resultados de sua Área.
Acima de 31 pontos	Ótimo	Excelente Contribuidor Na maioria das vezes, supera o esperado. Seu desempenho é reconhecido por todos com destaque.

Comentários (opcional)

Avaliado	Avaliador

NUMERO DE PONTOS TOTALIZADOS APÓS PONDERAÇÕES

Assinaturas

Avaliadores	Avaliado
1.	
2.	
3.	

LEI Nº 5.254 DE 05 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980769

LEI Nº 5.254 DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"AUTORIZA O SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA A UTILIZAR ESTRUTURA E PESSOAL DA AUTARQUIA PARA ORGANIZAÇÃO DA 34ª COPA ASSEMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna autorizado a utilizar bens móveis e pessoal da Autarquia para a organização da 34ª Copa ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento a realizar-se no período de 03 (três) dias no decorrer do ano de 2019 nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

Art. 2º Os custos diretos para realização do evento serão de encargo da ASSEMAE, enquanto os custos indiretos para o desempenho das tarefas de organização da 34ª Copa ASSEMAE caberá ao SIMAE, que poderá fazer uso de um veículo, da estrutura física e outros bens de propriedade da Autarquia, às suas expensas, bem como a disponibilização de pessoal.

Art. 3º A regulamentação para uso de veículo e disponibilização de pessoal designados para o cumprimento das obrigações previstas no artigo primeiro serão implementadas por ato do Diretor Presidente do SIMAE.

Art. 4º As atividades de organização da 34ª Copa ASSEMAE serão executadas durante o horário de expediente do SIMAE, contudo, em caso de necessidade, poderão ser executados fora desse horário.

Art. 5º O pessoal designado para desempenho das atividades previstas nesta Lei não receberá qualquer remuneração adicional.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento próprio do SIMAE.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 05/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1981180

RESOLUÇÃO Nº 05/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”

A Secretária de Assistência Social de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria de Assistência Social, conforme relação abaixo:

Adenir de Jesus Benites, Adriana Maria Pedrette Pasini, Adriana Pospor, Agostinho Roseli Chaves, Alexsander Lopes Rodrigues, Ana Catarina Antes, Andrea Freiburger Ribeiro da Silva, Aida Andres, Aline Aparecida Schmidt Dambros, Antenor Fernandes da Silva, Clair do Amaral, Clarice Moreira Elias, Claudete Aparecida Melhorini Milesqui, Clio Santos, Cristiane Wernecke de Andrade Amora, Diana Aparecida Gotardo, Daiane Duarte, Denise Azevedo Kruhs, Derli Francisco da Silva, Diandra Minatti, Dirlei de Oliveira Bressanelli, Ediles Drey de Giacometi, Edoardo Trindade dos Santos, Fernanda Levinski, Giolly Muriel Moreira, Gislaine Ferreira Coutinho Soares, Grasielle Zanella, Ingrid Stok Tilton, Ivone Zanatta, Jacir F. França, Juliana Chiamulera, Juliana Carla Gotardo Amaral, Jorge Camilo Gavasso, Larissa Novello, Lucinéia Cloth Perotto da Rosa, Luciane Barbosa dos Santos Viacelli, Marcelino Zuffo, Marisangela Aparecida Carletto, Maristela Rosa Abatti Schüler, Marine Cortellini Turatti, Mauro José Campioni, Nathalia Costenaro Mascarello, Michelini Edair Zilio, Nilce Terezinha Medeiros Inocente da Costa, Paulo Rodrigues Alves, Ricardo Schneeberger, Rodrigo Pereira Silva, Rosilei Bordin Lago, Rúbia Karen Provensi, Sandra Regina Pacheco Pinheiro, Silvio Cesar Penteado Cordazzo, Tailândia Guzzi Danielewicz.

Veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Veículo RENAULT/LOGAN EXP 16 2012/2013 Placa - MKE 5977, veículo UNO MILLE – FIAT - 2013 Placa - MLM 0086, veículo UNO VIVANCE Placa - MLN 7742 2014, veículo RENAULT/MAST MARTICAR Placa - MLU 4986, veículo PEUGEOT PARTNER ESCAP 2010/2011 Placa - MHY 9721, veículo UNO MILLE FLEX 2010 Placa - MGD 8896, veículo RENAULT/LOGAN AUT 1016V 2012/2013 Placa - MKF 7167, veículo FIAT/SIENA FIRE FLEX 2007/2007 Placa - MDR4613, veículo VW GOL SPECIAL 2002/2003 Placa - MFY 1160, veículo FIAT STRADA WORKING 2014/2015 Placa - MKU- 4769, veículo VW/GOL 1.0 2003 Placa -MCY 7098, veículo FORD/KA SE 1.5 SD B 2018 Placa – QIX 6735 - veículo FORD/KA SE 1.5 SD C 2018 Placa – QJO2118

Art. 2º Autoriza os seguintes conselheiros para conduzirem os veículos do Conselho Tutelar, conforme relação abaixo:

Clarice Moreira Elias, Cristiane Wernecke de Andrade Amora, Denise Azevedo Kruhs, Lucinéia Cloth Perotto da Rosa, Nilce Terezinha Medeiros Inocente da Costa.

Veículo Palio WK Attrac 1.4 FIAT/2013 Placa - MLU 2478.

Art. 3º Autoriza os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Gerência de Habitação e Regularização Fundiária, conforme relação abaixo:

Andrea Freiburger Ribeiro da Silva, Antenor Fernandes da Silva, Diana Aparecida Gotardo, Ivone Zanatta, Jacir F. França, Jorge Camilo Gavasso, Luciane Barbosa dos Santos Viacelli, Mauro José Campioni, Nathalia Costenaro Mascarello, Rúbia Karen Provensi, Sandra Regina Pacheco Pinheiro, Silvio Cesar Penteado Cordazzo.

Veículo Chevrolet Montana SL2 1.4 2018/2019 Placa – QJR 5889, veículo FIAT/UNO MILLE ECONOMY 2010/2011 Placa - MHX 8769

Art. 4º - A Carteira Nacional de Habilitação, deverá estar dentro da data de validade e a categoria para qual esteja habilitado.

Art. 5º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 04/2019.

Joaçaba/ SC, 10 de abril de 2019.

SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 023/2019 - NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – CPAD**

Publicação Nº 1981129

PORTARIA N. 023/2019 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – CPAD DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC."

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II, XVI e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR "Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD" da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, responsável pela condução dos trabalhos de apuração e acompanhamento dos processos de eliminação de documentos públicos, composta pelos seguintes Servidores:

Presidente: Bruno Ciello Padilha.

Membros: Leandro Sartori e Marcio Roberto Piccoli.

Art. 2º - A Comissão designada é caracterizada por múnus publico.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 10 de abril de 2019.

DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor Jurídico

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ERRATA PREGÃO 18/2019**

Publicação Nº 1981105

ERRATA

Simae - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0018/2019

Licitação nº 0021/2019

Protocolo 0781/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e sistemas de ar condicionado do Simae.

O Diretor Presidente do Simae torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 0018/2019, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão (Preâmbulo e item 7.1 do Edital)

a) Fica alterada a data de recebimento dos Envelope nº 1º (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) para: até às 08h50min do dia 25/04/2019;

b) Fica alterada a data de abertura da sessão pública e credenciamento para: dia 25/04/2019 às 9h.

2º Alteração – Alteração do item 6.3, alínea "f", "g" e "h" do Edital

Onde se lê:

f) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em engenharia mecânica (ou outro equivalente devidamente reconhecido pelo CREA), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar preferencialmente da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes a: manutenção em aparelhos de ar condicionado;

g) Registro ou inscrição no Sistema Confea/CREA do profissional indicado como responsável técnico;

h) Comprovação de vínculo com profissional de nível superior que comprovou a capacidade técnica na alínea "f" e "g" acima, através de:

Leia-se:

- f) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em engenharia mecânica (ou outro equivalente devidamente reconhecido pelo CREA), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar preferencialmente da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes a: manutenção em aparelhos de ar condicionado, ou profissional de nível técnico em refrigeração ou eletrotécnica com comprovação de qualificação técnica através de apresentação de certificados de conclusão de curso técnico e acervo técnico registrado no Conselho Federal de Técnicos Industriais ;
- g) Registro ou inscrição no Sistema Confea/CREA do profissional indicado como responsável técnico caso seja de nível superior, caso seja profissional de nível técnico apresentar inscrição no Conselho Federal de Técnicos Industriais;
- h) Comprovação de vínculo com profissional que comprovou a capacidade técnica na alínea “f” e “g” acima, através de:

3º Alteração – Alteração do item 6.2 do Anexo II (Termo de Referência)

Onde se lê:

6.2 Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em engenharia mecânica (ou outro equivalente devidamente reconhecido pelo CREA), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar preferencialmente da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes a: manutenção em aparelhos de ar condicionado,

6.2.1 Registro ou inscrição no Sistema CONFEA/CREA ou Conselho Federal de Técnicos Industriais do profissional indicado como responsável técnico;

Leia-se:

6.2 Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em engenharia mecânica (ou outro equivalente devidamente reconhecido pelo CREA), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar preferencialmente da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes a: manutenção em aparelhos de ar condicionado, ou profissional de nível técnico em refrigeração ou eletrotécnica com comprovação de qualificação técnica através de apresentação de certificados de conclusão de curso técnico e acervo técnico registrado no Conselho Federal de Técnicos Industriais;

6.2.1 Registro ou inscrição no Sistema CONFEA/CREA do profissional indicado como responsável técnico caso seja de nível superior ou Conselho Federal de Técnicos Industriais para profissional de nível técnico;

Joaçaba, 10 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

REAJUSTE ATA JHL17/18 ASFALTO USINADO

Publicação Nº 1980552

EXTRATO DE TERMO DE REAJUSTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PROCESSO 0037/2018
PREGÃO PRESENCIAL 0032/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/2018

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval D`Oeste e Luzerna- SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato, representado por seu Diretor Presidente Paulo Cesar Lamin, portador da Cédula de Identidade nº 11/R-1.707.669 SSI/SC e inscrito no CPF sob nº 047.099.739-70, torna publico o realinhamento do valor do item 01 da ata de registro de preços em questão, cujo valor conforme tabela abaixo, os demais itens não sofreram reajuste por estarem com o valor dentro do praticado no mercado. O realinhamento foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenas ao processo.

O valor será reajustado para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II “d”, da Lei nº 8666/93.

Valor registrado:

Item	Un	Descrição	Valor registrado	Valor c/ reajuste
01	kg	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ)	220,5788	292,15

Joaçaba 05 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0025/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1981655

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0025/2018

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0068/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0077/2018

PROTOCOLO Nº 2637/2018

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de produtos químicos a serem utilizados no tratamento de água para abastecimento público a ser efetuado pelo Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:**HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA:**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	15.000,00	KG	Cloro Gás acondicionado em cilindros de aço de 50 e/ ou 68kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Cl ₂ Concentração de Cl ₂ : mínimo de 99,5% Ferro Total: < 15 ppm Sólidos Totais Fixos: < 100 ppm Umidade: < 50 ppm de H ₂ O	HIDROMAR	8,50	127.500,00

AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	300.000,00	KG	Coagulante a base de Policloreto de Alumínio a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características e especificações técnicas: Fórmula Química: Aln(OH)mCl3n-m Aspecto: Líquido viscoso límpido Teor de Al ₂ O ₃ : 10 a 12% (m/m) Cor: Âmbar claro Odor: Inodoro Densidade a 25°C: 1,23 a 1,29 g/cm ³ Sólidos Sedimentáveis em Cone Imhoff: Máximo de 0,1 mL/L Basicidade: 60 a 68% pH tal qual a 25°C: 2,0 a 2,9	AVANEX	0,74	222.000,00

BUSCHLE & LEPPER S.A:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	25.000,00	KG	Ácido fluossilícico a ser utilizado no tratamento de água para consumo humano, com as seguintes características: Fórmula Química: H ₂ SiF ₆ Aspecto: Líquido levemente amarelado Odor: Picante Teor de H ₂ SiF ₆ : mínimo de 20% Teor de Flúor Ativo: mínimo de 15% Teor de HF: máximo de 1% (m/m) Densidade: mínimo de 1,17g/cm ³ Características Adicionais: - Arsênio: Máximo de 160mg/kg - Cádmio: Máximo de 400mg/kg - Chumbo: Máximo de 160mg/kg - Cromo: Máximo de 800mg/kg - Mercúrio: Máximo de 80mg/kg - Prata: Máximo de 800mg/kg - Selênio: Máximo de 800mg/kg	MOSAIC FERTILIZANTES	1,00	25.000,00
4	40.000,00	KG	Cal Hidratada acondicionada em embalagens de 20kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Ca(OH) ₂ Concentração de Ca(OH) ₂ : Mínimo de 90% Concentração de Cão: Mínimo de 66% Concentração de CaCO ₃ : Máximo de 5,5% Aspecto: Pó branco	COBRASCAL	0,95	38.000,00
5	4.000,00	KG	Solução aquosa de Hipoclorito de Sódio acondicionado em bombonas de 50kg, a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: NaClO Teor de Cloro Ativo: 10 a 12% Aspecto: Líquido Cor: Amarelo esverdeado Odor: Picante Densidade: 1,16 a 1,23 g/cm ³ Teor de Hidróxidos: mínimo de 0,5%	CARBOCLORO	1,49	5.960,00

VIGÊNCIA: 10/10/2018 a 09/10/2019.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 11 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

Lacerdópolis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.183.2019

Publicação Nº 1980401

LEI ORDINÁRIA Nº 2.183 DE 09 DE ABRIL 2019

“Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar deste município e outras providências”.

SERGIO LUIZ CALEGARI, prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu, com fundamento no art. 30, incisos I e II da Constituição Federal, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Lacerdópolis, criado pela Lei Municipal n. 1.235 de 09 de junho de 1997, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Lacerdópolis, que será exercida por até 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público da Comarca, compete ao Gabinete do Prefeito, com o apoio do controlador interno e da procuradoria/assessoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta lei e na lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Lacerdópolis, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal, caso necessário, criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros;

II – o custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente, e por meio de decisão de todos os seus membros, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública.

§4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal prestará todo o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Tutelar, fornecendo, sem exclusividade, equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, com telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala para a recepção do público;

III - Sala reservada para o atendimento de casos que assim necessitem; e,

VI – Banheiros.

§ 2º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar poderá ser em edifício exclusivo.

§3º O Conselho Tutelar poderá contar, sempre que necessitar, com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado composto de todos os seus membros, sendo as

decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§3º Cabe ao CMDCA acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 08h30min às 11h30min e das 14h00min. às 17h00min.

§1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 30 (trinta) horas, sem direito a horas extras, com escalas de sobreaviso idênticas, proibido qualquer tratamento desigual.

§2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar em ponto eletrônico fornecido pelo Município de Lacerdópolis o cumprimento da jornada normal de trabalho.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar daquele dia.

§1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do expediente do dia seguinte, não podendo o conselheiro que estiver de sobreaviso se ausentar do município ou estar em local, cuja área não tenha cobertura de sinal telefônico.

§2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos conjuntamente pelos membros do Conselho Tutelar.

§3º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas em livro próprio, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

§4º Pelo menos 01 (um) conselheiro tutelar ficará de sobreaviso sempre.

§5º O conselheiro tutelar que ficar de sobreaviso de segunda a sexta-feira terá direito ao dia seguinte de folga/descanso como forma de compensação.

§6º Os sobreavisos feitos nos finais de semana e feriados ocorrerão da seguinte forma:

I – O primeiro sobreaviso será no período compreendido entre às 17h01min de sexta-feira às 08h29min do sábado;

II – O segundo sobreaviso será no período compreendido entre às

08h30min sábado às 08h29min do domingo;

III – O terceiro sobreaviso será no período compreendido entre às 08h30min do domingo às 08h29min da segunda-feira.

§7º O conselheiro tutelar que ficar de sobreaviso no período descrito no inciso I do §6º terá direito de folga/descanso no próximo dia útil seguinte ao sobreaviso como forma de compensação.

§8º Os conselheiros tutelares que ficarem de sobreaviso nos períodos descritos nos incisos II e III do §6º serão remunerados, cujo valor para cada sobreaviso é R\$ 96,75 (noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

Art. 10 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária quinzenal, com a presença de todos os membros para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§2º As decisões serão tomadas por maioria de votos.

SEÇÃO III

Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, observando-se, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta lei.

§1º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 02 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§2º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 12 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§1º A eleição será conduzida pelo CMDCA, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990, a Comissão Especial Eleitoral e o CMDCA notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13 O CMDCA instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, como colaboradores.

§2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo CMDCA.

§3º O CMDCA poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§4º O CMDCA poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§5º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos que possuam título de eleitor no município até 06 (seis) meses antes do processo de escolha.

Art. 14 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo CMDCA, na forma desta lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 e demais legislações pertinentes.

§1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 06 (seis) meses antes da realização da eleição.

§2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990.

§3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 06 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 05 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990, e por esta lei.

§5º O edital deverá ser publicado em jornal de circulação local e ser amplamente divulgado.

Art. 15 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 05 (cinco) pretendentes, devidamente habilitados.

§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 05 (cinco), o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo não superior a 10 (dez) dias para inscrição de novas candidaturas.

§2º Em qualquer caso, o CMDCA deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Requisitos à candidatura

Art. 16 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral através de certidão de antecedentes criminais e outros documentos;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no município há pelo menos 01 (um) ano anterior a data do pleito;

IV - conclusão em ensino médio;

V - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VI - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VII - não ser membro, no momento da publicação do edital, do CMDCA;

VIII - não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990; e,

IX - Possuir Carteira Nacional de Habilitação no mínimo na categoria "B".

Art. 17 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar como candidato do processo de escolha subsequente.

SEÇÃO V

Avaliação documental, impugnações e prova

Art. 18 Terminado o período de registro das candidaturas, o CMDCA no prazo de 03 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, com inscrição deferida e indeferida.

§1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com os arts. 20, 21 e 22 desta lei.

Art. 19 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta lei.

Art. 20 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o CMDCA publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos.

§1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§2º O CMDCA deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

§3º O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o caput deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 22 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto

à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o CMDCA publicará edital no prazo de 05 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Campanha Eleitoral

Art. 23 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§3º O CMDCA deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Votação e Apuração dos Votos

Art. 26 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28 Na medida em que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§1º Cada candidato poderá contar com 01 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 01 (um) fiscal por mesa apuradora.

§3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Impedimentos para o exercício do mandato

Art. 29 São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil ou quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Proclamação do resultado, da nomeação e posse

Art. 30 Concluída a apuração dos votos, o CMDCA proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§2º Os 05 (cinco) candidatos mais votados, caso existam, serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990.

§6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o CMDCA realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas, atendidos os requisitos mínimos exigidos nesta lei.

§10 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos

candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - o colegiado; e,

II - Eventuais servidores auxiliares.

SEÇÃO I

Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 32 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 e por esta lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, com a concordância do Poder Executivo Municipal e ao CMDCA;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

§1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos, em analogia ao art. 10, inciso I da Lei 8.069/1990.

§2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público, comunicando-se o Poder Executivo.

SEÇÃO II

Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 33 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber benefícios financeiros ou não antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas

hipóteses deste artigo.

SEÇÃO III

Deveres

Art. 34 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do CMDCA;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta lei;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990;

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados a qualquer momento nos casos urgentes, estando de plantão ou não;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO IV

Responsabilidades

Art. 35 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 36 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 37 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 38 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO V

Regras de competência

Art. 39 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente.

§1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana, caso necessário.

§5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VI

Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 40 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990, obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990, artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 41 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990;

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990;

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990, adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990;

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitui infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990, o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e

"d", da Lei Federal n. 8.069/1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 42 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 43 Não compete ao Conselho Tutelar o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. É cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 44 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990;

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta lei e na Lei Federal n. 8.069/1990.

§1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses

legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 45 É dever do Conselho Tutelar ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990, sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta lei.

Art. 46 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990.

§2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990.

Art. 47 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não é subordinado aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, CMDCA ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional, ficando, no entanto, sujeito a fiscalização dos mesmos.

§1º O Conselho Tutelar deverá, quando convocado, colaborar e manter relação de parceria com o CMDCA e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o CMDCA poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 48 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990, não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta lei.

Art. 49 O Conselho Tutelar poderá participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDCA e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar poderá encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, respeitando o direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 50 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 51 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 52 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao CMDCA e ao Ministério Público.

Art. 53 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990.

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 54 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de

comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 55 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá participar de reuniões:

I - Nas salas de sessões do CMDCA e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - Nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - Nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio; e,
IV - Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo.

Parágrafo único: o ingresso e trânsito fica condicionado à autorização da autoridade da respectiva repartição.

SEÇÃO VII

Vedações

Art. 56 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço

ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO VIII

Penalidades

Art. 57 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;

III - destituição da função.

Art. 58 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 59 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao CMDCA e ao Ministério Público.

§2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO IX

Vacância

Art. 60 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;

IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V - falecimento;

VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 61 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - vacância de função;

II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 62 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 63 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO X

Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 64 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 65 Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor de R\$ 1.311,87 (mil, trezentos e onze reais e oitenta e sete centavos), que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§4º Em relação a remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 66 Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

I - indenizações; e,

II - auxílios pecuniários.

Art. 67 Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 68 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta lei.

§1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar, com autorização do chefe do Poder Executivo, em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 69 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade; e,

IV - licença-paternidade;

Art. 70 As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Lacerdópolis, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 71 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais.

SEÇÃO XI

Férias

Art. 72 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de (nome do Município).

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 73 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Parágrafo único. No caso de falta ao trabalho será descontado o valor referente ao dia, podendo o conselheiro sofrer alguma sanção administrativa.

Art. 74 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias, cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 75 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos

do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 76 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público, mediante convocação do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 77 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 78 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 79 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XII

Licenças

Art. 80 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Lacerdópolis, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIII

Concessões

Art. 81 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XIV

Tempo de Serviço

Art. 82 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais,

podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 83 As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do CMDCA e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, o Poder Executivo Municipal fornecerá capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º O Poder Executivo Municipal poderá delegar a organização e demais atos do curso ao CMDCA.

Art. 84 Os membros do Conselho Tutelar deverão participar de cursos capacitantes relacionados com a Criança e do Adolescente no mínimo 02 (duas) vezes ao ano.

Art. 85 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da lei municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Lacerdópolis, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 86 O CMDCA, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 87 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 88 Ficam revogados, por incompatibilidade ou perda de objeto os artigos pertencentes as Seções II, III, IV e V da Lei Municipal n. 1.235 de 09 de junho de 1997, a Lei Complementar n. 22 de 21 de março de 2005 e a Lei Complementar n. 48 de 07 de março de 2011.

Art. 89 Os atuais membros do Conselho Tutelar serão exonerados no dia 31 de dezembro deste ano.

Art. 90 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lacerdópolis/SC, 09 de abril de 2019.

SERGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

PREFEITURA

PE 18/2019 SMS

Publicação N° 1981237

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 18/2019 SMS

Objeto: Registro de Preços para Fornecimento de Marmitas, para servidores da Secretaria de Saúde. Abertura: 06/05/2019 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 373.000,00

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 11 de abril de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

RERRATIFICAÇÃO DO PROCESSO 06/2019

Publicação N° 1981015

RERRATIFICAÇÃO

PROCESSO: 06/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2019

COM FULCRO NO ARTIGO 21 parágrafo 4º da Lei Federal 8666/93..

HOUE ALTERAÇÃO NO ANEXO IV DO EDITAL – PROPOSTA DE PREÇOS NO ITEM 16.

A ÍNTEGRA DA ALTERAÇÃO ESTÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL. www.camaralages.sc.gov.br, maiores informações pelo fone (49) 3251- 5422

A ABERTURA DO CERTAME continua mantida para o dia 17/04/2019 às 13h:30min.

José Volnir Scheuermann

Presidente da Câmara Municipal

RESOLUÇÃO 001/2019

Publicação N° 1980968

RESOLUÇÃO N° 0001/2019

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 001/2019

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES, DA FRENTE PARLAMENTAR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS.

A MESA DIRETORA DESTA CASA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, promulgam a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica criado no âmbito da Câmara Municipal de Lages, em caráter temporário até o término desta legislatura, a Frente Parlamentar de políticas públicas de proteção aos animais.

Art. 2º. Constitui como objetivo da Frente Parlamentar, criar um espaço para estudo, debate, definições de estratégias, articular e aglutinar os diversos setores da sociedade civil e política, para fomentar, divulgar e encontrar soluções quanto à proteção dos animais.

Art. 3º. Compete à Frente Parlamentar de políticas públicas de proteção aos animais, sem prejuízo de outras atribuições decorrentes de sua natureza institucional, realizar estudos, debates e tomar providências no sentido de:

I - acompanhar as políticas públicas de proteção e erradicação de animais errantes;

II - monitorar a execução de planos e projetos relacionados à causa animal;

III - realizar estudos sobre a temática, e sugerir novas alternativas e ações que venham contribuir e amenizar o problema de animais errantes e maus tratos com os animais;

IV - acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas ao tema;

Art. 4º. A Frente Parlamentar de estudo e discussão para criação de políticas públicas de proteção dos animais será composta, de forma

pluripartidária, por Vereadores (as) que a ela aderirem voluntariamente.

Art. 5º. Os trabalhos da Frente Parlamentar, serão coordenados por um Presidente e um Vice-Presidente que terão mandato de um ano, podendo uma única recondução, e serão escolhidos mediante aprovação da maioria absoluta dos aderentes.

Art. 6º. As reuniões de que trata o caput deste artigo serão abertas e poderão contar com a participação de entidades representativas do segmento, da sociedade civil e indivíduos com interesse no tema.

Art. 7º. Para possibilitar a mais ampla participação da sociedade, a Frente Parlamentar publicará relatórios de suas atividades, reuniões, seminários, simpósios e encontros.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementares, se necessárias.

Art. 9º. Revoga em todos os termos a Resolução 004/2017 de 10 de outubro de 2017.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2019.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

PRESIDENTE

DAVID MORO

1º SECRETÁRIO

JOSÉ BRUNO HARTMANN

2º SECRETÁRIO

Laguna

PREFEITURA

PREGÃO 05/2019-FMS

Publicação Nº 1980662

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 052019-FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, através do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde, no dia 24 de abril de 2019 as 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 10 de abril de 2019.
Samantha Caludino Sampaio – Pregoeira.

Lauro Muller

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/PMLM/2019

Publicação Nº 1980483

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/PMLM/2019

Data e horário da sessão de abertura: 24/04/2019 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de bancos e lixeiras, destinados às praças/espços públicos do Município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 10 de Abril de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2019

Publicação Nº 1980254

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2019

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Lebon Régis/SC – em Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 27 de março de 2019, no uso de suas competências e atribuições e;

Considerando a análise e avaliação das contas e da documentação, contendo receitas e despesas realizadas com os recursos do Fundo Municipal de assistência Social do município de Lebon Régis/SC, referentes ao exercício de 2018, que foram apresentadas e disponibilizadas pelo setor de contabilidade do município e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Resolve:

Art. 1º: APROVAR a prestação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Lebon Régis/SC, referentes ao exercício de 2018, sendo FAVORÁVEL A APROVAÇÃO TOTAL.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 27 de março de 2019

Rosane Guessser

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMI Nº 001/2019

Publicação Nº 1980260

RESOLUÇÃO CMI Nº 001/2019

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2018.

O Conselho Municipal do Idoso do Município de Lebon Régis/SC – em Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 27 de março de 2019, no uso de suas competências e atribuições e;

Considerando a análise e avaliação das contas e da documentação, contendo receitas e despesas realizadas com os recursos do Fundo Municipal do Idoso do município de Lebon Régis/SC, referentes ao exercício de 2018, que foram apresentadas e disponibilizadas pelo setor de contabilidade do município e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Resolve:

Art. 1º: APROVAR a prestação das contas do Fundo Municipal do Idoso do município de Lebon Régis/SC, referentes ao exercício de 2018, sendo FAVORÁVEL A APROVAÇÃO TOTAL.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 27 de março de 2019

Hisolde Reis

Presidente do CMI

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO Nº 031/2019**

Publicação Nº 1981293

DECRETO Nº 031, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 32, Inciso III da Lei nº 1.394, de 11 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, no valor de R\$ 15.907,49, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.907,49
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.907,49
Função	10	Saúde	15.907,49
Sub-função	301	Atenção Básica	15.907,49
Programa	0015	SAÚDE	15.907,49
Projeto/ Atividade	1.017	Aquisição de Equipamentos e Veículos para Saúde	15.907,49
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	15.907,49
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	15.907,49
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.907,49
Fonte de Recurso/Detalhamento	03.0038.213	Convênio Aquisição de Veículo, Equipamentos e Materiais Permanentes p/ Unid. Básica de Saúde	10.754,34
Fonte de Recurso/Detalhamento	03.0038.000	Convênio Aquisição de Veículo, Equipamentos e Materiais Permanentes p/ Unid. Básica de Saúde	5.153,15
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			15.907,49

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit verificado no exercício anterior nas seguintes fontes:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Convênio Aquisição de Veículo, Equipamentos e Materiais Permanentes p/ Unid. Básica de Saúde	01.0038.213	10.754,34
Convênio Aquisição de Veículo, Equipamentos e Materiais Permanentes p/ Unid. Básica de Saúde	01.0038.000	5.153,15
TOTAL DO SUPERÁVIT		15.907,49

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 10 de abril de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 1980583

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019

APROVA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 67, parágrafo único da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele.

D E C R E T A

Art. 1º. Ficam aprovadas as Contas do Exercício de 2017 do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON JOSÉ BIONDO

Presidente do Legislativo Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 51/2019

Publicação Nº 1980463

DECRETO Nº 51/2019

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 28/2019 em 10 de abril de 2019, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORAMENTO E CONDUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA SECRETARIA DE SAÚDE CONFORME DESCRITAS NO ANEXO I.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Fica designado o fiscal do Contrato do Pregão supracitado o servidor:

- SONIA PENZ DA SILVA, matrícula 92614.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 10 de abril de 2019.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

DECRETO 52/2019

Publicação Nº 1981034

DECRETO Nº 52/2019

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Processo de inexigibilidade 41/2019 em 10 de abril de 2019, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 10 de abril de 2019.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO 28/2019

Publicação Nº 1980462

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

CONTRATO N.º 28/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORAMENTO E CONDUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA SECRETARIA DE SAÚDE CONFORME DESCRITO NO ANEXO I.

Contratada: SELETEC APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 17.362.821/0001-70. Valor do contrato: R\$ 25.260,00 (vinte e cinco mil duzentos e sessenta reais). Prazo: 12 meses. Lontras, 10 de abril de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 41.2019

Publicação Nº 1981036

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 412019

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT. Contratada: Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão rural de Santa Catarina, CNPJ 83.052.191/0027-00. Valor R\$ 38.760,00 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais), em nove parcelas iguais e sucessivas. Prazo: 01 de abril de 201 até 31 de dezembro de 2019. Lontras, 10 de abril de 2019 – MARCIONEI HILLESHEIM – PREFEITO.

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO DE FRACASSO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 1980718

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS LEGAIS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO DIÁRIA, REGIONAL OU ESTADUAL. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Aos 10 (dez) dias do mês de abril de 2019, a comissão declara que o referido pregão presencial foi declarado FRACASSADO.

Luiz Alves, 10 de abril de 2019.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO PARCIAL - PL 039/2019 - PP 024/2019 - REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS, BRITAS E DERIVADOS - PML

Publicação Nº 1980459

AVISO DE REVOGAÇÃO PARCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2019 – PML
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 – PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito MOISÉS DIERSMANN, torna público a REVOGAÇÃO PARCIAL, por motivo de conveniência e oportunidade, do Processo Licitatório nº 039/2019, Pregão nº 024/2019, que tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de revestimentos asfálticos, britas e derivados para manutenção dos serviços desenvolvidos pela Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

A Justificativa da Revogação encontra-se apensa ao Processo, bem como publicada no site do Município de Luzerna, no respectivo pregão. Itens REVOGADOS: 1; 2; 3; 4; 5 e 6.

Fundamento legal: Item 16.3 do referido Edital e Súmula 473 do STF.

Luzerna (SC), 10 de abril de 2019.
MOISES DIERSMANN
Prefeito

DECRETO 2752

Publicação Nº 1981113

DECRETO Nº 2752 de 10 de abril de 2019.

"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica ALTERADA a representação do inciso VIII - representantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - Unidade de Luzerna do art. 1º do Decreto nº 2368 de 08 de maio de 2017 e alterações posteriores, que nomeia o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - CMDET DE LUZERNA(SC), passando a ter a seguinte redação:

VIII - representantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - Unidade de Luzerna

ROSANE KUNEN - Titular
ROGÉRIO PASINATO - Suplente

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 2368 de 08/05/2017, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de abril de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - ITENS 7 E 8 - PL 039/2019 - PP 024/2019 - REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS, BRITAS E DERIVADOS - PML

Publicação Nº 1980484

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL – ITENS 7 E 8
Processo Licitatório 039/2019 - PML
Pregão Presencial nº 024/2019 - PML

O Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, Sr. ALCIR JOÃO DENARDI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR PARCIALMENTE o Processo Licitatório nº 039/2019, referente aos itens 7 e 8, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de revestimentos asfálticos, britas e derivados para manutenção dos serviços desenvolvidos pela Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária,

conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):
* BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI;
* BRITAGEM GASPAR LTDA.

- Valor total: R\$ 56.200,00
Luzerna (SC), 11 de abril de 2019.

ALCIR JOÃO DENARDI
Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

JUSTIFICATIVA DA REVOGAÇÃO PARCIAL - PL 039/2019 - PP 024/2019 - REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS, BRITAS E DERIVADOS - PML

Publicação N° 1980460

JUSTIFICATIVA DA REVOGAÇÃO
Processo Licitatório n° 039/2019
Pregão Presencial n° 024/2019

1. Trata-se de revogação do Processo Licitatório n° 039/2019 - Pregão Presencial n° 024/2019, que teve como objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de revestimentos asfálticos, britas e derivados para manutenção dos serviços desenvolvidos pela Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária.

2. Nos termos do Edital de Pregão 024/2019, item "16.3. Caberá ao Prefeito Municipal, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do artigo 49 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações".

Acerca do assunto, o Supremo Tribunal Federal, através da Súmula 473, sedimentou seu entendimento de que: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos".

Verifica-se pela leitura do dispositivo do Edital e da Súmula acima mencionada que, não sendo conveniente e oportuno para a Administração, esta tem a possibilidade de revogar o procedimento licitatório, acarretando, inclusive, o desfazimento dos efeitos da licitação.

3. Ainda cabe ressaltar que no presente caso não ocorreu à adjudicação do objeto e nem a homologação do certame, assim os particulares declarados vencedores não possuem qualquer direito a ser protegido em face de possível desfazimento do processo de contratação, o que afasta a necessidade de lhe ser assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, sendo assim, face não existir adjudicação do objeto, tampouco homologação do certame, o processo licitatório pode ser anulado, não sendo necessário abrir prazo para o contraditório e da ampla defesa, vez que o Poder Público não está causando qualquer prejuízo a terceiros. Entretanto, mesmo não ocorrendo à adjudicação do objeto e nem a homologação do certame foi oportunizado os licitantes o contraditório e a ampla defesa.

4. O processo licitatório tem um importante papel, pois não se trata simplesmente de um meio pelo qual a Administração Pública contrata um serviço ou compra um bem, mas se trata de um dos principais meios de controle da aplicação dos recursos públicos ao possibilitar à Administração a escolha da proposta mais vantajosa.

Observa-se, que o alegado pelos licitantes que os valores praticados no pregão são "de mercado", esses se encontram muito além do valor contratado nas duas últimas licitações realizadas pelo Município nos anos de 2017 e 2018. Vejamos:

	2017	2018	2019
Brita graduada	R\$ 26,90	R\$ 20,95	R\$ 37,50
Brita I	R\$ 29,90	R\$ 24,95	R\$ 35,00
Pedra de mão	R\$ 34,90	R\$ 22,95	R\$ 38,50
Pedrisco	R\$ 29,90	R\$ 24,95	R\$ 37,00
Pedra paralelepípedo	R\$ 0,64	R\$ 0,68	s/n
Pó de pedra	R\$ 40,00	R\$ 28,50	R\$ 39,50
Brita III	s/n	R\$ 31,95	R\$ 35,00

Cabe ressaltar que os valores praticados nos anos supramencionados não foram caracterizados como inexequibilidade, considerando-se exequíveis uma vez que se mostraram compatíveis com a execução do objeto dos contratos.

Desta forma, a Administração Pública não pode realizar uma contratação nitidamente desvantajosa, simplesmente para cumprir um edital ou orçamentos mal elaborados. O QUE DEVE SER OBSERVADO É O INTERESSE PÚBLICO, HASTEADO NO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE. O interesse público, neste caso, é que a Administração Pública contrate a empresa que ofereça o menor valor para aquisição de britas e derivados, aliado à qualidade do produto.

Se a Administração Pública realizasse a contratação com as primeiras colocadas, não estaria alcançando o resultado esperado com o

processo licitatório, que é a observância do princípio da economicidade.

Vejamos o percentual de aumento comparando as licitações de 2018 e 2019:

	2018	2019	Percentual de aumento
Brita graduada	R\$ 20,95	R\$ 37,50	79,00%
Brita I	R\$ 24,95	R\$ 35,00	40,28%
Pedra de mão	R\$ 22,95	R\$ 38,50	67,76%
Pedrisco	R\$ 24,95	R\$ 37,00	48,30%
Pedra paralelepípedo	R\$ 0,68	s/n	----
Pó de pedra	R\$ 28,50	R\$ 39,50	38,60%
Brita III	R\$ 31,95	R\$ 35,00	9,55%

Cabe ressaltar ainda, que Ora, se assim ocorresse, esta Administração estaria atentando contra o princípio da economicidade, ou seja, as propostas mais vantajosas, sendo que a homologação das primeiras colocadas no certame implicaria na contratação mais onerosa à Administração Pública. Portanto, na prática, ou de fato, as vencedoras do certame para os itens 1; 2; 3; 4; 5 e 6 não atendem ao interesse público.

De acordo com o artigo 3º, da Lei 8.666/93, o processo licitatório destina-se a garantir o princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros que sejam correlatos.

Um dos princípios consagrado de forma implícita no artigo 3º, caput, da Lei de Licitações, é o da economicidade, ao mencionar que o procedimento licitatório visa selecionar a proposta mais vantajosa.

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, quanto ao princípio da economicidade, menciona no Prejulgado nº 1354 que “a definição da modalidade licitatória, utilizando-se o critério econômico da contratação, deve considerar o valor total a ser dispendido pela Administração Pública com o bem ou a utilidade (serviço), ainda que sua execução ultrapasse o exercício financeiro”.

A respeito, destaca também Justen Filho: “A Administração Pública está obrigada a gerir os recursos financeiros do modo mais razoável. O princípio da economicidade pode reputar-se também como extensão do princípio da moralidade”. (Justen Filho, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005).

Significa que os recursos públicos devem ser administrados segundo regras éticas, com integral respeito à probidade administrativa. O administrador não pode sobrepor eventuais e egoísticos interesses particulares ao interesse público.

Homologar a proposta mais onerosa simplesmente em razão de um edital e/ou orçamentos mal elaborados é sobrepor o interesse particular ao interesse público, pois estaríamos satisfazendo o interesse das primeiras colocadas em detrimento do interesse público, que é a proposta mais vantajosa e econômica.

A economicidade impõe a adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão de recursos públicos.

Sendo o destino da licitação a escolha da proposta mais vantajosa, é dever do administrador agir com honestidade ao cuidar da coisa pública, não despendendo, a seu bel prazer, recursos desnecessários.

5. Em razão disto, sendo o objetivo da Administração Pública aplicar a legislação vigente de forma justa, em que o agente público de fato alcance a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, ou seja, a proposta que atenda ao interesse público e ao princípio da economicidade, imperioso se torna a revogação deste processo licitatório, baseada no dispositivo que a autoriza (artigo 49, primeira parte, da Lei 8.666/93), com a consequente realização de novo procedimento, desta vez com o saneamento dos erros apresentados no presente edital.

Diante do exposto, a Pregoeira sugere ao Prefeito a REVOGAÇÃO PARCIAL deste procedimento licitatório, quanto aos itens 1; 2; 3; 4; 5 e 6, referente ao Pregão Presencial nº 039/2019.

DEBORA TAIS MENLAK
Pregoeira

RATIFICO os termos apresentados na presente justificativa da Pregoeira, e REVOGO PARCIALMENTE o PREGÃO PRESENCIAL nº 039/2019, itens 1; 2; 3; 4; 5 e 6, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/1993.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito

PL 043/2019 - PP 028/2019 - BRITAS E DERIVADOS - PML

Publicação Nº 1981093

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 043/2019 - PML

Pregão Presencial nº 028/2019 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. ALCIR JOÃO DENARDI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de britas e derivados para manutenção dos serviços desenvolvidos pela Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h45min do dia 25 de abril de 2019.


CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 09h do dia 25 de abril de 2019.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

RREO 1º BIMESTRE/2019

Publicação Nº 1980929



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Recetas Orçamentárias		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Estágios da Receita Orçamentária				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recetas Orçamentárias		-	-	-	-	-	-	-
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
RECETAS CORRENTES		22.730.000,00	23.083.470,57	3.832.237,59	16,60	3.832.237,59	16,60	19.251.232,98
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		22.685.760,00	22.685.760,00	3.826.746,13	16,87	3.826.746,13	16,87	18.859.013,87
Impostos		2.646.680,00	2.646.680,00	295.988,47	11,18	295.988,47	11,18	2.350.691,53
Taxas		2.043.142,00	2.043.142,00	284.070,51	13,90	284.070,51	13,90	1.759.071,49
Contribuição de Melhoria		602.058,00	602.058,00	11.312,44	1,88	11.312,44	1,88	590.745,56
CONTRIBUIÇÕES		1.480,00	1.480,00	605,52	40,91	605,52	40,91	874,48
Contribuições Sociais		550.000,00	550.000,00	83.991,13	15,27	83.991,13	15,27	466.008,87
Contribuições Econômicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		550.000,00	550.000,00	83.991,13	15,27	83.991,13	15,27	466.008,87
RECETA PATRIMONIAL		207.465,00	207.465,00	18.979,76	9,15	18.979,76	9,15	188.485,24
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		53.375,00	53.375,00	7.924,40	14,85	7.924,40	14,85	45.450,60
Valores Mobiliários		125.525,00	125.525,00	11.055,36	8,81	11.055,36	8,81	114.469,64
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos		28.565,00	28.565,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.565,00
Demais Recetas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE SERVIÇOS		30.005,00	30.005,00	444,20	1,48	444,20	1,48	29.560,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		5.605,00	5.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.605,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços		24.400,00	24.400,00	444,20	1,82	444,20	1,82	23.955,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		18.727.740,00	18.727.740,00	3.285.364,55	17,54	3.285.364,55	17,54	15.442.375,45
Transferências da União e de suas Entidades		8.812.240,00	8.812.240,00	1.443.469,49	16,38	1.443.469,49	16,38	7.368.770,51
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		6.544.000,00	6.544.000,00	1.189.430,13	18,18	1.189.430,13	18,18	5.354.569,87
Transferências dos Municípios e de suas Entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas		16.000,00	16.000,00	1.340,00	8,38	1.340,00	8,38	14.660,00
Transferências de Outras Instituições Públicas		3.300.000,00	3.300.000,00	642.278,42	19,46	642.278,42	19,46	2.657.721,58
Transferências do Exterior		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		55.500,00	55.500,00	8.846,51	15,94	8.846,51	15,94	46.653,49
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECETAS CORRENTES		523.870,00	523.870,00	141.978,02	27,10	141.978,02	27,10	381.891,98
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		522.500,00	522.500,00	141.160,89	27,02	141.160,89	27,02	381.339,11
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		1.100,00	1.100,00	817,13	74,28	817,13	74,28	282,87
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes		270,00	270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,00



 <div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div>	<div>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</div> <div>Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ: 01613428000172</div> <div>Exercício: 2019</div> <div>Período de referência: 1º bimestre</div>
---	---

	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Estágios da Receita Orçamentária					
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS DE CAPITAL	44.240,00	397.710,57	5.491,46	1,38	5.491,46	1,38	392.219,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	226.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.269,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	226.269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.269,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	43.210,00	43.210,00	1.573,74	3,64	1.573,74	3,64	41.636,26
Alienação de Bens Móveis	32.955,00	32.955,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.955,00
Alienação de Bens Imóveis	10.255,00	10.255,00	1.573,74	15,35	1.573,74	15,35	8.681,26
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.030,00	1.030,00	3.917,72	380,36	3.917,72	-2.887,72	-2.887,72
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	127.201,57	0,00	0,00	0,00	0,00	127.201,57
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	127.201,57	0,00	0,00	0,00	0,00	127.201,57
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.730.000,00	23.083.470,57	3.832.237,59	16,60	3.832.237,59	16,60	19.251.232,98
OPERAÇÕES DE CREDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.730.000,00	23.083.470,57	3.832.237,59	16,60	3.832.237,59	16,60	19.251.232,98
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.730.000,00	23.083.470,57	3.832.237,59	16,60	3.832.237,59	16,60	19.251.232,98
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	976.557,20			158.993,80		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		976.557,20			158.993,80		

RRRREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

[illegible]

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Documento gerado em 10/04/2019 14:30:11



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Recargas Intra Orçamentárias	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Estágios da Receita Intra-Orçamentária					SALDO (a-c)
			RECEITAS REALIZADAS					
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172


Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária								INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (N)
	DOTAÇÃO INICIAL (g)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	
Despesas Intra Orçamentárias									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 01613428000172
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis - SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.	
2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2019, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.619 de 13 de novembro de 2018 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2019", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 22.730.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta mil reais).	
3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos: a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47); b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48); c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80); d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77); e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72); f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31); g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54); h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08); i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73); j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03); k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).	
4. Os órgãos são contabilizados individualmente como as seguintes Unidades Gestoras: a) Câmara Municipal de Luzerna (órgão 3. a); b) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (órgão 3. d); c) Município de Luzerna (órgãos 3. a, b, c, e, f, g, h, i, j, k, l)	
5. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.	
6. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/ .	
7. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou acetas pelos "usos e costumes".	
8. A contabilidade registra as arrecadações pelo seu valor bruto, lançando em conta específica as respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto este demonstrativo apresenta os valores líquidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	
9. O presente relatório segue o disposto na 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, que detalha cada campo do relatório, podendo ser consultado em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/663733/CPU_MDF+9%2C%AA%20ed1%3CA7%3CA3o+--+Vers%C3%A3o+3+--+18.12.2018+--+com+capa/e0b5b068-3538-4b1a-a6d2-a0b7d9da0f33	
10. No primeiro bimestre do exercício ocorre o lançamento de diversos empenhos estimativos e globais que compreendem todo o exercício, a fim de garantir sua reserva orçamentária e melhor controle, sendo as despesas liquidadas e pagas somente as que efetivamente ocorrerem no bimestre especificado.	
11. Conforme prevê o Decreto 2706/2018, o cronograma de metas de arrecadação e desembolso é de: a) Arrecadação 1º bimestre: R\$ 3.630.348,23 b) Arrecadação 2º bimestre: R\$ 3.763.245,76 c) Arrecadação 3º bimestre: R\$ 3.689.591,71 d) Arrecadação 4º bimestre: R\$ 3.660.770,66 e) Arrecadação 5º bimestre: R\$ 3.460.623,68 f) Arrecadação 6º bimestre: R\$ 4.525.420,06 g) Desembolso Janeiro: R\$ 945.113,33 h) Desembolso Fevereiro: R\$ 1.890.226,67 i) Desembolso Março: R\$ 1.894.226,67 j) Desembolso Abril: R\$ 1.890.226,67 k) Desembolso Maio: R\$ 1.890.226,67 l) Desembolso Junho: R\$ 2.083.249,33 m) Desembolso Julho: R\$ 1.890.226,67 n) Desembolso Agosto: R\$ 1.890.226,67 o) Desembolso Setembro: R\$ 1.890.226,67 p) Desembolso Outubro: R\$ 1.890.226,67 q) Desembolso Novembro: R\$ 2.835.340,00 r) Desembolso Dezembro: R\$ 1.737.484,00	
12. A previsão atualizada de receitas é realizada apenas para as receitas em que houve excesso de arrecadação e estes foi utilizado para abertura de créditos suplementares da despesa.	
13. Neste demonstrativo não são separados tanto receitas e despesas pela sua especificação de fontes de recursos.	
14. Não há operações intra-orçamentárias no Município.	
15. O Município não estima na Lei Orçamentária Anual valores de convênios ou operações de crédito, e quando estes ocorrem a despesa é aberta pelo excesso de arrecadação.	
16. O orçamento do Município sofreu alterações pelos seguintes Decretos: 2716/19; 2719/19; 2720/19; 2721/19; 2722/19; 2723/19; 2725/19; 2726/19; 2727/18; 2731/19; 2733/19.	
17. Não houve utilização da reserva de contingência até o bimestre.	
18. O resultado orçamentário acumulado por bimestre, considerando as despesas liquidadas durante o exercício ocorreu da seguinte forma: a) 1º bimestre: superávit de R\$ 700.633,89;	
19. Diferenças entre o rascunho gerado pela Matriz de Saldos Contábeis e o relatório homologado: a) Receitas orçamentárias: O Tribunal de Contas de Santa Catarina, não reconhece as natureza de receita 2.2.2.0.00.1.2, 2.2.2.0.00.1.4, 2.3.0.0.06.1.2 e 2.3.0.0.06.1.4, utilizadas pelo Município, e dessa forma atua em DE-PARA do MUNICÍPIO-TCE/SC, homologando os demonstrativos com o tipo 1 - Principal (2.2.2.0.00.1.1 e 2.3.0.0.06.1.1); b) Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais, na coluna até o bimestre, são registrados os valores efetivamente utilizados (empenhado) dos créditos adicionais abertos, e o rascunho está "trazendo" todos os valores. c) Despesas, o arquivo MSC, não trouxe os efeitos dos de alteração orçamentárias Decreto nº 2733 e 2720/19.	



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa								INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (btotal b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)		% (dtotal d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	22.730.000,00	24.060.027,77	8.132.031,88	8.132.031,88	100,00	15.927.995,89	3.131.603,70	3.131.603,70	100,00	20.928.424,07
Legislativa	684.000,00	684.000,00	154.080,76	154.080,76	1,88	529.919,24	77.771,53	77.771,53	2,48	606.228,47
Ação Legislativa	684.000,00	684.000,00	154.080,76	154.080,76	1,88	529.919,24	77.771,53	77.771,53	2,48	606.228,47
Controle Externo										
FI01 - Administração Geral										
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
FI02 - Administração Geral										
FI02 - Demais Subfunções										
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica										
Representação Judicial e Extrajudicial										
FI03 - Administração Geral										
FI03 - Demais Subfunções										
Administração	3.375.748,00	3.691.643,69	1.282.803,24	1.282.803,24	15,77	2.408.840,45	405.058,90	405.058,90	12,93	3.286.584,79
Planejamento e Orçamento										
FI04 - Administração Geral										
Administração Financeira	3.002.746,00	3.318.641,69	1.173.713,81	1.173.713,81	14,43	2.144.927,88	372.722,18	372.722,18	11,90	2.945.919,51
Controle Interno	103.001,00	103.001,00	16.090,95	16.090,95	0,20	86.910,05	16.090,95	16.090,95	0,51	86.910,05
Normalização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Concessões										
Comunicação Social	130.001,00	130.001,00	54.350,00	54.350,00	0,67	75.651,00	4.100,00	4.100,00	0,13	125.901,00
FI04 - Demais Subfunções	140.000,00	140.000,00	38.648,48	38.648,48	0,48	101.351,52	12.145,77	12.145,77	0,39	127.854,23
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
FI05 - Administração Geral										
FI05 - Demais Subfunções										
Segurança Pública	574.870,00	707.460,90	120.559,07	120.559,07	1,48	646.910,83	30.643,69	30.643,69	0,98	726.826,21
Policiamento	564.870,00	707.460,90	119.879,07	119.879,07	1,47	637.580,83	30.643,69	30.643,69	0,98	726.826,21
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	680,00	680,00	0,01	9.320,00				10.000,00
Informação e Inteligência										
FI06 - Administração Geral										
FI06 - Demais Subfunções										
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
FI07 - Administração Geral										
FI07 - Demais Subfunções										
Assistência Social	909.402,00	964.466,22	196.361,78	196.361,78	2,41	768.104,44	130.149,59	130.149,59	4,16	834.316,63
Assistência ao Idoso	60.515,00	60.538,84	23.866,70	23.866,70	0,29	36.642,14	3.002,80	3.002,80	0,10	57.536,04
Assistência ao Portador de Deficiência	207.102,00	208.766,98	31.280,49	31.280,49	0,38	177.486,49	19.416,41	19.416,41	0,62	189.350,57
Assistência à Criança e ao Adolescente	640.785,00	695.160,40	141.184,59	141.184,59	1,74	553.975,81	107.730,38	107.730,38	3,44	587.430,02
Assistência Comunitária										





TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção		Execução da Despesa						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)		
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/atual b)	SALDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/atual d)	SALDO (e) = PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral										
FU08 - Demais Subfunções										
Providência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Providência Básica										
Providência do Regime Estatutário										
Providência Complementar										
Providência Especial										
FU09 - Administração Geral										
FU09 - Demais Subfunções										
Saúde	4.546.998,00	4.963.863,49	1.586.290,36	1.586.290,36	19,51	3.377.573,13	712.856,65	22,76	4.251.006,84	
Atenção Básica	3.659.255,00	4.067.905,62	1.215.035,16	1.215.035,16	14,94	2.852.870,66	629.798,69	20,11	3.438.107,13	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	509.852,00	510.995,09	308.777,53	308.777,53	3,80	202.217,56	34.813,60	1,11	478.181,49	
Suporte Profilático e Terapêutico	20.000,00	20.000,00								20.000,00
Vigilância Sanitária	92.100,00	93.841,98	23.898,67	23.898,67	0,26	69.944,91	12.581,67	0,40	81.259,91	
Vigilância Epidemiológica										
Alimentação e Nutrição	500,00	500,00								500,00
FU10 - Administração Geral	265.201,00	270.621,00	38.581,00	38.581,00	0,47	232.040,00	35.662,69	1,14	234.958,31	
FU10 - Demais Subfunções										
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
Fomento ao Trabalho										
FU11 - Administração Geral										
FU11 - Demais Subfunções										
Educação	6.707.522,00	6.768.846,47	1.796.524,97	1.796.524,97	21,35	5.032.321,50	1.094.208,25	34,94	5.674.638,22	
Ensino Fundamental	3.690.314,00	3.741.141,92	1.107.719,16	1.107.719,16	13,62	2.633.422,76	680.528,62	21,73	3.000.615,30	
Ensino Médio										
Ensino Profissional	110.003,00	115.760,77	56.257,11	56.257,11	0,69	59.503,66	2.296,00	0,07	113.464,77	
Ensino Superior	110.000,00	110.000,00	11.480,00	11.480,00	0,14	98.520,00	11.480,00	0,37	98.520,00	
Educação Infantil	2.512.104,00	2.512.537,80	528.180,20	528.180,20	6,50	1.984.357,60	386.852,70	12,36	2.125.585,10	
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial	102.001,00	102.001,00	4.800,00	4.800,00	0,06	97.201,00			102.001,00	
Educação Básica										
FU12 - Administração Geral	183.100,00	187.404,98	28.088,50	28.088,50	0,35	159.316,48	12.950,93	0,41	174.454,05	
FU12 - Demais Subfunções	220.007,00	220.007,00	8.792,91	8.792,91	0,11	211.214,09	5.445,13	0,17	214.561,87	
Cultura										
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico										
Patrimônio Cultural	140.006,00	140.006,00	8.332,98	8.332,98	0,10	131.673,02	4.985,20	0,16	135.020,80	
FU13 - Administração Geral	80.001,00	80.001,00	459,93	459,93	0,01	79.541,07	459,93	0,01	79.541,07	
FU13 - Demais Subfunções										
Direitos da Cidadania	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	
Custódia e Reintegração Social										
Direito Individual Coletivo e Difusos										
Assistência aos Povos Indígenas										
FU14 - Administração Geral										
FU14 - Demais Subfunções										
Urbanismo	3.729.757,00	3.839.947,85	2.268.437,65	2.268.437,65	27,90	1.571.510,20	486.126,32	15,84	3.343.821,53	
Infra-Estrutura Urbana	1.710.162,00	2.087.670,04	1.163.676,04	1.163.676,04	14,56	933.993,05	161.397,88	5,80	1.806.082,21	
Serviços Urbanos	541.000,00	541.000,00	427.585,58	427.585,58	5,26	113.988,38	50.867,76	1,62	490.089,12	
Transportes Coletivos Urbanos										
FU15 - Administração Geral	1.475.955,00	1.210.719,88	657.173,11	657.173,11	8,08	553.546,77	263.670,68	8,42	947.049,20	
FU15 - Demais Subfunções	3.006,00	3.006,00	0,00	0,00	0,00	3.006,00	0,00	0,00	3.006,00	
Habitação										
Habitação Rural	2,00	2,00				2,00			2,00	





Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa									INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/atual b)	SALDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/atual d)	SALDO (e) = PAGAR NÃO PROCESSADOS	
Habitação Urbana	2,00	2,00				2,00			2,00	
FU16 - Administração Geral	3.002,00	3.002,00				3.002,00			3.002,00	
FU16 - Demais Subfunções										
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano										
FU17 - Administração Geral										
FU17 - Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	170,00	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	170,00	
Preservação e Conservação Ambiental	170,00	170,00				170,00			170,00	
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
FU18 - Administração Geral										
FU18 - Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
FU19 - Administração Geral										
FU19 - Demais Subfunções										
Agricultura	736.003,00	966.000,15	304.073,22	304.073,22	3,74	606.926,93	65.530,77	2,09	842.469,38	
Abaixamento										
Extensão Rural	736.001,00	907.998,15	304.073,22	304.073,22	3,74	603.924,93	65.530,77	2,09	842.467,38	
Irrigação	2,00	2,00				2,00			2,00	
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
FU20 - Administração Geral										
FU20 - Demais Subfunções										
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária										
Colonização										
FU21 - Administração Geral										
FU21 - Demais Subfunções										
Indústria	120.001,00	120.001,00	24.266,53	24.266,53	0,30	104.732,47	18.287,13	0,58	110.719,87	
Promoção Industrial	120.001,00	120.001,00	24.266,53	24.266,53	0,30	104.732,47	18.287,13	0,58	110.719,87	
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
FU22 - Administração Geral										
FU22 - Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	106.001,00	106.001,00	8.364,02	8.364,02	0,10	98.616,98	6.538,44	0,21	101.462,56	
Promoção Comercial	106.001,00	106.001,00	8.364,02	8.364,02	0,10	98.616,98	6.538,44	0,21	101.462,56	
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
FU23 - Administração Geral										
FU23 - Demais Subfunções										
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
FU24 - Administração Geral										



Função/Subfunção	Execução da Despesa										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (batalar b)	SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (dtotal d)	SALDO (e) = (a+d)	
FUJ04 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FUJ25 - Administração Geral											
FUJ25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FUJ26 - Administração Geral											
FUJ26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	350.001,00	350.001,00	50.595,85	50.595,85	0,62	299.405,15	34.064,26	34.064,26	1,09	315.935,74	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	350.001,00	350.001,00	50.595,85	50.595,85	0,62	299.405,15	34.064,26	34.064,26	1,09	315.935,74	
Lazer											
FUJ27 - Administração Geral											
FUJ27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	638.603,00	638.603,00	390.859,52	390.859,52	4,81	247.743,48	54.923,04	54.923,04	1,75	593.679,96	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	157.000,00	157.000,00	157.000,00	157.000,00	1,93		26.267,74	26.267,74	0,84	130.732,26	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências	481.603,00	481.603,00	233.859,52	233.859,52	2,88	247.743,48	28.655,30	28.655,30	0,92	452.947,70	
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FUJ28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	23.000,00	23.000,00				23.000,00				23.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (II)	227.30.000,00	24.060.027,77	8.132.031,88	8.132.031,88	100,00	15.927.995,89	3.131.603,70	3.131.603,70	100,00	20.928.424,07	
DESPESAS (TOTAL III) = (I + II)											

RRRREO-Annexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

[illegible]



siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 01613428000172
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	Execução da Despesa - Intra				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (g)	% (d)(iii) (c)	
Representação Judicial e Extrajudicial							
FU03 - Administração Geral							
FU03 - Demais Subfunções							
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento							
FU04 - Administração Geral							
Administração Financeira							
Controle Interno							
Normalização e Fiscalização							
Tecnologia da Informação							
Ordenamento Territorial							
Formação de Recursos Humanos							
Administração de Receitas							
Administração de Concessões							
Comunicação Social							
FU04 - Demais Subfunções							
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea							
Defesa Naval							
Defesa Terrestre							
FU05 - Administração Geral							
FU05 - Demais Subfunções							
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policamento							
Defesa Civil							
Inteligência							
FU06 - Administração Geral							
FU06 - Demais Subfunções							
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional							
FU07 - Administração Geral							
FU07 - Demais Subfunções							
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso							
Assistência ao Prontidão de Deficiência							
Assistência à Criança e ao Adolescente							
Assistência Comunitária							
FU08 - Administração Geral							
FU08 - Demais Subfunções							
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica							
Previdência do Regime Estatutário							
Previdência Complementar							
Previdência Especial							
FU09 - Administração Geral							
FU09 - Demais Subfunções							
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica							
Assistência Hospitalar e Ambulatorial							
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária							
Vigilância Epidemiológica							
Alimentação e Nutrição							
FU10 - Administração Geral							





Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra							INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE (a-b)	% (d/III c)	
FU10 - Demais Subfunções								
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador								
Relações de Trabalho								
Empregabilidade								
Fomento ao Trabalho								
FU11 - Administração Geral								
FU11 - Demais Subfunções								
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Fundamental								
Educação Médio								
Educação Profissional								
Educação Superior								
Educação Infantil								
Educação de Jovens e Adultos								
Educação Especial								
Educação Básica								
FU12 - Administração Geral								
FU12 - Demais Subfunções								
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico								
Desenho Cultural								
FU13 - Administração Geral								
FU13 - Demais Subfunções								
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social								
Direitos Individuais Coletivos e Difusos								
Assistência aos Povos Indígenas								
FU14 - Administração Geral								
FU14 - Demais Subfunções								
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana								
Serviços Urbanos								
Transportes Coletivos Urbanos								
FU15 - Administração Geral								
FU15 - Demais Subfunções								
Habitatio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitatio Rural								
Habitatio Urbana								
FU16 - Administração Geral								
FU16 - Demais Subfunções								
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural								
Saneamento Básico Urbano								
FU17 - Administração Geral								
FU17 - Demais Subfunções								
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental								
Controle Ambiental								
Recuperação de Áreas Degradadas								
Recursos Hídricos								
Metereologia								
FU18 - Administração Geral								
FU18 - Demais Subfunções								
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	%	Execução da Despesa - Intra				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
						(b)(III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
FU19 - Administração Geral										
FU19 - Demais Subfunções										
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abaixamento										
Extensão Rural										
Irrigação										
Promoção de Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária										
FU20 - Administração Geral										
FU20 - Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
FU21 - Administração Geral										
FU21 - Demais Subfunções										
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial										
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
FU22 - Administração Geral										
FU22 - Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo										
FU23 - Administração Geral										
FU23 - Demais Subfunções										
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais										
Telecomunicações										
FU24 - Administração Geral										
FU24 - Demais Subfunções										
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
FU25 - Administração Geral										
FU25 - Demais Subfunções										
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
FU26 - Administração Geral										
FU26 - Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	
Desporto de Rendimento							
Desporto Comunitário							
Lazer							
FUZ7 - Administração Geral							
FUZ7 - Demais Subfunções							
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna							
Refinanciamento da Dívida Externa							
Serviço da Dívida Interna							
Serviço da Dívida Externa							
Transferências							
Outros Encargos Especiais							
Transferências para a Educação Básica							
FUZ8 - Demais Subfunções							
Reserva de Contingência							



Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 01613428000172
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
<p>1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis - SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.</p> <p>20. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2019, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.619 de 13 de novembro de 2018 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2019", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 22.730.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta mil reais).</p> <p>2. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos:</p> <p>a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47);</p> <p>b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48);</p> <p>c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80);</p> <p>d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77);</p> <p>e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72);</p> <p>f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31);</p> <p>g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54);</p> <p>h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08);</p> <p>i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73);</p> <p>j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03);</p> <p>k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e</p> <p>l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).</p> <p>3. Os órgãos são contabilizados individualmente como as seguintes Unidades Gestoras:</p> <p>a) Câmara Municipal de Luzerna (órgão 3. a);</p> <p>b) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (órgão 3. d);</p> <p>c) Município de Luzerna (órgãos 3. a, b, c, e, f, g, h, i, j, k, l)</p> <p>4. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.</p> <p>5. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/.</p> <p>6. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".</p> <p>7. O presente relatório segue o disposto na 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, que detalha cada campo do relatório, podendo ser consultado em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/663733/CPU_MDF+9%C2%AA%20ed%3%A7%C3%A3o+-+Vers%C3%A3o+3+-+18.12.2018+-+com+capa/e0b5b068-3538-4b1a-a6d2-a0b7d9da0f33</p> <p>8. No primeiro bimestre do exercício ocorre o lançamento de diversos empenhos por estimativa e globais que compreendem todo o exercício, a fim de garantir sua reserva orçamentária e melhor controle, sendo as despesas liquidadas e pagas somente as que efetivamente ocorrerem no bimestre especificado.</p> <p>9. Não há operações intra-orçamentárias no Município.</p> <p>10. Neste demonstrativo não são separados as despesas pela sua especificação de fontes de recursos.</p> <p>11. O Município de Luzerna, devido a seu porte consolida algumas subfunções com menor utilização em subfunções mais representativas, como por exemplo a subfunção Administração Financeira que encontra-se agrupada com a subfunção Administração Geral.</p> <p>12. Devido a metodologia aplicada pelo SICONFI, as subfunções são apresentadas dentro das funções sendo segregadas em subfunções típicas, administração geral e outras subfunções.</p> <p>21. Diferenças entre o rascunho gerado pela Matriz de Saldos Contábeis e o relatório homologado:</p> <p>a) Houve erro na geração do arquivo gerado da MSC entre as funções: Administração e Encargos Especiais.</p> <p>b) Também o arquivo MSC, não trouxe os efeitos das alterações orçamentárias Decreto nº 2733 e 2720/19.</p>	



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	<MR-12>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	
Especificação													
RECEITAS CORRENTES (I)	2.213.683,79	2.098.790,51	2.092.983,12	2.042.321,48	2.262.786,35	2.147.200,51	1.865.531,44	2.010.708,31	2.256.609,61	2.703.762,71	2.160.298,15	2.260.249,23	20.074.028,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	537.602,95	506.180,14	528.305,71	101.904,74	160.910,57	264.712,19	153.777,90	182.270,40	167.806,00	184.626,79	164.568,67	131.131,60	2.584.915,05
IPTU	220.840,02	50.185,14	22.981,05	21.531,11	17.480,73	18.210,87	4.062,21	3.461,64	2.886,05	6.942,42	2.262,69	1.522,38	372.085,31
ISS	68.857,92	74.656,99	73.804,98	91.300,98	74.300,96	62.976,49	70.173,43	97.227,07	112.071,75	102.065,98	79.560,04	64.722,36	971.084,15
ITBI	34.893,00	22.699,40	21.325,90	13.497,40	37.162,00	55.989,02	20.657,00	41.871,00	9.332,89	11.121,80	33.010,36	26.914,00	1.083.000,00
IRRF	34.530,08	38.833,16	41.693,12	31.841,93	32.462,43	38.030,42	43.671,20	38.449,16	35.739,52	42.207,89	43.277,90	32.805,08	317.843,17
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	178.274,43	84.507,74	68.793,46	23.683,72	17.717,45	29.605,39	15.194,08	11.461,03	7.869,79	22.641,10	6.750,18	5.167,78	451.950,79
Contribuições	36.517,83	37.392,25	37.311,52	36.646,04	36.305,48	40.347,86	33.823,94	34.497,07	42.385,98	40.564,69	43.554,77	46.139,36	469.879,79
Receita Patrimonial	12.577,84	16.932,73	11.381,27	10.834,02	12.131,63	12.850,03	12.823,57	12.899,88	11.338,40	11.207,04	9.236,68	9.746,08	137.079,97
Rendimentos de Ativos Financeiros	9.589,52	5.156,81	5.833,96	5.134,14	8.916,15	6.844,25	5.212,11	9.659,24	5.119,67	4.930,63	5.254,17	4.534,17	62.279,90
Rendimentos de Ativos Não Financeiros	7.330,00	5.310,00	5.833,96	5.440,00	6.000,00	6.000,00	7.311,00	7.311,00	6.110,00	6.000,00	3.710,00	7.311,00	61.980,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	818,39	371,84	377,84	743,32	351,44	284,25	194,25	284,25	368,05	372,91	184,25	279,95	4.611,74
Transferências Correntes	1.579.919,07	1.745.780,17	1.738.917,36	1.712.124,66	1.800.622,08	1.666.284,46	1.487.263,29	1.583.589,09	1.930.236,56	2.287.592,71	1.860.153,20	2.019.012,60	21.411.689,87
Cota-Parte do FPM	519.279,46	544.447,61	608.169,48	625.708,09	730.789,83	506.119,12	404.341,44	459.329,27	579.972,19	1.008.705,25	712.844,55	780.029,08	7.560.745,19
Cota-Parte do ICMS	541.279,68	573.140,05	626.735,02	498.408,76	572.586,48	588.569,68	581.208,18	586.416,72	621.069,65	670.260,89	675.444,64	669.857,99	7.080.566,65
Cota-Parte do PVA	66.308,08	66.321,11	67.059,93	73.980,34	73.018,86	85.225,02	62.205,98	75.731,82	121.908,40	20.940,00	48.785,51	77.063,99	837.845,94
Cota-Parte do ITR	217,44	22,63	22,84	75,96	67,04	98,18	2.157,08	4.098,12	78,33	130,22	54,08	35,87	7.025,63
Transferências da LC nº 87/1996	1.844,44	1.844,44	1.844,44	1.844,44	1.844,44	1.844,44	1.844,44	1.844,44	1.844,44	1.844,44	0,00	0,00	16.444,40
Transferências da LC nº 61/1996	7.853,82	8.439,87	8.658,03	9.335,16	7.399,75	8.651,86	8.658,04	8.730,21	8.629,94	10.157,41	7.713,96	8.167,79	103.163,84
Transferências do FUNDEC	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	26.845,97	268.459,71
Outras Transferências Correntes	186.822,50	282.667,00	264.444,98	238.680,32	164.188,16	238.680,32	164.188,16	238.680,32	312.028,82	179.406,57	87.943,60	179.590,07	2.442.688,81
Outras Receitas Correntes	47.664,41	38.833,09	46.055,42	100.363,70	234.465,15	292.835,00	167.915,69	187.400,82	103.438,02	179.406,57	87.943,60	99.943,64	1.478.843,79
DENÚNCIAS (II)	227.778,00	238.853,73	254.497,42	241.335,44	216.096,18	240.899,54	212.081,31	227.246,88	268.039,32	281.912,15	288.970,73	304.830,52	2.998.349,52
Contribuição para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEC	227.778,00	238.853,73	254.497,42	241.335,44	216.096,18	240.899,54	212.081,31	227.246,88	268.039,32	281.912,15	288.970,73	304.830,52	2.998.349,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.986.290,49	1.859.936,78	1.838.485,70	1.800.986,04	2.046.690,17	1.907.220,97	1.653.450,13	1.783.462,43	1.989.547,29	2.421.850,56	1.871.328,42	1.955.417,71	23.074.676,69



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis - SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.	
2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2019, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.619 de 13 de novembro de 2018 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2019", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 22.730.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta mil reais).	
3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos:	
a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47);	
b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48);	
c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80);	
d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77);	
e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72);	
f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31);	
g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54);	
h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08);	
i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73);	
j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03);	
k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e	
l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).	
4. Os órgãos são contabilizados individualmente como as seguintes Unidades Gestoras:	
a) Câmara Municipal de Luzerna (órgão 3. a);	
b) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (órgão 3. d);	
c) Município de Luzerna (órgãos 3. a, b, c, e, f, g, h, i, j, k, l)	
5. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.	
6. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/ .	
7. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".	
8. O presente relatório segue o disposto na 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, que detalha cada campo do relatório, podendo ser consultado em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/663733/CPU_MDF+9%C2%AA%20ed%C3%A7%C3%A3o++Vers%C3%A3o+3+-+18.12.2018+-+com+capa/e0b5b068-3538-4b1a-a6d2-a0b7d9da0f33	
9. A contabilidade registra as arrecadações pelo seu valor bruto, lançando em conta específica as respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto este demonstrativo apresenta os valores líquidos, com exceção da dedução para a formação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	
10. Durante o 2º e 3º quadrimestre de 2018, o Município registrou a arrecadação R\$ 621.647,13, a título de Restituição de despesas de exercícios anteriores, proveniente de compensação de tributos pagos ao INSS, indevidamente calculados durante os exercícios de 2013 a 2018 em função da utilização do RAT (Risco Ambiental do Trabalho), tal receita que integra a Receita Corrente Líquida possui caráter temporário e não mais ocorrerá em outros exercícios.	
11. Diferenças entre o rascunho gerado pela Matriz de Saldos Contábeis e o relatório homologado:	
a) O Tribunal de Contas de Santa Catarina, não reconhece as natureza de receita 2.2.2.0.00.1.2, 2.2.2.0.00.1.4, 2.3.0.0.06.1.2 e 2.3.0.0.06.1.4, utilizadas pelo Município, e dessa forma atua em DE-PARA do MUNICÍPIO-TCE/SC, homologando os demonstrativos com o tipo 1 - Principal (2.2.2.0.00.1.1 e 2.3.0.0.06.1.1), e dessa forma o valor não considerando como RECEITA CORRENTE.	



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas	Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
RECEITAS CORRENTES (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)		0,00	0,00	0,00	0,00


RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 01613428000172
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

Despesas	Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa						INSCRITAS EM DESPESAS A PAGAR NÃO PROCESSADAS	
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 01613428000172
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-
	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas	Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
RECEITAS CORRENTES (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)		0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas	Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa				
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018
						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Em 2019 Em 2018



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)


Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa						INSCRITAS EM DESPESAS A PAGAR NÃO PROCESSADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	Em 2019	Em 2018	
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 01613428000172
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	1. O Município não possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019 RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	22.685.760,00	3.826.746,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.646.680,00	295.988,47
IPTU	308.392,00	3.784,87
ISS	1.063.000,00	144.278,40
ITBI	325.250,00	59.924,36
IRRF	346.500,00	76.082,88
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	603.538,00	11.917,96
Contribuições	550.000,00	83.991,13
Receita Patrimonial	207.465,00	18.979,76
Aplicações Financeiras (II)	125.490,00	11.055,36
Outras Receitas Patrimoniais	81.975,00	7.924,40
Transferências Correntes	18.727.740,00	3.285.364,55
Cota-Parte do FPM	6.830.000,00	1.196.706,13
Cota-Parte do ICMS	5.600.000,00	1.065.042,25
Cota-Parte do IPVA	642.400,00	100.679,76
Cota-Parte do ITR	5.840,00	71,97
Transferências da LC 87/1996	22.000,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	80.800,00	12.706,99
Transferências do FUNDEB	3.300.000,00	642.278,42
Outras Transferências Correntes	2.246.700,00	267.879,03
Demais Receitas Correntes	553.875,00	142.422,22
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	553.875,00	142.422,22
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	22.560.270,00	3.815.690,77
RECEITAS DE CAPITAL (V)	397.710,57	5.491,46
Operações de Crédito (VI)	226.269,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	1.030,00	3.917,72
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	127.201,57	0,00
Convênios	127.201,57	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	43.210,00	1.573,74
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	43.210,00	1.573,74
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	127.201,57	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	22.687.471,57	3.815.690,77



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária					
	Até o Bimestre / 2019			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS (b)	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias						
DESPESAS CORRENTES (XII)	22.491.352,43	7.441.686,77	2.893.804,56	2.690.348,73	58.686,76	95.371,08
Pessoal e Encargos Sociais	12.169.899,86	1.989.146,62	1.960.146,62	1.811.468,57	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	12.000,00	12.000,00	2.151,79	2.151,79	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.310.452,57	5.440.540,15	931.506,15	866.728,37	58.686,76	95.371,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XII - XIV)	22.479.352,43	7.429.686,77	2.891.652,77	2.678.196,94	58.686,76	95.371,08
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.545.675,34	690.345,11	237.709,14	235.719,74	24.280,11	191.060,02
Investimentos	1.400.675,34	545.345,11	213.683,19	211.003,79	24.280,11	191.060,02
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	145.000,00	145.000,00	24.115,95	24.115,95	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.400.675,34	545.345,11	213.683,19	211.003,79	24.280,11	191.060,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	23.903,027,77					
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	23.903,027,77	7.975.031,88	3.105.335,96	2.889.800,73	82.966,87	286.440,10

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 01613428000172
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Acima da Linha	VALOR INCORRIDO
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))	556.483,07

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
Meta Fiscal para o Resultado Primário	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-204.295,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
Juros Nominais	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	11.055,36
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	2.151,79

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
Resultado Nominal - Acima da Linha	VALOR INCORRIDO
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	565.386,64

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-300.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	239.266,37	215.150,42
DEDUÇÕES (XXIX)	1.976.400,49	2.449.264,41
Disponibilidade de Caixa	1.975.761,07	2.448.731,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.235.826,80	2.842.391,48
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	260.065,73	393.659,92
Demais Haveres Financeiros	639,42	532,85
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-1.737.134,12	-2.234.113,99


RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2019
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	496.979,87

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
Ajuste Metodológico	VALOR INCORRIDO
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-133.594,19
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	1.573,74
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	-63.613,68
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	565.386,64

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 01613428000172
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	565.386,64

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	976.557,20
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis – SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.	
2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2019, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.619 de 13 de novembro de 2018 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2019", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 22.730.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta mil reais).	
3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos:	
a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47);	
b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48);	
c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80);	
d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77);	
e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72);	
f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31);	
g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54);	
h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08);	
i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73);	
j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03);	
k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e	
l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).	
4. Os órgãos são contabilizados individualmente como as seguintes Unidades Gestoras:	
a) Câmara Municipal de Luzerna (órgão 3. a);	
b) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (órgão 3. d);	
c) Município de Luzerna (órgãos 3. a, b, c, e, f, g, h, i, j, k, l)	
5. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.	
6. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/ .	
7. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".	
8. O presente relatório segue o disposto na 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, que detalha cada campo do relatório, podendo ser consultado em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documentos/10180/663733/CPU_MDF+9%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+3+18.12.2018+com+capa/e0b5b068-3538-4b1a-a6d2-a0b7d9da0f33	
9. A contabilidade registra as arrecadações pelo seu valor bruto, lançando em conta específica as respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto este demonstrativo apresenta os valores líquidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	
10. Luzerna considera na linha "Outras Receitas de Capital Não Primárias" as receitas de alienação de bens móveis e imóveis, por serem lançadas como codificação de fonte de recursos não primárias, conforme tabela de recursos do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.	
11. O Município considera como demais haveres financeiros, apenas os valores provenientes de financiamentos concedidos a receber.	
12. O Município possui uma única dívida consolidada, contratada no valor de R\$ 280.000,00 durante o exercício de 2018, oriunda do contrato nº 2018 000301 com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC, iniciando sua amortização dentro do exercício de 2018.	
13. Diferenças entre o rascunho gerado pela Matriz de Saldos Contábeis e o relatório homologado:	
a) Houve erro na geração do arquivo gerado da MSC no que se refere aos restos a pagar, ocasionando falhas em diversas linhas e quadros que utilizam essa informação;	
b) O arquivo MSC, não trouxe os efeitos das alterações orçamentárias dos Decreto nº 2733 e 2720/19.	

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 01613428000172
Exercício: 2019
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis - SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.	
2. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2019, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.619 de 13 de novembro de 2018 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2019", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 22.730.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta mil reais).	
3. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos: a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47); b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48); c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80); d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77); e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72); f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31); g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54); h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08); i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73); j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03); k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).	
4. Os órgãos são contabilizados individualmente como as seguintes Unidades Gestoras: a) Câmara Municipal de Luzerna (órgão 3. a); b) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (órgão 3. d); c) Município de Luzerna (órgãos 3. a, b, c, e, f, g, h, i, j, k, l)	
5. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.	
6. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/ .	
7. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".	
8. O presente relatório segue o disposto na 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, que detalha cada campo do relatório, podendo ser consultado em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/663733/CPU_MDF+9%C2%AA%20ed%C3%A7%C3%A3o++Vers%C3%A3o+3+-+18.12.2018+-+com+capa/e0b5b068-3538-4b1a-a6d2-a0b7d9da0f33	
9. Não há operações intra-orçamentárias no Município.	
10. São inscritos anualmente entre restos a pagar não processados, entre outras despesas, os empenhos estimativos de consumo de serviços, que são liquidados e pagos ou cancelados no primeiro bimestre do exercício.	
11. Os restos a pagar que passaram para o exercício de 2019, inscritos em anos anteriores ao de 2018 são originários dos empenhos/ano: a) 2.227/2014/PML no valor de R\$ 1.347,06; b) 2.098/2017/PML no valor de R\$ 120,92; c) 4.416/2017/PML no valor de R\$ 700,00, cancelado em 2019; d) 1.719/2017/FMS no valor de R\$ 424,00, cancelado em 2019.	
12. Diferenças entre o rascunho gerado pela Matriz de Saldos Contábeis e o relatório homologado: a) Houve erro na geração do arquivo gerado da MSC no que se refere aos restos a pagar, ocasionando falhas nessa informação.	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)


Despesas de PPP do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP										
Total das Despesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>
TOTAL DAS DESPESAS										
PPP A CONTRATAR (II)										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)										
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)										
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)										

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 01613428000172
	Exercício: 2019
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	1. O Município não possui Parcerias Público Privadas - PPP, conforme definido na Lei nº 11.079/2004.

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanco Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanco Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	22.730.000,00
Previsão Atualizada	23.083.470,57
Receitas Realizadas	3.832.237,59
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	158.993,80
DESPESAS	
Dotação Inicial	22.730.000,00
Créditos Adicionais	1.330.027,77
Dotação Atualizada	24.060.027,77
Despesas Empenhadas	8.132.031,88
Despesas Liquidadas	3.131.603,70
Despesas Pagas	2.916.068,47
Superávit Orçamentário	700.633,89

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	8.132.031,88
Despesas Liquidadas	3.131.603,70

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	23.074.676,69

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	-204.295,00	556.483,07	-2,72
Resultado Nominal - Acima da Linha	-300.000,00	565.386,64	-1,88

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	260.065,73	11.493,87	82.966,87	165.604,99
Poder Executivo	260.065,73	11.493,87	82.966,87	165.604,99
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	502.614,02	20.800,17	287.077,10	194.736,75
Poder Executivo	502.614,02	20.800,17	287.077,10	194.736,75
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	762.679,75	32.294,04	370.043,97	360.341,74

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.004.077,37	25,00	30,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	482.918,71	60,00	75,19
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	226.269,00
Despesa de Capital Líquida	237.799,14	1.307.876,20

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.573,74	41.636,26
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	10.786,39	10.136,30

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	1.168.207,67	15,00	15,57

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Luzerna - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ: 01613428000172

Exercício: 2019

Período de referência: 1º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2019
Notas Explicativas	-
<p>1. O Município de Luzerna fica na região histórica do Contestado, tendo origem antes da região passar a fazer parte de Santa Catarina. Em 1917, o povoado faz parte do recém-fundado município de Cruzeiro - a atual Joaçaba. Em 1948 se torna um distrito de Joaçaba e finalmente se emancipa em 29 de dezembro de 1995. Está localizada a 400 km de distância da capital Florianópolis - SC, possuindo aproximadamente 5.900 habitantes.</p> <p>12. Essas demonstrações versam sobre o exercício de 2019, e a execução orçamentária regida pela Lei Municipal 1.619 de 13 de novembro de 2018 que "Estima a receita e fixa a despesa da administração direta do Município de Luzerna(SC) para o exercício financeiro de 2019", tendo ela a receita prevista e despesa fixada no valor de R\$ 22.730.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta mil reais).</p> <p>2. Neste demonstrativo são consolidadas neste os dados dos seguintes órgãos:</p> <p>a) Câmara Municipal de Luzerna (11.351.972/0001-47);</p> <p>b) Fundo Municipal da Assistência Social de Luzerna (14.006.814/0001-48);</p> <p>c) Fundo Municipal da Habitação de Luzerna (19.121.873/0001-80);</p> <p>d) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (10.574.092/0001-77);</p> <p>e) Fundo Municipal de Cultura de Luzerna (21.771.418/0001-72);</p> <p>f) Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Luzerna (21.203.704/0001-31);</p> <p>g) Fundo Municipal do Idoso de Luzerna (21.116.358/0001-54);</p> <p>h) Fundo Municipal do Meio Ambiente de Luzerna (23.166.596/0001-08);</p> <p>i) Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Luzerna (14.119.930/0001-73);</p> <p>j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (28.818.759/0001-03);</p> <p>k) Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (28.818.767/0001-41); e</p> <p>l) Município de Luzerna (01.613.428/0001-72).</p> <p>3. Os órgãos são contabilizados individualmente como as seguintes Unidades Gestoras:</p> <p>a) Câmara Municipal de Luzerna (órgão 3. a);</p> <p>b) Fundo Municipal da Saúde de Luzerna (órgão 3. d);</p> <p>c) Município de Luzerna (órgãos 3. a, b, c, e, f, g, h, i, j, k, l)</p> <p>4. As Demonstrações Contábeis são elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos princípios contábeis, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar Federal nº 101/00, da Lei Orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais. Buscando-se compatibilizar e evidenciar, de maneira harmônica, as alterações patrimoniais e as alterações orçamentárias ocorridas na entidade.</p> <p>5. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, serão transcritas no "Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina" disponível em https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/.</p> <p>6. A documentação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".</p> <p>7. A contabilidade registra as arrecadações pelo seu valor bruto, lançando em conta específica as respectivas deduções da receita orçamentária, entretanto este demonstrativo apresenta os valores líquidos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.</p> <p>8. O presente relatório segue o disposto na 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, que detalha cada campo do relatório, podendo ser consultado em http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/663733/CPU_MDF+9%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+-+Vers%C3%A3o+3+-+18.12.2018+-+com+capa/e0b5b068-3538-4b1a-a6d2-a0b7d9da0f33</p> <p>9. A previsão atualizada de receitas é realizada apenas para as receitas em que houve excesso de arrecadação e estes foi utilizado para abertura de créditos suplementares da despesa.</p> <p>10. Neste demonstrativo não são separados tanto receitas e despesas pela sua especificação de fontes de recursos.</p> <p>11. Não há operações intra-orçamentárias no Município.</p> <p>12. O Município não estima na Lei Orçamentária Anual valores de convênios ou operações de crédito, e quando estes ocorrem a despesa é aberta pelo excesso de arrecadação.</p> <p>13. Para a Receita Corrente Líquida, informamos que durante o exercício de 2018, o Município registrou a arrecadação R\$ 621.647,13, a título de Restituição de despesas de exercícios anteriores, proveniente de compensação de tributos pagos ao INSS, indevidamente calculados durante os exercícios de 2013 a 2018 em função da utilização do RAT (Risco Ambiental do Trabalho), tal receita que integra a Receita Corrente Líquida possui caráter temporário e não mais ocorrerá em outros exercícios.</p> <p>14. O Município não possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.</p> <p>15. O Município não possui Parcerias Público Privadas - PPP, conforme definido na Lei nº 11.079/2004.</p> <p>16. Os anexos 08 e 12 são entregues pelos sistemas SIOPE e SIOPS ao Poder Executivo Federal.</p>	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by DREONE MENDES:02893001939
Date: 2019.04.10 14:31:23 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Luzerna - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by ANGELO BRANDALISE JUNIOR:00507335910
Date: 2019.04.10 14:33:37 BRT
Perfil: Responsável pela Administração Financeira
Instituição: Prefeitura Municipal de Luzerna - SC

Assinatura: 3

Digitally signed by VANUSCA DENIZE DA SILVA:73325732020
Date: 2019.04.10 14:37:33 BRT
Perfil: Responsável pelo Controle Interno
Instituição: Prefeitura Municipal de Luzerna - SC

Assinatura: 4

Digitally signed by MOISES DIERSMANN:02465119907
Date: 2019.04.10 14:39:29 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Luzerna - SC

Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Macieira

PREFEITURA

CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº88/2019

Publicação Nº 1980314

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal Nº88/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde atualmente encontra-se sepultado até a presente data Joaquin Antunes, localizado no bloco 01, lote 63, com as seguintes medidas aproximadamente 2,00x3,00 m, mais espaço para calçada.

Contrato nº88 /2019

Locatária: Valencio Bernardino de Andrade

Valor global: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), referente à locação, pagos em 05 parcelas iguais.

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 10 de Abril de 2023

Pagamento: O valor referente à Licença para construção deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 10 de Abril de 2019.

Lucila Carmen Serighelli

Auxiliar Administrativo/ Responsável

DECRETO 1815

Publicação Nº 1980465

DECRETO nº 1815, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Abre Crédito Especial pelo superávit Financeiro do Exercício de 2018, RECURSOS VINCULADOS

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 969, de 08/04/2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar especial no Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 do Poder Executivo.

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.33 Manutenção Bloco psb fnas

44.90.3 Aplicações Diretas.

R\$ 26.378,32

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

decreto 1816

Publicação Nº 1980466

DECRETO Nº 1816, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Abre Crédito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 971, de 08/04/2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes

20.12 Manutenção Educação Infantil - creches

33.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 5.774,40

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

decreto 1817

Publicação Nº 1980485

DECRETO Nº 1817, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Abre Crédito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 970, de 08/04/2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.08 Encargos Gerais do Município

20.38 Amortização de Precatórios

33.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 220.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 969

Publicação Nº 1980368

LEI nº 969, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Abre Credito Especial pelo superávit Financeiro do Exercício de 2018, RECURSOS VINCULADOS

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 do Poder Executivo.

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

20.33 Manutenção Bloco psb fnas

44.90.3 Aplicações Diretas.

R\$ 26.378,32

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 970

Publicação Nº 1980389

LEI Nº 970, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Abre Credito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.08 Encargos Gerais do Município

20.38 Amortização de Precatórios

33.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 220.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 971

Publicação Nº 1980405

LEI Nº 971, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Abre Credito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar

dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.04 Sec. de Educação, Cultura e Esportes

20.12 Manutenção Educação Infantil - creches

33.90.3 Aplicações Diretas

R\$ 5.774,40

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 08 de abril de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 06/2019

Publicação Nº 1980922

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 06/2019

Processo Licitatório nº 0059/2018

Tomada de Preços nº 0006/2018

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0006/2019.

ADITIVO DE CORREÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica com drenagem das águas pluviais e obra de arte na Rua Ângelo Celeste Cesca, sendo executada através de recursos do Contrato de Repasse nº 867889/2018/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA, conforme Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra. Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.

Valor: De acordo com o Contrato Administrativo Nº 0006/2019

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0006/2019

Vigência: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0006/2019

ALTERAÇÃO:

Onde-se lê: Empreitada menor Preço unitário

Leia-se: Empreitada menor preço Global

Fiscal do contrato: Fica designado o Sr. Flávio Andre de Oliveira, engenheiro civil – AMARP e ainda o Sr. Almir Jose Rossi Arconti, servidor público municipal. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (49)35660255 e (49)35742011.

Macieira, 02 de abril de 2019.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 07/2019

Publicação Nº 1980925

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 07/2019

Processo Licitatório nº 0005/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2018

3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0009/2018

ADITIVO DE ALTERAÇÃO

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme Plano Anual de Trabalho.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA EPAGRI.

Alteração: Fica incluída a Cláusula Terceira – Das Obrigações das partes o item:

9. Para a consecução do objeto deste contrato e concretização de interesses comuns e recíprocos, a EPAGRI poderá eventualmente ceder bens e imóveis, por meio de instrumento jurídico próprio negociado entre as partes.

Valor: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0009/2018 e seus Aditivos.

Pagamento e Vigência: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0009/2018 e seus Aditivos.

Macieira, 08 de março de 2019.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 03.2019 - FMS

Publicação Nº 1980176

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALMIR SCHNEIDER E CIA LTDA	Refil de Filtro de Agua	241	2,000	120,0000	240,00
Assistencia Odontologica Ltda ME	Conserto Aparelho STIMULUS PHISIO	224	1,000	360,0000	360,00
COLUSSI E CIA LTDA	Filtro óleo	228	1,000	38,7400	38,74
COLUSSI E CIA LTDA	oleo Selenia	228	4,000	46,5000	186,00
HARMONIZE IND.E COM.TEXTIL LTDA-EPP	Camisetas Tamanho Diversos com estampas	229	143,000	20,0000	2.860,00
INSTITUTO DE PATOLOGIA DO MEIO OESTE CAT	Exame Biopsias	246	8,000	60,0000	480,00
Reno P.A.Andrioli E CIA Ltda	Bolsa Gestante Tecido	247	10,000	35,0000	350,00
Reno P.A.Andrioli E CIA Ltda	MOCHILA	247	6,000	72,0000	432,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi inseticida, com no mínimo 300 ml do produto, não contendo fluorocarbono, com registro na ANVISA ou Ministério da Saude.	230	9,000	9,9500	89,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pacote de Colher c/ 50 un	231	2,000	3,4700	6,94
				Total Geral do Mês --->	5.043,23

RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 03.2019 - PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação Nº 1980170

Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
 (Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONSULT	Exames de Audiometria Ocupacional, realização de exames audiométricos para todos os trabalhadores que exerçam ou exercerão suas atividades em ambientes cujos níveis de pressão sonora ultrapassem os limites de tolerância estabelecidos nos anexos 01 e 02 da Norma Regulamentadora nº 15 do MTE. Os exames de audiometria deverão ser realizados no Município.	522	16,000	22,8000	364,80
BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONSULT	Exames médicos periódicos, admissionais, demissionais e retorno ao trabalho, para servidores efetivos, comissionados, agentes políticos, emprego público ou contratos temporários, com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), que compreende avaliação clínica, realizada de acordo com os Termos especificados na Norma nº 07 do MTE- O exame acima citado deverá ser realizado por no mínimo 01 (um) perito do trabalho, no Município de Macieira, local onde o departamento de RH indicar.	522	25,000	40,8500	1.021,25
BRITAGEM GASPAR LTDA	Pedra brita mista - destinada a manutenção da MAC 285	526	450,000	30,0000	13.500,00
Chapemaquinas	Filtro Ar Externo	433	1,000	149,5500	149,55
Chapemaquinas	Filtro Ar Interno	433	1,000	84,5600	84,56
Chapemaquinas	Filtro Motor	433	1,000	51,6700	51,67
Chapemaquinas	Pino Concha	470	1,000	336,5400	336,54
Chapemaquinas	Unha Reforçada	470	2,000	119,8500	239,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Álcool líquido, etílico hidratado, 46° INPM, neutro, frascos com 01 litro, contendo data de fabricação e validade, selo do INMETRO e INOR, responsável químico, identificação do fabricante e marca na embalagem.	269	20,000	5,2000	104,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Álcool líquido, etílico hidratado, 46° INPM, neutro, frascos com 01 litro, contendo data de fabricação e validade, selo do INMETRO e INOR, responsável químico, identificação do fabricante e marca na embalagem.	523	12,000	5,2000	62,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.		1,000	2,1500	2,15
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Bomba para chimarrão, em aço inox ou similar, com no mínimo 21 de comprimento.	509	2,000	17,5000	35,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Bomba para chimarrão, em aço inox ou similar, com no mínimo 21 de comprimento.	269	3,000	17,5000	52,50
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Canela em casca - 10 Gr o pacote	505	2,000	1,6500	3,30
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá de camomila in natura, pacotes com 20 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e livre de resíduos, bolor ou cheiro não característico.	505	1,000	2,4000	2,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	235	5,000	2,6000	13,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	505	2,000	2,6000	5,20
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá de erva doce, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme especificações contidas no anexo I do Edital.	235	2,000	3,2000	6,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá de erva doce, acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme especificações contidas no anexo I do Edital.	505	2,000	3,2000	6,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá de hortelã in natura, pacotes contendo 20 gramas.	505	2,000	2,4000	4,80
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Chá de maçã acondicionado em caixas contendo 15 saquinhos e conforme descrições do anexo I do Edital.	505	2,000	2,6500	5,30

Página: 2/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substancias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	232	2,000	13,8500	27,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substancias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	504	2,000	13,8500	27,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substancias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	509	3,000	13,8500	41,55
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substancias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	514	2,000	13,8500	27,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substancias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	269	3,000	13,8500	41,55
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Desinfetante, com princípio ativo cloreto aquil benzil, composição básica monil fenol, etoxilado, essência, corante e outras substancias química, permitidas, fragrâncias sortidas (pinho, talco, eucalipto, floral), embalagem de 5 litros, devendo conter informações do fabricante, notificação na ANVISA, responsável químico e registro no Ministério da Saúde. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	523	6,000	13,8500	83,10
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Espônia dupla face, sendo uma face em espuma e outra em manta sintética com mineral abrasivo, medindo no mínimo 10x07cm, com embalagem plástica individual, contendo marca, data de fabricação e validade.	74	2,000	1,1500	2,30
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Espônia dupla face, sendo uma face em espuma e outra em manta sintética com mineral abrasivo, medindo no mínimo 10x07cm, com embalagem plástica individual, contendo marca, data de fabricação e validade.	269	5,000	1,1500	5,75
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Espônia dupla face, sendo uma face em espuma e outra em manta sintética com mineral abrasivo, medindo no mínimo 10x07cm, com embalagem plástica individual, contendo marca, data de fabricação e validade.	523	3,000	1,1500	3,45
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Filtro para bomba de chimarrão, produto 100% poliester, embalagens contendo no mínimo 02 unidades.	269	5,000	1,8000	9,00
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Filtro para bomba de chimarrão, produto 100% poliester, embalagens contendo no mínimo 02 unidades.	523	4,000	1,8000	7,20

Página: 3/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Pedra para vaso sanitário, limpa e desodoriza, com suporte adaptável, composto por aglutinante, isotiazolonas, corantes e essência, com fragrância sortido, embalagem individual contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade, químico responsável e notificação da ANVISA. Rodos de espuma de no mínimo 30 cm com cabo.	74	4,000	1,3000	5,20
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Saponáceo líquido, com princípio ativo álcool benzeno, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensoativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	269	1,000	9,7000	9,70
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Saponáceo líquido, com princípio ativo álcool benzeno, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensoativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	232	6,000	2,9000	17,40
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Saponáceo líquido, com princípio ativo álcool benzeno, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensoativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	74	2,000	2,9000	5,80
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Saponáceo líquido, com princípio ativo álcool benzeno, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensoativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	269	5,000	2,9000	14,50
COMERCIAL GIUL LTDA-ME	Saponáceo líquido, com princípio ativo álcool benzeno, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensoativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	523	12,000	2,9000	34,80
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	abragadeira	455	37,000	2,5900	94,46
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Caixa de Controle	455	1,000	1,159,1500	1,159,15
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Diagnostico	455	2,000	186,6200	373,34
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Espaguete termoretratil	455	0,600	10,5500	6,33
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	fitas	455	1,000	79,1000	79,10
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Fita isolante	455	1,000	8,4400	8,44
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	mola	455	1,000	229,6900	229,69
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	PARAFUSO	455	4,000	16,3100	64,39
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Presilha	455	18,000	6,5500	116,22
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Removedor e Instalação de Radiador	455	2,000	186,6650	373,33
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Reparo de Chicote	455	2,000	186,6650	373,33
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Substituição de Marcador	455	0,500	186,6600	93,33
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Sensor	455	1,000	123,3800	123,38
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Sensor de Nivel Combustivel	455	1,000	953,0300	953,03
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Substituição de Ar condicionado	455	1,000	186,6700	186,67
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Tampa	455	2,000	133,4300	265,81
Eleto Santos	Prestação de Serviço de Instalação de Ar Condicionado c/ mão de Obra e Peças	474	3,000	350,0000	1,050,00
EVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA	Placas de Sinalização Ponto de Ônibus, Farmácia, Carga e Descarga em frente ao Correio	473	4,000	200,0000	800,00

Página: 4/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Peneira	435	1,000	175,0000	175,00
GLOBALASSISTEC	Caixa de Comando	446	8,000	65,0000	520,00
GLOBALASSISTEC	Caixa Oposta	446	6,000	37,0000	222,00
GLOBALASSISTEC	Carinhos	446	36,000	12,0000	432,00
GLOBALASSISTEC	Envelope	446	65,000	18,0000	1.170,00
GLOBALASSISTEC	Troca de Fio	446	10,000	60,0000	600,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, color, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	236	5,000	9,6000	48,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, color, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	506	1,000	9,6000	9,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, color, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	511	1,000	9,6000	9,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco, pacotes de 5kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, color, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	264	4,000	9,6000	38,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral, sem gás, acondicionada em galões de 20 litros, Certificada pelos Órgãos Competentes.	502	4,000	11,8000	47,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral, sem gás, acondicionada em galões de 20 litros, Certificada pelos Órgãos Competentes.	271	3,000	11,8000	35,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral, sem gás, acondicionada em galões de 20 litros, Certificada pelos Órgãos Competentes.	524	4,000	11,8000	47,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Anies para chimarrão, pacotes com 20 mg do produto. Não devendo apresentar sujidades, com data de validade de no mínimo 04 meses após a data de entrega.	502	2,000	2,2000	4,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Anies para chimarrão, pacotes com 20 mg do produto. Não devendo apresentar sujidades, com data de validade de no mínimo 04 meses após a data de entrega.	516	1,000	2,2000	2,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde, de no mínimo 20 litros, feito em plástico resistente e alça de ferro.	268	1,000	15,6500	15,65
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café em pó 500 Gr - empacotado a vácuo de 1° qualidade	236	8,000	7,5000	60,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café em pó 500 Gr - empacotado a vácuo de 1° qualidade	506	3,000	7,5000	22,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café em pó 500 Gr - empacotado a vácuo de 1° qualidade	511	2,000	7,5000	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café em pó 500 Gr - empacotado a vácuo de 1° qualidade	264	8,000	7,5000	60,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café solúvel granulado, embalagens de vidro de 200g	506	1,000	9,7500	9,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebordos, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	233	30,000	3,2000	96,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebordos, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	508	5,000	3,2000	16,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebordos, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	268	30,000	3,2000	96,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Copo plástico descartável médio, capacidade mínima de 180 ml, cor branco ou transparente, sem rebordos, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	524	8,000	3,2000	25,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniônicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	233	10,000	1,2000	12,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniônicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	73	2,000	1,2000	2,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniônicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	508	3,000	1,2000	3,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniônicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	268	5,000	1,2000	6,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente líquido, frasco plástico de no mínimo 500 ml, contendo no mínimo os componentes ativos: linear alquil benzeno e sulfonato de sódio, contendo também no mínimo tensoativos aniônicos, conservantes, ser biodegradável e aprovado dermatologicamente, conter na embalagem número da ANVISA e autorização do Ministério da Saúde, com data de fabricação e validade. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	524	26,000	1,2000	31,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote 1 Kg	233	10,000	8,8500	88,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote 1 Kg	73	3,000	8,8500	26,55
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote 1 Kg	502	4,000	8,8500	35,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote 1 Kg	508	8,000	8,8500	70,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote 1 Kg	524	12,000	8,8500	106,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Escova para higienização de alimentos, com cerdas macias, cabo anatômico.	516	1,000	7,2500	7,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	233	3,000	3,3500	10,05
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	508	2,000	3,3500	6,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	268	5,000	3,3500	16,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de papel para café nº 103, embalagens com no mínimo 30 unidades.	524	4,000	3,3500	13,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plástica, com tampa, de no mínimo 30 litros, material resistente.	73	1,000	20,4000	20,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtd Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lixeira plástica, com tampa, de no mínimo 30 litros, material resistente.	516	1,000	20,4000	20,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Melancia. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.		40,000	1,4200	56,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Odorizador de ambiente aerossol com fragrâncias diversas, embalagem de no mínimo 400 ml, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade, químico responsável e notificação na ANVISA.	268	6,000	11,2000	67,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano de prato, em 100% algodão com bainha e acabamento costurado, com dimensões mínimas de 68x40 cm, na cor predominantemente branca.	73	5,000	2,9000	14,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano para limpeza, composição 85% algodão, tamanhos mínimo 58x78 cm, cores predominantemente escuras (toalha de banho)	502	1,000	5,4000	5,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano para limpeza, composição 85% algodão, tamanhos mínimo 58x78 cm, cores predominantemente escuras (toalha de banho)	508	2,000	5,4000	10,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pano para limpeza, composição 85% algodão, tamanhos mínimo 58x78 cm, cores predominantemente escuras (toalha de banho)	268	7,000	5,4000	37,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	233	3,000	46,8500	140,55
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	73	1,000	46,8500	46,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	508	1,000	46,8500	46,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	268	1,000	46,8500	46,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	524	2,000	46,8500	93,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	233	10,000	2,7000	27,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha, com alto poder de absorção, contendo 02 rolos de no mínimo 60 toalhas cada, nas medidas mínimas de 20x22 cm, devendo conter informações do fabricante.	508	1,000	2,7000	2,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Papel toalha, com alto poder de absorção, contendo 02 rolos de no mínimo 60 toalhas cada, nas medidas mínimas de 20x22 cm, devendo conter informações do fabricante.	268	10,000	2,7000	27,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Prendedor de roupas de madeira c/ 12 unidades	502	1,000	1,2500	1,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de borracha de no mínimo 40 cm, com cabo	502	1,000	10,0000	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	233	1,000	7,6000	7,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	502	1,000	7,6000	7,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	233	3,000	4,5500	13,65
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	73	1,000	4,5500	4,55
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	502	1,000	4,5500	4,55
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	268	4,000	4,5500	18,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	524	6,000	4,5500	27,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó- 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito biodegradável com multi-ação e partículas extra de limpeza.	233	5,000	2,3500	11,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75x90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	508	3,000	2,3500	7,05

Página: 7/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75X90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	288	2,000	2,3500	4,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75X90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	524	23,000	2,3500	54,05
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56X62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	233	10,000	1,8000	18,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56X62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	73	2,000	1,8000	3,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56X62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	502	3,000	1,8000	5,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56X62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	508	4,000	1,8000	7,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56X62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	288	10,000	1,8000	18,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56X62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	524	10,000	1,8000	18,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 50 litros, com dimensão mínima de 62X70, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	233	8,000	1,9500	15,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 50 litros, com dimensão mínima de 62X70, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	73	2,000	1,9500	3,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 50 litros, com dimensão mínima de 62X70, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	288	5,000	1,9500	9,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 50 litros, com dimensão mínima de 62X70, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	524	12,000	1,9500	23,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco plástico transparente 28X40 c/ 100 unidades	524	2,000	6,0000	12,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saponáceo pó, com princípio ativo álcool benzênico, sulfonato de sódio, abrasivo, coadjuvantes, atenuador de espuma e fragrância, com tensoativo biodegradáveis, com informações na embalagem do fornecedor e notificação na ANVISA, embalagem plástica contendo no mínimo 300 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	524	6,000	3,0500	18,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco	233	10,000	9,4000	94,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco	73	2,000	9,4000	18,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	288	8,000	9,4000	75,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	73	1,000	9,3000	9,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	502	1,000	9,3000	9,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura.	288	4,000	9,3000	37,20
JACY CAMARGO	Montagem e Desmontagem de pneu	449	4,000	30,0000	120,00
Leonir Luiz Tiecker	CONCERTO DE PNEU	448	1,000	180,0000	180,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	abraçadeira	438	2,000	6,1000	12,20
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	ARGAMASSA	438	1,000	20,0000	20,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	ASSENTO PARA VASO SANITARIO	438	1,000	68,5000	68,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cadeado S35	438	1,000	12,5000	12,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	CAL FINO	438	1,000	7,5000	7,50

Página: 8/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	cano	438	0,500	3,0000	1,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Chapa 1. 1/2	438	2,000	31,5000	63,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Cimento	438	4,000	35,0000	140,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Extensão	438	1,000	13,0000	13,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Ferro 1/4 Gerdau	438	1,000	16,5000	16,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Fita dupla face 20mmX12mm	438	1,000	7,8000	7,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	JIMOCUPIM	438	1,000	53,0000	53,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Joelho 40	438	2,000	3,0000	6,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LAMPADA	438	1,000	12,5000	12,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	LAMPADA	439	14,000	26,0000	364,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Lampada Led 10 W	439	40,000	7,5000	300,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Lima	438	1,000	17,0000	17,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Luva 25mm	438	6,000	1,0000	6,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Mangueira para Fogão a Gas	438	2,000	9,8000	19,60
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	PARAFUSO	438	1,000	30,4000	30,40
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	PARAFUSO	438	4,000	1,2000	4,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Reajunte	438	4,000	16,5000	66,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Rejunte	438	2,000	3,5000	7,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Sifão	438	2,000	16,0000	32,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Spray	438	2,000	18,5000	37,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	TEE 25mm	438	1,000	6,0000	6,00
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Torneira	438	1,000	4,2000	4,20
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Trena de 05 m	438	1,000	18,5000	18,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	TUBO COLA 3M	438	1,000	6,8000	6,80
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Veda rosca	438	1,000	5,5000	5,50
MACICOM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Vidro Incolor 3mm	438	0,810	110,0000	89,10
Matrão Zago Me	Mudas de Capim de Contorno Liriope	471	204,000	2,0000	408,00
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES	Oleo lubrificante multiviscoso para motor a gasolina a base sintetica SAE 15W40 API SN	270	16,000	18,0000	288,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	425041265 - Terminal	430	2,000	30,0000	60,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	Amortecedor	444	2,000	342,0000	684,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	Balanceamento	444	4,000	10,0000	40,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	Bucha bandeja	444	4,000	51,5000	206,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	BUCHA ESTABILIZADOR	444	3,000	30,0000	90,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	Capa	430	2,000	15,0000	30,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	Chicote	444	1,000	6,0000	6,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	Geometria	444	1,000	55,0000	55,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	Jogo de Palhetas	444	2,000	32,0000	64,00
MECANICA FARENZENHA LTDA	Kit Amortecedor	444	1,000	330,0000	330,00

Página: 9/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA FARENZENA LTDA	LAMPADA	444	2,000	12,5000	25,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Mangueira	430	1,000	88,0000	88,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	444	1,000	280,0000	280,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MONTAGEM DE PNEU	444	4,000	15,0000	60,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Ponta Eixo	437	1,000	660,0000	660,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Solda	444	1,000	10,0000	10,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Correia	434	4,000	119,3100	477,24
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Retentor 105 x 85 x 11	434	4,000	112,6900	450,76
MECANICA ZAGO SB LTDA - EPP	Retentor 85x75x14	434	1,000	94,5500	94,55
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP	Pedrisco - destinado a manutenção da MAC 285	527	330,000	34,8000	11.484,00
Ricardo Rosa Dos Santos	Reparo de Chave	451	1,000	140,0000	140,00
SCA EQUIP PARA ESCRITORIOS	Toner D 111	458	1,000	70,0000	70,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	467	8,000,000	3,0700	24.560,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	496	3,100,000	3,0700	9.517,00
SIVIERO DIESEL LTDA	Oleo diesel S10	497	1,900,000	3,0700	5.833,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária, contendo na sua composição hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e água, com teor de cloro ativo de no mínimo 2,0 pp, embalagens plástica de 05 litros, com indicação do responsável químico, com registro no Ministério da Saúde e registro na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	234	4,000	10,6000	42,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária, contendo na sua composição hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e água, com teor de cloro ativo de no mínimo 2,0 pp, embalagens plástica de 05 litros, com indicação do responsável químico, com registro no Ministério da Saúde e registro na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	267	5,000	10,6000	53,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária, contendo na sua composição hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio e água, com teor de cloro ativo de no mínimo 2,0 pp, embalagens plástica de 05 litros, com indicação do responsável químico, com registro no Ministério da Saúde e registro na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	525	6,000	10,6000	63,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anaciante de roupas, contendo tensoativo catiônico, espessante, sequestrante, agente controlador de PH, corante, fragrânciae água, componente ativo biodegradável, embalagens de no mínimo 05 litros, com informações do fabricante, data de fabricação e validade, e notificação na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	267	1,000	15,0000	15,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Anaciante de roupas, contendo tensoativo catiônico, espessante, sequestrante, agente controlador de PH, corante, fragrânciae água, componente ativo biodegradável, embalagens de no mínimo 05 litros, com informações do fabricante, data de fabricação e validade, e notificação na ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante.	525	1,000	15,0000	15,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bolo com cobertura. Nos sabores: coco, laranja, cenoura, baunilha e formigueiro) Características: tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão.	452	7,500	8,9900	67,43

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/12

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtd Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás, de 13 kg, botijão em boa conservação, bem vedado, intacto, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e bio-combustível (ANP), instalado no local descrito na Autorização de Fornecimento.	513	1,000	78,8000	78,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás, de 13 kg, botijão em boa conservação, bem vedado, intacto, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás natural e bio-combustível (ANP), instalado no local descrito na Autorização de Fornecimento.	525	4,000	78,8000	315,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá mate, acondicionado em caixas contendo 25 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	265	6,000	2,9700	17,82
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável pequeno, capacidade mínima de 50 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	503	2,000	1,5500	3,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável pequeno, capacidade mínima de 50 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	510	2,000	1,5500	3,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável pequeno, capacidade mínima de 50 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	267	2,000	1,5500	3,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico descartável pequeno, capacidade mínima de 50 ml, cor branco ou transparente, sem rebarbas, material resistente, tiras com 100 unidades, embalagem com informações do fabricante.	525	2,000	1,5500	3,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cuia média para chimarrão	510	2,000	19,8500	39,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desengraxante para pisos, detergente concentrado de alta alcalinidade, solúvel em água, para remoção de sujidade impregnadas e remoção de gorduras incrustadas, embalagem de no mínimo 05 litros, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	234	2,000	17,1500	34,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desengraxante para pisos, detergente concentrado de alta alcalinidade, solúvel em água, para remoção de sujidade impregnadas e remoção de gorduras incrustadas, embalagem de no mínimo 05 litros, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	267	5,000	17,1500	85,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desengraxante para pisos, detergente concentrado de alta alcalinidade, solúvel em água, para remoção de sujidade impregnadas e remoção de gorduras incrustadas, embalagem de no mínimo 05 litros, contendo informações do fabricante, data de fabricação e validade e notificação da ANVISA. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e com lacre do fabricante	525	4,000	17,1500	68,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	234	2,000	1,6000	3,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	267	2,000	1,6000	3,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica, material plástico, com capacidade para 02 litros, corpo revestido em plástico, resistente a impacto, com ampola de vidro, tampa e fundo em plástico, com alça e dispositivo de pressão, com informações do fabricante.	510	1,000	80,8000	80,80

Página: 11/12

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Garrafa térmica, material plástico, com capacidade para 02 litros, corpo revestido em plástico, resistente a impacto, com ampola de vidro, tampa e fundo em plástico, com alça e dispositivo de pressão, com informações do fabricante.	267	1,000	80,8000	80,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Grostoli com açúcar. Acondicionado em pacotes de 01 kg, deverá ser feito na data de entrega.	452	6,000	8,9900	53,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	507	2,000	8,2500	16,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral. Lata de 400g e conforme descrições do anexo I do Edital.	512	6,000	8,2500	49,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	510	2,000	5,5500	11,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	267	2,000	5,5500	11,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.	525	2,000	5,5500	11,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros 500 ml.		3,000	3,5900	10,77
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	75	1,000	15,7500	15,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi uso limpesa pesada - 5 litros, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante.	510	1,000	15,7500	15,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi uso limpesa pesada - 5 litros, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	234	4,000	16,3500	65,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	75	1,000	16,3500	16,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	503	1,000	16,3500	16,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	510	4,000	16,3500	65,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	267	3,000	16,3500	49,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multiuso composto álcool benzeno sulfonato de sódio, álcool, etoxilado, coadjuvantes, sequestrante, fragância e água- 5 litros	525	3,000	16,3500	49,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 15 litros, com dimensão mínima de 39x58 cm, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	267	10,000	3,4000	34,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tapete tipo capacho, com no min. 0.40x0,60 cm	503	2,000	19,8500	39,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tapete tipo capacho, com no min. 0.40x0,60 cm	510	4,000	19,8500	79,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tapete tipo capacho, com no min. 0.40x0,60 cm	267	2,000	19,8500	39,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.	510	3,000	5,3500	16,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.	267	7,000	5,3500	37,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.	525	5,000	5,3500	26,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto. Características: Tamanho: 50 cm x 80 cm; Composição: 100% Algodão.				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Torta Salgada, com recheio de legumes, devendo ser feita na data da entrega.	452	4,000	9,3000	37,20
TINELLI SERVIÇOS EIRELI ME	Prestação de Serviço Concerto do Telhado da Escola Pequenos Brilhantes	450	1,000	3,000,0000	3,000,00
TINELLI SERVIÇOS EIRELI ME	Prestação de Serviço Concerto do Telhado da Prefeitura Municipal	432	1,000	5,000,0000	5,000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 12/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
WILLIAN CARLOS KOZLOWSKI	Carne suína picada, emb. de 01 kg. Dentro dos padrões de qualidade, inspecionada, picada sem gordura.	453	30,000	6,4000	192,00
				Total Geral do Mês ---->	96.008,43

RELATÓRIO MÊS 03.2019 - FMAS

Publicação Nº 1980177

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2019**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGAD	Bombom	68	5,000	21,9000	109,50
Confecções Beli	Linha Cleia	70	3,000	19,8000	59,40
Confecções Beli	Agulha de Croche	70	10,000	3,9000	39,00
Confecções Beli	Bacia média 15 litros	70	1,000	9,9000	9,90
Confecções Beli	Creme Corporal	70	3,000	8,9000	26,70
Confecções Beli	Isopor	70	4,000	9,9000	39,60
Confecções Beli	Jarra	70	1,000	6,0000	6,00
Confecções Beli	Pacote de Garfo Descartavel	70	4,000	4,0000	16,00
Confecções Beli	Pincel	70	3,000	1,9900	5,97
Confecções Beli	Pincel 1"	70	1,000	9,9000	9,90
Confecções Beli	POTES	70	2,000	9,4500	18,90
Confecções Beli	Pratos Descartaveis	70	21,000	1,2500	26,25
Confecções Beli	Shampoo	70	1,000	8,5000	8,50
Confecções Beli	Tinta para Tecido	70	12,000	2,9000	34,80
Confecções Beli	Toalha	70	20,000	3,5000	70,00
Confecções Beli	Toalha de banho	70	1,000	10,5000	10,50
Confecções Beli	Toalha de rosto	70	2,000	7,9000	15,80
OLIVIO MERGENER ME	Bolo	66	16,000	20,0000	320,00
Total Geral do Mês ---->					826,72

Mafra

PREFEITURA

COMUNICADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

Publicação Nº 1981546

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2019 –
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2019.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que para o Credenciamento de veículo de comunicação na forma escrita (jornal de circulação local), para divulgação de atos oficiais do município, através da assessoria especial de comunicação, se credenciou na presente data:

Empresa: TRIBUNA DA FRONTEIRA PUBLICAÇÕES EIRELI ME.
Valor: Conforme ANEXO I do Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 006/2019.

Mafra, 10 de abril de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 037/2019

Publicação Nº 1981544

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 037/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de materiais elétricos destinados ao CEIM Restinga e EMEB Avencal do Saltinho, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 03/05/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 10 de abril de 2019.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 046/2019

Publicação Nº 1981542

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 046/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa para execução de serviço técnico especializado em dedetização, desratização e limpeza de caixa d'água, para as 29 unidades escolares do município, Sec. Municipal de Educação e o Setor de Panificação, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 02/05/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 10 de abril de 2019.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

Publicação Nº 1981539

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realizar serviço de limpeza de fossas e caixas de gordura nas Unidades de Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 30/04/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 10 de abril de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019

Publicação Nº 1981540

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa para execução de serviço técnico especializado em limpeza de caixa d'água destinado as unidades da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 02/05/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 10 de abril de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 095/2017

Publicação Nº 1981537

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 095/2017

Contrato nº: 095/2017

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA - IPMM

Contratada: ERICO LUIZ BENINCA & CIA LTDA-ME

CNPJ nº 10.807.994/0001-06

Modalidade: Processo Licitatório n.º 471/2017. Dispensa Por Justificativa nº 022/2017.

Data Assinatura do termo aditivo: 26 de março de 2019.

Valor do Item com o Reajuste: R\$ 3.127,59 (Três mil cento e vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos).

Foro: Comarca de Mafra.

TERMO DE CONVOCAÇÃO - EDITAL Nº 001/2018-SMS

Publicação Nº 1981073

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Ordinária Nº 4049, de 07 de outubro de 2014, que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca a candidata a seguir relacionada, aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 001/2018-SMS desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Avenida Prefeito Frederico Heyse, 1386, Mafra - SC, no setor de Recursos Humanos e Qualidade.

Comparecer até dia 20/04/2019 (para manifestar interesse pela vaga):

Nome	Cargo
HELOÍSA TRIERWEILER	MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 001/2018, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação. Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los pela classificação no Processo Seletivo nº 001/2018-SMS desta Municipalidade.

Mafra, 10 de abril de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Alexandre Solesinski
Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO Nº 23/2019

Publicação Nº 1981175

DECRETO Nº 23 DE 8 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1146 de 06 de dezembro de 2018 - LOA 2019 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.066	Gestão de Pessoas
ELEMENTO	3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins
CÓDIGO REDUZIDO	5	Recurso 0103
VALOR: R\$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais)		

TOTAL	R\$ 33.400,00
-------------	---------------

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.066	Gestão de Pessoas
ELEMENTO	3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	6	Recurso 0103
VALOR: R\$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais)		

TOTAL	R\$ 33.400,00
-------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 8 de Abril de 2019.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 8 de Abril de 2019.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
Secretária de Administração

LEI Nº 1154/2019

Publicação Nº 1981178

LEI Nº 1154 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1023 DE 29 DE ABRIL DE 2015 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, e dá outras providências.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 36 da Lei nº 1023 de 29 de abril de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 anos;

III. residir no município há no mínimo 2(dois) anos;

IV. possuir Ensino Médio Completo;

V. REVOGADO.

V. possuir noções básicas de informática.

VI. aprovação em prova escrita, de acordo com critérios estabelecidos em edital específico.

VII. participar com frequência integral em curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre política de atendimento à criança e ao adolescente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 10 de Abril de 2019.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 10 de Abril de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT vitali
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

ABERTURA DE PROPOSTAS CHAMAMENTO PÚBLICO N.003/2019

Publicação Nº 1981087

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Chamamento Público n. 003/2019.

RESULTADO.SESSÃO.HABILITAÇÃO.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a relação de empresas habilitadas e inabilitadas para a fase de abertura e julgamento das propostas. HABILITADAS: Cooperativa Central Sabor Colonial, Cooperativa Regional Auriverde, Associação de Produtores Orgânicos do Planalto, Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – ECOFRUTAS, Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar do Município de Maravilha/SC e os fornecedores individuais Guilherme Begrow, Ariovaldo Brutsher e Nilson Kunz. A abertura e julgamento dos documentos de propostas, ocorrerá no dia 17 de abril de 2019, com início às 09 horas. Qualquer informação, poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 10 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 063/2019

Publicação Nº 1980680

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 063/2019 – Modalidade de Tomada de Preço n. 009/2019.

A Secretária de Educação e Cultura de Maravilha – SC, ROSIMERI BRUCH RODRIGUES DA SILVA, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução de reforma na sala de informática do Centro Educacional Mundo Infantil (CAIC) no Município de Maravilha - SC, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 29 de abril de 2019. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 30 de abril de 2019, com início às 14 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 10 de abril de 2019. ROSIMERI BRUCH RODRIGUES DA SILVA – Secretária de Educação e Cultura.

Decreto nº 362/2019

Publicação Nº 1980258

DECRETO Nº 362, DE 10 DE ABRIL DE 2019

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 129/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 10 de abril a 18 de dezembro de 2019, da servidora CAMILA DA ROSA, brasileira, portadora do RG nº 5517061, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 062/2019

Publicação Nº 1980956

Decreto nº 062/2019

De 02/04/2019

“DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA, PREVISTO NO ARTIGO 22 DA LEI 1.172 DE 25 DE MARÇO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal do Município de Marema, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 89, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Gestão do Plano de Carreira, previsto no Art. 22 da Lei nº 1.172 de 25 de março de 2019, para orientar a implantação, a operacionalização e a avaliação do Plano, tendo função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao tema.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão de Gestão do Plano de Carreira, deverão garantir o princípio da ampla defesa e do contraditório entre os interessados.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Especial:

- I. Presidente: Cleusa Tomé Foppa - CPF nº 645.933.049-20;
- II. Secretaria: Lucelia Caregnatto - CPF nº 008.538929-38;
- III. Membro: Aldiva Zanetti Romanini - CPF nº 736.392.309-49;
- IV. Membro: Franciele Geremia - CPF nº 035.824.299-11;
- V. Membro: Nandria Nervis - CPF nº 023.804.859-41.

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo por ato discricionário da administração.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Marema/SC, em 02 de abril de 2019

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

LEI Nº 1176/2019

Publicação Nº 1980953

Lei nº 1176/2019

De 03/04/2019

ESTABELECE REVISÃO DA BOLSA AUXÍLIO AO ESTÁGIO DE ESTUDANTES CRIADO PELO CONVÊNIO Nº 01/2017, AUTORIZADO PELA LEI Nº 1.056/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a

seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar revisão dos valores aplicados ao convênio 01/2017, autorizado pela Lei nº 1.056/2014, das Bolsas Auxílio do Estágio de Estudantes, passando a ser os seguintes os valores:

Nível	Valor Mensal(R\$)
Nível médio	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 485,35
Nível médio Técnico	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 635,58
Nível médio Técnico	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 716,47
Nível superior	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 843,59
Nível superior	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 936,04

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Marema/SC, em 03 de abril de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Publicado

Eliamara Balbinot - Servidora designada

PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2019

Publicação Nº 1980613

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2019 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo licitatório registro de preço para futuras aquisições de Material escolar, materiais de expediente e de consumo. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:00min do dia 24 de abril de 2019, procedendo à abertura às 08h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 10 de abril de 2019.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N. 19/2019

Publicação Nº 1980938

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 19/2019 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo aquisição de um material para utilização na 2ª Feira Da Bezerra E Exposição Agropecuária, Industrial E Comercial De Marema. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h:30min do dia 24 de abril de 2019, procedendo à abertura às 13h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos

poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 10 de abril de 2019.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 37.2019 CON 37.2019 (PMM)

Publicação Nº 1980235

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2019

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO Nº 37/2019

MAIOR OFERTA - TOTAL GERAL DOS ITENS

ERRATA

INCLUI ITEM 13.3 NA CLÁUSULA 13 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, NO EDITAL:

13.3 Das obrigações ao final da concessão:

a) A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pela guarda e depósito dos veículos, nas condições estipuladas neste edital, até o momento em que os mesmos forem retirados pela CONCEDENTE ou por quem esta expressamente indicar.

b) Ao final do prazo da presente Concessão, seja no seu prazo normal, seja após eventual prorrogação, a CONCESSIONÁRIA deverá entregar os veículos que estiverem sob sua guarda para a CONCEDENTE ou para quem esta expressamente indicar.

c) Na hipótese prevista no item anterior, ficará assegurado à CONCESSIONÁRIA o direito ao recebimento do valor das tarifas de guincho e estadia na medida em que tais valores forem recolhidos pelos interessados, observados os serviços de guincho que foram realizados e a proporção do período em que os veículos estiveram sob a guarda da CONCESSIONÁRIA.

PÁGINA 17

INCLUI ITEM 5.2 NA MINUTA CONTRATUAL, ANEXO XI DO EDITAL:

5.2 Das obrigações ao final da concessão:

a) A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pela guarda e depósito dos veículos, nas condições estipuladas neste edital, até o momento em que os mesmos forem retirados pela CONCEDENTE ou por quem esta expressamente indicar.

b) Ao final do prazo da presente Concessão, seja no seu prazo normal, seja após eventual prorrogação, a CONCESSIONÁRIA deverá entregar os veículos que estiverem sob sua guarda para a CONCEDENTE ou para quem esta expressamente indicar.

c) Na hipótese prevista no item anterior, ficará assegurado à CONCESSIONÁRIA o direito ao recebimento do valor das tarifas de guincho e estadia na medida em que tais valores forem recolhidos pelos interessados, observados os serviços de guincho que foram realizados e a proporção do período em que os veículos estiveram sob a guarda da CONCESSIONÁRIA.

PÁGINA 43

Massaranduba (SC), 08 de abril de 2019.

CIRIO MARTINI

PRESIDENTE

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2019

Publicação N° 1980515

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 30/04/2019, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2019, tem por objetivo o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INSTRUTOR DE OFICINA DE PAISAGISMO, VISANDO O ATENDIMENTO DE PROJETOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA, CONFORME ANEXO I DO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br .

Meleiro/SC, 10 de abril de 2019.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 140-2019

Publicação N° 1980200

PORTARIA n.º 140/2019

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde ao servidor JULIANO RESENDE HENRIQUES, ocupante do cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/04/2019.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Abril de 2019.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 010/2019 - FMS

Publicação Nº 1980306

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do F.M.S., torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 010/2019. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de jalecos de microfibras antimicrobianas, na cor branca, gola normal, manga longa, com 02 bolsos frontais inferiores embutidos, botões com lapela, acinturados para os modelos femininos, bordado na parte superior esquerda com o brasão do município e identificação do profissional, nos tamanhos P, M, G e GG, destinados para os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí - SC, com entrega parcelada, conforme solicitação, para período de 12 (doze) meses após a data da homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 26 de abril de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 26 de abril de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br.

MONDAI (SC), 04 de abril de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATOT.A.Nº001DAARP Nº014-PROC_035/2018

Publicação Nº 1980880

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 035/2018. Edital: Pregão Presencial nº. 023/2018. Ata de Registro de Preços: 014/2018 – Termo Aditivo nº 001. Objeto: contratação de serviços de mecânica especializada para troca de óleo motor, filtro de ar e filtro de combustíveis para veículos leves, utilitários e micro-ônibus; e aquisição de filtros de óleo, filtros de ar, filtros de combustível e óleo de motor, destinados à manutenção dos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí. Finalidade: Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Fornecedor: SCHUH & FILHO LTDA – 85.216.299/0001-79. Valores: Conforme pactuado. Vigência: até 29/08/2019. Mondaí/SC, 21 de março de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO Nº 010.2019 PMM

Publicação Nº 1981131

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação “multientidade”, EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 010/2019. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de serviços de metalurgia com entrega de material (calhas, algerosas, telhas, grades de boca de lobo, portas, portões, traves e guarda-corpo), destinados aos imóveis do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 25 de Abril de 2019.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 25 de Abril de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 03 de Abril de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1143/2019

Publicação Nº 1980892

LEI ORDINÁRIA Nº 1143/2019, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO A REALIZAR DOAÇÃO DE IMÓVEL PARA A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carlo, através do Poder Executivo Municipal, autorizado realizar a doação do bem imóvel constituído por um terreno urbano sem benfeitorias, com área de 501,52 m2, localizado às margens da Rodovia SC 452, no centro de Monte Carlo, registrado sob a Matrícula nº 6967 do Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo (SC), ao Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.951.229/0001-76, com sede administrativa na rod. 401, nº 4600, km 5 Saco Grande II cep 88.032-000 Florianópolis (sc)

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se exclusivamente a construção da sede do Grupamento da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, com jurisdição na cidade de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. O imóvel e edificação se destinam ao uso exclusivo da Polícia Militar, ficando vedada toda e qualquer forma de cessão, venda. Permuta ou doação do terreno e benfeitoria para terceiro.

Art. 3º Caberá ao Donatário concluir a edificação e iniciar o funcionamento da nova sede no prazo de 02 (dois) anos, contados da publicação desta lei, sendo que o não cumprimento deste prazo, destinação diversa daquele descrito no artigo 2º, abandono e desocupação do imóvel, ou dissolução da Corporação, acarretará a reversão do imóvel ao patrimônio municipal. Independente do prazo de ocupação.

Parágrafo único. A reversão ocorrerá independente de notificação judicial ou extrajudicial sem direito a indenização das benfeitorias já realizada.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a lei nº 1142/2019 de 29 de março de 2019.

Monte Carlo, 05 de abril de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

29º EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 02-2018

Publicação Nº 1980457

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 002/2018

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo simplificado, referente ao edital 002/2018, conforme lista abaixo, para no prazo de 10 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

MÉDICO CLINICO GERAL ESF

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
19º	SILVIA MACHADO DE SOUTO GOULART

ODONTÓLOGO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
05º	JAMILLE LUIZ TRAMONTIN

Morro da Fumaça, 10 DE ABRIL DE 2019

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO

Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

30º EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 02-2018

Publicação Nº 1980933

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 002/2018

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo simplificado, referente ao edital 002/2018, conforme lista abaixo, para no prazo de 10 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

MÉDICO CLINICO GERAL ESF

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
20º	GIGLIOLLE ROMANCINI DE SOUZA LIN

Morro da Fumaça, 11 DE ABRIL DE 2019

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO

Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

ERRATA DECRETO 029-2019

Publicação Nº 1981173

ERRATA

Publicação Diário Oficial dos Municípios de 08/04/2019, edição 2795.

DOCUMENTO	ONDE SE LÊ	LÊ-SE
DECRETO Nº 029/2019	AGENOR CORAL, PREFEITO MUNICIPAL	EDUARDO SARTOR GUOLLO, PREFEITO MUNICIPAL, em exercício

LEI Nº 1919- DÁ NOVA REGULAMENTAÇÃO AO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Publicação Nº 1980584

LEI Nº. 1.919/2019, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"DÁ NOVA REGULAMENTAÇÃO AO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica regulamentada, por esta Lei, o 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos, Turma de Alfabetização, oferecida pelo Sistema Municipal de Educação, em curso noturno, na forma de integralização dos componentes curriculares presentes na Proposta Curricular do município, em local disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação em uma das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Morro da Fumaça.

Art. 2º - A frequência ao curso é facultada a todo e qualquer cidadão, a partir de 15 (quinze) anos de idade para o ingresso em turma de alfabetização de Jovens e Adultos.

Art. 3º - O curso realizar-se-á em 8 (oito) meses de duração com, no mínimo, 320 (trezentas e vinte) horas/aula, distribuídas em 10 horas/aula semanais, no período noturno.

Art. 4º - Dos Profissionais:

I - Os professores alfabetizadores deverão participar de processo seletivo, realizado pela Secretaria do Sistema Municipal de Educação, em período determinado por edital, restrito a docentes com formação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia.

II – Para essa modalidade de ensino, será admitido profissional com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo o período trabalhado correspondente a esta carga horária, ou conforme a necessidade do projeto.

Art. 5º - Do Educando:

I - O ingresso na turma de Alfabetização de Jovens e Adultos estará condicionado à idade mínima de 15 (quinze) anos completos.

II - Por motivos justificados o aluno poderá afastar-se temporariamente das aulas, desde que obtenha o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência para a conclusão do Curso de

Alfabetização de Jovens e Adultos.**Art. 6º - Da Avaliação:**

I - A avaliação será um processo de construção coletiva, reflexiva, participativa, emancipatória, diagnóstica, global e permanente, portanto deverá:

a) Ser investigativa, concebendo a Educação como construção histórica, singular e coletiva do sujeito;

* Ser um processo permanente, contínuo e cumulativo que respeite as características individuais do aluno.

b) A conclusão dessa etapa se dará mediante avaliação do processo de aprendizagem pelo professor da turma e registrado por meio de certificação e ata criada para esta finalidade.

Art. 7º - O número de alfabetizandos em cada turma de alfabetização deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

- No mínimo 10 (dez) e máximo 25 (vinte e cinco) alfabetizandos por turma.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado à regulamentar a presente Lei, por ato próprio, caso entender necessário.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 10 de Abril de 2019.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

ANEXO ÚNICO DA LEI 1.919/2019**PROCEDIMENTO PARA A AUTORIZAÇÃO DO CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:**

- Solicitar ao Conselho Municipal de Educação a arregimentação do referido curso.

CARGA HORÁRIA:

- 8 (oito) meses de duração com, no mínimo, 320 (trezentas e vinte) horas/aula.

REGRA DE PRIORIDADE PARA A IDADE MÍNIMA PARA INGRESSO NESTA TURMA:

- Idade mínima de 15 anos na condição de analfabeto absoluto ou funcional, com a apresentação obrigatória de documentos pessoais para a efetivação de sua matrícula.

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DO EDUCADOR:

- Os professores alfabetizadores deverão participar de processo seletivo realizado pela Secretaria do Sistema Municipal de Educação em período determinado por edital, restrito a docentes com formação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia.

NÚMERO DE ALFABETIZANDOS PERMITIDO POR TURMA:

- O número de alfabetizandos em cada turma de alfabetização deverá obedecer aos seguintes parâmetros:
- No mínimo 10 (dez) e máximo 25 (vinte e cinco) alfabetizandos por turma.

Obs.: As turmas serão organizadas de acordo com o número de matrículas. Caso haja a constituição de mais de uma turma de

alfabetização e ocorram desistências no decorrer do curso, turmas poderão ser agrupadas. Entretanto, cabe à gestão local verificar estratégias de redução da evasão.

COMPONENTES CURRICULARES (ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO):

- Em conformidade com a Proposta Curricular Municipal de Ensino e de acordo com os objetivos gerais dessa modalidade de ensino, nas áreas de Alfabetização e Letramento e Matemática.

CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ALFABETIZANDO:

- O controle de frequência do alfabetizando será realizado pelo alfabetizador, exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para a conclusão no curso de Alfabetização de Jovens e Adultos.

CERTIFICAÇÃO DO CURSO:

A emissão dos documentos certificadores é de responsabilidade da Secretaria do Sistema Educacional de Morro da Fumaça e ocorrerá da seguinte forma:

- o Certificado: documento que oficializa que o participante cumpriu a carga horária mínima destinada à conclusão do curso;
- a Declaração de Proficiência: uma certificação que comprova que o participante conseguiu o rendimento mínimo após avaliação final em três áreas: Leitura, Escrita e Matemática, aplicada pelo alfabetizador e elaborada pela equipe de coordenação do Sistema Municipal de Educação do município.

COMPONENTES CURRICULARES:**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO****HABILIDADES/ CAPACIDADES**

- Conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- Compreender e valorizar o uso da escrita com diferentes funções, em diferentes gêneros;
- Conhecer o alfabeto;
- Compreender a categorização gráfica e funcional das letras;
- Identificar a finalidade e as funções da leitura em função do reconhecimento do suporte, do gênero e da contextualização do texto;
- Levantar e confirmar hipótese relativa ao conteúdo do texto que está sendo lido;
- Reconhecer unidades fonológicas como sílabas, rimas, terminações de palavras;
- Organizar os próprios textos segundo os padrões de composição usuais na sociedade;
- Desenvolver capacidades necessárias à leitura com fluência e compreensão;
- Compreender a categorização gráfica e funcional das letras para a formação de palavras;
- Dominar irregularidades ortográficas de certos fonemas;
- Conhecer as relações entre fonemas e grafemas com vista ao domínio das regularidades ortográficas;
- Desenvolver capacidades relativas ao código escrita especificamente necessárias à leitura;
- Desenvolver capacidades relativas à produção e ao envio de mensagens escritas.

MATEMÁTICA**HABILIDADES/ CAPACIDADES**

- Relacionar a história da Matemática na construção do número e sua importância no contexto social;
- Escrever, comparar e ordenar números naturais;
- Ler e interpretar informações e dados apresentados de maneira organizada por meio de gráficos;
- Utilizar critérios de classificação, seriação, ordenação, inclusão e

conservação de quantidades;

- Descrever, interpretar, identificar e representar a movimentação de uma pessoa ou objeto no espaço e construir itinerários;
- Representar a posição de uma pessoa ou objeto utilizando malhas quadriculadas;
- Identificar pontos de referência para situar e deslocar pessoas/objetos no espaço;
- Representar o espaço por meio de maquetes, croquis e outras representações gráficas;
- Perceber o próprio corpo, sua forma, suas dimensões e sua relação com o espaço físico;
- Identificar, descrever e comparar padrões (por exemplo: blocos lógicos) usando uma grande variedade de atributos como tamanho, forma, espessura e cor;
- Identificar triângulos e quadriláteros (quadrado, retângulo, trapézio, paralelogramo, losango) observando as posições relativas entre seus lados;
- Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras planas (triângulo, quadrilátero e pentágono) de acordo com o número de lados;
- Identificar elementos de figuras geométricas, como faces, vértices, arestas e lados;
- Identificar linhas de simetria em formas bidimensionais, no ambiente, objetos e letras;
- Identificar semelhanças e diferenças entre poliedros (cubo, prisma, pirâmide e outros) e não poliedros (esfera, cone, cilindro e outros);
- Comparar, através de estratégias pessoais, grandezas de massa, comprimento e capacidade, tendo como referência unidades de medidas não convencionais ou convencionais;
- Reconhecer e utilizar, em situações-problema, modelos concretos e pictóricos (através de desenhos), as unidades usuais de medida: tempo, sistema monetário, comprimento, massa, capacidade e temperatura;
- Estimar e medir o decorrer do tempo usando "antes ou depois"; "ontem, hoje ou amanhã"; "dia ou noite"; "manhã, tarde ou noite"; "hora ou meia hora";
- Identificar instrumentos apropriados (relógios e calendários) para medir tempo (incluindo dias, semanas e meses);
- Usar relógios, calendários e calcular o tempo decorrido em intervalos de hora para solucionar problemas do cotidiano;
- Identificar e escrever medidas de tempo marcadas em relógios digitais e analógicos (por exemplo: intervalos de hora e de meia hora);
- Identificar medidas de temperaturas em termômetros;
- Identificar e comparar quantidade de dinheiro em cédulas e moedas;
- Identificar e comparar quantidade de dinheiro em cédulas e moedas;
- Utilizar critérios de classificação, seriação, ordenação, inclusão e conservação de quantidades;
- Utilizar, em situações-problema, diferentes estratégias para quantificar elementos de uma coleção: contagem, pareamento, estimativa e correspondência de agrupamentos;
- Relacionar a história da matemática na construção do número e sua importância no contexto social;
- Reconhecer números naturais e racionais em diversas situações (jornais, filmes, comércio, acontecimentos do dia a dia, etc.);
- Escrever, comparar e ordenar números naturais de qualquer grandeza;
- Interpretar e resolver situações-problema, compreendendo diferentes significados das operações envolvendo números naturais;
- Reconhecer e representar o número fracionário em situações significativas e concretas;
- Reconhecer a função da vírgula na escrita e leitura de números decimais em situações envolvendo valores monetários por meio de preços, trocos, orçamentos;
- Coletar, organizar e registrar dados e informações (usando figuras, materiais concretos ou unidades de contagem);

- Criar registros pessoais para comunicação das informações coletadas;
- Ler e interpretar informações e dados apresentados de maneira organizada por meio de listas, tabelas, mapas e gráficos, e em situações-problema;
- Transformar listas e tabelas em gráficos pictóricos, de barra ou de colunas e vice-versa;
- Reconhecer possíveis formas de combinar elementos de uma coleção e de contabilizá-los usando estratégias pessoais, envolvendo probabilidade.

REGISTRO DE PREÇO 015/2019

Publicação Nº 1981046

Fundo Municipal de Saude de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 015/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA SECRETARIA DE SAÚDE. Data: 22/04/2019 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 01/2019 FUMSCI

Publicação Nº 1981326

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 01/2019 FUMSCI

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de materiais de expediente e equipamentos de informática para atender as necessidades dos departamentos administrativo e operacional da 2ª Companhia de Bombeiros de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 26/04/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 26/04/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 03/2019 FME

Publicação Nº 1981204

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 03/2019 FME

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de materiais esportivos (bolas de vôlei de praia), para atender as escolinhas esportivas de rendimento da Fundação, através da Fundação Municipal de Esportes de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 24/04/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 24/04/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 16/2019 FMS

Publicação Nº 1981300

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 16/2019 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de produtos (fraldas descartáveis geriátricas e infantis) para atendimento aos pacientes do "Programa da Assistência Social", através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 25/04/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 25/04/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 21/2019 PMN -- RETIFICADO E REPUBLICADO

Publicação Nº 1981226

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 21/2019 PMN –

EDITAL RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada para colocação e substituição de tubos de concreto, com rebaixamento do lençol freático, escoramento das paredes, reparos/manutenções de bocas de lobos e caixa de passagem/ligações, ampliação e manutenção do sistema de drenagem pluvial, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 25/04/2019 até às 8h50. Abertura/envelopes: 25/04/2019 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 30/2019 PMN

Publicação Nº 1981354

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 30/2019 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de tanques com tampa para armazenamento de água com capacidade para 20.000 (vinte mil) litros, torneiras boia caixa d'agua e filtros de retenção, para melhorar o abastecimento de água no município, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/04/2019 até às 8h50. Abertura/envelopes: 29/04/2019 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

ERRATA -- PREGÃO PRESENCIAL 21/2019 PMN

Publicação Nº 1981375

ERRATA 21/2019 PMN

Solicito retificação do Edital referente ao Pregão Presencial nº 21/2019. Alteração no Termo de Referência.

Onde lê-se:

LOTE: 01 Prestação de Serviço em Boca de Lobo.		Preço total do Lote		R\$: 1.188.000,00	
Item.	Especificação.	Unid.	Quant	Preço Unit.	Preço Total.
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECCÃO E CONSTRUÇÃO DE BOCA DE LOBO, CONECTADAS A DRENAGEM COM FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS REMOÇÃO DO MATERIAL LIMPEZA DO LOCAL E RECOLHIMENTO DO MATERIAL.	Unid.	2.000	R\$ 336,00	R\$ 672.000,00
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÕES E LIMPEZAS DE BOCAS DE LOBO PREVIAMENTE DANIFICADAS, FRAGILIZADAS EM VIRTUDE DO DESGASTE NATURAL OU ENTUPIDAS, COM FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS REMOÇÃO DO MATERIAL LIMPEZA DO LOCAL E RECOLHIMENTO DO MATERIAL.	Unid.	2.000	R\$ 258,00	R\$ 516.000,00

Lê-se:

LOTE: 01 Prestação de Serviço em Boca de Lobo.		Preço total do Lote		R\$: 1.441.320,00	
Item.	Especificação.	Unid.	Quant	Preço Unit.	Preço Total.
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECCÃO E CONSTRUÇÃO DE BOCA DE LOBO, CONECTADAS A DRENAGEM COM FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS REMOÇÃO DO MATERIAL LIMPEZA DO LOCAL E RECOLHIMENTO DO MATERIAL.	Unid.	2.000	R\$ 336,00	R\$ 672.000,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA COLOCAÇÃO DE TUBOS DE 20CM COM REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO, FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E EPI'S A SEREM UTILIZADOS NA REMOÇÃO E ABERTURA DA VALA, ESCORAMENTO DAS PAREDES, A COLOCAÇÃO E ASSENTAMENTO DE TUBO COM GEOTEXTIL NAS JUNTAS DE DILATAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE CAIXA DE EXPANSÃO DE REDE QUANDO HOUVER MUDANÇA DE DIÂMETRO MUDANÇA DE DECLIVIDADE OU INTERLIGAÇÕES, RETIRADA DE MATERIAL EXISTENTE, E POSTERIOR FECHAMENTO DA VALA LIMPEZA DO LOCAL E RECOLHIMENTO DO MATERIAL DESCARTADO.	MTS	4.000	R\$ 63,33	R\$ 253.320,00
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÕES E LIMPEZAS DE BOCAS DE LOBO PREVIAMENTE DANIFICADAS, FRAGILIZADAS EM VIRTUDE DO DESGASTE NATURAL OU ENTUPIDAS, COM FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS REMOÇÃO DO MATERIAL LIMPEZA DO LOCAL E RECOLHIMENTO DO MATERIAL.	Unid.	2.000	R\$ 258,00	R\$ 516.000,00

Retira-se do texto:

5.6 OUTROS DOCUMENTOS:

5.6.1 A Licitante assumirá inteira responsabilidade pela efetiva execução dos serviços ora licitado e efetuará-lo de acordo com as normas vigentes e/ou instruções do Edital e seus anexos.

Declaração:

I – A Licitante deverá apresentar na habilitação a comprovação de que terá quantidade de mão-de-obra, equipamentos e maquinário do serviço licitado para a execução. A comprovação dos maquinários se dará por meio de contrato de locação ou nota fiscal, juntamente de atestado informando que tem posse e fornecerá os equipamentos estipulado no TERMO DE REFERÊNCIA;

II – A Licitante deverá apresentar na habilitação o Atestado de que utilizará na execução dos trabalhos as técnicas e equipamentos exigidos nas especificações no TERMO DE REFERÊNCIA, bem como a utilização e o fornecimento dos equipamentos de segurança EPI'S e Normas Técnicas adequadas (ABNT), na falta daquelas.

5.6.2 A Licitante que não apresentar as declarações será desclassificada do certame.

Atenciosamente,
Navegantes, 08 de abril de 2019.
Joab Bezerra Duarte Filho
Secretário de Saneamento Básico

PORTARIA 1145/2019

Publicação Nº 1980785

PORTARIA Nº 1145 DE 9 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER JOÃO FLORENCIO DA ROSA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS DE MP, posicionando para a classe/referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01/04/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1152 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981357

PORTARIA Nº 1152 DE 10 DE ABRIL DE 2019.

PRORROGA TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 118 de 14 de janeiro de 2019 para apurar possível acúmulo indevido de cargos pelo servidor M.C.A.

II - A prorrogação é imprescindível, em razão da produção de provas e oitivas das testemunhas.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2019.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESPOSTA 19/2019 PMN -- COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DO CAÍ SUPERIOR LTDA

Publicação Nº 1981040

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE CHAMADA PÚBLICA Nº 19/2019 PMN

Aos 10 dias de abril de 2019, às 9, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 474 de 08 de fevereiro de 2019, com intuito de analisar e julgar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL da CHAMADA PÚBLICA nº 19/2019, cujo OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE ORGANIZADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE Nº 26/2013 E Nº 04/2015 VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO DE 2019. Protocolado pela empresa COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DO CAÍ SUPERIOR LTDA – CNPJ: 91.360.420/0001-34.

PRELIMINARMENTE

A Comissão Permanente, ao receber a Impugnação ao Edital, verificou que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-la, passando a analisá-la, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

"Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso."

DA IMPUGNAÇÃO:

Menciona a empresa que no presente edital dever ser alterado, devendo ser exigido Alvará da Vigilância Sanitária e para produtos de origem animal, apresentar registro em órgão de inspeção sanitária (SIM, SIE ou SIF). Deve ser exigido também certidão no Conselho Regional de Medicina Veterinária, sendo acompanhado da taxa de quitação anual. Documento expedido pelo conselho de Classe em que o Responsável Técnico está registrado. Licença Operacional do fabricante. Exigir ainda contrato de prestação de serviços, registrado em cartório, firmado entre organização da agricultura familiar e a empresa terceirizada que industrializará/fabricará o produto. E para finalizar, exigir licença sanitária do veículo de transporte – certificado de vistoria.

2- DA DECISÃO:

Em suma, a impugnação apresentada não merece provimento, pelo que segue:

Em primeiro momento é importante frisar o que dispõe o Manual apresentado pelo FNDE para auxílio em relação à Resolução 04/2015:

Os produtos alimentícios a serem adquiridos para a alimentação escolar devem atender ao disposto na legislação de alimentos estabelecida por um dos serviços de sanidade abaixo:

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/Ministério da Saúde) ou Anvisas locais ou estaduais;
- Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa/Mapa) ou serviços de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM).

É importante esclarecer que os produtos "in natura", sem nenhum tipo de processamento e de origem vegetal, não necessitam de avaliação sanitária. Já os produtos de origem vegetal que passaram

por algum tipo de processamento devem ser analisados pelo Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e suas instâncias em âmbito estadual, regional e municipal. Todos os produtos de origem animal, inclusive ovos e mel, necessitam da avaliação sanitária. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem a responsabilidade de avaliar sanitariamente esses produtos. Eles podem ser inspecionados por uma das seguintes instâncias: Serviço de Inspeção Municipal – SIM (permite a comercialização em âmbito municipal); Serviço de Inspeção Estadual – SIE (permite a comercialização em âmbito estadual); e Serviço de Inspeção Federal – SIF (permite a comercialização em todo território nacional).

Diante disso fica evidente que o próprio manual dispõe os documentos que devem ser exigidos.

Com isso, a Administração para evitar um formalismo exacerbado, e a exigência de documentos que frustrem a competição, exigiu documentos essenciais para o bom andamento da chamada pública e a garantia de qualidade dos produtos ofertados.

Estes documentos estão todos previstos no edital, em primeiro momento o edital menciona:

3.4 DEMAIS DOCUMENTOS:

3.4.1 Para os itens CARNE BOVINA e FILÉ DE TILÁPIA: o Licitante deve apresentar juntamente com a habilitação: Ficha técnica contendo tabela de informação nutricional assinada pelo responsável técnico com registro no CRMV, Certificado de Inspeção do Estabelecimento Produtor.

Também menciona o edital no descritivo do item:

O produto deverá ser rotulado com a legislação vigente (instrução normativa nº 22 de 24/11/2005 do M.A.A.). No rótulo de cada embalagem deve constar identificação completa do produto (nome do corte da carne) marca identificação da origem (nome e endereço do matadouro frigorífico ou entreposto de carne), peso líquido, data de processamento de data de validade (ou número do lote e data de validade), condições de armazenamento, carimbo oficial do SIF, SIE ou SIM e indicação da expressão: Registro no Ministério da Agricultura SIF / DIPOA sob nº ____/____ ou SIE / CIDASC sob nº ____/____, todas as informações devem ser apresentadas de forma clara e indelével e que resista às condições rotineiras de manuseio da embalagem.

Importante mencionar também que o edital exige além da qualidade do produto, a qualidade da entrega do mesmo.

Embalagem secundária: O produto deve ser entregue em caixa de papelão reforçada ou caixa plástica limpa, retornável.

Transporte: Os perecíveis (carnes) deverão ser transportados em caminhão frigorífico, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado como a qualidade da carne. O veículo de transporte deve ser caminhão tipo baú, isotérmico, com registros de controle de temperatura. O motorista e o ajudante de transporte deverão estar com uniforme limpo e apresentável, proteção para cabelos (touca ou boné) no momento da entrega para a unidade.

Diante dos itens mencionados fica evidente que todos os produtos deverão estar de acordo com as normas vigentes e serem entregues da melhor qualidade possível. Mesmo que não previsto a apresentação da documentação no envelopes de habilitação, o licitante deverá estar de acordo e cumprir as normas, podendo inclusive ser desclassificado na fase de amostra e responder Processo Administrativo caso descumpra com o exigido.

É importante ressaltar que existem outros meios para assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas, como a possibilidade de estipulação de multa contratual caso o objeto fornecido não esteja de acordo com o Licitado.

Frise-se também, que ao participar do processo licitatório a empresa está de acordo com o que é exigido no edital, devendo cumprir o que nele está contido, se acaso a empresa apresente item que não esteja de acordo com as normas, estes serão reprovados, se

geradas dúvidas em relação ao cumprimento da norma a Administração poderá abrir diligência para conferência, também será oportunizado as empresas concorrentes prazo para recursos, se estas reconhecerem que o item ofertado não está de acordo com a legislação..

Pelo exposto, visto a legalidade do edital, decide-se pela improcedência da impugnação apresentada pela licitante.

Mantem-se a data da abertura dos envelopes no dia 12/04/2019.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes, 10 de ABRIL de 2019.

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Leila Mengarda

Tatiana de Alencar Carlini

Josezite dos Santos

Fernanda Hassmann Constâncio

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 61/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1980276

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 061, de 29 de Março de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$10.000,00 (Dez mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA	
Elemento	3.1.90.00	Aplic. Diretas D.R. 01.067	R\$10.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplic. Diretas D.R. 01.067	R\$10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 29 de Março de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº. 67/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Publicação Nº 1980282

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 067, de 03 de Abril de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$90.000,00 (Noventa mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1041	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO E EQUIP. P/ O SOCIAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1035	R\$90.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 03 de Abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº. 70/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Publicação Nº 1980285

DECRETO Nº 070, de 04 de Abril de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	16	Habitação	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0014	HABITAÇÃO POPULAR	
Projeto	1035	PROGRAMA HABITAÇÕES POPULARES	
Elemento	4.5.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$4.500,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	16	Habitação	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0014	HABITAÇÃO POPULAR	
Projeto	1035	PROGRAMA HABITAÇÕES POPULARES	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$4.500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 04 de Abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 16/2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação Nº 1981257

PROCESSO
Nº: 26/2019PREGÃO PRESENCIAL SRP
Nº: 18/2019

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 16/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: ZOLETTE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME
CNPJ: 21.881.279/0001-30

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 4.042,00 (Quatro mil e quarenta e dois reais)
VIGÊNCIA = INÍCIO: 10/04/2019 TÉRMINO: 10/04/2020

Nova Erechim, 10 de abril de 2019.
ELENI REMUS DAL VESCO
Prefeita Municipal, em exercício

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 17/2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação Nº 1981261

PROCESSO
Nº: 26/2019PREGÃO PRESENCIAL SRP
Nº: 18/2019

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 17/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: GRAFIOESTE EDITORA GRAFICA E EMBALAGENS LTDA ME
CNPJ: 26.866.288/0001-75

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 4.957,00 (Quatro mil novecentos e cinquenta e sete reais)
VIGÊNCIA = INÍCIO: 10/04/2019 TÉRMINO: 10/04/2020

Nova Erechim, 10 de abril de 2019.
ELENI REMUS DAL VESCO
Prefeita Municipal, em exercício

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 18/2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação Nº 1981242

PROCESSO
Nº: 26/2019PREGÃO PRESENCIAL SRP
Nº: 18/2019

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 18/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68

CONTRATADA: CARLOS GIOVANI BIGUELINI
CNPJ: 09.083.373/0001-48

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 3.260,00 (Três mil e duzentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA = INÍCIO: 10/04/2019 TÉRMINO: 10/04/2020

Nova Erechim, 10 de abril de 2019.
ELENI REMUS DAL VESCO
Prefeita Municipal, em exercício

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

EXTRATO Nº. 24/2019 CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITOR DAS OFICINAS DE DANÇAS TRADICIONALISTAS GAUCHAS

Publicação Nº 1980300

PROCESSO
Nº: 25/2019

PREGÃO PRESENCIAL
Nº: 17/2019

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 24/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: EDUARDO ANTONIO DE MIRANDA GARCÊS
CNPJ: 22.012.923/0001-04

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITOR DAS OFICINAS DE DANÇAS TRADICIONALISTAS GAUCHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC.

VALOR: R\$ 10.140,00 (Dez mil cento e quarenta reais)
VIGÊNCIA = INÍCIO: 09/04/2019 TÉRMINO: 09/04/2020

Nova Erechim, 09 de abril de 2019.
ELENI REMUS DAL VESCO
Prefeita Municipal, em exercício

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 001/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019. DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1981649

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM
Rua São Pedro - 19 – Centro - Nova Erechim
Fone: (49) 3333-0010
E-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 001/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019.
Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Progressão por Mérito aos Servidores Públicos Municipais da Câmara de Vereadores de Nova Erechim e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 26 da Lei Complementar nº 126/2019, de 20 de Março de 2019 e demais leis.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a concessão da Progressão por Mérito, aos membros efetivos do Serviço Público Municipal do Legislativo de Nova Erechim.

Art. 2º Para efeitos de concessão da Progressão por Mérito, os Servidores Municipais deverão preencher os seguintes requisitos:

I – Pertencer ao Quadro Efetivo, cujo ingresso na carreira ocorreu mediante Concurso Público;

II – Ter cumprido Estágio Probatório;

III – Bom desempenho no exercício do cargo, com apresentação de certificados de cursos de aperfeiçoamento, de no mínimo 16 (dezesesseis) horas, dentro da área de atuação ou afim.

Art. 3º As inscrições serão realizadas mediante o preenchimento de ficha própria, acompanhada de comprovantes de certificados ou declarações de cursos de atualização e aperfeiçoamento na área de atuação ou formação profissional, no período de 09 a 30 de abril de cada ano, na Secretaria da Câmara.

Parágrafo Único – Somente serão aceitos os comprovantes de cursos não utilizados em progressões anteriores, realizados no período de 01/01 a 31/12 do ano anterior.

Art. 4º O benefício da Progressão por Mérito será concedido a partir do mês de Maio de cada ano, e, de no máximo uma Referência.

Art. 5º Fica prejudicada a Progressão por Mérito do Servidor Municipal, na seguinte situação:

I – Estiver em licença para tratar de assuntos particulares;

II – Somar duas penalidades de advertência;

III – Sofrer pena de suspensão disciplinar;

IV – Completar 03 (três) faltas injustificadas ao serviço;

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM

Rua São Pedro - 19 – Centro - Nova Erechim

Fone: (49) 3333-0010

E-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br

V – Somar 10 (dez) chegadas atrasadas ao serviço e/ou saídas antecipadas, sem autorização da chefia imediata.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 09 de Abril de 2019.

LUIZ CARLOS SILVANO

Presidente Câmara de Vereadores de Nova Erechim em Exercício

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO

FICHA DE INSCRIÇÃO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Local e data de nascimento:

Cargo:

Carga Horária:

II – ATENDE OS REQUISITOS PARA A PROGRESSÃO POR MÉRITO

2.1 – É efetivo por Concurso Público e já cumpriu o estágio probatório?

() sim () não

III – CERTIFICADOS OU DECLARAÇÕES APRESENTADOS

Nº	Nome do curso	Órgão Expedidor ou Entidade Promotora	Carga Horária	Data realização

A PROGRESSÃO POR MÉRITO FOI:

() Deferida

() Indeferida

Motivo:

Responsável:

Cargo ou Função: Presidente Data: ____/____/____

Assinatura

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2019

Publicação Nº 1980232

DECRETO Nº 069, de 08 de abril de 2019.

NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 266/2009 DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Técnica para Revisão do Plano Diretor, composta por 8 (oito) membros, entre titulares e suplentes, conforme previsão do art.40, do Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Lei Federal nº 10.048 e nº 10.098/2000, Lei Federal nº 12.587/2012, NBR 9050/2015, nº 13.146/2015, na forma da Lei Complementar nº 266/2009, a ser composta pelos seguintes membros:

a) Titular: Celso Mitsuyoshi Fujihara

Suplente: Vladimir dos Santos

b) Titular: Eduardo Fabris da Silva

Suplente: Varley O. Dalbosco

c) Titular: Fabiano Alex Berghahn

Suplente: Lucas Budkewitz

d) Titular: Christiano Celmer Balz

Suplente: Josiane Adler Salim

Art. 2º A Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor se extinguirá após a entrada em vigor da nova Lei do Plano Diretor, e ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho das Cidades.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de abril de 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, em 09 de abril de 2019.

RAFAEL VISENTAINER ADAMI

Secretário Municipal de Administração e Ministro-Substituto

DECRETO Nº 070/2019

Publicação Nº 1980287

DECRETO Nº 070, de 10 de abril de 2019

Proíbe a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica no percurso do Morro da Cruz, (Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro) na Quinta e Sexta Feira Santa e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento,

Considerando que a subida, a pé, do Morro da Cruz, no período pascal, trata-se de um evento religioso, onde a Paixão e Morte de Jesus Cristo é motivo de concentração, caminhadas, reflexões e orações e vem se constituindo autêntica tradição este evento; cumpre ao Poder Público Municipal envidar os esforços necessários para garantir a integridade física dos peregrinos e visitantes que fazem o percurso da subida do Morro da Cruz, tornando-se de interesse público a realização do evento e a manutenção da ordem e tranquilidade de todos e que o Poder de Polícia " faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da comunidade ou do próprio Estado" (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 27ª edição, p.127), usando da competência que lhe confere os incisos VIII e XXVII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam proibidos a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica, no trajeto compreendido entre o Posto de Combustíveis, localizado na esquina das Ruas Santo Inácio e José Erbs, até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro e, em todo o seu entorno e dependências, dia 18 de abril de 2019 (Quinta Feira Santa), no horário compreendido entre às 18h. desse dia, até às 9h. do dia 19 de abril de 2019, (Sexta Feira Santa).

Parágrafo Único – Fica proibido também a venda ambulante de bebida alcoólica e a presença de carros com som em alto volume, no trajeto da Rua Santo Inácio, iniciando na Ponte Governador Ivo Silveira, incluindo a Rua Nicolau Bado, até o Auto Posto Nova Trento (desativado), parcialmente a Rua dos Imigrantes, desde o CEIC – Centro de Encontros Imaculada Conceição, até o entroncamento com a Rua Duque de Caxias, incluindo as Ruas Cristóvão Gessele, Pe. Afonso Kurzo, José Erbs e entornos, até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, inclusive em toda a sua área.

Art. 2º - O evento contará com o auxílio e o reforço de efetivo da Polícia Militar, para assegurar nos horários determinados no artigo 1º e parágrafo único deste decreto, o seu cumprimento.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de abril de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios/SC, em 11 de abril de 2019.

Rafael Visentainer Adami

Secretário M. Administração e Finanças- Substituto

PORTARIA Nº 114/2019

Publicação Nº 1980295

PORTARIA Nº 114/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, ELIANA BATTISTI LACERDA, matrícula nº 7912, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, (Educação Especial - AEE – Atendimento Educacional Especializado) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 04 de fevereiro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de fevereiro de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 011/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELIANA BATTISTI LACERDA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral Alto Pitanga, sem nº, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 081.743.799-16 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, (Educação Especial - AEE – Atendimento Educacional Especializado) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 04 de fevereiro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente, e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 3.250,44 (três mil duzentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 04 de fevereiro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente, e por motivo de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 011/2019)

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de fevereiro de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Eliana Battisti Lacerda
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de fevereiro de 2019.

TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato Silvio Conhaqui Assistente Administrativo Assistente Administrativo CPF: 085.599.129-16 CPF: 799.691.359-53

PORTARIA Nº 294/2019 "C"

Publicação Nº 1980259

PORTARIA Nº 294/2019 "C"

Concede Licença Prêmio

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal AVANILDA APARECIDA TOMASI CATTANI, matrícula nº 1042, concursada no cargo de Professor, nível IV, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal Padre Josdê da Poian e Creche Municipal Ciranda

Cirandinha, Município de Nova Trento, pelo período de 06 (seis) meses, sendo 02 (dois) meses relativo ao período aquisitivo de 01/03/2001 a 01/03/2006, 02 (dois) meses, referente ao período aquisitivo de 02/03/2006 a 01/03/2011 e 02 (dois) meses de 02/03/2011 a 01/03/2016, para usufruto com efeitos no período de 01 de abril de 2019 até 01 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças, em exercício

RESULTADO LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019

Publicação Nº 1980620

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 040/2019, tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação parcelada de serviços de conserto de Pneus, incluindo montagem e desmontagem, para veículos leves e veículos pesados de uso da Prefeitura de Nova Trento, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital, teve sua sessão realizada em 09/04/2019, com abertura iniciada e encerrada às 11:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 09 de abril de 2019.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 041/2019

Publicação N° 1980472

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2019 - PR
CNPJ: 08.858.200/0001-91 RUA NEREU RAMOS, 164 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 55/2019 Processo de Licitação: 55/2019 Data do Processo: 07/03/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2019
b) Licitação Nr.: 41/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/04/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ESTANTE EM MDF, PARA A FARMÁCIA E SALA DE MEDICAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO, CONFORME CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	-------------	----------------	---------------

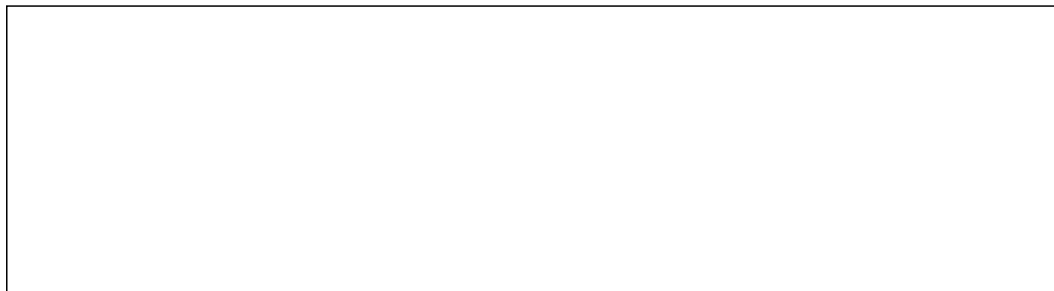
(em Reais R\$)

LOTE: 1**SLA COMERCIAL LTDA (11029)**

1	MÓVEL EM MDF - Marca: SLA COMERCIAL	Unid.	1,00	0,0000	2.399,3804	2.399,38
2	MÓVEL EM MDF - Marca: SLA COMERCIAL	Unid.	1,00	0,0000	2.532,0095	2.532,01
3	MÓVEL EM MDF - Marca: SLA COMERCIAL	Unid.	1,00	0,0000	861,7717	861,77
4	MÓVEL EM MDF - Marca: SLA COMERCIAL	Unid.	1,00	0,0000	723,4313	723,43
5	MÓVEL EM MDF - Marca: SLA COMERCIAL	Unid.	1,00	0,0000	2.682,4071	2.682,41
Total do Fornecedor:						9.199,00
Total Geral:						9.199,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (55) Saldo: 1.749.299,68



Nova Veneza

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO I AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019

Publicação Nº 1980577

I RETIFICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, sendo representado neste ato pelo Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, a retificação do edital de licitação n.º 71/2019 cujo objeto é Aquisição de combustíveis para a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Fica acrescido ao item "12 - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA" o subitem:

12.1.5 - Os serviços de entrega, mão-de-obra para abastecimento, equipamentos e afins correrão ao encargo do contratado.

Desse modo, fica adiada a abertura da licitação para a data 15/04/2019 às 10:00h.

Ficam mantidos os demais termos do edital.

Esta errata integra o edital respectivo, para todos os efeitos legais, sendo publicado no site oficial, bem como no Mural Público deste Município.

Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos diariamente, no Departamento de Licitações e Compras deste Município, localizado a Travessa Osvaldo Búrigo, nº 44, no horário das 8:00 às 12:00 horas, ou pelo fone: (048) 3471-1759.

Nova Veneza/SC, 10 de abril de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.540 DE 10 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1981614

DECRETO Nº 2.540, de 10 de abril de 2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito do Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 41- I, 42 e 43 – III, da Lei Federal nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal Nº 584 de 08 de novembro de 2018.

Considerando:

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 1.000.00 (um mil reais) relativos a recursos ordinários assim consignados:

30.00 – SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.02 – IPAM-INSTIT.DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Atividade 2.008 – Manutenção do IPAM

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.02.0075 Aplicações Diretas R\$ 1.000.00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 1.000.00 (um mil reais)

30.00 – SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.02 – IPAM-INSTIT.DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Atividade 2.008 – Manutenção do IPAM

Elemento de Despesa – 3.1.90-00.02.0075 Aplicações Diretas R\$ 1.000.00

TOTAL R\$ 1.000.00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 10 de Abril de 2019

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se AIMAR FRANCISCO PAVELECINI

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 011/2018

Publicação Nº 1980494

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 011/2018

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA 05.04.2019

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE: FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS, LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PESSOAS CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA E KIT GESTANTE PARA DISTRIBUIÇÃO AO GRUPO

DE GESTANTES, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATADO: RITA DE LOURDE CAÇOL

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.078,40 (um mil setenta e oito reais e quarenta centavos).

DATA: 05.04.2019 - ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO – Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019

Publicação Nº 1980487

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2019

Número do Registro de Preços: 4/2019 Data do Registro: 10/04/2019 Válido até: 10/04/2020

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES, VISANDO A CONTINUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Doses de sêmen de um touro da raça holandesa preto e branco com as seguintes características mínimas: Tpi maior ou igual a 2400 Leite maior ou igual a 1300 lbs Gordura em porcentagem maior ou igual a 0.10% Proteína em porcentagem maior ou igual a 0.00% Facilidade de parto menor ou igual a 8 Score de células somáticas menor ou igual a 2.90 Vida produtiva maior ou igual a 4 Confiabilidade para produção maior ou igual a 90% Prova do touro a partir de dezembro de 2018, na base americana ou "Interbull" (2235674)	UN	PROGENETICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (3852)	INPUT	0	12.8000	1
2	Doses de sêmen de um touro da raça holandesa vermelho e branco, com as seguintes características mínimas: PTA, leite maior ou igual a 2450 PTA, leite maior ou igual a 1000 libras Porcentagem de proteína maior ou igual a 0.05% Porcentagem de gordura maior ou igual a 0.05% Composto de úbere maior ou igual a 1.85 Tipo maior ou igual a 1.4 Facilidade de parto menor ou igual a 6.5 Vida produtiva maior ou igual a 5 Células somáticas menor ou igual a 2.75 Prova do touro a partir de dezembro de 2018, na base americana ou "Interbull" (2235675)	UN	LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA (3853)	HOTSHOT 011	0	13.5000	2
3	Doses de sêmen de um touro da Raça Jersey com as seguintes características mínimas: PTI maior ou igual a 100 Leite maior ou igual a 1500 lbs Composto de úbere maior ou igual a 15 Tipo maior ou igual a 1 Vida produtiva maior ou igual a 1 Score de células somáticas menor ou igual a 2.95 Confiabilidade para produção maior ou igual a 90% Prova do touro na base americana ou Interbull não inferior a Dezembro/2018. (2235676)	UN	FABIO JOSE RECKZIEGEL (3644)	SEMEX -ARCI	0	20.8000	1
4	Doses de sêmen de um touro da raça Red Angus, com as seguintes características mínimas: DEP Ganho de peso a desmama (GND) maior ou igual a 2 kg DEP Ganho de peso ao sobreamo (GNS) maior ou igual a 7 kg DEP área de olho do lombo (AOL) maior ou igual a 1 kg Marmoreio maior ou igual a 2 Maciez maior ou igual 10% (2235677)	UN	LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA (3853)	CHIVAS AR17	0	9.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2019

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 4/2019		Data do Registro: 10/04/2019		Válido até: 10/04/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES, VISANDO A CONTINUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Doses de sêmen de um touro da raça Gir leiteiro, com as seguintes características mínimas; Comprimento corporal maior ou igual a 150 cm Perímetro torácico maior ou igual a 200 cm Altura posterior maior ou igual a 140 cm Altura anterior maior ou igual a 140 cm Pai provado pela ABCGIL com PTA leite maior ou igual a 500 kg (2235678)	UN	PROGENETICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (3852)	DENIS	0	9,9000	2
			PROGENETICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (3852)	STEVE JOBS	0	12,0000	1
6	Bainha Universal para IA, pct com 50 Unidades. (2280)	PCT	LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA (3853)	CAMPESTRE	0	13,0000	2
			LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA (3853)	BOVIGAME	0	17,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2019

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 4/2019		Data do Registro: 10/04/2019		Válido até: 10/04/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES, VISANDO A CONTINUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROGENETICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	(3852)	MINI TUB	17,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2019

Número do Registro de Preços: 4/2019		Data do Registro: 10/04/2019		Válido até: 10/04/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES, VISANDO A CONTINUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE -SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2019
PROCESSO Nº 14/2019

- (3644) - FABIO JOSE RECKZIEGEL
- (3852) - PROGENETICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
- (3853) - LETICIA MARIA PALHARIM AGROPECUARIA

Novo Horizonte, 10 de Abril de 2019.

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

Publicação Nº 1980330

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 002/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
TAYSE CRISTINA CAMILO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	40 h

Orleans, 10 de abril de 2019.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PROCESSO Nº 69/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1981193

PROCESSO Nº 69/2019
TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 13/2019

Tipo: Menor Preço Global por Item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES ASFÁLTICAS DE UM TRECHO DAS RUAS FRANCISCO BAD-ZIAKI E AVENIDA BEIRA RIO, SITO BAIRROS BARRO VERMELHO E RIO BELO RESPECTIVAMENTE, CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 29/04/2019 às 17h00min.

Abertura dos Envelopes dia: 30/04/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 10 de Abril de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Otacílio Costa**PREFEITURA****001/2019/DMT**

Publicação Nº 1981009

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 001/2019
Notificado: Douglas Henrique Felisbino
Auto n.: P03CP001E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. DOUGLAS HENRIQUE FELISBINO, inscrito no CPF/MF sob o n. 044.545.269-23, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Usar no veículo equip c/som em volume/freq não autorizado, cometida na Avenida Olinkraft Frente ao n2938, Otacílio Costa, no dia 25/11/2018 às 09:43, na condução do veículo GM/ Celta 2P Spirit, placa MDT8985, com fundamento no Art. 228 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019.
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 002/2019/DMT

Publicação Nº 1981011

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 002/2019
Notificado: Cleiton Da Luz Pessoa
Auto n.: P03CP001E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. CLEITON DA LUZ PESSOA, inscrito no CPF/MF sob o n.099.212.709-23, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Usar no veículo equip c/som em volume/freq não autorizado cometida na Avenida Olinkraft Frente Lojas Colombo, Otacílio Costa, no dia 08/07/2017 às 15:35, na condução do veículo GM/ Celta, placa MCB9708, com fundamento no Art. 228 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 003/2019/DMT

Publicação Nº 1981013

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 003/2019
Notificado: Maximiliano de Mello Falkemback
Auto n.: P03CP000RU

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. MAXIMILIANO DE MELLO FALKEMBACK, inscrito no CPF/MF sob o n. 003.111.350-80, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Usar no veículo equip c/som em volume/freq não autorizado cometida na Avenida Olinkraft, Otacílio Costa, no dia 15/07/2018 às 17:10, na condução do veículo Honda/Hr-V Touring, placa IYG3080, com fundamento no Art. 228 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a

partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 004/2019/DMT

Publicação Nº 1981014

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 004/2019
Notificado: Alessandro Pereira da Cruz
Auto n.: P03CP001E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. ALESSANDRO PEREIRA DA CRUZ, inscrito no CPF/MF sob o n.077.039.789-14, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Usar no veículo equip c/som em volume/freq não autorizado cometida na R Jose Simones, ao lado do Hospital Santa Clara, Otacílio Costa, no dia 15/03/2017 às 12:46, na condução do veículo GM/ Celta 2P Spirit, placa MDT8985, com fundamento no Art. 228 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 005/2019/DMT

Publicação Nº 1981016

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 005/2019
Notificado: Matheus Hebel Pereira
Auto n.: 54023269G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. MATHEUS HEBEL PEREIRA, inscrito no CPF/MF sob o n. 100.119.759-38, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Usar no veículo equip c/som em volume/freq não autorizado cometida na Avenida Olinkraft Frente Agropecuária Cambara Som Audível do Lado Exterior do Veic, Otacílio costa, no dia 15/04/2017 às 23:22, na condução do veículo VW/GOL 1000, placa CEZ4155, com fundamento no Art. 228 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 006/2019/DMT

Publicação Nº 1981017

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 006/2019
Notificado: Shirlei Correa Amaral
Auto n.: 54177671G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. SHIRLEI CORREA AMARAL, inscrito no CPF/MF sob o n. 038.626.019-27, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Usar no veículo equip c/som em volume/freq não autorizado cometida na Avenida Olinkraft Frente

2501, Pinheiros veic c/som alto audível do lado externo do veic, Otacílio costa, no dia 08/07/2017 às 22:00, na condução do veículoI/Re-noault Clio Cam 10H3P, placaMJK6248, com fundamento no Art. 228 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 007/2019/DMT

Publicação Nº 1981018

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 007/2019
Notificado: Luiz Carlos Xavier
Auto n.: P03CP00030

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. LUIZ CARLOS XAVIER inscrito no CPF/MF sob o n. 023.513.209-80, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Usar Buzina prolongada e sucessivamente a qualquer pretexto cometida na Avenida Olinkraft Frente ao n. 2938, Otacílio costa, no dia 10/09/2017 às 00:28, na condução do veículo I/Fiat Palio Attract 1.4, placaQHU5618, com fundamento no Art. 227 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 008/2019/DMT

Publicação Nº 1981020

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 008/2019
Notificado: Ademar Chaves
Auto n.: 54176566G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. ADEMAR CHAVES, inscrito no CPF/MF sob o n. 005.134.579-09, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Estacionar no passeio cometida n Avenida Olinkraft próximo a Loja Vale Tudo, Otacílio costa, no dia 09/06/2017 às 16:08 , na condução do veículo Fiat/Uno Mille Ep , placa CCR3084, com fundamento no Art.181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 009/2019/DMT

Publicação Nº 1981024

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 009/2019
Notificado: Juares Moraes Ortiz
Auto n.: P03CP001E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. JUALES MORAES ORTIZ, inscrito no CPF/MF sob o n.384.760.709-00, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Dirigir veic usando calçado que n se firme pes/compr pedais cometida na Rua Evaldo Costa Avila em frente ao n. 33, Otacílio costa, no dia 15/04/2017 às 11:22 , na condução do veículo GM/KADETT IPANEMA FLAIR placa EDD0055, com fundamento no Art. 252 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019

Anderson Amarante de Liz

Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 010/2019/DMT

Publicação Nº 1981026

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 010/2019

Notificado: Juares Moraes Ortiz

Auto n.: 54176348G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. JUALES MORAES ORTIZ, inscrito no CPF/MF sob o n.384.760.709-00, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de Dirigir veic usando calçado que n se firme pes/compr pedais, cometida na R Evaldo Costa Avila FT N 33, Otacílio Costa, no dia 15/04/2017 às 11:22 , na condução do veículo GM/KADETT IPANEMA FLAIR placa EDD0055, com fundamento no Art. 230 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 02 de abril de 2019

Anderson Amarante de Liz

Diretor de Trânsito

PREGÃO 012/2019

Publicação Nº 1981203

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 012/2019

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada no transporte de alunos para a cidade de São José do Cerrito-SC. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 29/04/2019 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 20/03/2019. Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

PREGÃO 016/2019

Publicação Nº 1981064

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 016/2019

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada na reforma da estrutura metálica da passarela, localizada na SC-114. (material e mão de obra). O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 25/04/2019 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 10/04/2019.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

ATAS RP 64-68

Publicação Nº 1981096

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0024/2019

PREGÃO PRESENCIAL n. 0018/2019

VALIDADE: Até 31/12/2019

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para a contratação de empresa para o fornecimento de câmaras e protetores de pneus e a contratação de empresa prestadora de serviço para recapagens e vulcanização de pneus, para a frota de veículos da administração municipal, para o exercício de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 064/2019

CONTRATADA: POGERE COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA – EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
22	Câmara de ar para pneu 750/16 - Bico longo/ferro	Kibon	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA - EPP	48	58,00	2.784,00
23	Câmara de ar para pneu 900 R20 - Bico longo/ferro.	Kibon	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA - EPP	10	85,00	850,00
24	Câmara de ar para pneu 275/80 R 22,5 - Bico longo/ferro	Kibon	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA - EPP	30	130,00	3.900,00
25	Câmara de ar para pneu 1000/20 - Bico longo/ferro	Kibon	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA - EPP	20	110,00	2.200,00
26	Câmara de ar para pneu 1400/24 - Bico longo/ferro	Kibon	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA - EPP	30	220,00	6.600,00
27	Protetor Pneu 750/16	Magão	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA - EPP	20	25,00	500,00
28	Protetor Pneu 920 R 20	Kibon	UN	POGERE COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA - EPP	20	32,00	640,00
17.474,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 065/2019

CONTRATADA: F. VACHILESKI & CIA LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
3	Recapagem Pneu 900x20 - 16 lonas borrachudo - Comum	VIPAL	UN	F. VACHILESKI & CIA LTDA	12	529,00	6.348,00
5	RECAPAGEM PNEU 1000X20 / BORRACHUDO - 16 LONAS (MISTO)	VIPAL	UN	F. VACHILESKI & CIA LTDA	48	587,00	28.176,00
9	RECAPAGEM PNEU 14 - 17,5 / 12 LONAS	VIPAL	UN	F. VACHILESKI & CIA LTDA	10	689,00	6.890,00
15	Recapagem Pneu 750 - R 16 12 liso	VIPAL	UN	F. VACHILESKI & CIA LTDA	6	334,00	2.004,00

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
20	Vulcanização Pneu 17.5x25	VIPAL	UN	F. VACHILESKI & CIA LTDA	10	384,00	3.840,00
47.258,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 066/2019
CONTRATADA: BORILLI PNEUS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
2	Recapagem Pneu 750x16 - 12 lonas - 18 mm - borra-chudo	VIPAL	UN	BORILLI PNEUS LTDA	40	331,00	13.240,00
6	Recapagem Pneu 1400X24 - 16 lonas	VIPAL	UN	BORILLI PNEUS LTDA	24	1.190,00	28.560,00
11	RECAPAGEM PNEU 12.4 - 24 / 6 LONAS	VIPAL	UN	BORILLI PNEUS LTDA	12	780,00	9.360,00
14	RECAPAGEM PNEU 18.4 - 34 / 10 LONAS	VIPAL	UN	BORILLI PNEUS LTDA	8	1.750,00	14.000,00
17	Vulcanização Pneu 1400x24	VIPAL	UN	BORILLI PNEUS LTDA	30	295,00	8.850,00
18	Vulcanização Pneu 18.4x34	VIPAL	UN	BORILLI PNEUS LTDA	5	395,00	1.975,00
75.985,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 067/2019
CONTRATADA: GRANDO PNEUS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
4	RECAPAGEM PNEU 275X80 - R 22.5 / BORRA-CHUDO - 16 LONAS (MISTO)	RUZI	UN	GRANDO PNEUS LTDA	40	589,00	23.560,00
7	RECAPAGEM PNEU 17.5 - 25 / 10 LONAS	RUZI	UN	GRANDO PNEUS LTDA	10	1.486,00	14.860,00
8	RECAPAGEM PNEU 19 5L - 24 / 10 LONAS	RUZI	UN	GRANDO PNEUS LTDA	6	1.485,00	8.910,00
13	RECAPAGEM PNEU 14.9 - 24 / 6 LONAS	RUZI	UN	GRANDO PNEUS LTDA	8	980,00	7.840,00
21	Vulcanização Pneu 14.9x24	RUZI	UN	GRANDO PNEUS LTDA	15	239,00	3.585,00
58.755,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 068/2019
CONTRATADA: IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
1	Recapagem Pneu 900x20 - 14 lonas - 18 mm - borra-chudo	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	30	538,00	16.140,00
10	RECAPAGEM PNEU 23.1 - 26	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	4	2.780,00	11.120,00
12	RECAPAGEM PNEU 18.4 - 30 / 10 LONAS	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	12	1.765,00	21.180,00
16	Recapagem Pneu 750 - R 16 - 22 borrachudo	DREBOR	UN	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI	10	294,00	2.940,00

19	Vulcanização Pneu 18.4x30	DREBOR	UN	IVANETE CAR- RARO CASARIL EIRELI	5	380,00	1.900,00
53.280,00							

CONTRATO N. 034/2019

Publicação Nº 1981126

Processo Licitatório n. 0023/2019

Pregão Presencial n. 0017/2019

CONTRATO n. 034/2019

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: SAVANA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Objeto: Aquisição de um caminhão com caçamba basculante, destinado à Secretaria Municipal de Transportes.

Vigência: A vigência do contrato se dará a partir da sua assinatura até o final do prazo de garantia, que será de um ano a partir da emissão da Nota Fiscal.

Valor total: R\$ 326.000,00 (trezentos e vinte e seis mil reais).

Data de assinatura: 04/04/2019.

DECRETO Nº 573

Publicação Nº 1980486

DECRETO Nº 573, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Artigo único. É declarado luto oficial em todo o território do Município de Ouro, por três dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. NADIR ZANINI, ex-Vice-Prefeito do Município.

Ouro, 10 de abril de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº 50

Publicação Nº 1980479

LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Aumenta o número de vagas do cargo de Psicólogo do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica aumentado em 2 (duas) vagas o cargo de Psicólogo - 40 horas, código 129, nível ATS-02, passando de 2 (duas) para 4 (quatro) vagas.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Ouro, 10 de abril de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3215

Publicação Nº 1980488

DECRETO N.º 3215/2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0164, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.051/2018.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica aberto crédito Suplementar no valor de R\$ 49,71 (quarenta e nove reais e setenta e um centavos) apurado pelo Superávit do Exercício Anterior, para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
Unidade Orçam.	4001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
Função	27	Desporto e Lazer	
Subfunção	812	Desporto Comunitário	
Programa	2701	Esporte é Vida	
Ação	2.30	Manutenção do Desporto Comunitário	
Fonte	0364	Transf. de Convênios – Estado Outros - Superávit	
Valor	R\$	49,71	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa	
Total	R\$	49,71	

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculado ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de Abril de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3216

Publicação Nº 1980490

DECRETO N.º 3216/2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0100, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.051/2018.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica aberto crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) apurado pelo Superávit do Exercício Anterior, para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	21000	SECRETARIA/COORD. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Unidade Orçam.	21001	SECRETARIA/COORD. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	

Função	8	Assistência Social	
Subfunção	244	Assistência Comunitária	
Programa	804	Assistência Comunitária em Geral	
Ação	2.68	Manutenção do Conselho Tutelar	
Fonte	0300	Recurso Ordinário – Superávit	
Valor	R\$	10.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa - 173	
Total	R\$	10.000,00	

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculado ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de Abril de 2019.
AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3217

Publicação Nº 1980493

DECRETO N.º 3217/2019

“NOMEIA FUNCIONARIO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005, 023/2005 e 073/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. HENRY ANTONIO PONTES RIBAS, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil 20:00 hs., enquadrado no anexo III, da Lei Complementar n.º 023/2005, nível 561.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 10 de abril de 2019.
AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE 006/2019

Publicação Nº 1980939

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OURO VERDE
PROCESSO LICITATÓRIO 028/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 006/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A APRESENTAÇÕES DE SHOW COM CAMPEIROS DE CRISTO, PARA A II FESTA DO FEIJÃO E DO AGRONEGÓCIO DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 10 de abril de 2019. Amélio Remor Junior Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PG 60-2019 BOTA TÁTICA

Publicação Nº 1981068

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 60 -2019, no dia 07 de maio de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 60 - 2019 tem como objeto a aquisição de Bota Tática para uso dos Agentes de Trânsito de Palhoça - SC, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 10 de abril de 2019. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

EDITAL Nº 001/2019 / CMDCA PALHOÇA

Publicação Nº 1981283

Edital Nº 001/2019 / CMDCA PALHOÇA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 8.069/90, Lei Municipal nº 209/2015 e Resolução CONANDA nº 170/2014, torna público o Processo de escolha unificada para membros dos Conselhos Tutelares de Palhoça para o quadriênio 2020-2023, de acordo com as normas estabelecidas neste edital.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA

1.1 O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela Lei Municipal nº 209, de 02 de dezembro de 2015 e Resolução CONANDA nº 170, de 10 de dezembro de 2014, sendo realizado sob a responsabilidade deste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

1.2 Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município de Palhoça, em data de 06 de outubro de 2019.

1.3 Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2023 torna público o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo cada Conselho Tutelar composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

2.2 Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único, 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 209/2015;

3. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

3.1 Os dois Conselhos Tutelares do Município de Palhoça serão compostos de 5 (cinco) membros titulares cada, escolhidos pela comunidade local.

3.2 Os dez candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

3.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.3.1 Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I - vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo;

II - férias regulares;

III - licenças temporárias a que fazem jus os titulares, desde que excedam 30 dias.

3.3.2 O membro suplente apenas será nomeado quando o titular estiver em gozo ou fruição de alguma das hipóteses previstas no item 3.3.1.

3.4 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva (ANEXO II) e, conforme Lei Municipal nº 209, de 02 de dezembro de 2015 é assegurado o direito a:

I – vencimento de R\$ 2.420,92 (dois mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e dois centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II- cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina;

VII- auxílio alimentação.

3.4.1 A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais.

3.5 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

3.5.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

3.6 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

3.7 A função de Conselheiro Tutelar não estabelecerá vínculo empregatício de qualquer natureza com a Prefeitura Municipal.

3.8 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 08 às 18 horas, e nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso, para os casos emergenciais;

3.9 Somente poderão concorrer à vaga de conselheiro tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura e apresentarem, no ato de sua inscrição, os documentos exigidos neste edital.

4. DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA

4.1 São requisitos mínimos para candidatar-se e exercer as funções de Conselheiro Tutelar:

a) Reconhecida idoneidade moral;

b) Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

c) Residir no município de Palhoça há mais de 2 (dois) anos;

d) Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso superior em: Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, bacharel em direito ou outras áreas afins;

e) Estar em pleno gozo de saúde física e mental para o exercício de Conselheiro Tutelar, aprovado por médico;

f) Participar de curso prévio promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente e legislação sobre a infância e juventude, devendo ser aprovado em avaliação posterior, a qual deverá obter como nota mínima 7,0 (sete);

g) Ser aprovado em exame psicotécnico, que ateste aptidão para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar;

h) Experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

h.1) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

h.2) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

h.3) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente.

i) Aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, formulada por Comissão a ser designada pelo CMDCA;

j) Ao candidatar-se ao cargo de Conselheiro Tutelar, o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá simultaneamente pedir seu afastamento deste Conselho.

4.2 Para a efetiva análise do requisito previsto no subitem “c” anterior, os candidatos deverão apresentar comprovação de residência dos 02 (dois) últimos anos ou Contrato de Locação.

5. DOS IMPEDIMENTOS

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 19, da lei 209/2015;

5.1.1 Estende-se o impedimento do conselheiro, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca, no Estado de Santa Catarina;

5.2 O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

5.3 No ato da inscrição, não poderão estar vinculados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6. DOS RECURSOS

6.1 Será admitido recurso quanto:

a) ao indeferimento da inscrição do candidato;

b) impugnação da candidatura;

c) ao resultado da prova de conhecimento;

d) à eleição dos candidatos;

e) ao resultado final.

6.2 O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, resultado da prova, eleição dos candidatos e publicação do resultado final).

6.2.1 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

6.2.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou finais de semana.

6.3 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 6.1 deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

6.4 Os recursos deverão ser entregues na sede do CMDCA, localizada na Rua Padre João Batista Réus, s/nº- Caminho Novo- 88132.300, Palhoça/SC.

6.5 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

6.6 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

6.7 Os candidatos deverão enviar recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia). Os recursos deverão ser digitados.

6.8 Quanto ao recurso referente ao item 6.1, C deve-se observar: Cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo a seguir:

Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Palhoça

Candidato: _____

Nº. do Documento de Identidade: _____

Nº. de Inscrição: _____

Nº. da Questão da prova: ____ (apenas para recursos sobre o item 6.1 "c")

Fundamentação: _____

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

6.9 Cabe à Comissão Especial Eleitoral decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 2 (dois) dias.

6.9.1 O prazo será computado excluindo o dia do recebimento do recurso e incluindo o dia do vencimento.

6.9.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou finais de semana.

6.10 Da decisão da Comissão caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamentação, em igual prazo.

6.11 O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independente de formulação de recurso.

6.12 O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

6.13 Na ocorrência do disposto nos itens 6.9 e 6.10 poderá haver, eventualmente, alteração de classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

6.14 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação no site <https://cmdcapalhoca.wordpress.com/> e na sede do CMDCA.

7. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

7.1 A Comissão Especial Eleitoral constituída pela Resolução CMDCA nº01/2019 é composta pelos seguintes membros titulares:

I- Aline Janaina Moraes Gonçalves, representante da Associação João Paulo II e membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II- Caio Vinicius Soares Dorigoni, representante da Fundação Municipal de Esporte e Cultura e membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III- Francis Paula dos Santos Ribeiro Demori, representante do Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE e membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV- Vanessa Fabiane Aparecida da Cruz Landgraf, representante da Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social-AEBAS e membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.2 Competem à Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar avaliação e apuração dos candidatos considerados habilitados, conforme os termos deste Edital.

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;

IX - resolver os casos omissos.

8. DAS INSCRIÇÕES

8.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

8.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar.

8.3 As inscrições ficarão abertas no período de 15/04/2019 a 24/05/2019, em dias úteis, no horário das 14h às 18h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sito a Rua Padre João Batista Réus, s/nº- Caminho Novo- 88132.300, Palhoça/SC.

8.4 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

8.5 As candidaturas serão registradas individualmente de acordo com a ordem de inscrição.

8.6 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar ficha de inscrição (Anexo I) devidamente preenchida e assinada e Foto 3x4, para registro da candidatura, além dos documentos comprobatórios a seguir:

a) Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Federal (www.jfsc.gov.br); Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual (solicitada no fórum da comarca) e Certidão negativa de crimes eleitorais – Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);

b) Um dos seguintes documentos de identidade: Registro Geral de Identidade; Carteira de Identidade Militar; Carteira Nacional de Habilitação (com foto); Carteira de Identidade Profissional emitida pelo órgão competente; Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) CPF;

d) Título de Eleitor e Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);

e) Comprovante de Residência dos últimos dois anos ou Contrato de Locação;

e.1) No caso em que o comprovante de residência não estiver no nome do inscrito, será necessário anexar ao comprovante uma declaração de residência registrada em cartório;

- f) Cópia do diploma ou certificado de conclusão de Ensino Superior, conforme item 4.1.4;
- g) Publicação do ato de desligamento de Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para comprovação do disposto no 4.1, "j" deste Edital;
- h) Cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa Militar, em caso do candidato ser do sexo masculino;
- i) Declaração de tempo exercido no cargo de Conselheiro Tutelar (solicitar junto ao RH da Prefeitura de Palhoça), em caso do candidato ser Conselheiro Tutelar Titular da gestão atual 2016/2019;
- j) Atestado de sanidade física e mental, aprovado por médico.
- k) Atestado de aptidão psicológica, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar.
- l) Documentos comprobatórios do disposto no item 4.1, "h".

m) O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

n) Na hipótese de inscrição por procuração deverá ser apresentado, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

8.6.1 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

8.7 A inscrição será gratuita.

8.8 São de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

8.9 A relação nominal dos candidatos, deferidos e indeferidos será publicada no dia 31/05/2019 no site do CMDCA e afixada no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal.

9. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

9.1 Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada, com indicação dos elementos probatórios e entregue no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça.

9.2 Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo de 02 (dois) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 02 (dois) dias para apresentar sua defesa, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça.

9.3 A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado.

9.4 A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação.

9.5 Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data unificada.

9.6 As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital.

9.6.1 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior.

9.7 Esgotadas a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público.

10. DA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO

10.1 A prova de conhecimento versará sobre a Lei Federal nº 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atualizada pela Lei 12.696/12.

10.2 A prova constará de 40 questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas para cada questão, sendo somente uma a correta, valendo 2 (dois) pontos cada questão, perfazendo o total de 80 (oitenta) pontos, e de uma prova discursiva versando sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, valendo o total de 20 (vinte) pontos.

10.3 É atribuída aos candidatos a responsabilidade pelo conhecimento do respectivo local e horário de realização das provas, por meio do site do CMDCA ou Diário Oficial de Palhoça.

10.4 Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas, a Comissão Especial Eleitoral publicará as alterações no site do CMDCA, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

10.5 Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para o seu início, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

10.6 No momento da prova não serão permitidas consultas a qualquer material físico ou digital.

10.7 Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as provas.

10.8 Será excluído do processo de escolha, o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato e/ou consultando qualquer outro tipo de material.

10.9 Será automaticamente excluído do processo de escolha, o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

10.10 O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.

10.11 A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Especial Eleitoral. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

10.12 Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante.

10.13 O gabarito será divulgado pela Comissão Especial Eleitoral em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, no site do

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA e afixado no mural da Prefeitura Municipal.

10.14 Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo a nota 7,0 com resultado da soma das duas provas.

10.15 A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Município, site do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e afixada no mural da Prefeitura Municipal.

11. DA ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS

11.1 DA CANDIDATURA

11.1.1 A candidatura é individual e sem vinculações a partido político, grupo religioso ou econômico.

11.1.2 É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

11.2 DA VOTAÇÃO

11.2.1 A votação ocorrerá no dia 06/10/2019, em local e horário definidos por edital, a ser divulgado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no mural da Prefeitura Municipal e site do CMDCA.

11.2.2 Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezoito anos inscritos como eleitores no município de Palhoça;

11.2.3 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável;

11.2.4 Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade;

11.2.5 Cada eleitor deverá votar em apenas 01 candidato;

11.2.6 Não será permitido o voto por procuração.

11.3 DA CAMPANHA ELEITORAL

11.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

11.3.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato e/ou através de curriculum vitae.

11.3.3 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo a igualdade de condições a todos os candidatos.

11.4 DAS PROIBIÇÕES

11.4.1 Não será permitido confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário, ou fornecimento de brindes.

11.4.2 Não será permitido propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa;

11.4.3 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

11.4.3.1 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

11.4.3.2 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

11.4.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes.

11.4.4 É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição.

11.4.5 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, do Município de Palhoça realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

11.4.6 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares.

11.4.7 É vedado fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

11.4.8 No dia da eleição não será permitido propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

11.5 DAS PENALIDADES

11.5.1 O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Especial Eleitoral.

11.5.2 As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Eleitoral e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 2 (dois) dias do fato.

11.5.2.1 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.

11.5.2.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

11.5.3 Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato, o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda;

11.5.4 A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Especial Eleitoral que, entendendo-a irregular, determinará imediata suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

11.5.5 O candidato envolvido e o denunciante serão notificado das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.5.5.1 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

11.6 DA CÉDULA

11.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

11.6.2 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

11.6.3 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

11.6.4 Na cabine de votação constarão relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

11.7 DAS MESAS RECEPTORAS

11.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

11.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

11.7.3 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

11.7.4 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

11.7.5 Na falta do Presidente assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

11.7.6 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à Comissão Especial Eleitoral.

11.7.7 Competem aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

a) Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Especial Eleitoral;

b) Registrar na ata as impugnações dos votos;

11.7.8 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

11.7.9 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

a) Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

b) O cônjuge ou o companheiro do candidato;

c) As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

11.8 DA APURAÇÃO

11.8.1 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

11.8.2 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença da Comissão Especial Eleitoral e sugestão de presença do representante do Ministério Público.

11.8.3 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

11.8.4 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Especial Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

11.8.5 Os dez candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiro Tutelar.

11.8.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

11.8.7 Na hipótese de empate na votação será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

a) apresentar melhor desempenho na prova de conhecimento;

b) apresentar maior tempo de atuação na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição;

c) residir a mais tempo no município;

d) tiver maior idade.

11.8.8 Em hipótese de utilização de urna eletrônica fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a apuração dar-se-á conforme normas deste órgão.

12. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

12.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07/10/2019, no site do CMDCA e em de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

12.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Coordenador Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.3 A posse dos dez primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2020.

12.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 15 (quinze) pretendentes, devidamente habilitados.

13.1.1 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 15 (quinze), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

13.1.2 Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

13.3 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

13.4 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.5 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.6 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.7 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 10 de abril de 2019.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PALHOÇA
CRONOGRAMA *Datas, excepcionalmente, passíveis de alteração.

Providência	Prazo*
Publicação do Edital	11/04/2019
Período de Inscrições	15/04 a 24/05/2019
Publicação da relação dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas, pela Comissão Especial Eleitoral-CEE.	31/05/2019
Interposições de recursos ao candidato inabilitado, na sede do CMDCA.	03/06 e 04/06/2019
Publicação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.	07/06/2019
Prazo ao candidato indeferido proceder com a interposição de recursos junto ao CMDCA.	10/06 e 11/06/2019
Publicação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.	14/06/2019
Prazo para impugnação das candidaturas junto a Comissão Especial Eleitoral-CEE, pela população geral.	17/06 e 18/06/2019
Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral-CEE.	24/06/2019
Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.	25/06 e 26/06/2019
Publicação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.	1º/07/2019
Prazo aos candidatos impugnados, para interposição de recurso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA.	02/07 à 05/07/2019
Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova	09/07/2019
Publicação da data e horário da Capacitação e Aplicação da Prova no site do CMDCA	Até dia 10/07/2019
Publicação do resultado	12/08/2019
Apresentação dos recursos	13/08 e 14/08/2019
Publicação definitiva dos candidatos aptos à eleição.	19/08/2019
Divulgação dos locais e votação	05/09/2019
Eleição	06/10/2019
Publicação da apuração	07/10/2019
Prazo para impugnação do resultado da eleição	08/10/2019 e 09/10/2019
Publicação do Resultado final do Pleito Eleitoral.	14/10/2019

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR 2020-2023

Nome _____

D.N.: ____/____/____ Naturalidade: _____

Endereço _____ FOTO

Bairro _____ Cidade: _____
Telefone: () _____ E-mail: _____
Portador de deficiência? () Não () Sim. Caso positivo, qual? _____
DOCUMENTAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO
Carteira Profissional N.º _____ Série _____ RG _____
CPF N.º _____ Carteira de Reservista _____
Título de Eleitor _____ Zona _____ Seção _____

ESCOLARIDADE

Curso Superior : _____
PALHOÇA, ____ DE _____ DE 2019.

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME DO CANDIDATO: _____

DATA DA INSCRIÇÃO: _____

RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO: _____

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE**

Eu, _____, DECLARO que, nos termos da Lei Municipal nº 209/2015, terei dedicação exclusiva no exercício da função de conselheiro tutelar e não exerço qualquer outra atividade pública; Estou ciente da minha responsabilidade pela informação acima prestada e das consequências civil e penal dela decorrentes.

Palhoça/SC, ____ de ____ de 2019.

Assinatura

ERRATA 01 PREGAO PRESENCIAL RP 54/2019

Publicação Nº 1980846

ERRATA Nº 001/2019

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 54/2019

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO PRESENCIAL RP nº 54/2019, nas especificações do Termo de Referência Anexo 01, que tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de materiais de limpeza e higiene, através do Sistema de Registro de Preços, para utilização de toda esta Prefeitura, Fundos e Autarquias do município de Palhoça. Desta forma o mesmo fica apazado para o dia 29/04/2019 às 08:30 hs para entrega dos envelopes e sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site palhoça.atende.net.

Palhoça, 10 de abril de 2019.

Sandra Pereira de Abreu Oliveira
Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL 059/2019

Publicação Nº 1981083

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº059/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 059/2019, no dia 30 de abril de 2019, às 09h00min, na Sala de reuniões da Comissão de Licitação, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 059/2019 tem como objeto a aquisição de material esportivo para uso da

Fundação do Esporte e Cultura, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 10 de abril de 2019. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

RESULTADO FINAL TP Nº 35/2019

Publicação Nº 1980999

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO FINAL
TOMADA DE PREÇO
Nº 35/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da habilitação e proposta apresentada para o Processo Licitatório nº 35/2019, na modalidade Tomada de Preços, que consiste na contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de recuperação asfáltica de pequenas dimensões (tapa buraco), em vias urbanas do município de Palhoça – SC, pelo período de um ano, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO:

GREENPAV ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP foi declarada vencedora, com o valor de R\$ 401.200,00 (quatrocentos e um mil e duzentos reais).

Palhoça, 10 de abril de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CARTA CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015

Publicação Nº 1980407

CARTA DE CONVOCAÇÃO E POSSE
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, através do seu Presidente EDEMIR NIEHUES, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno desta Casa,

Considerando a homologação do resultado do concurso de nº 01/2015 para provimento de vagas do quadro de pessoal dessa Casa, de acordo com a legislação pertinente e as normas previstas no Edital e Anexos, CONVOCA a candidata GÉSSICA DA SILVA, para nomeação do cargo efetivo de ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE JORNALISTA observando as seguintes condições:

I – DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO INTERESSE DA VAGA:

O Candidato convocado deverá comparecer até o dia 10 de maio de 2019, das 13h às 19h, na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani, para entrega dos seguintes documentos:

- Carteira de Identidade;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;
- Atestado Médico de sanidade física e mental necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo. O exame médico será realizado por médico indicado pela Câmara Municipal de Palhoça/SC, que poderá se julgar necessário, solicitar ao candidato exames complementares para verificar se o candidato está apto para o exercício do cargo;
- Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, devidamente registrado no órgão competente;
- Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Ressalta-se que, se o candidato for ocupante de cargo público inacumulável, deverá apresentar o comprovante do pedido de exoneração desse cargo no ato da posse.
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
- 2 fotos 3x4, recentes.

Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticados dos documentos relacionados no item anterior.

O Candidato que se apresentar no dia designado, com toda a documentação solicitada tomará posse, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 96/2010, e iniciará suas atividades na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

Palhoça/SC, 10 de Abril de 2019.
Edemir Niehues
Presidente

PORTARIA Nº 030/2019

Publicação Nº 1980406

PORTARIA Nº 30 DE 08 DE ABRIL DE 2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

convocar:

Art. 1º - Em virtude da desistência expressa do Sr. HENRIQUE SANTOS DA SILVA, para nomeação do cargo efetivo de ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE JORNALISTA, conforme e-mail datado em 02/04/2019, fica determinada a convocação do 3ª colocada, Sra. GESSICA DA SILVA, a fim de que compareça a Sede deste Poder, a fim de que tome posse no cargo efetivo mencionado.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDEMIR NIEHUES
Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 - SRP 01/2019

Publicação Nº 1981430

SRP-SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS

AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO E ÁGUA SEM GÁS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

DATA DE ABERTURA: 30/04/2019.

HORÁRIO DA SESSÃO: 14H00MIN.

LOCAL: SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua: Joci José Martins, 101 – Loteamento Pagani – Palhoça – SC - Fone: (48) 3288-2512

JUSTIFICATIVA PELA EXCLUSIVIDADE

EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DOS ARTIGOS 3, 47 e 48 - I E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

Para regulamentar o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, fixado na Lei Complementar nº 123/2006, o Poder Executivo Federal editou o Decreto nº 6.204/2007, tornando obrigatório, no âmbito da administração pública federal, a adoção da destinação exclusiva das licitações à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A Lei Complementar nº 123/2006, ao dispor sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, introduziu a sistemática diferenciada no processo licitatório envolvendo essas espécies de empresas. Em seu artigo 47, prevê condições diferenciadas para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios:

“Art. 47. Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica”.

Assentada a legalidade na edição do Decreto nº 6.204/2007, é necessário ressaltar que o limite de oitenta mil reais não está restrito ao objeto total da licitação, mas a quantia correspondente à contratação pretendida no certame licitatório. Caso haja viabilidade técnica e econômica, qualquer contratação deve ser dividida em contratações menores, de forma a possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração. Tal medida está em consonância com o princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, uma vez que representa uma economia de recursos para a Administração, evitando a realização de múltiplos certames, restritos, cada um, a um objeto específico.

Palhoça, 10 de abril de 2019.

Cristiane Aparecida da Silva
Pregoeira

INDICE GERAL 01 - EDITAL

1.1 - Item 01	Do Objeto
1.2 - Item 02	Condições de Participação
1.3 - Item 03	Do Credenciamento, Da Declaração De Habilitação e Da Declaração Do Enquadramento Na Lei Complementar N° 123/2006.
1.4 - Item 04	Da Apresentação dos Envelopes
1.5 - Item 05	Do Envelope -Proposta de Preços□
1.6 - Item 06	Do Envelope -Documentos de Habilitação□
1.7 - Item 07	Impugnação de Edital
1.8 - Item 08	Da Sessão do Pregão
1.9 - Item 09	Dos Recursos
1.10 - Item 10	Do Critério de Julgamento
1.11 - Item 11	Dos Recursos Fin. e da Dotação Orçamentária
1.12 - Item 12	Das Obrigações
1.13 - Item 13	Da Homologação
1.14 - Item 14	Do contrato e das penalidades
1.15 - Item 15	Da Formalização da Ata de Registro de Preços
1.16 - Item 16	Assinatura da Ata de Registro de Preços
1.17 - Item 17	Validade do Termo de Ata de Registro de Preços
1.18 - Item 18	Da Variação dos Preços Registrados
1.19 - Item 19	Dos Preços
1.20 - Item 20	Da Autorização de Fornecimento e Amostras
1.21 - Item 21	Condições de recebimento do objeto da Ata de Registro de Preços
1.22 - Item 22	Do Pagamento
1.23 - Item 23	Cancelamento da Ata de Registro de Preços
1.24 - Item 24	Das Disposições Gerais

02 - ANEXOS

2.1 - Anexo I	Termo de Referência
2.2 - Anexo II	Carta de Credenciamento
2.3 - Anexo III	Modelo de Carta de Apresentação Documentação
2.4 - Anexo IV	Modelo de Declaração I
2.5 - Anexo V	Modelo de Declaração II (art. 7º, XXXIII CF).
2.6 - Anexo VI	Minuta da Ata de Registro de Preços
2.7 - Anexo VII	Minuta do Contrato
2.8 - Anexo VIII	Modelo de Proposta de Preços
2.9 - Anexo IX	Declaração Art 32, § 2 da Lei 8.666/93
2.10 - Anexo X	Declaração do Servidor Público

EDITAL SRP N° 001/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS DESTINADOS A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC PARA O ANO DE 2019.

PREÂMBULO.

REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2019.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2019.

TIPO JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 06/2019.

DATA DA REALIZAÇÃO: 30 DE ABRIL DE 2019.

HORÁRIO: ÀS 14H00MIN.

SOLICITAÇÃO: DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA CMP.

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, SITUADO NA RUA JOCI JOSÉ MARTINS, N.º 101, BAIRRO PASSA VINTE – PALHOÇA/SC – CEP 88132-901.

E-MAIL: licitacao@cmp.sc.gov.br

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar em sua sede, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal N.º 10.520, de 17 de Julho de 2002, Decreto N.º 1305/2017, Lei Complementar N.º 123, de 14 de Dezembro de 2006 e demais alterações, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal N.º 8.666, de 21 de Junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e pelas disposições deste Edital e seus Anexos, decorrentes do Processo Administrativo N.º 06/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E AGUA MINERAL SEM GÁS DESTINADOS A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, que atendam às condições, quantitativos, e especificações mínimas estabelecidas no ANEXO I deste Edital.

O credenciamento e os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão Presencial, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada, na sala da Comissão Permanente de Licitações desta Câmara Municipal, localizada na Rua Joci José Martins, n.º 101, iniciando-se no dia 30 de abril do ano de 2019 às 14h00min e conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

O Edital e seus respectivos anexos encontram-se afixados no mural da Câmara Municipal de Palhoça, no site da Câmara Municipal de Palhoça (<http://www.cmp.sc.gov.br/camara/conteudo/0/Licitacoes/1>), no DOC – Diário Oficial da Câmara Municipal de Palhoça (<http://www.cmp.sc.gov.br/doc/diariooficial/1>), no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e à disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, na Comissão Permanente de Licitações desta Câmara Municipal, no endereço acima citado.

I - DO OBJETO 1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço”, sob o regime de MENOR PREÇO POR ITEM, tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS, DESTINADOS A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, que atendam às condições, quantitativos, e especificações mínimas estabelecidas no ANEXO I deste Edital.

II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO – Conforme LC 147/2014 2.1. Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atendem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor individual - MEI.

2.2. A participação nesta licitação é restrita à Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 48, inciso I e II da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 1º do Decreto Estadual nº 4.846/2013;

2.3. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente aos serviços licitados deste certame, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

2.4. Não poderão participar desta licitação os interessados que se encontrarem sobre falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, bem como aqueles relacionados no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

2.4.1. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

2.5. Só serão aceitas cópias legíveis.

2.5.1. Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas;

2.5.2. O (a) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

III - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES) DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DO ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006. 3.1. A(s) empresa(s) participante(s) deverá(ao) se apresentar para credenciamento junto à (ao) Pregoeiro (a) com apenas um representante legal, o qual deverá estar munido da sua carteira de identidade (RG, CNH ou Carteira de Categoria Profissional), sendo o único admitido a intervir no procedimento licitatório no interesse da representada.

3.1.1. O credenciamento será efetuado com a entrega da seguinte documentação:

1. Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa:

a.1) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

a.2) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

a.3) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

2. Se representante legal:

b.1) Procuração (pública ou particular) da licitante, com poderes para que o procurador possa manifestar-se em seu nome em qualquer

fase deste Pregão, notadamente para formular proposta, lances verbais, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos, COM FIRMA RECONHECIDA; ou,

b.2) Documento equivalente (termo de credenciamento – modelo/Anexo II) da licitante, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, notadamente para a formular proposta, lances verbais, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos, COM FIRMA RECONHECIDA.

3. Se empresa individual, o registro comercial.

OBSERVAÇÕES:

- Se o reconhecimento de firma for em nome da pessoa física, o instrumento deve estar acompanhado do ato constitutivo da empresa (Estatuto/Contrato Social), que comprove a legitimidade do outorgante;
- Se o reconhecimento de firma for em nome da pessoa jurídica (empresa licitante), fica dispensada a apresentação do ato constitutivo, vez que o cartório já o terá examinado e verificado a legitimidade do signatário;
- O representante deverá, obrigatoriamente, apresentar o reconhecimento de firma em nome de pessoa física ou jurídica (empresa licitante) ATUALIZADO, pois, caso o outorgante não faça mais parte da sociedade, a empresa será inabilitada na fase de "Habilitação".
- Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a procuração (pública ou particular) ou o documento de credenciamento (Anexo II), a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste Pregão, sendo a empresa inabilitada na fase de "Habilitação".

3.2. O representante legal da licitante que não se credenciar perante a (o) Pregoeira (o) ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" ou "Documentação" relativa a este Pregão.

3.2.1. Nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço por item.

3.3. No momento do credenciamento deverão ser entregues à (ao) Pregoeira (o) os seguintes documentos FORA DOS ENVELOPES:

3.3.1. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo III;

3.3.2. Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP e também MEI a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO VALIDADA PELA JUNTA COMERCIAL;

3.3.3. O Microempreendedor Individual para participar deve estar em conformidade com a Lei Complementar 128/2008.

3.3.3.1. A apresentação da certidão/declaração referida no item anterior deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 128/2008;

3.3.3.2. A certidão/declaração deverá ter sido emitida neste exercício, ou seja, em 2019, sob pena de não aceitabilidade.

OBSERVAÇÃO – A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão/Declaração da Junta Comercial.

IV – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES 4.1. As Proponentes deverão entregar o envelope proposta e o de documentação, devidamente fechados de forma indevassável, contendo as páginas numeradas, com os dizeres na parte externa e frontal:

V- DO ENVELOPE n.º 01 – "PROPOSTAS DE PREÇOS" – ENVELOPE N.º 01

5.1. No(s) Envelope(s) "Proposta(s) de Preços" constarão à carta-proposta, contendo inclusive a indicação de apenas uma marca para cada produto cotado, bem como, o prazo de entrega de acordo com o Termo de Referência parte integrante desse procedimento, a qual deverá ainda:

5.1.1. Ser redigida, na mesma ordem constante dos Anexos, impressa em papel timbrado ou editorada por computador, em língua portuguesa, salva quanto às expressões técnicas de uso corrente redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datadas, assinadas e rubricadas todas as folhas pelo representante legal da Proponente.

5.1.2. Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP e UF) telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, números da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como, a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato, quando for o caso.

5.1.3. A validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope "proposta".

5.1.4. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei Federal N.º 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitados inclusive os decorrentes de troca de serviço dentro do prazo de garantia se for o caso.

a) As Propostas que atenderem aos requisitos do edital e seus anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da forma seguinte:

- 1) Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
- 2) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
- 3) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;
- 4) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

b) O valor total da proposta será ajustado pelo Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total a ser pago.

5.1.5. A centésima parte do Real, denominada "centavos", será escrita sob as formas decimais, precedidas da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, Art. 1º, § 2º, de 29 de Junho de 1995.

5.1.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o serviço ser fornecido sem ônus adicionais.

5.1.7. Sob pena de desclassificação da empresa licitante, a proposta deverá estar assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador.

VI. DO ENVELOPE N.º 02 – "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO". – ENVELOPE N.º 02. 6.1. Com vistas à habilitação a licitante deverá apresentar no Envelope nº 2 os documentos a seguir listados:

- a) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Federal, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
 - a.1) faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal a Certidão quanto a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- b) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria competente;
- c) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, emitida pela Secretaria competente;
- d) Certidão Negativa de Débito (CND/INSS), perante a Seguridade Social;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- f) Certidão Negativa de Débito (CNDT), perante a Justiça do Trabalho.
- g) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- h) Declaração da licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo nas condições de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no ANEXO V deste Edital;
- i) Declaração de que: não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e, inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação, em cumprimento do disposto no art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no ANEXO IX deste Edital;
- J) Declaração de Servidor Público, modelo do ANEXO X.

Observação:

- a) A (o) Pregoeiro (o), sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- b) Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua português efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

c) Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

6.2. As certidões que não declararem expressamente o período de validade, para os fins desta licitação, deverão ter sido emitidas nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data prevista para o recebimento dos envelopes contendo "Proposta" e "Documentos de Habilitação", salvo quanto a Certidão e/ou Declaração de enquadramento de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte – EPP.

6.3. O envelope de Habilitação que não for aberto durante a licitação deverá ser retirado junto à Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de abertura da sessão, sob pena de inutilização.

6.4. As ME's, EPP's e MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

6.4.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME's, EPP's e MEI, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.4.2. Poderá haver prorrogação do prazo para a regularização fiscal desde que a interessada apresente requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a(o) Pregoeira(o).

6.4.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 02 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

6.4.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.5. Se o detentor da melhor proposta desatender as exigências previstas neste Edital, será INABILITADO, e a (o) Pregoeira (o) examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

6.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

6.6.1. No prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente ou cumprir o disposto nos subitens acima; e,

6.6.2. Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:

a) Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.7. Da sessão lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela (o) Pregoeira (o) e pelos proponentes presentes.

VII. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL 7.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição.

7.2. No ato de autuação da impugnação é obrigatória a apresentação de CPF ou RG em se tratando de pessoa física ou CNPJ em se tratando de pessoa jurídica, juntamente com a procuração se for o caso (por documento original ou cópia autenticada).

7.3. Acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

7.4. Questões técnicas e jurídicas deverão ser formuladas por escrito, protocoladas e dirigidas ao Pregoeiro na Rua Joci José Martins, n.º 101, Bairro Passa Vinte – Palhoça/SC – Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, em nenhuma hipótese será aceito fax.

VIII. DA SESSÃO DO PREGÃO 8.1. O pregoeiro declarará aberta a sessão iniciando-se a fase de credenciamento, conforme Item 03 deste.

8.2. Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas, o Pregoeiro fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, as Proponentes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

8.3. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços, serão feitas as suas conferências, análise de suas conformidades com as exigências do Edital e posterior rubrica pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Licitantes.

8.4. Cumprido o Item 5.1, serão desclassificadas as propostas que:

a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) Apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrada sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

c) Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

8.5. Para fins de classificação das propostas, será considerado o preço por ITEM.

8.6. O Pregoeiro procederá à classificação da proposta de menor preço por item, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço por item, para participarem dos lances verbais.

8.7. Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.6, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

8.8. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

8.9. O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço.

8.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.11. O Pregoeiro poderá negociar com a Licitante excluída da participação dos lances verbais, na forma do item 8.10, caso a Proponente vencedora seja inabilitada, observada a ordem de classificação.

8.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades cabíveis.

8.13. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.

8.14. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.15. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

a) – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

b) – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea "a", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

8.16. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela Licitante que a tiver formulado.

8.17. Constatado o atendimento pleno às exigências Editalícias, será declarada a Proponente vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo Pregoeiro.

8.18. Se a Proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro negociará diretamente com a Licitante melhor classificada e, se a oferta for aceitável, examinará o seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão.

8.19. Na ocorrência do disposto no item 8.15, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para obtenção de melhor preço.

8.20. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes, caso não haja recurso, serão devolvidos no final da sessão.

8.21. A Licitante vencedora, no tempo fixado pelo Pregoeiro, deverá apresentar nova Proposta contendo o preço por item, obtido através da negociação efetuada na fase de lances.

IX. DOS RECURSOS 9.1. Declarada à vencedora, qualquer Licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar às contra razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

9.2. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito, neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido ao Senhor Gestor, por intermédio do Pregoeiro, que prestará as informações, cabendo o Senhor Gestor julgá-lo.

9.3. O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Superior importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Acatado(s) o(s) recurso(s) pelo Pregoeiro ela procederá á adjudicação do objeto à Proponente Vencedora.

9.5. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à Licitante Vencedora.

9.6. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito ou via fax.

X. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA ETAPA DE LANCES 10.1. Os procedimentos deste PREGÃO PRESENCIAL serão conduzidos pelo Pregoeiro, seguindo a legislação vigente e as fases apontadas neste edital.

10.2. Instalada a sessão pública do pregão, com a conferência dos documentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas, serão recebidos os envelopes N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e os envelopes N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, pelo Pregoeiro.

10.2.1. Verificada a regularidade formal dos envelopes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas de preços, que serão rubricadas e analisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Em seguida, será dada vista das propostas aos representantes das licitantes, que poderão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro.

10.2.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do edital e as especificações contidas na Planilha-Proposta.

10.3. Após a conferência das propostas, o Pregoeiro passará ao julgamento das mesmas, observando-se que o critério a ser adotado é o de MENOR PREÇO POR ITEM, para o objeto deste certame.

10.4. Serão convocadas pelo Pregoeiro, para oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes:

a) A licitante que apresentar a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM; e

b) As licitantes que tenham apresentado propostas com valores de até 10% (dez por cento) superiores àquela.

10.4.1. Não havendo, pelo menos, 03 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, serão selecionadas as melhores propostas, até o máximo de três (inclusa a de menor preço unitário), e as respectivas licitantes poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados.

10.5. A licitante que, quando convocada pelo Pregoeiro, desistir de apresentar lance verbal, será excluída da etapa de lances.

10.5.1. Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no Edital.

10.6. Definida a classificação provisória por preço unitário, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes; preços ofertados; propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação, e a ordem de classificação provisória.

10.7. Ocorrendo empate nas condições propostas entre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem destes lances será definida através de sorteio, a ser realizado na mesma sessão pública.

10.8. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, por PREÇO POR ITEM, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo definido no subitem 10.4.

10.8.1. Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades previstas neste edital.

10.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor e ao objeto, decidindo motivadamente a respeito, podendo negociar com a licitante a obtenção de melhor PREÇO POR ITEM.

10.9.1. Ocorrendo a hipótese da impossibilidade de se realizar lances verbais, o Pregoeiro verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, sendo-lhe facultado, após a análise sobre a aceitabilidade do preço ofertado, negociar com a licitante a obtenção de melhor preço.

XI. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 11.1. O pagamento da importância relativa à aquisição do material objeto do respectivo processo licitatório descrito no Termo de Referência Anexo I correrá à conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça:

Elemento de Despesa	3.3.90.30.07.00	Gêneros de Alimentação
---------------------	-----------------	------------------------

XII. DAS OBRIGAÇÕES 12.1. A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a:

a) Após a homologação da licitação, comparecer para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da

convocação formal, conforme o caso;

b) Entregar os materiais, no local relacionado e nas quantidades solicitadas pelo Setor responsável;

c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total da adjudicação;

d) Se a licitante vencedora, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da nota de empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes neste edital;

e) Ocorrendo à hipótese prevista na letra anterior, a sessão do Pregão será retomada.

XIII. DA HOMOLOGAÇÃO 13.1. Após a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, e a vista do relatório de julgamento, o Gestor da CMP – CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA efetuará juízo de conveniência acerca dos procedimentos licitatórios, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação;

13.2. A decisão da autoridade competente será afixada em mural da CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, site oficial da Câmara Municipal e DOC – Diário Oficial da Câmara Municipal de Palhoça;

13.3. A recusa injustificada do adjudicatário em entregar o objeto no prazo estipulado pela CMP– CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

XIV. DO CONTRATO E DAS PENALIDADES 14.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. da Lei Federal N.º 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. O atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará à adjudicatária a multa de mora, no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções. A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

14.3. A Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à proponente vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso injustificado no fornecimento dos materiais;

b) Multa na forma prevista no item 14.2;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, pela inexecução parcial da entrega;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo tempo que perdurar os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação da contratada e depois de ressarcido os prejuízos resultantes, para a Administração pela inexecução total da entrega;

e) A sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do CMP – CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, depois de facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

XV. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15.1. Será firmada Ata de Registro de Preços com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela legislação referida neste Edital.

XVI - ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16.1. A classificada em primeiro lugar de cada item será convocada para, assinar a Ata de Registro de Preços.

16.2. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, procurador, diretor ou sócio da EMPRESA, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato social e cédula de identidade.

16.3. Na hipótese de não atendimento à convocação, para assinatura da Ata de Registro de Preços ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração, desde que haja conveniência, proceder ao chamamento das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas.

XVII - VALIDADE DO TERMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17.1. O Termo de Ata a ser firmado entre a Prefeitura e o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame terão validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

17.2. A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA não se obriga a contratar exclusivamente pelo Registro de Preços, podendo cancelá-lo, ou

promover licitação específica, quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso por parte da EMPRESA detentora.

XVIII. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS 18.1. Os preços da Ata de Registro de Preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo de legislação federal que enseje o desequilíbrio econômico-financeiro do compromisso firmado entre as partes, observado, nestes casos, o disposto no Artigo 65, da Lei Federal N.º 8.666/93.

18.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos objetos registrados, cabendo a Câmara Municipal de Palhoça promover as necessárias negociações junto ao fornecedor dos objetos.

18.2.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Câmara Municipal de Palhoça convocará o fornecedor para negociação visando à redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado.

18.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo nesse momento a Câmara Municipal de Palhoça convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

18.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Câmara Municipal de Palhoça liberará o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento dos objetos.

18.4. Não havendo êxito nas negociações, a Câmara Municipal de Palhoça deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.5. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quanto necessárias para registro de todos os itens constantes no termo da referência, com a indicação da licitante vencedora, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.6. – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

XIX - DOS PREÇOS 19.1. Os preços unitários que vigorarão na Ata de Registro de Preços, serão os propostos pela licitante(s) vencedora(s) classificada(s) em primeiro lugar por item.

19.2. Os preços unitários referidos no item 18.1 acima constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo fornecimento dos materiais objeto desta licitação, frete incluído, postos nos locais designados pela Unidade Requisitante.

19.3. Se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, forem constatados que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração proceder à revisão dos mesmos ou instaurar novo procedimento licitatório, caso em que, obtendo preços inferiores, procederá a rescisão da Ata anterior.

XX – DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E AMOSTRAS 20.1. É estritamente necessário que a empresa ganhadora apresente amostras dos gêneros licitados até 02 (dois) dias após a realização do pregão, para conferência e/ou aferição das especificações contidas no edital.

OBS 1: NÃO SERÁ NECESSÁRIO A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS NO DIA DA SESSÃO.

20.2. A entrega deverá ser de forma parcial e fracionada, conforme necessidade apresentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, devendo ser feita na data estipulada, expedida por Servidor responsável pelo Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, o qual deverá ocorrer com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência.

20.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, separadamente por item e acondicionados de forma a garantir sua integridade física.

20.4. Os produtos deverão ser recebidos:

20.4.1. Definitivamente, após a aferição da qualidade, quantidade e consequente aceitação, e atendendo as exigências oficializadas pelo Servidor responsável pelo Setor de Estoque da CMP.

20.5. A EMPRESA fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

20.6. Na hipótese da EMPRESA detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, o mesmo deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido, na data do registro para todos os efeitos legais.

XXI - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21.1. – Os gêneros alimentícios perecíveis objeto desta licitação deverão ser entregues, conforme a necessidade da CMP, de acordo com os pedidos emitidos pelo Setor de Compras e Licitações da CMP.

21.2. – A presença da Fiscalização do Servidor Responsável pelo Setor de estoque da CMP não elidem nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

21.3. – CABERÁ AO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ESTOQUE DA CMP REJEITAR TOTALMENTE OU EM PARTE, QUALQUER PRODUTO QUE NÃO ESTEJA DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NESTE EDITAL.

XXII. DO PAGAMENTO 22.1. A CONTRATADA apresentará Nota Fiscal/Fatura, para o ato de abertura, liquidação e pagamento da despesa pela CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, devendo ser entregues junto com os produtos correspondendo exatamente às especificações e quantidades que o processo licitatório demonstrou em sua minuta contratual.

22.2. As contas serão pagas até 30 (trinta) dias, contados, imediatamente após a data de protocolização das faturas. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de paga ou relevada eventual multa que lhe tenha sido aplicada.

22.3. Todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto ora contratadas serão inteiramente por conta da empresa contratada.

XXIII – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

23.1.1. Pela Administração, quando:

- a) A EMPRESA não cumprir as obrigações da Ata de Registro de Preços.
- b) A EMPRESA não formalizar Termo de Ata decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.
- c) A EMPRESA der causa a rescisão administrativa do Termo de Ata decorrente do Registro de Preços.
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do Termo de Ata decorrente do Registro de Preços.
- e) Os preços registrados se apresentam superiores aos praticados pelo mercado.
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração.

23.1.2. Pela EMPRESA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

23.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 23.1.2 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Registro de Preços.

23.3. Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da EMPRESA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir desta publicação.

23.4. A solicitação da EMPRESA para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

XXIV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 24.1. É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.2. Fica assegurado o Gestor da CMP, mediante justificativa motivada o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

24.3. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.4. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceita pelo Pregoeiro.

24.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Contratante.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Palhoça.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta:

24.7.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.

24.8. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

24.9. A Administração poderá, até a assinatura do Contrato de Fornecimento, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

24.10. É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo na Comissão Permanente de Licitações desta Prefeitura no endereço anteriormente mencionado até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

24.11. A ausência do representante da empresa em qualquer fase do Pregão implica aceitação dos fatos que ocorrerem durante sua ausência.

24.12. Uma empresa não pode ser representada por mais de uma pessoa e uma pessoa não pode, representar mais de uma empresa.

24.13. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço da sede da Câmara Municipal de Palhoça ou pelo telefax (48) 3288-2512, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente na Comissão Permanente de Licitações desta CMP, até 02 (dois) dias útil imediatamente anterior à data de julgamento dessa licitação.

24.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Palhoça/SC, com exclusão de qualquer outro.

Palhoça – SC, aos 10 dias do mês de abril de 2019.

EDEMIR NIEHUES

Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme quantitativos e descritivos abaixo:

1. DO OBJETO:

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA SEM GÁS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, conforme quantitativos e descrições constates neste Edital, para o ano de 2019, através do Sistema de Registro de Preços para a Câmara Municipal de Palhoça/SC.

2. DA JUSTIFICATIVA:

A presente proposta justifica-se em função de suprir as demandas existentes, de acordo como forem sendo requisitadas, de modo a atender às solicitações enviadas ao Setor de Compras e Licitações pelo servidor responsável pelo estoque, visando atender as demandas desta Casa Legislativa.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial, observando os dispositivos legais, notadamente as disposições constantes da Lei Federal N.º 10.520, de 17 de Julho de 2002, publicada do D.O.U de 18 de Julho de 2002 em especial pelo disposto no Decreto N.º 5.450, de 31.05.2005, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei N.º 8.666/93 e Lei Complementar N.º 123/06 e suas alterações posteriores, legislação correlata e às CONDIÇÕES estabelecidas neste Termo de Referência.

4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E ESTIMATIVA DE PREÇOS.

Os produtos deverão ser adquiridos conforme especificações e quantidades constantes do levantamento que segue:

DESCRIÇÃO E ESTIMATIVA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL - Café em pó, homogêneo, torrado e moído, embalagem do tipo a vácuo em pacotes de 500 g, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem, a marca deve possuir Certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 4,5 pontos e máxima de 5,9 na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Tipo de Café: Gosto predominante de café arábica, não sendo admitida presença de conillon; Bebida: Dura, admitindo-se Rio, isento de gosto Rio Zona. Referência: MELITA/DO PONTO ou similar à descrição e aos valores nutricionais discriminados.	Pacote de 1/2kg (500 GRAMAS)	600	14,80	8.880,00
02	Leite integral Litro UHT em embalagem longa vida.	Litro	3200	3,55	11.360,00
03	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro organismos e Substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados; Adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções Alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "Açúcar refinado". Embalagem: plástica com até 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de Fornecimento expedido pela Câmara. Prazo de validade: de no mínimo 01 (um) ano.	Pacote de 1kg	450	2,78	1.251,00
04	Filtro de Papel para café, grande, tamanho nº 103, composição 100% celulose com dupla costura, com fechamento prensado (fundo e lateral), na cor branca, produto não perecível, triangular, gramatura 52g/m2, com parâmetro de filtragem de 12 a 18 segundos por 100 ml, caixa com 30 unidades de filtros, acondicionadas em caixas, com validade mínima de 3 anos a contar da data de fabricação. Marcas de referência: Mellita, 3 Corações ou de qualidade equivalente ou superior.	Caixa	100	3,44	344,00

05	<p>Fardos de água sem gás 500ml com 12 unidades cada fardo.</p> <p>Constar em seu teor as seguintes análise: coliformes fecais, coliformes totais, padrão em placas e HP. Laudo e análise expedido pelo laboratório de mineração – LAMIN</p> <p>– Da água ofertada registro do produto no ministério de saúde, comprovado por meio de cópia da publicação no diário oficial da união, alvará sanitário da empresa engarrafadora.</p> <p>Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia. (Todos os alvarás e laudos deverão ser entregues na fase da apresentação das amostras sob pena de desclassificação, data a ser definida conforme previsão do item 4.2 do edital).</p>	Fardo	250	18,21	4.552,50
06	<p>Água Mineral Natural, acondicionada em galão de 20 litros com vasilhame (galão), com certificado de autorização dos órgãos competentes com validade para 12 (doze) meses.</p> <p>Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia. (Todos os alvarás e laudos deverão ser entregues na fase da apresentação das amostras sob pena de desclassificação, data a ser definida conforme previsão do item 4.2 do edital).</p>	Bombona	120	10,98	1.317,60

Validade da proposta 60 dias.

4.1. Os produtos devem atender aos dispositivos legais vigentes, expedidos pelo Ministério da Agricultura, ANVISA e outros, e estarem de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes neste Edital.

4.2. É estritamente necessário que a(s) empresa(s) ganhadora(s) apresente amostras dos itens licitados até (02) dois dias úteis após a realização do pregão, para conferência e/ou aferição das especificações contidas no edital e/ou aprovação ou reprovação das marcas pela Comissão responsável.

4.3. Qualquer desconformidade com as especificações e com a legislação sanitária vigente, os produtos não serão aceitos de forma alguma, pois não poderão ser utilizados para o preparo da alimentação dos servidores.

4.4. QUANTO AOS GÊNEROS PERECÍVEIS: Todos os gêneros perecíveis devem ser entregues, conforme a quantidade solicitada, pelo Setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça.

5. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO DE PRODUTOS

5.1. Para definição da quantidade dos produtos, foi utilizado um levantamento de coleta de dados feita pela servidora responsável pelo Setor de Estoque da Câmara Municipal de Palhoça, tendo como base a utilização e/ou consumo durante os três últimos meses do ano em curso (2019), no referido departamento.

6. DO FORNECIMENTO

6.1 A entrega dos produtos objeto dessa contratação deverá ocorrer de forma PARCELADA, no local indicado pela Câmara Municipal de Palhoça, Setor de Estoque, por meio de requisição, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE em no máximo 03 (três) dias úteis, contados após o recebimento da solicitação respectiva e de acordo com este termo, a qual deverá ser expedida por agente designado para tal finalidade pela Contratante e destinada à Contratada.

6.2 Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

Provisoriamente para efeito de verificação da conformidade dos mesmos com as especificações e validades quando for o caso. Definitivamente após a aferição da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

6.3 Os produtos deverão ser entregues no Setor de Estoque da Câmara Municipal de Palhoça/SC, situado no endereço Rua Joci José Martins, 101, Bairro Passa Vinte, Palhoça/SC, em dias úteis (segunda a sexta-feira), das 07h00min às 12h00min e 13h00min às 19h00min, obedecendo aos cronogramas especificados nos requerimentos. Conforme orientação da Câmara Municipal de Palhoça, o fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização de todos os produtos no ato da entrega por servidor da administração designado pelo órgão solicitante, reservando-se o mesmo o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições e quantidades satisfatórias, estabelecendo-lhe, por mera deliberação, o prazo de até 24 horas para a entrega em condições ou quantidades adequadas conforme exigência do edital.

7. DO PRAZO

7.1. O contrato iniciará sua vigência a partir de sua assinatura, tendo eficácia legal no primeiro dia após a publicação do seu extrato e findará no dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado ou enquanto durarem as quantidades licitadas.

7.2. Se houver interesse entre as partes, o contrato poderá ser aditado, conforme dispõe o Parágrafo 1º do Art. 65, da Lei Federal N.º 8.666/93, em sua redação vigente.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As Despesas decorrentes com o presente objeto serão empenhadas a cargo da Dotação Orçamentária para o ano de 2019:

Elemento de Despesa	3.3.90.30.07.00	Gêneros de Alimentação
---------------------	-----------------	------------------------

9. DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal, contendo:

- Data de emissão;
- Estar endereçada a Câmara Municipal de Palhoça, CNPJ: 75.813.675/0001-59, com endereço na Rua Joci José Martins, N.º 101, Bairro Passa Vinte, Palhoça/SC.
- Valor unitário;
- Valor total;
- A especificação dos produtos entregues;
- Menção ao presente procedimento licitatório e ao respectivo contrato.

9.2. O Gestor do Contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a(s) Nota(s) Fiscal (is) / Fatura(s) para pagamento quando cumpridas pela Contratada, todas as condições pactuadas.

9.3. Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá protocolar na Câmara Municipal de Palhoça/SC, Nota Fiscal/Fatura, especificando os produtos, seus quantitativos e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestado pelo servidor designado para tal.

9.4. Os pagamentos serão efetuados com até 30 dias corridos, contados após a data de protocolização.

9.5. Caso a proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da Nota Fiscal/Fatura, somente no mês subsequente sem alteração de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Correrão por conta da Contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução desse termo respectivo.

10.2. Os produtos deverão serem entregues devidamente embalados, separadamente por item nas quantidades e especificações que trata este termo, como também acondicionados de forma a garantir sua integralidade física e deverá ser recebida definitivamente após a aferição das qualidades, quantidades e consequente aceitação. Nenhum dos materiais poderá ser entregue sem autorização da Câmara Municipal de Palhoça, responsabilizando-se a CONTRATADA pela entrega irregular.

10.3. No caso de falta dos materiais solicitados no estoque da CONTRATADA, quando da solicitação feita pelo órgão próprio, ficará a mesma obrigada a providenciar a entrega em no máximo 05 (cinco) dias úteis sob pena de incorrer nas devidas penalidades.

10.4. A Contratada deverá substituir o objeto desse respectivo termo, que por ventura for entregue à Contratante, com defeitos de fabricação ou que apresentarem qualquer adulteração de qualidade, vícios, defeitos, incorreções e características, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados imediatamente após a notificação feita pela Contratante à Contratada.

10.5. A Contratada está obrigada a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante.

10.6. A Contratada deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesse termo, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação respectiva.

10.7. A Contratada está obrigada a responsabilizar-se por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução desse termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

10.8. A Contratada está obrigada a executar o respectivo termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.

10.9. A Contratada está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando: em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante.

10.10. A Contratada está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos e mandatários ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

10.11. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93 constituem ainda obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

a) Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas acordadas;

b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

b) A Contratante designará fiscal para acompanhar a fiel execução do respectivo termo, ficando todo e qualquer pagamento submetido à certificação da perfeita e adequada execução do objeto que trata este Termo de Referência, parte integrante deste Edital;

c) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/materiais em desacordo com o contrato;

d) Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado;

e) Comunicar, em tempo hábil, à CONTRATADA, a quantidade de materiais a serem fornecidos;

f) Emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.

12. PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 78 da Lei Federal N.º 8.666/93, a Contratada poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

- Advertência;

- Multa;

- Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02

(dois) anos, nos seguintes termos.

- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor designado pela Câmara Municipal de Palhoça, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei Federal N.º 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Palhoça, 10 de abril de 2019.

EDEMIR NIEHUES

Presidente

AVISO: Os anexos II, III, IV e V deverão ser redigidos em papel timbrado da empresa ou editorados por computador. ANEXO II (Modelo)

CARTA DE CREDENCIAMENTO À

Câmara Municipal de Palhoça

Rua Joci José Martins, N.º 101, bairro Passa Vinte, Palhoça – SC.

Devem ser preenchidos TODOS os dados, conforme segue no modelo:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2019.

CARTA DE CREDENCIAMENTO – REPRESENTANTE LEGAL

CARTA DE CREDENCIAMENTO – PROCURADOR

AVISO: Os anexos II, III, IV e V deverão ser redigidos em papel timbrado da empresa ou editorados por computador. ANEXO III (Modelo)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO À

Câmara Municipal de Palhoça – SC.

ASSUNTO: EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2019.

A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Após o exame dos termos e condições do Instrumento Convocatório da Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2019, bem como de seus Anexos, partes integrantes e complementares do mesmo, propomos a entrega dos materiais e objeto da referida licitação, sob nossa exclusiva responsabilidade.

Para tal fim, apresentamos os documentos de Habilitação como exigidos no referido Edital.

Palhoça, ____ de ____ de 2019.

Assinatura e Carimbo

(responsável ou representante legal)

ANEXO IV

(Modelo)

DECLARAÇÃO I A empresa, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº., sediada à Rua/Avenida nº, Setor/Bairro, na cidade de Estado de, DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Presencial N.º 003/2019, objeto do Processo Administrativo N.º 03, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

Palhoça, ____ de ____ de 2019.

Assinatura e Carimbo

(responsável ou representante legal)

ANEXO V

(Modelo)

DECLARAÇÃO II Em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, e ainda ao item 6.1., alínea "i", declaramos que a empresa _____, CNPJ nº. _____ não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local, ____ de _____ de 2019.

Assinatura e Carimbo
(responsável ou representante legal)

Observação: Este anexo deverá ser preenchido somente pela Prefeitura Municipal. ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2019.

PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2019. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA MINERAL SEM GÁS, DESTINADOS A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, que atendam às condições, quantitativos, e especificações mínimas estabelecidas no ANEXO I deste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2019.

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Às ____ horas do dia ____ de _____ de 2019, na CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, reuniram-se na SALA DE LICITAÇÃO, situada à Rua Joci José Martins, N.º 101, Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP: 88132-148, Fone: (48) 3288-2512, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 75.813.675/0001-59, representado pela Pregoeira, Srª. CRISTIANE APARECIDA DA SILVA, e os membros da Equipe de Apoio, com base na Lei N.º 10.520, de 17 de Julho de 2002, e na regulamentação feita pelo Decreto N.º 811/2005, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Presencial N.º 03/2019, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, RESOLVE lavrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme as cláusulas seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta ATA é o Registro de Preço das PROMITENTES CONTRATADAS:

ITEM	Nome:
	CPF:
	Endereço:
	Fone:
	Email:
	REPRESENTANTE LEGAL:
	NOME:
	RG:
	CPF:

Visando à aquisição GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E AGUÁ MINERAL SEM GÁS DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA PARA 2019, conforme quantidades e especificações constantes da cláusula quarta desta ATA, conforme condições e especificações constantes do edital do Pregão Presencial N.º 03/2019, bem como das propostas comerciais das PROMITENTES CONTRATADA.

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações dos Licitantes REGISTRADOS, entre outras:

I. Assinar o contrato de fornecimento com a CÂMARA e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal.

II. Entregar os materiais/produtos no Setor de Estoque da Câmara Municipal de Palhoça correspondente em prazo não superior a (03) dias, contados a partir da data da ordem de fornecimento.

III. Providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, na forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

IV. Reapresentar sempre, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que

comproven todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial N.º 03/2019.

V. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

VI. Até o encerramento das obrigações, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do Contrato. Nas supressões, esse limite poderá ser excedido, desde que resulte de acordo celebrado entre a CÂMARA e a CONTRATADA.

VII. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a CÂMARA, aos órgãos participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

VIII. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, a CÂMARA isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

IX. Pagar, pontualmente, os seus fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente ata, exonerando a CÂMARA de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

X. Manter o prazo de garantia de 12(doze) meses, contado da data da entrega definitiva dos bens, na forma prevista no anexo (I) - Termo de Referência, do edital do Pregão Presencial N.º 03/2019.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

DO REGISTRO DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade e o fornecedor dos materiais constantes desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	RAZÃO SOCIAL	QTD	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01					
02					
03					
04					
05					
06					

CLÁUSULA QUINTA: A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta e autorização da Câmara e do fornecedor, sem prejuízo das quantidades registradas nesta Ata.

Parágrafo único: As contratações adicionais previstas nesta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

CLÁUSULA SEXTA: São obrigações da CÂMARA, entre outras:

I. Gerenciar, através da CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL;

IV. Publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, no diário oficial da Câmara Municipal, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata;

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial N.º 003/2019, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA OITAVA: O Registro de Preços efetuado não obriga a Câmara Municipal de Palhoça a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pela autoridade competente, mediante a assinatura

de contrato.

DO PAGAMENTO À CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA: A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos bens de valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade efetivamente entregue em até ____ (_____) dias úteis, após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes.

Parágrafo Primeiro: O documento fiscal deverá ser emitido em 02 (duas) vias, e estar acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC.
- b) Certidão Negativa de Débito - CND do INSS;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;

Parágrafo Segundo: O documento fiscal não aprovado pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos municipais será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar novos prazos previstos nesta Cláusula, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido o disposto no Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA deverá:

- I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e
- III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

- I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais;
- III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Presencial, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: A CÂMARA revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Registro de Preços dos fornecedores registrados será cancelado quando:

- I. Houver interesse público, devidamente fundamentado;
- II. O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- III. O fornecedor não assinar o contrato no prazo determinado neste edital, sem justificativa aceita pela CÂMARA;
- IV. Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor;
- V. O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado;
- VI. Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem a esta ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pela CÂMARA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os preços da presente Ata serão irrevogáveis durante a validade desta Ata;

Parágrafo Único: Nas hipóteses previstas no Art. 65, Inciso II, alínea "d", da Lei Federal N.º 8.666/93, a CÂMARA poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Pela inexecução total ou parcial da Ata ou do contrato a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA poderá, garantido o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado;
- III. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a CÂMARA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

- I. Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA;
- II. Execução insatisfatória ou inexecução da entrega do material, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

III. Pequenas ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega dos bens, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa prevista no Inciso II da Cláusula Décima Quinta, poderá a CÂMARA optar pela rescisão do Contrato.

Parágrafo Primeiro: As multas a que se refere o Inciso II da Cláusula Décima Quinta não impede que a CÂMARA rescinda, unilateralmente, o Contrato ou cancele o Registro de Preço do fornecedor e, ainda aplique as outras sanções previstas na Cláusula Décima Quinta, em seus Incisos I, III e IV, facultada o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório da PROMITENTE e/ou CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CÂMARA;

Parágrafo Primeiro: Inexistindo pagamento devido pela CÂMARA, ou sendo este insuficiente, caberá à CONTRATADA efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;

Parágrafo Segundo: Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, a CÂMARA poderá se houver, valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo a CÂMARA, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos a CÂMARA ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

Parágrafo Único: A penalidade prevista nesta cláusula é de competência exclusiva a CÂMARA, facultada à contratada o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial N.º 003/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Presencial N.º 003/2019, conforme decisão da Pregoeira da CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, lavrada em Ata e homologação feita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Caberá à CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) via de igual teor e forma.

Palhoça/SC, ____ de ____ de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA EMPRESA CONTRATADA

Aviso: Este anexo será preenchido somente pela Comissão de Licitação após ser definido a licitante vencedora. ANEXO VII

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO N.º ____/2019.

“Que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC e a empresa ”.

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – SC, neste ato representado pelo Senhor EDEMIR NIEHUES, Presidente desta Casa Legislativa, com sede nesta cidade, na Rua Joci José Martins, N.º 101, bairro Passa Vinte, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 75.813.675/0001-59, doravante denominada CONTRATANTE.

E a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, estabelecida à _____ nº. _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____ CEP - _____, neste ato representada por _____, profissão, portador(a) do RG nº. _____ SSP/_____, e CPF nº. _____, residente e domiciliado na _____, Bairro _____ na cidade de _____, Estado de _____, doravante denominada CONTRATADA.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é originário da licitação modalidade PREGÃO sob o N.º 03/2019, Edital SRP sob o N.º 001/2019, através do Processo Administrativo sob o N.º _____ e tem sua fundamentação na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações.

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e dezoito, na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – SC.

I – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto deste instrumento de contrato, a saber: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E AGUÁ SEM GÁS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I).

II – CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. A CONTRATADA se obriga a fornecer os produtos descritos nas cláusulas precedentes, mediante solicitação escrita do Departamento de Compras/Licitações, entregando-os a suas expensas na cidade de Palhoça/SC, conforme informado no Termo de Referência Anexo I do Edital.

2.2. Nenhum dos produtos deverá ser entregue sem autorização da Câmara Municipal, responsabilizando-se a CONTRATADA pela entrega irregular.

2.3. A CONTRATADA é obrigada a atender a solicitação da CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, até 03 (três) dias úteis, após a solicitação do Setor de Compras e Licitações, nas quantidades solicitadas, ficando sujeita as penalidades e multas na cláusula oitava, caso não atenda.

2.4. A CONTRATADA não poderá transferir a responsabilidade do fornecimento nem protelar suas entregas.

III – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O preço é por ITEM, e são irrevogáveis, salvo hipótese de reequilíbrio econômico financeiro presente no Art. 65 II, “d” da Lei 8.666/93.

IV - CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal, contendo:

a) Data de emissão;

b) Estar endereçada a Câmara Municipal de Palhoça, CNPJ: 75.813.675/0001-59, com endereço na Rua JOCI JOSÉ MARTINS, nº 101, Bairro Passa Vinte, Cidade Palhoça, Estado de Santa Catarina.

c) Valor unitário;

d) Valor total;

e) A especificação dos produtos entregues;

f) Menção ao presente procedimento licitatório e ao respectivo contrato.

4.2. O gestor do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s) para pagamento quando cumpridas pela Contratada, todas as condições pactuadas.

4.3. Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá protocolar na Câmara Municipal de Palhoça-SC, Nota Fiscal/Fatura, especificando os produtos, seus quantitativos e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestado pelo servidor designado para tal.

4.4. Os pagamentos serão efetuados com até 30 dias corridos, contados após a data de protocolização.

4.5. Caso a proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da Nota Fiscal/Fatura, somente no mês subsequente sem alteração de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.

V - CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. Os preços contratados são irrevogáveis, salve hipótese de reequilíbrio econômico financeiro previsto Nº Art.65 II “d” da lei 8.666/93.

VI - CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO

6.1. Os produtos, objeto deste instrumento de contrato serão entregues de forma PARCELADA, no local indicado pela Câmara Municipal de Palhoça, por meio de Autorização de Fornecimento, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE em no máximo 03 (três) dias úteis, contados após o recebimento da solicitação respectiva e de acordo com o Termo de Referência (Anexo I) do edital, a qual deverá ser expedida por agente designado pela CONTRATANTE.

6.2. Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

A) Provisoriamente para efeito de verificação da conformidade dos mesmos com as especificações e validades quando o for o caso.

B) Definitivamente após a aferição da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

6.3. Os produtos deverão ser entregues no Setor de Estoque da Câmara Municipal de Palhoça - SC, situado no endereço Rua Joci José Martins, nº 101, Bairro Passa Vinte – Palhoça/SC, em dias úteis (segunda – sexta) das 13h00min às 19h00min, o fornecimento sofrera á fiscalização de todos os produtos no ato da entrega pelo servidor da Administração designado pelo órgão solicitante, reservando –se o mesmo o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições e quantidades satisfatórias, estabelecendo-lhe, por mera deliberalidade, o prazo de até 24 horas para a entrega em condições ou quantidades adequadas conforme exigência do edital.

VII - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS

7.1. Os objetos deste Instrumento de Contrato terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, assim classificada:

Elemento de Despesa	3.3.90.30.07.00	Gêneros de Alimentação
---------------------	-----------------	------------------------

VIII – CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PENALIDADES E MULTAS

8.1 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 8.1.1 - Efetuar através do órgão próprio o controle das entregas realizadas.
- 8.1.2 - Efetuar os pagamentos na forma e condições contratadas.
- 8.1.3 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- 8.1.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços em desacordo com o contrato.
- 8.1.5 - Comunicar, em tempo hábil, à contratada, a quantidade de materiais a serem fornecidos.
- 8.1.6 - Emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.

8.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.2.1 - Realizar a entrega na forma proposta e aqui contratada, observando fielmente os quantitativos das requisições;
- 8.2.2 - Apresentar as faturas preenchidas de forma correta e em valores correspondentes aos anotados nas requisições, em tempo de serem processadas;
- 8.2.3 - Atender de imediato as requisições e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.
- 8.2.4 - Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.
- 8.2.5 - Substituir os materiais entregues com eventuais defeitos de fabricação ou que apresentar adulteração de qualidade, vícios, defeitos, incorreções e ou que sofrer eventual alteração de suas características dentro do prazo de validade, quando for o caso, desde que não causada por inconveniência na estocagem.
- 8.2.6 - A substituição de que trata a alínea anterior deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação formal da Câmara Municipal de Palhoça sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas.
- 8.2.7 - Entregar os produtos embalados adequadamente e nas quantidades solicitadas.
- 8.2.8 - O licitante vencedor fica obrigada a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total da adjudicação.
- 8.2.9 - Arcar com todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, decorrentes do fornecimento do objeto.

8.3 - DAS PENALIDADES E MULTAS

8.3.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 78 da Lei 8.666/93, a Contratada poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos seguintes termos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

IX - CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 – A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, poderá declarar rescindido o presente contrato, por motivo de:

- 9.1.1 - A CONTRATADA não cumprir as disposições contratuais;
 - 9.1.2 - Atraso superior a 03 (três) dias na entrega dos produtos.
 - 9.1.3 - Sub-contratação total ou parcial do produto;
 - 9.1.4 - O fornecimento dos produtos sem as requisições do órgão encarregado, com os respectivos vistos das autoridades competentes para autorização da Empresa;
 - 9.1.5 - Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis;
 - 9.1.6 - Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;
 - 9.1.7 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e assinado pelo Gestor;
- 9.2. A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judicial nos termos da Legislação.

X - CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 10.1. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA – SC, ou por acordo, na forma da Lei;
- 10.1.2. As alterações serão processadas através de Termo Aditivo, nos limites permitidos em Lei.

XI - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do fornecimento ficará a cargo do servidor que receberá os produtos, que será designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Palhoça.

XII – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INADIMPLÊNCIA

12.1. Aplicam-se no caso de inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos sociais, fiscais e comerciais o disposto no Artigo 71, 77, 78 e 79, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

XIII - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- 13.1. O presente instrumento de contrato terá vigência a partir da data de assinatura com término ao vencimento da ata e registro de preços que tem validade por 12 (doze) meses. Podendo ser prorrogado até a entrega total do objeto licitado e contratado.
- 13.2. Podendo ser prorrogado por acordo bilateral respeitando as limitações da Lei nº 8.666/93.

XIV – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outra por mais privilegiada que seja para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

14.2. As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo identificam-se e assinam.

Palhoça - SC, _____ de _____ de 2019.

Testemunhas:

_____ NOME: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA CPF: _____

CONTRANTE

NOME: _____

_____ CPF: _____ CONTRATADA

ANEXO VIII

EDITAL N.º 03/2019 – PREGÃO PRESENCIAL.

CARTA PROPOSTA (MODELO)

A

Comissão de Licitação

Câmara Municipal de Palhoça – SC.

Prezados Senhores,

A empresa _____, com sede na Rua/Av. _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Obs.: A proposta deverá ser preenchida de acordo com o(s) produto(s) ofertado(s) pela empresa licitante.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL - Café em pó, homogêneo, torrado e moído, embalagem do tipo a vácuo em pacotes de 500 g, com validade de 12 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem, a marca deve possuir Certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 4,5 pontos e máxima de 5,9 na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; Tipo de Café: Gosto predominante de café arábica, não sendo admitida presença de conillon; Bebida: Dura, admitindo-se Rio, isento de gosto Rio Zona. Referência: MELITTA/DO PONTO ou similar à descrição e aos valores nutricionais discriminados	Pacote de 1/2kg (500 GRAMAS)	600		
02	Leite integral Litro UHT em embalagem longa vida.	Litro	3500		

03	<p>Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de micro organismos e Substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados; Adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "Açúcar refinado".</p> <p>Embalagem: plástica com até 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de Fornecimento expedido pela Câmara. Prazo de validade: de no mínimo 01 (um) ano.</p>	Pacote de 1kg	450		
04	<p>Filtro de Papel para café, grande, tamanho nº 103, composição 100% celulose com dupla costura, com fechamento prensado (fundo e lateral), na cor branca, produto não perecível, triangular, gramatura 52g/m2, com parâmetro de filtragem de 12 a 18 segundos por 100 ml, caixa com 30 unidades de filtros, acondicionadas em caixas, com validade mínima de 3 anos a contar da data de fabricação. Marcas de referência: Mellita, 3 Corações ou de qualidade equivalente ou superior.</p>	Caixa	100		

05	<p>Fardos de água sem gás 500ml com 12 unidades cada fardo.</p> <p>Constar em seu teor as seguintes análises: coliformes fecais, coliformes totais, padrão em placas e HP. Laudo e análise expedido pelo laboratório de mineração – LAMIN – Da água ofertada registro do produto no ministério de saúde, comprovado por meio de cópia da publicação no diário oficial da união, alvará sanitário da empresa engarrafa Dora.</p> <p>Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia.</p> <p>(Todos os alvarás e laudos deverão ser entregues na fase da apresentação das amostras sob pena de desclassificação, data a ser definida conforme previsão do item 4.2 do edital).</p>	Fardo	250		
06	<p>Água Mineral Natural, acondicionada em galão de 20 litros com vasilhame (galão), com certificado de autorização dos órgãos competentes com validade para 12 (doze) meses.</p> <p>Laudo de controle de qualidade recente da água ofertada, devidamente aprovada, de acordo com os padrões mínimos exigidos pela vigente – Resolução nº 54 de 15 de junho de 2000 (portaria 227/97 do departamento nacional de produção mineral – DNPM – e de mais legislações pertinentes à água mineral). Ser emitido por laboratório credencial pelo ministério da saúde ou secretaria de estado da saúde. Ter prazo de emissão não superior a 6 meses. Alvará sanitário da empresa distribuidora. Decreto de concessão de lavra de produção mineral expedido pelo departamento nacional de produção mineral – DNPM – do ministério das minas e energia. (Todos os alvarás e laudos deverão ser entregues na fase da apresentação das amostras sob pena de desclassificação, data a ser definida conforme previsão do item 4.2 do edital).</p>	Bombona	120		

VALIDADE DA PROPOSTA:

Dados Bancários: _____

Declaramos que estamos de acordo com os termos do Edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Localidade, ____ de _____ de 2019.

(Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.

Nome da empresa, assinatura e carimbo
(Representante legal)

ANEXO IX
(MODELO)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 32, § 2º DA LEI Nº 8.666/93
(em papel timbrado da licitante)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 32, §2º da Lei nº 8.666/93, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2019 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019 da CÂMARA MUNICIPAL que:

- não nos encontramos declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

- inexistente fato superveniente impeditivo de habilitação.

_____, em ____ de _____ de 2019.

REPONSÁVEL LEGAL EMPRESA

ANEXO X

DECLARAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

(Razão Social da LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019, junto a Câmara Municipal de PALHOÇA/SC, para os fins requeridos no Inciso III, do Artigo 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura

Nome do Representante

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 034/2019

Publicação Nº 1981006

Portaria nº 034/2019

Retifica o art. 1º da Portaria nº 014/2019, e dá outras providências.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º - Retifica o art. 1º da Portaria nº 014/2019, onde lê-se "Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Edinete Alves, detentora da matrícula funcional nº 500005-01, inscrita no CPF sob o nº 550.593.849-34 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.829.011-0, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agrimensura, Nível: ANTP 4, Letra: "G", do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal", leia-se:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Edinete Alves, detentora da matrícula funcional nº 500005-01, inscrita no CPF sob o nº 550.593.849-34 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.829.011-0, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agrimensura, Nível: ANTP 4, Letra: "H", do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 014/2019, permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 28/02/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 09 de abril de 2019.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matricula 300054-01

PORTARIA Nº 035/2019

Publicação Nº 1981025

PORTARIA Nº 035/2019

Retifica a Portaria nº 008/2016, e concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional ao tempo de contribuição, nos termos do art. 28, § 2º, c/c art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1320/01 e nos termos do inciso I do §1º do art. 40 da Constituição da República, e declara a vacância do cargo público do servidor SEBASTIÃO JOSE DA SILVA

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Retifica a Portaria nº 008/2016, e concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional ao tempo de contribuição, nos termos do art. 28, § 2º, c/c art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1320/01 e nos termos do inciso I do §1º do art. 40 da Constituição da República do servidor Sebastião José da Silva, detentor da matrícula funcional nº 500235-02, inscrito no CPF sob o Nº 824.655.929-04 e no PIS/PASEP sob o nº 120.190.718-45, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, nível ANF-B-I Letra E, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez em caráter proporcional ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso III da Lei municipal nº 1320/01, correspondente a 68,57% da remuneração-de-contribuição calculada, em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 29/02/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 09 de abril de 2019.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Eduarda da Rosa Custódio
Técnico Previdenciário
Matricula 90003353

Palma Sola

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO DE SEGUNDO COLOCADO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2019 - ALTERMED

Publicação Nº 1980470

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 40/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: Aquisição de Medicamentos.

A prefeitura Municipal de Palma Sola/ Secretaria Municipal de Saúde do Município de Palma Sola- SC, através da Comissão de Licitação, torna público que em face do parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em conformidade com o artigo. 24, XI, da Lei 8.666/93, CONVOCA o licitante remanescente, na ordem de classificação, Altermed Material Médico Hospitalar Ltda –, classificada em segundo lugar no item nº. 12 (Sulfatiazida de Prata 1% c/ 400gr) no certame, para a assinatura do contrato.

A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2.º da Lei de Contratos e Licitações, sendo:

Item nº. 12 – Sulfatiazida de Prata 1% c/ 400gr – R\$: 32,40 por un.

Caso não aceite, não havendo mais classificado, será decidida pela revogação da do item da licitação.

Palma Sola, SC, 10 de abril de 2019.

Marines Fatima Sansigolo
Pregoeira

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Débora Cristina Prevedello
Secretaria de Saúde

DECRETO 081/2019 CONVOCA CLASSIFICADO PROCESSO SELETIVO 001/2017 BIANCA MORESCO

Publicação Nº 1980824

Decreto 081/2019, de 08 de abril de 2019.

Convoca Classificado no Processo Seletivo nº 001/2017, Realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:
Art.1º. Fica convocada a abaixo relacionada, classificada no Processo Seletivo 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária, 40 horas semanais.

- Bianca Moresco – Agente de Endemias

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação
Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 08 de abril de 2019.
Moacir Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 082/82019 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 50.000,00

Publicação Nº 1980830

Decreto 082/2019, de 09 de abril de 2019.
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em exercício de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2018/2018, de 04 de dezembro de 2018.

Decreta:
Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

04.00 EDUCAÇÃO E ESPORTES

04.004 Secretaria de Educação

2031 Transportes Escolar Ensino Fundamental

01010101 Receitas e Transferências de Impostos - Educação

3.3.3.9.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diversas R\$ 25.000,00

07.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

07.002 Secretaria de Infraestrutura e Transporte

2014 Manutenção e Funcionamento de Infraestrutura e Transporte

01000100 Recursos Ordinários

3.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC, 09 de abril de 2019.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 083/2019 ESTABELECE PONTO FACULTATIVO 5ª FEIRA DE CINZAS

Publicação Nº 1980835

Decreto 083/2019, de 10 de abril de 2019.

Estabelece Ponto Facultativo Quinta Feira de Cinzas e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos Lei Orgânica Municipal,

Decreta:
Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo, em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 18 de abril de 2019, 5ª feira Santa, voltando-se à normalidade, no período matutino, do dia 22 de abril de 2019.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 10 de abril de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

EDITAL 003/2019 1ª RETIFICAÇÃO - ABRE INSCRIÇÕES PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 1980934

(*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL CMDCA Nº 003/2019

Cleomar José Mantelli. Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, , no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 2.028/2019, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que o Edital CMDCA nº 003/2019 sofreu alteração, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

3. DAS INSCRIÇÕES

(...)

3.3.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar à sua inscrição presencial - on-line sendo que para tanto deverão se dirigir à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, Palma Sola – SC, durante o período das inscrições, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 18h30min.

LEIA-SE:

3. DAS INSCRIÇÕES

(...)

3.3.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar à sua inscrição presencial - on-line sendo que para tanto deverão se dirigir à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Centro, Palma Sola – SC, durante o período das inscrições, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

ONDE SE LÊ:

8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

(...)

8.6. O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período de 03 e 04 de junho de 2019, e entregar na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 18h30min, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

(...)

8.8. Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 a 14 de junho de 2019, e entregar na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 18h30min, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

(...)

8.10. Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 a 21 de junho de 2019, na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 18h30min, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, no e-mail social@palmasola.sc.gov.br, vedado o anonimato.

LEIA-SE:

8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

(...)

8.6. O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período de 03 e 04 de junho de 2019, e entregar na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

(...)

8.8. Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 a 14 de junho de 2019, e entregar na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

(...)

8.10. Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 a 21 de junho de 2019, na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, no e-mail social@palmasola.sc.gov.br, vedado o anonimato.

ONDE SE LÊ:

11. DOS RECURSOS EM FACE DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA E DO RESULTADO PRELIMINAR

(...)

11.4. Os candidatos deverão entregar seus recursos na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 18h30min.

LEIA-SE:

11. DOS RECURSOS EM FACE DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA E DO RESULTADO PRELIMINAR

(...)

11.4. Os candidatos deverão entregar seus recursos na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

ONDE SE LÊ:

15. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

(...)

15.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2019.

LEIA-SE:

15. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

(...)

15.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2020.

As demais informações constantes no referido edital, permanecem inalteradas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola em 10 de abril de 2019.

Elizete T. Vissoto
Presidente CMDCA

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Publicado em data supra e na forma Lei

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

EDITAL 003/2019 RETIFICADO - ABRE INSCRIÇÕES PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 1980904

EDITAL CMDCA Nº 003/2019

(*) Retificado - Retificação nº 01 – Texto Compilado

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, ESTADO

DE SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palma Sola SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 2.028/2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Palma Sola, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1. Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Palma Sola SC, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, § 2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Palma Sola - SC, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal

1.3. Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de Conselheiro Tutelar Titular.

1.4. Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5. As vagas, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	40 h	R\$ 1.045,76

1.6. O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 8h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8. A jornada extraordinária do Conselheiro Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal nº 2.028/2019, ou a que a suceder.

1.9. As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de Conselheiro Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal nº 2.028/2019, ou a que a suceder.

1.10. Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de Conselheiro Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal nº 2.028/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1. O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares de Palma Sola – SC ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 2.028/2019.

2.2. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

III. Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;

IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Palma Sola - SC, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para o Processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Palma Sola – SC poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08h00min do dia 22/04/2019 às 23h59min do dia 24/05/2019.

3.2. A inscrição será gratuita.

3.3. Das inscrições pela internet:

3.3.1. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos Públicos;

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções.

3.3.2. Das inscrições presencial – on-line:

*3.3.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição presencial - on-line sendo que para tanto deverão se dirigir à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Centro, Palma Sola – SC, durante o período das inscrições, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min. *(Alterado conforme 1ª retificação de 10.04.2019)

3.3.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - on-line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - on-line apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

3.4. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palma Sola – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados.

3.5. Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

3.6. As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

3.7. No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos

no item 5 (cinco) deste edital.

3.8. Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.9. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal nº 2.028/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.10. O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 5 (cinco) deste edital.

3.11. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

4.1. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários, bem como comprovar a necessidade de atendimento diferenciado, juntando documentos que atestem a necessidade do atendimento solicitado.

4.1.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para fazer as provas deverá:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao recursos especiais necessários;

b) enviar, via upload, imagem legível do Documento de Identificação original;

c) enviar, via upload, a imagem legível do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que ateste a espécie e grau ou o nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), que justifique o atendimento especial solicitado. O laudo deve conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

4.1.2. A solicitação de atendimento diferenciado será analisada pela Comissão Organizadora do certame e deferida desde que requerida no momento oportuno e devidamente comprovada, observando os critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo os candidatos comunicados da decisão através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.palmasola.sc.gov.br, conforme cronograma.

4.1.3. Para utilização de aparelho auditivo durante a realização da prova o candidato deverá, ao ingressar na sala, entregar ao fiscal atestado médico comprovando a necessidade de seu uso.

4.1.4. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá informar tal situação no momento de sua inscrição e, no dia de aplicação das provas deverá providenciar acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

5. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal nº 2.028/2019, a saber:

I. Reconhecida idoneidade moral;

II. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. Residência no Município;

IV. Experiência mínima de 01 (um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V. Conclusão do ensino médio;

VI. Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII. Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VIII. Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX. Não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X. Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

XI. Possuir CNH Válida Categoria B.

5.2. Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VI. Certidão negativa da Justiça Federal;

VII. Certidão da Justiça Militar da União;

VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

IX. A experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) Declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b) Declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c) Registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d) Diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

5.3. O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

6. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

6.1. O Conselheiro Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

7. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

7.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, padrasto ou madrastra e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.2. Estende-se o impedimento ao Conselheiro Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

8.1. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

8.2. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

8.3. A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

8.4. A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal nº 2.028/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

8.5. A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 31 de maio de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município e nos sites www.ameosc.org.br e www.palmasola.sc.gov.br

*8.6. O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período de 03 e 04 de junho de 2019, e entregar na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail). *(Alterado conforme 1ª retificação de 10.04.2019)

8.7. A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 07 de junho de 2019.

*8.8. Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 a 14 de junho de 2019, e entregar na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail). *(Alterado conforme 1ª retificação de 10.04.2019)

8.9. A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 18 de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município e nos sites www.ameosc.org.br e www.palmasola.sc.gov.br

*8.10. Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 a 21 de junho de 2019, na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, no e-mail social@palmasola.sc.gov.br, vedado o anonimato. *(Alterado conforme 1ª retificação de 10.04.2019)

8.11. A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 de junho de 2019.

8.12. Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral nos dias 25 e 26 de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

8.13. No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 de junho de 2019 a 4 de julho de 2019.

8.14. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova objetiva, no dia 16 de julho de 2019.

8.15. Entre os dias 20 e 21 de julho de 2019 será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos.

9. DA PROVA OBJETIVA

9.1. A prova objetiva será de caráter classificatório e eliminatório, obrigatória a todos os candidatos homologados, uma vez que não realizando a prova objetiva o candidato estará eliminado das etapas seguintes.

9.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 28/07/2019, nas dependências do Núcleo de Ensino Fundamental Prefeito Libório Romildo Kuhn, sito na Rua João Pauletti, s/n, no Município de Palma Sola – SC.

9.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h00min.

9.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

9.1.2.3. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

9.1.2.4. Após o fechamento dos portões, os candidatos terão 10 (dez) minutos para ingressar na sala de aplicação das provas, sendo que após as 08h50min não mais será permitida a entrada de candidatos nas salas de prova.

9.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h00min e término às 11h30min.

9.1.2.6. Não será permitido o uso do banheiro após o encerramento e entrega da prova.

9.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.palmasola.sc.gov.br

9.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 2h30min incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta, e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser preenchida conforme instruções que constarão no Cartão Resposta e na 1ª página do Caderno de Provas.

9.1.5. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), sendo que o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

9.1.6. A prova será composta de 20 (vinte) questões.

9.1.7. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

9.1.8. As questões da prova objetiva versarão sobre conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, conforme tabela a seguir:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota mínima do conjunto provas 1, 2 e 3.
1► Conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente e sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes	15	0,50	7,50	6,00
2► Informática Básica	05	0,50	2,50	
TOTAL	20	-	10,00	-

9.1.9. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 6,00 (seis pontos), no conjunto das provas 1 e 2 (na soma das questões sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica), conforme tabela acima.

9.1.10. A divulgação das notas ocorrerá no dia 12 de agosto de 2019.

9.2. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

9.2.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), sob pena de não ser permitida sua entrada à sala de aplicação das provas.

9.2.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 9.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

9.2.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

9.2.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

9.2.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

9.2.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um Cartão Resposta.

9.2.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à alternativa que julgar correta, de acordo com as instruções constantes no próprio Cartão Resposta e na primeira folha do Caderno de Provas.

9.2.4.2. No Cartão Resposta de todos os candidatos constarão as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

9.2.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo para que se inscreveu, se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova e se esta corretamente numerado.

9.2.6. O candidato deverá conferir no seu Cartão Resposta se o tipo de prova destacado, correspondente ao mesmo tipo de prova constante no caderno de prova que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a conferência do tipo de prova constante no cartão resposta e no caderno de prova.

9.2.6.1. Forma correta de preencher o Cartão Resposta:

9.2.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica com a tinta nas cores azul ou preta.

9.2.8. O Cartão Resposta é insubstituível.

9.2.9. O preenchimento do Cartão Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9.2.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

9.2.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o Cartão Resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver preenchida no Cartão Resposta.

9.2.12. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no Cartão Resposta, através de leitura digital, e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

9.2.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o Cartão Resposta.

9.2.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

9.2.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

9.2.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas.

9.2.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala deverão apor suas assinaturas no local indicado nos Cartões Resposta de todos os candidatos da sala.

9.2.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Organizadora deverão invalidar o Cartão Resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

9.2.17.2. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, Cartões Resposta com questões deixadas em branco, Cartões Resposta deixados em branco e demais anotações que considerarem

necessárias.

9.2.17.3. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão Organizadora, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os Cartões Resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

9.2.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

9.2.19. O caderno de provas e o gabarito preliminar serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas no site: www.ameosc.org.br

9.2.20. O CMDCA de Palma Sola – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

9.3. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

9.3.1. Para a realização da prova o candidato deverá ter consigo:

- a) Documento de identificação;
- b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, feita de material transparente.

9.3.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

9.3.3. O CMDCA de Palma Sola – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

9.4. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água que deverá estar acondicionada em embalagem de material transparente, sem qualquer etiqueta ou rótulo;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

9.5. SERÁ EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido;
- b) Apresentar-se em local diferente;
- c) Não comparecer às provas;
- d) Não apresentar documento de identificação;
- e) Ausentar-se da sala de provas sem o Fiscal da Comissão Organizadora;
- f) Ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) Ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) Estiver portando armas;
- i) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) For surpreendido em comunicação com outras pessoas, utilizando-se de livro, anotação e impressos ou fazendo uso de qualquer tipo de aparelho (calculadora, bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

9.5.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

10. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

10.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.palmasola.sc.gov.br, enquanto o gabarito definitivo será publicado, conforme cronograma do edital, nos mesmos endereços.

10.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

11. DOS RECURSOS EM FACE DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA E DO RESULTADO PRELIMINAR

11.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) Na formulação das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar divulgado (No período de 30 e 31/07/2019 - Prazo destinado a interposição de recursos em face das questões da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar);
- b) Da correção dos Cartões Resposta/Resultado Preliminar (No período de 13 e 14/08/2019 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Resposta e do Resultado Preliminar).

11.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

11.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

*11.4. Os candidatos deverão entregar seus recursos na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palma Sola – SC, sito à Rua Dona Cecília, s/n, Centro, Palma Sola – SC, em horário de atendimento ao público, qual seja das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min. *(Alterado conforme 1ª retificação de 10.04.2019)

11.5. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

11.6. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

11.7. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão.

11.8. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

11.9. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.palmasola.sc.gov.br

11.10. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

11.11. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será

publicado.

12. DA PROPAGANDA ELEITORAL

12.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

12.2. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae, vedada e composição de chapa, devendo obrigatoriamente ser de caráter exclusivo a um único candidato, sob pena de responder civil, administrativa e penalmente, nos termos da Lei Municipal nº 2.028/2019.

12.3. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

12.4. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

12.5. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I. Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II. Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV. A participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V. A vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI. A vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII. Favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII. Confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX. Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

X. Propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

12.6. No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

12.7. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

12.8. Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

12.9. O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.10. É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

12.11. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

12.12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 05 de setembro de 2019, às 18h30, na Casa da Cidadania de Palma Sola – SC.

13. DA ELEIÇÃO

13.1. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

13.2. A eleição será realizada no dia 06 de outubro de 2019, no horário das 8h00min às 17h00min.

13.3. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 de setembro de 2019, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, qual seja, www.palmasola.sc.gov.br

13.4. Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

13.5. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

13.6. Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

13.7. O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.

13.8. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

13.9. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da

identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

13.10. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

13.11. O eleitor votará uma única vez, em até 05 (cinco) candidatos, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

13.12. A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.

13.13. Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do nome e número de todos os candidatos, e local para preenchimento daqueles votados.

13.14. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

13.15. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

13.16. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

13.17. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

13.18. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

13.19. Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

13.20. Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral no Núcleo de Ensino Fundamental Prefeito Libório Romildo Kuhn, sito na Rua João Pauletti, s/n, no Município de Palma Sola – SC, que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 de setembro de 2019.

14. DA APURAÇÃO

14.1. A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.

14.2. Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.3. Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

14.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

14.5. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

14.6. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

14.7. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

15. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

15.1. O resultado da eleição será publicado no dia 07 de outubro de 2019, em meio de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

15.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

*15.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2020. *(Alterado conforme 1ª retificação de 10.04.2019)

15.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

15.5. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.

15.6. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 2.028/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

16.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

16.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

16.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

16.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

16.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

16.7. É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

16.8. O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

16.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

16.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira – SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com

renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.11 Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Resolução do CMDCA que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO V – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC.

16.12. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola em 03 de abril de 2019.

Elizete T. Vissoto

Presidente CMDCA

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado em data supra e na forma Lei

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

ANEXO I

EDITAL CMDCA Nº 001/2019

CRONOGRAMA

OBS: O presente cronograma é provisório, estando sujeito a alterações que, se ocorrerem, serão publicadas nos sites do município e da Ameosc.

Data	Etapas
08/04/2019	Publicação do Edital.
22/04/2019 a 24/05/2019	Inscrições.
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 e 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 a 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE.
25 e 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
28/06/2019 a 04/07/2019	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
16/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova objetiva (homologação das inscrições).
17/07/2019	Publicação do deferimento ou indeferimento dos pedidos de condição especial para realização da prova objetiva.
20 e 21/07/2019	Capacitação dos candidatos.
28/07/2019	Realização da prova objetiva.
29/07/2019	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva.
30 e 31/07/2019	Prazo para interposição de recursos em face das questões da prova objetiva e gabarito preliminar divulgado.
07/08/2019	Publicação do gabarito final e parecer de recursos interpostos em face das questões da prova objetiva e do gabarito preliminar divulgado.
08/08/2019	Sessão Pública para correção dos cartões resposta e identificação dos candidatos.

12/08/2019	Divulgação do Resultado Preliminar da prova objetiva.
13 e 14/08/2019	Prazo de recursos em face da correção dos cartões resposta e resultado preliminar.
16/08/2019	Parecer de recursos em face da correção dos cartões resposta e resultado preliminar
19/08/2019	Publicação do resultado final da prova objetiva
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
05/09/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

ANEXO II

EDITAL CMDCA Nº 001/2019

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conhecimentos específicos relativos ao ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – lei n. 8.069/90. Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes.
- Noções básicas de Informática.

ANEXO III

EDITAL CMDCA Nº 001/2019

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- São atribuições do cargo de Membro do Conselho Tutelar aquelas dispostas na Lei Municipal nº 2.028/2019.

ANEXO IV

EDITAL CMDCA Nº 001/2019

RESOLUÇÃO DO CMDCA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO CMDCA 001/2019, DE 02 de abril de 2019

Constitui a Comissão Especial Eleitoral para Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Palma Sola SC,

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Palma Sola, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N. 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei N. 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal 2028/2019, de 26 de março de 2019, a Resolução do CONANDA N. 170, de 10 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do município de Palma Sola, sendo composta por 04 conselheiros do CMDCA, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

Representantes de Órgãos Governamentais:

Giana Carla Scaratti

Marli Isabel Werlang

Representantes de Órgãos Não Governamentais:

Rosane Goetz Dalle Laste

Robson de Lara

Colaborador:

Pablo Souza

Art.3º Fica estabelecido como Coordenadora a senhora Giana Carla Scaratti, nos Termos do Artigo 13º Lei 2028/2019.

Art. 4º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Art. 5º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único: Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos

candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 6º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

I - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - Estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - Escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - Resolver os casos omissos.

Art. 7º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Palma Sola SC, 03 de abril de 2019.

Elizete T. Vissoto

Presidente CMDCA.

ANEXO V

EDITAL CMDCA Nº 001/2019

RESOLUÇÃO Nº 01/2019 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para Acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

WILSON TREVISAN, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários UDINARA VANUSA ZANCHETTIN, DIEGO RODRIGO CANEI E MAYTE INDIANARA BONORA para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2019.

WILSON TREVISAN

Presidente da AMEOSC

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 090/2019 - CONSTRUSILFER

Publicação Nº 1981307

CONTRATO: 90/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CONSTRUSILFER LTDA

OBJETO: PARA AQUISIÇÃO DE BARRA DE ALONGAMENTO, CALHAS, PINGADEIRAS E PORTA DE FERRO,

VALOR TOTAL: 16.648,25

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 10/04/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 294/2019 CONCEDE EXONERAÇÃO SERVIDOR ACT ADRIANA FILIPPI PEREIRA

Publicação Nº 1980392

Portaria 294/2019, de 06 de março de 2019.

Concede Exoneração a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Servidora Adriana Filippi Pereira, portadora do CPF 050.692.529-33 e RG 4.711.089 SSP SC, do cargo de Agente de Combate às Endemias, Nível A, a partir de 06 de março de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 295/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO PAULA TIERRE GERUZEIA LOPES

Publicação Nº 1980393

Portaria 295/2019, de 06 de março de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva, Paula Tierre Geruzeia Lopes portadora do CPF 076.613.159-98 e RG 10.844.269-7 SSP PR, Atendente de Saúde, Nível SAU-1A, referentes ao período aquisitivo de 20/08/2017 à 19/08/2018, que serão usufruídas de 06/03/2019 à 04/04/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de março de 2019.

Cleomar Jose Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 296/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR COMISSIONADO CARLA ROBERTA SCHWNATES HACHMANN

Publicação Nº 1980395

Portaria 296/2019, de 06 de março de 2019.

Concede Férias a Servidora Comissionada Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (vinte) dias de férias a Servidora Comissionada Carla Roberta Schwantes Hachmann, Assessora de Gestão em Administração e Planejamento, Nível DAS 5, portadora do CPF 898.139.019-34 e RG 2.632.105 SSP SC, referentes ao período aquisitivo de 01/01/2018 à 31/12/2018 que serão usufruídas de 06/03/2019 à 15/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de março de 2019
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 297/2019 ALTERA CARGA HORARIA SERVIDOR ACT ROSA LORENI DA SILVA FERREIRA

Publicação Nº 1980399

Portaria 297/2019, de 06 de março de 2019.

Altera Carga Horária de Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município,

Resolve:

Art. 1º. Alterar, de 40 (trinta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária da Servidora Rosa Loreni da Silva Ferreira, portadora do CPF 017.399.189-08 e RG 3.330.663 SSP SC, exercente do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 06 de março de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de março de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 298/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT ADRIANA FILIPPI FERREIRA

Publicação Nº 1980402

Portaria 298/2019, de 07 de março de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Adriana Filippi Ferreira, portadora do CPF 050.692.529-33 e RG 4.711.089 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 07 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 299/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR COMISSIONADO IVANICE APARECID PAGONCELLI

Publicação Nº 1980404

Portaria 299/2019, de 08 de março de 2019.

Concede Férias a Servidor Comissionado Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Comissionada Ivanice Aparecida Pagnoncelli, portadora do CPF 022.482.229-20 e RG 13/R 2.946.980 SSP SC, Chefe da Divisão de Setor Promoção Social, Nível DAI 1, referentes ao período aquisitivo de 08/03/2018 à 07/03/2019, que serão usufruídas de 08/03/2019 à 27/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 08 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 300/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO DANDARA MONIQUE SCHNEIDER

Publicação Nº 1980425

Portaria 300/2018, de 11 de Março de 2018.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Efetiva Dandara Monique Schneider, portadora do CPF 066.261.899-80 e RG 5.177.418 SSP SC, Médica Veterinária, Nível ATNS-3A, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2017 à 31/07/2018, que serão usufruídas de 11/03/2019 à 30/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Março de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 301/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR ACT MARINEUZA DE SOUZA

Publicação Nº 1980426

Portaria 301/2019, de 11 de março de 2019.

Concede Férias a Servidora Admitida em Caráter Temporário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal. E o constante na Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora ACT, Marineuza de Souza, portadora do CPF 055.765.819-54 e RG 4.157.189 SESP SC, Gari, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/08/2017 à 01/08/2018, que será usufruída de 11/03/2019 à 09/04/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 11 de março de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 302/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR ACT IVANILDO ALEXANDRE

Publicação Nº 1980427

Portaria 302/2019, de 11 de março de 2019.

Concede Férias a Servidor Admitido em Caráter Temporário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal. E o constante na Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor ACT, Ivanildo Alexandre, portador do CPF 116.416.059-10 e RG 5.656.271 SSP SC, Gari, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2018 à 01/02/2019, que será usufruída de 11/03/2019 à 09/04/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 11 de março de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 303/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR ACT DEBORA KUHN DA SILVA

Publicação Nº 1980429

Portaria 303/2019, de 18 março de 2019.

Concede Férias a Servidor Admitido em Caráter Temporário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Debora Kuhn da Silva, portadora do CPF 010.155.059-61 e RG 4.828.682 SESP SC, Professor com Habilitação no Magistério, Nível A-O, referentes ao período aquisitivo de 05/02/2018 à 04/02/2018, que serão usufruídas de 18/03/2019 à 16/04/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de março de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 304/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT CARMEM LUCIA DA SILVA

Publicação Nº 1980430

Portaria 304/2019, de 18 de março de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Carmem Lucia da Silva, portadora do CPF 750.141.909-44 e RG 13/R 896.736 SSI SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de março de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 305/2019 CONCEDE EXONERAÇÃO SERVIDOR ACT MARIANI DAUTIELLI NUNES

Publicação Nº 1980433

Portaria 305/2019, de 18 de março de 2019.

Concede Exoneração a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Servidora Mariani Dautielli Nunes, portadora do CPF 107.2019.389-22 e RG 5.845.572 SSPDC SC, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 18 de março de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 306/2019 CONCEDE EXONERAÇÃO SERVIDOR ACT CILIENE ZEFERINO

Publicação Nº 1980434

Portaria 306/2019, de 19 de março de 2019.

Concede Exoneração a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Servidora Ciliene Zeferino, portadora do CPF 032.0185.769-78 e RG 3.882.601 SESP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 19 de março de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 19 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 307/2019 EXONERA SERVIDOR ACT JULIANA HILARIO FERREIRA

Publicação Nº 1980435

Portaria 307/2019, de 20 de março de 2019.

Exonera por Término de Contrato Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Exonerar por Término de Contrato a servidora ACT Juliana Hilário Ferreira portadora do CPF 076.182.729-30 e RG 5.114.661 SESP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 20/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 20 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 308/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT MARCELA CAMILA PERES

Publicação Nº 1980437

Portaria 308/2019, de 21 de março de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Marcela Camila Peres, portadora do CPF 113.090.699-05 e RG 7.235.569 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 21 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 309/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO NELSO DONDÉ

Publicação Nº 1980439

Portaria 309/2019, 23 de março de 2019.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de férias ao Servidor Efetivo Nelso Dondé, portador do CPF 590.074.439-68 e RG 13/R 1.946.311 SSP SC, Motorista, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2017 à 01/02/2018, que serão usufruídas de 23/03/2019 à 27/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 23 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 310/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO JIOVANI DE OLIVEIRA RAMPANELLI

Publicação Nº 1980441

Portaria 310/2019, de 25 de março de 2019.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Jiovani de Oliveira Rampanelli, portador do CPF 081.908.179-57 e RG 5.845.491 SSP SC, Motorista de Ônibus, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 06/02/2018 à 05/02/2019 que serão usufruídas de 25/03/2019 à 23/04/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 25 de março de 2019.

Moacir Sansigolo
Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 311/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO DOUGLAS PELISER

Publicação Nº 1980443

Portaria 311/2019, de 27 de março de 2019.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Efetivo Douglas Peliser, portador do CPF 050.781.579-30 e RG 3.765.215 SSP SC, Agente de Informática, Nível ATNM-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2018 à 01/02/2019 que serão usufruídas de 27/03/2019 à 05/04/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 27 de março de 2019.

Moacir Sansigolo
Prefeito em Exercício.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 312/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT ADRIANE TREZINHA TESCH

Publicação Nº 1980447

Portaria 312/2019, de 27 de março de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Adriane Terezinha Tesche, portadora do CPF 100.695.419-81 e RG 5.845.511 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 27 de março de 2019.

Moacir Sansigolo
Prefeito em Exercício.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 313/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT CASSIANE ANDREIA POERSCH

Publicação Nº 1980449

Portaria 313/2019, de 28 de março de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Cassiane Andréia Poersch, portadora do CPF 057.368.379-43 e RG 5.217.324 SE para exercer o cargo de Farmacêutico, Nível ATNS-3A, com 40 horas semanais, a partir de 28 de março de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de março de 2019.
Moacir Sansigolo
Prefeito em Exercício.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento,

PORTARIA 314/2019 DELEGA ATRIBUIÇÕES AGENTE POLITICO IVANOR DE MOURA

Publicação Nº 1980451

Portaria 314/2019, de 28 de março de 2019.

Delega Atribuições ao Servidor Municipal, para responder pelas competências da Tesouraria Municipal relativas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FIA de Palma Sola e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos I, VI, XXV e XXX, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; tendo presentes razões de conveniência, oportunidade e interesse público,

Resolve:

Art. 1º. Fica delegado ao Servidor Municipal, Ivanor de Moura, exercente do Cargo Político de Secretário de Assistência Social, por este Ato Administrativo, passa a responder, como de fato e de direito responde, por delegação, por todas as atribuições abaixo relacionadas, em conjunto com o Prefeito Municipal, Cleomar José Mantelli, com as seguintes atribuições, relativamente ao que compete ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA – CNPJ nº 22.701.477/0001-37.

I – Abrir e fechar contas;

II – Assinar e emitir cheques;

III – Solicitar saldos, extratos e comprovantes;

IV - Requisitar talonários de cheques;

V - Efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

VI - Efetuar depósitos e saques – conta corrente ou contas de aplicações, inclusive poupança.

VII - Efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico;

VIII - Liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro;

IX - Receber, passar recibo e dar quitação;

X - Consultar contas e saldos de aplicações;

XI – Enfim, praticar todos e quaisquer atos bons, válidos e necessários para o fiel cumprimento desta delegação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de março de 2019.
Moacir Sansigolo
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Elizete T. Vissoto
Secretaria de Planejamento.

PORTARIA 315/2019 EXONERA SERVIDOR COMISSIONADO MATEUS DAL PONTE

Publicação Nº 1980452

Portaria 315/2019, de 01 de abril de 2019.

Exonera Servidor Municipal Comissionado e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei n. 975/93, de 31/03/93 e ainda o estatuído no Art. 1º, da Lei n. 1.205 de 23/06/98, tendo presente também a previsão legal dos anexos II e III da Lei n. 1.207/98, de 23/06/1998.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar, o servidor com vínculo Comissionado, Mateus Dal Ponte, portador do CPF 009.118.539-44 e RG 4.8298.400 SESP SC, Diretor Presidente da Fundação Cultural de Palma Sola, a partir de 25/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de abril de 2019
Moacir Sansigolo
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 316/2019 NOMEIA AGENTE POLÍTICO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO MATEUS DAL PONTE

Publicação Nº 1980454

Portaria 316/2019, de 01 de abril de 2019.

Nomeia Agente Político, Secretário Municipal e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IX, do artigo 73, mais o constante na alínea "A", do inciso II, do artigo 89. Ambos da lei orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e ainda o estatuído no artigo 1º, da Lei 1.205, de 23/06/1998, tendo presente também a previsão legal dos anexos II e III da Lei 1.207/98, de 23/06/1998.

Resolve:

Art. 1º. Fica nomeado, para ocupar o Cargo de Secretário de Administração a seguir nominado e qualificado:

Mateus Dal Ponte, brasileiro, portador do CPF 009.118.539-44 e RG 4.829.400 SSP SC, para ocupar o Cargo de Agente Político de Secretário de Administração, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de abril de 2019.
Moacir Sansigolo
Prefeito em Exercício.

Registrado e Publicado

Elizete Terezinha Vissoto
Secretaria de Planejamento.

PORTARIA 317/2019 DELEGA ATRIBUIÇÕES AGENTE POLITICO MATEUS DAL PONTE

Publicação Nº 1980456

Portaria 317/2019, de 01 de abril de 2019.

Delega Atribuições a Servidor Municipal, para responder pelas competências da Tesouraria Municipal relativas a Fundação Cultural de Palma Sola e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos I, VI, XXV e XXX, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; tendo presentes razões de conveniência, oportunidade e interesse público,

Resolve:

Art. 1º. Fica delegado o Agente Político, Mateus Dal Ponte, exercente do Cargo de Secretario de Administração, por este Ato Administrativo, passa a responder, como de fato e de direito responde, por delegação, por todas as atribuições abaixo relacionadas, com as seguintes atribuições, relativamente ao que compete a Fundação Cultural de Palma Sola – CNPJ nº. 09.291.701/0001-90.

- I – abrir e fechar contas;
- II – assinar e emitir cheques;
- III – solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- IV - requisitar talonários de cheques;
- V - efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VI - efetuar depósitos e saques – conta corrente ou contas de aplicações, inclusive poupança.
- VII - efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico;
- VIII - liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro;
- IX - receber, passar recibo e dar quitação;
- X - consultar contas e saldos de aplicações;
- XI – enfim, praticar todos e quaisquer atos bons, válidos e necessários para o fiel cumprimento desta delegação.

Art. 2º Revoga a Portaria 430/207, de 16 de outubro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de abril de 2019.

Moacir Sansigolo
Prefeito em Exercício
Registrado e Publicado

Elizete Terezinha Vissoto
Secretario de Planejamento.

PORTARIA 318/2019 EXONERA SERV IDOR ACT IRISAN JOSE DE MOURA

Publicação Nº 1980526

Portaria 318/2019, de 01 de abril de 2019.

Exonera por Terminio de Contrato Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da lei 1.605/2007

Resolve:

Art. 1º. Exonerar por Término de Contrato, Irisan José de Moura, portadora do CPF 450.798.973-68 e RG 29.913.089-7 SSP SP, Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 28 de fevereiro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de abril de 2019.

Moacir Sansigolo
Prefeito em Exercício.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1981416



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.8/2019

Pregão Presencial Nº 27/2019

Validade: 0

As cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove o **MUNICÍPIO DE PALMA SOLA** por meio do(a) **MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Francisco Zanotto Nº. 600, Centro, cidade de Palma Sola, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.028.639/0001-02, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DERIVADOS DE CIMENTO (PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CALÇADAS, BOEIROS, E ABRIGO DE PASSAGEIROS), pelo período de 0, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
F.M. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, neste ato representado por JACIR REBELATTO	23.457.996/0001-64
TUBOFORTE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, neste ato representado por JULIO CESAR HEBERLE LATTMANN	03.093.048/0001-80

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DERIVADOS DE CIMENTO (PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CALÇADAS, BOEIROS, E ABRIGO DE PASSAGEIROS)**, em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da **MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$94.720,00 (noventa e quatro mil e setecentos e vinte)

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 0, a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo **MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. 27/2019**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial Nº. 27/2019** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 4

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidades solicitadas.

5.1. Local de entrega: Rua Francisco Zanotto, 600 - Prefeitura Municipal de Palma Sola

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.5 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 4

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DERIVADOS DE CIMENTO (PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CALÇADAS, BOEIROS, E ABRIGO DE PASSAGEIROS) Nº. 27/2019, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Palma Sola (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Palma Sola (SC), 05 de Abril de 2019

Contratante



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 4

Palmeira

PREFEITURA

PORTARIA N. 141_2019_ SUBSTITUI A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR _PROCESSO N.09_2018

Publicação N° 1981371

PORTARIA N.º 141/2019

SUBSTITUI A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR/PROCESSO N.09/2018.

FERNANDA SOUZA DE CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 86 e seguintes da Lei Complementar nº 5, de 16 de dezembro de 1999,

Art. 1º Fica nomeada como Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar/Processo nº 09/2018 a Servidora Mirian Eva de Oliveira Antunes Batista, ocupante do cargo efetivo de Professor III, matrícula nº 2079, em substituição á servidora Nara Catarina Wolf, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Computação, matrícula nº 4146, nomeada pela Portaria n. 256/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 10 de abril de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 10 de abril de 2019.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO - QUANTUM ENG.

Publicação N° 1980638

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao contrato 058/2017, vinculado ao Processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS N° 009/2017.

CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: QUANTUM ENGENHARIA LTDA, vigência deste aditivo é até o dia 06/04/2020.

Base Legal: n° 8666/93. Papanduva, 10 de Abril de 2019. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO N° 031/2019 - METROMED

Publicação N° 1980229

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA.

EXTRATO DE CONTRATO N° 031/2019

Objeto: EXTRATO de Contrato n° 031/2019, referente ao PREGÃO PRESENCIAL N ° 016/2019, visando a aquisição de equipamentos de uso geral e equipamentos médico hospitalares de uso específico, com a finalidade de suprir as necessidades do Posto de Saúde Central.

Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratadas: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Valor: R\$ 476,50 (quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos). Validade: 01/04/2020. Papanduva, 01 de Abril de 2019. Luiz Henrique Saliba - Prefeito municipal

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÃO 2019

Publicação Nº 1980804

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital n. 001/2019/CMDCA

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PASSOS MAIA/SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Passos Maia/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Complementar Municipal nº 048/2015, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Passos Maia/SC, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Passos Maia/SC, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Passos Maia/SC, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	08 h	R\$ 1.100,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Complementar Municipal nº 048/2015, ou a que a suceder.

1.9 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Complementar Municipal nº 048/2015, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Passos Maia/SC ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Complementar Municipal nº 048/2015.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Passos Maia/SC, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Complementar Municipal nº 048/2015, a saber:

a) reconhecida idoneidade moral;

b) idade superior a 21 (vinte e um) anos;

c) residência no Município há pelo menos 12 (doze) meses, comprovadamente;

d) conclusão do ensino médio;

e) reconhecida a experiência no trato com Criança e Adolescente, de forma profissional, ou voluntariado, por um período mínimo de 01 (um) ano;

f) apresentação de declaração que tenha disponibilidade em exercer a função pública de Conselheiro Tutelar em caráter exclusivo, sob as penas das sanções legais;

g) certificado de conclusão, e/ou termo de compromisso de concluir curso básico de informática, quando eleito;

h) não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão

administrativa ou judicial;

i) não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

j) não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

k) não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

a) Certidão de Nascimento ou Casamento;

b) Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

c) Certificado de quitação eleitoral;

d) Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

e) Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

f) Certidão negativa da Justiça Federal;

g) Certidão da Justiça Militar da União;

h) Certidão de antecedentes expedida pela Polícia Civil da Comarca;

3.3 A experiência no trato com criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por organização da sociedade civil, devidamente constituída, que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d) diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

3.4 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 22 (vinte e dois) de abril a 24 (vinte e quatro) de maio de 2019, em horário de atendimento ao público, das 08h às 11h30min e das 13h às 16h30min, na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com assinatura reconhecida em cartório por autenticidade e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Complementar Municipal nº 048/2015, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Complementar Municipal nº 048/2015 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições deferidas e indeferidas será publicada no dia 31 (trinta e um) de maio de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 3 (três) a 4 (quatro) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 7 (sete) de junho de 2019.

7.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 (dez) e 14 (quatorze) de junho de 2019, no

horário de atendimento ao público, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 18 (dezoito) de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 (dezenove) e 21 (vinte e um) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico para o e-mail cras@passosmaia.sc.gov.br, vedado o anonimato.

7.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2019.

7.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 26 (vinte e seis) de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

7.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 (vinte e oito) de junho a 4 (quatro) de julho de 2019.

7.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos com sua inscrição deferida.

7.15 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

1. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
2. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
3. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
4. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
5. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
6. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
7. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
8. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
9. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;
10. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
 - a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
 - b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

8.6 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) Utilização de espaço na mídia;
- b) Transporte aos eleitores;
- c) Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- d) Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- e) Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
- f) Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.7 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

8.8 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

8.9 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.10 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

8.11 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

9. DA ELEIÇÃO

9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2 A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 17hs.

9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

9.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indepassível.

9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

9.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.

9.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.

9.14 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes, ou outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

9.15 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral, competindo aos membros da Mesa:

I - Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimento legais, editais e as pela estabelecidas pela Comissão Especial Eleitoral;

II - Registrar em ata as ocorrências necessárias, bem como as impugnações de voto.

9.16 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.17 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.18 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.19 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

9.20 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

a) Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

b) O cônjuge ou o companheiro do candidato;

c) As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

9.21 Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019.

10. DA APURAÇÃO

10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.

10.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com maior idade.

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, em Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será no dia 10 (dez) de janeiro de 2020.

11.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

11.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.

11.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

12. DO CALENDÁRIO**12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:**

Data	Etapas
08/04/2019	Publicação do Edital
22/04 a 24/05/2019	Prazo para registro das candidaturas
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 e 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
25 a 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
28/06/2019 a 04/07	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto ao CMDCA.
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

12.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Complementar Municipal nº 048/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PORTARIA Nº 169, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980286

PORTARIA Nº 169, de 09 de abril de 2019.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Motorista para dar andamento aos serviços da Secretaria da Saúde durante o exercício de 2019; Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a classificação obtida pelo senhor Bergson Zanchet no Processo Seletivo nº 002/2018, levado a efeito pelo Edital nº 002/2018, homologado pelo Decreto nº 011, de 1º de fevereiro de 2019, para o cargo de Motorista (Saúde);

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação

de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;
Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o senhor BERGSON ZANCHET para ocupar o cargo de Motorista, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-3, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotando-o na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 10/04/2019 a 31/12/2019.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo V, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 170, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981154

PORTARIA Nº 170, de 10 de abril de 2019.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, Considerando o Atestado Médico expedido pela Dra. Mara T. Kurtz Gritti – CRM 7680 – datado de 10/04/2019, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 10/04/2019 haja vista sua gestação; Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, que acresce 60 dias à duração da licença-maternidade, prevista nos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora LIDIANE BARRIONUEVO BRUSTOLIN, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 10/04/2019 a 06/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 172, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981158

PORTARIA Nº 172, de 10 de abril de 2019.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares realizada pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor CLOVERSON ALEX PEROZA, matrícula nº 10755, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Máquinas Rodoviárias, Código SG-4, lotado na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 10 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 171, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981156

PORTARIA Nº 171, de 10 de abril de 2019.

“EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMAR JOSE MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR, a servidora municipal ELIZANDRA FERNANDES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a partir do dia 10 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0023/2019

Publicação Nº 1980765

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0023/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 0017/2019

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0023/2019, Modalidade de Pregão Presencial n. 0017/2019; Objeto: Contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em máquinas e equipamentos informatizados das secretarias municipais para o exercício de 2019 descritas no anexo I do edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 25 de abril de 2019, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 10 de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Paulo Lopes

PREFEITURA

186-2019 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1981618

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 186/2019

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes de 5 de abril de 1990 e no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR EM PARTE A PORTARIA Nº 186/2019 de 10 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 10 de abril de 2019, que determinou a abertura de Processo Seletivo para preenchimento de cadastro de reserva.

ONDE SE LÊ: Art. 1º - ... para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e Agente Comunitário de Saúde para a Equipe 03, Microárea 11.

LEIA-SE: Art. 1º - ... para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e para os Empregos Públicos de Agente Comunitário de Saúde para a Equipe 03, Microárea 11 e Agente de Combate a Endemias.

Art. 2º - Esta Retificação entra em vigor na data de sua assinatura com efeitos retroativos a 10/04/2019, revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente Retificação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

188/2019

Publicação Nº 1981620

PORTARIA Nº 188/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 22/02/2019, a servidora Gislaine Gremelmaier, matrícula 11172, ocupante do cargo de Professora, admitida pela Portaria nº 048/2016, aprovada em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

189/2019

Publicação Nº 1981621

PORTARIA Nº 189/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 22/02/2019, a servidora Vanessa Alaerte de Oliveira Vieira, matrícula 11173, ocupante do cargo de Professora, admitida pela Portaria nº 049/2016, aprovada em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

190/2019

Publicação Nº 1981623

PORTARIA Nº 190/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 22/02/2019, a servidora Cristina Machado da Silva, matrícula 11175, ocupante do cargo de Professora, admitida pela Portaria nº 051/2016, aprovada em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

191/2019

Publicação Nº 1981624

PORTARIA Nº 191/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 22/02/2019, ao servidor Milson Carlos Mello, matrícula 11176, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido pela Portaria nº 52/2016, aprovado em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

192/2019

Publicação N° 1981626

PORTARIA N° 192/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 22/02/2019, a servidora Luiza Santos Virgílio dos Anjos, matrícula 11177, ocupante do cargo de Professora, admitida pela Portaria nº 053/2016, aprovada em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

193/2019

Publicação N° 1981628

PORTARIA N° 193/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 22/02/2019, a servidora Gisely Souza dos Santos Prudêncio, matrícula 11178, ocupante do cargo de Professora, admitida pela Portaria nº 054/2016, aprovada em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

194/2019

Publicação Nº 1981630

PORTARIA Nº 194/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 22/02/2019, a servidora Ana Regina Moreira dos Santos, matrícula 11180, ocupante do cargo de Professora, admitida pela Portaria nº 056/2016, aprovada em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

195/2019

Publicação Nº 1981631

PORTARIA Nº 195/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 26/02/2019, ao servidor Juarez de Oliveira Joaquim, matrícula 11194, ocupante do cargo de Motorista, admitido pela Portaria nº 76/2016, aprovado em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

196/2019

Publicação Nº 1981632

PORTARIA Nº 196/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 em consonância com o Decreto nº 34 de 31 de agosto de 2017, e

Considerando as Avaliações de Desempenho e os Pareceres emitidos pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº 407 de 19 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER estabilidade no Serviço Público Municipal, a partir de 07/03/2019, a servidora Bruna Carolina Trovão Dias, matrícula 11198, ocupante do cargo de Assistente Social, admitida pela Portaria nº 056/2016, aprovada em seu respectivo estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

197/2019

Publicação Nº 1981635

PORTARIA Nº 197/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994, e

Considerando a apresentação da Certificação de Curso de Especialização, Lato Sensu,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL para o Nível Especialista, a partir de 01/04/2019, à Servidora Pública Municipal Efetiva e Estável Luiza Santos Virgílio dos Anjos, matrícula 11177, ocupante do cargo de Professora e admitida pela Portaria nº 053/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

198/2019

Publicação Nº 1981637

PORTARIA Nº 198/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994, e

Considerando a apresentação da Certificação de Curso de Especialização, Lato Sensu,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL para o Nível Especialista, a partir de 01/04/2019, à Servidora Pública Municipal Efetiva e Estável Gislaíne Gremelmaier, matrícula 11172, ocupante do cargo de Professora e admitida pela Portaria nº 048/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

199/2019

Publicação Nº 1981638

PORTARIA Nº 199/2019

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994, e

Considerando a apresentação da Certificação de Curso de Especialização, Lato Sensu,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL para o Nível Especialista, a partir de 01/04/2019, à Servidora Pública Municipal Efetiva e Estável Cristina Machado da Silva, matrícula 11175, ocupante do cargo de Professora e admitida pela Portaria nº 051/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 11 de abril de 2019.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em 11 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 06-2019

Publicação Nº 1981643

EXTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 06-2019

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, torna público a abertura de inscrição e estabelece normas para o preenchimento de cadastro de reserva para estágio remunerado de estudantes de Ensino Nível Superior na área de Educação, sob a coordenação do Departamento de Recursos Humanos. As inscrições serão gratuitas e realizadas entre os dias 12/04/2019 a 22/04/2019, das 08h00min às 12h00min, no Centro Administrativo Maria Ferreira dos Santos, situado na Rua José Pereira da Silva, 130, 1º Andar Prefeito Bertoldo Ernesto dos Santos, Sala do Departamento de Recursos Humanos - Centro - Paulo Lopes - Santa Catarina. A prova objetiva será realizada no dia 28/04/2019. A íntegra do edital e demais informações estão disponíveis no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes (SC), 11 de março de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 07-2019

Publicação Nº 1981646

EXTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 07-2019

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, torna público a abertura de inscrição e estabelece normas para o preenchimento de cadastro de reserva para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e para os Empregos Públicos de Agente Comunitário de Saúde para a Equipe 03, Microárea 11 e Agente de Combate a Endemias, sob a coordenação do Departamento de Recursos Humanos. As inscrições serão gratuitas e realizadas entre os dias 12/04/2019 a 22/04/2019, das 08h00min às 12h00min, no Centro Administrativo Maria Ferreira dos Santos, situado na Rua José Pereira da Silva, 130, 1º Andar Prefeito Bertoldo Ernesto dos Santos, Sala do Departamento de Recursos Humanos - Centro - Paulo Lopes - Santa Catarina. A prova objetiva será realizada no dia 28/04/2019. A íntegra do edital e demais informações estão disponíveis no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes (SC), 11 de março de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa

Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ADITIVO 059/2019

Publicação Nº 1981004

1º TERMO ADITIVO Nº 59/2019 - PMP
AO CONTRATO Nº 27/2018 – PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2018 – PMP
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018 – PMP

Objeto: Locação de imóvel, sala comercial, localizada na Rua Lateral José Henrique de Assis, fazendo frente à Av. Antônio Joaquim Tavares, nº 100, com aproximadamente 295,51 m² de pavimento sem mobília, Inscrição Imobiliária nº 01.02.008.0599.001.001, matrícula do imóvel 27.579, para funcionamento da sede da Secretaria de Planejamento Urbano do Município.

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e, de outro lado, o Sr. AMADEU LUIZ BUZZI, portador do RG: 69.900 SSP SC e CPF: 008.250.779-15, residente e domiciliado à Avenida Nereu Ramos, 259, Centro – Balneário Piçarras/SC, denominado LOCADOR, tem entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Segunda do Contrato nº 027/2018 – PMP, Processo Licitatório nº 019/2018 – PMP, Dispensa de Licitação nº 007/2018 – PMP fica prorrogado para mais 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor mensal de locação fica reajustado conforme cláusula décima primeira do contrato inicial nº 27/2018 PMP, ficando o valor mensal em R\$ 5.402,30 (Três Mil Reais), para o período de 12 (doze) meses, totalizando o valor anual de R\$: 64.827,60 (Sessenta e Quatro Mil, Oitocentos e Vinte e Sete Reais e Sessenta Centavos), conforme solicitação da Secretária de Planejamento Urbano.

CLAUSULA TERCEIRA

Este aditivo do contrato correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 01 - Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.044 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: (112) 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA AMADEU LUIZ BUZZI

ORDENADOR DE DESPESAS Locador

Portaria nº1230/2018

Secretário de Administração

Locatário

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº1176/2018

CONTRATO 001/2019 FMS

Publicação Nº 1980502

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA AIR LIQUIDE BRASIL LTDA PARA FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL.

CONTRATO Nº 001/2019-FMS de 10/01/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2017-FMS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 29/2017-FMS
HOMOLOGADO EM 10/01/2018

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, estabelecida à Av. Thiago Antunes Teixeira nº14/15, Bairro Bela Vista, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP 88.132-717, Fone 48 30371205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.331.788/0060-79, representada, neste ato pelo Sr. Guilherme Wurch, CPF sob o nº 614.305.440-15, Representante Legal., doravante simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de oxigênio medicinal para atender demanda do Pronto Atendimento 24 horas e Unidades Básicas de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 577/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes no Anexo I-Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO DO ITEM	PREÇO TOTAL DO ITEM
1	Oxigênio medicinal acondicionados em cilindros de 1m³, devendo ser disponibilizado no mínimo 10 (dez) cilindros em regime de comodato. Tal item deverá vir acompanhado de manômetros, fluxômetros e umidificadores.	(Metro cúbico) M³	750	R\$ 18,00	R\$ 13.500,00
2	Oxigênio medicinal acondicionados em cilindros de 4m³, devendo ser disponibilizado no mínimo 7 (sete) cilindros em regime de comodato. Tal item deverá vir acompanhado de manômetros, fluxômetros e umidificadores.	(Metro cúbico) M³	1.000	R\$ 4,82	R\$ 4.820,00
TOTAL GERAL					R\$ 18.320,00

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 18.320,00 (Dezoito Mil Trezentos e Vinte Reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma

do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 1 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC - Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 0064 (75)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, fornecer os produtos mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com as seguintes especificações:

- a) O roteiro (logística) do fornecimento e/ou reabastecimento dos cilindros aos pacientes que utilizam oxigênio terapia domiciliar, incluindo a base do Pronto Atendimento 24 Horas e ambulância deste município, deverá ser realizado se for necessário, no mínimo 02 (duas) vezes por semana (em datas pré-estabelecidas pela Secretaria Municipal da Saúde); ou quando for o caso de pacientes novos ou qualquer outro tipo de emergência a ser realizado, por um período não superior a 12 (doze) horas após a solicitação pelo órgão responsável.
- b) O licitante vencedor deverá fornecer, em regime de comodato, no mínimo, 10 (dez) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade aproximada de 10m³, com válvula e fluxômetro, 10 (dez) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade aproximada de 1m³, com válvula e fluxômetro, 07 (sete) cilindros para oxigênio medicinal com capacidade aproximada de 4m³, com válvula, fluxômetro e umidificadores, que serão devolvidos pelo município ao findar do Contrato de Fornecimento.
- c) Os cilindros com capacidade aproximada de 10m³, para pacientes que utilizam oxigênio terapia domiciliar, deverão vir acompanhados de fluxômetro, manômetro e umidificadores e deverão ser disponibilizados pela empresa na forma de comodato, sem custo adicional ao município de Penha/SC.
- e) Os custos com transporte dos oxigênios, combustível, entrega, quaisquer problemas que venha ocorrer no veículo que transporta os oxigênios objetos deste contrato, trabalhadores envolvidos na carga e descarga e na condução do veículo de transporte dos materiais, deverão ser de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir a data da entrega do objeto, não sendo aceito aquele que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e do Anexo I, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;

l) Disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - Os fornecimentos do objeto contratado serão acompanhados e fiscalizados por responsável designado pela Secretaria de Saúde, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 10 de Janeiro de 2019.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante
AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
Guilherme Wurch
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO
Controle Interno
Portaria nº 1176/2018

CONTRATO 002/2019 - PMP

Publicação Nº 1980991



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA AGUAVOLT COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

**CONTRATO Nº 002/2019- MULTIENTIDADE - PMP de 03/01/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017-PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 85/2017- PMP
HOMOLOGADO EM 17/01/2018**

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. **JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **AGUAVOLT COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP**, estabelecida à Rodovia Paulo Stuart Wright, nº 157, Bairro Centro, CEP 88.385-00, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3345-0668, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.376.162/001-78, representada, neste ato pelo Sr. Nelson Michels, CPF sob o nº 577.759.079-91, Cargo/Função Sócio Administrador, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente tem por objeto o fornecimento de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis, para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Anexo I – Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
4	CADEADO 40mm	65	UN	R\$ 16,50	R\$ 1.072,50
6	Cal de pintura 8kg	20	SC	R\$ 5,50	R\$ 110,00
13	Disjuntor Monofásico 20 A	51	UN	R\$ 6,50	R\$ 331,50
14	PINCEL 4"	85	UN	R\$ 8,00	R\$ 680,00
15	Interruptor simples	180	UN	R\$ 3,00	R\$ 540,00
20	Fita crepe - 19x50cm	42	UN	R\$ 2,90	R\$ 121,80
22	PARAFUSO TELHEIRO	540	UN	R\$ 0,35	R\$ 189,00
26	Engate flexível 60cm	45	UN	R\$ 2,50	R\$ 112,50
27	Espátula média - 10cm	45	UN	R\$ 2,80	R\$ 126,00
28	Massa corrida acrílica lata de 18 litros	28	LAT	R\$ 65,00	R\$ 1.820,00
36	Adaptador com flange 25mm	45	UN	R\$ 4,00	R\$ 180,00
37	Adaptador com flange 50mm	42	UN	R\$ 10,00	R\$ 420,00
38	Adesivo com pincel PVC 175 gramas	45	UN	R\$ 8,50	R\$ 382,50
39	Anel de vedação massa	270	UN	R\$ 4,50	R\$ 1.215,00
41	Caixa de descarga 9 litros, cor branca, em pvc.	52	UN	R\$ 16,50	R\$ 858,00
44	Joelho em PVC 45° 100mm	40	UN	R\$ 3,50	R\$ 140,00
46	Joelho em PVC soldável 50mm	180	UN	R\$ 2,00	R\$ 360,00
48	Luva esgoto 100mm	50	UN	R\$ 2,50	R\$ 125,00
49	Silicone bisnaga 280 gramas	90	UN	R\$ 8,00	R\$ 720,00
51	Tee esgoto 50mm	20	UN	R\$ 2,80	R\$ 56,00
53	Torneira Bóia para caixa d'agua 1/2	54	UN	R\$ 4,80	R\$ 259,20
54	Torneira de jardim plástica	72	UN	R\$ 1,50	R\$ 108,00
55	Torneira lavatório metal 1/2	64	UN	R\$ 23,50	R\$ 1.504,00
59	Tubo soldável 25mm em barra de 6 metros	22	UN	R\$ 9,50	R\$ 209,00

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

66	Dobradiça 2'0 em ferro zincado	54	UN	R\$ 0,60	R\$ 32,40
71	Parafuso PH 3,5x30	540	UN	R\$ 0,09	R\$ 48,60
72	Parafuso PH 3,5x40	540	UN	R\$ 0,10	R\$ 54,00
79	Conector para haste terra 5/8	54	UN	R\$ 2,90	R\$ 156,60
84	Pino fêmea 10/20A	135	UN	R\$ 3,10	R\$ 418,50
85	Pino macho 10A	135	UN	R\$ 2,30	R\$ 310,50
86	Pino Macho 20A	135	UN	R\$ 3,30	R\$ 445,50
94	DISJUNTOS MONOFÁSICO 10A	54	UN	R\$ 6,80	R\$ 367,20
97	Tomada 2+T externa - sobrepor	90	UN.	R\$ 4,00	R\$ 360,00
99	DISJUNTOR MONOFÁSICO 10A	54	UN	R\$ 7,90	R\$ 426,60
101	Canaleta com fita auto adesiva 0,20x0,10x2,0	232	UN	R\$ 4,10	R\$ 951,20
104	Espelho cego 4x2 Branco	120	UN.	R\$ 1,20	R\$ 144,00
106	Fita isolante elétrica, comprimento 20m, largura 19	87	Rolo	R\$ 3,10	R\$ 269,70
108	Forro pvc branco 0,20x6,00 - m2	422	M2	R\$ 10,40	R\$ 4.388,80
109	Foto célula capacidade 1.000w	156	UN.	R\$ 19,00	R\$ 2.964,00
110	Joelho em pvc 90° 100mm	40	UN.	R\$ 2,30	R\$ 92,00
117	Massa Corrida PVA 3,6 LITROS	157	LAT	R\$ 16,00	R\$ 2.512,00
118	Pincel 1.1/2"	90	UN.	R\$ 2,30	R\$ 207,00
119	Pincel 2.1/2"	88	UN.	R\$ 2,50	R\$ 220,00
123	Solvente tipo aguarraz contendo 900 ml	61	UN.	R\$ 7,50	R\$ 457,50
TOTAL GERAL					R\$ 26.466,10

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ 26.466,10 (Vinte e Seis Mil Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais e Dez Centavos)**

2.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após apresentação de Nota Fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - A nota fiscal deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal, Estadual, Municipal e FGTS.

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela **CONTRATADA**, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O **MUNICÍPIO** responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - **Órgão: 02 – Secretaria de Governo**

Unidade: 01 – Departamento Administrativo

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
 CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Projeto/Atividade: 2.002 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo da Secretaria de Governo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – **Aplicações Diretas (02)**

Órgão: 05 – Secretaria da Administração

Unidade: 01 – Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.007 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo da Secretaria da Administração

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – **Aplicações Diretas (18)**

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda

Unidade: 01 – Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.011 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo Secretaria da Fazenda

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – **Aplicações Diretas (36)**

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 01 – Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.044 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo do Planejamento Municipal

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – **Aplicações Diretas (112)**

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**, respondendo o **CONTRATANTE** apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluído o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, em até 2 (dois) dias úteis, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme necessidade da Secretaria ou Fundo requisitante.

7.1 – O presente contrato terá **vigência de 12 (Doze) Meses** a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a)** Fornecer os materiais/produtos mencionados na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b)** Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c)** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d)** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e)** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f)** A falta de quaisquer dos materiais/produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g)** Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Substituir, reparar, corrigir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 2 (dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações;

l) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado pelo responsável da Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo **CONTRATANTE**: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição do **CONTRATANTE** para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC 03/01/2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Secretaria de Administração
Contratante

**GUAVOLT COM E DIST. DE MATERIAIS
DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP**
Nelson Michels
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

C.P.F. nº

C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO
Controle Interno
Portaria nº 1176/2018

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

CONTRATO 003/2019 - PMP

Publicação Nº 1981000

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

CONTRATO Nº 003/2019- MULTIENTIDADE - PMP de 03/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017-PMP

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 85/2017- PMP

HOMOLOGADO EM 17/01/2018

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI – ME com sede em Navegantes/SC, na Rua Arnaldo Passos, n. 248, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.060.647/0001-50, Telefone para Contato: 47 3065-5503, E-mail: izabelcpm@hotmail.com, Dados Bancários: Banco Unicredi, Ag. 1704, C/C: 190129-0, neste ato representada por sua bastante procuradora Sra Izabel Cristina Meurer de Souza, inscrita no CPF sob nº 572.768.209-63, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente tem por objeto o fornecimento de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis, para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Anexo I – Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM				
3	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A	54	PC	R\$ 54,90	R\$ 2.964,60				
52	Tee soldável rosqueável 25x1/2 bucha latão	90	UN	R\$ 2,70	R\$ 243,00				
62	Argamassa colante AC II pacote 20 Kg	90	PCT	R\$ 11,69	R\$ 1.052,10				
69	Fechadura externa cromada de cilindro com maçaneta alavanca	86	UN	R\$ 29,29	R\$ 2.518,94				
102	Curva em PVC soldável 50mm	90	UN.	R\$ 4,09	R\$ 368,10				
103	Disjuntor trifásico 100A	54	UN.	R\$ 110,00	R\$ 5.940,00				
112	Lampada econômica 45w	168	UN.	R\$ 25,00	R\$ 4.200,00				
TOTAL GERAL					R\$ 17.286,74			R\$	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 17.286,74 (Dezesete Mil Duzentos e Oitenta e Seis Reais e Setenta e Quatro Centavos)

2.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após apresentação de Nota Fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - A nota fiscal deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal, Estadual, Municipal e FGTS.

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 -

Órgão: 02 – Secretaria de Governo

Unidade: 01 – Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.002 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo da Secretaria de Governo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (02)

Órgão: 05 – Secretaria da Administração

Unidade: 01 – Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.007 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo da Secretaria da Administração

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (18)

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda

Unidade: 01 – Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.011 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo Secretaria da Fazenda

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (36)

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 01 – Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.044 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo do Planejamento Municipal

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (112)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluído o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, em até 2 (dois) dias úteis, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, conforme necessidade da Secretaria ou Fundo requisitante.

7.1 – O presente contrato terá vigência de 12 (Doze) Meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer os materiais/produtos mencionados na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de quaisquer dos materiais/produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para

recebimento de correspondência;

- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Substituir, reparar, corrigir, em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 2 (dois) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações;
- l) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA

9 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

9.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado pelo responsável da Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida; b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC 03/01/2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME ORDENADOR DE DESPESAS Izabel Cristina Meurer de Souza
Secretaria de Administração
Contratante Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº 1176/2018

CONTRATO 006/2019 - FMS

Publicação Nº 1980511

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP PARA FORNECIMENTO DE COMPRESSA DE GAZE.

CONTRATO Nº006/2019-FMS de 25/02/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018-FMS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2018-FMS

HOMOLOGADO EM 26/02/2018

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº. 1930 - Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP, estabelecida à Rua Pacoal Gomes Libreloto nº 20, Bairro: Pq. Dom Antônio Reis, CEP: 97065-290, na cidade de Santa Maria, Estado de RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.145.401/0001-56, Telefone: 55 3025-9900, Dados Bancários: Banco Banrisul, Ag. 0353, C/C: 06092534-07, representada, neste ato pelo Sr. Luis Alberto Dalla Porta Junior, CPF sob o nº. 016.047.580-58, Proprietário, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de compressa de gaze para atender necessidades do Pronto Atendimento 24 Horas e das Unidades de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 88/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições, especificações e quantidades constantes no Anexo I - Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO DO ITEM	PREÇO TOTAL DO ITEM
1	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 CONSTITUÍDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, 15 CM X 30 CM QUANDO ABERTA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5 X 7,5 CM QUANDO DOBRADA, 500 G POR PACOTE NO MINIMO COM AS BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZA, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS, OU SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. PACOTES COM 500 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL. COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA. ABNT NBR 13843 E POSSUIR REGISTRO MS E RDC 59 - MDA.	PCT	3.800	R\$ 15,10	R\$ 57.380,00
TOTAL GERAL					R\$ 57.380,00

CLÁUSULA SEGUNDA

.2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 57.380,00 (Cinquenta e Sete Mil Trezentos e Oitenta Reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde de Penha

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.109 – PAB FIXO – Ações Básicas de Saúde

Elemento: (84) 3.3.90.00.00.00.00.0064 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, fornecer os produtos mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 5 (cinco) dias, de acordo com a necessidade das Unidades de Saúde e Pronto Atendimento 24 horas, por meio de solicitação da Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir a data da entrega do objeto, não sendo aceito produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e do Anexo I, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- l) Disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 – Os fornecimentos do objeto contratado serão acompanhados e fiscalizados por responsável designado pela Secretaria de Saúde, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá

promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo com o disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC 25 de Fevereiro de 2019.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP
Luis Alberto Dalla Porta Junior

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO
Controle Interno
Portaria nº 1176/2018

CONTRATO 029/2019 - PMP

Publicação Nº 1980985

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA PROFISER – SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO E REPAROS EM REDE PLUVIAL E DE ESGOTO.

CONTRATO Nº 029/2019- PMP de 18/01/2019
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2019-PMP
 MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019-PMP
 HOMOLOGADO EM 18/01/2019

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a PROFISER – SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, estabelecida à Rua Itajaí, nº 51, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.513.490//0001-94, CEP: 89.201-090, telefone para contato (47) 3461-4200, representada neste ato pelo Sr. RONALDO BEKENDORF, diretor presidente, CPF sob o nº 751.256.849-53, residente à Rua Itajaí, nº 51, Centro, na cidade de Joinville/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação: Artigo 24 Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 3.365/2019 que Declara Situação de Emergência, Justificativa e Solicitação nº 104/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a Contratação para serviços contínuos de empresa especializada em limpeza de logradouros Públicos e Praia, na finalidade de executar serviço de limpeza em todo o município, com a destinação final de resíduos sólido em aterro, para manutenção em diversas ruas do Município que foram afetadas em virtude do desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva – chuvas intensas – 1.3.2.1.4 conforme IN/MI 02/2016, onde foi Declarada Situação de Emergência em áreas do Município de Penha, conforme do Decreto nº 3.365/2019, para atender solicitação nº 104/2019 e nº 105/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos.

COTAÇÃO DE PREÇO

Objeto:

Contratação para serviços contínuos de empresa especializada em limpeza de logradouros Públicos e Praia, na finalidade de executar serviço de limpeza em todo o município, com a destinação final de resíduos sólido em aterro.

Localização: Todas as Vias Publicas do Município e Todas as praias de acesso ao público.

ITEM	CÓDIGO - SINAPI	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL
1.0		Limpeza de Logradouros Públicos				
1.0	Composição	Supervisor Geral (com todos os encargos) (mês)	unid.	1,00	R\$ 7.771,14	R\$ 7.771,14
1.2	Composição	Coordenador Geral (com todos os encargos) (mês)	unid.	1,00	R\$ 6.302,71	R\$ 6.302,71
1.3	Composição	Funcionários (com todos os encargos sociais, Epis, Equipamentos e material inerente a roçada e carpina manual (sacos de lixo, cal, brochas, enchadas, pás e etc). (mês)	unid.	15,00	R\$ 4.1347,14	R\$ 62.012,10

1.4	Composição	Roçadeiras gasolina (com combustível, manutenção e depreciações) (mês)	unid.	6,00	R\$ 597,76	R\$ 3.586,56
1.5	Composição	Veiculo Caminhonete para coleta em área de difícil acesso ((com combustível, manutenções e depreciações). (mês)	unid.	1,00	R\$ 5.977,68	R\$ 5.977,68
1.6	Composição	Caminhão Toco Equipado com Coletor Compactador de resíduo sólido, capacidade para 15 m³ - Peso Bruto Total - PBT de, no mínimo, 16.000kg(- com operador, combustível, manutenção e depreciações) (mês)	unid.	1,00	R\$ 7.970,16	R\$ 7.970,16
1.7	Composição	Mini Carregadeira (com vassorão, capinadeira hidraulica e pá carregadeira) (com operador, combustível, manutenção e depreciações) (mês)	unid.	2,00	R\$ 7.970,00	R\$ 15.940,00
1.8	Composição	Retro Escavadeira 4x4 (com operador, combustível, manutenção e depreciações) (mês)	unid.	1,00	R\$ 8.966,52	R\$ 8.966,52
1.9	Composição	Caminhão Basculante 14m3 (com operador, combustível, manutenção e depreciações). (mês)	unid.	1,00	R\$ 7.970,40	R\$ 7.970,40
1.10	Composição	Veiculo para transporte dos funcionarios (mini van com 15 lugares) (com combustível, manutenções e depreciações). (com operador, combustível, manutenção e depreciações) (mês)	unid.	1,00	R\$ 5.977,81	R\$ 5.977,81

1.11	Composição	Trator 4x4 com carretão (com operador, combustível, manutenção e depreciações) (mês)	unid.	1,00	R\$ 5.977,32	R\$ 5.977,32
1.12	Composição	Destinação de resíduos sólidos em aterro. Provenientes da limpeza urbana (varrição. Capina mecânica) e manual. Poda, jardinagem e resíduos provenientes da construção civil (obras públicas). (mês)	unid.	1,00	R\$ 10.959,08	R\$ 10.959,08
2.0		Limpeza das Praia				
2.1	Composição	Sub Coordenador (com todos os encargos) (mês)	unid.	1,00	R\$ 4.493,32	R\$ 4.493,32
2.2	Composição	Caminhão Toco Equipado com Coletor Compactador de resíduo sólido, capacidade para 15 m³ - Peso Bruto Total - PBT de, no mínimo, 16.000kg(- com operador, combustível, manutenção e depreciações) (mês)	unid.	1,00	R\$ 9.963, 02	R\$ 9.963, 02
2.3	Composição	Trator traçado 4 x 4, com no mínimo potência de 90 hp com ponto de tomada de força e levante hidráulico. (com operador, combustível, manutenção e depreciações). (mês)	unid.	1,00	R\$ 7.970,24	R\$ 7.970,24
2.4	Composição	Escavadeira hidráulica PC 200 ou similar para limpeza de corregos e valas com transporte. (com operador, combustível, manutenção e depreciações). (mês)	unid.	1,00	R\$ 14.944,05	R\$ 14.944,05

2.5	Composição	Funcionários (com todos os encargos sociais, Epis, Equipamentos e material inerente a roçada e carpina manual (sacos de lixo, cal, brochas, enchadas, pás e etc)). (mês)	unid.	15,00	R\$ 4.135,13	R\$ 62.026,95
2.6	Composição	Trator 4x4 com saneadora para praia (com operador, combustível, manutenção e depreciações). (mês)	unid.	1,00	R\$ 9.962,50	R\$ 9.962,50
2.7	Composição	Trator 4x4 com carretão (com operador, combustível, manutenção e depreciações). (mês)	unid.	1,00	R\$ 5.977,68	R\$ 5.977,68
2.8	Composição	Destinação de resíduos sólidos em aterro. Provenientes da limpeza de praia, corregos e valas . (mês)	unid.	1,00	R\$ 10.959,31	R\$ 10.959,31
2.9	Composição	Caminhão Basculante 14m3 (com operador, combustível, manutenção e depreciações). (mês)	unid.	1,00	R\$ 7.970,42	R\$ 7.970,42
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 283.678,97	

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 283.678,97 (Duzentos e Oitenta e Três Mil, Seiscientos e Setenta e Oito Reais e Noventa e Sete Centavos) sendo esse valor mensal.

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos.

2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços são fixos e irredutíveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 3.3.90.0.0.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (105)

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo

na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, fornecer o objeto de forma parcelada, nos locais de obras ou naqueles que se fizerem necessários, em todo território municipal, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

8.1 – O prazo para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações, normas técnicas adequadas e legislação vigente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir as datas e horários para execução dos serviços, não sendo aceito aqueles que foram executados em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de mão de obra, equipamento e ou materiais que sejam necessários à execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 – O fornecimento dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo,

por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 18 de janeiro de 2019

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

ORDENADOR DE DESPESAS

Secretário de Administração

Portaria nº1230/2018

PROFISER – SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA

RONALDO BEKENDORF

Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº 1176/2018

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019 - PMP

Publicação Nº 1980419

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL

Objeto: Permissão de serviço público para exploração de publicidade do espaço público nas placas de indicação de ruas, avenidas, bairros e logradouros públicos, em troca de fornecimento, instalação, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de identificação, conforme condições especificações e normas contidas neste Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura do Processo: 27/05/2019 às 09:00 horas. Endereço: Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC – Sala do Empreendedor. Coordenação do Processo: Adriana Bernardes Cunha.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:00h.

Penha/SC, 10 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Secretario da Administração

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 - PMP

Publicação Nº 1980960

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 043/2019 – PMP
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2019 – PMP

Termo de Fomento: 001/2019 - PMP

Contratado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES DO GRAVATÁ - APEG.

Objeto: Parceria a ser estabelecida com a Associação Cultural Beneficente e Assistencial dos Pescadores do Gravatá, em razão da realização da 25ª edição da Festa dos Pescadores do Gravatá, conforme solicitação da referida Associação por meio de Ofício datado de 13 de março de 2019 e solicitação nº 778/2019 da Secretaria de Educação e Cultura, documentos anexos ao Processo.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Dotação Orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade: 03 - Departamento de Cultura

Elemento: 10.03.2.034.3.3.50.43.99.00.00.00 – (69/2019)

Vigência do Termo de Fomento: 180 (cento e oitenta) dias

Fundamentação Legal: Artigo 31, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa e Solicitação nº 778/2019 da Secretaria de Educação e Cultura, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 10 de abril de 2019.

Israel Claiton de Lima – Presidente.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Gestor

TERMO DE FOMENTO 001/2019 - PMP

Publicação Nº 1980812

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2019 - PMP
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019 - PMP

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019-PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2019-PMP

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019-PMP

HOMOLOGADO EM 10/04/2019

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PENHA E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES DO GRAVATÁ - APEG.

O MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, com sede administrativa na Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, na cidade de Penha/SC, neste ato representado seu gestor, Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, doravante denominado partícipe e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES DO GRAVATÁ - APEG, inscrita no CNPJ sob o n. 17.062.400/0001-24, com sede na Rua Júlia da Costa Flores, nº 940, Bairro Gravatá, endereço eletrônico: festa.apeg@gmail.com, sítio www.apegsc.com.br, telefone para contato (47) 3319-1738, na cidade de Penha/SC, representada por seu Presidente ISRAEL CLAITON DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 004.759.549-39 e do RG nº 4.052.800 SSP/SC, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações e das Leis Orçamentárias vigentes e Lei Municipal 2942/2018, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade do Chamamento Público 001/2019, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante o Projeto para realização

da "25ª edição da Festa dos Pescadores do Gravatá", conforme detalhado no Plano de Trabalho, documento anexo ao Processo.

1.2 – O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	SUBVENÇÃO SOCIAL PARA TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICIENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES DO GRÁVATA – APEG PARA REALIZAÇÃO DA 25ª FESTA DOS PESCADORES DO GRAVATÁ, TRADICIONAL EVENTO QUE SERÁ REALIZADO ENTRE OS DIAS 04 À 07 DE ABRIL DE 2019. DE ACORDO COM A LEI 3059/2019	0	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 – São obrigações da administração pública:

2.2 – Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;

2.3 – Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;

2.4 – Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;

2.5 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

2.5.1 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

2.5.1.1 – Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

2.5.1.2 – Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

2.5.1.3 – Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

2.5.1.4 – Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;

2.5.1.5 – Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

2.6 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.7 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

2.8 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.9 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

3.1.1 – Informar ao Município de Penha todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

3.1.2 – Divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

3.1.2.1 – Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

3.1.2.2 – Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

3.1.2.3 – Descrição do objeto da parceria;

3.1.2.4 – Valor total da parceria e valores liberados;

3.1.2.5 – Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

3.1.2.6 – Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

3.1.3 – Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

3.1.4 – Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

3.1.5 – A prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da data de encerramento do evento.

3.1.5.1 – Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

3.2 - A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, conforme dispõe os Artigos 11 e seguintes da Lei 13.019/2014 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3 – São obrigações do Gestor:

4.3.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

4.3.2 – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

4.3.3 – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

4.3.4 – Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

4.3.5 – Comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil;

4.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública será reembolsada da integralidade do valor, quer seja de forma administrativa, quer seja judicial, cabendo as seguintes consequências:

4.4.1 – Retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 – Este Termo de Fomento terá vigência condicionada à prestação de contas, contados da data final do evento, limitando-se a 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública antes do término inicialmente previsto.

5.2. O Termo de Fomento deverá ser publicado com respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do exercício de 2017:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Projeto/Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.

7.2 – Os recursos financeiros serão transferidos em uma única parcela.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.

8.2 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

8.3 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

8.4 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

8.5 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade de pessoa jurídica.

8.6 – Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastrada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

9.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.2.1 – Datas e locais das atividades, incluindo o registro de divulgação e dos resultados em fotos, materiais, estimativa de participantes e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

9.3 – O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.3.1 – Extrato da conta bancária específica;

9.3.2 – Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;

9.3.3 – Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

9.3.4 – Material comprobatório do cumprimento do objeto podendo ser em fotos e outros suportes;

9.3.5 – Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.

9.4 – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.5 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

9.5.1 – Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

9.5.2 – Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

9.6 – Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

9.6.1 – Os resultados já alcançados e seus benefícios;

9.6.2 – Os impactos econômicos ou sociais;

9.6.3 – O grau de satisfação do público alvo;

9.6.4 – A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.7 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do recurso, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

9.7.1 – O prazo referido no item 9.7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

9.7.1.1 – O disposto no item 9.7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da prestação de contas, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

9.8 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

9.8.1 – Aprovação da prestação de contas;

9.8.2 – Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

9.9 – As prestações de contas serão avaliadas:

9.9.1 – Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.9.2 – Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

9.9.3 – Irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

9.9.3.1 – Omissão no dever de prestar contas;

9.9.3.2 – Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.9.3.3 – Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

9.9.3.4 – Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.10 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

9.10.1 – O prazo referido no item 9.10 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

9.10.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

9.12 – A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, conforme dispõe os Artigos 11 e seguintes da Lei 13.019/2014 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão

pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participação voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

12.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

12.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

13.1.1 – Advertência;

13.1.2 – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3 – Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de Penha, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO FORO

15.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

15.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento. Penha/SC, 10 de abril de 2019.

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração

Associação Cultural Benéfico e Assistencial dos Pescadores do Gravatá - APEG
Israel Claiton de Lima
Presidente

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE JULGAMENTO SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 09/2018

Publicação Nº 1980631

TERMO DE JULGAMENTO

Sindicância Administrativa nº 09/2018

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurado Sindicância Administrativa nº 10/2018, através da portaria 1314/2018, visando a apuração dos fatos apresentados pela professora ISABELA CUSTÓDIO, que trabalha, na Creche da Casa da Amizade, localizada na Rua Arthur Silvino do Reis nº 322 – Centro/Penha, com relação a ocorrência de suposto “furto” ou “sumiço” de seu notebook no dia 08/06/2018 em horário de expediente.

Foram solicitadas informações a Secretaria de Educação a fim de esclarecer o ocorrido, em vista disso, houve a juntada de quatro pareceres descritivos, respectivamente: Sra. Karla Cristina Thomasen fls. 5; Sra. Gislaire Aparecida Ribeiro fls. 6; Sra. Lucimere Pinto fls. 7 e, da Equipe gestora fls. 8.

Nenhuma das colaboradoras que emitiram parecer sobre o caso, relataram ter visto a professora com o notebook ou ainda tê-lo visto na sala, onde ela alega ter deixado o aparelho. Nas gravações, das câmeras de segurança não há registro de pessoa portando um notebook, seja saindo ou entrando na creche, no dia 08/06/2018.

É o relatório.

Em suma, a Comissão de Sindicância constatou, fls. 34 e 35, que " a responsabilidade única e exclusiva pelo notebook e da professora Isabela, sendo que não há de ser indenizada, pois por seu descuido perdeu seu notebook, não sabendo aonde deixou"; " que a escola não pode se responsabilizar por extravios, furtos ou perda de objetos particulares da professora Isabela, pois cabia a esta zelar por seu patrimônio.."

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para decidir que a professora ISABELA CUSTÓDIO, é a única e exclusiva responsável pelo sumiço de seu notebook, vez que, não há comprovação de que, o aparelho realmente foi furtado dentro das dependências da creche, pois, ninguém mais a viu portando o notebook, bem como, as câmeras de segurança não registraram tanto a professora, quanto qualquer outra pessoa, entrando ou saindo do local com um microcomputador.

Dá-se ciência a Secretaria de Educação para conhecimento dos fatos e devidas considerações, bem como ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, a fim de concordar ou não com as conclusões aqui expostas.

E ainda, que seja notificada para a ciência da decisão a professora ISABELA CUSTÓDIO, e a Equipe Gestora da Creche da Casa da Amizade .

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 08 de Abril de 2019.

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TERMO DE JULGAMENTO SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 11/2018

Publicação Nº 1980630

TERMO DE JULGAMENTO

Sindicância Administrativa nº 11/2018

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurado Sindicância Administrativa através da Portaria nº 1304/2018 para apuração dos fatos apresentados no B.O nº 00578-2018-0026423, na qual o motorista Patrick Rene Prim diz ter sofrido danos em seu veículo enquanto transitava na Rua Nereu de Assis – Bairro Armação, onde foi relatado que seguindo a via, logo após uma lombada, um buraco na via causou danos ao sistema de exaustão do veículo, devido a péssima condições da via.

Foram juntados diversos documentos e fotografias onde consta Boletim de Ocorrência, fotos do acidente, orçamentos e requerimento feito a Prefeitura Municipal de Penha por meio da Plataforma 1Doc.

Foi ouvida a Chefe de Setor Da Secretaria de Serviços Urbanos Sra. Nair Cardozo.

É o relatório.

Na instrução verificou-se que se trata de suposto dano causado no veículo do Sr. Patrick Rene Prim ocasionado por uma depressão na via pública.

No boletim de Ocorrência o condutor do carro, relatou que "Seguindo a via logo após uma lombada, um buraco na via causou danos ao sistema de exaustão do veículo, devido à péssima condições da via. No local, o veículo já apresentou fortes ruídos, devido ao impacto na parte inferior. Visto a olho nú, tem vários arranhões na pista deixando claro que não fui primeiro a ter o mesmo problema.

Porém, afim de esclarecer os fatos, foi convocado a Chefe de Setor Nair Cardozo que em seu depoimento as fls. 19 diz: "Que declara que desconhece o buraco nessa rua. Não tivemos na Secretaria de Serviços Urbanos reclamações de moradores relacionado a algum buraco próximo a lombada. Que a Secretaria faz um controle dos pedidos feitos pela população para que seja elaborado um cronograma de reparos. Porém, ao analisar as fotos que foram juntadas ao processo, é visível que não se trata de buraco e sim de um desnível na via, onde dependendo da velocidade poderá causar sérios danos ao veículo.

Cabe destacar que o Município cumpre com seu dever de conservar estradas e rodovias, contudo se o requerente estivesse atento e em baixa velocidade, teria condições de evitar o acidente.

Vale ressaltar que, ainda nos documentos apresentados, o requerente protocolou apenas um orçamento para o concerto do veículo, não deixando claro uma cotação de valores de mercado, não respeitando o que dispõe a Lei Municipal nº 2463/2011, que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal promover, via administrativa, a indenização por acidentes de trânsito, e dispõe sobre o procedimento a ser adotado para a responsabilização do servidor público e dá outras providências. Senão vejamos:

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INDENIZATÓRIO:

Art. 2º O particular que tiver veículo de sua titularidade ou responsabilidade deverá protocolar, dentro de 30 (trinta) dias do sinistro, pedido de indenização de que trata o art. 1º, anexando os seguintes documentos:

I – cópia autenticada do Boletim de Ocorrência, e/ou croqui do acidente;

II – três orçamentos devidamente assinados, com firma reconhecida dos signatários e com prazo de validade para ser executada em 60

dias, ou, conforme caso, cópia autenticada em cartório da apólice de seguro;
III – rol de testemunhas, com endereço e qualificação;
IV – fotos do veículo danificados.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para decidir que não houve omissão do Município com relação à conservação das ruas, pelo que improcede a solicitação de reparação de danos, até porque não atendeu os ditames da Lei nº 2463/2011, e não há provas de que tenha um buraco, apenas um declive na rua.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial.

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 05 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

Portaria nº 1230/2018

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 43/2019

Publicação Nº 1980941

DECRETO Nº 43/2019

DESIGNA COMISSÃO DE SELEÇÃO E MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, GESTOR DA PARCERIA E ÓRGÃO TÉCNICO ENTRE O MUNICÍPIO DE PERITIBA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e suas alterações;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto Municipal nº 95/2017 "A", de 25 de Maio de 2017;

CONSIDERANDO, que nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil; e

CONSIDERANDO, a formalização de Processo de Dispensa do Chamamento Público 01/2019, para atendimento do previsto no Inciso VI do Art. 30 da Lei 13.019/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada atendendo ao dispositivo legal previsto na alínea "g", do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 como Gestor da Parceria a ser celebrada através de Termo de COLABORAÇÃO entre o Município de Peritiba e as Organizações da Sociedade Civil selecionadas a servidora LUANA CAROLINA SCHARDONG, ocupante do cargo de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, Matrícula nº 824.

Art. 2º Ficam designados em cumprimento do disposto na alínea "h", do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 os servidores abaixo identificados, para comporem a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação as pessoas a seguir indicadas, cada um com as seguintes funções:

Matrícula	Nome	Cargo	Provimento	Função
824	LUANA CAROLINA SCHARDONG	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	Efetivo	Presidente
397	CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA	DIRETOR DE ESCOLA	Efetivo	Secretária
13	MARILUCI SORDI KLEIN	COORDENADOR PEDAGÓGICO	Efetivo	Membro
1057	DACIANE DE SOUZA FINGER	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	Comissionado	Membro

Art. 3º Fica responsável pelo ÓRGÃO TÉCNICO da parceria firmada a servidora: HELENA MARIA FINGER KOPSELL.

Art. 4º Os serviços prestados pelos servidores acima serão gratuitos e considerados de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 04 de Abril de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
04/Abril/2019

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

DECRETO 44/2019

Publicação Nº 1980942

DECRETO Nº 44/2019

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Peritiba, inciso VIII, Art. 101, e de conformidade com Lei n.º 1899/2012 de 28 de fevereiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam alterados os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS do Município de Peritiba, esfera do governo, Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, com a seguinte composição:

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Titular: Gracieli Denise Wuaden

Suplente: Roseli Gastmann

Unidade Sanitária de Peritiba

Titular: Nádia Schneider Kleber

Suplente: Alexandra Bresan Boll

Art. 2º O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, do Município de Peritiba, passa a ser composto pelas pessoas abaixo mencionadas:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

a) Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Titular: Gracieli Denise Wuaden

Suplente: Roseli Gastmann

b) Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Titular: Dulci Noeli Rauber Bacca

Suplente: Marta Salete Bays

c) Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Helena Maria Finger Kopsell

Suplente: Franciéli Schoenell

II – PRESTADORES DE SERVIÇO

a) Hospital Peritiba

Titular: Sergio Thomazoni

Suplente: Loana Paula de Britto

b) Unidade Sanitária de Peritiba

Titular: Nádia Schneider Kleber

Suplente: Alexandra Bresan Boll

c) Profissionais da Saúde

Titular: Simone Sordi

Suplente: Liziane Trombetta

III – USUÁRIOS DO SISTEMA

a) Sindicato dos Trabalhadores rurais de Peritiba

Titular: Miguel Zanella

Suplente: Cristiane Christ

b) Clube de Mães de Peritiba

Titular: Vitória Gasparetto

Suplente: Nadir da Rosa

c) APP – Associação de Pais e Professores

Titular: Mauro Ferrari

Suplente: Marcelly Cristina Deitos Vicini

d) Comunidade Evangélica

Titular: Eda Gossenheimer

Suplente: Lúcia Engel

e) Grupo de Idosos de Peritiba

Titular: Marino Haupenthal

Suplente: Ursula Brand

f) Pastoral da Saúde

Titular: Irmali de Almeida Engel

Suplente: Delair Ana Delazari Dall Orsoletta

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 04 de Abril de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em., 04/Abril/2019.

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

DECRETO 45/2019

Publicação N° 1980944

DECRETO N°. 45/2019

EXONERA POR CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido a contar de 04/04/2019 o Servidor GILBERTO PISSAIS, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "E", do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, ante concessão de aposentadoria pela Previdência Social.

Art. 2.º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 2816/2007 de 01 de Março de 2007.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 04 de Abril de 2019

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
04/Abril/2019

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

DECRETO 46/2019

Publicação N° 1980945

DECRETO N.º 46/2019

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO N° 01/2019

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

Considerando a regularidade processual na execução das fases do Processo Seletivo;

CONSIDERANDO o resultado do Processo Seletivo nº 01/2019 para preencher vaga de Estagiário.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a relação de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2019 para preencher vaga de Estagiário conforme segue:

Inscrição	Nome	Nota	Situação
07	CASSIO BAZEI SCHNEIDER	6,0	1º
12	LEANDRA SGARBOSSA	5,5	2º
06	LUANA CRISTINA KLEIN MARASCHINI	5,5	3º
16	DENIZE SALETE SALING KIRST	5,0	4º

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., 05 de Abril de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Abril/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

DECRETO 47/2019

Publicação Nº 1980947

DECRETO Nº. 47/2019

EXONERA SERVIDORA EFETIVA CARINA PAULA HACK

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido a partir do dia 08/04/2019 a Servidora CARINA PAULA HACK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2.º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 12/2017 de 03 de Janeiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 08 de Abril de 2019

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Abril/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

DECRETO 48/2019

Publicação Nº 1980950

DECRETO N.º 48/2019

NOMEIA TEMPORARIAMENTE CARINA PAULA HACK

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Considerando: o Edital de Processo Seletivo 03/2018 de 24 de Outubro de 2018 e homologado em 28 de Dezembro de 2018;

Considerando: a comunicação interna 08/2019 emitida pela secretaria de Educação.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a partir de 09/04 a 28/06/2019 ou até a homologação do Concurso Público nº 01/2019, CARINA PAULA HACK, para exercer as funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", com carga horária de 20 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 49/2013 de 30 de Outubro de 2013.

Parágrafo Único: O contratado prestará seu serviço no Centro Educacional Professor José Arlindo Winter e Centro de Educação Infantil Mateus Petter.

Art. 2.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 09 de Abril de 2019.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/Abril/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dezenove, no Gabinete do Prefeita Municipal, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu a cidadã CARINA PAULA HACK, brasileira, solteira, natural de Peritiba/SC, com 23 anos de idade, filha de Neuri Hack e Lourdes Marise Hack, admitida pelo Decreto n.º 48/2019, de 09/04/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante o Prefeito em Exercício, Senhor JONAS SIMON, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE PROFESSOR, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pela Compromissada e pelo Prefeito em Exercício.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 09 do mês de Abril de 2019.

CARINA PAULA HACK

Compromissada

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

DECRETO 49/2019

Publicação N° 1980951

DECRETO N.º 49/2019

NOMEIA TEMPORARIAMENTE

FERNANDA ANDRESSA ENGEL RUPPENTHAL

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Considerando: o Edital de Processo Seletivo 03/2018 de 24 de Outubro de 2018 e homologado em 28 de Dezembro de 2018;

Considerando: a comunicação interna 08/2019 emitida pela secretaria de Educação.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a partir de 10/04 a 28/06/2019 ou até a homologação do Concurso Público nº 01/2019, FERNANDA ANDRESSA ENGEL RUPPENTHAL, para exercer as funções do cargo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", com carga horária de 20 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 49/2013 de 30 de Outubro de 2013.

Parágrafo Único: A contratada prestará seu serviço no Centro de Educação Infantil Mateus Petter.

Art. 2.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 09 de Abril de 2019.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/Abril/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezenove, no Gabinete do Prefeita Municipal, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu a cidadã FERNANDA ANDRESSA ENGEL RUPPENTHAL, brasileira, casada, natural de Peritiba/SC, com 27 anos de idade, filha de Adalipio Engel e Flavia Tereza Engel, admitida pelo Decreto n.º 49/2019, de 09/04/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante o Prefeito em Exercício, Senhor JONAS SIMON, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE PROFESSOR, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pela Compromissada e pelo Prefeito em Exercício.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 09 do mês de Abril de 2019.

FERNANDA ANDRESSA ENGEL RUPPENTHAL
Compromissada

JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 44/2019 - 1º ADITIVO AO CONTRATO 11/2019

Publicação Nº 1981041

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório Nº 112/2018, modalidade Pregão Presencial nº 44/2018.

Objeto: Suprimir, a partir desta data, do contrato original nº 11/2019 o item 45, de acordo com a solicitação da empresa.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2019, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2019.

Contratado: ENIO DELAZERI EIRELI

CNPJ nº: 07.383.088/0001-17

Data de Vigência: 09/04/2019 a 30/04/2019.

Município de Peritiba – SC em 09 de Abril de 2019.

JONAS SIMON
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 226/2019

Publicação Nº 1980341

PORTARIA Nº 226/2019
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1.º PROMOVER, a partir do dia 05 de Abril de 2019, a Servidora JAKELINE BERVIAN MEZZOMO, da Classe "C" para a Classe "D" do Grupo 2, Nível 2, referente ao período de 05/04/2016 a 04/04/2019, em conformidade com a Lei n.º 39/2012, Art. 65, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-SE E Publique-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Abril de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
04/Abril/2019

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 227/2019

Publicação Nº 1980342

PORTARIA Nº 227/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ANA CLAUDIA SORDI, ocupante das funções do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 1, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no período vespertino do dia 04 e nos dias 05 a 10 de Abril de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Abril de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 04/Abril/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 228/2019

Publicação Nº 1980345

PORTARIA Nº 228/2019
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Servidora LUCIA ENGEL ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 08/04 a 07/05/2019, relativo ao período aquisitivo de 10/01/2018 a 09/01/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 04 de Abril de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 04/Abril/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 229/2019

Publicação N° 1980346

PORTARIA N° 229/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JONATAN PAULO ANTUNES MACIEL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 03 de Abril de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Abril de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 04/Abril/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 230/2019

Publicação N° 1980348

PORTARIA N° 230/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GLADISTONE COGHETTO JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO DA FAMILIA, Grupo 3, Nível 8, Classe "B", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 04 de Abril de 2019 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Abril de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 04/Abril/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 231/2019

Publicação Nº 1980349

PORTARIA Nº 231/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora FERNANDA FINGER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 08 de Abril de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Abril de 2019.
JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Abril/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 232/2019

Publicação Nº 1980350

PORTARIA Nº 232/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JENIFER CRISTINA BENINI, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 03 de Abril de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de Abril de 2019.
JONAS SIMON
Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Abril/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 233/2019

Publicação Nº 1980928

PORTARIA Nº 233/2019

DESIGNA SERVIDORA RESPONSÁVEL
PELOS ADIANTAMENTOS DA SECRETARIA DE

SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

Considerando: a Comunicação Interna nº 18 emitida pela Secretária de Saúde e Bem Estar Social.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado a partir de 11/04/2019 a servidora LIZIANE TROMBETTA, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICO, para responder pelas Adiantamentos da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 08 de Abril de 2019.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/Abril/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 234/2019

Publicação N° 1980930

PORTARIA N° 234/2019

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCIA SALETE BAYS MULLER, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 10 de Abril de 2019 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Abril de 2019.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Abril/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

Pescaria Brava

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2019 E PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019 PMPB/FMS/FMAS

Publicação Nº 1980500

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2019 – FMAS/FMS/PMPB
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019 – FMAS/FMS/PMPB

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para registro de preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CASCOS DE GÁS GLP-P13 E GLP P-45 E FORNECIMENTO PARCELADO DE GÁS GLP-P13 E GLP-P45 PARA USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS E OS FUNDOS MUNICIPAIS DE PESCARIA BRAVA NO ABASTECIMENTO DAS ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE, SEDE DA PREFEITURA E O CRAS.. Quantidades e especificações nos anexos do Edital. Tipo de licitação: Menor Preço Por Item. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 24/04/2019 às 09:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações, e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br, esta licitação encontra-se publicada no site: www.pescariabrava.sc.gov.br, Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC. Pescaria Brava, 10 de abril de 2019.

Deyvisonn da Silva de Souza
PREFEITO MUNICIPAL.

Piratuba

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2019

Publicação Nº 1981112

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA – SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2019

Objeto: Credenciamento de empresa(s) especializada(s) para divulgação de Atos Oficiais, Administrativos, Programas e Campanhas Institucionais, conforme especificação no Edital.

Prestadores: Prestador de serviços em Rádios e Jornais.

Recebimento da documentação: à partir de 10/04/2019 até 30/12/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará a disposições dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Compras do Município de Piratuba, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Piratuba, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, 08 de abril de 2019

CARLOS ALBERTO MALTAURO

Supervisor de Compras

PORTARIA Nº 204/2019

Publicação Nº 1980575

PORTARIA Nº204/2019

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

SHAYANE APARECIDA DE VARGAS SCHÄFER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Floriano Bender, s/nº, nesta cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 6.118.501 e CPF sob o nº 085.384.149-76, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 13 de dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 08 de abril de 2019.

Evando Antônio de Azeredo

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 08 de abril de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019 - FMS

Publicação Nº 1981114

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019 - FMS

Objeto: Registro de Preço para contratação de laboratório para possível fornecimento de próteses dentárias para atender a demanda da população do município, conforme especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 30/04/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 30/04/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 08 de abril de 2019.
Vanderlei Weber
Gestor do fundo Municipal de Saúde

Planalto Alegre

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 004_2019

Publicação N° 1981555

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Planalto Alegre

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Administrativo: 004/2019

Contratante: Câmara de Vereadores de Planalto Alegre.

Contratada: PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO EM RADIODIFUSÃO COM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, PARA DIVULGAÇÃO MATÉRIAS E ATOS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PLANALTO ALEGRE ESTADO DE SANTA CATARINA.

Valor do Contrato: R\$ 23.400,00

Vigência: até dia 31/12/2019

Licitação: Pregão Presencial nº 002/2019

Planalto Alegre- SC, em 10 de Abril de 2019.

Paulo Rohrbek

Presidente da Câmara de Vereadores

Pomerode

PREFEITURA

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2017 - PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 1980603

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2017 PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 001 / 2017.
Pregão Presencial n.º 001 / 2017.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: MAGRIT HILLE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL, BEM COMO CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NOS PORTAIS DE CONVÊNIOS - SICONV E SIGEF, E OU INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

Valor mensal contratado com reajuste e acréscimo: R\$3.813,00 (três mil e oitocentos e treze reais)
Valor total contratado – 12 meses: R\$45.756,00 (quarenta e cinco mil e setecentos e cinquenta e seis reais).
Prorrogação – 12 meses – Prazo final – 09/04/2020.

Justificativa: Em conformidade com o Artigo 57, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 e a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 017 / 2017, tendo em vista tratar-se de prestação de serviços executados de assessoria e consultoria na área administrativa, prospecção de fontes de recursos, elaboração de planos de trabalho e projetos para captação de recursos na esfera Estadual e Federal, bem como cadastramento e acompanhamento dos processos eletrônicos nos portais de convênios - siconv e sigef, e ou instituições financeiras de forma contínua, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 12 (doze) meses. Fica reajustado o valor mensal pago pelos serviços de assessoria e consultoria na área administrativa, levando em consideração o Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, passando de R\$3.566,00 (três mil e quinhentos e sessenta e seis reais) para R\$3.813,00 (três mil e oitocentos e treze reais), tendo em vista a variação do índice de 6,9313%, conforme previsto na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n.º 017 / 2017.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Magrit Hille, Magrit Hille, Contratada.

Pomerode / SC, 29 de Março de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

2ºTERMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050 / 2018 - PRAZO

Publicação Nº 1980453

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 050 / 2018 PRAZO

Processo Administrativo n.º 053 / 2018.
Pregão Presencial n.º 027 / 2018.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: COMERCIALIZA STRATÉGIA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO TURISMO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

PRAZO: 60 (sessenta) dias até 08/06/2019.

Justificativa: Em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 050 / 2018 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 09/04/2019 até 08/06/2019, o aditamento de prazo se deve para aprovação da entrega da versão final do plano de turismo conforme agendamento com o conselho, impedindo assim, a conclusão dos serviços dentro do prazo pré-determinado.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Silvana Fatima Fianco, Sócia Administradora, Comercializa Estratégia Comunicação e Marketing Ltda., Contratada.

Pomerode / SC, 28 de Março de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE CONCURSO Nº 035/2019, PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA NA UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 1981610

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7257
E-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br
Rua XV de Novembro, 525 – Centro 89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

EDITAL DE CONCURSO Nº 035/2019, PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA NA UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, com base nas disposições da Legislação vigente, torna público para conhecimento dos interessados que ficam abertas as inscrições para o CONCURSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, Capítulo I, Seção V, Subseção IV, artigos 32 e 33, com a Lei Complementar nº 289 de 18 de novembro de 2015, e a regulamentação do presente Edital.

1 - DO CONCURSO

A ampliação de carga horária consiste no aumento de carga horária dos titulares de cargo de carreira com carga horária inferior a quarenta horas semanais no cargo pretendido para até quarenta horas semanais.

2 - DAS VAGAS

As vagas disponíveis para a Ampliação de Carga Horária na Rede Municipal de Ensino segue descrita no quadro abaixo:

Cargo	Carga horária e local
Professor disciplina Esp. Alemão	40h – Escola Básica Municipal Olavo Bilac;

3 – DOS REQUISITOS

Para participação no Concurso de que trata este Edital, o candidato deverá:

- 3.1 – Não estar readaptado;
- 3.2 - Não ter sofrido pena de advertência por escrito e de suspensão;
- 3.4 - Não ter faltado injustificadamente nos últimos 12 (doze) meses, contados até a publicação deste.

4 – DOS DOCUMENTOS

Os candidatos deverão apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:

- 4.1 Declaração de tempo de efetivo exercício do cargo na Rede Municipal de Ensino de Pomerode contados até 30 de março de 2019. O mesmo será solicitado à Divisão de Recursos Humanos pelo Setor Administrativo da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;
- 4.2 Cópia da Carteira de Identidade;
- 4.3 Requerimento Padrão (ANEXO 01) protocolado na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, solicitando a ampliação de carga horária;
- 4.4 Cópia dos títulos.

5 - DAS INSCRIÇÕES

- 5.1. No ato da inscrição, o candidato deverá preencher o Requerimento Padrão (ANEXO 01) e anexar fotocópia dos seguintes documentos:
 - a) Carteira de Identidade;
 - b) Títulos.

5.2. Ao encaminhar a inscrição, automaticamente será processada a contagem do tempo de serviço que será computado até 28 de fevereiro de 2019.

5.3. As inscrições serão realizadas no dia 12 de abril de 2019, no Protocolo da Secretaria da Educação e Formação Empreendedora no horário das 7:30h às 11:30 e das 13h às 16h, sito à Rua 15 de Novembro, 555.

6 - DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

6.1. Terá preferência o candidato que possuir maior qualificação em nível de titulação.

Títulos	Pontuação
Doutorado	500 pontos para cada curso
Mestrado	400 pontos para cada curso
Curso de Pós graduação na área específica de atuação.	300 pontos para cada curso
Curso de Pós graduação na área da educação	200 pontos para cada curso

6.2. Caso houver empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- Tempo de serviço na Rede Municipal
- Idade.

7 – DOS PRAZOS

Serão considerados os seguintes prazos:

7.1. A classificação provisória dos candidatos inscritos será divulgada no dia 12 de abril de 2019 às 17:00 horas, sendo estabelecido o prazo até as 16:00 horas do dia 16 de abril de 2019, para impetrar recurso.

7.2. A homologação da classificação final será divulgada no dia 17 de abril de 2019.

7.3. A escolha de vagas será no dia 18 de abril de 2019, às 08:00h na Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora, sito a Rua 15 de Novembro, 525, com a presença dos classificados.

7.4. Para efeito de remuneração e alteração de carga horária, a Ampliação de Carga Horária entrará em vigor na data de 23 de abril de 2019.

8– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O Prefeito Municipal de Pomerode constituirá através de Portaria, comissão para acompanhamento da Ampliação de Carga Horária de que trata o presente Edital, com a competência de coordenar, analisar recursos, dirimir casos omissos e validar o resultado final do procedimento de Ampliação de Carga Horária irreversível e definitiva e terá a seguinte composição:

a) Representante da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora:

1. Jaqueline Beatriz Rahn

a) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pomerode:

1. Evanir Pfigler

b) Representante da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pomerode:

1. Miriam Rossana Biani Staskowian

8.2. Os membros da referida comissão não poderão inscrever-se no presente Concurso.

8.3. A diferença de vencimento decorrente do aumento da carga horária será incorporada, de forma permanente, à remuneração do servidor na razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês de contribuição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 273/2015);

8.4. O concurso de que trata o referido Edital terá validade restrita ao período de sua realização.

8.5. As vagas remanescentes deste Concurso de Ampliação serão preenchidas pelo Concurso de Ingresso.

Município de Pomerode, 10 de abril de 2019.

ERCIO KRIEK

Prefeito de Pomerode

ANEXO 01

REQUERIMENTO / CONCURSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA nº 035/19

De preenchimento do candidato(a):

1. Identificação do requerente

Nome: _____

Carteira de Identidade nº: _____ 2. Situação funcional atual

Ocupando o cargo de _____ com _____ horas semanais, sendo _____ horas semanais na Unidade Escolar _____ e _____ horas semanais na Unidade Escolar _____.

3. Requer

Ampliação de _____ horas semanais na Unidade Escolar _____ e _____ horas semanais na Unidade Escolar _____.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Assinatura: _____

Pomerode, ____/____/2019

De preenchimento da Comissão:

1. Da Classificação e Desempate

- a) Tempo de serviço no Serviço Público Municipal: _____ meses
b) Tempo de serviço na Unidade Escolar em que pleiteia a vaga: _____ meses
c) Pontuação da titulação: _____
d) Data de nascimento: ____/____/____ 2. Parecer final
() Deferido
() Indeferido

LEI ORDINÁRIA N.º 3040/19

Publicação Nº 1981588

LEI ORDINÁRIA N.º 3040/19

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.012/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito do Município de Pomerode, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e assim fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 3.012/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

[...]

§ 2º O servidor público que optar em aderir ao plano de saúde arcará com a diferença entre o valor custeado pelo Município de Pomerode e o valor total do plano escolhido, que será variável dependendo da faixa etária do servidor, cuja importância será descontada em sua folha de pagamento, mensalmente, enquanto perdurar a adesão.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo 3º do artigo 1º, da Lei nº 3.012/2018.

Art. 3º O Anexo I constante da Lei nº 3.012/2018 fica substituído pelo anexo a seguir:

FAIXA ETÁRIA	
0-18 ANOS	R\$ 80,10
19-23 ANOS	R\$ 97,02
24-28 ANOS	R\$ 123,12
29-33 ANOS	R\$ 147,99
34-38 ANOS	R\$ 161,81
39-43 ANOS	R\$ 169,41
44-48 ANOS	R\$ 189,95
49-53 ANOS	R\$ 208,89
54-58 ANOS	R\$ 279,51
ACIMA DE 59 ANOS	R\$ 449,13

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 11 de abril de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito do Município de Pomerode

PORTARIA 25.095

Publicação Nº 1981211

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.095

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) PRISCILA RAQUEL SCHIROKY PARA O CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO.

O Secretário de Saúde, MARCOS BONMANN, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR PRISCILA RAQUEL SCHIROKY, para o cargo de CIRURGIÃO DENTISTA COMUNITÁRIO, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 10 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de abril de 2019.

MARCOS BONMANN
Secretaria de Saúde

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 009 / 2018 - TIPO TÉCNICA E PREÇO - JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1981359

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 100 / 2018
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 009 / 2018
TIPO TÉCNICA E PREÇO

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

1. Trata o presente de julgamento do Recurso Administrativo apresentado pela Empresa GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA, empresa líder do Consórcio GEOPOMERODE, recebido em 14/02/2019 sob Protocolo n.º 1047 / 2019, aduzindo que a licitante DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, empresa líder do CONSÓRCIO DRZ-SAI, possui algumas punições aplicadas por órgãos públicos, dentre estas, a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, infringido o disposto no item 3.2 do edital de licitação, uma vez que fica impedida na participação do presente certame e ao final, requerendo a apuração dos fatos e posterior desclassificação/inabilitação do CONSÓRCIO DRZ-SAI

2. Concedido o prazo de contrarrazões, em 22/02/2019 sob Protocolo n.º 1273 / 2019, a Empresa DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, empresa líder do CONSÓRCIO DRZ-SAI, apresentou tempestivamente suas contrarrazões recursais afirmando que: (i) o Edital da Tomada de Preços n.º 009/2018 apenas restringe de participar no certame aqueles que estiverem cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com o Município de Pomerode, Fundos e Fundação, (ii) que a empresa DRZ – Geotecnologia e Consultoria Ltda. não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e não possui em seu desfavor a penalidade suspensão temporária de contratar com o Município de Pomerode, Fundos e Fundação e (iii) que as sanções aplicadas em um órgão administrativo não são abrangentes para atingir outras esferas da Administração. Ao final requer o indeferimento do Recurso Administrativo apresentado pela Empresa GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA, mantendo-se a licitante no certame licitatório.

3. Inicialmente cabe esclarecer que a Comissão de Licitações pauta-se no julgamento imparcial das causas que lhe são atribuídas, atentando-se unicamente em cumprir as normas e princípios da licitação pública, sempre em estrito cumprimento as regras do edital sob análise e a legislação em vigor.

4 Diante do exposto, conforme as regras editalícias e com supedâneo no Parecer Jurídico n.º 048/2019/PROGEM (Documento anexo), entendemos pela PROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo apresentado pela Empresa GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA, empresa líder do Consórcio GEOPOMERODE, declarando INABILITADA a licitante DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, empresa líder do CONSÓRCIO DRZ-SAI no Processo Administrativo n.º 100 / 2018, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 009 / 2019 – Tipo Técnica e Preço, diante de fatos impeditivos da licitante em contratar com o Poder Público em todas as esferas da Federação, pelo prazo de 05 cinco anos, nos termos das sanções previstas no Artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e em estrito cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Pomerode / SC, 09 de Abril de 2019.
RODRIGO FABIANO DOEGE
Presidente da Comissão de Licitações

ITAMAR CANDIDO PERINI
Secretário

ANDRÉ LUIS AMORIM
Membro.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 127/2019**

Publicação Nº 1980412

Decreto Nº 127/2019

AUTORIZA A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ZAURÍ MARTINS DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Pomerode, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica A Mesa Diretora autorizada a doar ao Poder Executivo Municipal diversos bens móveis inservíveis, relacionados no Quadro Discriminativo, com itens numerados de 01 a 20, que passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de Abril de 2019.

Zauri Martins do Nascimento

Presidente

RELAÇÃO DISCRIMINATIVA DE EQUIPAMENTOS INSERVÍVEIS

- 1 – 1 Central de Monitoramento Vídeo, Marca Lux Ision
- 2 – 5 Câmeras, Marca Lux Ision, Modelo LVCH3063PC
- 3 – 1 Câmera, Marca Lux Ision, Modelo LVC5125B
- 4 – 2 Câmeras, Marca QSEE, Modelo QD6501B
- 5 – 2 Câmeras, Marca IR Digital, Modelo CCD
- 6 – 1 Câmera, Marca Network Venetian, Modelo IP 5 Mega
- 7 – 1 Fragmentadora de Papel, Marca Aurora, Modelo AS1610SB
- 8 – 1 Condicionador de Ar 7.500 Btus, Marca Springer, Modelo Innovare
- 9 – 1 Evaporadora Split 60.000 Btus, Marca Springer Carrier, Modelo 42LOA060515KC
- 10 – 1 Central Telefonica, Marca Intelbras, Modelo TI630I
- 11 – 1 Central de Ramais, Marca Intelbras, Modelo 6020
- 12 – 1 Equipamento de Áudio (Mesa de Som) Stereo Professional, Marca Voxmann, Modelo VA440, com Painel de Controles
- 13 – 1 Máquina de Datilografia, Marca Underwood, Modelo 298
- 14 – 1 Multifuncional, Marca HP Deskejet, Modelo F4280
- 15 – 1 Multifuncional, Marca HP Officejet, Modelo 4500 DESKTOP
- 16 – 1 Aparelho de DVD, Marca SEMP, Modelo SD 3020 NK
- 17 – 1 Microfone, Marca Behringel Ultravoice, Modelo XM8500
- 18 – 1 Teclado para Computador, Marca Monterey
- 19 – 1 Teclado para Computador, Marca MTEK
- 20 – 1 Máquina Fotográfica 6.0 Mega Pixels, Marca Sony, Modelo Cyber-shot

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO PP 24/2019

Publicação Nº 1980615

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 143/2018 de 20 de Julho de 2018, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 25/04/2019 às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DA QUADRA DO CEME.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Ponte Alta do Norte, até o horário limite de 09h45min do dia 25/04/2019. O início da sessão pública de processamento do pregão será às 10h00min do dia 25/04/2019

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 10/04/2019.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2077, DE 9 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980632

DECRETO Nº 2077, DE 9 DE ABRIL DE 2019

Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2018-PMPB e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o poder discricionário da administração pública, DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2018-PMPB (Prefeitura Municipal de Porto Belo), por mais 01 (um) ano, contados a partir de 18 de maio de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 9 dias do mês de abril de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

EXTRATO CONTRATO 005/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980214

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 005/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Alexandre Warmling

VALOR: R\$ 19.998,60 (Dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos),

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 006/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980216

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 006/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Aline Martinhago

VALOR: R\$ 19.998,60 (Dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos),
VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses
PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente
DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 007/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980217

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 007/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Amaro João Francisco

VALOR: R\$ 19.998,20 (Dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos),

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 008/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980223

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 008/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Cleidomir Debatin

VALOR: R\$ 19.294,80 (Dezenove mil duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 009/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980225

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA**CONTRATO N° 009/2019 – FMEDUCA**

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n° 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Cirlei Catarina de Souza

VALOR: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 010/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 1980226

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO N° 010/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n° 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Duilton Caetano

VALOR: R\$ 19.999,80 (Dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 011/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 1980228

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO N° 011/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n° 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Edemir Celio Martinhago

VALOR: R\$ 19.780,00 (Dezenove mil setecentos e oitenta reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 012/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980231

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 012/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Edson Jose Wysocki

VALOR: R\$ 18.902,40 (Dezoito mil novecentos e dois reais e quarenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 013/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980233

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 013/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Gilberto Torres

VALOR: R\$ 19.997,60 (Dezenove mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 014/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980236

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 014/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Jadson Pereira

VALOR: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 015/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980237

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 015/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Januario Torres

VALOR: R\$ 19.965,00 (Dezenove mil novecentos e sessenta e cinco reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 016/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980238

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 016/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: José Amaro Francisco

VALOR: R\$ 19.999,20 (Dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 017/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980239

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 017/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Jose Lino Theisges

VALOR: R\$ 19.440,00 (Dezenove mil quatrocentos e quarenta reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 018/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 1980241

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO N° 018/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Jose Luiz Voitena

VALOR: R\$ 19.998,40 (Dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 019/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 1980242

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO N° 019/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Juarez Schmitt

VALOR: R\$ 19.362,40 (Dezenove mil trezentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos),

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 020/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980243

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 020/2019 – FMEDUCA
OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: Lizerio Pitz
VALOR: R\$ 7.403,40 (Sete mil quatrocentos e três reais e quarenta centavos)
VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses
PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente
DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 021/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980246

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 021/2019 – FMEDUCA
OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: Lucas Francisco
VALOR: R\$ 19.997,60 (Dezenove mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)
VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses
PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente
DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 022/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980247

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 022/2019 – FMEDUCA
OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: Marcos Antonio Wysocki
VALOR: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses
PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 023/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980248

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 023/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Neri Marian

VALOR: R\$ 19.998,00 (Dezenove mil novecentos e noventa e oito reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 024/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980249

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 024/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Nivaldo Gorges

VALOR: R\$ 19.992,60 (Dezenove mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 025/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980251

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 025/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Nivaldo Arlindo Mendes

VALOR: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 026/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980253

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 026/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Nivaldo Perardt

VALOR: R\$ 18.622,00 (Dezoito mil seiscentos e vinte e dois reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 027/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980255

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 027/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Pedro Henrique de Oliveira da Silva

VALOR: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 028/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980262

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 028/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Roque Gorges

VALOR: R\$ 19.999,20 (Dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 029/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980264

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 029/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Silvano Pitz

VALOR: R\$ 19.997,60 (Dezenove mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 030/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980266

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 029/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Valdinei Wysocki

VALOR: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais),

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 031/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 1980270

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO N° 031/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Vanderlei Carlos da Silva

VALOR: R\$ 19.995,60 (Dezenove mil novecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 032/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 1980272

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO N° 032/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Vanderson da Silva

VALOR: R\$ 19.998,00 (Dezenove mil novecentos e noventa e oito reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 033/2019 - FMEDUCA

Publicação N° 1980275

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO N° 033/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Vanderlei da Silva

VALOR: R\$ 19.998,00 (Dezenove mil novecentos e noventa e oito reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 034/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980281

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 034/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Vanessa Miliorini

VALOR: R\$ 19.998,00 (Dezenove mil novecentos e noventa e oito reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 035/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980284

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 035/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: Vilson Maciel

VALOR: R\$ 19.997,40 (Dezenove mil novecentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 036/2019 - FMEDUCA

Publicação Nº 1980288

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
Chamamento Público 001/2019 - FMEDUCA

CONTRATO Nº 036/2019 – FMEDUCA

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no exercício 2019, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2019 - FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: João Amaro Francisco

VALOR: R\$ 19.997,60 (Dezenove mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

PRAZO DE ENTREGA: Semanalmente

DATA DA ASSINATURA: 05/04/2019

Porto Belo, 05 de Abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

ERRATA DECRETO Nº 664/2018

Publicação Nº 1980529

ERRATA – Decreto nº 664, de 03 de abril de 2019.

Na publicação do Decreto nº 664, de 03 de abril de 2019, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2795, de 08 de abril de 2019, Página 1675, Publicação nº 1974920,

Onde se lê:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no Artigo 3º da Emenda Constitucional 41/2005,”

Leia-se:

“O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005,”

Porto União (SC), 08 de abril de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

PORTARIA AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO 006/2019 - IMPRESS

Publicação Nº 1980382

PORTARIA Nº 006/2019/IMPRESS, de 10 de abril de 2019.

Deferir a Averbação de Tempo de Serviço junto ao INSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “a”, da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20022150.1.00015/19-0, NIT 1242361898-2, da servidora MARCIA DO CARMO SILVA DE RAMOS.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 2.558 (dois mil, quinhentos e cinquenta e oito) dias, correspondendo a 07 (sete) anos, 00 (zero) meses e 03 (zero) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento

- 17/09/1990 a 17/10/1995 – Miguel Forte Industrial S.A. 05a 01m 01d
- 02/05/1996 a 03/04/1998 – Pormade Portas de Madeiras Ltda 01a 11m 02d

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de abril de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

PORTARIA Nº 020/2019

Publicação Nº 1980355

PORTARIA Nº 020, de 09 de abril de 2019.

Altera membro da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização da Jornada de Trabalho dos Servidores Públicos do Município de Porto União (SC), instituída pela Portaria nº 039, de 25 de maio de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a Comissão Especial destinada a realizar o acompanhamento e à fiscalização da jornada de trabalho e assiduidade dos servidores públicos do Município de Porto União (SC), instituída pela Portaria nº 039, de 25 de maio de 2018, que passa a conter a seguinte composição:

I- Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo Torma - Presidente;

II- Tatiane Parizotto – Secretária;

III- Willian Eduardo Venâncio – Membro;

IV- Ruan Guilherme Wolf – Suplente;

V- Elisabete da Rocha – Suplente.

Art. 2º Os demais dispositivos constantes na Portaria nº 039, de 25 de maio de 2018, permanecem inalterados.

Art. 3º Revoga a Portaria nº 018, de 27 de março de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de abril de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 664/2019

Publicação Nº 1980527

DECRETO Nº 664, de 03 de abril de 2019.

Dispõe sobre Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. SIRLEI HELENA KRYSIK SCHOR, portadora do RG nº 1.459.501/SSP/SC e CPF nº 702.240.219-15, no Cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de abril de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 038 2019 - TENDAS E CADEIRAS PLASTICAS

Publicação Nº 1980432

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº38/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 25.04.2019, para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Tendas e cadeiras plásticas para uso em eventos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e demais Secretarias do Município.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br

Pouso Redondo, em 10 de Abril de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 39 2019

Publicação Nº 1981634

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 14:00 Horas do dia 25.04.2019, Registro de preço para aquisição de placas de inauguração e comemorativa em inox para as Secretarias do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 11 de abril de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N° D/4.307/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação N° 1980768

Decreto n° D/4.307/2019, de 02 de abril de 2019.

Homologa as Resoluções de n°s 004/2019 e 005/2019, ambas de 1° de abril de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Presidente Castello Branco.

Neiva Kleemann Toniello, Prefeita Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:
Art. 1°. Ficam homologadas as Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Presidente Castello Branco, conforme segue:

I – Resolução n° 004/2019, de 1° de abril de 2019, que emite parecer aprovando por unanimidade o Edital prévio de n° 01/2019/CMD-CA, referente as inscrições para o Processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Presidente Castello Branco, conforme Ata n° 004/2019;

II – Resolução n° 005/2019, de 1° de abril de 2019, que divulga cronograma de plantões de finais de semana dos membros do Conselho Tutelar, conforme Ata n° 004/2019.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 02 de abril de 2019.

Neiva Kleemann Toniello
Prefeita Municipal em Exercício

]
Publicado o presente Decreto em 02/04/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

EXTRATO DA PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO 8.174/2012-4 - DETRAN

Publicação N° 1980327

Extrato da prorrogação do Convênio n° 8.174/2012-4.

Conveniados:	Município de Presidente Castello Branco e Secretaria de Estado de Segurança Pública - DETRAN.
Objeto:	Prorrogação do Convênio n° 8.174/2012-4, que dispõe sobre a integração dos órgãos e entidades executivas de trânsito e rodoviários municipais ao Sistema Nacional de Trânsito. Portaria Estadual n° 087/GEPES/DIAF/SSP de 28/03/2019.
Vigência:	29/03/2019 a 31/03/2020.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019

Publicação Nº 1981140

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h30min (oito horas e trinta minutos), do dia 29 (vinte e nove) de abril de 2019, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Uniforme Escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, devidamente matriculados no Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2019, constando quantitativos, tamanhos e valores no Anexo I deste Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 10 DE ABRIL DE 2019.
Neiva Kleemann Toniolo
Prefeita Municipal e.e

LEI COMPLEMENTAR Nº 153/2019, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981090

Lei Complementar nº 153/2019, de 08 de abril de 2019.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transformar, no Quadro de Pessoal do Município de Presidente Castello Branco, os cargos de Motorista I, Motorista II e Motorista de Ônibus em cargo de MOTORISTA.

Neiva Kleemann Toniolo, Prefeita Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte,

Lei Complementar

Art. 1º. Ficam transformados, no Quadro de Pessoal do Município de Presidente Castello Branco, 06(seis) cargos de Motorista I, 08(oito) cargos de Motorista II e 03(três) cargos de Motorista de ônibus, em 17 (dezesete) cargos de MOTORISTA, enquadrado na TABELA V – Quadro Permanente de Pessoal – Grupo Ocupacional SOP – Serviços Operacionais, Nível 7, Referência “A”, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos na Tabela VII, filiados ao Regime Geral de Previdência Social, do Quadro Permanente de Pessoal, do Poder Executivo Municipal, Regime Jurídico Estatutário, da Lei Complementar nº 062/2009, de 16 de dezembro de 2009 e suas alterações posteriores, na finalidade de atender a demanda das atividades inerentes ao referido cargo.

Parágrafo único. As atribuições do cargo de MOTORISTA estão descritas nos itens 2.6, 2.7 e 2.8 da Tabela IX da Lei Complementar nº 062/2009, e serão exercidas de acordo com a categoria da Carteira Nacional de Habilitação – CNH e habilitação complementar de cada servidor.

Art. 2º. A transformação dos cargos de que trata a presente Lei Complementar não afeta a progressão funcional dos servidores.

Art. 3º. As despesas resultantes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco, SC, em 08 de abril de 2019.

Neiva Kleemann Toniolo
Prefeita Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei Complementar em 08/04/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella,
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças.

LEI COMPLEMENTAR Nº 154/2019, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981094

Lei Complementar nº 154/2019, de 08 de abril de 2019.

Dispõe sobre a regularização de construções irregulares e clandestinas no Município e dá outras providências.

Neiva Kleemann Toniello, Prefeita Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte,

Lei Complementar

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas iniciadas e/ou executadas anteriormente à data de vigência desta Lei Complementar, edificadas em desconformidade com os parâmetros urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor, instituído pela Lei Complementar nº 107/2013, de 20 de dezembro de 2013, e Código de Obras e Edificações de Presidente Castello Branco, instituído pela Lei Complementar nº 109/2013, de 20 de dezembro de 2013, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade e salubridade.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, consideram-se:

I- construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II- construção clandestina: aquela que foi executada sem autorização do Município, ou seja, sem projeto aprovado e sem licença correspondente;

III- construção clandestina parcial: aquela que corresponde à ampliação e/ou alteração (durante a obra) de construção legalmente autorizada, com partes em desconformidade com o projeto aprovado.

Art. 2º. Poderão ser regularizadas uma ou mais edificações no mesmo terreno, desde que tenham condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade e salubridade, garantidas por laudo técnico emitido pelo responsável técnico e pelo proprietário.

§ 1º Não serão exigidos elevadores em condomínios verticais para a regularização de edificações consolidadas executadas anteriormente à Lei Complementar nº 107/2013 e à Lei Complementar nº 109/2013.

§ 2º Somente será promovida legalização, no que se refere ao parâmetro de número de pavimentos se a construção tiver somente um pavimento a mais do que determinado pelo Plano Diretor e Código de Obras e Edificações de Presidente Castello Branco/SC.

§ 3º Edificações executadas anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 107/2013 e da Lei Complementar nº 109/2013, são consideradas consolidadas, ficando isentas de multas, porém devem apresentar os devidos projetos e pagamentos de taxas.

§ 5º Edificações executadas a partir da legislação referida no §3º até o início da vigência da presente Lei, consideradas irregulares ou clandestinas, estarão beneficiadas por esta Lei.

Art. 3º. As edificações beneficiadas por esta Lei deverão atender as demais exigências da legislação estadual e federal pertinentes à matéria.

Parágrafo único. As construções classificadas nos incisos I e II do art. 1º desta Lei, atenderão a legislação estadual e federal vigente à época do seu alvará de construção.

Art. 4º. Não serão passíveis de regularização, para efeitos desta Lei, as edificações que:

I- invadirem logradouro público, áreas de preservação ou de interesse ambiental;

II- estiverem, situadas em áreas de risco, assim definidas pelo Município;

III- proporcionarem riscos quanto à estabilidade, segurança, higiene e salubridade;

IV- invadirem áreas particulares ou públicas;

V- estejam situadas em faixas não edificáveis junto a represas, lagos, córregos, fundo de vale e linhas de transmissão de energia de alta tensão;

VI- estejam edificadas em parcelamentos clandestinos ou irregulares perante o Município;

VII- cujo uso ou atividade seja proibida pelo Plano Diretor de Presidente Castello Branco, na zona em que estiverem localizadas, salvo se na época do início da edificação, o uso era pertinente ou a empresa já possuía Alvará de Funcionamento.

Art. 5º. Poderão ser regularizadas as edificações cujas janelas ou recuos laterais sejam inferiores ao exigido pela legislação vigente, desde que expressamente autorizado pelo proprietário vizinho, isentando o Município de qualquer ação judicial futura, relativa ao direito de ventilação e iluminação da edificação existente.

§ 1º No caso de recuo frontal ou lateral para via ou logradouro público, a edificação poderá ser regularizada mediante assinatura de termo de compromisso do proprietário, desonerando o Município de qualquer reparação financeira do valor da edificação em caso de desapropriação ou necessidade de alargamento da via.

§ 2º A autorização do proprietário vizinho previsto no caput do presente artigo obrigatoriamente deverá ser reconhecida em cartório.

Art. 6º. A regularização de que trata esta Lei não implica no reconhecimento, pelo Município, da propriedade, das dimensões e da regularidade do lote e nem exime os proprietários de glebas parceladas ou os respectivos responsáveis das obrigações e responsabilidades decorrentes do parcelamento do solo.

Art. 7º. A solicitação para análise da regularização das construções de que trata esta Lei, dependerá da apresentação, pelo proprietário, dos seguintes documentos:

I- requerimento do interessado solicitando vistoria;

II- registro de imóveis atualizado;

III- Anotação de Responsabilidade Técnica- ART referente a regularização da obra, com laudo técnico informando as condições da mesma;

IV- projeto arquitetônico;

V - Planta de situação;

VI - Planta de localização constando, no mínimo, as cotas de posição real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;

VII - Planta baixa de todos os pavimentos da edificação, destacando as áreas excedentes;
VIII - Para edificação que não sejam unifamiliares, dois (02) cortes, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;
IX - Para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar o Atestado de Aprovação do Projeto Preventivo Contra Incêndio junto ao Corpo de Bombeiros, ou Atestado de Baixa complexidade;
X - Liberação pelo órgão ambiental quando necessário;
XI - memorial descritivo das irregularidades da obra, com relação às normas do Plano Diretor de Presidente Castello Branco, acompanhado de registro fotográfico datado.

Art. 8º. Para emissão do Alvará de Construção e posterior Alvará de Habite- se deverá ser complementada a documentação, apresentando:
I- comprovante de recolhimento da taxa de expediente relativo ao registro da obra, se esta for clandestina;
II- comprovante de recolhimento da taxa específica de que trata o artigo 303 da Lei Complementar nº 029/2003 incidente sobre a área a ser regularizada, no período que essa será exigida;
III- análise do Corpo de Bombeiros para edificações multifamiliares, comerciais, industriais e mistas.

Art. 9º. Para todos os casos de regularização previstos nesta Lei deverá constar no selo de identificação do projeto, em cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº , de 2019".

Art. 10. As regularizações para qualquer tipo de edificação dependerão do pagamento de multa, para cada irregularidade, cobradas cumulativamente, e taxa de regularização, obedecidos os seguintes critérios:
I – para os 3 (três) primeiros anos de vigência da presente Lei, será aplicado o percentual de 50% dos valores que constam na Tabela do artigo 303 da Lei Complementar nº 029/2003.
II – para o 4º (quarto) e último ano de vigência da presente Lei, será aplicado o percentual de 100% dos valores que constam na Tabela do artigo 303 da Lei Complementar nº 029/2003.

Art. 11. Ficam isentas de multa e taxa de regularização de obras as edificações construídas em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, as edificações públicas ou com uso comunitário sem fins lucrativos.

Art. 12. As receitas provenientes das multas e taxas estabelecidas nas alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 10 desta Lei, serão depositadas em Conta Vinculada com aplicação obrigatória em infraestrutura, mobilidade e mobiliário urbano.

Art. 13. Os interessados em promover a regularização de suas obras deverão protocolizar requerimento solicitando vistoria, conforme o inciso I do art. 7º desta Lei, no prazo de até 5 (cinco) anos da publicação da presente Lei.
§ 1º Após protocolizado o requerimento, o requerente terá prazo de 120 (cento e vinte) dias para juntada dos demais documentos, conforme os incisos II, III, IV e V do art. 7º desta Lei.
§ 2º A secretaria Municipal da Cidade poderá solicitar documentação complementar, caso seja necessário, para elucidar aspectos relativos à obra.
§ 3º Salvo circunstâncias devidamente justificadas, a análise do processo de regularização deverá ser concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de juntada de todos os documentos.
§ 4º Quando cabível e nos casos reputados necessários, como condição de eficácia, a regularização poderá ficar condicionada ao registro junto a matrícula do(s) imóvel (is).
§ 5º O interessado deverá solicitar a vistoria de habite- se no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias da data da aprovação da análise do processo de regularização.
§ 6º Os processos não concluídos por omissão do requerente durante os prazos estabelecidos serão indeferidos e arquivados.

Art. 14. O Município poderá autorizar obras que sejam essenciais para adequar a edificação irregular ou clandestina, quanto as áreas de uso comum, passeios públicos, segurança e ao saneamento básico, desde que exigidas pela legislação.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco/SC, em 08 de abril de 2019.
Neiva Kleemann Toniolo
Prefeita Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei Complementar em 08/04/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella,
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº P/0523/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980165

Portaria nº P/0523/2019, de 09 de abril de 2019.

Revoga a Portaria nº P/0573/2012, de 01 de fevereiro de 2012, que faz cessão de servidor público municipal Gerson Antonio Machado à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

Neiva Kleemann Toniello, Prefeita Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº P/0573/2012, de 01 de fevereiro de 2012, que faz cessão do servidor público municipal Gerson Antonio Machado, ocupante do cargo de Auxiliar de Saneamento e Abastecimento II à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, conforme recebido expediente CT/D-0493, de 21 de março de 2019, da referida Companhia, considerando a Notícia de Fato nº. 01.2018.00001386-5, do Ministério Público de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de março de 2019, data posterior ao recebimento do expediente.

Art. 3º. O servidor deverá retornar às suas normais atribuições junto ao Município.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 09 de abril de 2019.

Neiva Kleemann Toniello
Prefeita Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria em 09/04/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

PORTARIA P/0523/2019, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981086

Portaria nº P/0523/2019, de 09 de abril de 2019.

Revoga a Portaria nº P/0573/2012, de 01 de fevereiro de 2012, que faz cessão de servidor público municipal Gerson Antonio Machado à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN

Neiva Kleemann Toniello, Prefeita Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº P/0573/2012, de 01 de fevereiro de 2012, que faz cessão do servidor público municipal Gerson Antonio Machado, ocupante do cargo de Auxiliar de Saneamento e Abastecimento II à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, conforme recebido expediente CT/D-0493, de 21 de março de 2019, da referida Companhia, considerando a Notícia de Fato nº. 01.2018.00001386-5, do Ministério Público de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de março de 2019, data posterior ao recebimento do expediente.

Art. 3º. O servidor deverá retornar às suas normais atribuições junto ao Município.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 09 de abril de 2019.

Neiva Kleemann Toniello
Prefeita Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria em 09/04/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

Presidente Getúlio

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS - 5/2019

Publicação Nº 1980559

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

ATA DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS - 5/2019

Às nove hora(s) e quinze minuto(s), do décimo dia, do mês de Abril de dois mil e dezenove na sala de licitações do(a) MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Decreto Nº 24/2019 e suas alterações. Após serem analisados os documentos, constatou-se que as empresas que apresentaram seus documentos com a devida regularidade foram: CONSTRUTORA F & F EIRELI - EPP

As empresas inabilitadas foram: EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA CIPRIANI LTDA.

Inabilitada em razão de não ter apresentado engenheiro eletricista em conformidade com o item 7.3.2., descumpriu ainda o item 7.3.3. não tendo apresentado a CAT junto com a anotação de responsabilidade técnica, havendo ainda renunciado ao prazo recursal por declaração expressa apresentada junto à documentação.

Ficando informadas as partes da abertura do prazo de 5 (cinco) dias para diligências, sendo que a data de abertura das propostas será no dia 18/04/2019, as 14h30.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

VALERIA EFFTING
Presidente

JOICE ERHARDT
Vice-Presidente

CILENE JOICE DIETRICH PREUSS
Secretário

ALDENEIDE APARECIDA DE SOUSA
Membro

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019 PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ANDRELINO NUNES, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 866800/2018 - OPERAÇÃO 1053375-47 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.

Publicação Nº 1980468



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2019 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 13/2019

DATA DE EMISSÃO: 05 de abril de 2019.

JULGAMENTO: Menor Preço

COMPARAÇÃO: pelo Preço Global

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU comunica aos interessados que está promovendo Processo Licitatório nº 31/2019, na modalidade de Tomada de Preços, sob o regime de , sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, consolidada, cujo recebimento dos envelopes contendo a documentação e propostas será realizado pelo Departamento de Compras, no Centro Administrativo Municipal, situado na PRAÇA LEAO DEHON, , CENTRO - Presidente Nereu - SC, CEP 89194.000, até às 09:00:00 do dia 30/04/2019, no mesmo local, iniciando-se, em seguida, os procedimentos de abertura dos envelopes e julgamento das propostas às 09:15:00 do dia 30/04/2019 no mesmo local.

**A) PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
ENVELOPE DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE)**

**B) PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
ENVELOPE DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE)**

1.3 – Cadastramento obrigatório até dia 25 de abril de 2019 – terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, os documentos necessário para efetuar CRC são mesmo do item 5.2.1.

1.4 - Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:

- I - TERMO DE REFERENCIA,
- II – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA,
- III – PROCURAÇÃO,
- IV – MINUTA DE CONTRATO,
- V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA AO LOCAL DAS OBRAS,
- VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
- VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL;

1.5 – Os projetos de execução estão disponível no município de Presidente Nereu endereço no Centro Administrativo Municipal, situado na PRAÇA LEAO DEHON, CENTRO - Presidente Nereu - SC, CEP 89194.000, e poderão ser solicitado no e-mail: compras@presidentenereu.sc.gov.br.

2 – DO OBJETO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

A presente licitação tem como objeto a:

PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ANDRELINO NUNES, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 866800/2018 - OPERAÇÃO 1053375-47 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.

3 – DO PREÇO

3.1 - Estima-se o valor desta licitação em R\$ 220.667,93 (duzentos e vinte mil seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos), baseado nas estimativas das cotações prévias pela Tabela SINAPI.

3.2 – Cada concorrente deverá computar, no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeita.

3.3 - Os quantitativos e valores indicados correspondem à média dos praticados no mercado e foram apurados para o efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores técnicos e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

4 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
0801.1002.3449 05198 – 01340000	
0801.1002.3449 05198 – 01000000	

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 – Poderão participar do certame, pessoas jurídicas cuja finalidade social abranja o objeto desta licitação, inscritas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Presidente Nereu, cujo certificado esteja em vigor, assim como os documentos ali elencados, e cujo objeto social abranja o desta licitação.

5.2 – As empresas não cadastradas poderão participar da licitação, desde que apresentem documentação que comprove o atendimento ao disposto no art. 27 da Lei federal n. 8.666/93, até o terceiro dia anterior à data da abertura de envelopes, junto ao Setor de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Presidente Nereu.

5.3 – Na fase de habilitação, todas as licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os seguintes documentos:

5.1.1 - Certificado de Registro Cadastral – CRC, dentro do prazo de validade e emitido pela Prefeitura de Presidente Nereu.

5.1.2 - Regularidade Fiscal (art. 29 da Lei Federal 8.666/93):

Pessoa Jurídica:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Comprovante de regularidade fiscal das Fazendas Federal (Receita Federal e da Procuradoria Geral da República com relação à Dívida Ativa), Estadual e Municipal (ISS) da sua sede, emitidas pelos órgãos arrecadadores e atinentes a atividade da licitante; e
- d) Comprovante de regularidade fiscal relativo à Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Certidão Negativa Trabalhista.
- f) Licença ambiental da Obra, a qual deverá ser apresentada na assinatura do contrato.

5.1.2.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição**; (LC nº 123, art. 43, caput).

5.1.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a **regularização da documentação**; (LC nº 123, art. 43, § 1º).

5.1.2.3 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.1.2.2, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

5.1.3 - Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93).

5.1.3.1 – Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos.

5.1.3.2 - Comprovação de capacidade técnico-operacional que se dará pela apresentação de atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a licitante executou com satisfação, serviços equivalentes ou similares em características aos constantes do objeto desta licitação, equivalentes a no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estabelecidos no memorial descritivo;

5.1.3.3 – Comprovação de capacidade técnico-profissional que se dará através da comprovação de que o licitante possui, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, um profissional graduado, nos termos da Resolução 218/73 do CONFEA que será o responsável técnico pela execução dos serviços, devidamente registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, detentor de, no mínimo, um atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao do objeto desta licitação, independente do seu quantitativo.

5.1.3.4 - A comprovação do vínculo profissional far-se-á através da apresentação do contrato social, quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos, desde que vinculado o profissional acima indicado com a empresa licitante na data prevista para entrega da proposta;

5.1.3.5 - A comprovação da detenção de atestado de responsabilidade técnica deverá ser efetuada através da apresentação de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

CREA, acompanhada de atestado de empresas de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA, através de anotação expressa que vincule o Atestado ao Acervo; (artigo 30, parágrafo 1º, inciso I, Lei Federal nº 8.666/93);

5.1.3.6 – A empresa poderá fazer a Visita Técnica do local da obra, a qual fornecerá Declaração de visita técnica realizada pelo **representante técnico** da empresa ao local das obras, conforme modelo do ANEXO V;

5.1.3.6.1 - **A visita técnica ao local da execução dos serviços será realizada até um dia antes a data da licitação, mediante prévio agendamento no Setor de Licitações, e as licitantes deverão ser representadas por engenheiro responsável, que deverá comparecer na sede da Prefeitura, e serão acompanhados por funcionário autorizado pelo Secretário de Obras.**

5.1.4 – Qualificação Econômico-financeira (art. 31 da Lei 8.666/93);

5.1.5 – **A empresa que desejar não realizar Visita Técnica, deverá fornecer ao município declaração de total responsabilidade dos riscos de qualquer natureza que advir.**

Para Pessoa Jurídica:

a) Balanço patrimonial, assinado pelo Contador responsável e pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa, registrado na Junta Comercial e demonstrações do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) Demonstrativo de índices mínimos de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Endividamento, elaborado em papel timbrado da empresa, subscrito por seu(s) representante(s) legal(is) e pelo Contador responsável, devidamente identificados, calculados com base no Balanço Patrimonial do último exercício social, da seguinte forma:

AC LIQUIDEZ CORRENTE: ----- = *índice mínimo: 1,00 PC AC + ARLP LIQUIDEZ GERAL:* ----- = *índice mínimo: 1,00 PC + PELP PL GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS:* ----- = *índice mínimo: 1,00 PC + PELP PC + PELP GRAU DE ENDIVIDAMENTO:* ----- = *índice máximo: 0,51 AT*

Onde: **AC** = Ativo Circulante; **ARLP** = Ativo Realizável em Longo Prazo; **AP** = Ativo Permanente; **AT** = Ativo Total; **PC** = Passivo Circulante; **PELP** = Passivo Exigível e Longo Prazo; **PL** = Patrimônio Líquido.

Observação1: É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observação2: A empresa constituída a menos de um ano poderá apresentar balanço de abertura.

c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor de sua sede da pessoa jurídica. No caso de não indicação da vigência na respectiva certidão, será considerada aquela expedida no máximo de 90 (noventa) dias da data da abertura da licitação.

d) Prova de capital social mínimo registrado e integralizado no valor de 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente licitação, ou seja, R\$ (.....) comprovado mediante certidão expedida ou contrato social registrado na Junta Comercial, do qual conste o capital social vigente;

5.2 – Os documentos de habilitação deverão ser acondicionados em envelope

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

fechado que deverá enunciar externamente os dizeres estipulados neste edital.

5.3 – Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, que ficará retido nos autos, ou em cópia autenticada por cartório competente ou conferida por membro da Comissão de Licitação, que fará a autenticação no ato, exceto as certidões obtidas através da internet, as quais, no entanto só terão validades após a verificação de sua emissão junto ao site do órgão emissor.

5.4 – A licitante fica obrigada a declarar sua concordância com os termos do Edital, bem como quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação ou punições sofridas que a impeçam de participar de licitações promovidas por órgão ou entidade pública, na forma do ANEXO VII – Declaração – Concordância com os Termos do Edital e da não ocorrência de fatos impeditivos à participação.

5.5 – A concorrente poderá ser representada no procedimento licitatório por seu(s) representante(s) legal(is), ou por procurador munido de procuração, com poderes especiais para tal mister, apresentada até o início da sessão de abertura dos envelopes. A falta de representante munido de procuração não impede a participação no certame, porém a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante.

6 – DA PROPOSTA

6.1 – O Anexo II - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA, que acompanha este ato convocatório, deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da Proposta.

6.2 – Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

- a) dados cadastrais;
- b) assinatura do representante legal;
- c) indicação obrigatória do preço em reais e por extenso;
- d) indicação dos números do CNPJ, através da oposição do respectivo carimbo;
- e) indicação da qualificação do representante legal investido de poderes para firmar o termo de contrato.

6.3 – O formulário padronizado de proposta indicado acima, deverá vir acompanhado de Planilha Orçamentária com Preços Unitários e Global, contendo todos os preços por itens a preços unitários, em algarismos, sendo os valores numéricos calculados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se o remanescente, devendo estar carimbada e rubricada, em todas as suas folhas, pelo responsável legal da Licitante, apurados até a data de apresentação da proposta, para pagamento à vista, já computado o BDI.

6.4 – A empresa vencedora deverá apresentar cronograma físico-financeiro da obra, somente na assinatura do contrato.

7 – DO JULGAMENTO

7.1 - A Comissão abrirá, em primeiro lugar, os envelopes relativos à documentação de habilitação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste ato convocatório. Da decisão de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

habilitação ou inabilitação caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento.

7.1.1 – No caso das **microempresas e empresas de pequeno porte** proceder-se-á conforme descrito no item 5.1.2.2, dando sequência a abertura dos envelopes mesmo que estas apresentem alguma irregularidade na documentação de regularidade fiscal.

7.2 - Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes do direito de recorrer, a Comissão devolverá, fechados, os envelopes de proposta às licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subsequentes.

7.3 - A Comissão abrirá os envelopes de proposta das licitantes habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório.

7.4 - Será considerada vencedora a proposta que atenda às especificações e oferte o **MENOR PREÇO**.

7.4.1 - Serão desclassificadas as propostas que alterem, descaracterizem ou desatendam às especificações do objeto, independentemente do preço que ofertem.

7.4.2 – Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, de valor zero ou que sejam manifestamente inexecutáveis (arts. 40, X e 48, II e parágrafos, com a redação da Lei Federal nº 8.666/93).

7.5 - As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis.

7.6 - Se houver **empate**, será assegurado o exercício do direito de preferência às **microempresas e empresas de pequeno porte**, nos seguintes termos (LC nº 123, art. 44, caput):

7.6.1 - Entende-se por **empate** aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada; (LC nº 123, art. 44, § 1º).

7.6.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela melhor classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; (LC nº 123, art. 45, inc. I).

7.6.3 - Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a notificação formal da classificação provisória.

7.6.4 – A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível no item 6.1 deste edital, inserida em envelope fechado, com a indicação dos seguintes dados:

PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU**ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA RENOVADA - LC 123/2006****TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019****RAZÃO SOCIAL da Micro ou Pequena Empresa**

7.6.5 - Se houver equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar melhor oferta; (LC nº 123, art. 45, inc. III)

7.6.6 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não exerça seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (LC nº 123, art. 45, inc II)

7.6.6.1 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.6.7 - Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (LC nº 123, art. 45, § 1º).

8 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 – A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo IV;

8.1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, os documentos relativos à regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

8.1.1.1 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de dois dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 8.1.1, mediante a apresentação de documentos comprobatórios com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

8.1.2 - O adjudicatário deverá assinar o instrumento de contrato no prazo de dois dias corridos contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

8.1.3 - Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 8.1.1, ou se recusar a prestar a garantia ou celebrar a contratação, será convocado outro licitante na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação;

8.1.4 - Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal, no prazo de dois dias úteis a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

8.1.4.1 - Não ocorrendo à regularização prevista no subitem anterior, facultar-se-á à Administração:

a) a retomada, em sessão pública, dos procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.6.1;

b) a revogação da licitação (LC nº 123, art. 43, § 2º).

8.2 - A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

8.3 - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

8.4 - O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5 - A Administração poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.6 - O foro do contrato será o da Comarca de Rio do Sul/SC.

8.7 - A empresa vencedora do processo licitatório deverá no ato da assinatura do contrato apresentar Cronograma Físico-Financeiro proposto pela empresa, e declaração emitida pelo contratado atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante.

9 - GARANTIA DA OBRA

9.1 - Executado o objeto contratual, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 1.245 do Código Civil Brasileiro.

(Art. 1.245. Nos contratos de empreitadas de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como o solo, exceto, quando a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da obra).

10 – DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 – A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.1.1. A Aceitação de qualquer serviço pela Fiscalização está vinculada ao rigor da boa técnica construtiva e aos elementos especificados, projeto executivo e memorial descritivo. A Aceitação de serviços básicos fica diretamente ligada à conferência da Equipe Técnica da Prefeitura.

10.2 – Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

10.2.1 – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15(quinze) dias da comunicação estrita do contrato;

10.2.2 – Decorridos noventa dias da Aceitação Provisória das Obras e Serviços e desde que estejam atendidas pela licitante contratada as solicitações de reparos referentes a defeitos e imperfeições, que tenham sido verificados por ocasião do recebimento provisório ou no decorrer desse prazo, será emitido pela Comissão de Recebimento, o Termo de Recebimento e Aceitação Definitiva das Obras e Serviços, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

10.3 – A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

11 – DAS SANÇÕES

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

11.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- c) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

11.2 - A rescisão contratual, de acordo com o artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

11.3 - O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

- a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

11.4 - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

- a) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
- b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

11.5 - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

11.6 - Pela não-regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto no subitem 5.1.2.2 deste edital, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado de contratação do objeto, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93; (LC nº 123, art. 43, § 2º).

11.7 - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

11.8 - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

12 – DO PAGAMENTO

12.1 - A remuneração pelas obras e serviços será efetuada em parcelas de acordo com as quantidades efetivamente executadas e aferidas em consonância com as etapas e as medições constantes no **CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO** aplicado aos preços unitários e ou global constantes da **PLANILHA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

ORÇAMENTÁRIA apresentada pela Contratada em sua Proposta Comercial.

12.2. **Do pagamento:** O pagamento será efetuado através de medição programada, devendo os documentos fiscais ou outros equivalentes estarem devidamente assinados pelo Técnico responsável, comprovando a efetiva prestação dos serviços.

12.3 - A Prefeitura entregará à Contratada cópia da aferição aprovada.

12.4 - Todas as Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas em à Prefeitura, sendo o pagamento efetuado através de transferência bancária à Contratada em conta corrente.

12.4.1 - Quando for constatada irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada a Contratada, uma nova Nota Fiscal, não sendo aceito carta de correção, a qual deverá ser enviada para o local de sua entrega, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja a mesma liberada para pagamento.

12.5 - A liberação dos pagamentos estará condicionada à apresentação pela Contratada dos seguintes documentos, de sua única e inteira responsabilidade:

12.5.1 - Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

12.6 - Os pagamentos das parcelas ficam condicionados à liberação através de fiscalização do engenheiro civil do município, e os recursos serão provenientes da Caixa Econômica Federal contrato de repasse OGU Nº 866800/2018 - OPERAÇÃO 1053375-47 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.

12.7 - A Prefeitura no ato do pagamento efetuará o desconto referente a tributos porventura devidos, inclusive o ISS.

12.8 - Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva das obras e serviços executados parcialmente.

12.9 - A licitante contratada responderá pelo bom funcionamento de todos os equipamentos, por ela instalados até a expedição do Termo de Recebimento e Aceitação Definitiva das Obras e Serviços, independentemente dos prazos de garantia oferecidos pelos fabricantes.

13 – DAS INFORMAÇÕES

13.1 – A Prefeitura de Presidente Nereu prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8:00 horas às 11:30 horas, 13:30 às 17:00 no Paço Municipal, pelo endereço eletrônico compras@presidentenereu.sc.gov.br ou pelo telefone (47) 3362-1108.

13.2 – Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, até 02 (dois) dias úteis da data indicada no subitem 1.2 deste ato convocatório.

13.3 - Informações do Projeto deverá ser solicitado pelo e-mail eletrônico compras@presidentenereu.sc.gov.br.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A Prefeitura de Presidente Nereu poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2 – Não serão admitidas a esta licitação empresas:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

- a) em consórcio;
- b) suspensas do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações;
- c) as declaradas inidôneas, vigente a penalidade imposta pela autoridade federal, estadual ou municipal, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei de Licitações e
- d) sob regime de falência ou concordata.
- 14.3 – As impugnações a este ato convocatório deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitações e protocolizadas no Paço Municipal;
- 14.4 – Os recursos administrativos serão dirigidos ao Exmo. Sr. Prefeito de Presidente Nereu, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, devendo ser protocolizados no Paço Municipal, sendo processados e julgados na conformidade do art. 109 da Lei Federal 8.666/93.
- 14.4.1 – A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no art. 64 § 3º Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.5 - Os interessados que desejarem cópia integral deste Edital e seus Anexos poderão retirá-los, na Prefeitura de Presidente Nereu, no horário de expediente, até 24 horas (vinte e quatro) que antecedem o recebimento dos envelopes, mediante o pagamento da quantia de R\$ **50,00 (cinquenta reais)**, equivalente aos custos de reprodução do edital, bem como dos CDs que compõem o presente.
- 14.6 - Ao retirarem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Comissão de Licitações, o endereço para qualquer correspondência, e o número do telefone para uma eventual verificação.
- 14.7 - A simples apresentação da documentação destinada à habilitação e a proposta implica na aceitação incondicional do presente Edital e seus Anexos.
- 14.8 – Devera a licitante vencedora seguir e cumprir as normas regulamentadoras pertinentes à Segurança do Trabalho.
- 14.9 – Todas as comunicações referentes a este certame serão afixadas no Diário Oficial dos Municípios, no site oficial da Prefeitura – www.presidentenereu.sc.gov.br – além de efetuadas diretamente aos interessados e no que couber publicada no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação estadual.
- 14.10. Caberá à licitante contratada fornecer e conservar os equipamentos mecânicos e o ferramental necessário, contratar mão de obra idônea de modo a reunir permanentemente um serviço e uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestre e encarregados, que assegurem um desenvolvimento satisfatório da obra.
- 14.11. A mão de obra a empregar será sempre de inteira responsabilidade da licitante contratada, devendo ser de primeira qualidade, capaz de executar acabamentos esmerados e de pleno acordo com as especificações e projetos.
- 14.12. Deverá a licitante contratada apresentar a relação de pessoal, diariamente e, mensalmente todos os recolhimentos referentes à mão de obra – INSS, ISS e FGTS.
- 14.13. A licitante contratada obriga-se a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da notificação correspondente, qualquer empregado seu que a critério da Prefeitura de Presidente Nereu, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.
- 14.14. A licitante contratada adotará, na obra, no que se refere à higiene e segurança do trabalho, as disposições da Legislação vigente expedida pelo Ministério do Trabalho, fazendo seus empregados utilizarem-se de equipamentos de proteção individual (EPI)/coletiva (EPC) e atendimento a NR-18.
- 14.15. Correrá por conta exclusiva da licitante contratada a responsabilidade por quaisquer acidentes do trabalho em função da obra contratada, ainda que resultantes

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

de caso fortuito ou por qualquer outra causa, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação da obra, até a aceitação definitiva da mesma pela Prefeitura de Presidente Nereu, bem como, pelas indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros oriundos da execução da obra e/ou de ações ou omissões da licitante contratada, ainda que ocorram em via pública.

14.16. A Prefeitura de Presidente Nereu realizará fiscalização semanal, para acompanhar e verificar a perfeita execução dos serviços, bem como o cumprimento dos projetos, das especificações, das Normas Brasileiras, das posturas municipais. A fiscalização poderá embargar ou rejeitar serviços e mão de obra que estejam em desacordo com o previsto nos documentos supracitados e nas exigências contratuais e deste edital.

14.17. A ação da fiscalização será preventiva, sem interferência na metodologia de trabalho da licitante contratada, e, em absoluto gerará responsabilidade para a Prefeitura de Presidente Nereu pela execução das obras e serviços, como também não excluirá e nem reduzirá as responsabilidades da licitante contratada pela má execução das mesmas.

14.18. A licitante contratada obriga-se a exercer meticulosa coordenação e controle dos materiais e dos serviços contratados, facultando à fiscalização da Prefeitura o acesso a todas as partes da obra. Obriga-se também a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à obra contratada.

14.19. A Prefeitura se reserva no direito de impugnar e mandar refazer os trabalhos que, a seu critério forem executados em desacordo com as especificações, projetos e normas técnicas, bem como, pelo mau emprego dos materiais, caso em que a licitante contratada deverá repor todo o material eventualmente gasto.

14.20. A licitante contratada obriga-se a iniciar qualquer correção exigida pela fiscalização da Prefeitura, dentro de 48 horas a contar do recebimento da exigência, correndo por exclusiva conta da licitante as despesas dali decorrentes.

14.21. À fiscalização da Prefeitura é assegurado o direito de ordenar a suspensão da obra no caso de não ser atendida dentro de 48 horas a contar da entrega da notificação correspondente, qualquer reclamação sobre direito essencial em serviço executado ou material posto na obra, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a licitante contratada, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização.

PRESIDENTE NEREU, 05 de abril de 2019.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇO Nº13/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ANDRELINO NUNES, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 866800/2018 - OPERAÇÃO 1053375-47 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	SERVICO	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ANDRELINO NUNES, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 866800/2018 - OPERAÇÃO 1053375-47 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.	R\$220.667,93	R\$ 220.667,93

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	CUSTO UNIT. SEM BDI	BDI (%)	PREÇO UNIT. COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	CÓDIGO	FONTE
1	SERVIÇOS INICIAIS						Σ R\$ 2.523,19		
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	2,50	316,69	24,14%	R\$ 393,14	R\$ 982,85	74209/1	SINAPI-C
1.2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	1,20	316,69	24,14%	R\$ 393,14	R\$ 471,77	74209/1	SINAPI-C
1.3	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M2	1749,69	0,35	24,14%	R\$ 0,43	R\$ 752,37	78472	SINAPI-C
1.4	LOCACAO E NIVELAMENTO DE EMISSARIO/REDE COLETORA COM AUXILIO DE EQUIPAMENTO TOPOGRAFICO	M	186,00	1,37	24,14%	R\$ 1,70	R\$ 316,20	85323	SINAPI-C
2	TERRAPLANAGEM						Σ R\$ 8.462,42		
2.1	ESCAVACAO E CARGA MATERIAL 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL * 13T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP.	M3	333,48	3,12	24,14%	R\$ 3,87	R\$ 1.290,57	74151/1	SINAPI-C
2.2	TRANSPORTE DO VOLUME PROVENIENTE DE 50% DA ESCAVAÇÃO E CARGA DO MATERIAL PARA EXECUÇÃO DOS TALUDES E SUBLEITO PARA BOTA FORA, EMPOLADO EM 25% (DMT 200M)	M3	208,43	3,34	24,14%	R\$ 4,15	R\$ 864,98	CPA109	COMPOSIÇÃO
2.3	ESCAVACAO E CARGA MATERIAL 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL * 13T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP.	M3	351,75	3,12	24,14%	R\$ 3,87	R\$ 1.361,27	74151/1	SINAPI-C
2.4	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018	M3XKM	571,59	2,17	24,14%	R\$ 2,69	R\$ 1.537,58	97912	SINAPI-C
2.5	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO.	M3	514,03	5,34	24,14%	R\$ 6,63	R\$ 3.408,02	96385	SINAPI-C

	AF_09/2017									
	3 DRENAGEM PLUVIAL							Σ R\$ 39.001,55		
3.1	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M(MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M3), LARG. DE 1,5M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M3	180,05	4,84	24,14%	R\$ 6,01	R\$ 1.082,10	90091		SINAPI-C
3.2	TRANSPORTE DO VOLUME PROVENIENTE DA ESCAVAÇÃO DAS VALAS PARA O BOTA FORA, EMPOLADO EM 25% (DMT 200M)	M3	225,06	3,34	24,14%	R\$ 4,15	R\$ 934,00	CPA109		COMPOSIÇÃO
3.3	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE- PS2, PB, DN 400 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	135,00	31,17	24,14%	R\$ 38,69	R\$ 5.223,15	7785		SINAPI-I
3.4	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 400 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	51,00	53,95	24,14%	R\$ 66,97	R\$ 3.415,47	7745		SINAPI-I
3.5	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO DN 400MM REJUNTADOS COM ARGAMASSA	M	186,00	15,16	24,14%	R\$ 18,82	R\$ 3.500,52	CPA072		COMPOSIÇÃO
3.6	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	UN	11,00	788,45	24,14%	R\$ 978,78	R\$ 10.766,58	83659		SINAPI-C
3.7	CAIXA DE JUNÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 400MM, INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇO	UN	2,00	325,94	24,14%	R\$ 404,62	R\$ 809,24	CPA080		COMPOSIÇÃO
3.8	CAIXA DE INSPEÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO P/ TUBOS DE DN 400MM, INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇO	UN	1,00	657,19	24,14%	R\$ 815,84	R\$ 815,84	CPA023		COMPOSIÇÃO
3.9	CAMADA DE BRITA N. 2, E=10CM, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M3	16,37	70,78	24,14%	R\$ 87,87	R\$ 1.438,43	CPA111		COMPOSIÇÃO
3.10	REATERRO DAS VALAS COM BRITA N. 2, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M3	130,20	68,16	24,14%	R\$ 84,61	R\$ 11.016,22	CPA005		COMPOSIÇÃO
	4 PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCR ETO							Σ R\$ 110.439,43		
4.1	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	1152,00	1,26	24,14%	R\$ 1,56	R\$ 1.797,12	72961		SINAPI-C
4.2	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM MACADAME SECO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2017	M3	236,43	99,22	24,14%	R\$ 123,17	R\$ 29.121,08	96400		SINAPI-C
4.3	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO "LAJOTAS HEXAGONAIS" E=8CM, FCK 35MPA, ASSENTADAS SOBRE COLCHÃO DE PÓ DE PEDRA E=6CM, REJUNTAMENTO E=1CM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E COLOCAÇÃO	M2	1152,00	47,57	24,14%	R\$ 59,05	R\$ 68.025,60	CPA006		COMPOSIÇÃO
4.4	MEIO FIO PRÉ MOLDADO DE CONCRETO TIPO 1 (ARREDONDADO) (6X10)X10X30, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	331,00	27,98	24,14%	R\$ 34,73	R\$ 11.495,63	CPA009		COMPOSIÇÃO

5 SINALIZAÇÃO VIÁRIA			Σ R\$ 7.175,52						
5.1	PINTURA DE FAIXA - TINTA BASE ACRÍLICA - ESPESSURA DE 0,6 MM	M²	48,96	18,63	24,14%	R\$ 23,13	R\$ 1.132,44	5213401	SICRO-C
5.2	PLACA DE INDICAÇÃO DO NOME DA RUA 25 X 50 CM, COM CHAPA DE AÇO E POSTE EM AÇO GALVANIZADO, CHUMBADA EM SAPATA DE CONCRETO	UN	2,00	303,53	24,14%	R\$ 376,80	R\$ 753,60	CPA007	COMPOSIÇÃO
5.3	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO E OU ADVERTENCIA VERTICAL: OCTOGONAL (LADOS DE 25CM) COM CHAPA DE AÇO E POSTE EM AÇO GALVANIZADO, CHUMBADA EM SAPATA DE CONCRETO	UN	2,00	401,55	24,14%	R\$ 498,48	R\$ 996,96	CPA092	COMPOSIÇÃO
5.4	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO E OU ADVERTENCIA VERTICAL: REDONDA (Ø 50CM) COM CHAPA DE AÇO E POSTE EM AÇO GALVANIZADO, CHUMBADA EM SAPATA DE CONCRETO	UN	2,00	342,89	24,14%	R\$ 425,66	R\$ 851,32	CPA093	COMPOSIÇÃO
5.5	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO E OU ADVERTENCIA VERTICAL: QUADRADA (45X45CM) COM CHAPA DE AÇO E POSTE EM AÇO GALVANIZADO, CHUMBADA EM SAPATA DE CONCRETO	UN	8,00	346,50	24,14%	R\$ 430,15	R\$ 3.441,20	CPA094	COMPOSIÇÃO
6 OBRAS COMPLEMENTARES						Σ R\$ 53.065,82			
6.1 PASSEIOS EM PAVER									
6.1.1	COMPACTAÇÃO MECÂNICA, SEM CONTROLE DO GC (C/COMPACTADOR PLACA 400 KG)	M3	119,54	4,71	24,14%	R\$ 5,85	R\$ 699,31	74005/1	SINAPI-C
6.1.2	MEIO FIO PRÉ MOLDADO DE CONCRETO TIPO 2 (RETO) 6X6X30, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	249,00	25,96	24,14%	R\$ 32,23	R\$ 8.025,27	CPA010	COMPOSIÇÃO
6.1.3	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER CINZA), E=6,0 CM, FCK 35MPA, ASSENTADOS SOBRE PÓ DE PEDRA E=6CM, REJUNTAMENTO COM AREIA MÉDIA E=0,5CM COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E COLOCAÇÃO	M2	422,29	55,61	24,14%	R\$ 69,03	R\$ 29.150,68	CPA013	COMPOSIÇÃO
6.1.4	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER VERMELHO PODOTATIL), ESPESSURA 6,0 CM, FCK 35MPA, ASSENTADOS SOBRE PÓ DE PEDRA E=6CM, PARA ALERTA E DIRECIONAL	M2	127,36	63,23	24,14%	R\$ 78,49	R\$ 9.996,49	CPA012	COMPOSIÇÃO
6.2 CANTEIROS									
6.2.1	REATERRO E COMPACTAÇÃO COM SOQUETE VIBRATÓRIO	M³	4,46	13,88	24,14%	R\$ 17,23	R\$ 76,85	4915671	SICRO-C
6.2.2	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO	M2	44,57	14,67	24,14%	R\$ 18,21	R\$ 811,62	85180	SINAPI-C
6.3 REMOÇÃO E RELOCAÇÃO DE CERCAS									
6.3.1	REMOÇÃO E RELOCAÇÃO DE CERCAS COM MOURÕES DE 6 A 10 FIOS DE ARAME	M	120,00	28,90	24,14%	R\$ 35,88	R\$ 4.305,60	CPA067	COMPOSIÇÃO
TOTAL						R\$ 220.667,93			

1 Após a simulação deste orçamento com as tabelas do SINAPI com e sem desoneração, e atribuindo no orçamento os respectivos impostos necessários para cada situação, foi verificado que a alternativa mais adequada para a Administração Pública, é a utilização da planilha SEM DESONERAÇÃO.

2 Os encargos sociais e complementares para mão de obra, horista e mensalista, com ou sem desoneração, atendem ao estabelecido no SINAPI para SC.

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2019
ANEXO II – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Item		Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1		1	SERVICO	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ANDRELINO NUNES, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 866800/2018 - OPERAÇÃO 1053375-47 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO..		

Valor global por extenso:

OBS: A proposta deverá acompanhar Planilha Orçamentária com Preços Unitários e Globais

Dados do representante da empresa que assinará o termo de contrato.

Nome:

Identidade nº / Órgão

CPF nº

DECLARAÇÃO

1 – Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93).

2 - Declaro, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no edital.

3 - Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Local e Data:

Assinatura do(s) representante(s) legal(is):

Carimbo do CNPJ

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2019
ANEXO III – MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:, (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ou (pessoa física, inscrita no CPF sob o nº), com sede na Rua, nº, bairro, na cidade de, Estado de, (neste ato representado) pelo(a) (sócio/diretor/procurador), Sr.(a), (nacionalidade)..... (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, na cidade de, Estado de

OUTORGADO: Sr. (a), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, bairro, na cidade de, Estado de; ----- **PODERES:** ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 13/2019, da Prefeitura de Presidente Nereu, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

..... de de 2019

.....
Outorgante

TOMADA DE PREÇO Nº/2019.
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU E**

Por este instrumento público de contrato, de um lado a **PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.699/0001-28, com sede à Praça Leão Dehon, n. 50, Centro, Presidente Nereu – SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. , doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, e Inscrição Estadual sob o n.º, com sede à, n.º, na cidade de, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da cédula de identidade n.º e do C.P.F. n.º, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** e, firmam o presente termo de contrato, concernente à **Tomada de Preços nº 29/2018**. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO) – PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ANDRELINO NUNES, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 866800/2018 - OPERAÇÃO 1053375-47 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.

CLÁUSULA SEGUNDA (DA FORMA DE EXECUÇÃO) – A Contratada se compromete a executar os serviços em conformidade com as determinações contidas no memorial descritivo e projeto em anexo da **Tomada de Preços nº 36/2018**.

Parágrafo Primeiro - Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, que se incumbirá pelo fornecimento do efetivo pessoal e equipamentos necessários e compatíveis com o desenvolvimento dos serviços mencionados no objeto, respondendo pelos gastos e encargos decorrentes.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser executados em fiel cumprimento ao projeto básico/executivo, memorial descritivo e orientações da fiscalização da CONTRATANTE, através do Setor Competente.

Parágrafo Terceiro - Os serviços serão desenvolvidos, observado o prazo, mencionado na cláusula sexta.

CLÁUSULA TERCEIRA (DO VALOR) – O valor global deste contrato é de R\$ (.....), conforme o preço proposto pela Contratada.

CLÁUSULA QUARTA (DA DESPESA) – A despesa do contrato neste

exercício correrá à conta do Código de Despesa do orçamento da Prefeitura de PRESIDENTE NEREU, abaixo descrito:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLÁUSULA QUINTA (DO PAGAMENTO) – A remuneração pelas obras e serviços será efetuada em parcelas de acordo com as quantidades efetivamente executadas e auferidas em consonância com as etapas e as medições programadas constantes do **CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO** aplicado aos preços unitários e ou global constantes da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** apresentada pela Contratada em sua Proposta Comercial, Os pagamentos serão realizados após medições aprovadas e recursos liberado pela Caixa Econômica Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura..

Parágrafo Primeira - Quando for constatada irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada a Contratada, substituí-la e deverá ser enviada para o local de sua entrega, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja a mesma liberada para pagamento.

Parágrafo Segunda - A liberação dos pagamentos estará condicionada à apresentação pela Contratada dos seguintes documentos, de sua única e inteira responsabilidade:

a) Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

b) Os pagamentos das parcelas ficam condicionados à liberação através da fiscalização da Defesa Civil.

c) A Prefeitura no ato do pagamento efetuará o desconto referente a tributos porventura devidos, inclusive o ISS.

d) Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva das obras e serviços executados parcialmente.

e) A licitante contratada responderá pelo bom funcionamento de todos os equipamentos, por ela instalados até a expedição do Termo de Recebimento e Aceitação Definitiva das Obras e Serviços, independentemente dos prazos de garantia oferecidos pelos fabricantes.

CLÁUSULA SEXTA (DO REAJUSTE) – No caso de eventual necessidade de reajuste dos preços ora licitados após o prazo mínimo de 12 meses, cuja verificação está condicionada às disposições legais, fica, desde logo, fixado que o mesmo deverá ocorrer com base no índice IPCA – IBGE.

CLÁUSULA SÉTIMA (DO PRAZO) – O prazo de execução do presente objeto será de 120 dias contados a partir da data prevista na Ordem de Início dos Serviços, prorrogável na forma do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93 e por igual período.

CLÁUSULA OITAVA (DAS OBRIGAÇÕES) – São obrigações da CONTRATADA, além das constantes do ANEXO I do edital da Tomada de Preços nº 29/2018, conduzir os trabalhos ora contratados de acordo com as Normas Técnicas aplicáveis, com estrita observância da Legislação em vigor; Apresentar à Contratante, caso esta venha a solicitar, a programação geral dos

seus serviços com base em indicações pela mesma fornecida; Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais técnico-especializados e habilitados, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto desta avença.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Ficará sobre a responsabilidade e obrigatoriedade da CONTRATADA os cumprimentos das normas regulamentadoras pertinentes à Segurança do Trabalho.

CLÁUSULA NONA (DAS PENALIDADES) – Ao Contratado, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

a) Atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

I) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e

II) atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

b) Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou

II) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do Contratado por danos causados à Contratante.

CLÁUSULA DECIMA (DA RESCISÃO) – O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA) – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DAS RESPONSABILIDADES) – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas.

Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução deste contrato, principalmente pela reposição do material utilizado na obra, na eventualidade da mesma ter que ser desfeita.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS) – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA DA OBRA

Executado o objeto contratual, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o art. 1.245 do Código Civil Brasileiro.

(Art.1.245) Nos contratos de empreitadas de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como o solo, exceto, quando a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da obra).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DO RECEBIMENTO DAS OBRAS)

O objeto deste contrato será recebido:

Provisoriamente, após vistoria, que deverá ser realizada pela Comissão nomeada pelo CONTRATANTE (PREFEITURA), no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto deste contrato, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada.

A comunicação da conclusão total do objeto deverá estar acompanhada, quando for o caso, do Certificado de Garantia, do Manual de Operação e Manutenção de equipamentos e da proposta de programa de treinamento de operação e manutenção de equipamentos e facilidades instaladas na obra, treinamento esse que deverá ocorrer durante o período de observação.

O Recebimento Provisório será caracterizado com a emissão do Termo de Recebimento Provisório, após a lavratura da ata circunstanciada, contendo a Vistoria realizada pelos membros da Comissão, a qual deverá expressar a concordância em receber o objeto provisoriamente, com o conhecimento e

assinatura do representante da CONTRATADA. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pelo CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, decorridos seis meses da Aceitação Provisória das Obras e Serviços e desde que estejam atendidas pela licitante contratada as solicitações de reparos referentes a defeitos e imperfeições, que tenham sido verificados por ocasião do recebimento provisório ou no decorrer desse prazo, observado o disposto no artigo 69 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (DO FORO) – O Foro do contrato será o da Comarca de Rio do Sul – SC, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

PRESIDENTE NEREU, de de 2019.

CONTRATANTE

Testemunhas:

1) _____
Nome:
RG:

CONTRATADA

2) _____
Nome:
RG:

TOMADA DE PREÇO Nº/2019
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL DA
OBRA

À
Prefeitura do Município de PRESIDENTE NEREU

Tomada de Preços nº/2018.

A empresa, com sede à, na cidade de, Estado de, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº, por intermédio de seu responsável técnico o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG nº-SSP-....., devidamente inscrito no CREA sob o nº DECLARA, para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação da licitação em referência, que visitou o local onde será executada a obra, objeto da licitação em epígrafe. Declara ainda que tem plenos conhecimentos de todas as condições da área, estando familiarizado com a natureza e vulto dos serviços, bem como informados a respeito de todas as condições locais e regionais que possam incidir no valor da proposta.

..... de de 2019

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, Estado de _____. inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG n. _____ - SSP- _____ e do CPF n. _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

..... de de 2019

.....
Representante Legal

TOMADA DE PREÇO Nº/2019**ANEXO VII – DECLARAÇÃO – CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO
EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E OUTROS À
PARTICIPAÇÃO**

À

Comissão Permanente de Licitações

TOMADA DE PREÇOS nº/2019

Declaramos, para os devidos fins de direito, sob as penalidades cabíveis, o quanto segue:

- 1) Que até a presente data, não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo a inexistência de fato impeditivo a nossa habilitação na Tomada de Preços em epígrafe;
- 2) Que examinamos criteriosamente os documentos deste Edital e julgamos suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.
- 3) Que cumprimos com o disposto no artigo 117, da Constituição Estadual, que trata da higiene e segurança do trabalho;
- 4) E, por fim, que, nos termos do artigo 1º, da Lei n.º 10.218, de 12 de fevereiro de 1999, não possuímos diretor, gerente ou empregado que tenham sido condenados por crime ou contravenção, em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade, ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego.

PRESIDENTE NEREU, ____ de _____ de 2019.

.....
(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da Licitante

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 01 ADT 04/2018 - RANG

Publicação Nº 1981641

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 01 ADT 04/2018 - Contrato Nº: 04/2018

Contratante...: FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Contratada...: RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA

Valor : 9.132,00 (nove mil cento e trinta e dois reais)

Vigência : Início: 14/04/2019 Término: 14/04/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2018 Recursos : Dotação:

Objeto : Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 04/2018 ref. Contratação de Pessoa Jurídica especializada em CONSULTORIA EM TECNOLOGIA

DA INFORMAÇÃO E FORNECIMENTO DE SOFTWARE WEB EM GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA para a Secretaria Municipal de Saúde de Princesa.

Princesa, 11 de Abril de 2019

Andréia Cristina Epping de Lima

Secretária Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19.2019-PM

Publicação Nº 1980410

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2019

No dia 10 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 494, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 24/2019, Processo Licitatório nº. 41/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE SEMEN E MATERIAIS para serem utilizados pelo Município de Princesa, visando dar continuidade ao programa de inseminação artificial, conforme Lei nº 933 de 03 de abril de 2018.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9298 AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI 10210 FABIO JOSE RECKZIEGEL 8742 GENUTRI COMÉRCIO DE SEMEN 9937 NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA 7500 VANELLI AGROPECUARIA LTDA		7 5, 6, 8 4 10 1, 2, 3, 9

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

o com o resultado da

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI 04.484.322/0001-04		CEZAR NOS	024.834.509-54
FABIO JOSE RECKZIEGEL 10.369.055/0001-27		JAIR HENKES	029.111.469-56
GENUTRI COMÉRCIO DE SEMEN 19.322.781/0001-69		RODRIGO DAMBROS	066.145.759-10
NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS L09.492.811/0001-21		JOSE FAGUNDES	519.705.709-20
VANELLI AGROPECUARIA LTDA 05.166.501/0001-66		AMARILDO NARDI	690.345.839-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para

a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE SEMEN E MATERIAIS para serem utilizados pelo Município de Princesa, visando dar continuidade ao programa de inseminação artificial, conforme Lei nº 933 de 03 de abril de 2018.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7500 - VANELLI AGROPECUARIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Doses sêmen Touro Jersey importado, com as seguintes características mínimas: PTA leite igual ou superior a +1650 lbs; PTA tipo igual ou superior a +1.20; PTA vida produtiva igual ou superior a +4.0; PTA composto de úbere (JUI) igual ou superior a +15.00; Obs. Deverão ser apresentadas as devidas provas do touro índice USDA ou Dairy Bulls, ref. ao mês de dezembro de 2018. *Evitando o coeficiente de endogamia inferior a 10%. Não poderão ser adquiridos os touros descritos a seguir nem mesmo filhos destes touros ou que possuam o mesmo pai (irmãos ou meio irmãos) dos seguintes touros: Touro Jersey Strunk (29JE3616); Iatola (29 JE3301);Jadestar(29JE3675); Dominos (29 JE375);Vigilance(29JE16399);Pilgrim (29JE16939).	Dose	LUMINARY	750,000	23,0000	17.250,00
2	Doses de sêmen touro Holandês importado, com as seguintes características: PTA TPI igual ou superior a +2600; PTA leite igual ou superior a 1500 LBS; PTA % gordura e proteína positivo; PTA composto de úbere igual ou superior a + 2.00; PTA vida produtiva igual ou superior a + 6.5; PTA contagem de células somáticas igual ou menor a 2.70; Facilidade de parto igual ou menor a 6.00; Obs. Deverão ser apresentadas as devidas provas do touro índice USDA ou Dairy Bulls, referente ao mês de dezembro de 2018. *Evitando o coeficiente de endogamia inferior a 10%. Não poderão ser adquiridos os touros descritos a seguir nem mesmo filhos destes touros ou que possuam o mesmo pai (irmãos ou meio irmãos) dos seguintes touros: Touro holandês Geldon(29HO14748); Shannon(29HO14487) ;Odin)29HO16399);Maynard(29HO16470);Zuma (29HO16607);HBB/A 127757 Tany Lucas Roy Shottle 8012.	Dose	PINE THREE	1.250,000	22,0000	27.500,00

3	Doses de sêmen touro Holandês importado, com as seguintes características: PTA TPI igual ou superior a +2650; PTA leite igual ou superior a 900 LBS; PTA mérito líquido igual ou superior a +800; PTA DPR igual ou superior a + 3.8; PTA vida produtiva igual ou superior a + 6.5; PTA composto de úbere igual ou superior a + 2.00; PTA composto de pernas e pés igual ou superior a + 1.40; Facilidade de parto igual ou menor a 5.5; Deverão ser apresentadas as devidas provas do touro índice USDA ou Dairy Bulls, referente ao mês de dezembro de 2018. *Evitando o coeficiente de endogamia inferior a 10%. Não poderão ser adquiridos os touros descritos a seguir nem mesmo filhos destes touros ou que possuam o mesmo pai (irmãos ou meio irmãos) dos seguintes touros: Touro holandês Geldon(29HO14748); Shannon(29HO14487) ;Odin (29HO16399); Maynard(29HO16470);Zuma 29HO16607); HBB/A 127757 Tany Lucas Roy Shottle 8012.		DENOVO	1.250,000	23,5000	29.375,00
9	Botijão criogênico para armazenagem de sêmen com as seguintes características: capacidade de armazenagem de semen 720 doses (rack de 10 doses); capacidade de armazenagem de nitrogênio de 20 litros, garantia mínimo de 5 anos, número de canisters de 6;	Un	MVE VC 20S	1,000	2.100,0000	2.100,00
For necedor: 8742 - GENUTRI COMÉRCIO DE SEMEN						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Doses de sêmen bovinos da raça Red Angus com as características mínimas: Facilidade de parto (CED) igual ou maior de +3; CE igual ou maior +40 cm; habilidade materna igual ou maior 10; Temperamento igual ou maior que 8; Peso ao nascimento igual ou menor que 0; marmoreio igual ou maior 80; Peso da carcaça igual ou maior 8; Frame igual ou maior que 5,5;	Dose	SAN ANDRE	1.250,000	21,4000	26.750,00
Fornecedor: 9298 - AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Pacote de bainhas com 50 un. importada PCT BOVIGAIN 50,000				16,0000	800,00
Fornecedor: 9937 - NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

10 Nitrogênio líquido L Nitrotec 1.500,000 2,4800 3.720,00

Fornecedor: 10210 - FABIO JOSE RECKZIEGEL						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Doses de sêmen bovinos da nelore com as características mínimas: aspado	Dose	SEMEX - REN	100,000	16,0000	1.600,00
6	Doses de sêmen bovinos de Gir Leiteiro cuja mãe produziu mais de 18.000 litros em uma lactação;	Dose	SEMEX - FAR	100,000	18,7300	1.873,00
8	Caixas de Luvas com 100un. Cada pacote.	PCT	CRYOFARM	50,000	37,0000	1.850,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e

do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do

município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520 , de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções

previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo

assinadas.

Princesa, 10 de Abril de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:	
AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI	CNPJ: 04.484.322/0001-04 _____
FABIO JOSE RECKZIEGEL	CNPJ: 10.369.055/0001-27 _____
GENUTRI COMÉRCIO DE SEMEN	CNPJ: 19.322.781/0001-69 _____

NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LT CNPJ: 09.492.811/0001-21 _____

VANELLI AGROPECUARIA LTDA CNPJ: 05.166.501/0001-66 _____

DECRETO Nº 105, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980256

DECRETO Nº. 105, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018 E Lei nº 992, de 05 de Abril de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 1.958,94 (Um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 – Manutenção do Departamento de Agricultura

MODALIDADE:	(217) 3.3.90.00.0.3.0086.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.958,94
FONTE DE RECURSO: 03.0086 – Recurso Próprio Convênio- União- Trator Agrícola de Pneus				
TOTAL			R\$	1.958,94

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 1.958,94 (Um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2018 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa/SC, 10 de Abril de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

DECRETO Nº. 106 DE 10.04.2019

Publicação Nº 1980940

DECRETO Nº. 106, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e de acordo com o Artigo 41 da Constituição Federal, com nova redação que lhe deu a emenda constitucional nº. 19/98, de 04/06/98, e o Artigo 103 da Lei Orgânica do Município, combinado com o Edital do Concurso Público nº. 001/2015, de 20/01/2015, homologado pelo Decreto nº. 119, de 15/05/2015, prorrogado seus efeitos através do Decreto nº. 131 de 12/05/2017 mais o Edital de Concurso Público nº. 001/2013 de 13/03/2013, homologado pelo Decreto nº. 90, de 07/05/2013, prorrogado pelo Decreto nº 109, de 06/05/2015 e de acordo com o disposto na sessão VI da Lei Complementar nº. 22 de 30 de Dezembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º. Fica Homologado o Resultado da Avaliação do Estágio Probatório apresentado pela Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria nº. 105, de 29 de Agosto de 2018.

Art. 2º. Tornam-se estáveis no quadro permanente de Servidores Públicos, os servidores a seguir relacionados, que obtiveram aprovação no estágio probatório, nomeados em decorrência da aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2015, de 20/01/2015, homologado pelo Decreto nº. 119, de 15/05/2015, prorrogado seus efeitos através do Decreto nº. 131 de 12/05/2017 e Edital de Concurso Público nº. 001/2013 de 13/03/2013, homologado pelo Decreto nº. 090, de 07/05/2013, prorrogado pelo Decreto nº 109, de 06/05/2015.

Nome do Servidor	Cargo	Carga Horária
MARCELI MAYER	MONITOR DE CRECHE	30h/s
DAIANE FELISBERTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40h/s

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fim.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
10 de Abril de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E PUBLICADO
NA FORMA DA LEI EM 10.04.2019
PRINCESA, SC.

LEI Nº. 993 DE 10.04.2019

Publicação Nº 1981176

LEI Nº. 993, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR DESPESAS E ALTERAR TRACEJADO DE ESTRADA RURAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o tracejado da estrada municipal (via rural não pavimentada) que interliga as comunidades de Linha Moqué e Linha Pinheirinho, na altura da propriedade do Sr. Ivo Antônio Spironello, passando pela antiga Escola Municipal, de propriedade da Sociedade Esportiva e Recreativa Pinhalense, até a propriedade do Sr. Luiz Antônio Ferreira dos Santos.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão custeadas a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Princesa, SC, em 10 de Abril de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi registrada e publicada na forma da lei.

Princesa, SC, 10 de ABRIL de 2019.
Daiane Pagno

LEI Nº. 994 DE 10.04.2019

Publicação Nº 1981177

LEI Nº. 994, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR COM ENCARGOS IMÓVEIS PARA FINS DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar com encargos, mediante processo licitatório na modalidade de concorrência pública, imóveis localizados no Parque Industrial, com as construções a edificar:

I - Parte do Lote Industrial número 3-A, da quadra “E”, com área de 1.860,20m² (mil oitocentos e sessenta metros e vinte decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Anna Riffel, Bairro Industrial, Município de Princesa/SC, registrado na matrícula nº 14.459 do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro.

II - Parte do Lote Industrial número 3-C, Parte do Lote Industrial 3-D, Parte do Lote Industrial 4-A, Parte do Lote Industrial 4-B, Parte do Lote Industrial 5-A, Parte do Lote Industrial 5-B, totalizando 2.126,43m² (dois mil cento e vinte e seis metros quadrados e quarenta e três decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Anna Riffel, Bairro Industrial, Município de Princesa/SC, registrado na matrícula nº 14.461 do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro.

III - Parte do Lote Industrial número 3-D, Parte do Lote Industrial 4-B, Parte do Lote Industrial 5-B, totalizando 2.124,14m² (dois mil cento e vinte e quatro metros quadrados e quatorze decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Anna Riffel, Bairro Industrial, Município de Princesa/SC, registrado na matrícula nº 14.462 do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Cedro.

Art. 2º Consideram-se Empresas industriais aquelas que transformam matérias-primas, manualmente ou com auxílio de máquinas e ferramentas, fabricando mercadorias, abrangem desde o artesanato até a moderna produção de instrumentos eletrônicos.

Art. 3º O processo de Concorrência Pública será realizado conforme as diretrizes fixadas pela Lei Municipal 897/2017.

Parágrafo único. Não haverá prévia análise pelo CODEPRI quanto ao plano de negócios apresentados pelas empresas interessadas, mas durante o procedimento licitatório, emitirá parecer não vinculativo sobre as propostas.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão custeadas a conta do orçamento municipal vigente a cada exercício financeiro.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Princesa, SC, em 10 de Abril de 2019.
EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi registrada e publicada na forma da lei.
Princesa, SC, 10 de ABRIL de 2019.
Daiane Pagno

PORTARIA Nº. 68 DE 10.04.2019

Publicação Nº 1980981

PORTARIA Nº. 68, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

“HOMOLOGA RESULTADO DA CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal, no uso das Atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Art. 69, da Lei Orgânica do Município; tudo combinado com a subseção IV, Artigos 88, 90 e 91, todos da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014, combinado com os artigos 28, 30 e 31 da Lei Complementar nº. 23 de 30 de Dezembro de 2014 e Lei Complementar nº. 38 de 20 de Junho de 2017 e Ata da 3ª reunião da comissão especial para concessão da progressão por mérito, de 09 de Abril de 2019;

RESOLVE

Art. 1º. Fica Homologado o Resultado da Concessão de Progressão por Mérito concedida a servidora pública municipal, pela Ata da 4ª reunião, apresentada pela Comissão especial de avaliação para concessão de progressão por mérito, nomeada pela Portaria nº. 43, de 06 de Fevereiro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Portaria correrão à conta do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de Abril de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,

em 10 de Abril de 2019.
Edilson Miguel Volkweis,
Prefeito Municipal
ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E
PUBLICADA NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 10 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

Quilombo

PREFEITURA

AVISO PREGÃO Nº 6-2019 FMS

Publicação Nº 1980972

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 6/2019.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2019.
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 25/04/2019.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 25/04/2019.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou e-mail licitacoes@quilombo.sc.gov.br.
QUILOMBO, 10 de abril de 2019.
NEDIO LUIZ CONCI
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 087/2019 – DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981181

DECRETO Nº 087/2019 – DE 10 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO/SC, NO ANO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei nº 2.734/2018 de 11 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo para o ano de 2019 no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº. 2.734/2018 de 11 de dezembro de 2018, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07.00
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO		07.01
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Ação	VEÍCULO/FMS		1.168
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(70)	Aplicação Direta – 4.4.90	03.02 – Recursos Ordinários	115.000,00
Valor Total R\$:			115.000,00

Art.2º O recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do Superávit Financeiro apurado no Balanço geral do exercício base de 2018 da Receita Ordinária – DR 03.02 do Município.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 10 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado

Em 11/04/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Adriano João Boaretto
Funcionário Designado

DECRETO Nº 088/2019 – DE 10 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980792

DECRETO Nº 088/2019 – DE 10 DE ABRIL DE 2019.
DISPÕE SOBRE O USO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento datado de 10 de abril de 2019, do Secretário Municipal de Administração, Senhor Antonio Luiz Zamignan,

DECRETA:

Art.1º Fica cedido no período de 10 de abril de 2019 à 12 de abril de 2019, o veículo Gol, placa: QJL - 0962, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, com objetivo de participar de Congresso de Secretários de Saúde de Santa Catarina, à cidade de Piratuba - SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento do Fundo da Secretaria de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 10 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em 11/04/2019.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

Rio das Antas

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 005/2019, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1980458

DESIGNA SERVIDOR PARA O SETOR DE RECURSOS HUMANOS - RH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara, representada pelo Vereador Rafael Vian, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas, no uso de suas atribuições e de acordo com Art.16, VIII do Regimento Interno, Art. 56, VII da Lei Orgânica do Município de Rio das Antas, e o Art. 6º inciso II da Lei Complementar 36 de 28/12/2001 e alterações posteriores,

Considerando o termo de colaboração espontânea de nº 001/2019 firmado entre a Câmara de Vereadores de Rio das Antas e o Município de Rio das Antas em 18 de março de 2019;

Considerando o relevante interesse público e as consequências advindas da Lei Municipal de nº 1.914, de 23 de maio de 2016 a qual "Criou A Unidade Gestora, Autorizando a Abertura de Crédito Especial na Unidade Gestora da Câmara de Vereadores de Rio das Antas, por conta de Recursos de Anulação no Orçamento para 2016, na unidade Gestora Prefeitura Municipal de Rio das Antas, onde tais Recursos Destinados ao Poder Legislativo em 2016 na LOA estão Alocados como Unidade Orçamentária e dá Outras Providências", que deu início ao processo de separação administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora VANESSA CRISTINA COMACHIO, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade sob nº 4.948.076 – SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 040.560.679-61, residente e domiciliada na Linha Novo São Paulo - Interior, no município de Rio das Antas – SC, CEP: 89.550-000, para desempenhar em caráter de apoio, além de suas funções como Assessora Legislativa, nomeada pela Portaria nº 006/2017 as funções constantes no item 1.2 do Termo de Colaboração Espontânea nº 001/2019 firmado entre a Câmara de Vereadores de Rio das Antas e o Município de Rio das Antas em 18 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio das Antas – SC, 26 de março de 2019.

RAFAEL VIAN

Presidente

ROBERTO ELIAS HECKEL

Primeiro Secretário

VALMIR INÁCIO RIGO

Segundo Secretário

Registrado em livro próprio e publicado no Mural do Átrio da Câmara na mesma data.

PORTARIA Nº 004/2019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1980455

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas, Vereador Rafael Vian, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os artigos 39 e 41, XIV, do Regimento interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Vereador Roberto Elias Heckel para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelos vereadores Camilo Luis Barzotto, Gilmar Dias e Juarez Antônio Rodrigues (Portaria nº 003 de 06 de fevereiro de 2019), haja vista a licença do Vereador Gilmar Dias para tratamento de saúde.

Art. 2º. A Comissão terá o prazo de até 90 (noventa) dias para suas conclusões, devendo apresentar relatório de seus trabalhos. conforme estabelecido no artigo 2º da Portaria nº 003/2019 .

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e complementa a Portaria nº 003 de 06 de fevereiro de 2019.

Rio das Antas – SC, 12 de fevereiro de 2019.

RAFAEL VIAN

Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas.

Registrado em livro próprio e publicado no Mural do Átrio da Câmara na mesma data.

Rio do Campo

PREFEITURA

158 PORTARIA Nº 158 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA THAINARA PRESTES DOS SANTOS

Publicação Nº 1980267

Portaria nº. 158, de 09 de Abril de 2019.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora THAINARA PRESTES DOS SANTOS”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 05 de abril de 2019, a servidora THAINARA PRESTES DOS SANTOS, matrícula nº. 34337, nomeado pela Portaria nº. 041/2019, para o cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 05 de abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 09 de abril de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração

159 PORTARIA Nº 159 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE BRUNA MANFRINI

Publicação Nº 1980269

Portaria nº. 159, de 09 de Abril de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de BRUNA MANFRINI, para o cargo temporário de Agente de Serviços Gerais”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação em Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 001/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, a partir de 09 de abril de 2019, BRUNA MANFRINI, CPF Nº 104.752.729-43, para exercer o cargo TEMPORÁRIO de Agente de Serviços Gerais, Grupo IV, nível I, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, Anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 09 de Abril de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Adm. e Finanças

160 PORTARIA Nº 160 DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MADALENA KALESKI

Publicação Nº 1980273

Portaria nº. 160, de 09 de abril de 2019.

“Concede licença para tratamento de saúde e auxílio doença a servidora MADALENA KALESKI”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde e auxílio doença a servidora MADALENA KALESKI, de acordo com atestado de

incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 05 de abril de 2019 a 05 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 05 de abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 09 de abril de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. De Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO
Portaria publicada e registrada
em 10/04/2019
DOM – Diário Oficial dos Municípios

161 PORTARIA Nº 161 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JULIA MATHIAS

Publicação Nº 1980274

Portaria nº. 161, de 12 de Fevereiro de 2019.
"Concede Férias a Servidora JULIA MATHIAS".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora JULIA MATHIAS, matrícula 34173, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 28 de outubro de 2017 a 27 de outubro de 2018, tendo como período de gozo: 01 a 30 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 01 de abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 09 de abril de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração

162 PORTARIA Nº 162 DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO FUNCIONAL HORIZONTAL AOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 1980277

Portaria nº. 162, de 09 de abril de 2019.
"Concede Promoção Funcional Horizontal aos membros do magistério público e dá outras providências".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 89 da Lei Complementar nº. 01, de 16 de dezembro de 2009.

Considerando a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 3.813, de 24 de maio de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Promoção Funcional Horizontal aos membros do magistério público municipal, que passam a vigorar com os níveis e referências constantes no anexo I da Presente Portaria.

Art. 2º A concessão do pagamento será realizada a partir de abril do corrente ano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 09 de abril de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

Anexo I
Portaria n° 162, de 09 de Abril de 2019
Promoção Funcional Horizontal

grupo docente

Matrícula	Nome	Situação Atual		PROMOÇÃO		
		Cargo	Nível/Ref	Cargo	Nível/Ref	CH
33807-6	ANA LUCIA BACK SCHORNER	PROFESSOR	NÍVEL 1/C	PROFESSOR	NÍVEL 1/D	20H
33807-9	ANA LUCIA BACK SCHORNER	PROFESSOR	NÍVEL 1/C	PROFESSOR	NÍVEL 1/D	20H
33710	ANISIA KALESKI	PROFESSOR	NÍVEL 1/C	PROFESSOR	NÍVEL 1/C	20H
34189	DIONEIA CARDOUNO	PROFESSOR	NÍVEL 1/A	PROFESSOR	NÍVEL 1/B	20H
34240	GISELI HACKBARTH RIBEIRO	PROFESSOR	NÍVEL 1/A	PROFESSOR	NÍVEL 1/B	20H
33748	LUCIANA KALESKI	PROFESSOR	NÍVEL 1/C	PROFESSOR	NÍVEL 1/D	20H

PUBLICAÇÃO

Portaria publicada e registrada
em 10/04/2019
DOM – Diário Oficial dos Municípios

163 PORTARIA Nº 163 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA VIVIANE ALMEIDA

Publicação Nº 1980279

Portaria nº. 163, de 09 de Abril de 2019.
"Dispõe sobre a exoneração da servidora VIVIANE PINHEIRO".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 05 de abril de 2019, a servidora VIVIANE PINHEIRO, matrícula nº. 34328, nomeado pela Portaria nº. 053/2019, para o cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 05 de abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 09 de abril de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração

164 PORTARIA Nº 164 NOMEIA VIVIANE PINHEIRO PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Publicação Nº 1980283

Portaria nº. 164, de 09 de Abril de 2019.
"Nomeia VIVIANE PINHEIRO para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Concurso Público aberto pelo Edital nº 01/2018 e homologado pelo Decreto nº. 4.011, de 22 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, VIVIANE PINHEIRO, inscrição nº 1296353, do Concurso Público nº 001/2018, RG nº 4.129.663 SSP/SC, CPF nº 030.604.859-09, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, Nível I, do quadro geral de cargos e provimento efetivo, Anexo III, da lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 08 de abril de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 09 de abril de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. De Adm. e Finanças.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº03/2019

Publicação Nº 1980832

Processo Licitatório nº 15/2019

Dispensa de Licitação nº 03/2019

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, PARA O MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO/SC DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019.

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, a vista das exposições motivadas neste documento, e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal quanto à parte econômica e social da questão, com base no art. 24, inciso XXX da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, ratifico este Processo de Dispensa de Licitação, autorizo a efetiva contratação com a Empresa EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A., nos termos deste instrumento e da proposta apresentada.

Publique-se e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para a realização do Contrato.

Rio do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N. 024/2019

Publicação Nº 1980523

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 28/2019

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 3 de abril de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

CONTRATADO: SV COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 10.625.851/0001-83, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SADI SENS, Administrador, portador do RG/CI nº 2258062 e no CPF/MF nº 812.073.959-00, com endereço à RUA Arthur Schreiber, 289, VELHA - 89.040-040, Blumenau - SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS DO RAMO TÊXTIL SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, A QUAL SERÁ REALIZADA, TENDO COMO BASE O RECOLHIMENTO DIRETAMENTE NA SEDE DAS EMPRESAS ASSOCIADAS NA ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AITAVI..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º.

DA FONTE DE RECURSOS: A execução da obra ocorrerá por conta dos recursos provenientes do Gestor: Manutencao das atividades do Departamento do Meio Ambiente visando prover condicoes para promover a melhoria da qualidade do meio ambiente atraves do monitoramento e controle ambiental. Conscientizar a populacao com campanhas para a necessidade da seletividade do lixo. Manutencao da coleta seletiva do lixo. Manutencao do Centro de Triagem do Lixo. da seguinte Dotação Orçamentária Municipal: 4.402.2011.3339000000000000 000.01000001

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 31 de dezembro de 2019, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante interesse público.

PREFEITO MUNICIPAL

HUMBERTO PESSATTI

PORTARIA 8287

Publicação Nº 1980889

PORTARIA Nº 8287 DE 09 DE ABRIL DE 2019

"Concede Alteração de Carga Horária para Servidora."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Habilitação para Alteração de Carga Horária nº 01/2013,

CONSIDERANDO Comunicação Interna recebida da Secretaria de Educação e Cultura nº 0035/2019,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Alteração de Carga Horária, de 20 horas semanais, para 40 horas semanais à Servidora KEILA REGINA PERINI DEPINE, matrícula 53090-01, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III, na Secretaria de Educação e Cultura.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 09 de abril de 2019

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Fazenda

DEISE CRISTINA BUSARELLO FÉLIX LEITE

Secretária de Educação e Cultura

CIENTE

KEILA REGINA PERINI DEPINE

PROCESSO N. 042/2019 - PISCICULTURA

Publicação N° 1981078

AVISO DE LICITAÇÃO – MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoria no ramo de Piscicultura aos Produtores Rurais do Município. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 24/04/2019. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, riodooeste.atende.net no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, SC, 10 de abril de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2019

Publicação Nº 1980268

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREI STOCK, portador(a) do CPF nº 040.689.669-07, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Henrique Degenhardt, nº 236, Bairro Fundo Canoas, na Cidade de Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professor de Empreendedorismo, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em substituição à Programa Primeiro Emprego e disciplina de Empreendedorismo.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.683,03 (Três mil seiscentos e oitenta e três reais e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/02/2019 e encerrando-se em 06/03/2019, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 25 de janeiro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDREI STOCK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

DECRETO Nº 8043, DE 10 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1981450

DECRETO Nº 8043, de 10 de abril de 2019.

“DESIGNA COMISSÃO DE SELEÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E OS GESTORES DA PARCERIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2019”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com as alíneas “g” e “h”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Seleção da parceria prevista no Edital de Chamamento Público nº 005/2019, os seguintes membros:

I – Jairo Wehmuth Junior

II – Bolivar Bitellbrunn; e

III – Anderson Luiz Goral.

Art. 2º. Em cumprimento do disposto na alínea “h”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ficam nomeados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria prevista no Termo de Colaboração nº 005/2019, os seguintes

membros:

I – Jairo Wehmuth Junior

II – Bolivar Bitellbrunn; e

III – Anderson Luiz Goral.

Art. 3º. Atendendo ao dispositivo legal previsto na alínea “g”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, fica nomeado como gestor da parceria firmada no Termo de Colaboração nº 005/2019, o Diretor do Departamento de Relacionamento com Instituições, Sr. Marcos Vinicius Pasqualini.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

10 de abril de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019

Publicação Nº 1981153

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019

CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ATRAVÉS DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PLANO DE TRABALHO VOLTADO PARA AUXÍLIO MÉDICO VETERINÁRIO PARA ANIMAIS DE RUA E ANIMAIS DOMÉSTICOS DE FAMÍLIAS CARENTES, CONTANDO COM O TRATAMENTO DE DOENÇAS, MACHUCADOS, ATROPELAMENTOS, CIRURGIA, CASTRAÇÃO DENTRE OUTROS”.

O Município de Rio do Sul consoante o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, TORNA PÚBLICO sua intenção de firmar Termo de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, aberto a todas as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à cultura, e que estejam devidamente habilitadas, conforme os ditames deste Edital e seus Anexos.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. OBJETO

Constitui objeto deste chamamento público à seleção de projetos voltados ao auxílio médico veterinário para animais de rua, atropelados, em estado de sofrimento, para animais domésticos de famílias carentes, contando com o tratamento de doenças, machucados, atropelamentos, cirurgia, castração, abrigo temporário, resgate, vacinação, vermifugação, recuperação, encaminhamento à adoção, políticas de controle de natalidade de animais, dentre outros.

1.2. REGIME JURÍDICO

O regime jurídico de que trata este Edital tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, destinando-se a assegurar:

I - o reconhecimento da participação social como direito do cidadão;

II - a solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva;

III - a promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável;

IV - o direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas;

V - a integração e a transversalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social;

VI - a valorização da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa;

VII - a promoção e a defesa dos direitos humanos;

VIII - a preservação, a conservação e a proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente;

IX - a valorização dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais;

X - a preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.

São diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria:

I - a promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público;

II - a priorização do controle de resultados;

III - o incentivo ao uso de recursos atualizados de tecnologias de informação e comunicação;

IV - o fortalecimento das ações de cooperação institucional entre os entes federados nas relações com as organizações da sociedade civil;

V - o estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação, transparência e publicidade;

VI - a ação integrada, complementar e descentralizada, de recursos e ações, entre os entes da Federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos;

VII - a sensibilização, a capacitação, o aprofundamento e o aperfeiçoamento do trabalho de gestores públicos, na implementação de atividades e projetos de interesse público e relevância social com organizações da sociedade civil;

VIII - a adoção de práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens indevidos;

IX - a promoção de soluções derivadas da aplicação de conhecimentos, da ciência e tecnologia e da inovação para atender necessidades e demandas de maior qualidade de vida da população em situação de desigualdade social.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014:

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

Para celebrar as parcerias previstas neste Edital, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos deste Edital e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV - possuir:

a) no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme a parceria seja celebrada no âmbito do Município de Rio do Sul;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e II as organizações religiosas.

As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no inciso III, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I e II.

Para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso IV, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

2.2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Para celebração das parcerias previstas neste Edital, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

I - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

II - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

III - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

IV - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

V - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado.

2.3. REQUISITOS PARA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas neste Edital e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Edital e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista neste Edital;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

g) da designação do gestor da parceria;

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração.

Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes. Configurado o impedimento, deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

2.4. DO PLANO DE TRABALHO

Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

2.5. DO IMPEDIMENTO PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Edital a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c";

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º. Nas hipóteses do item 2.5, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º. Em qualquer das hipóteses previstas no item 2.5, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento

do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º. Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4º. A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 5º. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

§ 6º. É vedada a celebração de parcerias previstas neste Edital que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

3. DA FASE DE SELEÇÃO

A fase de seleção observará as seguintes etapas:

CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	11/04/2019
2	Prazo final para envio das propostas pelas OSCs.	11/05/2019
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	13/05/2019 a 14/05/2019
4	Divulgação do resultado preliminar.	15/05/2019
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	28/05/2019 (esta data é estimada)

Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) organização(ões) da sociedade civil selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

3.1. ETAPA 1: PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do(a) Município de Rio do Sul na internet, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

3.2. ETAPA 2: ENVIO DAS PROPOSTAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

As propostas serão apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil até às 17 horas do dia 13 de maio de 2019, à Comissão de Seleção nomeada pelo específico.

As propostas deverão ser encaminhadas em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta – Edital de Chamamento Público nº 005/2019", pessoalmente para a Comissão de Seleção, no seguinte endereço: Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, Procuradoria Jurídica.

A proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou pen drive) da proposta.

Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública.

Cada Organização da Sociedade Civil poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

3.3. ETAPA 3: ETAPA COMPETITIVA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido no Cronograma anteriormente exposto para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada.

A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0
(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.	1,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

Serão eliminadas aquelas propostas:

a) cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;

b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;

c) que estejam em desacordo com o Edital; ou

d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível.

As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

3.4. ETAPA 4: DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial do Município de Rio do Sul na internet, iniciando-se o prazo para recurso.

3.5. ETAPA 5: INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR

Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

Os recursos serão apresentados à Comissão de Seleção por meio de protocolo. Se o sistema estiver indisponível, a administração pública deverá, antes da abertura do prazo recursal, divulgar a nova forma de apresentação do recurso, inclusive com indicação, se for o caso, do local.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

Interposto recurso, a administração pública prestará as informações para que os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem. Caso a plataforma esteja indisponível para essa finalidade, a administração pública dará ciência, preferencialmente por meio eletrônico, para que os interessados apresentem suas contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data da ciência.

3.6. ETAPA 6: ANÁLISE DOS RECURSOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Chefe do Poder Executivo, com as informações necessárias à decisão final.

A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

3.7. ETAPA 7: HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE SELEÇÃO

Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão ou a entidade pública deverá homologar e divulgar, no seu site eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

A homologação não gera direito para a Organização da Sociedade Civil à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

4. FASE DE CELEBRAÇÃO

A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da Organização da Sociedade Civil selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

4.1. ETAPA 1: CONVOCAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SELECIONADA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Para a celebração da parceria, a administração pública convocará a Organização da Sociedade Civil selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019/2014).

Por meio do plano de trabalho, a Organização da Sociedade Civil selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019/2014).

Além da apresentação do plano de trabalho, a Organização da Sociedade Civil selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do artigo 2º, nos incisos I a V do caput do artigo 33, e nos incisos II a VII do caput do artigo 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o artigo 39 da referida Lei.

O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela Organização da Sociedade Civil selecionada, pessoalmente no endereço: Praça 25 de Julho nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC.

4.2. ETAPA 2: VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA E ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela Organização da Sociedade Civil selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

A administração pública examinará o plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil selecionada ou, se for o caso, pela Organização da Sociedade Civil imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a Organização da Sociedade Civil selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a Organização da Sociedade Civil convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

4.3. ETAPA 3: AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a Organização da Sociedade Civil será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não celebração da parceria.

Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela Organização da Sociedade Civil, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a Organização da Sociedade Civil deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

4.4. ETAPA 4: PARECER DE ÓRGÃO TÉCNICO E ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do

plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a Organização da Sociedade Civil fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

A Organização da Sociedade Civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

4.5. ETAPA 5: PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública, qual seja, Diário Oficial do Município (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA REALIZAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O limite máximo de orçamento previsto referente ao período de 12 meses de vigência do Termo de Colaboração é de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias fixadas para o exercício de 2019, conforme descrito a seguir:

Ação: 2001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Referência 317

Modalidade de Aplicação 3350000000000000

Vínculo 1000000

6. DA PUBLICIDADE DO PROCESSO DE PARCERIA

A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.

A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

As informações deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

III - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

IV - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

V - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

A administração pública deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município de Rio do Sul na internet, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, por petição protocolada. A resposta às impugnações caberá à Comissão de Seleção.

Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, por petição protocolada. Os esclarecimentos serão prestados

pela Comissão de Seleção.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

A Comissão de Seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxas para participar deste Chamamento Público.

Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

O presente Edital terá vigência de 12 meses a contar da data da homologação do resultado definitivo.

Rio do Sul (SC), 13 de abril de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a (identificação da organização da sociedade civil – OSC) está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 005/2019 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Rio do Sul (SC), ____ de _____ de 2018.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

ANEXO II DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro que (identificação da organização da sociedade civil – OSC) encontra-se em conformidade com o artigo 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou seja, dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e no cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

Rio do Sul (SC), ____ de _____ de 2018.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

ANEXO III DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da (identificação da organização da sociedade civil – OSC), nos termos do artigo 39, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que não há no quadro de dirigentes abaixo identificados tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; tenha entre seus dirigentes pessoa: cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; considerada responsável por ato de improbidade.

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de Identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

Rio do Sul (SC), _____ de _____ de 2018.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da (identificação da organização da sociedade civil – OSC), que seus dirigentes não incorrem em quaisquer vedações previstas no artigo 39, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Neste sentido, a citada entidade: está regularmente constituída, não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada, não teve suas contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas nas alíneas “a” a “c”, do inciso IV, do artigo 39, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo e não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

Rio do Sul (SC), _____ de _____ de 2018.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

ANEXO V

PLANO DE TRABALHO

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Nome do Projeto
Local(ais) onde serão executadas as ações do projeto

2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

3. PÚBLICO-ALVO

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral
Objetivos Específicos

5. METAS

Quantitativas:
Qualitativas:

6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

8. NATUREZA DAS DESPESAS

Investimento:
Custeio:

Rio do Sul (SC), _____ de _____ de 2018.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

ANEXO VI

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XXX/2018

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, OBJETIVANDO AUXÍLIO MÉDICO VETERINÁRIO PARA ANIMAIS DE RUA E ANIMAIS DOMÉSTICOS DE FAMÍLIAS CARENTES, CONTANDO COM O TRATAMENTO DE DOENÇAS, MACHUCADOS, ATROPELAMENTOS, CIRURGIA, CASTRAÇÃO DENTRE OUTROS.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, CEP: 89.160-900, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, doravante denominado MUNICÍPIO, e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado pelo dirigente, Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada OSC, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Colaboração o auxílio médico veterinário para animais de rua, atropelados, em estado de sofrimento, para animais domésticos de famílias carentes, contando com o tratamento de doenças, machucados, atropelamentos, cirurgia, castração, abrigo temporário, resgate, vacinação, vermifugação, recuperação, encaminhamento à adoção, políticas de controle de natalidade de animais, dentre outros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**I – DO MUNICÍPIO:**

- a) Transferir os recursos financeiros para execução deste Termo de Colaboração, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, observada a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) A execução do presente Termo de Colaboração será acompanhada por representante do MUNICÍPIO, que anotará em registro próprio toda a ocorrência relacionada à execução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, o qual será submetido à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC, de acordo com o estabelecido no artigo 59, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- d) Providenciar a publicação deste instrumento no prazo e na forma da Lei, às suas expensas;
- e) O MUNICÍPIO realizará sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na orientação e no ajuste das atividades definidas;
- f) Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto no caso de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade.

II – DA OSC:

- a) Na execução do presente Termo de Colaboração, cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas pelo MUNICÍPIO;
- b) Declarar não ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade de administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
- c) Comprovar a ausência das vedações impostas pelo artigo 39, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- d) Iniciar a execução do objeto do Termo de Colaboração, expresso no Plano de Trabalho em 30 (trinta) dias, após o recebimento dos recursos;
- e) Não utilizar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, inclusive os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- f) Promover as aquisições constantes do Plano de Trabalho aprovado, observando os princípios inerentes à utilização de valores e bens públicos, entre os quais o da legalidade, da legitimidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, de acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 13.019/2014;
- g) O atendimento ao princípio da economicidade deverá ser comprovado mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo do bem ou serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica;
- h) Os orçamentos deverão estar datados e discriminados de maneira que permitam comprovar que foi assegurada a isonomia dos interessados para fornecer o bem ou o serviço cotado;
- i) A comprovação das despesas efetuadas se dará por notas fiscais e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem ou do serviço adquirido, expressa menção ao número do Termo de Colaboração, seguido do ano;
- j) O documento emitido deve ser legível, sem rasuras, e constar certificação do responsável pelo recebimento das mercadorias ou serviços prestados;
- k) Apresentar relatórios em instrumentos indicados pelo MUNICÍPIO de execução físico-financeira deste Termo, compatível com a liberação dos recursos transferidos, assim como relatórios técnicos quantitativos e qualificativos sobre a execução do objeto sempre que solicitado e na forma exigida;
- l) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- m) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o MUNICÍPIO, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- n) Identificar os equipamentos/materiais permanentes adquiridos conforme o Plano de Trabalho, com plaqueta contendo o seguinte texto: MUNICÍPIO/Edital nº 003/2018;
- o) Observar a normatização referente ao objeto do Termo de Colaboração, bem como participar das capacitações e eventos promovidos pelo MUNICÍPIO;

- p) Responsabilizar-se exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste instrumento, não implicando a responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- q) Dar livre acesso aos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos para a execução do objeto deste Termo de Colaboração, no montante de R\$ xx (xx), serão alocados conforme o Plano de Trabalho aprovado, obedecendo a seguinte distribuição:

I – RECURSOS DO MUNICÍPIO:

O valor de R\$ xx (xx), correrá à conta do orçamento do MUNICÍPIO:

Ação: XXXX- XXXXX

Referência XXXX

Modalidade de Aplicação XXXXXXXX

Vínculo XXXXX

E será repassado conforme cronograma abaixo:

PARCELAS	VALOR	Liberação

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente depositados em instituição bancária oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos depositados e mantidos na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A movimentação dos recursos será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO QUARTO: A OSC, deverá realizar os pagamentos dos fornecedores e prestadores de serviços mediante transferência eletrônica.

PARÁGRAFO QUINTO: Quando demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, no âmbito desta Parceria, poderá ser realizado pagamento em espécie.

PARÁGRAFO SEXTO: Os rendimentos dos ativos financeiros serão aplicados no objeto desta Parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos nesta Parceria.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A liberação dos recursos financeiros da parcela citada ficará condicionada a apresentação das certidões exigidas na legislação em vigor.

PARÁGRAFO OITAVO: Quaisquer documentos que venham a ser exigidos por legislação específica como condições para recebimento de recursos públicos passarão automaticamente a fazer parte do rol desta Cláusula.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento será de 12 (doze) meses contados a partir da sua publicação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO em, no mínimo trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação de prazo de vigência será de Ofício, no caso de atraso na liberação de recursos financeiros, por parte do MUNICÍPIO, limitado ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria com a OSC para demonstração de resultados, que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance com os resultados previstos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As fases de apresentação das contas pela organização da sociedade civil e de análise e manifestação conclusiva das contas, iniciam-se concomitantemente com a liberação da parcela dos recursos financeiros e terminam com a avaliação final das contas e demonstração de resultados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os dados serão informados mensalmente, independente da realização de repasses ou despesas e, em todos os meses deverão haver envio de informações ao Tribunal pelo MUNICÍPIO;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A OSC deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas.

PARÁGRAFO QUARTO: O prazo final para o envio da prestação de contas será de 90 (noventa) dias para a OSC e de 150 (sessenta e cinquenta) dias para o MUNICÍPIO, contados do encerramento da Parceria, ou no final de cada exercício, nos termos da Lei Federal nº 13.019/14.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de o encerramento do prazo mencionado no Parágrafo Quarto recair em feriado ou final de semana, o mesmo ficará automaticamente para o primeiro dia útil subsequente.

PARÁGRAFO SEXTO: O MUNICÍPIO, ao final da transferência encaminhará a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas.

CLÁUSULA SEXTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea "h", do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a Comissão designada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GESTOR DA PARCERIA

Em cumprimento do disposto na alínea "g" do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o Gestor da presente parceria será designado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Gestor da Parceria utilizará para o monitoramento e avaliação, os relatórios emitidos pela Organização da Sociedade Civil e de visitas técnicas realizadas "in loco"

CLÁUSULA OITAVA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade superior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A OSC deverá, ainda, restituir o MUNICÍPIO, o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses: I. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida; II. Quando não for executado o objeto do Termo de Colaboração; III. Quando ocorrer qualquer fato do qual resulte prejuízo ao erário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A OSC, ficará obrigada a recolher à conta do MUNICÍPIO o valor corrigido dos recursos recebidos, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto da Parceria.

CLÁUSULA NONA - DA DESTINAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS

Os bens adquiridos com recursos financeiros transferidos pelo presente instrumento, passarão a incorporar ao patrimônio da OSC, desde que a organização parceira assegure a continuidade das ações do projeto sem ônus para o MUNICÍPIO, conforme Plano de Trabalho previamente aprovado, assegure a continuidade do projeto de atendimento proposto inicialmente, e ainda serão gravados com cláusula de inalienabilidade, sendo que deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não havendo interesse por parte da Organização da Sociedade Civil em assegurar a continuidade das ações do projeto, os bens remanescentes adquiridos com recursos desta Parceria, após a consecução do objeto, retornarão ao Patrimônio do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente instrumento poderá ser rescindido por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, bem como, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações: I. má execução ou inexecução da parceria; II. a verificação das circunstâncias que ensejam a instauração de tomada de contas especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique em rescisão ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes no prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na ocorrência de rescisão, a organização da sociedade civil deverá quitar os débitos assumidos em razão da parceria, relativos ao período em que ela estava vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de má execução ou não execução do objeto da parceria pela organização da sociedade civil, o MUNICÍPIO, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, poderá: I - retomar os bens públicos eventualmente cedidos para a execução do objeto desta parceria; II - assumir diretamente ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, o MUNICÍPIO deverá

convocar organização da sociedade civil participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do Termo de Colaboração celebrado com o primeiro classificado.

PARÁGRAFO QUINTO: Na impossibilidade da convocação do que trata o parágrafo quarto ou na ausência de interesse das organizações da sociedade civil convocadas, o MUNICÍPIO assumirá diretamente a execução do objeto ou realizará novo chamamento.

PARÁGRAFO SEXTO: A adoção das medidas de que tratam os parágrafos terceiro, quarto e quinto deverá ser autorizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS VEDAÇÕES

São vedadas despesas à conta dos recursos do presente Termo de Colaboração: I. Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. II. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a realização de pagamentos antecipados com recursos da parceria, sendo possível pagamentos em parcelas aos fornecedores de bens e prestadores de serviços contratados pelas organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções: I. advertência; II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de Rio do Sul pelo período de 02 (dois) anos; III. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso "II" desta Cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO: As sanções estabelecidas nos incisos "II" e "III" desta cláusula são de competência exclusiva do Município de Rio do Sul, conforme o caso, facultado a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Os partícipes, neste ato, elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul (SC), _____ de _____ de 2018.

(Nome e cargo do representante legal da OSC)

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 015/2019

Publicação Nº 1980365

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 015/2019
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 10/04/2019, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Protocolo nº 173159/2018
Recurso Ordinário nº 035/2018
Recorrente: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
Relator: Conselheiro André Vinícius Schulle

DECISÃO: Por maioria dos votos, dado provimento ao recurso.

EMENTA: ISS. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 110/2003, ART. 8º, INCISO V, ALÍNEA "C". RECONHECE-SE A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AINDA QUE ESTES SERVIÇOS NÃO ATENDAM AS ATIVIDADES FINALÍSTICAS, MAS DESDE QUE OS RECURSOS GERADOS SEJAM APLICADOS NAS ATIVIDADES PARA AS QUAIS TAIS ENTIDADES FORAM CONSTITUÍDAS.

Leonice Witte - Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

LEI Nº 6024, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1981451

LEI Nº 6024, 27 de março de 2019.

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL "CÃO ASTRA" - CAMPANHA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica instituído no Município de Rio do Sul, em caráter permanente, o Programa Municipal "Cão Astra" - Campanha de Controle Populacional de Cães e Gatos, como política de saúde pública sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º O Programa Municipal "Cão Astra" destina-se a realização de cirurgias de esterilização de cães e gatos, fêmeas.

Art. 3º As esterilizações serão custeadas com recursos do município, aos residentes do Município de Rio do Sul maiores de 18 anos, preferencialmente às famílias de baixa renda.

Parágrafo único. Para a participação do Programa é imprescindível a inclusão da família no programa Cadastro Único (CAD Único) do Governo Federal, realizada junto à Diretoria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Após o cadastramento das famílias de baixa renda interessadas a aderirem ao Programa, e restando vagas, os munícipes cuja renda familiar não os permita a inclusão no CAD Único poderão participar da campanha de controle populacional, desde que custeiem com recurso próprio o pagamento da taxa de castração, fornecida pelo município.

Parágrafo único. Além do comprovante de recolhimento da taxa, o proprietário deverá fazer cadastro junto ao órgão responsável pela castração, fornecendo seu CPF, RG e comprovante de residência atualizado.

Art. 5º Durante a campanha, o animal ficará sob a responsabilidade do cirurgião ou anestesista veterinário até receber alta, sendo de total responsabilidade do proprietário os exames pré-operatórios, bem como qualquer procedimento de tratamento pós-operatório.

§ 1º O proprietário declarará ciência dos riscos das cirurgias que deverão estar expressos em termo próprio da Secretaria de Saúde, o qual ficará arquivado junto ao cadastro do proprietário.

§ 2º No caso de óbito do animal, deverá o mesmo ser retirado por seu responsável no prazo de 2 horas após a comunicação.

Art. 6º O proprietário que não atender as orientações de cuidados com o seu animal, inclusive as de pré e pós-operatórios, ou não retirar o seu animal do local de castração no dia da alta, será denunciado ao Ministério Público por maus tratos ou abandono, segundo a Lei Ambiental nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 7º O Programa destina-se exclusivamente à esterilização de cães e gatos, ficando dela excluídos outros procedimentos veterinários.

Art. 8º Para a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, empresas públicas, entidades de classe ligadas aos médicos veterinários.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que lhe couber.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

27 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI Nº 6029, DE 09 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980827

LEI Nº 6029, de 09 de abril de 2019

DENOMINA "CARLOS GERD SCHROEDER" O BOSQUE MUNICIPAL LOCALIZADO NO BAIRRO SUMARÉ, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º É denominado "Carlos Gerd Schroeder" o Bosque Municipal localizado na Rua Ruy Barbosa, no Bairro Sumaré, município de Rio do Sul, conforme planta de situação/levantamento planialtimético, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

09 de abril de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 010/2019-COMPLEMENTAR

Publicação Nº 1980383

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 010/2019-complementar

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no Art 13 § 1º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 22 de Abril de 2019, às 08h00 no Plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para julgamento do seguinte Recurso

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164569/2017
Número do Recurso Ordinário: Nº 006/2019
Nome do Recorrente: SIDNEI LUIS LAGUNA
Nome do Relator: Conselheiro André Vinícius Schulle

Rio do Sul, 10 de Abril de 2019.

LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

PORTARIA N. 0621/DGP

Publicação Nº 1980521

PORTARIA N. 0621/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, POR PERMUTA, a partir de 10/04/2019, as servidoras ocupantes do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar (40 hs), DÉBORA SILVA DE FIGUEREDO, Lotada no CE Sebastião Back e, NATHANIELE CRISTINE DA SILVA, lotada no CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli, conforme requerimento protocolado sob o número 178754/2019, e em conformidade com o parágrafo 3º, do artigo 41 da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e alterações.

Art. 2º – As servidoras passam a ter a seguinte lotação: DÉBORA SILVA DE FIGUEREDO no CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli e NATHANIELE CRISTIANE DA SILVA no CE Sebastião Back.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Sadj

Portaria n. 0626/DGP de 09 de abril de 2019.

Publicação Nº 1980736

PORTARIA N. 0626/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 9º, inciso VIII, da Lei Complementar n. 347 de 07 de fevereiro de 2017 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando GABSEC n. 330/2019, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 005/2019, a fim de apurar os fatos relatados no documento citado, envolvendo a servidora Sandra Aparecida Hardt, matrícula n. 236489, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, a qual teria exercido atividades incompatíveis com as atribuições do seu cargo.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0565/DGP de 29 de março de 2019, publicada em 08 de abril de 2019, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

Portaria n. 0627/DGP de 09 de abril de 2019.

Publicação Nº 1980794

PORTARIA N. 0627/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 9º, inciso VIII, da Lei Complementar n. 347 de 07 de fevereiro de 2017 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando CI n. 080/2018, emitido pelo Departamento de Controle Interno e mídia em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 006/2019, a fim de apurar os fatos relatados no documento citado, relacionados à denúncia de entrega de materiais em propriedade particular.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0565/DGP de 29 de março de 2019, publicada em 08 de abril de 2019, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

Portaria n. 0628/DGP de 09 de abril de 2019.

Publicação Nº 1980799

PORTARIA N. 0628/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 9º, inciso VIII, da Lei Complementar n. 347 de 07 de fevereiro de 2017 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SEDUC/GAB n. 352/2018 e relatório em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 007/2019, a fim de apurar os fatos relatados no documento citado, envolvendo Cristiano Stringari que ocupava a função temporária de Professor de Educação Física, o qual teria exercido atividades incompatíveis com as atribuições do seu cargo.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0565/DGP de 29 de março de 2019, publicada em 08 de abril de 2019, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

Portaria n. 0631/DGP de 09 de abril de 2019.

Publicação Nº 1980211

PORTARIA N. 0631/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, e considerando os Memorandos SEDAF/DTA/DP N. 057/2019 e SEDAF/DTA/DP N. 058/2019, ambos emitidos pelo Departamento de Patrimônio e seus anexos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 020/2019, referente a PAULO ROBERTO VISENTAINER, matrícula n. 2759601, que ocupou o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão.

Parágrafo único – O servidor em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, incisos I, III e VII, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada as penalidades previstas nos artigos 184, 185 e 186, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Amauri de Sousa Freitas Júnior, matrícula n. 236527, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Paulo Evandro Soares Rodrigues, matrícula n. 3538401, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal;
- c) Daniel Gorges, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

Portaria n. 0632/DGP de 09 de abril de 2019.

Publicação Nº 1980221

PORTARIA N. 0632/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando n. 034/2019, emitido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 021/2019, referente à servidora PATRICIA CAMARGO DA LUZ, matrícula n. 1961705, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o artigo 170, incisos I, II, III, IV, X e XI e o artigo 171, incisos I e XX, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada as penalidades previstas nos artigos 184, 185 e 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no artigo 197, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
- b) Vanessa Fey Gorges, matrícula n. 3119401, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Daniel Gorges, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.
Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

Portaria n. 0633/DGP de 10 de abril de 2019.

Publicação Nº 1980714

PORTARIA N. 0633/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando n. 042/2018/DEO/DGP de 02 de outubro de 2018 e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 022/2019, referente ao servidor JACKSON ABEL LONGO, matrícula n. 31587380, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais II.

Parágrafo único – O servidor em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, incisos III e X e o Art. 171, inciso I, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada as penalidades previstas nos artigos 184, 185 e 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas seguintes servidoras:
a) Daniel Gorges, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado;
b) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
c) Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

Portaria n. 0635/DGP de 10 de abril de 2019.

Publicação Nº 1981008

PORTARIA N. 0635/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando n. 048/2018/DEO/DGP, emitido em 27 e novembro de 2018 e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 023/2019, referente ao servidor VALDECIR ROHLING, matrícula n. 3457602, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais II.

Parágrafo único – O servidor em questão, em tese, teria infringido o artigo 170, incisos I, II, III, X, XI e o artigo 171, incisos I e XXVI, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada as penalidades previstas nos artigos 184, 185 e 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas seguintes servidoras:
a) Daniel Gorges, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado;
b) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
c) Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou

exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

PORTARIA Nº 0612/DGP

Publicação Nº 1980215

PORTARIA Nº 0612/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora CAMILA PEREIRA PAES ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, conforme certidão de nascimento n.º 107524 01 55 2019 1 00174 109 0130822 99 do cartório de registro civil do município de Lages, onde encontra-se o assento de CAIQUE PAES FURTADO COUTO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Prh

PORTARIA Nº 0619/DGP

Publicação Nº 1980234

PORTARIA Nº 0619/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal DEISI CRISTINA BECKER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Licença para Casamento, de acordo com o disposto no Art.163, Inciso III, da Lei Complementar nº. 309, de 01 de dezembro de 2015, no período de 13/05/2019 à 17/05/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Prh

PORTARIA Nº 0620/DGP

Publicação Nº 1980245

PORTARIA Nº 0620/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora JOICE DANUSA JUSTO ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2019 1 00124 103

0051208 28 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de EMILIANO JUSTO BALDO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0629/DGP

Publicação Nº 1980263

PORTARIA Nº 0629/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora ADRYELLE COELHO DE FREITAS ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2019 1 00124 205 0051299 15 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de ADRYAN LORENZO COELHO DANTAS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2019

Publicação Nº 1981453

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE JANELA DE VIDRO NO CEI CANTINHO DO AMOR, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM EXIGÊNCIAS DESTES EDITAIS.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 26/04/2019, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo site eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações

Rio do Sul, 04 de abril de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA
Secretária de Educação

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 065/2019

Publicação Nº 1981452

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GRAMA SEMPRE VERDE E ESMERALDA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 13h30min do dia 25/04/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul (SC), 02 de abril de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALDONIR XAVIER
Secretário de Infraestrutura

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2019/FMD

Publicação Nº 1981079

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2019 Pregão Presencial Nº 2/2019 Validade: 12 Meses Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. cliente_numeronull, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 79.369.757/0001-07, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL/SC., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIÃO DA CEBOLA, neste ato representado por JACKSON RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS	08.801.620/0001-31
LIGA VALE NORTE DE DESPORTOS, neste ato representado por WALDIR WALDEMIRO WEINRICH	79.373.502/0001-18

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL/SC., em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 2172119 - LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIÃO DA CEBOLA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de serviços de arbitragem de futsal, 4 tempos de 8 minutos, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 12-14 anos.	JG		60,00000	R\$95,0000	R\$5.700,0000

2	Contratação de serviços de arbitragem de futsal, 2 tempos de 20 minutos, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 15-17 anos.	JG		60,00000	R\$135,0000	R\$8.100,0000
3	Contratação de serviços de arbitragem de basquetebol, 4 tempos de 8 minutos, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 12-14 anos.	JG		20,00000	R\$90,0000	R\$1.800,0000
4	Contratação de serviços de arbitragem de basquetebol, 4 tempos de 10 minutos, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 15-17 anos.	JG		20,00000	R\$100,0000	R\$2.000,0000
5	Contratação de serviços de arbitragem de handebol, 2 tempos de 20 minutos, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 12-14 anos.	JG		15,00000	R\$90,0000	R\$1.350,0000
6	Contratação de serviços de arbitragem de handebol, 2 tempos de 20 minutos, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 15-17 anos.	JG		15,00000	R\$100,0000	R\$1.500,0000
7	Contratação de serviços de arbitragem de voleibol, 3 sets, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 12-14 anos.	JG		20,00000	R\$95,0000	R\$1.900,0000
8	Contratação de serviços de arbitragem de voleibol, 3 sets, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 15-17 anos.	JG		20,00000	R\$105,0000	R\$2.100,0000

9	Contratação de serviços de arbitragem de tênis de mesa, compreendendo 01 (um) árbitro por mesa em disputa. Competição JESC 12-14 anos.	Diária		5,00000	R\$80,0000	R\$400,0000
10	Contratação de serviços de arbitragem de tênis de mesa, compreendendo 01 (um) árbitro por mesa em disputa. Competição JESC 15-17 anos.	Diária		5,00000	R\$90,0000	R\$450,0000
11	Contratação de serviços de arbitragem de xadrez, compreendendo 01 (um) árbitro geral. Competição JESC 12-14 anos.	Diária		5,00000	R\$80,0000	R\$400,0000
12	Contratação de serviços de arbitragem de xadrez, compreendendo 01 (um) árbitro geral. Competição JESC 15-17 anos.	Diária		5,00000	R\$90,0000	R\$450,0000
13	Contratação de serviços de arbitragem de badminton, compreendendo 02 (dois) árbitros. Competição JESC 12-14 anos.	Diária		3,00000	R\$80,0000	R\$240,0000
14	Contratação de serviços de arbitragem de badminton, compreendendo 02 (dois) árbitros. Competição JESC 15-17 anos.	Diária		3,00000	R\$90,0000	R\$270,0000
15	Contratação de serviços de arbitragem de voleibol de areia, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 12-14 anos.	Diária		3,00000	R\$90,0000	R\$270,0000
16	Contratação de serviços de arbitragem de voleibol de areia, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição JESC 15-17 anos.	Diária		3,00000	R\$100,0000	R\$300,0000

1	Contratação de serviços de arbitragem de futsal, 2 tempos de 20 minutos, compreendendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) anotador. Competição OLIMBAIRROS.	JG		60,00000	R\$135,0000	R\$8.100,0000
2	Contratação de serviços de arbitragem de volei de areia. Competição OLIMBAIRROS.	Diária		6,00000	R\$130,0000	R\$780,0000
3	Contratação de serviços de anotador de volei de areia. Competição OLIMBAIRROS.	Diária		6,00000	R\$130,0000	R\$780,0000
4	Contratação de serviços de arbitragem de tênis de mesa, compreendendo 01 (um) árbitro por mesa em disputa. Competição OLIMBAIRROS.	Diária		4,00000	R\$90,0000	R\$360,0000
5	Contratação de serviços de arbitragem de bocha, compreendendo 01 (um) árbitro por cancha em disputa. Competição OLIMBAIRROS.	Diária		6,00000	R\$90,0000	R\$540,0000
6	Contratação de serviços de arbitragem de futevolei. Competição OLIMBAIRROS.	Diária		6,00000	R\$130,0000	R\$780,0000
7	Contratação de serviços de anotador de futevôlei. Competição OLIMBAIRROS.	Diária		6,00000	R\$130,0000	R\$780,0000
8	Contratação de serviços de arbitro de basquete 3x3. Competição OLIMBAIRROS.	Diária		3,00000	R\$130,0000	R\$390,0000
9	Contratação de serviços de anotador de basquete 3x3. Competição OLIMBAIRROS.	Diária		4,00000	R\$130,0000	R\$520,0000
Total do Fornecedor:						R\$40.260,0000
Total Geral dos Itens:						R\$40.260,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$77.059,988 (setenta e sete mil, cinquenta e nove e noventa e nove) Rio do Sul (SC), 26 de Março de 2019 LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIÃO DA CEBOLA JACKSON RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS
 CONTRATADA
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
 CPF: 054.215.249-57
 Prefeito Municipal

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2019/FMD

Publicação Nº 1981084

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2019 Pregão Presencial Nº 2/2019 Validade: 12 Meses Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. cliente_numeronull, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 79.369.757/0001-07, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL/SC., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIÃO DA CEBOLA, neste ato representado por JACKSON RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS	08.801.620/0001-31
LIGA VALE NORTE DE DESPORTOS, neste ato representado por WALDIR WALDEMIRO WEINRICH	79.373.502/0001-18

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL/SC., em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 316224405 - LIGA VALE NORTE DE DESPORTOS						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de serviços de arbitragem de futebol de campo, compreendendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) auxiliares e 01 (um) anotador, 2 tempos de 45 minutos (competição municipal de futebol de campo)	JG		50,00000	R\$400,0000	R\$20.000,0000
2	Contratação de serviços de arbitragem de futebol de campo, compreendendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) auxiliares e 01 (um) anotador, 4 tempos de 15 minutos (competição moleque bom de bola)	JG		60,00000	R\$279,9998	R\$16.799,9880
Total do Fornecedor:						R\$36.799,9880
Total Geral dos Itens:						R\$36.799,9880

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$77.059,988 (setenta e sete mil, cinquenta e nove e noventa e nove)

Rio do Sul (SC), 26 de Março de 2019 LIGA VALE NORTE DE DESPORTOS
WALDIR WALDEMIRO WEINRICH
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
CPF: 054.215.249-57
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DO CERTAME - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2019 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Publicação Nº 1981384

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

COMUNICA ALTERAÇÃO DA DATA DO CERTAME

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 1.190, de 10 de janeiro de 2019, COMUNICA, que o certame referente ao procedimento de licitação para o Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO, visando a eventual contratação de profissional, pessoa física ou pessoa jurídica, para prestação de serviço de cobertura fotográfica de solenidades, realizar-se-á no dia 26/04/2019, às 14:00 horas, tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Demais informações, durante o horário de expediente da Câmara Municipal, de segunda a sexta-feira, das 13 às 19 horas -, no endereço acima, pelo site: <www.camarariosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 10 de abril de 2019.
MARCOS NORBERTO ZANIS
Presidente da Câmara

JULIANA ELEUTÉRIO CARVALHO
Pregoeira

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL – 10/04/2019.

Publicação Nº 1981435

ATA DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL – 10/04/2019.

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, nas dependências do Gabinete do Prefeito, o Excelentíssimo Senhor MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, fez a transmissão de cargo de Prefeito de Rio dos Cedros ao Excelentíssimo Senhor JORGE LUIZ STOLF, Vice-Prefeito, que exercerá o mandato de Prefeito de Rio dos Cedros em Exercício pelo período compreendido de 11 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019 em razão do afastamento do titular, Marildo Domingos Felippi, para gozo de 20 dias de férias, referentes ao período 2017/2018, de acordo com o Decreto Legislativo nº 01 de 08 de abril de 2019. E para constar foi lavrada a presente Ata que vai assinada pelo Prefeito Municipal e demais presentes. Rio dos Cedros, 10 de abril de 2019. (Ata registrada e assinada no Livro nº 3 – Página 010) Marildo Domingos Felippi, Jorge Luiz Stolf, Dilson Dalpiaz, Amarildo Vicenzi, Vivian Bona Zoboli, Sandro Roberto Kisner, Celso Haake, Paulo Bindelli, Roseli Samagaia, Miria Eliete Schmid Floriani, Lidia Mara Floriani, Eduardo Osti, Alisson dos Santos, Carlos Luiz Zanella, Reinoldo Stein, Mikael Felipe Spiess, Doralice Panini, Samuel André Spiess, Margaret Silvia Gretter.

DECRETO DE 28 DE MARÇO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1981436

DECRETO DE 28 DE MARÇO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.016 de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

DE:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.400 – Transf. SUS/União - PAB) 100.000,00

Total 100.000,00

PARA:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.400 – Transf. SUS/União - PAB) 100.000,00

Total 100.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de março de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 28 de março de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº01 DE 09 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1980849

DECRETO LEGISLATIVO nº 01, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DILSON DALPIAZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art.16, V da Lei Orgânica do Município de Rio dos Cedros, faz a todos saber que esta Edilidade aprovou e eu promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art.1º. Em razão da aprovação plenária do requerimento enviado pelo Prefeito de Rio dos Cedros, através do Ofício n. 060/2019, fica concedida licença remunerada de 20 dias, nos termos no artigo 16, V da Lei Orgânica de compreendida entre 11/04/2019 e 30/04/2019, autorizando-se, inclusive, seu afastamento do país durante tal prazo.

Art.2º. O Executivo deverá adotar as medidas de praxe para transmissão do cargo ao Vice-Prefeito durante o período mencionado no artigo anterior.

Art.3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 09 de abril de 2019.

DILSON DALPIAZ

Presidente

Rio Negrinho

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 032/2019

Publicação Nº 1980524

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2019 – CONCORRÊNCIA

A Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA que se acha aberto até as 09:00 horas do dia 15 de maio de 2019, Processo Licitatório na modalidade de Concorrência para ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, CONSTANTE DE 08 (OITO) TERRENOS PERTENCENTES À MUNICIPALIDADE, pela melhor oferta, nunca inferior ao valor da avaliação, devendo as propostas e documentação habilitadora serem protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sito à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, até o horário acima, para abertura no mesmo horário, tendo por local a sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, no mesmo endereço. O Edital completo está disponível no site www.rionegrinho.sc.gov.br, link de licitações. Demais informações pelo fone 47-3646-3636.

Rio Negrinho, 08 de Abril de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

Publicação Nº 1979721

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2019

PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min do dia 26/04/2019, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO KM, PARA O DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo supracitado. O credenciamento dos representantes e início da disputa se dará no mesmo dia e horário. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do edital poderão ser obtidas no site <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636/3648.

Rio Negrinho, 08 de abril de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2019

Publicação Nº 1980169

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2019

Processo Licitatório Nº. 490/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2019

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: JUNGBLUTH & JUNGBLUTH

CNPJ: 02.570.797/0001-98, FONE: 49-3621-0682 – rj_pneus@hotmail.com

ENDEREÇO: RUA WALDEMAR RANGRAB, 1199, CENTRO, 89908-000, CONVERSÃO, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 490/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
12	32,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 215/75R17.5 TIPO A, RADIAL, 12 LONAS, LISO PARA PAVIMENTO. (MICRO ONIBUS).	335,00	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH
14	32,0	UN	RECAPAGEM DE PNEU 295/80R22.5, TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 152KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 21 MM, (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	580,00	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
 5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
 6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
 7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
 8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
 9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
 10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
 11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
 12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
 13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
 - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
 - 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

- 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
- 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/04/19.

VALDIR BUGS		JUNGBLUTH & JUNGBLUTH
CPF: 304.788.399-87		CIMAR JOÃO PICININI
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2019

Publicação Nº 1980171

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2019

Processo Licitatório Nº. 490/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2019

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: A.R PNEUS LTDA.

CNPJ: 09.243.567/0001-63, FONE: 3622 6945 arpneussmo@yahoo.com.br

ENDEREÇO: RUA WALDEMAR RANGRAB, 4101, CENTRO, 89900-000, SÃO MIGUEL DO OESTE, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 490/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
6	4,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 18.4-30, TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS (TRATOR).	1.730,00	A.R PNEUS LTDA.
9	4,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 12.4-24 TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450 KG, (TRATOR).	766,00	A.R PNEUS LTDA.
13	16,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 275/80R22.5, TIPO A, RADIAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 149KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 23,5MM (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO - SERVIÇO MISTO).	551,00	A.R PNEUS LTDA.

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

- 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
- 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
- 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
- 1.2.1. A pedido, quando:
- 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
- 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
- 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
- 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
- 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
- 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;
- 1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.
2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/04/19.

VALDIR BUGS		A.R PNEUS LTDA.
CPF: 304.788.399-87		ANDREI BORSATTO
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2019

Publicação Nº 1980172

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2019

Processo Licitatório Nº. 490/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2019

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: RECAPADORA MARRECA LTDA - EPP

CNPJ: 05.689.415/0001-38, FONE: 46 3524 1266

ENDEREÇO: RODOVIA CONTORNO NORTE, 610, PADRE ULRICO, 85604-278, FRANCISCO BELTRÃO, PR, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 490/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	4,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 17.5-25 CONVENCIONAL, L2, 12 LONAS (RETROESCAVADEIRA).	1.750,00	RECAPADORA MARRE-CAS LTDA - EPP
15	10,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 17.5-25 TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS, L3, INDICE DE CARGA 7300 KG, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE (RETROESCAVADEIRA E CARREGADEIRA).	1.750,00	RECAPADORA MARRE-CAS LTDA - EPP

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não

cumprida.

7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.

8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/04/19.

VALDIR BUGS		RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP
CPF: 304.788.399-87		JEFERSON MACHADO DE SOUZA
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		FABRICIO P. SIMON
CPF: 052.284.969-55		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2019

Publicação Nº 1980173

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2019

Processo Licitatório Nº. 490/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2019

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/

SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME

CNPJ: 04.223.949/0001-01, FONE: 49 3344 3137 – rmpneusslo@gmail.com

ENDEREÇO: RUA VALDEMAR PIANA, 224, CENTRO, 89990-000, SÃO LOURENÇO DO OESTE, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 490/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
3	26,0	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000-20 TIPO A, CONVENCIONAL, COM 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 146 KG, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM, (EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO).	495,00	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para

assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.

2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.

5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.

6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.

8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:

10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.

11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/04/19.

VALDIR BUGS		RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME
CPF: 304.788.399-87		MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		FABRÍCIO P. SIMON
CPF: 052.284.969-55		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2019

Publicação Nº 1980174

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2019

Processo Licitatório Nº. 490/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2019

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS LTDA - EPP

CNPJ: 24.018.340/0001-08, FONE: 54 2107 9000 – licitação@vachieski.com.br

ENDEREÇO: RUA ALCEBIADES TONIN, 100, , 00000-000, ERECHIN, RS, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 490/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
4	4,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 1400-24, COM 28 LONAS, E3, CONVENCIONAL.	1.255,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS LTDA - EPP
7	4,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 14.9-24 , TIPO A, CONVENCIONAL, 08 LONAS (TRATOR).	1.070,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS LTDA - EPP
8	2,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 19.5R24 R4 20 LONAS, RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM, ESCULTURA EM V, (TRAZEIRA DE RETRO-ESCAVADEIRA).	1.720,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS LTDA - EPP
11	4,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 1400-24, TIPO A, CONVENCIONAL, 16 LONAS DESENHO V, 24,9MM DE SULCO, (RETRO E MOTONIVELADORA).	1.280,00	VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS LTDA - EPP

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;
 - 1.1.3. quando caracterizado o interesse público.
 - 1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:
 - 1.2.1. A pedido, quando:
 - 1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - 1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.
 - 1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.
 - 1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:
 - 1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;
 - 1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - 1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - 1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
 - 1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;
 - 1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação

exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/04/19.

VALDIR BUGS		VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS LTDA - EPP
CPF: 304.788.399-87		ELTON PETRY
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		FABRICIO P. SIMON
CPF: 052.284.969-55		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2019

Publicação Nº 1980175

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2019

Processo Licitatório Nº. 490/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2019

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: N. G. PNEUS LTDA - ME

CNPJ: 29.667.841/0001-39, FONE: 49 3664 0080 - ng@mhnet.com.br

ENDEREÇO: RUA PREFEITO ALBINO CERUTTI CELLA, 834, CENTRO, 89874-000, MARAVILHA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e DETENTORA, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 490/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	4,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 19.5L-24 TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200 KG, (RETROESCAVADEIRA).	1.700,00	N. G. PNEUS LTDA - ME
5	8,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 12.5/80-18 TIPO A, CONVENCIONAL, 10 LONAS, 26MM DE SULCO, (RETROESCAVADEIRA).	578,00	N. G. PNEUS LTDA - ME
10	2,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 18.4-30 TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS (TRATOR).	1.740,00	N. G. PNEUS LTDA - ME
16	2,0	SV	RECAPAGEM DE PNEU 23.1-26 TIPO A, CONVENCIONAL, 12 LONAS,	2.430,00	N. G. PNEUS LTDA - ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

CLÁUSULA QUARTA DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.
13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:
 - 1.1. Automaticamente:
 - 1.1.1. por decurso de prazo de vigência;
 - 1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 05/04/19.

VALDIR BUGS		N. G. PNEUS LTDA - ME
CPF: 304.788.399-87		RENATO SADI BAUERMANN
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		FABRICIO P. SIMON
CPF: 052.284.969-55		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

EXTRATO DO CONTRATO 24/2018

Publicação Nº 1980213

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 24/2018

O Município de Romelândia (SC), comunica CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULAR PROFUNFO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA EM ROCHAS BASÁLTICAS NAS COMUNIDADE DE LINHA SALTINHO, LINHA SÃO JORGE E LINHA ALVORADA, CONFORME PROJETO ART 6806339-1, através Processo de Licitação Nº 289/2019, na modalidade Pregão nº 1/2019. Contratado: PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA- EPP. Validade do Contrato 31/12/19.

Romelândia, 01/04/19.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 25/2018

Publicação Nº 1980219

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 25/2018

O Município de Romelândia (SC), comunica Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos e especializados de forma presencial de 16 horas mensais; quando necessário via telefone e internet, para consultoria na área tributária, envolvendo orientações aos servidores lotados no setor de tributos na correta aplicação da legislação tributária vigente, orientações e treinamentos na tomada das medidas administrativas necessárias para o desenvolvimento de Procedimentos Administrativos Tributários (PAT) a serem instaurados contra as empresas prestadoras e/ou tomadoras de serviços que atuaram e/ou atuam no território do município, em especial nas atividades de

construção civil, instituições financeiras, cartório extrajudicial, dentre outras, acompanhando os processos administrativos até a inscrição em dívida ativa e atualização e revisão do Código Tributário Municipal, compreendendo as seguintes diretrizes de trabalho: realizar o diagnóstico identificando os tópicos passíveis de atualização do Código Tributário Municipal; propor às alterações necessárias, visando a adequação do Código à legislação federal e as modernas práticas de Gestão; estudo e análise das possíveis alterações em conjunto com a administração municipal ; elaboração da minuta e apresentação do Projeto de Lei para fins de aprovação, sanando eventuais questionamentos por parte do Legislativo Municipal., através Processo de Licitação Nº 410/2019, na modalidade Pregão nº 13/2019. Contratado: SANTOS & SERAFINI ADVOGADOS ASSOCIADOS. Validade do Contrato 31/12/19.

Romelândia, 02/04/19.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

PORTARIA 9409/2019

Publicação Nº 1981109

PORTARIA 9409/2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PREMIO a Servidora Pública Municipal, Sra ILONI RODRIGUES DA FONSECA, cargo de carreira AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2010 à 01 de outubro de 2015.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 10 de abril de 2019 à 08 de julho de 2019, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 10 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

PP Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária de Administração e Fazenda

Designada pelo decreto 4081/2019

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS 079 A 085/2019 - PMSC

Publicação Nº 1980289

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 079/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Contratada.: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Valor : 12.268,00 (doze mil duzentos e sessenta e oito reais)

Vigência : Início: 27/03/2019 Término: 27/03/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, materiais de limpeza e correlatos, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 10 de Abril de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 080/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Contratada.: JONAS SCHUTZ

Valor : 3.429,00 (três mil quatrocentos e vinte e nove reais)

Vigência : Início: 27/03/2019 Término: 27/03/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, materiais de limpeza e correlatos, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 10 de Abril de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 081/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

Contratada.: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

Valor : 6.247,00 (seis mil duzentos e quarenta e sete reais)

Vigência : Início: 27/03/2019 Término: 27/03/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, materiais de limpeza e correlatos, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 10 de Abril de 2019	
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA	
PREFEITA MUNICIPAL	

<p>Contrato Nº...: 082/2019 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA Contratada....: MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME Valor : 5.380,50 (cinco mil trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos) Vigência : Início: 27/03/2019 Término: 27/03/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2019 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, materiais de limpeza e correlatos, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.</p>	
Santa Cecília, 10 de Abril de 2019	
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA	
PREFEITA MUNICIPAL	

<p>Contrato Nº...: 083/2019 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA Contratada....: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Valor : 16.772,00 (dezesesseis mil setecentos e setenta e dois reais) Vigência : Início: 27/03/2019 Término: 27/03/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2019 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, materiais de limpeza e correlatos, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.</p>	
Santa Cecília, 10 de Abril de 2019	
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA	
PREFEITA MUNICIPAL	

<p>Contrato Nº...: 084/2019 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA Contratada....: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI Valor : 15.192,00 (quinze mil cento e noventa e dois reais) Vigência : Início: 27/03/2019 Término: 27/03/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2019 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, materiais de limpeza e correlatos, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.</p>	
Santa Cecília, 10 de Abril de 2019	
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA	
PREFEITA MUNICIPAL	

Contrato N°.: 085/2019
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
 Contratada...: PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME
 Valor : 6.211,50 (seis mil duzentos e onze reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 27/03/2019 Término: 27/03/2020
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 16/2019
 Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene, materiais de limpeza e correlatos, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Secretaria de Finanças, Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 10 de Abril de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 047/2019 - FMS

Publicação N° 1981278

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 047/2019

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA

Contratada...: MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA - ME

Valor : 56.127,50 (cinquenta e seis mil cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 19/02/2019 Término: 19/02/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 8/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes e materiais de laboratório de análise clínicas, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 10 de Abril de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 042/2019

Publicação N° 1981281

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 042/2019

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GENTE SEGURADORA SA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano, nº 450, Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre-SC, neste ato por seu representante legal, o Sr. VILMAR BARTH, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 3155743 e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.130.869-97, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 101, Bairro Vila Rica, na cidade de Herval D'Oeste-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 031/2018, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Ficam incluídos ao LOTE 2 constante no referido processo licitatório os seguintes itens:



- Renault Logan Expression Flex 1.0, ano/modelo 2019/2020, placas QJT-3213;

- Renault Logan Expression Flex 1.0, ano/modelo 2019/2020, placas QJT-2213;

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – Para a realização dos seguros de ambos os itens descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA do presente Termo aditivo, será acrescido ao referido contrato o valor de R\$ 670,31 (Seiscentos e setenta reais e trinta e um centavos), conforme Proposta de Endosso de Inclusão 01.31.25164.0.5, emitida pela CONTRATADA, a qual faz parte integrante do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – O presente Termo Aditivo tem fundamento no art. 65, inciso II, alínea "d" e § 1º da Lei nº 8.666/93, sendo realizado em total concordância entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA DO TERMO ADITIVO - As demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata Contrato de Registro de Preços nº 042/2019, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E por assim estarem às partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 10 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA CONTRATANTE	GENTE SEGURADORA SA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2017

Publicação Nº 1980974

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2017

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, com sede na Avenida das Araucárias, nº 07, na cidade de Maravilha-SC, neste ato representada por seu procurador, Sr. MARCOS FERNANDES GASPARELLO DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.717.885-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 665.162.939-53, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 626, apartamento 430, na cidade de Maravilha-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 151/2017, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Ficam reajustados os valores referentes aos itens vencidos pela CONTRATADA, pelo índice IGP/DI acumulado dos últimos 12 (doze) meses, qual seja, 8,02% (oito vírgula zero dois por cento), conforme previsto na CLÁUSULA III, item 3.1, Parágrafo Único, do Contrato Administrativo nº 151/2017, sendo que os valores reajustados são os mesmos constantes na atualização realizada pelo Departamento de Contabilidade, documento que faz parte integrante do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 151/2017, para até a data de 13/04/2020, por se tratar de serviços de prestação continuada imprescindível ao bem estar e saúde da comunidade, referente à coleta de resíduos sólidos domiciliares originados de atividades domésticas em residências urbanas, em observância ao disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 151/2017, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 09 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA CONTRATANTE	TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO CREDENCIAMENTO 08/2019

Publicação Nº 1979835

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO 08/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Credenciamento: 03/2019.

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Credenciada: CLINICA MEDICA SÃO MIGUEL LTDA.

Objeto: O presente Contrato tem por objetivo credenciar Pessoas Jurídicas para serviços de Exames Médicos e Consultas especializados para manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Terezinha do Progresso.

Assinatura: 09 de abril de 2019.

Vigência: 09/04/2019 até 31/12/2019.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP)

Processo Licitatório nº 46/2019
Modalidade Pregão Presencial nº 24/2019

1 PREÂMBULO

1.1. O Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, através de seu Prefeito Municipal, em exercício, Senhor Cristiano Batista Machado, torna público que será realizada licitação, na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO** e do critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, com o processo licitatório nº 46/2019 e a modalidade pregão presencial nº 24/2019 (SRP), observado às disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, e Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21/06/ 1993, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

1.2. Os envelopes de Habilitação e Proposta serão recebidos até as **08:00hs** do dia **25/04/2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Av. Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, CEP 89.983-000.

1.3. A abertura dos envelopes iniciará às **08:00hs** no mesmo endereço e no mesmo dia.

1.4. As retificações do presente Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, e serão publicadas no Órgão Oficial de Divulgação dos Atos do Município, (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM), reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.5. O Edital, seus anexos e, o arquivo digital para elaboração da proposta eletrônica de preços podem ser adquiridos no site da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no endereço <http://www.staterezhinhaprogresso.sc.gov.br>.

1.6. O aplicativo para cotação eletrônica de preços (compras auto cotação) poderá ser baixado no seguinte endereço eletrônico <http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33&rdn=070218142054>.

1.7. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do Objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da Licitação junto à Comissão de Pregão do município de Santa Terezinha do Progresso, no seguinte endereço: Av. Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso, Estado

de Santa Catarina, CEP 89.983-000, aos cuidados da Pregoeira, ou através do endereço eletrônico compras@staterezinhaprogresso@sc.gov.br.

1.8. Caberá ao Departamento de Compras e Comissão de Pregão responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da Sessão através de e-mail e/ou através de publicação no Órgão Oficial de Divulgação dos Atos do Município, (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM).

2. DO OBJETO

2.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO A MELHORIA DA GENÉTICA DO GADO LEITEIRO E GADO DE CORTE NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC.

2.2. As especificações mínimas, os valores estimados e o quantitativo a ser adquirido através deste processo licitatório encontram-se no termo de referência anexo ao Edital.

3. DO TIPO DE LICITAÇÃO

3.1. O presente pregão presencial rege-se pelo tipo **Menor preço** e do critério **Menor preço por item**.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa decorrente da presente licitação irá onerar por conta do orçamento vigente.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Esta licitação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencherem as condições de credenciamento e demais condições constantes neste Edital.

5.2. Estarão impedidas de participar, de qualquer fase deste Pregão, empresas que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

5.2.1. Se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação e empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2. Estiverem cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou estiverem impedidas de contratar com a Administração

Pública Municipal ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não ocorrendo à reabilitação;

5.2.3. Declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

5.2.4. Empresas sob as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93;

5.2.5. De mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas ou em consórcio;

5.2.6. Empresas ou pessoas descritas nos art. 9 da Lei Complementar nº. 8.666/93.

5.3. Independente de declaração expressa, a simples participação dos interessados nesta licitação implica na aceitação plena por parte da proponente dos termos deste edital, bem como de toda legislação federal, estadual e municipal pertinente às contratações públicas.

6. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei, protocolando o pedido por escrito até 02 (dois) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da Sessão Pública, no seguinte endereço Av. Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, CEP 89.983-000, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.1. Só serão admitidas as impugnações que forem dirigidas a Pregoeira ou ao Prefeito de Santa Terezinha do Progresso, protocoladas por escrito na Prefeitura, no endereço informado no item acima, não sendo aceita qualquer outra forma de envio das mesmas.

6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura da Sessão Pública, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Até o horário limite para a entrega dos envelopes, o representante do licitante deverá apresentar-se a Pregoeira para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade ou documento equivalente que contenha foto, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão.

7.2. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

7.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

7.4. Poderá representar o licitante qualquer pessoa habilitada nos termos do estatuto ou contrato social, apresentando cópia deste, ou mediante instrumento de procuração público ou particular juntamente com a cópia do estatuto ou contrato social ou ainda termo de credenciamento, conforme Anexo VII;

7.4.1. No caso de procuração particular, a firma do outorgante deverá ser reconhecida em cartório.

7.4.2. Na procuração pública ou particular, devem estar expressos os poderes para formular ou desistir de lances, recursos, assinar atas e demais atos inerentes ao certame.

7.5. Deverão ser apresentados juntamente com os documentos de credenciamento:

7.5.1. Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante Certidão Simplificada da Junta Comercial emitida nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da licitação;

7.5.2. Declaração que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002 (MODELO ANEXO II);

7.6. Todos os documentos exigidos para credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, seja por Tabelião ou por Funcionário Público desta Administração conforme Portaria 030/2018 deste município, ou publicados na imprensa oficial, na forma da Lei.

7.7. A licitante que não queira credenciar representante para acompanhar a sessão e se manifestar em seu nome durante a sessão, deverá incluir um terceiro envelope, contendo a Certidão Simplificada da Junta Comercial para comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e o Registro comercial, no caso de empresa Individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE A

8.1. A proposta de preços deverá ser, preferencialmente, elaborada através do sistema de preenchimento de propostas, oferecido pelo município em arquivo digital e, obrigatoriamente, em 01 (uma) via

impressa da proposta gerada pelo sistema, que deverá estar **assinada** pelo representante legal da empresa participante.

8.2. Os preços unitários deverão apresentados em algarismos, e cotados em moeda nacional, com até 02 casas decimais após vírgula.

8.3. O proponente, para elaborar a proposta eletrônica de preços, anexa a este edital, deverá baixar aplicativo SISTEMA COMPRAS AUTO COTAÇÃO – DA BETHA SISTEMAS, no seguinte endereço eletrônico <http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33&rdn=070218142054>.

8.4. A gravação poderá ser feita em cd e/ou pen drive (preferencialmente pen drive).

8.5. A comissão não se responsabilizará por quaisquer erros de comunicação que possam acontecer, devendo o proponente, caso não consiga baixar o arquivo, comparecer ao Setor de Licitações, munido de mídia eletrônica para efetuar a retirada do arquivo pessoalmente;

8.6. Na proposta de preços deverá, obrigatoriamente, constar a marca dos itens, sendo desclassificada a proposta que não cumprir com o disposto, (no caso de serviços poderá ser colocado o nome da empresa participante).

8.7. A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigação trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

8.8. O valor cotado não poderá ultrapassar o valor máximo previsto no termo de referência (ANEXO I) do presente edital.

8.9. A proposta de preços deverá ser acondicionada em envelope opaco, indevassável e lacrado, constando obrigatoriamente na parte externa as seguintes indicações:

A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC

ENVELOPE “A” - PROPOSTA DE PREÇOS

Tipo: **Pregão Menor preço por item** Processo nº 46/2019 Modalidade Pregão Presencial nº 24/2019.

Empresa/Licitante: _____

Endereço: _____, nº _____, Bairro _____, Cidade: _____ CEP: _____ - _____.

Endereço eletrônico: _____

Telefone: () _____

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE B

9.1. Documentação Relativa à Habilitação Jurídica:

9.1.1. Registro comercial, no caso de empresa Individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2. Declaração conjunta de inexistência de penalidades de suspensão ou impedimento temporário da participação em licitação, e inidoneidade para licitar e contratar (MODELO ANEXO III).

9.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal efetuada através da certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

9.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, efetuada através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito estaduais, no caso de empresa isenta, deverá ser apresentada certidão para não contribuinte do ICMS;

9.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal onde situa-se a licitante, efetuada através da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos Municipais;

9.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

9.2.7. Declaração de cumprimento com o disposto no artigo 7.º inciso XXXIII, da Constituição Federal. (MODELO ANEXO IV).

9.3. Documentação Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

9.3.1 Certidões negativas de falências e concordatas expedidas pelos distribuidores da sede da Licitante.

9.4. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias contados de sua expedição.

9.5. Os documentos exigidos neste envelope deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, exceto os documentos emitidos através da Internet, na forma do art. 32 da Lei n.º 8666/93, rubricados pelo representante legal da empresa em todas as folhas, facultados a Pregoeira solicitar ao representante da empresa que o faça na sua presença.

9.6. As autenticações dos documentos relativos à habilitação deverão ser realizadas em cartório por tabelião ou por servidor público nomeado pelo Município de Santa Terezinha do Progresso, neste caso, somente mediante a apresentação do documento ORIGINAL.

9.6.1. Autenticações por Servidor Público desta Administração no dia da licitação serão efetuadas até uma hora anterior aquela marcada para a abertura dos envelopes.

9.7. Os documentos que forem apresentados fora dos envelopes conforme exigido no item que trata do credenciamento não precisarão ser repetidos no envelope "B".

9.8. No caso dos documentos emitidos por meio eletrônico, a Pregoeira poderá confirmar o teor do documento na internet, entretanto, o Município não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações no momento da verificação.

9.9. A Pregoeira poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos caso haja suspeita de fraude.

9.10. Os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelope opaco, indevassável e lacrado, constando obrigatoriamente na parte externa as seguintes indicações:

A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC

ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Tipo: **Pregão Menor preço por item** Processo nº 46/2019 Modalidade Pregão Presencial nº 24/2019

Empresa/Licitante:

Endereço: _____, nº _____, Bairro _____, Cidade: _____ CEP: _____-_____.
Endereço eletrônico: _____
Telefone: (____) _____

10. DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. No local, dia e hora previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com suas propostas e os documentos solicitados neste edital.

10.2. Após a fase de credenciamento dos licitantes, na forma do disposto no presente edital, a Pregoeira procederá à abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

10.3. Serão classificados pela Pregoeira o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.

10.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item acima do presente edital, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até no máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.5. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances (individuais) verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior preço.

10.6. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

10.7. A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados a apresentar os lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguida dos demais, em ordem decrescente de valor.

10.8. A Pregoeira poderá estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes.

10.9. Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

10.10. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

10.11. A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10.12. A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades cabíveis.

10.13. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os licitantes não ofertarem lances menores a aquele apresentado pelo seu concorrente.

10.14. Caso não se realize lance verbal será verificada pela Pregoeira a conformidade entre as propostas escritas de menor preço unitário e os valores unitários por lote orçados pela Administração.

10.15. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a pregoeira examinará a aceitabilidade das classificadas quanto ao objeto e valor, onde será declarada vencedora a proposta mais vantajosa para o município.

10.16. Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope “B” contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições de habilitação.

10.17. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, a Pregoeira declarará o licitante vencedor.

10.18. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda as exigências de habilitação, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sem prejuízo das sanções legais e editalícias.

10.19. A Pregoeira poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada em ata.

10.20. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pela Pregoeira e equipe de apoio, facultada a assinatura aos demais presentes.

10.21. A deliberação da Pregoeira ficará sujeita à homologação pela autoridade que autorizou a abertura do presente certame, que poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público e anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo aos licitantes direito de indenização.

11. DOS RECURSOS

11.1. Ao final da sessão e declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso por escrito, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

11.2. Os recursos e contrarrazões deverão ser dirigidos a Pregoeira, e esta fará a verificação da presença dos pressupostos recursais relativos à sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002, podendo rejeitar os atos que se mostrarem puramente protelatórios.

11.3. Recebidos os recursos e contrarrazões pela Pregoeira, observado o constante no item acima, reconsiderando ou não sua decisão, fará subir a autoridade superior para decisão final.

11.4. A não apresentação de razões escritas tempestivamente acarretará como consequência à anulação do recurso.

11.5. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e no encaminhamento do processo a autoridade competente para sua Homologação.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Não havendo recursos ou estes decididos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

12.2. Após a adjudicação, o adjudicatário será convocado à comparecer na sede da Prefeitura de Santa Terezinha do Progresso/SC para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 03 (três) dias úteis.

13. DO REGISTRO DE PREÇOS E DEFINIÇÃO

13.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

13.2. A Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos

participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

13.3. Após a homologação da presente licitação, será assinada a Ata de Registro de Preços entre as partes, conforme Anexo VI deste edital, com prazo de validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

13.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.5. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.7. Órgão Participante é a(s) Secretaria(s) que participa(m) dos procedimentos iniciais do SRP e integra(m) a Ata de Registro de Preços.

13.8. Órgão Gerenciador é o Órgão da Administração responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

13.9. O adjudicatário será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC, cuja minuta encontra-se anexa a este Edital.

13.10. É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não atender à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços ou deixar de entregá-la no mesmo endereço onde ocorreu o pregão, no prazo de 03 (três) dias úteis após tê-la recebido, nos termos deste edital, convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas em edital e das demais cominações legais.

13.11. A convocação para assinatura da Ata se fará através do e-mail que deverá ser informado na parte externa dos envelopes de preço “A” e de habilitação “B”, com registro de recebimento, e na sua impossibilidade, através de contato por telefone ou publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Fica facultado à Administração, quando o convocado não comparecer no prazo de até 03 (três) dias para assinatura da Ata de Registro de Preços, não apresentar situação regular no ato da assinatura ou, ainda, recusar-se a assiná-la, injustificadamente, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar os LICITANTES

remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

14.2. Uma vez assinada a Ata de Registro de Preços, assume o REGISTRADO o compromisso de atender os pedidos realizados durante o prazo de sua vigência, quando então poderá ser celebrado o contrato específico para tal, estabelecendo quantidades, prazo de entrega, etc.

14.3. O contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Autorização de Fornecimento (AF) ou Nota de Empenho, elaborada pelo Setor de Compras em conformidade com o disposto no art. 62 da Lei 8.666/93.

15.4. O contrato ou o instrumento que o substituir poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8666/93.

15.5. O preço registrado manter-se-á inalterado pelo período da vigência da Ata de Registro de Preços.

15.6. A Administração monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais e/ou mercadorias registrados, de forma a avaliar os preços praticados no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos objetos registrados, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata.

15.7. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado a época do registro – equação econômico-financeira.

15.8. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente, independente de transcrição.

15.10. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as Licitantes não contratadas liberadas dos compromissos assumidos.

16. DO CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

16.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado ou, ainda, no caso de reajuste quando a data de apresentação da proposta e a data final de vigência da Ata ultrapassar 1 (um) ano.

16.1.1. O pedido, pelo contratado, de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem

fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidencie a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Setor de Compras da Prefeitura, situada na Av. Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso/SC - CEP 89983-000, com identificação do número DO CONTRATO, ou ainda, por e-mail: compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br.

16.1.2. Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

16.1.3. O reequilíbrio a que o CONTRATADO fazer jus e que não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com a sua extinção.

16.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

16.3. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24 inciso VII da Lei nº 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços.

17. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

17.1. O fornecedor terá seu registro cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.1.1. A pedido, quando:

17.1.1.1. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências contidas da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou força maior;

17.1.1.2. o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto;

17.1.1.3. a solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preço, caso não aceitas as razões do pedido.

17.1.2. Por iniciativa da Administração, quando:

17.1.2.1. não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

17.1.2.2. perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

17.1.2.3. por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas.

17.1.2.4. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.1.2.5. não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de fornecimento dos materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços;

17.1.2.6. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes;

17.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluso o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

18. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será cancelada:

18.1.1. Automaticamente:

18.1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

18.1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados; ou

18.1.1.3. pela Administração, quando caracterizado o interesse público.

18.1.1.4. a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17.1.2 e 18 e ss. será feita por correspondência eletrônica, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços e/ou correio eletrônico;

18.1.1.5. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, mesmo o eletrônico, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

19. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

19.1. Será emitida Autorização de Fornecimento (AF) do objeto conforme as quantidades, locais e datas que a Administração necessitar, tendo a (AF) o condão de substituir o contrato.

19.2. Constará na autorização de fornecimento o número do processo licitatório, os itens que serão adquiridos, a marca, o valor e o local de entrega.

19.3. A Autorização de Fornecimento poderá ser acrescida ou suprimida em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado (art. 65, § 1º, da Lei de Licitações e Contratos).

20. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE FORNECIMENTO

20.1. A adjudicatária deverá entregar o objeto solicitado na Autorização de Fornecimento (AF) em perfeitas condições, ocorrendo por sua conta eventuais despesas com pessoal, transporte, armazenagem, pagamento de tributos, enfim, qualquer outra que se fizer necessária para satisfação da avença.

20.2. O atraso injustificado na entrega do objeto, ou na sua troca, quando solicitado pela Administração, caracteriza-se como inexecução parcial da avença, sujeitando o adjudicatário às penalidades constantes no edital.

21. DO LOCAL DE FORNECIMENTO

21.1. O objeto deverá ser entregue no território deste município, no local indicado pelo contratante na Autorização de Fornecimento (AF).

22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

22.1. A adjudicatária ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos.

22.2. Expedida a Autorização de fornecimento (AF) o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficará sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

22.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);

22.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

23. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da

adjudicatária, cujo número e agência deverão ser informados no envelope de proposta.

23.2. Após o recebimento definitivo do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal, o pagamento será efetuado conforme ordem cronológica de pagamentos da Administração.

23.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

24. DAS PENALIDADES

24.1. O adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar ou assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da avença, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

24.2. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços.

24.3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a Adjudicatária ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

24.3.1. Pelo atraso injustificado na execução da avença, sujeita-se a Adjudicatária à penalidade de multa moratória de 3% sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, limitada ao total de 20%, ultrapassado esse limite, caberá o cancelamento da Ata de Registro de Preços.

23.3.2. Pela inexecução total da avença será aplicado multa compensatória de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou da parte não cumprida.

23.4. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a Adjudicatária que não cumprir o disposto no Edital sujeita ainda à:

23.4.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;

23.4.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

23.5. As penalidades são independentes entre si, e a aplicação de uma não exclui a de outras, sendo administrativamente ou judicialmente.

24. DA GARANTIA CONTRATUAL

24.1. Conforme estabelece o Inciso I, do artigo 5º da Lei nº 10.520/2002, não será exigida a prestação de garantia para aquisição resultante desta licitação.

25. DA RESCISÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

25.1. O contrato ou instrumento equivalente poderá ser rescindido nos termos e condições firmados, obedecidas também às disposições constantes dos Artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

25.2. A inexecução parcial ou total do contrato ou do instrumento equivalente ensejará a sua rescisão, obedecendo-se ao disposto no artigo 79, acarretando as consequências contidas no inciso IV, do artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV, todos da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, observados, porém, os termos e condições do Edital e anexos.

25.3. A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais de ambas as partes, ressalvadas as vencidas até aquela data por imposições constantes da própria avença.

26. DA FRAUDE À LICITAÇÃO

26.1. A constatação pela Pregoeira, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL para que sejam adotadas as providências direcionadas à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

27. DOS PODERES DA PREGOEIRA

27.1. A Pregoeira, no decorrer do certame poderá:

27.1.1. Advertir os licitantes;

27.1.2. Definir parâmetros ou porcentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos;

27.1.3. Estabelecer tempo para o oferecimento dos lances verbais;

27.1.4 Permitir comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão, através de telefone celular ou outros meios;

27.1.5. Suspender a etapa de lances e/ou determinar a suspensão da sessão, designando nova data para continuação, a seu critério;

27.1.6. A Pregoeira tem poder de polícia durante a sessão.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. As normas disciplinadoras deste processo seletivo serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as empresas e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança jurídica.

28.2. À administração é reservado o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, anular ou revogar a presente licitação, sem que isso represente motivo para que as empresas participantes solicitem qualquer tipo de indenização, conforme artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

28.3. Os prazos previstos neste edital serão contados nos termos do artigo 110, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

28.4. É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.

28.5. A participação neste processo de CONTRATAÇÃO implicará em aceitação integral e irretratável dos termos deste edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos administrativos e demais normas aplicáveis.

28.6. Os participantes deste certame são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Edital.

28.7. Na hipótese de impedimento da contratação da empresa vencedora, poderão ser convocadas as demais empresas participantes, observada a ordem de classificação das propostas.

28.7.1. Considera-se impedimento para contratação mencionada no subitem anterior, a prática de infração às cláusulas do edital e contratuais, bem como a aplicação da penalidade de suspensão do

direito de licitar e contratar com a Administração ou a declaração de inidoneidade.

28.8. A Contratada se obriga a manter, durante o prazo de execução do ajuste, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo licitatório, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.

28.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização deste processo de CONTRATAÇÃO na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário da pregoeira.

28.10. De cada sessão pública, será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, da qual constarão obrigatoriamente todas as manifestações e respectivos esclarecimentos, e serão, obrigatoriamente, assinadas pelo pregoeiro e equipe de apoio, e pelos representantes legais presentes.

28.10. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65 § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

28.11. No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensas antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda da Pregoeira e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

28.12. A Pregoeira manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a homologação do resultado da licitação, podendo os licitantes retirá-los até 05 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

28.13. O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por mútuo acordo ou conveniência administrativa, devendo as partes notificar com 15 (quinze) dias de antecedência, não cabendo nenhum valor a título de reclamação, indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

28.14. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira com auxílio da equipe de apoio, à luz da legislação vigente.

28.15. A fiscalização do Contrato ou instrumento equivalente ficará a cargo de servidor nomeado pela contratante.

28.16. Todos os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor da Administração Pública do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC ou publicação em órgão da imprensa oficial.

28.17. Para solucionar quaisquer questões oriundas deste processo licitatório, é competente, por disposição legal, o foro da Comarca de Campo Erê/SC.

29. DOS ANEXOS DO EDITAL

29.1. Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

29.1.1. Anexo I – Termo de Referência;

29.1.2. Anexo II – Modelo de Declaração de cumprimento de requisitos de habilitação;

29.1.3. Anexo III – Modelo de Declaração de inexistência de penalidades;

29.1.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no Art. 7º, XXXIII da CF/88;

29.1.5. Anexo V – Modelo de declaração de informação dos dados bancários;

29.1.7. Anexo VI – Ata de Registro de Preços;

21.1.8. Anexo VII – Minuta do Contrato.

21.1.9. Anexo VIII – Termo de Credenciamento

Santa Terezinha do Progresso/SC, 08 de abril de 2019.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal, e.e.

ANEXO I

Processo Licitatório nº 46/2019

Modalidade Pregão Presencial nº 24/2019

TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO:**

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO A MELHORIA DA GENÉTICA DO GADO LEITEIRO E GADO DE CORTE NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, cujos valores decorrem da média de no mínimo 3 (três) orçamentos:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	250,00	Und		DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLADÊS PRETO E BRANCO COM ÚLTIMA PROVA VIGENTE NA BASE AMERICANA OU INTERBULL, TPI SUPERIOR A 2200, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PTA PRODUÇÃO DE LEITE IGUAL OU SUPERIOR 1000 LIBRAS, PTA PARA PROTEÍNA 10 LBS OU SUPERIOR, PTA PARA GOSDURA 10 LBS OU SUPERIOR, COMPOSTO DE ÚBERE 1,5 OU SUPERIOR, COMPOSTO DE PERNAS 1,0 OU SUPERIOR, TAXA DE PRENHES DAS FILHAS 0,1 OU SUPERIOR, FACILIDADE DE PARTO DE 7% OU INFERIOR	24,83	6207,50
2	250,00	Und		DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY, COM ÚLTIMA PROVA VIGENTE NA BASE AMERICANA OU INTERBULL, JPI SUPERIOR A 80, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PTA PRODUÇÃO DE LEITE IGUAL OU SUPERIOR A 900 LIBRAS, PTA PARA PROTEÍNA 10 LBS OU SUPERIOR, PTA PARA GOSDURA 10 LBS OU SUPERIOR, TAXA DE PRENHES DAS FILHAS, 0,1 OU SUPERIOR.	23,00	5750,00
3	50,00	Und		DOSES DE SÊMEN DE BOVINO DA RAÇA GIR LEITEIRO PROVADO NA ABCZ, EM QUE O TOURO TENHA O PAI PROVADO NO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTO DO GIR LEITEIRO DA EMBRAPA, E QUE A MÃE APRESENTE UMA LACTAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5.500KG.	19,33	966,50
4	200,00	Und		DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA NELORE PO, PROVADO NO PMGZ/ABCZ, FACILIDADE DE PARTO DEP 5 OU INFERIOR, DEP PARA GANHO	18,16	3632,00

				DE PESO AO SOBRE ANO 10 OU MAIOR.		
5	200,00	Und		DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA ANGUS, COM ULTIMA PROVA VIGENTE PELA AMERICAN ANGUS ASSOCIATION, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS FACILIDADE DE PARTO DEP 5 OU INFERIOR, DEP 10 PARA GANHO DE PESO AO SOBRE ANO OU SUPERIOR.	18,50	3700,00
6	100,00	Und		DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA SENEPOL DE TOURO APROVADO PELO PROGRAMA GENEPLUS, COM SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DEP 5 PARA PESO AO DESMAME OU MAIOR E DEP 10 PARA GANHO DE PESO AO SOBRE ANO OU MAIOR.	18,20	1820,00
TOTAL						22.076,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Visando dar continuidade ao programa de incentivo ao melhoramento genético do rebanho de bovinos, tendo em vista também o baixo número de doses em estoque e o aumento na procura por parte dos produtores.

A presente aquisição visa um melhoramento genético dos animais e aumento da arrecadação/renda da propriedade e consequentemente aumento de arrecadação dos tributos do Município.

3. PRAZO PARA FORNECIMENTO

3.1. O prazo para o fornecimento deverá ser no máximo em 3 (três) dias úteis após a solicitação.

4. LOCAL DO FORNECIMENTO

4.1. O município informará na Autorização de Fornecimento (AF) o local exato para a entrega, que deverá ocorrer dentro dos limites geográficos do município.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O recebimento deverá ocorrer conforme disposto no art. 40, XVI, c/c art. 73, II da Lei 8.666/93, e demais condições próprias do Edital.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ocorrer conforme a ordem cronológica de pagamentos do município, contado após a emissão da nota fiscal com o aceite do fiscal de contrato, observadas as condições de recebimento provisória ou definitiva.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização do contrato será feita pelo (a) servidor (a) designada pela Administração, o(a) Sr (a) DIOGO RODRIGO FRONCHETTI.

7.2. Compete ao fiscal acompanhar a execução do contrato, dentro das especificações e exigências do edital e avençadas, especialmente no acompanhamento da qualidade do objeto.

7.3. Caso observado pelo fiscal, qualquer inexecução, deverá ser instaurado imediatamente procedimento administrativo para apuração da culpa, pela contratada, e consequente penalização.

8. CASOS OMISSOS E VINCULAÇÃO

8.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira com auxílio da equipe de apoio, a luz da Lei nº 10.520/02, da Lei 123/06, da Lei 8.666/93 e alterações.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 08 de abril de 2019.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal, e.e.

ANEXO II

Processo Licitatório nº 46/2019

Modalidade Pregão Presencial nº 24/2019

“MODELO DE DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO”

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

A signatária da presente _____(razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, com sede _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, **DECLARA**, para todos os fins de lei e direitos que se encontra em plenas condições de dar cumprimento aos requisitos de habilitação deste Processo Licitatório, nos termos do art. 4. VII, da Lei 10.520 de 17/07/2002.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fiéis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

A presente é emitida nesta data sem quaisquer ressalvas e/ou emendas a qualquer título.

Local, _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue a Pregoeira ou equipe de apoio durante o credenciamento.

ANEXO III

Processo Licitatório nº 46/2019

Modalidade Pregão Presencial nº 24/2019

“MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADES”

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

A signatária _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal o(a) Sr.(a), _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ portador(a) da cédula de identidade nº _____ expedida por _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

A presente é emitida nesta data sem quaisquer ressalvas e/ou emendas a qualquer título.

Local, _____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)

ANEXO IV

Processo Licitatório nº 46/2019

Modalidade Pregão Presencial nº 24/2019

**“MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO
ART. 7º, XXXIII DA CF/88”**

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

A signatária da presente _____
(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº. _____,
por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____ (nome completo), portador da
Carteira de Identidade nº. _____ (número do RG), e do CPF nº. _____
(número do CPF), **DECLARA**, para fins do disposto
no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,
acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao
cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição
Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

() sim () não.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as
informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados
que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL
RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

Local, _____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)

ANEXO V

Processo Licitatório nº 46/2019

Modalidade Pregão Presencial nº 24/2019

**“MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS
BANCÁRIOS”**

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Nome: _____

e-mail: _____

Celular: _____

Declaramos que são da nossa inteira responsabilidade, os dados acima
descritos.

Local, _____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)

Obs: Esta declaração deverá ser inserida no envelope “A” Proposta de
Preço.

ANEXO VI**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/____**

No dia ____ do mês de _____ do ano de ____, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, Centro, CEP nº. 89.983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, E.E. o Sr. CRISTIANO BATISTA MACHADO, inscrito no CPF sob o nº. 036.693.579-80, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. ____/____, Processo Licitatório nº. ____/____, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando

_____, pelo período de 1 (um) ano, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens

As empresas DETENTORAS DA ATA, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificado, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: _____ (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPR	Nome do representante	CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para _____ a _____ Administração _____ Pública, objetivando:_____.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro

menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei n° 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei n° 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1 . A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2 . O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4 . Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5 . Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1 . Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2 . Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento),

em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com

a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3 . Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. **11.4.** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, ___ de _____ de ____.

CRISTIANO B. MACHADO
Prefeito Municipal, E.E.

Participantes:

Nome: _____	CPF: _____
Nome: _____	CPF: _____
Nome: _____	CPF: _____
Nome: _____	CPF: _____

ANEXO VII**MINUTA DO CONTRATO N° ____/____**

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO
PELO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA
DO PROGRESSO E PELA EMPRESA
_____, QUE TEM POR OBJETO
_____, REF.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 46/2019
PREGÃO PRESENCIAL 24/2019.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob n°. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa na Av. Tancredo Neves, n° 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso/SC, CEP 89.983-000, neste ato representado pelo Prefeito E.E., Senhor **CRISTIANO BATISTA MACHADO**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 036.693.579-80, e RG n° 311.170, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° _____, com sede na _____, n° _____, _____/_____, neste ato representada pelo Senhor _____, brasileiro, _____, portador do CPF n° _____, e RG n° _____ residente e domiciliado na _____, n° _____, _____/_____, CEP _____, doravante denominado **CONTRATADA**, os quais têm certo e ajustado o presente contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INCENTIVO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO A MELHORIA DA GENÉTICA DO GADO LEITEIRO E GADO DE CORTE NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC, obedecidas às disposições estabelecidas no Edital e anexos do Pregão n° 24/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Contrato terá a vigência da data de sua assinatura até o dia __/_____/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O objeto deverá ser entregue neste município, no local informado na Autorização de Fornecimento (AF), observados os prazos abaixo:

3.1.1. O prazo de entrega será de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

3.1.1.1. Para efeito de data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), será considerada a data de sua emissão, que será enviada no e-mail informado obrigatoriamente nos envelopes da proposta e habilitação, admitida, para efeitos de penalidade, a prova de não recebimento.

3.2. A CONTRATADA deverá oferecer garantia de qualidade contra quaisquer defeitos de fabricação nos termos do CDC, contados a partir da data do Aceite Definitivo pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DO ACEITE

4.1. O objeto do contrato será recebido, provisoriamente, para verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta comercial.

4.2. Após a entrega do objeto pela CONTRATADA, o CONTRATANTE submeterá os mesmos a verificação de qualidade. As verificações serão realizadas a critério desta Administração, por amostragem.

4.3. Após a verificação, que permitirá inferir se o que foi entregue atende aos requisitos do edital do Pregão nº ____/2019, o CONTRATANTE emitirá Termo de Aceite Definitivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4.4. Ressalta-se a importância de não haver divergência entre o objeto entregue e o objeto especificado na proposta de preços. Se isso ocorrer após a verificação, com objeto fora do especificado, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento da comunicação de recusa, quando serão realizadas novas verificações.

4.5. Caso o objeto entregue apresente defeitos durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá realizar a substituição, sem ônus

adicional ao CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação do defeito.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Pelo fornecimento dos itens do presente contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes preços:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total

6.2. Os preços são irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993.

6.3. O pagamento será efetuado, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da contratada.

6.4. O pagamento será efetuado obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Administração, após o recebimento definitivo do objeto acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

6.6. No caso de devolução da Nota Fiscal ou fatura, por sua inexatidão ou na dependência de apresentação de carta corretiva, o prazo fixado será contado da data de entrega da referida correção.

6.7. Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária com base na TR, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “*pro rata tempore*” em relação ao atraso verificado.

6.8. Eventuais acréscimos ou supressões implicarão alteração do valor contratado a partir da data da vigência do Termo Aditivo, até o vencimento deste contrato.

6.10. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e) para que o pagamento ocorra.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO E RECURSOS CONSIGNADOS

5.1. Para efeito legal, o valor do presente contrato é de R\$ (.....), onerando os seguintes recursos: Cód. Red.: Und. Orç.: Proj./Ativ.: Elemento Despesa: Compl. Elemento:

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1. O CONTRATANTE obrigar-se-á cumprir as condições de pagamento condicionado ao fornecimento do objeto nos termos deste contrato.

6.2. Transmitir por escrito determinações e esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA obriga-se a proceder à entrega em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pelo fornecimento do objeto deste contrato.

7.3. A CONTRATADA se obriga, ainda, a garantir, contra defeitos de fabricação, o objeto deste contrato, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da aceitação definitiva do mesmo.

7.4. A CONTRATADA obriga-se a realizar a substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, no caso do objeto entregue apresentar defeito, durante o prazo de garantia, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

8.1. Na forma estabelecida pelo § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões decorrentes da necessidade do material, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial pactuado, atualizado, mediante comunicação por escrito do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. A CONTRATADA fica dispensada do oferecimento de garantia da execução deste contrato, em face do disposto no “caput” do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FISCAL DE CONTRATO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. O controle será executado pelo fiscal de contrato, o servidor(a) _____, ao qual caberá a verificação do cumprimento regular do contrato, comunicando à CONTRATADA os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta do município de Santa Terezinha do Progresso pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

11.2. A sanção de que trata o item anterior será aplicada juntamente com as multas previstas neste instrumento, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada nos sistemas eletrônicos mantidos pela administração municipal.

11.3. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a **CONTRATADA** à penalidade de multa moratória de 3% sobre o valor total do contrato por dia de atraso, limitada ao total de 20%, ultrapassado este limite, caberá a rescisão bilateral do contrato por inexecução total.

11.3.1. Mesmo que ocorra a entrega do objeto, não exime a CONTRATADA da aplicação da multa referente ao tempo do atraso, se não apresentada justificativa aceita pelo CONTRATANTE.

11.4. Pela inexecução total do contrato será aplicado multa compensatória de 50% (cinquenta por cento), calculada sobre seu valor total.

11.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais sujeita ainda à:

11.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;

11.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.6. As penalidades são independentes entre si, e a aplicação de uma não exclui as outras, sendo administrativamente ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS

12.1. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

12.2. Se, durante o prazo de vigência deste contrato, forem criados tributos novos ou ocorrerem modificações nas alíquotas atuais, de forma a comprovadamente, majorar ou diminuir o ônus dos contratantes, serão estes revistos, a fim de adequá-los.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

13.1. Nos termos da Lei Federal n. 8.666/93, o presente contrato é celebrado após procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob o nº 2/2019, homologado por despacho do Senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS NORMAS REGEDORAS DO CONTRATO

14.1. A presente contratação encontra-se vinculada ao Pregão nº 2/2019 e à Proposta da CONTRATADA, as quais fazem parte desta avença, como se aqui estivessem transcritas.

14.2. Aplica-se à presente contratação e aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, a Lei Federal nº 123/06, e a Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e demais normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também às disposições constantes dos Artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

15.2. A inexecução parcial ou total do ajuste ensejará a rescisão contratual, obedecendo-se ao disposto no artigo 79, acarretando as consequências contidas no inciso IV, do artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV, todos da Lei Federal nº 8.666/93,

com suas alterações, observados, porém, os termos e condições deste Contrato.

15.3. A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais de ambas as partes, ressalvadas as vencidas até aquela data por imposições constantes da presente avença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da comarca de Campo Erê/SC, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito.

Santa Terezinha do Progresso/SC, ____ de ____ de 2019.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

(nome)

PREFEITO MUNICIPAL, E.E.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

(nome)

CPF

(nome)

CPF

Visto:

Eder Schlosser da Silva

Assessor Jurídico – OAB/SC 49.465

ANEXO VIII**MODELO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

A (nome da empresa)_____, CNPJ n. _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço). Pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Credenciado, o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço). A quem confere(m) amplos poderes para junto a Administração Municipal de Santa Terezinha do Progresso – SC, praticar atos necessários para representar a empresa no processo licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 24/2019 - SRP, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Assinatura e identificação do Responsável

PORTARIA MUNICIPAL N 44/2019

Publicação Nº 1981642

PORTARIA Nº 44/2019

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFÍCIAS DA FROTA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a eventual falta ou impedimentos de motoristas da administração Pública Municipal para deslocamento a outras cidades da Região, verifica-se a obrigatoriedade de nomeação de outros servidores na condução de veículos oficiais:

RESOLVE

Art. 1º. Fica autorizado o Servidor DIONEI DA ROSA, matrícula nº13109/01 portador da CNH nº05125185340, categoria "AB" ocupante do cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de abril de 2019.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

PORTARIA Nº 14.648/2019

Publicação Nº 1981029

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.648, de 10 de Abril de 2019.

DESIGNA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 9 da Lei Complementar nº 101, de 28 de Fevereiro de 2012; considerando o recebimento dos recursos do Ministério da Saúde somente com a equipe completa, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o artigo 9 da Lei Complementar nº 101, de 28 de Fevereiro de 2012 e com a Lei Complementar nº 060, de 17 de Dezembro de 2009

WELMA BRAGA COSTA CANDIDO, para o cargo de Assistente Social, do período de 10/04/2019 à 10/04/2020, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.649/2019

Publicação Nº 1981031

PORTARIA Nº 14.649, de 10 de Abril de 2019.

CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER:

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula

Nome

7771

Welma Braga Costa Candido

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 10 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.650/2019

Publicação Nº 1981137

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
 Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
 Fone/fax (0xx48) 3245-4300
 PORTARIA Nº 14.650, de 10 de abril de 2019.
 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº 060/09, considerando as avaliações realizadas para cada servidor em específico,

RESOLVE :

- Homologar as avaliações realizadas no presente ano dos seguintes servidores:

NOME	CARGO	MAT.
Adilvio de Mello	Assistente Administrativo	6015
Alex Giliolo	Motorista	6846
Alexandre Neris dos Santos	Técnico em Enfermagem	6847
Bruna Carla dos Santos Coelho	Professora da Educação Básica	6848
Claudia Gonçalves Costa	Psicóloga	6016
Claudinei de Espíndola	Motorista	6828
Daiana Gusi da Costa Caxambu	Professora da Educação Básica	6849
Daiana Margarete Campos	Professora da Educação Básica	6952
Daiane Cecilia Schlichting	Professora da Educação Básica	6850
Daniel Ventura da Silva	Motorista	7122
Eder Martins de Souza	Vigia	6002
Eliana Oliveira	Professora da Educação Básica	6851
Eliane Aparecida Andrade de Sousa	Auxiliar de Serviços Gerais	6017
Estefano André Silva Lima	Artífice – Coleta de Lixo	6787
Fabiele Martendal Luckmann	Professora da Educação Básica	6852
Fabiola Marize Silveira Lohn	Professora da Educação Básica	6853
Fairuz Rodrigues	Professora da Educação Básica	6854
Francielle Sommer Bruggemann	Professora da Educação Básica	6855
Fernando Lucas do Nascimento	Professor da Educação Básica	5966
Gabriela Silva de Freitas	Fonoaudióloga	5655
Giliarde Horstmann Moraes	Motorista	2949
Giselli Cristina de Sá Melo Maciel	Professora da Educação Básica	6856
Graziela da Cunha	Professora da Educação Básica	4788
Jairo Renato dos Santos	Agente de Combate a Endemias	6041
Janaina Lehmkuhl Rosa	Professora da Educação Básica	6858
Jane Maria Lofi	Professora da Educação Básica	6859
Jheigo Scherico da Silva	Artífice – Coleta de Lixo	6788
Julia Graziela Jochen Oliveira	Professora da Educação Básica	6861
Katia Rech Loch	Professora da Educação Básica	6863
Lays Millena Vieira Mann	Assistente Administrativo	6037
Leighon Furtado	Artífice – Coleta de Lixo	6789
Julia Graziela Jochen Oliveira	Professora da Educação Básica	6861
Mario Chaves Prieto	Artífice – Coleta de Lixo	6790
Messias Vieira	Motorista	7124
Renan Vizeu Fernandes	Técnico em Enfermagem	6558
Rosi Aparecida Hinke Zanin	Professora da Educação Básica	5957
Sabrina de Souza Costea	Enfermeira	7190
Shirley Karla Dias Verissimo	Professora da Educação Básica	5956
Thaiany Piazero Fanni Bavaresco	Nutricionista	7121
Vanessa Ferreira Folster	Professora da Educação Básica	5217
Vinicius Camargo Vieira	Artífice – Coleta de Lixo	6108

- Tornar estáveis, diante do período de efetivo exercício e da avaliação periódica de desempenho, aos servidores abaixo:

NOME	CARGO	MAT.
Adilvio de Mello	Assistente Administrativo	6015
Claudia Gonçalves Costa	Psicóloga	6016

Fernando Lucas do Nascimento	Professor da Educação Básica	5966
Gabriela Silva de Freitas	Fonoaudióloga	5655
Giliarde Horstmann Moraes	Motorista	2949
Lays Millena Vieira Mann	Assistente Administrativo	6037
Rosi Aparecida Hinke Zanin	Professora da Educação Básica	5957
Shirley Karla Dias Verissimo	Professora da Educação Básica	5956

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.651/2019

Publicação Nº 1981343

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.651, de 10 de Abril de 2019.

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA A SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 40, parágrafo 19 da Constituição Federal, resolve

CONCEDER :

Abono de Permanência ao servidor ANDRÉ NAZARENO COELHO, matrícula nº 118, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 01/04/2019.

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 10 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.652/2019

Publicação Nº 1981362

PORTARIA Nº 14.652, de 10 de Abril de 2019.

DISPENSA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D I S P E N S A R :

À pedido, LAIANI DE MORAES, brasileira, casada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Escola Básica Municipal Vila Santana, com 30 horas semanais, a partir de 10/04/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 10 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

Publicação Nº 1981190

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

Institui a Comissão Especial Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Santo Amaro da Imperatriz.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Santo Amaro da Imperatriz, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei Nº 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal

Nº 2734, de 02 de abril de 2019, Reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 11 de fevereiro de 2019, Resolução do CONANDA Nº 170, de 10 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do município de Santo Amaro da Imperatriz, sendo composta por 04 conselheiros do CMDCA, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

Marilene Pinho da Silva – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Viviana Abreu Derner - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Almir José da Silva - Representante da Sociedade Musical Santo Amaro;

Pâmela de Souza Fraga – Representante da APAE,

Parágrafo único: A conselheira Marilene Pinho da Silva está como Coordenadora da Comissão.

Art. 3º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Art. 4º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único: Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 5º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

Art. 6º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 02 de março de 2019.

Coordenador Geral do CMDCA

Almir José da Silva

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTA - PREGÃO 14/2019

Publicação N° 1980963

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 82.892.324/0001-46 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2019 - PR Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 14/2019 Data do Processo: 08/03/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de retroescavadeira hidráulica, nova, conforme especificações contidas no anexo I e II, parte integrante deste Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 3 de Abril de 2019, às 15:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria n° 14338, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório n° 14/2019, Licitação n° 14/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A empresa MACROLICIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA foi desclassificado por não atender o descritivo do item no edital, a empresa ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA foi habilitada por atender as descrições do edital e apresentar a documentação em situação regular. o Sr. Marlos Hoffmann portador do CPF 757.748.369-91 credenciado da empresa MACROLICIT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA manifestou de intenção de recurso conforme em Anexo I à ata do processo licitatório 14/2019.

Participante: 112715 - ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Retroescavadeira hidráulica, nova, de fabricação nacional, motor a diesel 4 cilindros turbinado, potência mínima de 90 HP; tração 4x4; cabine fechada com ar condicionado ROPS&FOPS; motor da mesma marca do fabricante da máquina; concha traseira de no mínimo 30" de largura; banco com suspensão à ar; pneus novos compatíveis com a capacidade da máquina de no mínimo 10 lonas.	un	1,00		0,0000	210.000,00	210.000,00
Total do Participante ----->							210.000,00
Total Geral ----->							210.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santo Amaro da Imperatriz, 3 de Abril de 2019

COMISSÃO:

Ana Paula Kuhnen - - Pregoeiro(a)
 Luciana de Oliveira - - Tec Contabil
 Adolfo Júlio Derner - - Assist Adm

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 82.892.324/0001-46 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2019 - PR Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 14/2019 Data do Processo: 08/03/2019
Folha: 2/2	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DOUGLAS WENDLAND BIANCHI - - Representante

MARLOS HOFFMANN - - Representante

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019 - EMHAB

Publicação Nº 1981074

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019 - EMHAB

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019 – EMHAB

Objeto: locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses, localizado na Rua Carlos Goertler, nº 671, Bairro Serra Alta, neste município, contendo uma casa de alvenaria com área total de 238,00m², edificada em terreno com área de 515m², matrícula nº 06.548, para abrigar a família de Girlene Wais de Jesus, em virtude de alagamentos e deslizamentos de terra provocados por obras de infraestrutura no loteamento Jardim Boa Esperança, conforme laudo técnico do engenheiro da EMHAB, laudo da Defesa Civil e conforme determinação judicial Processo nº 058.13.004337-8 anexos.

Contratado: Andreia Martins

Valor total: R\$7.200,00

São Bento do Sul, 05 de abril de 2019.

Vilson Altivo Torres Fenner

Diretor Presidente da EMHAB

EXTRATO JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 - EMHAB

Publicação Nº 1981077

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93, como antecedente necessário à contratação com Dispensa de Licitação.

I - Objeto: locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses, localizado na Rua Carlos Goertler, nº 671, Bairro Serra Alta, neste município, contendo uma casa de alvenaria com área total de 238,00m², edificada em terreno com área de 515m², matrícula nº 06.548, para abrigar a família de Girlene Wais de Jesus, em virtude de alagamentos e deslizamentos de terra provocados por obras de infraestrutura no loteamento Jardim Boa Esperança, conforme laudo técnico do engenheiro da EMHAB, laudo da Defesa Civil e conforme determinação judicial Processo nº 058.13.004337-8 anexos.

II - Contratado: Andreia Martins

III - Caracterização da situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa da Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, na Lei Municipal nº 56/2001, na determinação judicial conforme Autos do Processo nº 058.13.004337-8 e se justifica pelos seguintes motivos:

- a) A Sra. Girlene Wais de Jesus possui um imóvel ao lado do loteamento Jardim Boa Esperança, no Bairro Serra Alta, nesta cidade.
- b) A movimentação de terras nas obras realizadas no citado loteamento fez com que o muro do imóvel da Sra. Girlene represasse a água das fortes precipitações pluviométricas ocorridas nos últimos anos, as quais, mesmo sob drenagem, já causaram danos ao muro, gerando risco de desabamento do talude e soterramento da referida residência.
- c) Conforme Laudo Técnico do Engenheiro responsável da EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, o citado imóvel encontra-se em situação de risco, uma vez que os taludes formados por terra movimentada no interior do terreno vizinho, de propriedade da EMHAB, encontram-se instáveis e com pontos de ruptura, gerando risco de deslizamento de grandes volumes de terra e do próprio muro que, caso ocorram, certamente atingirão a residência da Sra. Girlene, causando graves danos à moradora e sua família.
- d) Além dos motivos acima existe uma determinação judicial, Autos do Processo nº 058.13.004337-8, a qual obriga a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO fornecer moradia em favor da autora e sua família, semelhante à residência interditada, mediante locação, cessão de uso ou qualquer outra espécie semelhante.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor:

A contratada, Andréia Martins foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço:

O preço contratado para a locação continua o mesmo do ano anterior, o qual já estava abaixo do valor de mercado praticado na época.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei

8.666/93.

São Bento do Sul, 05 de abril de 2019.

Vilson Altivo Torres Fenner

Diretor Presidente da EMHAB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE ESTÁGIO - TCE - Nº 004/2017 (MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E UNINTER EDUCACIONAL S/A - MANTENEDORA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER

Publicação Nº 1980862

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE ESTÁGIO – TCE - Nº 004/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO – TCE - Nº 004/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A UNINTER EDUCACIONAL S/A – Mantenedora do Centro Universitário Internacional Uninter, EM 29 DE MAIO DE 2017.

Considerando o objeto do Termo de Convênio de Estágio nº 004/2017, que consiste em proporcionar estágio curricular obrigatório aos alunos dos cursos matriculados pela instituição de ensino, indicados pela mesma e aceitos pela concedente do estágio, nas dependências das unidades de serviço do Município de São Bento do Sul/SC – Poder Executivo;

Considerando que o estágio deverá proporcionar ao estagiário a complementação profissional, social e cultural, sempre em conformidade com os currículos, programas e calendário escolar, devidamente acompanhado pela supervisão da instituição de ensino, não acarretando qualquer vínculo empregatício, nos termos da Lei nº 11.788/08;

Considerando a possibilidade de prorrogação contratual, de acordo com a Cláusula Quinta – Do Prazo, onde a vigência do convênio termina em 29 de maio de 2019, podendo ser renovado mediante prévio entendimento entre as partes convenientes;

Ante ao exposto, prorrogamos o Termo de Convênio de Estágio nº 004/2017, a contar de 30 de maio de 2019 até 30 de maio de 2021, totalizando 2 (dois) anos.

Pelo presente Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, com sede na Rua Jorge Lacerda, 75, neste Município, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Magno Bollmann, portador do CPF nº 019.658.839-15, denominado simplesmente CONCEDENTE e, de outro lado, UNINTER EDUCACIONAL S/A – Mantenedora do Centro Universitário Internacional Uninter, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 02.261.854/0001-57, com sede na Rua Saldanha Marinho, 131, Centro, Curitiba/PR, representado neste ato por seu representante legal, Sr. Cristofer Adônis da Cruz, Coordenador da Central de Estágios, portador do RG nº 6.222.454-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 029.968.169-60, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

1º Fica prorrogada a vigência do Convênio, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar de 30 de maio de 2019 e com término em 30 de maio de 2021.

2º As demais cláusulas e condições previstas no Convênio primitivo, firmado em 29 de maio de 2017 permanecem inalteradas. Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor.

São Bento do Sul, 28 de março de 2019.

CONCEDENTE

Magno Bollmann

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Cristofer Adônis da Cruz

Testemunhas:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2019**

Publicação Nº 1980759

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3635-6079

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2019

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a FORNECIMENTO DE PASSES PARA FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL PARA O PERÍODO DE ABRIL A SETEMBRO DE 2019, CONFORME INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2019, DE 9 DE ABRIL DE 2019.

VALOR TOTAL: R\$ 10.032,00 (dez mil e trinta e dois reais).

DA VIGÊNCIA: até 10 de setembro de 2019.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2019.

Ass: MÁRCIO BROSOWSKY, pela Fundação Cultural.

FLÁVIO HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA, pela contratada.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2019

Publicação Nº 1980756

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2019

OBJETO: FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O PERÍODO DE ABRIL DE 2019 A SETEMBRO DE 2019.

CONTRATADO: TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA LTDA

VALOR: R\$ 10.032,00 (dez mil e trinta e dois reais)

SÃO BENTO DO SUL, 09 de abril de 2019.

MARLA HUEBL KAISER

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MÁRCIO BROSOWSKY

DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

JUSTIFICATIVA – IL 4/2019

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação por meio de inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O PERÍODO DE ABRIL DE 2019 A SETEMBRO DE 2019.

II – Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA LTDA

III - Característica da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação se baseia no CAPUT do Artigo 25 da Lei 8.666/93, onde é inviável a competição. Faz-se necessária a compra de passes para os funcionários públicos municipais que atuam na Fundação Cultural de São Bento do Sul, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências".

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano em São Bento do Sul, escolhida através do processo licitatório nº 85/96, modalidade concorrência pública e contratada por meio do contrato nº 166/96, de 25/07/1996, com prazo permissionário previsto de 20 (vinte) anos, prorrogado conforme Aditivo Contratual nº 166/2018 e anteriores, firmado entre o Município de São Bento do Sul e a empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda atualmente denominada Transportes Coletivos Rainha Ltda., sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o valor de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) por passe fornecido justifica-se, visto que o parágrafo único da Cláusula Sexta do Contrato nº 166/96 dispõe:

“Parágrafo Único: As tarifas a serem cobradas serão aprovadas pelo poder permitente, e os reajustes das mesmas serão precedidas de estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, a depreciação geral do veículo, as despesas médias de conservação e manutenção, inclusive substituição de peças e acessórios, contribuições de previdência social, custo do combustível e lubrificantes, sendo assegurada a justa remuneração do capital”. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 842 de 1 de fevereiro de 2018, sendo, portanto, impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Diretor-Presidente da Fundação Cultural, Sr. MÁRCIO BROSOWSKY.

MARLA HUEBL KAISER
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ratifico a justificativa e determino a publicação no Diário Oficial dos Municípios e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MÁRCIO BROSOWSKY
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 79, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980372

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 79, de 09 de abril de 2019.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul – SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alteradas pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE:

HOMOLOGAR a análise feita pela Comissão Permanente de Danos Causados Pelo Ente da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul – SAMAE, nomeada pela Portaria nº 121, de 04 de julho de 2017, conforme Lei nº 3435, de 08 de outubro de 2014, aos Processos de solicitação de ressarcimentos a seguir mencionados:

Nome	Nº do Proc.	Cód. Verificador	Deferido/Indeferido
Ademar Vicente Ferreira	8041/2018	42T6	Processo Indeferido
Carla Daiane de Melo Corpolato	19988/2018	E6LS	Processo Deferido
Cleberson de Oliveira Pelizzari	18306/2018	S626	Processo Indeferido
Clésio Antonio Weiss	948/2018	2H71	Processo Deferido
Daniele Spieckert Tomelin	2690/2019	46UN	Processo Indeferido
Edival Lourenço	8513/2018	0407	Processo Indeferido
Elaine Cristina Tremba	3309/2018	G209	Processo Deferido
Lisete Aparecida Kerscher	18634/2018	3121	Processo Indeferido
Milton Luiz Roesler	17268/2018	AMKN	Processo Deferido

Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 80, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980378

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 080, de 11 de abril de 2019.

-NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO
SERVIDORA QUE MENCIONA ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – NOMEAR, a partir de 11 de abril de 2019, na forma do Art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001 e da Lei nº 2.966, de 29 de fevereiro de 2012, AMANDA STIZ DE CARVALHO, aprovada no Concurso Público 001/2018, homologado em 26 de julho de 2018, para o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE ETA/ETE, GO-4, Nível I, Letra A, com 36 horas semanais, no quadro de pessoal desta Autarquia, com os vencimentos de Lei.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 81, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980380

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 081, de 11 de abril de 2019.

**“NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO
SERVIDORA QUE MENCIONA”**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 10, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – NOMEAR, a partir de 11 de abril de 2019, na forma do Art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001 e da Lei nº 2.966, de 29 de fevereiro de 2012, SIVONE MARCIA EISELT DA SILVA, aprovada no Concurso Público 001/2018, homologado em 26 de julho de 2018, para o cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO I, GO-3, Nível I, Letra A, com 40 horas semanais, no quadro de pessoal desta Autarquia, com os vencimentos de Lei.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

PORTARIA N. 126/2019

Publicação Nº 1981583

PORTARIA Nº 126/2019 DE 10/04/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora pública municipal, Sra. LEONICE DA SILVA AMÉRICO, matrícula 568/01, ocupante do cargo de Professor (a) com Licenciatura e lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 127/2019

Publicação Nº 1981584

PORTARIA Nº 127/2019 DE 10/04/2019

DISPÕE SOBRE SEGUNDA CHAMADA DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 05/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido, nova chamada dos aprovados no Processo Seletivo Edital nº 05/2017, em razão da exoneração da Sra. LEONICE DA SILVA AMÉRICO e do término da lista de aprovados do referido Processo Seletivo, a fim de garantir a continuidade da prestação do serviço público relevante.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina,
em 10 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 128/2019

Publicação Nº 1981586

PORTARIA Nº 128/2019 DE 10/04/2019

DISPÕE SOBRE SEGUNDA CHAMADA DE CANDIDATA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 05/2017, NO RESPECTIVO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a candidata aprovada no Processo Seletivo Edital 05/2017, classificada em 1º (primeiro) lugar para o cargo de Professor com licenciatura - Temporário, de acordo com a Lei Municipal 004/1997, Lei Complementar 007/2005 e alterações posteriores e Portaria 127/2019 de 10/04/2019, conforme segue:

Nome: GENECI DRESSLER MARQUES
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Código/Cargo: 74 / Professor com licenciatura - Temporário
Vencimento Base: Nível 000011
Classe A - 002
Carga Horária: 20 horas semanais
Período do contrato: 11 de Abril de 2019 à 20 de dezembro de 2019

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina,
em 10 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 129/2019

Publicação Nº 1981587

PORTARIA Nº 129/2019 DE 10/04/2019

HOMOLOGA DESISTÊNCIA DE VAGA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 05/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a desistência de GENECI DRESSLER MARQUES, do Processo Seletivo Edital nº 05/2017, referente ao cargo de Professor (a) com Licenciatura, para o qual foi nomeada pela Portaria 128/2019 de 10/04/2019, conforme declaração de desistência de vaga em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N. 130/2019

Publicação Nº 1981590

PORTARIA Nº 130/2019 DE 10/04/2019

	DISPÕE SOBRE SEGUNDA CHAMADA DE CANDIDATA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 05/2017, NO RESPECTIVO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a candidata aprovada no Processo Seletivo Edital 05/2017, classificada em 2º (segundo) lugar para o cargo de Professor com licenciatura - Temporário, de acordo com a Lei Municipal 004/1997, Lei Complementar 007/2005 e alterações posteriores e Portaria 127/2019 de 10/04/2019, conforme segue:

Nome: MAIARA SCHNEIDER
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Código/Cargo: 74 / Professor com licenciatura - Temporário
Vencimento Base: Nível 000011
Classe A - 002
Carga Horária: 20 horas semanais
Período do contrato: 11 de Abril de 2019 à 20 de dezembro de 2019

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 131/2019

Publicação Nº 1981591

PORTARIA Nº 131/2019 DE 10/04/2019

	HOMOLOGA DESISTÊNCIA DE VAGA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 05/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a desistência de MAIARA SCHNEIDER, do Processo Seletivo Edital nº 05/2017, referente ao cargo de Professor (a) com Licenciatura, para o qual foi nomeada pela Portaria 130/2019 de 10/04/2019, conforme declaração de desistência de vaga em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N. 132/2019

Publicação Nº 1981593

PORTARIA Nº 132/2019 DE 10/04/2019

	DISPÕE SOBRE SEGUNDA CHAMADA DE CANDIDATA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 05/2017, NO RESPECTIVO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a candidata aprovada no Processo Seletivo Edital 05/2017, classificada em 3º (terceiro) lugar para o cargo de Professor com licenciatura - Temporário, de acordo com a Lei Municipal 004/1997, Lei Complementar 007/2005 e alterações posteriores e Portaria 127/2019 de 10/04/2019, conforme segue:

Nome: DEVINA GARBIN BACKES
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Código/Cargo: 74 / Professor com licenciatura - Temporário
Vencimento Base: Nível 000011
Classe A - 002
Carga Horária: 20 horas semanais
Período do contrato: 11 de Abril de 2019 à 20 de dezembro de 2019

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina,
em 10 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 133/2019

Publicação Nº 1981594

PORTARIA Nº 133/2019 DE 10/04/2019

HOMOLOGA DESISTÊNCIA DE VAGA DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº
05/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica do Município,
Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a desistência de vaga de DEVINA GARBIN BACKES, referente ao cargo de Professor (a) com Licenciatura, do Processo Seletivo Edital nº 05/2017, para o qual foi nomeada pela Portaria 132/2019 de 10/04/2019, conforme declaração de desistência de vaga em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catari-
na,
em 10 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA N. 134/2019

Publicação Nº 1981596

PORTARIA Nº 134/2019 DE 10/04/2019

DISPÕE SOBRE SEGUNDA CHAMADA DE CANDIDATA APROVADA NO PRO-
CESSO SELETIVO EDITAL 05/2017, NO RESPECTIVO CARGO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto no Inciso
IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a candidata aprovada no Processo Seletivo Edital 05/2017, classificada em 4º (quarto) lugar para o cargo de Professor com licenciatura - Temporário, de acordo com a Lei Municipal 004/1997, Lei Complementar 007/2005 e alterações posteriores e Portaria 127/2019 de 10/04/2019, conforme segue:

Nome: JOCELEI LUDWIG SANTIN
Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Código/Cargo: 74 / Professor com licenciatura - Temporário
Vencimento Base: Nível 000011
Classe A - 002
Carga Horária: 20 horas semanais
Período do contrato: 11 de Abril de 2019 à 20 de dezembro de 2019

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 135/2019

Publicação Nº 1981597

PORTARIA Nº 135/2019 de 10/04/2019

	PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica Municipal e em especial o que dispõe o Art. 107 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR licença para tratamento de saúde da Servidora Pública Municipal, Sra. NEIVA MARIA WALKER, ocupante do cargo de Orientadora Assistencial, matrícula nº 291/01 - 40hs semanais, para até 08 de Outubro de 2019, conforme Comunicado de Decisão do INSS, em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 136/2019

Publicação Nº 1981598

PORTARIA Nº 136/2019 de 10/04/2019

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica Municipal e em especial o que dispõe o Art. 107 da Lei Municipal nº 004/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Servidor Público Municipal, Sr. CASILDO ALBERTO GUTJHAR, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 360/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde a partir de 10 de Abril de 2019, por período indeterminado, para agendamento pericial no INSS, conforme atestado médico do Dr. RAFAEL RICARDO LAZZARI (CRM/SC 4070), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 137/2019

Publicação N° 1981599

PORTARIA N° 137/2019 de 10/04/2019

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidor Público Municipal, Sr. CLAUDEMIRO JOSÉ RIFFEL ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 442/01 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 09/04/2019 até 23/04/2019, conforme atestado médico do Dr. Andre Beheregaray (CRM/PR 25650), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/04/2019.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 138/2019

Publicação N° 1981600

PORTARIA N° 138/2019 de 10/04/2019

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;
--	--

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidor Público Municipal, Sr. CLAUDEMIRO JOSÉ RIFFEL ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 442/01 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde a partir de 24/04/2019, por período indeterminado, para agendamento pericial no INSS, conforme atestado médico do Dr. Andre Beheregaray (CRM/PR 25650), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina, em 10 de Abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO Nº 67/2019

Publicação Nº 1981561

DECRETO Nº 067, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

Homologa as Inscrições do Processo Seletivo nº 01/2019 e dá outras providências.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR as inscrições do Processo nº 01/2019, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019, sendo:

Cargo: Professor de Educação Física

Nº Inscrição	Nome	Data Inscrição
01	Giuvânia Rosa dos Santos	01/04/2019
02	Bruna Heidemann Buchner	01/04/2019
03	Josué Rech May	02/04/2019
04	Larissa Buchner	03/04/2019
05	Rosângela Ferreira	05/04/2019
06	Camila Schaffler Stock	08/04/2019
07	Tatiana Buss	08/04/2019

Total de 07 (sete) candidatos inscritos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 11 de abril de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A.S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

EDITAL CMDCA Nº 001/2019

Publicação Nº 1981559

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2019.

Edital CMDCA nº 001/2019 Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Bonifácio.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 09 de abril de 2019, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014, da Lei Municipal 1.475/2019, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São Bonifácio, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de São Bonifácio para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de São Bonifácio constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	40h	R\$ 1,000,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08h às 12h e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7 Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 Para a compensação do sobreaviso, o membro do Conselho Tutelar terá o direito ao gozo de folga compensatória na medida de 01(um) dia para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição há 30 dias por ano civil.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 1.475/2019.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 1.475/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Bonifácio ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §10, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 1.475/2019.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;

III. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de São Bonifácio, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 1.475/2019, a saber:

I. reconhecida idoneidade moral; atestada por 01(uma) autoridade dos poderes,

executivo, legislativo ou judiciário, bem como da apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residência no Município;

IV. Conclusão do Ensino Médio

V. não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VI. não incidir nas hipóteses do art. 10, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VII. não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VI. Certidão negativa da Justiça Federal;

VII. Certidão da Justiça Militar da União;

VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 22 (vinte e dois) de abril a 24 (vinte e quatro) de maio de 2019, em horário de atendimento ao público, das 12h às 18h, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n. 1.475/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 1.475/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 31 (trinta e um) de maio de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 3 (três) a 4 (quatro) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no (local), não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 7 (sete) de junho de 2019.

7.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 (dez) e 14 (quatorze) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, Centro de Referência de Assistência (CRAS), não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 18 (dezoito) de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 (dezenove) e 21 (vinte e um) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no (local), admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, vedado o anonimato.

7.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2019.

7.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 26 (vinte e seis) de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

7.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 (vinte e oito) de junho a 4 (quatro) de julho de 2019.

8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza

dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

8.6 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.7 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

8.8 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

8.9 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.10 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

8.11 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8.11 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 05 (cinco) de setembro de 2019, às 18h30, no Centro Pastoral, Rua Agricultor, s/nº.

9. DA ELEIÇÃO

9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2 A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 17hs.

9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

9.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indelevável.

9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

9.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.

9.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.

9.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

9.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

9.20 Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019.

10. DA APURAÇÃO

10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.

10.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 (dez) de janeiro de 2019.

11.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

11.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.

11.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

12. DO CALENDÁRIO

12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapas
10/04/2019	Publicação do Edital
22/04 a 24/05/2019	Prazo para registro das candidaturas
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 e 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
25 a 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
28/06/2019 a 04/07	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
05/09/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

12.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 1.475/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Carlos

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 001/2019 - ADM

Publicação Nº 1980903

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 - ADM

Processo Administrativo. nº 048/2019 - ADM
Chamada Pública nº 001/2019 - ADM
Tipo: Menor Preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Data: O recebimento dos envelopes de habilitação e projetos de venda será do dia 15 de abril de 2019 a dia 07 de Maio de 2019 as 16h00min horas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São Carlos – SC.

Dotação Orçamentária: 2.012.3390.00 - 1037 - 153/2019 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL; 2.013.3390.00 - 1037 - 155/2019 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL .

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096 e no site www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 10 de abril de 2019.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2019 - ADM

Publicação Nº 1980936

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	032/2019 RP. 010/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	FERMATEC COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (135), LEONIR SESTRON SCHERER - ME (3404), PROESTE - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIM (10805), METALURGICA AGUAS EIRELI - ME (11848), MATIC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (12259).
Objeto :	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$ 600.550,00 (seiscentos mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência :	08/04/2020
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2019/2020.
SAO CARLOS/SC, 08 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2019 - ADM

Publicação Nº 1980937

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	034/2019 RP. 011/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA - (52), ELETRO MECANICA MAESC LTDA - ME (10855), IRMAOS LAMB LTDA - ME (11807), JKMAQ COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA (12246).
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL, AUTO ELÉTRICA EM GERAL, SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA CONSERTAR MAQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, ONIBUS, VANS E VEÍCULOS LEVES DA FROTA RODOVIÁRIA DO MUNICIPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$ 139.825,00 (cento e trinta e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais)
Vigência :	08/04/2020
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2019/2020.
SAO CARLOS/SC, 08 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

São Domingos

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 042/2019, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 020/2019

Publicação Nº 1980408

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 042/2019, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 020/2019.

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao Processo para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO PARA PINTURA; PINTURA INTERNA E EXTERNA DE TODOS OS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

São Domingos, SC, 10 de abril de 2019.

Elieze Comachio – Prefeita Municipal.

DECRETO Nº 731, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980984

DECRETO Nº 731, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia servidora aprovada em concurso público para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Saúde Juliana Dutra;
- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2016, de 29 de fevereiro de 2016;
- Considerando o Decreto nº 2275, de 05 de maio de 2016, que homologa o resultado final do Concurso Público edital nº 001/2016;
- Considerando o pedido de Reclassificação da candidata Kessy De Avila Flores;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Ana Claudia Burtet, para exercer o cargo de Enfermeiro, deste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Efetivos, Código 51.04 da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada. a partir desta data.

§ 1º O servidor integrará o Quadro Próprio dos Servidores Públicos Municipais, enquadrado no Quadro Geral de Cargos Efetivos, Código 51.04- Grupo 5 - TECIE, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, com 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Anexo I, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; e nº 0045, de 06/11/2012, atualizada e nº 0042, de 04/04/2012, atualizada no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de abril de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 682, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1980986

PORTARIA Nº 682, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre Concessão de Adicional pela Progressão por Merecimento a Servidores Públicos Municipais.

A Prefeitura Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal 0042 de 04/04/12 atualizada; pelo artigo 184 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e;

- Considerando o disposto no Decreto nº 516, de 03/10/18, que regulamentou a avaliação de desempenho funcional para fins de concessão de adicional pela progressão por merecimento dos servidores públicos municipais efetivos do município de São Domingos (SC);
- Considerando que a progressão por merecimento será concedida após a realização de avaliação de desempenho funcional por comissão específica e com regulamento próprio;
- Considerando o relatório apresentado pela comissão designada pela Portaria nº 670 de 13/03/2019;
- Considerando que o adicional pela Progressão por Merecimento é devido aos servidores públicos municipais, a exceção daqueles que pertencem ao quadro do magistério público municipal;
- Considerando que o adicional pela Progressão por Merecimento será concedido aos servidores que atingirem a média igual ou superior a 07 (sete), no percentual de 3% sobre o vencimento base do cargo para o qual o servidor foi admitido.
- Considerando que o adicional é direito do servidor;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ADICIONAL PELA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO, nos termos da legislação vigente, na ordem de 3% (três por cento) sobre o vencimento base dos Servidores Públicos Municipais, a partir de março de 2019 conforme segue:

NOME	CARGO	PERÍODO DE AVALIAÇÃO	MEDIA OBTIDA %
Adelar da Silva	Operador de Máquinas	08/01/15 a 08/01/18	3
Adriana Bressan	Enfermeiro	29/06/15 a 29/06/18	3
Adriana Anghinoni Geremia	Auxiliar de Serviços Gerais	23/02/15 a 23/02/18	3
Altair Bertozzo	Motorista	30/10/15 a 30/10/18	3
Angelo Marcante	Motorista	16/10/15 a 16/10/18	3
Carla Louise Lohman Carvalho	Auxiliar Administrativo	30/10/15 a 30/10/18	3
Carlos Brunetto	Operador de Máquinas	26/03/15 a 26/03/18	3
Catia de Marchi Pase	Enfermeiro	30/10/15 a 30/10/18	3
Celso Mores	Operador de Máquinas	26/05/15 a 26/05/18	3
Cladir Rottava	Motorista	26/03/15 a 26/03/18	3
Clarice Stempczynski	Auxiliar de Serviços Gerais	23/02/15 a 23/02/18	3
Cleonice Alves de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	07/04/15 a 07/04/18	3
Cristiane Ansolin	Assistente Social	15/06/15 a 15/06/18	3
Deraldo Antonio Scheffer	Motorista	30/10/15 a 30/10/18	3
Dileto Styburski	Motorista	30/10/15 a 30/10/18	3
Ederléia Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	30/10/14 a 10/02/16 08/02/17 a 30/10/18	3
Edílio Styburski	Operador de Máquinas	30/10/15 a 30/10/18	3
Fátima M. Guerini Zarembski	Auxiliar de Serviços Gerais	14/01/15 a 14/01/18	3
Ivani Terezinha Scatolin	Agente Administrativo	30/01/15 a 30/01/18	3
Ivone Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	30/10/15 a 30/10/18	3
João Maria Walendorff	Motorista	26/03/15 a 26/03/18	3
Laércio Castro de Oliveira	Vigia	27/09/15 a 27/09/18	3
Leomar de Jesus Roll	Eletricista	26/06/15 a 27/06/15 16/08/15 a 15/08/18	3
Margarete Fátima Corso	Auxiliar de Serviços Gerais	30/10/15 a 30/10/18	3
Mari Lucia Cenci Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	31/01/15 a 31/01/18	3
Naide Janete Klafke da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	28/02/15 a 28/02/18	3
Nelvi Terezinha Chimello	Auxiliar de Serviços Gerais	20/03/15 a 20/03/18	3
Paulo dos Santos	Motorista	07/04/15 a 07/04/18	3
Paulo Jung	Assistente Financeiro	23/06/15 a 23/06/18	3
Ricardo Galetti	Motorista	19/06/15 a 19/06/18	3
Rosangela Anghinoni Weide	Auxiliar de Serviços Gerais	26/03/15 a 26/03/18	3
Rozeli Ribeiro de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	30/05/15 a 30/05/18	3
Sirlei Meirelles dos Santos Walendorff	Auxiliar de Serviços Gerais	29/04/15 a 29/04/18	3
Tânia Aparecida Busato Sales de Lima	Agente Administrativo	30/08/15 a 30/08/18	3
Valcir Trindade	Operador de Máquinas	30/10/15 a 30/10/18	3
Vanderléia Goltz	Técnico em Enfermagem	30/07/15 a 30/07/18	3
Vanderli Ferreira dos Santos	Motorista	17/04/15 a 01/07/16 03/10/16 a 20/07/17	3
Vera Lucia Ferrarini Meotti Roll	Auxiliar de Serviços Gerais	25/02/15 a 10/11/17 26/12/17 a 14/04/18	3

Vitório Brunetto Neto	Auxiliar de Serviços Gerais	12/10/15 a 12/10/18	3
-----------------------	-----------------------------	---------------------	---

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de março de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 683, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1980987

PORTARIA Nº 683, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre Concessão de Adicional de Progressão por Merecimento dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal 0042 de 04/04/12 atualizada; pelo artigo 061 da Lei Complementar Municipal nº 0059, de 16/08/18, e;

- Considerando o disposto no Decreto nº 516, de 03/10/18, que regulamentou a avaliação de desempenho funcional para fins de concessão de adicional pela progressão por merecimento de todos os servidores públicos municipais efetivos do município de São Domingos (SC);
- Considerando que a progressão por merecimento será concedida após a realização de avaliação de desempenho funcional por comissão específica e com regulamento próprio;
- Considerando o relatório apresentado pela comissão designada pela Portaria nº 679 de 25/03/2019;
- Considerando que o adicional pela Progressão por Merecimento será concedido aos servidores que atingirem a média igual ou superior a 07 (sete), no percentual de 3% sobre o vencimento base do cargo para o qual o servidor foi admitido.
- Considerando que o adicional é direito do servidor;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ADICIONAL PELA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO, nos termos da legislação vigente, na ordem de 3% (três por cento) sobre o vencimento base dos Servidores Públicos Municipais do Magistério, a partir de março de 2019 conforme segue:

NOME	Matrícula	CARGO	PERÍODO DE AVALIAÇÃO	MEDIA OBTIDA %
Elaine Terezinha de Mello Guadagnin	1708	Professor PD/D-IV	03/02/14 a 03/02/17	3
Elia Teresinha Galeti Beldovicz	1710	Professor PD/C-III	03/02/14 a 03/02/17	3
Eliete de Fátima Bertosso	1611	Professor PD/D-IV	30/09/15 a 30/09/18	3
Elizandra Fatima Bolzan	1717	Professor PD/D-IV	03/02/14 a 03/02/17	3
Lidiane Menezes Franca	1818	Professor PD/D-IV	18/08/14 a 18/08/17	3
Marelize Fátima Comachio Lanzarin	1305	Professor PD/D-IV	30/09/14 a 30/09/17	3
Maria Elizabete Aiolfi	1836	Professor PD/D-IV	03/02/15 a 03/02/18	3
Mirian Cúnico Figueiró	1835	Professor PD/D-IV	03/02/15 a 01/07/16 03/10/16 a 06/05/18	3
Paulo Endrigo Handke	1706	Professor PD/D-IV	21/01/14 a 21/01/17	3
Rosangela Salete Bampi Bortolini	1308	Professor PD/D-IV	30/09/14 a 30/09/17	3
Salete Spanhol Sartori	1707	Professor PD/D-IV	03/02/14 a 03/02/17	3

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de março de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 684, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1980988

PORTARIA Nº 684, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Concede Abono Pecuniário a Servidora Pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada e:

- Considerando requerimento protocolado sob nº 11665, de 25 de março de 2019, solicitando a transformação em abono pecuniário de 10 dias;
- Considerando que a servidora pública municipal Juliane Brunetto possui 30 (trinta dias) de férias vencidas a ser gozada;
- Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:
· Art. 65.
§ 1º A critério do servidor poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário de 10 dias das férias vencidas, a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS
Juliane Brunetto	Assessor de Secretaria	03/03/18 a 02/03/19	10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de março de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada**PORTARIA Nº 685, DE 28 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1980989

PORTARIA Nº 685, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Concede Férias e abono pecuniário ao servidor público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

- Considerando requerimento protocolado no Setor de Pessoal, solicitando a concessão de 20 dias de gozo de férias e a transformação em abono pecuniário de 10 dias;
- Considerando que a servidora pública possui 30 (trinta dias) de férias a ser gozada;
- Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:
· Art. 65.
§ 1º A critério da servidora poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DÍAS	GOZO
Ari Pertille	Diretor de Departamento	28/02/18 a 27/02/19	20	15/04/19 a 04/05/19

Art. 2º Fica convertido em abono pecuniário 10 dias, das férias vencidas relativo ao período aquisitivo 28/02/18 a 27/02/19, ao servidor Público Municipal Ari Pertille ocupante do cargo público de Diretor de Departamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de Março de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 686, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1980990

PORTARIA Nº 686, DE 28 DE MARÇO DE 2019.
Concede Abono Pecuniário ao Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada e:

- Considerando requerimento protocolado sob nº 11666, de 25 de março de 2019, solicitando a transformação em abono pecuniário de 10 dias;
- Considerando que o servidor público municipal Junior Cesar Prudente possui 30 (trinta dias) de férias vencidas a ser gozada;
- Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:
· Art. 65.

§ 1º A critério do servidor poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário de 10 dias das férias vencidas, ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS
Junior Cesar Prudente	Assistente Pessoal do Prefeito	06/03/18 a 05/03/19	10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de março de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 687, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1980992

PORTARIA Nº 687, DE 28 DE MARÇO DE 2019.
Dispõe sobre Conversão integral da Licença- Prêmio em Pecúnia a Servidora Pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e;

- Considerando o disposto nos § 4º do art. 77 da Lei Complementar 0045 de 06/11/2012, a pedido do servidor e a critério da Administração Municipal a licença prêmio poderá, ser convertida em pecúnia, nos termos da Lei Complementar 0045 de 06/11/2012;
- Considerando o requerimento apresentado pela servidora no dia 28 de março de 2019, manifestando o interesse em transformar a licença-prêmio em pecúnia, nos termos estabelecidos na Lei Complementar 0045 de 06/11/2012;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convertida integralmente em pecúnia a licença- prêmio, cujas condições legais tenham sido preenchidas de acordo com a Lei Complementar nº 0045, de 04 de abril de 2012, por opção da servidora, nos termos da Lei supracitada, conforme segue:

NOME	CARGO	PERÍODOS AQUISITIVOS	QUANTIDADE DE LICENÇAS
Mari Lucia Cenci Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/08 a 31/08/12 01/10/12 a 24/07/13	01

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de março de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 688, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980994

PORTARIA Nº 688, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Concede férias a servidoras públicas municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidoras públicas municipais, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Luana Ribeiro Ferreira	Monitor de Programas Sociais	16/04/17 a 15/04/18	08	08/04/19 a 15/04/19
Juliana Dutra do Prado	Secretária Municipal de Saúde	12/02/18 a 11/02/19	07	15/04/19 a 21/04/19

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de abril de 2019.
Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 689, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980996

PORTARIA Nº 689, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre lotação de servidores públicos municipais.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

· Considerando a necessidade de adequação na lotação de servidores públicos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam lotados os servidores públicos municipais conforme segue:

Servidor/Empregado	Cargo/Emprego	Lotação
Paula Karine Cechetti	Assessor de Secretaria	Secretaria Municipal de Assistência Social
Nelvi Terezinha Chimello	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Nicanor Rodrigues Rodrigues de Souza	Coordenador de Programa	Secretaria Municipal de Saúde
Patrícia Mara Zin	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes
Aldocir Anghinoni	Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Eliza Cristina de Oliveira	Fiscal de Tributos Obras e Serviços	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Maria Lodi Telo	Assessor de Secretaria	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Rodrigo José Bilico	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Transportes Obras e serviços Urbanos
Jeferson Junior Styburski	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Transportes Obras e serviços Urbanos
Denis Junior Tonatto	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Transportes Obras e serviços Urbanos

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de abril de 2019

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 691 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980997

PORTARIA Nº 691 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de progressão por grau de instrução a servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; de acordo com o artigo 185 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/2012 atualizada e pela Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada;

- Considerando a apresentação de Certificado de Pós – Graduação Lato Sensu, o qual confere o título de Especialista em Fisioterapia Neu-rofuncional Adulto e Pediátrico;
- Considerando Parecer Jurídico.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Adicional pela Progressão por Grau de Instrução na ordem de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento base, a partir do dia 03 de abril de 2019, a servidora Jéssica Saccol Borin Aita, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de abril de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

PORTARIA Nº 692 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980998

PORTARIA Nº 692 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de progressão por grau de instrução a servidora pública municipal, portadora de certificado de conclusão do curso regular de mestrado.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; de acordo com o artigo 185 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/2012 atualizada e pela Lei Complementar nº 0042 de 04/04/2012 atualizada;

- Considerando a apresentação de Declaração do Curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação, o qual confere o título de Mestre em Ciências da Reabilitação: Fundamentação da Reabilitação Neurológica;
- Considerando Parecer Jurídico.

RESOLVE:

· Art. 1º Fica concedido o Adicional pela Progressão por Grau de Instrução em razão da conclusão do curso de Mestrado Ciências da Reabilitação: Fundamentação da Reabilitação Neurológica, na ordem de 18% (por cento), sobre o vencimento base, a partir desta data, a servidora Jéssica Saccol Borin, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de abril de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 347, DE 10.04.2019

Publicação Nº 1980907

DECRETO LEGISLATIVO Nº 347, de 10.04.2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e Lei Federal n. 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem a COMISSÃO DE LICITAÇÕES da Câmara de Vereadores de São Domingos-SC, para o exercício de 2019, em conformidade com o art. 51 da Lei Federal 8.666/93, com a seguinte composição:

Simone Valentini – Presidente
Sílvia Rozani de Brito Baggio – Membro
Gleicon Cardoso – Membro
Roselei V. B. Szczpkowski - Membro suplente

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os demais Decretos Legislativos de nomeação de Comissão de Licitação.

Câmara de Vereadores de São Domingos - SC, 10 de abril de 2019.

Luiz Chimello
Presidente da Câmara de Vereadores

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

Paula Andreia Baldissera
1º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 344/2019, DE 22.03.2019

Publicação Nº 1980875

DECRETO LEGISLATIVO Nº 344/2019, de 22.03.2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Lei Complementar nº 001/2018, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária Administrativa do Poder Legislativo, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos do Poder Legislativo do Município de São Domingos/SC, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01 de abril de 2019, o servidor VOLNEI FERRARINI MEOTI ocupante do Cargo em Comissão de Secretária Administrativa, desta Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto Legislativo produzirá seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, em 22 de março de 2019.

LUIZ CHIMELLO

Presidente da Câmara Municipal

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

PAULA ANDREIA BALDISSERA

1º Secretária

DECRETO LEGISLATIVO Nº 345/2019, DE 25.03.2019

Publicação Nº 1980894

DECRETO LEGISLATIVO Nº 345/2019, de 25.03.2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Lei Complementar nº 001/2018, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária Administrativa do Poder Legislativo, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos do Poder Legislativo do Município de São Domingos/SC, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 25 de março de 2019, o servidor WILSON PAULO GROSBELLI ocupante do Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Expediente, desta Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, em 25 de março de 2019.

LUIZ CHIMELLO

Presidente da Câmara Municipal

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

PAULA ANDREIA BALDISSERA

1º Secretária

DECRETO LEGISLATIVO Nº 346, DE 08.04.2019.

Publicação Nº 1980899

DECRETO LEGISLATIVO Nº 346, de 08.04.2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Lei Complementar nº 060/2018, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária Administrativa do Poder Legislativo, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos do Poder Legislativo do Município de São Domingos/SC, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor RAFAEL TANCREDO AIOLFI para exercer o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, enquadrado no Anexo II – Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, Código 05, da Lei Complementar nº 060/2018.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, 08 de abril de 2019.

LUIZ CHIMELLO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

PAULA ANDREIA BALDISSERA

1ª SECRETÁRIO

EXTRATO REVOGAÇÃO EDITAL N. 004/2019

Publicação Nº 1980651

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS - SC

Processo Licitatório n. 004/2019

Tomada de Preços n. 003/2019

O Presidente da câmara de vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO REVOGAÇÃO do mesmo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM RÁDIO COM ABRANGÊNCIA EM TODO MUNICÍPIO, CONSISTINDO EM COBERTURA DAS SESSÕES, PROGRAMA COM 10 (DEZ) MINUTOS TODO SÁBADO ENTRE O HORÁRIO DAS 8:00 AS 12:00 HORAS, DIVULGAÇÃO DOS ATOS E ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO, COM 30 MINUTOS ENTRE O HORÁRIO DAS 8:00 ÀS 10:00 HORAS NOS DIAS SEGUINTE AS SESSÕES REALIZADAS PELA CÂMARA, CINCO INSERÇÕES INSTITUCIONAIS DIÁRIAS, SENDO UMA ENTRE O HORÁRIO DAS 07:00 AS 08:00 HORAS, UMA ENTRE AS 11:00 AS 12:00 HORAS, UMA ENTRE AS 14:00 AS 15:00 HORAS, UMA ENTRE AS 17:00 AS 18:00 HORAS E UMA ENTRE AS 20:00 AS 21:00 HORAS,
São Domingos, SC, 04 de Abril de 2019 da Camara Municipal de Vereadores, LUIZ CHIMELLO PRESIDENTE DA CAMARA VEREADORES.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.092/2019

Publicação Nº 1980409

DECRETO Nº 3.092, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional crédito adicional suplementar no valor R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil Reais) ao orçamento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

1013 - Pavimentação e manutenção de Vias Públicas

3400000000000000 - Despesas de capital

3440000000000000 - Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

Vínculo de Recurso - 0307000 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 39.000,00

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, com a Fonte de Recurso 03070000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

Visto. Publique-se.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.092, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da Aplicação dos Recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, com a Fonte de Recurso 03070000, com abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil Reais), para obra de urbanização parcial da Avenida Dr. Nereu Ramos.

São Francisco do Sul – SC, 8 de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 3.093/2019

Publicação Nº 1980411

DECRETO Nº 3.093, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor R\$ 101.000,00 (cento e um mil Reais) ao orçamento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do corrente exercício, de conformidade com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

11 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

1013 - Pavimentação e manutenção de Vias Públicas

3400000000000000 - Despesas de capital

3440000000000000 - Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 101.000,00

Vínculo de Recurso - 03390400 - Outras Transf. Decor. Comp. Finan. Expl.

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 101.000,00

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais, com a fonte de Recurso 03390400.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº ____.

Visto. Publique-se.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.093, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos Recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais, com a Fonte de Recurso 03390400, com Abertura de Crédito Suplementar, no valor de R\$101.000,00 (cento e um mil Reais), para obra de urbanização parcial da Avenida Dr. Nereu Ramos.

São Francisco do Sul – SC, 8 de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL 001/2019 CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1980604

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2019

A Prefeitura de São Francisco do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Governo, torna público, para o conhecimento dos interessados abaixo nominados, que fará o Sorteio Público para seleção do membro que integrará a Subcomissão Técnica de avaliação do processo de Tomada de Preços para contratação de serviços de agência de publicidade para atender as demandas de comunicação da Prefeitura de São Francisco do Sul. O presente Edital atende as disposições da Lei Federal nº 12.232/ 2010.

O sorteio, com os nomes abaixo citados, será realizado em sessão pública, no dia 20 de abril de 2019, às 10 horas, na sala de Licitações, que fica no prédio sede da Prefeitura de São Francisco do Sul, localizado na Praça Getúlio Vargas, 01, Centro Histórico.

Luiz Fernando Battisti
Maiara Carvalho
Margaret Paim
Nilson Antônio
Sared Bueri
Tannyelle Torres
Vitor Rafael da Costa

Marcos Arzua
Secretário Municipal de Governo

IL 022/2019

Publicação Nº 1980505

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL SANTA CATARINA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 022/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ESPECIALIZADOS EM DIAGNÓSTICOS POR LABORATÓRIO CLÍNICO, PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS E ANÁLISES CLÍNICAS, da Rede Municipal de Saúde no município.

CONTRATADO: LABCENTER LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

BASE LEGAL: Licitação inexigível com fulcro no artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

VALOR TOTAL: R\$ 23.611,11 (vinte e três mil, seiscientos e onze reais e onze centavos) mensais, perfazendo o valor total de R\$ 283.333,33 (duzentos e oitenta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Dotação Orçamentária: 19.01 – 2118– 339039 50 – 138100

São Francisco do Sul, 09 de abril de 2019.

Nadia Moreira Raposo
Secretaria Municipal de Saude

IL 023/2019

Publicação Nº 1980507

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL SANTA CATARINA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 023/2019

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços Exames e Diagnósticos por laboratório Clínico, constantes da tabela SAI/SUS, para pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADO: LABORATÓRIO GIMENES LTDA

BASE LEGAL: Licitação inexigível com fulcro no artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

VALOR TOTAL: R\$ 23.611,11 (vinte e três mil seiscientos e onze reais e onze centavos mensais, perfazendo o valor total de R\$ 283.333,33 (duzentos e oitenta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Dotação Orçamentária:- 19.01 – 2118– 339039 50 – 13810

São Francisco do Sul, 09 de abril de 2019.

Nadia Moreira Raposo
Secretaria Municipal de Saude

IL 024/2019

Publicação Nº 1980508

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL SANTA CATARINA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 024/2019

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços Exames e Diagnósticos por laboratório Clínico, constantes da tabela SIA/SUS, para pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADO: PROLL-MED LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

BASE LEGAL: Licitação inexigível com fulcro no artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

VALOR TOTAL: R\$ 23.611,11 (vinte e três mil seiscientos e onze reais e onze centavos mensais, perfazendo o valor total de R\$ 283.333,33 (duzentos e oitenta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Dotação Orçamentária:

- 19.01 – 2118– 339039 50 – 13810

São Francisco do Sul, 09 de abril de 2019.

Nadia Moreira Raposo
Secretaria Municipal de Saude**IL 025/2019**

Publicação Nº 1980510

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL SANTA CATARINA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 025/2019

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de Autorização e Auditoria Médica no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde) e Coordenação Técnica do Corpo Clínico da Rede Municipal de Saúde no município.

CONTRATADO: TAPE CLÍNICA MÉDICA E PEDIATRIA LTDA – ME

BASE LEGAL: Licitação inexigível com fulcro no artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

VALOR TOTAL: R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais) mensais, perfazendo o valor total de R\$ 226.800,00 (duzentos e vinte e seis mil e oitocentos reais).

Dotação Orçamentária:

- 19.01 – 2113– 339039 05 – 10200

São Francisco do Sul, 09 de abril de 2019.

Nadia Moreira Raposo
Secretaria Municipal de Saude**PORTARIA Nº 15.701/2019**

Publicação Nº 1980414

PORTARIA nº 15.701, de 8 de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e de acordo com o Processo nº 7544/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, MICHELLE EVANIR CAMPOS ANTUNES, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 920.377.049-68, do cargo em comissão de Assessora I do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, nível CC03, da Gerência de Média e Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 31 de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 31 de março de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.681, de 1º de abril de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 8 de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.702/2019

Publicação Nº 1980415

PORTARIA nº 15.702, de 8 de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no Anexo III, da Lei Complementar nº 4/2003, e de acordo com a CI nº 238/2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR para 50%, a partir de 1º de abril de 2019, o percentual da Função Gratificada de Diretora da EM Rudolpho Fischer, exercida pela servidora ELIZIANE GOULART GUIMARÃES, matrícula nº 22591601, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de abril de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 8 de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.703/2019

Publicação Nº 1980418

PORTARIA nº 15.703, de 8 de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no Anexo III, da Lei Complementar nº 4/2003, e de acordo com a CI nº 238/2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR para 40%, a partir de 1º de abril de 2019, o percentual da Função Gratificada de Auxiliar de Direção da EM Rudolpho Fischer, exercida pela servidora GLAUCIA MARA DIAS, matrícula nº 223468, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de abril de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 8 de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PP 003/2019 FMAS

Publicação Nº 1980764

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
LICITAÇÃO Nº 003/2019

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.675 de 22 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 29 de abril de 2019, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE

PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para serviços de manutenção, fornecimento de peças e instalação de aparelhos de ar condicionado e bebedouros, para o CRAS, CREAS, CASA ABRIGO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), parte integrante deste Edital

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para o Pregoeiro (a) impreritavelmente até às 08:30h do dia 29 de abril de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 29 de abril de 2019, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	2101 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
Projeto Atividade	2131– Manut. Do Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento de Despesa	333903025– Material para manutenção de bens móveis 333903925 – Serviços de inst. de máquinas, eq. e fnas
Vínculo do Recurso	3350300– Transf. De recurso do fnas

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br/site no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail: licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br; licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail: licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br , licitacao@saofranciscodosul.scv.gov.br devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Apresentar declaração de não parentesco, conforme Anexo IV do Edital

8.4.4. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.4, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO N° 003/2019
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO N° 003/2019
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4 Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeqüíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope N° 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado referente aos lotes 01, 02 e 03;

b) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado referente aos lotes 01 e 02

a) Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/ CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo – RRT da região a que estiver vinculada, que comprove atividade relacionada com o objeto licitado; referente aos lotes 01 e 02

b) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior com graduação em engenharia mecânica (ou outro equivalente devidamente reconhecido pelo CREA/CAU), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA/CAU, da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar, Preferencialmente, da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico– CAT ou RRT, expedidas por estes Conselhos, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes a: manutenção em aparelhos de ar condicionado; referente aos lotes 01 e 02

c) NOTA:

A comprovação exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada preferencialmente de declaração de anuência do profissional. referente aos lotes 01 e 02

d. Apresentar Alvará de localização e funcionamento da empresa licitante, devidamente autenticado e na validade

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo

recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

São Francisco do Sul, 08 de abril de 2019.

LUIS ARNALDO MARTINS

Sec. Municipal de Desenvolvimento e da Cidadania

-TERMO DE REFERÊNCIA-

1. OBJETO

O termo de referência tem por objetivo LOTE 01 Mão de obra especializada para realização do PMOC- Plano de Manutenção Operação e Controle e peças. LOTE 02 serviços instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado. LOTE 03 instalações elétrica e hidráulica de bebedouros.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se os serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar Condicionado, instalações elétrica e hidráulica de bebedouros necessários para manutenção e desenvolvimento das atividades executadas pelos profissionais que atuam nos equipamentos CRAS, CREAS, CASA ABRIGO e SECRETARIA Devido aos atendimentos aos usuários serem feitos nos mesmos. Já a contratação da empresa especializada na prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças e acessórios por outros novos e originais serve para evitar problemas de saúde aos funcionários com o uso diário dos aparelhos, devido a poeira e ácaros que ali se instalam.

3. FINALIDADE

Serviços de serviços instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado, instalações elétrica e hidráulica de bebedouros. Mão de obra especializada para realização do PMOC- Plano de Manutenção Operação e Controle e peças desses: 20-unidades da Proteção Social Básica e 4 unidades-Proteção Social Especial de Alta Complexidade; instalação elétrica e hidráulica de bebedouros da Proteção Social Básica; Mão de obra especializada para realização do PMOC- Plano de Manutenção Operação e Controle, manutenção preventiva e corretiva nos ar condicionados dos equipamentos CRAS, CREAS, CASA ABRIGO e SECRETARIA no sistema de homem x hora dessas 25 horas da Proteção Social Básica(FNAS), 15 horas Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade(CREAS E CASA ABRIGO), 10 HORAS Secretaria; Lote de Peças e acessórios para utilização na manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado para PSB(FNAS), PSEM e PSEAC.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE 01					
ITEM	PRODUTO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Mão de obra especializada para realização do PMOC- Plano de Manutenção Operação e Controle, manutenção preventiva e corretiva no ar condicionado no sistema de homem x hora condicionado, modelo Split. Incluso instalação elétrica para cada aparelho, sendo utilizado cabo PP de 4 à 6mm para ligação na rede elétrica, instalação de caixa com disjuntor de 10 a 25 Amperes, suporte plástico para fixação da parte externa, também realizar o processo de vácuo no sistema para melhorar o desempenho do aparelho evitando contaminação do fluido refrigerante, por fim teste e liberação dos aparelhos para uso. Aparelhos de 12.0000 BTUS- incluir todos os materiais necessários à instalação.	50	Hora/homem	R\$ 142,33	R\$ 7.116,67

2	Peças e acessórios para utilização na manutenção preventiva e corretiva dos 6(seis) aparelhos de ar-condicionado. Para aparelhos Split de 12.000Btus com desconto mínimo de 10% sobre a tabela de peças e acessórios.	desconto	%porcentagem	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Valor total do lote 01 R\$ 12.116,67(Doze mil cento e dezesseis reais com sessenta e sete centavos)					
LOTE 02					
ITEM	PRODUTO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	1.Instalação de aparelhos de ar-condicionado modelo Split. Incluso instalação elétrica para cada aparelho, sendo utilizado cabo PP de 4 à 6mm para ligação na rede elétrica, instalação de caixa com disjuntor de 10 a 25 Amperes, suporte plástico para fixação da parte externa, também realizar o processo de vácuo no sistema para melhorar o desempenho do aparelho evitando contaminação do fluído refrigerante, por fim teste e liberação dos aparelhos para uso. Aparelhos de 12.0000 BTUS- incluir todos os materiais necessários à instalação.	24	Unidade	R\$ 576,67	R\$5.040,00
Valor total do lote 02 R\$ 5.040,00(Cinco mil e quarenta reais)					
LOTE 03					
ITEM	PRODUTO	QTDE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Instalação elétrica e hidráulica de bebedouros de pressão tipo coluna com fornecimento de material necessário para instalação. A instalação deverá contemplar reparos civis caso for necessário, quebrar paredes ou piso para de água e dreno para esgoto.	12	Unidade	R\$ 625,00	R\$ 7.500,00
Valor total do lote 03 R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)					
Valor total do lote R\$ 33.456,58 (Trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais com cinquenta e oito centavos).					

4.1). A Licitante Vencedora deverá remover até a sua oficina, sem ônus para a Prefeitura, o ar-condicionado, avariados sem condições de conserto no próprio estabelecimento onde se encontram os aparelhos.

4.2). Os serviços referentes ao LOTE 01 deverão ser prestados no tempo acordado, que não poderá ser superior a 6(seis) Horas após solicitação para averiguação e conserto no local, se constatado a necessidade de retirada e encaminhamento do aparelho até a oficina o prazo será prorrogado de 6(seis) para 48(quarenta e oito horas), contados a partir do momento em que for realizada a chamada. E as visitas de manutenção preventiva e corretiva deverão ser efetuadas em dia úteis, dentro do horário de expediente do Prédio, ou seja, de 2ª a 6ª das 08:00 as 14:00 horas.

5). DOS LOCAIS A SEREM REQUISITADOS

Os serviços de instalação e realizados manutenção dos aparelhos de ar-condicionado, e instalação de bebedouros deverão ser nos locais abaixo:

Secretaria de desenvolvimento Social e da Cidadania

* CRAS MAJORCA

Rua Herval do Oeste, esquina com a Rua São Joaquim, s/nº, Majorca

Telefone: 3444-2017

E-mail: crasmajorca@saofranciscodosul.sc.gov.br

* CRAS SANDRA REGINA

Rodovia Duque de Caxias, s/nº, KM 10, Sandra Regina

Telefone: 3442-5836 / 3449-0835

E-mail: crassandregina@gmail.com

* CRAS ROCIO GRANDE

Rua: Avenida Doutor Nereu Ramos, 3131

Telefone: 3449-1590 / 3444- 4398

E-mail: crasrociogrande@gmail.com

*** CRAS ACARAÍ**

Rua Leopoldo Bernardo Grubba, nº 492, Acaraí

Telefone: 3444-6699

E-mail: crasrociopequeno.sfs@gmail.com

*** CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL e CRAS ITINERANTE- ERVINO**

Estrada Geral do Ervino, s/n (antigo Posto de Saúde)

Telefone: 3442-3768

E-mail: ciscomunidadeervino@gmail.com

*** CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL e CRAS ITINERANTE- VILA DA GLÓRIA**

Estrada Geral da Vila da Glória, s/n (próximo à Escola Municipal João Alfredo Moreira)

telefone : 3444-8004

e-mail: cisviladagloria@gmail.com

*** CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**

Rua Mario Roberto Robaina, sn (fundos) - Água Branca

Telefone: 3444-1518/ 3444-5560

E-mail: creas@saofranciscodosul.sc.gov.br

*** CASA ABRIGO JOHANNA STAMERJOHAN FISHER**

Rua Joinville, 312 - Rocio Grande

Telefone: 3444-3265

E-mail: servicodeacolhimento@saofranciscodosul.sc.gov.br

6). PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1) Antes da execução dos serviços, deverá ser previamente aprovado o orçamento recebido em documento datado, carimbado e assinado, constando os serviços e materiais a serem empregados e as peças a serem substituídas, com respectiva hora/homem a ser trabalhada.

6.2) Na relação das peças deverá constar o percentual de descontos sobre o valor da lista de preços de peças que tiverem a ser substituídos, não podendo ser inferior a 10%(dez por cento) seguindo a que estiver em vigor na data do fornecimento.

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1) A proposta de preços deverá ser apresentada, com preço da MÃO DE OBRA para a execução dos serviços cotada pelo valor de homem/hora trabalhada.

8.DA GARANTIA

8.1). Os serviços executados deverão ter a garantia de, no mínimo, 30(trinta) dias.

8.2). Ocorrendo defeito durante o período de garantia a contratada será comunicada e deverá, no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas contando do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo e/ou troca da peça, sem qualquer ônus para o FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social).

9.RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1). Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, fretes decorrentes do fornecimento das peças, sem qualquer ônus para o FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social).

9.2). Substituir toda e qualquer peça em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia.

9.3). Prestar todos os esclarecimentos que foram solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.

9.4). Os serviços contratados serão executados a partir da assinatura do respectivo contrato, pelo período de 6(seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos pelo período de até 60 meses, após a verificação da real necessidade nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

10.DO PAGAMENTO

10.1) O pagamento dar-se-á à contratada, no prazo de 30(trinta) dias após a entrega do pedido, mediante apresentação de nota fiscal devidamente certificada pelo Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social ou o responsável pelo setor de compras, sendo que as notas deverão ser entregues do 1º ao 24º dia do mês corrente.

10.2) A nota fiscal deverá discriminar o serviço ou produto fornecido.

10.3) Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

10.4) A Contratada deverá justificar fundamentada, prévia e formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos neste Termo. A aceitação da justificativa ficará a critério do Gestor do Fundo.

11.FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO

11.1). Para o Lote 01-Para manutenção com fornecimento de peças, mensal em até 6(seis) horas após solicitação para averiguação e conserto no local, se constatado a necessidade de retirada e encaminhamento do aparelho até a oficina o prazo será prorrogado de 6(seis) para 48(quarenta e oito horas), sem qualquer ônus para o FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social) se necessário o deslocamento do aparelho (produto) até a empresa (oficina) vencedora, pelo período de 6(seis) meses.

Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á até o dia de vencimento. O pedido de prorrogação de prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 1(um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, em conformidade com o Art. 57, §1, da Lei nº 8.666/93.

11.2). Para o Lote 02 – Para os serviços de instalação de ar-condicionado em até 15(quinze) dias corridos após a solicitação pelo setor responsável.

11.3) Para o Lote 03 – Para os serviços de instalação de bebedouros em até 15(quinze) dias corridos após a solicitação pelo setor responsável.

12.LOCAL DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO

12.1) O local da prestação de serviços de instalação, manutenção serão:

***CRAS MAJORCA**

Rua Herval do Oeste, esquina com a Rua São Joaquim, s/nº, Majorca

Telefone: 3444-2017

E-mail: crasmajorca@saofranciscodosul.sc.gov.br

*** CRAS SANDRA REGINA**

Rodovia Duque de Caxias, s/nº, KM 10, Sandra Regina

Telefone: 3442-5836 / 3449-0835

E-mail: crassandregina@gmail.com

*** CRAS ROCIO GRANDE**

Rua: Avenida Doutor Nereu Ramos, 3131

Telefone: 3449-1590 / 3444- 4398

E-mail: crasrociogrande@gmail.com

*** CRAS ACARAÍ**

Rua Leopoldo Bernardo Grubba, nº 492, Acaraí

Telefone: 3444-6699

E-mail: crasrociopequeno.sfs@gmail.com

*** CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL e CRAS ITINERANTE- ERVINO**

Estrada Geral do Ervino, s/n (antigo Posto de Saúde)

Telefone: 3442-3768

E-mail: ciscomunidadeervino@gmail.com

*** CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL e CRAS ITINERANTE- VILA DA GLÓRIA**

Estrada Geral da Vila da Glória, s/n (próximo à Escola Municipal João Alfredo Moreira)

Telefone: 3444-8004

E-mail: cisviladagloria@gmail.com

*** CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS**

Rua Mario Roberto Robaina, sn (fundos) - Água Branca

Telefone: 3444-1518/ 3444-5560

E-mail: creas@saofranciscodosul.sc.gov.br

*** CASA ABRIGO JOHANNA STAMERJOHAN FISHER**

Rua Joinville, 312 - Rocio Grande

Telefone: 3444-3265

E-mail: servicodeacolhimento@saofranciscodosul.sc.gov.br

Secretaria Municipal de Assistência Social

Rua Coronel Oliveira, Nº 274 - Centro.

São Francisco do Sul - Santa Catarina
Fone: (047) 3459-1036
E-mail: social@saofranciscodosul.sc.gov.br assim como das notas fiscais

12.2) O LOCAL DE ENTREGA DAS NOTAS FISCAIS:

Secretaria Municipal de Assistência Social
Rua Coronel Oliveira, Nº 274 - Centro.
São Francisco do Sul - Santa Catarina
Fone: (047) 3459-1036
E-mail: social@saofranciscodosul.sc.gov.br

13. VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução do LOTE 01 terá o prazo de execução e vigência pelo período de 6(seis) meses a partir da assinatura do contrato e emissão da ordem de compra;

O prazo de execução do LOTE 02 será para o período de 15(quinze) dias corrido sendo sua vigência de 60(sessenta) dias a partir da assinatura do contrato e emissão da ordem de compra global;

O prazo de execução do LOTE 03 será para o período de 15(quinze) dias corrido sendo sua vigência de 60(sessenta) dias a partir da assinatura do contrato e emissão da ordem de compra global;

LUIS ARNALDO MARTINS
Sec. Municipal de Desenvolvimento e da Cidadania
ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) oficial
Edital de Pregão Presencial nº 003/2019

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019, cujo objeto é a de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 003/2019

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 003/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 003/2019 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 003/2019

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 003/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos 00 dias do mês de ----- do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 01.744.089/0001-63, neste ato representado pela Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, Srº. Luiz Arnaldo Martins, brasileiro, casado, inscrito no CPF. sob nº 936.555.339-34 residente e domiciliado na rua Almirante Barroso, 1.167 - Rocio Pequeno e de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx - xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2018, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializa para serviços de manutenção, fornecimento de peças e instalação de aparelhos de ar condicionado e bebedouros, para o CRAS, CREAS, CASA ABRIGO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

1.2. Descrição do Objeto:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de sua assinatura pelo período de XXXXXXXX meses, prorrogável na forma do art. 57 I§ 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ xxxxxx (-----).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	2101 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
Projeto Atividade	2131– Manut. Do Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento de Despesa	333903025– Material para manutenção de bens móveis 333903925 – Serviços de inst. de máquinas , eq. e fnas
Vínculo do Recurso	3350300– Transf. De recurso do fnas

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber os serviços de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar os serviços, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar à Secretaria de Desenvolvimento Social e da Cidadania, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

h) Providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes a ART ou RRT;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes

São Francisco do Sul, ____ de _____ de 2019.

LUIZ ARNALDO MARTINS GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CONTRATANTE		
TESTEMUNHAS:		EMPRESA CONTRATADA
CPF:		
CPF:		

RESOLUÇÃO N 11 MAIO

Publicação Nº 1980674

RESOLUÇÃO Nº 011, de 03 de abril de 2019.

Dispõe sobre a Ação alusiva ao dia 18 de Maio para impulsionar o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - no município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando, a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 03 de abril de 2019;

Considerando, a importância de em garantir os direitos das crianças e adolescentes preconizados no ECA e em conformidade com o Plano de Ação e Aplicação do CMDCA para o ano de 2019;

Considerando, a Ação alusiva ao dia 18 de Maio para impulsionar o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que será realizada durante o mês de maio/junho de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o pagamento para a compra de 5000 (cinco mil) jornais socioeducativos para fins de distribuição para as crianças e adolescentes;

Art. 2º APROVAR o pagamento para a Companhia de Teatro para execução, para crianças e adolescentes, de peças teatrais referente ao tema;

Art. 3º APROVAR o pagamento para o Transporte Municipal para as crianças e adolescentes para participação das apresentações teatrais que ocorrerão no Cine Teatro X de Novembro;

Art. 4º APROVAR o pagamento da confecção de banner para divulgação da ação;

Art. 5º Estas despesas correrão pelo Fundo da Infância e Adolescência – FIA em conformidade com o Plano de Ação e de Aplicação do CMDCA/2019.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Raulino Nickel

Presidente em Exercício do CMDCA

Resolução CMDCA nº 02, de 26 de fevereiro de 2019

Publicado em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO N 12 CMDCA

Publicação Nº 1980677

RESOLUÇÃO Nº 012, de 08 de abril de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação, organização e coordenação do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de São Francisco do Sul, nos termos da Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA) e suas alterações, em especial, a Lei Federal nº 12.696 de 25 de julho de 2012 e na Resolução nº 170 de 09 de agosto de 2014 do CONANDA, da Lei Municipal nº 2172 de 08 de abril de 2019.

Considerando o disposto no art. 139 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da Lei Municipal nº 2172 de 08 de abril de 2019 e fundamentado na Resolução nº 170/14 do CONANDA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar em reunião extraordinária realizada no dia 08 de abril de 2019, a publicação do Edital CMDCA nº 001/2019, que dispõe sobre a regulamentação, organização e coordenação do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de São Francisco do Sul, mandato 2020/2024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Raulino Nickel

Presidente em Exercício do CMDCA

Resolução CMDCA nº 02, de 26 de fevereiro de 2019

Publicado em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____

EDITAL Nº 001/2019 - CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE SÃO FRANCISCO DO SUL - CMDCA, por meio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução CONANDA nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 2172 de 08 de abril de 2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São Francisco do Sul – mandato 2020-2024, e dá outras providências.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Fica disciplinado, nos termos do presente Edital, o Processo de Escolha de membros titulares e suplentes, do Conselho Tutelar de São Francisco do Sul para o mandato 2020-2024.

1.2. O Processo de Escolha será conduzido e operacionalizado pela Comissão Eleitoral do Processo de Escolha do Conselho Tutelar - CEPECT, devidamente nomeada pelo CMDCA, nos termos da Resolução nº 006/2019, cujas competências e atribuições incluem:

- a) Análise da documentação dos inscritos e decisão sobre impugnações e regularidade de candidaturas;
- b) Fornecer o material necessário para a realização do pleito, sendo este financiado com recursos do Município, conforme a Resolução nº 170 do CONANDA;
- c) Acompanhar, estabelecer e coordenar os demais procedimentos necessários à concretização do Processo de Escolha, nos termos da legislação vigente.

2. DO CARGO, DAS VAGAS E DO VENCIMENTO MENSAL

2.1. A função de Conselheiro Tutelar não implica vínculo empregatício com o Município, sendo que os Conselheiros Tutelares perceberão o valor mensal de R\$ 3.228,65 (três mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).

2.1.1 Caso sobrevenha reajuste no salário-base dos servidores do quadro permanente durante a vigência do Processo de Escolha e durante o exercício do mandato, os mesmos índices serão aplicados aos valores percebidos pelos Conselheiros Tutelares.

2.2. A Jornada de Trabalho de Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais, devendo também o conselheiro eleito estar disponível para os sobreavisos e plantões, em escala, divididos em noturnos, feriados e finais de semana;

2.3 Será garantido aos Conselheiros Tutelares: cobertura previdenciária e possibilidade de adesão ao plano de saúde; gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 do valor da remuneração mensal; licença maternidade; licença paternidade e gratificação natalina;

2.4 Aos ocupantes dos cargos objeto deste Processo de Escolha, competirão exclusivamente as atribuições constantes do art. 136 do ECA, conforme o art. 25 da Resolução nº 170 do CONANDA;

2.5. O inteiro teor do Edital estará disponível no sítio da Prefeitura (<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br>) e no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) à obtenção desse documento ou na sede do CMDCA, na Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Coronel Oliveira, 274 - Centro, São Francisco do Sul-SC (em frente ao Fórum), respeitado o horário de atendimento da Prefeitura das 8h às 14h.

2.6. É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) acompanhar os editais, comunicados e demais publicações referentes a esse processo de escolha.

2.7. O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro município.

3. DAS FASES DO PROCESSO DE ESCOLHA

3.1. O Processo de Escolha contemplará as fases, discriminadas a seguir:

1ª fase - Inscrições e Comprovação de Pré-requisitos;

2ª fase - Processo de orientação aos candidatos de caráter eliminatório, consistente em curso de 8 horas, com 100% de frequência obrigatória, salvo justificativa, a ser apreciada pela Comissão Especial;

3ª fase – Eleição pelo voto direto e secreto;

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O período das inscrições será do dia 16/04/2019 até o dia 16/05/2019

4.2. São condições de Inscrição:

- a) possuir reconhecida Idoneidade Moral comprovada através de Certidão de Antecedentes Criminais;
- b) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) residir no município comprovado através do título de eleitor registrado na Comarca de São Francisco do Sul por no mínimo 01 (um) ano;
- d) não ter antecedentes criminais e encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- e) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- f) atuação profissional ou voluntária de, no mínimo 02 (dois) anos de trabalho com crianças ou adolescentes, comprovado mediante documento oficial que confirme a relação de trabalho ou voluntariado, cumulativamente ou isoladamente nas seguintes áreas: atendimento direto de coletivos de crianças e adolescentes em instituição governamental ou da sociedade civil na promoção, proteção e defesa de direitos da criança e do adolescente;
- g) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- h) não ter sido demitido a bem do serviço público;
- i) não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- j) não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- l) conclusão do Ensino Médio.

4.3. A Inscrição Provisória dar-se-á mediante apresentação de Formulário de Inscrição e de Currículo Documentado, devendo o candidato:

4.3.1. Preencher o Formulário de Inscrição, que poderá ser obtido no sítio da Prefeitura (<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br>) ou na sede do CMDCA, localizado na Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Coronel Oliveira, 274 - Centro, São Francisco do Sul-SC (em frente ao Fórum), respeitado o horário de atendimento da Prefeitura das 8h às 14h.

4.3.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos dados solicitados no Formulário de Inscrição e a entrega, juntamente com o Currículo Documentado, no endereço supra.

4.3.3. Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, esta será cancelada.

4.4. O Currículo Documentado será anexado à ficha de inscrição e é composto pelos seguintes documentos:

- a) Fotocópia da Cédula de Identidade e Título de Eleitor;
- b) Fotocópia do comprovante de residência no Município de São Francisco do Sul ou do Contrato de Locação. Nos casos em que o comprovante de residência seja apresentado em nome de pessoa diversa, apresentar também declaração assinada pela pessoa cujo nome figura no documento, com firma reconhecida, confirmando o local de residência;
- c) Certificado de quitação eleitoral ;
- d) Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual ;
- e) Certidão negativa da Justiça Eleitoral ;
- f) Certidão negativa da Justiça Federal ;
- g) Certidão da Justiça Militar da União
- h) Declaração expressa atestando que o candidato não foi condenado em processo administrativo disciplinar;
- i) Fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa da Incorporação, para candidatos do sexo masculino;
- j) Diploma ou Certificado de Conclusão do ensino médio;
- k) Publicação do ato de desligamento de Conselheiro do CMDCA no Quadro de Publicações Oficiais do Município de São Francisco do Sul, para aqueles candidatos que o integraram recentemente;
- l) Fotocópia(s) do(s) comprovante(s) de experiência profissional ou voluntária de no mínimo 2 (dois) anos de trabalho com crianças ou adolescentes nas áreas de: estudos e pesquisas; atendimento direto de coletivos de crianças e adolescentes em instituição governamental ou não governamental; e defesa e garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

4.4.1. A comprovação da experiência profissional será realizada por intermédio de cópia de certidão ou declaração expedida pela entidade a qual executou o trabalho devidamente autenticada, informando as atividades executadas, devendo constar a data de início e fim do serviço, sendo clara a identificação do cargo e da pessoa responsável pela assinatura;

4.4.2. Será aceito somatório de declaração de entidades diferentes para fins de comprovação do tempo de experiência.

4.4.3. Para a contagem do tempo de experiência, será computado o tempo referente a uma única atividade em cada período.

4.5. Terminado o prazo para as inscrições, será publicada, no prazo de 01 (um) dia, a Lista Preliminar dos Inscritos.

4.5.1. 01 (um) dia após a publicação da listagem preliminar, será iniciado o prazo de 10 (dez) dias para impugnação, junto à Comissão, fundada na ausência de documentos ou descumprimento dos requisitos para a função;

4.5.2. A impugnação às inscrições provisórias poderá ser proposta por qualquer cidadão, pelo Ministério Público e pelo próprio CMDCA;

4.5.3. Oferecida impugnação, a Comissão nomeada pelo CMDCA decidirá, de forma escrita e fundamentada, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, dando imediata ciência da decisão ao candidato impugnado;

4.5.4. Sendo deferida a impugnação, o candidato impugnado poderá, no prazo de 02 (dois) dias, impetrar recurso à Plenária do CMDCA, que se reunirá extraordinariamente, no prazo de 1 (um) dia para decidir exclusivamente sobre o tema, não cabendo recurso administrativo dessa decisão.

4.5.5. A decisão será informada ao candidato.

4.6. Não havendo impugnações, a lista das Inscrições Homologadas será publicada após o término dos prazos de impugnação e recursos;

- 4.6.1. Em caso de impugnação, a lista das Inscrições Homologadas será publicada após a Reunião Extraordinária do CMDCA, que decidirá os eventuais recursos.
- 4.7. Os(As) candidatos(as) que tiverem suas inscrições homologadas serão convocados(as) para a realização da segunda fase do certame, mediante edital que também definirá o horário e local do Curso de Capacitação.
- 4.8. O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

5. DO CURSO DE CAPACITAÇÃO

- 5.1. Os(As) candidatos(as) que tiverem suas inscrições deferidas e homologadas serão convocados(as) na data de 03/06/2019, para a realização de Curso de Capacitação. A divulgação da convocação está disponível no sítio da Prefeitura (<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br>)
- 5.2. O não comparecimento ao Curso de Capacitação implicará na eliminação do(a) Candidato(a) para a próxima etapa.
- 5.2.1. A frequência no Curso de Capacitação será de 100%, salvo justificativa a ser apreciada pela Comissão Eleitoral.
- 5.2.2. O Curso de Capacitação, com carga horária de 08 (oito) horas, será ministrado no dia 23/06/2019.
- 5.3. O curso de capacitação versará, acerca das rotinas típicas dos Conselheiros Tutelares, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1993) e legislação correlata.
- 5.3.1. O Curso de Capacitação será desenvolvido mediante vencimento de conteúdos teóricos, prática das atividades do Conselho Tutelar, dinâmicas de grupo e estudos de caso.
- 5.3.2. O(A) candidato(a) que não compareceu ao curso de capacitação terá o direito de justificar sua ausência no período de 24 a 26 de junho de 2019.

6. DO PROCESSO DE ESCOLHA

61. Os candidatos habilitados na segunda fase participarão da eleição para escolha dos Conselheiros Tutelares titulares e Suplentes, sendo divulgada a Lista de Candidatos em 11/07/2019, no sítio da Prefeitura (<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br>)

- 6.1.1. Serão eleitos Conselheiros Tutelares Titulares os(as) 05 (cinco) candidatos(as) com maior número de votos, sendo os demais eleitos considerados Suplentes, segundo a mesma ordem de votação.
- 6.1.2. Na hipótese de igualdade do número de votos terá preferência, na ordem de classificação, o candidato que tiver maior tempo de experiência profissional e voluntária, nos termos do art. 59, § único, inciso I da Lei Municipal nº 2172/2019, entregues na data da sua inscrição.
- 6.1.3. Permanecendo o empate, o critério utilizado será o(a) candidato(a) que tiver maior idade.
- 6.2. A Eleição será aberta aos eleitores do Município de São Francisco do Sul, inscritos na Junta Eleitoral do Município, que esteja constando na última lista de eleitores recebidas do TRE/SC, e que poderão votar em somente 01(um(a)) candidato(a);
- 6.2.1. Cada eleitor obrigatoriamente se apresentará à Mesa Receptora portando título eleitoral (aplicativo ou outro documento constando o número de inscrição eleitoral) e carteira de identidade ou outro documento equivalente a este, com foto.
- 6.2.2. Serão considerados documentos de identidade as carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);
- 6.2.3. Será considerado voto em branco a cédula que não contiver nenhum candidato assinalado, e nulo, o voto que contiver qualquer tipo de rasura ou escrita além do "X" no quadrado correspondente que assinala a identificação do(a) candidato(a);
- 6.3. A Eleição acontecerá no dia 06/10/2019, no horário das 08:00 h às 14:00 h, em local(ais) que será(ão) publicado(s) juntamente com a lista de candidatos(as) habilitados(as) a concorrer ao processo de escolha no site oficial da prefeitura Municipal;
- 6.3.1. A votação será no modo tradicional, em cédula eleitoral e urnas de lona ou tecido;
- 6.3.2. O Processo de Escolha será fiscalizado pelo Ministério Público;
- 6.3.3. As salas de captação de votos serão organizadas por ordem alfabética, contendo a listagem de eleitores do município fornecida pelo Cartório Eleitoral da comarca municipal.
- 6.4. A Campanha e a Propaganda eleitoral se darão entre os dias 19/07/2019 até o dia 04/10/2019.
- 6.4.1. A Comissão Eleitoral zelarà pela Campanha e Propaganda Eleitoral, recebendo e encaminhando para os órgãos responsáveis (MP e órgãos de segurança pública) as situações que possam constranger, fraudar ou corromper o processo de escolha.
- 6.4.2. Disponibilizar-se-á no horário municipal, na rádio local, em igualdade de tempo, espaço para os candidatos divulgarem suas propostas.
- 6.4.3. Os candidatos terão liberdade para produzirem material de campanha e divulgarem suas candidaturas através dos meios de comunicação acessíveis.
- 6.5. Compete ao CMDCA, no âmbito do Processo de Escolha:
- I- Articular e mobilizar a Sociedade e o Poder Público para a eleição;
- II- Instituir a Comissão Eleitoral;
- III - Orçar, requisitar e providenciar junto ao Poder Executivo Municipal, os recursos necessários ao desempenho do processo, buscando complemento em parcerias;
- IV - Acolher e decidir os recursos vindos da Comissão Eleitoral;
- V - Receber e julgar os recursos aos resultados da eleição;
- VI - Planejar e conduzir, com o atual Conselho Tutelar, a etapa de Estágio e Transição Administrativa e Operacional dos (as) Eleitos(as);
- VII - Proclamar os (as) Eleitos(as), cuidar de suas nomeações e dar-lhes posse;
- VIII - Assegurar que o processo de escolha e posse tenha a mais ampla publicidade e transparência, dando publicidade às suas decisões através de Resolução ou Edital.
- 6.5.1. São instâncias responsáveis pelo Processo de Escolha, além do CMDCA:
- I - COMISSÃO ELEITORAL;
- II - MESAS RECEPTORAS;
- III - JUNTA APURADORA.
- 6.5.2. Ficam impedidos (as) de atuar em qualquer das instâncias do Processo de Escolha, parentes consanguíneos até terceiro grau ou por

afinidade com Candidatos(as).

6.6. O Processo de Escolha será conduzido diretamente pela Comissão Eleitoral, competindo-lhe, também:

I - Cumprir e fazer cumprir o Edital, o ECA, as Resoluções do CONANDA n. 088/2003, 112/2006, 139/2010; a Lei Municipal n. 2172/2019 e suas alterações;

II - Proceder a inscrição e o registro das candidaturas dos aprovados na segunda fase do Processo de Escolha;

III - Organizar e conduzir diretamente o Processo de Escolha;

IV - Designar os membros das Mesas Receptoras e da Junta Apuradora dos Votos;

V - Receber e julgar reclamações e pedidos de impugnações às candidaturas, e recursos contra ato ou decisão da Junta Apuradora de Votos, dando conhecimento ao CMDCA.

6.6.1. A Presidência e Vice-Presidência da Comissão caberá a Conselheiros/as Municipais.

6.6.2. A 1ª e 2ª Secretária será definida pelos membros da Comissão.

6.6.3. Ficam impedidos de compor a Comissão, membros com parentesco consanguíneo até terceiro grau ou por afinidade, entre si ou em relação a Candidatos(as).

6.6.4. Decisão da Comissão dar-se-á por maioria simples, com quórum de metade (50%- cinquenta por cento) mais um, sendo que à Presidência só votará no caso de desempate.

6.6.5. Da decisão da Comissão caberá recurso ao CMDCA.

6.7. As Mesas Receptoras serão formadas de três membros, sendo Presidente e dois (02) Mesários, designados pela Comissão de escolha.

6.7.1. Na falta do Presidente, assumirá o Primeiro Mesário e assim sucessivamente, reconstituindo-se a Mesa com eleitores/as que se disponham a colaborar.

6.7.2. Não poderão compor Mesas Receptoras parentes consanguíneos até terceiro grau ou por afinidade entre si ou com Candidatos (as).

6.7.3. As Mesas Receptoras terão poder para resolver sobre procedimentos ou questões da votação, propiciando condições ao eleitor para exercer seu direito de votar, observadas as normas deste Regulamento e nos casos omissos à Comissão Eleitoral.

6.8. A Apuração dos votos será conduzida por Junta Apuradora, logo após o encerramento da Votação, composta por cinco membros, dirigida por Presidente e Secretário(a), indicados pela Comissão de Escolha, que não tenham relação de parentesco consanguíneo até terceiro grau ou por afinidade entre si, ou com Candidatos(as).

6.8.1. A Junta criará as turmas de apuração necessárias, observadas as normas do caput.

6.8.2. A Junta decidirá reclamações à votação e apuração, cabendo recurso à Comissão Eleitoral.

6.8.3. Serão estabelecidas mesas de apuração, cada mesa de apuração será composta por um(a) presidente(a), um(a) secretário(a), e um(a) apurador(a), que utilizarão um mapa como instrumento de apuração, que identificará através de número e mesa de apuração a cédula, indicando no mapa o número de votos contabilizados em cada cédula.

6.8.4. Os(As) Candidatos(as) poderão designar até três fiscais para atuarem no local de apuração, o fiscal deverá se reportar exclusivamente aos presidentes das mesas apuradoras;

6.9. O Presidente da Comissão Eleitoral apresentará os resultados da Eleição após a apuração.

6.9.1. A Divulgação Oficial do resultado da Eleição ocorrerá no dia 07/10/2019;

6.9.2 A partir da Divulgação Oficial, abre-se prazo para recursos dirigidos a Comissão Eleitoral de 05 (cinco) dias, tendo o CMDCA até às 14h00min do dia 24/10/2019 para manifestação final, quando publicará no sítio da Prefeitura, e na sede do CMDCA a relação dos Conselheiros Tutelares eleitos como titulares e suplentes.

6.9.3. Oficializado o resultado após os recursos, o CMDCA encaminhará o resultado para publicação no sítio da Prefeitura (<http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br>).

7. DAS CONDIÇÕES PARA NOMEAÇÃO E POSSE

7.1. Previamente à nomeação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos eleitos, os mesmos documentos necessários à posse de cargo público municipal de provimento efetivo.

7.1.1. O não cumprimento dos requisitos impede a posse do candidato;

7.2. Os (As) Conselheiros (as) Tutelares Eleitos (as), titulares e suplentes, serão nomeados em ato administrativo pelo Prefeito Municipal.

7.3. A posse dos Conselheiros (as) Tutelares se dará no dia 10 de janeiro de 2020, pelo Presidente do CMDCA, conforme art. 62 da Lei Municipal nº 2172/2019;

7.4. Dada à posse, os (as) Conselheiros (as) Tutelares titulares iniciam o seu mandato, que persistirá até 09 de janeiro de 2024.

7.4.1. Caso seja necessário, durante este período, poderão ser convocados os Conselheiros Tutelares suplentes.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A inscrição do(a) candidato(a) importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo de Escolha, tais como se acham estabelecidas neste Edital;

8.2. O(a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo de Escolha que não a atender, no prazo estipulado pelo EDITAL e CMDCA, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) do certame;

8.3. O(A) candidato(a) aprovado deverá manter junto ao CMDCA, durante o prazo de validade deste Processo de Escolha, seu endereço e telefone atualizados, visando à convocação para posse.

8.3.1. A atualização de endereço deverá ser enviada para o CMDCA, onde deverá constar os seguintes dados: nome completo do(a) candidato(a), número de inscrição, cópia de comprovante de residência, além de novo telefone (fixo ou móvel) para contato;

8.3.2. Não caberá qualquer reclamação por quaisquer fatos decorrentes da falta de atualização cadastral;

8.4. A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o(a) candidato(a) do Processo de Escolha, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição;

8.4.1. Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, poderá ser anulada em qualquer uma das fases a inscrição do(a) candidato(a), se verificada falsidade de declaração ou irregularidade nos documentos apresentados;

8.4.2. No caso de já estar empossado, será dispensado, sem prejuízo das demais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis ao caso;

8.5. Este Processo de Escolha terá validade de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024;

13.6. Não será fornecido ao(a) candidato(a) qualquer documento comprobatório de classificação no Processo de Escolha, valendo para esse fim, a portaria de homologação do Processo de escolha;

8.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado;

8.8. Aos servidores que participarem do Processo de Escolha na condição de colaboradores com as Instâncias responsáveis por este, no dia

da votação, será concedido 2 (dois) dias de folga;

8.9. Os casos não previstos, no que tange a realização deste Processo de Escolha serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão Eleitoral e o CMDCA.

8.9.1. Nas decisões serão observados o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções do CONANDA, a Legislação Municipal pertinente, a analogia, os costumes e os princípios gerais e a melhor forma do Direito e das eleições.

8.9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul, para dirimir as questões decorrentes do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outra, por mais privilegiado que seja.

São Francisco do Sul, 08 de abril de 2019

Raulino Nickel

Presidente em Exercício do Conselho Municipal
de Direitos da Criança e do Adolescente

CRONOGRAMA:	
08/04/2019	Publicação do Edital do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares
16/04/2019 até 16/05/2019	Período das Inscrições
17/05/2019	Publicações das inscrições provisórias
20/05 a 31/05/2019	Período de impugnações das Inscrições provisórias
03/06 a 07/06/2019	Período de análise e resposta das Impugnações
10/06 a 11/06/2019	Período de recurso ao CMDCA das decisões acerca das impugnações das inscrições provisórias
12/06/2019	Reunião extraordinária para decisão acerca dos recursos das decisões das impugnações
13/06/2019	Divulgação das decisões dos pedidos de recurso, das inscrições homologadas e do local de realização do curso de capacitação
17/06/2019	Chamamento para o curso de capacitação
23/06/2019	Curso de capacitação
24 a 26/06/2019	Justificativa da não participação do curso de capacitação
27/06/2019	Período de análise e resposta das justificativas
28/06/2019 a 02/07/2019	Período de recurso ao CMDCA das decisões acerca das justificativas
03/07/2019	Reunião extraordinária para decisão acerca dos recursos das decisões das justificativas
04/07/2019	Divulgação das decisões dos pedidos de justificativa
11/07/2019	Divulgação dos candidatos aptos ao processo de escolha
18/07/2019	Reunião para escolha dos números e orientações sobre o processo de escolha
19/07/2019 a 04/10/2019	Período destinado à campanha eleitoral
06/10/2019	Votação
06/10/2019	Apuração dos Votos e apresentação dos resultados da votação
07/10/2019	Divulgação oficial dos resultados da votação
08/10/2019 a 14/10/2019	Período de impugnação do resultado da votação
18/10/2019	Resultado de análise da impugnação (caso houver)
21/10/2019	Data do recurso ao CMDCA acerca do resultado da impugnação
23/10/2019	Data para resposta ao recurso final
24/10/2019	Publicação dos conselheiros tutelares eleitos como titulares e suplentes para o mandato 2020/2024
10/01/2020	Posse dos conselheiros tutelares

São João Batista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 036/PMSJB/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/PMSJB/2019

Publicação Nº 1980318

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 036/PMSJB/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/PMSJB/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), inscrito no CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Luiz Henrique Lauritzen, Secretário de Desenvolvimento Econômico, comunica que dispensou o processo licitatório conforme: Processo Licitatório 036/PMSJB/2019 - Dispensa 002/PMSJB/2019; OBJETO: PARCERIA ENTRE O SENAI/SC E PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA PARA O PROJETO JOVEM TALENTO, TENDO COMO OBJETIVO GERAL DESENVOLVER COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E O ESPÍRITO EMPREENDEDOR NOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; CONTRATADO: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/SC, CNPJ nº 03.774.688/0030-90. VALOR GLOBAL: R\$ 64.667,20 (sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos). DESPESA: Correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019: (107) 3.3.90.39.99.00.00.00.00.00; BASE LEGAL: Artigo 24, XIII, da Lei Federal 8.666/93.

São João Batista, 10 de abril de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Desenvolvimento Econômico

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/PMSJB/2019

Publicação Nº 1980464

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 1/7

Processo Nº.: 17/2019**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2019**

No dia 10 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2019, Processo Licitatório nº. 17/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOM MÓVEL E SOM FIXO DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
16093	AGOSTINHO ROQUE DE CASTRO - ME	1, 2
11990	CARLA DA SILVA GONÇALVES 00880500921	
11041	HYATAN HYURY FAGUNDES ME	
16599	SC SOM E EVENTOS EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGOSTINHO ROQUE DE CASTRO - ME	83.716.373/0001-90	AGOSTINHO ROQUE DE CASTRO	341.850.119-20
CARLA DA SILVA GONÇALVES 00880500921	27.177.193/0001-07	CESAR DOS SANTOS	712.813.719-04
HYATAN HYURY FAGUNDES ME	06.220.294/0001-43	HYATAN HYURY FAGUNDES	056.323.049-57
SC SOM E EVENTOS EIRELI	11.795.102/0001-67	VALMIR SCHUART	601.898.359-15

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOM MÓVEL E SOM FIXO DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 16093 - AGOSTINHO ROQUE DE CASTRO - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE SOM EM VEÍCULO MÓVEL DESTINADOS AOS EVENTOS	HR	AGOSTINHO	1.500,000	10,0000	15.000,00
2	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DE SOM FIXO PARA EVENTOS DE PEQUENO/MÉDIO PORTE, CONFORME ESPECIFICADO ABAIXO: 01 MESA DE SOM (MIX) COM 04 ENTRADAS PARA MICROFONE E APARELHO DE SOM; 04 MICROFONES SEM FIO; 01 EQUILIZADOR; 01 APARELHO DE SOM; 01 AMPLIFICADOR; 04 CAIXA SISTEMA PEDESTAL TRIPÉ; RESPOSTA DE FREQUÊNCIA (+/- 3DB) 30HZ ~20KHZ; POTÊNCIA 450W AES; SPL 1W 1M 97DB; MÁXIMO SPL 122 DB; IMPEDÂNCIA NOMINA 40HMS; CONEXÃO SPEAKON® 4 POLOS E 01 CABEAMENTO DE SINAL E ENERGIA. NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DE TODO MATERIAL UTILIZADO NA ESTRUTURA.	HR	AGOSTINHO	100,000	70,0000	7.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 2/7
Processo Nº.: 17/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/7
Processo Nº.: 17/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/7
Processo Nº.: 17/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/7
Processo Nº.: 17/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 6/7
Processo Nº.: 17/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 10 de Abril de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

AGOSTINHO ROQUE DE CASTRO - ME	CNPJ: 83.716.373/0001-90	_____
CARLA DA SILVA GONÇALVES 00880500921	CNPJ: 27.177.193/0001-07	_____
HYATAN HYURY FAGUNDES ME	CNPJ: 06.220.294/0001-43	_____
SC SOM E EVENTOS EIRELI	CNPJ: 11.795.102/0001-67	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 7/7
Processo Nº.: 17/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

PROCESSO SELETIVO 01/2019 - ATO 007 - RELAÇÃO FINAL DE CANDIDATOS INSCRITOS

Publicação Nº 1981099



Estado de Santa Catarina
Município de São João Batista
Processo Seletivo n.º 01/2019

**ATO 007: Relação Final de Candidatos Inscritos**

O Secretário Municipal de Administração e Finanças de São João Batista, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a relação final de candidatos inscritos, inexistindo recursos interpostos contra o indeferimento da inscrição, de acordo com o estabelecido no Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, conforme lista de candidatos por cargo, constante no ANEXO I desta publicação.

Ficam convocados, desde já, todos os candidatos acima relacionados, a prestarem a prova objetiva, na data, horário e local estabelecidos na publicação inerente à convocação da Prova Objetiva, nas datas, horários e locais estabelecidos, bem como em suas publicações posteriores.

São João Batista/SC, 10 de abril de 2019.

LUIZ HENRIQUE LAURITZEN
Secretário Municipal de Administração e Finanças



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/SC

PROCESSO SELETIVO - 01/2019

ORGANIZAÇÃO: NBS PROVAS



Anexo I - Relação Final de Candidatos Inscritos

01 - MÉDICO VETERINÁRIO - SAO JOAO BATISTA

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	DEFERIMENTO
0000036	ALICE HELLER SILVA	08537985910	Deferido
0000028	ANA PATRICIA CANETE SANTOS	00584093357	Deferido
0000044	CARLA CRISTINA DOS SANTOS RENNEBERG	06237011978	Deferido
0000014	CÍNTIA SERVIGNINI BRAGHIN	04970226130	Deferido
0000032	DÉBORA DE FARIAS LUIZ	08732815948	Deferido
0000006	DENISE WOICIECHOSKI	00823981940	Deferido
0000034	DIANA HELENA VARELA	09693307909	Deferido
0000021	ELAINE DOS SANTOS HEBERLE	00678298998	Deferido
0000007	EVELYN RODRIGUES CASEIRA	03330949058	Deferido
0000027	FABIANE ALEXANDRA RAMOS BOTTINI	95013024900	Deferido
0000025	JESSICA PINHEIRO FELICIANO DO NASCIMENTO	09627746932	Deferido
0000037	JULIANA MARIA VIANA DO NASCIMENTO	10412183706	Deferido
0000017	JULYE CAMILA VENZON	09903769903	Deferido
0000008	LOIRANA LEHMKUHL DA ROSA	08015510996	Deferido
0000039	LUCAS GONÇALVES INNOCENTE	08836065937	Deferido
0000031	LYDIA AMORIM FIGUEIRED	05041756961	Deferido
0000019	MARCOS JESUS DE SANTANNA	33599482896	Deferido
0000009	NELTON MARQUES MACIEL	88611906004	Deferido
0000040	RODRIGO CAPITANIO GOLDONI	06236533970	Deferido
0000041	TATIANE BENDER FAGUNDES VARELA	96079525020	Deferido

**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/SC**

PROCESSO SELETIVO - 01/2019

ORGANIZAÇÃO: NBS PROVAS

**Anexo I - Relação Final de Candidatos Inscritos****02 - CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO I (BOBCAT) - SAO JOAO BATISTA**

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	DEFERIMENTO
0000024	EZEQUIEL DOS SANTOS VIEIRA	37961042822	Deferido
0000013	JOÃO LEMES CARDOSO JUNIOR	04684359999	Deferido
0000033	LEONARDO JOSE DOS SANTOS	07221625964	Deferido
0000002	MAICON RAFAEL MOREIRA DA SILVA	01167523008	Deferido
0000029	ROGEL RODRIGUES FARA	00371095026	Deferido
0000035	VAGNER GABRIEL	07905669904	Deferido
0000010	VALDECIR JOSE TRAINOTTI	37524720904	Deferido

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 05/2019 FMS

Publicação N° 1980413

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 005/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Dental Med Equip. Mat. Odontológicos e hospitalares

ORIGEM: Pregão Presencial 001/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para a secretaria municipal de saúde do município de São João Do Oeste".

VALOR: R\$ 1.244,46

PRAZO:08.04.2019 até 05.04.2020

São João do Oeste –10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 005/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Dental Oeste Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 001/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para a secretaria municipal de saúde do município de São João Do Oeste".

VALOR: R\$ 2.990,23

PRAZO:08.04.2019 até 05.04.2020

São João do Oeste –10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 005/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Odontosul Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 001/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para a secretaria municipal de saúde do município de São João Do Oeste".

VALOR: R\$ 5.317,29

PRAZO:08.04.2019 até 05.04.2020

São João do Oeste –10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 005/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Possato e Marcelo Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial 001/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para a secretaria municipal de saúde do município de São João Do Oeste".

VALOR: R\$ 3.085,67

PRAZO:08.04.2019 até 05.04.2020

São João do Oeste –10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 41/2019

Publicação N° 1980501

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 41/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Felício Afonso Heck MEI

ORIGEM: Pregão Presencial 26/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços diversos de tornearia e prensa para usos diversos na secretaria de Transportes e Obras do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 31.250,00

PRAZO:08.03.2019 até 05.04.2019

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 44/2019

Publicação Nº 1981080

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 44/2019

Partes: Município de São João do Oeste e AD Máquinas e Peças Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas e utensílios relacionados para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 11.174,65

PRAZO: 10.04.2019 até 09.04.2020

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 44/2019

Partes: Município de São João do Oeste e D&G Consultoria Comércio e Serviços Eireli

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas e utensílios relacionados para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 31.865,20

PRAZO: 10.04.2019 até 09.04.2020

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 44/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Lotérica e Comércio SL Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas e utensílios relacionados para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 12.504,20

PRAZO: 10.04.2019 até 09.04.2020

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 44/2019

Partes: Município de São João do Oeste e NCR Equipamentos Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 27/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas e utensílios relacionados para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 12.504,20

PRAZO: 10.04.2019 até 09.04.2020

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 46/2019

Publicação Nº 1980471

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 46/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Afonso Delavy MEI

ORIGEM: Pregão Presencial 029/2019

OBJETO: "Contratação de conjunto musical para animação dos encontros da terceira idade do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 4.125,00

PRAZO: 10.04.2019 até 09.04.2020

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 47/2019

Publicação Nº 1981103

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 47/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Astra- Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 30/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho, compreendendo elaboração de laudo técnico de condições ambientais de trabalho (LTCAT); programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO); programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA); nas unidades operacionais e administrativas da prefeitura municipal de São João do Oeste e, das atividades realizadas pelos servidores; realização de exames médicos ocupacionais e audiometria; realização de treinamentos referente normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e, demais serviços".

VALOR: R\$ 22.000,00

PRAZO: 11.04.2019 até 10.04.2020

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2018

Publicação Nº 1981052

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 45/2019

Partes: Município de São João do Oeste e AD Máquinas e Peças Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 28/2019

OBJETO: "Aquisição de diversos itens como parafusos, brocas, pregos, chaves e demais para serem utilizados pelas diversas secretarias e setores na manutenção das atividades diárias".

VALOR: R\$ 8.813,80

PRAZO: 10.04.2019 até 09.04.2020

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2019 E DO CONTRATO 06/2019 FME

Publicação Nº 1980971

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 07/2019 E DO CONTRATO 06/2019

Partes: Município de São João do Oeste e Comércio de Leite e Derivados Jantsch Ltda

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 02/2019

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de alimentação/PNAE para os meses de Abril e Maio de 2019".

VALOR: R\$ 1.349,00

PRAZO: 09.03.2019 até 31.05.2019

São João do Oeste – 10 de abril de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

LEI 1800/2019 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL PERMUTAR ÁREAS DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1980724

LEI Nº 1.800/2019, DE 10/04/2019.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL PERMUTAR ÁREAS DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar os seguintes imóveis:

I – Do lote rural nº 03, da matrícula 2.511, do Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga, a área de 2.433m², sem benfeitorias, da linha Fortuna, localizado junto a SC - 496, comunidade de Beato Roque, de propriedade do Município de São João do Oeste, avaliado em R\$ 14.989,00 (quatorze mil novecentos e oitenta e nove reais).

II – Do lote rural nº 03-B, da Matrícula, 16.514, do Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga, a área de 2.433m², sem benfeitorias, da linha Fortuna, localizado junto a SC - 496, comunidade de Beato Roque, de propriedade do Sr. Sérgio Schwertz, avaliado em R\$ 14.989,00 (quatorze mil novecentos e oitenta e nove reais).

Parágrafo único: As confrontações das áreas encontram-se especificadas nos mapas e memoriais descritivos em anexo a esta lei.

Art. 2º. A presente permuta tem por objetivo melhorar e ampliar o entorno do sistema de reservação de água bruta para uso junto a Estação de Tratamento de Água da comunidade de Beato Roque.

Art. 3º. Os valores das áreas mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º desta Lei foram avaliados pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis do município, nomeada através do Decreto nº 0060/2017, cujo valor foi homologado através do

Decreto 028/2019.

Art. 4º Por se tratar de ação de iniciativa do município justificada pelo relevante interesse público fica dispensado o recolhimento do ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) sobre a presente transação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste – SC, 10 de abril de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

PP 34.19 LAUDOS DE MEDICINA DO TRABALHO

Publicação Nº 1981317

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho, compreendendo elaboração de laudo técnico de condições ambientais de trabalho (LTCAT); programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO); programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA); nas unidades operacionais e administrativas da prefeitura municipal de São João do Oeste e, das atividades realizadas pelos servidores; realização de exames médicos ocupacionais e audiometria; realização de treinamentos referente normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e, demais serviços

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 24 de abril de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 10 de abril de 2019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA AUMENTO KM TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1981162

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA

Na edição DOM/SC - Edição Nº 2791 Página 1365 do dia 03/04/2019.

AUMENTO DE KM TRANSPORTE ESCOLAR

No texto abaixo do Objeto:

Onde lê-se:

(...)este departamento informa que devido a redução,

Acrescente-se:

(...)este departamento informa que devido a redução e aumento do número de alunos ...

Departamento de Compras

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 029/2018

Publicação Nº 1981120

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 029/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11507/2018
PROCESSO DE COMPRAS Nº 856/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO, CERCAMENTO, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EXTERNA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "SAN MARINO" - PROINFÂNCIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MUNDIAL SERVIÇOS EIRELI EPP;
- PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise a Comissão Permanente de Licitações DESCLASSIFICOU a proposta da empresa DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA, por descumprir o item 12, subitem 12.3 do edital.

Constatou ainda que as demais empresas atenderam plenamente as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, decidindo assim:

DESCLASSIFICAR A PROPOSTA DA EMPRESA

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA.

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- MUNDIAL SERVIÇOS EIRELI EPP;
- PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELI: R\$ 193.161,63 (cento e noventa e três mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e três centavos).

2ª Classificada: DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP: R\$ 203.644,46 (duzentos e três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

3ª Classificada: ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME: R\$ 230.308,89 (duzentos e trinta mil, trezentos e oito reais e oitenta e nove centavos).

4ª Classificada: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 236.895,79 (duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos).

5ª Classificada: MUNDIAL SERVIÇOS EIRELI EPP: R\$ 258.666,66 (duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual

recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 10 de abril de 2019.

Junior Palharini Garcia	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	

Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL	Membro da CPL		

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/FUNDESJ/2019 – TERMO DE RETIFICAÇÃO 001

Publicação N° 1981488

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

CONCURSO PÚBLICO – Edital 001/FUNDESJ/2019 – TERMO DE RETIFICAÇÃO 001

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR o item 6.3.b., passando o mesmo a ter a seguinte redação:
6.3.b. Maior titulação (para o emprego público de Professor de Ensino Superior);

Art. 2º - RETIFICAR para o emprego público de BIBLIOTECÁRIO do ANEXO VII – PROVAS E PROGRAMAS, o seguinte conteúdo para o cargo de BIBLIOTECÁRIO:

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

A Prova de Conhecimentos Gerais será comum uma a todas as áreas/disciplina do emprego público de Professor e terá 10 (dez questões) como segue:

LÍNGUA PORTUGUESA - 10 (DEZ) QUESTÕES

Emprego e colocação de pronomes; Compreensão e interpretação de textos: Ideias explícitas e implícitas; relações entre textos verbais e ilustrações; relação entre informações do texto e conhecimentos prévios; ambiguidades, ironias, opiniões e valores no texto; denotação e conotação; coesão e coerência textuais. Tópicos de gramática contextualizada: Correlação dos tempos verbais; nexos; paralelismo; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; pontuação; estrutura da frase e do período; ortografia e acentuação.

PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

A Prova de Conhecimentos Específicos será específica a cada uma das áreas/disciplina do emprego público de Bibliotecário terá 20 (vinte) questões como segue:

Documentação: conceitos básicos e finalidades da documentação, normalização de documentação. Caracterização dos documentos. Indexação. A profissão do bibliotecário - legislação. CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DEWEY (CDD) e/ou CLASSIFICAÇÃO UNIVERSAL (CDU). Catalogação (AACR), tipos e funções do catálogo. Catalogação descritiva. Problemas de entrada e remissivas. Problemas de cabeçalhos de pessoas e entidades coletivas. Organização e administração da biblioteca - OAB. Teorias da OAB. Estrutura organizacional. Planejamento de bibliotecas e sistemas de informação. Política de seleção e processo de aquisição em bibliotecas. Referência: fontes de informação. Estratégia de busca da informação. Estudo do usuário. Disseminação da informação. Automação: fundamentos e instrumentos de análise de sistemas. Planejamento da automação. Principais sistemas de informação automatizados nacionais e internacionais. O papel do bibliotecário, no contexto da Biblioteca Escolar. A Biblioteca como apoio técnico - pedagógico das atividades docentes e discentes. Princípios e Diretrizes do Bibliotecário Público. Funções e objetivos da Biblioteca Escolar. Integração: Biblioteca/ Escola. Portaria n 490, de 19/09/88 - Diário Of. da União de 20/09/88, seção 1, p.18.046.

Art. 3º - DETERMINAR que se procedam as referidas alterações no Edital 001/FUNDESJ/2019.

Art. 4º - Os demais termos do Edital 001/FUNDESJ/2019, permanecem inalterados.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José (SC), 02 de abril de 2019.

Professora Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DA 5ª CHAMADA PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ- SC PARA GESTÃO 2018-2020.

Publicação N° 1981475

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DA 5ª CHAMADA PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ- SC PARA GESTÃO 2018-2020.

ACOMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL nomeada pela Resolução 001/COMDIM/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM de São José, no uso das atribuições, divulga o resultado da fase de habilitação com base no disposto no EDITAL N° 01/2019/COMDIM/SJ

HABILITADA(S):

28 Subseção da OAB/SC

INABILITADA(S) por deficiência de documentação.

Associação dos Moradores do Jardim Amodelar - AMORJA

Transcorrido o prazo de recursos sem a formalização de algum deles, fica a entidade que atendeu os requisitos habilitada a participar do Conselho e dispensado o Fórum Eletivo por inexistir concorrência.

O resultado com nome da entidade e respectivas conselheiras deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e determinada a data da posse com prazo não superior a 30 dias.

São José, 08 de abril de 2019.

JUREMA RAMOS DOS SANTOS

Presidente da Comissão Eleitoral

PORTARIA N° 1.013/2019

Publicação N° 1981484

PORTARIA N° 01 de 10 de janeiro de 2019.

MATSON LUIS CÉ, Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições:

“Dispõe sobre as viabilidades concedidas no Loteamento Jardim Residencial Maria Honorata”

CONSIDERANDO que houve encaminhamento do Projeto de Lei 116/2018, Loteamento Jardim Residencial Maria Honorata para a Câmara Municipal de São José, o qual versa sobre a mudança de zoneamento;

RESOLVE:

Art.1º - Ficam revogadas todas as viabilidades concedidas como ARP 04/2,5/50, para o Loteamento Jardim Residencial Maria Honorata, nas áreas definidas com zoneamento em APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE), no período, compreendido desde 09 de janeiro de 2017 até 09 de janeiro de 2019, conforme mapa anexo.

Art. 2º - As viabilidades futuras do Loteamento Jardim Residencial Maria Honorata deverão atender o índice de ocupação e aproveitamento definidos no Plano Diretor Vigente.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São José, 10 de janeiro de 2019.

Matson Luis Cé

Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos

PORTARIA N° 01 DE 10 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação N° 1981481

PORTARIA N° 01 de 10 de janeiro de 2019.

MATSON LUIS CÉ, Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições:

“Dispõe sobre as viabilidades concedidas no Loteamento Jardim Residencial Maria Honorata”

CONSIDERANDO que houve encaminhamento do Projeto de Lei 116/2018, Loteamento Jardim Residencial Maria Honorata para a Câmara Municipal de São José, o qual versa sobre a mudança de zoneamento;

RESOLVE:

Art.1º - Ficam revogadas todas as viabilidades concedidas como ARP 04/2,5/50, para o Loteamento Jardim Residencial Maria Honorata, nas áreas definidas com zoneamento em APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE), no período, compreendido desde 09 de janeiro de 2017 até 09 de janeiro de 2019, conforme mapa anexo.

Art. 2º - As viabilidades futuras do Loteamento Jardim Residencial Maria Honorata deverão atender o índice de ocupação e aproveitamento definidos no Plano Diretor Vigente.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São José, 10 de janeiro de 2019.

Matson Luis Cé

Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos

PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2019

Publicação N° 1981116

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2019 – Processo n° 095/2019 – Proc. Adm. 1772/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DO IMPLEMENTO BOBCAT MOWER 72" (CORTADOR DE GRAMA) - EXCLUSIVO PARA USO EM MINICARREGADEIRA BOBCAT PERTENCENTE A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 11 de abril de 2019 às 18h00min até dia 25 de abril de 2019, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 25 de abril de 2019. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2019

Publicação N° 1980837

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2019 - Processo n° 014/2019 – Proc. Adm. 708/2019. Fornecedor: S. O. ZIOBER & CIA EQUIP. METALURGICOS LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS ATIVIDADES FÍSICAS AO AR LIVRE EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Valor Total: R\$ 93.144,00 – noventa e três mil, cento e quarenta e quatro reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 011/2019

Publicação N° 1981368

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 011/2019 – Processo n° 022/2019 – Proc. Adm. 910/2019. Fornecedor: INTELBRAS S/A. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE TELEFONIA TDM/IP COM FUNCIONALIDADES DE TELEFONIA, ANALÓGICA, DIGITALEIP, DEVIDAMENTE CONFIGURADO, IMPLANTADO E INSTALADO, INCLUINDO O FORNECIMENTO E CONFIGURAÇÃO DE TERMINAIS TELEFÔNICOS IP, ALÉM DA INSTALAÇÃO FÍSICA NOS LOCAIS, TODO CABEAMENTO QUANDO NECESSÁRIO, TODAS AS PEÇAS, PARTES OU COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA O DEVIDO FUNCIONAMENTO DE TODO SISTEMA DE TELEFONIA, ALÉM DO SUPRIMENTO DE ENERGIA AUXILIAR, SISTEMA DE BILHETAGEM E TARIFAÇÃO COM O HARDWARE E AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO, SISTEMA DE MONITORAÇÃO REMOTA, DE GERENCIAMENTO E, AINDA, TREINAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATADO, VISANDO O PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE TELEFONIA PARA A PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 524.896,92 – quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 093/2019

Publicação N° 1981295

PORTARIA N° 093/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, c/c o art. 74, II, 1 do Regimento Interno aprovado pela Resolução n° 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Lotar o servidor Cesar Sisterolli, matrícula 1193, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas na Diretoria Legislativa.

Câmara Municipal de São José, SC, 09 de abril de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 094/2019

Publicação Nº 1981297

PORTARIA Nº 094/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, c/c o art. 74, II, 1 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Lotar a servidora Maria das Graças de Souza, matrícula 1388, ocupante do cargo de Analista Legislativo na Diretoria Legislativa.

Câmara Municipal de São José, SC, 09 de abril de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 095/2019

Publicação Nº 1981298

PORTARIA Nº 095/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, c/c o art. 74, II, 1 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Lotar o servidor Robson da Silva Rangel, matrícula 1389, ocupante do cargo de Analista Legislativo na Coordenação de Controle Interno.

Câmara Municipal de São José, SC, 09 de abril de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 096/2019

Publicação Nº 1981299

PORTARIA Nº 096/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, c/c o art. 74, II, 1 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Lotar a servidora Ana Leticia Sousa de Oliveira, matrícula 1437, ocupante do cargo de Analista Contábil na Diretoria Financeira.

Câmara Municipal de São José, SC, 09 de abril de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N° 097/2019

Publicação N° 1981302

PORTARIA N° 097/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, c/c o art. 74, II, 1 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Lotar o servidor Filippe Gesser, matrícula 1390, ocupante do cargo de Analista de Tecnologia da Informação na Diretoria Administrativa – Tecnologia da Informação.

Câmara Municipal de São José, SC, 09 de abril de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA N° 098/2019

Publicação N° 1981305

PORTARIA N° 098/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar a servidora Célia Hinckel, matrícula 1274, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila, a partir de 08 de abril de 2019.

Câmara Municipal de São José, SC, 10 de abril de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO LEILÃO 56/2019

Publicação Nº 1980390

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE LEILÃO Nº 56/2019

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 56/2019, Edital de Leilão Nº 56/2019, Objeto: ALIENAÇÃO DE LOTES DE TERRENOS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO. Os proponentes interessados deverão retirar o edital no site da prefeitura (www.prefcedro.sc.gov.br). A abertura da etapa de lances será às 09:00 horas do dia 29/04/2019, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC. Maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.57/2019

Publicação Nº 1980801

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº57/2019

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº57/2019, Edital de Pregão Nº57/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 26/04/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 007/2019 - FÉRIAS (FUNCIONÁRIA ALINE ETGES)

Publicação Nº 1980895

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Portaria nº 07/2019.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXXIV do artigo 23 da Resolução 01/2010 (Regimento Interno);

CONSIDERANDO,

QUE a servidora Aline Ines Etges, fora nomeada através da Portaria 09/2015 de 01 de junho de 2015 para o cargo de Técnica em Contabilidade da Câmara de Vereadores de São José do Cedro;

QUE tomou posse no cargo e entrou em exercício na mesma data, completando em 31 de maio de 2016 o primeiro período aquisitivo de férias;

QUE de acordo com o disposto no artigo 101, inciso X da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 67 da Lei Municipal 2.020/1993 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) as férias anuais de 30 dias é direito do funcionário público;

REQUERIMENTO da funcionária de que deseja usufruir neste momento de 15 (quinze) dias de férias;

QUE é possível a concessão de férias fracionadas, e há interesse público que assim ocorra, face à natureza das funções desempenhadas pela funcionária;

RESOLVE:

CONCEDER a funcionária Aline Ines Etges, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Contabilidade da Câmara de Vereadores, matrícula nº 147, 15 (quinze) dias de gozo de férias remuneradas com adicional de um terço, de acordo com o artigo 7º, XVII da Constituição Federal, c/c Art. 101, X da Lei Orgânica Municipal e art. 66 da Lei Municipal 2.020/1993 no período compreendido entre 11 à 25 de março de 2019.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 07 de março de 2019.

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Marlene Salete Albert
Secretária

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, na data supra.

PORTARIA 008/2019 - FÉRIAS (FUNCIONÁRIO ALEXANDER UTZIG)

Publicação Nº 1980896

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Portaria nº 08/2019.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXXIV do artigo 23 da Resolução 01/2010 (Regimento Interno);

CONSIDERANDO,

QUE o servidor Alexander Cesar Utzig fora nomeado através da Portaria 012/2015 de 01 de junho de 2015 para o cargo de Tesoureiro da Câmara de Vereadores de São José do Cedro;

QUE tomou posse no cargo e entrou em exercício na mesma data, completando em 31 de maio de 2018 o terceiro período aquisitivo de férias;

QUE de acordo com o disposto no artigo 101, inciso X da Lei Orgânica Municipal c/c artigo 67 da Lei Municipal 2.020/1993 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais) as férias anuais de 30 dias é direito do funcionário público;

REQUERIMENTO do funcionário de que deseja usufruir neste momento de 15 (quinze) dias de férias;

QUE é possível a concessão de férias fracionadas, e há interesse público que assim ocorra, face à natureza das funções desempenhadas pelo funcionário;

RESOLVE:

CONCEDER ao funcionário Alexander Cesar Utzig, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro da Câmara de Vereadores, matrícula nº 148, 15 (quinze) dias de gozo de férias remuneradas com adicional de um terço, de acordo com o artigo 7º, XVII da Constituição Federal, c/c Art. 101, X da Lei Orgânica Municipal e art. 66 da Lei Municipal 2.020/1993 no período compreendido entre 08 à 22 de abril de 2019.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, em 03de abril de 2019.

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Marlene Salete Albert
Secretária

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, na data supra.

PORTARIA 009/2019 - DIÁRIAS (FUNCIONÁRIO PAULO LORENCINI)

Publicação Nº 1980898

PORTARIA Nº 09/2019.

ISOLDI WILL, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Conceder ao funcionário, Paulo Isidoro Lorencini 2,0 (duas) meia diárias no valor de R\$ 50,50 (cinquenta reais e cinquenta centavos) cada, perfazendo um total de R\$ 101,00 (cento e um reais), para fazer frente às despesas de alimentação, quando em viagem à São Miguel do Oeste/SC, nos dias 11 e 12 para participar do curso "Controle Interno Municipal – Procedimentos de Auditoria em Tributação e Departamento Pessoal" realizado na AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de SC, em São Miguel do Oeste - SC.

Câmara de Vereadores de São José do Cedro, 03 de abril de 2019.

ISOLDI WILL
Presidente

Marlene Salete Albert
Secretária

A presente portaria foi publicada no átrio da Secretaria da Câmara de Vereadores, local destinado às publicações oficiais, na data supra.

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA (Roteiro de Viagem)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO Solicitação de Diária		ROTEIRO DE VIAGEM Nº. 002/2019 Câmara de Vereadores de São José do Cedro	
Servidor: Paulo Isidoro Lorencine		Data: 10.04.2019	
Matricula: 176	Cargo/função: Controle Interno		
Objetivo Geral da Viagem: Curso "Controle Interno Municipal – Procedimentos de Auditoria em Tributação e Departamento Pessoal"			
Destino: São Miguel do Oeste – SC			
Meio de transporte: Carro próprio			
Data - Início da Viagem: 11.04.2019		Horário: 07:30 horas	
Data –Término da viagem: 12.04.2019		Horário: 12:00 horas	
Número de Diárias: 2 (duas) meia	Valor da diária: R\$ 50,50 cada		Valor a ser PAGO: R\$ 101,00
() Autorizo o pagamento posterior ao retorno da viagem e apresentação de prestação de contas desta diária.			
Paulo Isidoro Lorencini Controle Interno Matr. 176		_____ Isoldi Will Presidente Matr. 165	

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2019 - TP 004/2019

Publicação Nº 1981247

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/04/2019 às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2019. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 004/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS WEB, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 10 de Abril de 2019.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2019 - SRP - PR Nº 044/2019

Publicação Nº 1981249

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/04/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2019, PARA ATENDER OS CLUBES DE IDOSOS, SCFV, CLUBES DE MÃES E PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 10 de Abril de 2019.
DANIEL RODRIGO HIPPLER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 6.239, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980398

DECRETO Nº 6.239, DE 10 DE ABRIL DE 2019.
Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 04/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 04/2019, de 19 de março de 2019; e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 04/2019;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 04/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 04/2019, de 19 de março de 2019, tratando-se de Processo Seletivo de Títulos para admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2019, na Rede Municipal de Ensino e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e

mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público Municipal preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 6.239, de 10 de abril de 2019)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 04/2019

APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 04/2019

ESTAGIÁRIO ENSINO MÉDIO - 20 HORAS							
CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	ESCOLARIDADE
1º	55,00	10,00	45,00	14/08/2002	76	RAFAELA PIETA PERUZZO	CURSANDO 3º ANO
2º	52,00	7,00	45,00	23/08/2002	78	YASSER KRIGOR RODRIGUES	CURSANDO 3º ANO
3º	45,00	0,00	45,00	10/08/2001	23	TAÍS MARA MENEGON	CURSANDO 3º ANO
4º	45,00	0,00	45,00	17/11/2001	18	VANESSA PIANTA	CURSANDO 3º ANO
5º	45,00	0,00	45,00	22/01/2002	41	THAIS CAROLINI MACIEL	CURSANDO 3º ANO
6º	45,00	0,00	45,00	21/08/2002	101	FABRINE ALVES	CURSANDO 3º ANO
7º	35,15	5,15	30,00	20/12/2002	91	CRISTIANO BAUMBACH	CURSANDO 2º ANO
8º	31,80	1,80	30,00	09/09/2002	59	EMANOELY FÁTIMA CARDOSO	CURSANDO 2º ANO
9º	30,00	0,00	30,00	23/01/2001	13	ANA CAROLINA WEIZENMANN	CURSANDO 2º ANO
10º	30,00	0,00	30,00	21/12/2001	120	JULIA RAMPANELLI	CURSANDO 2º ANO
11º	30,00	0,00	30,00	19/02/2002	110	WAGNER BEGNINI	CURSANDO 2º ANO
12º	30,00	0,00	30,00	14/04/2002	58	MIRIANE LUZA	CURSANDO 2º ANO
13º	30,00	0,00	30,00	14/06/2002	88	ELISIANE RODRIGUES LAURINDO	CURSANDO 2º ANO
14º	30,00	0,00	30,00	14/10/2002	31	MAURÍCIO LUAN ROJAHN	CURSANDO 2º ANO
15º	30,00	0,00	30,00	13/11/2002	42	LURIAN PEDRO BERSCH CAETANO	CURSANDO 2º ANO
16º	30,00	0,00	30,00	17/01/2003	46	VANESSA IOLLY MORAES	CURSANDO 2º ANO
17º	30,00	0,00	30,00	28/04/2003	123	RONALDO SANTANA IORIS	CURSANDO 2º ANO
18º	30,00	0,00	30,00	14/11/2003	66	GEOVANA NUNES SILVA	CURSANDO 2º ANO
19º	22,00	7,00	15,00	23/11/2002	121	JOÃO ALEXANDRE BERNARDINO	CURSANDO 1º ANO
20º	15,00	0,00	15,00	21/01/2002	10	PAULO ANTONIO PIRES	CURSANDO 1º ANO
21º	15,00	0,00	15,00	08/02/2002	117	DESTHER FELIPE JUNGES	CURSANDO 2º ANO
22º	15,00	0,00	15,00	05/07/2002	92	LUCAS MATEUS DE OLIVEIRA	CURSANDO 1º ANO
23º	15,00	0,00	15,00	08/02/2003	57	ANA PAULA BOMBIERI	CURSANDO 1º ANO
24º	15,00	0,00	15,00	19/04/2003	64	GABRIELY HELOISA VELHO MONTEIRO	CURSANDO 1º ANO

25º	15,00	0,00	15,00	14/06/2003	29	KEITH LAURA FARIA	CURSANDO 1º ANO
-----	-------	------	-------	------------	----	-------------------	-----------------

ESTAGIÁRIO ENSINO MÉDIO - 30 HORAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	ESCOLARIDADE
1º	55,00	10,00	45,00	06/04/2002	37	WELINTON MATEUS DE OLIVEIRA	CURSANDO 3º ANO
2º	55,00	10,00	45,00	27/06/2002	40	GABRIELA MOLON	CURSANDO 3º ANO
3º	45,00	0,00	45,00	13/03/2001	4	ANDRESSA MENDES DA SILVA	CURSANDO 3º ANO
4º	45,00	0,00	45,00	16/05/2001	7	CAMILA MONTEIRO	CURSANDO 3º ANO
5º	45,00	0,00	45,00	10/08/2001	24	TAÍS MARA MENEGON	CURSANDO 3º ANO
6º	45,00	0,00	45,00	24/08/2001	115	MARIA ISABELA OLIVEIRA LEMES	CURSANDO 3º ANO
7º	45,00	0,00	45,00	09/10/2001	48	FLÁVIA ALESSANDRO DA ROSA	CURSANDO 3º ANO
8º	45,00	0,00	45,00	17/11/2001	17	VANESSA PIANTA	CURSANDO 3º ANO
9º	45,00	0,00	45,00	14/01/2002	90	MATHEUS AUGUSTO MENDES	CURSANDO 3º ANO
10º	45,00	0,00	45,00	22/01/2002	36	THAIS CAROLINI MACIEL	CURSANDO 3º ANO
11º	45,00	0,00	45,00	17/02/2002	109	JOÃO ANTONIO MARIN	CURSANDO 3º ANO
12º	45,00	0,00	45,00	10/09/2002	47	HELLEN PRISCILA DA ROSA	CURSANDO 3º ANO
13º	40,00	10,00	30,00	17/11/2002	103	SUYANNE ARIATI LOPES	CURSANDO 2º ANO
14º	34,80	4,80	30,00	09/04/2002	8	TAYNA APARECIDA TOSS BAMBERG	CURSANDO 2º ANO
15º	30,60	0,60	30,00	16/12/2001	50	ALINE DE CAMARGO	CURSANDO 2º ANO
16º	30,00	0,00	30,00	17/12/2000	38	CASSIANE DA SILVA	CURSANDO 2º ANO
17º	30,00	0,00	30,00	01/11/2001	80	LUIZ HENRIQUE LIMA DE MORAIS	CURSANDO 2º ANO
18º	30,00	0,00	30,00	19/02/2002	108	WAGNER BEGNINI	CURSANDO 2º ANO
19º	30,00	0,00	30,00	16/04/2002	43	FRANCIELI NUNCIO NUNES	CURSANDO 2º ANO
20º	30,00	0,00	30,00	07/05/2002	79	WILLIAM DE ALMEIDA BORSOI	CURSANDO 2º ANO
21º	30,00	0,00	30,00	11/10/2002	39	FERNANDA ALVES FERREIRA	CURSANDO 2º ANO
22º	30,00	0,00	30,00	14/10/2002	32	MAURÍCIO LUAN RO-JAHN	CURSANDO 2º ANO
23º	15,00	0,00	15,00	16/10/2000	61	JENIFER CORREIA DE OLIVEIRA	CURSANDO 1º ANO
24º	15,00	0,00	15,00	21/01/2002	9	PAULO ANTONIO PIRES	CURSANDO 1º ANO
25º	15,00	0,00	15,00	08/02/2002	118	DESTHER FELIPE JUNGES	CURSANDO 2º ANO
26º	15,00	0,00	15,00	19/10/2003	74	ALEXANDRE DE ALMEIDA	CURSANDO 1º ANO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 20 HORAS - LICENCIATURAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	170,00	10,00	160,00	27/10/1986	22	JOSIANE DALA CORTE	CURSANDO 8º PERÍODO PEDAGOGIA

2º	169,25	9,25	160,00	24/02/1995	97	JOZIELI PATRÍCIA FERMIANO	CURSADNO 8º PERÍODO PEDAGOGIA
3º	121,00	1,00	120,00	21/08/1992	3	TAÍS RODRIGUES FORTES BENDER	CURSANDO 6º PERÍODO PEDAGOGIA
4º	120,00	0,00	120,00	29/11/1986	26	KELI MARIA PRADO DE OLIVEIRA	CURSANDO 6º PERÍODO PEDAGOGIA
5º	104,50	4,50	100,00	10/11/1986	34	LIGIANE CHAVES DAMBROZ	CURSANDO 5º PERÍODO ARTES VISUAIS
6º	30,00	10,00	20,00	03/04/2001	53	FERNANDA TAVARES	CURSANDO 1º PERÍODO LETRAS
7º	20,00	0,00	20,00	20/05/1980	94	ALESSANDRA BARROS DE SIQUEIRA	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
8º	20,00	0,00	20,00	28/10/1991	5	SUELI EFFTING PERIN	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
9º	20,00	0,00	20,00	23/10/1995	68	ANA PAULA CAVANHOL	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
10º	20,00	0,00	20,00	27/03/2001	114	EMERLI LUANA RE-DIESS BIFF	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - LICENCIATURAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	110,00	10,00	100,00	23/06/1986	72	SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA	CURSANDO 5º PERÍODO LETRAS
2º	105,70	5,70	100,00	29/05/1996	86	ALEXANDRE TAVARES DE SOUZA	CURSANDO 5º PERÍODO PEDAGOGIA
3º	102,95	2,95	100,00	13/05/1999	87	KAUANA ZANATTA	CURSANDO 5º PERÍODO PEDAGOGIA
4º	80,40	0,40	80,00	14/11/1996	116	TAÍS DA SILVA	CURSANDO 4º PERÍODO LETRAS
5º	27,10	7,10	20,00	14/07/1997	11	JUSSARA FERLA	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
6º	24,00	4,00	20,00	21/02/1981	1	SANDRA DUARTE	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
7º	20,75	0,75	20,00	30/11/1997	19	JANAINA TAINARA RIBEIRO	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
8º	20,00	0,00	20,00	28/10/1991	2	SUELI EFFTING PERIN	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
9º	20,00	0,00	20,00	23/10/1995	69	ANA PAULA CAVANHOL	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
10º	20,00	0,00	20,00	18/01/1999	45	GABRIELI BASSO	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
11º	20,00	0,00	20,00	24/06/1999	20	MARINEUSA CRISTIANE DA ROSA	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - INFORMÁTICA OU SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	167,00	7,00	160,0	17/03/1997	99	LETÍCIA MARIA PIAS-SOLI	CURSANDO 8º PERÍODO INFORMATICA
2º	120,00	0,00	120,00	14/02/1993	98	RICARDO DE BITTEN-COURT	CURSANDO 6º P. TEC. INF. E COM.
3º	25,85	5,85	20,00	23/02/1996	56	JOÃO HENRIQUE PRIM	CURSANDO 1º P. ANÁLISE E DES. SIST.
4º	20,00	0,00	20,00	31/08/2001	107	LUCIANA SCHWADE ANSELM	CURSANDO 1º P. ANÁLISE E DES. SIST.

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - DIREITO

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONTO. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	210,00	10,00	200,00	08/04/1968	83	MARISA MARGARETE MELLO ROSSO	CURSANDO 10º PERÍODO - DIREITO
2º	186,80	6,80	180,00	08/09/1996	25	KERLYN DAIANA SEGALLA VENZ	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO
3º	186,75	6,75	180,00	12/09/1997	75	KAROLINE TOMAZI CATANI	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO
4º	180,80	0,80	180,00	31/10/1994	12	CARLOS HENRIQUE DE NOVAES	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO
5º	150,00	10,00	140,00	28/02/1997	111	DYANA DENDENA	CURSANDO 7º PERÍODO - DIREITO
6º	140,00	0,00	140,00	15/12/1995	49	DAISY TSCHÁ	CURSANDO 7º PERÍODO - DIREITO
7º	104,20	4,20	100,00	21/05/1999	112	LAYS CRISTINA ANDRADE DE ALMEIDA	CURSANDO 5º PERÍODO - DIREITO
8º	20,20	0,20	20,00	04/10/2001	71	ANA CLARA SPRICIGO	CURSANDO 1º PERÍODO - DIREITO
9º	20,00	0,00	20,00	22/07/2001	96	MARIA THERESA BAZZO	CURSANDO 1º PERÍODO - DIREITO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - ADMINISTRAÇÃO

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	142,95	2,95	140,00	07/10/1995	100	JOZIANE SANTOS	CURSANDO 7º P. ADMINISTRAÇÃO
2º	100,00	0,00	100,00	19/11/1994	51	RAFAEL DE CAMARGO	CURSANDO 5º P. ADMINISTRAÇÃO
3º	20,00	0,00	20,00	11/12/1999	15	GESSICA MOCHNACZ	CURSANDO 1º P. ADMINISTRAÇÃO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	200,00	0,00	200,00	21/10/1995	63	EDUARDO GROBE KRUMENAU	CURSANDO 10º P. ENGENHARIA CIVIL
2º	184,90	4,90	180,00	14/05/1997	93	LUAN DE LIMA ORLANDI	CURSANDO 9º P. ENGENHARIA CIVIL
3º	182,35	2,35	180,00	26/11/1995	102	LIANDRA TEREZINHA TRENTIN	CURSANDO 9º P. ENGENHARIA CIVIL

4º	144,35	4,35	140,00	27/11/1998	84	GABRIELA TROIANI DE COSTA	CURSANDO 7º P. ARQ. URBANISMO
5º	103,05	3,05	100,00	19/08/1999	27	ANGELINE RAQUEL DE OLIVEIRA CRISTANI	CURSANDO 5º P. ENGENHARIA CIVIL
6º	100,35	0,35	100,00	21/10/1996	77	SARA ALINE BERNARDO	CURSANDO 5º P. ENGENHARIA CIVIL
7º	60,00	0,00	60,00	25/05/1989	119	EVERTON RIZZARDI	CURSANDO 3º P. ARQ. URBANISMO
8º	60,00	0,00	60,00	03/06/2000	16	VITOR ELVIS CARRARO	CURSANDO 3º P. ARQ. URBANISMO
9º	30,00	10,00	20,00	12/08/2000	89	EVANDRO BERNARDI	CURSANDO 1º P. ENGENHARIA CIVIL

ESTAGIÁRIO PÓS-GRADUAÇÃO - 20 HORAS - LICENCIATURAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	PÓS GRADUAÇÃO
1º	412,50	0,00	412,50	28/01/1996	106	PATRICIA BINSFELD BRAMBILLA	EDUCAÇÃO C/ ÊNFASE E. FUNDAMENTAL
2º	370,00	10,00	360,00	07/05/1990	54	VIVIANE BATISTA DE ALMEIDA IJOTTON	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
3º	358,00	8,00	350,00	10/08/1990	81	FABIANA MASSOLA	EDUCAÇÃO INFANTIL
4º	257,50	10,00	247,50	14/08/1991	33	KAREN LUANA DOS SANTOS	MESTRADO EM EDUCAÇÃO
5º	193,75	0,00	193,75	24/12/1989	105	MARINÊZ BRISIDA	EDUCAÇÃO LUDICIDADE E PSICOPEDAGOGIA
6º	160,00	10,00	150,00	02/08/1979	44	ADRIANA MARIA FAGANELLO VIDI	EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA
7º	160,00	10,00	150,00	14/02/1980	85	MARIA SOLANGE PERON	FUND. ORG. CURRICULAR E TEC. EDUCACIONAIS
8º	160,00	10,00	150,00	08/02/1982	67	SIDIONI BAGIO ZITKOSKI	EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA
9º	110,00	10,00	100,00	03/12/1980	60	ELISANGELA DE BONA	EDUCAÇÃO INFANTIL
10º	87,50	0,00	87,50	20/10/1980	65	IZORLEI NORDIO	TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO
11º	66,25	10,00	56,25	07/06/1975	6	JOSEANE CORRÊA ALVES POERSCH	EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS
12º	66,25	10,00	56,25	10/01/1984	55	JOCELAINE ALVES	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
13º	66,25	10,00	56,25	17/08/1988	62	SILVANA FARIAS	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
14º	66,25	10,00	56,25	23/05/1997	122	TAYANE POTRATZ	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
15º	66,25	10,00	56,25	21/05/1990	95	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	NEUROPSICOPEDAGOGIA
16º	64,50	8,25	56,25	31/08/1995	21	DANILU FOSSATTI	NEUROPSICOPEDAGOGIA

17º	60,75	4,50	56,25	10/11/1986	35	LIGIANE CHAVES DAMBROZ	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
18º	60,00	10,00	50,00	25/02/1993	113	ADRIELI DE LIMA AMARO	ATENDIMENTO EDUC. ESPECIALIZADO
19º	59,45	9,45	50,00	31918,00	82	DAIANE FARIAS	PSICOPEDAGOGIA
20º	58,05	1,80	56,25	27/05/1982	104	SIRLEI CARVALHO DE ALMEIDA	EDUCAÇÃO ESPECIAL - TGD
21º	56,25	0,00	56,25	09/04/1957	28	ONIRA LOCATELLI BARBOSA	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
22º	55,00	10,00	45,00	09/01/1982	70	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
23º	55,00	10,00	45,00	25/10/1985	30	ROSANGELA BALBINOT	METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTES

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 6.240, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980522

DECRETO Nº 6.240, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com base nos incisos VII e XXXVI do art. 55, da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto na Lei Municipal nº 1.807, de 27 de maio de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, os membros a seguir relacionados, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, órgão deliberativo do Poder Executivo Municipal, vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano:

I - Quatro de representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) Vice-Prefeito Municipal: Daniel Rodrigo Hippler;
- b) Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico: Rubens Mocellin;
- c) Secretário Municipal do Desenvolvimento Urbano: Anilson Spricigo;
- d) Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural: Agostinho Assis Menegatti.

II - Sete representantes da Sociedade Civil:

- a) Representante da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó - Campus de São Lourenço do Oeste - SC:
 1. Danieli Lazzari Pastori - titular;
 2. Haroldo Wilson Farinon - suplente;

b) Representantes da Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste - ACISLO:

- b.1) Segmento Industrial:
 1. Joacir Angheben - titular;
 2. Nivaldo Júnior Lazon - suplente;
 3. Fábio Machado - suplente;

b.2) Setor de Prestação de Serviços:

1. Gilberto Wohlfarth Jr. - titular;
2. Márcio Nierotka - suplente;
3. Jandir Bortoluzzi - suplente.

c) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço do Oeste - SC:

1. Rodrigo Antonio Wittmann - titular;
2. Jair Visoli - suplente;
3. Carine Oliveira - suplente;

d) Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de São Lourenço do Oeste - SC:

1. Adilson Perazoli - titular;
2. Nelso Luiz Moresco - suplente;

e) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

1. Elizeu Pires;

f) Representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Noroeste AEANOR:

1. Aline Raquel Dreher - titular;

2. Joel Begnini - suplente;

g) Representante da Sociedade Rural do Noroeste de Santa Catarina:

1. Fabrício D'Agostini - titular;

2. Marcos Kolling - suplente;

IV - Um representante dos Bancos Oficiais:

a) Caixa Econômica Federal, agência de São Lourenço do Oeste/SC:

1. Vinício Moraes - titular;

2. Paulo Ricardo Barbosa da Silva - suplente;

V - Dois representantes da Sociedade Civil indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal:

a) Representantes da Sociedade Civil:

1. Milton Carlos Gonçalves;

2. Walmor José Pederssetti;

Art. 2º Os membros nomeados por este Decreto, exercerão as funções pelo período de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único. A vaga no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico que cabe aos Bancos Oficiais será preenchida em sistema de rodízio entre os representantes de cada um deles, cabendo aos mesmos o mandato pelo período de 08 (oito) meses, incumbindo aos representantes dos Bancos a definição da ordem em que será feito o rodízio.

Art. 3º Para fins de organização e direção dos trabalhos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico terá uma diretoria composta por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Primeiro Secretário;

IV - Segundo Secretário.

§ 1º A presidência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico será exercida pelo Vice-Prefeito Municipal, e os demais membros da Diretoria serão eleitos pelos Conselheiros.

§ 2º Os membros da diretoria serão eleitos para um mandato de 1 (um) ano, admitida uma reeleição para o período subsequente, com exceção do Vice-Prefeito Municipal, que exercerá permanentemente o cargo de Presidente.

§ 3º Na impossibilidade de o Vice-Prefeito Municipal exercer o cargo de Presidente, ou declinando o mesmo dessa função, será designado para tanto servidor público municipal ou agente político compatível com a área.

Art. 4º É vedado aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, enquanto estiverem no exercício de suas funções, beneficiarem-se direta ou indiretamente de incentivos concedidos pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. Excetua-se da vedação referida no caput a manutenção de incentivos já concedidos ao tempo da nomeação para a função de Conselheiro.

Art. 5º A função de Conselheiro é considerada serviço relevante ao Município, e seus ocupantes não receberão remuneração sob nenhum título, nem mesmo quando ocupem cargos da Diretoria.

Art. 6º Ficam revogados os Decretos nºs 5.613, de 16 de março de 2017, 5.618, de 21 de março de 2017, 5.641, de 06 de abril de 2017, 5.841, de 26 de janeiro de 2018, 5.929, de 04 de junho de 2018.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008, DE 10 DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 1981168

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008, DE 10 DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Laura Hosana Sanagiotto Silva, regularmente matriculada na Oficina de Violino.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Waldemar Oliveira da Silva, CPF: 064.100.488-58.

Objeto: Violino com registro no patrimônio do Município sob o nº 14900.

Data da assinatura: 10 de abril de 2019.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violino do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades

relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Waldemar Oliveira da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009, DE 10 DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 1981172

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 009, DE 10 DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Gilson Fernandes de Jesus, regularmente matriculado na Oficina de Violino, CPF: 072.070.309-32.

Objeto: Violino, com registro no patrimônio do Município sob o nº 14898.

Data da assinatura: 10 de Abril de 2019.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violino do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Gilson Fernandes de Jesus - Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 010, DE 10 DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 1981174

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 010, DE 10 DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Artur Sutilli Somensi, regularmente matriculado na Oficina de Violino.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Alexandra Sutilli Somensi, CPF: 014.455.529-81.

Objeto: Violino, com registro no patrimônio do Município sob o nº 14894.

Data da assinatura: 10 de abril de 2019.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violino do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Alexandra Sutilli Somensi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

LEI Nº 2.454, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980431

LEI Nº 2.454, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para entidades e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro, no exercício de 2019, para as seguintes entidades:

I - Clube de Mães Cristo Rei, inscrito no CNPJ sob o nº 10.566.158/0001-87: no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para fins de realização de investimentos na sede da entidade, mediante a construção de copa e cozinha;

II - Esporte Clube Recreativo Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 83.830.778/0001-55: no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para fins de fomento ao esporte, visando a representação do Município de São Lourenço do Oeste no Campeonato Estadual de Futebol Amador;

III - Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste (ACISLO), inscrita no CNPJ sob o nº 75.433.946/0001-40: no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), com a finalidade de realização de evento para reconhecimento das empresas que mais geraram valor adicionado de ICMS e mais recolheram ISS no ano base 2017-2018, bem como reconhecimento das empresas mais antigas do Município, empresas destaque em inovação, responsabilidade social e empreendedor do ano de 2018.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.455, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980436

LEI Nº 2.455, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 80.622.376/0001-77, para o exercício financeiro de 2019, no valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais). Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o caput tem a finalidade de subvencionar a manutenção geral, bem como a realização de melhorias no prédio da entidade, em especial, a substituição da cobertura e do foro e a instalação de toldo de acesso a sala de aula, para que a instituição permaneça desempenhando suas ações e prestando serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, voltados ao atendimento de alunos com deficiência intelectual múltipla, transtorno do espectro autista (TEA) e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

LEI Nº 2.456, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980446

LEI Nº 2.456, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a alteração da Lei nº 1.910 de 1º de dezembro de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O §1º do art. 1º da Lei Municipal nº 1.910 de 1º de dezembro 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º

§ 1º A outorga da permissão de serviço público de que trata este artigo terá como encargo a disponibilização de terreno e a construção do Terminal Rodoviário pelo permissionário, atendendo o programa de necessidades mínimas constante do Anexo Único e de acordo com a proposta apresentada no competente processo licitatório, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo haver prorrogação desse prazo, a critério da administração, mediante pedido e justificativa do interessado.

..... " (NR)

Art. 2º O inciso VII do art. 12 da Lei Municipal nº 1.910 de 1º de dezembro 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.12.

VII - Construir o Terminal Rodoviário, atendendo o programa de necessidades mínimas constante do Anexo Único e de acordo com a proposta apresentada no competente processo licitatório, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, ressalvada a possibilidade de prorrogação prevista no §1º do art. 1º;

..... " (NR)

Art. 3º O Anexo Único da Lei Municipal nº 1.910 de 1º de dezembro 2010 passa a vigorar com as alterações previstas no Anexo Único da presente Lei.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.910, de 1º de dezembro 2010, naquilo em que não modificadas pontualmente pela presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 2.456, de 10 de abril de 2019)

“ANEXO ÚNICO
(Lei 1.910, de 1º de dezembro de 2010)

PROGRAMA DE NECESSIDADES MÍNIMAS
TERMINAL INTERURBANO E URBANO SÃO LOURENÇO DO OESTE

I - OBJETIVO

II - LOCALIZAÇÃO

III. PROGRAMA DE NECESSIDADES

III.1.Terminal Interurbano

3.1.1.Administrativo

b) Cabine de comunicação, podendo ser abrangida pelas demais unidades da edificação ou nelas inserida;

3.1.2.Uso público

III.1.3. Comércio

a) Salas de comércio (prever no mínimo 1);

III.1.4.Serviços públicos

a) Guarda volumes / achados e perdidos, podendo ser abrangida pelas demais unidades da edificação ou nelas inserida;

III.1.5. Operações

b) Baías de ônibus (mínimo 5) - considerar possibilidade de ampliação;

d) Bilheterias (mínimo 3) - considerar possibilidade de ampliação.

III.1.6. Serviços (podendo alguns serem conjugados a outros, ou abrangidos nas demais unidades da edificação desde que haja compatibilidade):

III.2.Terminal Urbano

III.2.1.Áreas de apoio ao usuário

III.2.2.Áreas de apoio operacional

IV.CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 574, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980310

PORTARIA Nº 574, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal SELEZIA TEREZINHA SCHERER, ocupante do cargo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3321/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 08 a 22 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 08 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de Abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 575, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980312

PORTARIA Nº 575, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ELIANE TEREZINHA TAPPARO LINHARES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1695/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 06 de maio a 04 de junho de 2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 576, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980313

PORTARIA Nº 576, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal ROSINEI PEDROTTI FERRARI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO, matrícula nº 3061/02, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, de 05 a 15 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 05 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de Abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 579, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981209

PORTARIA Nº 579, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso IV, do art. 1º, da Portaria nº 1.036, de 04 de outubro de 2017, que institui a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, e dá outras providências, para que passe a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.1º

IV – Zonir Rampanelli Junior, ocupante do cargo de Diretor de Administração Urbana, matrícula nº 3443/01;

... ” (NR)

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 1.036, de 04 de outubro de 2017, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2019.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC em

____/____/____

Daniel Lorenzetti
Analista Adm. Hab. em Direito
Matrícula nº 1971/01

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA 0031- REVOGAR PAD

Publicação Nº 1981227

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0031/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a portaria 0030/2019 de 15 de janeiro de 2019, de Lucia Buttner Palu.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 15 de janeiro de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0046 DESIGNA FISCAL CONTRATO 043/2018 PROCESSO LICITATÓRIO 032/2018

Publicação Nº 1980257

PORTARIA Nº 0046/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO N. 043/2018, PROCESSO LICITATÓRIO N. 032/2018, EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR DESIGNADO PELA PORTARIA 0327/2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações, e,

Considerando o memorando interno n. 030/2019 do Departamento de Engenharia o qual solicita a substituição do servidor nomeado pela Portaria 0327 de 21 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Evandro Luiz Buza, portador da matrícula funcional n. 22056001, ocupante do cargo de Engenheiro, em substituição a servidora Nubia Raquel Lyneburger, para averiguar os serviços executados referente ao projeto de adequação às normas de acessibilidade referente a rebaixos de meios-fios e implantação de rampas nas ruas do perímetro urbano do Município, referente ao Contrato n. 043/2018, Tomada de Preço n. 05/2018, Processo Licitatório n. 032/2018.

Art. 2º Deverá o servidor ora designado verificar a execução das obras, acompanhado do responsável técnico representante da empresa contratada, e emitir relatório comparativo dos quantitativos licitados e contratados e efetivamente executados.

Art. 3º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0047 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATOS REFERENTE PROCESSO LICITATÓRIO 027/2019

Publicação Nº 1980271

PORTARIA Nº 0047/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Karine Lazarotto, portadora da matrícula funcional n. 22002801, ocupante do cargo de Nutricionista, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para a aquisição de Gêneros Alimentícios destinados aos alunos da educação Fundamental, educação Infantil e Creches (PNAE) das Unidades da Rede Municipal de Ensino e para os alunos que participam do Programa Atleta na Escola, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 027/2019, Pregão Presencial nº 019/2019, Contratos nº 049/2019, 051/2019, 053/2019, 054/2019, 055/2019, 056/2019, 057/2019, 058/2019, 059/2019, 060/2019, 067/2019 e 068/2019.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0048 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATOS 047 E 048/2019

Publicação Nº 1980301

PORTARIA Nº 0048/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Juliana Denise de Oliveira, portadora da matrícula funcional n. 21992802, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Compras, Patrimônio e Alimentação Escolar, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações

de fornecimento, para futura e eventual aquisição de recarga de gás GLP e aquisição de água mineral para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 007/2019, Pregão Presencial nº 005/2019, Contratos nº 047/2019 e 048/2019.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0049 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATOS PROCESSO LICITATÓRIO 003/2019 PREGÃO PRESENCIAL 002/2019

Publicação Nº 1980305

PORTARIA Nº 0049/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor José Veríssimo Brisola, portador da matrícula funcional n. 2902, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Cultura, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para futura e eventual contratação de profissional para trabalhar nas oficinas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo do Município, para o exercício de 2019, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 003/2019, Pregão Presencial nº 002/2019, Contratos nº 017/2019, 018/2019, 019/2019, 020/2019, 021/2019, 022/2019, 023/2019, 024/2019, 025/2019, 026/2019, 027/2019, 028/2019, 029/2019, 030/2019, 031/2019, 032/2019, 033/2019, 034/2019, 035/2019 e 036/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0050 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATO 061/2019

Publicação Nº 1980309

PORTARIA Nº 0050/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor José Veríssimo Brisola, portador da matrícula funcional n. 2902, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Cultura, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para futura e eventual contratação de profissional para trabalhar nas oficinas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo do Município, para o exercício de 2019, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 039/2019, Pregão Presencial nº 024/2019, Contrato nº 061/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0051 DESIGNA SERVIDOR FISCAL 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 026/2018

Publicação Nº 1980315

PORTARIA Nº 0051/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor José Veríssimo Brisola, portador da matrícula funcional n. 2902, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Cultura, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa para locação de máquina multifuncional manocromatica com frente e verso automático destinada para a Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, para o período de 12 meses, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 092/2017, Pregão Presencial nº 070/2017, 1º termo aditivo ao Contrato nº 026/2018.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORTARIA 0052 DESIGNA SERVIDOR FISCAL 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2018

Publicação Nº 1980316

PORTARIA Nº 0052/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor José Veríssimo Brisola, portador da matrícula funcional n. 2902, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Cultura, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para locação do imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas, com a Rua Dr. José Garrido Yanes, sob a matrícula nº 38.358, lotes 100 e 102 com área de 1.705,00m² com construção de armazém/galpão em alvenaria de 679,52m² destinado a Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Turismo na produção, decoração, ornamentação e guarda dos materiais utilizados nas festividades promovidas pelo Município, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 055/2018, Dispensa de Licitação nº 005/2018, 1º termo aditivo ao Contrato nº 039/2018.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORTARIA 0053 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATO 091/2018

Publicação Nº 1980320

PORTARIA Nº 0053/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor José Veríssimo Brisola, portador da matrícula funcional n. 2902, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Cultura, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para locação de imóvel sob matrícula nº 6456, Lote Urbano 1, com área de 665 m², em alvenaria, localizado na Rua 1º de Janeiro, nº 54, destinado para a realização das Oficinas de Cultura da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo do Município, para o período de 12 meses, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 137/2018, Dispensa de Licitação nº 015/2018, Contrato nº 091/2018.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0054 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATOS REFERENTE PROCESSO LICITATÓRIO 030/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2019

Publicação Nº 1980326

PORTARIA Nº 0054/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Karina Beal, portador da matrícula funcional n. 21386103, ocupante do cargo de Nutricionista, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para chamada pública de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e de empreendedor rural, conforme lei nº 11.947/2009 e resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as unidades de ensino infantil da Rede Municipal de Ensino, para o período de 06 meses, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 030/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 004/2019, Contratos nº 072/2019, 073/2019, 074/2019, 075/2019, 076/2019, 077/2019, 078/2019, 079/2019, 080/2019, 081/2019, 082/2019, 083/2019 e 084/2019.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORTARIA 0055 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATOS 087 E 088/2019

Publicação Nº 1980332

PORTARIA Nº 0055/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Leocir Nardi, portador da matrícula funcional n. 22001201, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Planejamento para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para registro de preços para futuro e eventual serviços de mão de obra para pavimentação com pedras irregulares em pontos isolados em diversas ruas do Município, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 110/2018, Pregão Presencial n. 070/2019, Contrato n. 087/2019, pavimentação no trecho da marginal BR 163 entre as ruas Sudoeste e Engenheiro Pereira Passos, no bairro Santa Rita.

II - Processo Licitatório n. 110/2018, Pregão Presencial n. 070/2019, Contrato n. 088/2019, pavimentação em trecho de encaixe das Ruas em frente a lotes do Município, nas Ruas Montese com General Osório, Roraima com Rondônia, Marilei Becker Teló com Osvaldo João Scherer, Osvaldo João Scherer e Marilei Becker Teló e Rio Guamerim e Maria Giongo.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORTARIA 0056 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATO 089/2019

Publicação Nº 1980334

PORTARIA Nº 0056/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Danielle Fernanda Pretto Kelm, portadora da matrícula funcional n. 21495701, ocupante do cargo de Engenheira, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para aquisição de tubos destinados a execução da terceira etapa da obra do projeto de canalização de curso hídrico do canal fluvial do bairro Jardim Peperi, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 021/2019, Pregão Presencial n. 016/2019, Contrato n. 089/2019.

Art. 2º A servidora ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0057 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATO 086/2019

Publicação Nº 1980337

PORTARIA Nº 0057/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Claudir Antônio Companhoni, portador da matrícula funcional n. 21942103, ocupante do cargo de Diretor de Mobilidade Urbana, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para aquisição de rachão para manutenção e conservação das vias urbanas do Município, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 006/2019, Pregão Presencial n. 004/2019, Contrato n. 086/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0058 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATO 085/2019

Publicação Nº 1980339

PORTARIA Nº 0058/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Jordana Fumagali Corá, portadora da matrícula funcional n. 22056101, ocupante do cargo de Engenheira para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa com fornecimento de materiais e serviços de mão de obra para recomposição de pavimentação asfáltica na Rua 7 de Setembro, bairro Andreatta, devido ao deslocamento da rede de abastecimento de água, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 046/2019, Pregão Presencial n. 031/2019, Contrato n. 085/2019.

Art. 2º A servidora ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0059 DESIGNA SERVIDOR FISCAL CONTRATO 005/2019

Publicação Nº 1980340

PORTARIA Nº 0059/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990,

e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Carline Mocellin, portadora da matrícula funcional n. 21912901, ocupante do cargo de Coordenador da Família Acolhedora, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de serviços para acolhimento através do serviço Família Acolhedora, para a infante J.L de M., conforme procedimento administrativo nº 09.2019.00001048-3, portaria nº 0014/2019/01PJ/SMO, expedido pelo Ministério Público de Santa Catarina Promotoria de São Miguel do Oeste, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 008/2019, Inexigibilidade de Licitação n. 001/2019, Contrato n. 005/2019.

Art. 2º A servidora ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORTARIA 0060 DESIGNA SERVIDOR FISCAL PROCESSO LICITATÓRIO 067/2019 PREGÃO PRESENCIAL 050/2019

Publicação Nº 1980347

PORTARIA Nº 0060/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Charles Dall Orsoletta, portador da matrícula funcional n. 22023901, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa de móveis planejados destinados ao Departamento de Engenharia, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 067/2019, Pregão Presencial n. 050/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0061 CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Publicação Nº 1980351

PORTARIA N. 0061/2019

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

Considerando que o Município possui veículos com alto custo de manutenção;

Considerando que existe grande quantidade de bens móveis e equipamentos deteriorados, que não estão sendo usados pois já não atendem as necessidades para as quais foram adquiridos;

Considerando que tais veículos, bens e equipamentos necessitam de avaliação para após ser solicitada autorização legislativa para alienação dos mesmos.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Avaliação de bens móveis deteriorados e veículos com alto custo de manutenção, composta pelos seguintes servidores públicos municipais e cidadãos da comunidade migueloestina:

I – Kelin Cristina Bedin, matrícula funcional n. 21922201, ocupante do cargo de Técnico Agrícola;

II – Sergion Klein, matrícula funcional n. 22004001, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário;

III – Suinara Maria Lucca Folmer, matrícula funcional n. 1201701, ocupante do cargo de Técnico Administrativo;

IV – Angel Patric Benitez, Mecânico;

V – Osmar Von Dentz, Mecânico.

Parágrafo Único. A presidência da Comissão caberá a servidora Suinara Maria Lucca Folmer.

Art. 2º A Comissão deverá efetuar a avaliação dos veículos e separação dos bens móveis em desuso/inservíveis que estão no pavilhão do Parque de Exposições Rineu Ganzotto.

Art. 3º A Comissão deverá emitir relatório constando, necessariamente, o número do patrimônio, valor da avaliação inclusive o da tabela FIPE no caso dos veículos e sua condição de servível ou inservível ao Poder Público Municipal.

Art. 4º A presente Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos e emissão do relatório.

Art. 5º Os integrantes da presente Comissão, ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de trabalhos objeto da presente Portaria.

Art. 6º Os servidores efetivos da presente comissão farão jus a gratificação contida no Artigo 88 da Lei Complementar nº 009/2012, combinada com o anexo IV da Lei Complementar nº 025/2013, regulamentadas pelo Decreto n. 8.178/2014.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 08 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0660 - ANDREZA EUGENIA FEDERHEN - CONCEDER

Publicação Nº 1981232

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0660/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o gozo de 5(cinco) dias, da 2ª licença prêmio a ANDREZA EUGENIA FEDERHEN, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0958/2017 de 08 de setembro de 2017, referente ao período de 30 de julho de 2012 a 29 de julho de 2017 a serem gozados de 11 de março de 2019 a 15 de março de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 11 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0661 - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

Publicação Nº 1981235

PORTARIA SGPT/DDP 0661/2019

TRATA DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONVERSÃO DE 1/3 (um terço) DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, e;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal prima pelo cumprimento das obrigações com a folha de pagamento dos servidores;

CONSIDERANDO o impacto financeiro ocasionado pelo reajuste salarial concedido aos servidores públicos municipais no exercício financeiro de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização das férias vencidas dos servidores;

RESOLVE:

Art. 1º Mediante conveniência da Administração Municipal, ficam suspensas até 31 de dezembro de 2019, conversão de 1/3 (um terço) da licença prêmio em pecúnia.

Art. 2º Casos excepcionais serão analisados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC
Em, 03 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

PORTARIA 0662 - DAIANE CAMILIA ROCHA DA COSTA - DESIGNAR

Publicação N° 1981236

PORTARIA SGPT/DDP N° 0662/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva DAIANE CAMILIA ROCHA DA COSTA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, para passar a atuar junto ao CAPS, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

Na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0663 - NEREIDE FILIPPIN STIEVEN - PRORROGAR

Publicação N° 1981240

PORTARIA SGPT/DDP N° 0663/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação da servidora pública municipal NEREIDE FILIPPIN STIEVEN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal, no período de 02 de abril de 2019 até 01 de abril de 2020.

Art.2º- Esta portaria tem efeito retroativo a 02 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0664 - SILMARA OCHOA - ALTERAR LOCAL

Publicação N° 1981243

PORTARIA SGPT/DDP N° 0664/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR o local de atuação da servidora pública municipal contratada SILMARA OCHOA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, passando a atuar como itinerante, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 05 de abril de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0665 - NELCI MARIA ARALDI GRANDO - ALTERAR LOCAL

Publicação Nº 1981246

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0665/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR o local de atuação da servidora pública municipal contratada NELCI MARIA ARALDI GRANDO, ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico, 40 horas semanais, passando a atuar junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de abril de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0666 - EDER BUENO DA SILVA - DESIGNAR

Publicação Nº 1981250

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0666/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor público municipal efetivo EDER BUENO DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao setor de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0667 - ANTONIO MARCOS WESCHENFELDER DUARTE - DESIGNAR

Publicação Nº 1981254

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0667/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo ANTONIO MARCOS WESCHENFELDER DUARTE, ocupante do cargo de Médico, 30 horas semanais, para passar a atuar 4 horas semanais junto ao Setor de Epidemiologia, 16 horas semanais junto ao Setor de Regulação e 10 horas semanais como Diretor Técnico junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 02 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

Na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0668 - MELINA CERQUEIRA PEREIRA - DESIGNAR

Publicação Nº 1981259

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0668/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva MELINA CERQUEIRA PEREIRA, ocupante do cargo de Médico, 40 horas semanais, para passar a atuar 8 horas junto ao Setor de Regulação e 32 horas semanais junto a Assistência Médica no Posto Central junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 02 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

Na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0669 - RODRIGO RODRIGUES FRITZ - NOMEAR EFETIVO

Publicação Nº 1981265

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0669/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de

prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR RODRIGO RODRIGUES FRITZ, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com Lotação junto a Secretaria de Municipal de Saúde, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2017, homologado em 16 de março de 2018, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0670 - EWELIM CRISTINA HANAUER - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1981269

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0670/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 003/2018;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. EWELIM CRISTINA HANAUER, com carga horária de 40 horas semanais, para ocupar o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, como itinerante junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 08 de abril de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0671 - CALINCA FAVRETTO - ALTERAR LOCAL

Publicação Nº 1981271

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0671/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o local de atuação da servidora pública municipal contratada CALINCA FAVRETTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, passando a atuar junto ao CEI Criança Feliz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 09 de abril de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 03 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0672 - ANDRESSA ALINE ZAMPROGNA - NOMEAR EFETIVO

Publicação Nº 1981276

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0672/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR ANDRESSA ALINE ZAMPROGNA, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com Lotação junto a Secretaria de Municipal de Saúde, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2017, homologado em 16 de março de 2018, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0673 - MARISTELA APARECIDA DE OLIVEIRA - EXONERAR A PEDIDO

Publicação Nº 1981282

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0673/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º MARISTELA APARECIDA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Atendente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, 40 horas semanais, a partir de 10 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0674 - MARCIELE HUNING DOS SANTOS - ALTERAR LOCAL

Publicação N° 1981285

PORTARIA SGPT/DDP N° 0674/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR o local de atuação da servidora pública municipal contratada MARCIELE HUNING DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, passando a atuar junto a EMEIEF Waldemar Antonio Von Dentz, CEI Mundo Novo, CEI Criança Feliz e CEI Jardim Encantado, em substituição a Sirlei Cavalheiro Lopes Donada, que encontra-se em licença médica, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 08 de abril de 2019 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 08 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0675 - JACIRA INES PANEGALLI - ALTERAR EFEITOS

Publicação N° 1981296

PORTARIA SGPT/DDP N° 0675/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR os efeitos da portaria 0490/2019 de 28 de fevereiro de 2019, da servidora pública municipal contratada JACIRA INES PANEGALLI, ocupante do cargo de Professor, 20 horas semanais, passando a acompanhar o aluno Felipe Rodrigues Carvalho, junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, a partir de 09 de abril de 2019 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0676 - PAULO ROBERTO SOCOL - ALTERAR LOCAL

Publicação N° 1981301

PORTARIA SGPT/DDP N° 0676/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas

e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR local de atuação do servidor público municipal contratado PAULO ROBERTO SOCOL, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, passando a atuar como itinerante, na Secretaria de Educação, no período de 09 de abril de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0677 - JACKSON DE SOUZA - ALTERAR LOCAL

Publicação N° 1981306

PORTARIA SGPT/DDP N° 0677/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR local de atuação do servidor público municipal contratado JACKSON DE SOUZA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, passando a atuar junto a Unidade Sanitária Local, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 02 de abril de 2019 até 23 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 02 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0678 - OTILIA ZIMMERMANN BEDIN - CONCEDER

Publicação N° 1981310

PORTARIA SGPT/DDP N° 0678/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a OTILIA ZIMMERMANN BEDIN, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, concedido o direito conforme Portaria nº 1513/2018 de 26 de novembro de 2018, referente ao período de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2018, a serem gozados de 02 de maio de 2019 a 31 de maio de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 09 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0679 - LUCIA DA ROSA - CONCEDER

Publicação Nº 1981313

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0679/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a LUCIA DA ROSA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, concedido o direito conforme Portaria nº 1505/2018 de 26 de novembro de 2018, referente ao período de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2018, a serem gozados de 02 de maio de 2019 a 31 de maio de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0680 - ELIANE CARBONARA - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1981319

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0680/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 003/2018;
CONSIDERANDO que a titular Marcianita da Silva, encontra-se readaptada para atuar junto a Biblioteca da EMEIEF Juscelino K. de Oliveira;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ELIANE CARBONARA, com carga horária de 40 horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de língua portuguesa, junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de abril de 2019 até o retorno da titular ou até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0681 - LUIZA SALAMON SCHMITZ - DESIGNAR

Publicação Nº 1981323

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0681/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva LUIZA SALAMON SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, 40 horas semanais, passando a atuar junto ao CEI Mundo Novo, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09 de abril de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 09 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0682 - ROBERTO GUILHERME CHRISTMANN - CONCEDER

Publicação Nº 1981327

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0682/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 4ª licença prêmio a ROBERTO GUILHERME CHRISTMANN, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0259/2016 de 01 de março de 2016, referente ao período de 26 de fevereiro de 2011 a 25 de fevereiro de 2016, a serem gozados de 28 de outubro de 2019 a 26 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0683 - ROSANA DE MOURA LISOT - ALTERAR LOCAL

Publicação Nº 1981329

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0683/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR local de atuação da servidora pública municipal contratada ROSANA DE MOURA LISOT, ocupante do cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, 40 horas semanais, passando a atuar junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria de Educação, em substituição a Dalila Busnelo Spies, que encontra-se em licença maternidade, no período de 10 de abril de 2019 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 10 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0684 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 1981331

PORTARIA SGPT/DDP N.0684/2019

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR SUPOSTAS INFRAÇÕES FUNCIONAIS COMETIDAS POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 143 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor) que dispõe que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO os fatos noticiados por meio do Memorando Interno da Secretaria Municipal de Obras nº 0024/2019;

CONSIDERANDO o relatório final da Comissão de Sindicância instaurada por meio da PORTARIA GPT/DDP N. 390/2019, o qual concluiu pela abertura do Processo Administrativo Disciplinar diante dos fatos apurados;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores efetivos e estáveis: Carla Adriane Frey Pottker, ocupante do cargo de Assistente Social, Emerson Zanom, ocupante do cargo de Técnico Administrativo e Sabrina Frota, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para apurar supostas responsabilidades por parte do Servidor Público Alex Júnior Zatti.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão ficará a cargo da servidora Carla Adriane Frey Pottker.

Art. 2º Cautelamente fica determinado o afastamento do servidor do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do dia 10 de abril de 2019, sem prejuízo da remuneração, nos termos do art. 147 do Estatuto do Servidor.

Art. 3º Os membros ora nomeados, quando reunidos para efetuarem os trabalhos da comissão de sindicância instituída por meio desta Portaria, ficam dispensados de suas funções normais de trabalho.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 145 do Estatuto do Servidor, devendo seguir o procedimento estabelecido no Título V, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012, de 02/04/12.

Art. 5º A comissão ora designada fará jus a gratificação contida no Art. 88 da Lei Complementar nº 009 de 02/04/2012, combinada com o anexo IV da Lei Complementar nº 025 de 10/10/2013.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 10 de abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PORTARIA 0685 -INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 1981333

PORTARIA SGPT/DDP N. 0685/2019

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR SUPOSTA INFRAÇÃO FUNCIONAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, e;

CONSIDERANDO o relatório final da Comissão de Sindicância instaurada por meio da PORTARIA GPT/DDP N. 1238/2018, o qual concluiu pela PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA;

CONSIDERANDO os termos do Artigo 143 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor) o qual dispõe que a autoridade

que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO os termos do Artigo 146 o qual prevê; sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de advertência escrita, suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar, com oportunidade de ampla defesa e contraditório.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores efetivos e estáveis: SIMONE CARMEM THOMAS, ocupante do cargo de Assistente Social, MARINILSE OLIVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário, e MARINA CARLA DE CARLI, ocupante do cargo Recepcionista, para apurar supostas infrações funcionais por parte da servidora pública municipal Sra. Lucimara Teixeira Pinto Lermen no exercício de suas funções.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão ficará a cargo da servidora SIMONE CARMEM THOMAS.

Art. 2º Os membros ora nomeados, quando reunidos para efetuar os trabalhos atribuídos à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ora instituída, ficam dispensados de outras atividades.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, nos termos do Título V, da Lei Complementar Municipal n. 009 de 02 de abril de 2012.

Art. 4º A Comissão ora designada fará jus a gratificação contida no Artigo 88 da Lei Complementar nº 009 de 02/04/2012, combinada com o anexo IV da Lei Complementar nº 025 de 10/10/2013.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 10 de Abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PORTARIA 0686 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 1981336

PORTARIA SGPT/DDP N.0686/2019

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR SUPOSTAS INFRAÇÕES FUNCIONAIS COMETIDAS POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 143 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor) que dispõe que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO os termos contidos nos autos da Ação Civil Pública 0900094-77.2017.8.24.0067, bem como, os relatos das Atas 01/2019 do Livro de Atas do corpo docente da Unidade Escolar; Ata 01/2019 o Livro de Atas do Corpo Discente da Unidade Escolar; Ata 01/2019 do livro de Atas do Senhores Pais da Unidade Escolar, ambas da EMEIEF Aurélio Pedro Vicari;

CONSIDERANDO os fatos noticiados por meio do Memorando Interno da Secretaria Municipal de Educação, datado de 18 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral do Município, para que seja instaurado o procedimento apuratório;

CONSIDERANDO o relatório final da Comissão de Sindicância instaurada por meio da PORTARIA GPT/DDP N. 456/2019, o qual concluiu pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar diante dos fatos apurados;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores efetivos e estáveis: Carla Adriane Frey Pottker, ocupante do cargo de Assistente Social, Emerson Zanom, ocupante do cargo de Técnico Administrativo e Sabrina Frota, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para apurar supostas responsabilidades por parte do Servidor Público Igor Mercaus.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão ficará a cargo da servidora Carla Adriane Frey Pottker.

Art. 2º Fica designado o servidor para atuar na secretaria da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Marechal Arthur da Costa e Silva até a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Os membros ora nomeados, quando reunidos para efetuar os trabalhos da comissão de sindicância instituída por meio desta Portaria, ficam dispensados de suas funções normais de trabalho.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 145 do Estatuto do Servidor, devendo seguir o procedimento estabelecido no Título V, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012, de 02/04/12.

Art. 5º A comissão ora designada fará jus a gratificação contida no Art. 88 da Lei Complementar nº 009 de 02/04/2012, combinada com o anexo IV da Lei Complementar nº 025 de 10/10/2013.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em 10 de Abril de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PROC 77/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 1981110

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de peças destinados para a manutenção e conservação do Veículo Caçamba MB 2428 Atego, ano 2011, Placa MJX 7548, da Secretaria Municipal de Obras, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 03 de maio de 2019.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO 13.2019

Publicação Nº 1980299

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro—CEP: 88125-000—Fone:48-32770122—R. 223/203

www.pmspa.sc.gov.br

CONTRATO n.º 13.2019

Contrato que entre si celebram de um lado MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ SATHÉLIN doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado a empresa COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO VALE, com sede na Rua Projetada II, s/nº, Bairro Jardim Progresso, Tijucas/SC, CEP 88.200-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.699.584/0001-47, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº 10/2019 – Modalidade: Dispensa de Licitação para Compras e serviços, homologado em 09/04/2019 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, ao Edital licitatório e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do processo licitatório n.º 10/2019 qual seja, realizar a Coleta Seletiva do Material Reciclável considerado lixo e fazer o trabalho de conscientização dos Municípios.

1.2- Além das rotas já estabelecidas no Município, a contratada deverá incluir as rotas abaixo, definidas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambientes.

1.2.1- Área Urbana –

* Rua Bertoldo Honorato – Santa Tereza

* Rua Nossa Senhora Aparecida – Boa Parada

* Rua Matias Nicolau Hoffmann – Boa Parada

1.2.2- Área Rural -

* Comunidade da Alta Varginha e acesso a Vila Junkes

* Acesso ao Sítio do Palica e Campo de Demonstração

* Santa Filomena e Barro Branco

* Rio Forquilha Baixo e Alto, até a divisa com Águas Mornas.

* Invernada seguindo até Barro Branco, terminando no bar da Figueira.

1.3- As Coletas em toda a área Urbana do Município deverão ser realizadas 02 (duas) vezes por semana e nas áreas rurais quinzenalmente.

1.4- A CONTRATADA declara possuir condições de possuir e entregar o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o edital de licitação nº. 10/2019, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no processo licitatório nº 10/2019, ou seja, R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), divididos em 09 parcelas de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, com vigência até 31/12/2019, podendo o contrato firmado ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

3.2- Os pagamentos dos serviços dar-se-ão no último dia útil de cada mês, sendo que para o pagamento a contratada deverá apresentar, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço cumprido.

3.2.1 Para o pagamento, deverá o Poder Executivo designar profissional, do quadro de servidores do Município, a fim de que homologue o relatório apresentado pela contratada.

3.3- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O prazo contratual dá-se início na data de sua assinatura e término em 31/12/2019.

CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 10.01.2.030.3.3.90.00.00.00.00.03.0000 (141)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.
- 7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas de conformidade com o edital n.º 10/2019.
- 7.3- Não poderá a CONTRATADA subcontratar o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

- 8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:
- 8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto inferior a 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.
- 8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato, permitindo sua rescisão;
- 8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.
- 8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:
- 8.2.1- Advertência escrita.
- 8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.
- 8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.
- 8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.
- 8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.
- 8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.
- 8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

- 9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:
- 9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.
- 9.1.2- Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

- 10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:
- 10.1.1- Por acordo das partes:
- 10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.
- 10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.
- 10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.
- 10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.
- 11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:
- 11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.
- 11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;
- 11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.
- 11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.
- 11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.
- 11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.
- 11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.
- 11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.
- 11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla

defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.3- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 10/2019

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de abril de 2019.

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STAHELIN

PREFEITO MUNICIPAL

COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO VALE

CNPJ: 08.699.584/0001-47

DECRETO N.º 048/2019

Publicação Nº 1981601

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 048/2019

CONCEDE PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - No dia 18 (dezoito) de abril de dois mil e dezenove, será Ponto Facultativo aos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de abril de 2019.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA Nº 150/2019

Publicação Nº 1980708

PORTARIA Nº 150/2019

Concede aposentadoria por tempo de contribuição a servidora VALERIA LOHN ZIMERMANN, nos termos do art. 40, §1º, III, "a", da Constituição Federal de 1988.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora VALÉRIA LOHN ZIMERMANN, detentora da matrícula funcional nº 1107, ocupante do cargo de Professora III Horista, nos termos do art. 40, §1º, III, "a", da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, no valor de R\$ 2.767,66 (dois mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos), correspondente a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições da servidora aos regimes de previdência a que esteve vinculada, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, conforme o disposto no art. 40, §1º, da CF/1988 c/c o art. 1º, da Lei nº 10.887/2004.

Art. 3º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma do artigo 30, inciso VI, da Lei Complementar nº 005, de 16 de maio de 1997, Estatuto dos Servidores do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 12/04/2019, revogando-se todas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de abril de 2019.
Ernei José Stahelin Aristeu Jorge Nascimento
Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara Diretor-Executivo do INSPA

Saudades

PREFEITURA

DECRETO N. 32, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1980949

DECRETO N. 32, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DE PREÇOS DOS SERVIÇOS MÉDICOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS DAS CLÍNICAS CREDENCIADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI, do artigo 44 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.194, de 11 de abril de 1997, combinado com os pré-julgados ns 579 e 680 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de acordo com o Processo licitatório n. 01/2013, Credenciamento n. 01/2013, Decreto n. 117, de 01 de Agosto de 2013, Decreto n. 07, de 27 de Janeiro de 2014 e Decreto n. 51, de 26 de Agosto de 2014, Decreto n. 40, de 01 de Agosto de 2018;

Considerando que os preços e condições de pagamento estão previstos no Decreto n. 117, de 01 de Agosto de 2013, complementado pelo Decreto n. 07, de 27 de Janeiro de 2014 e Decreto n. 51, de 26 de Agosto de 2014 e Decreto n. 40, de 01 de Agosto de 2018;

Considerando que foi realizado um novo credenciamento de clínicas médicas;

Considerando o interesse do Município de Saudades pela manutenção de novo credenciamento;

Considerando a necessidade de ajustar os preços do sobreaviso ao valor de mercado;

DECRETA:

Art. 1º. As empresas e ou profissionais credenciados ou estabelecimentos de saúde credenciados, serão remunerados conforme a categoria dos serviços estabelecidos no quadro abaixo:

Categoria	Valor por unidade de consulta em R\$	Teto máximo de unidade/mês	Valor máximo em R\$/mês
Sobreaviso	7.785,47	6	46.712,85

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, mantendo-se as demais disposições do Decreto n. 40, de 01 de Agosto de 2018.

Saudades/SC, 01 de Abril de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

OSMAR PRESTES

Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 07/2019-FMS

Publicação Nº 1980209

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 07/2019-FMS

PROCESSO Nº. 13/2019-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, autoclaves, destiladores de água, equipamentos médicos/enfermagem e mini-incubadoras, incluindo manutenção e troca de peças para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de abril de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 26 de abril de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2019-PMS

Publicação Nº 1980261

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2019-PMS

PROCESSO Nº. 38/2019-PMS

TIPO: MENOR PREÇO PORT ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de abril de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de abril de 2019 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.741/2019, DE 5 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1981627

DECRETO Nº 4.741/2019, DE 5 DE ABRIL DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 38.200,00 (trinta e oito mil e duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - DIRETORIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA COMÉRCIO

07.01.27.695.0008.2.042 - Manutenção das Ações do Turismo

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0089 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.08.243.0012.2.048 - Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 5 de Abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.742/2019, DE 5 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1981633

DECRETO Nº 4.742/2019, DE 5 DE ABRIL DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 1.100,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 5 de Abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 09/2019 - FMS

Publicação Nº 1980555

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 09/2019 - FMS

Processo de licitação nº. 15/2019 - FMS

Dispensa de Licitação nº. 07/2019 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FRIOGASMAQ COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.985.079/0001-57, estabelecida na Rua Marina Frutuoso nº. 636, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-500

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Visita técnica visando a descrição das peças e/ou serviços necessários para a manutenção de máquinas de lavar e geladeiras das Unidades de Saúde., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Visita Técnica para verificar e descrever os defeitos e peças necessárias para a manutenção de uma geladeira Marca Consul Facilite, modelo CRB39ABBNA60 Local: Visita técnica no ESF Schroeder I, localizado na Rua a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I	1	Unidade	70,00	70,00
02	Visita Técnica para verificar e descrever os defeitos e peças necessárias para a manutenção de uma geladeira Marca Consul Facilite, modelo CRB39ABBNA60 Local: Visita técnica no ESF Sossego, localizado na Rua Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego	1	Unidade	70,00	70,00
03	Visita Técnica para verificar e descrever os defeitos e peças necessárias para a manutenção de duas máquinas de lavar roupas Electrolux, Turbo capacidade Premium 12 Kg, LP12Q Local: Visita técnica na UBS, localizado na Rua Paulo Jahn, 147, Centro	1	Unidade	70,00	70,00
TOTAL R\$					210,00

valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais)

Data da Assinatura: 10/04/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 10/2019 - FMS

Publicação Nº 1980732

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 10/2019 - FMS

Processo de licitação nº. 16/2019 - FMS

Dispensa de Licitação nº. 08/2019 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SORRISO PURIFICADORES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.049.058/0001-79, estabelecida na Rua Reinoldo Rau nº. 818, sala 04, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-600

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Aquisição e troca da peça válvula solenoide e placa de suporte eletrônico para o aparelho bebedor da marca Smart - Purific localizado no ESF Schroeder III – Bracinho, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição e troca da peça válvula solenoide para o aparelho bebedor da marca Smart - Purific localizado no ESF Schroeder III - Bracinho.	1	Unidade	200,00	200,00
02	Aquisição e troca da peça placa do suporte eletrônico para o aparelho bebedor da marca Smart - Purific localizado no ESF Schroeder III - Bracinho.	1	Unidade	420,00	420,00
TOTAL R\$					620,00

valor de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 10/04/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 13/2019-PMS

Publicação Nº 1980847

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 13/2019-PMS

Dispensa nº. 10/2019-PMS - Processo nº. 40/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: 1DOC TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 19.625.833/0001-76, estabelecida na Av. Desembargador Vitor Lima nº. 260 sala 908, Bairro Trindade, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.040-400

Objeto: Constitui o presente contrato contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão de comunicação digital, com acesso simultâneo de até 110 usuários, com módulos para Memorandos, Circulares, Ofícios, Ouvidoria, Protocolos, Alvará de Obras e Habite-se, Consulta Prévia de Viabilidade, Mapa - Consulta de Viabilidade Construtiva e de Empresas, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	A contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão de comunicação digital, com acesso simultâneo de até 110 usuários, com módulos para Memorandos, Circulares, Ofícios, Ouvidoria, Protocolos, Alvará de Obras e Habite-se, Consulta Prévia de Viabilidade, Mapa - Consulta de Viabilidade Construtiva e de Empresas. Todos aplicativos devem ser 100% em plataforma WEB, de interface responsiva e ajustável a dispositivos móveis, com acesso seguro SSL, garantia de SLA 98%, backups automáticos, sob responsabilidade da contratada, com controle sequencial de numeração de documentos e processos, registro de todas as ações realizadas no sistema com data, hora e usuário, gestão de prazos do registro das comunicações, mantendo como histórico único todas as interações realizadas em cada processo.	3	Mês	2.240,00	6.720,00
TOTAL R\$					6.720,00

Valor do contrato: R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 10/04/2019 – Vigência: 30/06/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.875/2019, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981612

PORTARIA Nº 7.875/2019, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando término do afastamento pelo INSS conforme NB 626.868.643-1;

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, a partir desta data, o retorno do afastamento ao trabalho da servidora Sra. Vanderleia Padilha Verbinen, que desempenha a função de Professora A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 8 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.877/2019, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981613

PORTARIA Nº 7.877/2019, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 049/2019 – SECEL datado em 8 de março de 2019;



Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2017-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.254/2017, de 25/09/2017, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Margaret Aparecida Coelho Jung para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2017-SECEL/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 8 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.878/2019, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981615

PORTARIA Nº 7.878/2019, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 4.739/2019, de 4 de abril de 2019, que autoriza a contratação emergencial de Professor (a) B com formação na disciplina de arte para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Tamires Kutzki, para exercer o cargo de Professora B, subárea Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 8 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.879/2019, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1981616

PORTARIA Nº 7.879/2019, DE 8 DE ABRIL DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 046/2019 – SECEL datado em 8 de março de 2019;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº 3.469/2015, de 03/11/2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Débora Kistenmacher Pott para exercer o cargo de Professora B, subárea Artes, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS – Magistério.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 8 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DISPENSA 07/2019-FMS

Publicação Nº 1980497

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2019 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 15/2019 Data: 10/04/2019
Folha: 1/2	

Fornecedor: FRIOGASMAQ COMERCIAL LTDA Endereço: RUA MARINA FRUTUOSO, 636 Cidade: JARAGUÁ DO SUL - SC CNPJ: 00.985.079/0001-57	Código: 8295 Inscrição Estadual: 253.173.795
Objeto da Compra: Visita técnica visando a descrição das peças e/ou serviços necessários para a manutenção de máquinas de lavar e geladeiras das Unidades de Saúde.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Visita Técnica para verificar e descrever os defeitos e peças necessárias para a manutenção de uma geladeira Marca Consul Facilite, modelo CRB39ABBNA60 Local: Visita técnica no ESF Schroeder I, localizado na Rua a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I	UN	70,00	70,00
2	1,00	Visita Técnica para verificar e descrever os defeitos e peças necessárias para a manutenção de uma geladeira Marca Consul Facilite, modelo CRB39ABBNA60 Local: Visita técnica no ESF Sossego, localizado na Rua Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego	UN	70,00	70,00
3	1,00	Visita Técnica para verificar e descrever os defeitos e peças necessárias para a manutenção de duas máquinas de lavar lavar roupas Electrolux, Turbo capacidade Premium 12 Kg, LP12Q Local: Visita técnica na UBS, localizado na Rua Paulo Jahn, 147, Centro	UN	70,00	70,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Estas visitas técnicas visam a descrição das peças e/ou serviços necessários para a manutenção de máquinas de lavar e geladeiras das Unidades de Saúde, para garantir a manutenção adequada para dar continuidade aos trabalhos visto que são eletrodomésticos utilizados para o atendimento dos pacientes.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 10 de Abril de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 7/2019 - DL

Processo Nr.: 15/2019
Data: 10/04/2019

Folha: 2/2

04/04/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Abril de 2019

Valor da Despesa:

210,00 (duzentos e dez reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 08/2019-FMS

Publicação Nº 1980702

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 8/2019 - DL**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 16/2019
Data: 10/04/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: SORRISO PURIFICADORES LTDA - ME
Endereço: RUA REINOLDO RAU, 818 SALA 04
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 07.049.058/0001-79

Código: 11684

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição e troca da peça válvula solenoide e placa de suporte eletrônico para o aparelho bebedor da marca Smart - Purific localizado no ESF Schroeder III - Bracinho.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Aquisição e troca da peça válvula solenoide para o aparelho bebedor da marca Smart - Purific localizado no ESF Schroeder III - Bracinho.	UN	200,00	200,00
2	1,00	Aquisição e troca da peça placa do suporte eletrônico para o aparelho bebedor da marca Smart - Purific localizado no ESF Schroeder III - Bracinho.	UN	420,00	420,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Esta solicitação se dá pela necessidade de ter um bebedor para atender a população, visto que, pelo fato desta placa estar estragada está vazando água, necessitando urgente a manutenção do mesmo.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 10 de Abril de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 8/2019 - DL

Processo Nr.: 16/2019
Data: 10/04/2019

Folha: 2/2

04/04/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Abril de 2019

Valor da Despesa: 620,00 (seiscentos e vinte reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 10/2019-PMS

Publicação Nº 1980828

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 10/2019 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 40/2019 Data: 10/04/2019
Folha: 1/2	

Fornecedor: 1DOC TECNOLOGIA LTDA Endereço: AV DESEMBARGADOR VITOR LIMA, 260 - SALA: Cidade: Florianópolis - SC CNPJ: 19.625.833/0001-76	Código: 14060 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão de comunicação digital, com acesso simultâneo de até 110 usuários, com módulos para Memorandos, Circulares, Ofícios, Ouvidoria, Protocolos, Alvará de Obras e Habite-se, Consulta Prévia de Viabilidade, Mapa - Consulta de Viabilidade Construtiva e de Empresas.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	"A contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão de comunicação digital, com acesso simultâneo de até 110 usuários, com módulos para Memorandos, Circulares, Ofícios, Ouvidoria, Protocolos, Alvará de Obras e Habite-se, Consulta Prévia de Viabilidade, Mapa - Consulta de Viabilidade Construtiva e de Empresas. Todos aplicativos devem ser 100% em plataforma WEB, de interface responsiva e ajustável a dispositivos móveis, com acesso seguro SSL, garantia de SLA 98%, backups automáticos, sob responsabilidade da contratada, com controle sequencial de numeração de documentos e processos, registro de todas as ações realizadas no sistema com data, hora e usuário, gestão de prazos do registro das comunicações, mantendo como histórico único todas as interações realizadas em cada processo.	MÊS	2.240,00	6.720,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A contratação destes aplicativos visa a melhoria da comunicação interna e externa da municipalidade, pois devido ao crescente volume de documentos torna-se cada vez mais difícil o controle e gestão destes. A solução apresentada pela empresa vem ao encontro, com a possibilidade de total rastreabilidade de todas as comunicações realizadas bem como manter um registro histórico.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 10 de Abril de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 10/2019 - DL

Processo Nr.: 40/2019
Data: 10/04/2019

Folha: 2/2

04/04/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Abril de 2019

Valor da Despesa:

6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

RREO 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1981639

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.093.420,04	78.093.420,04	8.337.923,91	10,68	8.337.923,91	10,68	69.755.496,13
RECEITAS CORRENTES	59.933.828,00	59.933.828,00	8.110.843,91	13,53	8.110.843,91	13,53	51.822.984,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.864.268,82	7.864.268,82	525.621,26	6,68	525.621,26	6,68	7.338.647,56
IMPOSTOS	4.982.053,21	4.982.053,21	394.385,07	7,92	394.385,07	7,92	4.587.668,14
TAXAS	1.714.952,61	1.714.952,61	131.236,19	7,65	131.236,19	7,65	1.583.716,42
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.167.263,00	1.167.263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.167.263,00
CONTRIBUIÇÕES	1.055.829,99	1.055.829,99	238.382,33	22,58	238.382,33	22,58	817.447,66
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.055.829,99	1.055.829,99	238.382,33	22,58	238.382,33	22,58	817.447,66
RECEITA PATRIMONIAL	946.310,60	946.310,60	28.537,44	3,02	28.537,44	3,02	917.773,16
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	10.000,00	10.000,00	1.000,00	10,00	1.000,00	10,00	9.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	936.150,10	936.150,10	27.537,44	2,94	27.537,44	2,94	908.612,66
CESSÃO DE DIREITOS	160,50	160,50	0,00	0,00	0,00	0,00	160,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	229.889,50	229.889,50	5.078,15	2,21	5.078,15	2,21	224.811,35
RECEITA DE SERVIÇOS	3.884.126,32	3.884.126,32	530.584,02	13,66	530.584,02	13,66	3.353.542,30
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	3.884.126,32	3.884.126,32	530.584,02	13,66	530.584,02	13,66	3.353.542,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.729.328,75	44.729.328,75	6.651.077,97	14,87	6.651.077,97	14,87	38.078.250,78
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	20.934.773,19	20.934.773,19	2.961.213,80	14,14	2.961.213,80	14,14	17.973.559,39
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	13.307.490,68	13.307.490,68	1.791.477,57	13,46	1.791.477,57	13,46	11.516.013,11
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	498.980,00	498.980,00	17.243,19	3,46	17.243,19	3,46	481.736,81
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	9.971.084,88	9.971.084,88	1.881.143,41	18,87	1.881.143,41	18,87	8.089.941,47
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.224.074,02	1.224.074,02	131.562,74	10,75	131.562,74	10,75	1.092.511,28
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	139.560,52	139.560,52	95.968,87	68,77	95.968,87	68,77	43.591,65
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	810.060,50	810.060,50	3.942,66	0,49	3.942,66	0,49	806.117,84
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	274.453,00	274.453,00	31.651,21	11,53	31.651,21	11,53	242.801,79
RECEITAS DE CAPITAL	18.159.592,04	18.159.592,04	227.080,00	1,25	227.080,00	1,25	17.932.512,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.198.000,00	9.198.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.198.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	9.198.000,00	9.198.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.198.000,00
ALIEIÇÃO DE BENS	1.703.558,00	1.703.558,00	227.080,00	13,33	227.080,00	13,33	1.476.478,00
ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.703.558,00	1.703.558,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.703.558,00
ALIEIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	227.080,00	0,00	227.080,00	0,00	-227.080,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.258.034,04	7.258.034,04	0,00	0,00	0,00	0,00	7.258.034,04
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	5.878.034,04	5.878.034,04	0,00	0,00	0,00	0,00	5.878.034,04

Continua 1/4

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS DE CAPITAL	78.085.160,65	81.085.987,94	10.409.067,15	10.409.067,15	70.676.920,79	7.504.982,67	7.504.982,67	73.581.005,27	6.650.848,62
INVESTIMENTOS	24.728.819,58	25.187.558,65	817.458,09	817.458,09	24.370.100,56	794.379,95	794.379,95	24.393.178,70	722.763,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	24.056.819,58	24.515.558,65	706.701,86	706.701,86	23.808.856,79	683.623,72	683.623,72	23.831.934,93	612.007,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	672.000,00	672.000,00	110.756,23	110.756,23	561.243,77	110.756,23	110.756,23	561.243,77	110.756,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	106.271,01	111.271,01	3.830,32	3.830,32	107.440,69	3.830,32	3.830,32	107.440,69	3.830,32
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	78.191.431,66	81.197.258,95	10.412.897,47	10.412.897,47	70.784.361,48	7.508.812,99	7.508.812,99	73.688.445,96	6.654.678,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	78.191.431,66	81.197.258,95	10.412.897,47	10.412.897,47	70.784.361,48	7.508.812,99	7.508.812,99	73.688.445,96	6.654.678,94
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	829.110,92	-	1.683.244,97
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	78.191.431,66	81.197.258,95	10.412.897,47	10.412.897,47	-	7.508.812,99	8.337.923,91	-	8.337.923,91
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Recitas (Intra-Orçamentárias)	98.011,62	98.011,62	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	98.011,62	98.011,62	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	98.011,62	98.011,62	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	98.011,62	98.011,62	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	106.271,01	111.271,01	3.830,32	3.830,32	107.440,69	3.830,32	3.830,32	107.440,69	3.830,32
DESPESAS CORRENTES	106.271,01	111.271,01	3.830,32	3.830,32	107.440,69	3.830,32	3.830,32	107.440,69	3.830,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.271,01	111.271,01	3.830,32	3.830,32	107.440,69	3.830,32	3.830,32	107.440,69	3.830,32
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SCPAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	78.085.160,65	81.085.987,94	10.409.067,15	10.409.067,15	99,96	7.504.982,67	7.504.982,67	73.581.005,27
Ação Legislativa	2.078.166,92	2.078.166,92	275.631,96	275.631,96	2,65	212.769,19	212.769,19	1.865.397,73
Administração	2.078.166,92	2.078.166,92	275.631,96	275.631,96	2,65	212.769,19	212.769,19	1.865.397,73
Administração Geral	7.023.434,95	7.152.208,78	1.838.134,18	1.838.134,18	17,65	986.029,45	986.029,45	6.166.179,33
Administração Financeira	2.216.252,20	2.248.888,99	321.963,43	321.963,43	3,09	320.830,03	320.830,03	1.928.058,96
Administração e Fiscalização	4.423.621,25	4.500.012,16	1.455.272,83	1.455.272,83	13,98	611.702,14	611.702,14	3.888.310,02
Defesa Civil	185.299,50	193.219,41	31.319,62	31.319,62	0,30	23.918,98	23.918,98	169.300,43
Segurança Pública	198.262,00	210.088,22	29.578,30	29.578,30	0,28	29.578,30	29.578,30	180.509,92
Policimento	393.708,88	453.708,88	99.518,70	99.518,70	0,96	89.285,33	89.285,33	364.423,55
Defesa Civil	136.267,86	136.267,86	16.676,45	16.676,45	0,16	15.308,09	15.308,09	120.959,77
Infra-Estrutura Urbana	182.695,00	182.695,00	22.456,66	22.456,66	0,22	22.456,66	22.456,66	160.238,35
Assistência Social	74.746,02	134.746,02	60.385,59	60.385,59	0,58	51.520,59	51.520,59	83.225,43
Assistência ao Idoso	2.739.875,53	2.821.671,51	294.675,59	294.675,59	2,83	205.876,75	205.876,75	2.615.794,76
Assistência ao Portador de Deficiência	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	32.200,00	32.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.200,00
Assistência Comunitária	344.386,53	352.335,53	52.568,74	52.568,74	0,50	23.863,20	23.863,20	328.472,33
Saúde	2.258.290,00	2.332.135,98	242.106,85	242.106,85	2,33	182.013,55	182.013,55	2.150.122,43
Administração Geral	14.936.035,00	16.296.961,48	1.892.061,34	1.892.061,34	18,17	1.630.008,54	1.630.008,54	14.666.952,94
Atenção Básica	488.700,00	521.128,38	74.188,55	74.188,55	0,71	74.188,55	74.188,55	446.939,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.451.386,00	11.557.274,32	1.415.435,35	1.415.435,35	13,59	1.278.948,21	1.278.948,21	10.278.326,11
Suporte Profilático e Terapêutico	2.982.577,00	3.034.831,22	310.239,08	310.239,08	2,98	206.049,55	206.049,55	2.828.781,67
Vigilância Sanitária	613.500,00	746.600,00	53.099,79	53.099,79	0,51	33.165,28	33.165,28	713.434,72
Vigilância Epidemiológica	252.100,00	270.355,56	31.958,63	31.958,63	0,31	31.808,63	31.808,63	238.546,93
Educação	146.772,00	166.772,00	7.139,94	7.139,94	0,07	5.848,32	5.848,32	160.923,68
Administração Geral	19.388.571,94	20.367.368,27	3.151.305,41	3.151.305,41	30,26	2.849.330,21	2.849.330,21	17.518.038,06
Ensino Fundamental	246.330,00	255.358,28	26.959,56	26.959,56	0,26	24.408,56	24.408,56	230.949,72
Ensino Profissional	10.484.564,79	10.979.873,64	1.790.030,04	1.790.030,04	17,19	1.610.846,31	1.610.846,31	9.369.027,33
Ensino Superior	128.400,00	128.400,00	40.820,00	40.820,00	0,39	10.205,00	10.205,00	118.195,00
Educação Infantil	90.000,00	90.000,00	2.814,84	2.814,84	0,03	2.814,84	2.814,84	87.185,16
Educação de Jovens e Adultos	7.751.282,04	8.208.870,11	1.172.110,76	1.172.110,76	11,26	1.091.659,29	1.091.659,29	7.117.210,82
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	225,11	225,11	0,00	225,11	225,11	9.774,89
	677.995,11	694.866,24	118.345,10	118.345,10	1,14	109.171,10	109.171,10	585.695,14

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					(b/Total b)		(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.085.160,65	81.065.987,94	10.409.067,15	10.409.067,15	99,96	7.504.982,67	7.504.982,67	73.581.005,27
Cultura	393.221,45	408.379,07	52.080,96	52.080,96	0,50	35.629,96	35.629,96	372.749,11
Difusão Cultural	393.221,45	408.379,07	52.080,96	52.080,96	0,50	35.629,96	35.629,96	372.749,11
Urbanismo	17.187.079,60	17.368.975,70	861.068,78	861.068,78	8,27	655.567,63	655.567,63	16.713.408,07
Infra-Estrutura Urbana	16.707.079,60	16.888.975,70	861.068,78	861.068,78	8,27	655.567,63	655.567,63	16.233.408,07
Turismo	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.000,00
Habitação	183.248,20	183.248,20	9.898,57	9.898,57	0,10	2.213,86	2.213,86	181.034,34
Habitação Urbana	183.248,20	183.248,20	9.898,57	9.898,57	0,10	2.213,86	2.213,86	181.034,34
Saneamento	4.179.017,94	4.201.366,41	942.129,83	942.129,83	9,05	345.297,22	345.297,22	3.856.069,19
Administração Geral	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Saneamento Básico Urbano	3.929.017,94	3.951.366,41	942.129,83	942.129,83	9,05	345.297,22	345.297,22	3.606.069,19
Gestão Ambiental	2.036.329,07	2.133.485,23	578.705,37	578.705,37	5,56	254.245,59	254.245,59	1.879.239,64
Infra-Estrutura Urbana	283.021,07	289.015,82	19.046,52	19.046,52	0,18	19.046,52	19.046,52	269.969,30
Preservação e Conservação Ambiental	1.753.308,00	1.844.469,41	559.658,85	559.658,85	5,37	235.199,07	235.199,07	1.609.270,34
Agricultura	1.759.516,73	1.791.200,67	270.833,66	270.833,66	2,60	129.969,58	129.969,58	1.661.231,09
Extensão Rural	1.759.516,73	1.791.200,67	270.833,66	270.833,66	2,60	129.969,58	129.969,58	1.661.231,09
Indústria	469.869,50	469.869,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	469.869,50
Produção Industrial	469.869,50	469.869,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	469.869,50
Transporte	955.433,00	955.433,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	955.433,00
Ensino Fundamental	784.949,00	784.949,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	784.949,00
Ensino Médio	165.990,00	165.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.990,00
Educação Infantil	4.494,00	4.494,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.494,00
Desporto e Lazer	4.191.651,94	4.233.944,32	143.022,80	143.022,80	1,37	108.759,36	108.759,36	4.125.184,96
Turismo	354.177,55	365.433,27	24.476,44	24.476,44	0,24	21.320,96	21.320,96	344.112,31
Desporto Comunitário	3.837.474,39	3.888.511,05	118.546,36	118.546,36	1,14	87.438,40	87.438,40	3.781.072,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	106.271,01	111.271,01	3.830,32	3.830,32	0,04	3.830,32	3.830,32	107.440,69
Administração	1.035,00	1.035,00	62,60	62,60	0,00	62,60	62,60	972,40
Administração Financeira	535,00	535,00	31,30	31,30	0,00	31,30	31,30	503,70
Normalização e Fiscalização	500,00	500,00	31,30	31,30	0,00	31,30	31,30	468,70
Segurança Pública	857,96	857,96	109,82	109,82	0,00	109,82	109,82	748,14
Policimento	857,96	857,96	109,82	109,82	0,00	109,82	109,82	748,14
Assistência Social	9.957,96	14.957,96	1.544,07	1.544,07	0,01	1.544,07	1.544,07	13.413,89
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.457,96	12.457,96	1.482,07	1.482,07	0,01	1.482,07	1.482,07	10.975,89

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	106.271,01	111.271,01	3.830,32	3.830,32	0,04	3.830,32	3.830,32	107.440,69
Assistência Social	9.957,96	14.957,96	1.544,07	1.544,07	0,01	1.544,07	1.544,07	13.413,89
Assistência Comunitária	2.500,00	2.500,00	62,00	62,00	0,00	62,00	62,00	2.438,00
Saúde	22.530,00	22.530,00	285,61	285,61	0,00	285,61	285,61	22.244,39
Atenção Básica	22.530,00	22.530,00	285,61	285,61	0,00	285,61	285,61	22.244,39
Educação	45.442,90	45.442,90	1.218,97	1.218,97	0,01	1.218,97	1.218,97	44.223,93
Ensino Fundamental	21.400,00	21.400,00	632,68	632,68	0,01	632,68	632,68	20.767,32
Educação Infantil	24.042,90	24.042,90	586,29	586,29	0,01	586,29	586,29	23.456,61
Cultura	2.175,31	2.175,31	62,60	62,60	0,00	62,60	62,60	2.112,71
Difusão Cultural	2.175,31	2.175,31	62,60	62,60	0,00	62,60	62,60	2.112,71
Urbanismo	2.289,80	2.289,80	319,73	319,73	0,00	319,73	319,73	1.970,07
Infra-Estrutura Urbana	2.289,80	2.289,80	319,73	319,73	0,00	319,73	319,73	1.970,07
Agricultura	8.243,28	8.243,28	112,90	112,90	0,00	112,90	112,90	8.130,38
Extensão Rural	8.243,28	8.243,28	112,90	112,90	0,00	112,90	112,90	8.130,38
Desporto e Lazer	13.738,80	13.738,80	114,02	114,02	0,00	114,02	114,02	13.624,78
Desporto Comunitário	13.738,80	13.738,80	114,02	114,02	0,00	114,02	114,02	13.624,78
TOTAL (III) = (I + II)	78.191.431,66	81.197.258,95	10.412.897,47	10.412.897,47	100,00	7.508.812,99	7.508.812,99	73.688.445,96

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	ELMER SANDRO QUADROS Secretário de Planejamento, Gestão e Fin	HERCÍLIO PETRUKA JÚNIOR Contador PR-034345/O-3 T-SC
-------------------------------------	--	--

PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2018 A FEVEREIRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Sep/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Feb/2019	TOTAL (JUL. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.321.687,45	6.676.088,82	4.570.415,58	4.646.522,15	4.649.303,30	4.419.994,97	4.036.256,51	4.127.406,48	4.629.754,75	5.910.737,02	4.390.835,47	4.760.089,75	57.142.092,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	752.061,40	2.576.891,07	494.765,84	510.276,22	461.246,70	594.471,88	448.238,94	446.719,74	485.254,32	801.775,57	223.412,77	302.238,49	8.867.335,94
IPI/IU	141.403,15	1.274.152,85	82.202,11	76.570,72	69.397,20	79.285,73	71.919,78	22.591,74	27.946,51	45.282,28	14.729,45	15.933,28	1.920.387,80
I.S.S.	166.400,15	206.277,77	151.354,35	150.894,60	124.510,21	230.184,42	136.324,90	171.925,54	155.653,75	186.071,14	121.932,33	81.446,30	1.882.976,46
I.T.B.I.	64.767,90	45.001,82	44.707,57	66.130,26	52.188,50	77.316,66	53.638,75	89.329,80	54.781,26	111.075,00	19.533,73	37.817,14	715.086,39
I.R.R.F.	193.629,10	77.606,77	100.291,73	102.846,68	104.587,95	98.896,84	88.687,39	99.255,40	174.110,00	182.481,69	4.345,22	100.177,62	1.327.926,39
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	185.831,10	973.551,86	116.210,08	113.763,96	100.562,84	108.789,23	96.718,12	63.617,26	73.362,80	276.862,46	63.872,04	67.364,15	2.240.804,90
Contribuições	107.993,21	217.472,62	118.266,71	108.413,63	111.144,27	103.492,45	104.289,91	96.726,45	109.036,01	114.841,92	116.375,84	122.006,49	1.055.029,99
Recita Patrimonial	15.687,16	14.748,37	15.656,92	16.154,62	17.001,37	17.391,81	14.592,50	15.410,73	21.370,40	11.412,61	18.076,22	12.461,22	187.913,93
Rendimentos de Aplicação Financeira	15.167,16	14.248,37	15.156,92	15.694,62	16.501,37	16.891,81	14.062,50	14.910,73	20.870,40	10.912,61	15.576,22	11.861,22	181.913,93
Outras Receitas Patrimoniais	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	6.000,00
Recita Agropecuária	3.212,25	5.315,97	6.073,53	8.327,47	8.463,19	18.309,69	14.693,38	12.232,59	11.041,49	16.564,08	1.104,14	3.974,01	109.394,79
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	276.797,57	257.257,14	262.291,83	266.486,22	263.921,04	260.656,40	249.869,25	254.027,24	284.772,76	259.902,88	265.399,64	285.184,38	3.894.126,32
Transferências Correntes	3.081.101,00	3.544.868,45	3.607.444,89	3.636.443,37	3.697.314,34	3.319.104,43	3.077.301,41	3.206.851,12	3.662.952,20	4.915.652,09	3.705.625,98	3.965.533,30	43.136.992,59
Cota-Parte do FPM	1.038.558,92	1.088.895,20	1.336.338,96	1.251.417,90	1.441.579,63	1.072.238,23	808.892,90	918.658,93	1.153.944,38	2.019.410,49	1.435.709,12	1.566.056,09	15.121.490,35
Cota-Parte do ICMS	790.076,22	835.720,15	788.221,78	722.789,98	834.956,67	828.104,28	847.503,23	855.085,66	965.492,56	977.095,66	981.286,28	982.123,84	10.359.439,03
Cota-Parte do IPVA	154.747,77	162.190,98	147.702,75	164.192,34	188.821,47	186.902,23	171.118,94	172.723,68	95.923,43	55.978,12	108.296,62	143.501,82	1.752.105,75
Cota-Parte do ITR	129,99	184,64	6,24	165,00	19,78	329,99	1.536,19	4.043,02	188,35	426,17	50,81	147,41	7.200,59
Outras Transferências Correntes	283.893,61	606.111,74	521.613,15	705.912,18	407.047,92	373.836,74	375.785,96	370.797,72	595.116,59	555.590,00	247.136,66	362.470,79	5.405.282,96
Transferências da LC 61/1989	11.689,74	12.480,32	12.719,48	13.967,70	11.754,28	12.719,47	12.710,65	12.901,22	12.965,94	14.924,61	11.297,43	11.589,99	151.502,83
Transferências da LC 87/1966	2.682,99	2.682,99	2.682,99	2.682,99	2.682,99	2.682,99	2.682,99	2.682,99	2.682,99	2.682,99	0,00	0,00	26.829,90
Outras Receitas Correntes	795.349,76	836.422,83	818.159,54	774.315,28	810.451,60	841.297,50	857.280,85	869.998,00	897.217,57	969.544,03	931.899,05	949.274,36	10.375.140,17
DEDUÇÕES (II)	399.577,25	420.426,58	453.534,26	431.042,94	377.633,06	420.793,81	368.846,76	393.218,84	434.174,50	492.820,79	505.323,86	534.757,45	5.232.150,10
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	399.577,25	420.426,58	453.534,26	431.042,94	377.633,06	420.793,81	368.846,76	393.218,84	434.174,50	492.820,79	505.323,86	534.757,45	5.232.150,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.922.110,20	6.255.662,24	4.116.881,32	4.215.479,21	4.271.670,24	3.999.201,16	3.667.409,75	3.734.187,64	4.195.580,25	5.417.916,23	3.885.511,61	4.225.332,30	51.909.942,15

FONTE: Sistema Beta Sapo v 6.0.33
 SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO FERREIRA
 Controlador Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
 Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PETRUKA JÚNIOR
 Controlador PR-03/04/05/03-T-SC

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor			0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor			0,00				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS				
Outros Aportes para o RPPS			0,00				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA				
			2019		2018		
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00		

Continua 2/3

Município de SCHROEDER - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Continuação 3/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2019	2018	
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Beta Sapo v 6.0.33
SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	ELMER SANDRO QUADROS Secretário de Planejamento, Gestão e Contador PR-034345/O-3 T-SC	HERCÍLIO PETITRUKA JÚNIOR Controlador Municipal	PAULO ROBERTO FERREIRA
-------------------------------------	--	--	------------------------

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Dez 2018 (B)	Em 28 Feb 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.845.812,22	1.845.812,22	1.735.055,99
DEDUÇÕES (II)	5.657.612,23	5.657.612,23	6.814.168,57
Disponibilidade de Caixa	5.657.612,23	5.657.612,23	6.805.412,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.126.674,75	6.126.674,75	7.659.951,71
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	469.062,52	469.062,52	854.539,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	8.756,39
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Feb 2019 (VIIc - VIIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		-4.819.507,13

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	ELMER SANDRO QUADROS Secretário de Planejamento, Gestão e Fin	HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR Contador PR-034345/O-3 T-SC
-------------------------------------	--	---

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	59.703.938,50	8.105.765,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.864.268,82	525.621,26
I.P.T.U.	2.339.983,35	30.332,73
I.S.S.	1.409.208,73	203.378,63
I.T.B.I.	441.251,13	56.150,87
I.R.R.F.	743.460,00	104.522,84
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.930.365,61	131.236,19
Contribuições	1.055.829,99	238.382,33
Receita Patrimonial	946.310,60	28.537,44
Aplicações Financeiras (II)	936.150,10	27.537,44
Outras Receitas Patrimoniais	10.160,50	1.000,00
Transferências Correntes	44.729.328,75	6.651.077,97
Cota-Parte do FPM	15.718.343,13	2.393.412,21
Cota-Parte do ICMS	10.834.331,66	1.546.712,27
Cota-Parte do IPVA	1.445.824,02	201.438,91
Cota-Parte do ITR	14.795,25	158,58
Transferências da LC 87/1996	52.969,50	0,00
Transferências da LC 61/1989	134.525,00	18.605,14
Transferências do FUNDEB	9.971.084,88	1.881.143,41
Outras Transferências Correntes	6.557.455,31	609.607,45
Demais Receitas Correntes	5.108.200,34	662.146,76
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	5.108.200,34	662.146,76
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	58.767.788,40	8.078.228,32
RECEITAS DE CAPITAL (V)	18.159.592,04	227.080,00
Operação de Crédito (VI)	9.198.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	1.703.558,00	227.080,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	1.703.558,00	227.080,00
Transferências de Capital	7.258.034,04	0,00
Convênios	7.258.034,04	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	8.961.592,04	227.080,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	67.729.380,44	8.305.308,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	55.728.429,29	9.591.609,06	6.710.602,72	5.928.085,39	469.062,52	1.309,72	904,24
Pessoal e Encargos Sociais	33.342.001,36	4.693.027,38	4.531.750,10	4.072.728,20	461.103,59	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	225.000,00	33.995,44	33.995,44	33.995,44	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	22.161.427,93	4.864.586,24	2.144.857,18	1.821.361,75	7.958,93	1.309,72	904,24
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	22.161.427,93	4.864.586,24	2.144.857,18	1.821.361,75	7.958,93	1.309,72	904,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	55.503.429,29	9.557.613,62	6.676.607,28	5.894.089,95	469.062,52	1.309,72	904,24
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	25.187.558,65	817.458,09	794.379,95	722.763,23	0,00	0,00	0,00
Investimentos	24.515.558,65	706.701,86	683.623,72	612.007,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	672.000,00	110.756,23	110.756,23	110.756,23	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	24.515.558,65	706.701,86	683.623,72	612.007,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	80.188.987,94	10.264.315,48	7.360.231,00	6.506.096,95	469.062,52	1.309,72	904,24
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							
		1.329.244,61					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-995.310,67					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCOORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		27.537,44					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		33.995,44					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.322.786,61					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-4.819.507,13					
ABAIXO DA LINHA							
		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		1.845.812,22				1.735.055,99	
DEDUÇÕES (XXIX)		5.657.612,23				6.805.412,18	
Disponibilidade de Caixa		5.657.612,23				6.805.412,18	
Disponibilidade de Caixa Bruta		6.126.674,75				7.659.951,71	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		469.062,52				854.539,53	
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-3.811.800,01				-5.070.356,19	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.258.556,18					

Continua 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	-385.477,01
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	1.644.033,19
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	1.650.491,19
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	3.005.827,29
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	3.005.827,29
	0,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	ELMER SANDRO QUADROS Secretário de Planejamento, Gestão e Fin	HERCÍLIO PETRUKA JUNIOR Contador PR-0343345/Q-3 T-SC
-------------------------------------	--	---

AULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.934.305,07	4.934.305,07	394.385,07	7,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.339.983,35	2.339.983,35	30.332,73	1,30
1.1.1- IPTU	1.987.899,85	1.987.899,85	2.638,88	0,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	352.083,50	352.083,50	27.693,85	7,87
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	441.652,99	441.652,99	56.150,87	12,71
1.2.1- ITBI	432.434,94	432.434,94	54.289,08	12,55
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	9.218,05	9.218,05	1.861,79	20,20
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.409.208,73	1.409.208,73	203.378,63	14,43
1.3.1- ISS	1.283.713,78	1.283.713,78	198.580,16	15,47
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	125.494,95	125.494,95	4.798,47	3,82
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	743.460,00	743.460,00	104.522,84	14,06
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.868.140,49	33.868.140,49	5.200.408,42	15,35
2.1- Cota-Parte FPM	18.714.343,13	18.714.343,13	2.991.765,21	15,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.146.708,13	18.146.708,13	2.991.765,21	16,49
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	567.635,00	567.635,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.162.008,59	13.162.008,59	1.933.390,13	14,69
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.969,50	62.969,50	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	168.525,00	168.525,00	23.256,42	13,80
2.5- Cota-Parte ITR	17.470,25	17.470,25	198,22	1,13
2.6- Cota-Parte IPVA	1.742.824,02	1.742.824,02	251.798,44	14,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.802.445,56	38.802.445,56	5.594.793,49	14,42

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.285.294,90	1.285.294,90	271.320,91	21,11
5.1- Transferências do Salário-Educação	991.110,00	991.110,00	245.404,71	24,76
5.2- Transferências Diretas - PDDE	181,90	181,90	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	281.410,00	281.410,00	24.871,20	8,84
5.4- Transferências Diretas - PNATE	12.593,00	12.593,00	1.045,00	8,30
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	583.860,71	583.860,71	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	583.860,71	583.860,71	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.432.554,64	11.432.554,64	879.639,31	7,69
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	13.301.710,25	13.301.710,25	1.150.960,22	8,65

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.667.351,93	5.667.351,93	1.040.081,31	18,35
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.996.000,00	2.996.000,00	598.353,00	19,97
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.327.676,93	2.327.676,93	386.677,86	16,61
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	34.000,00	34.000,00	4.651,28	13,68
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.675,00	2.675,00	39,64	1,48
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	297.000,00	297.000,00	50.359,53	16,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.988.250,88	9.988.250,88	1.883.988,70	18,86
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.971.584,88	9.971.584,88	1.881.143,41	18,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	16.666,00	16.666,00	2.845,29	17,07
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	4.304.232,95	4.304.232,95	841.062,10	19,54

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.283.034,65	9.283.034,65	909.353,92	9,80	909.353,92	9,80
13.1- Com Educação Infantil	4.497.490,70	4.497.490,70	471.380,17	10,48	471.380,17	10,48
13.2- Com Ensino Fundamental	4.785.543,95	4.785.543,95	437.973,75	9,15	437.973,75	9,15
14- OUTRAS DESPESAS	706.716,23	706.716,23	55.105,38	7,80	55.105,38	7,80
14.1- Com Educação Infantil	374.755,43	374.755,43	30.111,36	8,03	30.111,36	8,03
14.2- Com Ensino Fundamental	331.960,80	331.960,80	24.994,02	7,53	24.994,02	7,53
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.989.750,88	9.989.750,88	964.459,30	9,65	964.459,30	9,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						36.441,12
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						36.441,12
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						36.441,12
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						928.018,18
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						48,27
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,99
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						50,74
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						36.441,12
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						36.441,12
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.169.956,44	6.169.956,44	637.306,88	10,33	595.052,63	9,64
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	8.561.629,10	8.561.629,10	960.979,97	11,22	871.324,70	10,18
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.117.504,75	5.117.504,75	462.967,77	9,05	462.967,77	9,05
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.444.124,35	3.444.124,35	498.012,20	14,46	408.356,93	11,86
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	14.731.585,54	14.731.585,54	1.598.286,85	10,85	1.466.377,33	9,95
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						841.062,10
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						841.062,10
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						625.315,23
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						11,18
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.012.510,00	1.111.136,57	209.890,30	18,89	139.766,30	12,58
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.689.634,80	4.560.776,28	1.197.225,04	26,25	1.145.206,48	25,11
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	4.702.144,80	5.671.912,85	1.407.115,34	24,81	1.284.972,78	22,66
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	19.433.730,34	20.403.498,39	3.005.402,19	14,73	2.751.350,11	13,48
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	36.441,12	57.398,43
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.881.143,41	245.404,71
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	661.825,10	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	661.825,10	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.845,29	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.258.604,72	302.803,14
50- (+) Ajustes	0,00	57,20
50.1. (+) Retenções	0,00	57,20
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.258.604,72	302.860,34

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SCPAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	9.198.000,00	0,00	9.198.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	25.187.558,65	817.458,09	24.370.100,56
Investimentos	24.515.558,65	706.701,86	23.808.856,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	672.000,00	110.756,23	561.243,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	25.187.558,65	817.458,09	24.370.100,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	15.989.558,65	817.458,09	24.370.100,56

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA

Contador PR-034345/C

PAULO ROBERTO FERREIRA

Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	2.642.323,80	254.617,44	2.387.706,36
Receita de Alienação De Bens Móveis	1.703.558,00	0,00	1.703.558,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	227.080,00	-227.080,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	938.765,80	27.537,44	911.228,36

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	1.678.242,99	204.000,00	204.000,00	204.000,00	0,00	0,00	1.474.242,99
Despesas de Capital	1.678.242,99	204.000,00	204.000,00	204.000,00	0,00	0,00	1.474.242,99
Investimentos	1.678.242,99	204.000,00	204.000,00	204.000,00	0,00	0,00	1.474.242,99

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (lb - (lf + llg))	SALDO ATUAL (k) = (lli + llii)
Valor(III)	60.048,33	23.080,00	83.128,33

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR
Contador PR-034345/O-3 T-SCPAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre	%
				(b)	(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			4.880.403,21	394.385,07	8,08
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		1.978.269,85	1.978.269,85	685,66	0,03
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		432.033,08	432.033,08	54.289,08	12,57
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		1.282.750,78	1.282.750,78	198.239,66	15,45
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		689.960,00	689.960,00	104.522,84	15,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		28.868,60	28.868,60	2.435,28	8,44
Dívida Ativa dos Impostos		265.039,00	265.039,00	25.892,33	9,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		203.481,90	203.481,90	8.320,22	4,09
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			33.902.487,49	5.200.408,42	15,34
Cota-Parte FPM		18.714.343,13	18.714.343,13	2.991.765,21	15,99
Cota-Parte ITR		17.470,25	17.470,25	198,22	1,13
Cota-Parte IPVA		1.742.824,02	1.742.824,02	251.798,44	14,45
Cota-Parte ICMS		13.162.008,59	13.162.008,59	1.933.390,13	14,69
Cota-Parte IPI-Exportação		168.525,00	168.525,00	23.256,42	13,80
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		97.316,50	97.316,50	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)		62.969,50	62.969,50	0,00	0,00
Outras		34.347,00	34.347,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		38.782.890,70	38.782.890,70	5.594.793,49	14,43
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre	%
				(d)	(d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		9.198.000,00	9.198.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		22.829.012,14	22.829.012,14	2.608.102,26	11,42
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		32.027.012,14	32.027.012,14	2.608.102,26	8,14
DESPESAS COM SAÚDE (P or Grupo de Natureza da Despesa)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%
		(f)	(f/e)*100	(g)	(g/e)*100
DESPESES CORRENTES	13.346.729,00	1.889.656,78	13,10	1.627.603,98	11,29
Pessoal e Encargos Sociais	8.781.583,00	1.172.660,63	12,59	1.172.660,63	12,59
Outras Despesas Correntes	4.565.146,00	716.996,15	14,03	454.943,35	8,90
DESPESES DE CAPITAL	1.611.836,00	2.690,17	0,14	2.690,17	0,14
Investimentos	1.611.836,00	2.690,17	0,14	2.690,17	0,14

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.611.836,00	1.897.986,64	2.690,17	0,14	2.690,17	0,14
Investimentos	1.611.836,00	1.897.986,64	2.690,17	0,14	2.690,17	0,14
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	14.958.565,00	16.319.491,48	1.892.346,95	11,60	1.630.294,15	9,99
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.200.424,00	5.276.761,65	439.268,64	23,21	265.056,67	16,26
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.200.424,00	5.276.761,65	439.268,64	23,21	265.056,67	16,26
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.200.424,00	5.276.761,65	439.268,64	23,21	265.056,67	16,26
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	10.758.141,00	11.042.729,83	1.453.078,31	76,79	1.365.237,48	83,74
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						526.018,46

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	10.473.916,00	11.579.804,32	1.415.720,96	74,81	1.279.233,82	78,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.982.577,00	3.034.831,22	310.239,08	16,39	206.049,55	12,64
Suporte Profilático e Terapêutico	613.500,00	746.600,00	53.099,79	2,81	33.165,28	2,03
Vigilância Sanitária	252.100,00	270.355,56	31.958,63	1,69	31.808,63	1,95
Vigilância Epidemiológica	146.772,00	166.772,00	7.139,94	0,38	5.848,32	0,36
Outras Subfunções	499.700,00	531.128,38	74.188,55	3,92	74.188,55	4,55
TOTAL	14.968.565,00	16.329.491,48	1.892.346,95	100,00	1.630.294,15	100,00

FONTE: Sistema Beta Sapo v 6.0.33

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+r) - (15 \times lllb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

SCHROEDER , 10/04/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PETTRUKA JÚNIC
Contador PR-034345/O-3 T-§PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.33

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	ELMER SANDRO QUADROS Secretário de Planejamento, Gestão e Fin	HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR Contador PR-034345/O-3 T-SC
-------------------------------------	--	---

PAULO ROBERTO FERREIRA
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		78.191.431,66		
Previsão Atualizada		78.191.431,66		
Receitas Realizadas		8.337.923,91		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.903.901,58		
DESPESAS				
Dotação Inicial		78.191.431,66		
Créditos Adicionais		3.005.827,29		
Dotação Atualizada		81.197.258,95		
Despesas Empenhadas		10.412.897,47		
Despesas Liquidadas		7.508.812,99		
Despesas pagas		6.654.678,94		
Superavit Orçamentário		829.110,92		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		10.412.897,47		
Despesas Liquidadas		7.508.812,99		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		51.909.942,15		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-4.819.507,13	1.322.786,61	-27,45
Resultado Primário		-995.310,67	1.329.244,61	-133,55
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.309,72	0,00	904,24	405,48
EXECUTIVO	1.309,72	0,00	904,24	405,48
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	469.062,52	0,00	469.062,52	0,00
EXECUTIVO	469.062,52	0,00	469.062,52	0,00
TOTAL:	470.372,24	0,00	469.966,76	405,48
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		625.315,23	25%	11,18
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		909.353,92	60%	48,27

Continua 1/2

Município de SCHROEDER - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			227.080,00	1.476.478,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			204.000,00	1.474.242,99
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.365.237,48	15,00	24,40	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema Beta Sapo v 6.0.33

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SCHROEDER, 10/04/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR

Contador PR-034345/O-3 T-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA

Controlador Municipal

Seara

PREFEITURA

PORTARIA Nº 248

Publicação Nº 1981320

Portaria nº 248, de 10 de abril de 2019.

Determina a instauração de Sindicância para apuração de fatos envolvendo atos relacionados ao desempenho das atribuições de servidor municipal, nomeia comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício, de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 108, da Lei Orgânica Municipal e art. 181, da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar sindicância para apuração de fatos envolvendo atos relacionados ao desempenho das atribuições da servidora municipal, matrícula nº 899/10.

Art. 2º. Nomear os servidores públicos municipais abaixo identificados, para compor a comissão que irá conduzir a Sindicância:

I – representante do Poder Executivo Municipal:

- a) Tânia Letícia Benetti – Presidente;
- b) Ana Paula Trentini Alves – Secretário.

II – representante do Sindicato dos Trabalhadores, Funcionários e Servidores Municipais de Seara:

- a) Arival Cruz do Nascimento – Membro.

Art. 3º. A comissão deverá assegurar ao indiciado o fiel cumprimento das garantias constitucionais concernentes ao contraditório e a ampla defesa, bem como observar as normas e diretrizes aplicáveis à Sindicância.

Art. 4º. Fixar o prazo de 60 dias (sessenta dias) para a conclusão e elaboração de relatório da Sindicância, prorrogável por igual período, desde que devidamente justificado.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 10 de abril de 2019.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 10 de abril de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

PORTARIAS 242/2019 A 244/2019

Publicação Nº 1980324

Portaria nº. 242/2019. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 35/2017, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2019, resolve,

Contratar, Naiton Tartaro, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, Nível Não Habilitado, Classe Inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com a disciplina de Ciências, na Escola Núcleo São Rafael, com carga horária de 10 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professor titular, Ricardo Luis Gabiatti, legalmente afastada, no período de 10 de abril a 07 de maio de 2019, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 09 de abril de 2019.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 09 de abril de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração.

Portaria nº. 243/2019. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 74/2018, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2019, resolve,
Contratar, Delvina Taffarel Sordi, em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Ensino Titulado, Classe Inicial, anexo I-A, da Lei Complementar nº. 30/2008, no Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Deolindo Zílio, para atender aluno com necessidades especiais, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, no período de 10 de abril a 04 de outubro de 2019, para substituir servidora titular, Daniela Sanders, legalmente afastada, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 09 de abril de 2019.

Flavio Ragagnin
Prefeito Municipal em Exercício
Registra-se e Publica-se
Em 09 de abril de 2019.
Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração.

Portaria nº. 244/2019. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e dá outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Gessica Vanderleia Kochem, matrícula 243301, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 06 a 20 de abril de 2019, mediante remuneração pelo município e a partir de 21 de abril de 2019, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS. Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 09 de abril de 2019.

Flavio Ragagnin
Prefeito Municipal em Exercício
Registra-se e Publica-se
Em 09 de abril de 2019.
Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PORTARIAS 245/2019 A 247/2019

Publicação Nº 1981223

Portaria nº 245/2019. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, alínea “b” do artigo 2º da Lei Complementar nº 98/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 35/2017, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2019, resolve,

Alterar a finalidade e o prazo de vigência da contratação de, Analice Malvina dos Santos Soares, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, que passará a atender o programa de apoio pedagógico do ensino fundamental, na Escola Núcleo Lira Camilla Petry e atendimento domiciliar a aluno com diagnóstico de neoplasia maligna, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, no período de 10 de abril a 19 de dezembro de 2019, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 10 de abril de 2019.

Flavio Ragagnin
Prefeito Municipal em Exercício
Registra-se e Publica-se
Em 10 de abril de 2019.
Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

Portaria nº. 246/2019. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, alínea “a”, do artigo 2º da Lei Complementar nº 98/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 35/2017, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2019, resolve,

Contratar, Katia Aline Hollers Casarotto, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, Nível Ensino Superior, Classe Inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Escola Núcleo Nova Teutônia, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei,

para substituir professora titular, Daniela Sanders, legalmente afastada, no período de 10 de abril a 04 de outubro de 2019, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Seara, SC., em 10 de abril de 2019.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 10 de abril de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 247/2019. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Demitir a pedido, Franciele Oliveira Nardi, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Auxiliar de Creche, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, a partir de 11 de abril de 2019.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 10 de abril de 2019.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 10 de abril de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 070/2019

Publicação Nº 1980210

DECRETO Nº 070/2019, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Municipal nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido licença sem remuneração, a pedido, à Servidora Pública Municipal ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI, matriculada sob nº 986, ocupante do cargo efetivo de Professora I, nível 220, do Grupo II-MEG, 20 horas semanais,, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Esta licença compreende o período de 11 de abril de 2019 a 10 de abril de 2020 (01 ano).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de abril de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

DECRETO 071/2019

Publicação Nº 1980356

DECRETO Nº 071/2019, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

“INDENIZA LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NAILDES MINA FRIES BOTTEGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Complementar nº 039, de 26 de abril de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido na forma indenizada, Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal, NAILDES MINA FRIES BOTTEGA, ocupante do cargo efetivo de Servente, Nível 110, do Grupo I-SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. A Licença Prêmio será indenizada na ordem de 70% (setenta por cento) do valor integral da remuneração do mês de abril de 2019, referente ao período aquisitivo de 25/02/2015 a 26/04/2018, totalizando 32 dias.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de abril de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS DE FEVEREIRO 2019- PMSA

Publicação Nº 1980230

Página: 1/20

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AÇÚCAR CRISTAL BRANCO - MERENDA ESCOLAR 5KG	355	60,000	11,8000	708,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AÇÚCAR MASCADO - Pacote 1Kg - MERENDA ESCOLAR	355	60,000	11,5000	690,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AMENDOIM - Pacote líquido de 500gr - MERENDA ESCOLAR	355	180,000	4,6000	828,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AMIDO DE MILHO - Pacote de 1Kg - MERENDA ESCOLAR	355	60,000	6,9000	414,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	ARROZ BRANCO - Pacote 5kg - MERENDA ESCOLAR	355	60,000	14,2500	855,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AVEIA EM FLOCOS FINOS - Pacote 500gr - MERENDA ESCOLAR	355	50,000	6,5000	325,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL-Pacote 370 a 400gr - MERENDA	355	100,000	5,7500	575,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BISCOITO DOCE SABOR LEITE - MERENDA ESCOLAR	355	100,000	6,0000	600,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA - Pacote 400gr - MERENDA ESCOLAR	355	100,000	4,8000	480,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CARNE BOVINA EM ISCAS - pacote 1 a 2Kg - MERENDA ESCOLAR	355	300,000	23,5000	7.050,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CHOCOLATADO EM PÓ SOLÚVEL - MERENDA ESCOLAR - 1KG	355	80,000	15,9000	1.272,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CONDIMENTO COLORIFICO EM PÓ DE PRIMEIRA- 500GR- MERENDA	355	60,000	4,2000	252,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - Pacote 5kg - MERENDA ESCOLAR	355	40,000	12,4000	496,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ - Embalagens 250gr- MERENDA ESCOLAR	355	60,000	6,0000	360,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	LEITE INTEGRAL UHT COM TAMPA DE ROSCA 1L - MERENDA ESCOLAR	355	1,500,000	3,3400	5.010,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	POLVILHO AZEDO - 500GR - MERENDA ESCOLAR	355	180,000	3,9000	702,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	POLVILHO DOCE - 500GR - MERENDA ESCOLAR	355	60,000	3,7000	222,00
AEIL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML	393	2,000	5,0000	10,00
AEIL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ALMOÇO	393	1,000	22,1100	22,11
AEIL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	ALMOÇO	393	1,000	35,0000	35,00
ÁGUA BRINDES LTDA	ESTOPA KG	449	45,250	4,5000	203,63
ALCIONES LUIZ WOJCIECHOWSKI	NITROGENIO LIQUIDO	578	285,000	2,0000	570,00
ALTAS HORAS LANCHES LTDA ME	ALMOÇO	454	1,000	27,0000	27,00
AMPLIARE MÓVEIS PLANEJADOS E HARMONIA	SERVIÇO DE MONTAGEM DE MOBILIÁRIOS	570	1,000	1,300,0000	1.300,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ABACAXI	500	50,000	7,0000	350,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	APIIM CONGELADO	500	30,000	6,5000	195,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	APIIM CONGELADO - MERENDA	358	160,000	6,0000	960,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	AMENDOIM 500GR	500	30,000	4,0000	120,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ARROZ TIPO I PARBOILIZADO	500	25,000	12,7500	318,75
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BANANA PRATA - MERENDA	358	400,000	3,5500	1.420,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BATATA DOCE LAVADA	500	60,000	3,4000	204,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BISCOITO CASEIRO (NATA, MANTEIGA, AÇÚCAR MASCADO E NATAL)	500	30,000	18,8500	565,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BISCOITO CASEIRO-DIVERSOS SABORES - Pacote 1kg - MERENDA ESC	358	100,000	18,9000	1.890,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BISCOITO DOCE SABOR LEITE COM CHOCOLATE - MERENDA ESCOLAR	358	100,000	5,6000	560,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE CÔCO E LEITE CONDENSADO	500	40,000	4,7000	188,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	BOLACHA DOCE (TIPO Maria)-acondicionada em embalagem de 370g	500	40,000	4,5000	180,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CANJICA BRANCA - Pacote com 500gr	500	40,000	2,3000	92,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDA DE PRIMEIRA	500	100,000	15,3500	1.535,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CARNE SUÍNA EM CUBOS - Pacotes de 1Kg - MERENDA ESCOLAR	358	300,000	18,4000	5.520,00

Página: 2/20

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CARNE SUÍNA FRESCA - PERNIL SEM OSSO	500	50,000	12,5000	625,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CEBOLA	500	50,000	3,1800	159,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CEREAL MATINAL - BOLINHAS DE MILHO SABOR CHOCOLATE-MERENDA	358	80,000	11,4000	912,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CEREAL MATINAL DE MILHO C/AÇUCAR	500	12,000	24,9700	299,64
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL - Pct. 230gr- MERENDA ESCOL	358	30,000	6,9500	208,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CÓCO SECO RALADO	500	15,000	4,1000	61,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA	500	8,000	4,1000	32,80
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	COXA E SOBRECOPA - MERENDA ESCOLAR	358	350,000	6,7500	2.362,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	COXA E SOBRECOPA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	500	120,000	7,0000	840,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CRAVO 10G	500	15,000	2,6000	39,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CRAVO DA ÍNDIA - 10 GR - MERENDA ESCOLAR	358	30,000	1,7000	51,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CREME DE LEITE PASTEURIZADO (NATA) - MERENDA ESCOLAR	358	120,000	6,8500	822,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CREME DE LEITE, UHT, TEOR DE GORDURA DE 25%, EM EMBALAGEM DO	500	20,000	2,6000	52,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CUCA RECHEADA	500	120,000	11,5500	1.386,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	CUCA RECHEADA - MERENDA ESCOLAR	358	120,000	13,2000	1.584,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - Pacote de 1KG	500	40,000	9,9800	399,20
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ERVA MATE PARA TERERÉ - 500GR	500	10,000	6,4000	64,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ERVILHA - 300gr - MERENDA ESCOLAR	358	60,000	6,0000	360,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ERVILHA CONGELADA EMBALAGEM	500	20,000	4,6000	92,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	FARINHA LÁCTEA MULTICEREAIS (TRIGO/CEVADA/AVEIA E CENTEIO)	358	30,000	14,0000	420,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	FILÉ DE FRANGO TIPO SASSAMI - MERENDA ESCOLAR	358	350,000	11,6000	4.060,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	FILÉ PEITO DE FRANGO	500	50,000	11,9000	595,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	GELATINA	500	10,000	13,9700	139,70
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	GOABADA 300GR	500	10,000	3,0000	30,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	GROSTOLI/CALÇA VIRADA (DOCE E SALGADA)	500	30,000	16,0000	480,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	IOGURTE DE FRUTAS (NÃO PODE SER BEBIDA LÁCTEA) 1L - MEREN	358	500,000	5,0000	2.500,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	LEITE CONDENSADO	500	30,000	3,9000	117,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	LINGUIÇA	500	30,000	13,5000	405,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	LINGUICINHA DE FRANGO - 1KG - MERENDA ESCOLAR	358	200,000	17,4500	3.490,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MAÇÃ FUJI	500	40,000	6,1000	244,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MACARRÃO CASEIRO FEITO DE FORMA ARTESANAL (PADARIA)	500	70,000	13,0000	910,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MACARRÃO SEM GLUTEN	500	5,000	5,4000	27,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MANGA	500	80,000	4,0000	320,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MANTEIGA	500	10,000	8,2500	82,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MANTEIGA 200G - MERENDA ESCOLAR	358	80,000	8,4000	672,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MARGARINA- vegetal extra-cremosa sem sal	500	12,000	4,4000	52,80
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MELÃO DOCE	500	60,000	4,1000	246,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MILHO PARA PIPOCA PACOTE COM 500GR	500	30,000	2,7000	81,00

Página: 3/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MILHO VERDE - Embalagem 350gr - MERENDA ESCOLAR	358	60,000	6,2000	372,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MINI ESFIHA- de carne, frango e queijo/presunto. Validade m	500	20,000	18,0000	360,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MORTADELA DE FRANGO - 1KG - MERENDA ESCOLAR	358	100,000	10,2500	1,025,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	MORTADELA DE FRANGO 1KG	500	10,000	8,3000	83,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	ÓLEO DE SOJA - Características técnicas	500	80,000	4,3200	345,60
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PALITO SALGADO FRITO CASEIRO - PACOTES COM 500GR	500	15,000	24,2500	363,75
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÃO DE CACHORRO QUENTE - MERENDA ESCOLAR	358	200,000	12,8000	2,560,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÃO DE FORMA INTEGRAL FATIADO 500GR - MERENDA ESCOLAR	358	200,000	7,1000	1,420,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PÃO FATIADO - Pão do tipo caseiro	500	20,000	7,1500	143,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	PASTEL ASSADO - Tamanho médio de 100 a 150g de carne ou fran	500	15,000	20,0000	300,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	POLPA DE FRUTAS - SABORES DIVERSOS - MERENDA	358	180,000	27,0000	4,860,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	QUEIJO MUSSARELA	500	60,000	28,1000	1,686,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	QUEIJO MUSSARELA - 1KG- MERENDA ESCOLAR	358	180,000	25,0000	4,500,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	REFRIGERANTE DIVERSOS SABORES - FRASCO COM 2 LITROS	500	60,000	5,9000	354,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	SALGADO ASSADO TIPO MINI PIZZA DIVERSOS SABORES	500	50,000	19,8000	990,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	SALSICHA DE FRANGO- sem corante	500	25,000	10,5000	262,50
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	SUCO DE FRUTAS CONCENTRADO SEM AÇÚCAR SABOR UVA OU LARANJA	500	30,000	12,9000	387,00
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	VINAGRE DE MAÇÃ	500	30,000	3,4200	102,60
ARI BOTTEGA ME	BANDO ALUMINIO	343	11,800	49,0000	578,20
ARI BOTTEGA ME	PERSIANA VERT. BLACKOUT	343	17,510	109,9000	1,924,35
ARI BOTTEGA ME	SUPORTE BANDO	343	10,000	3,9000	39,00
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - AS	SERVIÇO DE ARBITRAGEM MODALIDADE FUTEBOL DE AREIA MASCULINO		80,000	170,0000	13,600,00
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - AS	SERVIÇO DE ARBITRAGEM NA MODALIDADE FUTSAL MASCULINO		350,000	180,0000	63,000,00
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - AS	SERVIÇO DE ARBITRAGEM NA MODALIDADE VOLEIBOL DE AREIA		50,000	170,0000	8,500,00
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - AS	SERVIÇO DE ARBITRAGEM NA MODALIDADE VOLEIBOL DE QUADRA		60,000	180,0000	10,800,00
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - AS	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE JOGOS DA BASE NA MODALIDADE DE VOL		50,000	70,0000	3,500,00
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - AS	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM MODALIDADE FUTEBOL SUÍÇO MASCULINO		100,000	190,0000	19,000,00
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ARBITROS - AS	SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, NA MODALIDADE FUTEBOL DE CAMPO		100,000	370,0000	37,000,00
ATILIO SIMON & CIA LTDA EPP	COBERTURA HARALD CONFEITEIRO AO LEITE 5 KG	588	2,000	79,9800	159,96
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS	441	9,000	30,0000	270,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	ÓLEO DT - 500ML	448	1,000	20,0000	20,00
AZULÃO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS I	SERVIÇOS DE CONSERTO E LIMPEZA RADIADOR ÁGUA	563	1,000	380,0000	380,00
AZULÃO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS I	SERVIÇOS DE CONSERTO E LIMPEZA RADIADOR ÓLEO	563	1,000	200,0000	200,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MINI BANDI CARCI LOOP 35X5CM	543	10,000	16,1229	161,23
BAMPTUR TRANSPORTES LTDA ME	ROTEIRO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ANO 2019		19,995,000	4,1900	83,779,05
BÁO DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA ME	BOMBA INOX DESMONT.	476	1,000	50,0000	50,00

Página: 4/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BÃO DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA ME	FACA	476	1,000	6,5800	6,58
BÃO DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA ME	MANGUEIRA TRANCADA 1/2 X 2,2MM 15MT	476	2,000	31,0000	62,00
BÃO DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA ME	NIPEL ROSCÁVEL 1/2	476	1,000	0,4220	0,42
BÃO DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA ME	TABUA CARNE 34 X 24 X 1,8	476	1,000	23,0000	23,00
BETHA SISTEMAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NO SISTEMA DE INFORMATICA	462	1,000	176,0600	176,06
BETHA SISTEMAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NO SISTEMA DE INFORMATICA	474	1,000	264,0900	264,09
BETHA SISTEMAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NO SISTEMA DE INFORMATICA	566	1,000	88,0300	88,03
BORSOI COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	CUICA FREIO	390	1,000	897,0000	897,00
CAIBI INSPEÇÕES VEICULARES LTDA	SERVIÇOS DE INSPEÇÃO VEICULAR/COM A EMISSÃO DE LAUDO ESCOLAR	392	2,000	320,0000	640,00
COM COMERCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTI	FLUIDO DE FREIO	461	3,000	47,0000	141,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ALMOFADA REFIL 45 X 45	594	10,000	8,6000	86,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	APLIQUES BÓTEOS UN	594	100,000	0,3000	30,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	APLIQUES UN	587	4,000	1,9000	7,60
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ARAME ALUMINIO LISO PCT 2 UN C/ 5MTS CADA	587	13,000	3,9000	50,70
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ARGOLA 1520MM PCT 144 UN	587	1,000	31,0000	31,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ARGOLA 4550MM PCT 100 UN	587	1,000	41,9000	41,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ARGOLA ARTESANATO	587	5,000	2,9000	14,50
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	BASE ACRILICA P/ARTESANATO 250ML	587	10,000	11,9000	119,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	COLA INSTANTANEA 20GR	587	10,000	6,9500	69,50
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ELASTICO 15MM RL 25MTS	594	2,000	5,4000	10,80
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ELASTICO 5MM RL 100MTS	594	1,000	11,0000	11,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	FITA CETIM GITEX ND 4MM RL 100MTS CORES DIVERSAS	587	6,000	9,8000	58,80
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	FITA FLORAL ROLO	587	10,000	3,3000	33,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	FURADOR METAL P/ PAPEL E EVA	587	1,000	54,9000	54,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	FURADOR PAPEL E EVA 25MM	587	1,000	19,9000	19,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	FURADOR PAPEL EVA 16MM	587	3,000	13,9000	41,70
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	GURLANDAS ARTESANATO	587	1,000	23,9000	23,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	LÁSTEX RL 500 MTS	594	2,000	13,9000	27,80
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	MASSA BISCUIT 1KG	587	4,000	18,9000	75,60
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	OLHO MÓVEL N4 C/100	594	1,000	9,9000	9,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	OLHOS MÓVEIS 18 20MM PCT 100 UN	594	2,000	18,9000	37,80
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	OLHOS N° 0,1;2;3 PCT C/ 100 UN	594	2,000	6,0000	12,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PASSAMANARIA METRO	594	42,000	0,9000	37,80
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PENA SORTIDA PCT	587	20,000	1,0000	20,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PENA SORTIDA PCT	587	3,000	1,0000	3,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PEROLA 08MM PCT 500GR	587	3,000	39,9000	119,70

Página: 5/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PEROLA 16 PCT 500GR	587	3,000	32,9000	98,70
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PEROLAS PCT 30GR	587	5,000	3,6000	18,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PISTILO MAÇO	587	10,000	3,9000	39,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE	594	1,000	68,9000	68,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	TECIDO BORDAR PONTO CRUZ	587	10,000	19,9000	199,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO 1,50 LARGURA 100 ALGODÃO	587	10,000	14,9000	149,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO 1,50 LARGURA 100 ALGODÃO	594	3,000	21,5000	64,50
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	TESOURA CABO EMBORRACHADO	587	1,000	59,9000	59,90
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	ZIPER NYLON 30 A 60CM	594	10,000	0,9000	9,00
CHOPIN CENTER LANCHES LTDA ME	ALMOÇO	442	30,000	15,0000	450,00
CHOPIN CENTER LANCHES LTDA ME	COCA COLA 290ML	599	1,000	4,0000	4,00
CHOPIN CENTER LANCHES LTDA ME	JANTAR	442	30,000	15,0000	450,00
CHOPIN CENTER LANCHES LTDA ME	MARMITAS	599	47,000	10,0000	470,00
CLINICA MEDICA IMI EIRELI	CONSULTA MÉDICA OCUPACIONAL	591	24,000	40,0000	960,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	AÇÚCAR REFINADO 1KG	581	2,000	3,1500	6,30
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	AMENDOIM BRANCO 500GR	581	3,000	3,2500	9,75
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BALAS PCT 190GR	318	1,000	4,7900	4,79
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BALAS PCTE 600G	318	1,000	23,9000	23,90
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BALAS PCTE 600G	318	1,000	8,9900	8,99
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO AGUIA SALT CRACKER 360GR	318	1,000	4,9900	4,99
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO CLUB SOCIAL 141 GR	318	2,000	3,9900	7,98
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	BISCOITO ROSCA DE CHOCOLATE 330G	318	1,000	4,4500	4,45
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CHA CAMOMILA 10GR	318	5,000	2,4900	12,45
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CHÁ ERVA DA MATA AROMÁTICO 15G	318	1,000	4,2500	4,25
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - Pacote de 1KG	337	10,000	10,4500	104,50
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - Pacote de 1KG	475	10,000	10,4500	104,50
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	FILTRO DE BOMBA DE CHIMARRÃO	318	8,000	1,4700	11,76
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	GENGIBRE	318	0,750	10,3330	7,75
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	LEITE CONDENSADO	581	3,000	2,9900	8,97
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	REFRESCO 25G SABORES SORTIDOS	318	32,000	0,7900	25,28
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	AROMATIZANTE P/VEÍCULOS	330	1,000	10,0000	10,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO AR	330	2,000	75,0000	150,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO AR	331	1,000	100,0000	100,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO ARS	331	1,000	115,0000	115,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO ARS	331	1,000	30,0000	30,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO FRAM CA/CH	331	1,000	72,0000	72,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO FRAM CA/CH	331	1,000	68,0000	68,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO HENGEST E 16	331	1,000	42,0000	42,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO HENGEST E57	331	2,000	75,0000	150,00

Página: 6/20

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO ÓLEO	329	1,000	22,0000	22,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO ÓLEO	331	1,000	42,0000	42,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO PEL 119	346	1,000	30,0000	30,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO PH 346	330	1,000	15,0000	15,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO PH 346	331	1,000	15,0000	15,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO PSC 75	330	1,000	45,0000	45,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO PSL 135	331	1,000	27,0000	27,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO PSL 283	330	1,000	60,1400	60,14
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO PSL 283	331	2,000	60,1400	120,28
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO PSL 283	422	1,000	60,1400	60,14
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO RACOR S-3015	330	2,000	95,0000	190,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	FILTRO SEPARADOR	331	1,000	110,0000	110,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	GRAXA MP2 BALDE DE 20KG	331	1,000	350,0000	350,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	GRAXA TUTELA MP2 170KG	464	1,000	2,880,0000	2,880,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	LUBRIFICANTE 10W30 ARBOR 20LT	421	1,000	340,0000	340,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	LUBRIFICANTE 10W30 ARBOR 20LT	465	2,000	320,0000	640,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	LUBRIFICANTE 15W40 1L	346	4,000	18,9000	75,60
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	LUBRIFICANTE GL-5 85W/140 20LT	331	1,000	300,0000	300,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	LUBRIFICANTE HIDRAULICO 20 LT	330	3,000	210,0000	630,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	LUBRIFICANTE HIDRAULICO 20 LT	331	3,000	210,0000	630,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	ÓLEO SELENIA 5W30	329	3,000	30,0000	90,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	SOLUÇÃO RLA 20LTS	330	2,000	45,0000	90,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	SOLUÇÃO RLA 20LTS	465	1,000	45,0000	45,00
DA LUZ - EVENTOS, TURISMO E VIAGEM LTDA MI	FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS - IDA E VOLTA	478	1,000	2,070,6100	2,070,61
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ACABAMENTO P/ VALV. DESC. ESPECIAL	423	5,000	43,9000	219,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ACABAMENTO P/ VALV. DESC. ESPECIAL	424	1,000	69,5300	69,53
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADESIVO PLÁSTICO 75GR	424	1,000	6,8000	6,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 08MM	423	8,000	0,2000	1,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 08MM	424	20,000	0,2000	4,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 6MM	424	8,000	0,0700	0,56
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CONJUNTO LIGAÇÃO P/ VASO PVC	424	1,000	14,8700	14,87
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESPUDE FLEX. P/ VASO	424	1,000	4,4500	4,45
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	424	1,000	18,2000	18,20
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES L ^a NOVO		0,540	105,976,0300	57,227,05
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES L ^a NOVO		0,460	105,976,0300	48,748,98
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FECHO REDONDO 3	424	1,000	3,2500	3,25
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA VEDA ROSCA 18X25	423	1,000	3,8000	3,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	GANCHO BUCHA 08	424	2,000	0,6000	1,20

Página: 7/20

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	GANCHO P/ REDE E BALANÇO	424	4,000	7,3300	29,32
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	KIT PARAFUSOS AJUSTE P/ VALV DESC	424	2,000	11,3800	22,76
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	KIT PARAFUSOS P/ VALVULA HIDRA	423	6,000	12,4900	74,94
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	KIT REPARO VÁLVULA 1 1/2	424	1,000	78,4000	78,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MADEIRA PLAINADA 0,20 X 2,20	424	4,000	26,9000	107,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MECANISMO INTERNO DESCARGA	423	3,000	98,7000	296,10
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MOSQUETAO C/ TRAVA 7 X 70MM	424	4,000	2,2600	9,04
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 4,0 X 45	424	8,000	0,1800	1,44
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 4,0 X 50	423	8,000	0,2100	1,68
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 5,0 X 60	424	16,000	0,4400	7,04
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SIFÃO EXTENSIVO UNIVERSAL 0,80CM	424	1,000	8,9000	8,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SILICONE 50GR BRANCO	423	1,000	8,2500	8,25
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SILICONE 50GR TRANSPARENTE	424	1,000	6,0000	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TORNEIRA JARDIM 1/2 3/4	424	1,000	4,9000	4,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	VEDA CALHA ALUMINIO 270G	424	2,000	19,5000	39,00
DAS COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA	BUCHA AMORTECEDOR	391	2,000	24,0000	48,00
DAS COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA	BUCHA ESTABILIZADOR	391	2,000	26,9000	53,80
DAS COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA	BUCHA MOLA DANTEIRA	391	4,000	45,6300	182,52
DESTAQUE BRINDES LTDA - EPP	ADESIVO	336	20,000	25,0000	500,00
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	431	1,000	100,0000	100,00
DIESEL E DIESEL LTDA ME	CAMISA MANGA LONGA	328	17,000	80,0000	1,360,00
DIESEL E DIESEL LTDA ME	CAMISETE MANGA LONGA	328	14,000	80,0000	1,120,00
DIRNEIDE HERMANN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUIDADOR EM HOSPITAL	432	1,000	3,360,0000	3,360,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	FICHAS 1X1 CARTOLINA - FICHA PONTO	438	240,000	0,7000	168,00
DKS GRÁFICA LTDA ME	LIVRO 68 PAG. 21 X 21	437	500,000	7,3000	3,650,00
ELETROMOVEIS DE CARLI LTDA	CALHA COMERCIAL 2X40W	446	2,000	20,0000	40,00
ELETROMOVEIS DE CARLI LTDA	DUCHA MASTER BANHO 6700W	446	1,000	120,0000	120,00
ELETROMOVEIS DE CARLI LTDA	LAMPADA LED TUBULAR 18W 20W 6500K	446	4,000	25,0000	100,00
ELETROMOVEIS DE CARLI LTDA	PROJETOR LED 100W 6400K	446	2,000	210,0000	420,00
ELETROMOVEIS DE CARLI LTDA	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	445	1,000	105,0000	105,00
EM INFORMÁTICA LTDA	VISOR PASTA SUSP. C/ 50UN	579	2,000	9,1500	18,30
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTD/	BUCHA RED SOLD CURTA 75 X 60 MM	582	1,000	10,5500	10,55
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTD/	BUCHA RED SOLD CURTA 85 X 75MM	582	1,000	11,7700	11,77
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTD/	REGISTRO ESFERA SOLD 60MM	582	1,000	39,0200	39,02
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTD/	TEE 90 SOLD 85MM	582	1,000	62,6000	62,60
ESTANCIA DAS ÁGUAS RECREAÇÃO E TURISMC	FORNECIMENTO DE ESTADIA	429	117,000	15,0000	1,755,00
EXATA COMÉRCIO DE CELULARES EQUIPAMENT	CHIP	453	1,000	20,0000	20,00
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	BICO DE MAMADEIRA	477	5,000	9,9500	49,75
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	MASSAGEOL POMADA 30G	602	1,000	24,7500	24,75

Página: 8/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	NEURALGEX ICE AERO 120ML	602	3,000	29,9500	89,85
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	POMADA MASSAG. 150G	602	2,000	24,9500	49,90
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	TERMÔMETRO	477	1,000	19,9500	19,95
FRANCIELI DETONI DE CARLI ME	TAMPA TRASEIRA STRADA	480	1,000	1.558,0000	1.558,00
FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRES	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	415	1,000	243,4000	243,40
GESUL COMERCIAL LTDA	LIXEIRAS (CONTENTORES) CAPACIDADE 1000LTS	693	9,000	1.640,0000	14.760,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ABACAXI PÉROLA - MERENDA	360	350,000	6,2500	2.187,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ABOBORA JAPONESA (CABUTIÁ) - MERENDA	359	120,000	3,7500	450,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ABOBORA TIPO CABOTIA	502	50,000	3,1500	157,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ACELGA	502	30,000	5,8000	174,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ACELGA - MERENDA	359	100,000	6,4500	645,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AÇUCAR BAUNILHA 500GR	502	10,000	7,7000	77,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AÇUCAR CRISTAL	502	20,000	10,7500	215,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ALFACE LISA OU CRESPA	502	50,000	3,0000	150,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ALFACE LISA OU CRESPA - MERENDA	360	200,000	3,2500	650,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ALHO - MERENDA	360	120,000	5,1500	618,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ALHO EM CABEÇA- Graúdo, novo, de 1ª qualidade	502	20,000	4,7500	95,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AMIDO DE MILHO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:	502	20,000	6,7500	135,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AVEIA EM FLOCOS MEDIOS- acondicionados em pacotes de 300gr	502	10,000	4,7000	47,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AZEITE DE OLIVA, puro (100%), virgem, frasco com 500ml.	502	5,000	15,4000	77,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BANANA CATURRA	502	60,000	2,3500	141,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BANANA CATURRA - MERENDA	360	600,000	2,4000	1.440,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA DOCE - MERENDA	359	150,000	3,6000	540,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA INGLESA	502	70,000	3,0000	210,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA INGLESA - MERENDA	360	400,000	3,2500	1.300,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BETERRABA	502	40,000	3,5500	142,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BETERRABA - MERENDA	360	180,000	4,0000	720,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BISCOITO DOCE SEM GLUTEN	502	10,000	24,9000	249,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BOLACHA SALGADA - AGUA E SAL acondicionada em embalagens de	502	20,000	5,0500	101,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BRÓCOLIS	502	20,000	5,8000	116,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BRÓCOLIS - MERENDA	359	120,000	6,6000	792,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO 200GR	502	15,000	11,1500	167,25
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CANELA EM RAMA - 20GR - MERENDA ESCOLAR	359	50,000	2,3000	115,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CANELA EM RAMA 10G	502	15,000	2,1000	31,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CAQUI - AGRICULTURA FAMILIAR	359	350,000	7,3500	2.572,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CARNE BOVINA EM ISCAS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	502	80,000	19,9000	1.592,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CEBOLA - MERENDA	360	200,000	3,3500	670,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CENOURA	502	40,000	3,5500	142,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CENOURA - MERENDA	360	200,000	3,9500	790,00

Página: 9/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHÁ PARA CHIMARRÃO 15GR	502	15,000	3,8500	57,75
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHÁS (ERVA DOCE) 50GR	359	60,000	3,7000	222,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHOCOLATE EM PÓ KG	502	20,000	12,7000	254,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHOCOLATE GRANULADO- pacote de 150 Gr.	502	10,000	3,5000	35,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHUCHU - MERENDA	360	200,000	3,8000	760,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHUCHU- KG	502	30,000	3,9500	118,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COUVE FLOR - MERENDA ESCOLAR	359	150,000	6,9500	1,042,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COUVE-FLOR	502	30,000	5,4500	163,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CREME DE LEITE PASTEURIZADONATA - 350GR	502	15,000	6,2500	93,75
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	DOCE DE LEITE	502	10,000	9,6500	96,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	DOCE DE LEITE CREMOSO-TRADICIONAL OU COM CHOCOLATE-MERENDA	359	80,000	7,6000	608,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	EXTRATO DE TOMATE -Embalagem de 340gr	502	25,000	3,2500	81,25
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE ARROZ:	502	5,000	4,4000	22,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE MILHO - Pacote 1kg - MERENDA ESCOLAR	359	70,000	3,0000	210,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE MILHO - Pacotes de 01kg	502	20,000	3,2000	64,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OU DE PRIMEIRA CARACTERÍSTICAS	502	10,000	12,7500	127,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FEIJÃO PRETO 1KG	502	20,000	5,9500	119,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FERMENTO QUÍMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	502	10,000	5,7000	57,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	GOIABADA - MERENDA ESCOLAR 300GR	359	30,000	4,2000	126,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	IOGURTE DE FRUTAS (NÃO PODE SER BEBIDA LÁCTEA) 1L - MEREN	502	75,000	5,1500	386,25
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LARANJA	502	40,000	3,2000	128,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LARANJA COMUM OU BAIXA ACIDEZ - MERENDA	360	500,000	3,9500	1,975,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LEITE INTEGRAL (original)	502	200,000	3,2500	650,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LEITE ZERO LACTOSE	502	15,000	4,9500	74,25
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LENTILHA	502	10,000	5,2500	52,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LOURO	502	10,000	2,7000	27,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LOURO - Pacote 5GR - MERENDA ESCOLAR	360	30,000	2,1000	63,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MACARRÃO CABELO DE ANJO PARA SOPA - MERENDA ESCOLAR	359	80,000	4,8500	388,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MAMÃO FORMOSA	502	30,000	6,3500	190,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MAMÃO FORMOSA DOCE - MERENDA	360	400,000	6,7500	2,700,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MANGA TOMY - MERENDA	360	450,000	5,5500	2,497,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MARGARINA - Embalagem 500gr- MERENDA ESCOLAR	359	50,000	5,8000	290,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MASSA PARA PASTEL - tamanho médio (pacote com 500 gramas)	502	30,000	6,1500	184,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MELADO DE CANA - 1KG	502	10,000	11,7500	117,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MELÂNCIA	502	120,000	1,9800	237,60
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MELÂNCIA - MERENDA	359	800,000	2,4000	1,920,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MELÃO - MERENDA	360	450,000	4,8000	2,160,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MILHO EM CONSERVA - PCTE	502	20,000	2,2500	45,00

Página: 10/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ÓLEO DE SOJA REFINADO 900ML - MERENDA ESCOLAR	359	130,000	3,7000	481,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	OREGANO DESIDRATADO 15G	502	10,000	1,7000	17,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	OVOS	502	40,000	5,9000	236,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PEPINO - MERENDA ESCOLAR	359	150,000	4,1000	615,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PEPINO- de boa qualidade KG	502	30,000	3,4500	103,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PERA - MERENDA ESCOLAR	360	400,000	8,8500	3,540,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PIMENTÃO VERDE	502	10,000	6,4500	64,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PIMENTÃO VERDE - MERENDA	359	50,000	9,8500	492,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PÓ PARA PUDIM- sabores chocolate, baunilha e morango 100g	502	40,000	3,0500	122,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	POLVILHO AZEDO - 500G	502	30,000	3,2500	97,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PRESUNTO	502	15,000	16,8500	252,75
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	REPOLHO - MERENDA	359	120,000	4,9500	594,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	REPOLHO - UND	502	30,000	5,0500	151,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	REQUEIJÃO CREMOSO 200GR	502	10,000	5,2500	52,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SAGU	502	25,000	4,0500	101,25
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SAGU - Pacote 500gr - MERENDA ESCOLAR	359	110,000	4,2000	462,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SAL IODADO, REFINADO EXTRA	502	12,000	1,8500	22,20
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SAL MARINHO - Pacote 1Kg - MERENDA ESCOLAR	359	100,000	2,8000	280,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SUCO ARTIFICIAL FRUTAS 350GR	502	50,000	2,8000	140,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TEMPERO VERDE (CEBOLINHA VERDE E SALSINHA) MERENDA	359	80,000	3,4500	276,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TEMPEROS VERDE (salsinha e cebolinha verde)	502	20,000	3,0000	60,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TOMATE	502	80,000	5,2000	416,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TOMATE - MERENDA	360	250,000	7,1000	1,775,00
GILNEI WELTER	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS	601	1,000	600,0000	600,00
HAMILTON PICOLOTTO & CIA LTDA - ME	EMBREGEM ROÇADEIRA	542	1,000	47,0000	47,00
HENRIQUETA BARCAROLO MEI	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FILTROS DE BEBEDOUROS	327	4,000	85,0000	340,00
HENRIQUETA BARCAROLO MEI	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FILTROS DE BEBEDOUROS	327	2,000	280,0000	560,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	CHAPA 1020	603	4,000	11,5000	46,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	CONTRA PINO 1/4	603	2,000	1,8000	3,60
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	FERRO TRIF.	603	2,800	14,0000	39,20
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MÃO DE OBRA	428	3,000	78,0000	234,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	MÃO DE OBRA	680	7,000	75,0000	525,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇO DE TORNO	428	2,000	85,0000	170,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇO DE TORNO	680	2,000	85,0000	170,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇOS DE TORNO	427	1,000	98,0000	98,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SOLDA MIG	680	1,000	150,0000	150,00
IMPACTO DESIGNER INOVADOR EIRELI	MÓVEIS PLANEJADOS	425	1,000	1,435,9200	1,435,92
IMPACTO DESIGNER INOVADOR EIRELI	SUPORTE PLANEJADO	425	1,000	277,0000	277,00
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA	AÇUCAREIRO	595	1,000	6,4700	6,47

Página: 11/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	CHAIRA 12"	595	1,000	19,4400	19,44
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	CHAPÉUZINHO FESTA 8 UN	595	15,000	8,3900	125,85
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	COLHER INOX	595	3,000	10,2100	30,63
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	CONCHA, PEGADOR E ESPATULA	595	1,000	6,4700	6,47
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	COPO PLASTICO 250ML	595	20,000	2,1500	43,00
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	ESPELHO MEDIO 40 X 110CM	595	1,000	83,1400	83,14
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	GARFO INOX	595	34,000	3,2400	110,16
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	JARRA PLASTICA 2,2 LTS	595	3,000	10,8600	32,58
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	LEITEIRA POLIDA	595	2,000	10,1500	20,30
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	MAMADEIRA 240ML C/ 12 UN	595	1,000	51,9400	51,94
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	PEGADOR MACARRÃO	595	2,000	10,2100	20,42
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	PULVERIZADOR 500ML	595	7,000	7,7400	54,18
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	RALADOR INOX 6 FACES	595	2,000	24,6400	49,28
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	RODO P/PIA	595	2,000	2,5700	5,14
J&K COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADOF	TOALHA COZINHA	595	6,000	6,4400	38,64
JAIRÓ MARTINI	ANEL ELÁSTICO	335	2,000	2,5000	5,00
JAIRÓ MARTINI	ANEL ORING	335	4,000	2,0000	8,00
JAIRÓ MARTINI	ENGATE HIDRAULICO M 18 X 1,5	335	1,000	55,0000	55,00
JAIRÓ MARTINI	ENGRAXADEIRA LUB 440 8KG	333	1,000	345,0000	345,00
JAIRÓ MARTINI	MANGUEIRA SUPERIOR RADIADOR	335	1,000	38,0000	38,00
JAIRÓ MARTINI	APONTADOR	443	1,000	2,5000	2,50
JAIRÓ MARTINI	BOBINA DE PAPEL	443	1,000	4,9900	4,99
JAIRÓ MARTINI	CANETA	443	3,000	1,7500	5,25
JAIRÓ MARTINI	CLIPS 20/ 100 UND	443	1,000	3,5000	3,50
JAIRÓ MARTINI	LIVRO ATA 50 FOLHAS COM NUMERAÇÃO.	443	4,000	12,9900	51,96
JAIRÓ MARTINI	MARCADOR DE TEXTO	443	1,000	2,5000	2,50
JAIRÓ MARTINI	PASTA 232 X 332 MM	443	4,000	3,9500	15,80
JANDIR SPEROTO ME	AÇUCAR 5KG	440	2,000	11,9900	23,98
JANDIR SPEROTO ME	AÇUCAR 5KG	473	2,000	11,9900	23,98
JANDIR SPEROTO ME	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - Galão com 20 Litros (Somente o Liquid	440	3,000	11,0000	33,00
JANDIR SPEROTO ME	BANANA	440	4,000	1,9900	7,96
JANDIR SPEROTO ME	CAFÉ NESCAFÉ TRADIÇÃO 230GR	440	3,000	13,9900	41,97
JANDIR SPEROTO ME	COXA E SOBRE COXA	473	100,820	6,4900	654,32
JANDIR SPEROTO ME	DETERGENTE 500ML	440	2,000	1,9900	3,98
JANDIR SPEROTO ME	LANCHE QUADRADO	440	2,500	10,9900	27,48
JANDIR SPEROTO ME	LEITE INTEGRAL CX	440	24,000	3,4900	83,76
JANDIR SPEROTO ME	MAÇÃ FUJI	440	3,000	6,7500	20,25
JANDIR SPEROTO ME	PAPEL HIGIENICO 30MT	440	5,000	14,9900	74,95
JANDIR SPEROTO ME	PEDRA SANITÁRIA	440	4,000	5,9900	23,96

Página: 12/20

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JANDIR SPEROTO ME	QUELHO MUSSARELA FATIADO 150G	440	5,000	5,4900	27,45
JANDIR SPEROTO ME	REFRIGERANTE DIVERSOS SABORES - FRASCO COM 2 LITROS	473	50,000	4,4900	224,50
JANDIR SPEROTO ME	RODO DE ESPUMA	440	1,000	10,9900	10,99
JANDIR SPEROTO ME	VASSOURA	440	2,000	10,9900	21,98
JOSIMAR LUIZ PILGER	PLACA ACRILICO INAUGURAÇÃO	569	1,000	125,0000	125,00
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	CANUDO PAPEL MISTO 6MM 19,7CM C/25	586	2,000	5,0000	10,00
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	CANUDO REFRIGERANTE	586	1,000	2,7500	2,75
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	CANUDO TRADICIONAL 5MM C/500	586	1,000	9,9900	9,99
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	EMBALAGEM ALUMINIO 15 X 16 C/2000	586	2,000	7,7500	15,50
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	EMBALAGEM PLAST. 10 X 15 0,005	586	400,000	0,1000	40,00
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	EMBALAGEM TRUFAS	586	1,000	7,7500	7,75
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	ESTOLA DE PENAS AMARELO OURO	586	1,000	25,0000	25,00
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	JOGO CORTANTE FLORES E FOLHAS 12UN	586	1,000	10,9900	10,99
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	JOGO CORTANTE FLORES E FOLHAS 24UN	586	1,000	25,0000	25,00
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	TIARA CABELO METALIZADA C/ 12 UNID	586	7,000	1,2500	8,75
KÁTIA RAQUEL BIESDORF ME	TIARA XUXINHA C/ 12UN	586	12,000	1,9000	22,80
LAIZA CRISTINA ZAGONEL	ALMOÇO	394	1,000	25,0000	25,00
LAIZA CRISTINA ZAGONEL	ALMOÇO	394	1,000	25,0000	25,00
LEÃO POÇOS ARTESANOS LTDA	SERVIÇO DE PERFURAÇÃO (APROX. 100M)	455	1,000	85,0000	85,00
LEÃO POÇOS ARTESANOS LTDA	SERVIÇO RETIRADA BOMBA SUBMERSA	455	1,000	300,0000	300,00
LEOMAR FRANDOLOSO - ME	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO ECO SOLVENTE EM PAPEL OUTDOOR	600	2,000	100,0000	200,00
LEOMAR FRANDOLOSO - ME	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO ECO SOLVENTE EM PAPEL OUTDOOR	600	4,000	300,0000	1,200,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ANEL ORING	577	5,000	1,4400	7,20
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ANEL ORING	577	5,000	2,6800	13,40
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	CORREIA AR COND.	681	1,000	57,0000	57,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	DENTE CENTRAL	414	3,000	81,7400	245,22
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	DENTE LATERAL L.D	414	1,000	85,8500	85,85
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	DENTE LATERAL L.E	414	1,000	85,8500	85,85
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO LUBRIFICANTE	414	1,000	69,9800	69,98
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	JOGO LINK	577	1,000	360,0000	360,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PARAFUSO ESTEIRA 5/8X2.3/32	577	10,000	3,4000	34,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PARAFUSO LAMINA 3/4 X 2.3/4"	414	10,000	3,9800	39,80
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PINO TRAVA UNHA - CONJ.	681	8,000	14,2500	114,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PORCA ESTEIRA 5/8"	577	10,000	1,5300	15,30
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PORCA LÂMINA 3/4	414	10,000	1,8800	18,80
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	SUPORTE UNHA CENTRAL	681	6,000	115,7950	694,77
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	SUPORTE UNHA L.D	681	1,000	126,8200	126,82
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	SUPORTE UNHA L.E	681	1,000	126,8200	126,82
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	UNHA RC WA200	681	8,000	63,6500	509,20

Página: 13/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCELO FUCHS - MEI	BRITA BRANCA SACO	349	3,000	3,000	9,00
MARCELO FUCHS - MEI	FLOR ESTAÇÃO	450	37,000	16,000	592,00
MARCELO FUCHS - MEI	FLOR ESTAÇÃO	451	2,000	30,000	60,00
MARCELO FUCHS - MEI	PLANTAS ORNAMENTAIS	349	3,000	45,000	135,00
MARCELO FUCHS - MEI	PLANTAS ORNAMENTAIS	349	5,000	37,000	185,00
MARCELO FUCHS - MEI	PLANTAS ORNAMENTAIS	450	24,000	25,000	600,00
MARCELO FUCHS - MEI	PLANTAS ORNAMENTAIS	451	2,000	40,000	80,00
MARCELO FUCHS - MEI	SUBSTRATO PLANTAS 10KG	450	1,000	17,000	17,00
MARCELO FUCHS - MEI	SUBSTRATO PLANTAS 25KG	349	1,000	30,000	30,00
MARCELO FUCHS - MEI	VASO CONCRETO	451	4,000	57,500	230,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	ABRACADEIRA NYLON DIVERSAS	341	40,000	0,400	16,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	ADAPTADOR 3/4	314	2,000	0,9200	1,84
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	AP 360 ROTEADOR	341	1,000	455,000	455,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	BANDEJA FIXA FRONTAL 19 X 1U X 250MT	341	1,000	70,000	70,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	BRACKET PAREDE STANDARD 19 9U	340	1,000	490,000	490,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CABO DE FORÇA FONTE PC 0.75MM	314	1,000	6,000	6,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CABO UTP CAT 5E	341	17,000	2,000	34,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CAIXA RJ45 SOBREPOR	341	1,000	3,200	3,20
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CAIXA SOBREPOR 1/2 - 3/4	314	1,000	8,4300	8,43
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CANAleta FECHADA 50 X 50	341	0,450	45,2900	20,38
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CANAleta LUZ DUPLA C/ FITA ADESIVA 2MT	341	1,500	12,000	18,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CONECTOR RJ 45 MACHO	314	11,000	1,3600	14,96
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	CONECTOR RJ 45 MACHO	341	2,000	1,3600	2,72
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	EMENDA CABO 8 VIAS	341	1,000	5,5300	5,53
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	ETIQUETA P/ETIQUETADORA	341	1,000	42,000	42,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	FIO P/ TELEFONE 2M	341	5,000	3,9400	19,70
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	GUIA DE CABO FECHADO 1U	341	1,000	24,3700	24,37
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	JACK RJ 45 CAT 5E FEMEA	314	2,000	9,3600	18,72
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	JACK RJ 45 CAT 5E FEMEA	341	3,000	8,9000	26,70
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	JACK RJ 45 CAT 5E FEMEA	342	1,000	9,3600	9,36
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	MG MODULO TOMADA RJ45 CAT 5E	341	2,000	26,0300	52,06
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	MG PLACA 4 X 2 POSTOS	341	1,000	7,9500	7,95
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	MICRO CENTRAL PABX CONECTA MAIS	340	1,000	673,2500	673,25
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	MOLDURA RJ45 P/CAIXA SOBREPOR	314	4,000	1,7300	6,92
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	MONITOR LED 21,5"	315	1,000	655,9600	655,96
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PARAFUSO M5 / FIXAÇÃO DE ACESSÓRIOS	341	12,000	0,4100	4,92
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PATCH CABLE CAT 5E RJ 45	341	10,000	11,000	110,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PATCH PANEL 24P RJ 45 1 U	341	1,000	174,000	174,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	PLACA 2 X 4 CEGA	341	4,000	2,8700	11,48

Página: 14/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	PLACA 2 X 4 P/2 MODELOS DISTANCIADOS	341	10,000	2,8700	28,70
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	PLACA DE REDE PC1 10/100	313	1,000	62,1300	62,13
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	PLACA RAIMAL	341	1,000	126,7500	126,75
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	PORCA GAIOLA M5 P/ FIXAÇÃO EM RACKS	341	12,000	0,9200	11,04
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	RÉGUA 1 U 19 C/8 TOMADAS 2P+T	341	1,000	87,5000	87,50
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	SPIRADUTO 1/2	341	6,000	11,0600	66,36
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	SUPRIMENTOS RECARGA CARTUCHO DE TINTA COLORIDO	316	1,000	30,0000	30,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	SUPRIMENTOS RECARGA CARTUCHO DE TINTA PRETO	316	1,000	30,0000	30,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	TAMPA 2 TOMADAS RJ45 FEMEA 1/2 - 3/4	314	1,000	3,6700	3,67
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	TAMPA CAIXA RJ45 SOBREPOR	341	1,000	4,8000	4,80
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	TAMPA CAIXA RJ45 SOBREPOR	342	1,000	4,8000	4,80
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	TECLADO P/ COMPUTADOR USB	314	1,000	53,0200	53,02
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	TELEFONE	313	1,000	65,2600	65,26
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	TELEFONE INTELBRAS SFIO	341	1,000	122,9600	122,96
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA	VELCRO DUPLA FACE P/ FIXAÇÃO DE CABOS RL 3,65MMS	341	1,000	22,9200	22,92
MASSOLA E SILVA ACESS. PARA VEICULOS LTDA	BASE BANCO A AR	589	1,000	1,000,0000	1,000,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ANEL VEDAÇÃO MÉDIO	338	1,000	5,0000	5,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ANEL VEDAÇÃO MÉDIO	435	2,000	5,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	AQUECIDA OXIGENIO	435	1,000	50,0000	50,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	AQUECIDA OXIGENIO	588	1,000	95,0000	95,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	319	73,000	2,0000	146,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	434	40,000	2,0000	80,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	435	151,000	2,0000	302,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	435	5,000	2,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	466	197,000	2,0000	394,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	466	58,000	2,0000	116,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	469	55,000	2,0000	110,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	567	286,000	2,0000	572,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	567	53,000	2,0000	106,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	567	24,000	2,0000	48,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARAME SOLDA MIG	597	51,000	2,0000	102,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA LISA 7/16	339	4,000	0,1000	0,40
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA LISA 7/16	567	12,000	0,2500	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA VEDAÇÃO 16MM	466	2,000	1,0000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BOMBA ÁGUA 3.9L	466	1,000	299,5600	299,56
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BOMBA MANUAL SANGRADOR	468	1,000	58,7300	58,73
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BRACADEIRA DESCARGA CHAPA 4 POL	435	1,000	15,0000	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BRACADEIRA MANGUEIRA 38/51L	466	1,000	5,1000	5,10
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BRACADEIRA MANGUEIRA 9/13	338	2,000	1,9100	3,82

Página: 15/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	BRACADEIRA PLÁSTICA 39CM	567	2,000	0,5000	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CANO ESCAPAMENTO RETO 4"	435	0,750	114,8000	86,10
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 1/4	466	1,000	6,5000	6,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 1/4	596	1,000	2,5000	2,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 3/8	319	2,000	5,9600	11,92
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 3/8	434	1,000	4,5900	4,59
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CAPA 2T MANGUEIRA 3/8	466	2,000	5,9600	11,92
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CHAVE IM 11185 TIC TAC	468	1,000	10,9000	10,90
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CHAVETA PRESSÃO GRANDE	434	3,000	5,0000	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	COLA ALTA TEMPERATURA ULTRA GREY 99GR CINZA	338	1,000	32,2000	32,20
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CONNECTOR MACHO RAPIDO 6MM X 1/4	434	1,000	8,5000	8,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CONTRA PINO 3/16 X 2	567	3,000	2,8000	8,40
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CORRÊIA	435	1,000	30,0000	30,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CORTE OXIGÊNIO	435	1,000	20,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	COXIM RADIADOR	567	4,000	10,6400	42,56
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	COXIM RADIADOR	567	1,000	25,4100	25,41
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	435	1,000	10,6800	10,68
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	567	3,000	10,6800	32,04
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	DISCO DE CORTE 4 1/2 FAST FINO	568	4,000	10,6800	42,72
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	319	2,000	10,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	434	1,000	10,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	435	1,000	10,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	466	2,000	10,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	466	6,000	10,0000	60,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	568	5,000	10,0000	50,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ESPAGUETE CORRUGADO PARA INSTALAÇÃO	596	3,000	1,0000	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ESPAGUETE TERMORETRATIL 3/16 4.5MM	596	1,000	4,2900	4,29
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FEMEA GIR JIC 37° CURVA 90° 3/4 X 3/8	319	1,000	13,1900	13,19
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FEMEA GIR JIC 37° RETA 3/4 X 1/2	466	1,000	9,4100	9,41
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FERRO REFORÇO KG	466	3,800	15,0000	57,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FERRO REFORÇO KG	469	3,000	15,0000	45,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FERRO REFORÇO KG	567	6,500	15,0000	97,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FERRO REFORÇO KG	567	1,000	10,0000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FERRO REFORÇO KG	568	1,000	45,0000	45,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FIO INSTALAÇÃO 1.5MM - FINO	596	3,000	1,2000	3,60
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FITA ISOLANTE RL 5MTS	468	1,000	2,5400	2,54
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FITA ISOLANTE RL 5MTS	596	1,000	2,5400	2,54
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FITA ISOLANTE RL 5MTS	596	2,000	2,5400	5,08
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FUSÍVEL TIPO NOVO-LAMINA	319	5,000	0,7500	3,75

Página: 16/20

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FUSÍVEL TIPO NOVO-LAMINA	338	5,000	0,7500	3,75
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FUSÍVEL TIPO NOVO-LAMINA	596	1,000	0,7500	0,75
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	GRAXA TUTELA JOTA MP2	435	1,000	19,5000	19,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	GRAXA TUTELA JOTA MP2	588	2,000	20,0000	40,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	GRAXEIRA 1/4-45°90°	435	1,000	1,6600	1,66
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 1 PÓLO GRANDE - 12V	596	4,000	2,5000	10,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 1 PÓLO GRANDE - 24V	435	1,000	3,5800	3,58
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 1 PÓLO GRANDE - 24V	596	2,000	3,5800	7,16
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 1 PÓLO PEQUENA - 24V	596	2,000	2,7500	5,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 1 PÓLO PEQUENA 12V	596	4,000	2,0000	8,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 2 PÓLO - 12V	596	4,000	3,0000	12,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 2 PÓLO 24 V	435	2,000	4,9500	9,90
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA BASE DE VIDRO 12V GRANDE	435	4,000	2,0000	8,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA BASE DE VIDRO 12V GRANDE	488	1,000	2,0000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA BASE DE VIDRO 24V GRANDE	596	2,000	3,9400	7,88
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA H3 - 12V 55W -	319	2,000	15,7500	31,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA H3-24V-70W-PHI	488	2,000	15,0000	30,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA H4 12V 60/55W	488	1,000	20,0000	20,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA H7 24V 55W	488	2,000	60,0000	120,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA MEIA LUZ 12V	596	4,000	2,4400	9,76
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA MEIA LUZ 24V	471	4,000	2,7000	10,80
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÍQUIDO DE FREIO DOT4	339	1,000	18,5000	18,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MACHO FIXO NPT 1/2 X 1/2	466	1,000	7,6300	7,63
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MACHO FIXO NPT 1/2 X 3/8	319	1,000	7,6300	7,63
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MACHO FIXO NPT 1/2 X 3/8	434	1,000	10,6300	10,63
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MANGUEIRA 2T-3/8	319	0,600	20,3700	12,22
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MANGUEIRA 2T-3/8	466	0,550	20,3700	11,20
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MANGUEIRA AIRPRESSOR 06-3/8"	320	15,000	6,5000	97,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MANGUEIRA COMBUSTÍVEL INJEÇÃO ELETRÔNICA	338	1,200	17,1400	20,57
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MÃO DE OBRA	470	1,000	15,0000	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MAO DE OBRA PRENSA MANGUEIRA	322	2,000	13,5000	27,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MAO DE OBRA PRENSA MANGUEIRA	467	3,000	13,5000	40,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MAO DE OBRA PRENSA MANGUEIRA	598	1,000	15,0000	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MOTOR PARTIDA ESTACIONÁRIO 12V	588	1,000	525,0000	525,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PALHETA LIMPADOR	321	2,000	57,8100	115,62
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PALHETA LIMPADOR	435	1,000	35,8500	35,85
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PALHETA LIMPADOR	596	2,000	25,9000	51,80
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PARAFUSO 12MM X 70 AÇO	339	1,000	2,6000	2,60
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PARAFUSO 5MM X 15/25	339	2,000	0,3300	0,66

Página: 17/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PARAFUSO LÂMINA 5/8 X 3	319	1,000	7,9500	7,95
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PASTILHA DE FREIO	433	1,000	52,1900	52,19
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PORCA 10MM - CH 17	567	10,000	0,3000	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PORCA 3/16	339	4,000	0,1100	0,44
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PORCA 5/8	319	1,000	0,7800	0,78
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PORCA 8MM	435	2,000	0,1500	0,30
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PORCA COM TRAVA 12MM	339	1,000	0,7000	0,70
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	RELE IM 11430 / DNI 1104 PIS	468	1,000	15,6000	15,60
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	REPARO BOMBA ALIMENTADORA	468	1,000	20,4400	20,44
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	RETENTOR	339	1,000	52,9000	52,90
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ROLAMENTO	466	2,000	20,0000	40,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	SOLDA ESTANHO	320	1,000	30,0000	30,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	SOQUETE LAMPADA PAINEL MBB	596	2,000	4,0000	8,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	SUPORTE FUSÍVEL LAMINA PEQUENO	596	1,000	2,5000	2,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TAMPA ÓLEO MOTOR	466	1,000	17,8500	17,85
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TENSOR CORREIA ALTERN	338	1,000	399,9800	399,98
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TERMINAL CABO NEGATIVO GRANDE	320	4,000	5,5000	22,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TERMINAL SOS SOLDADVEL 1/4	596	1,000	5,0000	5,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TINTA SPRAY	567	1,000	25,0000	25,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	TINTA SPRAY PRETO FOSCO	466	1,000	5,0000	5,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	VÁLVULA TERMOSTATO	339	1,000	222,4000	222,40
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	VR SOLDA OXIGÊNIO	435	1,000	50,0000	50,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	VR SOLDA OXIGÊNIO	567	1,000	50,0000	50,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	VR SOLDA OXIGÊNIO	567	1,000	50,0000	50,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	444	1,000	75,0000	75,00
MICHAEL DIECKSON HAAS ME	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA	593	2,000	350,0000	700,00
MIGUEL WISNESKI - ME	ABRAÇADEIRA TIPO U 2	439	3,000	0,5000	1,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	ADESIVO PLÁSTICO 17GR	439	1,000	3,0000	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	FITA VEDA ROSCA 18 X 10M	439	1,000	3,0000	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	JOELHO 90 SOLD 25MM	439	3,000	1,0000	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	JOELHO BUCHA 90 25MMX1/2	439	1,000	2,5000	2,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	LONA PRETA 6 X 100 60KG	439	11,000	1,0000	11,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	MANGUEIRA JARDIM 1/2 X 2.0 SILICONADA	439	8,000	2,1000	16,80
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TEE SOLD 25MM	439	1,000	1,5000	1,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TORNEIRA JARDIM MEIA 1128-1	439	1,000	3,0000	3,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TUBO PVC SOLDADVEL 25MM -6MTS	439	12,000	2,2500	27,00
MM PRODUÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL LTDA	CONTRATAÇÃO D SHOW COM A DUPLA SERTANEJA MUNHOZ E MARIANO	504	1,000	97,500,0000	97,500,00
NEI COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS ESTC	EMENDA Y 5/16	436	1,000	22,0000	22,00

Página: 18/20

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NEI COMERCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ESTC	MANQUEIRA AZUL PU P/RODOAR 8 X 5,5	436	1,500	5,0000	7,50
NEI COMERCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ESTC	VALVULA PNEUMATICA	436	1,000	347,0000	347,00
OFICINA MECANICA SCHMIDT LTDA	OXIGENIO MEDICINAL 40L	481	3,000	195,0000	585,00
PREMAN - PANDOLFO RECUPERAÇÃO E MANUT.	MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM DE PAREDES DIVISÓRIAS	547	1,000	240,0000	240,00
PREMAN - PANDOLFO RECUPERAÇÃO E MANUT.	PAINEL EUCATEX 120X2X110	548	7,000	116,5000	815,50
PREMAN - PANDOLFO RECUPERAÇÃO E MANUT.	PERFIL DE AÇO NTR 1185	548	13,000	6,5000	84,50
PREMAN - PANDOLFO RECUPERAÇÃO E MANUT.	PERFIL EM AÇO N19A	548	12,000	13,0000	156,00
PREMAN - PANDOLFO RECUPERAÇÃO E MANUT.	PERFIL EM AÇO NTR 2150	548	6,000	12,0000	72,00
PREMAN - PANDOLFO RECUPERAÇÃO E MANUT.	PERFIL EM AÇO NTR 3000	548	8,000	16,5000	132,00
RAFAEL RAMOS MEI	MAO DE OBRA AR CONDICIONADO	472	1,000	350,0000	350,00
RAQUIELI DAIANE LOPES	ARMAÇÃO DE FERRO	345	3,000	50,0000	150,00
RAQUIELI DAIANE LOPES	BARRA CHATA REFORÇO	344	1,000	160,0000	160,00
RAQUIELI DAIANE LOPES	REFORMA E PINTURA DE TRAVES	334	1,000	750,0000	750,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA DE FERRO 38/51	333	3,000	2,5300	7,59
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA FERRO 1 1/16	333	2,000	1,6000	3,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA FERRO 51 X 64	333	2,000	1,4000	2,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA PLÁSTICA MÉDIA PCTE C/100 PCS NYLON 202MM	333	3,000	0,6000	1,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ABRACADEIRA PLÁSTICA MÉDIA PCTE C/100 PCS NYLON 202MM	347	2,000	0,5000	1,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARRUELA LISA 6MM	463	4,000	0,7500	3,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ARRUELA LISA 8MM	584	1,000	0,2500	0,25
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BATERIA 115 AMP ESQUERDA	426	1,000	422,0000	422,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA ULTRA BLACK 85	584	1,000	90,0000	90,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FUSÍVEL LÂMINA	347	2,000	2,3000	4,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	JUNTA CABEÇOTE	584	1,000	498,0000	498,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	JUNTA PLANA P/MOTOR	584	1,000	29,0000	29,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA PINGO D'ÁGUA BUNDA DE FERRO 2W 12V	350	4,000	2,2000	8,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MAO DE OBRA AR CONDICIONADO	348	2,500	60,0000	150,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	MAO DE OBRA COMPLETAR GÁS	348	1,000	50,0000	50,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	OLEO ATF LUBRIFICANTE	333	1,600	28,9000	46,24
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PALHETA LIMPADOR	332	1,000	71,1800	71,18
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 14X120	479	1,000	6,9000	6,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 18X120	447	1,000	12,0000	12,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8 MA 6X60	463	2,000	0,9000	1,80
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PARAFUSO SEXTAVADO 8.8MA 8X50	584	1,000	2,0000	2,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA 18MM C/ TRAVA	447	1,000	3,5000	3,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA SEXTAVADA 6MM	463	2,000	0,5000	1,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORCA SEXTAVADA 8.8 MA 14M	479	1,000	1,6000	1,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	PORTA FUSIVEL LAMINA FIO 4MM	347	2,000	3,8000	7,60
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SERVICOS DE CARGA DE BATERIA E TESTE	585	1,000	25,0000	25,00

Página: 19/20

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**

(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	SOQUETE 2 POLOS MEIA LUZ PAINEL	350	2,000	4,5000	9,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TAMPA RESERVATÓRIO D'ÁGUA	584	1,000	17,0000	17,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TERMORETRATIL	347	1,000	5,0000	5,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TOTAL QUARTZ 9000 FUTURE XT 5W30 24X1L	332	4,000	32,8000	131,20
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TUBO BRONZE TM23 76,20 X 63,50MM	350	2,900	114,8500	333,07
RESTAURANTE COZA NOSTRA LTDA	ALMOÇO	312	2,000	36,2500	72,50
RODINES RAMOS MEI	AGNOLINE ARTESANAL - PACOTE COM 500GR	499	10,000	24,9000	249,00
RODINES RAMOS MEI	AMARA MARIDO	430	7,099	16,4000	116,42
RODINES RAMOS MEI	BOLINHO DE MASSA - Tipo Amarra Marido com ou sem cobertura	499	30,000	16,4000	492,00
RODINES RAMOS MEI	BOLO S/ GLÚTEN PRONTO	430	3,000	15,1900	45,57
RODINES RAMOS MEI	BOLOS SABORES DIVERSOS	499	60,000	15,9000	954,00
RODINES RAMOS MEI	DOCE TIPO MINI SONHO RECHEADO	499	30,000	16,9000	507,00
RODINES RAMOS MEI	ENROLADINHO DE SALSICHA	430	4,690	28,0000	131,32
RODINES RAMOS MEI	MINI BOLO DOCE SEM GLÚTEN E LACTOSE - 120GR- MERENDA ESCOLAR	499	10,000	15,1900	151,90
RODINES RAMOS MEI	PÃO SEM GLÚTEN	499	15,000	26,9000	403,50
RODINES RAMOS MEI	PÃO SEM GLÚTEN	430	1,000	26,9000	26,90
ROMÁRIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	324	1,000	400,0000	400,00
ROMÁRIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	325	1,000	700,0000	700,00
ROMÁRIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	326	1,000	700,0000	700,00
RONEI DALLAGNOL - ME	MEDALHA	317	90,000	4,9500	445,50
RONEI DALLAGNOL - ME	TROFÉU	317	3,000	91,0000	273,00
SABOR DO SOM SONORIZAÇÃO EIRELI	CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DANÇANTE	679	1,000	18,000,0000	18,000,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	AGNOLINE ARTESANAL 500GR - MERENDA ESCOLAR	356	150,000	14,5000	2,175,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	MACARRÃO CASEIRO TIPO ESPAGUETE OU TALHARIM - MERENDA ESCOLA	356	80,000	12,5000	1,000,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	MASSA CASEIRA PARA LASANHA - MERENDA ESCOLAR	356	120,000	7,7000	924,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	PÃO DE MILHO	503	30,000	12,7500	382,50
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	PÃO DE MILHO - MERENDA ESCOLAR	356	180,000	10,9000	1,962,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	PÃO FATIADO INTEGRAL - Pão de forma integral fatiado	503	60,000	6,9500	417,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	PÃO FRANCÊS	503	80,000	10,6000	848,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	PÃO FRANCÊS - 50GR- MERENDA ESCOLAR	356	150,000	9,5000	1,425,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	PÃO HOT DOG CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	503	50,000	10,2500	512,50
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	PÃO MINI FRANCÊS - MERENDA ESCOLAR	356	150,000	13,1000	1,965,00
SÃO JOSÉ ALIMENTOS LTDA ME	PÃO MINI PARA HOT DOG - MERENDA ESCOLAR	356	150,000	15,0000	2,250,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	ARROZ PARBORIZADO TIPO 1 - Pacote 5Kg- MERENDA ESCOLAR	357	50,000	12,8000	640,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BISCOITO CRACKER GERGELIM 400GR - MERENDA ESCOLAR	357	100,000	4,9000	490,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ - 200GR - MERENDA ESCOLAR	357	60,000	12,3000	738,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CANELA EM PÓ - 30gr - MERENDA ESCOLAR	357	20,000	3,3200	66,40
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOIDA - Pacote 1Kg - MERENDA ESCOLAR	357	350,000	20,8000	7,280,00

Página: 20/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CEREAL MATINAL - FLOCOS DE MILHO COM AÇÚCAR - MERENDA ESCOLA	357	90,000	17,0000	1.530,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CHÁS (CAMOMILA) 40GR	357	50,000	4,2400	212,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CHÁS (HORTELÃ) 30GR	357	50,000	6,5000	325,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA - Pacote 1Kg - MERENDA ESCOLAR	357	30,000	6,5000	195,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL - Pacote 5Kg - MERENDA ESCOLAR	357	30,000	17,6000	528,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FEIJÃO CARIOCA - Pacote de 1Kg - MERENDA ESCOLAR	357	80,000	5,4000	432,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FEIJÃO PRETO - Pacote 1Kg - MERENDA ESCOLAR	357	100,000	5,3000	530,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	GELATINA EMPÓ - Embalagem de 1kg - MERENDA ESCOLAR	357	70,000	12,3000	861,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	GELÉIA DE FRUTAS- SABORES MORANGO, UVA, ABOBORA OU FIGO ARTE	357	80,000	20,9000	1.672,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	LENTILHA - 500GR - MERENDA ESCOLAR	357	80,000	6,9000	552,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MACA FUJI OU GALA - MERENDA	357	1,000,000	5,3000	5.300,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MACARRÃO TIPO: ALFABETO PARA SOPA - MERENDA ESCOLAR	357	50,000	4,8500	242,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MEL- Embalagem de 500g	501	10,000	15,4800	154,80
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MELADO BATIDO NOVO - MERENDA ESCOLAR 800GR	357	60,000	13,3000	798,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	ORÉGANO DESIDRATADO - 15GR- MERENDA ESCOLAR	357	30,000	4,6500	139,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	OVOS - MERENDA	357	300,000	5,9000	1.770,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	PIPOCA - 500GR - MERENDA ESCOLAR	357	120,000	3,1000	372,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	REQUEIJÃO CREMOSO 250GR - MERENDA ESCOLAR	357	180,000	5,6000	1.008,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	SUCO DE UVA INTEGRAL - 1,5L - MERENDA ESCOLAR	357	100,000	16,0000	1.600,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	VINAGRE DE MAÇÃ - 750ML - MERENDA ESCOLAR	357	80,000	3,2000	256,00
STANG & STANG LTDA	GASOLINA COMUM	682	12,809	3,9090	50,07
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	LONGARINA 05 LUGARES	546	4,000	540,0000	2.160,00
VICAGUI ENXOVAIS LTDA ME	TAPETE SISLE BEM-VINDO 0,40 X 0,65	452	4,000	25,0500	100,20
VISTORIAS PINHAL LTDA ME	SERVIÇOS DE VISTORIA VEICULAR	590	1,000	120,0000	120,00
WILSON MOCELIN ME	PORTA DE ALUMÍNIO 02 FOLHAS COM VIDRO INCOLOR 6MM	580	1,000	2.880,0000	2.880,00
WILSON MOCELIN ME	VIDRO CANELADO	592	22,000	20,2300	445,06
WILSON MOCELIN ME	VIDRO INCOLOR 4,0MM	583	3,000	70,0000	210,00
Total Geral do Mês ---->					724.858,82

RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS DE FEVEREIRO 2019-FMSA

Publicação Nº 1980308

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Febrero/2019** (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICCC	CLOMIPRAMINA 25MG	165	3,000,000	0,8180	2.454,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SONDA ALIMENTAÇÃO ENTERAL C/ GUJA SILICONE TAM. 12	103	2,000	25,0000	50,00
BETHA SISTEMAS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS NO SISTEMA DE INFORMÁTICA	107	1,000	240,0000	240,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ADESIVO BANDAGEM C/500	151	2,000	15,0000	30,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	UMIDIFICADOR 250ML	110	4,000	20,0000	80,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	LUBRIFICANTE 5W30 1L	104	1,000	30,0000	30,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	QUEROSENE 900ML	104	2,000	13,0000	26,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	ÁCIDO ACÉTICO 2% 500ML	127	1,000	42,0000	42,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	BIOTINA 100ML	128	2,000	200,0000	400,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG	128	270,000	0,3704	100,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	CARNITINA XPE 100ML	128	2,000	105,0000	210,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	LUGOL 2%	127	1,000	118,0000	118,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	VITAMINA D3 50.000 UI 15 CPS	128	1,000	142,0000	142,00
ELETROMOVEIS DE CARLI LTDA	TELEFONE INTELBRAS S/FIO	170	2,000	110,0000	220,00
F.R. RESTAURANTE LANCHERIA LTDA ME	ALMOÇO	152	1,000	25,0000	25,00
F.R. RESTAURANTE LANCHERIA LTDA ME	ALMOÇO	172	1,000	25,0000	25,00
F.R. RESTAURANTE LANCHERIA LTDA ME	CAFÉ DA MANHÃ	152	1,000	15,0000	15,00
F.R. RESTAURANTE LANCHERIA LTDA ME	SUCO NATURAL	152	1,000	3,0000	3,00
F.R. RESTAURANTE LANCHERIA LTDA ME	SUCO NATURAL	172	1,000	3,0000	3,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ÁCIDO ÚRICO	259	77,000	1,8500	142,45
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	AMILASE	259	3,000	3,2100	9,63
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANATOMOPATOLÓGICO SIMPLES	259	28,000	72,8900	2.040,92
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI HBc Igm	259	8,000	26,5500	212,40
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI HBc-IgG	259	8,000	26,5500	212,40
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI hbe	259	1,000	24,0000	24,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI HBS - ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO "S"	259	6,000	26,5500	159,30
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI Hcv	259	11,000	26,5500	292,05
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI HVA IGG	259	5,000	26,5500	132,75
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI HVA IGM	259	5,000	26,5500	132,75
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTIBIOGRAMA	259	18,000	9,1300	164,34
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	BETA HCG	259	3,000	10,7600	32,28
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	BILIRUBINA	259	15,000	3,8700	58,05
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CÁLCIO	220	27,000	2,6400	71,28
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CÁLCIO	259	33,000	2,6400	87,12
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CITOMEGALOVÍRUS IgG	259	1,000	20,7400	20,74
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CLEARANCE DE CREATININA	259	2,000	6,0200	12,04
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL (Hdl)	259	102,000	4,2400	432,48
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL (Ldl)	259	99,000	4,2400	419,76

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL (Vldl)	220	45,000	1,0000	45,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL (Vldl)	259	43,000	1,0000	43,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL TOTAL	259	106,000	2,8900	306,34
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COOMBS INDIRETO	259	2,000	23,6000	47,20
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CPK NAC	259	2,000	5,2700	10,54
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CREATININA	259	84,000	2,8900	242,76
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CULTURA (URUCULTURA)	259	18,000	11,0400	198,72
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ESTRADIOL	259	3,000	15,6300	46,89
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FAN (FATOR ANTI NUCLEAR)	259	2,000	23,4900	46,98
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FATOR REUMATÓIDE, TESTE DO LATÉX	259	3,000	4,0400	12,12
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FATOR RH	259	6,000	2,9600	17,76
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FERRITINA	220	62,000	22,1900	1,375,78
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FERRITINA	259	83,000	22,1900	1,841,77
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FERRO SERICO	259	6,000	4,8900	29,34
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FOSFATASE ALCALINA	259	7,000	2,8700	20,09
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FÓSFORO	259	2,000	2,6400	5,28
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FSH (HORMÔNIO FOLÍCULO ESTIMULANTE)	259	4,000	13,8200	55,28
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE - GAMA GT	259	8,000	4,9900	39,92
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	GLICOSE	259	123,000	2,8900	355,47
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	GRAM	259	2,000	10,0000	20,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH	259	6,000	3,9600	23,76
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HBSAG	259	19,000	26,5500	504,45
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HEMOGLOBINA GLICOSADA	259	16,000	12,2400	195,84
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HEMOGRAMA COMPLETO	259	145,000	5,6900	825,05
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HIV	259	7,000	13,9900	97,93
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	IMUNOGLOBULINA E (IGE)	259	1,000	20,2400	20,24
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	KPTT	259	18,000	8,0900	145,62
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	LH (HORMÔNIO LUTEINIZANTE)	259	2,000	14,3600	28,72
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	LÍPIDIOS TOTAIS	259	16,000	4,0800	65,28
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PARASITOLÓGICO (EPF)	259	17,000	2,3600	40,12
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PLAQUETAS	259	145,000	3,7400	542,30
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	POTÁSSIO (K)	259	51,000	2,6400	134,64
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PROLACTINA	259	2,000	14,6300	29,26
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PROTEINA C REATIVA, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA	259	16,000	13,2400	211,84
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	259	1,000	2,6400	2,64
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PROTEINÚRIA DE 24 HORAS	259	1,000	2,9200	2,92
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PSA LIVRE	259	33,000	11,0000	363,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PSA TOTAL	259	36,000	21,4900	773,64
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	RETRAÇÃO DE COÁGULO	259	13,000	3,9100	50,83

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	SATURAÇÃO DE TRANSFERRINA	259	1,000	27,0200	27,02
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	SÓDIO (NA)	259	27,000	2,6400	71,28
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	T3 TOTAL	259	3,000	10,0000	30,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	T4 LIVRE	259	76,000	13,5900	1,032,84
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	T4 TOTAL	259	3,000	10,9000	32,70
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TAP (TEMPO DE ATIVAÇÃO DE PROTOMBINA)	259	20,000	4,9100	98,20
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TEMPO DE COAGULAÇÃO	259	13,000	3,9100	50,83
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TEMPO DE SANGRIA	259	14,000	3,9100	54,74
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TESTE DE TOLERÂNCIA A GLICOSE	259	1,000	11,1900	11,19
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TESTOSTERONA TOTAL	259	1,000	15,3900	15,39
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TGO	259	92,000	2,8700	264,04
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TGP	259	91,000	2,8700	261,17
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TOXOPLASMOSE IFHGG	259	5,000	23,5900	117,95
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TOXOPLASMOSE IFHGM	259	4,000	24,5900	98,36
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TRIGLICERÍDEOS	259	104,000	5,0200	522,08
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	Tsh - HORMÔNIO ESTIMULANTE TIREÓIDE	259	106,000	11,1500	1,181,90
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	URÉIA - 1031	259	42,000	2,6400	110,88
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	URINA (EQU)	259	70,000	5,3000	371,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	VDRL SIFILIS	259	14,000	4,0400	56,56
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	VHS (HEMOSEDIMENTAÇÃO)	259	18,000	3,9100	70,38
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	VITAMINA B 12	259	20,000	23,7400	474,80
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	VITAMINA D	220	51,000	80,0000	4,080,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	VITAMINA D	259	64,000	80,0000	5,120,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CASCA PINUS	168	1,000	35,0000	35,00
MARCELO FUCHS - MEI	FLOR ESTAÇÃO	168	2,000	15,0000	30,00
MARCELO FUCHS - MEI	GRAMA PLANTADA	168	22,000	8,0000	176,00
MARCELO FUCHS - MEI	LIMITADOR DE GRAMA	168	11,000	3,9000	42,90
MARCELO FUCHS - MEI	MÃO DE OBRA	169	1,000	244,0000	244,00
MARCELO FUCHS - MEI	PLANTAS ORNAMENTAIS	168	5,000	15,0000	75,00
MARCELO FUCHS - MEI	SEIXO N° 20	168	7,000	17,0000	119,00
MARCELO FUCHS - MEI	SUBSTRATO PLANTAS 25KG	168	1,000	30,0000	30,00
MARCELO FUCHS - MEI	VASO CONCRETO	168	2,000	60,0000	120,00
MARIO KEHL FARMACIA EIRELI ME	FORFIG 200MG 20CP	108	3,000	95,5300	286,59
MARIO KEHL FARMACIA EIRELI ME	PROTETOR SOLAR FPS 60 200ML	109	12,000	39,9000	478,80
MARIO KEHL FARMACIA EIRELI ME	REPELENTE SPRAY 200ML	109	2,000	19,9000	39,80
MARIO KEHL FARMACIA EIRELI ME	REPELENTE SPRAY 200ML	109	8,000	19,9000	159,20
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	FONTE ATX 200W POWER	102	1,000	95,0000	95,00
MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LT	JACK RJ 45 CAT 5E FEMEA	102	1,000	9,3600	9,36
MECÂNICA P OINTER LTDA	DISCO DE FREIO TRASEIRO	121	2,000	360,0000	720,00

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA POINTER LTDA	FLUIDO DOT 5 1200ML	121	2,000	35,0000	70,00
MECÂNICA POINTER LTDA	MÃO DE OBRA	122	2,000	90,0000	180,00
MECÂNICA POINTER LTDA	PASTILHA DE FREIO	121	1,000	285,0000	285,00
MECÂNICA POINTER LTDA	REPARO PINÇA FREIO	121	1,000	150,0000	150,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ELEMENTO FILTRO LUBRIFICANTE	129	1,000	29,9000	29,90
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	FILTRO ÓLEO	106	1,000	48,5000	48,50
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA MEIA LUZ W5W	129	3,000	3,1800	9,54
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR DIESEL 5W30	106	7,000	47,1200	329,84
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TOTAL QUARTZ 9000 FUTURE XT 5W30 24X1L	129	4,000	32,8000	131,20
ROMÁRIO DA SILVA MORAES ME	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	105	1,000	700,0000	700,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG	186	6,000,000	0,0470	282,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	DEXAMETAZONA CREME 10g	153	300,000	2,3790	713,70
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	ELOTIN	153	150,000	4,1860	627,90
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	GLIMEPIRIDA 2MG	153	6,000,000	0,1200	720,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	GLIMEPIRIDA 4MG	153	1,500,000	0,1750	262,50
Total Geral do Mês ---->					39.042,10

RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS DE JANEIRO 2019-FMSA

Publicação Nº 1980304

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALBINO RORATO FOZ	ALMOÇO	72	1,000	34,0000	34,00
ANGELICA FINATTO ME	ALMOÇO	78	1,000	30,0000	30,00
AUTO POSTO CACIC	GASOLINA COMUM	71	39,358	3,9900	157,04
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	43	60,000	2,0000	120,00
CHURRASCARIA E PIZZARIA DO ANTONIO EIREL	ALMOÇO	21	3,000	25,0000	75,00
Cirurgia Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA	SONDA NASOENTERAL PED 60CM	64	6,000	36,8000	220,80
CLINICA DE ORTOPEDIA E FRATURAS CHAPECO	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA EM ORTOPEDIA	45	1,000	250,0000	250,00
CLINICA MEDICA DRA. KARIN DR. WALDIR S/S	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA GASTROENTEROLOGIA	67	1,000	400,0000	400,00
EDEM C. BRAGHINI & CIA LTDA	OXIBUTININA 5MG 270CP	44	1,000	162,0000	162,00
ELETROMOVEIS DE CARLI LTDA	CABO TELEFONE ESPIRAL 2MTS	25	1,000	8,0000	8,00
ELETROMOVEIS DE CARLI LTDA	TELEFONE INTELBRAS S/FIO	25	1,000	120,0000	120,00
EM INFORMATICA LTDA	AGENDA	27	1,000	37,9900	37,99
F.R. RESTAURANTE LANCHERIA LTDA ME	ALMOÇO	20	1,000	23,0000	23,00
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	CLOR. METILFENIDATO 10MG 30CP	68	2,000	24,4900	48,98
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	COMBIGAN COL. 10ML	68	2,000	164,4400	328,88
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	COMBIGAN COL. 5ML	24	2,000	104,4400	208,88
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	CYMBI 30MG 60CPS	24	1,000	123,2200	123,22
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	DIMORF 30MG 50CP	24	1,000	102,2800	102,28
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	DONAREN 50MG 60CP	24	1,000	85,4300	85,43
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	EZOPEN 200MG 25CP	24	3,000	89,7500	269,25
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	FORIG 200MG 20CP	68	1,000	95,5300	95,53
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	MALEATO DE TIMOLOL G SOL OFT 0,5% 5ML	24	1,000	10,2900	10,29
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	MANITOL SOL 20% 250ML	68	2,000	15,7500	31,50
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	NISTRAZIN 60G	24	1,000	18,0000	18,00
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	NOCTIDEN 10MG 20CP	24	3,000	51,6600	154,98
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	OPTIVE COLIRIO 15ML	24	1,000	78,0200	78,02
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	PATANOL COLIRIO 0,2% 2,5ML	24	2,000	56,5400	113,08
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	PHOSFO ENEIMA 130ML	24	1,000	15,0000	15,00
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	PLAGEX GTS PED 10ML	68	1,000	9,7500	9,75
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	PROTETOR SOLAR FPS30 350ML	23	4,000	79,9500	319,80
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	RITALINA 10MG 30 CP	24	9,000	96,0200	864,18
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	SIMETICONA GTS 15ML	68	1,000	19,8500	19,85
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	TARTARATO DE BRIMONIDINA G SOL OFT 0,2	24	1,000	52,4100	52,41
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	VALIUM 10MG 30 COMP.	68	2,000	23,2000	46,40
FARMÁCIA DALAGNOL LTDA EPP	VONAU FLASH	24	1,000	65,8300	65,83
L. K. DE CARLI	CAFÉ PRETO	74	1,000	3,0000	3,00
L. K. DE CARLI	CALZONE PALMITO C/ CATUPIRY	74	1,000	7,5000	7,50
L. K. DE CARLI	PASTEL FRITO CARNE	74	1,000	5,0000	5,00
LANCHERIA NEVILLE LTDA ME	SUCO LARANJA C/ ABACAXI	77	1,000	6,5000	6,50

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LANCHERIA NEVILE LTDA ME	TORRADA SIMPLES C/ OVO	77	1,000	7,5000	7,50
LAZZARETTI MARMORARIA E TERRAPLANAGEM	MÁRMORE CINZA CORUMBA	65	1,000	880,0000	880,00
LORENA MARIA NADIN	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500ML	69	1,000	3,0000	3,00
LORENA MARIA NADIN	ALMOÇO	69	1,000	34,9000	34,90
MARILENE PACASSA BIAZIN	CAFÉ DA MANHÃ	70	1,000	13,0000	13,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CADEADO 35MM LATÃO	66	2,000	22,0000	44,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CHAVE FENDA 1/4X6	66	1,000	8,0000	8,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	FECHADURA INTERNA INOX 40MM SLIM	66	2,000	33,0000	66,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	FITA ISOLANTE 18MM X 20M	66	1,000	6,5000	6,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TE LUZ MULTIPLICADOR T 2P + T	66	1,000	8,0000	8,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TORNEIRA BANCADA AUTOMÁTICA	66	2,000	72,0000	144,00
NOAL DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA	PUNÇÃO ASPIRATIVA POR AGULHA FINA - PAAF	46	1,000	420,0000	420,00
ORIGINAL MOVEIS LTDA	PRATELEIRAS	40	1,000	2.500,0000	2.500,00
ORIGINAL MOVEIS LTDA	PRATELEIRAS	41	20,000	60,0000	1.200,00
QUIMIOLAB COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LABC	TUBO VACUT DE PLÁSTICO K3 4ML	26	200,000	0,4900	98,00
QUIMIOLAB COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LABC	TUBO VACUT PLAST CGEL 5ML	26	200,000	0,7000	140,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	LÂMPADA FAROL H7 12V 55W	42	1,000	32,0000	32,00
ROQUE KOLLING - ME	REFIL CAMADAS ULTRA 22MM	63	4,000	103,0000	412,00
TIBES & SOUZA LTDA ME	JANTAR	73	1,000	36,0000	36,00
WILSON MOCELIN ME	CANTONEIRA 19 x 19	22	20,000	10,0000	200,00
WILSON MOCELIN ME	VIDRO INCOLOR 4,0MM	22	2,000	80,0000	160,00
Total Geral do Mês ---->					11.134,27

RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS DE JANEIRO 2019-PMSA

Publicação Nº 1980227

Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ÁGUA BRINDES LTDA	PORTA BLOCOS PRODUTOR	148	500,000	9,7000	4.850,00
ARCUS INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	CALENDÁRIOS DE MESA	44	500,000	4,8000	2.400,00
ARCUS INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	FLYERS PROGRAMAÇÃO	44	500,000	0,5980	299,00
ARCUS INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	IMPRESSÃO GRÁFICA DE ENVELOPES	218	2.000,000	0,6990	1.398,00
ARCUS INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	IMPRESSÃO GRÁFICA DE FOLHAS TIMBRADAS	218	3.000,000	0,1577	473,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO DMER	25	15.000,000	3,4600	51.900,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	DIESEL S-500 P/ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS SEC. AGRI	21	15.000,000	3,4600	51.900,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM P/ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DO FUNDO DE SAUD	3	17.000,000	4,4000	74.800,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM P/ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DO DEPTO SOCIAL	26	2.500,000	4,4000	11.000,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM P/ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS SEC. AGRICULTUR	21	4.000,000	4,4000	17.600,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DMER	25	4.000,000	4,4000	17.600,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO	22	5.000,000	4,4000	22.000,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA OS VEÍCULOS LOTADOS NA SEC ADMINISTRAÇÃO	27	5.000,000	4,4000	22.000,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	GASOLINA COMUM PARA OS VEÍCULOS LOTADOS NO GABINETE	23	4.000,000	4,4000	17.600,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MINI BANDI CARC I LOOP 35X5CM	54	10,000	12,5020	125,02
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ROLO DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL	54	1,000	96,1515	96,15
BUSCHLE & LEPPER S.A.	FLUOR - ÁCIDO FLUOSSILÍCIO	199	90,000	3,0000	270,00
BUSCHLE & LEPPER S.A.	HIPOCLORITO DE SÓDIO	199	300,000	2,1000	630,00
BUSCHLE & LEPPER S.A.	SULFATO DE ALUMÍNIO I.F.	199	120,000	2,1000	252,00
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	RESERV. EXPANSÃO	287	1,000	676,0000	676,00
CENTRAL MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA - ME	FELTRO LISO 1,40 LARG 100% POLIESTER	63	10,000	12,9000	129,00
CIDEMA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSÓRCIO CIDEMA - PROSUASA		12,000	1.100,0000	13.200,00
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CBUQ 4,5CM AV. PRES	184	87,390	588,8000	51.455,23
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	CONTRATO DE RATEIO COM O REPASSE FINANCEIRO-MANUTENÇÃO CIDIR		12,000	1.500,0000	18.000,00
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	CONTRATO DE RATEIO-REPASSE FINANCEIRO P/ INVESTIMENTOS CIDIR		1,000	10.000,0000	10.000,00
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO AV. PRES. CASTELO BRANCO	184	1.942,000	3,9000	7.573,80
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C AV. PRES. CASTELO BRANCO	184	1.942,000	1,5000	2.913,00
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	PINTURA HORIZONTAL DE FAIXA LOGITUDINAL FAIXA CONTÍNUA AV. P PRES	184	12,600	11,0000	138,60
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	PINTURA HORIZONTAL DE FAIXA LONGITUDINAL SECCIONADA AV. PRES	184	28,000	11,0000	308,00

Página: 2/12

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESEI	PINTURA HORIZONTAL DE FAIXAS DE PEDESTRES AV. PRESIDENTE CAS	184	43,600	11,0000	479,60
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEI	CONTRATO DE RATEIO CONSÓRCIO CVC OUTRAS DESPESAS MANUTENÇÃO		12,000	273,9800	3.287,76
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEI	CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO CVC		12,000	1.676,0200	20.112,24
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	AÇÚCAR REFINADO 1KG	142	5,000	3,1500	15,75
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CAFÉ NESCAFÉ TRADIÇÃO 200G	142	3,000	13,9800	41,94
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	CAFÉ NESCAFÉ TRADIÇÃO 230GR	142	2,000	15,9900	31,98
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ	MILHO MOIDO (QUIRELA) SC 40KG	61	1,000	30,0000	30,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	DIESEL S-10 P/ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS SEC. AGRICULTURA	24	65.000,0000	3,5500	230.750,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	DIESEL S-10 P/O ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DO FUNDO DE SAUDE	2	20.000,0000	3,5500	71.000,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	DIESEL S-10 PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA SEC EDUCAÇÃO	20	22.500,0000	3,5500	79.875,00
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	GASOLINA COMUM	55	38,122	4,3444	165,62
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL SERRA	ÓLEO DIESEL S-10 P/ABASTECIMENTO NA SEC. DE TRANSPORTES	19	75.000,0000	3,5500	266.250,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 13-19/16-19/12-20/16-27	93	1,000	1,1600	1,16
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 13-19/16-19/12-20/16-27	93	4,000	1,1600	4,64
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 19-25 / 19-27 / 3/4. 1/17-22	93	4,000	2,9800	11,92
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ABRACADEIRA ROSCA S/F 38-51	93	2,000	3,8900	7,78
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR COMPRESSOR RAMAL 20MM X 3/4	88	65,000	5,8200	378,30
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR INTERNO RED 3/4 X 1/2	93	1,000	1,8400	1,84
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR INTERNO ROSCA INTERNA 3/4	107	1,000	1,0800	1,08
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR LR 25 X 3/4	107	1,000	1,0000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR LR 25 X 3/4	107	1,000	1,0000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR LR 25 X 3/4	107	2,000	1,0000	2,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADAPTADOR P/ ENG. 1/2	93	1,000	3,9800	3,98
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ADESIVO PLAST. 850GR	88	5,000	48,7480	243,74
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ALICATE CORTE DIAGONAL 6	92	1,000	17,2000	17,20
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ALICATE UNIVERSAL 8	92	1,000	24,0000	24,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ANEL BORRACHA P/ TUBO SOLD 85MM	88	100,000	8,1890	818,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ANEL VEDAÇÃO 110MM	88	100,000	9,9732	997,32
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARAME GALVANIZADO 0,71MM	92	3,000	22,2000	66,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARAME GALVANIZADO 1,24MM 18	91	1,000	17,1000	17,10
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARRUELA LISA 1/4	107	4,000	0,1400	0,56
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARRUELA LISA 5/16	94	60,000	0,2000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ARRUELA LISA 5/16	107	20,000	0,2000	4,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BASE DV 18L	92	3,000	290,0000	870,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BASE DV 3.6L	92	3,000	64,8000	194,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BASE RV 0.800ML	92	1,000	40,0000	40,00

Página: 3/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BOIA P/ BEBEDOURO AGUA 1/2	107	1,000	7,000	7,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BRITA MEDIA	93	1,300	86,400	112,32
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROCA AÇO RAPIDO 11MM	94	1,000	42,400	42,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROCA AÇO RAPIDO 12MM	94	1,000	39,840	39,84
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BROCA AÇO RAPIDO 5,00MM	93	2,000	6,000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 08MM	93	12,000	0,300	3,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA 6MM	92	15,000	0,070	1,05
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA RED SOLD 25 X 20	107	1,000	1,000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA RED SOLD 25 X 20	107	1,000	1,000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA RED SOLD 40X32	107	1,000	2,490	2,49
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	BUCHA RED SOLD 85 X 75	88	100,000	53,760	5,376,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO DE AÇO 3,2 GROSSO	93	6,000	3,210	19,26
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO DE AÇO 3,2 GROSSO	94	3,650	3,210	11,72
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO DE AÇO 3,2 GROSSO	107	30,000	3,210	96,30
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO PP 2X2,5MM	94	7,000	3,900	27,30
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CABO ROLO REFORC. 10 CM	93	1,000	12,500	12,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 25MM SM UN	89	1,000	19,000	19,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 30MM	93	1,000	22,000	22,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 40MM	94	1,000	27,800	27,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 40MM	107	1,000	29,720	29,72
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CADEADO 50MM	94	1,000	31,900	31,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 100L	92	1,000	95,000	95,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CAIXA DE DESCARGA	90	1,000	32,870	32,87
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CAPS GALV. 1/2	107	1,000	5,150	5,15
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAPA FIBROCIMENTO 28,4KG	87	14,000	39,590	554,26
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAPA FIBROCIMENTO 32,5KG	87	14,000	45,240	633,36
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE BIELA 17MM	93	1,000	32,910	32,91
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE BOCA 18 X 19MM	93	1,000	4,590	4,59
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE BOCA 8 X 8	93	1,000	2,400	2,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CHAVE FENDA 3/8 X 6	93	1,000	13,300	13,30
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CIMENTO CP II Z-32 (saca contendo 50kg)	93	2,000	29,900	59,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CLIPS ZINCADO 3/16	93	30,000	0,880	26,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CLIPS ZINCADO 3/16	107	6,000	0,880	5,28
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CORDA DE AÇO PLASTIF. P/ VARAL	93	12,000	0,270	3,24
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CORREIA EM V A - 49	94	1,000	17,000	17,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CORREIA V A-92	93	1,000	24,400	24,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CORRENTE ZINCADA 3,0MM	87	0,800	36,920	29,54
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CRUZETA SOLD 50MM	93	4,000	18,650	74,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	CURVA ESG. 50MM LONGA 90	107	3,000	11,893	35,68

Página: 4/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	D10 MILANO 45 X 45	93	4,060	14,9000	60,49
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DISCO DIAMANTADO TURBO 110MM	87	1,000	15,3000	15,30
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DISCO FLAP 7 G80	93	1,000	27,0000	27,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DOBRADIÇA	87	6,000	5,3000	31,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DOBRADIÇA 2	94	1,000	1,5700	1,57
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	DOBRADIÇA 2. 1/2	94	1,000	1,6900	1,69
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESCOVA COPO C/ HASTE 75MM	93	1,000	10,0800	10,08
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESPÍGAO MACHO FIXO 1/4 X 5/16	93	1,000	5,0000	5,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESPUMA EXPANSIVA 300ML	93	1,000	14,0000	14,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	87	1,000	24,0000	24,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESTICADOR P/ CABO DE AÇO 1/2	93	2,000	10,7400	21,48
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESTICADOR P/ CABO DE AÇO 3/4	107	1,000	49,9000	49,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESTICADOR P/ CABO DE AÇO GAL. 3/8	93	1,000	6,0900	6,09
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ESTICADOR PARA CABO DE AÇO 1/4	93	14,000	5,0836	71,17
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	EXTENSÃO LUZ 3 TOMADAS 2 PINOS 3MTS 10A	91	1,000	12,0000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	EXTENSÃO LUZ 3 TOMADAS 3 PINO 5MT 10A	91	1,000	33,0000	33,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FECHO REDONDO 5	87	4,000	6,5000	26,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FERRO SOLDA 30W 220V	92	1,000	28,0000	28,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA ISOLANTE 20 M	94	1,000	6,0000	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA P/ DEMARCAÇÃO 48 X 30	94	1,000	25,3900	25,39
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA VEDA ROSCA 12X10M	90	1,000	3,0000	3,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA VEDA ROSCA 12X10M	107	12,000	3,0000	36,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FITA ZEBRADA P/ SEG. 70 X 200MTS	94	1,000	14,0000	14,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FLEXIVEL PVC 50 CM	90	1,000	3,5000	3,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	FORMÃO CROMO 1/2	93	1,000	14,2500	14,25
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	GANCHO BUCHA 08	87	4,000	0,7500	3,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	GRADE VENTILAÇÃO 20 X 20 CM	91	2,000	23,5000	47,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JANELA BALCÃO INSTALADA	87	1,000	730,0000	730,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 25MM SOLD	107	1,000	1,0000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 25MM SOLD	107	1,000	1,0000	1,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 40MM ESG	94	1,000	1,8000	1,80
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 40MM SOLD.	107	3,000	5,8600	17,58
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 50MM SOLD.	107	2,000	3,4200	6,84
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 60MM SOLD.	107	3,000	14,7600	44,28
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOELHO 60MM SOLD. 45	107	1,000	15,7900	15,79
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	JOGO PONTAS MONTADAS 5 PCS	93	1,000	16,0000	16,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LANTERNA 15 LEDS	90	1,000	38,0000	38,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LIXA DISCO REDONDO VELCRO 18CM	93	3,000	4,0000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LIXA DISCO REDONDO VELCRO 18CM	93	4,000	4,0000	16,00

Página: 5/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LIXA PANO ESPUMA GRAO 120 PCS 14 CM	107	2,000	2,8000	5,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LIXA PANO P/ FERRO 60MM	94	3,000	3,1900	9,57
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LIXA PARA MASSA CORRIDA EM FOLHA	107	3,000	1,3300	3,99
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA 110MM SOLD	88	6,000	54,5017	327,01
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA 60MM SOLD	107	2,000	11,8600	23,72
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA CORRER SOLD 110MM	88	20,000	47,9000	958,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA CORRER SOLD 85MM	88	20,000	27,3230	546,46
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA DE CORRER 40 ESGOTO	93	1,000	9,0700	9,07
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA DUPLA DE COMPRESSÃO 20MM	88	43,000	8,6779	373,15
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA ESG 100MM	93	5,000	5,7900	28,95
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA RED SOLD 40 X 20	94	2,000	3,0200	6,04
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA RED SOLD 40 X 25	107	1,000	4,7300	4,73
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA RED SOLD 60 X 25	107	1,000	3,8400	3,84
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA RED SOLD 60 X 50	107	1,000	6,2300	6,23
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA RED SOLD 60 X 50	107	1,000	6,2300	6,23
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	LUVA ROSCA 1 X 3/4	107	1,000	2,5500	2,55
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MANGUEIRA ESGUICHO 1/2	93	20,000	2,1800	43,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MANGUEIRA PREDIAL 20 X 2,3 MM	107	100,000	4,4500	445,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MARRETA	94	1,000	25,9000	25,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MASCARA C/ VALVULA	94	2,000	6,0000	12,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	MINI ALICATE CORTE FRONTAL 4.1/2	92	1,000	14,7200	14,72
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	NIPEL 1/2	107	1,000	1,0100	1,01
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PAPELEIRA METÁLICA	91	2,000	18,0000	36,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO CHUMBADOR 3/8 X 3	107	18,000	2,9300	52,74
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 1.1/2 FERRO	107	10,000	0,2500	2,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 3 FERRO	93	8,000	0,7500	6,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 4 FERRO	107	4,000	0,8600	3,44
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 3.1/2	94	30,000	1,4200	42,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 6 FERRO	94	10,000	1,7700	17,70
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO FRANCES 5/16X4	94	30,000	1,3200	39,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 3.5 X 14	94	14,000	0,1000	1,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 4.0 X 40	87	22,000	0,2000	4,40
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 5.0 X 35	92	15,000	0,1800	2,70
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS 5.0 X 60	93	12,000	0,4400	5,28
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PARAFUSO PHILIPS CABEÇA CHATA 4.2 X 13	94	100,000	0,1100	11,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PINO MACHO 2 PINO 20A	94	2,000	5,0000	10,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PISTOLA DE AR P/ LIMPEZA	93	1,000	23,5000	23,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA BORBOLETA 1/4	107	5,000	0,3200	1,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 1/4	93	8,000	0,0700	0,56

Página: 6/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 1/4	107	2,000	0,0700	0,14
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	PORCA SEXTAVADA 5/16	94	60,000	0,1600	9,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REBITE 4.0 X 16	93	16,000	0,2300	3,68
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REBITE 4.0 X 19	94	100,000	0,2500	25,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REBITE 4.0 X 8	92	12,000	0,2300	2,76
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA 60 SOLD.	107	1,000	37,7700	37,77
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA BORBOLETA 3/4	88	30,000	16,6150	498,45
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA ROSCA INTERNA 3	107	1,000	259,2700	259,27
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD 25MM	107	1,000	6,9800	6,98
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD 75MM	91	1,000	122,0000	122,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLD. 20MM	107	1,000	5,9400	5,94
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 32MM	107	1,000	13,9400	13,94
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REGISTRO PASSEIO P/ LIG RAIMAL 20MM	88	60,000	9,1820	550,92
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	REPARADOR MANGUEIRA 1/2	93	1,000	4,0000	4,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	ROLO ESPUMA 09CM	93	2,000	5,0000	10,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SILICONE ACET. TRANSPARENTE 50GR	94	2,000	5,3000	10,60
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	SPRAY USO GERAL	93	4,000	15,0000	60,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE 110 MM SOLD	88	2,000	87,5750	175,15
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE 25 MM SOLD	107	1,000	1,1400	1,14
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE 85MM SOLD	88	5,000	45,2620	226,31
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE ELETRICO 03 SAIDAS	91	2,000	4,7600	9,52
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE ESGOTO 100 MM	93	1,000	11,7300	11,73
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE SOLD. 60MM	107	1,000	27,0600	27,06
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TEE SOLDÁVEL DE 50MM	93	8,000	8,7213	69,77
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TINTA ALTA TEMPERATURA	93	1,000	19,0000	19,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TOMADA EXTERNA	94	1,000	9,0000	9,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TOMADA EXTERNA	94	1,000	9,0000	9,00
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TORNEIRA JARDIM 1/2 3/4	107	1,000	4,9000	4,90
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TUBO SOLD 60MM	107	30,000	10,4500	313,50
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TUBO SOLD 85MM	107	6,000	34,1200	204,72
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TUBO SOLD. 40MM	107	30,000	5,8900	176,70
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	TUBO SOLDÁVEL 85MM	88	12,000	34,1233	409,48
DIÁRIO SB COMUNICAÇÃO LTDA ME	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	150	1,000	100,0000	100,00
ELLAS FOTOGRAFIA LTDA ME	REVELAÇÃO DE FOTOGRAFIAS	84	166,000	1,2500	207,50
EM INFORMÁTICA LTDA	RELOGIO DE 'PONTO'	198	1,000	2,150,0000	2,150,00
FÁBRICA DE PLACAS EMPLACAR LTDA ME	PAR DE PLACAS COM LACRE	277	1,000	150,0000	150,00
FARMÁCIA DAL AGNOL LTDA EPP	NEVRALGEX ICE AERO 120ML	281	2,000	29,9500	59,90
FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRES	PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS	154	1,000	222,2400	222,24
GENIR KAISER	MAO DE OBRA REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO	140	1,000	670,0000	670,00

Página: 7/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GENIR KAISER	SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PEÇAS	139	4,000	1,100,000	4,400,00
GOLD EPI COM. EQUIP. SEG. EPP	MANGUEIRA DE INCÊNDIO COM 15 MTS	48	3,000	196,000	588,00
GUINCHO E TRANSPORTE BIGODE LTDA ME	TRANSPORTE DE MÁQUINAS COM DESLOCAMENTO	98	1,000	474,000	474,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ARRUELA	283	2,000	26,300	52,60
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ARRUELA	283	2,000	21,500	43,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	ARRUELA	283	2,000	17,500	35,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	BUCHA	283	2,000	78,600	157,20
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	CHAPA 1020	285	79,000	11,500	908,50
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	GRAXEIRA 90°5/16	283	1,000	2,500	2,50
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PARAFUSO 1" X 5	285	5,000	17,500	87,50
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PINO	283	1,000	486,300	486,30
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	PORCA 1" TRAVANTE	285	5,000	4,500	22,50
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	RETENTOR	283	2,000	68,500	137,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA	284	20,000	75,000	1,500,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS	282	9,000	75,000	675,00
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA	284	12,000	150,000	1,800,00
IMPrensa DO POVO LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS E LEGAIS	17	12,000	1,000,000	12,000,00
INSTALADORA ALBA EIRELI	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES	130	2,000	850,000	1,700,00
IRMÃOS SPERANDIO - COMERCIO DE VEICULOS	ÓLEO CAIXA	141	20,000	18,000	360,00
JAIRO MARTINI	ANEL DE VEDAÇÃO 2-425 113.67 X 6.99	57	2,000	12,000	24,00
JAIRO MARTINI	ANEL ORING	279	2,000	25,000	50,00
JAIRO MARTINI	CJ POLYMATIC 40-2 FS 160/220/280/300/350	58	3,000	40,000	120,00
JAIRO MARTINI	CORRENTE DE MOTOSSERA 22 DENTES	60	1,000	55,000	55,00
JAIRO MARTINI	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	278	1,000	849,000	849,00
JAIRO MARTINI	MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO DN 6.6M	280	1,000	160,000	160,00
JANDIR SPEROTO ME	AÇUCAR 5KG	62	3,000	11,990	35,97
JANDIR SPEROTO ME	AÇUCAR CRISTAL 2KG	56	5,000	4,990	24,95
JANDIR SPEROTO ME	ÁGUA MINERAL 1.5L	62	6,000	2,990	17,94
JANDIR SPEROTO ME	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - Galão com 20 Litros (Somente o Liquid	62	4,000	11,000	44,00
JANDIR SPEROTO ME	ÁGUA SANITÁRIA MASSAROLO	62	3,000	10,490	31,47
JANDIR SPEROTO ME	ALHO PACOTE COM 100GR	149	2,000	4,990	9,98
JANDIR SPEROTO ME	APRESUNTADO FATIADO	62	6,000	5,490	32,94
JANDIR SPEROTO ME	BANANA	62	6,000	1,990	11,94
JANDIR SPEROTO ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA	62	4,000	7,990	31,96
JANDIR SPEROTO ME	BOM AR	62	3,000	9,990	29,97
JANDIR SPEROTO ME	CAFÉ SOLUVEL GOURMET 24X100G	62	3,000	13,990	41,97
JANDIR SPEROTO ME	CARNE MOIDA	149	3,000	14,990	44,97
JANDIR SPEROTO ME	CEBOLA	56	5,000	3,490	17,45

Página: 8/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JANDIR SPEROTO ME	CEBOLA	149	3,000	3,4900	10,47
JANDIR SPEROTO ME	DETERGENTE 500ML	62	6,000	1,9500	11,94
JANDIR SPEROTO ME	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - Pacote de 1KG	56	4,000	10,9900	43,96
JANDIR SPEROTO ME	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - Pacote de 1KG	59	5,000	8,4900	42,45
JANDIR SPEROTO ME	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - Pacote de 1KG	85	5,000	8,4900	42,45
JANDIR SPEROTO ME	EXTRATO DE TOMATE UN	56	10,000	4,2500	42,50
JANDIR SPEROTO ME	LEITE INTEGRAL CX	62	24,000	2,9900	71,76
JANDIR SPEROTO ME	MAÇÃ FUJI	62	6,000	5,4900	32,94
JANDIR SPEROTO ME	MELÂNCIA	56	26,200	1,4900	39,04
JANDIR SPEROTO ME	MOLHO REFOGADO	149	6,000	1,7500	10,50
JANDIR SPEROTO ME	PANO DE LIMPEZA	62	2,000	13,5000	27,00
JANDIR SPEROTO ME	PÃO FATIADO KG	62	4,000	5,5000	22,00
JANDIR SPEROTO ME	PÃO FRANCES	56	5,000	8,3900	41,95
JANDIR SPEROTO ME	PÃO FRANCES	149	10,000	8,9900	89,90
JANDIR SPEROTO ME	PAPEL HIGIÊNICO DOBLE FD NEUTRO 12/30	62	6,000	15,4900	92,94
JANDIR SPEROTO ME	PAPEL TOALHA PCTE C/02 ROLOS	62	2,000	13,9900	27,98
JANDIR SPEROTO ME	PEDRA SANITÁRIA	62	4,000	5,9900	23,96
JANDIR SPEROTO ME	PIRULITOS SABORES DIVERSOS	56	10,000	7,4900	74,90
JANDIR SPEROTO ME	QUEIJO MUSSARELA FATIADO 150G	62	6,000	5,9900	35,94
JANDIR SPEROTO ME	REFresco PCT. DIVERSOS SABORES	56	10,000	3,4900	34,90
JANDIR SPEROTO ME	REFRIGERANTE 2L	56	50,000	4,4900	224,50
JANDIR SPEROTO ME	REFRIGERANTE 2L	149	15,000	4,4900	67,35
JANDIR SPEROTO ME	RODO LIMPA PISO C/ CABO	62	1,000	11,5000	11,50
JANDIR SPEROTO ME	SABÃO EM PÓ 2KG	62	2,000	14,4900	28,98
JANDIR SPEROTO ME	SALGADINHO SABORES SORTIDOS	56	100,000	1,0000	100,00
JANDIR SPEROTO ME	SALSICHA	56	12,000	9,4900	113,88
JANDIR SPEROTO ME	SAPÓLIO	62	4,000	5,9900	23,96
JANDIR SPEROTO ME	TOMATE	56	8,000	5,9900	47,92
JANDIR SPEROTO ME	TOMATE	149	4,000	2,9900	11,96
JOAÇABA PNEUS LTDA	PNEU 175/70R14 88H XL S-ATR	49	2,000	530,0000	1,060,00
JOSIMAR LUIZ PILGER	GUIRLANDA MDF	275	25,000	7,0000	175,00
JOSIMAR LUIZ PILGER	PLACA ACRILICO INAUGURAÇÃO	273	1,000	110,0000	110,00
LAZZARETTI MARMORARIA E TERRAPLANAGEM	MÁRMORE CINZA CORUMBA	272	1,000	90,0000	90,00
MAQDIMA FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTI	FIO CABO FLEX 50MM2	201	6,000	22,0000	132,00
MAQDIMA FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTI	GARRA AVULSA G200 PRETA	201	2,000	21,0000	42,00
MAQDIMA FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTI	GARRA AVULSA G200 VERMELHA	201	2,000	21,0000	42,00
MAQDIMA FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTI	PROTETOR DE BATERIA 12V	201	1,000	162,0000	162,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ABRACADEIRA 19-27	286	4,000	5,0000	20,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ADITIVO FREIO EIXO TRASEIRO	47	1,000	367,7400	367,74

Página: 9/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ANEL	138	2,000	8,0000	16,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ARRUELA	53	8,000	2,6200	20,96
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	BUCHA	189	2,000	139,3600	278,72
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	BUCHA FLANGEADA	138	2,000	219,8400	439,68
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	CALÇO	138	1,000	18,0000	18,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	CALÇO	189	6,000	15,0000	90,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	CANTO CONCHA L.D	138	1,000	351,0000	351,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	CANTO CONCHA L.E	138	1,000	351,0000	351,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	CANTO LÂMINA 6F 1/2"	52	2,000	293,3800	586,76
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	COXIM MOTOR	286	4,000	43,9350	175,74
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR	187	1,000	72,3000	72,30
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR CONDICIONADO	53	1,000	232,9200	232,92
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR CONDICIONADO	53	1,000	183,6000	183,60
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR CONDICIONADO	136	1,000	72,3000	72,30
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR CONDICIONADO	136	1,000	140,0000	140,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR EXTERNO	53	1,000	249,5100	249,51
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR INTERNO	53	1,000	89,2800	89,28
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR PRIMARIO	50	1,000	120,9600	120,96
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO AR SECUNDÁRIO	50	1,000	59,4000	59,40
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO COMBUSTÍVEL	53	1,000	60,8100	60,81
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO COMBUSTÍVEL	135	1,000	83,1600	83,16
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO HIDRÁULICO	47	1,000	254,6900	254,69
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO HIDRÁULICO	53	1,000	532,0000	532,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO HIDRÁULICO	53	1,000	143,3100	143,31
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO LUBRIFICANTE	47	1,000	78,8900	78,89
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO LUBRIFICANTE	53	1,000	54,3300	54,33
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA	47	1,000	66,4100	66,41
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA	53	1,000	79,5000	79,50
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO TRANSMISSÃO	47	1,000	195,3000	195,30
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FILTRO TRANSMISSÃO	137	1,000	219,0600	219,06
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	FLANGE CACAMBA PIM	138	1,000	313,0000	313,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	JUNTA TAMPA VÁLVULA	286	4,000	42,0000	168,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	LÂMINA MOTON. 13 FUROS 3/4" 8" AR1 CURVA	52	2,000	822,0300	1,644,06
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	MANGUEIRA OLEO SOLVENTE 3/4	286	0,700	45,4900	31,84
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ÓLEO 85W140 GL-5	51	20,000	14,8500	297,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ÓLEO EIXOS	47	40,000	18,1000	724,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	ÓLEO FT SUPER 30 YPF	135	20,000	19,0500	381,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PARAFUSO	53	8,000	2,8200	22,56
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PARAFUSO	138	1,000	22,0000	22,00

Página: 10/12

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PARAFUSO	138	8,000	4,9700	39,76
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PARAFUSO LÂMINA 5/8 X 2. 1/4	52	50,000	2,5100	125,50
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PINO	138	1,000	490,0000	490,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PINO	189	2,000	294,0000	588,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PORCA	138	2,000	2,0000	4,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PORCA	138	8,000	1,5200	12,16
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PORCA LÂMINA 5/8" REFOR	52	50,000	1,2400	62,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	PROTETOR ROLETE CENTRAL	53	2,000	700,0000	1.400,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	VEDADOR	138	4,000	30,0000	120,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	VEDADOR	189	4,000	57,0000	228,00
MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SER	VEDADOR TAMPA VALVULA	286	4,000	10,0000	40,00
MARIA LUCIA CORRADI DOS SANTOS	VEDADOR COROA DE FLORES PARA FUNERAL	100	1,000	110,0000	110,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ANEL AJUSTE ROLAMENTO	202	1,000	11,3400	11,34
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA CALÇO PINO MOLAD/T MB	202	4,000	3,7500	15,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ARROELA LISA 7/16	202	4,000	0,2500	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CABO BASCULACAO CACAMBA	202	1,000	143,6200	143,62
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	CATALISADOR P/ MASSA PLASTICA	133	2,000	2,1000	4,20
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ELETRODO DE GRAFITE 1/4 X 12"	134	5,000	10,0000	50,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	EMENDA MANGUEIRA METAL C/ PORCA 12MM	202	2,000	28,0500	56,10
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FITA ISOLANTE RL 5MTS	132	1,000	1,0000	1,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	FUSÍVEL TIPO NOVO - MINI	132	4,000	0,5000	2,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	INSERT P/ TUBO 1/2	202	6,000	2,0200	12,12
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 1 POLO GRANDE - 24V	132	2,000	3,5800	7,16
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 1 POLO PEQUENA - 24V	132	2,000	2,2300	4,46
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA 2 PÔLO 24 V	132	2,000	5,5000	11,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LÂMPADA H3 - 12V 55W -	132	1,000	15,7500	15,75
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LAMPADA MEIA LUZ 24V	132	2,000	2,6900	5,38
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LENTE SINALEIRA	132	2,000	17,0000	34,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LENTE SINALEIRA	132	1,000	16,5500	16,55
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	LENTE SINALEIRA T/CARGO	202	2,000	15,2900	30,58
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MANGUEIRA NYLON TUBO 1/2	202	0,400	4,4300	1,77
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	MANTA P/ FIBRA	133	1,500	15,0000	22,50
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PARAFUSO 10MM X 30 AÇO	202	4,000	0,7500	3,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PARAFUSO 5MM X 15/25	202	1,000	0,3300	0,33
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PARAFUSO LÂMINA 5/8 X 3	132	1,000	7,9500	7,95
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	PARAFUSO LÂMINA 5/8 X 3	132	4,000	8,0000	32,00
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	RESINA P/ FIBRA	133	1,500	37,6000	56,40
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ROLAMENTO	202	1,000	58,7400	58,74
MECÂNICA PAGLIOCCCHI LTDA - ME	ROLAMENTO	202	1,000	13,4900	13,49

Página: 11/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	SINALEIRA	132	1,000	50,8500	50,85
MECÂNICA PAGLIOCCHI LTDA - ME	TERMINAL FIO OLHAL 1/4	132	1,000	0,5000	0,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	AREIA	276	16,000	115,0000	1,840,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	AREIA	276	1,000	115,0000	115,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CADEADO LATÃO 60MM	276	1,000	42,0000	42,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CAL HIDRÁULICA SC 20KG	276	2,000	12,0000	24,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	CIMENTO OBRAS ESTRUTURAIS 50KG	276	4,000	32,0000	128,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	276	3,000	22,5000	67,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	ESQUADRO	276	1,000	19,0000	19,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	ESTILETE 18MM	276	1,000	6,0000	6,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	FITA ZEBRADA P/ SEG. 70 X 200MTS	276	1,000	13,0000	13,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	LINHA PEDREIRO 0.80MM C/ 10 TREVO	276	1,000	7,0000	7,00
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	PARAFUSO CHIP CH PH 4.0 X 16MM	276	30,000	0,0500	1,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	PINCEL CERDA BRANCA 2.1/2	276	1,000	7,5000	7,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TUOLO P/ CONSTRUÇÃO 9X14X24 CM	276	130,000	0,6500	84,50
MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	TORNEIRA FILTRO 1104/1116/1115/1119	276	1,000	4,0000	4,00
MODELMAQ TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LT	SERVIÇO TRANSP. MATERIAL C/ USO DE CAMINHAO TERCEIRIZADO	43	100,200	140,0000	14,028,00
NELTO CARLOS BAGATINI & CIA LTDA	CONJUNTO BANDEIRAS OFICIAIS 3 PANOS	200	1,000	800,0000	800,00
NERCI FRANCISCO SCHMITT ME	TRANSPORTE DE MÁQUINAS COM DESLOCAMENTO	188	1,000	500,0000	500,00
ORIGINAL OIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LT	ADITIVO RADIADOR	151	1,000	319,0000	319,00
PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PECAS LTDA	ALAVANCA SEXTAVADA	288	2,000	140,0000	280,00
PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PECAS LTDA	CHAVE BIELA 3/8	288	1,000	22,0000	22,00
PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PECAS LTDA	SOQUETE 3/4	288	1,000	45,0000	45,00
PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PECAS LTDA	SOQUETE 3/4	288	1,000	45,0000	45,00
PITAKE DO SUL COMÉRCIO DE PECAS LTDA	SOQUETE IMPACTO 1/2	288	1,000	50,0000	50,00
RÁDIO CENTRO OESTE DE PINHALZINHO LTDA	TAXA DE INSCRIÇÃO EM CAMPEONATO ESPORTIVO	96	1,000	1,800,0000	1,800,00
RAQUELI DAIVANE LOPES	BOCA DE LOBO	129	5,000	300,0000	1,500,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BATERIA 100 AMP	143	1,000	380,0000	380,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BATERIA 115 AMP ESQUERDA	144	1,000	422,0000	422,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	BATERIA 150 AMPERES	145	1,000	470,0000	470,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	CARGA DE BATERIA	146	5,000	20,0000	100,00
REJANE TERESINHA DE GREGORI DE CARLI ME	TESTE BATERIA	146	5,000	10,0000	50,00
RODOMAC TRATORES PEÇAS E IMPLEMENTOS	FILTRO DO DIESEL	97	1,000	140,0000	140,00
RODOMAC TRATORES PEÇAS E IMPLEMENTOS	FILTRO DO DIESEL	97	1,000	155,0000	155,00
RODOMAC TRATORES PEÇAS E IMPLEMENTOS	FILTRO HIDRÁULICO	97	1,000	210,0000	210,00
RODOMAC TRATORES PEÇAS E IMPLEMENTOS	FILTRO MOTOR	97	1,000	120,0000	120,00
RODOMAC TRATORES PEÇAS E IMPLEMENTOS	OLEO HIDRÁULICO	289	2,000	308,0000	616,00
RODOMAC TRATORES PEÇAS E IMPLEMENTOS	REPAROS	289	6,000	10,0000	60,00
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	CÓPIAS DE CHAVES	64	12,000	8,0000	96,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

Página: 12/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Janeiro/2019**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ROSELI FATIMA FERREIRA - ME	PLACAS DE SINALIZAÇÃO 60 X60 REFLETIVAS	45	21,000	168,0000	3.528,00
ROTOPLAST INDÚSTRIA DE CLIMATIZADORES L	CLIMATIZADORES EVAPORATIVO STANDARD	46	2,000	8.100,0000	16.200,00
SELMAR LOIVO REICHERT	ANEL ORING 1A	274	1,000	6,0000	6,00
SELMAR LOIVO REICHERT	CRUZETA CC 04	274	1,000	37,0000	37,00
SELMAR LOIVO REICHERT	EIXO DIANTEIRO	147	1,000	202,0000	202,00
SELMAR LOIVO REICHERT	LUVA CC 11	274	1,000	38,0000	38,00
SELMAR LOIVO REICHERT	LUVA CC 15	274	1,000	42,0000	42,00
SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	OLEO AMBRA TRX 80W-140	155	1,000	652,0000	652,00
SIDINEI WEGNER MEI	ALINHAMENTO DIANTEIRO	86	1,000	42,0000	42,00
SIDINEI WEGNER MEI	ALINHAMENTO DIANTEIRO	95	1,000	42,0000	42,00
SIDINEI WEGNER MEI	BALANCEAMENTO	86	2,000	10,0000	20,00
SIDINEI WEGNER MEI	BALANCEAMENTO	95	2,000	10,0000	20,00
SIDINEI WEGNER MEI	MONTAGEM PNEU	86	1,000	10,0000	10,00
SIDINEI WEGNER MEI	MONTAGEM PNEU	95	1,000	10,0000	10,00
SIMONE GONÇALVES DE OLIVEIRA	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE CADEIRAS	131	2,000	85,0000	170,00
VENERI IND. COM. TÊXTIL E CONF. LTDA	BABY LOOK POLO FEMININA	99	38,000	39,9000	1.516,20
VENERI IND. COM. TÊXTIL E CONF. LTDA	CAMISA POLO MASC	99	44,000	39,9000	1.755,60
Total Geral do Mês ---->					1.188.728,19

Sombrio

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 001/2019

Publicação Nº 1980554

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2019

Pelo presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, o Município de Sombrio – SC, torna público que, em virtude de recusa de recebimento e/ou insuficiência de dados cadastrais que possibilitem a identificação dos contribuintes abaixo relacionados, ficam os mesmos NOTIFICADOS para o recolhimento dos valores lançados em dívida ativa, referente a INDENIZAÇÃO POR DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO, alcançados pelo presente Edital, os fins e objetivos constantes dos Arts. 145 e 173, Parágrafo Único, do Código tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1996). Art. 111, § 2º e Art. 112 do Código Tributário Municipal (Lei Nº 780 de 28 de dezembro de 1990). O prazo de regularização (pagamento ou parcelamento) é de CINCO (05) dias.

INSC. MUN.	NOME/RAZÃO SOCIAL	RECEITA	VALOR R\$
4793	CEDOLINA VIEIRA DOS SANTOS - ESPÓLIO	I.D.P.P	2.439,98
32547	GILMAR BECKHAUSER	I.D.P.P	3.86.3,86
3229	JUCEMAR CUSTODIO	I.D.P.P	5.389,94
38297	DAISON SCHEFFER CARDOSO	I.D.P.P	5.331,29

Município de Sombrio – SC, 10 de abril de 2019.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finança e Administração

Maria Regina de Matos,

Diretor de Arrecadação e Tributação

LEI Nº. 2416/2019

Publicação Nº 1981239

LEI Nº 2416, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL E A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital junto a Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), nos termos da Resolução CMN nº. 2.827/2001 e posteriores alterações e observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados em Despesa de Capital no Município de Sombrio - SC, no âmbito da linha de crédito do FINISA.

Art. 2.º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas e parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

§ 1.º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2.º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3.º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4.º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3.º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4.º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, provenientes do FINISA/Despesa de Capital, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º. Fica revogada na íntegra as Leis nº 2330, de 19 de setembro de 2017 , e nº 2372, de 24 de julho de 2018 Municipal nº 796 de 26 de setembro de 1991 e demais disposições em contrário

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 29 de março de 2019

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 234, DE 08 DE ABRIL DE 2019. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1981123

PORTARIA Nº. 234, DE 08 DE ABRIL DE 2019.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso X da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para locação de imóvel destinado ao treinamento da equipe de Bocha da CME Tangará pela Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer do Município, no valor de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) parcelado em 12 meses, em nome da Sociedade de Bochas São Marcos, CNPJ: 04.857.403/0001-02, conforme determina o inciso X, do art. 24 da Lei 8.666/93

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 08 DE ABRIL DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 239, DE 09 DE ABRIL DE 2019. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1981124

PORTARIA Nº. 239, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XVII, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a revisão programada do veículo GM-CHEVROLET/ONIX de placas QIY-9483 pertencente à Secretaria de Gabinete do Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 312,19 (trezentos e doze reais e dezenove centavos), pela empresa AUTO MECANICA GERAL LTDA, conforme orçamento anexo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 09 DE ABRIL DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tijucas

PREFEITURA

ATA CMDCA DIA 21-03-2019

Publicação Nº 1980319

1 ATA DE REUNIÃO DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
2 CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA - DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO
3 ESTADO DE SANTA CATARINA - Em 21 de março de dois mil e dezenove, com início
4 às 15h (quinze horas), na sala 12 do Colégio Cruz e Souza, situada à Praça Sebastião
5 Caboto, nº 90, Centro, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000, presenciaram a Reunião do
6 CMDCA, presentes os Senhores Conselheiros e ouvintes: Osmar Adriano Filho –
7 Fundação Municipal de Esportes, Cláudia Raitz Buchele – CMDCA, Sandra Regina
8 Pereira – APP, Sara Cardozo de Araújo Nava – Conselho Tutelar, Elizete de S. S.
9 Gonzaga – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Diocelio Adelino dos Santos – AN
10 Produções Culturais, João Daniel Ramos – AN Produções Culturais, Antônio R. Azevedo
11 – Lions Clube, Gustavo Fernandes, Sandra H. Tiezerini, Vandeir Fugazza, Leila dos Anjos
12 Costa, Tiago Manenti Martins, Adalto Gomes, Daniela Fagundes, Antônio Miranda da
13 Costa e Emanuely da Costa. PUBLICAÇÃO: Houve convocação por meio de publicação
14 no Diário Oficial dos Municípios e contato com conselheiros forma direta e via grupo em
15 rede social. O Edital de Convocação e Convite Público foi publicado no Diário Oficial dos
16 Municípios. II - VERIFICAÇÃO DO QUORUM: contando com o quórum necessário foi
17 iniciada a presente sessão. III – LEITURA DO EXPEDIENTE: Pautas relacionadas do
18 CMDCA, lido em reunião e leitura das atas anteriores, aprovado primeira ata e segunda
19 solicitou discussão. IV – DISCUSSÃO SOBRE ATAS: Após da leitura das atas anteriores
20 pela presidente do CMDCA o colegiado aprovou a primeira ATA, após leitura da segunda
21 ATA o Secretário João Daniel solicitou a alteração da mesma pois em consulta ao DOM
22 percebeu-se que, em ATA publicada em 29 de novembro de 2017 na edição DOM Nº
23 2397 já haviam sido previstos os SUPLENTEs DAS OSCs que compõem o CMDCA.
24 Feito isto, solicitou-se publicação de novo decreto oficializando as OSCs ativas no
25 conselho conforme atas anteriores e OSCs suplentes convocadas. Solicitou-se também
26 o cancelamento de resolução convocando novas OSCs aja visto que as suplentes foram
27 convocadas nesta reunião e aceitaram assumir suas posições no conselho. V –
28 DISCUSSÃO EDITAL SUPLENTEs CONSELHO TUTELAR: A presidente apresentou o
29 edital aos presentes, foram debatidos questões do edital e por fim aprovado o mesmo
30 para publicação. Foram definidos também os membros que irão compor a comissão
31 eleitoral organizadora que será composta por: JOÃO DANIEL RAMOS, VANDEIR
32 FUGAZZA, GUSTAVO FERNANDES, SANDRA H. TIEZERIENI E ANTÔNIO MIRANDA,
33 todos representantes de OSCs, já que o poder público não apresentou representante. VI
34 – DISCUSSÃO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO PROJETOS 2019 FIA: Foi solicitado
35 leitura da minuta do edital por parte dos representantes das OSCs presentes. Não

36 havendo cópias suficiente para todos os presentes e tempo hábil de reunião para leitura
37 do mesmo, solicitou então a criação de um grupo em rede social com todos membros do
38 CMDCA para leitura da minuta e se for o caso sugestões de alterações e
39 complementações. Abrindo a discussão, membros do conselho falaram sobre a
40 importância do referido edital e algumas OSCs apresentaram suas realidades,
41 dificuldades e custos de projeto. Foi eleito então nesta reunião a Comissão de Seleção
42 do referido Chamamento Público composta por 06 membros que são: ADALTO GOMES
43 (GOV), OSMAR ADRIANO FILHO (GOV), CLAUDIA BUCHELLE (GOV), ANTÔNIO R.
44 AZEVEDO (OSC), ELIZETE DE S.S. GONZAGA (OSC), SANDRA REGINA PEREIRA
45 (OSC), SARA NAVA (Representante do Conselho Tutelar). Solicitou-se então uma
46 reunião extraordinária na próxima semana para apreciação conjunta das alterações ou
47 sugestões no edital e por fim aprovação seguida de publicação do edital de Chamamento
48 Público de Projetos 2019.VII – FALA DOS MEMBROS DO CMDCA: Os membros falaram
49 sobre os projetos e sobre a estrutura do CMDCA e FIA Municipal. Sobre a necessidade
50 de captarmos recursos para ampliar o número de crianças e adolescentes atendidos no
51 edital. Ainda em discussão aprofundada sobre o edital e seus itens mediante o horário a
52 Presidente solicitou a finalização da reunião e assim o fez. Eu JOÃO DANIEL RAMOS,
53 digitei e secretariei esta ATA de reunião. De acordo assinam os presentes.

CHAMAMENTO PUBLICO CMDCA

Publicação Nº 1981595

CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTE DE TIJUCAS SC – EDITAL Nº 001/2019ELEIÇÃO

Abre inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Tijucas SC, estabelece o calendário eleitoral e dá outras providências.

A Presidente do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de TIJUCAS SC, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Lei Municipal nº 2562/2015 e na Resolução nº 170/2014 do CONANDA eo PRESIDENTE da COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES estabelecida pela Resolução CMDCA 01/2019, torna público queestão abertas as inscrições para o processo de escolha por eleição direta dos CONSELHEIROS TUTELARESSUPLENTE para o Conselho Tutelar de Tijucas/SC para eventual e temporária posse do cargo no período de 01/07/2019 à 31/12/2019.

1. DO CARGO E DAS VAGAS

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas (05) vagas para conselheiros tutelares suplentes (substitutos em vagas temporariamente abertas).

1.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente por maior número de votos e todosos 05 (Cinco) primeiros colocados estarão eleitos e aptos a assumirem efetivamente o cargo de Conselheiros Tutelares Suplente sempre que houver necessidade de substituição dos Conselheiros Titulares pelo período de 01/07/2019 à 31/12/2019.

1.3. O conselheiro tutelar, eleito no processo de escolha anterior a esta, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, e a remuneração, conforme Lei Municipal nº 2562/2015 corresponde:

I - vencimento base de R\$ 2.831,23 (dois mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e três centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei, vedado, em qualquer hipótese, a acumulação da remuneração perdurar das duas funções.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4. A função de Conselheiro Tutelar não gera qualquer vínculo empregatício ou profissional com o Município de Tijucas, não adquirindo ao término de seu mandato, qualquer direito a indenizações, a efetivação ou a estabilidade nos quadros da administração pública Municipal.

2.5. A carga horária do Conselheiro Tutelar será de 40 (quarenta) horas semanais, no horário das 8hs00min às 12hs00min e das 13hs30min às 17hs30min.

2.5.1. Plantão noturno das 17hs30min às 8hs00min do dia seguinte.

2.5.2. Plantão nos finais de semana (sábado e domingo) e feriados.

2.5.3. Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno, em regime de dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, conforme regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Lei Municipal nº 2562/2015.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. O registro das Candidaturas a Conselheiro Tutelar Suplente será ser encaminhada a COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES no período 22/04/2019 à 03/05/2019, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, das 09:00min às 12:00 e das 13:30 às 17hs00min, Sede da Secretaria Municipal de Ação Social, localizado no endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário - Telefone:(48)3263-0150 E-mail: sas@tijucas.sc.gov.br

3.2. Poderão submeter-se à eleição os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - Demonstrar Idoneidade Moral, através de Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos, comprovada através de documento de identidade;

III - Residir no Município de Tijucas, demonstrado através de comprovante de residência, compreendida os últimos 3 (três) meses anteriores

à publicação deste edital;

IV - Ser inscrito como eleitor no Município de Tijucas, comprovado por meio de Certidão ou Título de Eleitor;

V - Estar em dia com suas obrigações eleitorais, demonstrado através da apresentação do comprovante de votação da última eleição;

VI - Apresentar atestado médico que comprove estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar;

VII - comprovar mediante certificado, capacitação sobre a Garantia de Direitos para Criança e Adolescente, com no mínimo 40 (quarenta) horas até 10/12/2018.

VIII – Comprovação da Conclusão de ensino superior;

IX - Apresentar uma foto 3x4 recente;

X- Apresentar Carteira Nacional de Habilitação - CNH, no mínimo, na categoria B;

XI - Ficha de inscrição devidamente preenchida com letra de forma, sem emendas, rasuras ou ressalvas e assinada, a qual será fornecida no local das inscrições;

XII - Comprovar a conclusão de ensino superior, mediante cópia autenticada de certificação de conclusão do curso devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

3.3. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE em (02) duas vias originais assinadas o Requerimento de Inscrição (modelo anexo 01), endereçado a Presidente da COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES, acompanhado de toda a documentação comprobatória dos requisitos citados no ARTIGO 3.2. deste edital. Os documentos deverão estar em envelope devidamente lacrado e identificado com a 1ª via original do Requerimento de Inscrição colado ao envelope. A 2ª via do Requerimento de Inscrição deverá receber o protocolo de entrega com data e assinatura do recebedor que deverá permanecer em posse do candidato para garantia de transparência da solicitação de inscrição.

3.4. No REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, relacionados acima, o instrumento de procuração com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.5. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro(a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, nos termos do art. 140 da Lei no 8.069/1990.

3.6. O servidor público Municipal que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.7. Não será homologada a inscrição com ausência de algum documento obrigatórios exigidos neste edital e que não atenda rigorosamente ao estabelecido no mesmo.

3.7.1 – A comprovação de 40 (quarenta) horas de curso no Sistema de Garantia de Direitos deverá ser entregue no ato da inscrição, entendendo-se que a não entrega protocolada deste comprovante cancelará automaticamente a inscrição.

3.8. Não será aceita a inscrição do Conselheiro Tutelar que já cumpriu um mandato e meio consecutivos, conforme determina o art. 132 da Lei no 8.069/1990. Permitida somente (1) uma recondução, mediante novo processo de escolha.

3.9. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, terá como consequência a nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como serão nulos todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.10. Nenhum registro será admitido fora do período de inscrição.

4. DA PUBLICAÇÃO DAS CANDIDATURAS.

4.1. Na data de 07/05/2019, os pedidos de Candidaturas deverão ser analisados pela COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS encaminhará por meio eletrônico sua avaliação juntamente com os documentos dos candidatos escaneados para o Ministério Público que validará os registros de candidatura no prazo de 05 (cinco) dias, por força do disposto no artigo 139, caput, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fiscalização do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar no Município, cuja condução fica a cargo da COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS (RESOLUÇÃO CMDCA 009/2019).

4.2. No dia 13/05/2019 será publicado a Resolução CMDCA de Registros de Candidaturas Recebidas no DOM (Diário Oficial dos Municípios), Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

4.3. A partir da publicação, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar a Impugnação do Registro de candidatura mediante apresentação de OFÍCIO DE IMPUGNAÇÃO à COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DE ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS com juntada das provas documentais em envelope lacrado no período compreendido entre os dias 20/05/2019 a 23/05/2019, em horário de atendimento ao público, das 07:00h às 17h, Endereço: Rua José Joaquim Santana, 36 - Bairro Universitário, Telefone: (48) 3263-0150
E-mail:cmdca@tijucas.sc.gov.br

4.3.1. O candidato deverá acompanhar no site do Município no link DOM (Diário Oficial dos Municípios) e no link do CMDCA, a divulgação de Homologação ou Impugnação dos Registros de Inscrição a partir do dia 24/05/2019.

4.4. O candidato impugnado deverá manifestar-se sobre a impugnação em sua defesa, de forma escrita, no período de 27/05/2019 à 29/05/2019 em horário de atendimento ao público, das 08hs00min às 13hs00min no Endereço: Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro Universitário, Telefone: (48) 3263-0150

E-mail: cmdca@tijucas.sc.gov.br

4.5. A COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS terá o prazo de 30/05/2019 à 31/05/2019 para analisar a viabilidade das impugnações e suas defesas para a Homologação dos Registros de Candidaturas e encaminhar por e-mail documentos relacionados aos pedidos de impugnações com parecer inicial ao MPSC que terá prazo de 05 (cinco) dias para recomendar a Comissão quanto à Impugnação de Inscrição definitiva ou a Homologação da Inscrição.

4.6. A plenária de finalização do resultado das inscrições acontecerá no dia 03/06/2019 às 14h na sala de Audiências do Fórum de Tijucas com os Representantes da COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS, os representantes do Conselho de CMDCA e representantes do MP que julgarão os recursos da recebidos pela Comissão Especial Eleitoral. Neste ato os presentes deverão apresentar por meio de Ata de Reunião sua decisão quanto às Homologações e/ou Impugnações e cabendo a Comissão Especial Eleitoral a emissão imediata do parecer final por meio de Resolução CMDCA de HOMOLOGAÇÃO e/ou IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURAS para Conselheiros Tutelares Suplentes do Edital 001/2019 de Procedimento de Escolha de Conselheiros Tutelares Suplentes – ELEIÇÃO DIRETA, bem como sua publicização encaminhada até o dia 04/06/2019 para divulgação no DOM (Diário Oficial dos Municípios), Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Tijucas, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca e no site da Prefeitura de Tijucas, no link dos Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente, a partir das 08hsH00min.

5. DA PROPAGANDA ELEITORAL

5.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos no período que compreende o dia 03/06/2019 até as 24 horas do dia 28/06/2019, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes. Qualquer denúncia deverá ser encaminhada por meio eletrônico para os e-mails: cmdca@tijucas.sc.gov.br e Tijucas02PJ@mpsc.mp.br .

5.2. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.3. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

5.4. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante apoio para candidaturas (caronas, revisão de processos, alimentos, bebidas).

5.5. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

5.6. É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes.

5.7. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, marcadas e acompanhadas pelo CMDCA, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

5.8. Fica proibida a realização de debates nos três dias que antecedem a eleição.

5.9. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores executados por candidatos ou parentes próximos do candidato.

5.10. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

5.11. A propaganda eleitoral permitida será por meio com santinhos físicos ou virtuais, constando apenas o número da inscrição, o nome do candidato e breve curriculum vitae, que poderá ser veiculada em plataformas digitais pessoais em redes sociais eletrônicas (facebook, Instagram, email e Whatsapp).

5.12. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

5.13. Compete à COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.14. Os recursos impetrados contra decisões e ou resultados deste Procedimento deverão ser encaminhados a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 horas posterior ao encerramento do processo eleitoral, deverão ser analisados e julgados em Colegiado entre o MPSC, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tijucas/SC e Comissão Especial Eleitoral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

5.15. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da colegiado, recebendo ampla divulgação em prazo máximo de 24 horas do resultado.

5.16. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

5.17. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder

Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedada aos mesmos, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

5.18. É vedado a formação de chapa para a eleição, a candidatura é individual, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

6. DA ELEIÇÃO

6.1. A eleição do Procedimento de Escolha de Conselheiros Tutelares Suplentes – ELEIÇÃO DIRETA, será realizada pela COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS no dia 29/06/2019, no horário das 08hs00min às 17hs00min, nas seguintes LOCAIS:

- Secção Eleitoral 001 – URNA 001 -EEF Ondina Maria Dias - Avenida Bayer Filho, 349-Centro.
- Secção Eleitoral 002 – URNA 002 - EEF Santa Terezinha – Rua Amazonas, 262 – Universitário;
- Secção Eleitoral 003 – URNA 003 - EEF Walter Vicente Gomes – Rua Padre Parisi, 24 – Praça;
- Secção Eleitoral 004 – URNA 004 - EEB Prof. Olivia Bastos - Estr. Geral Nova Descoberta, 560 - Nova Descoberta;
- Secção Eleitoral 005 – URNA 005 - EEF João Caetano – Rua Treze de maio – Areias.

6.2. A eleição, bem como o seu resultado serão divulgada pela COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS com apoio do CMDCA TIJUCAS e da Prefeitura Municipal de Tijucas e avaliação e monitoramento do Ministério Público de SC Comarca Tijucas.

6.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números de inscrição.

6.4. O eleitor deverá OBRIGATORIAMENTE apresentar à Mesa Receptora de Votos, o TÍTULO DE ELEITOR acompanhado de (01) um documento de identificação com foto, podendo ser um dos seguintes: RG, Passaporte, CTPS e CNH.

6.5. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

6.7. A eleição será fiscalizada obrigatoriamente pelo Ministério Público de Santa Catarina representado pelo Sr. Promotor de Justiça da Comarca de Tijucas e/ou por representantes fiscais indicados pelo MPSC nas 05 Secções eleitorais, desde a reunião de entrega de Urnas aos Mesários Voluntários até a finalização do escrutínio.

6.8. O eleitor votará uma única vez em 1 (um) candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada. Caso seja detectado mais de (01) voto do mesmo eleitor, este será citado em Ofício de Denúncia Crime por Falsidade que o CMDCA encaminhará ao MPSC assim que finalizar a conferência das listas de eleitores das Secções Eleitorais. Cabendo ao MPSC a punição devida.

6.9. O sigilo do voto é assegurado mediante isolamento do eleitor em cabine apenas para efeito de votação do candidato.

6.10. A eleição será presidida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, EXECUTADA PELA COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS e fiscalizada pelo Representante do MPSC Promotor de Justiça da Comarca de Tijucas/SC.

7. DA SEÇÃO ELEITORAL

7.1. AsURNAS e Mesas Receptoras serão instalada pelos mesários responsáveis pelas seguintes Secções Eleitorais:

- Secção Eleitoral 001 – URNA 001 - EEF Ondina Maria Dias - Avenida Bayer Filho, 349-Centro.
- Secção Eleitoral 002 – URNA 002 - EEF Santa Terezinha – Rua Amazonas, 262 – Universitário;
- Secção Eleitoral 003 – URNA 003 - EEF Walter Vicente Gomes – Rua Padre Parisi, 24 – Praça;
- Secção Eleitoral 004 – URNA 004 - EEB Prof. Olivia Bastos - Estr. Geral Nova Descoberta, 560 - Nova Descoberta;
- Secção Eleitoral 005 – URNA 005 - EEF João Caetano – Rua Treze de maio – Areias.

8. DO VOTO

8.1. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, EXECUTADA pela COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

8.1.1. Podem votar os cidadãos inscritos como eleitores na 31ª Zona Eleitoral – Comarca de Tijucas. Identificável pelo Título de Eleitor.

8.2. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

8.3. O eleitor deverá votar em apenas 01 (um) candidato utilizando a Cédula Eleitoral Oficial marcando o símbolo X no quadro ao lado do nome ou do número do candidato escolhido.

9. DA CÉDULA OFICIAL

9.1. A cédula será confeccionada pelo COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS com a

descrição do número e nome do(s) candidato(s).

9.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

9.3. O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição homologadas.

9.4. Constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número, na cabine indevassável.

10. DAS MESAS RECEPTORAS

10.1. Cada SECÇÃO ELEITORAL corresponde a uma mesa receptora de votos que contará com 01 (UMA) URNA ELEITORAL.

10.2. Poderão Atuar como mesários os membros voluntários do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS;

10.3. Constituem a Mesa Receptora de Votos: 01 (um) Presidente, 01 (um) Mesário, 01 (um) Secretário e 02 (dois) suplentes que serão convocados pelo CMDCA Tijucas por meio de Convocatória da COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS.

10.4. O Primeiro Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda assinar a ata manual da eleição. Após o término das votações o Presidente, Secretário e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação e darão fé com suas assinaturas.

10.5. Os Presidente das mesas receptoras deverão estar presente a Reunião de Entrega Oficial de Composição da Mesa Receptora de votos, URNAS LACRADA, CABINES COM A LISTA DE CANDIDATOS, CÉDULAS e demais materiais necessários ao processo, que acontecerá no dia 25/05/2019 às 07:00h na Sala de Audiências do Fórum Comarca Tijucas. Cada Presidente deverá estar presente ao ato da abertura e de encerramento da sua Secção Eleitoral, salvo força maior, comunicando formalmente seu impedimento pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos ao CMDCA pelo e-mail cmdca@tijucas.sc.gov.br e ao MPSC pelo e-mail Tijucas02PJ@mpsc.mp.br. Se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição, informar imediatamente ao Mesário e ao Secretário da Mesa Receptora pelo contato que constará no Ofício de Convocação para Trabalho em Procedimento Eleitoral CMDCA.

10.6. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Primeiro Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

10.7. Será obrigatória a apresentação do Título de Eleitor para Validação da Lista de Presença do Eleitor ao ato da votação. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas do CONTROLE DE ELEITORES PRESENTES NA SECÇÃO ELEITORAL ao lado de sua identificação.

10.8. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Especial Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

III - Proceder à entrega de todo o material eleitoral à Comissão Especial Eleitoral na presença dos representantes do MPSC até às 18:00h do dia 25/05/2019 na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Tijucas. Compreende-se por material eleitoral:

1- CONTROLE DE ELEITORES PRESENTES NA SECÇÃO ELEITORAL,

2- URNA ELEITORAL LACRADA,

3- ATA MANUAL DE SECÇÃO ELEITORAL ASSINADA PELOS 03 (TRÊS) MEMBROS DA MESA RECEPTORA DE VOTOS,

4- CABINE DE VOTAÇÃO;

5- CÉDULAS RESTANTES SEM UTILIZAÇÃO;

10.9. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

10.10. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o (a) companheiro (a) do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

11. DA APURAÇÃO

11.1. A apuração dar-se-á manualmente pela contagem, no dia 29/06/2019 a partir das 17:30h na sala de audiências do Fórum da Comarca de Tijucas SC, acompanhada pelos candidatos, por pelo menos 02 (dois) representantes do Ministério Público de Santa Catarina, pelo Presidente do CMDCA, pelos 05 (cinco) presidentes de seções eleitorais, por pelo menos 03 (três) membros da COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS e por pelo menos 02 (dois) representante do Conselho Tutelar de Tijucas.

11.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais do escrutínio, assim como os candidatos, apresentar imediata solicitação de impugnação, com solicitação formal verbal ou escrita, que será avaliada pela COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS, depois de ouvido o Ministério Público SC, necessitando o prazo de 48 horas para a divulgação do resultado.

11.3. Concluída a contagem dos votos, a COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS deverá

fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente e conferir com o número de eleitores presentes em cada secção versus o número de cédulas utilizadas em cada Secção.

11.5. Serão considerados eleitos os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados, ficando os 05 (cinco) seguintes como suplentes, de acordo com o número de sufrágios recebidos.

11.6. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição;

11.6.1. Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

12. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

12.1. O resultado da eleição será publicado pela COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS no dia 29/06/2019, por meio de publicização da ATA DE RESULTADO ELEITORAL DO EDITAL 001/2019 no DOM (Diário Oficial dos Municípios), além de afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Tijucas, na Câmara de Vereadores, no Fórum desta Comarca e no site do Município – link CMDCA (<http://www.tijucas.sc.gov.br/especiais/cons-mun-da-crianca-e-do-adolescente>), contendo a classificação, nomes, número de votos recebidos dos candidatos, considerando eleitos os 05 (cinco) primeiros classificados de forma decrescente (do maior número de votos para o menor).

12.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tijucas assim que se fizerem necessárias as substituições por vacância, afastamento e/ou Tratamento de Saúde de qualquer um dos Conselheiros Tutelares Titulares.

12.3. A posse de 01 (um) dos cinco primeiros candidatos eleitos acontecerá de maneira alternada sempre que uma (01) das vagas dos Conselheiros Tutelares Titulares tornar-se disponível. Sendo a sequência para posse alternada segue o exemplo de 01 vaga o 1º Suplente assume, a 2ª vaga o 2º suplente assume, a 3ª vaga o 3º suplente assume e assim consecutivamente até os 05 eleitos como suplentes terem assumido atividades.

12.4. Ocorrendo a desistência da classificação e ou posse temporária do cargo de suplente, assumirá o suplente classificado a seguir, pelo período restante que compreende o afastamento do TITULAR.

12.4.1. Esgotando-se o número de suplentes, haverá a recondução para o início da classificação dos eleitos suplentes, respeitando-se a ordem de classificação.

12.5. Os eleitos Conselheiros Tutelares Suplentes deverão participar de todas as capacitações a que forem convocados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, MPSC e/ou CMDCA Tijucas.

13. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1. Ter cumprido integralmente todas as etapas e requisitos constantes neste edital e no processo de eleição dos membros dos Conselhos Tutelares Suplentes.

13.2. Ter sido Classificado Conselheiro Tutelar Suplente entre os cinco ELEITOS mais votados.

13.3. Assinar o termo de posse e exercício de cargo.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. – As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2562/2015, sem prejuízo das demais leis ou regulamentos aplicáveis.

14.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste edital.

14.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício em caráter TEMPORÁRIO da função SUBORDINADO A PRESENÇA COMPROVADA DE VAGA EM ABERTO.

14.4. As datas e locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral constantes neste edital poderão sofrer alterações em casos especiais, o que será oportunamente publicado em novo edital.

14.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, pelo CMDCA Tijucas - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tijucas/SC, sob a fiscalização e orientação do Ministério Público de Santa Catarina.

14.6. Após a posse, os candidatos eleitos deverão apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente um Plano de Trabalho para acompanhamento e integração das atividades do Conselho Tutelar.

14.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tijucas/SC.

14.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, decisões e prazos decorrentes deste Edital, referentes ao processo eleitoral.

14.9. O conselheiro suplente eleito perderá o direito a posse do cargo caso venha a residir em outro Município durante o período vigente de 01/07/2019 a 31/12/2019.

14.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Tijucas/SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Tijucas, SC, 10/04/2019

Cláudia Raitz Büchele

Presidente do CMDCA Tijucas

Gestão 2018/2019

João Daniel Ramos

Presidente Da Comissão Eleitoral Especial Eleitoral

De Conselheiros Tutelares De Tijucas

EDITAL Nº 002-2019 CMDCA

Publicação Nº 1981592

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS - FIA 2019****EDITAL Nº 002/2019 - CMDCA Tijucas****1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais e regimentais, divulga EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS - EDITAL Nº 002/2019/CMDCA Tijucas de acordo com a Lei Federal Nº 13.019/2014; para seleção de projetos voltados à área da infância e adolescência desenvolvidos por organizações não governamentais registradas no CMDCA Tijucas.

1.2. O projeto aprovado terá firmado o TERMO DE FOMENTO para execução de sua proposta um período de duração máximo de 8 meses, que compreende o período de **15 de maio à 31 de dezembro de 2019**, financiado por meio de recursos financeiros do FIA, devendo a OSC proponente apresentar projeto e plano de trabalho, expondo como a organização atuará, conforme este edital e nos termos das orientações para a elaboração de projetos para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA (anexo).

1.3. Não poderão participar:

a) Entidades governamentais e Organizações da Sociedade Civil - OSCs que não estejam devidamente registradas no CMDCA;

b) Proponentes que possuam projeto vigente com o CMDCA, para a execução de objeto idêntico consecutivamente por mais de 3 anos ao da proposta encaminhada para este Edital;

c) Proponentes que estiverem com a prestação de contas reprovadas em quaisquer convênios firmados anteriormente com órgãos na unidade da administração pública municipal;

d) Organizações da Sociedade Civil - OSCs cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponham de condições técnicas para executar o objeto do Projeto proposto;

e) Pessoas físicas ou empresas privadas com fins lucrativos.

f) É vedada a participação no presente Chamamento Público de Organização da Sociedade Civil (OSC) que mantenham em seu quadro de DIRIGENTES: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, em qualquer grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos afins e/ou de servidor efetivo da Administração Pública direta e indireta investido em cargo comissionado, em exercício no âmbito do Município de Tijucas.

Página 1 de 40



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

g) Vedado aos Membros Conselheiros do CMDCA e/ou Membros da Comissão Especial Avaliadora que participaram ativamente na elaboração deste Edital.

1.3.1. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs que tenham, em suas relações anteriores com o Município, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas, documentado pelo Município:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;
- c) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- d) ocorrência de danos ao erário público;
- e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

2 – OBJETIVO

2.1. Habilitar e Selecionar projetos sócio assistenciais, de atendimento exclusivo a crianças de adolescentes, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes executadas pelas das OSCs – Organizações da Sociedade Civil.

3- DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. A Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos 2019 que nomeada pelo CMDCA por meio da RESOLUÇÃO CMDCA 009/2019, selecionará projetos, campanhas e/ou oficinas de no máximo 9 meses de duração (abril a dezembro), que atendam, no mínimo, um (01) dos eixos previstos no item 4 deste edital destinando a quantia de recursos aos Projetos, Programas e/ou Campanhas selecionados conforme descrito nas Áreas de Atuação no QUADRO I:



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019

QUADRO I

ÁREAS DE ATUAÇÃO	Carga Horária Mínima Semanal	Nº Mínimo Beneficiados	Valores Equivalentes Coofinanciados
Categoria 1 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Educação profissional e empreendedorismo (Crianças e adolescentes em contra turno escolar), (valor máximo admitido por hora semanal R\$100,00)	8h 6h 4h	50	R\$ 28.800,00 R\$ 21.600,00 R\$ 14.400,00
Categoria 2 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Educação digital (Crianças e adolescentes em contra turno escolar), (valor máximo admitido por hora semanal R\$100,00)	8h 6h 4h	50	28.800,00 21.600,00 14.400,00
Categoria 3 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Artes cênicas e audiovisuais (Crianças e adolescentes em contra turno escolar), (valor máximo admitido por hora semanal R\$100,00)	8h 6h 4h	50	R\$ 28.800,00 R\$ 21.600,00 R\$ 14.400,00
Categoria 4 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Educação ambiental (Crianças e adolescentes em contra turno ou ambiente escolar), (valor máximo admitido por hora semanal R\$100,00)	8h 6h 4h	50	R\$ 28.800,00 R\$ 21.600,00 R\$ 14.400,00
Categoria 5 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Futebol (Crianças e adolescentes em contra turno escolar)	8h 6h 4h	50	28.800,00 21.600,00 14.400,00
Categoria 6 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Musica (Crianças e Adolescentes em contra turno escolar), (valor máximo admitido por hora semanal R\$100,00)	8h 6h 4h	50	R\$ 28.800,00 R\$ 21.600,00 R\$ 14.400,00
Categoria 7 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Artes marciais (Crianças e adolescentes em contra turno ou ambiente escolar), (valor máximo admitido por hora semanal R\$100,00)	8h 6h 4h	50	R\$ 28.800,00 R\$ 21.600,00 R\$ 14.400,00
Categoria 8 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Saúde, prevenção e cidadania (Crianças e adolescentes em contra turno ou ambiente escolar), (valor máximo admitido por hora semanal	8h 6h 4h	50	R\$ 28.800,00 R\$ 21.600,00 R\$ 14.400,00



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

R\$100,00)			
ÁREAS DE ATUAÇÃO	Carga horária Mínima Semanal	Nº Mínimo Beneficiário	Valor Máximo Coofinanciado
Categoria 9 PROJETO BAIXA COMPLEXIDADE Resgate Cultural (Crianças e adolescentes em contra turno ou ambiente escolar), (valor máximo admitido por hora semanal R\$100,00)	8h 6h 4h	50	R\$ 28.800,00 R\$ 21.600,00 R\$ 14.400,00

ÁREAS DE ATUAÇÃO	Carga Horária Mínima Semanal	Nº Mínimo Beneficiários	Valores Máximos Coofinanciados
Categoria 10 Programase Campanhas BAIXA COMPLEXIDADE Todas às áreas (Crianças e adolescentes em contra turno, espaços socioculturais ou ambiente escolar em atividades como rodas de conversa, Oficinas, palestras, fórum, pesquisa, dados estatísticos, etc.) (Investimento de R\$ 15,00 por usuário ano no período)	1h Total Mínimo:36 horas	100 250 500 750 1000	R\$ 1.500,00 R\$ 3.750,00 R\$ 7.500,00 R\$ 11.250,00 R\$ 15.000,00
Categoria 11 Programas e Campanhas MÉDIA COMPLEXIDADE Todas as áreas (Crianças e adolescentes em contra turno, espaços socioculturais ou ambiente escolar em atividades como rodas de conversa, Oficinas, palestras, fórum, pesquisa, dados estatísticos, etc.) (Investimento de R\$ 20,00 por usuário no período)	1h Total Mínimo:36 horas	100 250 500 750 1000	R\$ 2.000,00 R\$ 5.000,00 R\$ 10.000,00 R\$ 15.000,00 R\$ 20.000,00
Categoria 12 Programas e Campanhas ALTA COMPLEXIDADE Todas as áreas (Crianças e adolescentes em contra turno, espaços socioculturais ou ambiente escolar em atividades como rodas de conversa, Oficinas, palestras, fórum, pesquisa, dados estatísticos, etc.) (Investimento de R\$ 30,00 por usuário no período)	1h Total Mínimo:36 horas	100 250 500 750 1000	R\$ 3.000,00 R\$ 7.500,00 R\$ 15.000,00 R\$ 22.500,00 R\$ 30.000,00

OBS: Nos casos em que a proposta de Projetos de Baixa Complexidade ultrapassar o total de 8 horas semanais e atender a mais de 50 beneficiários, será adicionado ao valor final financiado o percentual de 50% ao valor máximo Equivalente, ou seja, o valor máximo admitido para financiamento será, nestes casos, de R\$ 43.200,00.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

3.2. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, **NÃO** sendo admitidas as descritas abaixo dentre as despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014), sendo de inteira responsabilidade do proponente:

3.2.1. Despesas que não se enquadrem na LEI 13.019/2014 em seu art. 46 que estabelece:

“Art. 46. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais, desde que tais valores:

- a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;*
- b) sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua e não superior ao teto do Poder Executivo;*
- c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada;”*

3.2.2. Vedado pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros);

3.2.3. Vedado pagamento a aquisição de equipamentos e materiais permanentes não essenciais à consecução do objeto, bem como serviços de adequação de espaço físico, mesmo que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

Parágrafo único: É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3.3. Os projetos serão financiados com os recursos contidos na conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente oriundo de doações na conta do fundo FIA de pessoas físicas ou jurídicas que contribuem com o fundo, assim como a suplementação via dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas conforme previsto na LOA (Lei Orçamentária Anual de 2019) – Secretaria de Ação Social – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos – Fundo Municipal da Criança e do



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

adolescente. Podendo ser suplementado via outras doações - suplementações vindouras até o pagamento dos projetos aprovados.

3.3. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs poderão apresentar mais de um (01) projeto por proponente neste Edital, desde que contemplem Categoria de atuação diferentes.

Parágrafo único – No caso de inscrição de 02 (dois) ou mais projetos dentro do mesmo Categoria de atuação da mesma OSC, somente 01 (um) projeto será habilitado, sendo facultado ao proponente a escolha do projeto que irá concorrer ao processo de habilitação.

3.4. Não havendo a inscrição de projetos suficiente o saldo remanescente permanecerá na conta corrente do fundo e o CMDCA poderá, a seu critério, elaborar novo edital de Saldo Remanescente.

4. DOS EIXOS

4.1. O projeto deve contemplar obrigatoriamente, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas pelo menos um (02) das seguintes Políticas Públicas:

I - Enfrentamento às violências, exploração e abuso sexual, na promoção da saúde física e mental;

II - Ações socioeducativas para garantia de direitos e defesa da criança e do adolescente;

III - Fortalecimento das relações familiares e comunitárias;

IV - Fomento e apoio ao protagonismo juvenil e inclusão social, especialmente na qualificação e inserção no mercado de trabalho;

V - Projetos inovadores no acolhimento institucional e de medidas socioeducativas;

VI - Infrequência e Evasão escolar;

VII - Crianças e Adolescentes usuários de substâncias psicoativas (drogas);

VIII - Crianças e Adolescentes vítimas de exploração do trabalho infantil-juvenil (Alta Complexidade);



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

IX - Incentivo à guarda e adoção, cumprindo o art. 260 do ECA. O incentivo poderá ser feito através de campanhas e eventos (Alta Complexidade);

X -Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

XI - Atendimento a crianças e adolescentes com deficiência;

XII - Violência doméstica, escolar e intrafamiliar;

XIII - Acolhimento institucional ou familiar incentivo a guarda e adoção;

XIV - Pesquisas, estudos e diagnósticos sobre a situação de crianças e adolescentes e qualificação da rede de atendimento.

4.2. Todos as propostas deverão obrigatoriamente estar direcionados para o município de Tijucas e cumpridos dentro do território municipal. As despesas de orçamento deste edital realizadas pelos projetos selecionados serão dedicadas as ações a serem realizadas no território municipal, sendo vedado o uso para intercâmbio.

4.3. Não serão financiados propostas de Políticas Públicas Sociais Básicas, em caráter continuado e que disponham de fundo próprio, e ainda: pagamento de funcionários e equipamentos para setor administrativo gerencial da OSC, bem como aquisição, construção e/ou aluguel de imóvel público ou privado, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o art. 16, parágrafo único, da resolução 137/10 do CONANDA.

4.4. Em cumprimento às determinações e aos entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), relativamente às transferências de recursos, não serão cobertas despesas com:

- a) pessoal permanente da convenente.
- b) taxa de administração, de gerência ou similar;
- c) festividades, comemorações, coffee-break e coquetéis;
- d) gastos exclusivamente de responsabilidade da convenente;
- e) alimentação, exceto quando absolutamente necessário;



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

- f) transferências de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer Organizações da Sociedade Civil - OSCs congêneres;
- g) pagamento, a qualquer título, a agente público municipal da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h) pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com Organizações da Sociedade Civil - OSCs ou com órgãos ou entidades de direito público;
- i) bolsas de qualquer natureza visando ao custeio de mestrado, doutorado, estudo, pesquisa ou equivalentes;
- j) remuneração equivalente a honorários exclusivos á dirigentes de OSCs;
- l) outras despesas não autorizadas pela legislação e regulamentos pertinentes.

4.5. Os bens móveis duráveis necessários para execução do projeto poderão ser adquiridos com recursos do FIA, no entanto, os bens deverão deridentificados com um selo de Financiado pelo FIA – CMDCA Tijucas SC.

5- DAS CONDIÇÕES

5.1. A OSC proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

5.2. A OSC deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA Tijucas - SC, se houver em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto. O custo da confecção das placas pode ser incluído no valor do projeto.

5.3. Todas as propostas devem prever sua continuidade após o encerramento do TERMO DE FOMENTO com o CMDCA Tijucas e indicar possíveis fontes de recursos para este fim.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

5.4. A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

6- REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

6.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse a ser comunicado a plenária do CMDCA, no todo ou em parte, com as penalidades constantes no MODELO DE TERMO DE FOMENTO.

7- REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

7.1. Poderão participar desta seleção propostas de instituições registradas no CMDCA de Tijucas que atendam aos seguintes requisitos:

I - Estar com o Registro de Entidade junto ao CMDCA de Tijucas atualizado.

II – Comprovar histórico de atividades e projetos sócio assistenciais na área da defesa dos direitos de crianças e adolescentes nos últimos 12 meses.

III – Para casos de implantação de novos projetos, programas e campanhas, o proponente deve apresentar histórico Referência de Entidade afim ou correlata que executa as atividades e/ou serviços sócio assistenciais na área da defesa dos direitos de crianças e adolescentes nos últimos 12 meses. Nestes casos, será solicitado a inclusão dos dados de identificação da instituição matriz executante da proposta, bem como carta de apresentação do CMDCA do município atendido pelos serviços, além de relatório detalhado dos serviços prestados e resultados alcançados quanto ao número de atendidos versus o resultado positivo alcançado na vida social do grupo (melhoria do aproveitamento escolar, redução da evasão escolar, redução da reincidência penal, redução de ocorrências em conselho tutelar, dados estatísticos de localidade atendida, etc...).

8- INSCRIÇÃO

8.1. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs interessadas em participar do edital deverão protocolar seu pedido inscrição e habilitação na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, de segunda à sexta-feira, no horário de 09h às 12h e 13:30 às 16:30h no período de **15/04/2019 a 30/04/2019**.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

II. Enviar eletronicamente uma (01) cópia devidamente assinada, em formato PDF, do Projeto no formulário estabelecido nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII por e-mail: cmdca@tijucas.sc.gov.br;

II. Protocolar fisicamente por ofício o seu pedido de inscrição anexado ao seu projeto e demais documentos solicitados neste Edital Item 12. devidamente envelopado e identificado com uma cópia do Anexo V colado ao envelope e a segunda cópia do Anexo V receberá o protocolo e ficará de posse do proponente.

III. Apresentar três orçamentos para cada objeto a ser adquirido (no caso de aquisição de bens duráveis, com: CNPJ/CPF, nome, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física;

IV. No ato da inscrição, será necessário juntar os documentos descritos nos anexos deste edital.

8.2. Não haverá cobrança de taxa de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax ou por correio.

8.3. Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de quarenta e oito horas para o envio das respostas solicitadas pela Comissão Especial para o esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

8.4. Os critérios a serem considerados na elaboração dos projetos constam neste edital e ainda poderão ser esclarecidos pelo e-mail cmdca@tijucas.sc.gov.br. Com resposta em até 72 horas a contar de sua publicação oficial.

8.5. Com a inscrição do projeto, a OSC autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado, bem como a apresentação e uso de releases do projeto para publicação no site do CMDCA.

9 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

9.1. A Comissão Especial de Avaliação será nomeada por RESOLUÇÃO CMDCA que será publicada contando com representantes Conselheiros do CMDCA de Tijucas e representantes dos Operadores Públicos de Garantia de Direito de Crianças e Adolescentes.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

Parágrafo Único – Podendo, em qualquer tempo, a Comissão Especial de Avaliação solicitar parecer sobre dúvidas em especificidades a personalidades com notório saber na área de Políticas Públicas para a Criança e Adolescente de Tijucas que atuem nas áreas descritas no QUADRO I deste edital, devendo este PARECER TÉCNICO ser anexado a Ficha de Avaliação do projeto.

9.2. A Comissão Especial de Avaliação de Projetos é composta por 03 pessoas e analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade das proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital.

9.2.1. A seleção será desenvolvida nas seguintes etapas:

I. Habilitação com abertura das propostas, análise e habilitação em **01/05/2019** às 08 horas na sala do CMDCA Tijucas de modo a verificar os requisitos deste edital; divulgação dos habilitados até as 17h do mesmo dia por meio de resolução CMDCA publicada no DOM (Diário Oficial dos Municípios) link <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, Link CMDCA Tijucas <http://www.tijucas.sc.gov.br/especiais/cmdca-tijucas> e na Fanpage Oficial do CMDCA Tijucas <https://www.facebook.com/ConselhomunicipaldetijucasCMDCA/>.

II. Será disponibilizado prazo para recurso do resultado da habilitação de **09/05/2019 a 11/05/2019**. Os pedidos de recursos serão analisados pela Comissão Especial de Avaliação no **12/05/2019**.

A Divulgação do resultado dos recursos será no dia **12/05/2019** às 08:00h por meio de resolução CMDCA publicada no DOM (Diário Oficial dos Municípios) link <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, Link CMDCA Tijucas <http://www.tijucas.sc.gov.br/especiais/cmdca-tijucas> e na Fanpage Oficial do CMDCA Tijucas <https://www.facebook.com/ConselhomunicipaldetijucasCMDCA/>.

III. Seleção: Em **10/05/2019** das 08h às 12h a Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento de Projetos se reunirá em local a ser escolhido pelo CMDCA para realização da análise dos projetos cumprindo o edital, fazendo sua leitura. Esta avaliação se dará de forma individual com pontuação em Ficha de Avaliação dos Projetos (Anexo VII) de cada projeto contendo os pontos prévios e somatória e média final para classificação em ordem decrescente dos projetos Aprovados nesta etapa edital. Logo após a comissão irá definir a divisão do montante de recursos informando o percentual de investimento e dos valores que serão depositados na conta do FUNDO FIA via repasse Prefeitura Municipal de Tijucas/Secretaria de Ação Social conforme LOA – Fundo Municipal da Criança e do adolescente levando em conta o orçamento proposto em cada projeto.

Ao final dos trabalhos será entregue a lista dos APROVADOS a diretoria do CMDCA que divulgará o resultado por meio de RESOLUÇÃO DE RESULTADO DO EDITAL



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

002/2019/FIA CMDCA, com a Autorização de Coofinanciamento, contendo lista de classificação através da pontuação de cada projeto, assim como valor aprovado pela comissão às 12h em mural da sala do CMDCA e publicada no DOM (Diário Oficial dos Municípios) link <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, Link CMDCA Tijucas <http://www.tijucas.sc.gov.br/especiais/cmdca-tijucas> e na Fanpage Oficial do CMDCA Tijucas <https://www.facebook.com/ConselhomunicipaldetijucasCMDCA/>.

Parágrafo Único: A Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento é soberana em suas decisões, não cabendo recurso ao proponente.

IV. A partir do **15/05/2019**, cada projeto APROVADO assinará o TERMO DE FOMENTO por meio de seu representante legal, condicionado ao agendamento prévio do Prefeito Municipal de Tijucas com pelo menos 24 horas de antecedência. Após formalização dos termos e assinaturas o projeto segue para pagamento em conta.

V. A partir da LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL) APROVADA, a Secretaria de Ação Social agendará a transferência bancária diretamente com o proponente, mediante saldo bancário confirmado para pagamento de todos os contemplados, iniciando, assim os pagamentos aos projetos APROVADOS E AUTORIZADOS A PERCEBER O COOFINANCIAMENTO.

9.3. Em havendo projeto de alguma OSC que constitui o Conselho, o representante desta ficará impedido participar da Elaboração do Editais de Chamamento Público e da COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO sob pena de não poder participar da concorrência.

9.4. A pontuação máxima total alcançada será de 1000 pontos (Hum mil).

9.4.1. Cada projeto terá que pontuar obrigatoriamente em pelo menos 5 (cinco) dos 9 (nove) critérios de avaliação descritos no QUADRO II.

9.5. O critério de desempate serão os elencados no QUADRO II na ordem em que se encontram. Em persistindo o empate, será vencedora a instituição que apresente projetos que atendam regiões com maior vulnerabilidade social conforme Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente de Tijucas e pontuação do projeto.

9.6. Serão considerados APROVADOS apenas os projetos habilitados que após processo de seleção pela Comissão Especial de Avaliação de projetos estejam com pontuação superior a 500 pontos na lista final divulgada. Abaixo desta pontuação encontrar-se-á DESCLASSIFICADO por não atingirem a pontuação mínima exigida por meio dos critérios de avaliação deste edital.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019

9.7. Os critérios de avaliação são:

QUADRO II

ITEM	OBJETO	PONTUAÇÃO
I	Cumprimento dos objetivos - adequação ao tema; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada – clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos ao público que se destina, atividades propostas e resultados esperados - capacidade da equipe envolvida e do projeto no cumprimento do planejamento e metas do projeto apresentado	0 a 100 pontos
II	Impacto social da iniciativa (benefícios gerados com a implantação e execução do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade – Medidas de acesso a comunidade ao conteúdo produzido pelo projeto – Estratégias de divulgação das metas e etapas do projeto ao longo de sua execução (pré-produção, produção e pós-produção) visando transparência e visibilidade aos projetos financiados pelo FIA Municipal	0 a 200 pontos
III	Sustentabilidade do projeto (Analisar a continuidade após o fim da parceria - garantia de ações de continuidade sem incentivo do FIA – capacidade de encontrar novos parceiros para o financiamento do projeto	0 a 100 pontos
IV	Inovação Criatividade (práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos) conforme Inciso I do Art. 15 da resolução 137/2010 do CONANDA	0 a 100 pontos
V	Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	0 a 100 pontos
VI	Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente	0 a 100 pontos

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

VII	Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	0 a 100 pontos
VIII	Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente	0 a 100 pontos
IX	Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente – O projeto apresentado possui/possuirá parcerias que representem a necessidade de sua execução/aprovação. Promoverá a mobilização social e articulação com os diversos fazedores sociais na defesa dos direitos da criança e do adolescente.	0 a 100 pontos

9.8. Os projetos APROVADOS serão classificados por sua ordem decrescente de pontuação, de acordo com cada Categoria.

9.8.1. A comissão de avaliação munidos dos valores previstos na LOA ANUAL do município de Tijucas e ou dos valores depositados conforme lei na conta do Fundo FIA emitirá relação final dos projetos aprovados, por ordem de pontuação e valor aprovado.

9.8.2. A comissão definirá o valor aprovado de cada projeto.

9.8.3. O CMDCA Tijucas não terá obrigação de cobrir – pagar - valor excedente do orçamento aprovado pela comissão de cada projeto selecionado, havendo disponibilidade financeira na conta do Fundo FIA Tijucas durante o ano corrente, após deliberação da diretoria, o projeto NÃO poderá receber aporte das despesas não contempladas anteriormente.

9.8.4. Para maior democratização e equidade dos projetos inscritos em atendimento aos critérios do quadro referencial e eixos do CONANDA, a Comissão selecionará no mínimo 1 projeto de cada categoria.

9.8.5. A decisão da Comissão Especial de Avaliação é soberana, não cabendo recurso sobre o resultado final.

Parágrafo Único – Não havendo projeto inscrito ou habilitado em uma das 06 (seis) categorias, a vaga será preenchida por projeto suplente com maior pontuação dentro da mesma categoria, sendo considerada a maior pontuação dentre os suplentes de todas as categorias.

10 – ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO:



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019

10.1. O projeto deve ser apresentado nos termos deste edital e das normas aplicáveis.

11 – DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. O resultado da seleção estará disponível, por meio de resolução CMDCA publicada no DOM (Diário Oficial dos Municípios) link <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, Link CMDCA Tijucas <http://www.tijucas.sc.gov.br/especiais/cmdca-tijucas> e na Fanpage Oficial do CMDCA Tijucas <https://www.facebook.com/ConselhomunicipaldetijucasCMDCA/>.

11.2. A OSC também será notificada por e-mail sobre o resultado da aprovação ou não do seu projeto.

11.3. Os projetos/instituições selecionadas receberão a importância a eles destinados em conta específica de cada projeto, em parcela única. Caso seja projeto novo deverá abrir conta sem tarifas no Banco do Brasil ou caso projeto em execução poderá ser a conta já ativa do projeto em execução.

12 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO

12.1. No ato da inscrição deverão ser apresentados ao CMDCA Tijucas, anexados ao projeto, os documentos abaixo relacionados:

I - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica;

II - Comprovante de endereço da OSC e do seu representante legal;

III - Cópia do RG e do CPF do presidente da OSC ou do ocupante de cargo equivalente;

IV - Cópia do estatuto ou de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;

V - Cópia da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da OSC, registrada no cartório competente;

VI - Cópia do alvará de funcionamento fornecido pelo Município;

VII - Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto novo ou projeto já em execução,



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

VIII - Plano de trabalho (projeto) devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da OSC interessada;

IX - Certidão Negativa de Débitos – CND, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa CPD-EN emitido pela Receita Federal;

X – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF;

XI - Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br>;

XII - Certidão Negativa de débitos municipais;

XVII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

12.2. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs que **não** cumprirem a entrega da documentação completa, no ato da Inscrição, **perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso** deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo CMDCA.

12.3. Se houver necessidade, nova documentação poderá ser requerida por email ao representante das OSCs que terá o prazo máximo de 48 horas para providenciar a entrega ou resposta formal por email.

13 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. Os projetos/OSCs selecionados deverão ser executados no período de 15 de maio de 2019 a 31 de dezembro de 2019, sendo portanto, **obrigatória a apresentação das Prestações de Contas Parciais Bimestrais e Prestação De Contas Final.**

13.2. De acordo com o Art. 69 da Lei 13.019/2014 que estabelece a **Obrigatoriedade** de Apresentação da Prestação de Contas Final no prazo de 90 dias após o término da execução do projeto se dará até o dia 31 de março de 2020.

13.3. Os projetos/OSCs aprovados devem apresentar **PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRAS PARCIAIS BIMESTRAIS** até os dias:



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

- a) 15/07/2019 – referente as despesas efetuadas entre os dias 15/05/19 e a 10/07/19,**
- b) 15/09/2019 – referente as despesas efetuadas entre os dias 11/07/19 a 10/09/19,**
- c) 15/11/2019 - referente as despesas efetuadas entre os dias 11/08/19 a 10/11/19;**
- d) 15/01/2020– referente as despesas efetuadas entre os dias 11/10/19 a 15/01/20.**

Deverão compor à prestação de contas financeira, os documentos comprobatórios de execução da Proposta Aprovada, tais como:

- a) Lista de frequência dos beneficiados: que comprovarão o número mínimo de atendidos;
- b) Relatório Qualitativo de evolução do Grupo atendido: que comprovará o engajamento do grupo de beneficiário nas atividades propostas e as mudanças sociais que a proposta trouxe para o grupo,
- c) Relato por escrito de pelo menos 5 pais dos beneficiários quanto as melhorias socioculturais desenvolvidas pelos seus filhos no processo de participação da Proposta Aprovada,
- d) Relatório Quantitativo de Avaliação e Monitoramento da Proposta Aprovada quanto com dados estatísticos como percentual de aproveitamento, percentual de frequência, participação de eventos.

Tais documentos deverão ser endereçados ao CMDCAe protocolado até o decimo quinto (15º) dia útil do bimestre subsequente ao início das despesas, em 3 vias idênticas dentro de 1 envelope lacrado, para análise do CMDCA de Tijucas, Controle Interno da Prefeitura Municipal de Tijucas e Contabilidade da Secretaria de Ação Socialna recepçãoda Secretaria de Assistência Sociallocalizada a Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, bem como, no final do projeto a Prestação de Contas Final até dia **31/03/2020**.

13.2. Os Relatórios de Monitoramento das Ações desenvolvidasdeverá ser entregue Bimestralmente até o quinto (5º) dia subsequente ao recebimento do repasse financeiro e, a partir desta apresentação inicial, seguir sequência de apresentação trimestrais para análisedo CMDCA Tijucas.

13.2.1. As Organizações da Sociedade Civil - OSCs terão de elaborar e apresentar seus “cases” do projeto e enviá-los por meio eletrônico, bem como, cópia impressa com

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

imagens, com objetivo de prestar contas à comunidade, divulgar e captar recursos para o FIA - CMDCA Tijucas.

13.3. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de equipamentos, materiais permanentes ou de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item para produção do selo de FINANCIADO PELO FIA - CMDCA de Tijucas.

13.4. Ressalta-se que na conta bancária é exclusiva, livre de taxas e tarifas, não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer à Lei 13.019/2014 no campo **PRESTAÇÃO DE CONTAS** da referida lei.

14 – CRONOGRAMA/PRAZOS

I – Inscrição dos projetos: de **15/04/2019 a 30/04/2019**.

II – Divulgação dos projetos Habilitados: **03/05/2019**.

III – Pedido de recurso para projetos inabilitados: **03/05/2019 a 08/05/2019**.

IV – Resultado pedido de recurso: **09/05/2019**.

V - Análise Comissão Especial de Projetos e divulgação resultado dos PROJETOS APROVADOS: **10/05/2019**.

VI – Assinatura dos termos de fomento: **15/05/2019**.

15 – DA PUBLICIDADE DO EDITAL

15.1. Por instrumento de Resoluções CMDCA Tijucas, publicadas no DOM (Diário Oficial dos Municípios) link <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, Link CMDCA Tijucas <http://www.tijucas.sc.gov.br/especiais/cmdca-tijucas> e na Fanpage Oficial do CMDCA Tijucas <https://www.facebook.com/ConselhomunicipaldetijucasCMDCA/> serão os instrumentos oficiais de divulgação do presente edital, incluindo modificações e eventuais erratas e a relação de projetos aprovados.

15.2. É de responsabilidade do interessado acompanhar o presente Edital nos meios de divulgação.

16 – DOS PAGAMENTOS

16.1. O valor Aprovado será repassado de acordo com a necessidade de monitoramento de Prestação de Contas pelo Controle Interno da PMT por Orientação do TCE. Estes repasses passarão a ser executados em 4 (quatro) parcelas iguais em conta corrente exclusiva da OSC.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

17 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

17.1. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação do projeto inscrito.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Avaliação e encaminhados com parecer para a diretoria do CMDCA de Tijucas.

16.2.1. As decisões sobre seleção dos projetos serão irrecorríveis e irrevogáveis.

17.3. A qualquer momento durante a execução do projeto, este projeto deverá ser fiscalizado pela diretoria do CMDCA.

17.4. O CMDCA cumprirá o cronograma de datas deste edital, só podendo alterá-las após decisão do CMDCA Tijucas em plenária extraordinária da Comissão Especial de Avaliação e Monitoramento com quórum de 50% +1, e imediatamente, comunicado ao presidente do CMDCA Tijucas, para ser formalizado e amplamente divulgado por meio de Resolução de Alteração de Cronograma do Edital 002/2019 – CMDCA Tijucas.

17.5. A OSC deverá manter cadastro dos participantes do projeto e da lista de presença, contendo informações como nome, endereço, nome dos pais, telefones, e-mail, idade de dos atendidos pelo projeto. Estas informações deverão ser atualizadas e estar em planilha de Excel ou similar. Elas poderão, a qualquer tempo, ser solicitadas pelo CMDCA de Tijucas SC para verificar a execução e viabilidade do projeto.

17.6. O proponente **NÃO PODERÁ ALTERAR O PROJETO APROVADO PELO CMDCA** sem autorização expressa dos membros da Comissão Especial de Avaliação nomeada.

17.7. Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste edital poderão ser obtido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, localizado à Rua José Joaquim Santana, nº 36, Bairro Universitário, Tijucas, Santa Catarina, ou por e-mail: cmdca@tijucas.sc.gov.br.

Tijucas, SC, 10 de abril de 2019.

Cláudia Raitz Buchele
Presidente do CMDCA



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019

ANEXO I

FORMULÁRIO OBRIGATÓRIO - PROJETO FIA 2019 – CMDCA TIJUCAS

NOME DO PROJETO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	
CATEGORIA	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS:
CARGA HORÁRIA SEMANAL	LOCAL

PROPONENTE DO PROJETO (OSC)			
NOME:			
CNPJNº:			
Registro no CMDCANº:		Validade do Registro:	
Endereço:		Nº	
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:	FAX:	E-mail:	
Site:			
Nome do Responsável legal da OSC:			
Telefone:	FAX:	E-mail:	
Nome do Responsável técnico do Projeto:			
Telefone:	FAX:	E-mail:	
CERTIFICAÇÕES/REGISTROS DA OSC			
<input type="checkbox"/> Utilidade Pública Federal <input type="checkbox"/> Utilidade Pública Estadual <input type="checkbox"/> Utilidade Pública Municipal <input type="checkbox"/> CMDA <input type="checkbox"/> CMAS			

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**Outras,
quais: __________

_____**ANEXO II****RESUMODASINFORMAÇÕES**

(Cercade 10 linhas – contemple os seguintes itens: o que é o projeto; onde será desenvolvido. Área de atuação; a que atenderá (público-alvo); os princípios que serão adotados; o que será oferecido; custo total do projeto; parceiros do projeto; resultados esperados).

VALOR TOTAL DO PROJETO:

OUTRAS FONTES COOFINANCIADORAS DESTE PROJETO:

VALOR PROPOSTO COOFINANCIAMENTO/FIA CMDCA TJ:

R\$

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

DURAÇÃO DO PROJETO (Nº DE MESES):
FINANCIAMENTO EXTERNOS DA ENTIDADE
VALOR FINANCIAMENTO EXTERNO:



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019

**ANEXO III
DESCRIÇÃO DO PROJETO**

1. APRESENTAÇÃO DA(O) PROPONENTE			
1.1. Histórico da OSC/programa: <i>(Apresentação de dados e informações relevantes sobre a área de atuação).</i>			
2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO			
2.1. Nome do Projeto			
2.2. JUSTIFICATIVA <i>(Justificar a pertinência e necessidade do projeto, apresentando dados estatísticos e/ou sociais que apontem a necessidade as ação proposta).</i>			
3. OBJETIVOS DO PROJETO			
3.1. Objetivo Geral <i>(Finalidade do projeto)</i>			
3.2. Objetivo(s) Específico(s)			
4. BENEFICIÁRIOS: <i>(Público-alvo do projeto)</i>			
5. METODOLOGIA: <i>(Forma adotada para o desenvolvimento do projeto. Descrever a atividades serão realizadas para cada objetivo proposto (passo a passo, dias de funcionamento, conteúdo a serem trabalhados, etc.). É OBRIGATÓRIO apresentar um cronograma das ações.)</i>			
6. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO/RESULTADOS ESPERADOS			
RESULTADOS(S) ESPERADOS	INDICADORES QUALITATIVOS	INDICADORES QUANTITATIVOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019

7. RECURSOS HUMANOS/ CAPACIDADE TECNICA E ADMINISTRATIVA:

(Descrever as funções desempenhadas por todos os profissionais e demais agentes do projeto).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CARGO/FUNÇÃO NA OSC)	FUNÇÃO NO PROJETO	CARGA HORÁRIA NO PROJETO (MENSAL/SEMANAL)	VÍNCULO (CLT, PRESTADOR SERVIÇOS, VOLUNTÁRIO, EFETIVO)

8. CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO AO PROJETO

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO:

(Especificar quais ações/ atividades serão desenvolvidas mês a mês).

ATIVIDADES/MÊSES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12

10. PLANO DE DIVULGAÇÃO

(Informar de que forma a comunidade será informada de que a realização do projeto tem o apoio do Fundo da Infância e Adolescência – FIA CMDCA TIJUCAS SC).

11. VALOR TOTAL DO PROJETO

R\$



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019

ANEXO IV

PLANILHA DE CUSTOS/ORÇAMENTOS

(A tabela abaixo poderá ser adequada em conformidade com o plano de trabalho previsto para o projeto).

Nº do ORÇAMEN TO	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO, MATERIAL, DESPESA DETALHADOS (TAMANHOS, DIAS, HORAS ETC).	UNIDAD ES	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO PROJETO			

(Os 3 Orçamentos constando todos os itens de despesa deverão obrigatoriamente ser anexados a este formulário).

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**ANEXO V****EDITAL 002/2019 - FIA 2019 -CMDCA-TJ
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS COOFINANCIAMENTO
EDITAL Nº 002/2019/FIA - CMDCA**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**OME DO PROJETO****IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE****CATEGORIA****NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS:****CARGA HORÁRIA SEMANAL****LOCAL****PONTUAÇÃO
PARCIAL****PROTOCOLO DE ENTREGA – VIA 1**

DATA: ____/____/2019.

HORÁRIO: ____:____h.

ASSINATURA

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**ANEXO VI****EDITAL 002/2019 - FIA 2019 -CMDCA-TJ
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS PARA
COOFINANCIAMENTO
EDITAL Nº 002/2019/FIA - CMDCA**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**OME DO PROJETO****IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE****CATEGORIA****NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS:****CARGA HORÁRIA SEMANAL****LOCAL**PONTUAÇÃO
PARCIAL

CLASSIFICAÇÃO FINAL

PONTUAÇÃO FINAL

PROTOCOLO DE ENTREGA – VIA 2
ENVELOPE

DATA: ____/____/2019.

HORÁRIO: ____:____h.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019

ANEXO VII

Ficha de Avaliação dos Projetos Habilitados no Edital 002/2019

NOME DO PROJETO:		
CATEGORIA:		
CONTATO PROPONENTE: () ____ - ____		
EMAIL PROPONENTE:		
VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ _____ COOFINANCIAMENTO PLEITEADO: R\$ _____		
Pessoas Atendidas:	Público Alvo:	Duração do Projeto:
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		
1- Cumprimento dos Objetivos	Pontuação de 0 a 100 pontos	Pontuação Prévia 1
Aspectos: Adequação ao Tema, Qualidade Técnica, Metodologia Aplicada, Atividades Propostas, Resultados Esperados.		
2- Impacto Social da Iniciativa	Pontuação de 0 a 200 pontos	Pontuação. Prévia 2
Aspectos: Benefícios sociais gerados, Estratégias de divulgação,		
3- Sustentabilidade	Pontuação de 0 a 200 pontos	Pontuação. Prévia 3
Aspectos: Capacidade de continuidade, Outros Parceiros		
4- Inovação Criativa	Pontuação de 0 a 100 pontos	Pontuação. Prévia 4
Aspectos: Práticas Inovadoras		
5- Acolhimento	Pontuação de 0 a 100 pontos	Pontuação. Prévia 5
Aspectos: Guarda ou tutela...		
6- Pesquisa de Promoção, proteção, defesa e atendimento	Pontuação 0 a 100 pontos	Pontuação Prévia 6
Aspectos: Pesquisa, Estudo, Elaboração de Diagnostico, sistemas TI, Monitoramento e avaliação de políticas públicas.		
7- Formação e Capacitação continuada	Pontuação de 1 a 100 pontos	Pontuação Prévia 7
Aspectos: Formação e capacitação operadores do Sistema de Garantias de Direitos		
8- Comunicação	Pontuação de 0 a 100 pontos	Pontuação Prévia 8
Aspectos: Campanhas Educacionais, publicações, divulgação de ações.		
9- Ações de Fortalecimento do Sistema de garantia de Direitos	Pontuação de 0 a 100 pontos	Pontuação Prévia 9
Aspectos: Mobilização Social, Articulação para defesa, parcerias que promovam estas ações.		
Somatória da Pontuações ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ Assinatura do Avaliador:		PONTUAÇÃO FINAL

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**ANEXO VIII
MODELO DE TERMO DE FOMENTO****Termo de Fomento nº ____/2019 – FIA Tijucas SC**

O Município de TIJUCAS SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.577.636/0001-65, situado a Rua Coronel Büchele, nº 01, Bairro Centro, CEP 88.200-000, Santa Catarina, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Elói Mariano Rocha, brasileiro, casado, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada a Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, Tijucas SC, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. _____, brasileiro, solteiro, portador do RG nº _____ SSP SC, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, nesse Município, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto estabelecer as condições financeiras para a execução de ações voltadas à área da Infância e Adolescência de Projeto _____ Aprovado por meio do Edital 002/2019 CMDCA Tijucas e autorizado a captação pela RESOLUÇÃO _____ 2019 CMDCA com a finalidade de buscar alternativas, recursos financeiros e soluções em prol da garantia e direitos das crianças e adolescentes de Tijucas SC por meio de transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Tijucas com o intento de proporcionar exequibilidade do projeto aprovado.

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor de R\$ _____
(POR EXTENSO), em única parcela, constante no Plano de Trabalho anexo a este
Termo de Fomento.

2.2. Para o exercício financeiro de 2019, fica estimado o repasse de R\$ _____
correndo as despesas à conta da dotação orçamentária
2019: FIA – _____

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC não contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida
financeira.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em
anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a
responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem
por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução
das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para
corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a
OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a
Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das
penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer
indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido
no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

VII – A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XI - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV– A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal de acordo com o Edital 003/2018 – Fia CMDCA Tijucas.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes previstos no plano de trabalho e planilha de Custos com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Fomento,



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho de acordo com o Edital 002/2019 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, sendo vedado:

- I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
- II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
- III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
- V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- VI - realizar despesas com:

- a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;
- b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
- c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública de acordo com o Edital 002/2019 – Fia CMDCA Tijucas.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie, em conformidade com o Edital 002/2019 – Fia CMDCA Tijucas.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A prestação de contas com relatórios de atividades, deverá ser efetuada nos seguintes prazos:

a) trimestralmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública, apresentando relatório/despesas das atividades desenvolvidas durante o período.

b) até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência deste Termo de Fomento.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

6.2. A prestação de contas final dos recursos recebidos, de acordo com o Edital 003/2018 – Fia CMDCA Tijucas, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:

- I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;
- II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
- III - Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;
- IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;
- V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;
- VI - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste Termo de Fomento;
- VII - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

6.3. No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos no item 6.1 deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VI.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até ____/____/2019, não podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

7.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Fomento não poderá ser alterado.

8.2. O plano de trabalho da parceria NÃO poderá ser revisto de acordo com o Edital 002/2019 – Fia CMDCA Tijucas.

9. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento através de seu gestor, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A execução também será acompanhada pelo CMDCA Tijucas por meio da Comissão Especial de Avaliação para Monitoramento e Avaliação dos projetos conforme Edital 002/2019 – Fia CMDCA Tijucas.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

9.4. A Administração Pública poderá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão Especial de Avaliação, que o homologará, independentemente da vinculação da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.5. O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterà:

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública; IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.
- VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.6. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

9.7. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo CMDCA Tijucas de acordo com o Edital 002/2019 – Fia CMDCA Tijucas.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

- I – advertência, nos seguintes casos;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, nos seguintes casos;
- IV – Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Tijucas é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião entre as partes envolvidas, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o plano de trabalho anexo. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Tijucas SC, ____ de _____ de 2019.

Eloi Mariano Rocha
Prefeito Municipal de Tijucas

Cláudia Raitz Büchele
Presidente do CMDCA Tijucas



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA – TIJUCAS/SC**

Lei Municipal No. 807/90 e 933/92

**EDITAL 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOFINANCIAMENTO FIA
CMDCA TIJUCAS 2019**

Fulano de Tal
Representante da OSC

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 056/PMT/2019

Publicação Nº 1980311

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/PMT/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/PMT/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: GKOL ENGENHARIA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CERCA CONCERTINA, PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE TIJUCAS, PARA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 1.848,60 (UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

TIJUCAS/SC, 09 DE ABRIL DE 2019.

RESOLUÇÃO CMDCA 009-2019

Publicação Nº 1980321

Resolução CMDCA 009/2019 Tijucas, 10/04/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93 e Lei Municipal nº 807/90, deixa público que aprovado o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROJETOS Nº 002/2019 CMDCA Tijucas, a ser publicado no DOM em 12/04/2019, nomeia a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE PROJETOS do EDITAL 002/2019 CMDCA TIJUCAS.

- 1) BIANCA BIBIANI MACHADO – Conselheiro CMDCA Governamental
- 2) CLÁUDIA RAITZ BUCHELE – Conselheiro CMDCA Governamental
- 3) OSMAR ADRIANO FILHO – Conselheira CMDCA Governamental
- 4) SARA NAVA – Conselheira Tutelar
- 5) TANNAY VAZ JUNIOR – Conselheiro Tutelar
- 6) ELIZETE DE SOUZA – Conselheira CMDCA Não Governamental
- 7) SANDRA REGINA PEREIRA - Conselheira CMDCA Não Governamental
- 8) ANTÔNIO R. AZEVEDO - Conselheira CMDCA Não Governamental

Maiores informações acessar entrar em contato por emailcmdca@tijucas.sc.gov.br

Cláudia RaitzBüchele
Presidente do CMDCA Tijucas
Gestão 2018/2019

RESOLUÇÃO CMDCA 010-2019

Publicação Nº 1980322

Resolução CMDCA 010/2019 Tijucas, 08/04/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93 e Lei Municipal nº 807/90, deixa público que aprovado o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTE Nº 001/2019 CMDCA Tijucas, a ser publicado no DOM em 12/04/2019, nomeia a COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TIJUCAS - CMDCA TIJUCAS.

- 1) JOÃO DANIEL RAMOS – Conselheira CMDCA Não Governamental
- 2) SANDRA H. TIEZERIENI – Parceiro CMDCA Não Governamental
- 3) ANTÔNIO MIRANDA – Conselheiro CMDCA Não Governamental
- 4) VANDEIR FUGAZZA - Parceiro CMDCA Não Governamental
- 5) GUSTAVO FERNANDES - Parceiro CMDCA Não Governamental

Maiores informações acessar entrar em contato por emailcmdca@tijucas.sc.gov.br

Cláudia RaitzBüchele
Presidente do CMDCA Tijucas
Gestão 2018/2019

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07/2019**

Publicação Nº 1980646

Aviso de Licitação
PREGÃO PRESENCIAL 07/2019

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001-30 com sede a Rua Coronel Büchelle 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 25/04/2019, às 08h, na sede desta Casa Legislativa, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Pregão Presencial 07/2019.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site da Câmara de Vereadores de Tijucas: <http://www.camaratijucas.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: A presente Licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS/SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I.

Tijucas, 10 de abril de 2019.

VILSON NATÁLIO SILVINO
Câmara de Vereadores de Tijucas/SC
Presidente

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 02 2018 FMS - FREITAG

Publicação Nº 1980531

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 02/2018 - FMS

INTERESSADA: FREITAG & WEINGARTNER LABORATORIOS EIRELI - EPP

Às oito horas do décimo dia, do mês de abril de dois mil e dezenove (10/04/2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1083, de 02 de janeiro de 2019, para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº 02/2018 - FMS, apresentados em razão da prorrogação dos contratos de credenciamento.

Apresentou envelope de Habilitação a interessada FREITAG & WEINGARTNER LABORATORIOS EIRELI - EPP, CNPJ n.º 80.447.063/0001-20, credenciada no processo 02/2018 PMT.

Considerando o disposto no subitem 5.3.5 do edital (qualificação técnica), a Comissão Permanente de Licitações suspende a análise da documentação para encaminhamento dos documentos para análise e parecer da equipe técnica da Secretaria de Saúde.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

DAVI BERRI

Membro

ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 04.2019 SAMAE

Publicação Nº 1980534

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2019 SAMAE

Às dez horas do décimo dia do mês de abril de dois mil e dezenove (10/04/2019), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para Julgamento da Habilitação do processo licitatório Tomada de Preço nº. 04/2019 - SAMAE.

Da análise dos documentos e considerando o Parecer Técnico emitido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão Permanente de Licitações decide pela habilitação da empresa MKS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA., por atender os requisitos solicitados no edital.

O envelope de proposta deverá permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura.

Ficam intimados os interessados do inteiro teor desta ata, para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

DAVI BERRI

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07 2019 FMS - SERVIÇO COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALAR

Publicação Nº 1980537

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 FMS

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento compatível com os riscos associados ao tipo de resíduo e disposição final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde □ RSS, classificados como resíduo de serviço de saúde dos grupos □ A□, □ B□ e □ E□, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 25 de abril de 2019. ABERTURA: dia 25 de abril de 2019 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 10/04/2019
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 18 2019 PMT - MANUTENÇÃO FROTA

Publicação Nº 1980540

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 18/2019 PMT

OBJETO: contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários destinados à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas, implementos agrícolas e implementos de triagem, reciclagem e geração de energia da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquia. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 26 de abril de 2019. ABERTURA: dia 26 de abril de 2019 às 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 10/04/2019
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 172.2018 PMT

Publicação Nº 1980543

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 172/2018

A Central de Licitações convoca, através do presente, a contratada, MARISE TERESINHA HEINIG, CPF nº. 746.473.429-72, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 18/04/2019.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 10 de abril de 2019.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

EXTRATO DE DISPENSA Nº 06 2019 FMDE

Publicação Nº 1980546

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2019
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação
CONTRATADO: Cooperativa de Produção Agropecuária de Jaraguá do Sul - COPAJAS
OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios (iogurte) para cumprimento do cardápio elaborado pela nutricionista, com itens adquiridos da agricultura familiar, para atender as necessidades das instituições da rede municipal de ensino do município de Timbó, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a lei n.º 11.947/2009 e resolução CD/FNDE n.º 26/2013, conforme chamada pública n.º 01/2019.
VALOR TOTAL: R\$ 45.110,20 (quarenta e cinco mil, cento e dez reais e vinte centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Período de janeiro a dezembro de 2019, conforme chamada pública n.º 01/2019.

TIMBO (SC), 10/04/2019
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal da Educação

EXTRATO DE DISPENSA Nº 07 2019 FMDE

Publicação Nº 1980549

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 07/2019
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação
CONTRATADA: Jucinei Kosloski
OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios (tomate) para cumprimento do cardápio elaborado pela nutricionista, com itens adquiridos da agricultura familiar, para atender as necessidades das instituições da rede municipal de ensino do município de Timbó, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a lei n.º 11.947/2009 e resolução CD/FNDE n.º 26/2013, conforme chamada pública n.º 01/2019.
VALOR TOTAL: R\$ 19.998,50 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Período de janeiro a dezembro de 2019, conforme chamada pública n.º 01/2019.

TIMBO (SC), 10/04/2019
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal da Educação

EXTRATO DE DISPENSA Nº 08 2019 FMDE

Publicação Nº 1981256

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2019
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação
CONTRATADO: Jean Henrique Gaulke
OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios (pepino japonês, tomate e brócolis ramoso) para cumprimento do cardápio elaborado pela nutricionista, com itens adquiridos da agricultura familiar, para atender as necessidades das instituições da rede municipal de ensino do município de Timbó, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a lei n.º 11.947/2009 e resolução CD/FNDE n.º 26/2013, conforme chamada pública n.º 01/2019.
VALOR TOTAL: R\$ 13.082,00 (treze mil e oitenta e dois reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Período de janeiro a dezembro de 2019, conforme chamada pública n.º 01/2019.

TIMBO (SC), 10/04/2019
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal da Educação

EXTRATO DE DISPENSA Nº 09 2019 FMDE

Publicação Nº 1981258

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2019
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação
CONTRATADO: Leopoldo Pasquali
OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios (banana branca) para cumprimento do cardápio elaborado pela nutricionista, com itens adquiridos da agricultura familiar, para atender as necessidades das instituições da rede municipal de ensino do município de Timbó, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a lei n.º 11.947/2009 e resolução CD/FNDE n.º 26/2013, conforme chamada pública n.º 01/2019.
VALOR TOTAL: R\$ 12.107,55 (doze mil, cento e sete reais e cinquenta e cinco centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Período de janeiro a dezembro de 2019, conforme chamada pública n.º 01/2019.

TIMBO (SC), 10/04/2019
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal da Educação

EXTRATO DE DISPENSA Nº 10 2019 FMDE

Publicação Nº 1981263

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 10/2019

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação

CONTRATADO: Cooperativa Agroindustrial Rio dos Cedros - COOPERCEDROS

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios (leite) para cumprimento do cardápio elaborado pela nutricionista, com itens adquiridos da agricultura familiar, para atender as necessidades das instituições da rede municipal de ensino do município de Timbó, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a lei n.º 11.947/2009 e resolução CD/FNDE n.º 26/2013, conforme chamada pública n.º 01/2019.

VALOR TOTAL: R\$ 153.476,10 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dez centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: Período de janeiro a dezembro de 2019, conforme chamada pública n.º 01/2019.

TIMBO (SC), 10/04/2019

ALFROH POSTAI

Secretário Municipal da Educação

EXTRATO DE DISPENSA Nº 11 2019 FMDE

Publicação Nº 1981267

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2019

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação

CONTRATADO: Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - COOMAPEIXE

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios (peixe de água doce - filé de tilápia) para cumprimento do cardápio elaborado pela nutricionista, com itens adquiridos da agricultura familiar, para atender as necessidades das instituições da rede municipal de ensino do município de Timbó, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a lei n.º 11.947/2009 e resolução CD/FNDE n.º 26/2013, conforme chamada pública n.º 01/2019.

VALOR TOTAL: R\$ 60.375,00 (sessenta mil, trezentos e setenta e cinco reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: Período de janeiro a dezembro de 2019, conforme chamada pública n.º 01/2019.

TIMBO (SC), 10/04/2019

ALFROH POSTAI

Secretário Municipal da Educação

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº 301 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980802

PORTARIA Nº 301 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor FABIANO JOSÉ MENDES – matrícula nº 107.506-6 - ocupante do cargo de Condutor de Veículos e Máquinas, do quadro de pessoal efetivo/estatutário - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 16/03/2018 à 15/03/2019, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia:06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº 302 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980803

PORTARIA Nº 302 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora MARINA NUNES GUIMARÃES DUBIEL – matrícula nº 105.899-0 - ocupante do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal celetista/EP - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 06/08/2017 à 05/08/2018, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia:25/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº 310 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980816

PORTARIA Nº 310 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora ADRIELLE DA COSTA – matrícula nº 137.235-1 - ocupante do cargo de Fisioterapeuta, do quadro de pessoal efetivo/estatutário - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 01/09/2016 à 31/08/2017, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia:08/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 311 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980818

PORTARIA Nº 311 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora ALINE BARBARA VANIN – matrícula nº 121.126-10 - ocupante do cargo de Professor Educação Especial, do quadro de pessoal efetivo/estatutário - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 27/03/2018 à 26/03/2019, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 22/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 312 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980820

PORTARIA Nº 312 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora AMABILE APARECIDA HOLM – matrícula nº 664.278-1 - ocupante do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal efetivo/estatutário - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 15/03/2018 à 14/03/2019, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia: 01/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 316 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980834

PORTARIA Nº 316 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor EDSON FERREIRA NUNES – matrícula nº 115.240-2 - ocupante do cargo de Condutor de Veículos e Máquinas, do quadro de pessoal efetivo/estatutário - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 16/03/2016 à 15/03/2017, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um

terço), com início do gozo de férias dia:15/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 317 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980836

PORTARIA Nº 317 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora FERNANDA BIAR WALTER – matrícula nº 122.858-2 - ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo , do quadro de pessoal efetivo/estatutário - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 22/02/2018 à 21/02/2019, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia:15/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 318 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980838

PORTARIA Nº 318 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora GISLAINE LEITE SIEMS – matrícula nº 616.672-1 - ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar , do quadro de pessoal comissionado - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 16/11/2017 à 15/11/2018, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia:16/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 321 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980864

PORTARIA Nº 321 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor JULIANO JOSÉ BELOTTO – matrícula nº 663.271-1 - ocupante do cargo de Farmacêutico , do quadro de pessoal

efetivo/estatutário - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 01/03/2018 à 28/02/2019, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia:01/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº 328 DE 03 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980887

PORTARIA Nº 328 DE 03 DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor THIAGO FRANCISCO KOEPP GRESELLE – matrícula nº 168.483-0 - ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, do quadro de pessoal efetivo/estatutário - desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 01/11/2017 à 31/10/2018, de acordo com o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, e abono de férias de 1/3 (um terço), com início do gozo de férias dia:22/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Abril de 2019
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 160 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1980528

PORTARIA Nº. 160 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora DIRCE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS – matrícula nº. 8.478-12, cargo de Professor – do quadro de pessoal efetivo/estatutário – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, desta Prefeitura Municipal - 44 (quarenta e quatro) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Atestado Médico a contar do dia: 07/02/2019 à 22/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de Fevereiro de 2019.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 162 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1980530

PORTARIA Nº. 162 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora SUELEN MÜLLER FERREIRA, matrícula nº 149.152-0 , ocupante do cargo de Nutricionista do quadro do pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 134/2019, e, de acordo com o previsto no artigo 80 da Lei Complementar nº 138/2009, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de Fevereiro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 163 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1980532

PORTARIA Nº. 163 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor ANTONIO MAURO RODRIGUES AGUIAR – matrícula nº. 2.925-0, cargo de Médico – do quadro de pessoal estável/CLT – Secretaria da Saúde, desta Prefeitura Municipal - 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Atestado Médico a contar do dia: 01/02/2019 à 01/05/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de Fevereiro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 164 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1980539

PORTARIA Nº. 164 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora LUCIANE URBANECK – matrícula nº. 665.380-1, cargo de Professor Educação Especial – do quadro de pessoal efetivo/estatutário – Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, desta Prefeitura Municipal - 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Atestado Médico a contar do dia: 15/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de Fevereiro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 165 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1980541

PORTARIA Nº. 165 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora VÂNIA MALVINA ADRIANO – matrícula nº 117.170-2, das funções que exercia no cargo de Assessor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, a contar do dia: 22/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de Fevereiro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 166 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980542

PORTARIA Nº. 166 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZAK – matrícula nº 79.170-17, das funções que exercia no cargo de Diretor de CMEI, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 167 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980545

PORTARIA Nº. 167 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a servidora ANA PAULA DA SILVEIRA – matrícula nº 682.225-1, das funções que exercia no cargo de Professor, do quadro de pessoal - ACT desta Prefeitura Municipal, Secretaria da Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 168 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980548

PORTARIA Nº. 168 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora CARMEN JOSELI PROTZKA TELLI – matrícula nº 81.787-2, das funções que exercia no cargo Sub Diretor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Secretaria da Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 169 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980551

PORTARIA Nº. 169 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora DARLENE CHECHI MARTINS – matrícula nº 139.238-4, das funções que exercia no cargo Diretor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Secretaria de Viação e Obras a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 170 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980553

PORTARIA Nº. 170 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora EDNEIA DE FÁTIMA LUIZ – matrícula nº 133.990-4, das funções que exercia no cargo Secretária Escola, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Secretaria da Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 171 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980556

PORTARIA Nº. 171 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor HERCÍLIO MIELBRATZ – matrícula nº 5.720-13, das funções que exercia no cargo Secretário Escola, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Secretaria da Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 172 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980558

PORTARIA Nº. 172 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor IVO HENRIQUE – matrícula nº 1.058-5, das funções que exercia no cargo Secretário Adjunto, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Secretaria da Administração e Planejamento a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 173 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980560

PORTARIA Nº. 173 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor JOÃO RUBENS DOBROCHINSKI – matrícula nº 666.564-2, das funções que exercia no cargo Sub Diretor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Secretaria da Saúde a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 174 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980561

PORTARIA Nº. 174 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora MARILETE ENGEL – matrícula nº 169.455-1, das funções que exercia no cargo Assessor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Secretaria da Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 175 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980563

PORTARIA Nº. 175 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora NATALI WELKE LECH PAULUKA – matrícula nº 651.630-2, das funções que exercia no cargo de Professor, do quadro de pessoal ACT desta Prefeitura Municipal, Secretaria da Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 176 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980565

PORTARIA Nº. 176 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor ORLANDO SAMPAIO PADILHA – matrícula nº 671.738-2, das funções que exercia no cargo de Sub Diretor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, Secretaria de Viação, Obras e Serviços a contar do dia: 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 177 DE 06 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980566

PORTARIA Nº. 177 DE 06 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor VALDIR VALDEMIRO VOGEL – matrícula nº 10.570-8, das funções que exercia no cargo de Sub Diretor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, a contar do dia: 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 178 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980567

PORTARIA Nº. 178 DE 08 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ANGELA MARIA BIANEK FERREIRA – matrícula nº. 677.906-1, para exercer suas funções no cargo de Assessor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 179 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980568

PORTARIA Nº. 179 DE 08 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora CARMEN JOSELI PROTZKA TELLI – matrícula nº. 81.787-3, para exercer suas funções no cargo de Sub Diretor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 180 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980573

PORTARIA Nº. 180 DE 08 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora DARLENE CHECHI MARTINS – matrícula nº. 139.238-5 , para exercer suas funções no cargo de Secretário Adjunto do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Viação e Obras a contar do dia: 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 181 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980574

PORTARIA Nº. 181 DE 08 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor HERCÍLIO MIELBRATZ – matrícula nº. 5.720-14 , para exercer suas funções no cargo de Sub Diretor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Saúde a contar do dia: 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 182 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980576

PORTARIA Nº. 182 DE 08 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor IVO HENRIQUE – matrícula nº. 1.058-6 , para exercer suas funções no cargo de Diretor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Administração e Planejamento a contar do dia: 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 183 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980578

PORTARIA Nº. 183 DE 08 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor JOÃO RUBENS DOBROCHINSKI – matrícula nº. 666.564-3 , para exercer suas funções no cargo de Sub Diretor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Viação e Obras a contar do dia: 07/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 184 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980579

PORTARIA Nº. 184 DE 08 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor ORLANDO SAMPAIO PADILHA – matrícula nº. 671.738-3 , para exercer suas funções no cargo de Sub Diretor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Viação e Obras a contar do dia: 08/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 185 DE 08 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980580

PORTARIA Nº. 185 DE 08 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora RAFAELA BUENO – matrícula nº. 79.200-5 – ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, de acordo com artigo 75 da Lei Complementar nº. 140/2009, referente período de aquisição: 01/02/2010 à 31/01/2015, a contar do dia 13/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 187 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980581

PORTARIA Nº. 187 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº. 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 879/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer o direito á progressão funcional por capacitação a servidora ILDA VIELEVSKI – matrícula nº. 83.852-7 – cargo Professor, que em função da conclusão de curso de aperfeiçoamento, terá avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela no Anexo da Lei Complementar nº. 140/2009, com efeitos a contar de 01 de Setembro de 2018.

Art. 2º. Proceda o Setor de Recursos Humanos as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 188 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980585

PORTARIA Nº. 188 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº. 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 580/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer o direito á progressão funcional por capacitação a servidora ALEXSANDRA BASTOS DE ANDRADE – matrícula nº. 79.944-3 – cargo Professor, que em função da conclusão de curso de aperfeiçoamento, terá avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela no Anexo da Lei Complementar nº. 140/2009, com efeitos a contar de 01 de Junho de 2018.

Art. 2º. Proceda o Setor de Recursos Humanos as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 189 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980586

PORTARIA Nº. 189 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora ANDRESSA DE FÁTIMA GONÇALVES – matrícula nº. 117.757-4, cargo de Sub Diretor – quadro pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal - 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar do dia 05/03/2019 à 31/08/2019, acostado no Atestado Médico.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 190 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980587

PORTARIA Nº. 190 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor JOÃO AUGUSTO SCHERER NETO – matrícula nº. 125.881-0, cargo de Condutor de Veículos – quadro pessoal estatutário/efetivo desta Prefeitura Municipal - 15 (quinze) dias de licença tratamento de saúde, a contar do dia 22/02/2019 à 08/03/2019, acostado no Atestado Médico.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 191 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980590

PORTARIA Nº. 191 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora MARIZETE FRANÇA MACHADO – matrícula nº. 3.530-4, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – quadro pessoal estatutário/efetivo desta Prefeitura Municipal - 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, a contar do dia 18/02/2019 à 16/02/2021, de acordo com o previsto no art. 80 da Lei Complementar nº 138/2009.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 192 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980592

PORTARIA Nº. 192 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora MIRIAM KELLI SUCHEK PIRES DE LIMA – matrícula nº. 678.511-2, cargo de Secretária de Escola – quadro pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal - 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar do dia 07/03/2019 à 02/09/2019, acostado no Atestado Médico.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 193 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980593

PORTARIA Nº. 193 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora ALESSANDRA BORGES BARBOZA – matrícula nº 690.651-2, das funções que exercia no cargo de Professor, do quadro de pessoal celetista/ACT desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 13/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 194 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980594

PORTARIA Nº. 194 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora JAQUELINE FONTES – matrícula nº 169.544-1, das funções que exercia no cargo de Assessor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Saúde a contar do dia: 15/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 195 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980595

PORTARIA Nº. 195 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor JULIO CESAR RIBEIRO HAUTH – matrícula nº 129.402-0, das funções que exercia no cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal celetista - EP desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Saúde a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 196 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980596

PORTARIA Nº. 196 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora KAROLINE EVELLIN ALVES DOS SANTOS – matrícula nº 664.600-1, das funções que exercia no cargo de Professor, do quadro de pessoal celetista - ACT desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 12/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 197 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980597

PORTARIA Nº. 197 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora NATANA MARA BUENO DA ROCHA – matrícula nº 653.950-3, das funções que exercia no cargo de Professor, do quadro de pessoal celetista - ACT desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 11/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 198 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980598

PORTARIA Nº. 198 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor ODIVAL GODOY – matrícula nº 47.520-1, das funções que exercia no cargo de Assessor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 01/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 199 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980599

PORTARIA Nº. 199 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o servidor GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT – matrícula nº 690.244-1, das funções que exercia no cargo de Médico Clínico Geral, do quadro de pessoal celetista - ACT desta Prefeitura Municipal – Secretaria da Saúde a contar do dia: 15/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 200 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980600

PORTARIA Nº. 200 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ADRIANA APARECIDA SCHATZMANN – matrícula nº. 146.870-6, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 11/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 201 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980602

PORTARIA Nº. 201 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ADRIANA MILCHEVSKY – matrícula nº. 86.452-15, para exercer suas funções no cargo de Diretor de CMEI do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 07/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 202 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980605

PORTARIA Nº. 202 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ALESSANDRA BORGES BARBOZA – matrícula nº. 690.651-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 203 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980606

PORTARIA Nº. 203 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ALIANE LESCOVITZ – matrícula nº. 644.960-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 204 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980607

PORTARIA Nº. 204 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora AMANDA CAROLINA GONÇALVES DRANSFELD – matrícula nº. 664.545-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 205 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980608

PORTARIA Nº. 205 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ANA CAROLINA BRUDNICKI – matrícula nº. 666.149-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 206 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980609

PORTARIA Nº. 206 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ANDREIA GUSMÃO NOGUEIRA – matrícula nº. 7.307-5, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 207 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980611

PORTARIA Nº. 207 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ANDRESSA PIRES SOARES – matrícula nº. 690.716-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 19/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 208 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980612

PORTARIA Nº. 208 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ARIANE CAROLINE KRAILING – matrícula nº. 186.724-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 209 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980614

PORTARIA Nº. 209 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ARIELLE PEREIRA COUTINHO – matrícula nº. 681.695-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 210 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980616

PORTARIA Nº. 210 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora BARBARA KRAILINK – matrícula nº. 612.863-3, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 211 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980617

PORTARIA Nº. 211 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora BRUNA CORREIA ANTUNES – matrícula nº. 686.913-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 212 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980619

PORTARIA Nº. 212 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora CAMILE NOVAK FRAGOSO – matrícula nº. 681.474-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 11/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 213 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980621

PORTARIA Nº. 213 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora CARLA CAVALHEIRO – matrícula nº. 613.053-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 18/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 214 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980622

PORTARIA Nº. 214 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor CELIO GALESKI JUNIOR – matrícula nº. 690.937-1, para exercer suas funções no cargo de Assessor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 18/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 215 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980623

PORTARIA Nº. 215 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora CLARICE APARECIDA MACIEL NUNES CAVALHEIRO – matrícula nº. 3.646-27, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 216 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980626

PORTARIA Nº. 216 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora CLAUDETE RODRIGUES GRAVI GONÇALVES – matrícula nº. 690.864-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 21/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 217 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980627

PORTARIA Nº. 217 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora CONSUELO FOGAÇA DE MEDEIROS – matrícula nº. 682.110-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor de Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 218 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980628

PORTARIA Nº. 218 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora CRISTINA APARECIDA BECKER DOS SANTOS CAVALHEIRO – matrícula nº. 681.709-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor de Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 219 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980634

PORTARIA Nº. 219 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora DAIANA RISSARDI DA SILVEIRA – matrícula nº. 134.074-3, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 220 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980635

PORTARIA Nº. 220 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora DAIANE DE SOUZA CRIMINACIO – matrícula nº. 176.575-4, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 19/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 221 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980636

PORTARIA Nº. 221 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora DAIANE LINS – matrícula nº. 690.783-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 21/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 222 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980637

PORTARIA Nº. 222 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora DANIELI BILITZKI – matrícula nº. 691.097-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 06/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 223 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980641

PORTARIA Nº. 223 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora DANIELI OLISKOWSKI ERZINGER – matrícula nº. 95.362-5, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 224 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980642

PORTARIA Nº. 224 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora DIULE EMANUELE DE OLIVEIRA – matrícula nº. 186.015-3, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 11/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 225 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980643

PORTARIA Nº. 225 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora DORIANE VIEIRA DOS SANTOS – matrícula nº. 690.589-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 226 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980656

PORTARIA Nº. 226 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora EDILENE MARIA STREIT DE ALMEIDA – matrícula nº. 691.402-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 227 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980657

PORTARIA Nº. 227 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ELIANE CASTILHO – matrícula nº. 165.697-3, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 228 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980658

PORTARIA Nº. 228 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ELIZA APARECIDA DE SOUZA FRANCO – matrícula nº. 79.154-13, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 229 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980659

PORTARIA Nº. 229 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ELIZETE DE FÁTIMA MACHADO DE SOUZA – matrícula nº. 652.067-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 230 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980660

PORTARIA Nº. 230 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ETHÉL MANCHALOWSKY – matrícula nº. 691.062-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 231 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980661

PORTARIA Nº. 231 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora EUNICE MÜLLER DE OLIVEIRA PROVENCY – matrícula nº. 662.453-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 232 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980663

PORTARIA Nº. 232 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora EZIQUIELI ALVES LOPES – matrícula nº. 690.384-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 233 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980664

PORTARIA Nº. 233 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora FABIANA DA VEIGA – matrícula nº. 690.724-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 11/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 234 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980665

PORTARIA Nº. 234 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora FERNANDA APARECIDA CALDAS – matrícula nº. 652.229-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 20/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 235 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980666

PORTARIA Nº. 235 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora FRANCIANE TAMARA FUCK – matrícula nº. 686.409-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 18/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 236 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980667

PORTARIA Nº. 236 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GABRIELE LISBOA – matrícula nº. 652.350-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 237 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980668

PORTARIA Nº. 237 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GABRIELI ULTHES – matrícula nº. 626.597-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 238 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980669

PORTARIA Nº. 238 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GEORGIA CRISTIANE PEREIRA DE CASTILHO – matrícula nº. 122.254-11, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 239 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980670

PORTARIA Nº. 239 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GERTRUDES RIBEIRO – matrícula nº. 616.494-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 240 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980671

PORTARIA Nº. 240 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GIANE APARECIDA MARTINS SOARES – matrícula nº. 132.896-6, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 08/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 241 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980672

PORTARIA Nº. 241 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GILLIANE NERIS MUCHINSKI – matrícula nº. 691.232-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor de Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 242 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980673

PORTARIA Nº. 242 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GILVANE FATIMA DE OLIVEIRA ADUR – matrícula nº. 105.481-8, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 08/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 243 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980675

PORTARIA Nº. 243 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GINA FALKIEVICZ MACIEL – matrícula nº. 652.121-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 244 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980676

PORTARIA Nº. 244 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GIOVANA DA ROSA GEVIESKI – matrícula nº. 146.412-4, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 245 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980678

PORTARIA Nº. 245 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GIRLENE CORREIA – matrícula nº. 136.549-8, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 246 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980679

PORTARIA Nº. 246 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GISELE APARECIDA DA SILVA – matrícula nº. 660.264-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 247 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980681

PORTARIA Nº. 247 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GISLAINE DE ARAUJO BUENO DE OLIVEIRA – matrícula nº. 682.314-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 248 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980682

PORTARIA Nº. 248 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora GISLAINE SMANGOZEVSKI – matrícula nº. 691.119-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 249 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980684

PORTARIA Nº. 249 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora HELOISA DE FÁTIMA ULTHES – matrícula nº. 187.500-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 250 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980685

PORTARIA Nº. 250 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ISABEL CRISTINA KUCHLER – matrícula nº. 97.047-8, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 251 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980686

PORTARIA Nº. 251 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora JANAINA BUENO – matrícula nº. 691.704-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 252 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980690

PORTARIA Nº. 252 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora JAQUELINE FONTES – matrícula nº. 169.544-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 253 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980692

PORTARIA Nº. 253 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora JESICA SUZANA MARCONDES RODECZ SCHIESSL – matrícula nº. 128.082-4, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 11/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 254 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980695

PORTARIA Nº. 254 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora JESSICA DE TONI CRUZ – matrícula nº. 681.407-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor de Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 255 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980696

PORTARIA Nº. 255 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora JESSICA MARA DOS PASSOS TAVARES – matrícula nº. 186.031-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 256 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980698

PORTARIA Nº. 256 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor JOÃO PEDRO HENDLER – matrícula nº. 81.689-1, para exercer suas funções no cargo de Assessor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 01/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 257 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980700

PORTARIA Nº. 257 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora JOSIANE VAZ – matrícula nº. 682.373-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 15/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 258 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980701

PORTARIA Nº. 258 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor JULIANO DE FREITAS PADILHA – matrícula nº. 163.813-5, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 259 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980703

PORTARIA Nº. 259 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora KALEANDRA GONÇALVES DE ALMEIDA DOS SANTOS – matrícula nº. 673.595-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor de Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 260 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980704

PORTARIA Nº. 260 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora KELIN DE PAULA FARIAS – matrícula nº. 140.473-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 261 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980705

PORTARIA Nº. 261 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora KELIN ROSIANE CORNELSEN IMIANOVSKI – matrícula nº. 105.074-13, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 262 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980707

PORTARIA Nº. 262 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora KEVELLIN MARINES MOREIRA DOS SANTOS PINHEIRO – matrícula nº. 690.635-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 08/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 263 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980709

PORTARIA Nº. 263 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora LAURIANE MARIA IEDRAS – matrícula nº. 682.098-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 264 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980711

PORTARIA Nº. 264 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora LETICIA DA SILVA – matrícula nº. 618.896-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 265 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980713

PORTARIA Nº. 265 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora LILIAN APARECIDA SUDOSKI – matrícula nº. 100.145-3, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 18/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 266 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980716

PORTARIA Nº. 266 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora LORIANE LATCHUKY DE OLIVEIRA – matrícula nº. 680.796-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 20/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 267 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980721

PORTARIA Nº. 267 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora LUCIANA GUIMARÃES GOMES DE LIMA – matrícula nº. 185.639-3, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 11/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 268 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980723

PORTARIA Nº. 268 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora LUCIANE CHRISOSTOMO SELEME – matrícula nº. 176.532-4, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 269 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980727

PORTARIA Nº. 269 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora LUCIMARA PEDRO KONCKEL – matrícula nº. 684.473-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 21/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 270 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980731

PORTARIA Nº. 270 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora LUCINEIA CORRÊA PREIRA – matrícula nº. 690.619-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 271 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980734

PORTARIA Nº. 271 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora MARIA APARECIDA PRUSSAK – matrícula nº. 691.437-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 272 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980738

PORTARIA Nº. 272 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora MARIA CRISTIANE DOS SANTOS HOINASKY – matrícula nº. 78.603-21, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 273 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980742

PORTARIA Nº. 273 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora MARIA JOSÉ PADILHA DA SILVA – matrícula nº. 1.090-12, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 11/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 274 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980743

PORTARIA Nº. 274 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora MARIA LUCIA MENDES – matrícula nº. 17.493-5, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 275 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980745

PORTARIA Nº. 275 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora MARISA DOS SANTOS – matrícula nº. 135.518-11, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 20/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 276 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980748

PORTARIA Nº. 276 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora MICHELE CALIXTO – matrícula nº. 682.322-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 277 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980749

PORTARIA Nº. 277 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora NEUSELI BEYERSDORFF OLSEN – matrícula nº. 173.720-3, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 278 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980751

PORTARIA Nº. 278 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor OTÁVIO HOINASKY FILHO – matrícula nº. 99.309-3, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 279 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980752

PORTARIA Nº. 279 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora PATRICIA DE MELO REZENDE – matrícula nº. 93.130-6, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 280 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980753

PORTARIA Nº. 280 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor PAULO ROBERTO GUEBERT – matrícula nº. 181.080-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 281 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980754

PORTARIA Nº. 281 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora REGIANE ROMILDA MARCONDES – matrícula nº. 690.600-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 282 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980758

PORTARIA Nº. 282 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor ROBERTO REZENDE – matrícula nº. 82.953-13 , para exercer suas funções no cargo de Diretor do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 01/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 283 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980760

PORTARIA Nº. 283 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ROSANGELA MARIA NIZER – matrícula nº. 622.397-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 284 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980762

PORTARIA Nº. 284 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ROZELI TEREZINHA CORNELSEN DE OLIVEIRA – matrícula nº. 10.057-19, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 285 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980763

PORTARIA Nº. 285 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora SABRINA MELLO – matrícula nº. 690.643-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 18/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 286 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980770

PORTARIA Nº. 286 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora SAILA ANDRIELE WOLOCHEN CORRÊA – matrícula nº. 691.380-1, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 287 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980772

PORTARIA Nº. 287 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora SANDRA MARIA BEIJE KARVAT – matrícula nº. 8.516-4, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 15/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 288 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980774

PORTARIA Nº. 288 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora SILVANIRA CORDEIRO DE OLIVEIRA – matrícula nº. 126.403-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 289 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980776

PORTARIA Nº. 289 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora SISLEINE APARECIDA DIAS – matrícula nº. 93.181-7, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 11/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 290 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980779

PORTARIA Nº. 290 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora SOLANGE SOARES DE SOUZA – matrícula nº. 89.265-7, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 291 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980781

PORTARIA Nº. 291 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora SULIANE PIRES DE LIMA – matrícula nº. 690.627-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 12/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 292 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980782

PORTARIA Nº. 292 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora TAIS REGINA DE CAMARGO – matrícula nº. 623.970-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 293 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980784

PORTARIA Nº. 293 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora TANIA GARCIA DA SILVA TORRES – matrícula nº. 169.293-2, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 15/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 294 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980787

PORTARIA Nº. 294 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora TATIANE GABRIELI LISBOA – matrícula nº. 141.380-3, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 14/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 295 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980791

PORTARIA Nº. 295 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora TATIANE JONKO – matrícula nº. 177.318-4, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 296 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980793

PORTARIA Nº. 296 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora TERESA GONÇALVES RIBEIRO MACHADO – matrícula nº. 688.690-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 15/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 297 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980795

PORTARIA Nº. 297 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora VALCI KONKEL DE PAULA – matrícula nº. 184.497-3, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 298 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980796

PORTARIA Nº. 298 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora ZENILDA DE LIMA – matrícula nº. 682.268-2, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/02/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 299 DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980797

PORTARIA Nº. 299 DE 18 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora KARINE ELAINE WENDT MARKOS – matrícula nº. 154.512-8, para exercer suas funções no cargo de Professor – aprovada no processo seletivo Edital nº. 004/2018 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 21/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 300 DE 21 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1980798

PORTARIA Nº. 300 DE 21 DE MARÇO DE 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a servidora ALESSANDRA BORGES BARBOZA – matrícula nº 690.651-2, das funções que exercia no cargo de Professor - ACT, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 13/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 303 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980807

PORTARIA Nº. 303 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a servidora ADRIELLE DA COSTA – matrícula nº 137.235-1, das funções que exercia no cargo de Coordenadora da Defesa Civil, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal a contar do dia: 20/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 304 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980808

PORTARIA Nº. 304 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o servidor FRANCISCO ALTAMIR FARIAS – matrícula nº 4.120-0, das funções que exercia no cargo de Secretário de Viação e Obras, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Viação e Obras a contar do dia: 29/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 305 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980809

PORTARIA Nº. 305 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido - Servidora KARINA FRANCO FAGUNDES – matrícula nº. 114.197-4, cargo de Conselheiro Tutelar, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, lotado no Conselho Tutelar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 20/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 306 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980810

PORTARIA Nº. 306 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor REGINALDO TEODORO DUBIELA – matrícula nº. 107.590-1, cargo de Operador de Máquina Retro Escavadeira – do quadro de pessoal efetivo/estatutário, desta Prefeitura Municipal - 45 (quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Atestado Médico a contar do dia: 13/03/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 307 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980811

PORTARIA Nº. 307 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor ALIR AGOSTINHO ADUR JUNIOR, matrícula nº 107.816-0, ocupante do cargo de Técnico Ambiental, do quadro do pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 192/2019, e, de acordo com o previsto no artigo 80 da Lei Complementar nº 138/2009, a contar do dia: 04/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 308 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980813

PORTARIA Nº. 308 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº. 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 230/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por capacitação a servidora KÁTIA REGINA FINTA ZIPPERER – matrícula nº. 618.578-1 – cargo Professor, que em função da conclusão de curso de aperfeiçoamento, terá avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela no Anexo da Lei Complementar nº. 140/2009, com efeitos a contar de 01 de Abril de 2019.

Art. 2º. Proceda o Setor de Recursos Humanos as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 309 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1980814

PORTARIA Nº. 309 DE 21 DE MARÇO DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº. 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 231/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por capacitação a servidora JOCIMARA DE AGOSTINHO DRZEVIESKI – matrícula nº. 663.050-1 – cargo Professor, que em função da conclusão de curso de aperfeiçoamento, terá avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela no Anexo da Lei Complementar nº. 140/2009, com efeitos a contar de 01 de Abril de 2019.

Art. 2º. Proceda o Setor de Recursos Humanos as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Março de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 313 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980822

PORTARIA Nº. 313 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora ANA MARIA MOREIRA LESCOWICTZ DA SILVA – matrícula nº. 141.224-3, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 18/02/2018 à 17/02/2019 sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário, e abono de férias de 1/3 (um terço), de acordo com o previsto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, com início do gozo das férias dia: 01/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 314 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980825

PORTARIA Nº. 314 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor ANESTOR LINS – matrícula nº. 7.455-7, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, do quadro de pessoal celetista/EP desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 02/06/2016 à 01/06/2017 sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário, e abono de férias de 1/3 (um terço), de acordo com o previsto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, com início do gozo das férias dia: 08/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 315 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980829

PORTARIA Nº. 315 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor CRISTIAN ROBERTO TODT – matrícula nº. 89.095-7, ocupante do cargo de Gestor, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 10/02/2016 à 09/02/2017 sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário, e abono de férias de 1/3 (um terço), de acordo com o previsto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, com início do gozo das férias dia: 01/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 319 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980848

PORTARIA Nº. 319 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor IVAN MELO – matrícula nº. 137.383-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 01/07/2017 à 30/06/2018 sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário, e abono de férias de 1/3 (um terço), de acordo com o previsto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, com início do gozo das férias dia: 10/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 320 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980858

PORTARIA Nº. 320 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor JOÃO MAURÍCIO SALVADOR – matrícula nº. 35.807-7, ocupante do cargo de Condutor de Veículos e Máquinas, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 08/03/2018 à 07/03/2019 sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário, e abono de férias de 1/3 (um terço), de acordo com o previsto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, com início do gozo das férias dia: 03/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 322 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980868

PORTARIA Nº. 322 DE 1º. DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora MARISE HATSCHBACH OSTROSKE – matrícula nº. 86.800-4, ocupante do cargo de Assessor, do quadro de pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes período de aquisição: 20/03/2018 à 19/03/2019 sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário, e abono de férias de 1/3 (um terço), de acordo com o previsto nos artigos 68 e 69 da Lei Complementar nº. 138/2009, com início do gozo das férias dia: 01/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 1º. de Abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 323 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980873

PORTARIA Nº. 323 DE 02 DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

SUSTAR a partir do dia 02/04/2019, o gozo de férias do servidor CRISTIAN ROBERTO TODT – matrícula nº. 89.095-7, cargo de Gestor, do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, referente período de aquisição: 10/02/2016 à 09/02/2017, ficando um saldo de 19 (dezenove) dias para serem gozados oportunamente de acordo com o previsto no art. 72, parágrafo único da Lei Complementar nº. 138/2009 – Portaria que concedeu as férias nº 315/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de Abril de 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 324 DE 03 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980878

PORTARIA Nº. 324 DE 03 DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora MARILETE DE FÁTIMA PEREIRA CASTILHO – matrícula nº. 8.591-11, cargo de Professor do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, 90 (noventa) dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 17/02/2010 à 16/02/2015, de acordo com o Requerimento protocolado sob o nº 196/2019, e fundamento no art. 75, da Lei Complementar nº. 140/2009, com início a contar do dia 05/04/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 325 DE 03 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980882

PORTARIA Nº. 325 DE 03 DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora KARINLIZ KRAUS DAMASO DA SILVEIRA – matrícula nº. 142.735-0, cargo de Professor do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal, 90 (noventa) dias de licença prêmio, referente período de aquisição: 01/02/2010 à 31/01/2015, de acordo com o Requerimento protocolado sob o nº 371/2019, e fundamento no art. 75, da Lei Complementar nº. 140/2009, com início a contar do dia 15/04/2018.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 326 DE 03 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980884

PORTARIA Nº. 326 DE 03 DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor CICERO TADEU CORNELSEN – matrícula nº. 102.148-2 , para exercer suas funções no cargo de Diretor Adjunto do quadro de pessoal – comissionado desta Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia: 01/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

PORTARIA Nº. 327 DE 03 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1980886

PORTARIA Nº. 327 DE 03 DE ABRIL DE 2019

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora FRANCIELLI PEREIRA BLANK – matrícula nº. 103.519-1, para exercer suas funções no cargo de Monitor Educação Especial – aprovada no processo seletivo Edital nº. 001/2019 – do quadro de pessoal celetista/ACT, desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia: 01/04/2019.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de Abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

RESOLUÇÃO 02/2019

Publicação Nº 1980448

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Criado pela Lei Municipal Nº 8.069/1990 e Lei Nº 1608/1993

Av. Rigesa, nº 240 – Centro – Fone (47) 3623-1451/5292 - CEP - 89490-000

Três Barras - Santa Catarina

RESOLUÇÃO 02/2019

Nomear a Comissão Responsável pela Organização do processo de Eleição Unificadas do Conselho Tutelar do Município de Três Barras/ Santa Catarina.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, através de sua presidente, Sra. Valdolina de Jesus Schimdt, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.172 /2015 nomeia composição da Comissão Responsável pela Organização do Processo de Eleição Unificadas do Conselho Tutelar do Município de Três Barras.

CONSIDERANDO as deliberações da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 08 de abril de 2019;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear Comissão Responsável pela Organização do Processo de Eleição para delegar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar no âmbito do Município de Três Barras – Santa Catarina, para Eleições Unificadas.

Nome	Representação
Valdolina de Jesus schimdt	Governamental
Mona Uba Dequech Denk	Governamental
Anderson Stocloska	Governamental
Suelen Priscila Pereira	Governamental
Joelma Ribeiro	Governamental
Lilian Leite Carneiro Celestino	Sociedade Civil
Raquel Cunher Vieira	Governamental
Zair Packer	Governamental

Art.2º - Estabelece as atribuições da Comissão:

- A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios;

- Diante da impugnação de candidatos ao Conselho tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe a comissão especial eleitoral:

I – notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II – realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

- Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso á plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade;

-Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial e encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público;

- Cabe ainda à Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I – realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III – analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV – providenciar a confecção de cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V – escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI – selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII – solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII – divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX – resolver os casos omissos.

- O Ministério Público será notificado com a Antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras, 08 de abril de 2019.

Valdolina de Jesus Schimdt

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CMDCA

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA Nº 092/2019

Publicação Nº 1980397

PORTARIA Nº 092/19 DE 04 DE ABRIL DE 2019

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 14 de fevereiro de 2019, a Sra. BRIGITE MOSER FALCHETTI, CPF nº 833.538.019-87, residente e domiciliada neste município, do cargo em comissão de ASSESSORA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR (I) - (CC9), conforme Portaria de nomeação nº 141/18 de 01 de outubro de 2018.

Artigo 2º - NOMEAR no dia 14 de fevereiro de 2019 a Sra. BRIGITE MOSER FALCHETTI, CPF nº 833.538.019-87, residente e domiciliada neste município, para ocupar o cargo comissionado de ASSESSORA DE CULTURA (I) - (CC9), conforme Lei Complementar nº 116/2019 de 14 de fevereiro de 2019.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 14 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE ABRIL DE 2019.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 184/19

Publicação Nº 1980588

PORTARIA 184/19 DE 09 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC).

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Art. 6º da Lei Municipal 2033 de 06 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o servidor público municipal Sr. ROBERTO CARLOS PETRI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil, Matrícula 2682, a responder como Coordenador junto a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

Art. 2º - Atribui-se ao Coordenador da COMPDEC, coordenar, organizar e executar as atividades de Proteção e Defesa Civil, no âmbito do Município e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 185/19

Publicação Nº 1980589

PORTARIA 185/19 DE 09 DE ABRIL 2019.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE A MULTA DE TRÂNSITO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Portaria 058/2005 de 09 de fevereiro de 2005.

CONSIDERANDO as inúmeras ocorrências e notificações de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º- Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento a partir do mês de abril do corrente ano, ao infrator a respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
IVANIR MATTEUSSI LEAL	QHD – 9130	S010838304	104,13

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro, será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas, a ser descontada para pagamento da multa.

Art. 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALESIO JUNG
Secretário da Saúde Interino

PORTARIA 186/19

Publicação Nº 1981280

PORTARIA 186/19 DE 09 DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 816/90 de 31 de Outubro de 1990;

CONSIDERANDO o Decreto nº 007/2003 de 05 de Fevereiro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a comissão de avaliação dos servidores públicos do Município em estágio probatório, lotados na Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, conforme abaixo descritos:

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS - Secretária da Educação e do Esporte
GLAUCIA JAQUELINE BODEMÜLLER MARCELINO - Professora
REGIANE MARIA SENES FRANZ - Professora

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de abril de 2019.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 14/2019

Publicação Nº 1980509

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 14/2019

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 14/2019, tipo de licitação MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO GLOBAL POR LOTE, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO (INTERNA E EXTERNA) PARA CEI PINGUINHO DE GENTE, CEI CINDERELA, CEI GENTE MIÚDA, CEI ARTHUR KROENKE, CEB ERICA HASSE, ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS E GINÁSIO DE ESPORTES WALTER BELL, NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 29 de Abril de 2019, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br Informações (47) 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 11 de Abril de 2019.
Geovana Gessner
Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019 CONTRATO Nº 49/2019 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO

Publicação Nº 1981606

Processo licitatório Nº 36/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019
CONTRATO nº 49/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO .

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: RENATO PAULATA, portador do RG nº 1.857.045 e CPF nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº467 neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa DEIVYS KUNRATH – ME estabelecida na Avenida Porto Alegre, nº 2323 –Casa Q70, Pioneiro, Município de Pinalzinho-SC, inscrita no CNPJ sob nº 23.351.239/0001-03, representada neste ato pelo sócio Sr. Deivys Kunrath, brasileiro, portador do CPF nº 087.989.269-26, cédula de identidade nº 4.910.296, doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE PRAZO PARA a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA A PINTURA COM TINTA EPOXI DA QUADRA POLIESPORTIVA DE LINHA FÁTIMA em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2019, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS.

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 36/2019 e Tomada de Preço nº 01/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRORROGAÇÃO PRAZO

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA A PINTURA COM TINTA EPOXI DA QUADRA POLIESPORTIVA DE LINHA FÁTIMA.

2.2 Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: 11/04/2019 à 26/04/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 10 de abril de 2019.

Renato Paulata	DEIVYS KUNRATH
Prefeito Municipal	Contratada
Contratante	sócio administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

ELÓI WINK
Presidente da Comissão de Licitação
Fiscal deste Contrato-Termo

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259-60

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 05/2019

Publicação Nº 1980831

DECRETO Nº 005/19, de 18 de Fevereiro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.361/18 (Lei Orçamentária Anual), de 13.12.2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 2.080.000,00 (dois milhões e oitenta mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

26.782.0044.2.019 – Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (080) – Aplicações Diretas \$ 1.500.000,00

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.608.0030.2.020 – Manutenção do Parque Exp. Iris Olivo/Realização Festa Colono

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (110) – Aplicações Diretas R\$ 380.000,00

15.01 – SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

13.392.0039.2.015 – Manutenção e Divulgação da Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (113) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0024 através do contrato nº 1028875-38/2016 – PM Turvo no valor de R\$ 380.000,00 e da fonte de recursos 0080 (Recurso Próprio) por excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.700.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 18 de fevereiro de 2019.

EDSON JAIR DAGOSTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 4120/2019

Publicação Nº 1980806

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 4.120/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

"O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1113/2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2019 no valor de R\$ 218.769,56 (duzentos e dezoito mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) oriundos do superávit do exercício anterior (2018), destinada a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:

ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E TURISMO

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 365 Educação Infantil

Projeto Atividade: 2.015 - Manutenção da Educação Infantil - Creche

169 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.0032	1.769,56
---	----------

Órgão: 06 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 06.03 – Fundo Municipal de Educação

FUNÇÃO: 16 Habitação - SUBFUNÇÃO: 482 Habitação Urbana

Projeto Atividade: 1.056 - Apoio ao Sistema Habitacional

163 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.03.0000	217.000,00
---	------------

TOTAL SUPLEMENTADO	218.769,56
--------------------	------------

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2018, originados das seguintes fontes de recursos:

ORIGEM DOS RECURSOS

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Código do Recurso	Código -Detalhamento	Descrição dos Recursos	Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0000	00	Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Recursos Ordinários
			217.000,00
00.03.0032	00	Sem detalhamento das destinações de recursos	Superávit - Convênios Educação - União
			1.769,56

TOTAL DE RECURSOS			218.769,56	
	Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.				
	Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.				
CELSO MATIELLO					
Prefeito Municipal					
Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.					

Urubici

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2019

Publicação Nº 1980778

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público a dispensa de licitação, conforme art. 24, XXVI, da Lei n. 8.666/93, para Contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para realização da Revisão do Plano Diretor, conforme termo de referência no anexo I do edital. CNPJ: 12.075.748/0001-32. Valor: R\$ 120.536,00 (cento e vinte mil quinhentos e trinta e seis reais). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Extrato, para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urupema

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 4/2019 - FMS

Publicação Nº 1981379

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2019

MUNICÍPIO DE URUPEMA, representado pelo Senhor(a) Evandro Frigo Pereira, Prefeito Municipal e mediante o Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 055/2018 de 31 de Agosto de 2018, tornam público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, tem por objeto o registro de preços de medicamentos, conforme especificações constantes do anexo I.

TIPO: Menor preço - Unitário

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 12/04/2019 às 09:00 horas do dia 26/04/2019

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:29 horas do dia 26/04/2019

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:30 horas do dia 26/04/2019.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, Centro,Urupema/SC, CEP 88625-000 ou através do próprio sistema

Pregoeiro(a): Luciano Anziliero

E-mail: tributos@urupema.sc.gov.br

Telefone: (049) 3236-3018

Horário: 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min.

Urupema, 11 de Abril de 2019.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

ERRATA DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2019

Publicação Nº 1980387

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO – CPLJ

Errata do EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2019
Publicado no DOM SC Nº 2790 de 02/04/2019, Pág. 1768
Onde se lê:

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado, decorrente do Processo de Licitação nº 70/2018 Pregão Presencial 58/2018 - Ata de Registro de Preços nº 19/2018, 20/2018, 21/2018, 22/2018, 23/2018, 24/2018, 25/2018, 26/2018, 27/2018 e 28/2018, visando registrar preço para aquisição parcelada de material de limpeza, higienização, copa e equipamentos de trabalho para limpeza, novos e de boa qualidade.
Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2681 de 16/11/2018, Pág. 1938, 1939, 1940, 1941.

Leia-se:
Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado, decorrente do Processo de Licitação nº 90/2018 Pregão Presencial 76/2018 - Ata de Registro de Preços nº 21/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de serviços de torno, solda, freza e plaina, de boa qualidade.
Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 457,458,459,460,461.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 1981160

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019
CONCEDE O TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADANIA BENEMÉRITA DE URUSSANGA AO SENHOR IVO MACCARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É concedido, nos termos do Decreto Legislativo nº 09, de 27 de agosto de 2003, o Título Honorífico de Cidadania Benemerita de Urussanga ao senhor Ivo Maccari, pelos serviços prestados a Comunidade do Rio América no Município de Urussanga, ao longo dos seus 78 anos de vida.

Art. 2º A Mesa da Câmara providenciará para que a Honraria de que fala este Decreto Legislativo se dê em sessão solene e pública.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 9 de abril de 2019.
Vereador Gilson Casagrande
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos nove dias do mês de abril de dois mil e dezenove.

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2019

Publicação Nº 1981179

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2019

OUTORGA TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE URUSSANGA AO SENHOR CRISTIANO ZANETTA DE MATOS – “O BATMAN DO BRASIL”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º É outorgado, nos termos da alínea “a”, inciso I, do Decreto Legislativo nº 47/95, o Título Honorífico de Cidadão Honorário, ao Senhor Cristiano Zanetta de Matos – “O BATMAN DO BRASIL”, pelas relevantes ações sociais e comunitárias, prestadas tanto para os munícipes de Urussanga como também para todos os demais cidadãos catarinenses, levando alegria e motivação a pessoas com câncer e depressão, transfigurando-se no personagem heroico, a fim de que tenham força para lutar por suas vidas.

Art. 2º A Mesa da Câmara providenciará para que a Honraria de que fala este Decreto Legislativo se dê em sessão solene e pública.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 9 de abril de 2019.

Vereador Gilson Casagrande

Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio

Vice-Presidente

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos nove dias do mês de abril de dois mil e dezenove.

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2019

Publicação N° 1980388

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial N° 29/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal n.º 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no 25 de Abril de 2019, às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de materiais para construção, jardinagem e pintura, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão N° 29/2019. Informações complementares serão prestadas através do e-mail compras@vargeao.sc.gov.br, fone fax (0**49) 3050-5500, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 10 de Abril de 2019.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 020/2019 IL 003/2019

Publicação Nº 1981187

ATA DE REVISÃO DO JULGAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 003/2019

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Rural

Considerando a apresentação do Ato de Revisão do Julgamento da Chamada Pública nº 003/2019, emitida pela Comissão Municipal de Licitações, acerca da revisão do resultado, adequando-o aos critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público;

Considerando que a nova ordem de classificação do Grupo 2 – Do Território, da Chamada Pública nº 003/2019 altera a Classificação do resultado da Inexigibilidade nº 003/2019;

Considerando que a causa que originou a alteração da Classificação foi uma falha na interpretação da forma de julgamento das propostas, já demonstrada na Ata de Revisão do Julgamento da Chamada Pública, não sendo identificando nenhum vício que contaminasse o procedimento, ou falhas na apresentação das propostas ou documentos de habilitação dos concorrentes;

Considerando que o ato foi regularizado pela Comissão, adequando o resultado aos critérios estabelecidos no Edital;

Considerando que a administração pode rever seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, visando atender o interesse público;

Considerando que até o momento não foram concluídos, de todo, os procedimentos administrativos decorrentes do Chamamento Público e da Inexigibilidade;

Considerando o exposto, sugerimos à Autoridade Superior, a alteração da Homologação e Adjudicação do resultado da Inexigibilidade nº 003/2019, que passa a ter a seguinte Classificação:

1º) Do Município:

a) Cooperativa Mista Sabor e Arte de Vargem Bonita e Região - COOSABONITA, com sede na localidade de Coração no município de Vargem Bonita – SC;

Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

2º) Território:

1º) Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial de Jaborá – Coperjaborá, com a Rod. SC 463, Km 14,5, na cidade de Jaborá – SC; Itens: 16, 18, 20, 21, 22, 23 e 24.

2º) Cooperativa dos Agricultores Familiares de Santa Catarina- Coaaf-SC, com sede a Rua Leonidas das Favero, 2555, na cidade de Concórdia – SC;

Itens: 17 e 19.

É o Parecer.

Vargem Bonita, 08 de Abril de 2019.

LUIS FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Municipal de Licitações

ANEXO À ATA DE REVISÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 003/2019

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

NOVO QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS DE PREÇO APÓS REVISÃO DO JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2019

Item	ESPECIFICAÇÃO	Qdde	Unid	Preço Unit. Ref.	Pregos Cotados			
					Local	Território	Território	Estado
					Coosa Bonita V.B.	Cooper Jaborá	Cooaf-SC Concórdia	Sabor Colonial
01	Aipim descascado. Embalagem de 01 Kg.	350	Kg	6,00	NC	6,00	6,00	6,00
02	Farinha de milho, de boa qualidade, em embalagens de 5 kg.	200	Kg	3,00	NC	3,00	3,00	3,00
03	Bolacha caseira variada.	250	Kg	15,00	16,00	15,00	15,00	NC

04	Bolacha caseira sem lactose	100	Kg	15,00	16,00	NC	NC	NC
05	Bolacha caseira sem ovos	100	Kg	15,00	16,00	NC	NC	NC
06	Bolacha de Fubá	250	Kg	15,00	17,00	15,00	15,00	NC
07	Bolacha de maisena	250	Kg	15,00	18,00	15,00	15,00	NC
08	Cuca caseira, sem recheio.	500	Un	10,00	10,00	10,00	10,00	NC
09	Cuca caseira, com recheio.	500	Un	10,00	10,00	10,00	10,00	NC
10	Cuca caseira, com recheio, sem lactose e/ou sem ovos.	200	Un	10,00	10,00	NC	NC	NC
11	Macarrão caseiro	400	Kg	8,00	9,00	8,00	NC	NC
12	Macarrão caseiro sem ovos – Sêmola	400	Kg	8,00	NC	NC	NC	NC
13	Macarrão caseiro integral	100	Kg	10,00	NC	NC	NC	NC
14	Lasanha	400	Kg	16,00	16,00	NC	NC	NC
15	Tortéi	400	Kg	16,00	16,00	NC	NC	NC
16	Pão caseiro, peso aprox. de 700gr.	400	Un	7,00	7,00	7,00	7,00	NC
17	Pão de beterraba, aprox. 500gr.	100	Un	7,00	7,00	NC	NC	NC
18	Pão de cenoura, aprox.. 500gr.	100	Un	7,00	7,00	NC	NC	NC
19	Nhoque de batata doce.	400	Kg	10,00	11,00	NC	NC	NC
20	Queijo tipo colonial	250	Kg	21,00	NC	NC	21,00	NC
21	Ovos de galinha, amarelo.	750	Dz	5,00	NC	5,00	5,00	5,00
22	Doce em Pasta, (Chimia), 700gr, sabores Uva, Figo, Goiaba, Pêssego e Morango.	200	Un	13,00	14,00	13,00	13,00	NC
23	Geleias, 700gr. Sabores Uva, Pêssego, Morango e outras.	200	Kg	13,00	14,00	13,00	13,00	NC
24	Iogurte, sabor Morango.	3000	Lt	5,90	NC	NC	5,90	5,90
25	Suco natural de uva concentrado. Embalagem de 1,5 Litros	500	Lt	18,00	NC	18,00	NC	18,00
26	Carne bovina em cubos (3x3), sem gordura, resfriada, sem osso, embalada em filme PVC.	500	Kg	19,00	NC	19,00	19,00	19,00
27	Carne bovina moída, Tipo 1, sem gordura, resfriada, sem osso, embalada em filme PVC. Acondicionada em embalagem de 01 Kg.	600	Kg	18,00	NC	18,00	18,00	18,00
28	Músculo bovino 1ª qualidade, cortado em cubos. Embalado a vácuo, embalagem de 03 kg.	500	Kg	15,90	NC	15,90	15,90	NC
29	Pernil suíno desossado, 1ª qualidade, cortado em cubos (3x3). Embalado a vácuo, embalagem de 03 kg.	600	Kg	16,00	NC	16,00	16,00	16,00

30	Pernil suíno moído, 1ª qualidade com inspeção SIF, SIE, SIM, procedência impressa na embalagem, informação nutricional, com no máximo 16% de gordura e congelado.	400	Kg	15,35	NC	15,35	15,35	15,35
----	---	-----	----	-------	----	-------	-------	-------

LICITANTES VENCEDORES PELA REVISÃO ATUAL Vargem Bonita, 08 de Abril de 2019.

LUIZ FERNANDO BARBOSA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2019 - TUBOS

Publicação Nº 1981145

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2019

OBJETO: EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE TUBOS PRÉ-MOLDADOS EM CONCRETO, BITOLAS 1,00x1,50mt PA2 e 2,00x1,00mt PA2, DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BUEIROS E DRENAGENS NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2019 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 37/2019, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 2.130/2013, de 29 de abril de 2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no município e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS PARA FASE DE LANCES: dia 25/04/2019, às 09:00 horas

LOCAL: Gabinete da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 10 de abril de 2019

EDUARDO THECHRIN

Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 16.303/19

Publicação Nº 1981067

DECRETO Nº 16.303/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Exonera Chefe da Casa Lar

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/19,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de abril de 2019, JOCIANE OLIVEIRA DUTRA, nomeada para exercer o cargo comissionado de Chefe da Casa Lar, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.304/19

Publicação Nº 1981065

DECRETO Nº 16.304/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Chefe da Casa Lar

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOCIANE OLIVEIRA DUTRA, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Casa Lar, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.307/19

Publicação Nº 1981028

DECRETO Nº 16.307/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Exonera Assessor de Projetos Educacionais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/19,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 3 de abril de 2019, TATIANE CRISTINA BIAVA DALLA COSTA, nomeada para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos Educacionais, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.309/19

Publicação Nº 1981030

DECRETO Nº 16.309/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 8178/2019,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto nº 11.809/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.310/19

Publicação Nº 1981059

DECRETO Nº 16.310/19, DE 9 DE ABRIL DE 2019.

Exonera Secretário Adjunto de Serviços Urbanos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 7 de abril de 2019, LUIZ GABRIEL FIANCO, do cargo comissionado de Secretário Adjunto de Serviços Urbanos, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 7 de abril de 2019.

Videira, 9 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.311/19

Publicação Nº 1981055

DECRETO Nº 16.311/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUCIANO LUIZ CAMPOLIM DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.312/19

Publicação Nº 1981069

DECRETO Nº 16.312/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSANGELA GOMES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.313/19

Publicação Nº 1981057

DECRETO Nº 16.313/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSEANE TIBES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.314/19

Publicação Nº 1981027

DECRETO Nº 16.314/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EDILIA SALETE CORREA NILSEN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.315/19

Publicação Nº 1981060

DECRETO Nº 16.315/19, DE 9 DE ABRIL DE 2019.

Exonera Diretor de Manutenção e Preservação do Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 7 de abril de 2019, LAURI PIGOZZO, do cargo comissionado de Diretor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 7 de abril de 2019.

Videira, 9 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.317/19

Publicação Nº 1981061

DECRETO Nº 16.317/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Motorista

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FERNANDO IRINEU BERTO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.318/19

Publicação Nº 1981076

DECRETO Nº 16.318/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Torna sem efeito o Decreto nº 16.123/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8297/2019,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 16.123/19, que nomeou KARINE FATIMA LYKO, para exercer o cargo de Odontólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.319/19

Publicação Nº 1981075

DECRETO Nº 16.319/19, DE 09 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Odontólogo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JEAN KARLO ROHLING, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Odontólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.322/19

Publicação Nº 1981071

DECRETO Nº 16.322/19, DE 9 DE ABRIL DE 2019.

Exonera Assessor de Trânsito

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/19,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 15 de abril de 2019, EUNIR ANTONIO PAGNUSSATTI, nomeado para exercer o cargo comissionado de Assessor de Trânsito, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de abril de 2019.

Videira, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.323/19

Publicação Nº 1981023

DECRETO Nº 16.323/19, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JESSICA ANDRESSA ZAGO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 16.324/19

Publicação Nº 1981070

DECRETO Nº 16.324/19, DE 10 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Membros para o Grupo de Trabalho de Educação Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto nº 16.261/19,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o Grupo de Trabalho de Educação Especial:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação Infantil que atuam assessoria pedagógica da Educação Infantil:

- a) Mirian de Miranda Girardi
- b) Keli Cristina Mezaroba Dalpizzol

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação Infantil que atuem na assessoria pedagógica do Ensino Fundamental:

- a) Camila Regina Rostirola
- b) Francélia Fortes
- c) Mara Lucia Secchi Mezaroba

III - Representantes do Centro de Atendimento Especializado Tiago Scopel:

- a) Ironilda Strapazzon
- b) Marcia Guzela
- c) Tatiana Sueli Back

IV - Representantes das Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE):

- a) Fabiana Bruschi Barbosa Colissi
- b) Wilmair Auxiliadora Pontes Campos

V - Professor representante da Educação Infantil:

- a) Vanice Frarão

VI - Professor representante do Ensino Fundamental:

- a) Veridiana Zanetti

VII - Representantes dos orientadores educacionais das Escolas de Ensino Fundamental:

- a) Ana Carolina Zitterell
- b) Vanda Marisa Christani Agostini

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2019 - PMV

Publicação Nº 1980766

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA PARA EFETUAR A REVISÃO OBRIGATÓRIA DOS 36.000 KM DE UTILIZAÇÃO DO CAMINHÃO CAÇAMBA MODELO FORD/CARGO 2629 6X4, PLACAS QIY1579 SOB O NÚMERO IMOBILIZADO 40313, DE USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR: R\$ 3.171,32 (três mil, cento e setenta e um reais e trinta e dois centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.
Videira - SC, 10 de Abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0425/19

Publicação Nº 1981039

PORTARIA nº 0425/19
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7999/2019,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARISA ROSANE DELANI, Professora, a partir de 5 de maio de 2019 até 5 de agosto de 2019, referente ao quinquênio de 6 de julho de 2008 até 5 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 5 de maio de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0426/19

Publicação Nº 1981037

PORTARIA nº 0426/19

Designa Arnaldo Posanske para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Designar ARNALDO POSANSKE, Técnico em Agrimensura, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 8 de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0427/19

Publicação Nº 1981044

PORTARIA nº 0427/19

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar IVANOR LUCAS DE MELLO, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível IV, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0428/19

Publicação Nº 1981042

PORTARIA nº 0428/19

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CAMILA ORTIGARA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0429/19

Publicação Nº 1981035

PORTARIA nº 0429/19
Revoga a Portaria nº 1359/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1359/18, que designa JESSICA PRIGOL, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível IV, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0430/19

Publicação Nº 1981047

PORTARIA nº 0430/19
Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JESSICA PRIGOL, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de abril de 2019.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0431/19

Publicação Nº 1980883

PORTARIA nº 0431/19

Autoriza o Uso da Praça do Lazer

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8309/2019;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso da Praça do Lazer, no dia 13 de abril de 2019, no período das 9h00min às 16h00min, por Pladisa Planos de Saúde LTDA, para realização de um "Dia D da Saúde".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019 - FMS

Publicação Nº 1981378

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019 – FMS

A Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2019 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE KITS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS NAS FESTAS E EVENTOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 29/04/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 11 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019 - PMV

Publicação Nº 1980336

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019 – PMV
REGISTRO DE PREÇOS

A Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 41/2019 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO "MARMITEX" PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NA SECRETARIA DE DESENV. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E REALIZAM SUAS ATIVIDADES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 26/04/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 10 de abril de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019 - PMV

Publicação Nº 1981318

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A ETAPA 01 DA REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL, SITUADO A AVENIDA MANOEL ROQUE, N. 188, COM ÁREA DE REFORMA DE 547,78M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, BAIRRO ALVORADA, CONFORME PROJETO BÁSICO, a Comissão Permanente de Licitações INABILITA a empresa Construtora Civile Eireli, e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Felipe Bruschi Engenharia Ltda – ME, J. Lopes Construções Ltda EPP, B&P Construtora EIRELI, GL Construtora e Incorporadora Ltda, Edson Pereira Metalúrgica e Construtora, Construlacer Comércio e Construções Lacerdópolis EIRELI e WA Construções e Serviços. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 10 de abril de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 102/2019

Publicação Nº 1980518

PORTARIANº 102/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve ALTERAR CONTRATO:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSANGELA APARECIDA VIEIRA ROZA
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 101/2019, de 08 de abril de 2019, passando a substituir a servidora Ryse Alves dos Santos, afastada para tratamento de saúde, a partir de 10 de abril de 2019 permanecendo na vaga durante o período de afastamento da servidora.

O local de trabalho será na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente e Secretaria de Saúde.

A partir de 10/04/2019 a servidora não exercerá sua função na EM Salto Dollmann.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 10 de abril de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE ABRIL DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 103/2019

Publicação Nº 1980618

PORTARIANº 103/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 39, inciso II, da Lei Municipal nº 880/2014, de 05 de maio de 2014, férias ao conselheiro tutelar abaixo relacionado, conforme cronograma estipulado:

Nome Conselheiro	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Izabel Chiminelli	10/01/2018	a	09/01/2019	10/04/2019	a	09/05/2019

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 10 de abril de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE ABRIL DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 104/2019

Publicação Nº 1980640

PORTARIANº. 104/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JULIANA KNEVITZ DE SOUZA PAULO

Cargo: FARMACÊUTICO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 15 (quinze) dias de férias, pelo período de 15/04/2019 a 29/04/2019, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de abril de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE ABRIL DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0046/2019

Publicação Nº 1980533

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0046/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Detentor da Ata: MARCOS ANTONIO DA LUZ ME

Objeto: Registro de Preços para contratação de Prestação de Serviços Futuros e Parcelados de lavagem, centrifugação, secagem, passagem e dobragem de roupas hospitalares (lençóis, fronhas, campos simples e fenestrados, toalhas, cobertores e travesseiros), para atender as unidades da Secretaria Municipal de Saúde e Pronto Atendimento do Município de Xanxerê, na quantidade estimada constante do ANEXO I.

Item	Descrição	Quant	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Lavagem lençol	6000	2,98	17.880,00
02	Lavagem fronhas	2400	1,98	4.752,00
03	Lavagem campos (simples e fenestrado)	6000	1,98	11.880,00
04	Lavagem toalha	2400	1,98	4.752,00
05	Lavagem cobertor	600	2,98	1.788,00
06	Lavagem travesseiro	600	2,98	1.788,00
	TOTAL R\$			42.840,00

Valor total: R\$ 42.840,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de abril de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 251/2019

Publicação Nº 1980489

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 251/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e Lei HW 1.776/91 Art. 78 e Decreto nº AJG 186/96.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 15.04.2019 a 14.05.2019 a Servidora Pública Municipal a Sra. MARIVANE BONATO MORENO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.182.914 e CPF nº 021.409.879-69, nomeada conforme Decreto nº AM 129/03 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº AM 147/2017 no cargo de PROFESSOR NÍVEL 1, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal De Educação.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

20.03.2017 a 19.03.2018 = 30 dias referente ao Decreto nº AM 129/03.

24.04.2017 a 23.03.2018 = 30 dias referente ao Decreto nº AM 147/2017.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 09 de Abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 252/2019

Publicação Nº 1980491

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 252/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 17.04.2019 A 16.05.2019 ao Servidor Público Municipal Sr. MODESTO DE MARTINI, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 1.872.840 e CPF nº 552.166.929-91, nomeado conforme Decreto nº AM 127/03, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
17.03.2018 a 16.03.2019 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 10 de Abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 025/2019 PMXV

Publicação Nº 1981081

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 025/2019 – Pregão Presencial nº 019/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de Equipamentos Agrícolas novos para o município de Xavantina/SC, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital, referente aos contratos de repasse OGU nº 871313/2019, Operação 1055121-84 – Programa Fomento ao Setor Agropecuário – Aquisição de patrulha agrícola mecanizada.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/139838>

Xavantina, 10 de abril de 2019.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: MAIRA LUCIA ALTENHOFEN
TACIANE CAON
CLANCELISE B. DALL BELLO

COMUNICADO RECEBIMENTO DE RECURSOS

Publicação Nº 1980331

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, nesta cidade de Xavantina, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais e demais interessados o crédito de recursos financeiros, em 04/04/2019, no valor de R\$ 88.062,62 (oitenta e oito mil, sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos) depositados na Caixa Econômica Federal, em conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 871313/2018 – Operação 1055121-84, firmado com o Município de Xavantina, assinado em 26/07/2018, no âmbito do Programa PRODESA, sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem por objeto a Aquisição de patrulha agrícola mecanizada.

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.0012/2019

Publicação Nº 1980970

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.0012/2019

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de sementes de aveia preta, para atendimento a produtores do Município de Xaxim/SC que produzam e comercializem leite, de acordo com o Programa Municipal de Melhoramento de Pastagens de Verão e de Inverno da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de acordo com a Lei Municipal nº 4.330, de 27 de abril de 2018.

Fornecedor:

Item	Empresa
1	BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI

Valor Total estimado da Ata: R\$ 24.375,00 (vinte e quatro mil e trezentos e setenta e cinco reais).

Vigência do Registro de Preço: 05/04/2019 a 05/04/2020.

Licitação: Processo de Compra 037/2019 - Pregão Presencial para Registro de Preços 015/2019

Xaxim/SC, 05 de abril de 2019. LIRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0027/2019 DE 29 DE MARÇO DE 2019 - DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA CONTABILIDADE MUNICIPAL PARA FINS DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL.

Publicação Nº 1980394

DECRETO Nº 0027/2019 DE 29 DE MARÇO DE 2019.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA CONTABILIDADE MUNICIPAL PARA FINS DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, e, ainda:

Considerando que a antiga Chefe de Departamento de Contabilidade está sendo investigada em Processo Administrativo Disciplinar e suspenso preventivamente;

E, considerando ainda, que o único contador do Município foi também suspenso preventivamente enquanto tramita sindicância administrativa em seu desfavor;

E, por fim, considerando que a Contabilidade Municipal não pode ficar desprovida de contador até que se faça processo seletivo simplificado ou equivalente,

DECRETA:

Art. 1º: Fica declarada situação de emergência na Contabilidade do Município de Zortéa, ante a suspensão preventiva do Contador Efetivo do Município por motivo de Sindicância Administrativa.

Art. 2º: Neste cenário, considerando a natureza indispensável do Contador, o caráter personalíssimo da prestação do serviço e o prejuízo que a ausência de Contador pode acarretar, reconhecida a presente situação de emergência, fica determinada a contratação de Contador em Caráter Emergencial até que se proceda o devido processo seletivo e ou concurso público.

Art. 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 29 de março de 2019.

BIRAJARA CESA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Associações

AMERIOS

AMERIOS BALANCETE MARÇO 2019

Publicação Nº 1980728

Associação dos Municípios do Entre-Rios Balancete de Verificação de 01/03/2019 a 31/03/2019

Página: 1

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
19	01	ATIVO	2.775.412,17	157.758,32	140.685,65	2.792.484,84
27	01.01	ATIVO CIRCULANTE	425.048,67	157.758,32	140.685,65	442.121,34
35	01.01.01	DISPONIBILIDADES	425.048,67	156.352,54	139.279,87	442.121,34
43	01.01.01.01	BANCO DO BRASIL S.A AG 858-3 CTA 3315-4	11.166,95	154.625,17	139.279,87	26.512,25
51	01.01.01.03	CEF AG 1077 CTA 003.00001127-1	1.137,22	0,00	0,00	1.137,22
55	01.01.01.04	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl RF LP 30 Mil	69.860,94	285,89	0,00	70.146,83
5290	01.01.01.05	B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl. RF LP 90 Mil	342.021,47	1.441,48	0,00	343.462,95
5347	01.01.01.06	B.B AG 858-3 C/3315-4 Poupança	862,09	0,00	0,00	862,09
110	01.01.02	Creditos	0,00	1.405,78	1.405,78	0,00
115	01.01.02.02	Valores a Restituir	0,00	1.405,78	1.405,78	0,00
345	01.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.350.363,50	0,00	0,00	2.350.363,50
418	01.02.06	IMOBILIZADO	2.350.363,50	0,00	0,00	2.350.363,50
426	01.02.06.01	Imóveis	500.004,67	0,00	0,00	500.004,67
434	01.02.06.02	Móveis e Utensílios	153.699,00	0,00	0,00	153.699,00
442	01.02.06.03	Veículos	104.251,39	0,00	0,00	104.251,39
450	01.02.06.04	Máquinas e Equipamentos	19.155,91	0,00	0,00	19.155,91
469	01.02.06.05	Equipamento de Informática	111.673,38	0,00	0,00	111.673,38
477	01.02.06.08	Predio	1.459.929,15	0,00	0,00	1.459.929,15
3190	01.02.06.11	Demais Bens Moveis	1.650,00	0,00	0,00	1.650,00
507	02	PASSIVO	2.722.262,11	139.262,89	139.235,25	2.722.234,47
515	02.01	PASSIVO CIRCULANTE	537,98	139.262,89	139.235,25	510,34
531	02.01.02	FORNECEDORES	0,00	25.285,89	25.285,89	0,00
4073	02.01.02.04	Adyr Jorge Wildner	0,00	420,48	420,48	0,00
4081	02.01.02.05	Laudivan Palinski	0,00	70,00	70,00	0,00
4090	02.01.02.06	Geoterra Serviços Topograficos s/s Ltda	0,00	9.150,00	9.150,00	0,00
4138	02.01.02.10	Celelesc Distribuidora	0,00	1.663,15	1.663,15	0,00
4146	02.01.02.11	Casan	0,00	183,66	183,66	0,00
5762	02.01.02.116	Telefonica Brasil S.A	0,00	575,19	575,19	0,00
5835	02.01.02.123	Clinica Agostini Ltda	0,00	198,00	198,00	0,00
4162	02.01.02.13	Oi S.A	0,00	493,02	493,02	0,00
6009	02.01.02.134	Elizangela Simone Canzi	0,00	548,90	548,90	0,00
4170	02.01.02.14	Infopoint Comercio de Equipamentos	0,00	1.982,60	1.982,60	0,00
6114	02.01.02.140	Base Monitoramento Ltda	0,00	277,93	277,93	0,00
6130	02.01.02.141	CERAÇA Cooperativa de Infra Estrutura Val	0,00	471,44	471,44	0,00
6203	02.01.02.146	Anderson Lucas Jung 09143693938	0,00	30,00	30,00	0,00
6220	02.01.02.147	Justiça do Trabalho	0,00	271,37	271,37	0,00
4219	02.01.02.18	MHNET Telecomunicações Eireli	0,00	189,90	189,90	0,00
4480	02.01.02.37	Keli Fernanda Luiz	0,00	620,00	620,00	0,00
4774	02.01.02.54	Santa Catarina Informatica Ltda	0,00	340,40	340,40	0,00
5045	02.01.02.71	Criativa Embalagens Ltda	0,00	765,48	765,48	0,00
5142	02.01.02.80	Arnildo Luiz Kollet Soc. Individual de Ad	0,00	7.034,37	7.034,37	0,00
558	02.01.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	78,87	44.384,42	44.374,64	69,09
566	02.01.03.01	Cofins , PIS e CSLL a Recolher	0,00	16,60	16,60	0,00
574	02.01.03.02	Cofins S/Rendimentos a Recolher	71,09	71,09	69,09	69,09
590	02.01.03.04	Irrf a Recolher	0,00	9.462,22	9.462,22	0,00
604	02.01.03.05	Inss a Recolher	0,00	27.166,96	27.166,96	0,00
612	02.01.03.06	Fgts a Recolher	0,00	6.801,94	6.801,94	0,00
625	02.01.03.08	Iss a Recolher	7,78	16,85	9,07	0,00
4618	02.01.03.09	Pis S/ Folha a Recolher	0,00	848,76	848,76	0,00
639	02.01.04	CONTAS A PAGAR	459,11	69.592,58	69.574,72	441,25
640	02.01.04.01	Salários	0,00	68.906,64	68.906,64	0,00
4340	02.01.04.12	Contribuição AABB	0,00	164,00	164,00	0,00
4359	02.01.04.13	Seguros de Vida	459,11	521,94	504,08	441,25
795	02.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.721.724,13	0,00	0,00	2.721.724,13
817	02.03.02	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	813.851,35	0,00	0,00	813.851,35
820	02.03.02.01	Imóveis	813.851,35	0,00	0,00	813.851,35
850	02.03.04	RESULTADOS SOCIAIS	1.907.872,78	0,00	0,00	1.907.872,78
875	02.03.04.03	Superávit/déficit do exercício	1.907.872,78	0,00	0,00	1.907.872,78
892	03	RECEITAS	(306.834,06)	0,00	156.328,37	(463.162,43)
906	03.01	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIADOS	(302.855,63)	0,00	153.981,00	(456.836,63)
914	03.01.01	Município de Bom Jesus do Oeste	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
2160	03.01.01.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
922	03.01.02	Município de Caibi	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
2194	03.01.02.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
930	03.01.03	Município de Cunhatai	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
2224	03.01.03.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
949	03.01.04	Município de Cunha Porã	(16.096,38)	0,00	8.183,89	(24.280,27)
2259	03.01.04.01	Contribuições Mensais	(16.096,38)	0,00	8.183,89	(24.280,27)

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

10/04/2019 09:38:15



Associação dos Municípios do Entre-Rios

Balancete de Verificação de 01/03/2019 a 31/03/2019

Página: 2

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
957	03.01.05	Município de Flor do Sertão	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
2283	03.01.05.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
965	03.01.06	Município de Iraceminha	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
2313	03.01.06.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
973	03.01.07	Município de Maravilha	(85.549,15)	0,00	43.495,79	(129.044,94)
2348	03.01.07.01	Contribuições Mensais	(85.549,15)	0,00	43.495,79	(129.044,94)
981	03.01.08	Município de Modelo	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
2372	03.01.08.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
990	03.01.09	Município de Palmitos	(18.428,48)	0,00	9.369,60	(27.798,08)
2402	03.01.09.01	Contribuições Mensais	(18.428,48)	0,00	9.369,60	(27.798,08)
1007	03.01.10	Município de Riqueza	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
2437	03.01.10.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
1010	03.01.11	Município de Saltinho	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
2461	03.01.11.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3204	03.01.12	Município de Saudades	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3212	03.01.12.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3263	03.01.13	Município de Sta Terezinha do Progresso	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3271	03.01.13.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3328	03.01.14	Município S.M. da Boa Vista	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3336	03.01.14.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3387	03.01.15	Município de Tigrinhos	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3395	03.01.15.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3441	03.01.16	Município Romelandia	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3450	03.01.16.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3506	03.01.17	Município de Campo Ere	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
3514	03.01.17.01	Contribuições Mensais	(13.055,83)	0,00	6.637,98	(19.693,81)
1040	03.05	OUTRAS RECEITAS	(500,00)	0,00	620,00	(1.120,00)
5436	03.05.01	OUTRAS RECEITAS	(500,00)	0,00	620,00	(1.120,00)
1060	03.05.01.04	Recuperação de despesas	0,00	0,00	120,00	(120,00)
1080	03.05.01.08	Receitas Diversas - Aluguel ARIS	(500,00)	0,00	500,00	(1.000,00)
1147	03.06	RECEITAS PATRIMONIAIS	(3.478,43)	0,00	1.727,37	(5.205,80)
5444	03.06.01	RECEITAS PATRIMONIAIS	(3.478,43)	0,00	1.727,37	(5.205,80)
1155	03.06.01.03	Rendimentos de Aplicação	(3.478,43)	0,00	1.727,37	(5.205,80)
1252	04	CUSTOS E DESPESAS	(253.684,00)	139.228,06	0,00	(392.912,06)
1406	04.02	DESPESAS COM PESSOAL	(137.419,21)	85.876,00	0,00	(223.295,21)
5487	04.02.01	DESPESAS COM PESSOAL	(137.419,21)	85.876,00	0,00	(223.295,21)
1422	04.02.01.02	Ordenados e Salários	(131.944,45)	83.422,58	0,00	(215.367,03)
1449	04.02.01.04	Férias	(5.474,76)	2.159,01	0,00	(7.633,77)
1457	04.02.01.05	13º Salário	0,00	294,41	0,00	(294,41)
3115	04.03	Obrigações Patronais	(59.697,11)	27.801,46	0,00	(87.498,57)
5495	04.03.01	OBRIGACOES PATRONAIS	(59.697,11)	27.801,46	0,00	(87.498,57)
1465	04.03.01.02	Inss	(43.603,70)	20.150,76	0,00	(63.754,46)
1473	04.03.01.03	Fgts	(14.718,55)	6.801,94	0,00	(21.520,49)
1481	04.03.01.04	Pis/Pasep	(1.374,86)	848,76	0,00	(2.223,62)
1546	04.04	FORNECEDOR / PRESTADOR TERCEIROS	(14.117,18)	7.058,59	0,00	(21.175,77)
5509	04.04.01	FORNECEDOR/PRESTADOR TERCEIROS	(14.117,18)	7.058,59	0,00	(21.175,77)
1562	04.04.01.03	Pessoa Jurídica	(14.117,18)	7.058,59	0,00	(21.175,77)
1570	04.05	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(15.231,72)	8.005,82	0,00	(23.237,54)
5517	04.05.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(15.231,72)	8.005,82	0,00	(23.237,54)
1880	04.05.01.01	Luz	(3.816,47)	1.663,15	0,00	(5.479,62)
1885	04.05.01.02	Água e Esgoto	(334,96)	183,66	0,00	(518,62)
1902	04.05.01.03	Telefone	(2.073,27)	1.068,21	0,00	(3.141,48)
1589	04.05.01.04	Combustíveis	(364,58)	471,44	0,00	(836,02)
1597	04.05.01.05	Manutenção de Veículos	(1.765,65)	30,00	0,00	(1.795,65)
1915	04.05.01.06	Material de Escritório	0,00	548,90	0,00	(548,90)
1619	04.05.01.08	Manutenção Informática	(405,00)	0,00	0,00	(405,00)
1920	04.05.01.10	Material de Higiene e Limpeza	(333,67)	915,42	0,00	(1.249,09)
1990	04.05.01.11	Mantimentos para Copa	(178,31)	260,64	0,00	(438,95)
1985	04.05.01.12	Locação de Sistemas Informatizados	(714,00)	357,00	0,00	(1.071,00)
4650	04.05.01.17	Material de Expediente	(1.057,70)	56,00	0,00	(1.113,70)
4049	04.05.01.22	Vigilância e Monitoramento	(574,00)	287,00	0,00	(861,00)
4308	04.05.01.23	Despesas com Internet	(379,80)	189,90	0,00	(569,70)
4677	04.05.01.25	Despesas com Medicina Segurança Trabalho	(396,00)	198,00	0,00	(594,00)
4723	04.05.01.26	Materiais Elétricos	(416,65)	9,90	0,00	(426,55)
4910	04.05.01.29	Serviços de Impressão de Cópias	(2.419,46)	1.766,60	0,00	(4.186,06)
4928	04.05.01.30	Outros Materiais Consumo	(2,20)	0,00	0,00	(2,20)
1872	04.06	DESPESAS GERAIS	(26.768,46)	10.271,37	0,00	(37.039,83)
5576	04.06.01	DESPESAS GERAIS	(26.768,46)	10.271,37	0,00	(37.039,83)
1930	04.06.01.01	Manutenção e reparos	(160,00)	160,00	0,00	(320,00)

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:38:15

Associacao dos Municipios do Entre-Rios
Balancete de Verificação de 01/03/2019 a 31/03/2019

Página: 3

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1925	04.06.01.04	Assinatura e Publicade jornais e revistas	(292,76)	0,00	0,00	(292,76)
1955	04.06.01.05	CREA/SC	(475,63)	0,00	0,00	(475,63)
1960	04.06.01.06	CAU/SC	(497,50)	0,00	0,00	(497,50)
4596	04.06.01.10	Despesas Topografia e Agrimensura	(18.300,00)	9.150,00	0,00	(27.450,00)
4847	04.06.01.12	Seguros	(16,21)	0,00	0,00	(16,21)
6068	04.06.01.13	Ginástica Laboral	0,00	620,00	0,00	(620,00)
6106	04.06.01.17	Assembléia Prefeitos	(100,00)	0,00	0,00	(100,00)
1935	04.06.01.20	Lanches e refeições	(287,79)	0,00	0,00	(287,79)
6149	04.06.01.22	Licenciamento de Veículos	(797,79)	0,00	0,00	(797,79)
4669	04.06.01.32	Despesas com manutenção Jardim	(75,00)	70,00	0,00	(145,00)
4685	04.06.01.33	Despesa com Passagem	(463,56)	0,00	0,00	(463,56)
4707	04.06.01.35	Despesa com Plotagem/Manut.Máquina	(4.630,00)	0,00	0,00	(4.630,00)
5908	04.06.01.39	Hospedagem	(612,22)	0,00	0,00	(612,22)
5924	04.06.01.41	Estacionamento	(60,00)	0,00	0,00	(60,00)
6211	04.06.01.44	Depósito Judicial-Justiça Trabalho	0,00	271,37	0,00	(271,37)
1813	04.14	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(139,13)	69,09	0,00	(208,22)
5533	04.14.01	DESPESAS TRIBUTARIAS	(139,13)	69,09	0,00	(208,22)
1848	04.14.01.03	Tributos e Contribuições	(139,13)	69,09	0,00	(208,22)
2000	04.15	Tarifas Bancárias	(311,19)	145,73	0,00	(456,92)
5525	04.15.01	TARIFAS BANCARIAS	(311,19)	145,73	0,00	(456,92)
2011	04.15.01.02	Tarifas Bancárias	(311,19)	145,73	0,00	(456,92)

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF: 526.184.719-20

CRC: 1.SC/016887/0-4

DANIEL KOTHE

Presidente

CPF: 022.894.309-43

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

10/04/2019 09:38:15



AMERIOS LIVRO CAIXA MARCO 2019

Publicação Nº 1980729

Associacao dos Municipios do Entre-Rios
Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019

Página: 1

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
43 - BB - 01.01.01.01 BANCO DO BRASIL S.A AG 858-3 CTA 3315-4				Saldo anterior:	11.166,95C
01/03/2019					
Pagamento DOC: Keli Fernanda Luiz	16041844	4480		310,00	10.856,95C
Pagamento rescisão Daiana K. Scherer	16041941	640		2.568,23	8.288,72C
07/03/2019					
Recebimento de aluguel ARIS mês 03/2019	16041968	1080	500,00		8.788,72C
08/03/2019					
Pagamento ISS Pref Maravilha retido Base Monitoramento Ltda	16041801	625		7,78	8.780,94C
14/03/2019					
Pagamento Guia Processo 081370000001201948-Reclamante Marcos Perin	16041798	6220		271,37	8.509,57C
15/03/2019					
Pagamento Boleto seguro de vida Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	16041496	4359		476,97	8.032,60C
Pagamento DARF COFINS sobre rendimentos mês 02/2019	16041500	574		71,09	7.961,51C
20/03/2019					
Valor Tarifas pacote de serviços	16042158	2011		33,75	7.927,76C
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Bom Jesus do Oeste	16041976	2160	6.637,98		14.565,74C
contribuição mês 03/2019 Caibi	16041984	2194	6.637,98		21.203,72C
contribuição mês 03/2019 Cunhataí	16041992	2224	6.637,98		27.841,70C
contribuição mês 03/2019 Cunha Porã	16042000	2259	8.183,89		36.025,59C
contribuição mês 03/2019 Flor do Sertão	16042018	2283	6.637,98		42.663,57C
contribuição mês 03/2019 Maravilha	16042026	2348	43.495,79		86.159,36C
contribuição mês 03/2019 Modelo	16042034	2372	6.637,98		92.797,34C
contribuição mês 03/2019 Palmitos	16042042	2402	9.369,60		102.166,94C
contribuição mês 03/2019 Riqueza	16042050	2437	6.637,98		108.804,92C
contribuição mês 03/2019 Saltinho	16042069	2461	6.637,98		115.442,90C
contribuição mês 03/2019 Saudades	16042077	3212	6.637,98		122.080,88C
contribuição mês 03/2019 Santa Terezinha do Progresso	16042085	3271	6.637,98		128.718,86C
contribuição mês 03/2019 São Miguel da Boa Vista	16042093	3336	6.637,98		135.356,84C
contribuição mês 03/2019 Tigrinhos	16042107	3395	6.637,98		141.994,82C
contribuição mês 03/2019 Romelândia	16042115	3450	6.637,98		148.632,80C
contribuição mês 03/2019 Campo Erê	16042123	3514	6.637,98		155.270,78C
contribuição mês 03/2019 Itaceminha	16042131	2313	6.637,98		161.908,76C
Valor Tarifas débito automático	16042140	2011		49,30	161.859,46C
25/03/2019					
Pagamento DOC Arnildo Luiz Kollet Soc. ind. advocacia	16041011	5142		7.034,37	154.825,09C
Pagamento d/c Celesc Distribuidora	16041089	4138		1.663,15	153.161,94C
Pagamento fatura Telefônica Brasil SA	16041100	5762		575,19	152.586,75C
Pagamento fatura telefônica Oi SA	16041127	4162		493,02	152.093,73C
Pagamento fatura de água mês 03/2019 CASAN	16041526	4146		183,66	151.910,07C
Pagamento Boleto Elizangela S. Canzi	16041577	6009		548,90	151.361,17C
Pagamento Boleto: Coop de Infr. estr e des. vale do arara	16041623	6130		471,44	150.889,73C
Pagamento boleto Criativa Embalagens Ltda ME	16041658	5045		765,48	150.124,25C
Pagamento Boleto Santa Catarina Informática Ltda	16041704	4774		340,40	149.783,85C
Pagamento DOC Laudivan Palinski	16041771	4081		70,00	149.713,85C
Pagamento Transf Adyr José Wildner Me	16041810	4073		420,48	149.293,37C
Pagamento Boleto Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda	16041828	4170		1.982,60	147.310,77C
26/03/2019					
Pgto Fornecedor cfe. DOC - Anderson Lucas Jung	16040856	6203		30,00	147.280,77C
28/03/2019					
Pagamento GPS INSS FOLHA Mês 03/2019	16040953	604		25.761,18	121.519,59C
Pagamento DOC Keli Fernanda Luiz	16041038	4480		310,00	121.209,59C
Pagamento AABB retifa folha mês 03/2019	16041054	4340		164,00	121.045,59C
Pagamento Salário Família folha 03/2019 -Tatiana F.M. Staudt	16041224	115		32,80	121.012,79C
Pagamento Salário Família folha 03/2019 -Roseli K. Franz	16041232	115		65,60	120.947,19C
Salario Maternidade Salário Família folha 03/2019 -Roseli K. Franz	16041259	115		1.178,63	119.768,56C
Pagamento folha 03/2019 - Carline J. Hackenhaar	16041321	640		6.995,74	112.772,82C
Pagamento folha 03/2019 - Lovete de Assis	16041330	640		3.769,97	109.002,85C
Pagamento folha 03/2019 - Sandra S. Garcia	16041348	640		2.583,45	106.419,40C
Pagamento folha 03/2019 - Evelise R. Brandt	16041356	640		1.420,70	104.998,70C
Pagamento folha 03/2019 - Clarice V.T. Niedermaier	16041364	640		6.846,61	98.152,09C

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS
 contábil SCI VISUAL Sucessor
 10/04/2019 09:40:00


Associacao dos Municipios do Entre-Rios **Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019**

Página: 2

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
28/03/2019					
Pagamento folha 03/2019 - Mayane Haack	16041372	640		6.891,46	91.260,63C
Pagamento folha 03/2019 - Camila N. G. Rech	16041380	640		1.583,32	89.677,31C
Pagamento folha 03/2019 - Rafael C. Basso	16041399	640		6.891,46	82.785,85C
Pagamento folha 03/2019 - Karine S. Muller	16041402	640		2.623,80	80.162,05C
Pagamento folha 03/2019 - Cristiane Martim	16041410	640		2.019,25	78.142,80C
Pagamento folha 03/2019 - Marlize C. K. Todescatto	16041429	640		6.846,61	71.296,19C
Pagamento folha 03/2019 - Vinicius L. Schneider	16041437	640		1.583,32	69.712,87C
Pagamento folha 03/2019 - Tatiane F.M. Staudt	16041445	640		918,16	68.794,71C
Pagamento folha 03/2019 - Fabiane Galera	16041453	640		3.752,29	65.042,42C
Pagamento folha 03/2019 - Leandra F. Boita	16041461	640		6.891,46	58.150,96C
Pagamento folha 03/2019 - Glauber S. Gandolfi	16041470	640		4.720,81	53.430,15C
VALOR SEGURO VIDA Francisco Valdeci de Almeida - CIGAMERIOS	16041488	4359	24,17		53.454,32C
Valor Tarifas DOC/TED	16042166	2011		10,18	53.444,14C
Valor Tarifas Pgto salário crédito em conta	16042174	2011		52,50	53.391,64C
Pagamento Boleto MHNET Telecomunicações EIRELI	16042204	4219		189,90	53.201,74C
29/03/2019					
Pgto Fornecedor cfe. Boleto - Base Monitoramento Ltda	16040899	6114		277,93	52.923,81C
Pagamento ISS Retido NF 2490 - Base Monitoramento Ltda	16040902	625		9,07	52.914,74C
Pagamento Seguro de vida retido funcionários mês 03/2019	16040910	4359		44,97	52.869,77C
Pagamento CRF FGTS Mês 03/2019	16040929	612		6.801,94	46.067,83C
Pagamento DARF IRRF Mês 03/2019	16040937	590		9.462,22	36.605,61C
Pagamento DARF PIS FOLHA Mês 03/2019	16040945	4618		848,76	35.756,85C
Pgto Fornecedor cfe. TED Geoterra Serviços de Topografia S/S Ltda	16040970	4090		9.150,00	26.606,85C
Pagamento Boleto Clinica Agostini Ltda	16041593	5835		198,00	26.408,85C
Pagamento DARF CONFINS/PIS/CSLL retido da NF 358054	16041712	566		16,60	26.392,25C
Valor recebido nesta data Cheque Nº 862620 prescrito	16042212	1060	120,00		26.512,25C
Total mês:			154.625,17	139.279,87	
55 - APLICONTBB - 01.01.01.04 B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl RF LP 30 Mil				Saldo anterior:	69.860,94C
29/03/2019					
Valor Rendimento aplicação financeira Renda Fixa LP BB 30 mil	16042220	1155	285,89		70.146,83C
Total mês:			285,89	0,00	
5290 - APLICARF90 - 01.01.01.05 B.B AG 858-3 CTA 3315-4 Apl. RF LP 90 Mil				Saldo anterior:	342.021,47C
29/03/2019					
Valor Rendimento aplicação financeira Renda Fixa LP BB 90 mil	16042239	1155	1.441,48		343.462,95C
Total mês:			1.441,48	0,00	
115 - VALRES - 01.01.02.02 Valores a Restituir				Saldo anterior:	0,00
28/03/2019					
Pagamento Salário Família folha 03/2019 -Tatiana F.M. Staudt	16041224	43	32,80		32,80C
Pagamento Salário Família folha 03/2019 -Roseli K. Franz	16041232	43	65,60		98,40C
Salario Maternidade Salário Família folha 03/2019 -Roseli K. Franz	16041259	43	1.178,63		1.277,03C
VALOR SEGURO VIDA 03/2019 -Roseli K. Franz	16041275	4359	24,16		1.301,19C
Inss retido salário maternidade 03/2019 -Roseli K. Franz	16041283	604	104,59		1.405,78C
Compensação GPS Mês 03/2019 - Salário Família Roseli K. Franz	16041291	604		65,60	1.340,18C
Compensação GPS Mês 03/2019 - Salário Maternidade Roseli K. Franz	16041305	604		1.307,38	32,80C
Compensação GPS Mês 03/2019 - Salário Família Tatiane F.M.Staudt	16041313	604		32,80	0,00
Total mês:			1.405,78	1.405,78	
4073 - ADYR - 02.01.02.04 Adyr Jorge Wildner				Saldo anterior:	0,00
06/03/2019					
Compras Cfe. NF 16138: 08 pct biscoitos, 3 kg erva mate	16041720	1990		63,35	63,35D
Compras Cfe. NF 16139: 03 pct (3 rolos) 04 sc pra lixo rolos 100m,01 sabao em pó, 7 sc pra lixo rolo 15l, 1 sc pra lixo rolo 50 l, p7 pct copos descartáveis	16041739	1920		168,90	232,25D
Compras Cfe. NF 16139: 01 plug tres saidas	16041747	4723		9,90	242,15D
Compras Cfe. NF 16137: 17 bombonas água mineral 20 lt	16041755	1990		178,33	420,48D
25/03/2019					
Pagamento Transf Adyr José Wildner Me	16041810	43	420,48		0,00
Total mês:			420,48	420,48	
4081 - FLAU - 02.01.02.05 Laudivan Palinski				Saldo anterior:	0,00
12/03/2019					
Serviços Prestados NF 606 manutenção jardim	16041763	4669		70,00	70,00D

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOScontábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:40:00

Associacao dos Municipios do Entre-Rios **Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019**

Página: 3

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
25/03/2019					
Pagamento DOC Laudivan Palinski	16041771	43	70,00		0,00
Total mês:			70,00	70,00	
4090 - FGEOTERRA - 02.01.02.06 Geoterra Serviços Topograficos s/s Ltda				Saldo anterior:	0,00
03/03/2019					
Serviços Prestados NF 67 topografia e agrimensura	16040961	4596		9.150,00	9.150,00D
29/03/2019					
Pgto Fornecedor cfe. TED Geoterra Serviços de Topografia S/S Ltda	16040970	43	9.150,00		0,00
Total mês:			9.150,00	9.150,00	
4138 - FCELESC - 02.01.02.10 Celesc Distribuidora				Saldo anterior:	0,00
25/03/2019					
Valor Fatura Energia Elétrica mês 03/2019	16041070	1880		1.663,15	1.663,15D
Pagamento d/c Celesc Distribuidora	16041089	43	1.663,15		0,00
Total mês:			1.663,15	1.663,15	
4146 - FCASAM - 02.01.02.11 Casan				Saldo anterior:	0,00
01/03/2019					
Valor Fatura água mês 03/2019	16041518	1885		183,66	183,66D
25/03/2019					
Pagamento fatura de água mês 03/2019 CASAN	16041526	43	183,66		0,00
Total mês:			183,66	183,66	
5762 - VIVO - 02.01.02.116 Telefonica Brasil S.A				Saldo anterior:	0,00
25/03/2019					
Valor Fatura Telefone VIVO mês 03/2019	16041097	1902		575,19	575,19D
Pagamento fatura Telefônica Brasil SA	16041100	43	575,19		0,00
Total mês:			575,19	575,19	
5835 - CLINICA AGOSTINI - 02.01.02.123 Clinica Agostini Ltda				Saldo anterior:	0,00
07/03/2019					
Serviços Prestados NF 279 atendimento medicina do trabalho 02/2019	16041585	4677		198,00	198,00D
29/03/2019					
Pagamento Boleto Clinica Agostini Ltda	16041593	43	198,00		0,00
Total mês:			198,00	198,00	
4162 - OI - 02.01.02.13 Oi S.A				Saldo anterior:	0,00
25/03/2019					
Valor Fatura fatura telefônica fixa mês 03/2019	16041119	1902		493,02	493,02D
Pagamento fatura telefônica Oi SA	16041127	43	493,02		0,00
Total mês:			493,02	493,02	
6009 - CANZI - 02.01.02.134 Elizangela Simone Canzi				Saldo anterior:	0,00
08/03/2019					
Compras Cfe. NF 2231998: 01 cartulho de tinta plotter 72 amarelo e 01 cartucho de tinta HP21 C93351a (Engenharia)	16041569	1915		548,90	548,90D
25/03/2019					
Pagamento Boleto Elizangela S. Canzi	16041577	43	548,90		0,00
Total mês:			548,90	548,90	
4170 - FINFOPPOINT - 02.01.02.14 Infopoint Comercio de Equipamentos				Saldo anterior:	0,00
04/03/2019					
Compras Cfe. NF 21332; 2 Bobinas registro ponto	16041534	4650		56,00	56,00D
Serviços Prestados NF 9151: 5765 cópias engenharia, 724 jurídico, 923 administrativo e 158 fiscalização	16041542	4910		1.766,60	1.822,60D
Serviços Prestados NF 9151: 02 horas técnica central telefônica	16041550	1930		160,00	1.982,60D
25/03/2019					
Pagamento Boleto Infopoint Comércio de Equipamentos Ltda	16041828	43	1.982,60		0,00
Total mês:			1.982,60	1.982,60	
6114 - BASE - 02.01.02.140 Base Monitoramento Ltda				Saldo anterior:	0,00
25/03/2019					
Serviços Prestados NF 2490 - Monitoramento eletrônico	16040880			277,93	277,93D
29/03/2019					
Pgto Fornecedor cfe. Boleto - Base Monitoramento Ltda	16040899	43	277,93		0,00
Total mês:			277,93	277,93	

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOScontábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:40:00

Associacao dos Municipios do Entre-Rios **Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019**

Página: 4

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
6130 - POSTO CERAÇA - 02.01.02.141 CERAÇA Cooperativa de Infra Estrutura Val				Saldo anterior:	0,00
01/03/2019					
Compras Cfe. NF 8170: 113,60 l gasolina veículos placas QHN6006 E MJ0652	16041615	1589		471,44	471,44D
25/03/2019					
Pagamento Boleto: Coop de Infr. estr e des. vale do arça	16041623	43	471,44		0,00
	Total mês:		471,44	471,44	
6203 - ANDERSON - 02.01.02.146 Anderson Lucas Jung 09143693938				Saldo anterior:	0,00
01/03/2019					
Serviços Prestados NF 27 lavagem veículo Siena	16040848	1597		30,00	30,00D
26/03/2019					
Pgto Fornecedor cfe. DOC - Anderson Lucas Jung	16040856	43	30,00		0,00
	Total mês:		30,00	30,00	
6220 - JUST TR - 02.01.02.147 Justiça do Trabalho				Saldo anterior:	0,00
14/03/2019					
Depósito ref Processo 081370000001201948-Reclamante Marcos Perin	16041780	6211		271,37	271,37D
Pagamento Guia Processo 081370000001201948-Reclamante Marcos Perin	16041798	43	271,37		0,00
	Total mês:		271,37	271,37	
4219 - FMHNET - 02.01.02.18 MHNET Telecomunicações Eireli				Saldo anterior:	0,00
28/03/2019					
Serviços Prestados IP FIXO mês 03/2019	16042182	4308		40,00	40,00D
Serviços Prestados fornecimento de internet mês 03/2019	16042190	4308		149,90	189,90D
Pagamento Boleto MHNET Telecomunicações EIRELI	16042204	43	189,90		0,00
	Total mês:		189,90	189,90	
4480 - KELI - 02.01.02.37 Keli Fernanda Luiz				Saldo anterior:	0,00
01/03/2019					
Pagamento DOC: Keli Fernanda Luiz	16041844	43	310,00		310,00C
Serviços Prestados NF 322 Ginástica Laboral mês 02/2019	16041950	6068		310,00	0,00
25/03/2019					
Serviços Prestados NF 331 Ginástica Laboral	16041020	6068		310,00	310,00D
28/03/2019					
Pagamento DOC Keli Fernanda Luiz	16041038	43	310,00		0,00
	Total mês:		620,00	620,00	
4774 - SCI - 02.01.02.54 Santa Catarina Informatica Ltda				Saldo anterior:	0,00
07/03/2019					
Serviços Prestados NF 358054 locação sistemas de folha e contabilidade mês 02/2019	16041690			340,40	340,40D
25/03/2019					
Pagamento Boleto Santa Catarina Informática Ltda	16041704	43	340,40		0,00
	Total mês:		340,40	340,40	
5045 - CRIATIVA - 02.01.02.71 Criativa Embalagens Ltda				Saldo anterior:	0,00
13/03/2019					
Compras Cfe. NF 1825: 15 l água san. 25 gl(5 litros) desinfetante, 8 pct guardanapo, 112 pct de papel higiênico,	16041631	1920		746,52	746,52D
Compras Cfe. NF 1825: 24 garaf (510 ml) água mineral	16041640	1990		18,96	765,48D
25/03/2019					
Pagamento boleto Criativa Embalagens Ltda ME	16041658	43	765,48		0,00
	Total mês:		765,48	765,48	
5142 - KOLLET - 02.01.02.80 Arnildo Luiz Kollet Soc. Individual de Ad				Saldo anterior:	0,00
14/03/2019					
Serviços Prestados NF 201900000030 - Assessoria Jurídica	16041003			7.034,37	7.034,37D
25/03/2019					
Pagamento DOC Arnildo Luiz Kollet Soc. ind. advocacia	16041011	43	7.034,37		0,00
	Total mês:		7.034,37	7.034,37	
566 - PISCONFINSCLLPGR - 02.01.03.01 Cofins , PIS e CSLL a Recolher				Saldo anterior:	0,00
07/03/2019					
Cofins/PIS/CSLL retida NF 358054 locação sistemas de folha e contabilidade mês 02/2019	16041682			16,60	16,60D
29/03/2019					
Pagamento DARF CONFINS/PIS/CSLL retido da NF 358054	16041712	43	16,60		0,00

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOScontábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:40:00

Associacao dos Municipios do Entre-Rios
Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019

Página: 5

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
Total mês:			16,60	16,60	
574 - COFINSPGR - 02.01.03.02 Cofins S/Rendimentos a Recolher			Saldo anterior:		71,09D
15/03/2019					
Pagamento DARF COFINS sobre rendimentos mês 02/2019	16041500	43	71,09		0,00
29/03/2019					
Cofins sobre rendimentos de aplicação financeira mês 03/2019	16042247	1848		69,09	69,09D
Total mês:			71,09	69,09	
590 - IRFPFGR - 02.01.03.04 Irrf a Recolher			Saldo anterior:		0,00
28/03/2019					
Imposto de Renda Retido na Fonte folha pgto mês 03/2019	16041186			9.462,22	9.462,22D
29/03/2019					
Pagamento DARF IRRF Mês 03/2019	16040937	43	9.462,22		0,00
Total mês:			9.462,22	9.462,22	
604 - INSSPGR - 02.01.03.05 Inss a Recolher			Saldo anterior:		0,00
01/03/2019					
Inss saldo dias rescisão Daiana K. Scherer	16041860			14,13	14,13D
Inss 13º salário 2/12 avos rescisão Daiana K. Scherer	16041895			23,55	37,68D
28/03/2019					
Pagamento GPS INSS FOLHA Mês 03/2019	16040953	43	25.761,18		25.723,50C
Inss retido folha pgto mês 03/2019	16041178			6.873,93	18.849,57C
Inss retido salário maternidade 03/2019 -Roseli K. Franz	16041283	115		104,59	18.744,98C
Compensação GPS Mês 03/2019 - Salário Família Roseli K. Franz	16041291	115	65,60		18.810,58C
Compensação GPS Mês 03/2019 - Salário Maternidade Roseli K. Franz	16041305	115	1.307,38		20.117,96C
Compensação GPS Mês 03/2019 - Salário Família Tatiane F.M.Staudt	16041313	115	32,80		20.150,76C
Inss GPS Mês 03/2019	16041836	1465		20.150,76	0,00
Total mês:			27.166,96	27.166,96	
612 - FGTSPGR - 02.01.03.06 Fgts a Recolher			Saldo anterior:		0,00
28/03/2019					
Fgts mês 03/2019	16041208	1473		6.801,94	6.801,94D
29/03/2019					
Pagamento CRF FGTS Mês 03/2019	16040929	43	6.801,94		0,00
Total mês:			6.801,94	6.801,94	
625 - ISSPGR - 02.01.03.08 Iss a Recolher			Saldo anterior:		7,78D
08/03/2019					
Pagamento ISS Pref Maravilha retido Base Monitoramento Ltda	16041801	43	7,78		0,00
25/03/2019					
ISQN retido NF 2490 - Munitoramento eletrônico	16040872			9,07	9,07D
29/03/2019					
Pagamento ISS Retido NF 2490 - Base Monitoramento Ltda	16040902	43	9,07		0,00
Total mês:			16,85	9,07	
4618 - PGTOPIS - 02.01.03.09 Pis S/ Folha a Recolher			Saldo anterior:		0,00
28/03/2019					
Pagamento DARF PIS Mês 03/2019	16041216	1481		848,76	848,76D
29/03/2019					
Pagamento DARF PIS FOLHA Mês 03/2019	16040945	43	848,76		0,00
Total mês:			848,76	848,76	
640 - SALPGR - 02.01.04.01 Salários			Saldo anterior:		0,00
01/03/2019					
Folha Pgto saldo dias rescisão Daiana K. Scherer	16041879			162,52	162,52D
Inss 13º salário 2/12 avos rescisão Daiana K. Scherer	16041909			270,86	433,38D
Pagamento rescisão Daiana K. Scherer	16041933			2.134,85	2.568,23D
Pagamento rescisão Daiana K. Scherer	16041941	43	2.568,23		0,00
28/03/2019					
Folha Pgto mês 03/2019	16041194			66.338,41	66.338,41D
Pagamento folha 03/2019 - Carline J. Hackenhaar	16041321	43	6.995,74		59.342,67D
Pagamento folha 03/2019 - Lovete de Assis	16041330	43	3.769,97		55.572,70D
Pagamento folha 03/2019 - Sandra S. Garcia	16041348	43	2.583,45		52.989,25D
Pagamento folha 03/2019 - Evelise R. Brandt	16041356	43	1.420,70		51.568,55D

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOScontábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:40:00

Associacao dos Municipios do Entre-Rios **Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019**

Página: 6

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
28/03/2019					
Pagamento folha 03/2019 - Clarice V.T. Niedermaier	16041364	43	6.846,61		44.721,94D
Pagamento folha 03/2019 - Mayane Haack	16041372	43	6.891,46		37.830,48D
Pagamento folha 03/2019 - Camila N. G. Rech	16041380	43	1.583,32		36.247,16D
Pagamento folha 03/2019 - Rafael C. Basso	16041399	43	6.891,46		29.355,70D
Pagamento folha 03/2019 - Karine S. Muller	16041402	43	2.623,80		26.731,90D
Pagamento folha 03/2019 - Cristiane Martin	16041410	43	2.019,25		24.712,65D
Pagamento folha 03/2019 - Marlize C. K. Todescatto	16041429	43	6.846,61		17.866,04D
Pagamento folha 03/2019 - Vinicius L. Schneider	16041437	43	1.583,32		16.282,72D
Pagamento folha 03/2019 - Tatiane F.M. Staudt	16041445	43	918,16		15.364,56D
Pagamento folha 03/2019 - Fabiane Galera	16041453	43	3.752,29		11.612,27D
Pagamento folha 03/2019 - Leandra F. Boita	16041461	43	6.891,46		4.720,81D
Pagamento folha 03/2019 - Glauber S. Gandolfi	16041470	43	4.720,81		0,00
Total mês:			68.906,64	68.906,64	
4340 - AABB - 02.01.04.12 Contribuição AABB				Saldo anterior:	0,00
28/03/2019					
Pagamento AABB retifa folha mês 03/2019	16041054	43	164,00		164,00C
contribuição AABB retida folha pgto mês 03/2019	16041160			164,00	0,00
Total mês:			164,00	164,00	
4359 - SEGVIDA - 02.01.04.13 Seguros de Vida				Saldo anterior:	459,11D
01/03/2019					
Valor Seguro retido rescisão Daiana K. Scherer	16041925			24,16	483,27D
14/03/2019					
VALOR SEGURO VIDA retido NF 201900000030 - Assessoria Jurídica	16040996			24,22	507,49D
15/03/2019					
Pagamento Boleto seguro de vida Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	16041496	43	476,97		30,52D
28/03/2019					
VALOR SEGURO VIDA retido folha pgto mês 03/2019	16041143			44,97	75,49D
VALOR SEGURO VIDA retido folha pgto mês 03/2019	16041151			362,40	437,89D
VALOR SEGURO VIDA 03/2019 -Roseli K. Franz	16041275	115		24,16	462,05D
VALOR SEGURO VIDA Francisco Valdeci de Almeida - CIGAMERIOS	16041488	43		24,17	486,22D
29/03/2019					
Pagamento Seguro de vida retido funcionários mês 03/2019	16040910	43	44,97		441,25D
Total mês:			521,94	504,08	
2160 - PMBJOCONTRMEN - 03.01.01.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Bom Jesus do Oeste	16041976	43		6.637,98	19.693,81D
Total mês:			0,00	6.637,98	
2194 - PMCCONTRMEN - 03.01.02.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Caibi	16041984	43		6.637,98	19.693,81D
Total mês:			0,00	6.637,98	
2224 - PMCUNHCONTRMEN - 03.01.03.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Cunhataí	16041992	43		6.637,98	19.693,81D
Total mês:			0,00	6.637,98	
2259 - PMPCCONTCUNHAPORA - 03.01.04.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	16.096,38D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Cunha Porã	16042000	43		8.183,89	24.280,27D
Total mês:			0,00	8.183,89	
2283 - PMFLORCONTRMEN - 03.01.05.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Flor do Sertão	16042018	43		6.637,98	19.693,81D
Total mês:			0,00	6.637,98	
2313 - PMIRACONTRMEN - 03.01.06.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Iraceminha	16042131	43		6.637,98	19.693,81D
Total mês:			0,00	6.637,98	

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOScontábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:40:00

Associação dos Municípios do Entre-Rios

Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019

Página: 7

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
2348 - PMMHCONTRMEN - 03.01.07.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	85.549,15D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Maravilha	16042026	43		43.495,79	129.044,94D
	Total mês:		0,00	43.495,79	
2372 - PMMLACONTRMEN - 03.01.08.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Modelo	16042034	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
2402 - PMPALCONTRMEN - 03.01.09.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	18.428,48D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Palmitos	16042042	43		9.369,60	27.798,08D
	Total mês:		0,00	9.369,60	
2437 - PMRICONTRMEN - 03.01.10.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Riqueza	16042050	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
2461 - PMSACONTRMEN - 03.01.11.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Saltinho	16042069	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
3212 - PMSDCONTRMEN - 03.01.12.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Saudades	16042077	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
3271 - PMSTACONTRMEN - 03.01.13.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Santa Terezinha do Progresso	16042085	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
3336 - PMSMBVCONTRMEN - 03.01.14.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 São Miguel da Boa Vista	16042093	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
3395 - PMTGCONTRMEN - 03.01.15.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Tigrinhos	16042107	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
3450 - PMROCONTRMEN - 03.01.16.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Romelândia	16042115	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
3514 - PMCECONTRMEN - 03.01.17.01 Contribuições Mensais				Saldo anterior:	13.055,83D
22/03/2019					
contribuição mês 03/2019 Campo Erê	16042123	43		6.637,98	19.693,81D
	Total mês:		0,00	6.637,98	
1060 - RECDESP - 03.05.01.04 Recuperação de despesas				Saldo anterior:	0,00
29/03/2019					
Valor recebido nesta data Cheque N° 862620 prescrito	16042212	43		120,00	120,00D
	Total mês:		0,00	120,00	
1080 - RECDIV - 03.05.01.08 Receitas Diversas - Aluguel ARIS				Saldo anterior:	500,00D
07/03/2019					
Recebimento de aluguel ARIS mês 03/2019	16041968	43		500,00	1.000,00D
	Total mês:		0,00	500,00	
1155 - RECAPLIC - 03.06.01.03 Rendimentos de Aplicação				Saldo anterior:	3.478,43D
29/03/2019					
Valor Rendimento aplicação financeira Renda Fixa LP BB 30 mil	16042220	55		285,89	3.764,32D
Valor Rendimento aplicação financeira Renda Fixa LP BB 90 mil	16042239	5290		1.441,48	5.205,80D

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOScontábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:40:00

Associacao dos Municipios do Entre-Rios

Página: 8

Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
	Total mês:		0,00	1.727,37	
1422 - DCSAL - 04.02.01.02 Ordenados e Salários			Saldo anterior:		131.944,45C
01/03/2019					
Folha Pgto saldo dias rescisão Daiana K. Scherer	16041852		176,65		132.121,10C
28/03/2019					
Folha Pgto mês 03/2019	16041135		83.245,93		215.367,03C
	Total mês:		83.422,58	0,00	
1449 - DCFERIAS - 04.02.01.04 Férias			Saldo anterior:		5.474,76C
01/03/2019					
Folha Pgto férias 1/12 avos mais abono constitucional 1/3 rescisão Daiana K. Scherer	16041917		2.159,01		7.633,77C
	Total mês:		2.159,01	0,00	
1457 - DC13.SAL - 04.02.01.05 13º Salário			Saldo anterior:		0,00
01/03/2019					
Folha Pgto 13º salário 2/12 avos rescisão Daiana K. Scherer	16041887		294,41		294,41C
	Total mês:		294,41	0,00	
1465 - DCINSS - 04.03.01.02 Inss			Saldo anterior:		43.603,70C
28/03/2019					
Inss GPS Mês 03/2019	16041836	604	20.150,76		63.754,46C
	Total mês:		20.150,76	0,00	
1473 - DCFGTS - 04.03.01.03 Fgts			Saldo anterior:		14.718,55C
28/03/2019					
Fgts mês 03/2019	16041208	612	6.801,94		21.520,49C
	Total mês:		6.801,94	0,00	
1481 - PIS - 04.03.01.04 Pis/Pasep			Saldo anterior:		1.374,86C
28/03/2019					
Pagamento DARF PIS Mês 03/2019	16041216	4618	848,76		2.223,62C
	Total mês:		848,76	0,00	
1562 - DCTERCPJ - 04.04.01.03 Pessoa Jurídica			Saldo anterior:		14.117,18C
14/03/2019					
Serviços Prestados NF 201900000030 - Assessoria Jurídica	16040988		7.058,59		21.175,77C
	Total mês:		7.058,59	0,00	
1880 - DCEE - 04.05.01.01 Luz			Saldo anterior:		3.816,47C
25/03/2019					
Valor Fatura Energia Elétrica mês 03/2019	16041070	4138	1.663,15		5.479,62C
	Total mês:		1.663,15	0,00	
1885 - DCAGUA - 04.05.01.02 Água e Esgoto			Saldo anterior:		334,96C
01/03/2019					
Valor Fatura água mês 03/2019	16041518	4146	183,66		518,62C
	Total mês:		183,66	0,00	
1902 - DCFONE - 04.05.01.03 Telefone			Saldo anterior:		2.073,27C
25/03/2019					
Valor Fatura Telefone VIVO mês 03/2019	16041097	5762	575,19		2.648,46C
Valor Fatura fatura telefônica fixa mês 03/2019	16041119	4162	493,02		3.141,48C
	Total mês:		1.068,21	0,00	
1589 - DCCOMBUST - 04.05.01.04 Combustíveis			Saldo anterior:		364,58C
01/03/2019					
Compras Cfe. NF 8170: 113,60 l gasolina veículos placas QHN6006 E MJ0652	16041615	6130	471,44		836,02C
	Total mês:		471,44	0,00	
1597 - DCMANUTVEIC - 04.05.01.05 Manutenção de Veículos			Saldo anterior:		1.765,65C
01/03/2019					
Serviços Prestados NF 27 lavagem veículo Siena	16040848	6203	30,00		1.795,65C
	Total mês:		30,00	0,00	
1915 - DCMATESCR - 04.05.01.06 Material de Escritório			Saldo anterior:		0,00
08/03/2019					
Compras Cfe. NF 2231998: 01 cartulho de tinta plother 72 amarelo e 01 cartucho de tinta HP21 C93351a (Engenharia)	16041569	6009	548,90		548,90C

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOScontábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:40:00

Associacao dos Municipios do Entre-Rios

Página: 9

Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
Total mês:			548,90	0,00	
1920 - DCMATHIGLIMP - 04.05.01.10 Material de Higiene e Limpeza			Saldo anterior:		333,67C
06/03/2019					
Compras Cfe. NF 16139: 03 pct (3 rolos) 04 sc pra lixo rolos 100m,01 sabao em pó, 7 sc pra lixo rolo 15l, 1 sc pra lixo rolo 50 l, p7 pct copos descartáveis	16041739	4073	168,90		502,57C
13/03/2019					
Compras Cfe. NF 1825: 15 l água san. 25 gl(5 litros) desinfetante, 8 pct guardanapo, 112 pct de papel higiênico,	16041631	5045	746,52		1.249,09C
Total mês:			915,42	0,00	
1990 - DCMANTCOPA - 04.05.01.11 Mantimentos para Copa			Saldo anterior:		178,31C
06/03/2019					
Compras Cfe. NF 16138: 08 pct biscoitos, 3 kg erva mate	16041720	4073	63,35		241,66C
Compras Cfe. NF 16137: 17 bombonas água mineral 20 lt	16041755	4073	178,33		419,99C
13/03/2019					
Compras Cfe. NF 1825: 24 garaf (510 ml) água mineral	16041640	5045	18,96		438,95C
Total mês:			260,64	0,00	
1985 - DCLOCSISTEMAS - 04.05.01.12 Locação de Sistemas Informatizados			Saldo anterior:		714,00C
07/03/2019					
Serviços Prestados NF 358054 locação sistemas de folha e contabilidade mês 02/2019	16041666		357,00		1.071,00C
Total mês:			357,00	0,00	
4650 - EXPEDIENTE - 04.05.01.17 Material de Expediente			Saldo anterior:		1.057,70C
04/03/2019					
Compras Cfe. NF 21332: 2 Bobinas registro ponto	16041534	4170	56,00		1.113,70C
Total mês:			56,00	0,00	
4049 - DCSEGURANCA - 04.05.01.22 Vigilancia e Monitoramento			Saldo anterior:		574,00C
25/03/2019					
Serviços Prestados NF 2490 - Monitoramento eletrônico	16040864		287,00		861,00C
Total mês:			287,00	0,00	
4308 - DINTERNET - 04.05.01.23 Despesas com Internet			Saldo anterior:		379,80C
28/03/2019					
Serviços Prestados IP FIXO mês 03/2019	16042182	4219	40,00		419,80C
Serviços Prestados fornecimento de internet mês 03/2019	16042190	4219	149,90		569,70C
Total mês:			189,90	0,00	
4677 - SEGTRABALHO - 04.05.01.25 Despesas com Medicina Segurança Trabalho			Saldo anterior:		396,00C
07/03/2019					
Serviços Prestados NF 279 atendimento medicina do trabalho 02/2019	16041585	5835	198,00		594,00C
Total mês:			198,00	0,00	
4723 - MATELET - 04.05.01.26 Materiais Eletricos			Saldo anterior:		416,65C
06/03/2019					
Compras Cfe. NF 16139: 01 plug tres saidas	16041747	4073	9,90		426,55C
Total mês:			9,90	0,00	
4910 - IMPRESSAO COPIAS - 04.05.01.29 Serviços de Impressão de Copias			Saldo anterior:		2.419,46C
04/03/2019					
Serviços Prestados NF 9151: 5765 cópias engenharia, 724 jurídico, 923 administrativo e 158 fiscalização	16041542	4170	1.766,60		4.186,06C
Total mês:			1.766,60	0,00	
1930 - DCMANUT - 04.06.01.01 Manutenção e reparos			Saldo anterior:		160,00C
04/03/2019					
Serviços Prestados NF 9151: 02 horas técnica central telefônica	16041550	4170	160,00		320,00C
Total mês:			160,00	0,00	
4596 - TOPOGRAFIA - 04.06.01.10 Despesas Topografia e Agrimensura			Saldo anterior:		18.300,00C
03/03/2019					
Serviços Prestados NF 67 topografia e agrimensura	16040961	4090	9.150,00		27.450,00C
Total mês:			9.150,00	0,00	
6068 - GIN - 04.06.01.13 Ginástica Laboral			Saldo anterior:		0,00
01/03/2019					
Serviços Prestados NF 322 Ginástica Laboral mês 02/2019	16041950	4480	310,00		310,00C

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOScontábil SCI VISUAL Sucessor
10/04/2019 09:40:00

Associacao dos Municipios do Entre-Rios

Página: 10

Livro Caixa nº 1 de 01/03/2019 a 31/03/2019

Histórico	Chave	Contra	Entrada	Saída	Saldo atual
25/03/2019					
Serviços Prestados NF 331 Ginástica Laboral	16041020	4480	310,00		620,00C
	Total mês:		620,00	0,00	
4669 - DESPJARDIM - 04.06.01.32 Despesas com manutenção Jardim				Saldo anterior:	75,00C
12/03/2019					
Serviços Prestados NF 606 manutenção jardim	16041763	4081	70,00		145,00C
	Total mês:		70,00	0,00	
6211 - JUST. TRAB - 04.06.01.44 Depósito Judicial-Justiça Trabalho				Saldo anterior:	0,00
14/03/2019					
Depósito ref Processo 081370000001201948-Reclamante Marcos Perin	16041780	6220	271,37		271,37C
	Total mês:		271,37	0,00	
1848 - DFTRIBCONTR - 04.14.01.03 Tributos e Contribuições				Saldo anterior:	139,13C
29/03/2019					
Cofins sobre rendimentos de aplicação financeira mês 03/2019	16042247	574	69,09		208,22C
	Total mês:		69,09	0,00	

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA

Contador

CPF: 526.184.719-20

CRC: 1.SC/016887/0-4

DANIEL KOTHE

Presidente

CPF: 022.894.309-43

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

10/04/2019 09:40:00



AMMVI**CONTRATO Nº 14/2019 - WE SOL MAIOR COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE SOM LTDA EPP**

Publicação Nº 1980750

CONTRATO – COMPRAS E CONTRATAÇÕES 14/2019

Contrato que entre si celebram o ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com endereço na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), neste ato representado pelo seu Secretário Executivo, JOSÉ RAFAEL CORREA, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa WE SOL MAIOR COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE SOM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.434.887/0001-40, com endereço à Rua Sete de Setembro, nº 2358, sala 01, Bairro Centro, cidade de Blumenau, CEP: 89.012-400 neste ato representado pelos seus administradores Sr. EDEMAR WENSING, inscrito no CPF 757.553.399-20, e Sr. ANTONIO WILSON MOREIRA DE JESUS, inscrito no CPF 659.515.069-72, ambos com os mesmos poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto a aquisição e instalação de equipamentos de áudio/sonorização e vídeo, para a sede da AMMVI, conforme descrição do item abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	KIT DE CAIXAS SKP SK 208 01 ATIVA OU PASSIVA	(03 uni)	R\$ 1.480,00	R\$ 4.440,00
02	MICROFONE AKG PW 45	(01 uni)	R\$ 1.280,00	R\$ 1.280,00
03	02 SUPORTE DE PROJETOR DE TETO R\$ 356,00	(02 uni)	R\$ 178,00	R\$ 356,00
04	MESA DE SOM SOUND VOICE C/USB,EQ,EFX R\$ 525,00	(01 uni)	R\$ 525,00	R\$ 525,00
05	MESA SOUND CRAFT SX 802 R\$ 1.128,00	(01 uni)	R\$ 1.128,00	R\$ 1.128,00
06	SPLINTER HDMI 01 X 02 R\$ 99,00	(01 uni)	R\$ 99,00	R\$ 99,00
07	CABOS HDMI METROS	(20 metros)	R\$ R\$ 298,00	R\$ 596,00
08	MICROFONE GOOSENECK TSI 303 R\$ 388,00	(01 uni)	R\$ 388,00	R\$ 388,00
09	CABOS VGA 20 METROS R\$ 180,00 X 02 = R\$ 360,00	(02 uni)	R\$ 180,00	R\$ 360,00
10	CABO 02 RCA 01 P2 STEREO 02 METROS R\$ 35,00	(01 uni)	R\$ 35,00	R\$ 35,00
11	MICROFONE DUPLO S/FIO KADOSH KDS 402 R\$ 580,00	(01 uni)	R\$ 580,00	R\$ 580,00
12	CANALETAS DUPLA FACE R\$ 8,50 X 20 = R\$ 170,00	(20 uni)	R\$ 8,50	R\$ 170,00
13	METROS CABO POLARIZADO R\$ 120,00	(50 metros)	R\$ 2,40	R\$ 120,00
14	METROS CABO PARALELO POLARIZADO R\$ 350,00	(100 metros)	R\$ 3,50	R\$ 350,00
15	CAIXA DE CONEXÃO HDMI,RCA E VGA R\$ 480,00	(01 uni)	R\$ 480,00	R\$ 480,00
16	CAIXA DE AC P/EMBTIR 220,00	(01 uni)	R\$ 220,00	R\$ 220,00
17	ELETRODUTO	(01 uni)	R\$ 37,00	R\$ 37,00
18	CAIXA ONEAL OPB 1115	(01 uni)	R\$ 1.550,00	R\$ 1.550,00
19	CAIXA ONEAL OB 1115	(01 uni)	R\$ 1.020,00	R\$ 1.020,00
20	Instalação(MÃO DE OBRA,ANDAIME,FITAS,PARAFUSOS E OUTROS)	(01 uni)	R\$ 640,00	R\$ 640,00
21	ROMPIMENTO PAREDE	[01uni]	360,00	360,00

22	CONEXÃO RJ 45 E CABOS	[02unid]	196,00	392,00
23	CAIXA DE PASSAGEM	[01uni]	56,00	56
Total Geral R\$				R\$ 15,142,00

1.2 - Este contrato vincula-se ao resultado da autorização de compras 074/2019 e ao projeto datado 17 de janeiro de 2019 independente de transcrição, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - O início do fornecimento dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato, devendo se concluir em até 15 (quinze) dias.

2.2 - O CONTRATADO também se responsabilizará pela troca do equipamento se dentro de 08 (oito) dias úteis da compra ou instalação for constatado defeito/vício de fabricação.

2.3 - Ocorrendo defeito de fabricação ou vício nos equipamentos constatado ou reclamado após os primeiros 08 (oito) dias úteis da compra ou instalação, e até o final da garantia de 12 (doze) meses, o equipamento deverá ser reparado pelo CONTRATADO em até 30 (trinta) dias, não sendo o vício/defeito sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o CONTRATANTE exigir, alternativamente a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou a restituição imediata da quantia paga.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 - O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 15.142,00 (quinze mil cento e quarenta e dois reais), de conformidade com a previsão de despesa previamente autorizada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Pela prestação dos serviços estabelecidos neste contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total deste contrato será de R\$ 15.142,00 (quinze mil cento e quarenta e dois reais), para contratação, com pagamento após a entrega e aceitação dos materiais e/ou equipamentos, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente liquidada.

4.2 – O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o atesto da Nota Fiscal, que deverá ser enviada eletronicamente para o e-mail financeiro@ammvi.org.br, devidamente conferida e aprovada pelo gestor deste contrato.

4.3 - O valor correspondente aos serviços prestados, devidamente aferidos e aprovados, poderá ser depositado pela CONTRATANTE em conta corrente da CONTRATADA ou emissão do boleto bancários fornecido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS:

5.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do Orçamento Anual de 2019 da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 - Fica delegado atribuição a empregada da CONTRATANTE Richard Buchinski e Miguel Angelo Cavalcante Ferreira, para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

6.2 - A CONTRATANTE não será responsável por eventual prejuízo sofrido e/ou causado pelos profissionais da CONTRATADA em decorrência deste contrato, bem como não terá qualquer responsabilidade por eventuais encargos fiscais, trabalhistas, civis e/ou sociais relacionados com a execução do objeto contratual pela CONTRATADA.

6.3 - Fica estabelecido como preposto da CONTRATADA, Sr. Antonio Wilson Moreira de Jesus, CPF sob o nº 659.515.069-72, com e-mail: solmaior.som@terra.com.br, e telefone: (47) 33261798 que será responsável em coordenar a execução do contrato e ter poderes expressos para representar a CONTRATADA em todos os atos do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

7.1 - A presente contratação funda-se no Código Civil, CDC e no artigo 6, da Resolução 12/06, e alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

8.1 - A CONTRATADA responsabiliza-se:

I - A repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material ou equipamento entregue em desconformidade com este contrato, bem como responsabilizar-se pela cobertura de garantia durante o prazo estabelecido;

II – A cumprir com as exigências legais para instalação, transporte e fornecimento do produto, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

III - Garantia total (equipamentos e serviços): mínimo de 12 (doze) meses.

IV - A CONTRATADA, responderá, exclusivamente, pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste contrato;

V – Efetuar todos e quaisquer serviço inerente a instalação e execução, tais como, passagem da fiação até a caixa central de disjuntores, efetuar cortes e conserto de paredes caso seja necessário para embutir a fiação, instalar se necessário, canaletas para passagem de fiação e tomadas para ligação dos aparelhos.

VI - Pela execução e passagem da fiação da sala de som até a mesa do palco, mesmo que para isto seja necessário abrir parte do palco, sendo que após a passagem de todo cabeamento e fiação, a contratada deverá efetuar o conserto e deixa-lo em seu estado quo ante, servindo também para o carpet” inclui-se serviço de mão de obra e material.

CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 O presente Instrumento de Contrato será rescindido, a critério da CONTRATANTE, independente de Interpelação Judicial ou Notificação Judicial/Extrajudicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie quando:

9.1.1 Descumprir das obrigações contratuais, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na cláusula nona deste instrumento;

9.1.2. Transferir a terceiros no todo ou em parte, a execução dos fornecimentos objeto do presente Instrumento de Contrato sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;

9.1.3 Dissolução ou liquidação ou ter sido decretado à falência da CONTRATADA, uma vez consumada a impossibilidade de recuperação judicial;

9.2. Reserva-se, ainda, à CONTRATANTE, o direito de rescindir o presente Instrumento de Contrato, no todo ou em parte, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sem que lhe seja imposta quaisquer multas e/ou indenização;

9.3 Convindo as Partes, poderá o presente Instrumento de Contrato ser rescindido por mútuo acordo, desde que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE;

9.4. Quaisquer que sejam as hipóteses de rescisão do presente Instrumento de Contrato fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias/sociais dela decorrentes;

9.5. Havendo pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Contrato, as responsabilidades de cada uma das Partes pelo cumprimento do objeto do presente Instrumento de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 - O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios, conforme previsto no artigo 18 da resolução 12/16.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 - A parte que infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, bem como perdas e danos e correção monetária com base no INPC ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

11.1 - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC a fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelo gestor abaixo, a tudo presente.

Blumenau/SC, 04 de abril de 2019.

CONTRATANTE JOSÉ RAFAEL CORREA Secretário Executivo – AMMVI	CONTRATADO WE SOL MAIOR COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE SOM LTDA EPP EDEMAR WENSING
GESTOR DO CONTRATO Richard Buchinski	CONTRATADO WE SOL MAIOR COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE SOM LTDA EPP ANTONIO WILSON MOREIRA DE JESUS
GESTOR DO CONTRATO Miguel Ângelo Cavalcante Ferreira	

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL Nº 001/2019

Publicação Nº 1980699



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL Nº. 001/2019

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE MAPEAMENTO DIAGNÓSTICO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE (RAS) NO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

Pelo presente convênio, de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com sua sede na rua Alberto Stein, nº 466, Velha – Blumenau / SC, aqui representada pelo seu Presidente Mário Hildebrandt, doravante denominada simplesmente **AMMVI**, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI**, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente Êrcio Kriek, doravante denominado simplesmente **CISAMVI**, firmam o presente Convênio de Cooperação Institucional, com base no artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 11.107/05, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

1. OBJETO

1.1 O presente convênio tem por objeto o financiamento das despesas com folha de pagamento e encargos trabalhistas do mapeamento e diagnóstico da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no Vale do Itajaí, aprovado na Assembleia Geral Ordinária da AMMVI, realizada em 21/03/2019.

1.2 O desenvolvimento do trabalho será de acordo com o cronograma de atividades (Anexo I).

2. VALOR, FORMA DE REPASSE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

2.1 Para a execução do objeto deste convênio fica estabelecido o repasse pela AMMVI ao CISAMVI o valor de R\$ 154.829,75, conforme plano de aplicação em anexo, com os seguintes valores bimestrais, durante a vigência deste convênio:

MÊS / ANO	VALOR EM R\$
ABRIL/2019	25.805,00
JUNHO/2019	25.805,00
AGOSTO/2019	25.805,00
OUTUBRO/2019	25.805,00
DEZEMBRO/2019	25.805,00
FEVEREIRO/2020	25.804,75

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

2.2 Os depósitos das cotas bimestrais correspondentes em conta corrente do CISAMVI na agência da Caixa Econômica Federal (Banco 104) – agência: 0852 – conta corrente: 150-5 – operação 006, até o dia 10 (décimo) dia útil de cada mês.

2.3 Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento, ficam condicionadas a sua aprovação entre os convenientes, e deverão ser objeto de termo aditivo ao presente Convênio.

2.4 As prestações de contas, serão através de relatório das ações com a descrição detalhada dos serviços executados no período e balancete de prestação de contas (Anexo II) acompanhado dos extratos bancários da conta corrente vinculada com a movimentação das despesas realizadas do período, bem como as cópias dos documentos comprobatórios (folhas de pagamentos, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos) e os comprovantes de pagamentos das referidas despesas, que serão apresentadas em até 90 dias após recebimento de cada parcela, não podendo ser repassado nova parcela com prestação de contas em atraso.

3. VIGÊNCIA

3.1 Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 01 (um) ano (abril/2019 até março/2020), podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, com anuência em assembleia geral ordinária da AMMVI e CISAMVI.

4. DOS RECURSOS

4.1 As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão por conta de recursos próprios da AMMVI.

4.2 Os repasses bimestrais feitos pela AMMVI ao CISAMVI serão incorporados como receita orçamentária desta.

4.3 Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pela AMMVI estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CISAMVI contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

4.4 Na eventualidade de não prestação de contas dentro do prazo estabelecido ou de prestação de contas não aprovada, a AMMVI manterá em seus registros no ativo permanente estes valores até a sua regularização.

5. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1 Fica desde já o CISAMVI responsável por:

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

5.1.1 Promover o planejamento, contratação (nos termos da resolução nº 276/2019 - CISAMVI) e a gestão técnico-administrativa dos profissionais designados para execução direta ou indireta de todos os serviços necessários para o cumprimento do objeto deste Convênio;

5.1.2 Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste convênio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pela AMMVI;

5.1.3 Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na execução/manutenção do presente convênio;

5.1.4 Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;

5.1.5 Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei;

5.1.6 Prestar contas dentro do prazo estabelecido.

5.2 Ficam a AMMVI desde já responsável por:

5.2.1 Efetuar o repasse dentro do cronograma estabelecido, nos termos estipulados no item 2;

5.2.2 Inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;

5.2.3 Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento;

5.2.4 Realizar os registros dos repasses e controles das prestações de contas.

6. ALTERAÇÕES

6.1 Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

7.2 Havendo restrição na realização de despesas, ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, a AMMVI, mediante notificação escrita,

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

deverá informá-la ao CISAMVI, apontando as medidas que tomaram para regularizar a situação, de modo a garantir o repasse financeiro previsto neste instrumento.

7.3 O presente convênio poderá ser denunciado, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, com uma antecedência mínima de 30 dias, mediante comunicação expressa da parte interessada, sendo, ou não, assegurada a conclusão dos projetos em andamento.

7.4 Os conflitos, as dúvidas e os casos omissos oriundos deste instrumento serão resolvidos, administrativamente, entre as partes.

8. FORO

8.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau (SC), para dirimir quaisquer questões oriundas do presente convênio, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8.2 E, por estarem de acordo os partícipes, foi lavrado o presente Convênio, em cinco vias de igual teor e forma, assinadas pelos respectivos representantes, destinada uma para cada conveniente.

Blumenau, SC, 02 de abril de 2019.

AMMVI

Mario Hildebrandt - Presidente

CISAMVI

Ercio Kriek - Presidente

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

ANEXO – I

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES:

Meta	Etapa	Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Aquisição de Equipamento, insumos e Definição de Pessoal para Execução.	Mês	1	03/2019	03/2019
2	Desenvolvimento do Banco de Dados, que servirá como Base de dados para armazenamento das informações e BI (<i>business intelligence</i>) para leitura e utilização dos dados coletados.	Mês	12	03/2019	02/2020
3	Apoio ao processo de consolidação da regionalização através do planejamento integrado de ações e serviços de saúde.	Mês	12	03/2019	02/2020
4	Levantamento da Rede de Atenção Básica.	Mês	06	05/2019	10/2019
5	Levantamento da oferta de média e alta complexidade, pública ou privada.	Mês	06	05/2019	10/2019
6	Consolidação do pacto interfederativo e gestão participativa na região.	Mês	12	03/2019	02/2020
7	Apoio aos processos de monitoramento de indicadores, resultados financeiros e planejamento em saúde nos municípios.	Mês	12	03/2019	02/2020
8	Apoio à qualificação dos hospitais de referência da RAS para melhoria da eficiência do Acesso e Qualidade na atenção, bem como processos de referência e contra referência.	Mês	12	03/2019	02/2020
9	Monitoramento da integração e processo de referências da RUE.	Mês	12	03/2019	02/2020
10	Reconhecimento das Redes temáticas de atenção à saúde consolidadas na região de abrangência do Médio vale do Itajaí.	Mês	3	03/2019	05/2019
11	Implementação da RAS – Rede de Atenção à Saúde, como área de trabalho e acesso à informação para o Comitê de Governança Macrorregional.	Mês	06	05/2019	10/2019
12	Consolidação da Atenção Primária à Saúde como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde.	Mês	06	05/2019	10/2019
13	Análise e estruturação para serviço de Pronto Atendimento regionalizado.	Mês	04	03/2019	06/2019
14	Elaboração de planos de educação permanente em saúde em todos os pontos de atenção da RAS	Mês	02	01/2020	02/2020
15	Permanente - Fortalecimento da Gestão e Governança dos municípios para qualificação dos investimentos nas ações e serviços de saúde municipais e regionais	Mês	12	03/2019	02/2020
16	Permanente - Discussão sobre a regionalização e descentralização da Saúde.	Mês	12	03/2019	02/2020

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

PLANO DE APLICAÇÃO:

Cargo	C/H	QTD	Salário Por Cargo	Folha Anual	13º	FGTS	INSS Anual	Férias 1/3	Total
Assessor Técnico em Saúde	40	1	7.576,96	90.923,52	7.576,96	7.880,04	14.679,08	2.525,65	123.585,25
Auxiliar Administrativo	40	1	1.840,80	22.089,60	1.840,80	1.914,43	4.786,07	613,60	31.244,50
Totais	80	2	9.417,76	113.013,12	9.417,76	9.794,47	19.465,15	3.139,25	154.829,75

Resumo	Total
Folha	113.013,12
Encargos Sociais	41.816,63
Total do Aprovado Concedente	154.829,75

CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO - 2019/2020:

Origem dos Recursos	Março/19	Abril/19	Maio/19	Junho/19	Julho/19	Agosto/19	Setembro/19	Outubro/19	Novembro/19	Dezembro/19	Janeiro/20	Fevereiro/20	TOTAL
Concedente	-	25.805,00	-	25.805,00	-	25.805,00	-	25.805,00	-	25.805,00	-	25.804,75	154.829,75
Proponente - Contrapartida	48.609,00	-	48.609,00	-	48.609,00	-	48.609,00	-	48.609,00	-	48.609,50	-	291.654,50
Total	48.609,00	25.805,00	48.609,00	25.805,00	48.609,00	25.805,00	48.609,00	25.805,00	48.609,00	25.805,00	48.609,50	25.804,75	446.484,25

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDIAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBO



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

ANEXO II

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL Nº. 001/2019					
MÊS	ANO	PARCELA	DATA DEPÓSITO	CONTA XXX	
		XX de XX			
ENTIDADE CONVENIENTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI					
ENDEREÇO: Rua Alberto Stein, 466 – Velha – Blumenau – SC					
CEP: 89036-200			FONE: 47 3331-5818		
VALOR DA PARCELA: R\$					
OBJETO DO CONVÊNIO: Financiamento das despesas com folha de pagamento e encargos trabalhistas do mapeamento e diagnóstico da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no Vale do Itajaí.					
DOCUMENTOS			CREDOR / PRESTADOR	VALOR	DATA PAGTO
Nº	DATA	HISTÓRICO			
TOTAL GERAL					
Blumenau, XX de XX de 2019.					
_____ Diretor Executivo		_____ Presidente		_____ Contador	

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

Consórcios

AGIR

AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2019

Publicação Nº 1981340

A U T O R I Z A Ç Ã O DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de digitalização de processos, contemplando captação, tratamento, armazenamento e inclusão no sistema de gerenciamento de documentos utilizado pela AGIR.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

ü INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME (CNPJ nº 86.731.494/0001-08)

Descrição do item:	Fornecedor:	Valor total:
Contratação de empresa para prestação de serviço de digitalização de processos, contemplando captação, tratamento, armazenamento e inclusão no sistema de gerenciamento de documentos utilizado pela AGIR.	INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME, CNPJ nº 86.731.494/0001-08	R\$ 8.820,45

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 10 de abril de 2019.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2019

Publicação Nº 1981334

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 042/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de digitalização de processos, contemplando captação, tratamento, armazenamento e inclusão no sistema de gerenciamento de documentos utilizado pela AGIR.

CONTRATADO: INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME (CNPJ nº 86.731.494/0001-08)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 8.820,45 (oito mil oitocentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos).

DATA VIGÊNCIA: 11/04/2019 a 31/12/2019.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau (SC), em 10 de abril de 2019.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2019 - AGIR

Publicação Nº 1981337

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2019

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de digitalização de processos, contemplando captação, tratamento, armazenamento e inclusão no sistema de gerenciamento de documentos utilizado pela AGIR.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME (CNPJ nº 86.731.494/0001-08), para prestação de serviço de digitalização de processos, contemplando captação, tratamento, armazenamento e inclusão no sistema de gerenciamento de documentos utilizado pela AGIR.

E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 10 de abril de 2019.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

ARIS**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019**

Publicação Nº 1981134

RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 17, de 20 de fevereiro de 2019

Estabelece condições gerais para os procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como de aplicação de penalidades.

O Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições previstas nos artigos 8º, I, II, III e 28, II do Protocolo de Intenções de criação da Agência, e com fundamento no artigo 23 da Lei nº 11.445/2007, expede a seguinte Resolução Normativa:

CAPÍTULO I**DO OBJETIVO**

Art. 1º Esta Resolução estabelece, na forma que se segue, os procedimentos e as responsabilidades relativas às atividades de fiscalização realizadas pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) nas instalações do prestador de serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário nos municípios abrangidos pela Agência, e os procedimentos de aplicação de penalidades.

CAPÍTULO II**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para os fins desta resolução são adotadas as seguintes definições:

I - auto de infração: documento através do qual se imputa penalidade ao prestador de serviços pelo fato do cometimento de infração à legislação, aos contratos ou às normas técnicas, inclusive as expedidas pela ARIS;

II - equipe de fiscalização: um ou mais agentes públicos, acompanhados ou não de equipe de apoio técnico-operacional;

III - fiscalização eventual: atividade de fiscalização realizada em qualquer tempo, em função de situações emergenciais, solicitações formais de órgãos públicos ou para verificar o cumprimento de solicitações e determinações realizadas pela ARIS;

IV - fiscalização programada: atividade de fiscalização realizada com base em cronograma estabelecido pela ARIS, com prévio aviso da data e horário da fiscalização ao prestador de serviços;

V - não conformidade: situação ou procedimento adotado pelo prestador de serviços que não está de acordo com a legislação, com o contrato ou com as normas técnicas do setor de saneamento básico, inclusive com as expedidas pela própria ARIS;

VI – penalidade: sanção administrativa ou pecuniária pelo descumprimento de preceitos fixados em lei, nos contratos ou nas normas técnicas, inclusive as expedidas pela ARIS;

VII – prestador de serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário: o órgão ou entidade, inclusive empresa do titular, ao qual a lei tenha atribuído competência de prestar serviços públicos ou ao qual o titular tenha delegado a prestação dos serviços, observado o disposto no art. 10 da Lei nº 11.445/2007;

VIII - recomendação: medida facultativa a ser adotada pelo prestador de serviços, quando for aconselhável ajuste em sua conduta ou na prestação dos serviços, que não resulte de não-conformidade;

IX - relatório de fiscalização: documento que apresenta o resultado final da fiscalização programada ou eventual realizada pela ARIS;

X – relatório de visita: documento que relata, resumidamente e de forma clara, a visita técnica ou institucional realizada in loco pela ARIS;

XI – termo de notificação: documento através do qual se dá conhecimento ao prestador de serviços sobre as não conformidades na prestação dos serviços e as determinações necessárias;

XII – termo de compromisso (TC): instrumento que estabelece compromissos a serem cumpridos pela operadora, no sentido de elidir as não conformidades constatadas nas ações de fiscalização;

XIII – titular: O Município que possui por competência a prestação do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e

XIV – visita: atividade de cunho técnico ou institucional, sem caráter fiscalizatório e sancionador, que objetiva a interação da equipe técnica da ARIS com os agentes públicos municipais e os representantes dos prestadores de serviços.

CAPÍTULO III

DA AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 3º O processo administrativo de fiscalização deverá ser aberto sob número de protocolo ou controle da ARIS, em autos individualizados para cada fiscalização a ser realizada, de forma digital, identificando-se o escopo da fiscalização, o(s) município(s) abrangido (s), o(s) prestador(s) de serviços a serem fiscalizados e os agentes públicos responsáveis pela fiscalização, observando-se, no que couber, as regras e os princípios constantes da Lei n. 9.784/1999.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida

superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar penalidades e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação de qualquer interessado;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Art. 4º A Fiscalização tem por objetivos:

I - verificar as condições dos instrumentos, máquinas, equipamentos, instalações e os procedimentos utilizados pelo prestador dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

II - zelar para que a prestação do serviço se faça de forma adequada, primando pela regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação;

III - verificar as condições da prestação dos serviços dos sistemas fiscalizados, inclusive de atendimento aos usuários;

IV – identificar os pontos de não conformidades no sistema operacional e na prestação dos serviços públicos;

V – acompanhar e fiscalizar os investimentos e as metas previstas em contrato e/ou no Plano Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. Compete a Diretoria de Regulação a coordenação das atividades de fiscalização e à Coordenadoria de Fiscalização a responsabilidade pela realização das fiscalizações programadas e eventuais.

Art. 5º A fiscalização programada compreende as seguintes etapas:

I - comunicação ao prestador de serviços, preferencialmente por meio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, podendo haver, desde já, solicitação de documentos e realização de reunião prévia, a critério da ARIS;

II - vistorias técnicas, caracterizadas por inspeções das unidades e nos sistemas do prestador de serviços para verificação das condições físicas, operacionais e de qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo ser realizadas outras ações necessárias para a mais ampla fiscalização da prestação dos serviços;

III - registro de imagens datadas das não conformidades e demais situações relevantes para integrar o relatório de fiscalização;

IV – medições e ensaios realizados pela equipe de fiscalização, inclusive com equipamentos da ARIS, para verificação dos resultados obtidos pelo prestador de serviços;

V – solicitação de informações e novos documentos ao prestador de serviços ou a órgãos públicos, a fim de subsidiar as conclusões que subsidiarão a elaboração do relatório de fiscalização, em prazo a ser estabelecido pela ARIS;

VI - elaboração do relatório de fiscalização, contendo todas as análises de dados, informações e evidências apuradas durante a atividade de fiscalização, inclusive as não conformidades que serão objeto do termo de notificação com as determinações e recomendações a serem adotadas pelos prestadores de serviços e os respectivos prazos de resolução das irregularidades.

§ 1º O prestador de serviços deverá designar entre seus quadros um representante responsável pelo recebimento de comunicações e envio de informações à ARIS relativas à ação de fiscalização, devendo manter sempre os dados de contato atualizados, incluindo o nome do preposto do prestador de serviços, seu cargo, telefone, endereço eletrônico e outros meios disponíveis para contato, responsabilizando-se por mantê-lo permanentemente acessível.

§ 2º Quando constatada irregularidade na prestação dos serviços que comprometa a saúde pública ou a segurança fica dispensada a prévia emissão de relatório de fiscalização, devendo o responsável pela atividade de fiscalização providenciar a imediata expedição de termo de notificação ao prestador responsável pelos serviços.

§ 3º O uso, por terceiros, de imagens constantes dos relatórios de fiscalização produzidos pela ARIS deverá ser acompanhado de referência à fonte, dentro do contexto do relatório de fiscalização, a fim de manter a veracidade e fidedignidade da informação.

§ 4º Todos os documentos produzidos ou recebidos devem ser juntados aos autos do respectivo processo administrativo eletrônico.

Art. 6º Na comunicação da fiscalização programada ao prestador de serviços, por mensagem eletrônica, constará:

I - identificação e endereço da ARIS;

II – documentos a serem apresentados antes e durante a fiscalização in loco;

III - data do início da ação de fiscalização e data prevista para início das inspeções nas instalações do prestador de serviços fiscalizado;

IV - local e discriminação da ação de fiscalização;

IV - identificação do responsável pela Ação de Fiscalização, com cargo, telefone e endereço eletrônico para contato;

V - local e data da emissão da comunicação.

Parágrafo único. A ARIS poderá, a seu critério, solicitar reunião prévia com o prestador de serviços para explicitar os objetivos e métodos a serem adotados pela equipe de fiscalização, bem como solicitar informações eventualmente necessárias à ação de fiscalização programada.

Art. 7º Os prazos relativos ao envio, pelo prestador de serviços, das informações serão definidos pelo responsável pela ação de fiscalização, que poderá prorrogá-los mediante solicitação do prestador de serviços, bem como solicitar complementações ou reiterar suas solicitações caso as considere não

atendidas ou atendidas de forma insatisfatória.

Art. 8º A fiscalização eventual poderá ser realizada em qualquer tempo a fim de apurar situações emergenciais, atender solicitações de outros órgãos públicos ou verificar o cumprimento de solicitações e determinações realizadas pela ARIS, independentemente de prévia comunicação ao prestador de serviços.

Parágrafo único. Aplicam-se às fiscalizações eventuais as mesmas regras constantes do art. 5º, desta resolução, com exceção do inciso I do referido artigo.

Art. 9º A ação de fiscalização será consubstanciada em relatório de fiscalização, do qual se emitirá o termo de notificação, quando constadas não conformidades decorrentes do descumprimento da legislação, dos contratos ou das normas técnicas, inclusive as expedidas pela ARIS.

Parágrafo único. O relatório de fiscalização deverá ser emitido em prazo de até 15 (quinze) dias úteis, prorrogável por igual período, com a devida justificativa do técnico responsável, devendo conter, no mínimo:

- I - identificação da ARIS e respectivo endereço;
- II - identificação do prestador de serviços e respectivo endereço;
- III - definição do objetivo da fiscalização;
- IV – data e horário de realização da fiscalização;
- V - descrição clara e precisa dos fatos apurados/constatados;
- VI – relação das não conformidades (irregularidades), com indicação da legislação e das normas infringidas, caso existentes;
- VII - relação das recomendações, quando for o caso;
- VIII - identificação do responsável pela ação de fiscalização, com seu cargo, função e assinatura; e
- IX - local e data do relatório.

CAPÍTULO IV

DO TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Art. 10. Presente qualquer não conformidade nas fiscalizações programadas ou eventuais, compete ao Coordenador de Fiscalização ou, em sua ausência, ao Diretor de Regulação, a emissão do termo de notificação, dando-se ciência ao prestador dos serviços dos fatos imputados e da possibilidade de apresentação de informações.

§ 1º O termo de notificação deverá ser emitido/digitalizado, contendo:

- I - identificação da ARIS e respectivo endereço;
- II – identificação do prestador de serviços e respectivo endereço;
- III – descrição dos fatos apurados/constatados;
- IV - relação das não conformidades (irregularidades), com indicação da legislação e das normas

infringidas e das atividades necessárias para correção;

V – relação das determinações e recomendações, quando for o caso;

VI - prazos para correção das não conformidades e para atendimento das determinações e recomendações;

VII - a indicação do prazo de 15 (quinze) dias úteis para, se for o caso, apresentação de manifestação;

VIII - identificação do representante da ARIS, cargo, função, data e assinatura.

§ 2º O termo de notificação será entregue ou enviado mediante mensagem eletrônica, ou por outro meio que comprove o respectivo recebimento, ao representante designado pelo prestador de serviços, para conhecimento e manifestação, se for o caso, sempre acompanhado do respectivo relatório de fiscalização, salvo nas situações elencadas no artigo 5º, § 2º desta Resolução.

§ 3º Uma cópia do termo de notificação será remetida ou entregue, para efeito de comunicação, ao titular dos serviços.

Art. 11. O prestador de serviços terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento do termo de notificação, para manifestar-se sobre seu objeto, inclusive podendo juntar a documentação que julgar conveniente.

§ 1º A manifestação do prestador de serviços deve ser dirigida ao Diretor de Regulação, apresentada no protocolo geral da sede da ARIS ou ser encaminhada por mensagem eletrônica e, excepcionalmente, por via postal.

§ 2º Decorrido este prazo, independentemente da apresentação de manifestação pelo prestador de serviços, os autos do processo administrativo serão encaminhados à Diretoria de Regulação, a quem compete a lavratura de auto de infração caso prevaleçam as informações e não conformidades constantes do termo de notificação.

§ 3º Quando da análise da manifestação do prestador de serviços, poderão ser solicitadas outras informações julgadas necessárias ao melhor esclarecimento dos fatos relatados.

§ 4º A Diretoria de Regulação poderá, excepcionalmente, conceder prorrogação do prazo para manifestação, desde que solicitada tempestivamente e devidamente justificada.

Art. 12. O termo de notificação será arquivado pela Diretoria de Regulação quando consideradas procedentes as alegações do prestador de serviços ou quando atendidas as determinações e regularizadas as não conformidades nos prazos estabelecidos no próprio termo de notificação.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

Art. 13. Proceder-se-á a abertura do processo administrativo punitivo mediante lavratura do auto de infração, nos mesmos autos do processo de fiscalização, nos seguintes casos:

I – comprovação da não conformidade;

II – ausência de defesa/manifestação tempestiva da interessada;

III – insuficiência das alegações apresentadas; ou

IV - desatendimento das determinações e/ou não regularização das não conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

Art. 14. O auto de infração será emitido, pelo Diretor de Regulação da ARIS, contendo:

I - identificação da ARIS e respectivo endereço;

II - identificação da autuada e respectivo endereço;

III – descrição dos fatos apurados/constatados;

IV - relação das não conformidades (irregularidades), com indicação dos dispositivos legais, regulamentares ou contratuais infringidos e as respectivas penalidades;

V - prazos para regularização;

VI - a indicação do prazo de 30 (trinta) dias úteis para recolhimento da multa ou, se for o caso, apresentação de defesa administrativa;

VII – as instruções para o recolhimento da multa; e

VIII - o local, data da lavratura, identificação do Diretor de Regulação autuante e a possibilidade de apresentação de defesa administrativa ao Diretor-Geral.

§ 1º O auto de infração será entregue ou enviado mediante mensagem eletrônica, ou por outro meio que comprove o respectivo recebimento, ao representante designado pelo prestador de serviços.

§ 2º Uma cópia do auto de infração será remetida ou entregue, para efeito de comunicação, ao titular dos serviços.

CAPÍTULO VI

DA DEFESA ADMINISTRATIVA CONTRA O AUTO DE INFRAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Art. 15. Da lavratura do auto de infração poderá a parte interessada apresentar defesa administrativa no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do seu recebimento.

§ 1º A defesa administrativa será dirigida ao Diretor-geral e este julgará mantendo ou não o Auto de Infração, no todo ou em parte, sempre fundamentando as suas razões.

§ 2º Da decisão caberá recurso administrativo ao Conselho de Regulação, que será admitido com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da sua publicação ou por meio de seu representante legal, mediante mensagem eletrônica ou por outro meio que comprove o respectivo recebimento.

§ 3º O recurso administrativo deve ser apresentado no protocolo geral da ARIS ou ser encaminhado por mensagem eletrônica e, excepcionalmente por via postal, sendo dirigido ao Diretor-geral, que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso ao Conselho de Regulação da ARIS, que poderá ratificar, reformar ou anular, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

§ 4º O Conselho de Regulação terá o prazo de até 2 (duas) reuniões para decidir sobre o recurso administrativo, contados a partir do recebimento dos autos pelo relator, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

§ 5º Será designado como relator, mediante sorteio, um dos membros do Conselho de Regulação da ARIS, para elaboração de relatório e voto.

§ 6º Da decisão do Conselho de Regulação da ARIS não caberá qualquer outro recurso.

§ 7º A autuada deverá ser cientificada da decisão do Conselho de Regulação da ARIS, através de seu representante legal, mediante mensagem eletrônica ou por outro meio que comprove o respectivo recebimento.

§ 8º Aplicam-se as regras e os procedimentos previstos no Decreto/ARIS nº 008, de 29 de abril de 2011 ou outro que venha a substituí-lo, que estabelece o regimento interno da ARIS.

CAPÍTULO VII

DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 16. Poderá a ARIS, a seu critério, alternativamente à imposição de penalidade ou como medida preventiva de irregularidade ou dano futuro, por iniciativa própria ou do prestador, tomar do prestador compromisso de corrigir as não conformidades às disposições legais, regulamentares ou contratuais aplicáveis.

§ 1º O Termo de Compromisso (TC) será submetido à aprovação do Conselho de Regulação da ARIS.

§ 2º As metas de compromissos objeto do referido termo deverão, no seu conjunto, ser compatíveis com as obrigações previstas nos regulamentos e/ou contratos que regem a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

§ 3º Do compromisso constará, necessariamente, o estabelecimento de multa diária pelo seu descumprimento.

§ 4º A multa a que se refere o parágrafo anterior poderá ser imposta antes do prazo final estabelecido no TC na hipótese de descumprimento a etapas e prazos parciais de execução das obrigações assumidas.

§ 5º Constatado o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo prestador no TC, a ARIS emitirá declaração atestando a quitação.

§ 6º O TC poderá ser revisto quando situações supervenientes imprevisíveis, de ordem extraordinária e extracontratual, acarretarem desequilíbrio financeiro que impeça a execução das obrigações originalmente assumidas pelo prestador.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A qualquer momento poderá ser solicitado pelo Diretor de regulação, pelo Diretor-geral ou pelo Conselho de Regulação da ARIS a emissão de parecer jurídico sobre fato determinado que gere dúvida quanto à legalidade de ato administrativo expedido ou procedimento adotado pela Agência.

Art. 18. As decisões da ARIS deverão ser fundamentadas e publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Art. 19. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e encerrando-se em dia útil da semana, devendo os dias ser contados em dias úteis.

Art. 20. A presente Resolução aplica-se, no que couber e observadas as disposições definidas em contratos de programa, concessões e parcerias público-privadas, aos prestadores de serviços vinculados à Administração Direta e Indireta e às empresas privadas responsáveis, no todo ou em sua parte, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 21. As dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução serão resolvidas pelo Conselho de Regulação da ARIS.

Art. 22. Revoga-se a Resolução Normativa nº 002, de 25 de agosto de 2011.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2019.

Conselheiro Gilberto Valente Canali (Presidente Interino)

Conselheiro Roberto Aurélio Merlo

Conselheiro Silvo José Martins Filho

Conselheira Stefânia Martins Hofmann Mohedano

Conselheiro Marco Aurélio Alberton

Conselheiro Paulo Sérgio Jordani

Conselheiro Eduardo Luiz Pereira

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1981138

RESOLUÇÃO NORMATIVA n. 18, de 27 de março de 2019

Dispõe sobre as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

O Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso de suas atribuições previstas nos artigos 8º, I, II, III, 28, II e 98 do Contrato de Consórcio Público, com fundamento no art. 23 da Lei nº 11.445/2007, expede a seguinte Resolução Normativa:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Esta Resolução determina as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, define as hipóteses de aplicação e das outras providências.

§ 1º As penalidades previstas nesta Resolução serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas específicas, definidas nos contratos de programa ou concessão e na legislação vigente, incluindo as normas editadas ou homologadas pela ARIS, desde que não impliquem mais de uma sanção para uma mesma infração.

§ 2º No caso de divergência quanto a definição e valoração das infrações ou quanto a correlação com as penalidades, prevalecerá o que constar na legislação específica do titular dos serviços ou nos contratos celebrados.

§ 3º Caso haja a definição das penalidades em lei ou contrato, em havendo omissão na forma de aplicação e gradação das mesmas, aplicam-se os preceitos desta Resolução no que for compatível com aquelas normas legais e contratuais.

Art. 2º Para efeito de interpretação desta Resolução, entende-se por:

I - contrato de programa ou concessão: instrumento pelo qual o titular delega ao prestador de serviços a prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, por conta e risco do concessionário ou do parceiro privado;

II - determinação: a obrigação que deverá ser cumprida pelo prestador de serviços a fim de cessar ou corrigir situação caracterizada como não conformidade, restabelecendo situação de normalidade;

III - economia: moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário;

IV - sistema de abastecimento de água: conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de captação, elevação, adução, tratamento, preservação e distribuição de água potável;

V - sistema de esgotamento sanitário: conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários;

VI - serviço adequado: é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas; e

VII - unidade usuária: economia ou conjunto de economias atendidos através de uma única ligação de água e/ou de esgoto sanitário.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 3º As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I – advertência;

II – multa;

III – embargo de obra ou serviço;

IV – intervenção administrativa; e

V – declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§1º Além da aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda a adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º Caso o prestador de serviços tenha acatado as determinações constantes do Termo de Notificação, no prazo e nas condições estabelecidas pela ARIS, deverá o Diretor de Regulação, abster-se da lavratura de Auto de Infração, promovendo o arquivamento do processo de fiscalização.

§ 3º Quando constatado pela ARIS, após a instrução processual e análise das defesas técnicas e jurídicas carreadas ao processo pelo prestador de serviço que, o fato ou evento causador da lavratura do auto de infração foi causado por fato de terceiro, caso fortuito e força maior será reconhecida a causa excludente de responsabilização da prestadora de serviços, sem imputação de qualquer penalidade à mesma.

Art. 4º Considera-se reincidência a autuação em prática de infração tipificada no mesmo dispositivo em que haja sido punida anteriormente em decisão final de que não caiba mais recurso administrativo, dentro do prazo de 2 (dois) anos contados da data de recebimento do primeiro Auto de Infração e da lavratura do novo Auto de Infração.

Art. 5º Na fixação do valor final das multas serão consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo prestador de serviços e a existência de sanção anterior nos últimos 2 (dois) anos.

Art. 6º Na hipótese da ocorrência concomitante de mais de uma infração em uma mesma fiscalização, serão aplicadas, simultânea e cumulativamente, as penalidades correspondentes a cada uma delas, com a emissão de um único auto de infração.

Seção II

Das Infrações

Art. 7º É infração do Grupo 1, de natureza leve, sujeita a penalidade de advertência ou multa, o descumprimento das seguintes obrigações:

I – disponibilizar ao usuário estrutura adequada nos locais de atendimento, inclusive no site institucional do prestador de serviços:

- a) espaço para registros como pedidos de: informação, reclamação, sugestão, denúncia ou elogio;
- b) as normas e padrões do prestador de serviços;
- c) a tabela com as tarifas vigentes;
- d) a tabela com os serviços cobráveis (preços públicos) e prazo para sua execução;
- e) tabela com as infrações e irregularidades sujeitas à multa;
- f) as resoluções da ARIS; e
- g) o número de telefone do prestador de serviços e da ARIS;

II - manter organizado e atualizado o cadastro relativo a cada unidade usuária, com informações que permitam a identificação do usuário, sua localização, os valores faturados e o histórico de consumo dos últimos 5 (cinco) anos, bem como quaisquer outros dados exigidos por lei, contrato de programa ou concessão, ou regulamento dos serviços;

III - manter atualizado junto à ARIS e ao titular dos serviços o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) e o endereço completo, inclusive as respectivas formas de comunicação que possibilitem fácil acesso ao prestador de serviços;

IV - entregar a fatura ao usuário, na forma e nos prazos estabelecidos na legislação aplicável;

V - constar na fatura todas as informações exigidas na legislação aplicável;

VI - prestar serviços de atendimento comercial somente através de pessoal com a devida identificação e o devido treinamento e capacitação, comprovado através de documento hábil;

VII - prestar informações quando solicitadas pelos usuários ou conforme determinado pela legislação aplicável, regulamento ou contrato de programa ou concessão; e

VIII - disponibilizar número de telefone para atendimento das solicitações de seus serviços, consoante estabelecido na legislação aplicável, nos contratos ou nas normas de regulação.

Art. 8º É infração do Grupo 2, de natureza média, sujeita a penalidade de advertência ou multa, o descumprimento das seguintes obrigações:

I - atender as solicitações de serviços nos prazos e condições estabelecidas na legislação e/ou no contrato de programa ou concessão, incluindo-se nestes prazos os negociados entre o prestador de serviços e o usuário;

II - comunicar previamente aos usuários do corte do abastecimento de água e/ou da coleta de esgoto dentro dos prazos pré-estabelecidos, com breve exposição de motivos;

III – comunicar imediatamente a ARIS e aos órgãos competentes situações de emergências que possam resultar na interrupção da prestação dos serviços ou causem transtornos à população;

IV - cumprir as normas relacionadas ao aviso prévio para a suspensão ou interrupção programada do fornecimento de água;

V - restituir ao usuário os valores recebidos de forma indevida, nos prazos estabelecidos na legislação aplicável, no contrato de programa ou concessão ou nas normas de regulação;

VI - utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições atuais, adequadas e em quantidade suficientes, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário;

VII - manter as instalações do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em bom estado de limpeza e organização;

VIII - responder as reclamações do usuário, na forma e nos prazos estabelecidos;

IX – não suspender a prestação dos serviços enquanto a reclamação do usuário, comunicada ao prestador de serviços, estiver sendo objeto de análise por parte da ARIS, salvo por razões diversas do objeto da reclamação pendente;

X - encaminhar à ARIS as informações necessárias a elaboração dos indicadores utilizados para a apuração da quantidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e econômico-financeiros na forma e nos prazos estabelecidos nos dispositivos legais aplicáveis;

XI - manter registro atualizado das reclamações e solicitações dos usuários, com anotação da data, horário, o nome do atendente, o nome do usuário e o objeto da reclamação ou solicitação;

XII - cumprir as normas técnicas e os procedimentos estabelecidos para a implantação ou operação das instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

XIII – instalar equipamentos de medição de água nas unidades usuárias, salvo nos casos específicos previstos em lei, regulamento ou contrato de programa ou concessão;

XIV - realizar a medição do consumo de água tratada, a estimativa do volume de esgoto coletado

e o faturamento em conformidade com a legislação aplicável, o contrato de concessão ou programa ou as normas regulatórias;

XV - apurar e registrar, separadamente, os investimentos, as receitas, as despesas e os custos de todas as etapas dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, observadas as normas contábeis, societárias e regulatórias;

XVI - operar os sistemas de abastecimento de água com a instalação de macromedição adequada;

XVII - manter a pressão nas redes de distribuição de água potável dentro dos limites e das condições estabelecidas nas normas vigentes;

XVIII - realizar, mantendo o devido registro, a limpeza periódica dos reservatórios de acumulação e distribuição de água, de acordo com a legislação aplicável e as normas técnicas;

XIX - obter no prazo adequado junto às autoridades competentes as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução de obras ou de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ressalvadas as situações devidamente justificadas;

XX - executar as obras de reparação do pavimento das vias públicas e dos passeios, reinstalar o mobiliário urbano e a sinalização viária horizontal e vertical, conforme as diretrizes, especificações técnicas e prazos estabelecidos nas normas municipais ou nos regulamentos;

XXI - cumprir as normas de gestão dos mananciais de abastecimento e das respectivas áreas de proteção;

XXII - dispor adequadamente a água e os resíduos resultantes da limpeza das unidades da estação de tratamento de água, dos reservatórios e das estações de tratamento de esgoto; e

XXIII – efetuar o pagamento no respectivo vencimento, de qualquer das obrigações relativas às parcelas mensais do repasse de regulação à ARIS.

Art. 9º É infração do Grupo 3, de natureza alta, sujeita a penalidade de multa, o descumprimento das seguintes obrigações:

I - fornecer água, por meio do sistema público de abastecimento, dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos em legislação e/ou normas técnicas específicas da autoridade de saúde;

II - comunicar de forma imediata aos usuários, a ARIS e os demais órgãos públicos competentes qualquer anormalidade no padrão de qualidade da água potável que possa colocar em risco a saúde da população;

III - comunicar de imediato a ARIS e as autoridades competentes sanitárias, de meio ambiente e gestão de recursos hídricos acidentes de contaminação que afetem o fornecimento de água bruta;

IV - assegurar o fornecimento de água, em caráter permanente, a população, sem interrupções decorrentes de deficiência nos sistemas ou capacidade inadequada;

V – remeter à ARIS, na forma e nos prazos estabelecidos, todos os dados e informações solicitadas, inclusive para os procedimentos de reajuste e revisão tarifária;

VI – encaminhar à ARIS, na forma e nos prazos estabelecidos, informações contábeis, econômicas e financeiras, inclusive quanto aos procedimentos de Ouvidoria, definidas nas disposições legais, regulamentares e contratuais;

VII - implementar, na forma e nos prazos previstos, as metas definidas e aprovadas nos planos de saneamento básico editados pelo titular dos serviços e nos contratos de programa ou concessão;

VIII – efetuar nas instalações do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitários, nos prazos estabelecidos, reparos, melhoramentos, substituições e modificações, consideradas de caráter urgente;

IX - realizar a contabilidade regulatória sempre em conformidade com as normas, procedimentos e instruções aplicáveis ao setor de saneamento básico;

X - manter registro, controle e inventário físico dos bens e das instalações relacionados a atividade desenvolvida e zelar pela sua integridade, inclusive aqueles de propriedade do titular dos serviços, em regime especial de uso;

XI - facilitar a fiscalização da ARIS o acesso às instalações, bem como a documentos e quaisquer outras fontes de informação pertinentes ao objeto da fiscalização;

XII - atender aos requisitos de qualidade dos efluentes das estações de tratamento de esgoto, conforme os padrões estabelecidos na legislação vigente;

XIII - efetuar a cessão ou transferência de bens vinculados ao serviço, a qualquer título, bem como dar em garantia estes bens somente com a prévia autorização do titular dos serviços, nos termos definidos em contrato de concessão ou de programa;

XIV - conservar documentação de interesse da ARIS por 5 (cinco) anos ou mais, conforme exigências fixadas nas normas regulamentares e em contrato de concessão ou programa;

XV - elaborar planos de emergência e contingência conforme as disposições legais, regulamentares e contratuais;

XVI - realizar auditoria e certificação de investimentos sempre em conformidade com as normas, procedimentos, disposições contratuais e instruções aplicáveis ao setor de saneamento básico;

XVII - estabelecer medidas e procedimentos de racionamento e racionalização no abastecimento de água sempre com prévia autorização da ARIS;

XVIII - fornecer informação idônea a ARIS, ao titular dos serviços ou ao usuário;

XIX – praticar valores de tarifas e outros preços públicos observando as deliberações da ARIS;

XX - proceder a alteração do estatuto social, a transferência de ações que implique mudança de

seu controle acionário, bem como efetuar reestruturação societária da empresa mediante prévia anuência do Poder Concedente, nos termos dispostos em contrato de concessão ou de programa;

XXI – registrar, em separado, as atividades que não sejam objeto do contrato de delegação da prestação do serviço; e

XXII - cumprir qualquer determinação da ARIS, na forma e no prazo estabelecido.

Seção III

Da Advertência

Art. 10. A penalidade de advertência poderá ser imposta pela ARIS desde que nos 2 (dois) anos anteriores não exista sanção de mesma natureza.

§ 1º Por simples culpa compreende-se as situações em que a conduta irregular seja praticada, por omissão ou comissão, com negligência, imperícia ou imprudência do prestador de serviços, em circunstâncias que não acarretem grave prejuízo aos usuários.

§ 2º Deverá ser aplicada a penalidade de multa nas hipóteses de infrações de natureza alta, descumprimento da penalidade de advertência e reincidência, independentemente da lavratura de novo termo de notificação, cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento anual bruto, correspondente as receitas de abastecimento de água e esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração.

Seção IV

Das Multas

Art. 11. A multa deverá observar o percentual máximo definido nos contratos ou, nos casos omissos, os percentuais e valores estabelecidos nesta Resolução.

Art. 12. Na fixação dos valores das multas serão consideradas a gravidade da infração e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 13. A pena de multa será aferida em duas etapas:

I - Primeiramente, proceder-se-á a fixação da pena-base;

II - Posteriormente, sobre ela serão aplicadas as circunstâncias agravantes e atenuantes, se houver, de modo a determinar o valor final da penalidade.

Art. 14. A pena-base, será calculada aplicando-se a alíquota correspondente a gravidade da não conformidade/infração, da seguinte forma:

I - 0,2% (dois décimos por cento) do faturamento anual bruto, se a infração for de natureza leve, correspondente ao Grupo 1, limitado ao valor de R\$ 5.000,00, por infração;

II - 0,3% (três décimos por cento) do faturamento anual bruto, se a infração for de natureza média, correspondente ao Grupo 2, limitado ao valor de R\$ 10.000,00, por infração; e

III - 0,4% (quatro décimos por cento) do faturamento anual bruto, se a infração for de natureza alta, correspondente ao Grupo 3, limitado ao valor de R\$ 20.000,00, por infração.

§ 1º Para fins de definição dos valores das multas, entende-se por valor do faturamento anual bruto as receitas oriundas da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário correspondente ao ano fiscal anterior a lavratura do Auto de Infração.

§ 2º Inexistindo faturamento no ano fiscal anterior, ou sendo este parcial, adotar-se-á como parâmetro de cálculo o último faturamento disponibilizado pelo prestador.

Art. 15. A ocorrência de cada uma das circunstâncias agravantes implica aumento de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base aferida.

Parágrafo único. Consideram-se circunstâncias agravantes:

I - ser o prestador de serviços reincidente, exceto se a punição anterior aplicada tenha sido

advertência;

II - decorrer da infração riscos à saúde ou ao meio ambiente; e

III - ter o prestador de serviços agido com dolo.

Art. 16. A ocorrência de cada uma das circunstâncias atenuantes implica redução de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base aferida.

Parágrafo único. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

I - ter o prestador de serviços adotado providências para evitar, minimizar ou reparar os efeitos danosos da infração;

II - ter o prestador de serviços comunicado a ARIS, voluntariamente, a ocorrência da infração; e

III - a ocorrência de equívoco justificável na compreensão das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes a infração, claramente demonstrado em processo.

Art. 17. A omissão no recolhimento da multa no prazo estipulado no auto de infração, sem interposição de defesa ou recurso, ou no prazo estabelecido em decisão irrecorrível na esfera administrativa, acarretará a inscrição do valor correspondente em dívida ativa do titular dos serviços, com aplicação de juros e multa de mora.

§ 1º Os juros de mora serão calculados à taxa referencial do Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) acumulada mensalmente, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento.

§ 2º A multa de mora será calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite máximo de 20% (vinte por cento). A multa de mora deve ser calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o recolhimento da multa até o dia em que ocorrer o seu pagamento.

§ 3º Caso a legislação do titular dos serviços estabeleça procedimentos e padrões diferentes para a incidência e apuração dos valores de juros e multa, adotar-se-á o ali estabelecido.

Art. 18. Toda multa deverá ser paga mediante depósito bancário identificado em nome do prestador de serviços, em conformidade com as condições estabelecidas no auto de infração, não sendo admitidas compensações, nem tampouco sua contabilização como custos para efeito de cálculo tarifário, devendo estes custos serem sempre contabilizados separadamente, de modo que não onerem a tarifa.

Art. 19. Os valores das multas em razão da aplicação desta Resolução serão revertidos em favor do titular dos serviços, preferencialmente ao respectivo Fundo Municipal de Saneamento.

Seção V

Do Embargo de Obra ou Serviço

Art. 20. A ARIS poderá propor às autoridades competentes o embargo de obras ou serviços e a interdição das instalações que ponham em risco a integridade física ou patrimonial de terceiros, sem prejuízo de outras penalidades.

Parágrafo único. Na hipótese da aplicação das penalidades de embargo de obras ou serviços e de interdição de instalações, o recurso será recebido sem o efeito suspensivo.

Seção VI

Da Intervenção Administrativa

Art. 21. A ARIS poderá propor ao titular dos serviços a intervenção administrativa, em caso de:

I - prestação de serviços em desacordo com as condições estabelecidas nos contratos e demais normas reguladoras do setor;

II - desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de gestão que coloque em risco a continuidade dos serviços;

III - verificação de reiteradas infrações a normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes,

não regularizadas após determinação da ARIS; e

IV - pedido de recuperação judicial.

§ 1º Declarada a intervenção pelo titular dos serviços, a ARIS instaurará, no prazo de trinta dias, procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa, devendo o mesmo ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

§ 2º Para os atos de alienação e disposição do patrimônio do prestador de serviços, o interventor necessitará de prévia autorização do diretor-geral da ARIS.

§ 3º O interventor prestará contas à ARIS e responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

Seção VII

Da Declaração da Viabilidade da Caducidade ou Rescisão Contratual

Art. 22. A ARIS poderá propor ao titular dos serviços, ao seu critério, e de forma fundamentada, a caducidade da delegação ou a rescisão contratual, nos termos da Lei federal nº 8.987/1995, quando o prestador de serviços:

I - prestar os serviços de forma inadequada ou ineficiente, tendo por base, as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

III - perder a condição econômica, técnica ou operacional para manter a adequada prestação do serviço outorgado em contrato de programa ou concessão;

IV - não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

V - não atender as determinações da ARIS no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VI - for condenado em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

Art. 23. A aplicação da penalidade de caducidade do contrato de delegação é de competência do titular dos serviços, que poderá promovê-la por sua iniciativa ou mediante declaração pela recomendação de caducidade pela ARIS.

Parágrafo único. A decisão do titular dos serviços sobre a declaração de caducidade da delegação não está vinculada à recomendação da ARIS.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os procedimentos administrativos a serem adotados nas reclamações de usuários e nas Ações de Fiscalização das instalações e serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário observarão, no que couber, as disposições de resolução específica da ARIS.

Art. 25. As decisões da ARIS deverão ser fundamentadas e publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Art. 26. A presente Resolução aplica-se, no que couber, aos prestadores de serviços vinculados a Administração Direta e Indireta e as empresas públicas e privadas responsáveis, no todo ou em sua parte, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios abrangidos pela ARIS.

Art. 27. As dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução serão resolvidas pelo Conselho de Regulação da ARIS.

Art. 28. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Art. 29. Revoga-se a Resolução Normativa nº 003, de 25 de agosto de 2011.

Art. 30. Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Florianópolis, 27 de março de 2019.

Conselheiro Roberto Aurélio Merlo (Presidente)
Conselheiro Silvio José Martins Filho
Conselheira Stefânia Martins Hofmann Mohedano
Conselheiro Marco Aurélio Alberton
Conselheiro Eduardo Luiz Pereira

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1981142

RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 19, de 27 de março de 2019**Estabelece Condições Gerais da Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.**

O Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições previstas nos artigos 8º, I e 28, II do Protocolo de Intenções de criação da Agência, e com fundamento no art. 23 da Lei federal nº11.445/2007, expede a seguinte Resolução Normativa:

**CAPÍTULO I
DO OBJETIVO**

Art. 1º Esta Resolução destina-se a estabelecer as condições gerais a serem observadas na prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário pelos prestadores de serviços regulados pela ARIS e disciplinar o relacionamento entre estes e os usuários.

Parágrafo único. O Anexo Único faz parte integrante da presente norma de regulação.

Art. 2º A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, financeira e orçamentária, compete fiscalizar o cumprimento desta Resolução, nos termos dos artigos 162 a 167.

**CAPÍTULO II
DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO
SANITÁRIO****Seção I****Da competência do Prestador de Serviços**

Art. 3º Compete ao prestador de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, a execução das obras e instalações necessárias; a operação, ampliação e manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, reservação e distribuição de água; a coleta, o transporte, o tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, a medição dos consumos; o gerenciamento adequado dos resíduos provenientes dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; o faturamento, a cobrança e a arrecadação de valores e o monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observados os planos de saneamento e os contratos administrativos de delegação dos serviços, concessão ou de programa, inclusive de terceirização, no regime da Lei nº 8.666/93, para determinadas atividades.

Parágrafo único. Aplica-se ao caput os serviços prestados diretamente, mediante órgão ou entidade de sua administração direta ou que integre a sua administração indireta por órgão municipal ou por serviço autônomo municipal e ainda usuários organizados em cooperativas ou associações nos termos do inciso I, §1º do art. 10 da Lei federal nº 11.445/2007.

Art. 4º O prestador de serviços é responsável pela prestação adequada a todos os usuários,

satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 5º São de responsabilidade do prestador os serviços de abastecimento de água do imóvel até o cavalete, inclusive, e, os serviços de esgotamento sanitário do imóvel, a partir da caixa de inspeção externa, inclusive, situada no passeio público ou na testada do imóvel.

§ 1º As instalações das unidades usuárias de água e esgoto serão definidas e projetadas conforme normas do prestador de serviços, do INMETRO e da ABNT, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais vigentes.

§ 2º Quaisquer critérios e/ou parâmetros distintos adotados pelo prestador de serviços ou pelos usuários, que não sigam as normas técnicas adotadas, deverão ser tecnicamente justificados.

§ 3º É de responsabilidade do usuário a adequação técnica, a manutenção e segurança das instalações internas da unidade usuária, situadas além do ponto de entrega de água e/ou de coleta de esgoto.

§ 4º Ficará a cargo do usuário a aquisição e montagem do padrão de ligação de água, exceto o hidrômetro e cavalete, conforme normas do prestador de serviços.

§ 5º O prestador de serviços não será responsável, ainda que tenha procedido à vistoria, por danos causados a pessoas ou bens decorrentes de defeito nas instalações internas do usuário, ou por sua má utilização.

Seção II

Das Obras e Danos aos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Art. 6º No caso das obras de ampliação, quando não observada a devida comprovação de viabilidade econômica e não estando as mesmas previstas nos planos municipais de saneamento básico, as despesas correrão por conta exclusiva do prestador dos serviços, salvo se previamente autorizadas pelo respectivo Município.

Art. 7º O prestador de serviços deverá, nas fases de elaboração dos projetos e execução das obras, obter todas as licenças que se fizerem necessárias, arcando inclusive com o pagamento dos custos correspondentes, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e ainda cumprir todas as especificações e normas técnicas que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção quanto na de operação.

Art. 8º As redes de distribuição de água e de coleta de esgotos sanitários e seus acessórios serão assentadas em logradouros públicos pelo prestador de serviços, que executará e/ou fiscalizará as obras, sem prejuízo da fiscalização dos demais órgãos competentes.

Parágrafo único. O prestador de serviços deverá requerer do titular dos serviços as desapropriações e instituições de servidão e, após sua declaração de utilidade pública pelo titular, seja mediante processo administrativo ou por intermédio de ação judicial, arcará com o pagamento das indenizações correspondentes.

Art. 9º Deverá o prestador dos serviços providenciar a adequada sinalização dos locais de serviços,

comunicando, inclusive, aos órgãos de trânsito competentes, a fim de resguardar a segurança do tráfego de veículos e pedestres.

Parágrafo único. Após o término das obras, o prestador de serviços deverá criar condições para a pronta abertura parcial ou total do trânsito de veículos e pedestres, de forma que as vias estejam em perfeitas e adequadas condições de uso, respeitadas as posturas e normas de cada município.

Art. 10. Nos serviços que impliquem a demolição total ou parcial de muros e/ou passeios e na recomposição de pavimentos, caberá ao prestador de serviços a responsabilidade pela imediata execução e recomposição, limitada exclusivamente aos locais onde houve intervenção de serviços, sendo mantida compatível com o muro, passeio e/ou pavimento anterior, à exceção daquelas localidades em que o instrumento de delegação contemplar esses reparos como obrigações do titular dos serviços.

Parágrafo único. A restauração de muros, passeios e revestimentos, decorrentes de serviços solicitados pelo usuário em particular, será de sua inteira responsabilidade.

Art. 11. O prestador de serviços solicitará ao titular dos serviços autorização para implantação de redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em logradouros, cujos greides não estejam definidos.

Parágrafo único. Na omissão ou recusa do titular dos serviços em fornecer o greide, conforme determinado no caput deste artigo, o prestador de serviços não assumirá o ônus de possíveis remoções e/ou remanejamentos quando, na definição do greide, as tubulações e instalações tornarem-se tecnicamente inadequadas.

Art. 12. Não serão de responsabilidade do prestador de serviços as despesas referentes à remoção, recolocação ou modificação de tubulações e de instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em decorrência das obras que forem executadas por empresas ou órgãos da administração pública direta e indireta, federais, estaduais e municipais.

§ 1º No caso de obras executadas por particulares, as despesas de que trata este artigo serão custeadas pelos interessados e estarão sujeitas à anuência do prestador de serviços.

§ 2º Os danos causados às tubulações e instalações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão reparados pelo prestador de serviços, assegurado o direito de regresso contra o causador do dano, desde que provada a culpa ou dolo em processo administrativo.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CONDOMÍNIOS, CONJUNTOS HABITACIONAIS, LOTEAMENTOS E OUTROS A SEREM INTEGRADOS AOS SISTEMAS PÚBLICOS

Art. 13. Em empreendimentos privados e no caso de loteamentos públicos devidamente autorizados pelo titular dos serviços, o prestador de serviços somente poderá assegurar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário se, antecipadamente, por solicitação do interessado, analisar sua viabilidade técnica e econômico-financeira.

§ 1º Constatada a viabilidade, o prestador de serviços deverá fornecer as diretrizes para aprovação do projeto hidrossanitário/hidráulico com vista à futura interligação ligação aos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

§ 2º Não constatada a viabilidade, o interessado deverá arcar com os custos referentes à adequação do empreendimento para tornar viável os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme metodologia de cálculo e critérios definidos pelo prestador de serviços.

Art. 14. O prestador de serviços, após aprovação do projeto, fornecerá a licença para a execução das obras e dos serviços, mediante solicitação do interessado, que serão realizadas de acordo com as normas em vigor.

Parágrafo único. O projeto a ser submetido ao prestador de serviços também deverá estar de acordo com as normas em vigor.

Art. 15. As obras de que trata este capítulo serão custeadas pelo interessados, mediante a celebração de contrato específico para realização de obras de extensão ou melhorias do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e, poderão ser por ele executadas, a critério do prestador, sob a fiscalização deste e demais órgãos competentes.

Parágrafo único. Quando as instalações se destinarem a servir outras áreas, além das pertencentes ao interessado, o custo dos serviços poderá ser rateado entre os empreendedores beneficiados e/ou com o próprio prestador, mediante a celebração de contrato de parceria.

Art. 16. As interligações das tubulações de que trata este capítulo às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário somente serão executadas pelo prestador de serviços, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado, e, quando for o caso, efetivadas as cessões a título gratuito e pagas as despesas pelo interessado.

Parágrafo único. As obras de que trata este artigo terão seu recebimento definitivo após realização dos testes, avaliação do sistema em funcionamento, elaboração e aprovação do cadastro técnico, observadas as posturas municipais regulamentares vigentes.

Art. 17. Os imóveis de ruas particulares/fechadas poderão, a critério do prestador, ter serviços individuais de ramais prediais derivados dos ramais de distribuidor e coletor, ligados aos respectivos sistemas públicos do prestador de serviços.

Art. 18. Para os sistemas de condomínios horizontais e/ou verticais o prestador de serviços disponibilizará uma única ligação de água na testada do imóvel, ficando a critério da legislação municipal local definir sobre a individualização do sistema hidráulico das unidades internas da edificação dos condomínios.

§ 1º Os serviços de implantação, operação, manutenção e controle das unidades internas de medição do imóvel são de responsabilidade do condomínio.

§ 2º O Município deverá incentivar que as novas edificações condominiais adotem padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária.

Art. 19. As edificações ou grupamento de edificações, situadas internamente em cota:

I - superior ao nível piezométrico mínimo da rede pública de abastecimento de água, deverão ser abastecidos por meio de reservatórios e estação elevatória individual ou coletiva;

II - inferior ao nível da rede pública de esgotamento sanitário, deverão ser esgotados por meio de estação elevatória individual ou coletiva, podendo o prestador de serviços assumir a operação do equipamento, mediante contrato, se assim desejar.

§ 1º As estações elevatórias de que trata este artigo deverão ser construídas, operadas e mantidas pelos usuários, exceto no caso citado no inciso II deste artigo.

§ 2º Para construção da estação elevatória individual ou coletiva, é necessário aprovação de projeto e fiscalização da execução pela concessionária.

Art. 20. Sempre que for ampliado o condomínio, loteamento, conjunto habitacional ou agrupamento de edificações, as despesas decorrentes de melhoria ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário correrão por conta dos proprietários ou incorporadores.

CAPÍTULO IV
DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO
Seção I
Dos Tipos de Atendimento ao Usuário

Art. 21. O prestador de serviços deverá dispor de estrutura de atendimento própria ou contratada com terceiros, adequada às necessidades de seu mercado, por meio de profissionais, devidamente identificados e capacitados, e equipamentos em seus devidos estados de conservação, acessíveis a todos os seus usuários e que possibilite, de forma integrada e organizada, o encaminhamento de suas solicitações e reclamações.

§ 1º O prestador de serviços deverá dispor de sistema para atendimento aos usuários on-line e por telefone durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo a reclamação ou solicitação apresentada ser convenientemente registrada e numerada em formulário próprio, ressalvadas as condições estabelecidas pela ARIS, e considerando o porte do prestador.

§ 2º Os usuários terão à disposição no site institucional do prestador, nos escritórios e postos de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, exemplares desta resolução, do Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, da Tabela dos Prazos e Valores dos Serviços, do Manual de Atendimento ao Usuário, bem como os critérios para faturamento, para conhecimento ou consulta.

§ 3º O prestador de serviços deverá manter em seu site institucional e postos de atendimento, espaço destinado para registro de manifestação por escrito dos usuários.

§ 4º O registro de manifestação pelo usuário, mencionado no parágrafo anterior, será disponibilizado a partir do portal (web) na página de internet do prestador de serviços, observado o mesmo prazo de

resposta, a ser oferecido por meio de correio eletrônico, cujo endereço deverá ser informado pelo usuário;

§ 5º Todas as formas de comunicação realizadas por parte do prestador de serviços (orais ou escritas) devem ser de forma compreensível e de fácil atendimento, quando for o caso; e

§ 6º A ARIS poderá, justificadamente, atenuar os requisitos exigidos no presente artigo, a fim de compatibilizar com a estrutura do prestador de serviços e com as especificidades do poder concedente.

Art. 22. O prestador deverá possuir página na internet para acesso aos usuários, onde deverá disponibilizar, obrigatoriamente:

I - endereço das agências de atendimento presencial;

II - tabelas dos valores tarifários;

III - indicação dos documentos e requisitos necessários ao pedido de ligação de abastecimento de água ou esgotamento sanitário;

IV - tabela de serviços, preços públicos e prazos;

V - obtenção de segunda via de fatura por meio eletrônico;

VI - formulário para encaminhamento de solicitação ou reclamação de serviços;

VII - modelo de contrato de adesão e da fatura de cobrança;

VIII – manual de atendimento ao usuário;

IX - material informativo e educativo sobre os cuidados especiais para evitar o desperdício de água, a utilização da água fornecida, o uso adequado das instalações sanitárias, bem como outras orientações que entender necessárias;

X - link para o site da ARIS.

Art. 23. O prestador de serviços deverá comunicar ao usuário, por escrito ou por meio eletrônico (através de e-mail solicitado no cadastro), no prazo de até 15 (quinze) dias, sobre as providências adotadas quanto às solicitações e reclamações recebidas do mesmo.

§ 1º O prestador de serviços deverá informar o número do protocolo de atendimento quando da formulação da solicitação ou reclamação pelo usuário.

§ 2º Os tempos de atendimento às reclamações apresentadas pelos usuários serão medidos, levando em conta o tempo transcorrido entre a comunicação ao prestador de serviços e a regularização do serviço.

Art. 24. O prestador de serviços deverá dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato, a pessoas com

deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo, nos termos da Lei Federal n. 10.048/2000, e suas atualizações.

Seção II

Dos Direitos dos Usuários

Art. 25. Ficam estabelecidos os seguintes direitos dos usuários:

I - receber do prestador de serviços o abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário de forma adequada, nos padrões de qualidade e continuidade estabelecidos na legislação e normas vigentes;

II - ser titular de uma ou mais unidades usuárias, no mesmo local ou em local diversos;

III - ter a água religada ou a coleta de esgoto restabelecida em até 4 (quatro) horas no caso de suspensão indevida, a partir da constatação do prestador de serviços ou da reclamação do usuário, o que ocorrer primeiro;

IV - ser informado, com pelo menos 2 dias úteis de antecedência, sobre interrupções programadas, que devem ser amplamente divulgadas pelo prestador de serviços;

V – ter realizada a aferição dos medidores sempre que houver indícios de erro de medição ou por solicitação do usuário.

CAPÍTULO V

DOS PREÇOS E PRAZOS DE SERVIÇOS

Art. 26. Os pedidos de vistoria e de ligação, quando se tratar de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário em rede pública, serão atendidos dentro dos seguintes prazos, ressalvado o disposto no artigo 29:

I - em área urbana:

a) 5 (cinco) dias úteis para a vistoria, orientação das instalações de montagem do padrão e, se for o caso, aprovação das instalações;

b) 10 (dez) dias úteis para a ligação, contados a partir da data de aprovação das instalações e do cumprimento das demais condições regulamentares;

II - em área rural:

a) 4 (quatro) dias úteis para a vistoria, orientação das instalações de montagem do padrão e, se for o caso, aprovação das instalações;

b) 6 (seis) dias úteis para a ligação, contados a partir da data de aprovação das instalações e do cumprimento das demais condições regulamentares.

§ 1º A vistoria para atendimento da ligação deverá, no mínimo, verificar os dados cadastrais da unidade usuária e as instalações de responsabilidade do usuário em conformidade com o artigo 33, §

1º, incisos V, VI, VII.

§ 2º Os prazos, para início e conclusão das obras e serviços a cargo do prestador de serviços, serão suspensos quando:

I - o usuário não apresentar as informações que lhe couber;

II - não for obtida licença, autorização ou aprovação do órgão competente;

III - não for outorgada servidão de passagem ou disponibilizada via de acesso necessária à execução dos trabalhos;

IV - por razões de ordem técnica, acidentes, fenômenos naturais, caso fortuito ou força maior; e

V – houver irregularidades constatadas nas instalações de responsabilidade dos usuários:

a) havendo suspensão da contagem do prazo, o usuário deverá ser informado; e

b) os prazos reiniciarão logo após removido o impedimento.

§ 3º Ocorrendo reprovação das instalações na vistoria, o prestador de serviços deverá informar ao interessado, por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis, o respectivo motivo e as providências corretivas necessárias.

§ 4º Na hipótese do § 3º, após a adoção das providências corretivas, o interessado deve solicitar nova vistoria ao prestador de serviços, que deverá observar os prazos previstos no inciso I e II deste artigo.

§ 5º Caso os prazos previstos neste artigo não possam ser cumpridos por motivos alheios ao prestador, este deverá apresentar ao usuário, em até 3 (três) dias úteis, após os prazos dos incisos I e II do caput, justificativa da demora e estimativa de prazo para o atendimento de seu pedido.

Art. 27. Satisfeitas pelo interessado as condições estabelecidas na legislação vigente, o prestador de serviços terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para iniciar as obras, desde que exista viabilidade técnica e econômico-financeira, e capacidade orçamentária para a realização do empreendimento.

Art. 28. O prazo para atendimento em áreas que necessitem de execução de novas redes de água e esgotos, adutoras, subadutoras, coletores e interceptores, será estabelecido de comum acordo entre as partes.

Art. 29. O prestador de serviços terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data do pedido de ligação, para elaborar os estudos, orçamentos, projetos e informar ao interessado, por escrito, o prazo para conclusão das obras nos sistemas públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário destinadas ao seu atendimento, bem como a eventual necessidade de sua participação financeira, nos termos do artigo 35, quando:

I - inexistir rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário em frente ou na testada da unidade usuária a ser ligada;

II - a rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário necessitar alterações ou ampliações;

III - estiver fora da área abrangida no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

Art. 30. O prestador de serviços deverá estabelecer prazos para a execução de outros serviços solicitados ou disponibilizados, não definidos nesta Resolução.

§ 1º Os prazos para a execução dos serviços referidos no caput deste artigo deverão constar da "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", disponibilizada aos interessados de forma visível e acessível pelo prestador de serviços.

§ 2º Os serviços, cuja natureza não permitam definir prazos na "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", deverão ser acordados com o interessado quando da solicitação, observando-se as variáveis técnicas e econômicas para sua execução.

CAPÍTULO VI DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 31. Salvo as situações excepcionadas nesta Resolução, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da disponibilização e manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços, de acordo com o disposto no art. 45 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, respeitadas as exigências técnicas do prestador de serviços.

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, é dever do usuário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do aviso realizado pelo prestador de serviços ou qualquer órgão público competente, solicitar o fornecimento dos serviços e providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados das adequações solicitadas pelo prestador de serviços, as medidas necessárias em suas instalações prediais para o abastecimento de água e/ou coleta de esgotos, dentro das especificações técnicas do prestador de serviços.

§ 2º Uma vez tomadas pelo usuário as medidas a que se referem o parágrafo anterior, é dever do prestador fornecer os serviços, salvo nas situações expressamente excepcionadas nesta Resolução.

§ 3º Dada a ciência, deverá o prestador de serviços, caso não obedecidos os prazos do § 1º deste artigo, comunicar a omissão da pessoa física ou jurídica aos órgãos públicos responsáveis pela adoção das medidas coercitivas necessárias para a conexão às redes públicas de água e esgoto, bem como pela responsabilização administrativa, civil, criminal e ambiental, quando for o caso.

§ 4º Será instituída a cobrança de tarifa pelo titular do serviço ou pelo prestador do serviço em razão da disponibilização e manutenção da infraestrutura de esgotamento sanitário, ainda que o usuário não realize a conexão da edificação à rede de esgoto, nos termos da resolução específica.

§ 5º O pagamento de tarifa, nos termos do § 4º, não isenta o usuário da obrigação de conectar-se à rede pública de esgotamento sanitário, sujeitando-o ao pagamento de multa e às demais sanções previstas na legislação.

§ 6º No caso de lotes com mais de uma edificação, isoladas ou geminadas, o prestador de serviços disponibilizará uma ligação para cada unidade usuária.

§ 7º Por ocasião da ligação das instalações prediais de esgoto à rede coletora, os sistemas de fossa e filtro ou qualquer outro sistema individual de tratamento deverá ser desativado, mantendo-se as caixas de gordura.

§ 8º Caso haja recalque dos efluentes, eles deverão fluir para uma “caixa de quebra de pressão”, situada a montante da caixa de inspeção externa, na parte interna do imóvel, de onde serão conduzidos em conduto livre até o coletor público, sendo de responsabilidade do usuário a execução, operação e manutenção dessas instalações.

Art. 32. A requerimento do interessado, para efeito de concessão de “habite-se” pelo órgão municipal competente, será fornecida pelo prestador de serviços a declaração de que:

I - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de abastecimento de água;

II - o imóvel não é atendido pelo sistema público de abastecimento de água;

III - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de esgotamento sanitário;

IV - o imóvel não é atendido pelo sistema público de esgotamento sanitário;

§ 1º O prestador de serviços deve verificar se, nas situações em que o imóvel não é atendido pelos sistemas públicos de água e/ou esgotos, trata-se de imóvel factível ou potencial de ligação.

§ 2º Imóveis factíveis e potenciais serão cadastrados pelo prestador de serviços, exclusivamente para fins estatísticos, imediatamente após à entrada em operação das redes de água e/ou esgoto, de acordo com a sua categoria de uso ou finalidade de ocupação.

Art. 33. O pedido de ligação de água e/ou de esgoto caracteriza-se por um ato do interessado, no qual ele solicita os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento das tarifas fixadas pela conexão, disponibilização, manutenção e/ou pelo uso dos serviços, através de contrato firmado ou de contrato de adesão, conforme o caso.

§ 1º Efetivado o pedido de ligação de água e/ou de esgoto ao prestador de serviços, este cientificará ao usuário quanto à obrigatoriedade de:

I - apresentar a carteira de identidade, ou na ausência desta, outro documento de identificação equivalente com foto (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Conselhos Profissionais) e o Cartão de Cadastro de Pessoa Física (CPF), quando pessoa física, ou o documento relativo ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), quando pessoa jurídica;

II - apresentar, quando a unidade usuária não for classificada como baixa renda, um dos seguintes documentos comprobatórios da propriedade ou da posse do imóvel: escritura pública, matrícula do registro do imóvel, carnê do IPTU, contrato particular de compra e venda ou de locação, certidão de ocupação consolidada ou certidão de ligação precária, emitida pelo órgão municipal competente;

III - efetuar o pagamento mensal pelos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, de acordo com as tarifas, sob pena de interrupção da prestação dos serviços nos termos desta Resolução;

IV - observar, nas instalações hidráulicas e sanitárias da unidade usuária, as normas expedidas pelos órgãos oficiais pertinentes e as normas e padrões do prestador de serviços, postas à disposição do interessado;

V - instalar em locais apropriados e de livre acesso, caixas ou cubículos destinados à instalação de hidrômetros e outros aparelhos exigidos, conforme normas do prestador de serviços;

VI - declarar o número de pontos de utilização da água na unidade usuária e, se possível a estimativa de consumo/vazão na unidade usuária;

VII - celebrar os respectivos contratos de adesão ou de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário; e

VIII - fornecer informações referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária, a finalidade da utilização da água e comunicar eventuais alterações supervenientes.

§ 2º Cada unidade usuária dotada de ligação de água e/ou esgoto será cadastrada pelo prestador de serviços, cabendo-lhe um só número de conta/ligação.

§ 3º O prestador de serviços deverá encaminhar ao usuário cópia do contrato de adesão até a data de apresentação da primeira fatura.

§ 4º As ligações podem ser temporárias, definitivas ou de áreas com restrições de ocupação.

Art. 34. O prestador de serviços poderá condicionar a ligação, religação, alterações contratuais, aumento de vazão ou contratação de fornecimentos especiais à quitação de débitos anteriores do mesmo usuário decorrentes da prestação do serviço para o mesmo ou para outro imóvel na área delegada ao prestador.

§ 1º O prestador de serviços não poderá condicionar a ligação de unidade usuária ao pagamento de débito:

I - que não seja decorrente de fato originado pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

II - não autorizado pelo usuário, salvo nos casos decorrentes do artigo 31, § 3º desta Resolução;

III - pendente em nome de terceiros; ou

IV - cuja origem seja superior a 120 (cento e vinte) dias do pedido feito pelo usuário.

§ 2º As vedações dos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplicam nos casos de sucessão comercial e/ou hereditária.

Art. 35. Para que as ligações possam ser realizadas deverá o interessado, se aprovado o orçamento apresentado pelo prestador de serviços, efetuar previamente o pagamento das despesas decorrentes, no caso de:

I - serem superadas as distâncias previstas no caput do artigo 47; e

II - haver necessidade de readequação ou expansão da rede pública.

Parágrafo único. O pagamento previsto no caso do inciso II somente será aplicado se o investimento não estiver previsto no Plano de Saneamento Básico referente à delegação dos serviços.

Art. 36. Efetivada a ligação de água e/ou de esgoto, o usuário será orientado sobre o disposto nesta Resolução, cuja aceitação ficará caracterizada por ocasião do recebimento do contrato de adesão.

Art. 37. As ligações de água e/ou de esgoto de banheiros públicos, praças, jardins públicos e similares serão efetuadas pelo prestador de serviços, mediante solicitação da entidade interessada e responsável pelo pagamento dos serviços prestados, após expressa autorização do órgão municipal competente.

Parágrafo único. O consumo de água realizado através das ligações citadas no caput deste artigo deve ser, obrigatoriamente, medido por hidrômetro.

Art. 38. Lanchonetes, barracas, quiosques, trailers, pontos e taxi e outros, fixos ou ambulantes, somente terão acesso aos ramais prediais de água e esgoto, mediante a apresentação da licença de localização expedida pelo órgão municipal competente.

Art. 39. O ponto de entrega de água deve situar-se na linha limite (testada) do terreno com o logradouro público, em local de fácil acesso que permita a colocação e leitura do hidrômetro.

§ 1º Havendo uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localiza a unidade usuária, o ponto de entrega situar-se-á no limite da via pública com a primeira propriedade intermediária.

§ 2º Havendo conveniência técnica e observados os padrões do prestador de serviços, o ponto de entrega poderá situar-se dentro do imóvel em que se localizar a unidade usuária.

CAPÍTULO VII DA LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO

Seção I Das Ligações Temporárias

Art. 40. Consideram-se ligações temporárias as que se destinarem a canteiro de obras, obras em logradouros públicos, feiras, circos, exposições, parque de diversões, eventos e outros estabelecimentos de caráter temporário/provisório.

Art. 41. No pedido de ligação temporária, o interessado declarará o prazo desejado da ligação, bem como o consumo provável de água, que será cobrado pelo consumo medido obrigatoriamente por hidrômetro.

§ 1º As ligações temporárias terão duração máxima de 6 (seis) meses, a contar da data de ligação ao sistema público de abastecimento de água, e poderão ser prorrogadas a critério do prestador de serviços, mediante solicitação formal do usuário.

§ 2º As despesas com instalação e retirada de rede e ramais de caráter temporário, bem como as relativas aos serviços de ligação e desligamento, correrão por conta do usuário.

§ 3º O prestador de serviços poderá exigir, a título de garantia, o pagamento antecipado do abastecimento de água e/ou do esgotamento sanitário, declarados no ato da contratação, em até 3 (três) ciclos completos de faturamento.

§ 4º Havendo a antecipação de pagamento, a forma de ressarcimento será acordada entre o prestador de serviços e o interessado.

§ 5º Serão consideradas como despesas referidas no § 2º, os custos dos materiais aplicados e não reaproveitáveis e demais custos, tais como os de mão-de-obra para instalação, retirada da ligação e transporte.

Art. 42. O interessado deverá juntar, ao pedido de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, a planta ou croquis cotado das instalações temporárias.

Parágrafo único. Para ser efetuada sua ligação, deverá ainda o interessado:

I - preparar as instalações temporárias de acordo com a planta ou croquis mencionado no caput deste artigo;

II - efetuar o pagamento das despesas relativas aos respectivos orçamentos, conforme os §§ 2º e 3º do artigo anterior; e

III - apresentar a devida licença emitida pelo órgão municipal competente.

Seção II

Das Ligações Definitivas

Art. 43. As ligações definitivas serão realizadas mediante a apresentação, quando necessário, da comprovação de que foram atendidas as exigências da legislação pertinente ao local onde se solicita a ligação.

Parágrafo único. Nas ligações de água e/ou de esgoto efetuadas em estabelecimentos industriais e de serviços, que tenham água como insumo, deverá o usuário declarar a previsão mensal do consumo de água no início de seu fornecimento.

Art. 44. Nos casos de reforma ou ampliação de prédio já ligado às redes públicas de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, o prestador de serviços poderá, a seu critério, manter o mesmo ramal predial temporário/existente, desde que atenda adequadamente ao imóvel resultante da reforma ou ampliação, procedendo-se a devida alteração contratual.

Art. 45. Para que as ligações definitivas possam ser realizadas, o interessado deverá preparar as

instalações de acordo com os padrões de serviços e efetuar o pagamento das despesas decorrentes de ligação e, nos casos especiais, apresentar autorização do órgão competente.

Art. 46. Para atendimento a grandes consumidores, conforme critérios definidos pelo prestador de serviços, os projetos das instalações deverão, se assim entender o prestador:

I - ser apresentados para aprovação antes do início das obras;

II - conter projeto arquitetônico, memorial hidrossanitário, ambos aprovados pelo órgão de fiscalização municipal competente; bem como a viabilidade de abastecimento e/ou esgotamento, aprovada pelo prestador de serviços;

III - conter as assinaturas do proprietário, do autor do projeto e responsável pela execução da obra; e

IV - informar a previsão de consumo mensal de água e vazão de esgoto.

Art. 47. O prestador de serviços tomará a seu total e exclusivo encargo a execução dos ramais das ligações definitivas de água e/ou de esgoto até uma distância total de 20 (vinte) metros em área urbana ou de 40 (quarenta) metros em área rural, medidos desde o ponto de tomada na rede pública disponível no logradouro em que se localiza a propriedade a ser atendida, até a linha limite (testada) do terreno, de acordo com o disposto nas normas técnicas.

§ 1º Em propriedades localizadas em terreno de esquina, existindo ou não sistema público disponível no logradouro frontal, as condições definidas no caput deste artigo deverão ser consideradas, caso exista rede pública disponível no logradouro adjacente.

§ 2º Em casos especiais, mediante celebração de contrato com o usuário, o prestador de serviços poderá adotar outros critérios, observados os estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira.

§ 3º Nos casos de rede de esgotamento sanitário a ampliação estará sujeita à análise de viabilidade técnica e econômico-financeira

Seção III

Das Ligações em Áreas com Restrições de Ocupação

Art. 48. As ligações de água ou de esgoto para unidades situadas em áreas com restrições para ocupação, somente serão liberadas mediante autorização expressa da autoridade municipal competente e/ou entidade do meio ambiente, ou por determinação judicial.

CAPÍTULO VIII

DA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA

Art. 49. A execução, operação e manutenção das instalações prediais e ramais condominiais de água, após o ponto de entrega, são de responsabilidade dos usuários e deverão ser projetadas e executadas conforme as normas legais, técnicas e orientações do prestador de serviços.

Art. 50. As instalações prediais hidrossanitárias poderão ser vistoriadas pelo prestador de serviços, a qualquer tempo, mediante autorização do usuário.

Art. 51. É vedado:

I – a interconexão do alimentador predial de água com tubulações alimentadas por água não procedente da rede pública;

II – a derivação de tubulações da instalação predial de água para suprir outro imóvel ou economia do mesmo imóvel que não faça parte de sua ligação;

III – o uso de dispositivos intercalados no alimentador predial que prejudiquem o abastecimento público de água.

Art. 52. Em toda edificação será obrigatória a instalação de reservatório de água, em conformidade com o disposto nas normas vigentes.

Art. 53. Observado a pressão mínima pelo prestador, quando não for possível o abastecimento direto de prédios ligados à rede pública, o usuário se responsabilizará pela construção, operação e manutenção dos equipamentos necessários a viabilização do seu consumo de água, obedecidas as especificações técnicas do prestador de serviços.

Art. 54. É vedado o emprego de bombas de sucção ou quaisquer outros dispositivos não autorizados, na rede de distribuição, ramal ou alimentador predial, que possam prejudicar a prestação dos serviços.

CAPÍTULO IX DA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO

Art. 55. A execução, operação e manutenção das instalações prediais e ramais condominiais de esgoto, após o ponto de coleta, são de responsabilidade dos usuários e deverão ser projetadas e executadas conforme as normas legais, técnicas e orientações do prestador de serviços.

Parágrafo único. Os despejos a serem lançados na rede pública de esgotamento sanitário deverão atender aos requisitos das normas legais, regulamentares ou pactuadas pertinentes.

Art. 56. É vedado:

I - o despejo de águas pluviais e de piscinas nas instalações prediais de coleta de esgotos sanitários;

II - a derivação de tubulações da instalação de esgoto para coleta de outro imóvel ou economia do mesmo imóvel que não faça parte de sua ligação, salvo autorização de passagem emitido pelo proprietário do imóvel que receberá o esgoto;

III – o despejo na rede pública de esgotos provenientes de banheiros químicos de qualquer espécie; e

IV – lançar os resíduos de caixa de gordura na rede pública de esgotamento sanitário.

Art. 57. As obras e instalações necessárias ao esgotamento dos prédios ou parte de prédios situados abaixo do nível da via pública e dos que não puderem ser esgotados pela rede pública de esgotamento sanitário, em virtude das limitações impostas pelas características da construção, serão de

responsabilidade do interessado, obedecidas as especificações técnicas do prestador de serviços.

Art. 58. Os despejos que, por sua natureza, não puderem ser lançados diretamente na rede pública de esgotamento sanitário, deverão ser tratados previamente pelo usuário, às expensas do mesmo, e de acordo com as normas vigentes, cujo lançamento na rede coletora dependerá de contrato específico.

Parágrafo Único. Ficam enquadrados no que dispõe este artigo os despejos de natureza hospitalar, industrial, prestação de serviços e/ou outros cuja composição necessite de tratamento prévio, conforme legislação.

Art. 59. É obrigatória a instalação, pelo usuário, de válvula de retenção no coletor predial de esgoto, antes da conexão à rede pública de esgotamento sanitário.

CAPÍTULO X DOS RAMAIS E COLETORES Seção I

Da Manutenção dos Ramais Prediais e Coletores Prediais

Art. 60. O abastecimento de água e/ou coleta de esgoto deverá ser feito por um único ramal predial para cada unidade usuária e para cada serviço, mesmo abrangendo economias de categorias de usuários distintas.

§ 1º Fica a critério do incorporador, construtor ou do condomínio a individualização do sistema hidráulico das unidades internas da edificação, observada a legislação municipal vigente.

§ 2º Os serviços de implantação, operação, manutenção e controle das unidades internas de medição do imóvel são de responsabilidade do condomínio.

§ 3º Em imóveis com mais de uma categoria de economia, a instalação predial de água e/ou de esgoto de cada categoria poderá ser independente, bem como alimentada e/ou esgotada através de ramal predial privativo.

§ 4º Nas ligações já existentes, o prestador de serviços providenciará a individualização do ramal predial de que trata o § 3º, mediante o desmembramento definitivo das instalações do sistema de distribuição interno de abastecimento do imóvel, realizado pelo usuário.

§ 5º Ficam excetuadas as situações em que as infraestruturas das edificações não permitam individualização do consumo ou em que a absorção dos custos para instalação dos medidores individuais seja economicamente inviável para os usuários.

Art. 61. Em agrupamentos de imóveis ou em imóveis com mais de uma economia, dotados de um único medidor, o consumo de cada economia será apurado pelo quociente resultante da divisão entre o consumo medido e o número de economias.

Parágrafo único. Nas edificações sujeitas à lei que dispõe sobre os condomínios em edificações e as incorporações imobiliárias, as tarifas poderão ser cobradas em conjunto para todas as economias.

Art. 62. As economias com numeração própria ou as dependências isoladas poderão ser

caracterizadas como unidades usuárias, devendo cada uma ter seu próprio ramal predial.

Art. 63. As ligações de água de unidades usuárias situadas em área rural poderão ser executadas a partir de adutoras ou subadutoras quando as condições operacionais permitirem este tipo de ligação.

§ 1º Toda interligação em adutoras ou subadutoras deverá ser feita mediante redes auxiliares onde o interessado deverá submeter o projeto ao prestador de serviços para verificar a viabilidade técnica do atendimento.

§ 2º O prestador de serviços poderá elaborar o projeto referido no parágrafo anterior, por solicitação do interessado, ficando as despesas do serviço por conta deste.

Art. 64. A substituição do ramal predial será de responsabilidade do prestador de serviços, sendo realizada com ônus para o usuário, quando for por ele solicitada.

Art. 65. Para a implantação de projeto que contemple a alternativa de sistemas condominiais de esgoto, deverá ser observado, no que couber, o disposto nesta Resolução.

§ 1º A operação e manutenção dos sistemas condominiais de esgoto serão atribuições dos usuários, cada um assumindo a parcela do sistema situada em seu lote, sendo o prestador de serviços responsável única e exclusivamente pela operação do sistema público de esgotamento sanitário.

§ 2º É facultado ao prestador de serviços, quando solicitado pelo usuário, prestar suporte técnico-operacional para solucionar eventuais problemas em sistemas condominiais de esgoto.

§ 3º Os sistemas condominiais construídos sob as calçadas serão considerados, sob o aspecto de operação e manutenção, como pertencentes ao sistema público de esgotamento sanitário.

§ 4º Caberá ao prestador de serviços instruir os usuários sobre o uso adequado dos sistemas condominiais de esgoto.

Art. 66. Havendo qualquer alteração no funcionamento do ramal predial de água e/ou coletor de esgoto, o usuário deverá solicitar ao prestador de serviços as correções necessárias.

Seção II

Da Supressão da Ligação de Água e/ou Esgoto

Art. 67. Os ramais prediais de água e/ou esgotamento sanitário poderão ser desligados das redes públicas, havendo o consequente encerramento da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário, segundo as seguintes características e condições:

I - por ação do usuário, mediante pedido de desligamento da unidade usuária, observado o cumprimento das obrigações previstas nos contratos de abastecimento e de esgotamento, de uso do sistema e de adesão, somente nos seguintes casos:

- a) demolição da edificação ou fusão de ligações;
- b) interdição judicial ou administrativa da edificação, sem condições de habitabilidade ou uso; ou

c) desapropriação de imóvel por interesse público.

II - por ação do prestador de serviços nos seguintes casos:

a) corte da ligação por mais de 60 (sessenta) dias;

b) desapropriação do imóvel;

c) ligação clandestina;

d) demolição da edificação;

e) sinistro;

f) comprovação de fusão de duas ou mais economias que venham a constituir-se em uma única economia; ou

g) por violação do corte de ramal.

§ 1º No caso de supressão do ramal predial de esgoto não residencial, por pedido do usuário, este deverá vir acompanhado da concordância dos órgãos de saúde pública e do meio ambiente.

§ 2º Nos casos de desligamento de ramais onde haja a possibilidade de ser restabelecida a ligação, a unidade usuária deverá permanecer cadastrada no prestador de serviços.

§ 3º O término da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário somente será efetivado após o desligamento definitivo dos ramais prediais de água e esgoto.

Art. 68. Correrão por conta do usuário atingido com o desligamento da rede pública as despesas com a interrupção e com o restabelecimento dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

CAPÍTULO XI DO HIDRÔMETRO

Art. 69. Toda unidade usuária deverá ter o consumo de água medido através de hidrômetro, sendo assegurado ao prestador de serviços o livre acesso de forma a permitir a instalação, vistoria, manutenção, corte e leituras.

Parágrafo único. Toda ligação predial de água deverá ser provida de um registro externo, localizado antes do hidrômetro, de manobra privativa do prestador de serviços.

Art. 70. O prestador de serviços é obrigado a instalar hidrômetro nas unidades usuárias, exceto quando a instalação do hidrômetro não puder ser feita em razão de dificuldade transitória, ocasionada pelo usuário, limitado a um período máximo de 90 (noventa) dias, situação em que este deve providenciar as instalações de sua responsabilidade.

Art. 71. Ao critério e às custas do interessado (prestador ou usuário), e havendo viabilidade técnica e econômica, poderão ser instalados nas unidades usuárias medidores para o controle do volume e da qualidade dos esgotos.

§ 1º A medição do esgoto incidirá sobre os imóveis servidos por redes públicas de esgotamento sanitário, e terá como base:

I - o volume de água faturado pelo prestador, medido ou estimado;

II - o consumo de água de fonte alternativa, medido ou estimado;

III - o volume de esgoto medido pelo prestador;

IV - a estimativa de volume de esgoto gerado pela utilização de água como insumo em processos produtivos.

§ 2º Quando o usuário utilizar fonte alternativa de abastecimento de água devidamente autorizada, é facultado ao prestador, para fins de estimativa do volume de esgotos produzidos, instalar hidrômetro no equipamento ou instalação de extração ou recebimento de água, para fins de medição do consumo de água e faturamento de esgoto sanitário.

Seção I **Da Proteção do Hidrômetro**

Art. 72. Os hidrômetros, os limitadores de consumo e os registros de passagem serão instalados em caixas de proteção ou abrigos, padronizados de acordo com as normas procedimentais do prestador de serviços, e deverão ser devidamente lacrados e periodicamente inspecionados pelo prestador de serviços.

§ 1º Somente o prestador de serviços ou seu preposto poderá instalar, substituir ou remover o hidrômetro ou limitador de consumo, bem como indicar novos locais de instalação.

§ 2º A reposição do hidrômetro deverá ser comunicada, por meio de correspondência específica, ao usuário, quando da execução desse serviço, com informações referentes às leituras do hidrômetro retirado e do instalado.

§ 3º A substituição do hidrômetro ocorrerá nas seguintes situações:

I - decorrente do desgaste normal de seus mecanismos, não havendo ônus para o usuário; ou

II - decorrente da violação de seus mecanismos, havendo ônus para o usuário, além das penalidades previstas.

§ 4º A indisponibilidade de hidrômetro não poderá ser invocada pelo prestador de serviços para negar ou retardar a ligação e o início do abastecimento de água.

§ 5º Sendo a alteração de hidrômetros uma decisão do prestador de serviços, os custos relativos às

substituições previstas correrão por sua conta, salvo na situação constante do inciso II do § 3º deste artigo.

Art. 73. O usuário é responsável pela guarda do hidrômetro instalado no ramal predial de sua unidade usuária, devendo comunicar imediatamente ao prestador de serviço qualquer irregularidade constatada.

Art. 74. Ao prestador de serviço é reservado o direito de cobrar do usuário todas as despesas decorrentes de furto ou avaria do hidrômetro e/ou cavalete.

Parágrafo Único - O prestador de serviços poderá dispensar o usuário do pagamento das despesas de reposição do hidrômetro furtado, inclusive, mediante o respectivo “Boletim de Ocorrência”, com data anterior à constatação da irregularidade pelo prestador de serviços.

Seção II

Da Verificação do Hidrômetro

Art. 75. A verificação periódica do hidrômetro instalado na unidade usuária deverá ser efetuada segundo critérios estabelecidos na legislação metrológica.

Art. 76. O prestador de serviço realizará a aferição dos hidrômetros sempre que necessário ou por solicitação do usuário.

§ 1º Quando a aferição for solicitada pelo usuário e for constatado o funcionamento normal do hidrômetro, o serviço será cobrado, conforme “Tabela de Preços e Serviços” vigente.

§ 2º O prestador de serviços deverá informar ao usuário o resultado da verificação, mantendo disponível o laudo técnico para consulta ou retirada.

CAPITULO XII

DO CADASTRO DE USUÁRIOS

Art. 77. O prestador de serviços classificará a unidade usuária de acordo com a atividade nela exercida, ressalvadas as exceções previstas nesta Resolução.

§ 1º O prestador de serviços deverá analisar todos os elementos de caracterização da unidade usuária objetivando a aplicação da tarifa ao usuário, em especial quando a finalidade informada for residencial, caso em que a classificação será definida considerando as categorias de usuários Residencial ou Baixa Renda.

§ 2º Quando for exercida mais de uma atividade na mesma ligação, para efeito de classificação, o prestador de serviços poderá enquadrá-la como categoria mista, sendo o consumo de água, o volume de esgoto e o respectivo faturamento devidamente ponderados proporcionalmente à participação de cada uma.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o usuário pode solicitar medição de água em separado, cabendo-lhe, neste caso, a responsabilidade pela adequação do ponto de entrega de água e do ponto de coleta de esgoto.

Art. 78. Quando houver reclassificação da unidade usuária, o prestador de serviços deve proceder aos ajustes necessários, bem como:

I - emitir comunicado específico ao usuário responsável, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da apresentação da fatura de água e/ ou esgoto subsequente à reclassificação; e

II - quando for o caso, emitir comunicado ao usuário responsável, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da reclassificação, informando-o da necessidade de celebrar aditivo ao contrato de fornecimento de água e/ou esgotamento sanitário.

§ 1º Nos casos em que a reclassificação da unidade usuária implicar novo enquadramento tarifário, o prestador de serviços deverá realizar os ajustes necessários e emitir comunicação específica, informando as alterações decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, após a constatação da classificação incorreta e antes da apresentação da primeira fatura corrigida.

§ 2º O usuário será responsável pelo pagamento das diferenças resultantes da aplicação de tarifas no período em que a unidade usuária esteve incorretamente classificada, não tendo direito à devolução de quaisquer diferenças eventualmente pagas a maior quando constatada, pelo prestador de serviços, a ocorrência dos seguintes fatos:

I - declaração falsa de informação referente à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária ou a finalidade real da utilização da água tratada e/ou efluente lançado na rede coletora; ou

II - omissão das alterações supervenientes na unidade usuária que importarem em reclassificação.

CAPÍTULO XIII DO CADASTRO DAS ECONOMIAS

Art. 79. O prestador de serviços deverá organizar e manter atualizado o cadastro relativo às unidades usuárias, no qual conste, obrigatoriamente, quanto a cada uma delas, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do usuário:

a) nome completo;

b) número e órgão expedidor da Carteira de Identidade, ou de outro documento de identificação ou número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF;

II - número de identificação da unidade usuária;

III - endereço físico (incluindo o nome do município) da unidade usuária;

IV - número de economias por categorias de usuário;

V - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;

VI - histórico de leituras e de faturamento referentes aos últimos 60 (sessenta) ciclos consecutivos e completos;

VII - código referente à tarifa e/ou categoria de usuário aplicável;

VIII - numeração dos lacres instalados e sua respectiva atualização;

IX – número de telefone; e

X - endereço eletrônico (e-mail) do usuário.

Art. 80. Para efeito desta Resolução, considera-se uma economia a unidade autônoma cadastrada para efeito de faturamento e comercialização, atendendo as seguintes características:

I – cada edificação com numeração própria;

II – cada unidade residencial, comercial, industrial ou pública habitável, com instalação hidrossanitária individual, mesmo sem numeração própria;

III – cada apartamento com ocupação residencial ou comercial, exceto os de hotéis, pousadas, motéis, casas de saúde ou similares;

IV - cada loja e residência com a mesma numeração, com instalação de água em comum;

V - cada grupo de 3 (três) unidades comerciais, com instalação de água em comum;

VI - cada grupo de 3 (três) apartamentos em hotéis, pousadas, motéis, unidade de saúde ou similares, com instalação de água em comum;

VII - todo e qualquer imóvel de outro gênero não especificado, desde que com instalação própria para uso de água.

§ 1º A unidade econômica não caracterizada nos incisos deste artigo, para efeito da determinação do número de economias, adotará os critérios consoantes àquela que exercer atividade similar.

§ 2º Nos casos dos incisos V e VI que o total não for divisível por 03 (três), a fração restante será cadastrada como uma economia extra.

Art. 81. As economias integrantes de uma mesma unidade usuária serão cadastradas individualmente de acordo com a categoria de uso.

Art. 82. Para efeito de cadastro, faturamento e comercialização, as economias dos imóveis atendidos com serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, serão classificadas nas respectivas categorias, nos termos da resolução específica.

CAPÍTULO XIV
DOS ASPECTOS FINANCEIROS
Seção I
Da Determinação do Consumo

Art. 83. Para as ligações medidas, o volume consumido será o apurado por leitura em hidrômetro, obtido pela diferença entre a leitura realizada e a anterior.

§ 1º Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no hidrômetro, impedimento comprovado de acesso ao mesmo, ou nos casos fortuitos e de força maior, a apuração do volume será feita com base na média aritmética dos consumos faturados nos últimos 6 (seis) meses.

§ 2º O procedimento do parágrafo anterior somente poderá ser aplicado por 3 (três) ciclos consecutivos completos de faturamento, devendo o prestador de serviços comunicar ao usuário, por escrito, a necessidade de desimpedir o acesso ao hidrômetro.

§ 3º Em caso de falta ou imprecisão de dados para os cálculos, poderá ser adotado como base de cálculo os seguintes procedimentos:

I – o primeiro ciclo de faturamento ou fração deste projetada para 30 (trinta) dias, posterior à instalação do novo hidrômetro; ou

II - a adoção do consumo estimado, comunicando ao usuário, por escrito, a forma de cálculo a ser utilizada.

§ 4º Após o terceiro ciclo consecutivo de faturamento efetuado pela média aritmética ou estimada, caso se verifiquem saldos positivos entre os valores medidos e faturados, o faturamento deverá ser efetuado com base no valor correspondente ao consumo mínimo, sem a possibilidade de promover futura compensação.

§ 5º No caso do impedimento ser motivado pelo usuário, o faturamento continuará a ser realizado pela média, nos termos do § 1º deste artigo, até que o usuário promova a instalação da caixa de proteção ou cubículo, conforme regulamentação do prestador de serviços, quando então será promovido o ajuste de volumes e valores.

§ 6º No faturamento subsequente à remoção do impedimento, efetuado até o terceiro ciclo consecutivo, deverão ser feitos os acertos relativos ao faturamento do período em que o hidrômetro não foi lido.

Art. 84. O prestador de serviços efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) dias e o máximo de 33 (trinta e três) dias, de acordo com o calendário de leitura.

§ 1º As faturas serão apresentadas ao usuário, em intervalos regulares, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pelo prestador de serviços.

§ 2º O faturamento inicial deverá corresponder à um período não inferior a 15 (quinze) dias nem

superior a 47 (quarenta e sete) dias.

§ 3º Havendo necessidade de remanejamento de rota, ou reprogramação do calendário, excepcionalmente, as leituras poderão ser realizadas em intervalos de no mínimo 15 (quinze) dias e no máximo 47 (quarenta e sete) dias, devendo o prestador de serviços comunicar, por escrito aos usuários, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data prevista para a modificação.

§ 4º O prestador de serviços deverá oferecer 6 (seis) datas de vencimento da fatura para escolha do usuário.

§ 5º O prestador de serviços deverá informar na fatura a data prevista para a realização da próxima leitura.

§ 6º Havendo concordância do usuário, o consumo final poderá ser estimado proporcionalmente ao número de dias decorridos do ciclo compreendido entre as datas de leitura e do pedido de desligamento, com base na média mensal dos últimos 6 (seis) ciclos de faturamento, respeitada a tarifa mínima da unidade.

§ 7º O faturamento realizado em prazos inferiores ou superiores aos estabelecidos no caput, além daqueles previstos nos parágrafos anteriores, deverão ensejar ressarcimento aos usuários caso comprovadamente tenha havido prejuízos aos mesmos.

Art. 85. As leituras e os faturamentos poderão ser efetuados em intervalos de até 3 (três) ciclos consecutivos, de acordo com o calendário próprio, nos seguintes casos:

I - em localidades com até 1.000 (mil) ligações;

II - em unidades com consumo de água médio mensal igual ou inferior a 10 (dez) metros cúbicos; e

III - para as faturas com valores inferiores ao mínimo estabelecido para o faturamento.

§ 1º Quando for adotado intervalo plurimensal de leitura, o usuário poderá fornecer sua leitura mensal, respeitadas as datas fixadas pelo prestador de serviços.

§ 2º A adoção de intervalo de leitura e/ou de faturamento plurimensal deve ser precedida de divulgação aos usuários, a fim de permitir o conhecimento do processo utilizado e os objetivos pretendidos com a medida.

Art. 86. Para as ligações não medidas, o consumo de água será fixado por estimativa em função do consumo médio presumido, com base em atributos físicos do imóvel, o qual não poderá ser superior a 20m³ (vinte metros cúbicos) por cada economia.

Parágrafo único. O prestador notificará a autoridade competente quando identificar, em imóveis atendidos com rede pública de abastecimento de água, a existência de fonte alternativa de abastecimento em desacordo com a legislação pertinente.

Art. 87. Quando houver consumo anormal, o prestador alertará o usuário sobre o fato imediatamente,

no ato da leitura, descrita em destaque na fatura, quando detectadas anomalias do consumo medido, conforme critérios propostos pelo prestador, instruindo-o para que verifique as instalações internas da unidade usuária e/ou evite desperdícios.

Art. 88. O prestador deverá reter a fatura para verificação comunicando imediatamente o usuário, no ato da leitura, através de “Comunicado de Fatura Retida por Consumo Anormal”, quando detectadas anomalias do consumo medido, conforme critérios propostos pelo prestador.

Seção II

Do Aumento do Volume Medido

Art. 89. Nos casos de alto consumo devido a vazamentos ocultos nas instalações internas do imóvel e mediante a eliminação comprovada da irregularidade pelo usuário, o prestador de serviços aplicará desconto sobre o consumo excedente.

§ 1º No caso de vazamentos ocultos devidamente constatados pelo prestador de serviços, haverá o desconto de valor correspondente a até 70% (setenta por cento) do volume medido acima da média de consumo, limitado ao faturamento em que o prestador de serviços alertou o usuário sobre a ocorrência de alto consumo por meio do comunicado de consumo anormal.

§ 2º Fica estabelecido que poderão ser revisadas no máximo 02 (duas) faturas sequenciais dentro do período correspondente a 12 (doze) meses para as solicitações de usuários por motivo de volume excessivo de água fornecido ao imóvel, decorrente de vazamento de difícil identificação.

§ 3º O prazo de reclamação do usuário é de até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de leitura e da entrega do comunicado de fatura retida/consumo anormal.

§ 4º Para obter o desconto referido no § 1º, o usuário deverá apresentar ao prestador de serviços, declaração de ocorrência do vazamento oculto e as providências tomadas para o reparo, junto aos documentos que comprovem sua realização, tais como nota fiscal de serviço ou materiais utilizados.

§ 5º O prestador de serviços poderá realizar vistoria no imóvel para comprovação da ocorrência de vazamento oculto e do respectivo reparo.

§ 6º Por ocasião da ocorrência de quaisquer vazamentos de água ocultos devidamente comprovados, a cobrança da tarifa de esgoto deverá ocorrer com base na média de consumo de água dos últimos 6 (seis) meses.

§ 7º O usuário perderá o direito ao desconto, referido no § 1º, se for comprovada a má fé ou negligência com a manutenção das instalações prediais sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO XV

DA REMUNERAÇÃO

Art. 90. Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão remunerados, sob a forma de tarifas e outros preços públicos, a ser faturado por economia, de acordo com Resolução da ARIS, de modo que atenda à geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento

Básico, a recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço em regime de eficiência e a remuneração adequada do capital investido pelo prestador dos serviços.

Parágrafo único. A Resolução a ser observada pelo prestador de serviços deverá garantir a aplicação de condições especiais aos usuários de baixa renda beneficiados por tarifa social.

Art. 91. É vedado ao prestador de serviços conceder isenção ou dispensa de pagamento das tarifas de água e esgoto, inclusive a entidades públicas federais, estaduais e municipais.

Art. 92. A tarifa de esgoto será calculada com base no valor correspondentes ao valor faturada de água, nos termos da deliberação da ARIS.

Seção I

Dos Contratos de Adesão Especiais

Art. 93. A prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário caracteriza-se como negócio jurídico de natureza contratual, responsabilizando-se o usuário pelo pagamento correspondente à sua prestação e pelo cumprimento das demais obrigações pertinentes, bem como pelo direito a oferta dos serviços em condições adequadas, visando o pleno e satisfatório atendimento aos usuários.

Art. 94. O contrato de adesão de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá conter, além das cláusulas essenciais aos contratos administrativos, outras que digam respeito a:

I - identificação do ponto de entrega e/ou de coleta;

II - previsão de volume de água fornecida e/ou volume de esgoto coletado;

III - condições de revisão, para mais ou para menos, da demanda consumida, se houver;

IV - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, e o prazo de vigência;

V - critérios de rescisão; e

VI - metas de continuidade, com vistas a proporcionar a melhoria da qualidade dos serviços, no caso de contratos específicos.

Parágrafo único. O prazo de vigência do contrato de adesão de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário deverá ser estabelecido considerando as necessidades e os requisitos das partes.

Art. 95. É obrigatória a celebração de contrato de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário entre o prestador de serviço e o usuário responsável pela unidade usuária a ser atendida, nos seguintes casos:

I - para atendimento a grandes consumidores;

II - quando se tratar de abastecimento de água bruta, em conformidade com outorga de órgão

competente de recursos hídricos, quando a ligação estiver situada em trecho não atendido com água tratada;

III - para atendimento às entidades integrantes da Administração Pública de qualquer esfera de governo e às reconhecidas como de utilidade pública;

IV - quando os despejos não domésticos, por suas características, não puderem ser lançados *in natura* na rede pública de esgotamento sanitário;

V - quando o usuário tiver que participar financeiramente da realização de obras de extensão ou melhorias da rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, para o atendimento de seu pedido de ligação.

Seção II

Da Fatura de Água e Esgoto

Art. 96. As tarifas relativas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços realizados serão cobradas por meio de faturas emitidas pelo prestador de serviços e devidas pelo usuário, fixadas as datas de vencimento.

§ 1º As faturas serão apresentadas ao usuário, em intervalos regulares, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pelo prestador.

§2º - O prestador deverá orientar o usuário quanto ao calendário de leitura, entrega e vencimento de fatura.

§3º – Nos casos de problemas na emissão da via original ou incorreções no faturamento o prestador enviará segunda via da fatura sem ônus para o usuário.

Art. 97. Os serviços de coleta e tratamento de águas residuárias caracterizadas como despejo industrial poderão sofrer acréscimo de preço em função da carga poluidora dos despejos, previsto em resolução tarifária da ARIS.

§ 1º Os despejos industriais ou hospitalares que, por sua natureza, não puderem ser coletados diretamente pela rede de esgotamento sanitário deverão ser tratados previamente pelo usuário, às suas despesas, de acordo com a legislação vigente e as normas do prestador de serviços.

§ 2º Para o tratamento referido no § 1º, os respectivos projetos deverão ser aprovados pelo órgão ambiental competente e pelo prestador de serviços, quanto às condições de lançamento destes efluentes tratados.

Art. 98. A entrega da fatura deverá ser efetuada até a data fixada para sua apresentação no endereço da unidade usuária ou por meio digital.

§ 1º Os prazos mínimos para vencimento das faturas, contados da data da respectiva apresentação, serão os seguintes:

I - 5 (cinco) dias úteis para todas as categorias de usuários, ressalvada a mencionada no inciso II;

II - 10 (dez) dias úteis para a categoria de usuário Público;

III - 1 (um) dia útil nos casos de desligamento a pedido do usuário, exceto para as unidades usuárias a que se refere o inciso anterior.

§ 2º O prestador deverá proporcionar meios alternativos para que o usuário tenha acesso à fatura, podendo cobrar por isso, quando solicitado.

Art. 99. A fatura deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I - nome do usuário;

II - número ou código de referência (matrícula) e classificação da unidade usuária;

III - endereço da unidade usuária;

IV - número do medidor;

V – datas e leituras anterior e atual do hidrômetro;

VI - data de apresentação e de vencimento da fatura;

VII - consumo de água do mês correspondente à fatura;

VIII- histórico do volume consumido nos últimos 6 (seis) meses e média atualizada;

IX - valor total a pagar e data do vencimento da fatura;

X - discriminação dos serviços prestados, com os respectivos valores;

XI - descrição dos tributos incidentes sobre o faturamento;

XII - multa e mora por atraso de pagamento;

XIII – número do telefone do plantão do prestador e também os números dos telefones e endereços eletrônicos das Ouvidorias do prestador de serviços e da ARIS;

XIV - indicação da existência de parcelamento pactuado com a prestadora;

XV - identificação de faturas vencidas e não pagas até a data;

XVI - qualidade da água fornecida, nos termos do Decreto Federal n. 5.440/2005; e

XVII - aviso sobre a constatação de alta de consumo.

Art. 100. Além das informações relacionadas no artigo anterior, fica facultado o prestador de serviços incluir na fatura outras informações julgadas pertinentes, campanhas de educação ambiental e

sanitária, inclusive veiculação de propagandas comerciais, desde que não interfiram nas informações obrigatórias, vedadas, em qualquer hipótese, mensagens político-partidárias.

Parágrafo único. A cobrança de taxa ou tarifa dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos poderá ser arrecadada por meio da fatura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 101. O prestador de serviços deverá dispor de mecanismos de identificação de pagamento em duplicidade, impondo-se que as referidas devoluções ocorram obrigatoriamente até o próximo faturamento.

Art. 102. Caso o prestador de serviços tenha faturado valores incorretos ou não efetuado qualquer faturamento, por motivo de sua responsabilidade, deverá observar os seguintes procedimentos:

I - faturamento a menor ou ausência de faturamento: será realizado os ajustes no faturamento seguinte, nas devidas faixas de consumo.

II - faturamento a maior: providenciar a devolução ao usuário das quantias recebidas indevidamente, correspondentes ao período faturado incorretamente, observado o prazo de prescrição previsto na legislação.

Parágrafo único. No caso do inciso II, a devolução deverá ser efetuada, preferencialmente por meio de compensação nas faturas subsequentes ou por depósito bancário, a pedido do usuário.

Art. 103. Para o cálculo das diferenças a cobrar ou a devolver, as tarifas deverão ser aplicadas de acordo com os seguintes critérios:

I - quando houver diferenças a cobrar: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas;

II - quando houver diferenças a devolver: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas acrescidas de juros e correção monetária, conforme critérios definidos no artigo 108;

III - quando a tarifa for estruturada por faixas, a diferença a cobrar ou a devolver deve ser apurada mês a mês e o faturamento efetuado adicional ou subtrativamente aos já realizados mensalmente, no período considerado, levando em conta a tarifa relativa a cada faixa complementar.

Art. 104. Nos casos em que houver diferença a cobrar ou a devolver, o prestador de serviços deverá informar ao usuário, por escrito, quanto:

I - à irregularidade constatada;

II - à memória descritiva dos cálculos do valor apurado, referente às diferenças de consumos de água;

III - aos elementos de apuração da irregularidade;

IV - aos critérios adotados na revisão dos faturamentos;

V - ao direito de recurso previsto nos §§ 1º e 3º deste artigo; e

VI - à tarifa utilizada.

§ 1º Caso haja discordância em relação à cobrança ou respectivos valores, o usuário poderá apresentar recurso junto ao prestador de serviços, no prazo de 10 (dez) dias a partir da comunicação.

§ 2º O prestador de serviços deliberará no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do recurso, o qual, se indeferido, deverá ser comunicado ao usuário, por escrito, juntamente com a respectiva fatura, quando pertinente, a qual deverá referir-se exclusivamente ao ajuste do faturamento, com vencimento previsto para 3 (três) dias úteis.

§ 3º Da decisão do prestador de serviços caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, à ARIS, sendo recebido em seu efeito suspensivo, exceto por deliberação em contrário da Agência.

Art. 105. Nas edificações ligadas clandestinamente às redes públicas, as tarifas de água e/ou de esgoto serão devidas desde a data em que o prestador de serviços iniciou a operação no logradouro, onde está situado aquele imóvel, ou a partir da data da expedição do alvará de construção, quando não puder ser verificada a época da ligação à rede pública, limitada ao período máximo de 36 (trinta e seis) meses.

Parágrafo único. O prestador de serviços poderá proceder às medidas judiciais cabíveis para a liquidação e cobrança do débito decorrente da situação descrita no caput deste artigo, podendo condicionar a ligação do serviço para a unidade usuária ao pagamento integral do débito, ressalvando-se quando o usuário comprovar efetivamente o tempo em que é o responsável pela unidade usuária, eximindo-se total ou parcialmente do débito.

Art. 106. A fatura poderá ser cancelada ou alterada a pedido do interessado ou por iniciativa do prestador de serviços, nos seguintes casos:

I - demolição da edificação;

II - fusão de economias;

III - incêndio;

IV - interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário; e

V - casos de força maior (enchente, vendaval ou outras condições climáticas adversas).

Parágrafo único. O cancelamento ou alteração da fatura vigorará a partir da data do pedido do usuário ou, quando a iniciativa for do prestador de serviços, de sua anotação no cadastro do prestador de serviços, não tendo efeito retroativo.

Art. 107. O prestador de serviços, desde que requerido, poderá cobrar dos usuários os seguintes serviços:

I - ligação de unidade usuária;

II - vistoria de unidade usuária;

III - verificação de hidrômetro, exceto os casos previstos no artigo 72;

IV - religação de unidade usuária;

V - religação de urgência;

VI - emissão de segunda via de fatura, a pedido do usuário;

VII - outros serviços disponibilizados pelo prestador de serviços, devidamente aprovados pela ARIS.

§ 1º Não será cobrada a primeira vistoria realizada para pedido de serviço de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

§ 2º A cobrança dos serviços previstos neste artigo é facultativa e só poderá ser feita em contrapartida ao serviço efetivamente realizado pelo prestador de serviços, dentro dos prazos estabelecidos.

§ 3º A cobrança de qualquer serviço obrigará o prestador de serviços a implantá-lo em toda a sua área de delegação, para todos os usuários, ressalvado o serviço de religação de urgência.

§ 4º Ao serviço relacionado no inciso IV, fica vedada ao prestador de serviços a cobrança de tal serviço após a purgação da mora por parte do usuário inadimplente enquadrado em regime especial de tarifa social ou de baixa renda.

§ 5º O prestador de serviços deverá manter, por período mínimo de 60 (sessenta) meses, os registros do valor cobrado, do horário e data da solicitação e da execução dos serviços.

Seção III Da Cobrança

Art. 108. As faturas não quitadas até a data do seu vencimento, sofrerão acréscimo de juros de mora de até 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso, sem prejuízo da aplicação de multa de 2% (dois por cento) e correção monetária conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice previsto na legislação vigente.

§ 1º O pagamento de uma fatura não implicará na quitação de eventuais débitos anteriores.

§ 2º O prestador de serviços poderá efetuar a cobrança dos serviços na forma de duplicata especialmente emitida.

Art. 109. Após o pagamento da fatura, o usuário poderá reclamar a devolução dos valores considerados como indevidos.

Art. 110. O prestador de serviços poderá parcelar os débitos existentes, segundo critérios estabelecidos em normas internas.

Parágrafo único. É condição para o parcelamento de débito a celebração de Termo de Acordo e Confissão de Dívida firmada pelo usuário.

Art. 111. O prestador deverá encaminhar ao usuário declaração de quitação anual de débitos nos termos da Lei Federal nº 12.007/2009, por ocasião do encaminhamento da fatura a vencer no mês de maio do ano seguinte ou no mês subsequente à completa quitação dos débitos do ano anterior ou dos anos anteriores.

Parágrafo único. O usuário que não for mais titular da fatura, quando da emissão da declaração de quitação anual de débitos, pode solicitá-la ao prestador de serviço.

CAPÍTULO XVI
DAS INSTALAÇÕES OPERACIONAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS
Seção I
Das Condições Gerais das Instalações Operacionais

Art. 112. O prestador de serviços deverá zelar por suas instalações operacionais com relação à segurança, limpeza e organização, manutenção, identificação, bem como atender a todas as obrigações institucionais e legais.

Art. 113. O acesso de pessoas não autorizadas às unidades operacionais é proibido, sendo necessária a existência de dispositivos de proteção nas referidas unidades, devidamente sinalizados, e que impeçam esse acesso.

Art. 114. Todas as unidades, equipamentos e produtos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como seus dispositivos, devem estar em estado adequado de conservação, pintura e limpeza.

Parágrafo único. Estão inclusos ainda no caput deste artigo as instalações elétricas, os quadros de comando e de força e as bombas das estações elevatórias.

Art. 115. É obrigatória a existência de conjunto motobomba reserva na área de recalque de água bruta, de água tratada e de esgoto.

Art. 116. Não é permitida a ocorrência de vazamentos nas bombas, registros, tubulações e reservatórios nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, devendo o prestador executar as manutenções corretivas sempre que da ocorrência de vazamentos nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Art. 117. Os produtos químicos relacionados ao tratamento de água e esgoto devem ser armazenados de maneira adequada e em local próprio, dentro dos prazos de validade estabelecidos nas embalagens.

§ 1º Os produtos a que se refere o caput deste artigo devem estar acondicionados e dispostos apropriadamente para evitar a exposição destes a intempéries climáticas.

§ 2º Nos locais em que houver manipulação de produtos químicos (como laboratórios e bancadas), é necessária a existência de chuveiro de emergência e demais equipamentos de proteção individual, conforme legislação de segurança do trabalho.

Art. 118. Os funcionários do prestador de serviços, próprios ou terceirizados, deverão usar vestimentas adequadas às suas atividades na prestação de serviços e, quando necessário, utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Art. 119. Os resíduos e efluentes gerados a partir dos processos de tratamento de água e esgoto devem possuir disposição final adequada, respeitando as legislações ambientais vigentes.

§ 1º Os documentos que comprovarem a disposição final dos resíduos e efluentes citados no caput deste artigo devem constar nas instalações operacionais do prestador de serviços.

§ 2º O prestador de serviços será responsável pelo manejo, condicionamento, transporte e disposição ambientalmente adequada dos lodos e subprodutos resultantes das unidades operacionais e dos processos de tratamento.

§ 3º A água utilizada nas operações de lavagem e no processo de tratamento deverá ser recirculada ou despejada, desde que satisfaça as normas de lançamento ou de descargas aplicáveis.

§ 4º O prestador de serviços não poderá receber lodos, resíduos de tratamento preliminar de estações de tratamento de esgoto e de estações elevatórias de esgoto, tais como areia, gordura e resíduos do gradeamento ou outros resíduos contaminantes, sendo líquidos ou sólidos, na rede de esgotos, sejam próprios ou de terceiros.

§ 5º O prestador de serviços não poderá receber cargas concentradas de esgoto próprio ou de terceiros despejadas por caminhões limpa-fossa ou similares nas estações de tratamento de esgotos, a menos que esta tenha sido projetada ou adaptada para este fim, nos termos do contrato de serviço específico, se for o caso.

Art. 120. Os efluentes gerados pelas instalações do prestador de serviços poderão ser lançados no corpo receptor, de forma tal que não ultrapasse os padrões estabelecidos em sua classificação, não afete a estética do local de sua descarga, nem possibilite condições desfavoráveis de odores e proliferação de insetos e vetores.

Parágrafo único. Os locais de descarga deverão ser escolhidos de forma a não afetar os usos antrópicos predominantes, segundo as categorias estabelecidas na Regulamentação do CONAMA, tanto na região costeira como no local de descarga e sua área de influência.

Art. 121. O prestador de serviços deve dispor dos seguintes documentos para as instalações dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

I - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho de Classe do responsável pelos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

II – licença, autorização ou aprovação dos órgãos competentes;

III - planos de emergência e contingência para os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

IV - manual de operação das unidades dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento

sanitário.

Art. 122. Além do exposto nos artigos deste Capítulo, as condições de operação e manutenção da prestação dos serviços devem também obedecer às legislações ambientais, de recursos hídricos, de saúde pública, de segurança do trabalho e normas gerais da ABNT.

Seção II

Do Sistema de Abastecimento de Água (SAA)

Art. 123. Instalações como barragens, lagoa de passagem e lagoa de acumulação devem passar por constante manutenção de modo que não haja ocorrência de assoreamento e/ou presença de materiais sobrenadantes que comprometam o processo de captação de água bruta ou que afete a sua segurança.

§ 1º Deve-se observar na captação de água superficial a existência de caixas de passagem e de retenção de areia, com suas respectivas tampas de abertura de inspeção, em condições adequadas de limpeza e conservação.

§ 2º O entorno da área da captação deve apresentar boas condições de limpeza e iluminação natural ou artificial, não permitindo a disposição de resíduos no local.

§ 3º Aplica-se à área de captação a existência de um perímetro sanitário que garanta a segurança da atividade, prevenindo o acesso a terceiros.

Art. 124. Deve-se observar na captação subterrânea a existência de poços com estrutura apropriada como tampa e laje de proteção e facilidade de realização de trabalhos de manutenção.

Art. 125. O prestador de serviços deve comunicar, de imediato, à ARIS e às autoridades competentes sanitárias, ambientais e de gestão de recursos hídricos, acidentes de contaminação que afetem a água bruta fornecida às estações de tratamento, identificando as medidas necessárias e adotando aquelas de sua responsabilidade, para detectar e impedir que o agente contaminante e/ou a água contaminada ingresse nas estações de tratamento.

Art. 126. A estação de tratamento de água deve apresentar macromedidor de vazão de água tratada e caixas de passagem, proteção ou inspeção possuindo tampas ou grade de proteção adequada.

Art. 127. Os dutos condutores de produtos químicos da estação de tratamento de água devem estar dispostos de modo que não haja sobreposição com outros materiais e equipamentos, evitando por em risco a integridade dos mesmos.

Art. 128. A água que o prestador de serviços fornecer para consumo humano deverá atender integralmente aos requisitos de qualidade estabelecidos pela legislação vigente do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. O prestador de serviços controlará, de acordo com a Portaria do Ministério da Saúde, a qualidade e a potabilidade da água por ele distribuída para consumo humano com a finalidade de mantê-las nos padrões e níveis estabelecidos.

Art. 129. Diante de qualquer anormalidade no padrão de qualidade da água potável, o prestador de

serviços deverá:

I - tomar todas as medidas necessárias para corrigir a situação e normalizá-la no mais curto prazo possível;

II - proteger o usuário mediante a adoção de medidas, a exemplo de:

a) cortar o fornecimento de água da rede e providenciar fornecimentos alternativos para os serviços essenciais;

b) esgotar a água contaminada para local aceito pelas autoridades sanitárias, ambientais e de gestão dos recursos hídricos, e purgar o sistema de fornecimento, desinfetando-o, quando isto for possível;

c) continuar o fornecimento de água, sempre que não estiver ameaçada a saúde da população, advertindo os usuários sobre as precauções que devem tomar ao consumi-la;

d) em todos os casos, informar à ARIS, às autoridades locais e aos meios de comunicação, sobre a situação existente.

Parágrafo único. A comunicação aos usuários deverá ser imediata, não devendo transcorrer mais de 6 (seis) horas entre a constatação da anomalia e a comunicação.

Art. 130. As adutoras e linhas de recalque devem dispor de macromedidor e de equipamentos de proteção (ventosas, registros de descarga, manobras) em adequado estado de conservação, com suas respectivas caixas de proteção.

Art. 131. As instalações dos reservatórios devem conter os seguintes dispositivos:

I - indicador de nível de água;

II - escada de acesso e guarda-corpo, no caso dos reservatórios elevados e reservatórios apoiados com mais de 6 (seis) metros de altura, salvo casos específicos;

III - cobertura com tela de proteção;

IV - tampa de abertura de inspeção com dispositivo de travamento;

V - tubulações de ventilação; e

VI - macromedidores, salvo casos específicos.

Parágrafo único. O prestador de serviços deve executar limpeza dos reservatórios conforme cronograma operacional, não podendo tal serviço ultrapassar período superior a 12 (doze) meses, ou sempre que as análises laboratoriais identificarem desconformidade nos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação federal.

Art. 132. A rede de distribuição de água deve ser mantida em bom estado de conservação e limpeza, com o funcionamento adequado dos registros de manobra e de limpeza.

§ 1º O prestador deverá proceder a limpeza da rede de distribuição de água é executá-la, quando através do programa de monitoramento da água distribuída, aprovado pela Vigilância Sanitária Municipal for identificada alteração na qualidade da água ou sempre após a realização de serviços de manutenção.

§ 2º Os ramais prediais da rede de distribuição devem estar aterrados adequadamente, ficando proibida a exposição destes.

Art. 133. O fornecimento de água deverá ser realizado mantendo uma pressão dinâmica disponível mínima de 10mca (dez metros de coluna de água), e máxima de 50mca (cinquenta metros de coluna de água), referida ao nível do eixo da via pública, em qualquer ponto da rede pública de abastecimento de água.

§ 1º Para atender aos limites de pressão, a rede deve ser subdividida em zonas de pressão.

§ 2º Os valores da pressão estática superiores à máxima e da pressão dinâmica inferiores à mínima podem ser aceitos, desde que justificados técnica e economicamente.

§ 3º O prestador de serviços será dispensado do cumprimento do requisito a que se refere o caput deste artigo, caso comprove que:

I - a baixa pressão ocorreu devido a obras de reparação, manutenção ou construções novas, desde que o prestador de serviços tenha dado o aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas aos usuários afetados;

II - a baixa pressão tenha sido ocasionada por fatos praticados ou atribuídos a terceiros ou por culpa exclusiva do usuário, não vinculados ao prestador de serviços.

Art. 134. Em caso de restrição de disponibilidade de água, o prestador adotará, além das ações previstas no plano de emergência e contingência, medidas para incentivar a redução do consumo de água.

Parágrafo único. Em função da restrição de disponibilidade de água, o prestador priorizará o abastecimento a serviços essenciais e à categoria residencial.

Art. 135. O prestador de serviços deverá dispor para suas unidades operacionais do sistema de abastecimento de água dos seguintes documentos:

I – cadastro georreferenciado do sistema de abastecimento de água;

II - planta de pressões da rede de distribuição de água;

III - outorga do uso da água dos mananciais utilizados na captação e licenciamento ambiental, se for o caso; e

IV – plano de amostragem atualizado com base nos dados de população do IBGE, aprovado pela autoridade de saúde.

Seção III

Do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)

Art. 136. O prestador de serviços deverá apresentar cronograma de inspeção das redes coletoras, poços de visita e estações elevatórias e proceder a limpeza/manutenção preventiva sempre que identificada/diagnosticada problemas de interrupção ou redução da vazão de esgoto.

Art. 137. As estruturas de ventilação do poço seco e do poço de sucção necessitam estar desobstruídas e em adequado estado de conservação, além de apresentar tampas de inspeção.

Art. 138. O prestador de serviços deverá desenvolver programas de monitoramento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário.

§ 1º O Programa de Monitoramento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário deverá contemplar cada unidade operacional, bem como os pontos de coleta do sistema onde são lançados efluentes industriais.

§ 2º Os resultados das análises dos parâmetros obtidos no Programa de Monitoramento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário serão utilizados para verificação da eficiência do tratamento e da adequação dos efluentes tratados aos padrões de lançamento da legislação ambiental.

Art. 139. O prestador de serviços deverá dispor para suas unidades operacionais do sistema de esgotamento sanitário dos seguintes documentos:

I - cadastro de sistema de esgotamento sanitário, abrangendo, rede coletora, estações de recalque, linhas de recalque e estações de tratamento em operação, assim como o plano de expansão do sistema;

II - documentos comprobatórios da destinação adequada do lodo proveniente das estações de tratamento, conforme artigo 119.

CAPÍTULO XVII

DOS REQUISITOS DE INFORMAÇÃO

Art. 140. O prestador de serviços utilizará instrumentos permanentes de medição para gerar informações referentes à:

I - vazão e volume de água captada, volume de água distribuída e de água utilizada;

II - vazão e volume de esgoto na entrada da estação de tratamento de esgoto e vazão efluente dela.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando utilizar meios estimativos, o prestador deverá registrar em relatório específico o método, os parâmetros e o intervalo de tempo entre medições, que não poderá superar 12 (doze) horas.

Art. 141. O prestador de serviços manterá as informações referentes aos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário organizadas e atualizadas, sendo obrigatório:

I - registro da numeração do hidrômetro, de seu lacre e das datas de instalação e de verificação;

II - croqui geral do sistema contendo a localização esquemática das unidades com suas características principais;

III - cadastro técnico das redes, contendo localização, diâmetro, extensão e tipo de material das tubulações;

IV – cadastro técnico dos equipamentos eletromecânicos existentes no sistema, incluindo sobressalentes, contendo datas de fabricação, aquisição e instalação, bem como marca, modelo e demais especificações técnicas; e

V - registro sobre as condições de operação das instalações dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Art. 142. Devem os prestadores de serviços fornecer, dentro dos prazos estabelecidos pelos órgãos responsáveis, as informações junto a Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado ao Ministério das Cidades; e ao Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano (SISÁGUA), vinculado ao Ministério da Saúde e aos órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária ou outros que venham a substituí-los, sem prejuízo do preenchimento do SISARIS.

CAPÍTULO XVIII DAS INFRAÇÕES E IRREGULARIDADES

Art. 143. Os usuários ficam sujeitos à ação fiscalizadora do prestador de serviços, no sentido de se verificar a obediência do prescrito nesta Resolução, dentro dos limites da legislação e dos atos de delegação dos serviços.

Art. 144. Constitui infração a prática decorrente da ação ou omissão do usuário, relativa a qualquer dos seguintes fatos:

I - Intervenção nas instalações dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que possam afetar a eficiência dos serviços;

II - Instalação hidráulica predial de água ligada à rede pública e interligada com abastecimento de água alimentada por outras fontes;

III - Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio ou que não atendam aos requisitos das normas legais, regulamentares ou pactuadas pertinentes, que:

a) sejam nocivos à saúde ou prejudiciais à segurança dos trabalhadores envolvidos nas operações de coleta, afastamento e tratamento de efluentes;

b) interfiram na operação e desempenho dos sistemas de tratamento;

c) obstruam tubulações e danifiquem equipamentos;

d) ataquem as tubulações, afetando a resistência ou durabilidade de suas estruturas; e

e) com temperaturas elevadas, acima de 40 °C (quarenta graus centígrados).

IV - Ligação de esgoto industrial sem a apresentação das licenças ambientais e outras autorizações emitidas pelos órgãos públicos e/ou entidades reguladoras;

V - Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (*by pass*);

VI - Danificação propositada, inversão ou supressão do hidrômetro;

VII - Ligação clandestina de água e esgoto;

VIII - Instalação de bomba ou quaisquer dispositivos no ramal predial ou na rede de distribuição;

IX - Lançamento de águas pluviais nas instalações ou coletores prediais de esgotos sanitários;

X - Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no cavalete;

XI - Interligação de instalações prediais de água, entre imóveis distintos com ou sem débito;

XII - Impedimento voluntário ou involuntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete, hidrômetro e caixa de inspeção de esgoto pela prestadora de serviços;

XIII - Desperdício de água em períodos oficiais de racionamento;

XIV - Violação do lacre da porta caixa ou cubículo de proteção do hidrômetro;

XV - Violação do lacre de proteção do cavalete e do hidrômetro;

XVI - Utilização indevida do hidrante instalado na área interna do imóvel;

XVII - Ausência de caixa de gordura sifonada na instalação predial interna de esgotos;

XVIII - Ausência de abrigo ou caixa de proteção do cavalete e hidrômetro;

XIX - Instalação de aparelhos supressores de ar;

XX - Lacrar a tampa da caixa de inspeção de esgoto (CI);

XXI – Intervenção e/ou deslocamento de ramal/cavalete sem o consentimento do prestador de serviços;

XXII – Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no ramal;

§ 1º É vedada a instalação de equipamento nas adjacências do hidrômetro, inclusive na instalação predial, que influencie nas condições metrológicas no equipamento, sem que seja atendido as portarias

do INMETRO.

§ 2º Em caso de reincidência, no prazo de até 12 (doze) meses, o prestador de serviços poderá cobrar as infrações com valor em dobro.

§ 3º O prestador de serviço pode solicitar a padronização obrigatória da ligação de água para qualquer infração cometida, além da aplicação de multa, se for o caso.

Art. 145. Além de outras penalidades previstas nesta Resolução, o cometimento de qualquer infração enumerada no artigo anterior sujeitará o infrator ao pagamento de multa ao prestador de serviços, sem prejuízo da comunicação aos órgãos de fiscalização, para as providências administrativas, civis e penais cabíveis.

Parágrafo único. A multa deve, preferencialmente, ser revertida ao respectivo fundo municipal de saneamento.

Art. 146. Quando o prestador de serviços identificar o lançamento de esgotos na rede de águas pluviais realizado pelo usuário, deverá denunciar às autoridades competentes.

Art. 147. Verificado pelo prestador de serviços, através de inspeção, que, em razão de artifício ou de qualquer outro meio irregular ou, ainda, da prática de violação nos equipamentos e instalações de medição, tenham sido faturados volumes inferiores aos reais, ou na hipótese de não ter havido qualquer faturamento, este adotará os seguintes procedimentos:

I - lavratura de “Auto de Infração”, numerado sequencialmente, em formulário próprio do prestador de serviços, com as seguintes informações:

- a) identificação do usuário;
- b) endereço da unidade usuária;
- c) número de conta da unidade usuária;
- d) atividade desenvolvida;
- e) tipo de medição;
- f) identificação e leitura do hidrômetro;
- g) selos e/ou lacres encontrados;
- h) descrição detalhada do tipo de irregularidade, de forma que a mesma fique perfeitamente caracterizada, com a inclusão de fotos e outros meios que possam auxiliar nesta identificação;
- i) assinatura do responsável pela unidade usuária, ou na sua ausência, do usuário presente e sua respectiva identificação; e
- j) identificação e assinatura do empregado ou preposto responsável do prestador de serviços;

II - entregar uma via do “Auto de Infração” ao usuário, que deve conter as informações que possibilite ao usuário solicitar perícia técnica bem como ingressar com recurso junto à ouvidoria ou órgão equivalente do prestador de serviços;

III - caso haja recusa no recebimento do “Auto de Infração”, o fato será certificado no verso do documento, que será remetido posteriormente pelo correio ao responsável pela unidade usuária, mediante aviso de recebimento (AR);

IV - efetuar, quando pertinente, o registro da ocorrência junto à delegacia de polícia civil e requerer os serviços de perícia técnica do órgão responsável, vinculado à segurança pública ou do órgão metrológico oficial para a verificação do medidor;

V - proceder à revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores apurados por meio de um dos seguintes critérios e os efetivamente faturados:

- a) aplicação de fator de correção, determinado a partir da avaliação técnica do erro de medição;
- b) na impossibilidade do emprego do fator de correção, identificação do maior valor de consumo ocorrido em até 12 (doze) ciclos completos de faturamento de medição normal, imediatamente anteriores ao início da irregularidade; ou
- c) no caso de inviabilidade de aplicação dos critérios previstos nas alíneas “a” e “b”, o valor do consumo será determinado através de estimativa com base nas instalações da unidade usuária e nas atividades nela desenvolvidas.
- d) em casos onde houver a regularização da irregularidade constatada, considera-se o primeiro consumo do ciclo completo.

VI - efetuar, quando pertinente, na presença da autoridade ou agente designado, do usuário ou de seu representante legal ou, na ausência destes dois últimos, de 2 (duas) testemunhas sem vínculo com o prestador de serviços, a retirada do hidrômetro, que deverá ser colocado em invólucro lacrado, devendo ser preservado nas mesmas condições encontradas até o encerramento do processo em questão ou até a lavratura de laudo pericial por órgão oficial.

Parágrafo único. Comprovado pelo prestador de serviços ou a partir de provas documentais fornecidas pelo novo usuário, que o início da irregularidade ocorreu em período não atribuível ao responsável pela unidade usuária, o atual usuário somente será responsável pelas diferenças de volumes de água e de esgoto excedentes apuradas no período sob sua responsabilidade, e sem aplicação de penalidade administrativa, exceto nos casos de sucessão comercial de má-fé e/ou hereditária.

Art. 148. É assegurado ao infrator o direito de recorrer ao prestador de serviços, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia subsequente ao recebimento do auto de infração.

§ 1º Da decisão do prestador de serviços cabe recurso à ARIS no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão.

§ 2º Durante a apreciação do recurso pelo prestador ou pela ARIS, não haverá suspensão da prestação do serviço em função da matéria sob apreciação.

CAPÍTULO XIX DOS MOTIVOS E DA DIVULGAÇÃO NA INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA

Art. 149. O prestador de serviços assegurará o serviço de fornecimento de água de forma contínua, sem interrupções decorrentes de deficiência nos sistemas ou capacidade inadequada, garantindo sua disponibilidade durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

Art. 150. O prestador de serviços se obriga a divulgar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, através dos meios de comunicação disponíveis, as interrupções programadas de seus serviços que possam afetar o abastecimento de água.

Parágrafo único - Em situação de emergência, a divulgação da interrupção do fornecimento de água será feita de imediato, após identificada a área de abrangência da emergência.

Art. 151. No caso de interrupção do serviço com duração superior a 18 (dezoito) horas, o prestador de serviços deverá prover fornecimento de emergência às unidades usuárias que prestem serviços essenciais à população.

Parágrafo único - O fornecimento de emergência, de que trata o caput deste artigo, deverá ser medido com o conhecimento do responsável pela unidade usuária, para cobrança por parte do prestador de serviços.

Art. 152. O serviço de abastecimento de água poderá ser interrompido, a qualquer tempo, sem prejuízo de outras sanções, nos seguintes casos:

I - utilização de artifícios ou qualquer outro meio fraudulento ou, ainda, prática de violência nos equipamentos de medição e lacres, com intuito de provocar alterações nas condições de abastecimento ou de medição, bem como o descumprimento das normas que regem a prestação do serviço público de água;

II - revenda ou abastecimento de água a terceiros;

III - ligação clandestina ou religação à revelia;

IV - deficiência técnica e/ou de segurança das instalações da unidade usuária que ofereça risco iminente de danos a pessoas ou bens;

V - solicitação do usuário, nos limites desta resolução;

VI – não ligação à rede pública de coleta e tratamento de esgoto sanitário, após a notificação pelo prestador de serviços e ultrapassado o prazo para a devida regularização.

VII - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito; e

VIII - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário.

Parágrafo único. Deve o prestador de serviços, após a interrupção dos serviços, comunicar o usuário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, dos motivos da interrupção dos serviços, informando quais as providências necessárias para o religamento do abastecimento de água, salvo na situação prevista no inciso V deste artigo;

Art. 153. O prestador de serviços, mediante aviso prévio ao usuário, poderá interromper a prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário:

I - por inadimplemento do usuário do pagamento das tarifas;

II - por impedir que o representante ou preposto do prestador de serviços tenha acesso livre ao padrão de ligação de água e a caixa de ligação de esgoto;

III - quando não for solicitada a ligação definitiva, após concluída a obra atendida por ligação temporária/provisória.

§ 1º O aviso prévio referido neste artigo deverá ser emitido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Para fins de aplicação do inciso I do presente artigo, não poderá ser procedida a interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água com fundamento no não pagamento de tarifas vencidas há mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3º É vedado ao prestador de serviços efetuar a interrupção dos serviços pelo impedimento de acesso ao hidrômetro do usuário que não tenha sido tempestivamente notificado acerca dificuldade de efetivação da leitura.

§ 4º O aviso prévio e as notificações formais devem ser escritos de forma compreensível e de fácil entendimento.

§ 5º Ao efetuar a suspensão do abastecimento de água ou a cobrança pelo serviço de coleta de esgoto, o prestador de serviços deverá entregar aviso discriminando o motivo gerador da interrupção e, quando pertinente, indicação das faturas que caracterizaram a inadimplência.

§ 6º Será considerada interrupção indevida aquela que não estiver amparada nesta Resolução.

§ 7º Constatada que a suspensão do abastecimento de água e/ou a interrupção da coleta de esgoto foi indevida, o prestador de serviços ficará obrigado a efetuar a religação, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sem ônus para o usuário.

Art. 154. O usuário com débitos vencidos, resultantes da prestação do serviço, poderá ter seu nome registrado nas instituições de proteção ao crédito, ter a dívida registrada em cartório de protesto e cobrado judicialmente, após esgotadas as medidas administrativas para a cobrança.

Art. 155. Havendo acordo de parcelamento dos débitos e quitação da 1ª parcela, o usuário poderá fazer a solicitação para ter seus serviços restabelecidos.

Art. 156. A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios estabelecidos na legislação federal ou em norma específica.

Art. 157. A interrupção ou a restrição da distribuição de água por inadimplência a usuário que preste serviço público ou essencial à população e cuja atividade sofra prejuízo, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias à ARIS, para efeito de mediação quanto ao cumprimento do contrato.

Parágrafo único - Define-se como serviço essencial à população com vistas a comunicação prévia, aplicável à suspensão, as atividades desenvolvidas nas seguintes unidades usuárias:

I - unidade operacional de processamento de gás liquefeito de petróleo e de combustíveis;

II - unidade operacional de distribuição de gás canalizado;

III - unidade hospitalar;

IV - unidade operacional do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos;

V - unidades que tenham cadeias, penitenciárias ou similares.

Art. 158. Fica vedada ao prestador de serviços a realização de interrupção da prestação dos serviços após as 12 (doze) horas das sextas-feiras ou na véspera de feriados nacionais, estaduais ou municipais.

Art. 159. O prestador de serviços deverá comunicar imediatamente à ARIS todas as situações de emergências que possam resultar na interrupção dos sistemas e/ou causem transtornos à população, tais como: rompimento de adutoras, by pass (desvio) em ETEs, paralisação no bombeamento de esgotos, vazamentos de produtos perigosos e outros da mesma natureza.

CAPÍTULO XX DO RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS

Art. 160. Após cessado o motivo da interrupção e/ou pagos os débitos, multas e acréscimos incidentes, o prestador de serviços restabelecerá o abastecimento de água e/ou o esgotamento sanitário no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 161. Faculta-se ao prestador de serviços implantar procedimento de religação de urgência, caracterizado pelo prazo de 4 (quatro) horas entre o pedido de religação e o atendimento.

Parágrafo único. O prestador de serviços ao adotar a religação de urgência deverá:

I - informar ao usuário, o valor a ser cobrado e os prazos relativos às religações normais e de urgência;
e

II - prestar o serviço a qualquer usuário, nas localidades onde o procedimento for adotado.

CAPÍTULO XXI DAS ATRIBUIÇÕES DA ARIS

Art. 162. Cabe à ARIS resolver os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução, inclusive decidindo em segunda instância sobre as pendências entre o prestador de serviços e os usuários.

Art. 163. É condição de validade do instrumento ou da ação do prestador de serviços a homologação prévia pela ARIS relativa ao:

§ 1º Contrato de adesão para prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

§ 2º Enquadramento em regime especial de tarifa social ou de baixa renda nos termos do § 4º, artigo 107.

§ 3º A aplicação de solução especial, em caso de restrição de disponibilidade de água nos termos do artigo 134, quando for impossível ou economicamente inviável a aplicação dos critérios técnicos definidos para a prestação dos serviços.

§ 4º Tabela de Preços e Prazos dos Serviços, proposta pelo prestador de serviços.

§ 5º Parâmetros para fixação dos valores das multas aplicadas pelo prestador de serviços ao usuário, quando da constatação de irregularidades, nos termos do artigo 148 e 149.

§ 6º Critérios extraordinários propostos pelo prestador de serviços para cancelamento ou alteração da fatura nos termos do artigo 106.

§ 7º Contrato especial de demanda garantida para grandes usuários, a serem definidos em resolução específica da ARIS.

§ 8º Outros serviços disponibilizados pelo prestador de serviços, exceto àqueles já previstos no artigo 107.

Art. 164. Cabe à ARIS o estabelecimento de medidas de cunho tarifário que incentivem à redução do consumo de água pelo prestador de serviços quando houver restrição de disponibilidade de água.

Art. 165. Caberá à ARIS a fiscalização das instalações operacionais do prestador de serviços com a finalidade de identificar possíveis não conformidades que comprometam a prestação dos serviços.

Parágrafo único. A constatação de não conformidades por parte da ARIS gerará notificações ao prestador de serviços e este deverá realizar ações para atender às determinações e recomendações e/ou estará sujeito a penalidades, nos termos do contrato do consórcio público e resolução específica.

Art. 166. O prestador de serviços deverá manter, em formas virtual ou física, os registros das solicitações/reclamações dos usuários e das respectivas respostas, que deverão ser disponibilizados à

ARIS sempre que requisitado pela agência.

Art. 167. A ARIS terá acesso, quando da solicitação, a todos os documentos e recursos submetidos pelo poder concedente, prestador de serviços ou pelo usuário, promovendo a mediação entre as partes envolvidas.

CAPÍTULO XXII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 168. Prazos mais benéficos aos usuários em sentido diverso sobre a prestação de serviços previstos específica e expressamente nos respectivos contratos de concessão e de programa, prevalecem sobre os estabelecidos nesta Resolução.

Art. 169. O prestador de serviços deverá observar o princípio da isonomia em todas as decisões que lhe foram facultadas nesta Resolução, adotando procedimento único para toda a área de concessão outorgada.

Parágrafo único. Na resolução desses casos, a ARIS poderá considerar o que dispuser o regulamento do prestador de serviços, desde que não contrário às normas reguladoras.

Art. 170. A presente Resolução aplica-se, no que couber, à Administração Pública Direta e Indireta e às empresas privadas responsáveis, no todo ou em sua parte, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 171. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Art. 172. Revoga-se a Resolução Normativa nº 001, de 28 de abril de 2011.

Art. 173. Esta Resolução entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Florianópolis, 27 de março de 2019.

Conselheiro Roberto Aurélio Merlo (Presidente)
Conselheiro Silvio José Martins Filho
Conselheira Stefânia Martins Hofmann Mohedano
Conselheiro Marco Aurélio Alberton
Conselheiro Eduardo Luiz Pereira

ANEXO ÚNICO - TERMINOLOGIA

- I - adutora: canalização principal de um sistema de abastecimento de água situada, geralmente, entre a captação e a estação de tratamento, ou entre esta e os reservatórios de distribuição;
- II - água bruta: água da forma como é encontrada na natureza, antes de receber qualquer tratamento;
- III - água tratada: água submetida a tratamento, através de processos físicos, químicos e/ou biológicos de tratamento, com a finalidade de torná-la apropriada ao consumo humano;
- IV - alimentador predial: tubulação compreendida entre o ponto de entrega de água e a válvula de flutuador do reservatório predial;
- V - alto consumo: consumo mensal da unidade usuária, cujo valor medido ultrapassa em 40% (quarenta por cento), no mínimo, a média aritmética dos últimos seis meses com valores corretamente medidos;
- VI - caixa de ligação de esgoto: dispositivo padronizado ligado ao ramal predial de esgoto, situado, sempre que possível, no passeio público, que possibilite a coleta do esgoto, a inspeção e/ou a desobstrução do ramal predial, considerado o ponto de coleta de esgoto;
- VII - cavalete: conjunto padronizado de tubulações e conexões, ligado ao ramal predial de água, destinado à instalação do hidrômetro, considerado o ponto de entrega da água no imóvel;
- VIII - ciclo de faturamento: período entre uma leitura e outra do medidor, correspondente ao faturamento de determinada unidade usuária;
- IX - coleta de esgoto: recolhimento do efluente líquido através de ligações à rede pública de esgotamento sanitário, assegurando o seu posterior tratamento e lançamento adequado, obedecendo à legislação ambiental;
- X - coletor predial: tubulação de esgoto na área interna do lote até a caixa de ligação de esgoto;
- XI - consumo mínimo: faturamento do volume mínimo por economia em metros cúbicos mensais definido pela ARIS ou pelo titular dos serviços;
- XII - contrato de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário: instrumento pelo qual o prestador de serviços e o usuário ajustam as características técnicas e as condições comerciais dos serviços;
- XIII - contrato de adesão: instrumento contratual padronizado para abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, cujas cláusulas estão vinculadas às normas e regulamentos, não podendo seu conteúdo ser modificado pelo prestador de serviços ou pelo usuário;
- XIV - corte da ligação: interrupção ou desligamento dos serviços pelo prestador de serviços por meio de instalação de dispositivo supressor ou outro meio;
- XV - despejo não doméstico: efluente líquido decorrente do uso da água para fins industriais e serviços diversos;
- XVI - economia: moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;
- XVII – estação elevatória: conjunto de tubulações, equipamentos e dispositivos destinados à elevação de água ou esgoto;
- XVIII - fatura: nota fiscal que apresenta a quantia total que deve ser paga pela prestação do serviço público de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, referente a um período especificado, discriminando as parcelas correspondentes;
- XIX - fonte alternativa de abastecimento: suprimento de água a um imóvel não proveniente do sistema público de abastecimento de água;
- XX – hidrômetro: equipamento destinado a medir e registrar, contínua e cumulativamente, o volume de água fornecido a um imóvel;

XXI - imediata execução e recomposição: responsabilidade do prestador de serviços em iniciar e terminar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a recomposição de muros, passeios e pavimentos deteriorados pela ampliação ou manutenção das redes públicas de água e esgoto, levando-se em consideração o fluxo de pedestres e veículos e os casos de obras e serviços continuados;

XXII - imóvel factível: imóvel não conectado à rede do prestador de serviços e situado em logradouro provido de rede de distribuição de água e/ou coleta de esgotos sanitários;

XXIII - imóvel potencial: imóvel situado em logradouro desprovido de rede de distribuição de água e/ou esgotamento sanitário;

XXIV - inspeção: fiscalização da unidade usuária, posteriormente à ligação, com vistas a verificar sua adequação aos padrões técnicos e de segurança do prestador de serviços, o funcionamento do sistema de medição e a conformidade dos dados cadastrais;

XXV - instalação predial de água: conjunto de tubulações, reservatórios, equipamentos, peças e dispositivos localizados a jusante do ponto de entrega de água e empregados para a distribuição de água na unidade usuária;

XXVI - instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, equipamentos, peças e dispositivos localizados na área interna da unidade usuária, a montante do ponto de coleta de esgoto, empregados na coleta de esgotos;

XXVII - lacre: dispositivo destinado a caracterizar a integridade e inviolabilidade do hidrômetro, da ligação de água ou da interrupção do abastecimento;

XXVIII - ligação: é a interligação do ponto de entrega de água ou de coleta de esgoto às instalações da unidade usuária;

XXIX - limitador de consumo: dispositivo instalado no ramal predial, para restringir o volume fornecido de água;

XXX - monitoramento operacional: acompanhamento e avaliação dos serviços mediante equipamentos e instalações pertencentes ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

XXXI - padrão de ligação de água: conjunto constituído pelo abrigo de proteção padronizado, cavalete, registro de esfera e dispositivos de controle ou de medição de consumo;

XXXII - plano de investimento: programação de investimentos do prestador nas infraestruturas e serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, integrante do contrato de concessão, contrato de programa ou de outros compromissos assumidos pelo prestador;

XXXIII - ponto de entrega de água: é o ponto de conexão das instalações prediais do usuário (alimentador predial) com o padrão de ligação de água, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do prestador de serviços de abastecimento de água;

XXXIV - ponto de coleta de esgoto: é o ponto de conexão das instalações prediais do usuário (ramal coletor) com a caixa de ligação de esgoto, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do prestador de serviços de esgotamento sanitário;

XXXV - ponto de utilização: extremidade localizada nas instalações internas da unidade usuária que fornece água para uso a que se destina;

XXXVI - ramal predial de água: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de abastecimento de água e o padrão de ligação de água;

XXXVII - ramal predial de esgoto: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de esgotamento sanitário e o ponto de coleta de esgoto;

XXXVIII - rede pública de abastecimento de água: conjunto de tubulações, peças e equipamentos que compõem o sistema público de abastecimento de água;

XXXIX - rede pública de esgotamento sanitário: conjunto de tubulações, peças e equipamentos que interligam os pontos de coleta aos sistemas de tratamento, sendo parte integrante do sistema público de coleta de esgotos;

- XL - registro: peça destinada à interrupção do fluxo de água em tubulações;
- XLI - religação: procedimento efetuado pelo prestador de serviços que objetiva restabelecer o abastecimento de água para a unidade usuária;
- XLII - reservatório: instalação destinada a armazenar água e assegurar a pressão suficiente ao abastecimento;
- XLIII - restabelecimento dos serviços: procedimento efetuado pelo prestador que objetiva retornar o fornecimento do serviço suspenso em decorrência de corte;
- XLIV - sistema condominial de esgoto - sistema composto de redes e ramais multifamiliares, reunindo grupo de unidades usuárias, formando condomínios, nível de quadra urbana, como unidade de esgotamento;
- XLV - sistema público de abastecimento de água (SAA): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de captação, elevação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável;
- XLVI - sistema público de esgotamento sanitário (SES): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos sanitários;
- XLVII - supressão da ligação: interrupção ou desligamento definitivo dos serviços, por meio de retiradas das instalações entre o ponto de conexão e a rede pública, suspensão da emissão de faturas e exclusão do cadastro comercial;
- XLVIII - unidade usuária: economia ou conjunto de economias atendidos através de uma única ligação de água e/ou de esgoto;
- XLIX - usuário: pessoa física ou jurídica, ou comunhão de fato ou de direito, legalmente representada, que solicitar ao prestador do serviço o abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, regido por contrato firmado ou de adesão, e assumir a responsabilidade pelo pagamento das faturas e pelas demais obrigações fixadas em normas legais, regulamentares ou contratuais;
- L - vazamento oculto: vazamento de difícil percepção, cuja detecção, as vezes é feita através de testes ou por técnicos especializados; e
- LI - verificação do hidrômetro: processo que visa conferir a regularidade do hidrômetro com os respectivos padrões, em relação aos limites estabelecidos pelas normas pertinentes.

CIDEMA**EXTRATO DE LICITAÇÃO AUXILIAR SONDADOR**

Publicação Nº 1980975

Estado de Santa Catarina
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE – CIDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 03/2019

Edital: Tomada de Preços Nº 03/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços profissionais de auxiliar de sondador para a execução das perfurações de poços artesianos nos municípios consorciados

Entrega dos Envelopes: 22/04/2019 até às 08h00min.

Abertura dos Envelopes: às 08h30min do 22/04/2019 .

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Avenida Getúlio Vargas, 571, Centro, Chapecó – SC, junto à sede da AMOSC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min ou pelo telefone nº (49) 3319-3232 e ainda no site: <http://cidema.sc.gov.br/> .

Chapecó, SC, 10 de abril de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Presidente do CIDEMA

Prefeita de Arvoredo/SC

EXTRATO DE LICITAÇÃO GEOLOGO

Publicação Nº 1980976

Estado de Santa Catarina
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE – CIDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 01/2019

Edital: Tomada de Preços Nº 01/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação dos serviços profissionais de geologia, pessoa física ou jurídica, no mínimo 15 (quinze) horas semanais, incluindo-se a responsabilidade técnica, a serem prestados nas atividades de execução de perfurações de poços artesianos nos municípios consorciados ao cidema.

Entrega dos Envelopes: 22/04/2019 até às 08h00min.

Abertura dos Envelopes: às 08h30min do 22/04/2019 .

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Avenida Getúlio Vargas, 571, Centro, Chapecó – SC, junto à sede da AMOSC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min ou pelo telefone nº (49) 3319-3232 e ainda no site: <http://cidema.sc.gov.br>

Chapecó, SC, 10 de abril de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Presidente do CIDEMA

Prefeita de Arvoredo/SC

EXTRATO DE LICITAÇÃO SONDADOR

Publicação Nº 1980978

Estado de Santa Catarina
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E DO MEIO AMBIENTE – CIDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 02/2019

Edital: Tomada de Preços Nº 02/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação dos serviços profissionais de sondador para operar o equipamento (sonda), a ser utilizado nas ações de perfurações de poços artesianos nos municípios consorciados.

Entrega dos Envelopes: 22/04/2019 até às 08h00min.

Abertura dos Envelopes: às 08h30min do 22/04/2019 .

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Avenida Getúlio Vargas, 571, Centro, Chapecó – SC, junto à sede da AMOSC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min ou pelo telefone nº (49) 3319-3232 e ainda no site: <http://cidema.sc.gov.br>

Chapecó, SC, 10 de abril de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Presidente do CIDEMA

Prefeita de Arvoredo/SC

PREGÃO PRECENCIAL SONDADOR

Publicação Nº 1980979

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

1. DA LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por sua Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que, em atendimento ao disposto nos Termos de Cooperação Técnica e de Cessão de Uso celebrados com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesa – SAR e à RESOLUÇÃO CIDEMA nº 06/2018, de 21 de dezembro de 2018, TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE USO Nº 451/2015, CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA; Fica o Termo de Cessão de Uso nº451/2015 prorrogado até 31 de dezembro de 2021, data da prorrogação Florianópolis, 02 de agosto de 2017, fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço global, para contratação do serviço profissional de Geólogo. A presente licitação será regida pelas disposições das Leis nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e pelas condições estabelecidas neste Edital, o qual encontra-se à disposição dos interessados no sítio eletrônico www.cidema.sc.gov.br/. A sessão publica será aberta às 8h30 do dia 22/04/2019.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE SONDADOR PARA OPERAR O EQUIPAMENTO (SONDA), A SER UTILIZADO NAS AÇÕES DE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

3. DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 Poderão participar do certame os interessados que comprovarem experiência em operação de equipamentos utilizados em perfuração de poços artesianos.

3.2 O credenciamento do participante, pessoa física, será feito mediante a entrega de cópia do RG e CPF, acompanhadas do original.

3.3 Tratando-se de representante legal exigir-se-á a entrega do Termo de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II, ou Procuração por instrumento público ou particular do qual constem poderes específicos para representar o proponente na sessão pública e para praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado de cópia de documento oficial com foto.

3.4 A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais.

3.5 Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6 Após o credenciamento os representantes legais deverão apresentar a Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, dando ciência do cumprimento dos requisitos de habilitação, sob pena de não aceitação da proposta, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III deste Edital.

3.7 Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao Pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública, designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item, indicando valores unitários e totais, em moeda nacional, na forma do Anexo I deste Edital, podendo ser manuscrita, datilografada ou impressa, datada, carimbada e assinada, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

DE: (NOME)

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

ABERTURA: ÀS 8h30 DO DIA 22/04/2019

4.2. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 30 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

- 4.3. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.
- 4.4. O preço ofertado inclui os tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços.
- 4.5. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

5. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1 A pessoa física participante da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

- Cópia do RG e CPF;
 - Cópia do Cartão do PIS/NIT;
 - Cópia do Comprovante de Residência;
 - Documento que comprove possuir mais de 2 (dois) anos de experiência em operação de equipamentos de perfuração de poços artesianos.
- 5.2 A comprovação da experiência de que trata a alínea "d" do item anterior, dar-se-á mediante a entrega de ATESTADO(S) ou DECLARAÇÃO(ÕES) fornecidos por órgão público ou empresa privada, tantos quantos bastem para completar o tempo de experiência exigido.
- 5.3 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados no item anterior deverão estar em nome do licitante.
- 5.4 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou em fotocópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro, neste caso mediante apresentação dos originais pela licitante ou seu representante legal.
- 5.5 Os documentos emitidos via Internet serão considerados originais, porém a aceitação dos mesmos, para os fins desta licitação, dependerá da verificação da autenticidade junto aos órgãos expedidores.
- 5.6 A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis a quem interessar os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes da documentação e propostas, até a respectiva abertura.
- 5.7 Não serão aceitas cópias ilegíveis, bem como documentos enviados por fac-símile.
- 5.8 Os documentos para a fase de habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO

DE: (NOME)

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

ABERTURA: ÀS 8h30 DO DIA 22/04/2019.

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Declarada aberta a seção pública pelo Pregoeiro, dar-se-á vista dos envelopes de propostas e documentação aos licitantes presentes a fim de que constatem a inviolabilidade dos mesmos.
- 6.2 O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO GLOBAL.
- 6.2.1 O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.
- 6.2.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos de mercado admitidos por item.
- 6.3 Será classificada a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, para a etapa de lances verbais.
- 6.4 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 6.5 No curso da sessão pública, o Pregoeiro dará abertura à etapa de lances, e convidará individualmente os participantes classificados, de forma sequencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.
- 6.6 Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e a ordem sequencial para esses lances será definida por meio de sorteio.
- 6.7 A oferta de lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada sua oferta com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.
- 6.8 O pregoeiro poderá no início da sessão:
- definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;
 - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
 - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.
- 6.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.9.1 A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá de dar novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo em caso de inabilitação do licitante vencedor vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.
- 6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados.
- 6.11 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em preço melhor.
- 6.12 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13 Encerrada então a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

6.14 O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com o valor de mercado, decidindo motivadamente, a respeito.

6.15 Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação.

6.16 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante.

6.16.1 A intenção de recorrer e os motivos apresentados pelo recorrente deverão ser registrados na ata da Sessão Pública.

6.16.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17 Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

6.18 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

6.19 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4 O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5 O(s) recurso(s) será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9. DA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1 O licitante vencedor será convocado para a assinatura do Contrato (Anexo IV) dentro do prazo de 3 (três), a contar da data de da homologação.

9.2 O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CIDEMA.

9.3 Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, e sofrerá multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o CIDEMA, pelo período de 6 (seis) meses.

9.4 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o CIDEMA poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

9.5 Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação nem a participação de consórcio no processo licitatório ou contrato.

9.6 - Este Edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado, como se nele estivessem transcritos.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

10.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado ao prazo de vigência estabelecido no TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o CIDEMA e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

10.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor convencionado no presente contrato o IGP-M acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

10.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste.

11. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE PAGAMENTO

11.1 A prestação dos serviços deverá iniciar em até 3 (três) dias, contados da assinatura do Contrato.

11.2 O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, por meio de depósito bancário, mediante apresentação da Nota Fiscal com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência.

12. PENALIDADES

12.1 Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 anos.

12.2 Poderá, ainda, isoladamente ou conjuntamente, sofrer multa de 10% sobre o valor do contrato, e rescisão contratual, sem que disso decorra direito de qualquer natureza ao Contratado.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o presente Edital, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: diretoria@cidema.sc.gov.br, até as 17h30 (horário oficial de Brasília).

13.2 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.4 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico diretoria@cidema.sc.gov.br.

13.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão encaminhados no e-mail do requerente.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.2 A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.4 Faz parte integrante deste Edital:

14.4.1 Proposta Comercial - Anexo I;

14.4.2 Carta de Credenciamento - Anexo II;

14.4.3 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos - Anexo III;

14.4.4 Minuta de Contrato - Anexo IV.

14.5 Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

14.6 É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

14.7 Maiores informações poderão ser obtidas com o Pregoeiro no endereço declinado no preâmbulo, de segunda a sexta, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h30, pelo e-mail diretoria@cidema.sc.gov.br ou pelo telefone nº (49) 3319-3232.

Chapecó, 09 de abril de 2019.

Janete Paravizi Bianchin

Presidente do CIDEMA

ANEXO I

PROPOSTA COMERCIAL

----- QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA -----

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ I.E. _____ Telefone: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR MÁXIMO
01	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE SONDADOR PARA OPERAR O EQUIPAMENTO (SONDA), A SER UTILIZADO NAS PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.	12 (MESES)			2.900,00
02	VALOR ADICIONAL POR METRO LINEAR PERFURADO.	16.800 (Quantidade Estimada)			1,50
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

_____, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do Licitante/Representante

ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo CIDEMA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____, CNPJ Nº _____, sediada _____,
declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CIDEMA E DE OUTRO A EMPRESA _____,
NOS TERMOS DA LEI Nº 8666/93.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por sua Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa (qualificação), doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 02/2019, Pregão Presencial nº 02/2019, homologado em _____, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento sob seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE SONDADOR PARA OPERAR O EQUIPAMENTO (SONDA), A SER UTILIZADO NAS AÇÕES DE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$ _____, acrescido de 0,00 (por extenso) por metro linear perfurado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetivado por meio de Depósito Bancário em até 10 (dez) dias após a realização do serviço, à vista da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Contratante, acompanhada de relatório indicando o número de poços perfurados no mês, e em qual (is) município(s), bem como a quantidade de metros de cada um deles.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

4.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado ao prazo de vigência estabelecido no TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o CIDEMA e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

4.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor convencionado o índice acumulado do IGP-M nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

4.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade do funcionário do CIDEMA, senhor(a) _____, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

5.2 Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao Contratado e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;
- c) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas ao Contratado, bem como os referentes a pagamento.
- d) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo o Contratado de tudo o que for constatado;
- e) encaminhar relatório ao Gestor do Contrato, sendo o caso, para que este tome as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação 3.3.90.36, do orçamento aprovado para o exercício de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATADO / DO CONTRATANTE

7.1 O Contratado obriga-se a:

- a) iniciar a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do presente contrato;
- b) zelar pelos equipamentos colocados à sua disposição, bem como pela manutenção dos mesmos sempre que necessário;
- c) permitir que os prepostos do Contratante inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- d) dar ciência ao Contratante sobre qualquer anormalidade identificada na execução dos serviços, inclusive naqueles que venham a interferir, de algum modo, nas atividades que estão sendo executadas;
- d) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fiscal/Gestor do contrato e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações, assim como obedecer às normas legais pertinentes à execução dos serviços;
- f) responder por perdas e danos que vier a sofrer o Contratante, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável;
- g) respeitar todos os padrões de segurança estabelecidos pelo Contratante;
- h) seguir/observar o cronograma de perfurações de poços artesanais elaborados pelo Contratante;
- i) apresentar a Nota Fiscal de prestação dos serviços até o último dia de cada mês, acompanhada de relatório indicando o número de poços perfurados no mês, e em qual (is) município(s), bem como a quantidade de metros de cada um deles.

7.2 O Contratante obriga-se a:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;
- b) fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços;
- c) cumprir as condições e prazo de pagamento;
- d) designar um Gestor do Contrato;
- e) notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços contratados;
- f) exercer permanente gestão e fiscalização na execução dos serviços, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- g) prestar informações, esclarecimentos necessários e dar condições, no que lhe couber, para que a Contratado possa executar os serviços objeto desta contratação;
- h) disponibilizar as máquinas, equipamentos, materiais e demais acessórios indispensáveis à execução dos serviços contratados;
- i) informar, por escrito, os locais onde serão perfurados os poços e/ou a alteração do cronograma se for o caso;
- j) redefinir o prazo e cronograma do projeto em conjunto com o Contratado, caso alguma situação estratégica venha impactar as atividades;
- k) fornecer ao Contratado todas as informações técnicas solicitadas sobre o ambiente a ser utilizado na prestação dos serviços;
- l) arcar com as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem, sempre que os serviços forem executados fora do Município de Chapecó;

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento das obrigações assumidas no edital e no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará ao Contratado as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar junto com o Contratante e com os municípios consorciados;
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 Caberá rescisão de Contrato, por ato unilateral (e formal) do Contratante, no que couber, nos casos previstos e nos art.. 77 e 78 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chapecó, ____ de _____ de 2019.

Janete Paravizi Bianchin
Presidente do CIDEMA

Representante Legal

PREGÃO PRESENCIAL CIDEMA - AUXILIAR SONDADOR

Publicação Nº 1980980

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

1. DA LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por sua Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que em atendimento ao disposto nos Termos de Cooperação Técnica e de Cessão de Uso celebrados com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária – SAR e à RESOLUÇÃO CIDEMA nº 06/2018, de 21 de dezembro de 2018, 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE USO Nº 451/2015, CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA; Fica o Termo de Cessão de Uso nº 4503/2019 prorrogado até 31 de dezembro de 2021, Florianópolis, 02 de agosto de 2017, fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço global, para contratação dos serviços profissionais de Auxiliar de Sondador. A presente licitação será regida pelas disposições das Leis nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e pelas condições estabelecidas neste Edital, o qual encontra-se à disposição dos interessados no sítio eletrônico www.cidema.sc.gov.br/. A sessão pública será aberta às 8h30 do dia 22/04/2019.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE AUXILIAR DE SONDADOR PARA EXECUÇÃO DAS PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

3. DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 Poderão participar do certame os interessados que comprovarem experiência em serviços de perfuração de poços artesianos.

3.2 O credenciamento do participante, pessoa física, será feito mediante a entrega de cópia do RG e CPF, acompanhadas do original.

3.3 Tratando-se de representante legal exigir-se-á a entrega do Termo de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II, ou Procuração por instrumento público ou particular do qual constem poderes específicos para representar o proponente na sessão pública e para praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado de cópia de documento oficial com foto.

3.4 A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais.

3.5 Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6 Após o credenciamento os representantes legais deverão apresentar a Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, dando ciência do cumprimento dos requisitos de habilitação, sob pena de não aceitação da proposta, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III deste Edital.

3.7 Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao Pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública, designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item, indicando valores unitários e totais, em moeda nacional, na forma do Anexo I deste Edital, podendo ser manuscrita, datilografada ou impressa, datada, carimbada e assinada, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

DE: (NOME)

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

ABERTURA: ÀS 8H30 DO DIA 22/04/2019

4.2. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

4.3. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

4.4. O preço ofertado inclui os tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços.

4.5. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

5. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1 A pessoa física participante da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia do RG e CPF;

b) Cópia do Cartão do PIS/NIT;

c) Cópia do Comprovante de Residência;

d) Documento que comprove possuir mais de 6 (seis) meses de experiência em serviços de perfuração de poços artesianos.

5.2 A comprovação da experiência de que trata a alínea "d" do item anterior, dar-se-á mediante a entrega de ATESTADO(S) ou DECLARAÇÃO(ÕES) fornecidos por órgão público ou empresa privada, tantos quantos bastem para completar o tempo de experiência exigido.

5.3 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados no item anterior deverão estar em nome do licitante.

5.4 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou em fotocópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro, neste caso mediante apresentação dos originais pela licitante ou seu representante legal.

5.5 Os documentos emitidos via Internet serão considerados originais, porém a aceitação dos mesmos, para os fins desta licitação, dependerá da verificação da autenticidade junto aos órgãos expedidores.

5.6 A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis a quem interessar os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes da documentação e propostas, até a respectiva abertura.

5.7 Não serão aceitas cópias ilegíveis, bem como documentos enviados por fac-símile.

5.8 Os documentos para a fase de habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO

DE: (NOME)

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

ABERTURA: ÀS 8H30 DO DIA 22/04/2019

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 Declarada aberta a seção pública pelo Pregoeiro, dar-se-á vista dos envelopes de propostas e documentação aos licitantes presentes a fim de que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

6.2 O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

6.2.1 O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos de mercado admitidos por item.

6.3 Será classificada a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, para a etapa de lances verbais.

6.4 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5 No curso da sessão pública, o Pregoeiro dará abertura à etapa de lances, e convidará individualmente os participantes classificados, de forma sequencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6 Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e a ordem sequencial para esses lances será definida por meio de sorteio.

6.7 A oferta de lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada sua oferta com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8 O pregoeiro poderá no início da sessão:

a) definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;

b) estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;

c) permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1 A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá de dar novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo em caso de inabilitação do licitante vencedor vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em preço melhor.

6.12 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13 Encerrada então a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

6.14 O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com o valor de mercado, decidindo motivadamente, a respeito.

6.15 Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação.

6.16 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante.

6.16.1 A intenção de recorrer e os motivos apresentados pelo recorrente deverão ser registrados na ata da Sessão Pública.

6.16.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17 Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas

escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

6.18 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

6.19 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4 O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5 O(s) recurso(s) será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9. DA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1 O licitante vencedor será convocado para a assinatura do Contrato (Anexo IV) dentro do prazo de 3 (três), a contar da data de da homologação.

9.2 O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CIDEMA.

9.3 Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, e sofrerá multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta, e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o CIDEMA, pelo período de 6 (seis) meses.

9.4 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o CIDEMA poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

9.5 Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação nem a participação de consórcio no processo licitatório ou contrato.

9.6 - Este Edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado, como se nele estivessem transcritos.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

10.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado ao prazo de vigência estabelecido no TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o CIDEMA e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

10.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor convencionado no presente contrato o IGP-M acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

10.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste

11. DO INICIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE PAGAMENTO

11.1 A prestação dos serviços deverá iniciar em até 3 (três) dias, contados da assinatura do Contrato.

11.2 O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, por meio de depósito bancário, mediante apresentação da Nota Fiscal com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência

12. PENALIDADES

12.1 Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 anos.

12.2 Poderá, ainda, isoladamente ou conjuntamente, sofrer multa de 10% sobre o valor do contrato, e rescisão contratual, sem que disso decorra direito de qualquer natureza ao Contratado.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o presente Edital, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: diretoria@cidema.sc.gov.br, até as 17h30 (horário oficial de Brasília).

13.2 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.4 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico diretoria@cidema.sc.gov.br.

13.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão encaminhados no e-mail do requerente.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.2 A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.4 Faz parte integrante deste Edital:

14.4.1 Proposta Comercial - Anexo I;

14.4.2 Carta de Credenciamento - Anexo II;

14.4.3 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos - Anexo III;

14.4.4 Minuta de Contrato - Anexo IV.

14.5 Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

14.6 É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

14.7 Maiores informações poderão ser obtidas com o Pregoeiro no endereço declinado no preâmbulo, de segunda a sexta, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h30, pelo e-mail diretoria@cidema.sc.gov.br/ ou pelo telefone nº (49) 3319-3232.

Chapecó, 09 de Abril de 2019.

Janete Paravizi Bianchin

Presidente do CIDEMA

ANEXO I

PROPOSTA COMERCIAL

----- QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA -----

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ I.E _____ Telefone: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR MÁXIMO
01	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE AUXILIAR DE SONDADOR PARA A EXECUÇÃO DAS PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.	12 (MESES)			1.800,00
02	VALOR ADICIONAL POR METRO LINEAR PERFURADO.	16.800 (Quantidade Estimada)			0,75
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

_____, ____ de _____ de 2019.

Nome e Assinatura do Licitante/Representante ANEXO II CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo CIDEMA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____, CNPJ Nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CIDEMA E DE OUTRO A EMPRESA _____.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por sua Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa (qualificação), doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 03/2019,

Pregão Presencial nº 03/2019, homologado em, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento sob seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE AUXILIAR DE SONDADOR PARA A EXECUÇÃO DAS PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$, acrescido de 0,00 (por extenso) por metro linear perfurado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetivado por meio de Depósito Bancário em até 10 (dez) dias após a realização do serviço, à vista da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Contratante, acompanhada de relatório indicando o número de poços perfurados no mês, e em qual (is) município(s), bem como a quantidade de metros de cada um deles.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

4.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado ao prazo de vigência estabelecido no TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o CIDEMA e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

4.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor convencionado o índice acumulado do IGP-M nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

4.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade do funcionário do CIDEMA, senhor(a) _____, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

5.2 Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao Contratado e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;
- c) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas ao Contratado, bem como os referentes a pagamento.
- d) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo o Contratado de tudo o que for constatado;
- e) encaminhar relatório ao Gestor do Contrato, sendo o caso, para que este tome as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação 3.3.90.36, do orçamento aprovado para o exercício de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATADO / DO CONTRANTE

7.1 O Contratado obriga-se a:

- a) iniciar a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do presente contrato;
- b) zelar pelos equipamentos colocados à sua disposição, bem como pela manutenção dos mesmos sempre que necessário;
- c) permitir que os prepostos do Contratante inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- d) dar ciência ao Contratante sobre qualquer anormalidade identificada na execução dos serviços, inclusive naqueles que venham a interferir, de algum modo, nas atividades que estão sendo executadas;
- e) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fiscal/Gestor do contrato e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações, assim como obedecer às normas legais pertinentes à execução dos serviços;
- f) responder por perdas e danos que vier a sofrer o Contratante, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável;
- g) respeitar todos os padrões de segurança estabelecidos pelo Contratante;
- h) colaborar com o Sondador, seguindo suas orientações durante a execução dos serviços contratados;
- i) apresentar a Nota Fiscal de prestação dos serviços até o último dia de cada mês, acompanhada de relatório indicando o número de poços perfurados no mês, e em qual (is) município(s), bem como a quantidade de metros de cada um deles.

7.2 O Contratante obriga-se a:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;
- b) fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços;
- c) cumprir as condições e prazo de pagamento;
- d) designar um Gestor do Contrato;
- e) notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços contratados;
- f) exercer permanente gestão e fiscalização na execução dos serviços, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- g) arcar com as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem, sempre que os serviços forem executados fora do Município de Chapecó;

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento das obrigações assumidas no edital e no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará ao Contratado as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar junto com o Contratante e com os municípios consorciados;
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 Caberá rescisão de Contrato, por ato unilateral (e formal) do Contratante, no que couber, nos casos previstos e nos art.. 77 e 78 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chapecó, ____ de _____ de 2019.

Janete Paravizi Bianchin
Presidente do CIDEMA

Representante Legal

PREGÃO PRESENCIAL CIDEMA - GEÓLOGO

Publicação Nº 1980982

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

1. DA LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por sua Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que, em atendimento ao disposto nos Termos de Cooperação Técnica e de Cessão de Uso celebrados com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesa – SAR e à RESOLUÇÃO CIDEMA nº 06/2018, de 21 de dezembro de 2018, TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE USO Nº 451/2015, CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA; Fica o Termo de Cessão de Uso nº 451/2019 prorrogado até 31 de dezembro de 2021, data da prorrogação Florianópolis, 02 de agosto de 2017, fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço global, para contratação do serviço profissional de Geólogo. A presente licitação será regida pelas disposições das Leis nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e pelas condições estabelecidas neste Edital, o qual encontra-se à disposição dos interessados no sítio eletrônico www.cidema.sc.gov.br. A sessão pública será aberta às 8h30 do dia 22/04/2019.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE GEOLOGIA, PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, NO MÍNIMO 15 (QUINZE) HORAS SEMANAIS, INCLUINDO-SE A RESPONSABILIDADE TÉCNICA, A SEREM PRESTADOS NAS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDEMA.

3. DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto de contratação, pessoas físicas ou jurídicas, que comprovem o registro e a qualificação exigidos neste Edital.

3.2 O credenciamento do participante pessoa física será feito mediante a entrega de cópia do RG e CPF;

3.3. O credenciamento do participante pessoa jurídica será feito mediante a entrega dos seguintes documentos:

3.3.1 Cópia do Cartão do CNPJ;

3.3.2 Cópia do Contrato Social/Ato Constitutivo da empresa;

3.3.3 Cópia do RG e CPF do representante legal

3.3.4 Cópia do Comprovante de Residência do representante legal.

3.4 Tratando-se de representante legal da pessoa física ou jurídica exigir-se-á deste a entrega do Termo de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II, ou Procuração por instrumento público ou particular do qual constem poderes específicos para representar o proponente na sessão pública e praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhado de cópia de documento oficial com foto.

3.5 A não apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais.

3.6 Cada representante poderá representar um único licitante.

3.7 Após o credenciamento os representantes legais deverão apresentar as seguintes declarações:

3.7.1 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, dando ciência do cumprimento dos requisitos de habilitação, sob pena de não aceitação da proposta, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III deste Edital.

3.7.2 As proponentes pessoas jurídicas, sendo o caso, Declaração de que na data da abertura da licitação cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo V.

3.8 A falsidade da declaração a que se refere o item 3.7.2, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento às sanções administrativas prevista no presente Edital.

3.9 Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública, designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item, indicando valores unitários e totais, em moeda nacional, na forma do Anexo I deste Edital, podendo ser manuscrita, datilografada ou impressa, datada, carimbada e assinada, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

DA: (EMPRESA)

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

ABERTURA: ÀS 8H30 DO DIA 22/04/2019

4.2. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

4.3. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

4.4. O preço ofertado inclui os tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços.

4.5. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

5. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

5.1 A pessoa física participante da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia do comprovante de registro profissional e de regularidade perante o CREA/SC;

b) Cópia do RG e CPF;

c) Cópia do Cartão do PIS/NIT;

d) Cópia do Comprovante de Residência.

5.2 A pessoa jurídica participante da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Certificado de Regularidade do FGTS;

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições relativas a Previdência Social;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

f) Declaração de que não emprega menor de 18 anos, conforme modelo constante do Anexo IV.

5.3 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados no item anterior deverão estar em nome da licitante.

5.4 As certidões a que se referem as alíneas a, b, c, d e e, do item 5.2, deverão encontrar-se válidas na data de abertura do procedimento licitatório.

5.5 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou em fotocópia autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro, neste caso mediante apresentação dos originais pela licitante ou seu representante legal.

5.6 Os documentos emitidos via Internet serão considerados originais, porém a aceitação dos mesmos, para os fins desta licitação, dependerá da verificação da autenticidade junto aos órgãos expedidores.

5.7 A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis a quem interessar os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes da documentação e propostas, até a respectiva abertura.

5.8 Não serão aceitas cópias ilegíveis, bem como documentos enviados por fac-símile.

5.9 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO

DA: (EMPRESA)

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

ABERTURA: ÀS 8H30 DO DIA 22/04/2019

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 Declarada aberta a seção pública pelo Pregoeiro, dar-se-á vista dos envelopes de propostas e documentação aos licitantes presentes a fim de que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

6.2 O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

6.2.1 O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos de mercado admitidos por item.

6.3 Será classificada a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, para a etapa de lances verbais.

6.4 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5 No curso da sessão pública, o Pregoeiro dará abertura à etapa de lances, e convidará individualmente os participantes classificados, de forma sequencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a

proclamação do vencedor.

6.6 Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e a ordem sequencial para esses lances será definida por meio de sorteio.

6.7 A oferta de lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada sua oferta com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8 O pregoeiro poderá no início da sessão:

- a) definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;
- b) estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
- c) permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1 A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá de dar novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo em caso de inabilitação do licitante vencedor vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em preço melhor.

6.12 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13 Encerrada então a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

6.14 O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com o valor de mercado, decidindo motivadamente, a respeito.

6.15 Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação.

6.15.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, sob pena de inabilitação, ainda que essa apresente alguma restrição.

6.15.1.1 Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.15.1.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará em decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.16 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante.

6.16.1 A intenção de recorrer e os motivos apresentados pelo recorrente deverão ser registrados na ata da Sessão Pública.

6.16.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17 Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

6.18 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

6.19 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4 O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5 Os recursos serão encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9. DA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1 O licitante vencedor será convocado para a assinatura do Contrato, dentro do prazo de 3 (três), a contar da data de da homologação.

9.2 O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CIDEMA.

9.3 Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, e sofrerá multa de 5%

(cinco por cento) sobre o valor da proposta, e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o CIDEMA, pelo período de 6 (seis) meses.

9.4 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o CIDEMA poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

9.5 Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação nem a participação de consórcio no processo licitatório ou contrato.

9.6 - Este Edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado, como se nele estivessem transcritos.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

10.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado ao prazo de vigência estabelecido no TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o CIDEMA e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

10.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor contratado o índice do IGP-M acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

10.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste

11. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE PAGAMENTO

11.1 A prestação dos serviços deverá iniciar em até 3 (três) dias, contados da assinatura do Contrato.

11.2 O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, por meio de depósito bancário, mediante apresentação da Nota Fiscal com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência.

12. PENALIDADES

12.1 Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 anos.

12.2 Poderá, ainda, isoladamente ou conjuntamente, sofrer multa de 10% sobre o valor do contrato, e rescisão contratual, sem que disso decorra direito de qualquer natureza à Contratada.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o presente Edital, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: diretoria@cidema.sc.gov.br, até as 17h30 (horário oficial de Brasília).

13.2 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.4 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico diretoria@cidema.sc.gov.br.

13.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão encaminhados no e-mail do requerente.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.2 A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.4 Faz parte integrante deste Edital:

14.4.1 Proposta Comercial - Anexo I;

14.4.2 Carta de Credenciamento - Anexo II;

14.4.3 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos - Anexo III;

14.4.4 Declaração que Não Emprega Menores (Anexo IV);

14.4.5 Declaração microempresa/empresa de pequeno porte (Anexo V);

14.4.6 Minuta de Contrato - Anexo VI.

14.5 Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

14.6 É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

14.7 Maiores informações poderão ser obtidas com o Pregoeiro no endereço declinado no preâmbulo, de segunda a sexta, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h30, pelo e-mail diretoria@cidema.sc.gov.br ou pelo telefone nº (49) 3319-3232.

Chapecó, 09 de abril de 2019.

Janete Paravizi Bianchin
Presidente do CIDEMA

ANEXO I

PROPOSTA COMERCIAL

----- QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA -----

Razão Social: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ I.E _____ Telefone: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QT/M	UNIT	TOTAL	VALOR MÁXIMO
01	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE GEOLOGIA, PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, NO MÍNIMO 15 (QUINZE) HORAS SEMANAIS, INCLUINDO-SE A RESPONSABILIDADE TÉCNICA, A SEREM PRESTADOS NAS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDEMA.	12			2.750,00

_____, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo CIDEMA, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2019, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____, CNPJ Nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega, nem empregará, durante a vigência do contrato, menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº _____.

123/06.

_____, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA E DE OUTRO A EMPRESA _____.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Bairro Centro, Chapecó, Estado de Santa Catarina, por sua Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa (qualificação), doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Administrativo nº 01/2019, Pregão Presencial nº 01/2019, homologado em __/__/____, ambos os contratantes sujeitos às disposições da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, ao Edital e à proposta, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE GEOLOGIA, PESSOA FÍSICA/JURIDICA, NO MÍNIMO 15 (QUINZE) HORAS SEMANAIS, INCLUINDO-SE A RESPONSABILIDADE TÉCNICA, NAS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDEMA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços prestados, o valor mensal de R\$ 0,00 (por extenso).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetivado por meio de Depósito Bancário em até 10 (dez) dias após a realização do serviço, à vista da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Contratante, acompanhada de relatório circunstanciado acerca dos serviços desenvolvidos no mês de referência.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DO REAJUSTE DO VALOR

4.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado ao prazo de vigência estabelecido no TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA celebrado entre o CIDEMA e o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

4.2 Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do presente contrato, aplicar-se-á sobre o valor contratado o índice do IGP-M acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do vencimento.

4.3 Durante o período de 12 meses vigência do presente contrato não incidirá qualquer tipo de reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade do funcionário do CIDEMA, senhor(a) _____, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

5.2 Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao Contratado ou seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;
- c) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas ao Contratado, bem como os referentes a pagamento.
- d) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo o Contratado de tudo o que for constatado;
- e) encaminhar relatório ao Gestor do Contrato, sendo o caso, para que este tome as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação 3.3.90.36, do orçamento aprovado para o exercício de 2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATADO / DO CONTRATANTE

7.1 O Contratado obriga-se a:

- a) iniciar a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do presente contrato;
- b) permitir que os prepostos do Contratante inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- c) dar ciência ao Contratante sobre qualquer anormalidade identificada na execução dos serviços, inclusive naqueles que venham a interferir, de algum modo, nas atividades que estão sendo executadas;
- d) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fiscal/Gestor do contrato e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações, assim como obedecer às normas legais pertinentes à execução dos serviços;
- e) responder por perdas e danos que vier a sofrer o Contratante, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável;
- f) respeitar os padrões de segurança estabelecidos pelo Contratante;
- g) fornecer ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART relativamente aos serviços a serem executados nos municípios consorciados;

h) apresentar a Nota Fiscal de prestação dos serviços até o último dia de cada mês, acompanhada de relatório circunstanciado acerca dos serviços desenvolvidos no mês de referência.

7.2 O Contratante obriga-se a:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;
- b) fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços;
- c) cumprir as condições e prazo de pagamento;
- d) designar um Gestor do Contrato;
- e) notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços contratados;
- f) exercer permanente gestão e fiscalização na execução dos serviços, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;
- g) prestar os esclarecimentos necessários e dar condições, no que lhe couber, para que a Contratado possa executar os serviços objeto desta contratação;
- h) disponibilizar as máquinas, equipamentos, materiais e demais acessórios indispensáveis à execução dos serviços contratados;
- i) informar, por escrito, os locais onde serão perfurados os poços e/ou a alteração do cronograma se for o caso;
- j) fornecer ao Contratado todas as informações técnicas solicitadas sobre o ambiente a ser utilizado na prestação dos serviços;
- k) arcar com as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem, sempre que os serviços forem executados fora do Município de Chapecó;

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento das obrigações assumidas no edital e no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará ao Contratado as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar junto com o Contratante e com os municípios consorciados;
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 Caberá rescisão de Contrato, por ato unilateral (e formal) do Contratante, no que couber, nos casos previstos e nos art.. 77 e 78 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chapecó, ____ de _____ de 2019.

Janete Paravizi Bianchin
Presidente do CIDEMA

Representante Legal

TERMO CESSÃO DE USO CHAPECÓ UNO

Publicação Nº 1981048

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2019

O Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social do Meio Ambiente - CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Getulio Vargas 571-S, Centro, Chapecó – SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.455.536/0001-90, neste ato representado pelo seu Presidente, Srº JANETE PARAVIZI BIANCHIN, doravante denominado CIDEMA e o Município de Chapecó, pessoa jurídica de direito público, CNP/MFCNPJ sob o nº 80.636.475/0001-08, com sede na Av. Getulio Vargas - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor LUCIANO JOSÉ BULIGON, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº 589.602.600-53, firmam o presente Termo de Cessão de Uso, na forma das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETOS

O presente instrumento tem como objeto a cessão gratuita de uso de 01 (um) veículo de passeio modelo Uno Mille Fire Economy, fabricação nacional, ano/modelo 2013/2013, 4 portas, motor flex com 0.999 cilindradas, potência de 65,0 (g) e 66, (e) CV, capacidade para 5 passageiros, 5 marchas a frete e 1 a ré, tanque de combustível de 50 litros, porta malas com capacidade para 290 litros, protetor de cárter, tapetes de borracha, desembaçador de ar quente, cor branco, Placas MLR-2238, Renavam 592431649, adquirido com recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme Contrato de Repasse nº 778611/2012 MDA/PRONAT/CAIXA, para a estruturação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária –SUASA no Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

A vigência deste Termo será de 5 (cinco) anos, mediante acordo entre as partes, podendo ser prorrogado por Termo Aditivo competente,

conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do fim do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta dias). O prazo de vigência do presente Termo é o necessário para o uso concedido, ou seja, para uso exclusivo na estruturação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária –SUASA no Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIDEMA

- I. Providenciar a primeiro licenciamento, incluindo: seguro DPVAT, IPVA e registro do veículo no DETRAN/SC;
- II. Identificar o veículo com adesivo objeto do Contrato de Repasse;
- III. Acompanhar a utilização do bem a fim de garantir a estruturação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária –SUASA no Município.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I. Manter o bem em perfeito estado de conservação bem como usá-los exclusivamente para os fins estabelecidos na Cláusula Primeira deste instrumento;
- II. Zelar pelo bem, objeto deste instrumento, ficando ainda a seu encargo as despesas relativas à combustível, manutenção preventiva e corretiva, como também o pagamento de seguro total (incêndio, furto, etc.) que garantam o bem de riscos quanto à deterioração e o perecimento durante a vigência e apólice de seguro parte integrante deste Termo;
- III. Responsabilizar-se pela guarda do bem constante da Cláusula Primeira, sob pena de responder por perdas e danos;
- IV. Restituir o objeto desta avença em estado normal de uso ao CIDEMA a partir da data da extinção deste Termo;
- V. Providenciar as suas expensas e troca de peças e mão de obra necessária à recuperação de eventuais avarias, mantendo em perfeito estado o bem;
- VI. Realizar o licenciamento anual do bem objeto deste Termo (Seguro DPVAT, IPVA e Licenciamento);
- VII. Permitir a vistoria do bem inspecionando o uso regular e a localização do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA INSERVIBILIDADE DOS BENS

O bem objeto deste instrumento, quando da inservibilidade, deverá ser devolvido ao CIDEMA, para que seja providenciada a baixa patrimonial.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO

Esta cessão de uso é gratuita, mas intransferível, sem qualquer contraprestação pecuniária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Fica reservado ao CIDEMA o direito de dar por rescindido o presente Termo a qualquer tempo de sua vigência, desde que o MUNICÍPIO desvirtue o bem objeto deste pacto, para finalidade distinta da prevista na Cláusula Primeira ou descumpra quaisquer das suas obrigações elencadas na Cláusula Quarta.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrer a rescisão prevista nesta Cláusula, compromete-se o MUNICÍPIO a restituir o bem ao CIDEMA, no estado em que recebeu, ressalvado o desgaste normal de uso.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Na hipótese de omissões do presente instrumento, serão aplicados os princípios legais atinentes à espécie, e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Chapecó para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da presente avença.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Chapecó, 28 de Março de 2019.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Presidente do CIDEMA

Luciano José Buligon

Prefeito de Chapecó

Testemunhas:

Morciel de Araujo Faraum

Diretor Executivo do CIDEMA

CIMVI**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 009/2019 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - PERMISSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO (GUINCHO), ESTADIA, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS, DOS MUNICÍPIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO**

Publicação Nº 1980473

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 009/2019

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI torna público que fará realizar LICITAÇÃO na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo Maior Lance ou Oferta, para a PERMISSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO (GUINCHO), ESTADIA, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS, DOS MUNICÍPIOS DE ASCURRA, APIÚNA E RODEIO, NO DESEMPENHO DE ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, COM FUNDAMENTAÇÃO NA LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 E NA LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme Edital e Anexos. O Edital e respectivos anexos encontram-se à disposição dos interessados na sede do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Timbó - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira e na Internet em: www.cimvi.sc.gov.br/licitacoes. Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até o dia 15 de Maio de 2019, às 09h00min, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Timbó - SC; sessão de abertura dos envelopes às 09h15min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó (SC), 09/04/2019.

Jean Michel Grundmann

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 010/2019 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - PERMISSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO (GUINCHO), ESTADIA, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS, DOS MUNICÍPIOS DE DOUTOR PEDRINHO E BENEDITO NOVO

Publicação Nº 1980474

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 010/2019

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI torna público que fará realizar LICITAÇÃO na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo Maior Lance ou Oferta, para a PERMISSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO (GUINCHO), ESTADIA, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS, DOS MUNICÍPIOS DE DOUTOR PEDRINHO E BENEDITO NOVO, NO DESEMPENHO DE ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, COM FUNDAMENTAÇÃO NA LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 E NA LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme Edital e Anexos. O Edital e respectivos anexos encontram-se à disposição dos interessados na sede do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Timbó - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira e na Internet em: www.cimvi.sc.gov.br/licitacoes. Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até o dia 16 de Maio de 2019, às 09h00min, na sede do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Timbó - SC; sessão de abertura dos envelopes às 09h15min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó (SC), 09/04/2019.

Jean Michel Grundmann

Presidente

CIS/AMURC**CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 066/2019**

Publicação Nº 1980973

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 066– Chamamento Público 01/2016

Contrato de prestação de serviços que fazem entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO DO CONTESTADO-CISAMURC E MOREIRA CLIVATTI SERVIÇOS MÉDICOS.

Contrato de prestação de serviços que fazem entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO DO CONTESTADO/CISAMURC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 03.887.256/0001-50, com sede sita a Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. GILBERTO DOS PASSOS, doravante denominado CONTRATANTE e MOREIRA CLIVATTI SERVIÇOS MÉDICOS, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 32.266.930/0001-88, situada na Rua Benjamin Constant, município de União da Vitória, Estado Paraná, neste ato representado por seu representante legal GUILHERME MOREIRA CLIVATTI, brasileiro, portador do RG nº 6.366.493-2 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 055.332.379-5, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente contrato nos termos da Lei 8.666,

de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Tem como objeto a prestação de serviços profissionais na área de UROLOGIA a serem realizados pelo(a) CONTRATADO(A), nos termos do ANEXO I, ANEXO IV e ANEXO V que fazem parte do presente instrumento.

Parágrafo Único - Integra e completa o presente CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados de forma indireta, em regime de empreitada, por preço unitário, sem vínculo empregatício, na cidade sede do Credenciado, em instalações próprias do profissional ou empresa, mediante requisição expedida pelo Contratante, ficando assegurado ao paciente tratamento idêntico ao dispensado aos particulares. Qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente ao paciente dará causa à instalação de processo administrativo para aplicação das sanções previstas na Lei 8.666/93, garantida a defesa prévia. Parágrafo Único: A execução do presente será acompanhada e fiscalizada por um representante do CISAMURC, especialmente designado, em atenção ao art. 67 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO por meio de Nota Fiscal o valor correspondente aos serviços prestados por procedimentos constantes do anexo IV.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos dos serviços se condicionam ao recebimento pelo Consórcio da fatura CISAMURC correspondente ao serviço prestado; e será feito mediante depósito em conta corrente do credor na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou outra forma, desde que a Contratada assuma os ônus que porventura existirem.

Qualquer atraso nesse repasse será entendido como caso fortuito, alheio à vontade do Consórcio e não o sujeitará a atualização monetária ou incidência de juros.

Parágrafo Segundo: O pagamento está condicionado à apresentação da certidão de regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no § 2º do Artigo 71 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas por conta de recursos das dotações orçamentárias: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE

Valores contratados pelo CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2016 não serão reajustados na vigência deste contrato, salvo aprovação de reajuste dos valores pela Assembléia de Prefeitos dos municípios participantes deste Consórcio.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZOS

O prazo do presente contrato é de 12 meses, a contar de 02 de abril de 2019, inclusive, podendo ser prorrogado por conveniência das partes, obedecendo o artigo 57, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

- Constituem obrigações e faculdades do CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos conforme especificações do edital;
- b) Fiscalizar a realização do serviço contratado;

- Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;
- b) Informar à Contratante por meio de ofício, o período do dia (horário), dias da semana e o limite diário de atendimentos que serão oferecidos;
- c) Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- d) Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como pessoal, recepção, limpeza, obrigações sociais e trabalhistas, entre outros;
- e) Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, promovidos por si ou por terceiro sob seu mando ou responsabilidade, na execução do serviço contratado, ou outro a deles derivados;
- f) Permitir fiscalização pelo CONTRATANTE, nos serviços contratados, independente de agendamento prévio;
- g) Comunicar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias as impossibilidades de atendimento, salvo as motivadas por força maiores, que serão justificadas por relatórios;
- h) Quando do recebimento de documentos impressos cedidos pelo CISAMURC, compromete-se com a utilização dos mesmos, somente para pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde);
- i) O atendimento ao paciente agendado estará condicionado à apresentação de "autorizações prévias" emitidas pelo gestor municipal juntamente com os documentos pessoais;
- j) Após a implantação da Central de Processamento de Dados, a CONTRATADA deverá enviar semanalmente a Central de Processamento de Dados do CISAMURC, as referidas autorizações prévias dos pacientes atendidos e na última semana do mês deverão enviar ao CISAMURC, relação nominal dos pacientes atendidos, contendo o município de origem e demais dados pessoais do paciente, juntamente com a nota fiscal;
- k) Cabe a CONTRATADA informar ao CISAMURC, nome e origem dos pacientes faltosos para que este consórcio possa tomar as devidas

providências;

I) Responsabilizar-se por todos os materiais necessários à realização dos procedimentos, assim como por quaisquer danos aos equipamentos e materiais empregados.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

Em caso de atraso injustificado, ou de negar-se ao cumprimento dos serviços contratados, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2 (duas) vezes a média do valor pago mensalmente a Contratada, sendo garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art.78 e seguintes, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único - O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso da rescisão administrativa prevista no art. 77 e seguintes, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual é regido pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Para as questões oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Canoinhas, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de pleno acordo assinam a presente com as testemunhas abaixo, em duas vias, de igual teor e forma.

Canoinhas, 02 de abril de 2019

CONSÓRCIO DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

GILBERTO DOS PASSOS

CONTRATANTE

MOREIRA CLIVATTI SERVIÇOS MÉDICOS

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CISAM

BALANCETE FINANCEIRO POR CATEGORIA ECONÔMICA MARÇO/2019

Publicação Nº 1981111

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Março
Página: 1

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	55.299,01	ORÇAMENTÁRIAS	59.190,52
Receita Patrimonial	1.465,36	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	59.190,52
Receita de Serviços	27.473,21	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.719,94
Transferências Correntes	24.473,93	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.470,58
Transferências de Capital	1.886,51		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	118.874,42	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	108.389,27
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	32,80	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	32,80
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.204,24	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.465,42
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	61.013,36	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	52.624,02
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	52.624,02	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	50.348,03
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	919,00
SALDOS ANTERIORES	434.548,40	SALDOS ATUAIS	441.142,04
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	304.134,09	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	290.409,86
BANCO C/ MOVIMENTO	130.414,31	BANCO C/ MOVIMENTO	150.732,18
TOTAL	608.721,83	TOTAL	608.721,83

Capinzal, 10/04/2019

LEOMAR EGGERS CONTADOR SC 030937/O-8	ELISABET M. Z. SARTORI SUPERINTENDENTE	SIDNEI PENZO DIRETOR ADMINISTRATIVO
---	---	--

Publicação Nº 1981115

Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	01 CONSÓRCIO INTERM. SANEAI	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	01:01 CONSORCIO INTERM. SANEAI	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	0101:04 Administração	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	0101:04.122 Administração Geral	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	0101:04.122:0001 CONTROLE DE QUALIDADE DI	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
1	04.122:0001.1.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	23.507,56	0,00	0,00	23.507,56	0,00	0,00	0,00
	4.4.90.00.00.00.00.00:0000 Aplicacoes Diretas	23.507,56	0,00	0,00	23.507,56	0,00	0,00	0,00
7	04.122:0001.1.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
	4.4.90.00.00.00.00.00:0000 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
2	04.122:0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	700.020,12	42.611,12	167.046,24	532.973,88	32.845,82	105.186,23	61.860,01
	3.1.90.00.00.00.00.00:0000 Aplicacoes Diretas	319.877,62	27.250,54	69.192,60	250.685,02	27.250,54	69.192,60	0,00
	3.1.90.00.00.00.00.00:0003 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	8.778,19	1.221,81	0,00	8.778,19	0,00
	3.1.90.11.01.00.00.00:0000 vencimentos e salários	0,00	15.541,96	46.081,81	15.541,96	15.541,96	46.081,81	0,00
	3.1.90.11.44.00.00.00:0000 férias - abono pecuniário	0,00	6.034,71	6.034,71	6.034,71	6.034,71	0,00	0,00
	3.1.90.11.44.00.00.00:0003 férias - abono pecuniário	0,00	0,00	8.778,19	8.778,19	0,00	8.778,19	0,00
	3.1.90.13.01.00.00.00:0000 FGTS	1.565,20	1.565,20	4.710,63	1.565,20	1.565,20	4.710,63	0,00
	3.1.90.13.02.00.00.00:0000 Contribuições Previdenciárias -	0,00	4.108,67	12.365,45	4.108,67	4.108,67	12.365,45	0,00
	3.3.90.00.00.00.00.00:0000 Aplicacoes Diretas	976,08	976,08	59.075,45	59.075,45	5.595,28	19.599,94	39.475,51
	3.3.90.00.00.00.00.00:0003 Aplicacoes Diretas	30.000,00	14.384,50	30.000,00	0,00	0,00	7.615,50	22.384,50
	3.3.90.14.14.00.00.00:0000 Diárias no País - Civil	0,00	0,00	1.287,16	1.287,16	0,00	1.287,16	0,00
	3.3.90.30.01.00.00.00:0000 Combustíveis e Lubrificantes Au	0,00	0,00	3.054,00	3.054,00	353,09	1.601,65	1.452,35
	3.3.90.30.11.00.00.00:0000 Material Químico	0,00	0,00	222,00	222,00	222,00	222,00	0,00
	3.3.90.30.16.00.00.00:0000 Material de Expediente	0,00	0,00	413,98	413,98	413,98	413,98	0,00
	3.3.90.30.35.00.00.00:0003 Material Laboratorial	0,00	0,00	7.615,50	7.615,50	0,00	7.615,50	0,00
	3.3.90.30.39.00.00.00:0000 Material para Manutenção de Vi	0,00	0,00	129,00	129,00	0,00	129,00	0,00
	3.3.90.30.96.00.00.00:0000 Materiais de Consumo - Pagam	0,00	0,00	350,00	350,00	0,00	350,00	0,00
	3.3.90.36.15.00.00.00:0000 Locação de Imóveis	0,00	0,00	3.932,86	3.932,86	1.134,48	3.386,02	546,84
3	3.3.90.39.05.00.00.00:0000 Serviços Técnicos Profissionais	691,50	691,50	931,50	931,50	0,00	0,00	931,50
	3.3.90.39.05.00.00.00:0003 Serviços Técnicos Profissionais	9.508,50	9.508,50	17.508,50	17.508,50	0,00	0,00	17.508,50
	3.3.90.39.19.00.00.00:0000 Manutenção e Conservação de	0,00	0,00	15,00	15,00	0,00	15,00	0,00
	3.3.90.39.40.00.00.00:0000 Programa de Alimentação do Tr	0,00	0,00	21.848,64	21.848,64	1.406,76	4.261,67	17.586,97
	3.3.90.39.43.00.00.00:0000 Serviços de Energia Elétrica	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	158,96	592,17	2.407,83
	3.3.90.39.48.00.00.00:0003 Serviços de Seleção e Treinam	4.876,00	4.876,00	4.876,00	4.876,00	0,00	0,00	4.876,00
	3.3.90.39.63.00.00.00:0000 Serviços Gráficos e Editoriais	196,00	196,00	196,00	196,00	196,00	196,00	0,00
	3.3.90.39.64.00.00.00:0000 Telefonia fixa e Móvel	0,00	0,00	2.160,00	152,32	473,08	6,60	1.686,92
	3.3.90.39.81.00.00.00:0000 Serviços Bancários	0,00	0,00	46,20	3,30	3,30	3,30	39,60
	3.3.90.39.96.00.00.00:0000 Outros Serviços de Terc Person	88,58	88,58	517,47	88,58	88,58	517,47	0,00
	3.3.90.39.99.00.00.00:0000 Outros Serviços de Terceiros - f	0,00	0,00	1.164,40	0,00	0,00	1.164,40	0,00
	3.3.90.40.01.00.00.00:0000 Locação de equipamentos e sor	0,00	0,00	15.894,00	1.287,00	1.287,00	3.711,00	12.183,00
	3.3.90.40.03.00.00.00:0000 Hospedagem de sistemas	0,00	0,00	474,84	39,57	39,57	118,71	356,13

Betha Sistemas
Março/2019
Página: 2

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
	01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	01.01 CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	0101.04 Administração	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	0101.04.122 Administração Geral	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DE	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
	04.122.0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	700.020,12	42.611,12	167.046,24	532.973,88	32.845,82	105.186,23	61.860,01
3	3.3.90.40.04.00.00.00.0000 Comunicação de dados		0,00	550,35		61,15	183,45	366,90
3	3.3.90.40.08.00.00.00.0000 Serviços técnicos profissionais		0,00	1.238,05		0,00	563,05	675,00
3	3.3.90.47.12.00.00.00.0000 Contribuição Para o PIS/PASEF		0,00	1.650,00		78,09	407,53	1.242,47
4	9.9.99.00.00.00.00.00.0000 RESERVA DE CONTINGENCIA	13.123,06	0,00	0,00	13.123,06	0,00	0,00	0,00
	04.122.0001.2.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	312.432,94	16.579,40	68.063,05	244.369,89	17.955,36	52.531,82	15.531,23
5	3.1.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	213.212,94	16.469,40	42.077,43	171.135,51	16.469,40	42.077,43	0,00
10	3.1.90.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	4.078,12	15.921,88	0,00	4.078,12	0,00
5	3.1.90.11.01.00.00.00.0000 vencimentos e salários		12.766,98	34.672,59		12.766,98	34.672,59	0,00
10	3.1.90.11.01.00.00.0003 vencimentos e salários		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
5	3.1.90.13.01.00.00.00.0000 FGTS		1.021,36	2.042,72		1.021,36	2.042,72	0,00
10	3.1.90.13.01.00.00.0003 FGTS		0,00	1.125,00		0,00	1.125,00	0,00
5	3.1.90.13.02.00.00.00.0000 Contribuições Previdenciárias -		2.681,06	5.362,12		2.681,06	5.362,12	0,00
10	3.1.90.13.02.00.00.0003 Contribuições Previdenciárias -		0,00	2.953,12		0,00	2.953,12	0,00
6	3.3.90.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas		110,00	21.907,50		1.485,96	6.376,27	15.531,23
6	3.3.90.14.14.00.00.00.0000 Diárias no País - Civil		0,00	1.902,76		0,00	1.902,76	0,00
6	3.3.90.30.01.00.00.00.0000 Combustíveis e Lubrificantes At		0,00	2.085,00		0,00	189,15	1.895,85
6	3.3.90.39.40.00.00.00.0000 Programa de Alimentação do Tr		0,00	15.476,12		1.179,20	3.682,41	11.793,71
6	3.3.90.39.63.00.00.00.0000 Serviços Gráficos e Editoriais		110,00	110,00		110,00	110,00	0,00

Betha Sistemas
Março/2019
Página: 3

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Demonstrativo da Execução da Despesa
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
0101.04	Administração	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
0101.04.122	Administração Geral	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE DI	1.045.960,62	59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	312.432,94	16.579,40	68.063,05	244.369,89	17.955,36	52.531,82	15.531,23
3.3.90.47.12.00.00.00.0000	Contribuição Para o PIS/PASEF		0,00	2.333,62		196,76	491,95	1.841,67
Total da Entidade:			59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24
Total Geral:			59.190,52	235.109,29	810.851,33	50.801,18	157.718,05	77.391,24

Capinzal, 10/04/2019

LEOMAR EGGERS
CONTADOR SC 030937/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

DESPESAS PAGAS MARÇO/2019

Publicação Nº 1981118

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/03/2019 até 31/03/2019

Administração Direta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Página: 1/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss.	Data Vencid.	Vlr. Orden	Anulad	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docid	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Ativ	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
59	43/2018		01/03/19	25/03/2019	187,65	0,00	187,65	01/03/19	0,00	187,65		0000 44938	56318		11 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.		
Pela despesa empenhada no valor estimado com aquisição de 500 litros de gasolina para abastecimento do veículo Renault Logan MLT 1.6127 para manutenção das atividades do CISAM/MO, conforme orçamentos detalhados em 18/03/2018 com validade de 01 ano. Valor inicial por litro de R\$ 4,15 corrigidos para o equilíbrio econômico-financeiro em 28/09/2018 para R\$ 4,48 o litro e novamente corrigidos para o equilíbrio econômico-financeiro em 11/12/2018 para R\$ 4,17 o litro, 45 litros nesta abastecida.																				
60	005/2019		01/03/19	14/03/2019	162,82	0,00	162,82	01/03/19	0,00	162,82		0000 44938	1903005035		11 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.64.00.00.00	63 - OI S.A.		
Pela despesa empenhada do valor estimativo referente à cobertura com telefone fixo para manutenção das atividades administrativas do Consorcio CISAM - MO para o exercício de 2019, relativo fevereiro.																				
61	106/2018		01/03/19	10/03/2019	1.324,02	0,00	1.324,02	01/03/19	0,00	1.324,02		0000 44938	7842		17 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.40.00.00.00	172 - J.F. Serviços e Alimentação Ltda ME		
Despesa estimada com fornecimento de vale alimentação em forma de cartão magnético aos funcionários do CISAM - MO para o exercício de 2019, ao valor de R\$ 21,11 Unitário.																				
Desconto de 2% por unidade conforme preço presencial 03/2017, ficando desta forma:																				
Valor unitário pago a empresa R\$ 20,69 X 1056 valores estimados para o exercício de 2019, 64 valores nesta liquidação.																				
62	21/2019		13/2019	01/03/19	20/03/2019	129,00	0,00	129,00	01/03/19	0,00	129,00	0000 44938	8317		41 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.39.00.00.00	164 - AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA		
Aquisição de peças para manutenção e conservação do veículo LOGAN Expression 1.6 placas MLT 6127, para dar continuidade aos serviços técnicos, operacionais e administrativos prestados pelo CISAM/MO. 04 LT de óleo 10x40/0 para motor de veículo, total R\$ 104,00; 01 Filtro de óleo de motor R\$ 24,00; 01 anel de vedação do cárter do óleo do motor R\$ 1,00. (Compra Direta Nº 11/2019)																				
63	21/2019		14/2019	01/03/19	20/03/2019	15,00	0,00	15,00	01/03/19	0,00	15,00	0000 44938	1692		42 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.19.00.00.00	164 - AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA		
Despesa com o serviço de mão de obra para manutenção e conservação do veículo LOGAN Expression 1.6 placas MLT 6127, para dar continuidade aos serviços técnicos, operacionais e administrativos prestados pelo CISAM/MO. Serviço de troca de óleo para motor, troca de anel de vedação do cárter e troca de filtro do óleo do motor. Serviço no valor total de R\$ 15,00. (Compra Direta Nº 12/2019)																				
64	106/2018		01/03/19	10/03/2019	1.158,51	0,00	1.158,51	01/03/19	0,00	1.158,51		0000 46088	7841		18 04.122.0001	2.002	6 3.3.90.39.40.00.00.00	172 - J.F. Serviços e Alimentação Ltda ME		
Despesa estimada com fornecimento de vale alimentação em forma de cartão magnético aos funcionários do CISAM - REG para o exercício de 2019, ao valor de R\$ 21,11 Unitário.																				
Desconto de 2% por unidade conforme preço presencial 03/2017, ficando desta forma:																				
Valor unitário pago a empresa R\$ 20,69 X 748 valores estimados para o exercício de 2019, 56 valores nessa liquidação.																				
65	003/2019		01/03/19	25/03/2019	169,37	0,00	169,37	01/03/19	0,00	169,37		0000 44938	02/2019		12 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.47.12.00.00.00	11 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL		
PELA DESPESA EMPENHADA PASEP ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2019 SOBRE RECEITAS DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS E DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, RELATIVO FEVEREIRO.																				
66	004/2019		01/03/19	25/03/2019	191,54	0,00	191,54	01/03/19	0,00	191,54		0000 46088	02/2019		13 04.122.0001	2.002	6 3.3.90.47.12.00.00.00	11 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL		
PELA DESPESA EMPENHADA PASEP ESTIMADO NO EXERCÍCIO DE 2019 SOBRE RECEITAS DE SERVIÇOS DE REGULAÇÃO, RELATIVO FEVEREIRO.																				
67			01/03/19	01/03/2019	600,00	600,00	0,00	01/03/19	0,00	0,00		0000 44938	3/2019		51 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.96.00.00.00	116 - LEOMAR EGGERS		
Pela despesa empenhada estimada na cobertura de despesas mudas e de pronto pagamento, para o mês de março de 2019.																				
68			01/03/19	01/03/2019	400,00	311,42	88,58	01/03/19	0,00	88,58		0000 44938	11/7990, 118140, 7579, 7640		52 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.96.00.00.00	116 - LEOMAR EGGERS		
Pela despesa empenhada estimada na cobertura de despesas mudas e de pronto pagamento, para o mês de Março de 2019.																				
69			Total do Dia:		4.337,91	911,42	3.426,49		0,00	3.426,49		0000	09/2019		53 04.122.0001	2.001	2 3.1.90.11.44.00.00.00	116 - LEOMAR EGGERS		
Retenções referentes à liquidação 65 do empenho 53: PELA DESPESA EMPENHADA FERIAS DE 20 DIAS DO FUNCIONARIO LEOMAR EGGERS MAIS AGONO PECUNIARIO DE 10 DIAS OS DIAS SERAO FLUIDOS DE 11/03/2019 A 30/03/2019, DO PERÍODO AQUISITIVO 04/11/2017 A 04/11/2018.																				

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/03/2019 até 31/03/2019

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Página: 2/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss.	Data Vencid.	Vlr. Orden	Anulada	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Dólar	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Proj/Ativ	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
70	002/2019		06/03/19	06/03/2019	3,30	0,00	3,30	06/03/19	0,00	3,30		0000 44938		02/2019		10 04,122,0001	2.001	3 3.3,90,39,81,00,00,00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
Pela despesa empenhada valor estimado para pagamento de tarifas bancárias decorrentes de Convênio firmado com a Caixa Econômica Federal para pagamento de salários dos funcionários do CISAM Meio Oeste, valor estimativo para o exercício de 2019, relativo folha de fevereiro.																				
71			06/03/19	07/03/2019	1.631,46	0,00	1.631,46	06/03/19	0,00	1.631,46		0000 44938		02/2019		47 04,122,0001	2.001	2 3.1,90,13,01,00,00,00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA DE ENCARGOS PATRONAIS FGTS REFERENTE FOLHA MENSAL E FERIAS CISAM MO 02/2019.																				
72			06/03/19	07/03/2019	1.021,36	0,00	1.021,36	06/03/19	0,00	1.021,36		0000 46088		002/2019		48 04,122,0001	2.002	5 3.1,90,13,01,00,00,00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA DE ENCARGOS PATRONAIS FGTS REFERENTE FOLHA MENSAL E FERIAS CISAM REG 02/2019.																				
Total do Dia:					3.252,51	0,00	3.252,51		596,39	2.656,12										
73			07/03/19	07/03/2019	5.438,32	0,00	5.438,32	07/03/19	0,00	5.438,32		0000 44937		03/2019		53 04,122,0001	2.001	2 3.1,90,11,44,00,00,00	116 - LEOMAR EGGERS	
PELA DESPESA EMPENHADA FERIAS DE 20 DIAS DO FUNCIONARIO LEOMAR EGGERS,MAIS ABOGO PECUINARIO DE 10 DIAS OS DIAS SERAO FLUIDOS DE 11/03/2019 A 30/03/2019, DO PERIODO AQUISITIVO 04/11/2017 A 04/11/2018.																				
74			07/03/19	20/03/2019	4.282,60	0,00	4.282,60	07/03/19	0,00	4.282,60		0000 44938		02/2019		49 04,122,0001	2.001	2 3.1,90,13,02,00,00,00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA DE ENCARGOS PATRONAIS INSS REFERENTE FOLHA MENSAL E FERIAS CISAM MO 02/2019.																				
75			07/03/19	20/03/2019	2.681,06	0,00	2.681,06	07/03/19	0,00	2.681,06		0000 46088		02/2019		50 04,122,0001	2.002	5 3.1,90,13,02,00,00,00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	
PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA DE ENCARGOS PATRONAIS INSS REFERENTE FOLHA MENSAL E FERIAS CISAM REG 02/2019.																				
Total do Dia:					12.401,98	0,00	12.401,98		0,00	12.401,98										
76	26/2019		18/2019	29/03/19	20/04/2019	110,00	0,00	110,00	29/03/19	110,00		0000 46088		3864		55 04,122,0001	2.002	6 3.3,90,39,63,00,00,00	89 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	
Aquisição de Material Gráfico - Confecção de 100 pastas amarelas c/ vinco e furos, folhas nas medidas 48,5 X 32,5, guilhotina vinco reto, ante final folha em Offset 170g com 1X0, para manutenção das atividades administrativas do Consórcio Cisam REG. Valor Unitário de cada pasta R\$ 1,10, Valor Total R\$ 110,00. (Compra Direta Nº 16/2019)																				
77	25/2019		17/2019	29/03/19	20/04/2019	196,00	0,00	196,00	29/03/19	196,00		0000 44938		3865		54 04,122,0001	2.001	3 3.3,90,39,63,00,00,00	89 - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP	
Aquisição de Material Gráfico - Confecção de 200 pastas azuis c/ vinco e furos, folhas nas medidas 48,5 X 32,5, guilhotina vinco reto, ante final folha em Offset 170g com 1X0, para manutenção das atividades administrativas do Consórcio Cisam MO. Valor Unitário de cada pasta R\$ 0,98, Valor Total R\$ 196,00. (Compra Direta Nº 15/2019)																				
78			29/03/19	29/03/2019	39,57	0,00	39,57	29/03/19	0,00	39,57		0000 44938		5345		7 04,122,0001	2.001	3 3.3,90,40,03,00,00,00	110 - M.A.C. COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA	
Pela despesa empenhada referente despesa com hospedagem do Website (www.cisam.sc.gov.br) incluindo 10 contas de e-mail utilizando-se do domínio nome@cisam.sc.gov.br no exercício de 2019 no valor mensal de R\$ 39,57, conforme contrato CISAM MO 06/2016 e Termo Aposentamento CISAM MO 06/2018.																				
79	43/2018		29/03/19	15/04/2019	169,58	0,00	169,58	29/03/19	0,00	169,58		0000 44938		57851		1 04,122,0001	2.001	3 3.3,90,30,01,00,00,00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEL E TRANSPORTES LTDA.	
Pela despesa empenhada no valor estimado com aquisição de 500 litros de gasolina para abastecimento do veículo Renault Logan MLT 1.6i 2.7 para manutenção das atividades do CISAM MO, conforme orçamentos detalhds em 18/06/2018 com validade de 01 ano. Valor inicial por litro de R\$ 4,15																				
corrigidos para o equilíbrio econômico-financeiro em 23/09/2018 para R\$ 4,48 o litro e no vamente corrigidos para o equilíbrio econômico-financeiro em 11/12/2018 para R\$ 4,17 o litro, 40,669 litros nesta abatecidade.																				
80	43/2018		29/03/19	20/04/2019	183,51	0,00	183,51	29/03/19	0,00	183,51		0000 44938		58677		1 04,122,0001	2.001	3 3.3,90,30,01,00,00,00	84 - BORDIGNON COMBUSTIVEL E TRANSPORTES LTDA.	
Pela despesa empenhada no valor estimado com aquisição de 500 litros de gasolina para abastecimento do veículo Renault Logan MLT 1.6i 2.7 para manutenção das atividades do CISAM MO, conforme orçamentos detalhds em 18/06/2018 com validade de 01 ano. Valor inicial por litro de R\$ 4,15																				
corrigidos para o equilíbrio econômico-financeiro em 23/09/2018 para R\$ 4,48 o litro e no vamente corrigidos para o equilíbrio econômico-financeiro em 11/12/2018 para R\$ 4,17 o litro, 44,09 litros nesta abatecidade.																				

Santa Catarina

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Página: 3/4

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/03/2019 até 31/03/2019
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss.	Data Vencid.	Vlr. Orden	Anulada	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Dout	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Proj/Ativ	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida	
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																					
81			29/03/19	05/04/2019	61,15	0,00	61,15	29/03/19	0,00	61,15		0000 44938		33737		8 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.40.04.00.00.00	43 - INTERNET	MILENUM LTDA - ME	
Pela despesa empenhada no serviço de aquisição, habilitação, manutenção, suporte local e telefônico para o fornecimento de acesso à internet mensal, através de equipamentos de radio frequência, com velocidade mínima de 2,5MB. Para manutenção das atividades administrativas do Consórcio CISAM Meio Oeste, conforme Contrato CISAM MO 15/2018 e Segunda Apostila CISAM - MO 01/2018 para 01/01/2019 a 30/09/2019, no valor de R\$ 61,15 mensais, relativo março.																					
82	63/2018		29/03/19	05/04/2019	1.287,00	0,00	1.287,00	29/03/19	0,00	1.287,00		0000 44938		216052		4 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.40.01.00.00.00	3 - BETHA SISTEMAS	LTDA	
Pela despesa empenhada referente à locação de sistemas de informações para o exercício de 2019 conforme contrato administrativo CISAM MO nº 24/2018, relativo março.																					
Valor sistemas 12 meses:																					
Sistema Compras R\$ 160,00																					
Sistema Patrimônio R\$ 60,00																					
Sistema Fv Tributos R\$ 60,00																					
Sistema Faturamento R\$ 150,00																					
Sistema Tributos/Faturamento R\$ 200,00																					
Sistema Contabilidade R\$ 250,00																					
Sistema Folha Pagamento R\$ 237,00																					
Sistema Recursos Humanos R\$ 150,00																					
Valor sistema 03 meses (10/11/12): R\$ 150,00																					
83	001/2019		29/03/19	10/04/2019	32,53	0,00	32,53	29/03/19	0,00	32,53		0000 44938		27704119		9 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.43.00.00.00	18 - CELESC	DISTRIBUIÇÃO S/A	
Pela despesa empenhada no valor estimado referente ao fornecimento de energia elétrica para sede administrativa do CISAM Meio Oeste durante o exercício de 2019, relativo obra construção laboratório e sede administrativa no acesso cidade alta.																					
84	001/2019		29/03/19	10/04/2019	126,43	0,00	126,43	29/03/19	0,00	126,43		0000 44938		30914220		9 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.39.43.00.00.00	18 - CELESC	DISTRIBUIÇÃO S/A	
Pela despesa empenhada no valor estimado referente ao fornecimento de energia elétrica para sede administrativa do CISAM Meio Oeste durante o exercício de 2019, relativo ao período de 01/02 a 04/03/2019.																					
85	19/2019		12/2019	29/03/19	18/04/2019	222,00	0,00	222,00	29/03/19	0,00	222,00		0000 44938		21825		40 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.11.00.00.00	93 - METROLOGICA	EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATOR
Despesa com Aquisição de Reagentes e Padrões para dar continuidade ao desempenho das atividades de análises de água em favor dos municípios consorciados ao CISAM Meio Oeste.																					
02 - Solução Reagente SPADNS - Valor unitário R\$ 45,00 - Total R\$ 90,00;																					
01 - Solução Tampão PH 10,00 - Valor unitário R\$ 44,00 - Total R\$ 44,00;																					
01 - Solução Tampão PH 7,00 - Valor unitário R\$ 44,00 - Total R\$ 44,00;																					
01 - Solução Tampão PH 4,00 - Valor unitário R\$ 44,00 - Total R\$ 44,00;																					
Valor Total da compra R\$ 222,00.																					
(Compra Direta Nº 10/2019)																					
86	22/2019		15/2019	29/03/19	05/04/2019	251,08	0,00	251,08	29/03/19	0,00	251,08		0000 44938		58355		43 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.16.00.00.00	34 - PAPELARIA	DEMÁTICA LTDA
Aquisição de Material de Expediente para manutenção das atividades administrativas do Consórcio Cisam MO: 01 - CX com 10 Resmas - of500 folhas brancas A4 em cada resma R\$ 153,00; 04 - Marca texto amarelo R\$ 0,82; Total R\$ 3,28; 10 - Pasta A-2 Preta R\$ 7,50; Total R\$ 75,00; 02 - Pacote / caixa de Grampo (tubo plástico preto para pasta suspensa) R\$ 9,90; Total R\$ 19,80.																					
(Compra Direta Nº 13/2019)																					
87	22/2019		18/2019	29/03/19	20/04/2019	162,90	0,00	162,90	29/03/19	0,00	162,90		0000 44938		4837		44 04.122.0001	2.001	3 3.3.90.30.16.00.00.00	196 - Maxi Móveis	Papelaria Ltda. ME
Aquisição de Material de Expediente para manutenção das atividades administrativas do Consórcio Cisam MO: 03 - Cole Branca R\$ 1,00; Total R\$ 3,00; 02 - Marcador para retroprojetor R\$ 1,80; Total R\$ 3,60; 20 - Caixa para arquivo morto plástico R\$ 4,80; Total R\$ 96,00; 02 - Grampeador Tipo Alcatraz R\$ 28,00; Total R\$ 56,00; 01 - Livro para Registro de Ponto R\$ 8,30; Total R\$ 19,80.																					
(Compra Direta Nº 14/2019)																					
88			29/03/19	29/03/2019	2.468,38	0,00	2.468,38	29/03/19	2.468,38	0,00		0000		03/2019		59 04.122.0001	2.001	2 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE	PAGAMENTO	
Retenções referentes à liquidação 89 do empenho 59: PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL CISAMMO 03/2019.																					

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Página: 4/4

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/03/2019 até 31/03/2019
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulando	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Dcto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	ProAtiv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
89			29/03/19	29/03/2019	2.139,47	0,00	2.139,47	29/03/19	2.139,47	0,00		0000		03/2019	60	04.122.000.1	2.002	5 3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
Referências referentes à liquidação do empenho 60: PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA MENSAL CSAM REG 03/2019.																				
Total do Dia:					7.449,60	0,00	7.449,60		4.607,85	2.841,75										
Total da Entidade:					27.442,00	911,42	26.530,58		5.204,24	21.326,34										
Total do Período:					27.442,00	911,42	26.530,58		5.204,24	21.326,34										

Capitalizal, 10/04/2019

LEOMAR EGGERS
CONTADOR SC 030637/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1981119

Santa Catarina
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

[illegible]

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

 Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Março
 Página 2

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.7.3.8.02.1.1.06.00.01	0000	5.208,06	0,00	0,00	0,00	5.208,06
4.1.7.3.8.02.1.1.06.00.02	0000	6.070,38	0,00	0,00	0,00	6.070,38
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.00		12.044,18	1.003,68	3.011,06	0,00	9.033,12
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.01	0000	5.561,66	463,47	1.390,43	0,00	4.171,23
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.02	0000	6.482,52	540,21	1.620,63	0,00	4.861,89
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.00		10.838,53	903,21	2.709,64	0,00	8.128,89
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.01	0000	5.004,92	417,08	1.251,20	0,00	3.753,72
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.02	0000	5.833,61	486,13	1.458,44	0,00	4.375,17
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.00		11.281,73	940,14	2.820,47	0,00	8.461,26
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.01	0000	5.209,58	434,13	1.302,41	0,00	3.907,17
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.02	0000	6.072,15	506,01	1.518,06	0,00	4.554,09
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.00		11.313,54	942,83	2.828,07	0,00	8.485,47
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.01	0000	5.224,27	435,39	1.305,76	0,00	3.918,51
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.02	0000	6.089,27	507,44	1.522,31	0,00	4.566,96
4.2.0.0.0.0.0.0.00.00		23.507,56	1.886,51	5.659,60	0,00	17.847,96
Transferências de Capital		23.507,56	1.886,51	5.659,60	0,00	17.847,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades		23.507,56	1.886,51	5.659,60	0,00	17.847,96
Transferências dos Municípios e de suas Entidades		23.507,56	1.886,51	5.659,60	0,00	17.847,96
Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		23.507,56	1.886,51	5.659,60	0,00	17.847,96
Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		23.507,56	1.886,51	5.659,60	0,00	17.847,96
Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		23.507,56	1.886,51	5.659,60	0,00	17.847,96
Município de Capinzal/Ouro 4471	0000	3.875,50	322,96	968,86	0,00	2.906,64
Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna 4471	0000	6.926,35	577,20	1.731,55	0,00	5.194,80
Município de Campos Novos 4471	0000	3.725,93	310,49	931,52	0,00	2.794,41
Município de Alto Bela Vista 4471	0000	816,27	68,02	204,09	0,00	612,18
Município de Fraiburgo 4471	0000	3.788,59	315,71	947,20	0,00	2.841,39
Município de Vargem 4471	0000	869,35	0,00	0,00	0,00	869,35
Município de Zortea 4471	0000	928,40	77,37	232,05	0,00	696,35
Município de Frei Rogério 4471	0000	835,46	69,62	208,88	0,00	626,58
Município de Brunópolis 4471	0000	869,63	72,47	217,40	0,00	652,23

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Março

Página 3

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.2.4.3.8.01.1.11.00.00	Município de Abdon Batista 4471	872,08	72,67	218,05	0,00	654,03
Totais Gerais :		985.960,62	55.299,01	174.668,44	292,31	811.584,49

Capitral, 10/04/2019

LEOMAR EGGERS

CONTADOR SC 030937/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI

SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO

DIRETOR ADMINISTRATIVO

CIAPS**RESOLUÇÃO Nº 106, DE 09 DE ABRIL DE 2019**

Publicação Nº 1979325

Resolução nº 106, de 09 de abril de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 19.152,91 no Orçamento-Programa do CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 60, de 11/12/2017 (Orçamento CIAPS 2018), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

Considerando os recursos recebidos decorrentes da Lei Municipal do Município de Apiúna, que têm por finalidade o pagamento de despesas com Pessoal e Encargos recebidos por meio de Contribuição, registrados até a data de 31/12/2018;

Considerando os valores das Retenções de Imposto de Renda dos e nos exercícios de 2016,2017 e 2018 provenientes de recursos recebidos do Convênio da União e do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2019 no valor de R\$ 19.152,91 (dezenove mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos) à conta do Excesso de Arrecadação, conforme segue:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 19.152,91
Vínculo: 01000019 – Recursos Ordinários 2019	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Apiúna - SC, em 09 de abril de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Presidente do CIAPS

CIGAMERIOS**CIGAMERIOS BALANCETE DA RECEITA MARÇO 2019**

Publicação Nº 1980965

Estado de Santa Catarina		Balancete da Receita		Marco/2019		Folha: 1	
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO							
Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi							
Receita		Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca	
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00		Receitas Correntes	381.067,44	16.725,80	58.338,73	-322.728,71	
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00		Receita Patrimonial	5.000,00	402,77	1.226,96	-3.773,04	
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00		Valores Mobiliarios	5.000,00	402,77	1.226,96	-3.773,04	
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00		Juros e Correcoes Monetarias	5.000,00	402,77	1.226,96	-3.773,04	
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00		Remuneracao de Depositos Bancarios	5.000,00	361,07	1.094,57	-3.905,43	
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00		Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal					
1 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	5.000,00	361,07	1.094,57	-3.905,43	
1.3.2.1.00.2.0.00.00.00		Remuneracao de Depositos Especiais	0,00	41,70	132,39	132,39	
1.3.2.1.00.2.1.00.00.00		Remuneracao de Depositos Especiais - Principal	0,00	41,70	132,39	132,39	
1.3.2.1.00.2.1.01.00.00		Remuneracao deposito convenio TRATAsan/ARIS					
40 Fonte:	180	Convenio TRATAsan/ARIS	0,00	41,70	132,39	132,39	
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00		Receita de Servicos	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00	
1.6.9.0.00.0.0.00.00.00		Outros Servicos	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00	
1.6.9.0.99.0.0.00.00.00		Outros Servicos	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00	
1.6.9.0.99.1.0.00.00.00		Outros Servicos	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00	
1.6.9.0.99.1.1.00.00.00		Outros Servicos - Principal					
2 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00	
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00		Transferencias Correntes	350.393,04	16.323,03	57.111,77	-293.281,27	
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00		Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	350.393,04	16.323,03	57.111,77	-293.281,27	
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00		Transferencias dos Municipios - Especificas de Estados, DF e Municipios	350.393,04	16.323,03	57.111,77	-293.281,27	
1.7.3.8.02.0.0.00.00.00		Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	350.393,04	16.323,03	57.111,77	-293.281,27	
1.7.3.8.02.1.0.00.00.00		Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	350.393,04	16.323,03	57.111,77	-293.281,27	
1.7.3.8.02.1.1.00.00.00		Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	350.393,04	16.323,03	57.111,77	-293.281,27	
1.7.3.8.02.1.1.01.00.00		Municipio de Bom Jesus do Oeste					
3 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	6.907,68	0,00	0,00	-6.907,68	
1.7.3.8.02.1.1.02.00.00		Municipio de Caibi					
4 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	20.149,56	0,00	0,00	-20.149,56	
1.7.3.8.02.1.1.03.00.00		Municipio de Campo Ere					
5 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	30.358,80	5.102,14	5.102,14	-25.256,66	
1.7.3.8.02.1.1.04.00.00		Municipio de Cunha Pora					
6 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	34.386,12	0,00	26.005,41	-8.380,71	
1.7.3.8.02.1.1.05.00.00		Municipio de Cunhatai					
7 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	6.097,68	0,00	0,00	-6.097,68	
1.7.3.8.02.1.1.06.00.00		Municipio de Flor do Sertao					
8 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	5.145,12	0,00	0,00	-5.145,12	
1.7.3.8.02.1.1.07.00.00		Municipio de Iraceminha					
9 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	13.779,72	0,00	0,00	-13.779,72	
1.7.3.8.02.1.1.08.00.00		Municipio de Maravilha					
10 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	71.607,24	0,00	6.017,21	-65.590,03	
1.7.3.8.02.1.1.09.00.00		Municipio de Modelo					
11 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	13.105,80	0,00	4.405,16	-8.700,64	
1.7.3.8.02.1.1.10.00.00		Municipio de Palmitos					
12 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	51.904,80	7.269,32	11.630,28	-40.274,52	
1.7.3.8.02.1.1.11.00.00		Municipio de Riqueza					
13 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	15.675,12	3.951,57	3.951,57	-11.723,55	
1.7.3.8.02.1.1.12.00.00		Municipio de Romelandia					
14 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	17.985,24	0,00	0,00	-17.985,24	
1.7.3.8.02.1.1.13.00.00		Municipio de Saltinho					
15 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	12.833,64	0,00	0,00	-12.833,64	
1.7.3.8.02.1.1.14.00.00		Municipio de Santa Terezinha do Progresso					
16 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	9.383,04	0,00	0,00	-9.383,04	
1.7.3.8.02.1.1.15.00.00		Municipio de Sao Miguel da Boa Vista					
17 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	6.168,96	0,00	0,00	-6.168,96	
1.7.3.8.02.1.1.16.00.00		Municipio de Saudades					
18 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	29.211,84	0,00	0,00	-29.211,84	
1.7.3.8.02.1.1.17.00.00		Municipio de Tigrinhos					
19 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	5.692,68	0,00	0,00	-5.692,68	
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00		Outras Receitas Correntes	15.674,40	0,00	0,00	-15.674,40	
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00		Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.674,40	0,00	0,00	-15.674,40	
1.9.1.0.04.0.0.00.00.00		Multas Previstas na Legislacao sobre Defesa dos Direitos Difusos	15.674,40	0,00	0,00	-15.674,40	
1.9.1.0.04.1.0.00.00.00		Multas Previstas na Legislacao sobre Defesa dos Direitos Difusos	15.674,40	0,00	0,00	-15.674,40	
1.9.1.0.04.1.1.00.00.00		Multas Previstas na Legislacao sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal					
39 Fonte:	100	Recursos Ordinarios	15.674,40	0,00	0,00	-15.674,40	
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00		Receitas de Capital	38.932,56	1.663,17	5.817,83	-33.114,73	

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 9h52min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Balancete da Receita

Marco/2019

Folha: 2

Unidade Gestora: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias de Capital	38.932,56	1.663,17	5.817,83	-33.114,73
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	38.932,56	1.663,17	5.817,83	-33.114,73
2.4.3.8.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	38.932,56	1.663,17	5.817,83	-33.114,73
2.4.3.8.01.0.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	38.932,56	1.663,17	5.817,83	-33.114,73
2.4.3.8.01.1.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	38.932,56	1.663,17	5.817,83	-33.114,73
2.4.3.8.01.1.1.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	38.932,56	1.663,17	5.817,83	-33.114,73
2.4.3.8.01.1.1.01.00.00	Municipio de Bom Jesus do Oeste				
20 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	767,52	0,00	0,00	-767,52
2.4.3.8.01.1.1.02.00.00	Municipio de Calbi				
21 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	2.238,84	0,00	0,00	-2.238,84
2.4.3.8.01.1.1.03.00.00	Municipio de Campo Ere				
22 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	3.373,20	519,86	519,86	-2.853,34
2.4.3.8.01.1.1.04.00.00	Municipio de Cunha Pora				
23 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	3.820,68	0,00	2.647,69	-1.172,99
2.4.3.8.01.1.1.05.00.00	Municipio de Cunhatai				
24 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	677,52	0,00	0,00	-677,52
2.4.3.8.01.1.1.06.00.00	Municipio de Flor do Sertao				
25 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	571,68	0,00	0,00	-571,68
2.4.3.8.01.1.1.07.00.00	Municipio de Iraceminha				
26 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.531,08	0,00	0,00	-1.531,08
2.4.3.8.01.1.1.08.00.00	Municipio de Maravilha				
27 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	7.956,36	0,00	613,09	-7.343,27
2.4.3.8.01.1.1.09.00.00	Municipio de Modelo				
28 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.456,20	0,00	448,84	-1.007,36
2.4.3.8.01.1.1.10.00.00	Municipio de Palmitos				
29 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	5.767,20	740,68	1.185,72	-4.581,48
2.4.3.8.01.1.1.11.00.00	Municipio de Riqueza				
30 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.741,68	402,63	402,63	-1.339,05
2.4.3.8.01.1.1.12.00.00	Municipio de Romelandia				
31 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.998,36	0,00	0,00	-1.998,36
2.4.3.8.01.1.1.13.00.00	Municipio de Saltinho				
32 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.425,96	0,00	0,00	-1.425,96
2.4.3.8.01.1.1.14.00.00	Municipio de Santa Terezinha do Progresso				
33 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	1.042,56	0,00	0,00	-1.042,56
2.4.3.8.01.1.1.15.00.00	Municipio de Sao Miguel da Boa Vista				
34 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	685,44	0,00	0,00	-685,44
2.4.3.8.01.1.1.16.00.00	Municipio de Saudades				
35 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	3.245,76	0,00	0,00	-3.245,76
2.4.3.8.01.1.1.17.00.00	Municipio de Tigrinhos				
36 Fonte: 100	Recursos Ordinarios	632,52	0,00	0,00	-632,52
Total Geral		420.000,00	18.388,97	64.156,56	-355.843,44

DANIEL KOTHE
Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF No 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 9h52min - Duracao: 0h00m01seg (2)



CIGAMERIOS BALANCETE DE DESPESA MARÇO 2019

Publicação Nº 1980966

Estado de Santa Catarina CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO		Balancete da Despesa			Marco de 2019	Folha: 1
Unidade Gestora..... CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi						
Orgao..... 01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS						
Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS						
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
04 Administracao						
04122 Administracao Geral						
041220001 Administracao Geral do CIGAMERIOS						
041220001.2.001000 Administracao Geral do CIGAMERIOS						
3.1.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS						
1 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	160.381,78
		9.618,22	9.618,22	0,00	9.618,22	0,00
		9.618,22	9.618,22	0,00	9.618,22	0,00
3.1.90.11.01.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS						
21 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		7.485,00	7.485,00	0,00	7.485,00	0,00
		7.485,00	7.485,00	0,00	7.485,00	0,00
3.1.90.13.01.00.00 FGTS						
25 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		598,80	598,80	0,00	598,80	0,00
		598,80	598,80	0,00	598,80	0,00
3.1.90.13.02.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS						
24 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		1.534,42	1.534,42	0,00	1.534,42	0,00
		1.534,42	1.534,42	0,00	1.534,42	0,00
3.1.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS						
12 Fonte..... 300 Recursos Ordinarios - Superavit Financei	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	12.763,56
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		19.236,44	19.236,44	0,00	19.236,44	0,00
3.1.90.11.01.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS						
14 Fonte..... 300 Recursos Ordinarios - Superavit Financei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		14.970,00	14.970,00	0,00	14.970,00	0,00
3.1.90.13.01.00.00 FGTS						
15 Fonte..... 300 Recursos Ordinarios - Superavit Financei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.197,60	1.197,60	0,00	1.197,60	0,00
3.1.90.13.02.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS						
16 Fonte..... 300 Recursos Ordinarios - Superavit Financei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		3.068,84	3.068,84	0,00	3.068,84	0,00
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS						
2 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	210.067,44	0,00	0,00	0,00	210.067,44	193.582,56
		148,02	1.463,14	0,00	1.463,14	0,00
		16.484,88	3.336,86	0,00	3.336,86	13.148,02
3.3.90.30.07.00.00 GENEROS DE ALIMENTACAO						
10 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		148,75	148,75	0,00	148,75	0,00
3.3.90.30.26.00.00 MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO						
17 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		50,00	50,00	0,00	50,00	0,00
3.3.90.39.05.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS						
18 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		65,00	65,00	0,00	65,00	0,00
3.3.90.39.47.00.00 SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL						
20 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		150,00	150,00	0,00	150,00	0,00
3.3.90.39.81.00.00 SERVICOS BANCARIOS						
19 Fonte..... 100 Recursos Ordinarios						

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 9h47min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Balancete da Despesa

Marco de 2019

Folha: 2

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi
Orgao.....: 01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS
Unidade Orcamentaria: 01.01 CONS. INTEG DE GEST. PUBL - CIGAMERIOS

Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
	0,00	0,00 0,00 10,15	0,00 0,00 10,15	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 10,15	0,00 0,00 0,00
3.3.90.40.01.00.00	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	- Desdobramento da Despesa				
11	Fonte.....: 100 Recursos Ordinarios					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		148,02	1.463,14	0,00	1.463,14	0,00
		16.060,98	2.912,96	0,00	2.912,96	13.148,02
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS					
13	Fonte.....: 300 Recursos Ordinarios - Superavit Financei					
	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	1.915,00
		1.085,00	1.085,00	0,00	1.085,00	0,00
		1.085,00	1.085,00	0,00	1.085,00	0,00
3.3.90.30.26.00.00	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	- Desdobramento da Despesa				
22	Fonte.....: 300 Recursos Ordinarios - Superavit Financei					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		975,00	975,00	0,00	975,00	0,00
		975,00	975,00	0,00	975,00	0,00
3.3.90.39.17.00.00	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE MAQUINAS E E	- Desdobramento da Despesa				
23	Fonte.....: 300 Recursos Ordinarios - Superavit Financei					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		110,00	110,00	0,00	110,00	0,00
		110,00	110,00	0,00	110,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS					
3	Fonte.....: 100 Recursos Ordinarios					
	38.932,56	0,00	0,00	0,00	38.932,56	38.932,56
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Encargos Especiais					
28846	Outros Encargos Especiais					
288460001	Administracao Geral do CIGAMERIOS					
288460001.0.001000	Contribuicao para o PASEP					
3.3.90.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS					
9	Fonte.....: 100 Recursos Ordinarios					
	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Unidade Orcamentaria	420.000,00	35.000,00	0,00	0,00	455.000,00	408.575,46
		10.851,24	12.166,36	0,00	12.166,36	0,00
		46.424,54	33.276,52	0,00	33.276,52	13.148,02
Total do Orgao	420.000,00	35.000,00	0,00	0,00	455.000,00	408.575,46
		10.851,24	12.166,36	0,00	12.166,36	0,00
		46.424,54	33.276,52	0,00	33.276,52	13.148,02
Total Geral	420.000,00	35.000,00	0,00	0,00	455.000,00	408.575,46
		10.851,24	12.166,36	0,00	12.166,36	0,00
		46.424,54	33.276,52	0,00	33.276,52	13.148,02

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 9h47min - Duracao: 0h00m00seg (2)



Estado de Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DE GESTAO PUBLICA DO

Balancete da Despesa

Marco de 2019

Folha: 3

Unidade Gestora.....: CIGAMERIOS - Cons. Integ. de Gest. Publi

Orgao	Saldo Inicial	Resumo Final		Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
		Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano			
CONS. INTEG DE GEST.	420.000,00	35.000,00 10.851,24 46.424,54	0,00 12.166,36 33.276,52	0,00 0,00 0,00	455.000,00 12.166,36 33.276,52	408.575,46 0,00 13.148,02
Total Geral	420.000,00	35.000,00 10.851,24 46.424,54	0,00 12.166,36 33.276,52	0,00 0,00 0,00	455.000,00 12.166,36 33.276,52	408.575,46 0,00 13.148,02

DANIEL KOTHE
Presidente CIGAMERIOS

Francisco Valdeci de Almeida
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF No 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 9h47min - Duracao: 0h00m00seg (2)

CIS/AMERIOS

BALANCETE DA RECEITA CIS/AMERIOS FEVEREIRO 2019

Publicação Nº 1980741

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude		Balancete da Receita		Fevereiro/2019	Folha: 1
Unidade Gestora: CIS - Amerios					
Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	3.800.000,00	239.877,97	434.978,76	-3.365.021,24
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	28.000,00	1.496,13	3.206,02	-24.793,98
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliarios	28.000,00	1.496,13	3.206,02	-24.793,98
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	28.000,00	1.496,13	3.206,02	-24.793,98
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios	28.000,00	1.496,13	3.206,02	-24.793,98
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal				
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	100 Recursos ordinarios	25.000,00	1.466,91	3.144,91	-21.855,09
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal				
19 Fonte:	289 Alienacao de Bens Outros Prog	3.000,00	29,22	61,11	-2.938,89
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias Correntes	3.772.000,00	238.381,84	431.772,74	-3.340.227,26
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	3.772.000,00	238.381,84	431.772,74	-3.340.227,26
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios - Especificas de Estados, DF e Municipios	3.772.000,00	238.381,84	431.772,74	-3.340.227,26
1.7.3.8.02.0.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	3.772.000,00	238.381,84	431.772,74	-3.340.227,26
1.7.3.8.02.1.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	3.772.000,00	238.381,84	431.772,74	-3.340.227,26
1.7.3.8.02.1.1.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	3.772.000,00	238.381,84	431.772,74	-3.340.227,26
1.7.3.8.02.1.1.01.00.00	2 Fonte: 100 Recursos ordinarios	130.000,00	2.126,00	4.252,00	-125.748,00
1.7.3.8.02.1.1.02.00.00	3 Fonte: 100 Recursos ordinarios	280.000,00	18.757,00	37.514,00	-242.486,00
1.7.3.8.02.1.1.03.00.00	4 Fonte: 100 Recursos ordinarios	340.000,00	14.428,60	28.857,20	-311.142,80
1.7.3.8.02.1.1.04.00.00	5 Fonte: 100 Recursos ordinarios	230.000,00	15.156,00	30.312,00	-199.688,00
1.7.3.8.02.1.1.05.00.00	6 Fonte: 100 Recursos ordinarios	200.000,00	9.959,44	11.647,44	-188.352,56
1.7.3.8.02.1.1.06.00.00	7 Fonte: 100 Recursos ordinarios	150.000,00	10.732,50	21.465,00	-128.535,00
1.7.3.8.02.1.1.07.00.00	8 Fonte: 100 Recursos ordinarios	690.000,00	49.524,00	99.048,00	-590.952,00
1.7.3.8.02.1.1.08.00.00	9 Fonte: 100 Recursos ordinarios	120.000,00	12.700,00	25.400,00	-94.600,00
1.7.3.8.02.1.1.09.00.00	10 Fonte: 100 Recursos ordinarios	230.000,00	23.563,50	36.479,50	-193.520,50
1.7.3.8.02.1.1.10.00.00	11 Fonte: 100 Recursos ordinarios	180.000,00	9.440,00	18.880,00	-161.120,00
1.7.3.8.02.1.1.11.00.00	12 Fonte: 100 Recursos ordinarios	110.000,00	8.426,50	16.853,00	-93.147,00
1.7.3.8.02.1.1.12.00.00	13 Fonte: 100 Recursos ordinarios	60.000,00	5.249,30	10.498,60	-49.501,40
1.7.3.8.02.1.1.13.00.00	14 Fonte: 100 Recursos ordinarios	230.000,00	16.028,00	32.056,00	-197.944,00
1.7.3.8.02.1.1.14.00.00	15 Fonte: 100 Recursos ordinarios	180.000,00	26.072,00	26.072,00	-153.928,00
1.7.3.8.02.1.1.15.00.00	16 Fonte: 100 Recursos ordinarios	444.000,00	9.624,00	19.248,00	-424.752,00
1.7.3.8.02.1.1.16.00.00	17 Fonte: 100 Recursos ordinarios	132.000,00	6.595,00	13.190,00	-118.810,00
1.7.3.8.02.1.1.18.00.00	18 Fonte: 100 Recursos ordinarios	66.000,00	0,00	0,00	-66.000,00
Total Geral		3.800.000,00	239.877,97	434.978,76	-3.365.021,24

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 27/03/2019 as 8h21min - Duracao: 0h00m01seg (2)

BALANCETE DE DESPESA CIS/AMERIOS FEVEREIRO 2019

Publicação Nº 1980744

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude		Balancete da Despesa		Fevereiro de 2019		Folha: 1	
Unidade Gestora..... CIS - Amerios							
Orgao..... 01 CIS - AMERIOS							
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO							
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar	
10 Saude							
10122 Administracao Geral							
101220002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS							
101220002.2.004000 Adminitracao							
3.1.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
1 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	79.700,02	
		5.770,93	5.770,93	0,00	5.770,93	0,00	
		10.299,98	10.299,98	0,00	10.299,98	0,00	
3.1.90.11.01.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS							
7 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		4.491,00	4.491,00	0,00	4.491,00	0,00	
		7.634,70	7.634,70	0,00	7.634,70	0,00	
3.1.90.13.01.00.00 FGTS							
8 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		359,28	359,28	0,00	359,28	0,00	
		748,15	748,15	0,00	748,15	0,00	
3.1.90.13.02.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS							
9 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		920,65	920,65	0,00	920,65	0,00	
		1.917,13	1.917,13	0,00	1.917,13	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
2 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	51.337,07	
		1.999,80	1.999,80	0,00	1.999,80	0,00	
		3.662,93	3.662,93	0,00	3.662,93	0,00	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO							
17 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.79.00.00 SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNIC							
16 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.81.00.00 SERVICOS BANCARIOS							
12 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		399,80	399,80	0,00	399,80	0,00	
		462,93	462,93	0,00	462,93	0,00	
3.3.90.40.01.00.00 LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES							
6 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		1.600,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	
		3.200,00	3.200,00	0,00	3.200,00	0,00	
3.3.90.47.18.00.00 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS							
10 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.4.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
3 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10302 Assistencia Hospitalar e Ambulatorial							
103020002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS							
103020002.2.002000 Servicos Medicos/Hospitalares/Laboratoriais e Especialidades dos Mun. Consorciad							
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
4 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	3.640.000,00	0,00	0,00	0,00	3.640.000,00	3.243.745,27	
		394.084,87	2.137,41	0,00	2.137,41	0,00	
		396.254,73	4.307,27	0,00	4.307,27	391.947,46	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS							
19 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		13.720,98	0,00	0,00	0,00	0,00	
		13.720,98	0,00	0,00	0,00	13.720,98	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO							
18 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		378.226,48	0,00	0,00	0,00	0,00	
		378.226,48	0,00	0,00	0,00	378.226,48	
3.3.90.47.18.00.00 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS							
20 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		2.137,41	2.137,41	0,00	2.137,41	0,00	
		4.307,27	4.307,27	0,00	4.307,27	0,00	

PRONIM CP - Emissao: 27/03/2019 as 8h20min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina		Balancete da Despesa			Fevereiro de 2019		Folha: 2	
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude								
Unidade Gestora.....		CIS - Amerios						
Orgao.....		01 CIS - AMERIOS						
Unidade Orcamentaria:		01.01 ADMINISTRACAO						
Dotacao		Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Reservado	Total Creditos	Saldo Disponivel	
			Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar	
			Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS								
11	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
		0,00	242.096,91	0,00	0,00	242.096,91	62,99	
			39.426,63	202.607,29	0,00	164.688,78	37.918,51	
			242.033,92	202.607,29	0,00	164.688,78	77.345,14	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS - Desdobramento da Despesa								
14	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			12.693,05	10.687,05	0,00	7.783,65	2.903,40	
			23.380,10	10.687,05	0,00	7.783,65	15.596,45	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO - Desdobramento da Despesa								
15	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			26.733,58	191.920,24	0,00	156.905,13	35.015,11	
			218.653,82	191.920,24	0,00	156.905,13	61.748,69	
28 Encargos Especiais								
28846 Outros Encargos Especiais								
288460002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS								
288460002.0.001000 Pagamento PASEP								
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS								
5	Fonte.....	100 Recursos ordinarios						
		5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	4.967,95	
			14,96	0,00	0,00	17,09	0,00	
			32,05	17,09	0,00	17,09	14,96	
3.3.90.47.12.00.00 CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP - Desdobramento da Despesa								
13	Fonte.....	100 Recursos ordinarios						
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
			14,96	0,00	0,00	17,09	0,00	
			32,05	17,09	0,00	17,09	14,96	
Total Unidade Orcamentaria								
		3.800.000,00	242.096,91	0,00	0,00	4.042.096,91	3.389.813,30	
			441.297,19	212.515,43	0,00	174.614,01	37.918,51	
			652.283,61	220.894,56	0,00	182.976,05	469.307,56	
Total do Orgao								
		3.800.000,00	242.096,91	0,00	0,00	4.042.096,91	3.389.813,30	
			441.297,19	212.515,43	0,00	174.614,01	37.918,51	
			652.283,61	220.894,56	0,00	182.976,05	469.307,56	
Total Geral								
		3.800.000,00	242.096,91	0,00	0,00	4.042.096,91	3.389.813,30	
			441.297,19	212.515,43	0,00	174.614,01	37.918,51	
			652.283,61	220.894,56	0,00	182.976,05	469.307,56	

PRONIM CP - Emissao: 27/03/2019 as 8h20min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Despesa

Fevereiro de 2019

Folha: 3

Unidade Gestora..... CIS - Amerios

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
CIS - AMERIOS	3.800.000,00	242.096,91 441.297,19 652.283,61	0,00 212.515,43 220.894,56	0,00 0,00 0,00	4.042.096,91 174.614,01 182.976,05	3.389.813,30 37.918,51 469.307,56
Total Geral	3.800.000,00	242.096,91 441.297,19 652.283,61	0,00 212.515,43 220.894,56	0,00 0,00 0,00	4.042.096,91 174.614,01 182.976,05	3.389.813,30 37.918,51 469.307,56

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 27/03/2019 as 8h20min - Duracao: 0h00m00seg (2)



CIS AMERIOS BALANCETE DA RECEITA MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1981091

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons. Intermunicipal Saude		Balancete da Receita		Marco/2019	Folha: 1
Unidade Gestora: CIS - Amerios					
Receita	Descricao	Previsto Liquido	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	3.800.000,00	426.261,48	861.240,24	-2.938.759,76
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	28.000,00	1.858,02	5.064,04	-22.935,96
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliarios	28.000,00	1.858,02	5.064,04	-22.935,96
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correcoes Monetarias	28.000,00	1.858,02	5.064,04	-22.935,96
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios	28.000,00	1.858,02	5.064,04	-22.935,96
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal	25.000,00	1.829,92	4.974,83	-20.025,17
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneracao de Depositos Bancarios - Principal				
19 Fonte: 289	Alienacao de Bens Outros Prog	3.000,00	28,10	89,21	-2.910,79
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias Correntes	3.772.000,00	424.403,46	856.176,20	-2.915.823,80
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios e de suas Entidades	3.772.000,00	424.403,46	856.176,20	-2.915.823,80
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00	Transferencias dos Municipios - Especificas de Estados, DF e Municipios	3.772.000,00	424.403,46	856.176,20	-2.915.823,80
1.7.3.8.02.0.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	3.772.000,00	424.403,46	856.176,20	-2.915.823,80
1.7.3.8.02.1.0.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos	3.772.000,00	424.403,46	856.176,20	-2.915.823,80
1.7.3.8.02.1.1.00.00.00	Transferencias de Municipios a Consorcios Publicos - Principal	3.772.000,00	424.403,46	856.176,20	-2.915.823,80
1.7.3.8.02.1.1.01.00.00	Bom Jesus do Oeste	130.000,00	36.161,93	40.413,93	-89.586,07
2 Fonte: 100	Recursos ordinarios	130.000,00	36.161,93	40.413,93	-89.586,07
1.7.3.8.02.1.1.02.00.00	Caibi	280.000,00	31.508,18	69.022,18	-210.977,82
3 Fonte: 100	Recursos ordinarios	280.000,00	31.508,18	69.022,18	-210.977,82
1.7.3.8.02.1.1.03.00.00	Cunha Pora	340.000,00	16.885,64	45.742,84	-294.257,16
4 Fonte: 100	Recursos ordinarios	340.000,00	16.885,64	45.742,84	-294.257,16
1.7.3.8.02.1.1.04.00.00	Cunhatai	230.000,00	15.156,00	45.468,00	-184.532,00
5 Fonte: 100	Recursos ordinarios	230.000,00	15.156,00	45.468,00	-184.532,00
1.7.3.8.02.1.1.05.00.00	Flor do Sertao	200.000,00	22.114,56	33.762,00	-166.238,00
6 Fonte: 100	Recursos ordinarios	200.000,00	22.114,56	33.762,00	-166.238,00
1.7.3.8.02.1.1.06.00.00	Iraceminha	150.000,00	10.732,50	32.197,50	-117.802,50
7 Fonte: 100	Recursos ordinarios	150.000,00	10.732,50	32.197,50	-117.802,50
1.7.3.8.02.1.1.07.00.00	Maravilha	690.000,00	49.524,00	148.572,00	-541.428,00
8 Fonte: 100	Recursos ordinarios	690.000,00	49.524,00	148.572,00	-541.428,00
1.7.3.8.02.1.1.08.00.00	Modelo	120.000,00	12.700,00	38.100,00	-81.900,00
9 Fonte: 100	Recursos ordinarios	120.000,00	12.700,00	38.100,00	-81.900,00
1.7.3.8.02.1.1.09.00.00	Palmitos	230.000,00	87.490,20	123.969,70	-106.030,30
10 Fonte: 100	Recursos ordinarios	230.000,00	87.490,20	123.969,70	-106.030,30
1.7.3.8.02.1.1.10.00.00	Riqueza	180.000,00	9.440,00	28.320,00	-151.680,00
11 Fonte: 100	Recursos ordinarios	180.000,00	9.440,00	28.320,00	-151.680,00
1.7.3.8.02.1.1.11.00.00	Romelandia	110.000,00	8.426,50	25.279,50	-84.720,50
12 Fonte: 100	Recursos ordinarios	110.000,00	8.426,50	25.279,50	-84.720,50
1.7.3.8.02.1.1.12.00.00	Salinho	60.000,00	5.249,30	15.747,90	-44.252,10
13 Fonte: 100	Recursos ordinarios	60.000,00	5.249,30	15.747,90	-44.252,10
1.7.3.8.02.1.1.13.00.00	Sta Terezinha do Progresso	230.000,00	16.028,00	48.084,00	-181.916,00
14 Fonte: 100	Recursos ordinarios	230.000,00	16.028,00	48.084,00	-181.916,00
1.7.3.8.02.1.1.14.00.00	Sao Miguel da Boa Vista	180.000,00	15.578,67	41.650,67	-138.349,33
15 Fonte: 100	Recursos ordinarios	180.000,00	15.578,67	41.650,67	-138.349,33
1.7.3.8.02.1.1.15.00.00	Saudades	444.000,00	77.193,88	96.441,88	-347.558,12
16 Fonte: 100	Recursos ordinarios	444.000,00	77.193,88	96.441,88	-347.558,12
1.7.3.8.02.1.1.16.00.00	Tigrinhos	132.000,00	6.679,58	19.869,58	-112.130,42
17 Fonte: 100	Recursos ordinarios	132.000,00	6.679,58	19.869,58	-112.130,42
1.7.3.8.02.1.1.18.00.00	Maravilha SUS - Producao	66.000,00	3.534,52	3.534,52	-62.465,48
18 Fonte: 100	Recursos ordinarios	66.000,00	3.534,52	3.534,52	-62.465,48
Total Geral		3.800.000,00	426.261,48	861.240,24	-2.938.759,76

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 15h50min - Duracao: 0h00m01seg (2)



CIS AMERIOS BALANCETE DE DESPESA MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1981092

Estado de Santa Catarina CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude		Balancete da Despesa		Marco de 2019		Folha: 1	
Unidade Gestora..... CIS - Amerios							
Orgao..... 01 CIS - AMERIOS							
Unidade Orcamentaria: 01.01 ADMINISTRACAO							
Dotacao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar	
10 Saude							
10122 Administracao Geral							
101220002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS							
101220002.2.004000 Adminitracao							
3.1.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
1 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	73.929,09	
		5.770,93	5.770,93	0,00	5.770,93	0,00	
		16.070,91	16.070,91	0,00	16.070,91	0,00	
3.1.90.11.01.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS							
7 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		4.491,00	4.491,00	0,00	4.491,00	0,00	
		12.125,70	12.125,70	0,00	12.125,70	0,00	
3.1.90.13.01.00.00 FGTS							
8 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		359,28	359,28	0,00	359,28	0,00	
		1.107,43	1.107,43	0,00	1.107,43	0,00	
3.1.90.13.02.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS							
9 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		920,65	920,65	0,00	920,65	0,00	
		2.837,78	2.837,78	0,00	2.837,78	0,00	
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
2 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	49.164,21	
		2.172,86	2.172,86	0,00	2.172,86	0,00	
		5.835,79	5.835,79	0,00	5.835,79	0,00	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO							
17 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.79.00.00 SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNIC							
16 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.39.81.00.00 SERVICOS BANCARIOS							
12 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		572,86	572,86	0,00	572,86	0,00	
		1.035,79	1.035,79	0,00	1.035,79	0,00	
3.3.90.40.01.00.00 LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES							
6 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		1.600,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	
		4.800,00	4.800,00	0,00	4.800,00	0,00	
3.3.90.47.18.00.00 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS							
10 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.4.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
3 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10302 Assistencia Hospitalar e Ambulatorial							
103020002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS							
103020002.2.002000 Servicos Medicos/Hospitalares/Laboratoriais e Especialidades dos Mun. Consorciad							
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS							
4 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	3.640.000,00	0,00	0,00	0,00	3.640.000,00	2.830.940,06	
		412.805,21	397.230,26	0,00	373.586,84	23.643,42	
		809.059,94	401.537,53	0,00	377.894,11	431.165,83	
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS							
19 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		29.773,82	13.720,98	0,00	13.720,98	0,00	
		43.494,80	13.720,98	0,00	13.720,98	29.773,82	
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO							
18 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		377.748,59	378.226,48	0,00	354.583,06	23.643,42	
		755.975,07	378.226,48	0,00	354.583,06	401.392,01	
3.3.90.47.18.00.00 CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SB SERVICOS							
20 Fonte..... 100 Recursos ordinarios							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		5.282,80	5.282,80	0,00	5.282,80	0,00	
		9.590,07	9.590,07	0,00	9.590,07	0,00	

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 15h49min - Duracao: 0h00m00seg (2)

Estado de Santa Catarina		Balancete da Despesa				Marco de 2019		Folha: 2	
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude									
Unidade Gestora.....		CIS - Amerios							
Orgao.....		01 CIS - AMERIOS							
Unidade Orcamentaria:		01.01 ADMINISTRACAO							
Dotacao		Saldo Inicial	Suplementacoes	Reducoes	Reservado	Total Creditos	Saldo Disponivel		
			Empenhado no Mes	Liquidado no Mes	Anulado no Mes	Pago no Mes	Empenhos a Pagar		
			Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar		
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS									
11	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios							
		0,00	242.096,91	0,00	0,00	242.096,91	62,99		
			0,00	39.426,63	0,00	48.031,54	29.313,60		
			242.033,92	242.033,92	0,00	212.720,32	29.313,60		
3.3.90.36.30.00.00 SERVICOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS - Desdobramento da Despesa									
14	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			0,00	12.693,05	0,00	15.596,45	0,00		
			23.380,10	23.380,10	0,00	23.380,10	0,00		
3.3.90.39.50.00.00 SERVICOS MEDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGICO - Desdobramento da Despesa									
15	Fonte.....	300 Recursos Ordinarios							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			0,00	26.733,58	0,00	32.435,09	29.313,60		
			218.653,82	218.653,82	0,00	189.340,22	29.313,60		
28 Encargos Especiais									
28846 Outros Encargos Especiais									
288460002 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CIS-AMERIOS									
288460002.0.001000 Pagamento PASEP									
3.3.90.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS									
5	Fonte.....	100 Recursos ordinarios							
		5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	4.949,37		
			18,58	14,96	0,00	14,96	0,00		
			50,63	32,05	0,00	32,05	18,58		
3.3.90.47.12.00.00 CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP - Desdobramento da Despesa									
13	Fonte.....	100 Recursos ordinarios							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
			18,58	14,96	0,00	14,96	0,00		
			50,63	32,05	0,00	32,05	18,58		
Total Unidade Orcamentaria									
		3.800.000,00	242.096,91	0,00	0,00	4.042.096,91	2.969.045,72		
			420.767,58	444.615,64	0,00	429.577,13	52.957,02		
			1.073.051,19	665.510,20	0,00	612.553,18	460.498,01		
Total do Orgao									
		3.800.000,00	242.096,91	0,00	0,00	4.042.096,91	2.969.045,72		
			420.767,58	444.615,64	0,00	429.577,13	52.957,02		
			1.073.051,19	665.510,20	0,00	612.553,18	460.498,01		
Total Geral									
		3.800.000,00	242.096,91	0,00	0,00	4.042.096,91	2.969.045,72		
			420.767,58	444.615,64	0,00	429.577,13	52.957,02		
			1.073.051,19	665.510,20	0,00	612.553,18	460.498,01		

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 15h49min - Duracao: 0h00m01seg (2)



Estado de Santa Catarina
CIS/AMERIOS-Cons.Intermunicipal Saude

Balancete da Despesa

Marco de 2019

Folha: 3

Unidade Gestora..... CIS - Amerios

Resumo Final

Orgao	Saldo Inicial	Suplementacoes Empenhado no Mes Empenhado no Ano	Reducoes Liquidado no Mes Liquidado no Ano	Reservado Anulado no Mes Anulado no Ano	Total Creditos Pago no Mes Pago no Ano	Saldo Disponivel Empenhos a Pagar Pagtos a Efetuar
CIS - AMERIOS	3.800.000,00	242.096,91 420.767,58 1.073.051,19	0,00 444.615,64 665.510,20	0,00 0,00 0,00	4.042.096,91 429.577,13 612.553,18	2.969.045,72 52.957,02 460.498,01
Total Geral	3.800.000,00	242.096,91 420.767,58 1.073.051,19	0,00 444.615,64 665.510,20	0,00 0,00 0,00	4.042.096,91 429.577,13 612.553,18	2.969.045,72 52.957,02 460.498,01

DANIEL KOTHE
Presidente CIS AMERIOS

FRANCISCO VALDECI DE ALMEIDA
Contador CRC/SC 16887/O-4
CPF 526.184.719-20

PRONIM CP - Emissao: 10/04/2019 as 15h49min - Duracao: 0h00m01seg (2)